



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 121ª SESSÃO À 128ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 42
1º AGO. A 8 AGO.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRADECIMENTO			
Agradecimento aos e-mails de solidariedade recebidos por S. Ex ^a diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Senador Magno Malta.	227	Considerações acerca de matéria publicada no site da <i>Folha de S. Paulo</i> , de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, a respeito da preocupação do Presidente Lula com o desgaste avassalador do Congresso. Senadora Íris de Araújo.	153
(AM)			
Considerações acerca da imprensa amazônica e da ligação entre os jornais locais e políticos. Senador Arthur Virgílio.	95	Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 1º de agosto de 2006, intitulada “Remunerar o desempenho”, informando o aumento de 9,8% a 54% concedido pelo Prefeito Gilberto Kassab aos professores de São Paulo. Senadora Ideli Salvatti.	174
Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o papel da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas (REALGENE) e da empresa AmBev, e o seu excelente trabalho em relação à economia do guaraná. Senador Arthur Virgílio.	164	Registro do artigo intitulado “O Congresso pede socorro”, de autoria de Villas-Bôas Corrêa, repórter político do <i>JB</i> . Senador Alvaro Dias.	177
Considerações a respeito do Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	416	Transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado “O Congresso pede Socorro”, da autoria do jornalista Villas-Boas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 2 de agosto de 2006. Senador Alvaro Dias.	257
Denúncias de manobras contra o Pólo Industrial de Manaus no sentido de que o governo inclua na Lei de Informática a concessão de incentivos fiscais à produção dos conversores que vão permitir aos atuais aparelhos de TV analógicos no País a recepção do sinal digital. Senador Arthur Virgílio.	541	Comentários sobre matéria da <i>Gazeta Mercantil</i> , do dia 31 de julho de 2006, preocupada com o fato de que o setor de infra-estrutura ainda não recebeu a praticamente dois meses das eleições, por parte dos candidatos à Presidência da República, propostas claras de programas de governo. Senador Edison Lobão.	263
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da entrevista concedida pelo Senador José Jorge, intitulada “Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	85	Registro do artigo intitulado “Teses e truques”, da economista e jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 11 de julho de 2006, em defesa da política de cotas como forma de inclusão social. Senador Paulo Paim.	328
Registro de matéria publicada no jornal <i>Correio Amazonense</i> , edição de 25 de julho de 2006, mostrando os avanços e as lutas do Pólo Industrial de Manaus. Transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada na revista <i>IstoÉ</i> sobre a Síndrome de Down. Senador Arthur Virgílio.	95	Registro do artigo intitulado “Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2006. Senador Marco Maciel.	332
		Registro da entrevista concedida pela Senhora Alicia Frohmann, Diretora do PROCHILE, à <i>Revista da Câmara Oficial Espanhola de Comércio</i> , do Chile, edição de julho de 2006. Registro da entrevista	

	Pág.		Pág.
concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, à jornalista Marcela Alam, do diário chileno "La Tercera", edição de 27 de julho de 2006. Registro do editorial intitulado "Agências asfixiadas", publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006. Senador Eduardo Azeredo.	383	Comentários sobre a matéria intitulada "Contador diz ter discutido pagamento com ministro", publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 13 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	520
Comentários sobre o editorial intitulado "Lamentação de fachada", publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	391	Comentários sobre o editorial intitulado "Reforço contra crises", publicado no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 19 de junho de 2006. Senador João Tenório.	522
Registro do artigo intitulado "O PT patina", de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 31 de julho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	392	Registro da matéria intitulada "Oposição diz que 'Voz do Brasil' boicota críticas a Lula", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	523
Registro do artigo intitulado "Os companheiros sanguessugas?", publicado na revista <i>Época</i> , edição de 24 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	393	Registro da matéria intitulada "Chirac critica Lula por falta de flexibilidade", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	524
Registro da matéria intitulada "Livres com a ajuda do governo", publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 18 de julho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	396	Registro da matéria intitulada "Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006. Senador Marcos Guerra.	525
Registro da matéria intitulada "Tem índio na Suíça?", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 2 de agosto de 2006. Senador Luiz Pontes.	397	Registro de e-mail recebido por S. Ex ^a , datado de 8 de agosto de 2006, de autoria de Cris Azevedo, intitulado "E...? Dinheiro vivo (e proibido)", acerca do não cumprimento do PT às novas resoluções do TSE. Senador Arthur Virgílio.	530
Comentários sobre a matéria intitulada "O MLST luta pelo comunismo", publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 12 de junho de 2006. Registro do artigo intitulado "A carne-seca não é tanta", publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	398	Registro da matéria intitulada "Mensalão pode se repetir em eventual segundo mandato de Lula avaiam analistas", publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	615
Registro do artigo intitulado "Uma política claramente ineficaz", publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	401	Comentários sobre o editorial intitulado "Doença inesquecível", publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 26 de junho de 2006. Senador João Tenório.	616
Comentários sobre a matéria intitulada "Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	402	Registro do artigo intitulado "O Brasil de Lula no mundo da Lua", de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	617
Registro do artigo intitulado "Golpe final da agricultura", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, publicado no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 31 de julho de 2006. Senador Leonel Pavan.	403	Registro da matéria intitulada "Crise no sul ajuda Alckmin a ganhar terreno nas pesquisas", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	618
Considerações a respeito do artigo intitulado "Na sombra", de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	440	Registro da matéria intitulada "Justiça determina soltura de 33 sem-terra", publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006. Senador Marcos Guerra.	619
Transcrição do artigo intitulado "Lula, o PT e heranças - 2002 e 2006", de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de julho de 2006. Senador Eduardo Azeredo.	441	ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE	
		Afirmação sobre o posicionamento do PFL, contrário à instalação de uma Assembléia Constituinte. Senador Jorge Bornhausen.	356

Pág.	Pág.		
<p>Posicionamento contrário à instalação de Assembléia Constituinte, proposta pelo Presidente Lula, vista como uma tática do Governo para se tirar de foco as investigações da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Jefferson Péres.</p> <p>Comentários favoráveis à proposta do Presidente Lula quanto à instalação de uma Assembléia Constituinte para a reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Sibá Machado.</p> <p>Posicionamento contrário à mini-constituente exclusiva para reforma política, proposta pelo Presidente Lula, num período pré-eleitoral marcado por escândalos de “sanguessugas” e “mensaleiros”. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Marco Maciel.</p> <p>Alerta para os perigos da instalação da Assembléia Constituinte para reforma política, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Riscos da instalação da Assembléia Constituinte para a reforma política, proposta pelo Presidente Lula, considerada uma manobra diversionista para o desvio de foco da CPI dos Sanguessugas e desmoralização do Congresso. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Tasso Jereissati.</p> <p>Apontamentos da demagogia do Governo quanto à instalação de uma Assembléia Constituinte para a reforma política. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Apelo ao Governo para que não prossiga com a proposta da instalação de Assembléia Constituinte para reforma política. Senador Pedro Simon.</p> <p>Considerações sobre a temerária proposta do presidente Lula de criar uma Assembléia Constituinte para, paralelamente às atividades do Congresso, implantar uma reforma política. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Resposta às críticas da oposição a respeito da intenção do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para fazer reforma política. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Questionamento sobre proposta do presidente Lula de convocar uma assembléia nacional constituinte exclusiva para votar reforma política. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Comentários acerca do editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, publicado no dia 4 de agosto de 2006, que trata da proposta de realização de mini-Constituinte destinada à reforma política. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Questionamento sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Senador Heráclito Fortes.</p>	<p>357</p> <p>358</p> <p>359</p> <p>360</p> <p>360</p> <p>361</p> <p>362</p> <p>367</p> <p>369</p> <p>372</p> <p>451</p> <p>511</p>	<p>Considerações acerca da instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Jorge.</p> <p>Comentários a respeito da instalação de Assembléia Nacional Constituinte, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Roberto Saturnino.</p> <p>Considerações sobre a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para a realização de uma reforma política, sugerida pelo Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</p> <p>Refutação das acusações de irregularidades atribuídas a S. Ex^a. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Senador Magno Malta.</p> <p>Esclarecimentos sobre o suposto envolvimento de S. Ex^a na máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Felicitação ao Senador Magno Malta pelo pronunciamento que fez em defesa própria, rebatendo as acusações de envolvimento com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Efraim Moraes.</p> <p>Felicitação ao Senador Magno Malta pelo pronunciamento que fez em defesa própria, rebatendo as acusações de envolvimento com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Observações sobre a postura equilibrada adotada pelo Senador Romeu Tuma, corregedor da Casa, diante das acusações feitas contra Parlamentares do Senado Federal. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Resposta aos supostos insultos dirigidos a S. Ex^a, pelo Presidente Lula e pelo Ministro Tarso Genro em recente visita ao Estado de Santa Catarina. Senador Jorge Bornhausen.</p> <p>Reparo à notícia veiculada em jornais de que S. Ex^a teria abandonado o Senado durante todo o mês de julho. Senador Osmar Dias.</p> <p>Pronunciamento de posse no Senado Federal. Senador Roberto Cavalcanti.</p> <p>Registro da reunião da Comissão de Relações Exteriores em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para tratar tanto das questões relativas às dificuldades para a Rodada de Doha, quanto do papel do Brasil e sua contribuição para</p>	<p>513</p> <p>516</p> <p>534</p> <p>20</p> <p>22</p> <p>26</p> <p>28</p> <p>29</p> <p>36</p> <p>45</p> <p>52</p> <p>65</p>

	Pág.		Pág.
a paz no Oriente Médio. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.	73		
Felicitações ao Senador Rodolpho Tourinho pelo seu desempenho Parlamentar e, em especial, aos serviços prestados à Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges.	155	Críticas à entrega de ações do Banco do Brasil ao capital estrangeiro. Revolta com o PT pela escolha do Presidente mundial do <i>Bank Boston</i> para ocupar o cargo de Presidente do Banco Central. Senador Pedro Simon.	362
Resposta às declarações do Presidente Lula a respeito do discurso de S. Ex ^a do dia 1º de agosto de 2006. Senador Tasso Jereissati.	185	Críticas à escolha do Presidente mundial do <i>Bank Boston</i> para ocupar o cargo de Presidente do Banco Central, feita pelo PT. Senador Heráclito Fortes.	372
Felicitações ao Senador Roberto Saturnino, que apesar de fazer parte do PT, não está envolvido em escândalos. Senador Heráclito Fortes.	347	Tributo à atuação do Banco da Amazônia. Senador Sibá Machado.	377
Repúdio à acusação do Senador Roberto Saturnino de que a bancada da oposição se compõe de privatizadores. Senador Tasso Jereissati.	349	Registro dos altíssimos lucros obtidos pelos bancos brasileiros durante o Governo Lula. Senador João Batista Motta.	378
Comentários ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati de que alguns Senadores estariam depreciando a ética. Senador Roberto Saturnino.	354		
Críticas ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, apelidada de “fujona” por nunca estar presente nos debates com a Oposição. Senador Heráclito Fortes.	372	CENSURA	
Comentários ao Projeto de Lei apresentado por S. Ex ^a , em debate na Comissão de Assuntos Sociais, que amplia o seguro-desemprego em momentos de crise. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Paulo Paim.	381	Comentário acerca da censura, também presente na democracia. Senador Heráclito Fortes.	344
Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguesugas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Magno Malta.	422	Considerações sobre a inaceitabilidade da censura. Senador Tasso Jereissati.	345
Agradecimentos ao Senador Marco Maciel pelos Votos de Aplauso feita a S. Ex ^a pela outorga da Medalha “Petrônio Portella”. Senador Heráclito Fortes.	537	COMÉRCIO EXTERIOR	
(BA)			
Registro do crescimento econômico verificado no Estado da Bahia nos últimos três anos. Senador Rodolpho Tourinho.	155	Alerta para relatório elaborado pela missão europeia veterinária que visitou o Brasil e não aprovou produtos brasileiros fitosanitários exportados para a Europa. Senador João Batista Motta.	378
Críticas à falta de um plano nacional de industrialização para atrair investimentos aos Estados do Nordeste. Aparte ao Senador César Borges. Senador Rodolpho Tourinho.	163		
Críticas a ações do DNIT na Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	184	CONGRESSO NACIONAL	
BANCOS		Considerações a respeito da desmoralização do Congresso Nacional. Senador Antonio Carlos Magalhães.	184
Crítica ao Senhor Gustavo Marin, presidente do Citibank no Brasil, que, pela segunda vez, cancelou sua vinda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Heráclito Fortes.	183	Considerações acerca das provas apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati de Deputados petistas envolvidos em atos ilícitos. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Suplicy.	187
		Comentário acerca das provas apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati de Deputados petistas envolvidos em atos ilícitos. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antero Paes de Barros.	188
		Registro dos erros envolvendo o nome do Doutor José Fantini, que vêm se repetindo constantemente nas sessões do Congresso. Senador Heráclito Fortes.	217
		Comentários acerca da falta de consideração e do desrespeito do Presidente Lula com o Congresso Nacional. Senador Heráclito Fortes.	372
		Importância da existência, no Congresso Nacional, de representantes da base de apoio do Governo e da Oposição, especialmente no combate	

	Pág.		Pág.
à corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy.	511	lamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senadora Ana Júlia Carepa.	12
CORRUPÇÃO		Manifestação com relação ao pronunciamento do Senador Almeida Lima sobre cobrança de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Senadora Ideli Salvatti.	19
Considerações a respeito da corrupção largamente praticada por alguns Parlamentares, apontando para irregularidades no Orçamento e acordos ilícitos entre o Executivo e o Legislativo. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sérgio Guerra.	49	Questionamentos acerca do andamento da CPI das Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	26
Considerações a respeito da corrupção largamente praticada por alguns Parlamentares, apontando para irregularidades no Orçamento e acordos ilícitos entre o Executivo e o Legislativo. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Gilberto Mes-trinho.	50	Esclarecimento sobre as acusações feitas pela CPI das sanguessugas ao Senador Magno Malta. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Flexa Ribeiro.	28
Comentários a respeito da corrupção que assola o País. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Tião Viana.	51	Críticas ao andamento da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senadora Heloísa Helena.	32
Críticas à impunidade de parlamentares envolvidos em atos ilícitos. Senador Pedro Simon.	68	Comentários acerca do trabalho realizado pela CPI da Emigração Ilegal. Senador Marcelo Crivella.	41
Discussão a respeito da necessidade de participação efetiva da sociedade brasileira no combate à corrupção, tão presente na vida pública do País. Senador Almeida Lima.	194	Considerações sobre o caso dos Sanguessugas. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59
Apontamento da presença de quadrilhas atuando dentro do Congresso Nacional, com ramificações pelo aparelho dos Estados, municípios e da própria União. Senador Tião Viana.	350	Considerações acerca do envolvimento das prefeituras no esquema dos Sanguessugas. Senadora Ideli Salvatti.	62
Considerações acerca da corrupção que assola o País. Senador Heráclito Fortes.	511	Críticas à CPI dos Sanguessugas e a falta de organização e desrespeito ao Regimento Interno, impedindo o direito de voto de alguns Senadores membros da Comissão. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	76
(CPI)		Considerações sobre as investigações da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador José Jorge.	94
Cobrança à divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Senador Almeida Lima.	9	Registro da liberação, pelo STF, da instalação de CPIs pela Assembléia Legislativa de São Paulo. Senadora Ideli Salvatti.	174
Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Tião Viana.	10	Questionamentos sobre a instalação de CPIs. Senador Arthur Virgílio.	175
Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Romeu Tuma.	11	Defesa da justa punição dos envolvidos no escândalo dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antonio Carlos Magalhães.	187
Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Par-		Apresentação do posicionamento do PFL em relação às conclusões da CPMI dos Sanguessugas. Senador José Agripino.	188
		Considerações sobre os trabalhos da CPMI dos Sanguessugas. Senadora Heloísa Helena.	191
		Críticas à maneira como vem sendo conduzida a CPMI dos Sanguessugas, e questionamentos	

	Pág.		Pág.
acerca dos procedimentos adotados por ela. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	213	Considerações sobre a votação do “Fundebinho”, essencial para a educação no País. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senadora Ideli Salvatti.	54
Registro da dificuldade para se viabilizar o depoimento do Senhor Vedoin na CPI dos Sanguessugas. Senadora Heloísa Helena.	254	Comentários sobre a importância da adoção da escola de período integral. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Flávio Arns.	55
Divulgação do “ <i>blog</i> ” de Fernando Rodrigues, em que há materiais que devem ser apurados pela CPI dos Sanguessugas. Senadora Ideli Salvatti.	355	Apelo no sentido da apreciação do projeto que cria o Colégio Militar em Boa Vista e da PEC que destina recursos para serem investidos no ensino, na Amazônia Legal, da autoria de S. Ex ^a . Senador Mozarildo Cavalcanti.	152
Comentários acerca do caso dos “Sanguessugas” e “Mensaleiros”. Senador Jorge Bornhausen.	356	Solicitação de esclarecimentos sobre o Fundeb ao Senador José Jorge, relator do projeto. Senadora Heloísa Helena.	189
Considerações sobre a importância do trabalho das CPLs para o País. Senador Pedro Simon.	362	Resposta à Senadora Heloísa Helena e esclarecimentos sobre o andamento do Fundeb. Senador José Jorge.	189
Considerações acerca do escândalo do “esquema das ambulâncias”. Senador Arthur Virgílio.	416	Solicitação de esclarecimentos sobre o Fundeb. Senador Tião Viana.	190
Apresentação de documento em sua defesa, tendo em vista as acusações de envolvimento com a “máfia dos Sanguessugas”. Senador Magno Malta.	435	Pedido ao Governo para que disponibilize todos os esforços necessários à aprovação do Fundeb. Senadora Heloísa Helena.	190
Apoio ao Senador Magno Malta, diante as acusações de envolvimento de S. Ex ^a com a “máfia dos Sanguessugas”. Senador Leomar Quintanilha.	438	Considerações acerca da votação do Fundeb. Senador Romero Jucá.	191
DATA COMEMORATIVA		Comentários à Emenda Constitucional que trata do Fundeb. Senador Ramez Tebet.	192
Solicitação de inclusão na Ordem do Dia de projeto de S. Ex ^a que cria o Dia Nacional do Profissional de Educação Física. Senador Sérgio Zambiasi.	215	Indagação a respeito da promulgação do Fundeb na pauta do Congresso. Senador Sibá Machado.	209
DEFICIENTE FÍSICO		Parabenização ao Senado Federal pela aprovação da PEC responsável pela criação do Fundeb. Comentários à publicação Cadernos do MEC, que traz como tema principal a qualidade do ensino no Brasil. Considerações sobre o Fundeb e os avanços obtidos na educação no Governo Lula. Senador Romero Jucá.	262
Apelo ao Secretário de Fazenda do Governo de São Paulo para que olhe com maior solidariedade os deficientes físicos e pare de negar a isenção de impostos à aquisição de carros adaptados às suas deficiências, garantida por Lei. Senador Arthur Virgílio.	541	Debate sobre o PL nº 73, de autoria da Deputada Nice Lobão, que garante que 50% das vagas nas Universidades Federais sejam destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas. Senador Paulo Paim.	412
DENÚNCIA		ELEIÇÃO	
Denúncia de escravidão na fazenda Régis, em Cumaru do Norte, no Estado do Pará, e pedido para que se acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará. Senador Arthur Virgílio.	95	Comentários sobre a aliança entre PFL e PSDB no lançamento da candidatura de Geraldo Alckmin para Presidente da República nas eleições 2006. Senador Jorge Bornhausen.	45
EDUCAÇÃO		Advertências para o favoritismo de corruptos nas eleições 2006. Senador Tasso Jereissati.	46
Propostas para o avanço da área de educação no Estado do Paraná. Senador Osmar Dias.	52	Considerações acerca das previsões feitas pelo Senador Tasso Jereissati sobre os candidatos que seriam ou não eleitos nas eleições 2006. Aparte	
Felicitização ao Senador Osmar Dias pelo excelente trabalho que desenvolve pela educação no Estado do Paraná. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Leonel Pavan.	54		

Pág.	Pág.
te ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Suplicy.	47
Críticas à proposta de doação de recursos pela empresa Dedini Indústria de Base, de Piracicaba/SP, beneficiada pelo Programa Nacional de Produção de uso do Biodiesel, à campanha pela reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59
Alerta para a tendência do eleitorado gaúcho em anular o voto nas eleições 2006. Comentários a respeito da candidatura da Senadora Heloísa Helena à Presidência da República. Senador Pedro Simon.	68
Alerta para o fenômeno do voto em branco em vários lugares do País nas eleições 2006. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Ney Suassuna.	69
Necessidade de que todos os candidatos a cargos eletivos assumam o compromisso de construir uma nova imagem para as instituições públicas brasileiras. Senador Alvaro Dias.	92
Comentários sobre o andamento das eleições 2006. Senador Arthur Virgílio.	95
Preocupação com as campanhas pelo voto nulo que se alastram pelo País, principalmente através da Internet. Senadora Íris de Araújo.	153
Informações aos eleitores baianos sobre trabalho desenvolvido por S. Ex ^a . Senador Rodolpho Tourinho.	155
Transcrição nos Anais do Senado, de carta à Nação, elaborada pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. Senador Juvêncio da Fonseca.	158
Destaque a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de emenda do Senador Sibá Machado, com substitutivo do Senador Tasso Jereissati, que propõe o fim da reeleição a partir de 2010. Considerações acerca da inutilidade do voto nulo. Senador Alvaro Dias.	177
Críticas ao programa “Dia do Candidato” que não se refere ao candidato Lula, mas sim ao presidente Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães.	181
Acusação da existência de dois pesos e duas medidas no Congresso Nacional, uma vez que a TV Câmara mostra entrevistas com Deputados que são candidatos à reeleição, o que é proibido na TV Senado. Senador Rodolpho Tourinho.	182
Considerações acerca da enorme distorção no processo eleitoral do País com a venda de votos. Considerações sobre o andamento das eleições 2006 e tristeza com o fato de que os candidatos em potencial estão entre “mensaleiros” e “sanguessugas”. Senador Tasso Jereissati.	185
Registro de projeto de S. Ex ^a a respeito da eficácia da decisão de o TCU enviar ao TSE a relação dos administradores públicos que não tiveram suas contas aprovadas, evitando, assim, que se consigam liminares para continuar como candidatos. Senador Romeu Tuma.	337
Comentários acerca dos candidatos à Presidência da República nas eleições 2006. Senador Pedro Simon.	362
Posicionamento contrário ao instituto da reeleição. Senador Paulo Paim.	412
Considerações favoráveis ao instituto da reeleição. Senador Arthur Virgílio.	451
Enumeração de questões cruciais para o momento vivido pelo país, que não estão sendo discutidas na campanha eleitoral, nem no Congresso Nacional. Senador Roberto Saturnino.	488
Referências à visita do candidato Geraldo Alckmin, da coligação PSDB/PFL, ao Recife, que teve entre outros objetivos, o anúncio de sua plataforma de governo com relação ao Nordeste. Senador Marco Maciel.	527
Manifestação sobre o registro feito pelo Senador Marco Maciel em seu pronunciamento do dia 8 de agosto de 2006, a respeito da ida de Geraldo Alckmin ao Recife. Senador Heráclito Fortes.	537
Comemoração sobre os resultados da pesquisa CNT/Sensus, divulgada dia 7 de agosto de 2006, destacando a avaliação positiva do Presidente Lula. Senadora Ideli Salvatti.	552
Comentários sobre os dados divulgados pela CNT/Sensus, apontando a avaliação positiva do Presidente Lula e mostrando as limitações da pesquisa. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Alvaro Dias.	552
ESPORTE	
Comentários sobre o “Calendário Esportivo Brasileiro”, publicação do Ministério dos Esportes, editado com o patrocínio da Caixa Econômica Federal. Considerações sobre o programa “Segundo Tempo”, que estimula a prática esportiva entre crianças e adolescentes. Senador Romero Jucá.	404
EXPLICAÇÃO PESSOAL	
Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Ex ^a feito anteriormente. Senador Almeida Lima.	21
Manifestação com relação ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Jorge Bornhausen.	336

VIII

	Pág.		Pág.
Esclarecimentos às notícias publicadas na imprensa dizendo que S. Ex ^a estaria pressionando o Senador Amir Lando, relator da CPI dos Sangues-sugas. Senador Ney Suassuna.	531	os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia. Senador Romero Jucá.	210
EXPORTAÇÃO		Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia. Senador Sibá Machado.	210
Considerações às dificuldades que se verificam nos setores de exportação do País. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Paulo Paim.	381	Comentários ao livro “Do Golpe ao Planalto”, do ex-assessor de imprensa do Presidente, o jornalista Ricardo Kotscho, em que reconhece que o Presidente Lula participou ativamente da negociação do mensalão. Senador Flexa Ribeiro.	345
FORÇAS ARMADAS		Considerações sobre a corrupção no atual governo e os níveis de desconsideração do povo com o Congresso Nacional. Senador Pedro Simon.	362
Defesa da inclusão dos ex-integrantes da Força de Emergência da Organização das Nações Unidas (Unef), os “boinas azuis”, entre os heróis da Pátria com direito a pensão e assistência especiais. Senador Ney Suassuna.	264	Questionamento acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, sobre a base aliada do Governo Lula ser a mesma base aliada de governos anteriores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes.	370
(FUNAI)		Críticas ao Governo Federal que nada fez para resolver a calamidade pública provocada pelas cheias do rio Amazonas, causando sérias inundações em municípios amazonenses, em maio de 2006. Senador Arthur Virgílio.	416
Encaminhamento de pronunciamento de S. Ex ^a em que critica a atuação do Senhor Márcio Pereira Gomes, Presidente da FUNAI. Senador Arthur Virgílio.	164	Registro da última pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, que constatou que o brasileiro considera que o governo Lula é o que teve mais casos de corrupção depois da gestão de Fernando Collor. Senador Papaléo Paes.	442
GOVERNO FEDERAL		Comentários sobre a incompetência do Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	451
Análise do crescimento da candidatura do ex-Governador Geraldo Alckmin, tendo em vista as denúncias de corrupção no atual governo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59	Críticas ao comentário da Senadora Fátima Cleide quando disse ser a “Polícia Federal do Governo do Presidente Lula”, visto que essa instituição pertence ao Estado e não o Governo petista. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Heráclito Fortes.	493
Comentários sobre os recursos do Governo Federal investidos na reforma da BR-163 e na educação, com o ProUni. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa.	63	Críticas ao Governo Lula que não investe em projetos de irrigação no semi-árido nordestino. Senador Heráclito Fortes.	537
Considerações sobre o triste balanço do governo Lula. Senador César Borges.	161	Registro da falta de preocupação do Governo Lula em investir no Nordeste, e do lamentável fato de que muitas das obras iniciadas no governo FHC estão paralisadas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Marco Maciel.	538
Críticas à Controladoria-Geral da União. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antonio Carlos Magalhães.	187	Considerações acerca da falta de investimentos do Governo Lula no Nordeste. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Marcos Guerra.	539
Considerações acerca da promiscuidade das relações entre o Executivo-Legislativo para a liberação de emendas, especialmente emendas da base bajulatória do PT. Senadora Heloísa Helena.	201		
Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia. Senador Osmar Dias.	209		
Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera			

	Pág.		Pág.
Cobranças ao Governo Federal de uma política de incentivos à geração de empregos nas micro, pequenas e médias empresas, além de reivindicar investimentos na infra-estrutura econômica e social do País e a redução da carga tributária. Senador Marcos Guerra.	548	Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Paulo Paim.	433
HOMENAGEM		Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Leomar Quintanilha.	435
Registro do centenário do poeta gaúcho Mário Quintana, comemorado no dia 30 de julho de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	8	Felicitações à Polícia Federal pelas inúmeras operações eficazes realizadas desde 2003. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Eduardo Suplicy.	494
Homenagem ao poeta Mário Quintana. Senadora Ideli Salvatti.	62	Felicitações à Rede Globo pela postura de entrevistadas adotadas no Jornal Nacional aos candidatos à Presidência da República. Senador Heráclito Fortes.	537
Felicitações pelo aniversário do Senador Heráclito Fortes. Senador Pedro Simon.	68	Homenagem ao Senador Heráclito Fortes por ter sido agraciado com a Medalha “Petrônio Portella”. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Roberto Saturnino.	540
Homenagem ao atleta amazonense Jander Cardoso, medalha de ouro nas Olimpíadas Universitárias de 2006 na prova de lançamento de dardo. Voto de Aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas. Homenagem ao empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”. Voto de Aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas. Homenagem ao atleta Alex Taveira, tricampeão amazonense de jiu-jitsu, jovem de 20 anos que supera sua deficiência física. Voto de Aplauso para a estudante amazonense Suene Moraes. Senador Arthur Virgílio.	95	Cumprimentos ao Senador Heráclito Fortes pela homenagem que lhe foi prestada pela Assembléia Legislativa do Piauí. Senadora Ideli Salvatti.	547
Registro do aniversário, no dia 4 de agosto, da emancipação político-administrativa da cidade de Brusque, Santa Catarina, que completa 146 anos. Senador Leonel Pavan.	154	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Felicitações ao Itamaraty e à Aeronáutica pela grande demonstração de capacidade e competência no auxílio internacional. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Pedro Simon.	339	Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbod, mais uma vítima da violência no País. Homenagem de pesar pelo falecimento do economista e amazonólogo Raimar da Silva Aguiar. Senador Arthur Virgílio.	95
Felicitações ao Senador Geovani Borges pela sua investidura no Senado Federal, e votos de êxito no exercício de sua missão. Aparte ao Senador Geovani Borges. Senador Marco Maciel.	352	Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 2006, de Marcel Tranquilini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de Judô. Senador Arthur Virgílio.	164
Felicitações ao Senador Geovani Borges por sua posse como Senado Federal. Aparte ao Senador Geovani Borges. Senador Heráclito Fortes. ...	353	Apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo Milton da Silveira, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	254
Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Senador Sérgio Zambiasi.	432	Encaminhamento de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor João Alexandre Barbosa, ocorrido em 3 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo. Senador Marco Maciel.	527
Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Arthur Virgílio.	432	JUDICIÁRIO	
		Participação de S. Ex ^a no debate na Assembléia Legislativa para a criação de Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	547

	Pág.		Pág.
LEGISLAÇÃO ELEITORAL		MULHER	
Apio à brilhante iniciativa do Senador Sibá Machado de apresentar a PEC que extingue o instituto da reeleição em todos os níveis do Executivo. Senador Paulo Paim.	382	Registro de comparecimento, no dia 7 de agosto de 2006, à solenidade de sanção, pelo Presidente da República, da lei que trata da Violência contra a Mulher. Senadora Fátima Cleide.	490
Debate favorável à extinção do instituto da reeleição. Senador João Batista Motta.	383	ORÇAMENTO	
LIVRO		Considerações a respeito da adoção do Orçamento impositivo como medida de combate à corrupção. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antero de Paes de Barros.	47
Registro do livro da pesquisadora da Embrapa Noemi Vianna e do jornalista Silvestre Silva pela realização de trabalho inédito no País sobre as espécies de árvores da Amazônia. Senador Arthur Virgílio.	95	Necessidade da adoção do Orçamento impositivo como medida de combate à corrupção. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Apresentação de proposta no sentido de que o Orçamento não seja votado em 2006, em razão da desmoralização do Congresso Nacional. Senador Arthur Virgílio.	175
Mensagem nº 205, de 2006 (nº 623/2006, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especificam sancionado e transformado na Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006.	120	Incentivo à adoção do Orçamento Impositivo. Senador Alvaro Dias.	177
Mensagem nº 206, de 2006 (nº 667/2006, na origem), de 3 de agosto de 2006, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real correspondente ao segundo trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	555	Registro da votação da PEC que trata do Orçamento Impositivo. Senador Romero Jucá.	181
Mensagem nº 207, de 2006 (nº 653, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer cargo de Embaixadora do Brasil junto à República das Relações Exteriores.	555	Comentários sobre o Orçamento da União, maior fonte irrigadora de corrupção no País, cujas artérias irrigadoras precisam ser terminantemente obstruídas. Importância da adoção do Orçamento Impositivo e reapresentação de proposta de S. Ex ^a sobre o “Orçamento Exclusivo da União”. Senador Almeida Lima.	194
Mensagem nº 208, de 2006 (nº 652/2006, na origem), de 1º de agosto de 2006, pela qual o Presidente da República encaminha os Relatórios Anuais de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referentes aos exercícios de 2004 e 2005.	563	Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senador José Agripino.	200
		Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senador Antônio Carlos Valadares.	200
		Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo, mostrando a necessidade de um aprimoramento da Comissão de Orçamento. Senador Sibá Machado.	201
		Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senador Alvaro Dias.	201
		Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio	

	Pág.		Pág.
Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senador Eduardo Suplicy.	201	Missão Diplomática), que indica o Senhor Antonio José Rezende de Castro, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Ruanda. Senador Luiz Otávio.	208
Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senadora Heloísa Helena. ...	201	Parecer nº 1.007, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 18, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo desse país. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	215
Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo. Senador Flexa Ribeiro.	202	Parecer nº 1.008, de 2006-CRE (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. Senadora Serys Shessarenko.	219
Percepção de que o descrédito do Congresso Nacional e as denúncias de corrupção envolvendo parlamentares inviabilizam a apreciação do Orçamento de 2007. Senador Arthur Virgílio.	416	Parecer nº 1.009, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 124, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carmelito de Melo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin. Senador Alvaro Dias.	222
(PA)		Parecer nº 1.010, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 150, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. Senador Eduardo Suplicy.	225
Apelo para que a matéria do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Pará, sobre a criação de cargos na regional do Estado, conste na pauta de sessão no plenário do Senado Federal. Senador Luiz Otávio.	256	Parecer nº 1.011, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 151, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Marília Sardenberg Zelnner Golçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro especial do Ministério das relações Exteriores, para exercer o cargo de	
PARECER			
Parecer nº 1.003, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nº 187 e nº 188, ambas de 2006 (n ^{os} 572 e 574/2006, na origem), que encaminham ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	4		
Parecer nº 1.004, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), que solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em até US\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo. Senador Eduardo Suplicy.	121		
Parecer nº 1.005, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), que solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), afim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios. Senador Romeu Tuma.	124		
Parecer nº 1.006, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 12, de 2006 (Escolha de Chefe de			

	Pág.		Pág.
Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia. Senador Romeu Tuma.	229		
Parecer nº 1.012, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 162, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa. Senador Ney Suassuna.	231	Parecer nº 1.017, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390, de 2003, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	245
Parecer nº 1.013, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 164, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os <i>agréments</i> dos governos desses países. Senador Eduardo Suplicy.	234	Parecer nº 1.018, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2006. Senador Efraim Morais.	249
Parecer nº 1.014, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 165, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre. Senador Sérgio Zambiasi.	237	Parecer nº 1.019, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	292
Parecer nº 1.015, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 173, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica. Senador Sérgio Zambiasi.	239	Parecer nº 1.020, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	295
Parecer nº 1.016, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	243	Parecer nº 1.021, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	298
		Parecer nº 1.022, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	301
		Parecer nº 1.023, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	305
		Parecer nº 1.024, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tjucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqü-	

Pág.		Pág.
	ência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	
308	Parecer nº 1.025, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas. Senador Gilberto Mestrinho.	
312	Parecer nº 1.026, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.	
315	Parecer nº 1.027, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Senador César Borges.	
319	Parecer nº 1.028, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.	
323	Parecer nº 1.029, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências. Senador Mozarildo Cavalcanti.	
585	Parecer nº 1.030, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.	
588	Parecer nº 1.031, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.	595
	Parecer nº 1.032, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que altera a Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho.	599
	Parecer nº 1.033, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências. Senador Romeu Tuma.	603
	(PETROBRAS)	
	Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.	252
	Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Senador César Borges.	252
	Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Senador Tasso Jereissati.	253
	POLÍTICA AGRÍCOLA	
	Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe	

	Pág.		Pág.
a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Senador Rodolpho Tourinho.	56	Defesa dos pequenos agricultores nordestinos, em especial, dos pequenos agricultores da Paraíba, e cobrança de melhores condições para o pagamento de suas dívidas. Senador Ney Suassuna.	487
Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Romeu Tuma.	56	Rebate as críticas de falta de políticas de incentivos do Governo Federal para o agronegócio no País. Registro de superávit histórico no agronegócio do País no mês de julho de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	552
Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Antonio Carlos Magalhães.	56	POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges.	57	Apelo ao Governo Federal para que estabeleça condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de pesquisas espaciais no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Pedro Simon.	406
Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Ney Suassuna.	57	Justificação do requerimento de Voto de Aplauso à Professora Mônica Freiman de Souza Ramos pelo trabalho científico desenvolvido em torno das propriedades medicinais da Copaíba. Senador Arthur Virgílio.	541
Considerações acerca da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Senador Antônio Carlos Valadares.	180	POLÍTICA CULTURAL	
Considerações acerca da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Senador Romero Jucá. ...	181	Felicitações à equipe do “Tempo Real”, pela eficiência na divulgação do lançamento no dia 2 de agosto de 2006, no Senado Federal, do filme “Zuzu Angel”. Senadora Ideli Salvatti.	336
Importância da derrubada do veto referente ao quorum para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança deliberar. Senador Antero Paes de Barros.	183	Felicitações à iniciativa de apresentação, no Senado Federal, do filme “Zuzu Angel”. Considerações sobre o filme “Estamira”, de Marcos Prado, narrando a história de uma senhora catadora de lixo do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Senador Eduardo Suplicy.	495
Considerações a respeito da deliberação de vetos na CTNBio. Senador Jonas Pinheiro.	209	Comentários sobre o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy acerca da apresentação do filme “Zuzu Angel”, no Senado Federal. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	499
Críticas à falta de apoio do Governo ao agronegócio. Senador João Batista Motta.	378	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Considerações sobre a grave crise na agricultura brasileira. Senador Leomar Quintanilha.	438	Esclarecimentos sobre o Projeto da Marinha Mercante, com o necessário aumento da capacidade de endividamento da Transpetro. Senador Romero Jucá.	347
		Explicações sobre o relatório feito por S. Ex ^a acerca do aumento da capacidade de endividamento da Transpetro. Senador Romeu Tuma.	348
		Comentários acerca da questão do desenvolvimento, do projeto nacional, do confronto com o mercado e das privatizações no País. Senador Roberto Saturnino.	354

Pág.	Pág.
POLÍTICA DE EMPREGO	
Críticas ao Programa Primeiro Emprego. Senador Papaléo Paes.	87
Considerações sobre a “precarização” do emprego no Brasil. Senador Alvaro Dias.	257
Questionamentos sobre a estratégia a ser adotada pelo Governo, ao admitir que as demissões foram superiores às admissões em 2005. Senador Marcos Guerra.	548
Reflexão acerca dos dados apresentados pelo Senador Marcos Guerra a respeito do número de demissões terem sido superior às admissões no Governo Lula. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senadora Ideli Salvatti.	549
POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Apelo em favor de que a nova Varig permaneça na cidade do Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella.	41
Satisfação com a edição da medida provisória que abre crédito extraordinário para construção de rodovias no Estado do Pará e melhoramento da BR-163. Senadora Ana Júlia Carepa.	61
Apelo às autoridades do Governo Estadual de Rondônia no sentido de adotar providências para evitar que mais pessoas sejam vítimas de acidentes de trânsito. Senador Valdir Raupp.	84
Comentários sobre a situação dos usuários dos transportes aéreos em decorrência da crise da Varig. Senador Arthur Virgílio.	416
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
Comentários à assinatura de decreto, pelo Presidente Lula, que ratifica termos do acordo entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, acerca do zoneamento sócio-econômico e ecológico do Estado. Senadora Fátima Cleide.	405
Considerações a respeito da criação, pelo Ministério do Meio Ambiente, de diversas unidades de conservação no sul do Amazonas, prejudicando gravemente a agricultura familiar. Senador Arthur Virgílio.	416
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
Registro sobre as manchetes dos jornais, publicadas em 2 de agosto de 2006, referentes ao recorde na balança comercial brasileira. Senadora Ideli Salvatti.	174
POLÍTICA ENERGÉTICA	
Considerações a respeito do aproveitamento de energias alternativas pelo Brasil e, em especial, do <i>biodiesel</i> . Senador Edison Lobão.	263
Críticas a forma dada pela imprensa a induzir a opinião pública a se colocar contrária ao investimento da Petrobras de 2,7 bilhões de dólares na Venezuela. Senador Roberto Saturnino.	535
Preocupação com o fato de a Petrobras investir 2,7 bilhões de dólares na Venezuela. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Marcos Guerra.	537
POLÍTICA EXTERNA	
Pedido ao Senado Federal para que seja enviado um Voto de Censura e Repúdio à decisão da Promotoria de Coroa Britânica de inocentar os oficiais da <i>Scotland Yard</i> envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes. Senador Eduardo Suplicy.	7
Menção de agradecimento pelo trabalho responsável desenvolvido pelo Consulado Geral do Brasil em Beirute, através do Cônsul Michael Gepp. Senador Alvaro Dias.	177
Críticas ao Presidente Bush e a sua falta de sensibilidade diante os conflitos armados no Oriente Médio. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Pedro Simon.	339
Críticas ao autoritarismo do estadista venezuelano Hugo Chávez. Senador Pedro Simon.	362
Protesto pela expulsão de dois jornalistas brasileiros de Cuba, em razão do veto à profissão que exercem. Senador Alvaro Dias.	550
POLÍTICA HABITACIONAL	
Registro das medidas adotadas pelo Governo Lula para o setor habitacional, apelidada de “cesta básica da construção”. Senadora Ideli Salvatti.	552
POLÍTICA INTERNACIONAL	
Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses. Senador Ramez Tebet.	36
Solidariedade ao povo libanês, que vem sofrendo constantes ataques armados por parte dos israelenses. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Ney Suassuna.	37
Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses.	

	Pág.		Pág.
Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Romeu Tuma.	38	Importância da fidelidade partidária na Reforma Política, aprovada pelo Senado. Senador Jorge Bornhausen.	356
Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Tasso Jereissati.	39	Alerta para a importância do projeto de fidelidade partidária, aprovado pelo Senado. Senador Pedro Simon.	362
Indignação com os atos de violência praticados contra o Líbano pelos israelenses, exigindo da ONU o imediato estabelecimento da paz. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Antero Paes de Barros.	39	Comentários ao grande número de Parlamentares que mudaram de partido nessa Legislatura. Senador Heráclito Fortes.	372
Solidariedade em razão dos conflitos no Oriente Médio. Senador Marcelo Crivella.	41	Críticas ao método adotado pelo PT para defender-se de acusações de corrupção. Senador Arthur Virgílio.	416
Considerações sobre o conflito entre Israel e Líbano. Solicitação de apoio do Governo Federal no processo de retirada de brasileiros do Líbano. Senador Romeu Tuma.	337	Críticas às mudanças ideológicas do PT. Senador Heráclito Fortes.	511
Registro da preocupação e desejo de que seja possível um entendimento no Oriente Médio, e alerta para a necessidade de uma grande conferência internacional que ponha fim ao conflito. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marco Maciel. ...	338	POLÍTICA SANITÁRIA	
Considerações sobre o conflito armado no Líbano. Senador Paulo Octávio.	526	Registro de relatório do TCU apontando que a Vigilância Sanitária é falha e traz riscos ao País. Senador Alvaro Dias.	550
POLÍTICA NACIONAL		POLÍTICA SOCIAL	
Solidariedade ao Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e seu pronunciamento por uma política com ética. Senador Antero Paes de Barros.	183	Congratulações com a Rede Globo pelos projetos sociais colocados a favor da sociedade brasileira. Senador Romero Jucá.	87
Exaltação do debate sobre a ética na política nacional. Senador Tasso Jereissati.	349	Comentário sobre decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a respeito da constitucionalidade das políticas de cotas. Senador Paulo Paim.	328
Transcrição da “Carta à Nação”, aprovada na trigésima quinta Assembléia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada em julho, em Foz do Iguaçu. Senador Arthur Virgílio.	408	Registro das iniciativas promovidas pelo conjunto “AfroReggae”, colaborando para que jovens se afastem do narcotráfico. Senador Eduardo Suplicy.	495
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Transcrição de texto intitulado “Autistando”, de autoria de Washington Luiz Silva, de Araguari-MG, pai de uma criança autista lamentando o tratamento dado às crianças com essa deficiência no País. Senador Arthur Virgílio.	541
Considerações acerca da compra indiscriminada, por meio de dinheiro público, realizada pelo PT, envolvendo Prefeitos municipais e Parlamentares, além da urgente necessidade da criação de uma CPI sobre execução Orçamentária. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59	POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA	
Considerações acerca do aparente desprestígio do PT diante todo o País. Senador Pedro Simon.	68	Críticas ao desempenho da equipe econômica do Presidente Lula. Registro do crescente número de demissões na indústria dada a incapacidade econômico-administrativa do Governo, que prefere recorrer à medidas assistencialistas ao invés de adotar políticas sólidas direcionadas para o estímulo à produtividade e à geração de empregos. Senador Marcos Guerra.	89
Críticas ao PT. Senador Arthur Virgílio.	175	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Considerações à entrevista dada pelo Senador Jorge Bornhausen acerca da expulsão do PFL de qualquer parlamentar possivelmente comprometido no caso “Sanguessugas”. Senador Romeu Tuma.	337	Críticas ao Presidente Lula, que foge da sua responsabilidade e finge não enxergar as inúmeras	

	Pág.		Pág.
denúncias de corrupção em seu Governo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	59	estatais caíssem nas mãos da corrupção. Senador Tasso Jereissati.	345
Críticas ao Presidente Lula, à sua base baulatória e ao seu Governo atolado na corrupção. Senador Antonio Carlos Magalhães.	184	Defesa da privatização do Vale do Rio Doce. Senador Flexa Ribeiro.	345
Discussão acerca da moral do Presidente Lula. Senadora Ideli Salvatti.	343	Análise das privatizações como atentados ao projeto desenvolvimentista brasileiro. Senador Roberto Saturnino.	346
Críticas ao nervosismo que está atacando o Presidente Lula, em face da queda nas pesquisas eleitorais. Senador Flexa Ribeiro.	356	Comentários ao discurso do Senador Roberto Saturnino acerca das privatizações. Senador Heráclito Fortes.	347
Divergência das acusações feitas pelo Senador Jorge Bornhausen sobre a falta de autoridade moral do Presidente Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Tião Viana.	359	Comentários das irregularidades nas privatizações realizadas pelo governo FHC. Senadora Ideli Salvatti.	355
Observações quanto à vaidade do Presidente Lula, que insiste em se comparar com personalidades da política brasileira, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, em seus discursos populares. Senador Pedro Simon.	362	Comentários sobre a privatização da Vale do Rio Doce no governo FHC. Senador Pedro Simon.	362
Considerações a respeito da popularidade do Presidente Lula. Senador Tião Viana.	376	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Registro da porcentagem de aprovação do Presidente Lula no início do seu mandato. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Heráclito Fortes.	376	Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	5
Críticas ao governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	451	Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006 (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.	115
Apoio à iniciativa do Senador Eduardo Suplicy de aconselhar o Presidente Lula a assistir filmes que retratem a realidade do cidadão brasileiro. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	499	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Comentários ao fato de o Presidente Lula insistir na farsa de não saber sobre os casos de corrupção praticados em seu Governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio.	539	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de Origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física.	247
PREVIDÊNCIA SOCIAL		PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
Considerações sobre a reforma da Previdência e a aprovação da denominada "PEC paralela". Senador Paulo Paim.	412	Projeto de Lei nº 7, de 2006, sobre a Mensagem nº 78, de 2006-CN (nº 647/2006, na origem), que inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências.	277
PRIVATIZAÇÃO		Projeto de Lei nº 8, de 2006, sobre a Mensagem nº 79, de 2006-CN (nº 648/2006, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 349.826.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	279
Citação sobre dados da Vale do Rio Doce. Senadora Ideli Salvatti.	343	Projeto de Lei nº 9, de 2006, sobre a Mensagem nº 80, de 2006-CN (nº 649/2006, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Se-	
Considerações a respeito da privatização estratégica da Vale do Rio Doce, antes que caísse nas mãos corruptas do PT e dos sanguessugas. Senador Heráclito Fortes.	344		
Comentários acerca do processo de privatização ocorrido no País há dez anos, evitando que			

	Pág.		Pág.
<p>guridadade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 476.825.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>Projeto de Lei nº 10, de 2006, sobre a Mensagem nº 81, de 2006-CN (nº 650, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.561.055.555,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>Projeto de Lei nº 11, de 2006, sobre a Mensagem nº 84, de 2006-CN (nº 487/2006, na origem), que altera os itens III. 1, III. 2, III. 3 e III. 4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.</p> <p>Projeto de Lei nº 12, de 2006, sobre a Mensagem nº 85, de 2006-CN (nº 488/2006, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>Projeto de Lei nº 13, de 2006, sobre a Mensagem nº 86, de 2006-CN (nº 665/2006, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$ 209.908.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.</p>	280 286 563 567 570	<p>Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, que institui o dia 18 de agosto como o "Dia Nacional do Campo Limpo". Senador Jonas Pinheiro.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2006, que altere e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências. Senador Sibá Machado.</p>	275 276
PROJETO DE RESOLUÇÃO			
<p>Projeto de Resolução nº 48, de 2006, que autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Senador Romeu Tuma.</p>	286 563 567 570	<p>Projeto de Resolução nº 48, de 2006, que autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Senador Romeu Tuma.</p>	122 125
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO			
<p>Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006, que acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário. Senador Valdir Raupp.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos. Senador Marcos Guerra.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006 – Complementar, que define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Senador Pedro Simon.</p>	2 142 272	<p>Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2006, que acrescenta o § 5º ao art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2006, que dá nova redação ao inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para estender a aplicação da alíquota interestadual do ICSM às operações interestaduais de mercadorias destinadas ao consumidor final. Senador Rodolpho Tourinho.</p>	138 140
REFORMA CONSTITUCIONAL			
<p>Alerta para a necessidade de uma urgente Reforma Constitucional. Senadora Íris de Araújo.</p>	142	<p>Alerta para a necessidade de uma urgente Reforma Constitucional. Senadora Íris de Araújo.</p>	153
REFORMA POLÍTICA			
<p>Considerações sobre a responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o País e a necessidade de uma reforma política imediata. Senador Alvaro Dias.</p>	272	<p>Considerações sobre a responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o País e a necessidade de uma reforma política imediata. Senador Alvaro Dias.</p>	92

Pág.	Pág.
Apelo em favor da urgência na votação da proposta de emenda à Constituição que modifica a tramitação das Medidas Provisórias. Senador Marco Maciel.	332
Listamento dos projetos da reforma política aprovados pelo Senado Federal. Senador Jorge Bornhausen.	356
Considerações sobre a reforma política, somente desejada pelo Presidente Lula a alguns meses das eleições. Senador Alvaro Dias.	550
REGIMENTO INTERNO	
Pedido de posse ao Senhor Geovani Borges, suplente do Senador Gilvam Borges. Senador José Sarney.	14
Críticas referentes ao “recesso branco”. Senador Jefferson Péres.	34
Felicitações pela posse de S. Ex ^a , Senador Roberto Cavalcanti, no exercício de mandato Parlamentar. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Marco Maciel.	65
Felicitações pela posse de S. Ex ^a , Senador Roberto Cavalcanti, no exercício de mandato Parlamentar. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Ney Suassuna.	66
Preocupação pela demora na apreciação dos projetos encaminhados pelo Senado à Câmara. Senador Mozarildo Cavalcanti.	152
Defesa do fim das emendas individuais para Parlamentares. Senador Alvaro Dias.	177
Pedido de esclarecimento a respeito da razão de não ter sido apreciada e votada a proposta de emenda à Constituição de autoria de S. Ex ^a , sobre a presença do Presidente da República na transmissão da mensagem ao Congresso Nacional no início do ano legislativo. Senador Eduardo Suplicy.	201
Apelo para que se vote a aprovação da regulamentação do TRT da Região de Campinas, São Paulo. Senador Aloizio Mercadante.	239
Pedido de retirada de pauta do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, a fim de que possa ser estudado com mais profundidade. Senador Heráclito Fortes.	252
Sugestão para que se suspenda a votação do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, a fim de que possa ser estudado com mais profundidade. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Romero Jucá.	253
Sugestão para que se suspenda a votação do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, a fim de que possa ser estudado com mais profundidade.	
Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senadora Ideli Salvatti.	253
Considerações acerca da votação do projeto de Resolução nº 49, de 2006, de grande importância para o País. Senador Romero Jucá.	255
Justificação de apresentação de Projeto de Resolução criando uma subcomissão permanente destinada a fiscalizar a execução dos programas voltados à criança. Senador Valmir Amaral.	259
Questionamentos à Mesa e repúdio com relação à postura sobre o uso da palavra. Senadora Ideli Salvatti.	343
Considerações sobre o empecilho das Medidas Provisórias do Presidente Lula, travando a votação da Reforma Política. Senador Heráclito Fortes.	511
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 873, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, que “Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	3
Requerimento nº 874, de 2006, que requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (<i>Crown Prosecution Service</i>) de inocentar os oficiais da <i>Scotland Yard</i> envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, na forma da Moção anexada. Senador Eduardo Suplicy.	3
Requerimento nº 875, de 2006, que requer a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), uma vez que se encontra em condições de nela figurar. Senador Romeu Tuma.	16
Requerimento nº 876, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 20 de julho de 2006, do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho, Alcino, ou “Negão Motora”, como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva. Senador Luiz Otávio.	16

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 877, de 2006, que requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999. Senador Pedro Simon.	16	to Cunha de Menezes, taquígrafo aposentado do Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.	147
Requerimento nº 878, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, “Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Augusto Botelho.	17	Requerimento nº 888, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	147
Requerimento nº 879, de 2006, que requer que seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador-BA, no dia 30 de julho de 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	17	Requerimento nº 889, de 2006, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 715/2006, de autoria de S. Ex ^a . Senador Arthur Virgílio.	148
Requerimento nº 880, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Congratulações pelo transcurso no dia 31 de julho do cinquentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza. Senador Tasso Jereissati.	17	Requerimento nº 890, de 2006, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, em virtude de versarem sobre o mesmo tema. Senador Romeu Tuma.	193
Requerimento nº 881, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Junior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição. Senador Valdir Raupp.	17	Requerimento nº 891, de 2006, que requer que seja adiada a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – reexamine a matéria, haja vista a aprovação da Lei nº 11.300 de 10 de maio de 2006 (“mini-reforma eleitoral”), cujo objeto, tal como o PLS nº 390, de 2005, trata de regras eleitorais, em data posterior à discussão e aprovação do referido PLS na CCJ (22-2-2006). Senador Romero Jucá.	193
Requerimento nº 882, de 2006, que requer informações ao Ministro da Justiça, acerca de denúncias veiculadas pelo jornalista Cláudio Humberto, pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e pela revista <i>Veja</i> , acerca de viagens efetuadas pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio ao exterior. Senador Arthur Virgílio.	144	Requerimento nº 892, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. Senador Romero Jucá.	242
Requerimento nº 883, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Flamengo Futebol Clube por ter-se sagrado Bicampeão da Copa do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	145	Requerimento nº 893, de 2006, que solicita dispensa de publicação de redação final. Senadora Serys Slhessarenko.	244
Requerimento nº 884, de 2006, que requer Voto Comemorativo pelo centenário de nascimento do poeta Mario Quintana. Senador Arthur Virgílio.	145	Requerimento nº 894, de 2006, que solicita dispensa de publicação de redação final. Senadora Serys Slhessarenko.	246
Requerimento nº 885, de 2006, que requer Voto de Enaltecimento à iniciativa humanitária e de solidariedade desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Comando da Aeronáutica, com a utilização de aeronave da FAB para o resgate de brasileiros moradores no Líbano, diante do conflito bélico ali em curso. Senador Arthur Virgílio.	146	Requerimento nº 895, de 2006, que requer urgência para o PRS nº 48, de 2006, advindo da Mensagem nº 177, de 2006, que “solicita autorização para a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – GGTEE, para até U\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo”. Senador Eduardo Suplicy.	248
Requerimento nº 886, de 2006, que requer Voto de Pesar, pelo falecimento de Marcel Tranquillini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de Judô. Senador Arthur Virgílio.	147	Requerimento nº 896, de 2006, que requer urgência para o PRS nº 49, de 2006, advindo da Mensagem nº 204, de 2006, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição Federal, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, proposta para que seja autorizado o limite de endividamento da Petrobras Transporte S. A. – TRANSPETRO, no valor de R\$5,6	
Requerimento nº 887, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Benedic-			

Pág.	Pág.	
bilhões, a fim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios". Senador Romeu Tuma.	250	
Requerimento nº 897, de 2006, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Senador Romeu Tuma.	255	
Requerimento nº 898, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 27 de julho de 2006, do Senhor Luís Ercílio do Carmo Faria, ex-Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado Pará, que seja levado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a sua família. Senador Luiz Otávio.	256	
Requerimento nº 899, de 2006, que requer Voto de Louvor ao ex-Deputado Federal Jorge Wilson Arbage por sua posse na Academia Paraense de Letras, no próximo dia 25 de agosto, ocupando a cadeira de nº 25, patrocinada por Juvenal Tavares e, da qual, o último ocupante foi o saudoso acadêmico José Maria Barbosa. Senador Luiz Otávio.	256	
Requerimento nº 900, de 2006, que requer informações ao Ministro da Justiça, sobre o oferecimento de auxílio financeiro por parte do Governo Federal ao Estado de São Paulo, com vistas ao combate às ações criminosas empreendidas pelo chamado Primeiro Comando da Capital (PCC). Senador Romeu Tuma.	327	
Requerimento nº 901, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do vitorioso jóquei Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 3 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	408	
Requerimento nº 902, de 2006, que requer na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, à Universidade de São Paulo e sua Editora, pelo falecimento do Professor João Alexandre Barbosa ocorrido no dia 3 de agosto de 2006. Senador Marco Maciel.	533	
Requerimento nº 903, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Senador Heráclito Fortes, pela homenagem que lhe presta, em 8 de agosto de 2006, a Assembléia Legislativa do seu Estado, agraciando-o com a Medalha "Petrônio Portella", por ter se destacado pelos serviços prestados ao povo piauiense e em defesa da democracia. Senador Marco Maciel.	533	
	Requerimento nº 904, de 2006, que requer Voto de Pesar pela morte brutal do Desembargador Federal Dr. José Maria de Mello Porto, ocorrida no dia 3 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	546
	Requerimento nº 905, de 2006, que requer Voto de Aplauso à professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da USP de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico sobre as propriedades medicinais da Copaíba. Senador Arthur Virgílio.	546
	Requerimento nº 906, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos caratecas amazonenses vitoriosos no 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos, realizado no final de julho de 2006, em Recife. Senador Arthur Virgílio.	546
	(RO)	
	Considerações a respeito do zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	266
	Registro de estudo do Imazon que aponta Rondônia como o Estado da Amazônia que menos protege suas Áreas Protegidas. Senadora Fátima Cleide.	405
	Considerações da prisão de integrantes do Legislativo de Rondônia, como resultado da "Operação Dominó", da Polícia Federal. Senadora Fátima Cleide.	490
	Comentários sobre a prisão de integrantes do Legislativo de Rondônia, como resultado da "Operação Dominó", da Polícia Federal. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Eduardo Suplicy.	494
	(RR)	
	Críticas à falta de estímulo ao desenvolvimento do Estado de Roraima e apelo ao Governo Federal no sentido de editar medida provisória que autorize o Estado de Roraima a importar combustíveis da Venezuela. Senador Mozarildo Cavalcanti.	8
	(RS)	
	Defesa de aposentadoria especial para os policiais civis gaúchos. Senador Paulo Paim.	412
	SAÚDE	
	Registro das comemorações da Semana Mundial do Aleitamento Materno. Senadora Ideli Salvatti.	148

	Pág.		Pág.
Homenagem ao Instituto Nacional de Trauma- to-Ortopedia, no Estado do Rio de Janeiro. Senador Tião Viana.	376	na apresentação da documentação necessária para o fechamento do convênio e para a libera- ção da verba do Fundo Penitenciário. Senadora Ideli Salvatti.	547
Revolta com o reajuste absurdo dos planos de saúde para aposentados e pensionistas, que fere o Estatuto do Idoso. Senador Paulo Paim.	412	Considerações acerca da crise da segurança no País e da violência desenfreada que vem cres- cendo tanto nos grandes centros urbanos, quanto nas cidades do interior. Senador Alvaro Dias.	550
Considerações sobre a necessidade de cria- ção, no Amazonas, de uma Secretaria Especial para levar assistência aos portadores de autismo. Apelo ao Secretário de Fazenda do Governo de São Paulo para que olhe com maior solidariedade os deficien- tes físicos e pare de negar a isenção de impostos à aquisição de carros adaptados às suas deficiências, garantida por Lei. Senador Arthur Virgílio.	541	SENADO FEDERAL	
(SC)		Considerações a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Arthur Virgílio.	175
Considerações a respeito da incompetên- cia e do descaso administrativo do Governo Lula com o Estado de Santa Catarina. Senador Jorge Bornhausen.	45	Questionamento à “Voz do Brasil” pela omis- são do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati que critica o Presidente da República, no dia 1º de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	177
Repercussão da visita do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	62	Considerações a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	177
SEGURANÇA PÚBLICA		Manifestação em favor do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, a respeito da censura existente à Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Alvaro Dias.	177
Considerações acerca do terror da violência que atinge o Estado de São Paulo. Preocupação com a onda de violência contra os agentes penitenciários paraibanos. Senador Ney Suassuna.	67	Comentários a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Jorge Bornhausen.	180
Alerta para as diversas formas de violência e exploração infantil cometidas, diariamente, em nosso País. Senador Valmir Amaral.	259	Comentários a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	181
Elogios à apreensão de bens dos criminosos do PCC para indenizar familiares das vítimas em São Paulo. Senador Romeu Tuma.	337	Comentários a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Flexa Ribeiro.	182
Considerações sobre a grande violência vivida no País, e o descaso do Governo com o assunto. Senador João Batista Motta.	378	Comentários a respeito de censura a Parla- mentares da oposição na “Voz do Brasil”. Senador Eduardo Suplicy.	182
Preocupação com a questão da segurança no Estado de São Paulo. Senador Eduardo Suplicy.	495	Referências ao pronunciamento do Sena- dor Jorge Bornhausen sobre a possível censura havida no programa “Voz do Brasil”. Senadora Ideli Salvatti.	336
Apelo à liberação de recursos, pertencen- tes ao fundo penitenciário, que se encontra contingenciado pelo Governo Federal. Senador Heráclito Fortes.	511	Apelo à Presidência para a praxe da réplica e da tréplica necessários em momentos polêmicos na Casa. Senador Sibá Machado.	343
Comentários acerca da violência urbana que atinge as grandes cidades brasileiras. Apontamentos a respeito da educação e da cultura como principais elementos na guerra contra a violência. Senador Paulo Octávio.	526	Manifestação com relação às palavras do Sena- dor Jorge Bornhausen. Senadora Ideli Salvatti.	343
Críticas as autoridades de São Paulo, em particular o secretário de Segurança Pública do Estado, Saulo de Castro Abreu Filho, pela demora		Manifestação com relação ao pronuncia- mento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Herá- clito Fortes.	344
		Reclamação referente ao debate e agressões verbais que estão ocorrendo no Plenário da Casa. Senador Sibá Machado.	344

Pág.	Pág.
<p>Apontamento de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”, reconhecido pelo próprio Diretor de Comunicações da Casa. Senador Tasso Jereissati.</p> <p>Comentários à onda de ataques verbais e ao embrutecimento das relações dentro do plenário da Casa. Senador Tião Viana.</p> <p>Manifestação de satisfação ao assomar pela primeira vez à Tribuna do Senado Federal, como suplente convocado do Senador Gilvam Borges, pelo Estado do Amapá. Senador Geovani Borges.</p> <p>Tristeza pelo fato de que os debates da Casa tenham adquirido uma tonalidade por muitas vezes agressiva. Senador Roberto Saturnino.</p> <p>Considerações sobre a perda dos limites de civilidade nos debates do Senado. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Felicitações ao Senador Tião Viana pelo seu pronunciamento apaziguador e conciliador. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Cumprimentos ao Senador Alvaro Dias pela maneira correta e regimental com que dirige os trabalhos nas sessões do Plenário. Senador Jorge Bornhausen.</p> <p>Críticas aos comentários desqualificantes à Casa, explícitos diariamente nos pronunciamentos do Senador Heráclito Fortes. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Críticas à desordem provocada no Plenário pelos pronunciamentos da Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Defesa do fim do voto secreto na Casa. Senador Paulo Paim.</p> <p>Manifestação sobre os pronunciamentos dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e da Senadora Fátima Cleide, na sessão do dia 8 de agosto de 2006. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>SOLIDARIEDADE</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Sibá Machado.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Paulo Paim.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na</p>	<p>345</p> <p>350</p> <p>351</p> <p>354</p> <p>355</p> <p>356</p> <p>356</p> <p>361</p> <p>361</p> <p>412</p> <p>511</p> <p>(SP)</p> <p>(STJ)</p> <p>24</p> <p>25</p> <p>25</p> <p>25</p> <p>26</p> <p>28</p> <p>28</p> <p>30</p> <p>30</p> <p>31</p> <p>31</p> <p>33</p> <p>213</p> <p>337</p> <p>205</p> <p>205</p> <p>205</p>
<p>CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Marcos Guerra.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador João Batista Motta.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta lamentando o envolvimento do nome de S. Ex^a com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Antônio Carlos Valadares.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senadora Ana Júlia Carepa.</p> <p>Registro ao ato de solidariedade do Senador Aloizio Mercadante para o Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Comentários acerca da agressão criminal em São Paulo, por parte das quadrilhas organizadas. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Tião Viana.</p> <p>Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do</p>	<p>26</p> <p>28</p> <p>28</p> <p>30</p> <p>30</p> <p>31</p> <p>31</p> <p>33</p> <p>213</p> <p>337</p> <p>205</p> <p>205</p> <p>205</p>

	Pág.		Pág.
Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Efraim Morais.	205	liberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Aloizio Mercadante.	206
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Antonio Carlos Magalhães.		(TO)	
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça. Senador Romero Jucá.	205	Registro da dificuldade de ser liberada pelo IBAMA a licença de instalação para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins. Senador Edison Lobão.	263
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à de-	206	TURISMO	
		Proposta em defesa da união de esforços dos setores interessados em viabilizar cursos para a formação de guias turísticos e de outras atividades profissionais voltadas para o turismo na Paraíba. Senador Ney Suassuna.	531

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

– Nº 191/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 513, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram juntadas ao processado do requerimento e ficam à disposição do Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2006

Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte disposição:

Art. 473.....

IX – por um dia, a cada período de doze meses, após a realização de exame de detecção de câncer de mama, útero e próstata. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Justificação

A alteração proposta ao art. 473 tem por objetivo estimular a realização de exames de detecção precoce de câncer de mama, útero e próstata.

O câncer de próstata, por exemplo, é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil, na opinião do Dr. Walter Koff, presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, e já é duas vezes mais freqüente que o câncer de mama.

Estima-se que 400 mil brasileiros, com idade entre 45 e 75 anos, apresentem a doença atualmente, mas muitos ainda não sabem.

O risco é crescente, pois apenas no ano de 2005 estima-se que foram diagnosticados cerca de 46.330 casos de câncer de próstata. No caso das mulheres a situação não é diferente, necessitando também de redobrada atenção, muito embora a campanha de prevenção já tenha se iniciado há mais tempo. Diagnosticado em sua fase inicial aumenta substancialmente a possibilidade de cura e os pacientes livres da doença poderão levar uma vida normal.

Não é preciso consignar o enorme custo para a saúde pública, uma vez confirmado o diagnóstico positivo da doença já em estágio avançado.

Por isso mesmo, governo, sociedade civil, e empresários devem ser chamados a contribuir com o trabalho de prevenção, sendo estimulante à concessão de 7uma licença de um dia apenas em um ano de trabalho, para que o empregado possa fazer os exames.

O projeto, além de estimular, procura conscientizar nossos trabalhadores sobre a necessidade de realizar frequentemente exames preventivos da doença.

Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de de . – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 473 – O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído Delo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-Lei nº 757, de 12-8-1969)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14-7-1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27-10-1999)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 873, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 216, de 2006 que, “Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em , de de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, Inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland

Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, na forma da Moção anexada.

Moção

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil,

Considerando as boas relações que unem, há mais de cento e oitenta anos, Brasil e Grã-Bretanha;

Lembrando que o Reino Unido da Grã-Bretanha sempre serviu de exemplo para o Brasil como país que se pauta fielmente pelos princípios mais caros da democracia e pelo respeito escrupuloso aos direitos humanos;

Destacando particularmente que o modo de operar da polícia britânica prévio aos ataques terroristas de 2005, sem o uso conspícuo de armas de fogo e com emprego de violência física moderada, era encarado, em nosso país, como exemplo bem-acabado da conjugação ideal entre segurança pública e respeito aos direitos individuais dos cidadãos;

Reconhecendo, entretanto, que os bárbaros atentados terroristas contra o metrô de Londres, que atingiram tantas vítimas inocentes, demandaram a implantação de medidas excepcionais para garantir a segurança da população britânica;

Assinalando, contudo, que a luta contra o terrorismo, embora demande medidas rigorosas de segurança, não pode jamais se dar ao arrepio dos imprescindíveis princípios da transparência e da responsabilidade legal e administrativa (accountability) das ações governamentais, sob pena de se criar um Estado policial e autoritário que causará, no longo prazo, mais danos às democracias do que quaisquer atos terroristas;

Convictos de que, no caso de Jean Charles de Menezes, um cidadão brasileiro absolutamente inocente, houve, por parte das forças de segurança britânicas, no mínimo negligência criminosa que resultou num bárbaro assassinato;

Lamentando que, desde o início, certas autoridades britânicas, notadamente Sir Ian Blair, chefe da polícia Metropolitana, tenham tentado encobrir os erros cometidos no trágico episódio ao invés de procurar estabelecer prontamente as verdades dos fatos;

Considerando que essa atitude de algumas autoridades britânicas, bem como a incompreensível decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica de inocentar os responsáveis pela morte de uma pessoa inocente, representam inaceitável afronta à justiça;

Desapontados com o manto de impunidade que encobriu todo esse lamentável caso; e

Solidários com a família de Jean Charles de Menezes que, após ter recebido o duro golpe da morte física de um filho querido, sofre agora com a sua morte moral, ensejada pela impunidade e pela injustiça;

Manifestamos o nosso voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão

brasileiro Jean Charles de Menezes e conclamamos as autoridades do Reino Unido da Grã-Bretanha a que tomem as medidas necessárias para que esse crime não fique definitivamente impune.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu, em aditamento à **Mensagem nº 204, de 2006** (nº 645/2006, na origem), o **Aviso nº 889, de 2006**, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando cópia do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional sobre proposta de aumento do limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. – Transpetro.

O expediente, juntado ao processado da Mensagem nº 204, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Serão confeccionados novos avulsos da Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu em aditamento à Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), o **Aviso nº 890, de 2006**, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando os Termos e Condições referentes ao Financiamento para a Construção da UTE Candiota II Fasa “C”, proposto pela China Development Bank – CDB e a respectiva tradução.

O expediente, juntado ao processado da Mensagem nº 177, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

Serão confeccionados novos avulsos da Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 314, de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, do valor global de R\$698.797.766,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 314

Publicação no DO: 1º-8-2006

Emendas até 7-8-2006: (7º dia da publicação)

Prazo final na Comissão: 1º-8-2006 a 14-8-2006 (14º dia)

Remessa do Processo à CD: 14-8-2006

Prazo na CD: de 15-8-2006 a 28-8-2006 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF: 28-8-2006

Prazo no SF: 29-8-2006 a 11-9-2006 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD: 11-9-2006

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: 12-9-2006 a 14-9-2006 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 15-9-2006 (46º dia)

Prazo final no Congresso: 29-9-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu do **Aviso nº 30, de 2006** (nº 305/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.003, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nº 187 e nº 188, ambas de 2006, (nºs 572 e 574/2006, na origem), que encaminham ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2006.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Com as Mensagens nº 187 e nº 188, ambas de 2006 (nº 572 e nº 574, ambas de 2006, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Os incisos I e II do caput do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, estabelecem que a programação monetária deverá conter: estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, de forma que sua evolução seja compatível com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e análise da evolução da

economia nacional prevista para o trimestre e justificativa da programação monetária.

O documento intitulado “Programação Monetária”, de junho de 2006, redigido pelo Banco Central do Brasil (BCB), inicia discorrendo sobre a evolução da economia brasileira no segundo trimestre deste ano. Nessa seção, o BCB destaca a elevação da taxa de crescimento da economia, a desaceleração da taxa de incremento do nível de preços, inteiramente compatível com o cumprimento da meta de inflação fixada para este ano, a redução da taxa de desemprego aberto e os bons resultados da política fiscal e do setor externo. As seções seguintes descrevem e justificam o desempenho da política monetária nos dois primeiros trimestres de 2006 e apresentam as perspectivas para os trimestres subseqüentes.

A última seção da “Programação Monetária” apresenta as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para 2006. O BCB estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, e dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

A variação em doze meses projetada para 2006 situa-se entre 13,9%, para o M1, e 15,1%, para o M4. Esses números foram projetados com base no cenário mais provável para o comportamento do PIB, da inflação e das taxas de juros e de câmbio, entre outros indicadores, e foram consistentes com a meta estabelecida para a inflação.

II – Análise

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou e esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo BCB e enviado pela Presidência da República.

Em seu primeiro momento, o Plano Real tinha como pilar a âncora cambial e o controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e

acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a livre flutuação da moeda nacional.

Dessa forma, houve uma reformulação da política monetária. Agora, tem-se câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Com as metas de inflação, a ferramenta básica da política monetária deixou de ser o controle da expansão da moeda e passou a ser a taxa de juros. Estudos mostram que a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação é tênue no curto e no médio prazo. Por essa razão, os bancos centrais, em sua maioria, vêm abandonando o controle de agregados monetários como instrumentos de política monetária em favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do BCB e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2006 é consistente com o regime de metas para a inflação e, portanto, com o objetivo de se assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

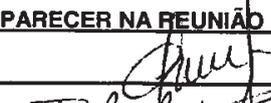
Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, nos termos das Mensagens nº 572 e nº 574, ambas de 2006, da Presidência da República.

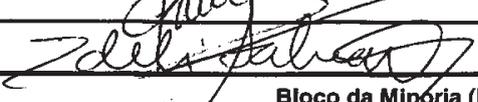
Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

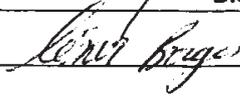
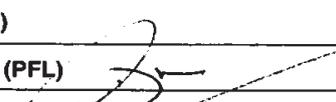
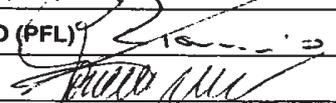
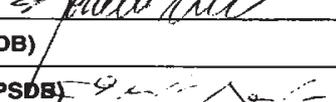
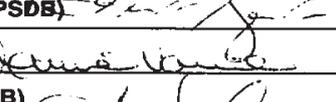
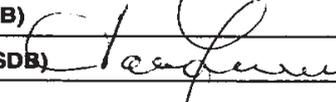
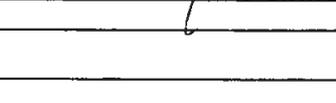
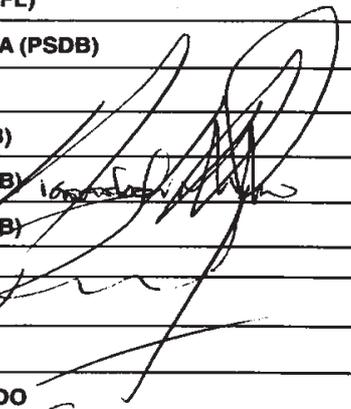
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGENS DO SENADO FEDERAL NºS 187 E 188, DE 2006
NÃO TERMINATIVAS**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

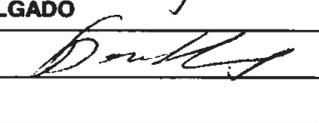
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

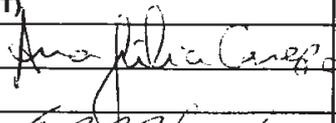
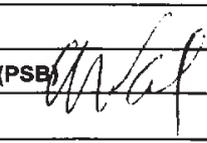
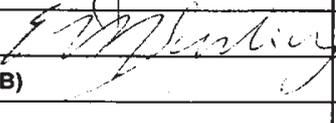
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL) 	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Parecer lido conclui favoravelmente às Mensagens nºs 187 e 188, de 2006, nos termos do **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006**, que aprova a *Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

A matéria ficará perante à Mesa para recebimento de emendas, durante cinco dias úteis, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me apenas transmitir que, solidários com a família de Jean Charles de Menezes, após ter recebido o duro golpe da morte física de um filho querido, sofreu agora com a sua morte moral ensejada pela impunidade e pela injustiça.

É por essa razão, Sr. Presidente, que avalio seja importante que o Senado Federal possa, com todo o respeito às instituições do Reino Unido, enviar um Voto de Censura e Repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica de inocentar os oficiais da *Scotland Yard* envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, e conclamar às autoridades do Reino Unido da Grã-Bretanha que tomem as medidas necessárias para que esse crime não fique definitivamente impune.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a falou no requerimento. V. Ex^a vai encaminhar à Mesa o requerimento?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu encaminho à Mesa o requerimento que V. Ex^a acabou de ler.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, é esse requerimento que vai à Comissão de Relações Exteriores. No retorno, evidentemente, será dada a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador João Alberto. Eu gostaria de pedir a minha ins-

crição para uma comunicação inadiável no momento adequado antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em primeiro lugar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está pedindo como Líder? V. Ex^a já está inscrito em primeiro lugar, Senador Mozarildo, como Líder.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem o Senador Roberto Saturnino. É o segundo?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O segundo, Sr. Presidente. Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, está inscrito como segundo colocado.

Pela ordem a Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, quero solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em terceiro lugar. Pela ordem a Senadora Heloisa Helena, do P-SOL das Alagoas, candidata a Presidente da República.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Graças a Deus! Que luta desigual, Senador João Alberto... Quero que V. Ex^a me inscreva, por favor, pela Liderança do P-SOL, mas não agora, automaticamente. Mas que eu possa ficar inscrita para, após uns três oradores, poder usar a palavra. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No momento em que V. Ex^a desejar fazer uso da palavra V. Ex^a comunique à mesa.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Está ótimo. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de V. Ex^a usar da palavra, Senador Mozarildo, concedo a palavra à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, e pedindo desculpas e escusas aos gaúchos que compõem este Plenário, acho que não poderíamos deixar de registrar que, no domingo, o poeta Mário Quintana – esse maravilhoso poeta brasileiro – completaria cem anos. Seria o centenário de Mário Quintana.

Quero aqui fazer o registro de três pequenos poemas dele.

“Os Parceiros”

Sonhar é acordar-se para dentro.

“Das Utopias”

Se as coisas são inatingíveis... Ora!

Não é motivo para não querê-las

Que tristes os caminhos, se não fôra

A presença distante das estrelas.

e

“Poeminha do Contra”

Todos estes que aí estão

Atravancando o meu caminho

Eles passarão...

Eu passarinho!!!

Saúdo o maravilhoso Mário Quintana, que engrandece a poesia brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, ela pediu a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas uma frase: o Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon e o Senador Sérgio Zambiasi encaminharam um requerimento para a realização de uma sessão de homenagem ao Mário Quintana, e S. Ex^a está convidada para ser uma das oradoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por gentileza.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho de muitos dias de viagem pelo meu Estado, onde tive oportunidade de visitar todos os Municípios do interior.

Estamos vivendo lá um período de muita chuva. Durante muito tempo ainda estaremos em chuva, porque em Roraima estamos acima do Equador.

Portanto, diferentemente do que acontece em outros locais do Brasil, estamos em um período de bastante chuva. E todos os Municípios estão sofrendo com as estradas federais em péssimo estado, muitas das quais intrafegáveis. Na verdade, o que constatamos é que, depois de três anos e sete meses do Governo Lula, o meu Estado não recebeu investimentos à altura do necessário, não só no que tange às estradas, mas também no que tange a outros estímulos para o desenvolvimento de Roraima.

Sr. Presidente, as obras federais que estão ocorrendo no meu Estado são fruto de emendas parlamentares e, portanto, não são exatamente fruto da iniciativa do Orçamento do Governo Federal. Isso é lamentável, porque se trata de um Estado que há pouco tempo era um Território Federal e que deveria merecer do Governo Federal todo o estímulo para se implantar, se consolidar e se tornar realmente um Estado importante para o extremo Norte do País, já que faz fronteira com dois países – a Venezuela e a Guiana – e nem sequer pode tirar proveito dessa aproximação.

Recentemente, o Governador do Estado, eu e outros Secretários de Estado estivemos na Venezuela, onde foi firmado um acordo de cooperação, de 14 itens, entre a Venezuela e Brasil, mais precisamente entre a Venezuela e o Estado de Roraima, porque beneficiará precipuamente o meu Estado.

Infelizmente, aqueles pontos que dependiam do Governo Federal não andaram ou andaram muito pouco face à necessidade e – digamos assim – ao interesse da Venezuela em nos ajudar. Basta citar um ponto principal e que é, eu diria, de fácil solução: a importação da gasolina e do óleo diesel da Venezuela.

O Governo venezuelano se dispõe a vender abaixo do preço de mercado para o Estado de Roraima – um consumidor pequeno, considerando-se o grande consumo nacional – cerca de 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de diesel por ano, uma quantia, portanto, pequena dentro do Orçamento da Petrobras. A Venezuela se dispõe a vender e o Brasil faz corpo mole para comprar, quer dizer, não leva em conta a situação que beneficiaria nosso Estado no que tange ao barateamento do frete, à redução do custo de vida e do valor do transporte coletivo; enfim, toda uma revolução na agricultura que seria implantada por meio dessa importação. No entanto, essa questão está enredada na burocracia.

Faço um apelo ao Ministro Silas – um homem que conhece, em profundidade, o Estado de Roraima – para que realmente agilize a questão, assim como

a Ministra Dilma Rousseff, que foi Ministra de Minas e Energia e que conhece o problema, para que a questão seja solucionada o mais rapidamente possível.

Recentemente, a Pedevesa esteve em Roraima e tem a solução para implementar rapidamente a questão. Esperaria até que o Governo do Presidente Lula fizesse essa bondade com o Estado – pelo menos essa –, editando uma medida provisória, em caráter excepcional, para permitir a importação da gasolina e do óleo diesel da Venezuela e, depois, implementar os demais itens, como, por exemplo, a dispensa de visto de passaporte, a abertura da fronteira 24 horas, uma verdadeira integração que beneficia o Estado de Roraima e o Estado de Bolívar, na Venezuela. Essa integração se faz mais do que importante agora que a Venezuela pertence ao Mercosul. Seria um passo, na fronteira norte do Brasil, para uma consolidação mais adequada entre os países que compõem o Mercosul.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo esse apelo ao Ministro Silas Rondeau, à Ministra Dilma Rousseff e ao próprio Presidente Lula para que agilize a importação de combustível por meio de medida provisória, pois, se o fizer pelos meandros normais da burocracia, passarão os cinco meses que faltam para o término do mandato do Presidente Lula e não teremos a concretização de pelo menos esse anseio, que, com certeza, significará um grande avanço para o meu Estado e aliviará o sofrimento imenso por que passa o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozaildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, votação dos Requerimentos n^{os} 869 e 870, do Senador José Maranhão, e os Requerimentos n^{os} 871 e 872, do Senador Gilvam Borges, todos de 2006, que versam sobre licença de saúde e de interesse particular, lidos na sessão de ontem.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados os requerimentos, a Presidência tomará as providências necessárias à convocação dos respectivos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno à tribuna, na tarde de hoje, para, numa breve consideração, mais uma vez, fazer a defesa e mostrar a importância do que representa para mim, em especial, para toda a sociedade brasileira, o Parlamento.

O Parlamento brasileiro vem sendo desgastado, corroído diariamente. É lamentável que isto aconteça e, sem dúvida alguma, as fontes que desejam e que emitem sinais para esse desgaste, sem dúvida, são as mais obscurantistas, antidemocráticas e aquelas que costumam viver em regimes de exceção.

Recordo-me que, no primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, salvo engano, no mês de março de 2003, mostrava a necessidade do Parlamento Brasileiro, do Congresso Nacional, desta Casa, o Senado da República, fazerem uma auto-avaliação e promoverem as medidas necessárias, todas, de reforma do estado brasileiro, para que ele não fosse, por dentro, pelas suas próprias vísceras, destruído, como se encontra nos dias de hoje. Naqueles tempos, não vivíamos momentos de crise. E o Governo do Presidente Lula se iniciava. Hoje, estamos vivendo uma crise profunda. A imprensa do nosso País tem mostrado diariamente todo tipo de falcaturia, todo tipo de mazela e, em sua maior parcela, atribuída ao Congresso Nacional, como se este praticasse todas essas mazelas por si só ou no seu conjunto, na sua totalidade, sem as exceções devidas e honrosas – e que não são poucas, são inúmeras – sem a participação de outros Poderes.

No entanto, para que eu possa continuar a defender o Parlamento brasileiro e para que eu possa continuar a defender o Senado Federal, de início, é preciso que se diga que precisamos, diretamente, por iniciativa própria, tomar as providências necessárias para que esta Casa possa honrar, granjear junto à sociedade brasileira o prestígio necessário para sua sobrevivência como instituição democrática. Caso contrário, nós, Senadores e Deputados Federais, não tenhamos autoridade moral para tomar as providências internas necessárias, não teremos condições de nos apresentar à sociedade como defensores da moral pública, do respeito às instituições democráticas.

Eu me recordo, pelas leituras que faço, que as democracias, sobretudo as parlamentaristas, mais de perto as das grandes nações européias, na década de 20 e 30, estavam lá embaixo, no desprestígio popular, e a queda de prestígio das democracias parlamentaristas européias, sobretudo da França e da Inglaterra, acontecia porque todas as suas instituições se encontravam atoladas no clima de corrupção que sangrava as instituições daqueles países. E foi, sem dúvida al-

guma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aquele clima de destruição da democracia, do Parlamento, sobretudo pela corrupção, que fez nascerem, na própria Europa, na Itália e na Alemanha, sistemas de Governo como o nazi-fascismo e, embora internamente, na Alemanha, por meio de um partido que se auto-intitulava de Partido Socialista, o socialismo nacionalista. É esse clima que precisamos eliminar neste País, mas para tanto precisamos tomar providências internas.

Vejo publicado na revista **Veja** desta última semana: “Doze ações para cassar os corruptos”. Tive a preocupação de lê-las e tenho certeza de que a revista **Veja** não achou a pólvora, não conseguiu descobrir a pólvora. Aliás, com a participação, inclusive, de cientistas, de políticos e de outros filósofos, tenho certeza absoluta de que não apontaram os caminhos mais adequados para solucionarmos o problema, sobretudo quando a matéria diz, de forma expressa, que “puniram os partidos”, como se essa responsabilidade se devesse a esta Casa e não a outra instituição, como o Tribunal Superior Eleitoral, que já poderia ter punido inúmeros partidos, a exemplo do Partido dos Trabalhadores, por tudo quanto ficou provado nas Comissões Parlamentares de Inquérito deste Congresso Nacional, e nenhuma providência foi tomada. Inúmeras são as propostas que, sem dúvida alguma, não trarão nenhuma eficiência, nenhuma eficácia, para a solução desse grave problema.

Lamento, neste instante, a ausência, no plenário – embora eu tenha conhecimento de que se encontra nesta Casa –, do nobre Senador Romeu Tuma, Corregedor desta Casa, de quem pretendo, desta tribuna, indagar que providências estão sendo tomadas para que os nossos Senadores citados pela CPI das Sanguessugas, Senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Silhessarenko, e mais a Senadora Ideli Salvatti, que há poucos instantes se encontrava neste plenário, pudessem, diante da Corregedoria desta Casa, diante do Plenário do Senado Federal, ter as condições necessárias para mostrar a esta Casa, aos seus Pares e à sociedade a lisura dos seus atos, para que os seus nomes e esta instituição, o Parlamento brasileiro, não ficassem enxovalhados.

Portanto, é preciso que a Corregedoria desta Casa, suas Comissões e todo o Colegiado dêem oportunidade para que S. Ex^{as} possam exercer seu amplo direito de defesa e mostrar seu comportamento, para que esta Casa não continue no escárnio público em que se encontra. É preciso, portanto, dar oportunidade para que S. Ex^{as} possam se manifestar da forma mais ampla possível e comprovar, dentro daquilo que é objeto de acusação, de forma direta, de forma expressa, pelos órgãos de comunicação, por tudo quanto a Co-

missão Parlamentar de Inquérito está apurando, pelo pronunciamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, porque nós, Senadores, Deputados, classe política, estamos cansados de ouvir, diariamente, a imprensa deste País não fazer exceção, não fazer exclusão, colocar a classe política, ela toda, como responsável pela bandalheira que se pratica neste País, tornando-nos incapazes de caminhar pelas ruas. Ao sair do Congresso, inúmeros parlamentares retiram da lapela o broche que os identifica como parlamentares, como Senador ou Deputado Federal, o que eu não faço. Gosto de encarar aqueles que me encaram, gosto de olhar para trás e parar para ouvir melhor o que têm a dizer, pois é assim que todo parlamentar deve se comportar.

Espero que os meus Pares, sobretudo os quatro Senadores a que me referi, Senadores Ney Suassuna e Magno Malta e Senadoras Serys Silhessarenko e Ideli Salvati, possam se defender da forma mais ampla possível, para que seus nomes não continuem na imprensa como parlamentares que praticaram atos não condignos com o exercício do mandato parlamentar. É preciso que se abra essa possibilidade e que, de forma pública, esta Casa assumira essa condição. Não podemos ficar nos gabinetes e nos corredores omitindo os problemas que estamos vivenciando.

Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Almeida Lima, eu não poderia deixar de apartear-lo, porque V. Ex^a cita nomes de quatro Senadores. Entendo que essa é uma matéria que vai exigir uma manifestação do Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a fala na moralidade pública, fala na defesa da imagem do Parlamento, o que merece todo o nosso respeito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Acima de tudo, Senador, falo da imagem dos próprios Parlamentares. Eles precisam de todo o espaço possível para mostrar a hombridade, a dignidade e o respeito que têm no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sem dúvida. Eu só gostaria de lembrar a V. Ex^a, agradecendo por essa cobrança em nome da imagem do Parlamento, pois qualquer Senador atingido em sua integridade tem o dever de reagir à altura, que a Senadora Serys Silhessarenko já subiu à tribuna duas vezes e deu todas as explicações que pôde sobre a matéria. Ela já esclareceu isso. Quanto à Senadora Ideli Salvatti – estou me reportando ao meu Partido –, eu não sei qual é a acusação a que V. Ex^a está se referindo. É a dos “sanguessugas”? A que V. Ex^a está se referindo?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu me referi às declarações da Senadora Ideli Salvatti, diante da matéria publicada pela imprensa que diz respeito ao patrimônio que a Senadora possui, matéria que vem circulando, acredito, há cerca de 30, 40, 45 dias, um pouco mais, um pouco menos.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Quanto à Senadora Ideli Salvatti, diante desse esclarecimento, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que ela também já veio à tribuna e informou, inclusive, que há mais de um ano e meio procurou o Procurador-Geral da República e pediu que fosse investigada amplamente e com absoluta atenção do Ministério Público Federal, para esclarecer toda e qualquer dúvida acerca de um problema que havia entre ela e o Procurador da República do seu Estado. Então, penso que o esclarecimento dela demonstrou desprendimento, responsabilidade e, ao mesmo tempo, cumpriu com a envergadura o mandato.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Tião Viana, sem desejar interromper definitivamente o aparte de V. Ex^a, que poderá continuá-lo, quero dizer, inclusive, que a primeira observação que fiz no início do meu pronunciamento é que lamentava a ausência, naquele instante, do Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, que acaba de adentrar ao plenário.

Por quê? Porque vim disposto – como de fato o fiz – a cobrar de S. Ex^a Senador Romeu Tuma, Corregedor desta Casa, explicações públicas, de preferência da tribuna desta Casa, acerca dos procedimentos adotados por S. Ex^a quanto a esses quatro Senadores.

Se esses Senadores já deram as devidas explicações, é preciso que a Corregedoria, que a Mesa, que esta Casa se pronunciem a respeito de S. Ex^{as}. O que não pode são os quatro Senadores continuarem na berlinda, como se culpados fossem.

Portanto, o que eu espero é exatamente isso. Não vim à tribuna para, **a priori**, fazer condenação a Senador algum. Vim à tribuna constatar os fatos que a imprensa do País publica e de que todos temos conhecimento, para não fazermos os nossos ouvidos moucos, para não nos fazermos de cegos e de surdos e para que tratemos da questão de forma clara, de forma aberta, de forma pública, exigindo da Casa providências.

Se os Senadores apresentaram devidamente as suas alegações, que a Casa se manifeste para que possa tirar dessas pessoas, que são nossos Pares, o peso que estão sobre suas cabeças.

Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Também peço um aparte, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço licença ao Senador Tião Viana, que estava em aparte, pois não sei se S. Ex^a o terminou.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Poderemos retornar a S. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Queria que V. Ex^a soubesse que eu jamais abri mão das prerrogativas ou das obrigações que têm o Corregedor desta Casa. É claro que o juiz nos enviou algumas notas sem se referir que havia prática de delito por parte daqueles que têm foro privilegiado, que são os Senadores, os Deputados e os Ministros de Estado. Pedi informações ao Presidente da CPMI, porque S. Ex^a tem tido a cautela de não dar conhecimento de várias questões pelo sigilo apontado. Mas S. Ex^a teve a gentileza de me mandar uns trechos do depoimento do dono da Planan, citando os três Senadores. Imediatamente, ainda hoje, conversei com o Dr. Carreiro – a Secretaria da Corregedoria está lá – para abrirmos uma investigação. Já falei com o Senador Ney Suassuna que preciso ouvir os funcionários dele que foram presos. Como dizem que a assinatura dele foi falsificada, há que se comprovar e fazer as perícias. A Senadora Serys Slhessarenko já me entregou um dossiê completo e colocou à minha disposição, para ser ouvido, o seu genro que está sendo acusado. Agora, o Senador Magno Malta está procurando falar comigo por telefone, mas está viajando. A Senadora Ideli Salvatti já deu explicações nesta Casa. Conversei com ela, que também se colocou à disposição para esclarecer qualquer assunto. Com relação aos três Senadores, tomei providências. O Presidente do Conselho de Ética está aqui e, se houver indícios de prática de crime, imediatamente receberá o relatório e poderá designar um relator para as providências que o Conselho deva tomar. Quero agradecer a V. Ex^a por ter-me citado e ter-me dado oportunidade. Não estou dormindo de botina, estou prestando atenção, só tendo a cautela natural daquele que tem a obrigação de investigar e de não cometer injustiça, nem praticar nenhuma acusação que possa ser leviana amanhã. V. Ex^a cobra, e cobra com razão, mas queria deixá-lo tranquilo, porque estou providenciando todos os fatos para evitar que realmente o Senado seja atingido por omissão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e quero repisar na seguinte informação. Os fatos que conheço são aqueles que os brasileiros conhecem pela imprensa. Não trouxe a esta tribuna nenhum fato que o povo brasileiro não conheça pela imprensa. O que pedi da tribuna, e faço questão de repetir, é que esta Casa se pronuncie, porque estamos vendo-a ser enxovalhada diariamente, sobretudo por aqueles que desejam ver a democracia ir para o ralo,

para o esgoto e o Parlamento enfraquecido. Sabemos muito bem que o Palácio do Planalto tem o objetivo de desmoralizar o Parlamento. Sabemos que outros setores obscurantistas deste País têm esse objetivo.

Então, a minha precaução, a minha preocupação é esta: os fatos são do conhecimento público? Sim. Os meios, os caminhos, as artérias competentes desta Casa precisam se manifestar, dar oportunidade aos nossos Pares de fazer e de dar suas explicações, para que não continue a pesar sobre a cabeça e os ombros desses Parlamentares a pecha que a imprensa está a colocar diariamente, maculando a imagem de todo o Senado, de todo o Congresso, de toda a classe política.

Portanto, nobre Senador Romeu Tuma, não era outra coisa, senão isso que desejava V. Ex^a fizesse, como de fato o fez, de público, de viva voz, há poucos instantes.

Concedo o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Agradeço-lhe muito, Senador Almeida Lima, até porque o Senador Tião Viana já iniciou as explicações em relação aos esclarecimentos absolutamente também públicos, tanto da Senadora Serys, que esclareceu a situação, quanto da Senadora Ideli que, inclusive, colocou seu sigilo bancário à disposição do Procurador da República, mais até do que da própria Casa, há mais de um ano. Portanto, penso que se poderia preocupar com quem não está fazendo o esclarecimento correto, porque há muita gente denunciada, Parlamentares, inclusive ex-Parlamentares. Então, temos de cobrar de todos, e gostaria de ver V. Ex^a cobrando também da Corregedoria – tenho certeza de que o Senador Romeu Tuma já tomou providências. Não vejo nenhuma relação de culpa do Governo Federal, pois, agora, de tudo tem culpa o Governo Federal, que é culpado porque alguém aqui formou um esquema. Pelo contrário, o Governo investigou. Gostaria de ver V. Ex^a também cobrando o fato que denunciei aqui – a imprensa dá o tratamento que quiser à notícia, Senador, dependendo de quem for – sobre terem sido achados, em meu escritório, instrumentos de escuta criminosa. A Polícia Federal fez a perícia e confirmou esse fato que ocorreu no meu escritório de Senadora da República, no meu Estado, em Belém do Pará. Venho sendo perseguida há muito tempo e às vésperas de uma campanha eleitoral. Será que é o Palácio do Planalto? Tenho certeza de que não; são bandidos que me perseguem. É lógico que o material vai ser usado em campanha eleitoral e que calúnias surgirão na imprensa, porque a mesma imprensa não teve coragem de dizer que existe escuta eletrônica criminosa. E só quem não consegue

o debate democrático, Senador Almeida Lima, utiliza esse tipo de subterfúgio, esse tipo de baixaria, esse tipo de crime. Escuta eletrônica ilegal, imoral, criminosa, no escritório de uma Senadora, lá no meu Estado do Pará. Entendeu? Eu fui à Polícia Federal solicitar investigação. Infelizmente, talvez seja difícil encontrar; mas é muito fácil verificar as digitais nessas escutas. E a imprensa não divulga a informação correta. Só o que interessa a alguns setores. Nem toda a imprensa. Não posso dizer que é toda a imprensa, mas uma parte da imprensa, que não forneceu esse tipo de informação em uma questão, para mim, seriíssima, que atingiu uma Senadora. Eu fui vítima de fraude, Senador. Sabe o que é fraude? E já solicitei à Mesa... Fraude em uma CPI. Colocaram uma informação fraudulenta em um relatório preliminar, de que o telefone da minha assessora havia feito ligações para um empresário. Senador, quem colocou a informação mentiu fraudulentamente, porque havia a quebra do sigilo telefônico. Estava comprovado que o telefone não era dela, mas, mesmo assim, colocou. Isso é fraude, Senador, cometida para atingir a minha honra, por causa da minha atuação. E agora, com certeza, eu não tenho dúvida. Preparem-se, para depois não dizerem que eu não disse: vai ser plantada mais calúnia contra mim.

Não podemos agora, só porque, muitas vezes, são plantadas matérias que, em diversas situações – inclusive com as Senadoras Ideli Salvatti e Serys Shhessarenko, que já provaram por a mais b –, são calúnias e mentiras, assumir isso, porque o que enxovalha o Congresso Nacional são as calúnias. O que enxovalha o Congresso Nacional é essa bandidagem. Quem errou, quem é bandido, tem que estar atrás das grades sim, Senador. E tomara que seja punido. É o que queremos fazer. Mas quem é inocente... Não podemos igualar todo mundo. Não podemos dizer que a Senadora Ideli Salvatti ou que a Senadora Serys Shhessarenko têm que dar mais explicações. S. Ex^{as}. até deram. Mas nós não podemos...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Desculpe. Nós não podemos tratar da mesma forma. Eu sei o que é ser perseguida por bandido, e eu sei que é isso que está acontecendo com as Senadoras Serys Shhessarenko e Ideli Salvatti. Portanto, Senador Almeida Lima, com todo respeito, a cobrança de V. Ex^a à Corregedoria para que a mesma se posicione deveria ser geral. E V. Ex^a também deveria tomar conhecimento do que já foi explicado, do que já foi esclarecido, para dizer: “Não, eu sei que tais e tais situações já foram devidamente esclarecidas”. Do contrário, passaremos para a sociedade – para quem nos ouve, para quem

nos assiste – a impressão de que esta Senadora não esclareceu os fatos – fartamente documentados – e as calúnias que fizeram contra essas pessoas. Ou então nós generalizamos. E toda a generalização é indevida, é injusta. E isso é errado. É por isso que nós temos que cobrar, culpar e punir aqueles que merecem ser punidos, e não pessoas que são simplesmente atacadas e caluniadas por sua atuação. Era isso. Muito obrigada, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senadora Ana Júlia Carepa, gostaria de saber de V. Ex^a se eu fiz...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não disse que V. Ex^a caluniou nem colocou, só para deixar claro, antes que V. Ex^a diga. Pelo contrário, só estou dizendo que nós temos sempre, sempre, sempre, Senador, que deixar claro quando se faz um questionamento. Caberia a V. Ex^a questionar, mas V. Ex^a deveria dizer o seguinte: “Mas nós sabemos que já foi esclarecido”.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu não fiz nem uma pergunta, Senadora!

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu não fiz nem a pergunta, ainda.

V. Ex^a sentiu que, democraticamente, pode debater comigo, e fez uso do aparte durante bom tempo, sem ser interrompida. Evidentemente, eu não desejo desviar o foco da questão. V. Ex^a tergiversou em uma série de assuntos que não o foco da questão que levantei, mas V. Ex^a disse que gostaria que eu cobrasse, e não explicou bem...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...aquilo que eu não cobrei da tribuna. Se existe algum fato que eu deveria cobrar e que não tenha cobrado da tribuna. Se eu não o fiz, farei. O fato que vim cobrar da tribuna ao Senador, de forma muito clara, é que estamos tendo nomes de companheiros, Pares desta Casa, a exemplo da Senadora Ideli Salvatti, da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Magno Malta, do Senador Ney Suassuna. São fatos públicos e notórios o que a imprensa está publicando, e eu afirmei que não tenho conhecimento de nenhum fato além dos que a imprensa publica, apurados pela CPMI, por órgão A, por órgão B ou por órgão C.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E pedi que a Casa colha as observações, colha as defesas, as explicações dos Pares para que eles tenham condições de se defender, e a Casa de se pronunciar. Cobrei o pronunciamento da Casa, da Corregedoria,

pois, se as explicações foram dadas, esta Casa, pelos seus órgãos, entre os quais a Corregedoria, precisa vir a público, no plenário, esclarecer a população do País que os Senadores A, B, C e D nada têm a ver com os fatos denunciados, publicados pela imprensa. Não adianta fazer o esclarecimento, a Casa receber os esclarecimentos e silenciar. É preciso...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...que esta Casa, os Parlamentares, todos nós, tenhamos condições de andar com a frente bem erguida. E não levantar um fato contra a minha pessoa, eu ter a oportunidade de fazer a minha defesa e não ver o veredicto. Eu preciso ver o veredicto para uma satisfação à Casa, aos Pares – porque, quando é esculhambado, é o Parlamento, é o Senado, são todos os Senadores – e, em última instância, à própria sociedade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, permita-me.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Almeida Lima?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a traz à Casa um assunto muito sério. Sou membro da Mesa e Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Gostaria de dizer a V. Ex^a que, açodadamente, nós, da Mesa, não podemos fazer o que nos está sendo cobrado, nem o Sr. Corregedor. Nós temos que seguir o Regimento.

O Regimento Interno do Senado Federal diz que, comunicado o fato, o Sr. Corregedor funciona como auxiliar da Mesa. Apurado o fato, encaminha à Mesa, e a Mesa encaminha ao Conselho.

Nós não temos o direito de chegar aqui e fazer a defesa do Senador. Em absoluto. Tenho a impressão de que o que V. Ex^a faz é avançar o sinal, inclusive nominando nossos companheiros, colegas de Parlamento.

O Senador Magno Malta já apresentou uma defesa ao Conselho de Ética, uma defesa prévia que está comigo; a Senadora Serys Slhessarenko já apresentou várias defesas a esta Casa, apoiada pela unanimidade dos nossos Pares, e nós estamos apurando.

Nós não temos o direito, não podemos chegar aqui e dizer que A e B não têm culpa. O que vai nos mostrar isso é a apuração que está fazendo o Senador Romeu Tuma, que encaminhará à Mesa, e a Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

V. Ex^a já ocupa a tribuna há 33 minutos. Esta discussão envolve toda a Casa, e não tem razão de ser.

Não temos o poder de impedir a imprensa de fazer qualquer publicação a respeito dos Senadores.

Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento. Vejo que todos os Senadores querem falar sobre o assunto que, como disse o Corregedor, está sendo averiguado, de acordo com o que dita o Regimento Interno da Casa. Se V. Ex^a quiser, lerei todos os tópicos do Regimento Interno e do Regimento Comum, dos quais V. Ex^a deve ter conhecimento. Não há nenhuma razão na cobrança de V. Ex^a, permita-me dizer.

Gostaria de conceder a V. Ex^a mais três minutos, além dos 34 minutos que já teve, para que possa concluir o pronunciamento de V. Ex^a, por gentileza.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, se eu não puder conceder mais aparte, precisarei apenas de dois minutos. Aliás, um minuto e meio será suficiente para dizer a V. Ex^a que discordo plenamente de tudo quanto V. Ex^a acabou de dizer. Nada do que V. Ex^a disse tem procedência. Sobretudo por se encontrar na Presidência neste instante, V. Ex^a deve ter ouvido todo o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, precisamos dar satisfação à sociedade. Em momento algum pedi algo açodadamente. Pedi apenas que a Corregedoria desse uma explicação à opinião pública sobre o que está acontecendo, que ele viesse a público, como veio, dizer “estamos tomando providências”, ouvir a defesa ou as explicações do Senador A ou do Senador B. Não pedi nada de maneira açodada. Não pedi punição para ninguém. Ao contrário, citei os nomes porque são de conhecimento de todo o País e desta Casa. Não vamos fazer ouvidos moucos.

Em segundo lugar, não precisa ler para mim nenhum item do Regimento, porque eu os conheço muito bem. Apenas tenho aqui três anos e meio, e V. Ex^a, alguns anos, acredito, mas dispense a colaboração de V. Ex^a nesse sentido. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque não solicitei nada que descumprisse artigo algum do Regimento desta Casa. É preciso que as pessoas ouçam - e ouçam bem - as nossas palavras, aquilo que viemos aqui fazer, para depois não dizerem coisas desnecessárias.

O que ouvi de V. Ex^a foi desnecessário; o que ouvi da Senadora Ana Júlia Carepa foi desnecessário; o que ouvi do Senador Romeu Tuma foi apropriado; o que ouvi do Senador Tião Viana foi apropriado. Nada mais!

Agora, se alguém não ouviu e alguém pariu informações a quem não devidamente ouviu, é preciso que se corrija.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, quero que V. Ex^a conclua, porque, se V. Ex^a sabe jogar para a platéia, eu também sei. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, exijo de V. Ex^a o respeito que sempre dei aos meus Pares e a V. Ex^a. Não vim aqui jogar para a platéia. Sou um Senador que lhe respeito e exijo respeito. Sou um Senador igual a V. Ex^a e a todos que aqui se encontram. Exijo o mais absoluto respeito. Não vim jogar para a platéia, sobretudo porque não tenho “rabo preso”, porque tenho a minha dignidade, porque honro o mandato que exerço. Vim aqui, antes de tudo, em defesa dos meus Pares que estão sendo achincalhados pela imprensa e que prestaram declarações. A Casa precisa tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Sarney, do PMDB do Amapá.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontra-se na Casa o Sr. Geovani Borges, suplente do Senador Gilvam Borges. Eu pediria a V. Ex^a que desse posse a S. Ex^a, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, atenderei ao Senador José Sarney, dando posse ao novo Senador. Depois atenderei a todos os que estão pedindo a palavra.

A Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Geovani Pinheiro Borges, primeiro suplente, convocado em virtude de licença do titular, Senador Gilvam Borges, da representação do Estado do Amapá.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado:

REGISTRADO

Nº 202

LIVRO 01

FL. 22v/23

/Delaine Oliveira de Almeida
Chefe da Seção de Registros Políticos
Secretaria Judiciária

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

DIPLOMA

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o Diploma de 1º SUPLENTE DE SENADOR ao Senhor

GEOVANI PINHEIRO BORGES

*eleito pela Coligação **Trabalho e Paz** (PMDB/PFL/PSDB), juntamente com o Titular, Senador Gilvam Pinheiro, que obteve 94.130 votos preferenciais do total de 438.029 votos válidos, conforme Ata das Eleições.*

Macapá - AP, 21 de outubro de 2005.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores José Sarney, Alvaro Dias e Ramez Tebet para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Geovani Pinheiro Borges é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Geovani Pinheiro Borges vai prestar o juramento. Peço que todos os Srs. Senadores fiquem de pé para o compromisso de posse.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me outorgou e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Geovani Pinheiro Borges, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Amapá, em substituição ao Senador Gilvam Borges, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: Geovani Borges

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 875, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 167 do Regimento interno, requero a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), uma vez que se encontra em condições de nela figurar.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência defere o requerimento.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 20 de julho próximo passado, do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho. Alcino, ou ‘Negão Motora’, como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva, foi um dos maiores jogadores de futebol que já atuaram nos campos do Estado do Pará. Defendendo as cores do Clube do Remo, conquistou o tricampeonato paraense invicto de 1973, 1974 e 1975, tornando-se o maior símbolo da torcida azulina. Era um jogador carismático, muito querido pelas torcidas dos clubes que defendeu e respeitado pelos seus adversários. Foi jogador também do Grêmio de Porto Alegre, da Portuguesa de Desportos de São Paulo, do Rio Negro de Manaus e do Paysandu do Estado do Pará. Alcino nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de março de 1951, deixou três filhos e embora separado, sempre contou com o companheirismo e a dedicação de sua ex-esposa, Magnólia Correia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar do Senado Federal seja encaminhado ao Clube do Remo, onde Alcino foi o maior ídolo de todos os tempos, a Federação Paraense de Futebol e aos seus familiares.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB-PA.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2006

Requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador Renan Calheiros,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, de minha

autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607 de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56 de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323 de 2004; 87 e 236 de 2005.

Justificação

Os projetos de lei do Senado todos acima enumerados tratam de isenção tributária de diversos bens. O de minha autoria, o PLS nº 568/99, trata especificamente da isenção de IPI e da criação de um programa voltado para a facilitação da compra de tratores agrícolas voltados para a agricultura familiar e seus cooperativados. Em face da densidade do tema e da amplitude de todas as matérias apensadas, e no sentido de dar mais agilidade ao trato desta proposição, que teve boa acolhida pelo relator, solicito sua tramitação em separado das outras matérias.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 878, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2005 que, “Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de de 2006. – Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 879, DE 2006

Requeiro nos termos do art. 221 do Regimento Interno, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador – BA, no dia 30 de julho de 2006.

Justificação

O Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, ex-presidente da Associação Baiana de Medicina.

Figura de relevo no círculo médico-cirúrgico da Bahia, onde obteve todos os títulos na sua exemplar carreira.

Pela inequívoca contribuição que o Professor Geraldo de Sá Milton da Silveira prestou à Bahia é justo

que o Senado Federal manifeste o seu pesar pelo falecimento de tão ilustre personalidade.

Requeiro, ainda, sejam prestadas as homenagens regimentais, em especial sejam apresentadas condolências à sua esposa, a artista plástica Lígia Milton da Silveira, aos seus filhos, à Faculdade de Medicina da Bahia, bem como à Associação Baiana de Medicina.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – **An-tônio Carlos Magalhães**, Senador.

REQUERIMENTO Nº 880, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal a inserção em ata de voto de congratulações pelo transcurso no último dia 31 de julho do cinquentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza.

Fruto da mente visionária e do espírito empreendedor de Edson Queiroz, a “Verdinha”, como é carinhosamente chamada pela população, nestes 50 anos tem levado informação, notícias, música, esportes, lazer e utilidade pública a milhões de cearenses que diariamente a sintonizam.

Nossas congratulações a todos os que fazem e fizeram a AM 810, na pessoa de seu Superintendente Ricardo Nibon e seu diretor de programação Edilmar Norões.

Sala das sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

Requer voto de aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Junior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Júnior, pela sua iniciativa da mais alta relevância e significação nacional, no sentido de lutar pela efetividade do mais importante dos direitos políticos dos cidadãos que, no dia das eleições, estão

fora de seu domicílio eleitoral: o voto, assegurado pela Constituição Federal, sem quaisquer reservas.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.

Justificação

A grande imprensa nacional informa que o Dr. Milton Córdova Júnior, advogado, residente em Brasília, mas com domicílio eleitoral em Rondônia, Estado que represento nesta Casa, impetrou Mandado de Injunção no TSE, no dia 3-7-2006, para poder votar em seu candidato à Presidência da República.

Cito, como exemplo, o jornal O Globo, de 15-7-2006, na coluna Panorama Político, com o título “Inclusão Eleitoral”; também a revista IstoÉ, nº 1.918, da semana passada, com o mesmo título. E o próprio site do TSE, na “Sala da Imprensa”, de 17-7-2006, com o título “Advogado pede autorização para votar em trânsito nas eleições de outubro”.

O Dr. Córdova, alegou, em resumo, que o voto, além de ser um direito, é também um dever, nos termos da própria Constituição, que não impôs qualquer reserva ou limite para a sua concretização. Além disso, a candidatura à Presidência da República é uma candidatura de âmbito e de circunscrição nacional, abrangendo a todos, e cujo registro consta em todas as urnas eletrônicas e cédulas eleitorais de todas as seções eleitorais.

O homenageado alerta que essa omissão vem excluindo milhões de eleitores brasileiros do processo de votação, e que a única alternativa conhecida por “justificativa do voto”, além de inconstitucional, é até mais complexa e demorada que o simples ato de votar. Além disso, a justificativa é um contra-senso, pois o eleitor “em trânsito” comparece à uma seção eleitoral, entra numa fila (geralmente imensa), preenche formulário, aguarda a conferência do formulário, até ser liberado pelo funcionário. O eleitor faz tudo isso, mas não pode exercer aquele que é o núcleo fundamental dos direitos políticos: o voto.

Para se ter uma idéia do montante da exclusão eleitoral, nas eleições de 2002 mais de oito milhões de eleitores justificaram o voto, no segundo turno. Assim, acredito que desde a inclusão dessa garantia constitucional, nos idos de 1988, na nossa Constituição, esse é um dos Mandados de Injunção já impetrados dos mais precisos, dos mais relevantes e de maior pertinência.

Eu mesmo, na condição de Senador da República, trago uma experiência pessoal, muito significativa. No dia 23 de outubro de 2005 aconteceu, como todos sabem o “Referendo do Desarmamento”. Justamente naquele dia eu retornava ao Brasil, proveniente do

Exterior, onde me encontrava em missão oficial. Cheguei em São Paulo e, impossibilitado de poder estar em Rondônia, naquele mesmo dia, fui obrigado a apenas “justificar o voto”, numa seção eleitoral instalada no aeroporto.

Ou seja, fui impedido de manifestar a minha vontade com relação ao desarmamento, enfim, de dizer um simples “sim” ou um simples “não” num referendo de âmbito nacional. Um senador da República!

Com muita precisão, o Dr. Córdova sustenta que os eleitores que estão no Exterior votam em Presidente da República, o que torna inconcebível que não se tenha efetivado até hoje o voto para os eleitores em trânsito, dentro do próprio território brasileiro. Ele lembrou, ainda, que no caso da efetivação dos direitos de cidadania, dos direitos políticos, são os fins justificam os meios, e não os meios que justificam os fins.

A finalidade (fim) maior da Constituição, que é o voto, deve justificar o meio a ser utilizado. No caso, os meios previstos para as eleições são dois: a urna eletrônica ou a cédula eleitoral. Se o voto dos eleitores em trânsito não puder ser acolhido por meio da urna eletrônica, que seja acolhida através da cédula eleitoral, aproveitando-se a própria estrutura montada para a “justificativa do voto”.

O que não pode mais ter continuidade é a exclusão de milhões de cidadãos das eleições, por falta de viabilização operacional de seu direito. A inclusão eleitoral desses cidadãos traz outra grande repercussão: dá mais legitimidade ao processo eleitoral como disse o cientista político João Paulo Peixoto, da UnB, conforme citação naquela matéria da revista IstoÉ.

É com muita satisfação que informo que nessa direção, apresentei o PLS nº 207/2004, aprovado definitivamente no Senado Federal há poucos meses, em dezembro/2005. Ao projeto somaram-se outros dois, dos Senadores Arthur Virgílio e Lúcia Vânia. O projeto, relatado com eficiência pelo Senador Tasso Jereissati, foi citado pelo jornal O Globo, tem o mérito de disciplinar o voto para os eleitores em trânsito para todos os cargos em disputa, estabelecendo uma graduação na sua implantação, começando para Presidente da República, depois para governador, senador e deputados, nessa ordem. Dessa forma, a ação do Dr. Córdova está em consonância com o nosso projeto de lei, e espero que o TSE acate o seu Mandado de Injunção, cujos efeitos darão maior legitimidade às eleições, aos eleitos, reforçando a democracia e a efetividade da Constituição.

Além dessa iniciativa, o Dr. Milton Córdova Júnior trabalhou silenciosamente por outras medidas adotadas pelo TSE, e que implicaram em expressivos resultados

para a Cidadania. Não poderia deixar de citá-las, dada a sua importância:

a) nas eleições de 2002, levou o TSE a adotar proposta no sentido de tornar obrigatória a inclusão do nome dos suplentes dos senadores, na propaganda eleitoral. Justificou, na ocasião, que sendo a chapa para o Senado “una e indivisível”, os candidatos à suplência não poderiam ficar desconhecidos pelo eleitorado. Incluída no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 20.988, a medida tem vários méritos: transparência eleitoral, melhoria da qualidade da escolha dos suplentes, que serão conhecidos e votados pelo eleitorado. Nas eleições de 2004, levou o TSE a adotar o mesmo procedimento para os candidatos a vice-prefeito.

b) Em 1999, provocou a edição da Resolução nº 20.497, do TSE. Essa Resolução permite que o eleitor obtenha a Certidão de Quitação Eleitoral, mesmo estando fora de seu domicílio eleitoral. Antes, a Certidão só poderia ser obtida perante o próprio cartório eleitoral. Essa medida veio a beneficiar os milhares de eleitores mais humildes, que ao migrarem para outras cidades ou estados, necessitavam da certidão para a realização de alguns direitos, como a matrícula em colégios públicos, etc. Com a Resolução nº 20.497, todos os cidadãos podem obter a Certidão em qualquer lugar, até mesmo pela internet.

Agindo dessa maneira, é inequívoco que o Dr. Milton Córdova Júnior vem prestando, exemplarmente, na condição de cidadão e de advogado, relevantes contribuições para a efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição. Exatamente na direção das palavras do Dr. Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da OAB, que por ocasião de seu discurso de posse, disse:

“Urge, nesta hora, resgatar o compromisso inalienável que tem o advogado com a cidadania, o aperfeiçoamento das leis, a garantia dos direitos individuais...”

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Leonel Pavan, haviam pedido a palavra a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Alvaro Dias, o Senador Eduardo Azeredo e a Senadora Serys Slhes-

sarenko. Em seguida, darei a palavra a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina, de acordo com o art. 14.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não tive a oportunidade de ouvir na íntegra o depoimento do Senador Almeida Lima. Portanto, posso estar expressando algum tipo de posicionamento apenas pelo que me foi relatado. Mas eu não entendi por que o meu nome constou desse pronunciamento. Eu não entendi. Talvez seja por conta de reportagens sobre as quais já tive oportunidade de vir à tribuna prestar esclarecimentos e apresentar documentos. É uma situação que se arrasta há mais de ano. Eu já tive oportunidade de solicitar por escrito, documentalmente, e, caso houvesse alguma dúvida, já faz um ano que o Procurador-Geral da República estabelece o devido processo de investigação.

Então se é sobre essa questão, entendi menos ainda. Se for por conta de reportagens, posso elencar aqui, pelo menos, algumas dezenas de Senadores e Senadoras sobre os quais há reportagens colocando em dúvida um ou outro procedimento de sua ação parlamentar. Portanto, se o objeto do pronunciamento é: “saiu na imprensa, deu manchete de jornal, vai para a Corregedoria, tem que se explicar, tem que não sei o quê”, volto a dizer, há algumas dezenas. Se for outra a questão, aí então não entendi nada. A impressão que me dá é que, ao colocar meu nome junto com outros nomes, estão querendo levantar ainda questões a respeito de minha atuação parlamentar. Nesse sentido, é muito bom ir com calma. Fiz pronunciamento, na semana passada, aqui desta tribuna – é só consultar as notas taquigráficas.

É muito grave, temos que ter calma porque nessa situação tem que se respeitar aquilo que é um dos pilares da Justiça brasileira: todos são inocentes até prova em contrário.

As investigações estão em andamento; as pessoas estão apresentando suas defesas, como aconteceu com a Senadora Serys, que já veio inúmeras vezes a esta tribuna. Portanto, em tudo isso tem que se dar, em primeiro lugar, a presunção da inocência e o procedimento às investigações.

Volto a afirmar que, no caso das sanguessugas, são feitos grandes discursos, mas essa investigação foi iniciada pela Controladoria-Geral da União, com os sorteios dos Municípios, nos quais se identificou a coincidência: havia superfaturamento toda vez que se comprava ambulância de determinadas empresas. Foi a Controladoria-Geral da União que chamou a Polícia Federal, que fez uma parceria com o Ministério

Público, que prendeu e que trouxe a público. Inclusive, na semana passada, publicaram-se nomes de alguns Parlamentares que nem sequer estavam arrolados nas investigações da CPI, como também prefeitos e outras autoridades. Então é muito bom ter calma e tranqüilidade.

Volto a dizer: meu grande medo nessa CPI era a partidarização, o cabo-de-guerra eleitoral. Só dessa forma eu posso entender determinadas falas dentro deste plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança, Senador?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permitam-me conceder a palavra.

Em seguida, seria o Senador Eduardo Azeredo, com a permissão do Senador Alvaro Dias, que tem prioridade para falar pela Liderança.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas requerer uma inscrição, se não estiver completa a lista de oradores para comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já está completa, Senador.

Depois, eu concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mais tarde eu farei meu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança do PSDB, V. Ex^a está inscrito.

Quem pediu pela ordem foi a Senadora Serys Slhessarenko.

Com a permissão do Senador Alvaro Dias, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as Srs. Senadores, tem que ser muito breve

a minha fala, porque é pela ordem. Eu respeito e peço ao Sr. Presidente que controle meu tempo, por favor.

Já assomei a esta tribuna para falar desta questão, Senador Almeida Lima, algumas vezes com descrições muito longas e com o apoio de muitas Sr^{as} e Srs. Senadores por ocasião do meu pronunciamento.

V. Ex^a está coberto de razão quando diz que precisamos resolver esta questão. É preciso resolver porque não dá mais para continuar o desgaste que estamos sofrendo.

Não há uma prova, sequer meia prova, contra a minha pessoa, nenhuma prova documental. Existe sim a suposição de que, talvez, a Senadora Serys soubesse de determinado fato. Talvez! Com prova testemunhal, de forma totalmente indireta.

Ontem entreguei aqui documentos com todas as respostas possíveis a respeito da minha pessoa. São quarenta páginas de um relatório e mais outras tantas de documentação. Aqui estão quebrados o meu sigilo fiscal, o meu sigilo bancário. Todas as provas. Dizem que se buscou dinheiro para pagar contas minhas de campanha de 2002, em 2003 e 2004. Está aqui a certidão do TRE do Estado de Mato Grosso. As minhas contas foram apresentadas exatamente no tempo previsto, sem dever nenhum real. Não ficou nenhum real nas contas para se pagar. Um ano depois, alguém diz que estou pedindo dinheiro; que alguém estaria pedindo dinheiro em meu nome para pagar conta minha. Ninguém teve autorização, nunca, para fazer isso até porque não existia conta. Portanto, senhoras e senhores, há aqui um relato detalhado da minha inocência. Não tenho absolutamente nada com essa máfia. Não conheço essas empresas, não conheço essas pessoas que estão tentando denegrir o meu nome. Não sei o porquê. Tem gente que diz até que eu sei, porque estou disputando o Governo do Estado de Mato Grosso. Mas prefiro dizer que não acredito que exista ser humano tão maldoso capaz de fazer calúnias e difamações desse nível por causa de disputa eleitoral.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, não posso divulgar este documento porque dizem que é sigiloso, embora se diga que o depoimento do delator premiado seria sigiloso – hoje está em toda a imprensa.

Eu já entreguei à CPI ontem e hoje ao Senador Tuma, que prontamente recebeu e disse que vai trabalhar com a máxima agilidade possível.

Realmente, V. Ex^a está correto, Senador Almeida Lima, quando diz que isso é insustentável e insupportável. Quando V. Ex^a diz isso, está defendendo a Casa. Mas imagine nós, que estamos sendo, de forma injusta e infame, colocados dentro de uma máfia, que nunca... Todos, em Mato Grosso e acredito que no

Brasil também, conhecem a minha postura e a minha prática. Não tive participação em nenhum ato que signifique qualquer irregularidade. A minha história não permite isso. Não vou permitir que isso seja colocado como verdade.

Para encerrar, não acredito que o mal e a mentira possam se sobrepor ao bem e à verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço a palavra a V. Ex^a, de acordo com o art. 14, inciso VI.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, deixe-me ler o art. 14.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Por ter sido nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas isso não foi feito de forma desairosa.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu fui citado nominalmente e preciso prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos ver o que diz o art. 14.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Inciso VI. Posso ler para V. Ex^a ? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu vou conceder a palavra a V. Ex^a...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – ... após conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sem nenhum problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – ... inscrito e que já havia sido chamado para falar em nome da Liderança, por cinco minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, para uma comunicação de interesse partidário.

Por gentileza, Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 1 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, para uma explicação pessoal, ao Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe. Em seguida, ao Senador Magno Malta, em permuta com o Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Almeida Lima, por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente, reporto-me ao pronunciamento feito pela Senadora Serys Slhessarenko, ao qual nada tenho a acrescentar.

Ela, de fato, corroborou aquilo que já havia dito anteriormente da tribuna e corroborou as minhas palavras, em nada contrariou aquilo que eu disse. Afirmei da tribuna que para ali fui não apenas em respeito à Casa, em respeito aos Pares, aos Senadores que estão acusados e à sociedade. Lamentei, naquele instante, a ausência do Senador Romeu Tuma em plenário, que, logo a seguir, aqui chegou e se manifestou de forma cabal, correta, atendendo ao meu apelo, àquilo que eu havia solicitado, que é a explicação da Casa. Mas eu já conheço, Sr. Presidente, os pronunciamentos da Senadora Ideli Salvatti. Já os conheço muito bem e não poderia me esquecer – até porque registrei no jornal do meu gabinete – do que ela disse lá atrás sobre este Parlamentar, sobre este Senador, quando da tribuna ela foi defender o Sr. José Dirceu, dizendo que ele era um homem honesto, contra quem não poderia pesar nenhuma acusação e que não tinha envolvimento algum com Waldomiro Diniz nem com a corrupção deste País. Conheço, portanto, muito bem os pronunciamentos dela. Naquela ocasião, ela se reportou ao pronunciamento que eu havia feito em 2 de março de 2004, com as seguintes expressões – expressões não próprias para o Plenário desta Casa: “A ‘montanha’ – referia-se a mim – “rugiu, rugiu, rugiu e não pariu um rato, porque nem estatura para rato tinha o que saiu nesta tribuna”.

No dia de hoje, o Governo pariu muitos ratos, dezenas de ratos. O Partido de S. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, pariu dezenas de ratazanas, que este País conhece muito bem.

E é por essa razão que eu exijo respeito e respeito aos meus Pares. Eu não posso andar no aeroporto, tendo na lapela o broche de Senador, que eu não tiro e nem vou tirar. Enfrentarei, porque eu sei me respeitar. O que eu peço, o que eu pedi, nada além do que eu pedi, vou pedir aqui agora que a Casa se manifeste. A Senadora Ideli Salvatti disse que existem dezenas de reportagens falando de senador “a” e de senador “b”. Existem. Se existem dezenas de reportagens, o Senado tem que se manifestar dezenas de vezes, ou aplicando a penalidade regimental ao Parlamentar ou colocando

na testa dele que ele não deve nada à sociedade e que ele é cumpridor dos seus deveres. O que não podemos aqui admitir é a omissão, é fazermos ouvidos de mercador e não darmos atenção à sociedade. A sociedade está participando, e precisa participar mais ainda, da cobrança a todos nós a respeito do posicionamento correto a que se referiu, há poucos instantes, o nobre Senador Alvaro Dias, com quem quero me solidarizar neste instante pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão e por ter me concedido esse tempo. Se mantive com V. Ex^a algum entrevero, foi por conta do debate acalorado, mas tenha a certeza de que não guardo de V. Ex^a nenhuma mágoa e espero que seja recíproco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já passou, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geovani Borges, do PMDB do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peça que seja feita a minha inscrição para falar como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Eu gostaria de voltar à lista de oradores, na qual está inscrito o Senador Ramez Tebet; depois falará, novamente, um líder, fazendo, assim, uma intercalação.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, do Espírito Santo, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Sibá, Senador Pedro Simon, os motivos que me trazem a esta tribuna hoje são motivos conhecidos pela Nação. Estava fora do País e, por isso, durante todo o tempo, falei, Senador Alvaro Dias, por intermédio da minha assessoria. Neste momento, estou tomado de um misto de revolta, a revolta dos justos, e de tristeza. De tristeza, porque fico me perguntando a respeito da vida, da história que construí com dificuldades desde a minha infância, e, por um momento, de longe, como expectador, vejo-a sendo jogada no lixo por um canalha fraudador de orçamento público; revolta, porque sou um homem que foi forjado na luta, sem dar a minha mão, mas fazendo enfrentamento a bandido. Mesmo sendo forjado na luta, Sr. Presidente, vejo a minha história, o meu nome, a minha trajetória como que jogada no lixo.

Há uma CPI instalada, e ninguém é mais a favor de CPI do que eu, pois presidi a CPI do Narcotráfico – e ninguém pode se esquecer a grande CPI deste País, de resultados, e que teve respeito até mesmo por bandido. Eu respeito CPI. Acho que é o instrumento da minoria, acho que a CPI serve para dar respostas à sociedade e nada tenho contra as atitudes tomadas pela CPI. Aliás, acho que as pessoas que são citadas devem ser ouvidas e, responsabilmente, tratadas dentro do processo.

Sr. Presidente, tomei conhecimento de que fui citado por um Sr. Vedoin, que eu não conheço, pelo filho, que também nunca vi, a não ser nos jornais e na televisão, depois do episódio de terem sido apanhados, carcomendo, roendo, roubando de forma indigna o Orçamento público, fazendo falcatruas no chamado esquema das ambulâncias, que eu não conheço. Senador João Batista Motta, o que pesa na palavra desse senhor com relação a mim? Disse ele que me deu um carro, mas que mesmo assim eu os trai e que nunca apresentei uma emenda para eles. Senador Sibá, passarei para a história como o homem que traiu a máfia dos sanguessugas, porque nunca apresentei nenhuma emenda para eles.

Aqui estão as minhas emendas – e passarei à Mesa todos os documentos das minhas emendas, desde a minha época de Deputado Federal.

Senador Alvaro Dias, Senador Sibá Machado, Senador Antonio Carlos Magalhães, queridos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon: se houver uma emenda minha no Orçamento da União para beneficiar essa canalhada, o Sr. Vedoin Filho e as suas empresas, se houver uma emenda de minha autoria sequer, renuncio ao meu mandato, para responder como cidadão comum. Não renunciarei para voltar para a política. Não. Renuncio para responder como cidadão comum. Aqui estão as minhas emendas, e tive o cuidado de mandá-las todas, Senador João Batista Motta e Senador Romeu Tuma, para quem tive o cuidado de ligar mesmo estando longe, cumprindo uma agenda fora daqui e também preocupado com a minha saúde. Tive o cuidado de ligar e ser atendido pelo Corregedor da Casa – e quero dar este testemunho –, que me disse: “Estou tomando as providências. A Corregedoria não está dormindo. Assim que chegar, eu quero ouvi-lo”. Eu disse-lhe: “Quero me antecipar e lhe mandar as minhas emendas para que V. Ex^a as cruze”.

Não existe, Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Magalhães, um prefeito sequer do meu Estado que levante o dedo, Senador Sibá Machado, e diga: “Eu recebi tal emenda para dar ambulância à Planam e foi o Senador Magno Malta, Deputado na época, que mandou”. Nenhum homem levanta o dedo para dizer:

“Recebi emenda com empreiteiro acompanhado, com empreiteiro a tiracolo por ordem do Senador”. Em absoluto, não há homem que se levante para macular minha honra, minha vida e minha história.

De longe, pela televisão, assisto a minha história sendo jogada na lata do lixo, vendo lágrimas grossas e quentes no rosto da minha esposa, das minhas três filhas, de 5, 20 e 21 anos. Eu tenho uma história.

Tenho uma história de enfrentamento a bandido. Não sei nem se esse Vedoin não está a serviço dos bandidos que a CPI do Narcotráfico indiciou e investigou no Estado dele. Não sei também se a Senadora Serys Slhessarenko não está pagando por isso, porque presidiu a CPI do Narcotráfico em seu Estado. Não sei se ele está a serviço dos “arcanjos” da vida. É importante trazer Magno Malta, que presidiu a CPI do Narcotráfico, Senador Sérgio Guerra, para dentro desse imbróglio desgraçado e mentiroso.

Diz ele que me deu um carro. No primeiro momento, eu perguntei: “Que carro?” Pergunte: Que carro? Eu nunca recebi carro desse senhor, nunca estive com ele, não o conheço, não tratei nada com esse senhor.

Que carro?

Na CPI do Narcotráfico, na Câmara Federal, durante quase três anos, convivi diretamente com algumas pessoas. Como faço amizades com muita facilidade, Senador João Batista Motta, fiz muitos amigos, entre eles: Moroni Torgan, grande irmão; Fernando Ferro, do PT; Laura Carneiro; Lino Rossi.

Estou assustado com o que leio sobre o Deputado Lino Rossi hoje, pois trazem fatos acerca dos quais nunca tive conhecimento. Lino Rossi foi um grande amigo – não posso ser indigno neste momento, dizendo que não –, por quem tenho o maior carinho, até porque pude estar nos grandes e nos difíceis momentos de sua vida.

Senador Marcelo Crivella, quero dizer que nem me faz doer a alma mais ver que, por ser evangélico, sou alvo de chacotas e de deboches. Os homens, públicos ou não, podem cometer qualquer tipo de atrocidade que não são apontados pelo credo que professam, mas o evangélico é apontado pelo credo que professa não sei por quê.

Conheci o Lino Rossi na Câmara. Fiz grande amizade. É uma pessoa querida. Lembro-me de que, quando fui eleito Deputado Federal e, depois, Senador, Lino foi candidato à reeleição, mas perdeu – grande amigo do Senador Antero Paes de Barros, nosso amigo comum. Ele veio ao meu gabinete triste. Lembro-me de que, naquele dia, Senador Marcelo Crivella, em que pese o deboche que farão com o que vou dizer, eu me ajoelhei e orei com ele. Li a Bíblia com ele. E, assim,

na seqüência, disse uma frase a ele: “Amigo, quando uma porta se fecha, Deus abre outra”.

E ele tinha um programa de televisão em Cuiabá, Senador Eduardo Suplicy, de muita audiência; audiência maior do que a TV Globo no horário dele. E ele tinha vontade de fazer um programa nacional. Eu fiz contato com o Bispo Gonçalves, Diretor-Presidente da Record. Fui a São Paulo com o Lino. Ele nos recebeu. E me lembro da frase do Bispo Gonçalves: “Você é de Cuiabá; isso aqui é São Paulo. Você não conhece a realidade de São Paulo com um programa como esse”. E como o Datena tinha acabado de ir para a Bandeirantes, ele precisava de alguém para fazer “O Cidade Alerta”, um programa de muita audiência.

E lembro-me que o bispo perguntou: “O senhor lida bem com o ponto?” Ele disse: “Lido”. Então o bispo mandou que fizesse o teste com ele. Lembro-me de que, quando a resposta do teste veio, foi uma grande festa. Ele estava na Record, numa rede nacional. Fiquei feliz. Um amigo, pessoa que eu conheci na Câmara, com quem fiz amizade; um homem que fez um belo trabalho na CPI do Narcotráfico. Nunca vi dele sinais de indignidade, de roubalheira, de vagabundagem. Nunca tocou em assunto dessa natureza – e aí agradeço pelo respeito à minha pessoa. Nunca tocou em assunto de Planam, de ambulância – nunca! –, para minha pessoa!

E um dia, feliz da vida, morando em São Paulo, Lino me disse que tinha um carro que havia usado na campanha dele, mas como ele agora estava em São Paulo se eu precisasse do carro... E o Lino passou esse carro para mim. Então recebi esse carro e o usei. Era uma Van – e aqui está a cópia do IPVA que eu paguei – em nome de José Luiz Cardoso. Não sei quem é. Achei que era um parente, qualquer pessoa. Continuo achando.

José Luiz Cardoso. Olhem aqui: paguei. Houve um incidente com ela e aqui está a ocorrência policial, a conta paga do conserto. É de José Luiz Cardoso. Eu nunca... E aí, com todo o respeito que tenho ao Presidente da CPI, Antonio Biscaia, que trabalhou na CPI do Narcotráfico, com todo o respeito que tenho por ele, eu devo dizer que ele errou quando disse na televisão que eu havia dito que recebi um carro da Planam. Nunca recebi carro da Planam. Jamais receberia carro de alguma empresa. Se há algo com que tenho cuidado é com a minha vida, com o meu nome, com a minha história.

Senador Jefferson Péres, há 25 anos eu tiro drogado da rua – eu e a minha esposa. Quando me casei, quando minhas filhas nasceram, eu já tinha drogado em casa, Senador Sibá, Senador Jefferson Peres e Senador Jonas. Eu tenho no Projeto Vem Viver, na nossa

instituição, crianças a partir de 12 anos, traficantes de crack, precisando de tratamento. E tenho também gente de 70 anos de idade alcoólatra, Senador Jefferson Péres. Se eu tivesse ligação com a máfia da ambulância... E ninguém precisa mais de ambulância do que eu, do que a instituição que nós dirigimos. E nós não temos ambulância. Ninguém precisa mais de instrumentos para tratamento dentário, de um ônibus montado para tratamento dentário, do que nós. Nós não temos. Nunca coloquei... Não há sequer uma emenda minha, porque não tenho ligação com essa farsa.

Dois pontos são verdadeiros: o primeiro é que não existe emenda minha, Sr. Corregedor; e o segundo é que não existe carro. Esse carro que o Lino Rossi me emprestou, eu o devolvi a ele, Senador Flexa Ribeiro, há exatamente um ano e um mês. Há um ano e um mês, a empresa Transgrancap, de Cuiabá, levou esse carro de volta para lá, para devolver a seu dono. Não recebi carro de Vedoin. Recebi o carro do Lino e devolvi-o a seu dono. O carro está com o Lino em Cuiabá.

E quero dizer uma coisa: se tiver que responder por crime de corrupção ativa... Porque os jornais deram e minha assessoria me enviou, Senador Alvaro Dias. O jornal **O Globo** publicou há três ou quatro dias uma matéria falando de uma briga do Lino Rossi com o Vedoin, do rompimento deles, porque o Lino não cumpriu... E disse que o Vedoin deu para ele uma carreta e uma Van, mas ele não cumpriu, romperam e agora ele é até concorrente. Sei lá! Pode ser essa Van. Não deu Van nenhuma para mim. Recebi do meu amigo Lino Rossi – a despeito do que ele esteja vivendo, não sou canalha ou crápula para dizer que não o conheço; foi meu amigo o tempo inteiro – e ao amigo Lino Rossi eu devolvi o carro. Vejam bem: devolvi o carro há um ano e um mês atrás. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa sobre isso, não responderá, porque a mim nunca falou em corrupção; a mim nunca tocou em Orçamento; comigo nunca falou em ambulância; comigo nunca falou em máfia da ambulância, nunca me sugestionou. E agradeço por ele entender o homem que sou e como levo minha vida, como prezo minha vida.

O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, pelo aparte. Quero solidarizar-me com V. Ex^a porque não só eu, mas todo povo brasileiro evangélico e seus colegas pastores conhecemos o trabalho que V. Ex^a desenvolve há duas décadas no Espírito Santo. A vida é assim. Infelizmente, a imprensa muitas vezes esquece a biografia, o pas-

sado, a luta, e parte para publicar notícias que ainda não foram apuradas, denúncias feitas por qualquer um, que muitas vezes não tem moral sequer para fazê-las. De tal maneira que V. Ex^a tem, tenho certeza, não só a minha solidariedade, mas a deste Plenário. As explicações que V. Ex^a traz a esta Casa agora são claras, são concisas. Poderia ter acontecido com qualquer um: receber como empréstimo um carro de um amigo num dado momento, devolver a ele, logo em seguida, para, um ano depois, saber que aquele carro teria algum suposto envolvimento com essa quadrilha, com essa máfia, que nós todos repudiamos, e V. Ex^a o fez agora, da tribuna, de maneira muito própria. Não poderia deixar de prestar esta solidariedade a V. Ex^a, porque continuo dizendo o que disse no início do meu discurso: V. Ex^a tem um trabalho tão bonito, tanta gente grata, tantas famílias, tantas pessoas humildes que encontraram na sua casa, no carinho da sua esposa, das suas filhas, o caminho de volta para a vida; que saíram das drogas, das armadilhas dos vícios! Portanto, Senador Magno Malta, aceite a minha solidariedade neste momento de injustiça e de dor que V. Ex^a vive.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Crivella. Para mim é muito importante o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ) – Apenas para concluir. Sou testemunha de tudo isso que V. Ex^a fez pelo Lino Rossi, na Record; acompanhei isso passo a passo. V. Ex^a deu a descrição exata dos fatos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Porque não quis citar, mas pedi a V. Ex^a que nos ajudasse junto ao Bispo Gonçalves para que ele pudesse, pelo menos, ouvi-lo – porque não é fácil – e, por méritos, ele entrou e comandou o “Cidade Alerta”. E quando o Wilson Santos se elegeu Prefeito, ele voltou. Voltou e manteve por ele sempre o mesmo respeito. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa, a mim não tentou corromper em momento nenhum. Até agradeço por saber... Nem esse Vedoin, porque nunca lhe dei confiança e nem sei quem ele é.

Aqui estão as minhas emendas todas, as cartas que mandei para a Saúde, para a Educação; aqui estão todas as emendas que fiz como Deputado Federal e como Senador. Até porque eu falei que o filho dele – que nem sei quem é – disse que eu coloquei emendas para as comunicações. Inverdade! Mentira!

É preciso ter cuidado com a chamada delação premiada. O cara que vai para a delação premiada precisa saber também que ela será premiada se as acusações dele forem encontradas e forem verdadeiras; até porque se eles já estão grampeados tanto tempo, o Ministério Público e a Polícia Federal hão de saber que não existe absolutamente nada que envolva este

Senador, que envolva a sua assessoria, qualquer tipo de contato e relacionamento que envolva a minha pessoa com essa corja de indignos, de mãos sujas, que roubaram dinheiro público e fizeram fortunas em cinco anos, e que agora estamos vendo até o nome do Senador José Sarney tocado por eles na manhã deste dia, do Senador Eduardo Siqueira Campos... De longe, vendo o sofrimento, a angústia, da Senadora Serys Slhessarenko e de tantos outros. Fico imaginando que, se algum Deputado Federal, se algum Senador colocou alguma emenda no orçamento para compra de ambulância e o prefeito, por um gesto indigno, juntou-se a essa quadrilha, o parlamentar agora se vê obrigado a responder por isso. É preciso ter muito cuidado com a honra, com a vida das pessoas.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, longe de mim aqui querendo fazer a defesa de V. Ex^a ou de qualquer outra pessoa. O que me faz pronunciar esse aparte é o fato de que me espanta como as notícias estão sendo veiculadas, apesar de as reuniões terem sido reservadas; não eram secretas, mas eram reservadas, a sala foi esvaziada, e hoje vejo, no jornal **Correio Braziliense**, trechos, na íntegra, do que foram as indagações, as arguições que os parlamentares fizeram ao Sr. Darci. Já que está saindo na imprensa, não falei até hoje absolutamente uma palavra do que ouvi ali dentro, mas uma das coisas que me chamaram a atenção foi que, quando o Deputado Fernando Gabeira indagou ao depoente se ele conhecia determinados parlamentares - e ele listou alguns -, ele disse que não ia mais citar porque não podia citar pessoas que ele não comprovasse. E mais: ele não podia fazer mais nada porque quem podia ter algum tipo de prova era o filho dele, porque ele jamais tinha tido contato com as pessoas. Os negócios dele se davam com as empresas, as fornecedoras dos equipamentos ou coisa parecida. E, nesse caso, quero dizer a V. Ex^a que fiz questão de deixar muito claro para as pessoas de minha Bancada, para as pessoas com quem conversei que estranhei a forma como as notícias foram levadas para fora. V. Ex^a pode ter a segurança de que nós nos batemos naquela Comissão no sentido de que só podíamos tratar de questões, no âmbito da Comissão, que tivessem comprovação. Caso contrário, não se podia tocar em nome de absolutamente ninguém. Houve até um fato relacionado com essa coisa de conhecer ou não conhecer. Foi o próprio Vice-Presidente da Comissão que perguntou se conhecia, em qual condição, em que situação conhecia. Isso porque eu, por exemplo, conheço a Xuxa pela televisão. Eu conheço também o Ronaldo. Se alguém me perguntar sobre o Ronaldo, eu posso dizer alguma

coisa. Foi nesses termos que a pergunta foi feita. Portanto, neste momento, fico entristecido com a forma como as informações saem de dentro da Comissão e se transformam em sentença, em jogo de sentença para as pessoas que estão sendo citadas. Esse foi o problema de todas as CPIs que acompanhei. Essa CPI é a quarta que estou acompanhando ativamente. Participei de mais duas. Todas essas Comissões tiveram esse tipo de comportamento. As pessoas usam informações mais para fazer jogo bonito para a mídia do que para contribuir com os trabalhos. Neste caso, neste momento, estou solidário com V. Ex^a com relação a esse problema, pois considero um absurdo a forma como ele foi tratado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço o seu aparte, Senador, e vou incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim e, em seguida, aos Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, eu estava no gabinete e fiz questão de vir rapidamente. Fiquei preocupado até de não chegar a tempo. Acompanhei sua vida na Câmara dos Deputados, onde estive por dezesseis anos. V. Ex^a chegou lá e, com muita fibra, com muita raça, muita convicção, defendeu as posições que eu também defendo no campo social. Mas V. Ex^a foi muito além daquilo que eu fazia na Câmara quando liderou a CPI do Narcotráfico. Contra V. Ex^a, durante todo aquele período, não há uma faísca, uma vírgula que lhe possa ser atribuída. O que dizem agora é que V. Ex^a andou num carro que não era seu. E aí fizeram um escândalo do tamanho do País contra a sua história, contra a sua vida. Fico muito preocupado com isso, Senador Magno Malta. Eu já disse numa oportunidade e vou repetir agora que, quando Deputado, fui um dos poucos que foram à tribuna dizer que não votaria pela cassação do Deputado Ibsen Pinheiro. Por que estou dizendo isso? Porque, para felicidade minha, ele foi absolvido num segundo momento, e as revistas hoje publicam que houve uma injustiça. Então, quando vejo uma injustiça como essa que fazem a V. Ex^a – aqui defendi também a Senadora Serys e a Senadora Ana Júlia –, sou levado a dar esse depoimento. Tenho certeza de que V. Ex^a está sendo injustiçado, mas acredito na justiça. Por isso, presto minha total solidariedade a V. Ex^a, na certeza de que o bem vencerá e que, por esta razão, V. Ex^a dará a volta por cima, certamente, nessa situação constrangedora em que quiseram envolvê-lo, mas não conseguirão. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Paim. Recebo emocionado o seu

aparte ao meu pronunciamento. Muito obrigado pela solidariedade.

Concedo o aparte ao Senador Tuma e, posteriormente, aos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Efraim Morais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Só para um esclarecimento a V. Ex^a. V. Ex^a falou três vezes comigo: duas vezes quando estava fora do País e uma hoje, pouco antes de usar da tribuna. Senador Alvaro Dias, V. Ex^a presidiu Comissão e sabe que o sigilo é relativo. Tenho ficado um pouco assustado com a gama de notícias que sai todo dia. Todo dia tem alguém dando uma entrevista, ou sai algum noticiário de jornal. Tendo em vista a permanente citação de alguns Senadores, pedi ao Dr. Biscaia que informasse o que realmente existia, porque S. Ex^a tem mantido a documentação reservada em sigilo, só tendo tido acesso a ela Sub-Relatores... É claro que, se eu for lá, posso pedir, mas é um pouco confuso tirar segmentos que interessam. Eu pedi o depoimento por inteiro, mas vieram, para a Corregedoria, fragmentos citando os três Senadores, e temos a obrigação de esclarecer à sociedade com uma apuração sem indicativo da prática de crime. Como V. Ex^a sabe, temos que apurar as razões da citação do nome e chegar a uma conclusão. Então, é isso que estou fazendo a partir de hoje. Comuniquei a V. Ex^a, à Senadora Serys e ao Senador Ney Suassuna, que tem sido, da mesma forma, correto ao querer, a todo instante, prestar informação, já tendo pedido, há algum tempo, que houvesse apuração. Mas eu não tinha subsídio para fazer isso. É claro que, se o Presidente autorizar, eu gostaria de pedir que os depoimentos de V. Ex^a e da Senadora Serys sejam encaminhados à Corregedoria. Quanto à honestidade, V. Ex^a me conhece e sabe que jamais praticarei uma injustiça que possa ferir qualquer pessoa. Se houver indicativos da prática de qualquer tipo de delito, vamos esclarecer isso. Então, fique tranqüilo, pois vou examinar os documentos que V. Ex^a mandar, vamos ouvir o Lino Rossi, que, acredito, é a peça importante no seu caso, para chegarmos a uma conclusão.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Pois não, mas é para o Senador Magno Malta que V. Ex^a precisa pedir.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Peço à Mesa que, por gentileza, como fui citado, eu possa dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas para despachar o requerimento verbal do Senador Romeu Tuma.

Na forma regimental, o Senador será atendido com o encaminhamento dos pronunciamentos da Senadora Serys Silhessarenko e do Senador Magno Malta à Corregedoria da Casa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eles embasam um pouco o nosso raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço à Secretaria que tome as providências.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quero apenas dizer que, mal saiu a primeira notícia, não só demiti os meus dois assessores como também os processei. Também processei os Vedoin, pai e filho, a D^a Maria da Penha e, imediatamente, fiz um ofício pedindo a investigação, porque não tenho nada a esconder, não fiz nada errado. Fico triste de ver como a nossa mídia faz sensacionalismo em cima de fatos e repete o mesmo assunto dez ou doze vezes, não sei com qual objetivo. Às vezes fico a pensar se não existe uma segunda causa para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a compreensão dos Senadores inscritos. Como este é um caso especial, o Senador Magno Malta foi convocado a esclarecer e está exercendo o direito à defesa. Por isso, peço a compreensão, já que o tempo do Senador Magno Malta esgotou-se há muito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Magno Malta, se V. Ex^a precisar de algum esclarecimento, estou à disposição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Tuma.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Magno Malta, eu queria dizer a V. Ex^a que sou membro da CPMI das Ambulâncias, dita CPI dos Sanguessugas. Essa CPI só teve uma reunião, a de instalação. Não houve qualquer outra. Particpei da CPI dos Bingos, da CPMI dos Correios, até da chamada CPI do Fim do Mundo, e tudo funcionava direito. As CPIs eram convocadas, a Oposição votava os requerimentos, os caminhos eram decididos no voto. O que está acontecendo na CPI dos Sanguessugas? Ela está sendo conduzida por uma espécie de “quarteto fantástico”. Às vezes tomo ciência de algo pela televisão. Sou membro titular dessa CPI. O que acontece? Não há uma convocação marcada. Quanto à questão de V. Ex^a, por exemplo, onde começa todo o processo? Uma emenda é encaminhada, e, dentro do processo criminal, é colocado e negociado com o prefeito. V. Ex^a não colocou emenda alguma. No entanto, aparece o nome de V. Ex^a. O Vedoin dá uma declaração, que está na imprensa, dizendo que deu um carro para V. Ex^a. O carro não foi dado por Vedoin.

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O carro não está em nome de V. Ex^a. V. Ex^a usou o carro cedido por um Deputado amigo de V. Ex^a durante um período e o devolveu. E o que acontece? Onde foi votado nesta CPI... Quero exercer o meu direito de voto, porque o poder e o direito que o Parlamentar tem é o de votar. Quando aconteceu uma reunião em que se decidiu que seriam encaminhados os nomes das pessoas citadas para a Comissão de Ética da Câmara ou do Senado? Em momento algum foi votado isso. Não estou aqui para defender ninguém, porque eu disse que quem tem o nome citado e tem depósito em conta tem que ser julgado pela Casa competente. Só que nada disso foi votado. O quarteto fantástico se reúne e sai falando algumas coisas sobre uma série de Deputados, sobre uma série de Senadores. Fui nomeado para essa Comissão com o direito de dar o meu voto pelo meu Estado, pelo meu Partido e pela minha consciência, só que isso não acontece. Ligo a televisão e vejo que a CPI dos Sanguessugas deu a seguinte declaração, que a CPI dos Sanguessugas deu outra declaração. Que reunião foi essa? Eu participei de todas. Na CPI dos Bingos, que era chamada de CPI do Fim do Mundo, todos se reuniam, colocava-se em votação, ganhava-se ou perdia-se por um voto, mas era uma decisão democrática, uma decisão dos Partidos, uma decisão da Casa. E o que acontece na CPI dos Sanguessugas? Nada. Aparece-se com documento, lê-se um documento. Eu já li todo o depoimento do Vedoin. Ele apresenta prova contra Deputado, contra outras pessoas. Apresenta provas. Com relação a esses que estão com depósito em conta, o Parlamento tem que tomar atitudes contra eles. Agora, se aparece um assessor que recebeu, se aparece um parente que recebeu, tem que chamar para deporem, para serem ouvidos. Ele tem que falar ali. Levou o dinheiro? Deu o dinheiro? Para quem deu? Você estava ali e negociou para outro? Só que ninguém fala isso, Senador. Ninguém fala isso aqui. Estou falando isto por causa da minha consciência. Vou entrar no Senado, vou sair do Senado e vou dormir tranquilo. Quero voto, quero discussão, quero a Comissão.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Wellington Salgado de Oliveira, eu falei isso já desde a semana passada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – A Comissão, quando é criada, é uma célula desta Casa, é uma célula do Senado, é uma célula da Câmara. Numa célula, tudo é decidido no voto, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Falei, semana passada, o que V. Ex^a está falando.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – É uma célula desta Casa. Aqui tudo se decide no voto. Aqui se perde, aqui se ganha. Quem perde vai para casa como perdedor e pode ganhar na próxima, mas com o voto, com a opinião de vários, não da maneira como está sendo conduzido o processo. Algumas pessoas dão declarações sobre políticos na região em que estão competindo, num momento eleitoral, e os derrubam imediatamente. Estou sendo procurado por pessoas que nem emendas apresentaram, como V. Ex^a. Todo o processo criminoso começa no lançamento da emenda, quando se pode negociar com a Prefeitura.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas emenda não é crime.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, não é crime. Mas quero dizer que, nesse processo, da maneira como foi dito pelo Sr. Vedoin, o crime começa quando se apresenta uma emenda. Mas, no caso de V. Ex^a, nem emenda existe, e V. Ex^a está sendo citado em todos os momentos. Por quê? Porque, nesta Casa, Senador, no Senado Federal, não acontece esse tipo de coisa, não é normal acontecer esse tipo de coisa, como levar dinheiro por uma emenda. Estão tentando, de qualquer maneira, pegar um Senador, pegar alguém para essa situação. Estamos vivendo um momento da política nacional em que se ataca o próximo e o derrota como se fosse o senhor da ética ou o senhor da verdade. Todos são puros. Quem ataca hoje é puro. Quem ataca nasceu puro, é limpo. Não vejo alguém tão puro que possa condenar o próximo. Todos aparecem dando declarações com o cabelo bem feito, bem cortado, bem arrumadinho, já próprio para dar declaração. Não vou chegar nesta Casa, não vou participar e não vou acusar ninguém sem prova. A prova deve existir, Senador. Quero dizer a V. Ex^a que eu sempre tive o seguinte: bandido, de um lado; e V. Ex^a, do outro. Eu ouvi nesta Casa que a posição de V. Ex^a é sempre contra bandido. Foi assim que V. Ex^a se elegeu – eu nem sabia –, com a maior votação no Espírito Santo. Senador, o que está sendo feito e o que está acontecendo é uma atitude covarde, mas ninguém fala. Eu estou falando. Não sei o preço que vou pagar, mas tenho certeza de que estou sentindo o que estou falando. Muito obrigado pelo espaço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nobre Senador Magno Malta, quero pedir, mais uma vez, a compreensão aos apartes, para que fiquem no tempo permitido regimentalmente, ou seja, dois minutos para o aparte. Não queremos, de forma alguma,

cercear o direito à defesa do Senador Magno Malta, mas pedimos aos apartes a compreensão.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Magno Malta, a história de V. Ex^a, de origem humilde, a sua história de luta contra o tráfico de drogas dá realmente a V. Ex^a a condição de vir fazer a defesa que faz aqui, usando o direito mais sagrado que todos temos, que é o direito de defesa. Pena que a Senadora Ideli Salvatti não se encontra presente, mas fico feliz em ver que S. Ex^a, agora, é também cuidadosa com as acusações. S. Ex^a pede moderação, S. Ex^a pede que o direito de defesa seja respeitado por todos. Na verdade, quero cumprimentar V. Ex^a e desejar que tenha em mente a liberdade de poder exercer o direito de defesa, como aqui faz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Magno Malta, quero me solidarizar com V. Ex^a. A história de vida de V. Ex^a, de que aqui tomei conhecimento quando cheguei, responde pelos seus atos praticados. Tenha absoluta certeza de que, como V. Ex^a aqui explicou, deu da tribuna a explicação de que o povo brasileiro já tinha conhecimento, porque já havia sido também noticiado pela imprensa que V. Ex^a apenas havia recebido do seu amigo de então, Deputado Lino, o carro que estava sendo utilizado. Agora V. Ex^a complementa dizendo que o devolveu há mais de ano.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E ainda o chamo de amigo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E ainda o chama de amigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nunca me propôs corrupção.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Como V. Ex^a disse, a verdade vai se sobrepor ao mal e à mentira, e V. Ex^a terá, com certeza absoluta, explicado o fato, porque sua história de vida responde pelo seu futuro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Flexa. Recebo, emocionado, as palavras de V. Ex^a e as incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Efraim e, depois, aos Senadores Marcos Guerra e Eduardo Suplicy.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está fazendo o que é certo: vir a tribuna, apresentar sua defesa. Aqueles que o conhecem, como eu, porque fomos colegas quando Deputados

Federais, sabem que o que está fazendo, provando, dando os fatos verdadeiros, é fundamental não só para V. Ex^a, mas para todos os que realmente foram citados. Acredito que V. Ex^a esteja no caminho correto e deva fazer exatamente isso para que, amanhã, por meio da Corregedoria, da CPMI, do que for, mostre exatamente o fato verdadeiro, a sua versão. Isso é o que desejamos e esperamos que ocorra. Parabênzulo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Efraim.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, V. Ex^a usa a tribuna, o que é de direito, para vir explicar uma acusação que, de repente, foi uma antecipação, um ato impensado da imprensa. Conhecendo V. Ex^a, a forma como V. Ex^a começou a política no Espírito Santo, como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, e os trabalhos que V. Ex^a tem praticado no nosso Estado em prol do social, tenho certeza, Senador, de que V. Ex^a vai trazer, caso seja preciso, provas para realmente comprovar a sua inocência nesse malfadado caso que a imprensa vem anunciando. Lamento, Senador. Já li várias notícias sobre a CPMI dos Sanguessugas. Inclusive, o ex-Ministro Humberto Costa é muito citado. Infelizmente, todas as ações de corrupção nesse Governo começaram realmente dentro do Governo. Infelizmente, elas têm envolvido alguns Parlamentares, como é o caso de V. Ex^a, que está afirmando da tribuna não ter culpa. Quero me solidarizar com V. Ex^a e lamentar, mais uma vez, o fato de V. Ex^a estar sendo citado num caso que tenho certeza de que V. Ex^a não tem culpa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Marcos Guerra, Senador do meu Estado, que me conhece, conhece a minha trajetória.

Quero reafirmar que não recebi carro de Planam nem de Vedoin, que não conheço. Eu o vi e vi também o filho dele nos jornais e na televisão. E o filho dele afirma em depoimento que eu apresentei emenda para as comunicações. Até isto ele fala: para quem destinei as emendas. E eu nunca apresentei emenda para as comunicações!

Aqui estão todas as minhas emendas, como Deputado Federal e Senador. Se encontrarem uma emenda minha para essa corja, Senador Guerra – V. Ex^a é do meu Estado –, vou renunciar ao meu mandato não para voltar, mas para ser julgado como cidadão comum.

Ah, a minha vida não foi assim... Não foi assim que construí a minha história, fraudando o Orçamento. Não construí a minha história tratando às escuras com

empreiteiros e lobistas. Não os recebi, não os recebo. Não há homem no mundo, nem no meu Estado, que levante o dedo e diga: “Recebi a emenda, e o empreiteiro veio junto”.

Nunca fui nem a pedra fundamental. Nunca fui a entrega de obra, a assinatura de contratos. Aliás, minto, porque, há dois anos, apresentei uma emenda para um ginásio de esportes em Vargem Alta, um distrito, cuja inauguração foi há dois meses. Disseram que só o inauguravam se eu estivesse presente. Eu disse que não gostava de ir, mas a comunidade só inaugurava o ginásio se eu fosse, e fui a Vargem Alta, um distrito do Espírito Santo.

Mas não vou. V. Ex^a é político, Senador João Batista Motta. V. Ex^a se encontra comigo em eventos de inauguração ou de ordem de serviço? Não. Não é a minha prática. Nunca apresentei emenda para essa corja, Senadora Heloísa Helena. Não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção. Recebi o carro de um amigo, e ainda vou chamá-lo de amigo, a despeito do que ele está vivendo, porque nunca me propôs corrupção, não se sentou comigo em meu gabinete e disse: “Ponha a emenda, ponha que é bom. Eles vão te dar tanto. Olha, eu conheço a Planan, conheço o Vedoin, ponha aqui, ponha nos seus Municípios, uma ambulância para cada um, que isso vai te dar notoriedade”. Não. Nunca me propôs isso. E volto a dizer que agradecido sou porque nunca dei a ninguém a ousadia de se aproximar de mim para propor tal tipo de coisa. Usei o carro de um amigo.

Felizmente, V. Ex^a não estava aqui quando eu disse que errou o Presidente da CPMI, com todo respeito a S. Ex^a, quando disse na televisão que eu precisava ir para a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e o meu mandato foi imediatamente cassado no Brasil inteiro. Virei o lixo da política brasileira. O foco não é Vedoin, sou eu. O criminoso não é Vedoin, é Magno Malta. Virei o resto no meu Estado. Foram publicadas as manchetes mais terríveis contra mim, inclusive uma que dizia: “CPI denuncia Magno Malta”. Fotos enormes, todos os dias. Virei o resto.

Sou filho de faxineira, Senador Ney Suassuna. Não pertencço a grupo político nenhum, Senador Jefferson Peres. Cheguei onde cheguei com muita luta, tirando gente da rua, como bandeira de enfrentamento.

Virei Senador da República, enfrentando o crime organizado, o narcotráfico, travando uma batalha. E, hoje, sou o lixo do lixo, o resto do resto, porque fui vendido assim. A CPMI investiga fraude em emendas. Olhem a contradição: quem nunca colocou uma emenda é o criminoso.

Algumas pessoas experientes dos meios de comunicação me disseram: “Você errou. Você devia ter

ficado calado, não devia ter falado nada, que recebeu, que usou o carro que o Lino Rossi passou para você”. Mas a boca que honra a Deus não mente. Mentir para ser desmascarado depois? Não! Prefiro passar o que estou passando a mentir.

Em minhas mãos, estão os documentos e o IPVA do carro em nome do cidadão. Não há nada em nome de Planam, em nome de nenhuma empresa do Sr. Vedoin.

Nunca procurei nenhum Ministro da Saúde até porque eles nunca me receberam. O Ministro Saraiva Felipe nunca me recebeu. O Ministro Humberto Costa nunca me recebeu.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Alvaro Dias, os Parlamentares que ainda não foram citados não devem estar dormindo mais porque amanhã podem sê-lo. Se descubrem que uma emenda do Parlamentar foi para a saúde e que se comprou uma ambulância, ele já é candidato a bandido. Estamos vivendo uma inquietação a cada dia: que lista saiu? Que nomes deram?

Sou signatário da CPMI, Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a me deu a proposta para assinar. Essa é a verdade dos fatos.

Se querem destruir meu nome, jogar minha história no lixo para tirar meu mandato, podem tirá-lo. Parafraseando o Apóstolo Paulo, digo que nada tenho por ganho nem por lucro nesta vida, porque, para mim, viver é Cristo e morrer é lucro. Foi Ele quem me colocou aqui. Se pela vontade permissiva d’Ele isso vier a acontecer, a minha honra, o meu compromisso com Deus e com a minha família,

Senador Romeu Tuma, ninguém vai roubar.

Ouçõ o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT – SP) – Senador Magno Malta, considero muito importante V. Ex^a ter vindo expor os episódios tal como aconteceram, de maneira a tornar claro, por tudo o que nos transmitiu, que não houve qualquer procedimento que o fizesse incorrer em ato que fere a legislação. Pelo menos, por tudo o que nos transmitiu hoje, V. Ex^a procurou expor, inclusive com documentos, a verdade sobre fatos que constituíam uma história diferente daquela que, primeiramente, se quis atribuir a V. Ex^a pela forma franca com que caracteriza o seu ser, a sua vida. E considero muito importante que seja sempre esse o procedimento de um representante do povo, de um Senador do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Ouçõ o Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, sei perfeitamente da dor que V. Ex^a está passando neste momento. Sei da origem de V. Ex^a. V. Ex^a é do meu Estado. Nós o conhecemos de maneira absoluta. Sei, também, Senador Magno Malta, que existe o crime dos “sanguessugas”. Sei que dinheiro foi desviado do Erário. Sei que houve o crime de colarinho branco com relação àqueles que recebiam dinheiro para votar em projetos do Governo. Sei que tudo isso existe. O que não consigo saber, Senador Magno Malta, é por que vivemos hoje este momento difícil de tantas acusações, tiroteio para tudo quanto é lado, envolvendo os mais diversos Parlamentares. Se é verdade que existe este crime – e existe –, por que também existem as acusações infundadas? Nós temos que aqui meditar a razão disso tudo. Há alguém por trás querendo enfraquecer o Poder Legislativo. Há alguém que quer misturar os bons com os maus. Até hoje nada colou no Presidente da República. O cidadão brasileiro está dizendo que todo mundo é bandido. Não importa, então, que o Presidente e seus Ministros sejam também. Será que é para ganhar a eleição deste ano? Será que existe outro motivo escuso por trás disso? Será que alguém quer a “cubanização” do Brasil? Será que alguém quer de volta a ditadura? Será que não estão satisfeitos com o momento democrático em que vivemos? Existem bandidos, mas nem todos o são. Eu, por exemplo, nunca fui, Senador Magno Malta. Não participo de nada disso, nunca participei dessas coisas. E vários colegas, a maioria desta Casa, são homens sérios, homens honestos. Não sei qual é a minoria – que não seja –, mas o certo é que toda a Casa fica enodada, prejudicada perante a opinião pública. Há alguma coisa por trás disso. Não acredito que as acusações contra a Senadora Serys Slhessarenko, assim como contra V. Ex^a, não tenham um fundamento político, específico, para que alguém permaneça no poder. Receba o meu abraço. Sei que V. Ex^a não tem nada a ver com isso. Sei que V. Ex^a é um homem limpo, um homem puro. É o que tenho a dizer a esta Casa e a quem está nos ouvindo neste momento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador João Batista Motta, muito obrigado por seu aparte, que recebo com muito carinho, até uma certa emoção, porque somos do mesmo Estado. V. Ex^a me conhece, obrigado pelas referências. Saiba, Senador João Batista Motta, que não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção, nem sujarei.

Ouçõ o aparte do Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Magno Malta, em meio a essa crise que convulsiona, atormenta e denigre o Legislativo, há

pessoas que, não merecendo a pecha de desonestas, são envolvidas de forma tão equivocada, tão estranha! Mesmo porque conhecemos o passado de V. Ex^a como o grande timoneiro, defensor de causas como o combate à violência, ao narcotráfico, ao desvio da juventude para o uso de entorpecentes, que tanto denigrem a pessoa humana. V. Ex^a nesta Casa também sempre foi um defensor intransigente da boa aplicação dos recursos públicos, do controle, da fiscalização das instituições, não só do Congresso Nacional como do Poder Executivo. Então, V. Ex^a tem sido, ao longo da vida, um exemplo de coragem, de devotamento, de amor ao Brasil, de amor às causas e aos ideais que fazem os grandes homens públicos. Portanto, lamento que V. Ex^a tenha sido envolvido nessa questão. Tenho certeza absoluta de que a verdade virá à tona. As palavras de V. Ex^a são mais do que necessárias neste ambiente democrático do Senado Federal, onde milhares e milhares de brasileiros acompanham os nossos trabalhos. E V. Ex^a faz uma defesa, uma prestação de contas da sua vida, o que é mais do que necessário neste momento. No mais, quero, juntando-me aos demais companheiros e companheiras do Senado Federal, solidarizar-me com V. Ex^a e desejar que o deixem em paz e que o seu trabalho tão frutuoso continue a proliferar no cenário político do Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Valadares, recebo o seu aparte agradecido pela referência que faz à minha luta, ao meu trabalho no combate à violência e ao narcotráfico, à minha vida.

Sempre fui muito criterioso nessa questão de emendas, desde Deputado Federal. A mim não importa se o sujeito pediu ou não voto para mim. Aprendi a distribuir este pequeno recurso – antes de R\$2 milhões, agora de R\$3 milhões – que é dado a um Senador ou a um Deputado Federal. No meu Estado, que é pequeno, tem apenas 78 Municípios, se quiséssemos dar R\$50 mil para cada um, mesmo com muita boa vontade, não conseguiríamos. É preciso ter muita responsabilidade com relação a isso, e eu tenho.

Por isso afirmo que nenhum homem, nenhum Prefeito ou ex-Prefeito do meu Estado pode levantar o dedo, apontar na minha direção e dizer: “Mandou emenda para compra de ambulância, para a área de saúde, acompanhada do empreiteiro”. Nenhum homem, muito menos o Vedoim e o filho dele, esses pústulas, que responderão na Justiça. Estou processando-os: canalhas, roubadores de dinheiro público.

Infelizmente, tenho de falar o que vou falar. A mim não propuseram nenhuma corrupção porque não o conheço, nunca tive com eles; então, nunca tentaram me corromper, nem me suggestionar. Até porque rea-

firmino: esse tipo de gente não tem facilidade para se aproximar de mim.

Então, agradeço a V. Ex^a o seu aparte, reafirmando meu compromisso com essas verdades.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, sei a angústia que V. Ex^a está passando, porque tenho passado a mesma angústia. Não conheço essas pessoas. Não tem um Prefeito que possa fazer uma acusação em relação a mim, porque nunca pedi nada a Seu Ninguém. Sempre trabalhei duro pelo meu Estado, procurando colocar emendas e levar recursos para o meu Estado, é a minha obrigação. Fico surpreso de ver os depoimentos, porque agora já tenho todos. Aconteceu uma coisa até muito interessante, que deve ter ocorrido com V. Ex^a também. V. Ex^a deve ter recebido um ofício para responder sobre um assunto que estava sob sigilo de justiça.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É verdade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Agora, três semanas depois, até já sei o texto. Tinha cinco dias para responder uma coisa que estava sob sigilo de justiça e fui tomar conhecimento três semanas depois. Não estou preocupado. Tenho muito mais pena e preocupação de quem faz a acusação, porque está mentindo, caluniando. É muito maldade! O tempo é o senhor da razão. Não conheço essas pessoas, como V. Ex^a, não tenho o menor contato, e todos depoimentos dizem isso. Mas não esqueça de que, no meu caso, por exemplo, tenho várias situações que são propícias para isso: nordestino, apoiador do Governo, tudo isso são fatos que fazem com que as pessoas nos persigam mais, principalmente a imprensa sulista. Mas não estou preocupado, pois o tempo é o senhor da razão e, com certeza, vai aparecer a verdade. Minha solidariedade a V. Ex^a, como a vários outros. Há pessoas culpadas, sim, porque a ambulância que eu pedia para a Prefeitura por R\$80 mil e custava R\$76 mil, em alguns Estados, foi vendida por R\$160 mil. Portanto, há pessoas culpadas, mas, com certeza, V. Ex^a não está nesse meio. Minha solidariedade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, pelo aparte. Há algum tempo, tenho acompanhado de longe o seu calvário.

Alguém já disse que precisamos cuidar do nosso caráter, porque da nossa conduta não tem jeito, pois a conduta de quem faz vida pública está na mão das pessoas, e elas fazem dela o que querem. Mas tenho procurado cuidar do meu caráter.

Quando viajei para cá e me juntei com a minha família, a minha filha mais velha disse: “Pai, tenha paz! Paz! Porque você não pode fazer nada por você, pai; só Deus pode fazer por você, porque essa é a sua verdade”.

Duas verdades absolutas: nunca apresentei emendas nesse sentido no Orçamento, e é essa a razão de ser, o fato determinante para a CPI; e também não recebi carro da Planam. Não há carro nenhum comigo. Usei um carro do Lino que voltou para o Lino. Recebi um carro de um amigo, o Lino, e não ia perguntar a ele – o cara é meu amigo! – que nome era aquele. Não era nome de empresa, mas de uma pessoa. Eu não ia perguntar: “É bandido, Lino?” Eu não estava tratando com um bandido; eu não estava tratando com um corrupto! Eu estava tratando com um amigo, o Lino Rossi, uma pessoa que orava comigo, no meu gabinete. Eu orava por ele, pela família dele, pela filhinha dele, doente, pela esposa dele. Não sou canalha e continuo mantendo por ele o meu carinho, porque ele nunca me propôs corrupção. Ele me mandou um carro.

Senador Sibá Machado, no final de fevereiro, fui a Cuiabá falar num jantar. Deputado Manato, Deputado Neucimar Fraga, Deputado Walter Pinheiro, meu amigo, mais chegado que irmão, quantas vezes eu disse aos senhores – nós somos do mesmo Estado: este carro é do Lino; foi o Lino que me mandou. Disse ao Deputado Neucimar Fraga. Devolvi o carro. Devolvi-o por esta empresa, a Transgrancap de Cuiabá, há um ano e um mês. Embarquei aqui. Entreguei ao seu real dono. Nunca recebi carro de Vedoin. Recebi carro de Lino. Devolvi para o Lino. Por que o Vedoin disse que o carro estava comigo? Ele disse que o carro estava comigo! Ele nem sabe disso! Se o carro realmente era dele, por que o Lino não o entregou para ele? Porque o carro não era dele. Eu o devolvi para seu real dono. Ele deu um depoimento dizendo que o carro estava comigo. Ele estava enganado.

Sr. Vedoin, há um ano e um mês, devolvi o carro para o seu dono, o Lino Rossi.

Então V. Ex^{as} sabem do que estou falando. Só existe esta verdade e ela é absoluta: não existe emenda nem carro, Senador Marcos Guerra.

Fui, em janeiro, falar num jantar em duas cidades do Mato Grosso. Fui dar o meu depoimento, Senador Paulo Paim. Costumo viajar e dar o meu depoimento em jantares para estimular pessoas, porque sou lesionado de medula, sou paraplégico. A minha coluna é um enxerto, e Deus me colocou em pé.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Magno Malta, peço a compreensão de V. Ex^a para concluir o seu pronunciamento, porque já está no momento de iniciar a Ordem do Dia e há outros oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas eu preciso, Senador. A dor no meu peito é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que sintetize a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu tentarei. Confessando que não tenho a capacidade, mas tentarei.

E foi, Senador Marcelo Crivella, a última vez que vi o Lino. Ele foi me encontrar no aeroporto. Abraçou-me e disse: “Eu não posso ir ao seu depoimento” – falou comigo, Senador Motta – “porque eu tenho uma reunião”.

E, olhem só, eu estava acompanhado do Pastor França e do Pastor Valmir, meu irmão. E sabe o que eu disse a ele? “Lino, cadê o carrão?”.

Ele me disse, Senador Tuma: “Eu mandei reformar e está servindo só para levar os meus filhos para a escola”. É o carro que leva os filhos dele para a escola. Então, não existe carro nenhum comigo; nunca peguei carro nenhum de Vedoin; nunca coloquei emenda nenhuma no Orçamento.

Encerro, Senador Alvaro, dirigindo-me às pessoas neste País que me foram solidárias. Não posso deixar de agradecer às lideranças no segmento onde professo a minha fé. Obrigado ao Bispo Rodvalho; ao Renê Terra Nova; ao Silas Malafaia; às centenas de líderes no meu Estado, no País inteiro; às pessoas do Ministério Público; da Polícia Federal; dos Poderes constituídos; aos Senadores solidários – com alguns deles falei pelo telefone e recebi solidariedade.

Sei que este é um momento em que todos nós estamos sendo explorados; nós que professamos

fé evangélica, como se a fé induzisse o homem a cometer indignidade. O homem que comete dolo e indignidade deve responder por isso, mas necessariamente não precisa ser-lhe chamada a atenção pela sua fé. Se é evangélico, é escarnecido. Os outros podem cometer dolo, que ninguém toca absolutamente na sua fé.

Agradeço a esses milhares pela solidariedade. À minha esposa e três filhas: uma de 5 anos e as outras de 20 e 21 anos, que estão me ouvindo certamente pela Internet neste momento. Ao grupo que Deus me deu para comandar. Às casas de recuperação, que não têm uma ambulância. Agradeço aos meus irmãos que estão comigo aqui. Ao Pastor Antônio, ali sentado; ao Pastor Maurício, que conhece minha vida mais do que ninguém.

O Pastor Antônio é meu irmão mais velho, Senador Flexa Ribeiro. Ele é pastor em Guarapari e faz tenda. Ele fabrica panela de alumínio em uma portinha pequena para sobreviver. Sabem por que ele não tem posição, não tem nada? Porque eu não sujei as minhas mãos na corrupção para dar posição para os meus irmãos. E tenho um outro irmão, diabético, sofrido, catando papel para vender, vendendo fardo de papel para reciclar, porque não sujei minhas mãos, não fiz acordo para dar posição a eles.

Por isso, a vocês dois que representam a nossa família, sou grato diante de Deus, com o meu coração, pela felicidade de tê-los do meu lado.

Encerro, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, mas, antes, ouço a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Magno, sabe V. Ex^a o carinho e o respeito que tenho por você, meu querido companheiro, por sua esposa e por suas filhas. Tenha certeza V. Ex^a – eu estava aqui conversando com o Senador Romeu Tuma – de que talvez eu, como membro da CPI, seja uma das pessoas que mais quer ver solucionada a denúncia em relação a V. Ex^a, porque, para mim, vai ser uma tristeza tão grande, tão grande, acaso as denúncias que estão sendo feitas sejam concretizadas. Falei com V. Ex^a nos Estados Unidos, que estava em tratamento médico; falei com o Senador Arthur Virgílio, e V. Ex^a também; várias vezes nos falamos ao telefone no sentido de que isso se esclareça o mais rápido possível. Sabe por quê? Porque o pior, Senador Magno Malta, é que se essa CPI não está funcionando esse tempo todo

é porque o Presidente não quer. O Presidente da Comissão não está chamando para as reuniões, não está fazendo as reuniões. Não quer; só se for.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Só um minutinho, Senadora. O Presidente, na mídia – tenho todo respeito a ele –, colocou-me como foco. O Vedoin e o filho deixaram de ser o foco, que passou a ser eu. Ele disse que eu recebi o carro da Planan. Aqui estão os documentos no nome da pessoa de quem eu recebi: José Luiz. O Lino me emprestou o carro, que devolvi há um ano. Agora, imagine, se você recebe um carro para campanha, emprestado por alguém, e se, lá na frente, esse carro é preso por alguma razão, você é considerado bandido.

Ora, eles fraudaram o Orçamento; eu nunca. O fato determinado é fraude no Orçamento. Eu não coloquei nada no Orçamento. E o Vedoin ainda me chama de traidor. Vou passar para a história como aquele que traiu a Planam, que não deu nenhuma emenda nem para ele nem para ninguém. Recebi um carro do Lino e ao Lino devolvi há um ano e um mês.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É por isso, Senador Magno Malta, que estou fazendo uma defesa muito grande no sentido de que o Supremo possibilite que todo o depoimento do Vedoin seja colocado a público para que as pessoas analisem. É claro que, entre uma ou outra pessoa que passa a ser citada, há um outro que, sendo citado, é culpado e passa a se apresentar como se junto estivesse com os que não são culpados, que inocentes são, para dismantelar e desmoralizar a denúncia de uma forma geral. Por isso estou defendendo, todo o tempo, que é muito importante que todo o depoimento seja tornado público, que todas as pessoas possam lê-lo. Amanhã, esperamos que o Sr. Vedoin venha prestar um novo depoimento aqui em Brasília, para que possa ajudar no esclarecimento dos fatos. Na próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, espero que, além da defesa feita por todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, possamos também votar os requerimentos, para que os dois Ministros da Saúde que operavam diretamente – há requerimento do Senador Romeu Tuma e meu – venham, para nos esclarecer. Se não alguém que, de fato, culpa não tem passa a ser envolvido junto com os que culpa muita têm e que, por sua vez, fazem de conta que nada têm a

ver com isso e se aproveitam daqueles outros para justificar a sua não participação, quando estão diretamente envolvidos. Então, espero – V. Ex^a está encaminhando toda a documentação –, realmente, Senador Magno Malta, pelo carinho, pelo respeito que sempre tive pela trajetória de V. Ex^a, pela sua família, que todos esses dados que V. Ex^a está citando na tribuna do Senado possam ser disponibilizados para todos nós, que não podemos fazer juízo de valor antecipado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já mandei para o gabinete de V. Ex^a as minhas emendas, Senadora Heloísa Helena. Mandei as minhas emendas e gostaria de pedir a V. Ex^a, que é tão criteriosa, que solicite a um assessor também criterioso que examine as minhas emendas para verificar se existe alguma que se identifique com o fato determinado dessa CPI, para verificar se alguma delas está relacionado a essa quadrilha.

O Vedoin me isenta dizendo que sou um traidor, que não coloquei emenda para eles e que ganhei um carro que está comigo. Que esse pústula diga onde o carro está, em nome de quem, na porta de quem. Vai ter de dizer na Justiça, porque vou processá-lo, pois não existe carro em minha porta, Senadora Heloísa Helena. Não existe carro em nome de assessor, de irmão nem de parente meu. Recebi o carro de um amigo; não recebi carro de bandido naqueles dias. Recebi do Deputado Lino Rossi e, há um ano e um mês, devolvi-o a ele. Está aqui: Transgrancap levou o carro, no nome de José Luiz. Eu mostrei no começo: está aqui o IPVA. Olhe aqui: Fiat Ducato, José Luiz Cardoso. Não sei quem é. Não sei quem é! Devolvi ao verdadeiro dono, o Deputado Lino Rossi.

Senadora Ana Júlia, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, o Presidente já solicitou que V. Ex^a encerrasse o seu pronunciamento, mas serei muito breve. Conheço V. Ex^a há muito tempo, e V. Ex^a sabe muito bem do respeito que lhe tenho. Fico feliz ao vê-lo aqui podendo prestar esclarecimentos a toda a sociedade. Espero que lhe dêem o mesmo espaço que tem sido dado para os ataques que vêm sendo feitos de forma indiscriminada. Jamais duvidei de sua seriedade e de seu compromisso. V. Ex^a sempre foi favorável às CPIs e aos esclarecimentos. Dependendo de quem for, Senador, alguns setores acusam, julgam e condenam previamente

te. Infelizmente isso é verdade. E, se a sociedade não tiver tranquilidade para perceber e separar o joio do trigo, a democracia é que será atingida em nosso País. É isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço pelos apartes dos Srs. Senadores e reafirmo que nunca sujei minhas mãos no chiqueiro da indignidade, da lama. Não sou corrupto. Aqui estão minhas emendas, todas elas.

Tenho plena consciência de que esse saco de penas que foi aberto fez de mim um homem indigno para aqueles que não têm acesso à TV Senado, que só assistem às grandes redes. No entanto, encontro conforto no que diz a Bíblia: todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus; o choro pode durar uma noite inteira, mas a alegria vem logo ao amanhecer. Tenho convicção de que Deus está no controle de todas as coisas.

Envio à Mesa todas as minhas emendas e toda esta documentação.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

A Mesa recebe regimentalmente a documentação encaminhada e cumprimenta V. Ex^a pela forma altiva com que, da tribuna do Senado Federal, durante 1 hora e 18 minutos, apresentou as explicações exigidas pela sociedade brasileira.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós passamos duas semanas em nossos Estados porque há muito tempo o Senado brasileiro inventou essa excrescência chamada de “recesso branco”.

Nada justifica o Congresso ficar duas semanas parado. Já são 16 horas e 45 minutos...

Sei que V. Ex^a não é responsável por nada disso, mas gostaria de lhe perguntar se haverá votação hoje ou não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Jefferson Péres, houve um entendimento entre as Lideranças para que a votação que ocorre-

ria hoje fosse transferida para amanhã, já que não há entendimento em relação às matérias constantes da pauta. Haverá uma reunião entre as Lideranças amanhã pela manhã e certamente amanhã à tarde teremos Ordem do Dia com a deliberação das matérias constantes da pauta.

Na verdade, Senador Jefferson Péres, está na pauta basicamente a indicação de autoridades. De acordo com o que o Senador Renan Calheiros nos apresentou hoje, não há na pauta matéria que justifique deliberação hoje.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

Senador Magno Malta, primeiramente falará o Senador Osmar Dias e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Osmar Dias fica inscrito para falar pela Liderança do PDT, possivelmente após a Ordem do Dia, porque devemos abri-la e encerrá-la.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, é muito importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Adentrou este plenário o Deputado Lino Rossi, que veio a esta Casa e está falando com o Corregedor para comprovar a verdade de tudo o que acabei de falar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica o registro Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encontra-se na Casa o Sr. Roberto Cavalcanti Ribeiro, suplente convocado da representação do Estado da Paraíba, em virtude da licença do titular, Senador José Maranhão.

S. Ex^a encaminhou à Mesa original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

TRE-PB

Diploma

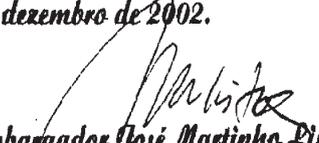
O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o diploma de 1º Suplente de Senador a

ELEIÇÕES
2002

Roberto Cavalcanti Ribeiro

eleito pela Coligação "Drá Frente Paraíba" (PPB/PMDB/PSDC/PHS), juntamente com o candidato eleito a Senador, José Fergino Maranhão, que obteve 831.038 votos preferenciais, do total de 2.894.168 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2002.


Desembargador José Martinho Lisboa
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Marco Maciel, Marcelo Crivella, João Batista Motta e Ney Suassuna para conduzir S. Ex^a ao plenário a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Roberto Cavalcanti Ribeiro é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Solicito a todos os presentes que permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)
– Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Senador Roberto Cavalcanti Ribeiro, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com art. 7º do Regimento Interno, que assumindo nesta data a representação do Estado da Paraíba, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Republicano Brasileiro - PRB.

Nome Parlamentar: Roberto Cavalcanti.

Sala das Sessões, 1º de Agosto de 2006.

– **Roberto Cavalcante Ribeiro.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Retornamos aos trabalhos.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet, como orador inscrito. Depois do Senador Ramez Tebet, passaremos às Lideranças.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu também estou inscrito. Eu posso até adiar, porque tenho um compromisso, mas volto e ainda hoje gostaria de falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a é o próximo orador depois do Senador Ramez Tebet.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas também há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O Senador Antonio Carlos Magalhães é o primeiro inscrito e usará da palavra depois do Senador Ramez Tebet, intercalando os oradores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas há mais oradores inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sim. Nós estamos ainda no segundo orador inscrito no dia de hoje. E naturalmente concederemos a palavra intercalando com as Lideranças.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas falaram mais de 30, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O Senador Ramez Tebet falará como orador inscrito, por cessão do Senador Ney Suassuna.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para pedir a V. Ex^a que me permita falar, como Líder do PRB, por cinco minutos, para saudar o meu companheiro que vem agora somar mais um na nossa Bancada: somos dois, agora, do PRB. Se V. Ex^a puder me inscrever como Líder, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão de hoje, aqui no Senado da República, eu diria que pode ser considerada um tanto quanto cáustica, mas pudemos presenciar com que firmeza os nossos companheiros que estão sendo acusados, citados ou investigados pela imprensa se pronunciaram, procurando dar as suas devidas explicações, bem como, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma coisa que não escapou à minha observação, qual seja, a firmeza e o senso equilibrado do Corregedor desta Casa, Senador Romeu Tuma.

Acho que V. Ex^a é Corregedor desta Casa desde que assumimos, juntamente, o mandato.

Durante algum tempo, fui Presidente do Conselho de Ética e pude testemunhar que V. Ex^a sempre procedeu com todo o equilíbrio e trabalhou de forma silenciosa, sem emitir nenhum juízo de valor até que os fatos fossem devidamente esclarecidos.

Mas a minha fala hoje também é cáustica e parte de uma observação de que quanto mais a civilização avança mais parece que se aproxima da barbárie. É a imagem que tenho ao ver o Líbano, terra dos meus ancestrais, soçobrando, desmoronando, devastado pela barbárie dos ataques israelenses que, antes de ontem, mataram 60 civis, dentre os quais 34 crianças. O total de vítimas já atinge quase duas centenas de pessoas.

Não venho para fazer um julgamento político da guerra, nem atacar ou defender as causas em jogo de um lado e de outro. Venho, com minhas breves palavras, entoar um canto de tristeza e de dor pelo que os nossos sentimentos captam da tragédia que se abate sobre o Líbano e, por que não dizer, também sobre Israel. Um canto de dor e de tristeza por perceber que a Organização das Nações Unidas e as superpotências não conseguem sustar a escalada da guerra nem mesmo fazer cumprir os compromissos de paralisação do conflito por horas, conforme se anunciara.

Sr. Presidente, o próprio prédio da Organização das Nações Unidas foi destruído pela artilharia ou pelo poderio bélico de Israel.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex^a permite depois um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já, já, vou conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Também peço um aparte.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Como é triste para um descendente de libaneses como eu, como é triste para os brasileiros e para a própria humanidade que quer paz contemplar a terra dos seus familiares, a terra de irmãos, destruída novamente depois de ter sido recuperada. Faz uma década que o Líbano também se encontrava em situação calamitosa. Era um amontoado de pedras sobre pedras. O país saía de uma interminável guerra, renascendo das cinzas, recuperando o seu vigor, reanimando sua auto-estima.

Um primeiro-ministro empreendedor, Rafik Hariri, realizara a monumental obra de recuperação, deixando um legado de grandeza. O Líbano voltava a ser o espaço do convívio harmonioso de diferentes confissões e credos, um lugar onde o bucolismo da paisagem se confundia com a placidez dos pastores e rebanhos no belo vale do Bekar, onde vivem cerca de 70 mil brasileiros.

É preciso ressaltar que o Brasil possui uma descendência de libaneses superior à própria população do Líbano. Cerca de seis milhões de descendentes de libaneses residem no nosso País e cerca de 70 mil brasileiros ainda estão no Líbano hoje. Podemos imaginar o quanto choram os brasileiros que aqui se encontram, o quanto chora o mundo, porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível presenciar, no século em que vivemos, tamanho horror, tanta barbaridade como estamos presenciando.

Quer dizer, a grande potência subjuga um país pequenininho, um país que nunca se armou para a guerra, um país cuja história demonstra que sempre viveu pela paz, um país que hoje está sendo atacado violentamente.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna e depois ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Ramez Tebet, V. Ex^a começava a falar, e eu lembrava da nossa viagem ao Líbano. Lembrava quando estávamos olhando as ruas reconstruídas, prédios novos, prédios confortáveis e o orgulho dos libaneses. Mas, dois ou três quarteirões depois, tinham deixado, como se fosse um testemunho, algum prédio extremamente metralhado, extremamente destruído. V. Ex^a lembra. Havia os prédios novos, mas havia, de quando em vez, um testemunho do que havia sido o horror da guerra. E agora, quando olhamos os jornais, as revistas, a TV, vemos que não são mais só os testemunhos, aqueles que ficaram da guerra anterior. São ruas inteiras, bairros inteiros, áreas inteiras. E não é mais uma guerra, nobre Senador, de soldado contra soldado, é uma guerra em que a população civil é imiscuída, é misturada, com a morte de crianças e mais crianças. Quero me solidarizar com V. Ex^a, como descendente de libanês. Hoje, há quase 10 milhões de sírios-libaneses; só de descendentes de libaneses há 6 milhões no Brasil, que ajudaram muito nosso País. É a hora, em solidariedade a eles, de lutarmos para encontramos alguma solução para este conflito que está nos torturando tanto. Parabéns! Minha solidariedade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, agradeço a V. Ex^a a solidariedade que empresta, não ao orador que fala, mas ao povo que está sofrendo, o povo libanês. V. Ex^a, com toda certeza, incorpora sua voz às vozes de tantos quantos no mundo não conseguem compreender a atitude, os ataques que são deflagrados contra o Líbano, onde não se está respeitando nem mesmo a palavra empenhada de uma simples trégua. As grandes potências não conseguem uma trégua, por poucos dias que seja, para tentar encontrar uma solução, mesmo que não seja duradoura, mas que permita, pelo menos, que se

levem os mantimentos a quem necessita, sem receio algum. E que outros países possam fazer como o Brasil, que está trazendo os nossos concidadãos que lá se encontram, cumprindo o seu dever de defender os brasileiros e aqueles que, de qualquer forma, residem aqui no País. Mas as grandes potências estão torcendo, infelizmente, pela guerra.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a trata de um assunto sobre o qual até trouxe recortes de jornal. Também gostaria de fazer referência à amargura e à tristeza que toma conta dos descendentes de árabes que lá estão sofrendo. Eu incorporaria também, Senador Ramez Tebet, membros da colônia israelense que convivem pacificamente com os descendentes de árabes. Até união entre famílias há por meio do casamento de seus filhos, que pacificamente vivem no Brasil. Pena que não possamos exportar essa paz e esse amor, o que faz com que o ódio cresça cada vez mais. Se V. Ex^a vir essas fotos de crianças sendo mortas... Aqui consta que 37 crianças foram mortas e que havia sido suspenso o ataque. Mas não foi correspondida a expectativa daqueles que pretendiam ter, como diz V. Ex^a, um canal humanitário para que possam chegar remédios, medicamentos e até água. Sentimos de perto, com os noticiários transmitidos pela televisão. Eu duvido, e V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, é altamente sensível a isso, que aqueles que passaram pelo holocausto, remanescentes ou descendentes daqueles que pagaram alto preço pelas loucuras do então ditador Hitler, não estejam chorando pelas mortes de crianças tão terrivelmente massacradas por bombardeios indiscriminados de casas de civis, de gente que não tem como se socorrer. Eu gostaria, se V. Ex^a me permitir, de abraçar os oficiais da Aeronáutica pela ponte aérea que estão fazendo, utilizando o nosso herói do resgate, o “sucataão”. O jornal **O Estado de S. Paulo** presta uma homenagem ao “sucataão” pelo trabalho que tem feito. V. Ex^a falou no vale do Bekar. O Itamaraty está instalando um posto com dois homens para fazer o levantamento e organizar a retirada de brasileiros que lá se encontram.

Eu fui ao Líbano representando o Brasil em uma comissão especial que foi discutir a reconstrução do Líbano, destruído pela guerra que durou vários anos naquele País e vi a destruição, Senador Ney Suassuna. Depois, fui a Beirute, onde tivemos

uma reunião com o saudoso e querido Hariri, morto de forma estranha e até hoje inexplicável. O mundo precisa dar um basta a esse tipo de guerra de ódio, indiscriminada, sem respeito à vida humana. Então, a contabilidade que se faz é de quantos morreram de um lado e de outro. Ninguém pensa na solidariedade humana, em realmente fazer algo que dê alegria àquelas famílias. O exército libanês, Senador, tem apenas uma função: trabalho de polícia. Eles não têm armamento ou forma de defesa e de ataque. Nada! É um exército que exerce o papel de polícia. Tive reuniões com nove generais e discutimos sobre segurança. Eles não têm nenhum tipo de armamento para fazer combate na tentativa de manter a soberania do Líbano. Cumprimento V. Ex^a e digo que as lágrimas de todos aqueles que amam o próximo fogem da nossa colônia israelense, partindo para todo ser humano.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Em seguida, Senador. Responderei, primeiro, ao Senador Romeu Tuma.

É claro, Senador Romeu Tuma, que o aparte de V. Ex^a só engrandece o meu pronunciamento, na medida em que todos sabemos que a história do Líbano é uma história de paz, como é a do Brasil. O Líbano não se preparou para a guerra. Ele se preparou para uma convivência pacífica. Tanto é verdade que isso se traduz no próprio sistema político do País. O Líbano é uma república parlamentarista que, em sua Constituição, define que o Presidente seja cristão maronita, o presidente do Parlamento seja muçulmano xiita e o primeiro-ministro, Chefe do Poder Executivo, seja sunita. E assim tem sido, de fato, desde a independência do Líbano, em 1943.

Aqui no Brasil, convivemos harmoniosamente – israelenses e libaneses. E essa convivência deve servir de exemplo para o mundo, deve servir de exemplo para outros povos, deve servir de exemplo para as grandes potências, porque a violência no mundo está sendo praticada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelas grandes potências, isto é, pelos países que tinham de contribuir para levar a paz ao mundo, para diminuir a fome e a miséria no mundo. São esses países que têm construído, infelizmente, as tragédias que reinam na humanidade.

Senador Tasso Jereissati, ouço V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, gostaria de juntar-me a V. Ex^a nesse discurso, que é um verdadeiro lamento ao nosso querido Líbano, pelo massacre que ocorre nas cidades libanesas, cidades históricas importantes para toda a humanidade, cidades que, com certeza, tem a ver com as nossas raízes, as raízes de milhões de brasileiros como V. Ex^a, Senador Pedro Simon, Senador Romeu Tuma e eu. Essas cidades estão sendo completamente destruídas juntamente com sua população, suas mulheres e suas crianças. É um lamento verdadeiramente oportuno que, há muito tempo, eu tinha vontade de fazer e, hoje, orgulho-me de poder fazê-lo ao lado de V. Ex^a. Deixo o meu protesto. O mundo não pode assistir a um massacre como o que ocorre no Líbano de braços cruzados. Nós temos o direito de rechaçar e de repudiar o que está-se passando e fazer tudo o que for possível para cessar esse verdadeiro ato de desumanidade contra o nosso Líbano. Parabéns pelo pronunciamento! Penso que nós que temos as nossas raízes naquele país poderíamos tentar fazer alguma coisa mais concreta para que esse grande drama cesse imediatamente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Tasso Jereissati, vou encerrar, dizendo que o seu aparte enriquece muito, mas muito mesmo, o meu pronunciamento, ainda mais pelo fato de vir de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o Brasil nada mais pode fazer senão emprestar a sua solidariedade, como está fazendo. O Brasil não tem forças para manter a paz no mundo; o Brasil não tem condições de acabar com a guerra no Oriente Médio; mas, com sua força, tem a responsabilidade, a grandeza de mostrar ao mundo que, apesar de todos os atritos que temos, apesar de todas as tragédias com as quais convivemos, inclusive tragédias morais, o País tem condições, pelo exemplo, de ajudar a promover a paz no mundo, principalmente o fim da atrocidade em andamento no Oriente Médio, agora mais precisamente no Líbano.

Sr. Presidente, não sei se poderia conceder mais apartes ... (Pausa.)

Senador Antero Paes de Barros, faça o favor.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, procurarei ser breve. Cum-

primento V. Ex^a por tratar de um tema importantíssimo. É inaceitável essa violência contra o Líbano. Não é possível que o mundo perca a capacidade de indignação, da mesma forma que o mundo sempre repudiou a violência contra qualquer país. Há uma diferença muito grande entre as forças militares de Israel e as forças de defesa do Líbano. Está ocorrendo um massacre da população civil. E o mundo todo tem de exigir da ONU o estabelecimento da paz. O mundo não tem outra saída. Nós precisamos da solidariedade entre os povos. Nós precisamos da paz. Cumprimento V. Ex^a por trazer este assunto no instante em que temos a convicção de que a diplomacia brasileira, como sempre agindo corretamente, já se solidarizou com a paz no Líbano.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero, concluo meu pronunciamento, deixando algumas perguntas para todos nós respondermos. Será que o poder chega a esse ponto?! Será que o poder dos mais fortes chega ao ponto de matar crianças e idosos? Será que tudo isso é por conta do poder? Será que ele sobe tanto à cabeça daqueles que, hoje, governam o mundo, porque têm material bélico à sua disposição e possuem grandes fábricas de armamento? Será que esses recursos em material bélico não deveriam ser aplicados para diminuir a pobreza e a miséria do mundo?

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, um dia ouvi, nesta Casa, alguém dizer que o poder não sobe à cabeça, o poder revela.

Acho que o poder está sendo revelado, o poder do mais forte está acabando e destruindo os mais fracos, os miseráveis e os mais necessitados do mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de submeter à apreciação da Casa três requerimentos: de audiência de Comissão, de tramitação conjunta e de desapensamento, que visam apenas a possibilitar que os projetos sigam sua tramitação.

Consulto o Plenário se poderei submeter a votos esses requerimentos, apenas para agilizar a tramitação dessas matérias. (Pausa.)

Não havendo objeção, assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Primeiro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 781, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 781, de 2006, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2002–Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 825, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 825, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 408, de 2003, e 99, de 2006 – Complementar, por regularem a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, os projetos passam a tramitar em conjunto, sendo que o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2006, apresentado inicialmente como complementar, passa a tramitar como projeto de lei ordinária, tendo em vista que o assunto nele tratado é matéria de lei ordinária, por força do disposto no inciso I do art. 195 da Constituição Federal, e de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Essa decisão tem fundamento também em entendimento sobre o assunto consubstanciado em projeto em tramitação nesta Casa (Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006).

Por conseguinte, determino a reatuação do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2006 – Complementar, como projeto de lei ordinária.

Os projetos vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 272 e 374, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Assuntos Econômicos.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, retornam à de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2006, do Senador Pedro Simon, solicitando a desapensação, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; 87 e 236, de 2005, que tramitam em conjunto.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, volta a ter tramitação autônoma, retornando à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

As demais matérias continuam apensadas e retornam à referida Comissão, também, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, três assunto me trazem aqui hoje.

O primeiro deles é para dizer a V. Ex^a que, em instantes, faremos a entrega do relatório final aprovado da CPMI da Emigração Ilegal. Foi um trabalho muito bem feito. E não digo isso porque fui o Presidente, mas para elogiar o Relator, Deputado João Magno, do leste de Minas, da Região do Vale do Rio Doce, de Ipatinga, que fez, realmente um trabalho brilhante.

Basta dizer que, em 2005, 35 mil brasileiros Senador Pavan – muitos da sua terra – foram iludidos, acabaram presos e depois deportados dos Estados Unidos, nessa questão das quadrilhas de emigração ilegal.

Depois do trabalho da CPI, em 2006, esse número não chegou a quinhentos ainda, por quê? Porque foram desbaratadas quadrilhas de falsários, aliciadores, coiotes, financiadores. E essa Comissão mostra ao Brasil um raio X desse problema, apresentando proposituras, projetos de leis e, com certeza, o Brasil aplaudirá esse relatório.

Sr. Presidente, quero também solicitar que seja dado como lido um pronunciamento sobre a Varig, que está deixando o Rio de Janeiro depois de uma história de sessenta anos. Faço aqui, na condição de Senador do Rio de Janeiro, um apelo dramático para que essa companhia, que é tradicional, que tem grandes hangares no Rio de Janeiro, principalmente todo o seu parque de manutenção e lá emprega tanta gente, permaneça no Rio de Janeiro, mesmo essa nova Varig.

Solicito a V. Ex^a que dê como lido esse meu pronunciamento.

Quero me solidarizar também com o pronunciamento do Senador Ramez Tebet quando fala da dor de judeus e árabes por esses conflitos de violência anômica, inominável que ocorrem no Oriente Médio.

Sr. Presidente, por último, quero ter o prazer e alegria de saudar o Senador Roberto Cavalcanti Ribeiro, o Senador mais jovem desta Casa que toma posse hoje na Bancada do PRB, representando o glorioso Estado da Paraíba. É com muita honra que apresento ao Senado da República o seu

mais novo membro: Roberto Cavalcanti Ribeiro, do PRB da Paraíba.

O Senador Roberto Cavalcanti é natural do Recife, Pernambuco. Filho do professor e antropólogo René Ribeiro e da assistente social Beatriz Cavalcanti Ribeiro, mudou-se para a Paraíba em 1976, onde estabeleceu raízes e mantém suas atividades empresariais. Seus filhos Beatriz, Alice e Roberto Filho, todos já casados, residem na Paraíba, onde nasceram seus netos. O Senador é casado com a arquiteta Sandra Moura.

O Senador Roberto Cavalcanti, no PRB desde a criação do Partido, assume o mandato em substituição ao Senador José Maranhão, que se encontra em campanha para o governo da Paraíba.

No Estado, o Senador Roberto Cavalcanti é conhecido como empresário empreendedor, comprometido com o desenvolvimento e com a modernidade de nosso País.

Colaborador e incentivador de projetos que objetivam o desenvolvimento humano, Roberto Cavalcanti já foi agraciado com o título de Cidadão Paraibano e recebeu várias comendas, entre elas a Medalha Epitácio Pessoa (mais alta honraria da Assembléia Legislativa da Paraíba) e a de Oficial da Ordem do Mérito do Trabalho. Também é portador de diplomas de Administrador Emérito do Conselho Regional de Administração, Amigo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e Colaborador Emérito do Exército, sendo também possuidor de placas e troféus de entidades como Polícia Militar, Fecomércio, Rotary Club, Universidade Federal da Paraíba, Instituto Paraibano de Ensino, Gazeta Mercantil e Tribuna de Justiça da Paraíba.

Como Líder do PRB, tenho a honra de apresentar ao Senado Federal este nobre companheiro, que vem abrilhantar a Bancada da Paraíba, desejando-lhe os mais sinceros votos de um profícuo trabalho entre nós.

Tenho certeza de que esta Casa ganha muito com a presença de um administrador, de um empreendedor e de um político do quilate, do gabarito de V. Ex^a.

Seja bem-vindo a esta Casa e que Deus o abençoe. Muitas felicidades!

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.

DO SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A preocupação que me traz a essa tribuna, na tarde de hoje, é de um artigo de autoria de Rafael Rosas publicado no Jornal do Brasil do dia 26 próximo passado, com o título **“Rio exige contrapartida da Varig”**. A matéria refere-se a um acordo firmado em 2004 entre essa empresa e o Estado do Rio de Janeiro, e que prevê a manutenção da sede da Varig na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse acordo a Varig, quando da negociação de seus créditos de ICMS com o Estado, assumiu o compromisso de manter a sede da empresa na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, comprometeu-se também a implantar vôos internacionais a partir do aeroporto Tom Jobim - Galeão.

Esse acordo é para ser honrado, pois assim o fez o Estado, quando negociou a devolução do ICMS que a justiça declarou ser ilegal o seu recolhimento. O Rio de Janeiro honrou integralmente sua dívida com a Varig, que, por sua vez, assumiu o compromisso de manter sua sede na Capital fluminense.

Qual o motivo da preocupação?

Tudo leva a crer que o processo de reestruturação da Varig, que culminou com a venda da parte operacional da empresa para o grupo controlador da Variglog, não levou em consideração o acordo firmado entre a companhia aérea e o Estado do Rio.

E isso nos preocupa muito, Sr. Presidente, ainda mais considerando que a Variglog tem sede em São Paulo e uma mudança nesse sentido é extremamente prejudicial ao Rio de Janeiro; até porque a Varig já se beneficiou do acordo, ao receber integralmente o valor negociado de seus créditos de ICMS, enquanto em outros Estados, onde ela também detinha esses créditos, foi para a fila dos precatórios.

Não é justo que nos passem agora uma rasteira. O Rio de Janeiro tem o direito de exigir a contrapartida posta em compromisso da gestão passada da Varig. Digo isso, Sr. Presidente, preocupado pelo fato de que já se especula que a empresa começa a concentrar suas operações na capital paulista, desprezando totalmente o hub do Rio de Janeiro.

Outro ponto de extrema preocupação, Sr. Presidente, são os funcionários da Varig, que estão sendo demitidos em massa e sem garantias no pagamento de seus direitos trabalhistas. Os números são estupendos: só na última sexta-feira foram demitidos 5.500 funcionários, com possibilidades desse número chegar a 9.600 pessoas. As autoridades, membros do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, não podem cruzar os braços diante de tamanho descalabro na vida de milhares de trabalhadores brasileiros.

A estratégia de gerenciamento dos novos administradores da Varig não pode ter um preço tão alto assim, prejudicando seriamente o Rio de Janeiro e seus quase 10 mil funcionários.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concederei a palavra ao Senador Jorge Bornhausen e, em seguida, aos Senadores Tasso Jereissati e Osmar Dias.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva visitou, neste domingo, a capital do meu Estado e lá, fez um longo pronunciamento.

Não vou falar sobre as grosserias, a falta de educação política, a maneira como se dirigiu ao Senador que está nesta tribuna. Não merece, o Presidente, uma resposta pessoal, não o qualifica discursos desta natureza. Mas, não posso deixar de fazer um comentário muito claro a uma frase pronunciada no seu discurso: “Vamos ter ousadia para defender nossa dignidade, para defender nossa honra e para defender a ética nesse país”.

Repito: quem pronunciou esse discurso foi o candidato Lula.

É lamentável, é lastimável e não se trata de ousadia, mas de uma ação despudorada de quem dirige um governo que permite o mensalão, o valerioduto, os sanguessugas, os vampiros, os Dudas Mendonças, o caixa dois e mais de cem processos de corrupção. Ele não tem o direito de falar, no meu Estado, que é politizado, nesses termos, nem pode tocar em assuntos sobre os quais não tem autoridade moral para se pronunciar.

Mas devo ir mais longe, Sr. Presidente, devo cobrar-lhe suas ações, se lhe falta educação política, se diz o que não deve dizer.

Pergunto: por que deixou atrasar, em dois anos, a duplicação da BR-101 do trecho sul, suspendendo a licitação no seu primeiro mês de Governo, desprezando um financiamento internacional já conquistado para ficar apenas com as verbas orçamentárias? Perdeu dois anos e, em um ano e meio, não fez por meio ano. Por incompetência, por falta de capacidade administrativa, por desleixo, por falta de visão para com o Estado de Santa Catarina. Por que não o fez o Presidente, hoje, candidato Lula, que fala em honra e em dignidade, como se pudesse falar sobre esses assuntos! Por que não duplicou a BR-280, a BR-470, a BR-282?

Os portos de Santa Catarina só receberam algum recurso por meio da ação da Bancada Federal do Estado. E, assim mesmo, são insuficientes. Estão atravancados, prejudicando as nossas exportações.

O setor da agroindústria... O pobre agricultor catarinense sofre; sofre a conseqüência da aftosa, que não foi bater em nosso Estado, mas, pela falta de recursos e providências adequadas do Governo Lula, entrou em

um Estado vizinho. E isso significou para Santa Catarina a proibição das nossas exportações de carne suína para a Rússia – 90% do nosso mercado externo –, penalizando, pela incapacidade administrativa, um Estado que merece respeito pelo trabalho, pela produção. Ficou também com um câmbio defasado por falta de competência, penalizando os exportadores.

É triste a situação dos moveleiros, é triste a situação dos calçadeiros.

Abriu agora recursos extraordinários, com a burocracia toda, depois de ver naufragar setores importantes do Estado? É tarde. Esse ato não trará aquilo de que necessitavam os industriais e os empregados dessas empresas no momento oportuno.

O saneamento básico em Santa Catarina foi abandonado pelo Presidente e candidato Lula. O carvão não avançou um centímetro na sua política.

Por essa razão, o PFL de Santa Catarina compreende e entende a necessidade de mudar; de mudar um Governo que permitiu a corrupção, que permitiu o mensalão, que permitiu o valerioduto, que permitiu os vampiros e que permitiu os sanguessugas. Essa mudança tem de ser feita por meio da ação política. Essa ação política o PFL realizou, juntamente com o PSDB, no primeiro momento, no lançamento da candidatura Geraldo Alckmin.

Procuramos parceiros que se juntassem à nossa causa de melhorar o Brasil, de modificar a ação administrativa. Não encontramos os nossos parceiros tradicionais, mas a disposição do Governador Luiz Henrique, a disposição do Vice-governador Eduardo Moreira e, aí, fizemos a aliança para salvar o Brasil da incompetência e da leniência com a corrupção.

Devo também dar uma palavra sobre as declarações do Ministro Tarso Genro no que me diz respeito, já que a Senadora Heloísa Helena prefere sobre o assunto não falar e S. Ex^a deve estar certa. Da minha parte, devo dizer a esse Ministro que não completa nenhuma tarefa, que foi um omisso no Ministério da Educação, que prometeu a refundação do PT e não terminou o seu mandato, que não sei o que faz como Ministro institucional, que não sou um homem de direita. Sou um político direito, com muito honra e que exige respeito de quem não sabe viver a vida pública e dignificá-la.

Não é dessa maneira que se faz política, não é dizendo que fomos contra o ProUni. Fizemos uma ação de inconstitucionalidade executiva do meu Partido porque continha a medida provisória, inegavelmente, questões constitucionais a serem examinadas pelo Supremo Tribunal Federal. Aqui, o projeto, sanado pelo companheiro de Partido, o brilhante Senador Rodolpho

Tourinho, mereceu o meu voto e o meu apoio, desmentindo as palavras do Ministro Tarso Genro.

O Brasil vive, sem dúvida alguma, tristemente ainda, o triângulo do atraso: injustiça social, Estado máximo e cidadão mínimo. É por isso que o PFL, Partido que presido, coloca-se no centro reformista, defendendo mudanças que são necessárias para combater esse triângulo, que não será sanado pelo puro e simples assistencialismo, necessário nas horas difíceis, mas, sim, pelo crescimento e pela geração de empregos.

Um Estado que tem 36 Ministérios – não vou nem falar sobre a qualificação dos Ministros, que já não sei porque não os conheço, nem pelo nome os lembro – e 20 mil cargos em comissão não pode funcionar bem. Aí, o cidadão fica mínimo, não tem resposta em oportunidades, não possui a possibilidade de bons serviços. O Brasil não precisa de aumento de impostos, mas de corte de gastos públicos malfeitos para que possamos, aí sim, baixar os juros, reativar a situação cambial e, com isso, dar uma resposta ao cidadão, o mais humilde, que precisa mais do Governo, com seriedade e respeito, e dar o que ele quer: cidadania, emprego e educação.

Tudo isso vai passar. Mil e trezentos dias já comemoramos, no dia 24, de páginas viradas de um Governo fracassado. Faltam poucos.

Vamos responder nas urnas e Santa Catarina estará presente, dando uma resposta positiva à aliança que formamos para eleger o próximo Presidente da República, com coragem para mudar o País, para cortar a corrupção, para evitar a incompetência e para ver de novo o sorriso na face dos brasileiros.

Era essa a resposta que eu poderia dar a quem não teve educação política, não teve respeito e, por isso, não merece consideração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já há algum tempo, desde que se iniciou o processo eleitoral, tenho vontade de vir a esta tribuna fazer um comentário sobre a questão das atuais eleições, principalmente no tocante ao Legislativo.

Essa vontade, com o decorrer do tempo, tornou-se praticamente um impositivo da minha consciência. Não posso deixar de denunciar e de dizer, nesta Casa, o que está acontecendo nas eleições legislativas.

Com certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Gilberto Mestrinho, um dos mais antigos e experientes políticos desta Casa, trata-se, apesar de todos os escândalos, de todas as medidas, principalmente no Legislativo, da eleição mais corrupta da História deste País.

Hoje, o voto de Deputado, nacionalmente, virou mercadoria com valor cotado em reais, que aumenta e varia conforme a demanda. Não vivi e não me lembro, com certeza, de ter ouvido falar de uma campanha para Deputado Federal, principalmente, que tenha acontecido nos moldes do que está ocorrendo nessa eleição. Pensei, primeiramente, que era um fenômeno que acontecia no Estado do Ceará, o que me entristeceu enormemente: “Será que, depois de todo o esforço de modernização do nosso Estado, está acontecendo isso somente aqui?” Depois, conversando com colegas de outros Estados, Parlamentares experientes, todos mostraram a mesma perplexidade e a mesma surpresa com o que está acontecendo.

Na verdade, preparemo-nos para o pior, porque, da maneira como está ocorrendo a atual eleição para a Câmara dos Deputados, com certeza o próximo Congresso será pior do que este. Se o atual Congresso está desmoralizado e está sendo exposto, todos os dias, aos maiores vexames, o que coloca a sua credibilidade por água abaixo, com certeza, as perspectivas, do jeito como estão as coisas, são de um quadro pior no futuro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, institucionalizou-se a corrupção neste País, e ela virou uma verdade nessas eleições, Senador Antero. O que tenho visto é que os “mensaleiros”, os “sanguessugueiros” e os outros “eios” com certeza serão reeleitos, e muito bem reeleitos! Provavelmente, haverá uma renovação, mas que se dará com aqueles Deputados que não fizeram as emendas, as “mensalagens” e as “sanguessugagens”. Aqueles que não têm recursos para pagar o voto não terão condições de retornar a esta Casa.

Na maioria dos Estados, Senador Antero, os mais votados serão aqueles que tiveram acesso a esse sistema corrupto que aí está.

O Executivo institucionalizou, por meio do Legislativo, a corrupção, levando-a ao extremo, a todas as pontas e prefeituras do País inteiro. O Prefeito, para obter recursos, somente precisa “se associar” – entre aspas – a um Deputado ou a uma empresa intermediária, como aconteceu no caso das sanguessugas, que é uma pequena parte, pelo que vejo hoje, do que está

acontecendo. Os Deputados, por sua vez, somente têm acesso aos prefeitos se tiverem emendas e esquemas de repasses, repartindo parte desses recursos com as prefeituras locais, e montando, assim, um sistema em cadeia, que começa na ponta e chega ao Executivo. Os Deputados que conseguem as emendas são justamente aqueles que, além de terem vocação para corrupção, mostram-se dispostos a votar para a maioria do Governo e têm acesso às esquinas dos Ministérios – alguns deles cada vez mais pródigos; ultimamente, tem-se destacado o Ministério da Saúde, mas não é o único; com certeza, outros aparecerão –, que se utilizam desse mecanismo para conquistar as maiorias congressuais, para que essas conquistem as maiorias das prefeituras e os votos. E, assim, a instituição da corrupção está dominando o Brasil.

Infelizmente, estamos preparados para ver uma renovação às avessas, em que aqueles Deputados sérios, Senador Marco Maciel, não mais têm acesso, por não terem dinheiro. Esse é o ponto a que chegaram pela impossibilidade de competir com os Deputados que participaram e participam desse sistema institucionalizado de corrupção.

É verdade, não posso deixar de registrar que existem raríssimas e honrosíssimas exceções nesse sistema: aqueles Deputados que têm voto de opinião, que têm acesso ao voto popular das grandes classes médias urbanas. Não sendo assim, a tendência que existe no Congresso Nacional, infelizmente, é essa que se apresenta.

Faço esta colocação para avisar a todos os Senadores e ao Brasil que, se não mudarmos esse sistema de orçamento – como ele é feito na Comissão de Orçamento, como são liberadas as verbas do Orçamento, como são mudadas as órbitas do Orçamento –, este País vai se entranhar na corrupção, como está acontecendo, até o sistema democrático ruir totalmente, e nós ficarmos inteiramente entregues às mãos dos que não prestam e dos que não têm valores morais para exercerem a vida pública.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Tasso Jereissati, a advertência de V. Ex^a é uma preocupação que deve nortear os trabalhos desta Casa. Não acho que este Congresso deva esperar o próximo Congresso para tomar as medidas que a Nação está a exigir. Nós temos de, imediatamente, já para o Orçamento do ano que vem, extinguir as emendas individuais. Por que não imediatamente, já para o Orçamento do ano que vem, fazermos o Orçamento impositivo? O Orçamento impositivo só não interessa a quem quer transformar o Congresso Nacional em

um mercado persa, em um balcão de negócios. Só não interessa o Orçamento impositivo para quem quer alugar ou comprar mandatos de Deputados Federais e Senadores. Com o Orçamento impositivo, o Parlamentar pode, estando o assunto previsto na LDO e no Programa Plurianual, apresentar emendas na linha de desenvolvimento que o seu Estado está a exigir, e não esfarelar os recursos, e não resolver problema nenhum, mas apenas a situação financeira, às vezes, do próprio Parlamentar ou a do corrupto lá na ponta. Por que isso não pode ser aprovado já? Porque não interessa a este Poder Executivo. Porque o autor do mensalão tem nome e sobrenome: é Luiz Inácio Lula da Silva! Ele é o criador do mensalão. Foi ele que inventou o aluguel e a compra de Parlamentares. Além disso, há uma proposta nesta Casa do experiente Senador Sérgio Guerra, sobre a qual podemos nos debruçar, e melhorá-la. O que não pode é a Comissão de Orçamento funcionar como está. Ou a Casa toma as providências que precisa tomar para melhorar o Poder Legislativo, ou nós não sabemos que Poder Legislativo será esse no futuro. No passado, tivemos os “anões” do Orçamento; agora, estamos vendo os “gigantes” do Orçamento, que têm coragem de roubar até em ambulâncias, o que ficou caracterizado como o escândalo das sanguessugas. Além disso, Senador Tasso Jereissati, é também importante que a Câmara vote já, urgentemente, neste ano, antes da posse do Presidente da República, a reforma política, que já passou nesta Casa. Não é possível trocar de partido como se troca de camisa! Não é possível não haver fidelidade partidária! Não é possível não haver compromisso com idéias neste País! Não é possível não haver acesso a financiamento público de campanha! É preciso acabar com a humilhação de buscar recursos privados. A democracia tem custos. O financiamento já é público. Muitos utilizam o dinheiro aplicado dessa forma para financiar, como V. Ex^a bem ensina da tribuna, as suas próprias campanhas. V. Ex^a trata de um dos assuntos mais relevantes. Não há democracia sem Legislativo. É preciso que o Legislativo seja forte. Nós temos de lutar pelo Legislativo, que é o Poder desarmado da República. Mas nós temos de dotá-lo de instrumentos, senão não teremos, no ano que vem, uma CPI sobre os “anões” do Orçamento, mas, sim, sobre os “gigantes” do Orçamento brasileiro. Parabéns, Senador Tasso Jereissati!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, fui designado pelo Relator Geral da CPI das Sanguessugas, assim apelidada, Sena-

dor Amir Lando, para ser Sub-Relator exatamente da questão do Orçamento, no que se refere ao procedimento de emendas.

Por isso, ouço, com atenção, as ponderações de V. Ex^a. Será importante ouvirmos todas as sugestões sobre como prevenir os problemas que têm ocorrido. V. Ex^a faz uma previsão em relação aos que serão ou não eleitos. Tenho a convicção de que o povo brasileiro está bastante atento à questão de como irá votar e em quem irá escolher para votar. Penso ser difícil sabermos quais serão as escolhas do povo, mas tenho a convicção de que os eleitores estão muito atentos e querendo fazer escolhas bem feitas para representá-los aqui no Congresso Nacional. V. Ex^a faz uma generalização com respeito ao que acontece no presente Governo, sem, entretanto, observar que muitos dos problemas apontados na documentação, até agora levantada, tiveram início antes deste Governo. Avalio ser prudente aguardarmos o relatório completo, que ainda está sendo elaborado, pois as investigações estão acontecendo, antes de chegarmos a conclusões definitivas. Até porque, sabe V. Ex^a, a própria empresa objeto de averiguação, segundo o depoimento de seus próprios responsáveis, iniciou as atividades, consideradas irregulares, antes do Governo do Presidente Lula. Então, é importante que isso seja considerado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, com todo respeito e admiração que tenho por V. Ex^a, seu aparte, para mim, é muito decepcionante, profundamente decepcionante e profundamente menor do que eu esperava de um Senador da categoria e do porte moral de V. Ex^a. Não estou discutindo aqui governos; estou discutindo aqui a instituição e um sistema de corrupção que, infelizmente, o Partido a que V. Ex^a pertence e de que é um dos líderes institucionalizou neste País. A questão do Orçamento existiu sempre, e lembro-me do episódio dos Anões do Orçamento. Mas, no ponto a que chegou hoje, institucionalizada, com um time de mensaleiros, time de sanguessugueiros, time de cuequeiros, começou, infelizmente, com o Governo a que V. Ex^a pertence. E não estamos discutindo aqui uma questão de partido ou de governo de hoje ou de governo anterior, porque, na minha visão, essa é uma questão menor a que V. Ex^as todos estão presos. Não estou preso a isso e nem pretendo conhecer com antecedência os que vão ser eleitos ou não. O que digo a V. Ex^a é que conheço muitos Deputados sérios, que não têm dinheiro, que não têm acesso aos Ministros do seu Governo, do seu Partido, que estão desistindo porque não têm condições econômicas para competir. E aqueles que fazem parte da copa e cozinha, que têm acesso aos recursos escusos dos sanguessugas e dos mensalei-

ros, são candidatos, apoiados pela maioria dos prefeitos deste País, fazendo com que a classe política seja emporcalhada, denegrida no Congresso Nacional.

Com toda a sinceridade, eu esperava de V. Ex^a um aparte e uma observação muito maior e muito mais importante do que o aparte V. Ex^a fez, pois, para mim, foi profundamente decepcionante e frustrante.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas, permita-me ainda V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se for para falar o mesmo tipo de bobagem, não.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a assim insistir, ou V. Ex^a me concede um aparte...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu não concedo o aparte. Com licença. Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou pedir pelo art. 14 em seguida, pela maneira ofensiva como o Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não ofendi nem nada. Estou lhe respondendo. V. Ex^a começou dizendo que eu pretendia...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, agora...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não me interrompa, que estou falando, Senador Suplicy, pela sua boa educação.

Estou falando e peço que não me interrompa porque não dei aparte ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a, de maneira jocosa, irônica, disse que eu pretendia saber quem se elegeria ou não. E que quando estamos falando dessa questão grave que acontece no Senado, Senador Pedro Simon, V. Ex^a não estava presente aqui, eu dizia que nunca assisti na minha vida de político, que não é tão comprida quanto a de V. Ex^a, a uma eleição, principalmente para o Legislativo, tão corrupta e que foi implantada a partir de um sistema institucionalizado de corrupção construída a partir do Orçamento. V. Ex^a disse que eu pretendia conhecer e que isso não pertencia a partido, a este Governo mas ao anterior, fugindo do foco para o qual estou chamando a atenção, que é a questão de como está sendo montado o Orçamento. V. Ex^a sabe que é uma vergonha e que é feito de vários gatunos, dentro do partido de V. Ex^a, de outros partidos e inclusive do meu, que vou expulsar assim que puder, assim que tiver a prova. Não vou fazer como o Partido de V. Ex^a, que vai ficar lavando as mãos e dizendo que não sabia e jogando para o

Presidente e não se tocando. Vou expulsar todos os gatunos que fizerem isso no meu partido, hoje mesmo se tiver esses dados em mãos. Não vou me esconder, fingindo que sou bonzinho, que sou honesto e, por trás dos panos, escondendo e deixando passar aquilo que é grave. Isso nós não vamos aceitar.

Esta Casa toda, em sua grande maioria, está fazendo isso. Hoje, as eleições no Brasil são as mais corruptas da História. Estão comprando voto por intermédio principalmente das emendas ao Orçamento, com divisão tipo sanguessuga que está aí. Digo que sabemos e, se formos mais adiante e se fizermos uma CPI do Orçamento, descobriremos que isso ocorre em outros Ministérios também e que basicamente só tem acesso a isso quem votar com o Governo Federal.

Essa é a minha afirmação. Se quiser discutir que esta é uma maneira que já vinha do passado, sem dúvida nenhuma, e do muito passado, sem dúvida nenhuma, e que agora se institucionalizou de vez, estou disposto a discutir, mas não venha com gracinhas de que estou já querendo saber quem vai ganhar as eleições e quem não sabe ganhar as eleições porque isso não é para gracinha. Isso é para gracinha de quem quer esconder na lama, com ar de inocente, de santo e de bonzinho, que é um homem mais perfeito, mais puro e que procura a verdade. Se fizer isso, Senador, V. Ex^a é uma grande fraude.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte, posteriormente?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo o aparte agora.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, ouvi de V. Ex^a uma previsão sobre o que iria acontecer nas eleições e o meu comentário não foi jocoso. Foi um comentário levando em consideração a sua palavra de que estariam para ser eleitos inúmeros parlamentares que procederam de maneira inadequada. V. Ex^a sabe muito bem que eu próprio, juntamente com o Senador Pedro Simon, fomos os autores do requerimento referente à CPI do Orçamento, e o estudei em profundidade. Exatamente acredito que o Senador Amir Lando considerou e designou-me para ser sub-relator do Orçamento, porque sabe que tenho uma história. E, quando fiz o aparte a V. Ex^a, veja só, em respeito a V. Ex^a, disse que estava escutando com atenção suas observações até porque tenho a responsabilidade de colocar as sugestões sobre como prevenir os problemas que V. Ex^a está mencionando. Condeno, tal como V. Ex^a, na sua energia e vigor, os procedimentos daqueles que se utilizam de emendas para, junto aos prefeitos e quaisquer empresas, obter benefícios de quaisquer natureza, tais como tinha-

mos visto na CPI do Orçamento e agora novamente. E isso, infelizmente, incidindo sobre o comportamento de um número muito grande de parlamentares, e nós precisamos terminar com esse procedimento. O que eu ponderei a V. Ex^a é que esse procedimento não é apenas deste Governo. É um procedimento que vinha ocorrendo e nasceu, conforme está-se verificando por todos aqueles que examinaram a documentação das CPIs, não neste Governo. São procedimentos viciosos, condenáveis, com os quais precisamos acabar para modificar. Então, a ponderação que formulei a V. Ex^a é que não esteja simplesmente a atribuir ao Governo presente algo que já vem de longe e precisa ser condenado. E nós todos aqui precisamos ter o procedimento enérgico para prevenir que tais fatos não se repitam, considerando até mesmo a hipótese de se acabar com emendas individuais de parlamentares, para evitar esse tipo de procedimento. Isso hoje nós estamos considerando e teremos de decidir nos próximos dias a respeito. Então, quero colocar nos devidos termos as palavras que V. Ex^a, avalio, não entendeu bem daquilo que fiz no meu aparte anterior.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esse é um assunto, Senador Suplicy, e quero repetir o respeito e o carinho que tenho por V. Ex^a, que me revolta bastante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E a mim também, V. Ex^a sabe. A todos nós.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas me surpreende quando vejo homens que reputo sérios, e com certeza o são, não tão empenhados nessa questão, na punição dos que fizeram e na discussão, agora – o mais cedo –, para que isso não volte a acontecer na próxima legislatura.

Senador Sérgio Guerra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Tasso Jereissati, seu discurso é mais que oportuno. Há uma fraude desenvolvendo-se, entre tantas: é a versão de que o Congresso Nacional, no geral, a Câmara dos Deputados, em particular, e os Parlamentares são aqueles que praticam, quase de forma generalizada, a corrupção, com suas emendas. Nada mais falso, nada mais injusto! Vou descrever uma rápida conversa. No ano passado, cheguei para ver a votação de um relatório, na Comissão Mista de Orçamentos, de um Ministério importante. Naquele dia, com base em uma carta de um Ministro interino – o que é mais grave ainda; aliás, é tão grave quanto –, um Relator tinha aprovado R\$200 milhões em emendas de Relator. Emendas de Relator só são permitidas para casos raros, de exceção, diante de erro flagrante ou de necessidade concreta de sistematização. Naquela relação de emendas, estavam contidas iniciativas que não cabiam e que

não podiam transformar-se em emendas de Relator. A Comissão estava tratando desse assunto. Era uma operação absolutamente irregular. Sabe qual foi a origem dessa operação? Uma carta de um Ministro interino. Ora, depois de iniciado o processo de votação, não cabe carta de Ministro nenhum. Ministro não pode criar, depois da votação, processo de transformação do Orçamento; nem o Presidente da República pode fazê-lo. O Relator se baseava na carta de um tal Ministro provisório, para aprovar R\$200 milhões em obras pelo Nordeste inteiro. Nós reclamamos disso. Falamos a respeito com o Presidente da Comissão, que ouviu sua consultoria. A consultoria do Presidente afirmou que aquela iniciativa era ilegal. Derrubamos o projeto e as emendas irregulares, cujas irregularidades tinham origem no Executivo e não no Legislativo. Parte desses recursos, não sei como, não sei de que forma, transformou-se, agora, em dinheiro para comprar um Prefeito em Pernambuco. Falo de um Prefeito que foi eleito por nós, do PSDB – e que hoje apóia o Presidente Lula –, e por Parlamentares, entre eles os que construíram essa peça. Não tenho a menor dúvida de que 70% do processo de escamoteação de irregularidades do Orçamento têm começo, meio e fim no Executivo. A aprovação de créditos ao longo do ano é uma fraude: Ministros articulam com Parlamentares a aprovação em troca de vantagens; acordos são feitos aqui, para dar aos que trabalham na Comissão de Orçamentos mais recursos de liberação do que aos Parlamentares que não estão lá. Há um processo absolutamente espúrio, que não teria sentido, nem meio, nem condição de se concretizar, se não fosse o Executivo. No núcleo desse processo, não estão as sanguessugas: estão aqueles que autorizam, lá em cima, o dinheiro para as sanguessugas, porque o Orçamento é autorizativo. Há dinheiro para sanguessuga, mas não há dinheiro para quem não o é; libera-se para quem não se deveria liberar, mas não se libera para aquele que faz oposição ao Governo. Minha emenda de Senador, por dois anos seguidos, foi desapropriada por outros Parlamentares da base do Governo, de forma completamente antiética. As denúncias estão aí, e ninguém faz nada. A grande fraude está no Executivo. É evidente que há cumplicidade no Legislativo, mas a grande fraude está no Executivo. O Senador Eduardo Suplicy é alguém que precisa ter essas informações. Não dá para defender o indefensável! O Governo vem agora falar em consertar. Consertar coisa nenhuma! Nunca houve aviltamento tão desagregador do processo de aprovação orçamentária no Congresso quanto no Governo do Presidente Lula! As irregularidades não foram inauguradas agora, mas foram ampliadas ao extremo no Governo do Presidente Lula. As campanhas es-

taduais viraram verdadeiras loucuras, especialmente no Nordeste do Brasil, com gente que quer e que vai atrás de voto, na última hora liberando-se recursos aqui, de forma privilegiada. Não há emenda individual, não! Há emenda de Comissão aqui que se tornou emenda individual por um conjunto de Senadores e Deputados, para fazerem eleição nos seus Estados. Essa é a grande verdade. Se é para levantar essa questão toda, estejam certos: tem-se de se fazer uma CPI aqui, mas 70% dos que devem ser ouvidos estão lá no Executivo, pela concentração de poder e pelas múltiplas irregularidades que promovem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito bem, Senador Sérgio Guerra! Tenho ouvido depoimentos, como o de V. Ex^a, de Senadores e Deputados, em todos os Estados do Brasil. Infelizmente, parece que isso só se tem agravado a cada dia.

Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a está abordando, com muito realismo, um problema importante, agora corroborado pelo que disse o Senador Sérgio Guerra. Efetivamente, há certa incompreensão sobre o que faz a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Essa Comissão representa as duas Casas na elaboração da peça que é a razão da existência do Congresso – o Orçamento da República – e fiscaliza os gastos do Executivo. Esse princípio existe desde que foram inventados o Congresso Nacional e o Orçamento. A Comissão é constituída por membros designados pela Liderança dos Partidos. A Liderança escolhe ou concorda com a indicação de a, b e c para a Comissão, seja na Câmara, seja no Senado. A Comissão é grande demais? Sim, ela é bem maior do que o Senado. Não pode funcionar assim. A Comissão funciona com um Relator-Geral que, quase sempre, dependendo do Governo, trabalha de acordo com o Governo. O Relator-Geral, no fundo, é quem diz quanto se vai gastar a mais ou a menos. Ele é que estabelece o valor das emendas e o número de emendas, que depois são aprovadas pela Comissão. Os Deputados, os Senadores e as Comissões apresentam à Comissão de Orçamentos suas emendas, que são examinadas e aprovadas ou não. As emendas individuais não são tocadas pelo relatório. E o Orçamento é votado, aprovado etc. Mas o que acontece, como foi dito aqui, é que o Orçamento autorizativo determina que o Governo gaste determinada quantia, e o Parlamentar, bem-intencionado ou mal-intencionado, apresenta suas emendas, buscando atender os interesses reais do Município ou seus próprios interesses. Essa é a realidade. Mas nenhum Parlamentar contingencia o Orçamento. Todos, aliás,

são contra o contingenciamento. Contingenciamento quer dizer o quê? Que só se vai gastar aquilo com que o Governo concordar. Fora disso, não se gasta nada, não se paga emenda nenhuma. A partir daí, esses Parlamentares todos começam a luta para liberar as emendas. Alguns têm suas emendas liberadas; outros, não. Mas o Parlamentar, sozinho, não faz acontecer tanta coisa que tem acontecido. Ninguém faz isso sozinho. É preciso que alguém autorize a liberação da emenda. O Secretário-Executivo do Ministério, geralmente, é quem dá as ordens efetivas de empenho e de liberação ou não. Daí, a apuração teria de ser feita, efetivamente, dentro desse conjunto de pessoas que interferem no processo. No fundo, no fundo, o menos responsável é o Parlamentar, porque ele apresentou a emenda. A verdade é que quem apresenta a emenda com boa intenção é prejudicado também por essa política de liberação de emendas. Foi bom abordar esse problema, porque fica explicado que a questão do Orçamento não é o monstro que se diz. Os membros são todos do Congresso, indicados pelos Partidos. E, em toda Casa, há coisas boas e coisas ruins, e isso pode acontecer. Essa questão das sanguessugas, disso ou daquilo, é uma questão em que não é só o Parlamentar que tem culpa. Não! Muita gente está implicada. Nesse caso da saúde, inclusive, havia uma funcionária do Ministério da Saúde que estava lá para fazer esse trabalho. Digo isso com toda tranqüilidade porque, apesar de ter sido por três vezes Presidente da Comissão, talvez seja eu o Parlamentar que teve menos emendas liberadas pelo Poder Público. Digo menos porque sei que muitos da Oposição não conseguiram nada. Mas consegui ainda algumas. Certa vez – isso é interessante para se ver esse poder de liberação –, a Liderança conseguiu que fossem autorizadas as liberações. Houve a comunicação de que algumas emendas minhas, duas ou três, no Ministério das Cidades, haviam sido indicadas para empenho e para liberação. Eu fiquei esperando. Quando fui ver, primeiro, disseram-me que tinha chegado lá a ordem mesmo para empenhar a minha com as de outros. Logo depois, eu soube que as minhas não tinham sido empenhadas, tinham sido trocadas pelas de outro. O próprio Ministro foi lá me pedir desculpas, tudo aquilo. Conversamos, e eu disse: “Olha, Ministro, isso é molecagem. Isso não se faz”. Ele me respondeu: “Houve um engano”. Eu disse que deveria ser feito até um inquérito sobre isso, porque não foi só comigo que aconteceu. Isso aconteceu com vários parlamentares. O Parlamentar tem culpa disso? Não tem. Tem culpa aquele Parlamentar que tem bom trânsito e que consegue essa facilidade. Essa é a realidade, e daí vale o discurso de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento atual que expõe um debate com emoção mesmo, porque toca em uma ferida que está aberta diante do Brasil hoje, a ferida da corrupção, da violência contra o Estado, da violência contra a ética. E V. Ex^a chama todos à responsabilidade e, de maneira muito clara, não coloca o debate em um campo pequeno, que seria o meramente eleitoral. Fico muito à vontade para participar do debate que V. Ex^a traz. Ao mesmo tempo, V. Ex^a é um dos melhores exemplos de contribuição com a administração pública brasileira, quando modernizou uma unidade da Federação localizada no Nordeste, quando rompeu com o coronelismo arcaico que aparelhava a gestão pública nordestina, mostrando que é possível haver um Estado pungente, com vigor e com modernidade. Então, tem sua notável contribuição dada à democracia e ao Estado brasileiro. Entendo que esse tema que V. Ex^a expõe da corrupção, essa ferida aberta que nos aflige a todos, sem dúvida alguma, precisa de uma resposta maior, e me parece ser para isso que V. Ex^a chama atenção. Vejo a confirmação do que estamos vivendo: quadrilhas atuam dentro do Poder Legislativo brasileiro. Hoje, não podemos ter mais dúvida. Está comprovada, na CPI dos Sanguessugas, essa tese. Ao mesmo tempo, não tenho a menor dúvida de que o aparelho de Estado está completamente envolvido, nos Municípios, nos Estados e na União, por esquemas de corrupção atuantes. Essa é uma parte da história contemporânea que estamos vivendo. O que me preocupa é a nossa pequenez em achar uma solução no curto prazo. Isso me preocupa muito, Senador Tasso Jereissati. A CPI está dando uma enorme contribuição, mas ela tem o seu limite, porque não possui o poder penal. Parece-me que a autoridade da lei é que está faltando neste momento. Eu gostaria de partilhar com V. Ex^a uma reflexão: o Supremo Tribunal Federal, que tem a grande autoridade do manto da Constituição brasileira e que pode determinar as ações que garantam o Estado, deve refletir se não vale a pena uma força-tarefa para julgar, de maneira imediata e peremptória, todos esses escândalos que estão afligindo o Poder Legislativo nesta hora. Às vezes, a Justiça não consegue avançar. Estão julgando casos de papagaio, de cachorro ou de algo mais no Supremo Tribunal Federal. E os casos de corrupção com dinheiro público no Poder Legislativo, com quadrilhas montadas aqui dentro, vamos esperar quantos anos para que sejam julgados? Então, o Poder Judiciário poderia contribuir com este momento

de dificuldade ética no qual vivemos e dar um passo definitivo. Seria o melhor exemplo para mostrar a autoridade da lei, para mostrar que o Código Penal existe e deve ser respeitado neste País. No mais, o meu respeito ao seu pronunciamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que minha revolta e minha urgência se prendem às eleições atuais e à nossa instituição, ao Congresso.

Podemos tomar medidas para que os que venham a ser eleitos no novo Congresso – de que Partido sejam, com qual Presidente sejam eleitos – sejam Parlamentares que não pertençam a essas quadrilhas. Podemos fazer isso pela nossa instituição, pelo próximo Presidente da República, seja ele quem for. É possível adotar algumas iniciativas hoje, com um maior critério na liberação dos recursos do Orçamento e dessas emendas, porque elas continuam funcionando.

E essa surpresa – já vou encerrar, Sr. Presidente, pois já me alonguei demais –, essa constatação, de que eu já tinha uma noção, veio a se confirmar agora, nas eleições, com o critério da eleição dos Deputados, da escolha dos Prefeitos, dos seus candidatos. Falo que isso se institucionalizou. Isso está acontecendo, mas, se houver realmente boa vontade, o intuito de se acabar com isso, é possível trabalhar ainda hoje para tentar fazer um Congresso melhor, um Congresso que não seja composto, na sua grande maioria, por esses quadrilheiros que desonram o País, que desonram a instituição e que, individualmente, desonram cada um de nós.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Senador Osmar Dias, o Senador Presidente relacionou os oradores inscritos: Osmar Dias, posteriormente, Ana Júlia, Rodolpho Tourinho e, em seguida, Ideli Salvatti.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero fazer um reparo à notícia que alguns jornais que gostam de agradar o Governo do Paraná fizeram circular, ou seja, de que nós, os Senadores Flávio Arns, Alvaro Dias e eu, tínhamos abandonado o Senado durante o mês de julho.

É preciso avisar àqueles que estão usando ou da desinformação ou da má-fé que o Senado estava em recesso do dia 15 até o dia 31 de julho. Estando em recesso, reduzido por nós mesmos para 15 dias, visto que era de 30 dias, nós deveríamos estar trabalhando, como o fizemos, em nosso Estado, reunindo-nos com lideranças para ouvi-las. Dessa forma, quero retificar a desinformação de alguns jornais. Aliás, jornal chapa-branca procede dessa forma mesmo, dizendo que nós tínhamos abandonado o Senado. O recesso existe para que o parlamentar possa trabalhar em seu Estado, e foi o que nós fizemos. Fizemos isso não porque estejamos em campanha eleitoral, mas porque essa é a nossa prática. Aliás, a prática dos três Senadores do Paraná sempre foi esta: trabalhar, durante os recessos, em nosso Estado.

Mas quero falar, Sr. Presidente, de uma notícia preocupante para o nosso Estado. Ouço, nas propagandas oficiais do Governo no Paraná e nos discursos de algumas autoridades do Governo, que o Paraná tem uma educação modelar. Como podemos acreditar em um modelo de educação se o Paraná não cumpre sequer a disposição constitucional de investir 25% na educação básica e fundamental? Aliás, nosso Estado investe em média 19,4%, deixando de investir quase 6% do Orçamento por ano.

O que significam esses 6% a menos? Antes de responder, preciso dizer, Sr. Presidente, que essa é uma denúncia dos próprios professores do Estado. O Estado deixou de investir R\$1,6 bilhão em educação no atual Governo; daquilo que estava a cargo do Estado, deixou de investir R\$1,6 bilhão. A fonte dessa informação não é o meu gabinete, mas o Dieese e o Tribunal de Contas, baseados na receita corrente de impostos.

Então, Sr. Presidente, verificamos uma discrepância enorme entre o que se fala e o que se faz. Fala-se que a educação é prioridade; mas quando essa prioridade não é respeitada sequer na execução do Orçamento, é porque está apenas no discurso.

Quero discutir a educação do Paraná falando de uma proposta que sonhamos ver implantada em nosso Estado – e faremos de tudo para que isso aconteça –; proposta que é, para mim, o caminho para a cidadania.

Há que se começar pela educação infantil, a educação especial, em tempo integral, com o aluno permanecendo na escola pelo máximo de tempo possível, oito horas, recebendo os ensinamentos e as aulas que lhe serão muito caras quando se tornarem adultas. Essas crianças irão formar a sua personalidade e o seu caráter revigorando os valores de família. Aliás, precisamos buscar esse revigoramento para evitar muitos dos problemas sociais que têm como causa a

falta de oportunidade para as crianças que não estão na escola nessa idade, o que acaba transformando a vida delas em um pesadelo para os pais. Mais tarde, essas crianças que não tiveram a oportunidade de freqüentar uma escola infantil terão uma renda em média 20% inferior à das crianças que tiveram a oportunidade de freqüentar a escola infantil, principalmente em tempo integral.

Queremos que, na escola, a criança receba alimentação adequada, que dê prioridade para a merenda comprada no entorno da própria cidade, criando, inclusive, um novo mercado para os agricultores familiares, para os pequenos agricultores, que, por meio desse nicho de mercado, poderão também ter um alívio para a sua atividade e, sobretudo, uma esperança de se colocarem melhor no mercado, já que têm dificuldades de competir.

Mas pensamos também, Sr. Presidente, que a educação deve dar a essas crianças a oportunidade de se formarem culturalmente e de se informarem sobre os seus direitos e deveres de cidadãos. Queremos que as crianças comecem, desde cedo, a aprender a assumir responsabilidades e a saber sobre seus direitos de cidadãos. Dessa forma, criaremos uma sociedade moderna, mais justa e mais equilibrada.

Queremos ousar, Sr. Presidente! Nosso Estado é vanguarda em muitas áreas. Na agricultura, por exemplo, temos um modelo que foi criado quando estive à frente da Secretaria de Agricultura e que é considerado exemplar por muitos organismos internacionais. Agora, queremos fazer com que o Paraná avance, mas avance de verdade na educação com o estabelecimento de parcerias permanentes com os municípios, não com parcerias construídas apenas em momento eleitoral, nos três meses de campanha, quando os prefeitos são chamados e praticamente pressionados para, recebendo recursos de forma tardia, alinharem-se em torno de uma candidatura que, durante três anos, não falou em parcerias nem as fez. Queremos uma parceria permanente para que a educação avance nos municípios, nas comunidades. Queremos implantar um programa em que a educação integral também seja uma realidade para a educação básica e fundamental.

Quando me perguntam onde encontraremos os recursos para que o Paraná possa ter, na educação integral, porta aberta para a cidadania, respondo que vamos encontrar uma parte nos 6% do Orçamento que não estão indo para a educação, que estão sendo desviados para outros investimentos – e é preciso levantar, investigar, verificar aonde estão indo os 6% que não sendo aplicados em educação.

Mas não é só isso. Falei em parceria. Refiro-me a uma parceria que possa fazer com que os municí-

pios assumam a sua responsabilidade com a educação infantil, a educação especial, e o Estado assuma a sua responsabilidade continuando com a educação integral. Devemos acompanhar os jovens até a idade em que estarão se preparando para o emprego, assegurando que não serão colocados na rua e expostos ao risco de entrar para o mundo da marginalidade, da criminalidade. Não há como resolver o problema da marginalidade e da criminalidade se não dermos oportunidade de escola, de educação de qualidade para todas as crianças.

É claro que isso não pode ser feito em quatro anos. Não é possível um governo colocar educação integral em todas as escolas e em todos os municípios, mas é possível começar e avançar até o ponto em que nenhum governo que venha depois tenha coragem de desmanchar ou suprimir o que foi feito. Ele terá de dar continuidade ao que foi começado porque será cobrado pela própria sociedade, pela própria comunidade.

Queremos que esse modelo de educação, que foi idealizado pelo Professor Darcy Ribeiro há trinta anos e que continua moderno, possa ser o modelo de educação do Paraná, mas que não seja o modelo de educação de um governo, mas do Estado, uma política do Estado e não uma política de um governo.

Temos a certeza de que, implantado esse modelo, ele permanecerá, será duradouro e levará o Paraná a ser também considerado exemplo em educação, até a educação fundamental. Estaremos, então, preparando os nossos jovens nas escolas públicas para que eles possam competir, concorrer no vestibular para ingressar no curso superior sem a necessidade das quotas. Se é necessária a política de quotas neste momento, nós podemos apoiá-la, mas queremos avançar com o ensino de qualidade para a escola pública para que as quotas não sejam necessárias, para que aqueles que freqüentam a escola pública possam ingressar no ensino superior porque receberam na escola pública um ensino de qualidade.

Mas, hoje, vejo que o Governador vetou duas propostas: a equiparação salarial dos professores com o quadro próprio do Poder Executivo e a criação do Plano de Carreira dos Servidores de Educação Básica. O Governador vetou, mas queremos dizer que, principalmente em relação ao plano de carreira, os Deputados que pertencem ao nosso Partido e aos partidos que estão hoje numa coligação no Paraná, para instalação da educação em tempo integral, Senador Leonel Pavan, votarão pela derrubada do veto do Governador, porque entendemos que é impossível se falar em educação de qualidade se não se tiver, para essa categoria, os profissionais em educação, um plano de carreira que possa dar segurança e, sobretudo,

valorizar o trabalho daqueles que fazem da educação a sua vocação em nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Osmar Dias, primeiro quero lhe cumprimentar pela sua explanação, pelo seu compromisso com a educação. Aprendemos a conhecê-lo bem, aqui no Senado Federal, em defesa da agricultura familiar, de quem produz, de quem trabalha, daqueles que fazem a riqueza do nosso País. E V. Ex^a tem feito isso – a defesa dos agricultores – quase que diariamente aqui no Senado. Nesses três anos e pouco, V. Ex^a tem chamado a atenção do Governo Federal até por não ter assumido com responsabilidade os compromissos que deveriam ser executados.

O Governo foi irresponsável com os agricultores. V. Ex^a sempre assumiu com muita coragem, defendendo o agricultor. E hoje vejo V. Ex^a com outro pronunciamento, com outra defesa que merece o reconhecimento de todos nós. Aliás, não é hoje, pois tem feito isso na presidência da Comissão de Educação. São dois setores importantes para o nosso País – agricultura e educação – como também é a saúde, a infra-estrutura. Mas esses dois setores V. Ex^a tem abraçado sempre com muita coragem. Quando presidiu a Comissão de Educação, sempre defendeu a escola de tempo integral, e hoje V. Ex^a, como candidato ao Governo do Paraná – e, tenho certeza absoluta, também como Governador do Paraná –, vai implantar esse sistema de escola de tempo integral naquele Estado, e, com certeza, nenhum outro Governador que virá depois de V. Ex^a terá coragem de derrubar esse grande projeto para a educação de nosso País. Eu, quando fui Prefeito de Balneário Camboriú, implantei lá o Ciep – eu era do PDT – e até hoje aquela escola é símbolo do nosso Município, é admirada por todos. Por isso, ficam os meus cumprimentos pelo excelente trabalho que desenvolve como Parlamentar e pelos brilhantes projetos que V. Ex^a tem para o Brasil e, principalmente, para o Estado do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Leonel Pavan, que é parceiro nessa defesa da agricultura familiar, dos pequenos agricultores, porque o Estado de V. Ex^a tem essa característica do minifúndio, e V. Ex^a é sempre um parceiro nosso na defesa daqueles que trabalham e que nos ajudam a manter um nível de empregos ainda sustentável no meio rural deste País, graças ao trabalho desses agricultores familiares que têm, sem nenhuma dúvida, muita importância sob o aspecto social e econômico de cada Estado; em especial, dos nossos Estados do Sul.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu lhe agradeço, Senador Osmar Dias. Em primeiro lugar quero parabenizá-lo por trazer à tribuna o assunto da educação, porque, hoje, praticamente a maior parte do tempo em plenário foi dedicado a assuntos negativos, à corrupção, enfim, a toda essa situação lamentável que todos estamos acompanhando, com muita tristeza, e com dificuldades de tomar medidas efetivas para que possamos dar alguma luz ao saneamento dessa questão. Além dos assuntos negativos, farpas, às vezes até certas má-criações com as quais ficamos surpresos. Mas é muito importante trazer o assunto da educação. Eu queria aproveitar, porque estou, desde o início da tarde, tentando trazer um assunto que, inclusive, foi motivo de uma audiência importante com o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, em que o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – solicitou ao Presidente do Congresso a que pudéssemos, nesta semana do esforço concentrado, fazer a votação do PLN 04/2006, que é, nada mais, nada menos, a repetição daquilo que votamos no ano passado e que foi apelidado de “Fundebinho”. Ou seja, um recurso no valor de R\$400 milhões que, no ano passado, foram repassados aos Estados. Inicialmente, eram apenas para os Estados do Nordeste e do Norte onde há maiores dificuldades financeiras. Depois, aqui na tramitação, acabou por se estender a todos os Estados. E temos uma reedição do Fundebinho. Temos R\$400 milhões que deverão ser votados pelo Congresso Nacional para socorrer os Estados no atendimento do Ensino Médio. Só para termos a dimensão, vou citar alguns exemplos: no caso do Paraná, serão R\$7 milhões; para Santa Catarina, R\$6 milhões; para São Paulo, do Senador Romeu Tuma, serão R\$16 milhões. Os maiores valores são, exatamente, para Estados como o Maranhão – R\$42 milhões – e a Bahia, cuja bancada está presente de forma significativa, serão R\$33 milhões; serão R\$28 milhões para Alagoas; e R\$40 milhões para o Piauí. Portanto, são recursos fundamentais para a educação, para o Ensino Médio em nosso País. Fica o nosso apelo no sentido de que possamos fazer um debate a respeito das questões relacionadas a essa crise ética, à questão da corrupção, da CPI dos Sanguessugas e até das má-criações que, muitas vezes, acontecem. Que tenhamos a preocupação, nesta semana, se possível ainda amanhã, de fazermos a sessão do Congresso e votarmos esse PLN tão importante no valor de R\$400 milhões. Serão destinados a todos os Estados da Federação para atender ao Ensino Médio, que é responsabilidade dos Governadores.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Ideli Salvatti, agradeço-lhe pelo aparte. Desde já, me coloco à disposição para votarmos, pois sei da importância desses recursos. Já que alguns Estados não cumprem o dispositivo constitucional de investir 25% na educação, que façamos a nossa parte votando esses recursos que vão ser direcionados ao Ensino Médio. V. Ex^a, que é professora, sabe melhor do que eu da importância que esses recursos têm para os Estados.

Antes de conceder um aparte ao Senador Flávio Arns, gostaria de dizer que a educação não pode ser tratada de uma forma desrespeitosa como muitos políticos fazem, ou seja, tratá-la como se fosse apenas uma bandeira política durante a campanha eleitoral para depois ser esquecida. Ela deve ser tratada com o respeito que merecem os professores, os estudantes. Por isso mesmo, costumo dizer que não podemos mais continuar com o discurso de que temos de ter uma educação para preparar as pessoas, os jovens para o mercado; temos de ter uma educação que prepare os jovens para a vida, que é um conceito diferente e que aprendi exatamente quando presidia a Comissão de Educação do Senado, ouvindo especialistas no assunto e aprendendo com eles, com humildade, o que anda faltando em muita gente que quer impor suas idéias de cima para baixo. Muitas vezes não são as melhores idéias que estão sendo impostas dessa forma.

Concedo o aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a, também Senador e colega do Paraná, pela abordagem do tema educação que, sem dúvida alguma, como foi dito, é o instrumento básico para a preparação do ser humano para vida e, também concordo, para a independência, para a felicidade, para o desenvolvimento do potencial que cada um apresenta, para ser participante e condutor do seu destino. E o trabalho, o mundo do trabalho, até mais do que o mercado do trabalho, é um dos aspectos importantes. Concordo inteiramente com a ênfase que deve ser feita desde a Educação Infantil. Eu também acho que o ser humano se forma essencialmente nos três primeiros anos de vida. Se dermos toda a atenção no começo, como foi enfatizado por V. Ex^a, teremos, sem dúvida, cidadãos mais preparados psicologicamente e fisicamente, sendo valorizados no futuro. A escola de período integral que V. Ex^a menciona é o grande ideal que deve de ser buscado, com qualidade, com o desejo de preparar as pessoas. Quero destacar o que V. Ex^a disse: devemos valorizar quem trabalha na escola, sejam professores ou funcionários. Eu até diria que, para a educação funcionar bem, temos de valorizar quem trabalha na área, por meio de planos de cargos e salários, porque, se atendemos bem a es-

sas pessoas, mesmo em situações físicas precárias, elas vão trabalhar melhor. É uma pena que o projeto tenha sido vetado na Assembléia. Todos os Deputados Estaduais do Paraná têm de se empenhar para a derubada do veto. Lembro que hoje ainda, na Comissão de Educação, foi aprovado o projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque, relatado pela Senadora Lúcia Vânia, que institui o piso nacional para o profissional da educação, justamente seguindo esta linha de valorizar quem trabalha na área. Assim, não teremos essas distorções regionais. E, mesmo dentro de Estados mais ricos, com salários melhores, eles ainda são extremamente pobres, em função do maior desenvolvimento da Região. Se V. Ex^a me permite, farei um comentário em relação ao que foi dito pela Senadora Ideli Salvatti sobre a crise que estamos vivendo. Temos de tirar da crise a oportunidade. Em relação a essa questão dos sanguessugas, do Orçamento, todos nós, Parlamentares, sabemos, isso sempre foi comentado dentro do Congresso Nacional: Falavam: "...porque recebe um percentual, porque isso é aquilo". Várias medidas foram tomadas no decorrer dos anos, mas, infelizmente, não surtiram o efeito desejado. Por um lado, esses fatos não deveriam estar acontecendo, mas ainda digo: que bom que isso seja desnudado, desmascarado, para que possamos criar um Brasil mais transparente, onde, além dos 25%, possamos usar o dinheiro que está sendo desviado pela corrupção para os grandes objetivos de construção de um País cidadão. Quero parabenizar V. Ex^a. Fico feliz com o pronunciamento vigoroso em favor da educação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Fico honrado em receber o aparte de V. Ex^a, Senador Flávio Arns. Sei que V. Ex^a também compartilha das idéias que exponho da tribuna. Já conversamos a respeito desse assunto pessoalmente, e V. Ex^a, que também está hoje...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Osmar Dias, permita-me interrompê-lo para prorrogar a sessão. Peço aos outros oradores que falem por 10 minutos para que todos tenham oportunidade de usar da palavra. Há seis oradores inscritos, então, teremos uma hora de prorrogação.

V. Ex^a pode terminar com tranqüilidade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Sr. Presidente, para colaborar com os demais oradores, agradecendo ao Senador Flávio Arns e dizendo que nós, que defendemos o Paraná, devemos conversar sempre. Estando numa disputa, ou aqui no Senado, sobre educação devemos conversar sempre, porque é conversando que contribuiremos para a construção de um Estado melhor, de uma sociedade mais justa.

E quero dizer que R\$1,6 bilhão que foram retirados, que não foram investidos na educação do Paraná,

nesse período de Governo, representam um valor muito, mas muito importante mesmo para a construção de uma educação com mais qualidade, com a valorização dos profissionais de educação, tanto os professores, quanto os servidores, e também para o equipamento tão necessário nas escolas, a construção de novas escolas, a construção de salas para portadores de necessidades especiais, aqueles que necessitam de uma sala adequada, adaptada às condições, os equipamentos para essas crianças.

Então, quando se retira dinheiro da educação, não se estabelece uma ligação entre o discurso de prioridade à educação e a prática que se está realizando.

Quero reafirmar aqui o compromisso que tenho feito no Paraná. Para mim, a Constituição tem de ser respeitada: o mínimo de 25% que deve ser aplicado na educação será sempre integralmente respeitado num Governo do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, e parabéns pelo discurso.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa, para uma comunicação inadiável. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que já estava inscrito desde o pronunciamento do Senador Marcelo Crivella. A inscrição ficou não no esquecimento, mas estava sob os outros papéis. Peço desculpas a S. Ex^a.

O Senador Rodolpho Tourinho tem dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há um mês e meio a revista **Veja** denunciou um dos mais graves crimes praticados contra a economia brasileira, contra a economia baiana, ao longo de toda a história do País, com conseqüências sociais irreparáveis para centenas de milhares de pessoas.

A reportagem, assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de que a disseminação da vassoura-de-bruxa, a praga que dizimou a produção cacaueteira do sul da Bahia, foi um ato propositado, realizado por militantes do Partido dos Trabalhadores, com o único objetivo de atingir os seus adversários políticos e conquistar o poder na região.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a confissão de Luiz Henrique Franco Timóteo já é do conhecimento de todos nesta Casa. Já trouxemos, assim como os Senadores Antonio Carlos Magalhães e César Borges, esse assunto ao plenário, assim como pelos inquéri-

tos abertos pelo Ministério Público Federal e, após um pedido formal dos três Senadores da Bahia, da Bancada do PFL baiano nesta Casa ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Polícia Federal.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP. Intervenção fora do microfone.) – Quero me aliar a esse protesto por tudo que vi na Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Ocorre que, passados esses 45 dias, avolumam-se as evidências de que de fato a região sul da Bahia foi vítima de um criminoso ato de terrorismo biológico. A Polícia Federal ouviu mais de dez testemunhas e todas, unanimemente, como V. Ex^a sabe, Senador César Borges, confirmaram a ligação entre o réu confesso e importantes militantes do Partido dos Trabalhadores da região sul da Bahia.

A disseminação da vassoura-de-bruxa causou a destruição da economia do sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Mas não foram os fazendeiros as principais vítimas desse crime. Hoje, na região, existem mais de 200 mil desempregados vivendo em condições subumanas nas favelas que se formaram nas cidades onde antes prosperava a riqueza do cacau.

Os terroristas petistas levaram a fome e a desesperança a uma das mais promissoras regiões do País. Mais que isso: tentando enfraquecer os seus adversários políticos, eles atingiram o conjunto da economia baiana e também a economia brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a mais uma vez demonstra que é um grande Senador, sobretudo na defesa dos interesses da Bahia. Sua vida tem sido isso, daí por que dizer que esse assunto que V. Ex^a aborda eu tratei, bem como o Senador César Borges. Mas V. Ex^a trata com muita propriedade agora. A região cacaueteira deve tomar conhecimento desse discurso, que V. Ex^a deve enviar às Lideranças locais, para saberem que o PT é capaz de destruir uma lavoura, de causar um prejuízo de mais de dez bilhões, e de deixar mais de 250 mil desempregados. Isso tudo é o PT de Lula, contra o qual V. Ex^a traz o seu protesto, como baiano e como futuro Senador da República.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu repito aqui: os terroristas petistas levaram a fome e a desesperança a essa região da Bahia, antes uma região tão próspera, tão promissora, tão rica, e que era muito importante para todo o Estado da Bahia.

Eu relembro até, Senador Antonio Carlos Magalhães, no seu primeiro Governo – e não faz tanto tem-

po –, o que o cacau representava para a Bahia: mais de dois terços da arrecadação. Então, só para termos uma dimensão real daquilo que foi, Sr. Presidente, efetivamente destruído por um ato terrorista, segundo uma confissão – não é uma denúncia – que está nas páginas da revista **Veja**.

Calcula-se que os prejuízos chegaram a R\$10 bilhões. A Bahia, em 1989, era o segundo maior produtor de cacau, hoje, o País importa cacau. Vejam a que ponto nós chegamos depois desse ato terrorista do Partido dos Trabalhadores.

Concedo um aparte ao Senador César Borges, com muito prazer.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a, como bom baiano, descreve uma situação que afetou mais de um milhão de habitantes, de baianos que vivem na região cacauzeira. Foram 250 mil desempregos gerados por essa praga, a vassoura-de-bruxa, que, agora decorridos aproximadamente quase 15 anos, vem um réu confesso e diz como foi feita essa tramóia para prejudicar essa lavoura tão importante. E sabe V. Ex^a que, no meu caso, venho de uma família de cacauicultores. O prejuízo foi brutal. Hoje, com a confissão de formação de quadrilha, com pessoas como o ex-Prefeito de Itabuna, o ex-Deputado e candidato novamente a Deputado, Geraldo Simões; e outras que atualmente estão na direção da Ceplac. Imagine V. Ex^a, essas pessoas que estavam ali para defender a região cacauzeira, levar práticas modernas, de maior produtividade, foram aquelas que levaram a esse desastre! São funcionários públicos federais! Ou seja, essas pessoas fizeram o crime que compensa e estão na direção da Ceplac. Aí chego ao ponto central do meu aparte: o Presidente Lula recebe uma pensão vitalícia, sem impostos, de quase R\$5 mil por mês! Por quê? Porque foi prejudicado por fatos do Movimento de 1964. Ele, assim como centenas – milhares? –, milhares de pessoas estão recebendo essa indenização pelos prejuízos causados as suas vidas. Provavelmente também o Ministro Waldir Pires recebe, e assim por diante, à custa do Erário, do dinheiro do povo brasileiro. Então, o que a região cacauzeira deseja hoje, nobre Senador, é que nós todos sejamos indenizados, porque, efetivamente, foi o Governo, com agentes públicos federais que hoje estão na direção da Ceplac. Se isso não for feito, então, são dois pesos e duas medidas. Se por um lado, há os que se consideram prejudicados pelo Movimento de 64 e recebem essa pensão vitalícia, por que não aqueles que estão lá vivendo na pobreza? Há aqueles que inclusive perderam a sua vida, muitos se suicidaram em função da debacle, da ruína da sua lavoura, da sua sustentação. Então, parabênizo V. Ex^a pelo oportuno pronunciamen-

to e informo que uma multidão se reuniu lá em Itabuna, recentemente, mais de 10 mil pessoas, para fazer esse protesto e exigir do Governo Federal não apenas a apuração, mas a indenização por todas as perdas, danos e prejuízos causados. Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges, concordo inteiramente com o raciocínio e a tese levantados por V. Ex^a sobre a necessidade de reparação.

Fiz esse preâmbulo até aqui, com o objetivo de chamar a atenção para o clima de inconformismo que hoje toma conta do Sul do meu Estado.

Passados mais de 45 dias do início das investigações, apesar de todas as evidências confirmando a denúncia do Sr. Timóteo, até agora, nenhuma atitude firme por parte do Governo do PT foi tomada. Nenhuma, Senador Antonio Carlos Magalhães! Isso causa uma indignação muito grande e muito forte, não apenas a nós aqui no Senado, mas em toda a Bahia, em toda a região sul do Estado.

A maioria dos envolvidos no crime, numa atitude que está sendo entendida como descaso e desrespeito pelos baianos, continua em altos cargos da Ceplac, como V. Ex^a apontou, Senador César Borges, o que é inacreditável, pois é justamente o órgão em que trabalhavam e de onde saíram todos os preparativos para esse ato de terrorismo contra a cultura do cacau.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quando li aquela matéria, fiquei indignado, porque não se trata de algo contra a Bahia, mas contra o País, pois atingiu vários Estados. Foi um acontecimento drástico, horrível! Então pergunto: que atitudes foram tomadas contra aquelas pessoas? O que já aconteceu e está acontecendo? O que as autoridades, principalmente as baianas, que levaram prejuízo grande, fizeram? O que já foi feito? V. Ex^a poderia citar as medidas que já foram tomadas?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Posso. E é simples de responder, Senador Ney Suassuna: não fizeram nada, absolutamente nada! Essa é a verdade. Porque aquelas pessoas que estão envolvidas nesse processo, de acordo com a confissão de uma delas, continuam ocupando cargos de direção na Ceplac, o órgão que, teoricamente, deveria estar protegendo e promovendo o desenvolvimento dessa lavoura. Isto é que foi feito: nada! E o prêmio que tiveram foi continuarem nos cargos.

Há, hoje, um inquérito reaberto, mais de dez testemunhas já estiveram lá depondo. Todas, em princípio, confirmaram que houve efetivamente esse ato de terrorismo.

Quer dizer, o mínimo que se queria, neste momento, além da continuação do inquérito, que foi pedido e exigido pelos três Senadores da Bahia ao Sr. Ministro da Justiça, é que essas pessoas fossem afastadas, porque continuam na Ceplac. Esse é um dos pontos. Essa indignação é muito grande.

Há poucos dias, cerca de 20 mil pessoas na cidade de Itabuna fecharam a BR-101, num movimento exigindo a investigação e a punição dos envolvidos. Dezenas de entidades lideradas pela Comissão Nacional do Cacau e 25 sindicatos rurais assinaram um manifesto encaminhado ao Ministério da Agricultura, defendendo o que estamos defendendo aqui neste momento, o imediato afastamento de seus cargos na Ceplac, temendo, inclusive, que possam dificultar os trabalhos da Polícia Federal, pois é evidente que podem fazer isso, dificultando o inquérito, que foi retornado a nosso pedido.

Um dos acusados, o Sr. Wellington Duarte, é o atual Superintendente da Ceplac – pasmem os senhores!

As manifestações deixam claro que nós baianos não vamos deixar que esse crime hediondo fique impune, tenho certeza. V. Ex^a, ao passar aqui por mim, dizia-me que estava conosco nessa luta, Senador Romeu Tuma. Agradeço muito essa posição de V. Ex^a, porque é realmente um crime hediondo.

Mais do que isso, devemos exigir, como baianos, que todos os envolvidos, inclusive o PT e o seu Governo, assumam as suas responsabilidades pelos danos causados a centenas de milhares de pessoas que perderam seus empregos e à economia do País.

Em função do terrorismo biológico que foi feito, a situação dos produtores de cacau do sul da Bahia é de insolvência. Não tem outro nome. Os débitos que, em 2005, somavam R\$700 milhões, totalizam hoje mais de R\$800 milhões. Contra os cacauicultores, além das perdas causadas pela criminoso disseminação da vassoura-de-bruxa, acrescentam-se outros fatores que atingem os demais setores da economia: juros extorsivos e câmbio punitivo, determinados por uma política econômica que pune a geração de emprego e renda.

Na mesma proporção dos danos causados aos agricultores, as prefeituras da região, sem a arrecadação proveniente do cacau, enfrentam o colapso de suas finanças. Os prefeitos não se encontram em condições de atender aos milhares e milhares de desempregados que deixaram o campo – e, como se disse,

que vivem em favelas à beira de cidades que eram prósperas e ricas.

O Governo do PT tem dupla responsabilidade para com os cacauicultores baianos: a primeira, agir com rapidez na apuração desse crime hediondo e pronta punição dos culpados; e a segunda – esta é muito importante: a imediata suspensão das execuções dos agricultores envolvidos. Isso é uma compensação material, mas é preciso que seja feita, para que, do ponto de vista moral e do ponto de vista ético, esses atos de terrorismo sejam limitados, porque eles atingem também, como bem colocou o Senador César Borges, a vida dos agricultores do sul da Bahia.

É igualmente importante que sejam criados mecanismos especiais, no sentido de atender à grave situação social que se espalha pela região cacauceira, sobretudo para tentar minimizar ...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ...o quadro de desemprego da região.

Já termino, Sr. Presidente.

Quero também registrar que, confirmada a denúncia pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, a União se vê, como bem disse o Senador César Borges – e aqui repito –, na obrigação de indenizar os produtores. Não se trata de prorrogar débito vencido para dezembro, porque isso não adianta nada! Não adianta absolutamente nada uma simples prorrogação para dezembro, isso não vai resolver. O que se deve fazer efetivamente é indenizar os produtores. É nossa obrigação, obrigação da nossa Bancada da Bahia lutar por isso. Vou lutar por isso. Não tenho dúvida, porque é o que deve ser feito. Não tenho a menor dúvida em relação aos cacauicultores.

Quero deixar muito claro que não há nenhuma razão, neste momento, de se prorrogar os débitos para 30 de dezembro, pensando que, com isso, a solução está sendo concedida à região.

A produção de cacau caiu estupidamente no Estado, como não poderia deixar de ser, depois do ataque terrorista do PT, que fez com que essa produção fosse caindo aos poucos. Temos feito um esforço grande, todo o Estado, pela recuperação da produção do cacau. O Governador Paulo Souto tem dado muita atenção ao problema, inclusive com a inauguração de várias biofábricas, onde são fornecidas as mudas para os pequenos produtores de cacau; mudas essas resistentes, por meio de clonagem, a essa praga, que é a vassoura-de-bruxa.

Esse é um caminho a ser tomado, mas cabe ao Governo Federal, sobretudo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ...tomar a decisão de apurar; não só de apurar, mas de afastar todos os envolvidos nessa questão.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O discurso de V. Ex^a é muito importante, principalmente para a economia do País, não só para a da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL. Tive a oportunidade e a honra de assinar o requerimento para V. Ex^a falar pela Liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati, consciente e grande Líder do Nordeste, trouxe para esta tribuna assunto da maior relevância: a compra indiscriminada realizada pelo Partido dos Trabalhadores por meio de dinheiro público, o que envolve Prefeitos municipais e até Parlamentares. O Senador tem absoluta razão. Daí por que pedi uma CPI sobre execução orçamentária, para que possamos mostrar, inclusive na Bahia, como o DNIT e o Ministério das Cidades gastam, desonestamente, o dinheiro público.

Há casos em que até mandaram fazer viaduto, por uma prefeitura municipal, na BR mais movimentada da Bahia, que é a 324. Isso, realmente, é inacreditável! É para que o prefeito tenha dinheiro, não faça obra e gaste na eleição.

Mas os baianos estão reagindo, de tal maneira que o Sr. Jacques Wagner ou a tal da Land Rover estão na seguinte posição de votos válidos: 73, Paulo Souto; Jacques Wagner, 19. Os votos comuns são: 56 a 13. Essa é a situação, porque os baianos já viram que esse roubo pode comprar algumas consciências, mas não a do povo baiano.

O Governador J.J. Seabra, no passado, dizia: “A Bahia não se vende nem se dá”. Hoje, esse lema é mais do que justo. Todos os prefeitos estão sendo cooptados e estão reagindo. Um ou outro fracassa, em função do dinheiro sujo que está recebendo.

Mas o Brasil está reagindo, e daí por que a candidatura de Geraldo Alckmin está crescendo. Hoje, o resultado das pesquisas na cidade de São Paulo já é bem diferente, e a rejeição deste Presidente, que pra-

tica todos os atos desonestos, está aumentando e vai aumentar mais no País.

Há todas essas operações que estão aí de valeriodutos, de mensalão. Está o Governo tentando acabar com os sanguessugas, quando a situação que envolveu os sanguessugas ocorreu no Governo! Se há membros do Congresso que participaram disso, que sejam punidos! Mas não pode haver a ponderação de que o Congresso é sanguessuga. Isso é uma desonestidade! O Governo está cometendo essa desonestidade para nos impedir – o que não acontecerá – de, nos programas eleitorais, dizer o que é este Governo que aí está e o mal que ele está fazendo ao Brasil. Daí por que ele jamais poderá continuar.

Sr. Presidente, o cinismo do Presidente vai a tal ponto, que ele diz que, agora, vai fazer campanha todos os dias da semana. Já está fazendo isso há dois ou três anos com dinheiro público e com anuência, infelizmente, de alguns que cometeram crimes no passado, mas que se sentam à sua mesa, apesar dos crimes cometidos que ainda não foram julgados. Ainda ontem, a representação do PMDB estava com um desses elementos. Isso é inacreditável, mas é verdade.

Quero dizer que os jornais – estão aqui – informam algo que, certamente, o povo brasileiro já havia notado: o Presidente não anda bom para ver de perto. Ele não está enxergando de perto, ele só enxerga de longe e, como o roubo é praticado de perto, ele não vê o roubo. Está aqui! É um oculista que diz isso, não sou eu. É o oftalmologista do Presidente que está preocupado com sua visão, mas está preocupado mais é que ele não enxergue. Ah, se ele não enxergasse nada! Seria bem melhor do que ele enxergar, como está enxergando, os valeriodutos, os sanguessugas e, sobretudo, os mensalões.

Esse escândalo todo dos sanguessugas, que é justo que se faça, não é um valerioduto. O total não dá um valerioduto. Então, esquecem-se do valerioduto e do mensalão, e fica-se com os sanguessugas. Vamos tratar dos sanguessugas, sim, porque é crime o que se praticou, mas não vamos esquecer que os ladrões do mensalão foram patrocinados pelo Palácio do Planalto, o que começou com Waldomiro Diniz. Jefferson teve a coragem de denunciar, provando tudo em relação ao mensalão e ao valerioduto. Foram bilhões e bilhões!

Muitos Parlamentares estão sendo hoje injustamente acusados; outros, talvez, nem tanto. Que se puna quem merece, mas que não se acuse toda uma instituição!

Por isso, hoje, pedi ao Presidente Renan que chamasse esse Vedoin, para ele dizer quais são os desonestos, porque ele não pode dizer que 70% do Congresso são desonestos. Não é a voz de um la-

drão, como é o Vedoin, provavelmente, que suborna – o subornado o é, mas quem suborna também o é –, que vai prevalecer sobre a vontade de todo o povo brasileiro.

Como a matéria é realmente interessante para a imprensa, ela tomou conta do noticiário, deixando-se o valerioduto e as roubalheiras de Lula. O DNIT continua roubando descaradamente em todos os Estados do Brasil, principalmente na Bahia, como alguns da Bahia também roubam na Comissão Mista de Orçamento.

Ou se faz o Orçamento impositivo, ou se muda esse problema da Comissão Mista de Orçamento urgentemente, ou o Brasil vai ficar sempre sujeito às maracutaias de um Governo que corrompeu e corrompe toda a sociedade brasileira! As reações estão aí, mas cada reação é menor do que merece este Governo.

Ora, Sr. Presidente, por que ele não fala do irmão Vavá? Por que ele não fala nos R\$15 milhões da Telemar? A Telemar nunca foi chamada por Comissão alguma para dizer porque deu R\$15 milhões ao filho do Lula na Gamecorp. Por que ele não fala sobre esse assunto? Por que ele foge? Ele tem de ir para o debate para provar isso. Ele quer fugir dos debates, porque será perguntado sobre essas coisas e terá de responder. Não poderá ficar calado. Afinal de contas, ele vai ter de dizer: “Meu filho levou R\$15 milhões da Telemar, e meu irmão fez **lobby** nos vários Ministérios”. E vai dizer também que, até na cueca, foi levado dinheiro para o Ceará, onde o Senador Tasso Jereissati está sofrendo, porque é digno e faz oposição. Todas as forças econômicas do Governo estão contra ele. Isso só faz enaltecer a figura de Tasso Jereissati entre nós, mas é preciso que o povo do Ceará reaja como o povo baiano está reagindo, para que isso não continue a acontecer em todo o Brasil.

Os vampiros dos sanguessugas vêm de onde? Do Ministério da Saúde. É Humberto Costa! Diz-se que vão convocar os Ministros da Saúde, e ninguém quer convocar ninguém. A primeira pessoa a ser ouvida deveria ser o Ministro da Saúde, Sr. Humberto Costa. Se querem convocar o Ministro José Serra, convoquem-no, porque esse tem honestidade para dizer como as coisas eram feitas no seu tempo. Mas não venha esconder-se, Humberto Costa, só porque é candidato em Pernambuco, o que, aliás, é uma coisa boa, porque o povo já sabe que ele é o sanguessuga maior. Isso faz com que nossos candidatos subam a cada dia na pesquisa.

Sr. Presidente, há coisas inacreditáveis. Pode-se imaginar que uma pessoa vá tratar com o Presidente da República a respeito de biodiesel e, na saída, diga que prometeu ao Presidente dinheiro para sua campanha? Está aqui! Esse balcão já está na porta do Palácio?

Evidentemente, não quero que meu querido amigo Márcio Thomaz Bastos vá a um oculista. Quero tanto bem a ele e acredito que ele enxergue, mas ele, coitado, está nessa situação da Polícia Federal e não vê que esse homem do biodiesel vai dar dinheiro para a campanha do PT, do Lula. A Polícia Federal tem deveres para com o País. Está cumprindo-os, mas deve cumpri-los inteiramente. Não pode encobrir casos como este que está aqui.

Ademais, Sr. Presidente, a CPI quer investigar – e não investiga – quatro Ministérios. São quatro Ministérios! As portas do Planalto se escancararam para quem quer entrar por lá e fazer as falcatruas.

Eu, a cada dia, Sr. Presidente, virei a esta tribuna, trazendo elementos como esta fotografia do Lula. Olhe, ele está dizendo: “Meu Deus, o homem do biodiesel vai dar o dinheiro”.

É assim que vive o Brasil. Isso tem de acabar. Temos de reagir!

Eu iria fazer este discurso hoje cedo, Sr. Presidente. Acredito que a esta hora, provavelmente, a Voz do Brasil esteja impedindo que eu seja ouvido, mas peço a V. Ex^a que dê ordens para que transmitam o restante desta sessão, não só o discurso do Senador Rodolpho Tourinho em defesa da região cacauzeira – em que ele disse que vai lutar até o fim para apurar tudo, pois até agora a Polícia Federal não apurou nada –, como também este meu discurso.

Voltarei aqui amanhã. Não tenha dúvida disso! Mas não quero que o meu discurso de hoje deixe de ser publicado. Ontem, eu disse, desta tribuna, e repito agora: o Brasil de Lula apodreceu. E apodreceu por culpa do Presidente.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, que V. Ex^a tome as providências com o serviço de comunicação da Casa. Eu gostaria de saber a que horas meu discurso vai passar, para que eu pudesse avisar pelo menos o povo baiano que estou cumprindo com meu dever, a fim de que este Presidente saia o mais rapidamente possível e de que possamos ter nosso candidato Geraldo Alckmin no Palácio do Planalto, moralizando a vida pública brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antônio Carlos Magalhães, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O requerimento de V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Alerto o Serviço de Telecomunicações do Senado que, imediatamente após a Voz do Brasil, deverá ser transmitido o encerramento desta sessão ordinária.

As Senadoras Ana Júlia Carepa e Ideli Salvatti e os Senadores Marco Maciel, Roberto Cavalcanti e o Ney Suassuna estão inscritos como oradores.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a disporá de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti havia-me solicitado permutar com S. Ex^a. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a tem cinco minutos para uma comunicação inadiável.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro, até porque ele é decisivo e importante não apenas para o meu Estado, o Pará, como também para o Brasil.

A BR-163, conhecida como a rodovia Santarém-Cuiabá, é uma alternativa concreta, eal, para a diminuição dos custos dos produtores.

Hoje, o escoamento da produção do Estado de Mato Grosso por intermédio do Porto de Santarém é mais viável, já que o Porto de Santarém está bem mais próximo dos portos da Europa, por exemplo, do Porto de Roterdã, na Holanda, do que o Porto de Santos, em São Paulo.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, que é de São Paulo, sabe que o Porto de Santos, hoje, não mais comporta o fluxo das exportações. Por isso, precisamos de alternativas. Digo sempre que a BR-163 não é uma obra importante para solucionar apenas problemas no Estado do Pará, mas, sim, para a Amazônia como um todo, para a hidrovía Araguaia-Tocantins, enfim, para o Brasil.

Ao fazer este registro, parabenizo o Presidente Lula por haver editado a Medida Provisória nº 314, publicada no **Diário Oficial da União** de hoje, 1º de agosto – aliás, há muito tempo fazemos essa solicitação –, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração Nacional. Especialmente para o Estado do Pará, em termos de rodovias, temos: para a construção do trecho rodoviário Santarém/Rurópolis, o montante de R\$20 milhões; e R\$18,350 milhões para a construção de doze pontes. Esta é uma outra situação na Amazônia que dificulta o tráfego, que são as pontes de madeira. Sabemos que nessa região chove muito, e, obviamente, após alguns anos, as pontes precisam ser refeitas. Agora, elas serão construídas de concreto e não mais esta-

rão sujeitas às intempéries, não mais precisarão ser substituídas a cada dois anos.

Essas doze pontes serão construídas na divisa, até Santarém. Serão construídas mais duas pontes no entroncamento da BR-163 até Miritituba, que fica em frente ao Município de Itaituba, naquela região oeste. Teremos também a construção de trechos rodoviários na divisa de Mato Grosso e no anel viário de Santarém, para o qual se disponibilizará mais de R\$40 milhões.

Para o Estado do Pará, apenas para essas rodovias, incluindo as pontes, também teremos mais R\$30 milhões destinados à conservação de mais duas rodovias: a BR-163 e a Transamazônica, até porque o calendário amazônico é diferenciado. Não adianta liberar recursos para a construção ou para a conservação de uma estrada que ainda é de terra, como a Transamazônica, se liberarmos esses recursos em dezembro. Temos de liberá-los agora! Por isso a necessidade da medida provisória, exatamente para que essa recuperação possa ser feita no verão, período em que chove muito pouco, para que, quando chegar o inverno, essa estrada esteja transitável e as pessoas não fiquem presas nela.

Além da conservação da BR-163, temos ainda recursos para o seu asfaltamento – isso é fundamental! –, que será feito pelo 8º BEC, que terá como tarefa asfaltar os trechos compreendidos entre Mato Grosso e a divisa do Pará, e também o trecho Santarém/Rurópolis, além das pontes de concreto.

Sr. Presidente, queria fazer este registro e agradecer. Foi uma luta grande da nossa Bancada. Várias vezes estivemos com o Ministro dos Transportes, com a Ministra da Casa Civil, com o Ministro Tarso Genro – eu, o Deputado José Geraldo, o Senador Luiz Octávio também nos ajudou nessa luta, e contamos com o, à época, também Deputado Paulo Rocha, hoje ex-Deputado. Por isso, temos muito a agradecer ao Governo, que ouviu a necessidade do calendário amazônico.

Sr. Presidente, também foram liberados, nessa medida provisória, R\$507 milhões destinados à reforma agrária, tanto para a obtenção de imóveis rurais, Senadora Ideli Salvatti, para cumprir a meta dos assentamentos, como também para a assistência técnica, um dos grandes dramas que enfrentamos na reforma agrária, porque não adianta apenas conseguir a terra, o crédito, precisamos da assistência técnica para que esses projetos sejam sustentáveis, tanto econômica quanto ambientalmente.

Ao fazer este registro, quero parabenizar o povo do Pará e o Governo Lula, que tem se comprometido com o povo do Pará, independentemente de quem seja o Governador daquele Estado. O Governo está atendendo a uma reivindicação também feita a vários

governos, que haviam se comprometido, mas não conseguiram asfaltar um milímetro sequer da BR-163. O Governo Lula, além da conservação, estará asfaltando um trecho que não é importante somente para o Pará, mas para o Brasil, porque poderemos escoar os produtos de muitas regiões, especialmente os do Centro-Oeste, por um custo bem mais baixo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, neste registro, parabenizar também o povo da região oeste, que tanto lutou e hoje está vendo isso se tornar realidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT. V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente. Inclusive foi muito bom a Senadora Ana Júlia haver me antecedido. Estou há bastante tempo neste plenário, portanto, tenho prestado atenção a muitos pronunciamentos. Como já tive a oportunidade de dizer no aparte dado ao pronunciamento do Senador Osmar Dias, o ambiente continua acirrado, com muitas farpas. Percebemos que as manifestações, muitas vezes, vêm com órgãos do corpo e não com o raciocínio e o coração. É claro que o período eleitoral sempre faz com que determinados sentimentos aflorem, faz parte da disputa, não é, Senadora Ana Júlia, faz parte da disputa o acirramento. Apenas lamentamos. Tenho procurado manter-me, o máximo possível, calma; vamos precisar muito dela nesse processo eleitoral.

Solicitei a palavra como Líder porque, várias manifestações que tive a oportunidade de ouvir aqui, hoje à tarde, creio que tenham a ver. Por exemplo, algumas referentes a declarações feitas pelo Presidente Lula na visita de campanha que fez ao meu Estado, Santa Catarina, estão ligadas ao resultado efetivo a respeito das políticas desenvolvidas pelo seu governo na área da educação e às conseqüências que isso tem causado no Brasil, como um todo, e, em Santa Catarina, de forma impressionante, Senador Romeu Tuma.

Lá, em Santa Catarina, temos uma situação bastante acirrada de disputa, até porque, como já tive oportunidade de dizer, não é nada mais, nada menos do que o Estado do Presidente Nacional do PFL, que é um dos partidos que centraliza a oposição ao Governo Lula, de forma muito contundente, com muitos decibéis acima do que seria adequado e razoável se adotar em período eleitoral, muitas vezes com lances de amnésia profunda a respeito de uma série de episódios, comportamentos e práticas adotadas durante os muitos e muitos anos em que estiveram à frente. É

sempre bom, então, registrar que, como já falei daqui da tribuna, será a primeira vez em que o PFL vai apoiar um candidato de oposição à Presidência da República. Essa experiência o PFL nunca tinha tido antes, Senador Romeu Tuma. Está tendo pela primeira vez.

A visita do Presidente ao meu Estado, Santa Catarina, deu-se exatamente oito dias depois da visita do nosso principal adversário, o candidato do PSDB, apoiado pelo PFL, o Sr. Geraldo Alckmin. E, para nós, era um desafio muito significativo, porque o palanque para o nosso principal adversário é, em tese, robusto, porque é a candidatura à reeleição do atual Governador do PMDB, com o Vice do PSDB, meu companheiro de bancada de Santa Catarina, Senador Leonel Pavan, tendo para a candidatura ao Senado, pelo PFL, o ex-Prefeito de Lages, Raimundo Colombo. Portanto, não é qualquer aliança: PMDB, PSDB e PFL. O problema é que não cola, não cola. PMDB e PFL, na base, não colam. Há um monte de ruídos, de problemas, de desídiás e de intrigas, na base, que criam uma certa dificuldade.

Mas, de qualquer forma, em relação à ida do nosso principal adversário, oito dias antes da visita do Presidente Lula, os jornais anunciavam 10 mil pessoas, em Chapecó. Essas eram as manchetes do sábado em Chapecó, 10 mil pessoas, e não chegaram a 500. Talvez umas 400 participaram da manifestação. Até brinquei, porque, como a cultura é gauchesca no oeste de Santa Catarina, Senadora Ana Júlia, um conhecido nosso, que tem o apelido de Xiru, que é um nome muito gaudério, em uma das brincadeiras, disse-me assim: “Pois, Senadora, para chegar no número, contaram os vivos e a sombra”.

Então, até esse tipo de brincadeira acabou sendo feita.

Em Criciúma também não foi diferente. Havia uma expectativa, pela imprensa, da presença de cinco a seis mil pessoas, e devem ter comparecido por volta de seiscentas, setecentas.

O desafio para nós, que estávamos organizando a vinda do Presidente Lula, oito dias depois da visita do nosso principal adversário, era muito grande. Felizmente, foram dois eventos muito bem avaliados e com repercussão extremamente positiva de público, de representatividade política e de sinalizações de apoio e de amplitude da campanha do Presidente Lula em Santa Catarina.

Havia mais de três mil pessoas na plenária, em que debatemos os resultados da educação em Santa Catarina. Depois, houve um almoço na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Foi a primeira vez em que um Presidente da República, no exercício do cargo, visitou a Federação. Houve um

debate do candidato à reeleição, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o setor empresarial do nosso Estado, com o setor educacional, com reitores do Sistema Acafe, com representantes do ensino federal em Santa Catarina e com representações de partidos políticos, parcela do PMDB que está apoiando, parcela do PP que está apoiando e de outros partidos que não compõem a nossa aliança.

O importante foi o resultado. E tive o prazer de receber do Presidente Lula um dos elogios que fez à organização do evento, que acabou sendo uma verdadeira aula a respeito dos resultados das políticas adotadas pelo nosso Governo na área da educação.

Assim, gostaria de apresentar aqui alguns números porque são muito contundentes. O ensino profissionalizante, em Santa Catarina, tem 96 anos e, no ano passado, conseguimos derrubar finalmente aquela lei que impedia que a rede federal de ensino pudesse se ampliar, ter novas unidades. Portanto, até o ano passado, o ensino profissionalizante federal atendia oito mil alunos. Em um ano, até o final deste ano, serão 17 mil alunos. Tínhamos três escolas técnicas, este ano serão sete e já está previsto, para o ano que vem, chegar a 10.

A Universidade Federal de Santa Catarina nunca tinha atravessado a Ilha e ido para o interior de forma efetiva e agora está com 15 pólos de interiorização, com mais de dois mil alunos. O ProUni, mais de 4.000 mil alunos; a Universidade Aberta do Brasil neste ano com 3.300 e, no início do ano que vem, mais 6.600 alunos. Portanto, se pegarmos o ProUni, a interiorização da Universidade Federal e a Universidade Aberta do Brasil, conseguiremos fazer com que em Santa Catarina, que não tem universidade nova, tenha quase dois terços de uma universidade federal implantada no interior do Estado, por intermédio da conjugação dessas três políticas.

Para dar a dimensão, quando Lula assumiu, em Santa Catarina o sistema federal de ensino atendia no máximo 3% da população adolescente e jovem. Hoje, estamos beirando já 10%. Portanto, o resultado é muito contundente, Senador Romeu Tuma, e é por isso que saímos convencidos do ato que realizamos com o Presidente Lula de que a eleição será muito emblemática, muito acirrada, muito combativa, muito “cabo-de-guerra”, mas, não temos nenhuma dúvida de que temos plenas condições de fazer o debate, o embate e o combate com os números, com os dados, com os resultados, com aquilo que conseguimos produzir. E, quando conseguimos produzir e modificar a vida das pessoas, isso efetivamente faz a diferença e dá a perspectiva.

Portanto, quando um governo tem a marca, como o Governo Lula, de crescer distribuindo renda, gerando emprego, fazendo inclusão social, com um controle inflacionário que permite às pessoas comerem mais e, até no Sul Maravilha se come mais, significativamente mais, a partir das políticas adotadas; quando temos confirmada uma mobilidade social que fez, nada mais, nada menos, do que uma população equivalente à população do meu Estado – Santa Catarina tem aproximadamente seis milhões e poucos habitantes – e foi isso que o Governo Lula teve a capacidade de fazer, pegar uma população equivalente a do Estado de Santa Catarina e fazer com que esta população tivesse mobilidade social, ou seja, saísse das classes “D” e “E” e fosse para a classe média.

Por isso, vou ficar muito calma, Senadora Ana Júlia. Vou ouvir, com muita atenção, mesmo aqueles que falam, às vezes, com tanta ênfase, com amnésia; às vezes, mais motivados pelo sentimento negativo do que pelo positivo.

Fiquei muito satisfeita por ter feito a mobilização, por ter realizado os eventos que realizamos neste início de campanha, que ainda está com aquecimento pequeno.

Eu gostaria de ouvir o aparte da Senadora Ana Júlia, antes de encerrar meu pronunciamento.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Agradeço, Senadora Ideli Salvatti, e parabênizo V. Ex^a, porque também é esse o sentimento que temos em nosso Estado. Subi, ainda há pouco, à tribuna, para fazer o registro de que são R\$90 milhões para estradas no Estado do Pará. Outro dia, quando fazia uma intervenção aqui no Senado, falando do crescimento em todas as áreas, do volume de recursos, por exemplo, os enviados pelo Governo Federal ao Pará para a educação, fui contestada. Achei até engraçado, pois parece que as pessoas têm memória curta mesmo. Algumas, inclusive, do Pará, que apoiaram o Governo anterior ou que fizeram parte dele esqueceram-se de que se trata da BR-163, que hoje está recebendo recursos. São R\$90 milhões para o Pará: R\$15 milhões para a BR-422, e o restante, para a BR-163. Por duas vezes, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a Santarém e prometeu asfaltá-la. Lula não quis prometer, disse que não podia ir a cada cidade e fazer promessas e, com isso, perdeu a eleição. Mas ele, agora, efetivamente está fazendo, Senadora. E mais: antes de ser realizada a obra, fez-se todo um trabalho naquela área, para que não houvesse mais desmatamentos, como os que têm acontecido em outras regiões, e para que a grilagem de terras e a violência não avançassem ainda mais. Pelo contrário, houve um projeto de desenvolvimento sustentado da BR-163. Então, parabênizo V. Ex^a por

esses dados relativos à educação. Tenho encontrado pessoas que os têm confirmado. No final de semana, jovens me disseram que estavam na universidade graças ao ProUni. Um deles afirmou que estava vendendo produtos na praia, porque tinha meia bolsa. Outra jovem disse: “Estou cursando a universidade graças ao ProUni”. Veja bem, o Pará é a maior província mineral do mundo, Senador Romeu Tuma, e não tinha um curso de mineração. Mas vai ter agora! Está-se ampliando a Universidade Federal para várias regiões do Estado – sul, sudeste, oeste. O mesmo, em relação às estradas. Mais curso em Castanhal...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, já vou concluir: a gente se empolga, quando o assunto é educação. E há escola técnica também, escola agrotécnica. Ou seja, o povo está percebendo, concretamente, que as coisas estão chegando. O povo não quer mais voltar ao tempo em que a escola técnica federal era proibida por lei, como na época de Fernando Henrique Cardoso; não quer mais correr o risco de ver a universidade privatizada; não quer correr o risco de ver privatizados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco da Amazônia – que quase acabou no Governo anterior –, instituições que têm sido a alavanca do desenvolvimento, principalmente do pequeno produtor, tanto da área rural quanto da urbana.

É por questões como essa, Senadora, que parabênizo V. Ex^a. Essas questões realmente têm encontrado eco na sociedade e nos fazem ter orgulho, mesmo diante da necessidade de avanços do Governo do Presidente Lula.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, sem preocupação, estou concedendo a V. Ex^a o tempo que concedi aos outros Senadores. No entanto, não gostaria que V. Ex^a desmerecesse tanto seu serviço a favor de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para concluir, quero falar de outro debate importante que tivemos com o Presidente Lula. Foi o debate a respeito da ética. O Presidente foi muito contundente. Houve várias manifestações, depois, pela imprensa, porque Sua Excelência falou, de forma muito clara, que vai enfrentar o debate de cabeça erguida, lembrando o que já se fez neste País, o que já houve de corrupção e desvio, e mostrando, em termos de ações do Governo, as mudanças significativas nas instituições e nos procedimentos de combate à corrupção.

Insistimos, Senador Romeu Tuma, que o esquema dos sanguessugas só apareceu, só veio a público, porque houve o famoso sorteio da Controladoria-Geral da União, que detectou a coincidência do superfaturamento pelas Prefeituras na compra de ambulâncias daquelas determinadas empresas.

Foi exatamente por esse aperfeiçoamento no combate à corrupção, feito pelo Governo Lula, que a questão dos sanguessugas apareceu. E querem discutir que há envolvimento do Executivo: é óbvio que deve haver algum grau de envolvimento de Executivo; não é possível que não haja.

O esquema é antigo, já aconteceu nos Governos que antecederam o atual. Agora, quando falam de Executivo, acho estranho, Senadora Ana Júlia, porque só se referem ao Governo Federal. A Controladoria apresentou um mapa das Prefeituras: são 800 envolvidas. Acho engraçado, porque todos esquecem que, entre as envolvidas, há 128 do PSDB e 107 do PFL. Isso não é Executivo? É preciso haver o Parlamentar que faz a emenda, alguém lá no Ministério que a viabilize, mas a licitação é feita no Município. Então, o Executivo municipal também está envolvido. Portanto, acho bom termos calma nessa discussão toda, para apurar tudo e punir quando tudo estiver provado.

Senador Romeu Tuma, vou terminar a minha fala, como comecei o dia: homenageando Mário Quintana. Eu o iniciei hoje, lembrando, Senador Pedro Simon, os 100 anos daquela maravilha da poesia nacional, Mário Quintana. E o Poeminha do Contra, de Mário Quintana, cabe muito bem:

Todos estes que aí estão

Atravancando o meu caminho,

Eles passarão.

Eu passarinho!

Essa é uma das pérolas do nosso querido poeta centenário, Mário Quintana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, fez uma homenagem ao grande poeta Mário Quintana, com algumas de suas poesias.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, por cessão do Senador Marco Maciel.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a TV Senado nos comunica que a retransmissão da sessão será às 22 horas e 30 minutos, para não ferir a programação já existente, e a Rádio Senado, em seguida, ao término do programa “Voz do Brasil”, entrará com o término da sessão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a a oportunidade de avisar à sociedade baiana e brasileira sobre a importância dos discursos feitos durante a transmissão do programa “Voz do Brasil”.

Tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, com muita honra, pela primeira vez nesta tribuna.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida, é para mim um privilégio ocupar uma cadeira nesta Casa, que tanto representa em dignidade e em deveres para a consolidação do Estado democrático de direito.

Agradeço, primeiramente, a Deus a ventura de somar à minha trajetória de vida este momento de justificado orgulho cívico. Aos paraibanos sou grato pela honra que me concedem de poder representá-los nesta Casa, abrigo histórico não só das lutas mais memoráveis do povo brasileiro, desde o início da República até hoje, mas também da inteligência mais produtiva, da experiência mais explícita e da visão mais acurada e sensível do universo político do Brasil.

A emoção que ora vivo só fortalece meu sentimento de gratidão ao Senador José Maranhão, que me confiou sucedê-lo em ocasiões como esta, dando-me a oportunidade de, investido no honroso mandato de Senador da República, participar mais diretamente e efetivamente da discussão dos temas de interesse do País e da Paraíba.

Economista por formação, pernambucano de origem, sou paraibano por adoção. Filho de médico, professor universitário e antropólogo e de uma mãe assistente social, sou o que se costuma chamar de um típico filho da classe média. Oriundo, pois, do meio da pirâmide social, daquela parcela do povo que faz opinião, que gerencia, que pesquisa, que coleta e envia informações para cima e para baixo do patamar social em que se encontra, foi nela que busquei subsídios para meu roteiro de vida e, mais recentemente, para minha atuação parlamentar.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex^a me concede um breve aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)

– Pois não, Senador.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Roberto Cavalcanti, é com muita alegria que o vejo aqui, na Câmara Alta da República Brasileira. Por várias razões, fico satisfeito em vê-lo aqui hoje: em primeiro lugar, por conhecê-lo e por poder dizer que sou seu amigo de longas datas e, em segundo lugar, por admirar sua família, não podendo deixar de aqui destacar o Professor René Ribeiro, que, juntamente com Roberto

Freire, muito contribuiu para o melhor conhecimento da realidade sociocultural do Nordeste. Mais do que isso, V. Ex^a, seguindo as pegadas de seu pai, concluiu o curso superior. Depois de concluído o curso superior, iniciou atividades empresariais, não somente em Pernambuco e na Paraíba, e hoje é um nome muito conceituado não só no Estado de origem, Pernambuco, mas também na Paraíba, em cuja Unidade da Federação tem fábricas, empreendimentos comerciais e, por fim, uma notável rede de comunicação social. Eu não estaria exagerando se dissesse que V. Ex^a fez na Paraíba o que, no plano nacional, fez Roberto Marinho. V. Ex^a também tem uma excelente televisão, um excelente jornal e excelentes rádios, trazendo todos esses veículos excelentes programações. Por todas essas razões, não tenho nenhuma dúvida em afirmar que V. Ex^a vai honrar a representação do Estado da Paraíba no Senado da República. Vai cumprir, certamente, um excelente mandato. Daí por que não me resta outro voto senão o de que V. Ex^a seja bem-sucedido nesta Casa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento não somente do Estado da Paraíba, que V. Ex^a passa a representar, com a licença do Senador José Maranhão, mas também do Nordeste como um todo. Enfim, sabemos que ainda são muito agudas as distâncias entre o Sul, o Sudeste e o Nordeste. Certamente, vai depender muito do empenho de todos nós, inclusive de V. Ex^a, para que essas distâncias sejam reduzidas. Portanto, com meus votos de sucesso no exercício do mandato parlamentar, quero felicitar V. Ex^a pela posse e dizer que me sinto muito satisfeito em ver aqui um colega de minha geração – um pouco mais novo, é certo – que se credencia no conceito do País. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a. Além de considerá-lo um amigo, considero V. Ex^a um esteio, um exemplo de parlamentar neste nosso Brasil.

Antes de apresentar-me a esta Casa, procurei construir uma ponte entre o mandato, a minha história e a minha terra. Dialoguei com a sociedade paraibana por meio dos seus segmentos mais representativos, ouvindo, aprendendo e colocando-me como porta-voz dos seus anseios e de suas urgências. Visitei as instituições de ensino superior do meu Estado, públicas e privadas, senti suas angústias e registrei suas esperanças. Mantive encontros com as federações dos trabalhadores da agricultura, da indústria e do comércio. Reuni-me também com produtores e empresários, por meio de seus órgãos de representação, como a Fiep e a Fecomércio. Deles, ouvi histórias de sucessos e malogros. Apontaram-me caminhos, indicaram-me soluções, mas não me deixaram de oferecer suas co-

branças. Emocionaram-me nesses contatos a fé em Deus e a onipresença da esperança.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Pois não, Senador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, tenho muita alegria de recebê-lo como companheiro, como par nesta Casa. Na sua história, V. Ex^a nos informa que fez toda uma turnê recentemente. Mas isso não era necessário, porque V. Ex^a já conhece a sociedade paraibana de cima para baixo e de baixo para acima, uma vez que, por meio da imprensa onde milita, V. Ex^a vive tão bem as nossas mazelas e as nossas glórias. V. Ex^a é profundo conhecedor de todas as nuances da alma paraibana e tem feito um trabalho extremamente profícuo, dando, inclusive, voz às cidades do interior, retratando no periódico, que é o principal do Estado, todos os clamores, todas as necessidades, todas as alegrias, todas as glórias e todas as aflições do povo paraibano. V. Ex^a, ao chegar aqui, apenas está complementando mais uma faceta de uma carreira profícuo. Desejo-lhe muito sucesso e, se Deus quiser, também muitos dividendos para a nossa Paraíba. Parabéns e seja muito bem-vindo!

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, como membro atualmente da Bancada da Paraíba, espero me acostar a V. Ex^a, para que juntos possamos melhorar a situação econômica do nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as duas mais importantes cidades da Paraíba são hoje administradas por dois jovens políticos, talentosos e inovadores. Em João Pessoa, a Capital, está Ricardo Coutinho; em Campina Grande, a rainha do Planalto da Borborema, está Veneziano Vital do Rêgo. Com esses, também sentei e conversei sobre o futuro do nosso Estado. Procurei os representantes de várias correntes religiosas. Jamais eu dispensaria a sabedoria de Deus, que me mostrou a beleza e a grandeza do servir.

Estive com o Bispo Marques Alves, da Igreja Universal; com o Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto; com o representante da Igreja Batista, Pastor Estevam Fernandes. As lições, as orações e as bênçãos colhidas nesses encontros vão me acompanhar e inspirar nessa caminhada por corredores e pelo plenário deste Senado Federal. A todos garanti que não vou desperdiçar nenhum dia nesta Casa e que, com empenho, vou usar toda a minha experiência de vida para ser útil e multiplicar esse tempo que me foi proporcionado com resultados que respondam às reivindicações dos paraibanos.

Não é um esforço meramente pessoal. Posso afirmar que conto com a compreensão e com a cumplicidade de minha esposa, filhos e netos, que conhecem minha obstinação e minha dedicação às causas que abraço e que aceitam o sacrifício das minhas ausências.

Tentarei servir ao meu povo com a modéstia de minha origem e com a persistência do nordestino. Não abandonarei meus caminhos, minhas trilhas, minhas veredas. Vim aqui para somar em favor do meu Estado, do Nordeste e do Brasil, nesta ordem, sempre nela.

A Paraíba é o meu barco. Ele pode ser pequeno, mas é o meu barco. Nele tenho navegado as águas que me refrescam e que me conduzem. É dele que vou cuidar, mas estarei sempre presente aos debates sobre as ações e decisões que levem o Brasil ao desenvolvimento, à modernidade e à justiça social, fortalecendo os pilares da democracia, que, como dizia o ilustre Senador paraibano Humberto Lucena, é o caminho de todos conhecido, capaz de destruir as barreiras e de garantir a liberdade que amamos.

Concluindo, registro agradecimento também especial aos Senadores Marco Maciel e Ney Suassuna, que me apartearam e que são meus amigos pessoais, e ao Senador Marcelo Crivella, grande Líder do meu Partido, o PRB, pelo gesto simpático de por ele ser introduzido neste seleto grupo de admiráveis homens públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, neste plenário de iluminados, vou me esforçar e trabalhar para honrar a Paraíba e o Brasil.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a e lhe deseja boas-vindas e sucesso nessa missão que lhe é confiada pelo povo da Paraíba. Boa sorte.

Senador Ney Suassuna, tem V. Ex^a a palavra por dez minutos. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não era o último, não, Sr. Presidente, eu era o oitavo, mas vou falar em último lugar. Depois de quarenta, eu vou falar, mas eu não era o último inscrito, era o oitavo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Fiz referência ao último inscrito desta relação, Senador, não da lista. Desta V. Ex^a realmente era o décimo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E eu era o segundo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a era o décimo da lista, mas estamos aqui para ouvi-lo com toda atenção e carinho.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser o mais rápido possível para que o nosso Senador Pedro Simon possa usar da palavra e fazer o pronunciamento que todos queremos ouvir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível não repercutir, junto ao Plenário do Senado Federal, os acontecimentos de São Paulo, iniciados na terça-feira, 11 de julho. A seqüência de atentados e assassinatos – que fazem ecoar na memória o terror presenciado há pouco mais de dois meses, principalmente na capital paulista – foi aparentemente interrompida no domingo 16, mas suas repercussões ainda estão longe do desdobramento final.

Os fatos, por si sós, são terríveis. Do mais recente levantamento oficial da Secretaria Estadual de Segurança Pública, divulgado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, ainda datado da quinta-feira, constam 106 ataques contra 121 alvos. Pelo menos oito pessoas teriam sido mortas, sendo um policial militar e sua irmã, na zona norte da Capital; três vigilantes particulares, na cidade de Guarujá; e um guarda municipal, em Cabreúva, não tendo sido lá computadas as mortes de um agente prisional, em Campinas, e do filho de um investigador, em São Vicente.

Esses números, de toda forma, variam de veículo para veículo. A lista divulgada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** inclui no rol dos mortos 5 agentes penitenciários, além de 13 supostos agentes do PCC, cujos assassinatos são apontados como uma das possíveis causas dessa segunda onda de violência, ao lado da ameaça de transferência dos líderes criminosos para a penitenciária federal de Catanduvas, no Paraná.

Percebem-se mudanças nas táticas, em relação aos atentados de maio, principalmente na seleção de alvos, que passaram a ser preferencialmente prédios civis, públicos ou particulares; agências bancárias; lojas; ônibus – atacados a tiros ou incendiados –; e o expressivo número de fuzilamentos de membros dos órgãos de segurança, especialmente agentes penitenciários.

Assusta, Sr. Presidente, a enorme perda em vidas e em bens, assim como assusta o estado de refém a que se vê reduzida a cidade de São Paulo, que teve seu cotidiano absolutamente violentado com a paralisação da maior parte do transporte urbano. Foi, de fato, uma situação que levou à vida do paulistano o caos e o medo.

Receio, ademais, que esse tipo de ocorrência possa se espalhar para outras regiões do País, a exemplo das rebeliões de presos ocorridas, por ocasião da primeira onda de violência, no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Outro terrível exemplo poderá ser o assassinato, ocorrido no dia 12, quarta-feira, do diretor do Presídio de Segurança Máxima de Mangabeira, na Paraíba, Adamar Lívio Rosas de Albuquerque, bárbaro evento cujas circunstâncias ainda estão sendo investigadas, e que – pelo evidente paralelo com os eventos de São Paulo, em termos de sincronia e de **modus operandi** – poderá vir a ser a eles associado.

Esse crime, que chocou a sociedade paraibana, necessita ser urgentemente investigado e resolvido, não só como uma forma possível de satisfação à família da vítima – com cuja dor neste instante me solidarizo e me associo –, mas também como uma maneira de levar tranquilidade à comunidade pessoense, profundamente abalada, indignada e amedrontada.

O assassinato do diretor do presídio de Mangabeira vem se somar ao do diretor-adjunto do presídio de Santa Rita, Márcio de Moraes Neves, e de quatro agentes penitenciários em menos de oito meses, enlutando a família paraibana e aterrorizando a sociedade.

Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Penitenciário da Paraíba, Manoel Leite, a onda de violência contra agentes paraibanos é proporcionalmente maior do que a de São Paulo: “Lá são 28 mil agentes, e tivemos 11 assassinatos. Aqui, somos menos de 700 e com 7 mortes (até o dia 12, dia da morte de Ademar). Tivemos assassinatos em Mangabeira, Valentina, em Sousa e Cuité, sempre praticados por presos ou ex-presos”.

O Sindicato aponta defasagem de efetivo como uma das causas da violência contra os agentes: “Num presídio como o Roger, que tem quase mil apenados, só ficam seis, sete agentes de plantão. Era para ser sessenta”, acrescenta Manoel Leite, com base em Resolução da Organização das Nações Unidas. A ONU recomenda um agente de plantão para cada grupo de dez presos.

O Sindicato propugna a realização de concurso para o preenchimento das vagas e também a construção de mais cadeias para desafogar o sistema.

Até lá, todos trabalham com medo.

A questão da segurança pública no Brasil, Sr. Presidente, chegou a um quadro-limite intolerável, acerca do qual a ação pública não poderá mais se fazer incompetente, omissa ou ineficaz.

A opinião pública – a despeito das eventuais dificuldades governamentais no campo orçamentário, administrativo ou de integração entre os Poderes – não mais irá tolerar a continuidade daquilo que estamos vendo acontecer, repetir-se e – segundo algumas notas de imprensa – anunciar-se de antemão, com a promessa de nova seqüência de ataques para meados do mês de agosto.

A presente crise, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode ser submetida às habituais escaramuças políticas que usualmente pautam o relacionamento entre o Governo Federal e as administrações estaduais.

Penso que a São Paulo cabe avaliar melhor o auxílio que vem sendo oferecido pela União – se não aceitando a oferta de envio da Força Nacional de Segurança, ao menos aprofundando o relacionamento entre as áreas de inteligência da Segurança Estadual e da Polícia Federal, esta última considerada a mais preparada e eficiente do País.

Ao Governo Federal, além de disponibilizar ao Governador Cláudio Lembo recursos táticos e operacionais, tal como anunciado pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos; além da liberação de recursos financeiros, a exemplo da remessa de R\$100 milhões para o Estado de São Paulo, determinada pelo Presidente Lula, na sexta-feira 14 de julho, cabe tornar mais eficientes as ações de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas e de armas, além de acelerar a instalação de novas penitenciárias federais.

Aos demais Poderes da República, Legislativo e Judiciário, também cabe uma valiosa cota-parte de colaboração nesta verdadeira emergência nacional, sendo positivo o exemplo dado pelo Senado Federal, que fez aprovar – por meio da pronta ação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa – um pacote contra o crime, que está sendo analisado na Câmara dos Deputados. Pena que está demorando muito lá!

Trata-se, Sr^{as} e Srs. Senadores, de uma situação-limite, cujo impacto na vida da Nação ainda poderá desdobrar-se mais e mais – de modo negativo, profundo e persistente.

Sabemos todos que este é um ano eleitoral e que o tema da segurança pública, estimulado pelos infelizes eventos que vêm abalando São Paulo e o restante do País, será, por inescapável, um importante tema de campanha. Os esforços para sua solução, entretanto, não podem se subordinar à lógica eleitoral, nem mesmo se pautar pelo calendário das eleições.

Conclamo, como é meu dever de Senador e de Líder do meu Partido, a que o nosso esforço em relação a esse assunto seja suprapartidário e extra-eleitoral. Penso que esse chamamento traduz, com precisão, o clamor do homem das ruas, assim como traduz o dever de todo homem público brasileiro neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, desculpe, mas, antes que V. Ex^a saia da tribuna, devo dizer que é importante V. Ex^a trazer novamente à discussão esse tema tão grave, que era minha grande preocupação, numa primeira

ocorrência em São Paulo, de que se espalhasse pelo País, porque o mau exemplo sempre acontece.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E V. Ex^a está vendo que está se espalhando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou preparando um ofício ao Ministro da Justiça, porque achei um pouco confusa uma entrevista do Secretário Saulo, com endosso do Governador Cláudio Lembo, dizendo que o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, a nada atendeu do que foi comprometido.

Não sei o fundamento, mas estou fazendo um ofício. Claro que assim que obtiver uma resposta do Ministro da Justiça comunicarei à Casa. Mas, ontem, saiu uma entrevista do Secretário Saulo, dizendo que foi tudo um blefe. Então, acautelome para que isso não se transforme em um tema político de uma gravidade tão grande que traria intranquilidade à sociedade brasileira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Ex^a abrir para que outros Senadores assinem, terei imensa honra em assinar com V. Ex^a e colocar outros Senadores também para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Procurarei V. Ex^a, porque acho que é importante que procuremos saber os fatos e qual é a verdade a respeito do assunto.

Senador Pedro Simon, para a nossa honra, V. Ex^a poderá fazer uso da tribuna o tempo que for necessário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje bati meu recorde nesta Casa, pois estou sentado no meu lugar desde às 14h20min; estava em oitavo lugar na minha inscrição, mas só falo agora: eu aqui na TV Senado, e o Brasil assistindo ao Jornal Nacional. Mas falo, Sr. Presidente, porque nestes três dias em que nos reuniremos agora no mês de agosto, estou em Brasília com uma preocupação muito grande.

Eu sinto no Rio Grande do Sul uma tendência muito grande do eleitorado em anular o seu voto – não é nem voto em branco, mas anular o voto. E isso é um movimento espontâneo; não há mobilização, não é um grupo “A”, não é um grupo “B”, mas um sentimento de frustração. O Presidente Lula disse que a pessoa com mais de 75 anos pode dizer o que quiser, mas eu, que tenho mais de 75 anos, sempre medi as palavras com relação ao Presidente. No entanto, ele me liberou. Assim, qualquer dia vou dizer o que penso do Governo dele, do que penso sobre o que ele está fazendo e sobre o que a gente esperava que ele fizesse.

O Fernando Henrique disse com todas as letras: “Esqueçam o que eu escrevi”. Na verdade, líamos os livros de Fernando Henrique, excepcionais, explicando o que era a socialdemocracia, que era um movimento esplêndido quando nasceu na Espanha, com Felipe González; na França, com François Mitterrand; na Inglaterra, com Tony Blair. Mas, depois, no Governo, uniu-se ao PFL e, realmente, o Fernando Henrique esqueceu tudo o que escreveu e pediu que todos esquecessem.

Do Lula, a gente tem de dizer: “Esqueçam o que eu falei!”. Quando é que eu ia imaginar que Lula iria dizer: “Eu nunca fui esquerdista”, como se fosse uma ofensa ser esquerdista. Quando é que eu ia imaginar que o Presidente do Banco Central do Governo Lula fosse esse que está aí, vindo do Banco Mundial, Presidente do Banco de Boston, único estrangeiro Presidente do Banco de Boston – aliás, Presidente de um Banco americano. É por essas coisas que há um sentimento...

Em conversa com colegas de outros Estados, eles dizem que não é muito diferente nos seus Estados: há uma tendência muito grande pelo voto nulo. E agora está começando a se formar grupos que vão trabalhar pelo voto nulo.

Se já há uma tendência, se ao natural as pessoas pensam assim, se já há um movimento trabalhando nesse sentido, é fácil imaginar que o campo é muito fértil.

Lembro-me de 1970. Em 1970, o AI-5, a nomeação de governadores e a não-escolha de Presidente levaram o Brasil a uma imensa campanha de adesão ao voto em branco. Essa campanha foi tão intensa que a Arena chegou em primeiro lugar, o voto em branco em segundo e o MDB em terceiro. A nossa representação nesta Casa ficou reduzida a sete Senadores, não mais do que sete Senadores. O voto em branco, é claro, foi dado principalmente pelos que eram da Oposição.

Não vejo isso agora. Vejo que, hoje, o voto nulo é mais pregado pelo PT. É impressionante! Sou uma pessoa que, pelo meu estilo – sou professor universitário – não consigo atender ao grande número de palestras, conferências e seminários que sou convidado a fazer nas universidades. Até um ano depois da eleição do Lula, entrávamos na universidade e víamos que era impressionante o mar de bandeiras vermelhas, o mar de distintivos do PT, de bandeirinhas. Praticamente todos os alunos universitários faziam questão de manifestar preferência pelo PT. Hoje, a coisa mais difícil que existe é encontrar um petista na universidade, um que se manifeste, que porte uma bandeira.

Tínhamos em Porto Alegre, ali na esquina do gasômetro, um espaço belíssimo, à beira do Guaíba,

belíssimo. Ali, aos sábados e domingos, vê-se a alegria do porto-alegrense que não tem mar, que não tem praia. É um mar de gente, e o PT tomou conta daquele lugar. Então ali, em outros anos, era até difícil alguém entrar porque era bandeira vermelha, era PT, era tudo.

No sábado passado, fui lá fazer uma gravação para um programa de televisão e fiquei impressionado: não tinha uma bandeira do PT, não tinha um distintivo do PT e, o que é mais interessante: não tinha do PT e não tinha de partido nenhum, de nenhum partido. E o que é mais interessante é que, em Porto Alegre, no último fim de semana de julho, depois de um período de frio tremendo, não mais que de repente, faz um calor de 30 graus. Então, à beira do Guaíba, estava uma enchente de gente, de crianças, enfim, uma multidão de gente, mas ninguém – e isso me chamou a atenção – mostrava os dentes, ninguém ria, inclusive comigo ninguém teve um gesto de carinho, muito menos de agressão. Era um olhar nostálgico. Havia um sol imenso, crianças brincando, mas parecia que os pais estavam caminhando com um defunto à frente, tal era o grau de prostração.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a está alertando para um fenômeno que realmente já tenho constatado em vários lugares. Na semana retrasada, fui a uma agência do Banco do Brasil abrir a conta de campanha, e a funcionária do Banco me dizia...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a usa banco?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Temos de usar banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. Temos um colega do Senado que diz que detesta banco. Prefere guardar o dinheiro em casa.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, mas é obrigado para conta de campanha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, sim. Mas V. Ex^a guarda o dinheiro pessoal em casa?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Tem de ser, inclusive, uma pessoa jurídica, embora eu seja pessoa física.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tenho um colega que guarda dinheiro em casa e diz que detesta banco.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Mas V. Ex^a não tem idéia. A funcionária me disse: “Vou votar em branco e, como eu, muitas pessoas aqui e amigos meus também”. Eu respondi: “Mas isso é um erro da parte da senhora”. Ela disse: “Não, estou muito desilu-

dida com tudo”. Não é uma coisa isolada o que V. Ex^a está vendo no Rio Grande do Sul. Essa situação está se espalhando em muitos lugares. É preciso que haja um convencimento de participação, porque há muita desilusão realmente. E não é só por parte dos eleitores; há muitos agentes políticos desiludidos. V. Ex^a está alertando para uma vertente sociológica nova para a qual devemos estar atentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, fui hoje ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tive a honra de ser recebido por S. Ex^a. Aliás, como era véspera do início da sessão, terminei, para emoção minha, confraternizando com todos os Ministros, tendo à frente a querida Presidente Ellen Gracie.

Fui levar a ele isto. Em primeiro lugar, felicitei-o porque o Tribunal já está colocando na televisão um programa de chamamento sobre a importância do voto. Mas fui levar ao Presidente, foi minha obrigação. Disse: “Olha, Presidente, vejo sinais graves. Graves e de conseqüências muito funestas”. Normalmente, essas pessoas que não vão votar têm a melhor das intenções. Elas não vão votar devido a um sentimento de mágoa, de revolta, e não estão entendendo que farão um mau serviço a elas e ao País com essa decisão. Está certo, não vote no Senador Pedro Simon, que está aí uma vida inteira, e o Brasil não melhorou. Mas há mais nove candidatos ao Senado Federal. O Pedro Simon, que é Senador, deixe de lado, mas vote no outro. E isso vale para todos os cargos.

Acho que, nesta eleição, haverá muitas novidades: muita gente não voltará e muita gente nova virá para esta Casa. Mas é importante que o eleitor entenda que deve fazer uma seleção.

O sistema eleitoral brasileiro está profundamente errado. Neste País, volto a repetir, onde só ladrão de galinha vai para a cadeia, o Tribunal de Contas deu o nome de uma série imensa de políticos (Deputados, Prefeitos) condenados por aquele Tribunal e que, portanto, não podem ser candidatos. O Presidente do Tribunal, um ilustre gaúcho, entregou a relação ao Tribunal Eleitoral, e a imprensa publicou em manchete. Era um número imenso – mais de 300, não sei quantos – de políticos que não podem ser candidatos porque estão condenados pelo Tribunal, que suspendeu o direito deles serem candidatos.

O que acontece? Não acontece nada, porque, se algum desses candidatos forem impugnados, responderão que não transitou em julgado. E esse “não transitou em julgado” significa que qualquer um político que tenha certo prestígio e um bom advogado recorre, recorre, recorre, morre e não há decisão nem de absolvição, nem de condenação. Então, nessas condições,

é difícil selecionarmos a carreira política, os nomes que poderiam participar de um debate.

Esteve aqui, hoje, um Senador do PMDB de Sergipe, que teve uma atitude, na minha opinião, corajosa. Ele falou que há cinco Senadores – falou de V. Ex^a, Senador Tuma –, cujos nomes estão na imprensa com afirmativas, mais afirmativas e mais afirmativas, e não acontece nada. Argumenta ele que V. Ex^a, a Casa deveriam tomar alguma providência em favor deles. O que acontece hoje? A imprensa publica a matéria, com o nome em uma manchete. E pára por aí, não se fala mais nada, não há julgamento. Ele não é condenado, não é absolvido. Mas, para a opinião pública, ele está condenado. Para a opinião pública, a Justiça não tem peso de decisão. E não tendo peso de decisão, ela não decide nada.

A condenação, portanto, já foi feita. E o nobre Senador tinha razão quando dizia que o nosso bravo companheiro Tuma, pela sua posição de Corregedor – sei que não é fácil, pelo amor de Deus! –, alguma coisa deveria pensar em fazer, pelo menos liberar os que não têm culpa. Se não pudéssemos chegar ao final e condenar alguém, pelo menos que pudéssemos ter condições de dizer “o Fulano não tem nada”.

Como está, o pensamento é altamente negativo contra o cidadão, contra o político, contra aquele esteve em matéria publicada na **Veja**, na **IstoÉ** ou veiculada no Jornal Nacional.

Vejam como estamos expostos! Um cidadão que é um vigarista, que é o autor, o chefe da quadrilha, com a delação premiada, dará o nome de todo mundo. Daqui a pouco estarão lá os nomes de nós três, do Senador Eduardo Suplicy, o de V. Ex^a, o meu, a da nobre Presidente. Daqui a pouco, estaremos lá. Ele, um vigarista, dá o nome, e está dado o nome. E fica por isso mesmo. Vou apenas citar um. Nós temos um Deputado do Rio Grande do Sul, do PP, que não é do meu Partido, o Érico Ribeiro. É o maior plantador de arroz do Brasil, durante muito tempo. É um grande empresário.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não acredito que ele esteja envolvido nesse negócio por R\$10 mil, até porque não tem lógica.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É importante que V. Ex^a repita essa parte, agora que o som está funcionando, pois é esclarecedora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por exemplo, o Deputado Érico Ribeiro é do PP; não é do meu Partido. Mas é um grande empresário, embora os produtores de arroz no Rio Grande estejam vivendo uma hora muito difícil. Mas é um grande empresário. De

repente, imaginar que esse cidadão, um empresário que teve a coragem de entrar na política, que trabalha noite e dia na política, entrou no negócio das ambulâncias por R\$10 mil? Não tem lógica! Agora, o cara citou o nome dele, que foi publicado no jornal. E lá no Rio Grande do Sul dizem: “Mas o Érico Ribeiro? Mas meu Deus do céu!” E quando a imprensa vem falar comigo, digo: “Eu não acredito”. Não acredito porque não tem lógica, foge da racionalidade das coisas uma questão que nem essa.

Os fatos me levam à Senadora Heloísa Helena, que agora está presidindo a sessão.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É importante que, sendo ela candidata à Presidência da República, nós a prestigiemos cada vez mais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Parece um gesto bonito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um aparte quando V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Considero um gesto muito bonito desta Casa. A Senadora Heloísa Helena, nos jornais de hoje, deixou-me muito angustiado. É muito pesada aquela manchete: “Não me mate, pelo amor de Deus”.

Diz a Senadora Heloísa Helena que há, agora, um movimento no sentido de querer esvaziar a candidatura dela. Quero dizer a V. Ex^a que eu não acredito.

Houve uma decisão muito importante do Tribunal Superior Eleitoral. Eu até não tinha entendido quando vi a propaganda igual de todos os candidatos à Presidência, no Jornal Nacional: Lula, o PSDB e V. Ex^a do mesmo tamanho. E eu pensei: “Mas o que deu na Globo?” Foi uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, uma decisão que considero justíssima. Quando rádio, jornal e televisão vão divulgar o dia dos candidatos, têm de ser do mesmo tamanho. E não calcula V. Ex^a como isso tem feito bem para V. Ex^a, porque aparece todo mundo, mas aparece V. Ex^a, com seu estilo, recebendo o carinho popular e sempre dando um recado. E o seu recado é positivo. Dê alguns recados com carinho, não precisa ser sempre com raiva. Diga alguma coisa boa para o povo, que o povo espera.

Eu tive uma discussão, outro dia, em Porto Alegre, que até saiu no jornal, com a nossa querida amiga e Deputada. Eu estava em um grupo de pessoas, e me perguntaram: “O que o senhor acha da Senadora Heloísa Helena?” E eu disse: “Olha, acho uma baita mulher, ela é o Teotônio Vilela de saias. Tem o mesmo estilo, a mesma garra, a mesma capacidade”. Aí os caras me olharam assim: “Mas o senhor enlouqueceu!. Então ela vai ser eleita Presidente da República?!” Aí deram os nomes dos Ministros. O primeiro que eles citaram foi o do Deputado barbudo de vocês. “O Babá

vai ser o Ministro da Fazenda.” Eu disse: “Olha, eu não acredito nisso. Eu converso com a Heloísa, acho que, se ela chegasse à Presidência da República, ela faria um governo de entendimento nacional. Faria um governo de entendimento nacional. É claro que ela escolheria os seus Ministros numa área, que não é área de banqueiro, que não é área do BankBoston. Mas ela escolheria no sentimento da unidade nacional, buscaria um empresário de gabarito, buscaria um homem da Igreja de gabarito, buscaria um intelectual.” E aí tive que discutir e dizer que era isso que eu achava, isso que eu garantia. E era isso que eu pensava que o PT faria. Eu nunca pensei que o PT faria o que ele fez. Nunca pensei. No início, eu achava o Ministro da Fazenda um belo cara, até que a biografia dele veio à tona. Ninguém sabia. Duvido que o Lula não soubesse. Mas ninguém sabia.

Então, eu acho que ninguém vai mexer na candidatura de V. Ex^a. Acho que há uma situação hoje muito séria. O sentimento é o de que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa. É o que todo mundo pergunta: “É verdade que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa? Por quê? Ah, porque ela vai com aquele jeito dela, esticar o dedo e cobrar as promessas.”

Mas é verdade uma coisa que o candidato do PSDB disse, no debate de domingo, na Rede Bandeirantes, e que achei muito certo, ao ser perguntado se confirmava a presença: “O senhor confirma a sua presença?”. Então confirmaram a presença do Geraldo, de V. Ex^a, do PDT. E o Geraldo disse: “A minha presença está confirmada, desde que, se o Lula não vier, fique uma cadeira vazia.. Se o Lula vier, tudo bem; se não vier, não veio e a cadeira dele deve ficar vazia.” E aí, disseram: “Se a Senadora Heloísa vier, ele não vem.”

Aliás, temos uma política impressionante. A Senadora Heloísa é candidata à Presidência da República, pode ser candidata, registra sua candidatura, pode ser votada, tem programas de rádio e de televisão garantidos; mas as rádios e as televisões não precisam convidá-la para o debate. Estão convidando pelo prestígio, pela competência e pelo avanço que V. Ex^a está fazendo, pois seria ridículo fazer um debate sem V. Ex^a. Mas a decisão do Tribunal foi a coisa mais fantástica: pode ser candidata à Presidência, tem o espaço de rádio e de televisão gratuito, mas as rádios e televisões não precisam convidá-la.

Felizmente, as rádios tiveram mais visão do que a Justiça. As rádios, que foram liberadas pela Justiça para convidar, tiveram visão, embora alguns tenham dito que iriam ver a Senadora Heloísa, mas não veriam o Presidente da República. V. Ex^a poderia fazer um acordo, um entendimento, prometer que não sairia do

lugar, que não levantaria o dedo ao Presidente e não o assustaria tanto como está assustado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

Senador Pedro Simon, eu estava saindo para um compromisso, mas, ao ouvir as ponderações de V. Ex^a no caminho, guiando meu carro, decidi voltar e participar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, é impressionante V. Ex^a, é impressionante o que está acontecendo em São Paulo. É impressionante mesmo. O Serra ganha no primeiro turno, porque, conforme a pesquisa, tem três vezes o número do Mercadante; e V. Ex^a ganha no primeiro turno, porque tem mais do que três vezes a votação do que está em segundo lugar. Isso demonstra que, em São Paulo, o voto é absolutamente pessoal.

O PT tem um candidato a Governador, que é o seu Líder, brilhante, embora haja aquela piada que o nosso Senador do PFL do Piauí, o Heráclito Fortes, fez aqui em um debate com o Senador Mercadante. ...Aliás, feliz aniversário ao Heráclito Fortes! Queríamos parabenizá-lo pessoalmente, mas ele não apareceu; deve estar não sei onde, ou no Rio, ou no Piauí. Aí o Heráclito, respondendo ao Mercadante, disse: “Ó Mercadante, enquanto você continuar economizando bom-dia e boa-tarde para colocar na poupança, você não vai ganhar o Governo de São Paulo!”. E, pelo jeito, o Mercadante continua economizando bom-dia e boa-tarde.

O Serra está em primeiro lugar, ganhando tranquilamente no primeiro turno.

A informação que recebi do Quércia é que o PT ofereceu a vaga do Senado para ele. E que ele não aceitou, porque ele pensou: “Se eu for candidato no lugar do Suplicy, o povo vai votar em qualquer um contra mim e vão dizer que fui o algoz do Suplicy, que o Quércia tirou o Suplicy.” E a prova de que ele está certo é V. Ex^a. Numa hora como esta, por que V. Ex^a tem esse prestígio? Pela fidelidade de V. Ex^a. Acho V. Ex^a uma pessoa fantástica, porque V. Ex^a caminha num fio de navalha, num fio de navalha e sem rede a não sei quantos metros de altura.

V. Ex^a é mais competente que a Senadora Heloísa Helena. Heloísa, que botou o peito na navalha, e eles enfiaram. V. Ex^a nunca botou o peito na navalha, caminha em cima do fio da navalha. V. Ex^a não se dobrou. Não existe nada que atinja a sua dignidade. Pelo contrário, V. Ex^a faz as provocações. Foi candidato contra o Lula, que não queria, foi para as prévias, que teve de sair. E V. Ex^a convida insistentemente o Presidente Lula para vir aqui depor, coisa que ele mais detesta, e é fruto do pronunciamento de V. Ex^a. E as pesquisas

demonstrando isso. E é fruto da Senadora Heloísa Helena, da presença nesta tribuna, o percentual que vem alcançando. E com esse meio minuto por dia em todos os jornais e em todas as televisões, é impressionante como a Senadora está sendo conhecida.

O nosso querido Geraldo Alckmin faz do jeito dele. Tinha de haver um pouquinho mais de pimenta. V. Ex^a, não. Garanto que, antes de começar o espaço de televisão, antes do dia 15, V. Ex^a estará com 15%. E aí não acredito, pelo amor de Deus. V. Ex^a exagerou nesse negócio de “não me mate”, não acredito, não vai acontecer. Se baterem em V. Ex^a, quanto mais baterem, mais V. Ex^a crescerá.

Volto a dizer: é inimigo de V. Ex^a? Aliás, V. Ex^a deveria fazer uma campanha no sentido do voto nulo.

Fui hoje falar com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Levei a S. Ex^a a minha angústia no Rio Grande do Sul. É impressionante o número de pessoas que pretendem votar “nulo”, desiludidas, completamente desiludidas, basicamente com o PT.

Eu estava contando, Senadora, que, sábado, fui ao foco do PT, que é a Usina do Gasômetro, na frente do Guaíba. Um mar de gente, num sábado de julho, 30 graus centígrados. Eles caminhavam, e a cena parecia um velório: não riam, não protestaam e não falavam.

Temos de dizer para essa gente que a pior coisa que podem fazer – e V. Ex^a poderia fazê-lo, uma ou duas vezes, no seu meio minuto de tempo na televisão – é votar em branco ou anular o voto.

A pessoa que anula o voto não se vende, não compra; é pessoa honesta, não é corrupta, não tem interesse, não tira vantagem. É uma pessoa que tem grandeza, mas que está revoltada e pensa que a maneira de manifestar seu protesto é votar em branco ou anular o voto. Ela não imagina que, fazendo isso, está ajudando os que têm pior caráter, os que compram o voto, os que estão em busca de voto.

Acredito até que o Senador Tasso Jereissati exagerou. Ele me disse que está assustado porque, na região dele, os Parlamentares que entraram no mensalão ou que estão envolvidos no esquema das sanguessugas hoje estão cheios de dinheiro e estão fazendo campanhas ricas, porque têm dinheiro, ao contrário dos outros, que não têm. Ele disse que há dois tipos de parlamentares: os que estão com dinheiro e os que não estão; os que estão gastando na campanha e os que não estão gastando. E os que estão gastando na campanha, casualmente, ou são mensalistas, ou são sanguessugas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de assinalar que, muitas vezes, sinto que tenho extraordinária afinidade com V. Ex^a. Hoje, inclusive, as pesquisas do Ibope deram bons resultados. De alguma maneira, tivemos o mesmo resultado: o resultado de V. Ex^a, no Rio Grande do Sul, é igual ao meu. Então, o que V. Ex^a falou de positivo a meu respeito é também o que o povo do Rio Grande do Sul está reconhecendo em V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não, é bem diferente. Eu não tenho a grandiosidade de V. Ex^a. Sou uma pessoa que lutou muito: fui contra a ditadura, contra o regime, contra o Dr. Brizola. Então, há um sentimento do “não” em relação a mim grande. Com V. Ex^a, não. V. Ex^a tem um movimento de simpatia em torno de si. Posso ser sincero com V. Ex^a?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero lhe dizer algumas coisas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu, às vezes, sou sincero e digo o que não devo dizer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode ser. Nada como a sinceridade!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma vez, falei com a Senadora Heloísa, e ela ficou magoada comigo. Ela estava usando uma blusa em que se lia: “Fora, Bush”. E eu lhe disse: “Tire essa blusa!” V. Ex^a é candidata a Presidente da República. V. Ex^a tem de se convencer de que tem condições de ser Presidente da República; e, sendo Presidente da República, vai ter de governar, com o Bush lá.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Eu nunca ficarei incomodada com V. Ex^a, Senador Pedro Simon, tenha certeza disso. Eu gosto de V. Ex^a. Aliás, dos quatro que estão aqui no plenário. Prefiro as críticas fraternas, honestas, mesmo que possam ser duras para a minha alma e o meu coração, do que a traição dos que abraçam pela frente e esfaqueiam pelas costas. Então, toda crítica franca e fraterna, acolho com delicadeza, porque sei que ela expressa a generosidade de quem gosta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, muito obrigado!

Vou dizer o seguinte: a separação de V. Ex^a com a Marta, o povo de São Paulo nunca aceitou. Mas foi possível observar a grandeza de V. Ex^a durante todo o episódio, o seu estado de espírito, o sofrimento que V. Ex^a mostrou. E a continuidade da sua luta e o apoio que V. Ex^a deu à candidatura dela! Agora, São Paulo está retribuindo. O PT está em baixa e, em São Paulo, observa-se mágoa. E V. Ex^a, nesse tempo todo, orientou o PT, dizendo-lhe para mudar, para alterar, para modificar. O povo está do seu lado. Esse é o aspecto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sempre fez ponderações a mim muito importantes ao longo da nossa convivência nesta Casa. Desde o primeiro dia em que cheguei, em 1991, foram muitos os momentos em que trabalhamos juntos. Quero até aproveitar, porque, amanhã, por iniciativa de V. Ex^a, do Senador Roberto Saturnino e por minha própria, teremos, às 10h, a presença do Ministro Celso Amorim para tratar tanto das questões relativas às dificuldades para a Rodada de Doha, dos acordos multilaterais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto do papel do Brasil – empenhados que todos somos – em relação à contribuição para a paz no Oriente Médio. Inclusive há a preocupação de V. Ex^a em relação aos seus próprios parentes, que, no Líbano, se vêem ameaçados. O Ministro Celso Amorim esteve na Turquia para acompanhar de perto o traslado dos brasileiros para o Brasil, mas há tantos ainda que, inclusive, optam por permanecer ali, em meio às bombas, que, infelizmente, continuam a ser lançadas. Mas, enfim, às 10 horas, a Comissão de Relações Exteriores, em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, ouvirá o Ministro, também por iniciativa de ambos os Senadores que aqui travam este diálogo. Senador Pedro Simon, ouvi pelo rádio o seu pronunciamento e avaliei que seria importante dele participar. V. Ex^a falava da sua experiência pelas ruas de Porto Alegre, caminhando entre os jovens universitários, quando observou, quando sentiu como que um estado de espírito diferente daquele que V. Ex^a observara há alguns anos, com o PT tão entusiasmado. V. Ex^a bem o sabe, porque foi uma das pessoas que me influenciaram quando tomei determinadas decisões nesta Casa. Quero dizer-lhe que, em algumas ocasiões, como na sabatina da **Folha**, perguntaram-me: “Mas você considerou sair do Partido?” Respondi a eles: “Eu me sinto como se, de repente, alguém da minha família tivesse cometido um erro. Não vou querer sair da minha família”. Como o Partido dos Trabalhadores é uma instituição constituída de 850 mil ou mais filiados, se alguns cometerem erros, sinto-me na responsabilidade de contribuir para prevenir, para corrigir e caminhar numa direção mais correta. Obviamente, esse não foi o caso da Deputada Luciana Genro e da Senadora Heloísa Helena, que, juntamente com João Fontes e o Babá, foram expulsos, contrariamente à minha opinião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foram expulsos por cumprirem o programa do Partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu teria preferido que permanecessem no Partido, fazendo críticas, ainda que duras. Assim eu teria preferido. Tenho percebido nas caminhadas, junto com o Senador Aloizio Mercadante, que ele está, nas pesquisas, com

15%, mas tem toda a possibilidade de crescer, até por causa de seu procedimento nas ruas, de que sou testemunha, cumprimentando as pessoas...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É uma coisa muito simpática, até manequim ele cumprimenta agora. Ele levou ao máximo. O que uma campanha não faz!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Esse foi um gesto de bom humor que ele fez, como graça, e que acabou sendo objeto da reflexão do Senador Heráclito Fortes na semana passada. Talvez seja até um sinal de como ele está querendo chegar junto ao povo. Disso sou testemunha. E quero ajudá-lo. Acredito que, inclusive, ele vai crescer. Até quero referir-me a um dos temas que V. Ex^a mencionou também. Tenho recomendado ao nosso ex-colega no Senado, ex-Ministro José Serra, que aceite participar de debates com Aloizio Mercadante. São duas pessoas de extraordinário nível, assim como Plínio de Arruda Sampaio e os demais candidatos a Governador. Quem ganharia com isso? O povo de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Plínio é candidato de que Partido?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Do P-SOL.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não sabia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É. Então...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como ele está na pesquisa?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com 1%, por enquanto, mas está na batalha, e quando a Senadora Heloísa Helena vai a São Paulo tem estado junto a ele. Tenho dito, e quero reiterar, que será positivo para o Presidente Lula dar o exemplo, porque isso colocará o candidato José Serra em uma situação de precisar debater com Aloizio Mercadante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, se o Lula for para o debate, tenho convicção absoluta de que o Serra também irá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bom, aí é que está.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Hoje, estou persuadido de que essa é a melhor maneira de o Presidente Lula ajudar o candidato que é Líder do Governo. Pelo que tenho testemunhado, de todos os candidatos a Governador, o Presidente Lula tem enorme vontade de ajudar, de impulsionar a candidatura do Senador Aloizio Mercadante. Vou estar com Lula na campanha, na sexta-feira e no sábado, e vou

transmitir-lhe que a melhor maneira, hoje, de ajudar o nosso companheiro Aloizio Mercadante é o Presidente Lula aceitar o debate com os seus adversários, porque isso tornará inevitável que José Serra também aceite o debate, pelos meios de comunicação, com o Senador Aloizio Mercadante. Tenho a convicção de que, aí, as coisas vão-se equilibrar entre José Serra e Aloizio Mercadante, porque este tem também qualidades excepcionais, ainda não todas conhecidas pela população de São Paulo. Quem vai sair ganhando com isso são os eleitores e a democracia, que se vai fortalecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Se o Lula vier ao debate, o Serra não terá como não vir. Não terá como não vir. O Serra cairá no ridículo se não comparecer. Agora, se o Lula não vier, até o Rigotto pensará em não comparecer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E, quanto à recomendação de V. Ex^a à Senadora Presidente, Heloísa Helena, de que tenha um procedimento com o Presidente Lula, no debate, o mais alto possível, acredito que ela vai ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela vai ter. Ela vai ter. Quando chegarem e ficarem na entrada, ela vai ficar toda emburrada do lado e Lula vai querer se chegar: “Oi, tudo bem?” “Tudo bem?” Nem sei o que ela vai fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sabe. Não gosto de ficar interrompendo, porque acho insuportável quando quem está na Presidência fica interrompendo os oradores inscritos, mas sabem os Senadores Pedro Simon, Suplicy, Wellington e Tuma que eu jamais seria capaz de um gesto pouco civilizado ou menos educado com quem quer que seja.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pronto, está aí. Então, pronto. Leve isso ao Lula.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não farei isso.

Só espero que o Presidente Lula não tenha medo do que fez, porque de mim ele não deve ter medo algum. Fui muito bem educada, numa família pobre, mas muito, muito bem educada para tratar as pessoas de forma civilizada, delicada, com ternura até. Só não sou domesticada, mas muito bem-educada eu sou. Então, ele não precisa ter nenhum medo de mim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está feito. Está vendo? Resolveu-se um problema hoje, nesta noite.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Só espero que ele não tenha medo do que fez, somente isso. Agora, de mim, não. Sou muito bem-educadinha, um poço de ternura.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com toda a sinceridade e todo o respeito, tenho muito carinho pelo nosso querido candidato do PDT, professor Cristovam, mas a Senadora Heloísa empolga mais. Ela tem um estilo, uma forma e um conteúdo que são importantes para evitar o voto nulo. Tenho dito isso. No meu caso, no Rio Grande do Sul, digo que não precisam votar no Pedro Simon. Lá, há nove outros candidatos ao Senado. Nove bons candidatos. Então, se o Pedro Simon não é bom, se há restrições, não precisam votar nulo. Não precisam votar nulo. Votem num dos outros nove. Isso vale para a Presidência. Há muitos candidatos. No primeiro turno, é melhor votar em alguém do que votar nulo.

Depois, vamos decidir o voto final no segundo turno. O cara pode até pensar em votar nulo no segundo turno: “Ah, ficaram só esses dois, eu não quero nenhum dos dois e votarei nulo”. Pode ser, mas não acredito que entre 13 não haja uma opção em que se possa votar. Isso não é uma realidade e é o que devemos esclarecer para a opinião pública. Devemos esclarecer isso para a opinião pública.

Para Deputado, eu imagino – e isso me machuca –, que no Rio Grande do Sul, em tese, os nossos candidatos, de todos os Partidos, são gente séria, responsável e competente, mas esse ambiente de votar contra o atual Congresso é uma imensidão. É uma imensidão!

Eu digo: se não quer votar num congressista, se não quer votar num Deputado do PMDB, há uma série de pessoas que são candidatas pela primeira vez e que têm todas as condições. Inclusive, há candidaturas como as de Ibsen Pinheiro, que pretende voltar para a política; de Zanetti, que foi um espetacular Deputado e Presidente do Cpers do Rio Grande do Sul, autor do projeto de voto aos 16 anos; e de Odacir Klein, que foi nosso Líder e um dos mais brilhantes Parlamentares que tivemos. Votem nesses ou em outros tantos jovens que são candidatos pela primeira vez.

Isso vale para os outros Partidos também. Estou falando do PMDB, mas o PT, o PSDB e os outros Partidos também os têm. Anular o voto é o pior serviço que pode acontecer. O pior que pode acontecer. O cara que anula o voto, vamos ser claros, é uma pessoa responsável, séria, que vota com emoção, mas com responsabilidade, é uma pessoa que quer o bem do seu País; está magoada, está revoltada, então, acha que está fazendo o bem. Só que, aí, ela está errada! Vote na Heloísa, por exemplo, para Presidente. Não vote nem no Lula nem no Alckmin. Vote nos outros nove candidatos a Senador; não vote no Pedro Simon, vote nos outros nove candidatos a Senador. Há 32 Deputados Federais no Rio Grande do Sul. Não

quer votar nos Deputados? Não vota. Mas tem mais 150 candidatos a Deputado Federal, de todos os partidos, que podem ser escolhidos. É dessa campanha que vim falar. Falei. E tive uma longa conversa com o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, de quem, aliás, sou fã. Acho que o discurso de posse de S. Ex^a, cada vez fico mais emocionado, quando S. Ex^a disse que “O Brasil é o País do faz-de-conta”. É verdade. O Brasil é o País do faz-de-conta. Nós, aqui, fazemos-de-conta que legislamos; o Presidente da República faz-de-conta que cumpre a lei; o Judiciário faz-de-conta que bota na cadeia os corruptos. O Brasil é o País do faz-de-conta! Mas S. Ex^a recebeu com muita seriedade. Já está fazendo programas de televisão, orientando. Mas orientando, classicamente: “Olha, você tem de votar. É importante o seu voto”. Mas, pelo menos, eu falei para ele que acho que ele tinha de amansar um pouco, afinal, e mostrar: “Olha, você acha que a situação é assim, que a situação não é tão boa, você tem mágoas, mas escolha um candidato. Escolher é bem difícil, mas vote em um candidato”. Acho que a campanha do Superior Tribunal Eleitoral deve fazer isso. Nos meus programas de televisão, vou usar dois deles só para dizer para votarem. E vou dizer isto que estou dizendo aqui: “Não precisam votar no Pedro Simon; mas tem mais nove candidatos ao Senado”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Não é preciso votar nos Deputados que estão aí, que são 32, mas há mais 160 candidatos!” Agora, anular o voto é um crime! E o que estou sentindo é uma intenção imensa de votar nulo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com respeito, Senador Pedro Simon, ao alerta hoje feito pelo Senador Tasso Jereissati, é preciso considerar que esses que estão com o pé atrás em relação aos candidatos que aparecem com muito dinheiro em suas campanhas, eles têm a oportunidade, sobretudo os jovens, mas toda a população, de observar quanto cada candidato e cada Partido estão gastando. Se se verificar que alguém está realizando um dispêndio extraordinário para ser eleito, que se averigüe por que razão, como. Nesse sentido, a nova legislação, que está a nos exigir transparência nas contribuições e nos gastos, é muito positiva. Tenho recomendado que tornemos transparentes, desde já, as fontes e os nossos gastos. No dia 6 próximo, V. Ex^a, eu, todos nós, teremos de mostrar ao Tribunal Regional Eleitoral quais as fontes e os gastos de nossas despesas, que serão encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Podermos, voluntariamente, até divulgar isso. Eu vou fazê-lo. Até agora, quase não movimenter recurso algum.

Já abri, porque a lei exige, a minha conta, pela qual sou responsável. Portanto, no dia 6, tenho de fazer a minha primeira demonstração – repito –, que quase não terá movimentação, mas considero importante a demonstração aberta não apenas para o Tribunal Regional Eleitoral, mas para quem quiser saber. Penso que será bom que os eleitores perguntem, observem quanto cada candidato está gastando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu acho triste é irmos para uma campanha não fazendo nenhum tipo de peneira. É claro que eu citei aqui o caso do Deputado gaúcho, R\$10 mil, um homem milionário, não tem nada que ver com isso. Mas tem casos que sabemos que são verdadeiros. No entanto, não acontece nada. Não acontece nada.

Eu estava para perguntar: “Não era o caso de os partidos se reunirem nas suas convenções e verem os casos?” É claro que um partido não pode, na dúvida... Não! Mas são casos que não dá para discutir. Por exemplo, o Líder do MDB, que renunciou para não ser cassado. A Convenção do MDB, lá no Paraná, muito esplendidamente, o retirou, não o botou na nominata. Está entrando na Justiça. Eu falei com o juiz: “Só falta a Justiça concordar!” Até porque, independente da parte jurídica, da parte da corrupção, a convenção tem o direito de não botar. Houve uma época em que o Deputado era candidato nato, tinha de estar na nominata. Hoje, não tem. Então, eu acho que o PMDB do Paraná teve um gesto – na minha opinião – espetacular. O cidadão, aquele que era o Líder da Bancada do PMDB, que pegou dinheiro e que, na hora, renunciou ao mandato para não ser cassado – e foi bobo, porque não cassaram ninguém depois; esse deve estar arrependido, porque não cassaram coisa nenhuma –, mas ele renunciou para não ser cassado, a Convenção do PMDB do Paraná retirou o nome dele. Ele está brigando na Justiça. Acho que os partidos poderiam pensar nisso. Deviam pensar nisso. Deviam pensar nisso! Volto a repetir: não é uma catarse geral, pegar todo mundo, não! Mas há casos que sabemos; há casos que já serviriam para dar um exemplo no sentido de se fazer alguma coisa.

O Miro Teixeira – e, aliás, junto ao Tribunal, tem gente que acha que esse problema de que, para ser impedido de concorrer, só com condenação transitada em julgado, o que nunca vai acontecer, porque quem tem dinheiro recorre, recorre e recorre –, ele pensa que não precisa, pois pensa que há casos em que você pode fazer a impugnação do registro por causa determinada, o que pode ser feito. Pode ser feito! Então, eu não sei, tchê! A Comissão de Ética agiu, na minha opinião, com muita seriedade. No plenário da Câmara, vamos falar com toda a seriedade, foi um troca-troca. Ou seja,

o PMDB, o PSDB, o PT, o PFL: “tu tiras os meus, que eu tiro os teus; tu tiras os meus que eu tiro os teus”, e tiraram todo mundo. Só foi cassado, cá entre nós, o Deputado Roberto Jefferson, que pode ter cometido mil coisas erradas, mas teve a coragem de fazer o que fez: contou tudo! Se não fosse ele, não havia acontecido nada. Tenho de dizer, com toda a sinceridade: se não fosse o Deputado Jefferson, estava tudo igual! Estava tudo igual, a mesma coisa! Este País é algo fantástico! Se não fosse o Jefferson, não havia acontecido nada! Se não fossem o Senador Jefferson e o Pedro Simon entrarem no Supremo pedindo para anularem a decisão do Sarney e do Renan, que não deixaram criar a CPI, que foi uma atitude, um escândalo, foi a coisa mais escandalosa que aconteceu... Nem na ditadura houve isso. Na ditadura, nós criamos quantas CPIs! Inclusive, aqui no Senado, criamos a CPI da Energia Nuclear, cujo responsável pela energia nuclear era o Presidente Geisel, o ditador da época, mesmo assim, criamos a CPI. Mas, agora, o Renan, que era Líder da Bancada, mais o Mercadante, que também era Líder da Bancada, mais não sei quem e não sei quem, se reuniram e decidiram o seguinte: “CPI, só com a nossa aprovação. Quando nós quisermos, votamos!”. Aí, fomos ao Sarney, fomos cobrar do Sarney, que era o Presidente do Senado. Está lá escrito, se os Líderes não indicam, o Presidente do Senado indica. “Eu não indico.” Então, entramos no Supremo, e, por 9 a 1, mandaram indicar. Mas o que aconteceu? Se o Presidente Lula – quando fui falar com ele, naquele caso do Waldomiro, que apareceu na televisão, naquele gesto dantesco de o cara pegar o dinheirinho, R\$5 mil e colocar no bolso – tivesse deixado criar aquela CPI, mudava tudo! Porque, no momento em que ele demitisse aquele cara, no momento em que a coisa começasse a aparecer na primeira, não precisariam vir mais três. Não deixou? Não puniu? Abriu a portinhola!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe muito bem que, nesta Casa, tenho V. Ex^a e também a Senadora Heloísa Helena como pontos de referência, diferentes, porém pontos a serem observados para se adquirirem conhecimentos. Sou membro titular da CPI dos Sanguessugas, assinei o requerimento, a Senadora Heloísa Helena sabe disso, no entanto, o que está acontecendo na CPI – já me manifestei aqui, sozinho – é que a CPI tem de colocar tudo em votação, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena. Não concordo, Senador. Por quê? Porque, em algum momento da minha vida, já fui atacado e sem direito de defesa. Eu era fraco. E senti o que é ser fraco e não ter direito de defesa. Então, passei, a partir daquele momento da minha vida, a falar: quando for mais forte, vou dar

o direito de defesa, e, quando for fraco, vou lutar para ter direito de defesa. Então, o que está acontecendo na CPI? A CPI não fez nenhum encontro, Senadora Heloísa Helena, só o primeiro para criar. Estou aqui, fazendo como V. Ex^a faz, lendo o Regimento Interno, lendo a Constituição, porque amanhã vou entrar, de alguma maneira, com requerimento, pedindo que se cumpra o Regimento Interno. Por quê? Vamos votar para fazer investigação dos Ministros, do qual o Relator Amir Lando, meu grande amigo, por quem tenho maior respeito, faz. Temos de votar. E, ao votar, cada um terá a sua responsabilidade, Senador Pedro Simon. Não está acontecendo isso. Simplesmente o grupo se reúne. Agora mesmo, eu estava conversando com o Senador Romeu Tuma, que amanhã o Vedoin será entrevistado e não fomos comunicados. Não sei se V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, o foi. Ele será entrevistado na Polícia Federal. Sou membro titular, sub-relator, não estou sabendo. Isso é um absurdo!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Amanhã?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Amanhã. A informação a respeito da qual conversei com o Senador Romeu Tuma é que, amanhã, o Vedoin será entrevistado na Polícia Federal pelo quarteto fantástico. Não fomos nem comunicados. Não sei se V. Ex^a tem alguma dúvida, mas eu tenho dúvida. Quero perguntar a ele: Vedoin, quem depositou? Fulano de tal, você deu o dinheiro na mão? Você encontrou? Não tenho direito a fazer essas perguntas. Não tenho o direito a votar. Não tem uma reunião da Comissão. Vamos colocar em votação o requerimento para convocar os Ministros dos governos tais, tais e tais. Vamos votar e aí é perder ou ganhar. Não estou podendo exercer o meu direito de voto, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, que é um homem que já viu todos os grandes momentos do Brasil, tenho certeza de que sempre exerceu e teve a maior honra e a vontade de exercer o seu direito de voto; perdendo ou ganhando, colocou a sua posição. Nós não estamos tendo esse direito. É um grupo só que se reúne, fala pela Comissão, pela CPI; acaba de matá-lo e, de repente, o faz renascer, porque mata o político e, no dia seguinte, fala que não está mais na lista, que está outro. Quero ter o meu direito de analisar as provas e votar, Senador Pedro Simon. Sou signatário da CPI, um sub-relator titular e quero ter esse direito. O Presidente Biscaia, por quem tenho grande respeito, tem de convocar a CPI, marcar um horário e vamos votar. Relator Amir Lando, para convocar os Ministros, tem de marcar e votar se vamos convocar ou não, conforme diz o Regimento Interno. Quero só esse direito. Amanhã, vou apresentar à Casa, Senadora Heloísa Helena – Pre-

sidente, neste momento –, um requerimento para que isso aconteça, senão não há validade nenhuma nos atos que estão acontecendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a começar a tomar essas decisões e elas acontecerem, o Senador Ney Suassuna vai tirar V. Ex^a da Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não estou preocupado com o meu Líder, o Senador Ney Suassuna. Não estou preocupado com isso, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero apenas citar a V. Ex^a que essas coisas não estão acontecendo porque os Líderes da Maioria não querem que aconteçam. Esse é o problema. Já colocaram V. Ex^a... O Senador Suassuna o colocou. Inclusive S. Ex^a faz parte da Comissão, e não deveria fazer por ser uma das pessoas que estão sendo citadas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Senador Ney Suassuna não me pediu nada e, se existe alguma coisa, aquele cidadão que diz que recebeu terá de depor na CPI. Se for o caso, apresento requerimento para chamá-lo.

Tenho grande respeito pelo Senador Ney Suassuna. V. Ex^a sabe disso, porque é do meu Partido e é meu Líder nesta Casa. Agora, o requerimento para ver se aquele cidadão recebeu o dinheiro e para onde foi, faço e assino. Vou apresentá-lo à Mesa. Não tenho nenhum comprometimento. Estou aqui representando o Estado de Minas Gerais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o que quero dizer é que é como se V. Ex^a estivesse lutando “ingloriamente”, pois não sairá votação nenhuma. Isso porque os Líderes – e V. Ex^a é uma exceção – colocaram gente para não fazer nada. Esse é o problema.

O PMDB – desculpe-me – vem fazendo isso nesta legislatura. V. Ex^a está sendo uma surpresa, porque está reagindo. E eles acharam que V. Ex^a seria tranqüilo. Mas chegou aqui e está-se revelando um cidadão de alto gabarito, de alta capacidade. Só não o tiram da Comissão, porque, por enquanto, V. Ex^a não está assustando. A Comissão está tranqüila.

Mas se, de repente, V. Ex^a começar a apresentar requerimento e eles forem aprovados, o Senador Ney Suassuna vai tirá-lo.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não vai me tirar, tenho certeza disso. Não vai me tirar. E outra coisa...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, a mim S. Ex^a não colocou. Se não me colocou, porque não tiraria V. Ex^a?

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Não, a mim não vai tirar. Se tirar, vou apresentar outro requerimento com base no Regimento Interno; vou lutar de

alguma maneira para não me tirar. Não sei se podem me tirar, mas, se o fizerem, estará feito. Mas vou fazer uma confusão danada ali na Comissão. Confusão eu vou fazer. Aprendi que não decidimos muito rápido, mas fazemos uma confusão incrível aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex^a que uma CPI não vem do nada. Na hora de compô-la, os Líderes indicam. E, conforme os Líderes indicarem, como a Comissão anterior, da qual – cá entre nós – o nosso querido Senador, que é o Relator agora, era o Presidente...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Senador Amir Lando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era a CPI mais importante que tinha, a do Mensalão. De todas era a mais importante, tanto que a CPI dos Correios se meteu e não tinha nada a ver. Ela foi criada para uma coisa e entrou para outro lado. A CPI do fim do mundo entrou num lado e foi pular lá no outro lado. E a CPI do Mensalão, que era para fazer, não fez. O nosso querido Presidente deixou fluir o prazo e depois esqueceram que tinham passado os 60 dias. Ah, pois é, passaram os 60 dias. Pois é, agora já passou o prazo. Não prorrogaram e não fizeram nada. Por quê? Porque naquela Comissão colocaram gente para não fazer nada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é muito mais experiente do que eu, viu grandes momentos. Mas, para mim, pelo menos, ninguém chegou para orientar nesse sentido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não precisa.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Então, vamos fazer aqui o seguinte, Senador: se eu apresentar os requerimentos e for retirado da Comissão...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não será retirado, querido, porque os outros membros da Comissão estão entrando com a maioria tranqüilidade. V. Ex^a será retirado se o requerimento for aprovado. Aí eu quero ver ele ser aprovado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vou apresentar o requerimento e, se ele for aprovado e se me tirarem, eu venho aqui mais uma vez e vou falar que V. Ex^a, realmente, tem sangue cigano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Escute o que vou dizer: V. Ex^a entra com o requerimento. Se ele for aprovado, tiram V. Ex^a da Comissão. Agora, o requerimento não será aprovado e V. Ex^a ficará na Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não acredito. Senador Pedro Simon, não acredito que o meu Partido faça isso. Não acredito. Estou falando para V. Ex^a que não acredito. Tenho grande respeito pelos membros do meu Partido, o PMDB, e não acredito que isso vá acontecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não tinha nascido e eu já estava nessa luta.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu sei, mas o PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também imaginava que nunca chegaria a esse ponto. Nunca imaginei...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu continuo tendo e acreditando no meu Partido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nunca imaginei que o Senador Ney Suassuna, o Senador Renan, o Senador Sarney e o Senador lá do Pará – como é o nome dele, aquele que hoje é Deputado? –...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Jader.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... assumissem o comando do PMDB e fizesse isso que estão fazendo.

V. Ex^a foi reunido para escolher algum Ministro? Teve reunião de Bancada para escolher Ministro? Não teve. Teve reunião da Bancada dos Deputados para escolher Ministro? Não teve. A Executiva do PMDB se reuniu para escolher Ministro?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas eu não poderia participar porque sou suplente. Se o Ministro não fosse o escolhido, eu não estaria aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas depois que V. Ex^a foi empossado Senador, já foram indicados outros. Já foram indicados vários Ministros pelo PMDB. Nós não somos indicados... Assim como está acontecendo na Comissão, quando V. Ex^a, ao tomar conhecimento das coisas que eles fazem, enuncia-as e diz: “Eu quero votar!”, eu também gostaria de reunir a Bancada do PMDB e dizer que desejo votar no Ministro indicado. Eu quero votar! Mas não reuniram...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, Senador, eu tenho visto no PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E Sarney, Renan e o Líder Suassuna indicam em nosso nome: no de V. Ex^a, no meu nome...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador, para mim, é uma honra apartear V.

Ex^a. Realmente, nunca pensei, nesta vida, em ter a honra de fazer um aparte a V. Ex^a. Agora, até agora, no PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está seguindo um belo caminho. E só o fato de V. Ex^a dizer que quer ver a Comissão funcionar e que está revoltado com o fato de a Comissão não fazer nada, não fazer nada... Eu acho que V. Ex^a...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – E falam pela Comissão. Agora, Senador Pedro Simon, tudo no PMDB foi decidido no voto. Aqui, a candidatura própria ou não foi no voto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que voto?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu participei... Para indicar se haveria candidatura própria ou não, não houve a votação? Foi bonito. Todo o PMDB fez a votação naquele dia em que o Governador Garotinho perdeu por 40 votos. Eu vi tudo sendo feito pelo voto, na reunião que houve dentro do PMDB. Eu tenho visto as coisas sendo decididas no voto. Se é contrário à grande experiência de V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não acha triste um Partido como o PMDB fazer uma convenção nacional e decidir não ter candidato à Presidência da República?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Digo uma coisa a V. Ex^a: penso que o PMDB tem de ter um candidato que pegue as bases e as mobilize em algo que elas acreditem. Mas, agora, o Partido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdoe-me, Senador, mas eu andei pelas bases todas. As bases do Maranhão queriam candidatura própria; as bases do Pará queriam candidatura própria; as bases da Paraíba queriam candidatura própria. Mas o que aconteceu? As lideranças manipularam aqui e fizeram o que quiseram.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Se V. Ex^a se tivesse feito candidato a Presidente desde o início, seria outra história. V. Ex^a apareceu como candidato depois da decisão de que Garotinho não poderia mais ser.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a nem imagina. Se eu fosse candidato, talvez acontecesse o que a Senadora Heloísa Helena está dizendo: talvez aparecesse morto no canto da janela. Eles não me aceitariam jamais. Eu queria a candidatura de Jarbas Vasconcelos. É um homem respeitado, de quem as pessoas gostam. Aceitei a minha candidatura, quan-

do Garotinho renunciou, para não ficar sem candidato. Garotinho renuncia, e não há mais candidatos? Não, o Garotinho me indicou. Disse: “Simon é o candidato”. Então, serei o candidato. Fui procurar o Senador José Sarney e o Presidente Renan Calheiros no dia seguinte. Disse-lhes: Vamos lançar um candidato! Vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Sabia que não me indicariam; não sou tão bobo assim. Eles iam me ridicularizar: “Mas o Pedro Simon quer ser candidato?!”. Não, vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Lançaram coisa nenhuma.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, todos dizem que o PMDB é um Partido rachado, dividido, mas não tem dono. O PMDB não tem dono. Isso foi visto em Minas. É decidido no voto, sim, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Existe uma coisa fantástica. Nós, aqui, decidimos no voto. E está ali a Senadora com 15%. Desculpe-me a Senadora: S. Ex^a é brilhante, mas, se o PMDB lança um candidato e resolve apresentar uma terceira via, não haveria lugar para S. Ex^a ter 15%. O PMDB seria a terceira opção, apresentaria a terceira via. Agora, o P-SOL é criado, lança um candidato – o que é espetacular –, e o PMDB decide não ter candidato.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a fala de Minas Gerais, tudo bem, Minas Gerais.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não, eu quero dizer o seguinte...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas as pesquisas dizem que um candidato tem 75% do Senado e que o outro tem 5%. Vem a Convenção, e afirmam que são 5%.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não havia como fazê-lo: temos de ter candidaturas para Deputado Federal e para Deputados Estaduais em Minas. Acontece que o nosso Partido precisa ter algum candidato que motive as bases. Se a Senadora Heloísa Helena viesse para o PMDB... S. Ex^a teria de ser, digamos assim, um pouco exorcizada...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a não pegaria vaga para o Senado em Alagoas. Não dariam a S. Ex^a vaga para o Senado; é capaz de não darem nem para Deputado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador, tenho uma convicção...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Rio Grande do Sul, seria diferente; estou falando lá em Alagoas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, o vice-campeão é o primeiro perdedor. Temos de jogar para ganhar. O PMDB é um Partido que tem de jogar para ganhar! Não pode jogar para ser vice-campeão!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para ganhar, tem de ter candidato! Para ganhar tem de ter candidato. A primeira coisa é ter candidato.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, Senador, não tínhamos um candidato que motivasse as bases. Com todo o respeito a V. Ex^a, não tínhamos um candidato sobre o qual as bases falassem “É esse o candidato!” e que levasse todos a caminhar juntos. Não vi isso. E participei de todos os eventos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As pessoas se venderam antes.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Repare, a tese é a seguinte: não podemos ter candidato a Presidente; vamos, então, fazer Governadores, é hora de fazermos Governadores. No Maranhão, a candidata é a filha do Dr. Sarney, pelo PFL; no Amapá, a candidatura é do PS não sei o quê, não é do PMDB; na Bahia, o PMDB não tem candidato a Governador, nem a Senador; na Paraíba...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Candidato ao Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Candidato a Governador. É verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Um bom candidato, que vai ganhar as eleições.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vai ganhar a eleição. Eu acho que vai ganhar.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Contra a situação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Onde mais?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Maguito Vilela, em Goiás, um grande candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas esse queria candidatura própria. Os que não queriam candidatura própria não apresentaram candidato. Não temos candidato no Pará.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Digo o seguinte, Senador, com todo o respeito, porque para mim é uma honra debater com V. Ex^a: eu sou o otimismo, e V. Ex^a representa a experiência. Estou tentando aqui lutar com meu otimismo, e V. Ex^a, com sua experiência, mostrando-me...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdoe-me, mas ninguém é mais otimista do que eu. Estar com 76 anos, ser candidato ao Senado e ficar no PMDB significa que confio. Em primeiro lugar, tenho uma retidão, um espírito de luta. Não fui para o PT: insistiram para eu ir. Não fui para o PSDB: insistiram para eu ir. Não fui para o PDT, não fui com Brizola: rompemos. Isso, porque sempre achei que o PMDB seria um grande Partido. Hoje, a esta altura da minha vida, não sei, mas acho que...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, daqui a quatro anos, o PMDB vai ter um candidato. Vou voltar a encontrar com V. Ex^a. V. Ex^a vai ganhar para o Senado, porque é um grande candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou vendo ali uma notícia muito boa: que o PT e essa cúpula do PMDB vão fazer um...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Um grande partido?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... um grande conchavo...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não acredito. Tenho o nome de um candidato que virá para o PMDB e que ganhará as eleições daqui a quatro anos. Tem idade, audácia, história.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Aécio?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a é que está falando. V. Ex^a é mais experiente do que eu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a minha maneira de falar.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Em algum momento, nós nos encontramos. Quem está falando é a voz da experiência, que é V. Ex^a. Eu sou o puro otimismo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas gosto do Aécio.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Porque, se não for no nosso Partido, ele não ganha. Só ganha no nosso Partido. Desculpe-me, mas para mim foi uma grande honra debater com V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro, Sr^a Presidente. V. Ex^a está dando sinal de tremendo cansaço.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não com V. Ex^a, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com a vida.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – ... não com o debate. É porque a vida é dura, difícil. O suspiro foi só nesse sentido, tenha certeza. O tempo que quiser para continuar falando ou debatendo com o Senador Wellington Salgado de Oliveira V. Ex^a terá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a, fazendo isso, sem se controlar, terminou desmaiando. Há uma hora em que se tem de parar. Se bem que pode ser um acontecimento fantástico, V. Ex^a falando... Mas aí o culpado serei eu: “Simon encheu tanto, que a Heloísa não agüentou”.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Acho que não. Acho que o PMDB, sim; V. Ex^a, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou capaz até de perder a eleição com um fato dessa natureza.

Encerro, Sr^a Presidente, fazendo um apelo ao Rio Grande do Sul e ao Brasil: o voto nulo é uma loucura, um absurdo.

Sei que as pessoas estão magoadas, revoltadas. Vêm os jornais da televisão, e é um escândalo, outro escândalo e outro escândalo. PMDB, mil coisas; o PT, mil fracassos; o PSDB, foram oito anos. Mas o voto nulo não resolve.

Em vez de criar agremiações para o que não fazer, ou seja, em vez de criar agremiações para o voto nulo, criem agremiações para selecionar o voto. Escolham um candidato independente entre os que estão aí e façam campanha para ele. Seria uma coisa muito bonita.

De repente, teríamos uma mudança de candidatura altamente positiva.

Era isso, Sr^a Presidente. Para mim, mais uma vez, é uma honra estar aqui com V. Ex^a e com a nossa querida Deputada, que honra o Rio Grande do Sul e que vai ter uma votação espetacular nesta eleição.

São tão bonitos os debates entre ela e seu pai! São de uma elegância sensacional, porque os dois se gostam muito. O pai dela, inclusive, adora o neto. Foi o pai que o colocou gremista ou foi ela? Como é que ele virou gremista? Foi o pai do guri? E o Tarso

de que time é? Ele é gremista? E ela de que time é? Virou gremista por causa do filho?

De repente, está o avô – o guri está na seleção de novos –, dizendo para mim: “Não posso nem falar com a minha filha. Tudo que ela pensa fui eu que coloquei na cabeça dela. Como vou falar agora? Eu quero dizer: mas o mundo mudou, é outro. Olha para a humanidade. Eu teria condições de convencê-la, se o PT estivesse ainda na Oposição. Se o PT estivesse na Oposição e eu mudasse minhas idéias, poderia até convencê-la. Mas quem vai convencê-la de que mudei as idéias, porque estamos no Governo?”

Ele reconhece que não tem condições de fazer isso.

Mas o Tarso teve um momento muito importante. Somos obrigados a reconhecer isso. Quando assumiu a Presidência do PT – e mais uma vez acho, Sr^a Presidente, que é Lula quem manda nas coisas –, Tarso o fez para dizer que ele iria recriar o PT. Eu vim para esta tribuna analisar isso. Eu achei fantástico isso! Ele dizia: “O problema do PT não é o Congresso Nacional, não é a CPI, não é a Comissão de Ética, não é a Procuradoria, não é o Tribunal, mas somos nós do PT. Temos de nos reunir e de fazer a limpa, de fazer a seleção. Temos de retirar o que tem de ser retirado e renovar o PT”. Achei fantástico! Mas o renovaram. Lula retirou o apoiou dele e, na hora de fazer um diretório, colocou um outro que pensa completamente diferente. Enquanto Tarso queria fazer a renovação do PT no sentido da purificação, a convenção decidiu que a análise do que aconteceu só seria feita depois da eleição. Até lá, não se toca em assunto nenhum.

Se Lula pelo menos desse um sinal de que vai mudar... Posso falar agora. Eu não ia falar, mas vou falar. Lula disse que quem tem mais de 75 anos de idade pode falar à vontade; então, sinto-me liberado. Ele falou isso para o Itamar, mas eu tenho a mesma idade.

Se Lula desse um sinal, dizendo “não, no meu novo governo vai ser diferente; fiz o que fiz, mas agora vai ser diferente no campo da ética”, mas ele não dá sinal nenhum disso. Pelo contrário, o Presidente do Banco Central está sendo denunciado por corrupção, por formação de quadrilha, e ele o nomeia Ministro para garantir, para que um juiz, de repente, não entre com pedido de prisão preventiva para o Presidente do Banco Central. Então, agora, ele é Ministro, tem foro privilegiado. Não há o gesto de dizer “não, agora as coisas estão mudando”.

O Rigotto é Governador e é candidato à reeleição, mas, das oito horas até às seis horas da tarde, ele não dá entrevista como candidato – ele é só Governador. Ele não vai à reunião nenhuma. Ele só vai depois das

oito horas da noite, no sábado e no domingo. Ele podia fazer como a lei permite. Lula está fazendo isso. Leva o avião oficial dele mais um segundo avião, mais não sei o quê, e diz a lei que ele paga a gasolina. O Rigotto não aceitou. Ele não pega avião nem carro nem nada do Estado. Ele segue na condução dele ou na do Partido quando é no sábado e no domingo.

São essas pequenas coisas que Lula podia fazer e não fez. Podia fazer e não fez. Não há um gesto.

Falou no Rio Grande do Sul: “Só o Getúlio fez mais do que eu!”. E olha que, da maneira com que ele falou, foi um gesto de homenagem ao Rio Grande do Sul, porque sentimos que, no fundo, ele estava dizendo: “Nem o Getúlio”. Ah, não dá!

É claro que a publicidade é fantástica. A publicidade é dessas coisas que foram feitas, algumas positivas e outras negativas, mas é espetacular. Mas é pouco para aquilo que esperávamos.

Muito obrigado, minha querida Senadora, meu querido companheiro das Minas Gerais, minha querida conterrânea do Rio Grande do Sul. Estamos nós quatro aqui, são quase dez horas da noite, mas defendo que o Congresso e o Senado – sei que as nossas bravas companheiras que estão na Taquigrafia devem estar com pavor, pensando “esse cara não pára”, “estamos loucas de fome”, “meu filho está esperando”, “meu marido já saiu”; peço-lhes desculpas – possam trabalhar de segunda a domingo, inclusive dentro da noite. Assim, seria diferente o padrão deste Congresso.

Obrigado, Senadora. Que Deus nos dê forças! Os desígnios de Deus são imprevisíveis. Afinal, Davi, com uma pedra, derrubou Golias, dez vezes maior.

V. Ex^a não tem nada? (Pausa.)

V. Ex^a diz que tem idéias e palavras. Não são metais que se fundem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira e pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há acordo entre as Lideranças para apreciação dos itens da pauta.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390,
DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990* (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

10
REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 2000

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

11
REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Tenha a certeza de que as nossas gloriosas funcionárias da Taquigrafia, juntamente com a Mesa, incomodam-se quando a elas não lhes é dado trabalho, como no processo de terceirização dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, espero que seja, o mais rapidamente possível, esclarecido um requerimento que encaminhei à Mesa Diretora nesse sentido.

Como diz o Senador Pedro Simon, é Davi contra Goliás. Sabe, Senador Wellington Salgado, o porquê? Naquela briga muito grande de Davi contra Goliás, que é uma passagem bíblica muito interessante, quando o Rei Saul deu a Davi a tarefa de enfrentar Goliás, ele o fez mais como se fosse uma brincadeira, porque não imaginava jamais que Davi fosse capaz de enfrentar esse desafio. E ele foi capaz de enfrentá-lo, porque dizia assim: “Ora, se enfrentei leões que queriam levar minhas ovelhas, eu, como simples pastor, por que não vou poder enfrentar o gigante Goliás?”. Então, ele sabia exa-

tamente o que Davi trazia, que era servir a Deus, servir à causa, com todas as experiências que ele já tinha tido ao longo da sua vida.

Então, além de agradecer a presença aqui da nossa querida Deputada Luciana Genro, quero agradecer a delicadeza de V. Ex^a, Senador Wellington. Agradeço também a meu querido companheiro, muito querido mesmo, Senador Pedro Simon, e a todos os funcionários da Casa.

Embora haja muito ainda a tratar, mas sem que haja mais oradores inscritos, espero que tenhamos fé em Deus e fé na luta do povo. Como dizia Pedro Casaldáliga, ética na política é vergonha na cara e amor no coração. Espero que todos nós possamos ser capazes de dizer isso.

E sobre o voto nulo, Senador Pedro Simon, tem muita razão V. Ex^a. Sabe que alguns articulistas tentam tirar o simbolismo da nossa candidatura e dizem assim: “Ah, é o voto nulo sofisticado o da Heloísa! Quem queria votar nulo agora vai ter o voto para dar para a Heloísa!”. Tentam dar um ar de caricatura e de desmerecimento aos que têm intenção de votar na nossa candidatura. E fico é muito feliz. Se as pessoas que querem protestar contra o banditismo político, contra as formas diversas de sabotar o desenvolvimento econômico do Brasil e a inclusão social, vêm em nossa candidatura esse voto de protesto, fico muito feliz. Fico profundamente agradecida com essa intenção de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Romero Jucá e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de janeiro a abril deste ano, ocorreram 720 acidentes de trânsito em Rondônia, com vinte e seis mortes, conforme registros da Companhia Independente de Trânsito da Polícia Militar de Porto Velho.

São vinte e seis mortes que poderiam ter sido evitadas, caso não houvesse negligência das autoridades para com a violência que existe no trânsito; se houvesse, por outro lado, um Governo com responsabilidade política e social; se houvesse, por fim, um Governo empenhado no cumprimento de seus deveres.

Uma média de sete acidentes de trânsito por dia, com vinte e seis mortes, em apenas quatro meses, significa falta de respeito aos direitos humanos,

cumplicidade com a violência, descaso na defesa da vida e um desrespeito à cidadania.

Os acidentes de trânsito constituem uma das maiores causas da mortalidade de jovens brasileiros, principalmente na faixa etária de 15 a 24 anos. Matar ou mutilar jovens no auge da força física e mental significa privar o País do que existe de mais importante para seu futuro, para seu desenvolvimento e para a construção de um mundo melhor.

É impossível calcular a totalidade dos prejuízos humanos, sociais, econômicos e familiares dessa violência, pois, somente na década de 1990, cerca de 250 mil brasileiros morreram, 3 milhões ficaram feridos e 1 milhão de pessoas ficaram gravemente mutiladas em decorrência de acidentes de trânsito.

Uma das mais importantes instituições da área de saúde do País, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, dispõe de um Centro de Pesquisas em Educação e Prevenção, cuja missão principal é exercer ação educacional na sociedade e prestar assessoria técnica ao Poder Público nas áreas de pesquisa, difusão científica e formulação de propostas de políticas públicas de saúde e reabilitação.

Na Rede Sarah de Hospitais, os acidentes de trânsito representam quase 40% do total das causas de internações, superando a soma de quase todas as outras causas. A grande maioria dos pacientes vítimas de acidentes de trânsito chega aos hospitais da Rede Sarah com algum tipo de lesão do Sistema Nervoso Central (lesões cerebrais ou lesões medulares), o que por si só justifica nossa grande preocupação com o tema acidentes de trânsito, devido à gravidade das decorrências físicas.

Certamente, não há dinheiro no mundo que possa compensar a perda de uma vida humana. Para um País com grave carência de recursos materiais e humanos de qualidade, é especialmente grave perder o melhor de nossa juventude, inúmeras vidas no período de maior investimento intelectual e de preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil ocupa um vergonhoso lugar quando fazemos comparações internacionais entre quantidade de veículos e número de acidentes.

Nos países desenvolvidos, o número de mortes para cada dez mil veículos, o chamado índice de fatalidade do trânsito, varia de 1,5 a 4. No Brasil, esse índice se aproxima de dez, o que é lamentável e injustificável.

Estudos realizados por entidades internacionais especializadas demonstram que 5% dos pedes-

tres morreriam em atropelamentos a 32km/h; 40% morreriam em choques a 48km/h; 80% morreriam em choques a 64km/h. Velocidades superiores a 80% significam morte em 100% dos atropelamentos.

Em Rondônia a situação é mais grave do que na maioria das localidades do Brasil porque as ruas estão esburacadas, não há acostamento nem sinalização na maioria das vias e a falta de fiscalização estimula a imprudência, a negligência e o excesso de velocidade.

Em muitos locais não existem calçadas, e os pedestres ficam mais vulneráveis a atropelamentos, que muitas vezes nem são notificados à autoridade policial, conforme depoimento do próprio Comandante da Companhia de Trânsito de Porto Velho.

Deixo aqui meu apelo para que as autoridades do Governo Estadual de Rondônia tomem as providências no sentido de evitar que mais pessoas sejam vítimas de acidentes de trânsito, para que vidas humanas sejam preservadas e para que possamos reduzir o número de portadores de graves incapacidades físicas.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo Senador José Jorge, candidato a vice na chapa de Geraldo Alckmin na disputa pela Presidência da República, intitulada “Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição 17 de julho de 2006.

Durante a entrevista o senador afirma que um governo tem que se comunicar com a população dizendo a verdade, tem que mostrar competência na execução dos trabalhos e tem que ser honesto e usar o dinheiro público da melhor maneira possível. Para o senador José Jorge, o governo Lula não tem essas características.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

Vice de Alckmin diz que Lula é chefe de esquema de irregularidades e que, se for reeleito, haverá um novo mensalão porque 'eles não se arrependeram de nada'

Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção

ENTREVISTA JOSÉ JORGE

JOSÉ JORGE, 61, é candidato a vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB) na disputa pela Presidência e tem a responsabilidade de desferir as críticas mais duras ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na entrevista abaixo, afirma que a diferença entre Lula e o ex-presidente Fernando Collor foi o apoio político que "o presidente Lula tinha e o Collor, não" e que, se Lula for reeleito, haverá um segundo mensalão.

SILVIO NAVARRO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Escolhido para disparar os ataques mais ácidos na campanha presidencial pelo lado da oposição, o senador José Jorge (PFL-PE), 61, vice na chapa do tucano Geraldo Alckmin, diz que aprendeu a fazer oposição com o PT e que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela quantidade de escândalos, só pode ser comparado à gestão de Fernando Collor de Mello (1990-92), que terminou em impeachment.

O pefelista acusa o presidente de ser o "chefe" do esquema de corrupção que desencadeou a crise política e diz acreditar que haverá um segundo mensalão caso Lula seja reeleito. "Eles não mudaram em nada os métodos, aparentemente não se arrependeram de nada."

Leia a seguir trechos da entrevista com José Jorge.

Folha - Como o sr. caracteriza o governo Lula?

José Jorge - Um governo tem que se caracterizar por três fatores. Em primeiro lugar, por ser um governo que se comunica com a população dizendo a verdade. Segundo, tem que ser um governo que mostre competência na execução dos trabalhos. E terceiro, tem que ser honesto e usar o dinheiro público da melhor maneira possível. Um governo para ser reeleito teria que ter essas características e o governo Lula não tem.

Folha - Como a campanha vai variar o presidente nos escândalos?

José Jorge - Tenho convicção de que ele sabia e que era o chefe. O presidente Lula não é um simples qualquer, é uma pessoa que tem uma carreira no PT.

Folha - O sr. está preparado para ouvir que foi o "ministro do apagão"?

José Jorge - Eu fui o ministro que apagou o apagão. Houve uma crise energética e, quando cheguei ao ministério, montamos um plano para que não houvesse apagão e não houve. Houve um racionamento que conduzimos num período de oito meses para que fosse superado.

Folha - O PFL critica os gastos do governo mas, na Câmara, insiste em votar uma MP que concede reajuste de 16,67% aos aposentados. Isso não é contraditório?

José Jorge - Aquilo foi uma questão política. Existe uma certa contradição nisso se olhar simplesmente pelo lado administrativo. Mas o presidente Lula fez uma série de promessas que não está cumprindo, inclusive de atualizar os valores das aposentadorias. Ele concedeu aumentos mínimos e no último ano deu um aumento maior em função eleitoral. Os partidos de oposição geraram uma posição de que o presidente Lula não cumpriu suas promessas.

Folha - Em entrevista à Folha, o vice-presidente José Alencar disse que Alckmin partiu para uma "linha pefelista" e faz "apelações grosseiras". Como o sr. responde a isso?

José Jorge - A primeira questão é a linha do PFL, que, na oposição, é propositiva. Temos que propor aquilo que queremos para modificar a qualidade de vida das pessoas, tudo aquilo que o governo não fez, e criticar aquilo que foi feito. Isso não é radicalismo, é parte do papel da oposição. Quem deu uma lição, inclusive ao PFL, de fazer oposição, foi o PT, que fez oposição muito mais radical do que fizemos ao governo Lula.

Folha - Alencar disse que daria no-

ta dez para o comportamento ético do governo Lula. E o sr.?

José Jorge - Infelizmente, dou nota zero. Nem no governo Collor, que o presidente foi colocado para fora por impeachment, houve tantos escândalos como o governo Lula, do mensalão, dos dólares na cueca, da quebra do sigilo do caseiro. Há dezenas de escândalos financeiros e éticos que o governo do presidente Lula e o PT realizaram durante apenas três anos.

Folha - Ao comparar o governo Lula ao governo Collor o sr. quer dizer que a oposição deveria ter se mobilizado pelo impeachment?

José Jorge - A diferença do presidente Lula e do presidente Collor foi a questão do apoio político que o presidente Lula tinha e o Collor, não. O presidente Lula foi eleito por um partido grande, que tem uma estrutura de deputados, senadores e uma inserção social muito maior do que o partido do presidente Collor na época. Mas motivos para que houvesse um processo de responsabilização política e impeachment existiram, o que não existiram foram as condições políticas para isso.

Folha - O sr. foi muito criticado, até pelo PSDB, por ter dito que o presidente Lula abusa de bebidas alcoólicas. O sr. se arrependeu?

José Jorge - Não me arrependo porque foi dito no contexto de um comício. Eu não fui o primeiro a dizer isso, uma semana antes o Ronaldo [jogador de futebol] falou não só ao Brasil, mas ao mundo inteiro. Porém esse não é um tema importante na campanha.

Folha - O sr. acha que se o presidente Lula for reeleito haverá um segundo mensalão?

José Jorge - Acho que sim. Eles não mudaram em nada os métodos. Tanto que o PT não puniu nenhum dos parlamentares que a CPI acusou, que o Conselho de Ética também acusou e que foram absolvidos com o auxílio da base do governo na Câmara e do próprio presidente Lula. Não vejo arrependimento.

Folha - O episódio do mensalão não mudou a forma de relacionamento do governo com sua base?

José Jorge - Agora mesmo os Correios, uma empresa que ficou muito marcada porque foi onde começaram as denúncias, foram entregues ao PMDB como moeda de troca para apoio eleitoral. Não houve nenhum arrependimento e não tenho dúvida que, se o presidente Lula for reeleito, se não houver o mensalão, vai ter algo parecido.

Folha - Como a campanha vai tratar da questão da segurança?

José Jorge - O governo Lula não cumpriu as suas promessas na área da segurança, não liberou os recursos, não fez nada daquilo que poderia fazer. O presidente Alckmin vai assumir para ele a questão da segurança pública no Brasil e vai trabalhar em conjunto com o Estado.

Folha - O candidato Alckmin prestou contas à população sobre a crise na segurança no Estado?

José Jorge - Claro que ele assumiu, mas a questão não pode ser assumida só pelo governo de São Paulo. Os índices de criminalidade no Estado foram reduzidos pela metade, mas o Estado apresentou muito o número de presos. O presidente Alckmin tem uma vantagem de que, como ex-governador, tem grande experiência e o sentimento daquilo que o governo federal deveria ter feito e não fez.

Folha - O que um governo Alckmin mudaria na política econômica?

José Jorge - O país tem que crescer. Não só no governo Lula, mas mesmo antes, não teve a taxa de crescimento que deveria. É verdade que no governo Lula houve um grande movimento internacional e todos os países cresceram. Já o Brasil só cresceu mais que o Haiti. É a hora de se tomar as medidas efetivas para o país voltar a crescer.

Folha - O que sr. faria diferente do vice José Alencar?

José Jorge - O maior acerto foi ocupar a posição de uma forma discreta, responsável e, apesar das críticas aos juros, sempre procurou colaborar, chegou a exercer o Ministério da Defesa. O maior defeito foi concordar com essas questões éticas do governo Lula e do PT. Acho que dizer que a ética no governo é nota dez é demais.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

O SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tão logo chegou ao Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, com pompa circunstância, o lançamento do Programa Primeiro Emprego, fartamente divulgado na mídia nacional.

O projeto consistia em oferecer, ao jovem em idade de ingressar no mercado de trabalho, a primeira oportunidade de emprego, mediante pagamento do Governo a empresas dispostas a contratar jovens sem experiência prévia de trabalho.

O tempo provaria que o Governo do Partido dos Trabalhadores soube ser virtual sem, para tanto, ser virtuoso. O Programa Primeiro Emprego, um projeto supostamente brilhante de expansão do mercado de trabalho, constituiu-se em uma espécie de Titanic administrativo, tendo apresentado resultados absolutamente irrisórios.

Alguém haverá de supor que a crítica que nós, do PSDB, endereçamos ao Governo nasce de uma abordagem exagerada ou, até mesmo, raivosa da conjuntura atual – e eu até confesso que gostaria de estar equivocado a respeito das minhas reservas ao Executivo.

Os números, porém, não nos deixam enganar: desde julho de 2003, o mirabolante programa do Governo Lula proporcionou emprego a cerca de três mil e novecentos jovens, ou seja, ridículos 0,55% do total de 715 mil vagas prometidas, em 33 meses, já que a projeção governamental era gerar, anualmente, oportunidades para 260 mil novos aprendizes.

Em face da total discrepância entre a meta pretendida e o resultado do programa, o Primeiro Emprego transformou-se na estrela caída da estrela decadente, o PT, e já se pode concluir que a panacéia de ontem converteu-se no retumbante naufrágio governamental dos nossos dias.

Senhoras e Senhores Senadores, o jornal **O Estado de S.Paulo**, em matéria de 24 de abril deste ano, publicou algo ainda mais grave: as quantias pagas pelo Governo, anualmente, às empresas, na verdade têm beneficiado aquelas que não precisam de incentivo público para contratar jovens sem experiência profissional. Ou seja, empresas telemarketing, supermercados e lanchonetes recebem dinheiro público por um resultado social que já produziam, sem qualquer incentivo. Segundo o texto jornalístico, “A razão do fracasso não é difícil de encontrar: a idéia do primeiro emprego estava errada de início. Partia do

pressuposto de que jovens não conseguem emprego porque não têm experiência e, como as contratações são caras, as empresas preferiam investir dinheiro em alguém experiente. As duas idéias estão erradas, como já mostravam análises feitas na época e concluiu uma análise feita pelo próprio Governo quase dois anos depois do lançamento da idéia”.

Ao contrário das projeções equivocadas da equipe de Governo, um estudo da Confederação Nacional da Indústria indica que os jovens empregados têm maiores dificuldades em se manter no emprego do que de, propriamente, obter um posto de trabalho, seja por desistência, seja por falta de qualificação, seja pela decisão dos estudantes de voltar aos bancos escolares.

Esse estudo foi, em grande medida, ignorado pelo Ministério do Trabalho, que a ele teve acesso antes do lançamento do Programa Primeiro Emprego.

Na ânsia de resolver os problemas do País com base em uma visão excessivamente centrada no Estado, o Governo não considerou que a abertura de novas oportunidades para os jovens depende, intrinsecamente, do incremento dos níveis de atividade econômica no Brasil, um dos países que menos tem crescido na América Latina.

Não terminarei minha fala sem lhes lembrar que o fracasso do Governo Federal nesta área condiz, de resto, com as falsas panacéias de um grupo político que manteve projetada, sobre as consciências e os corações dos nossos concidadãos, uma imagem tão ufanista quanto irreal; uma imagem, no fundo, triste, porque descolorida, opaca, mendaz, vazia de conteúdo e dotada de mal disfarçados interesses eleitorais.

Por isso, em nome das mais legítimas aspirações do povo brasileiro, haveremos de manifestar, com o voto, nas eleições de outubro, o nosso inconformismo com a acintosa derrota gerencial do Governo Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

O SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, é muito importante para uma empresa auferir lucros, respeitar o consumidor, produzir bons produtos ou prestar bons serviços, investir no aperfeiçoamento de seus processos e em recursos humanos.

A noção de que uma empresa possa fazer muito mais do que isso pela sociedade onde se insere ainda não está difundida o bastante em nosso País.

A Rede Globo, além de se destacar em todos os itens acima mencionados, vem demonstrando, já há um bom tempo, um compromisso social amplo e consistente.

Esse empenho pode ser verificado de modo particularmente claro no ano em que a TV Globo completou seu quadragésimo aniversário.

Vale acrescentar, Senhor Presidente, que o mesmo ano de 2005 marcou os 20 anos da campanha Criança Esperança. Ou seja, em metade de sua existência, a TV Globo vem desenvolvendo um programa social que conscientiza sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelas crianças brasileiras, sensibiliza milhões de doadores em todo o País – e, acima de tudo, realiza efetivamente muito por nossas crianças.

No ano passado, a adesão crescente ao Criança Esperança expressou-se em recordes de ligações telefônicas e do montante arrecadado. Quanto ao último item, verificamos uma notável evolução da arrecadação nos últimos anos: 9 e meio bilhões de reais em 2003; 12 e meio bilhões de reais em 2004; 18 bilhões de reais em 2005.

O gerenciamento dos recursos arrecadados em suas campanhas é feito pela Unesco, distinguindo-se pela consistência dos critérios de escolha e pela abrangência e profundidade de seu alcance. O Criança Esperança e o maior financiador privado da Pastoral da Criança; já apoiou mais de 4.850 projetos, beneficiando mais de 3 milhões de crianças e adolescentes.

A fim de dar maior continuidade às ações em prol da população infantil de comunidades carentes, foram criados os Espaços Criança Esperança, que contam, atualmente, com unidades no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em Olinda, alcançando um universo de 6.200 beneficiados.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o Espaço Criança Esperança atua em Cantagalo e nos morros do Pavão e Pavãozinho, em parceria com o Governo do Estado, com o Viva Rio e a Unesco. Em funcionamento desde 2001, a unidade já pôde atender cerca de 70% das crianças e jovens dessas comunidades.

O objetivo dos Espaços Criança Esperança é o “de provocar transformações na qualidade de vida de crianças, adolescentes e de suas famílias”. Para isso, têm sido enfatizadas a capacitação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Certamente, Senhor Presidente, as ações de cunho social da Rede Globo não se restringem à “marca” Criança Esperança. Pela força e dimensão da TV Globo, sabemos que ela pode fazer bem mais – e assim tem sido feito, como se pode verificar no balanço social da empresa referente a 2005.

Um dos projetos mais interessantes bancados pela rede de emissoras é o Amigos da Escola, que busca, desde 1999, o fortalecimento da escola pública de educação básica por meio de parcerias e do trabalho voluntário. Entre os parceiros que aderiram ao programa em 2005, podemos citar o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que se uniram à TV Globo, à Petrobras e ao Instituto Faça Parte, entre outras instituições, para definir e desenvolver ações voltadas para as 30 mil escolas cadastradas.

Não podemos, tampouco, deixar de destacar o programa Ação Global, muito merecidamente qualificado de “uma festa de cidadania”. A TV Globo, junto com um parceiro da qualidade do Sesi – Serviço Social da Indústria e com mais de duas mil e quinhentas outras instituições, desenvolveu ações voltadas para a promoção da cidadania e da saúde. Os resultados, obtidos pela formação de uma verdadeira rede nacional de prestação de serviços, que alcança 26 estados e 35 municípios, ultrapassaram, em 2005, os marcos de 150 mil documentos emitidos e 497 mil atendimentos médicos e odontológicos.

Sendo uma empresa de comunicações do mais elevado nível técnico, cultural e profissional, como pode ser comprovado pelo prestígio conquistado em todo o mundo, a Rede Globo tem muito que oferecer aos profissionais e estudantes da área de comunicação, o que vem sendo garantido com o programa Globo e Universidade, voltado para o intercâmbio e cooperação com o meio acadêmico.

Uma das maiores contribuições da TV Globo à sociedade brasileira, Senhor Presidente, confunde-se com sua atividade essencial de produzir programas de qualidade para teledifusão. Tendo se apercebido da enorme capacidade de penetração de seus programas na sociedade brasileira, a emissora passou a neles inserir temas de relevância sócioeducativa, em uma ação que pode ser abrangida pelo conceito de **merchandising** social.

Assim é que, em 2005, as novelas da Globo apresentaram mais de 1.500 cenas que abordam temas relevantes para a sociedade. Minisséries como Mad Maria, Carga Pesada e A Grande Família levaram ao público, juntamente com o entretenimento, questões importantes tais como o preconceito racial e religioso, o tráfico de animais ou a ética no trabalho.

Um programa para o público infantil, já nosso antigo conhecido, o Sítio do Picapau Amarelo apresenta, se podemos assim nos expressar, uma admirável folha de serviços prestados em prol da conscientização, abordando as questões da “adoção, incentivo à leitura,

preservação ambiental, desvio de verba da merenda escolar, separação dos pais, alfabetização de adultos e vacinação infantil”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tanto em seus programas como nos intervalos entre eles, a Rede Globo tem veiculado, gratuitamente, mensagens voltadas à promoção de programas de cunho social e de apoio à cultura.

Quanto à educação, não podemos esquecer que a emissora desenvolve, desde 1977, programas de conteúdo exclusivamente educativo que primam pela qualidade e competência. Ressaltemos o Telecurso 2000, o Globo Educação, o Globo Ecologia e o Globo Ciência. Ressaltemos a parceria que viabiliza o Canal Futura, uma das mais importantes experiências de emissora educativa no País. Ressaltemos, por fim, o conteúdo educativo que é veiculado pelos programas de jornalismo, pelo Globo Rural, pela “revista eletrônica” Fantástico, além de minisséries que expressam a riqueza da cultura brasileira e abordam os problemas de nossa realidade.

Por todas essas razões, Senhoras e Senhores Senadores, podemos parabenizar a Rede Globo, por transformar em ações concretas a compreensão de que uma empresa depende da sociedade onde atua, e que assume, na medida de seu próprio crescimento, responsabilidades para com essa sociedade.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Em matéria de política econômica, existe uma verdade elementar que se aplica a qualquer país: sem medidas consistentes de incentivo ao dinamismo dos investimentos públicos e privados, o crescimento sustentado é impossível.

Não há como crescer em bases sólidas se o governo é incapaz de planejar a longo prazo, se não há recursos para setores estratégicos, se faltam estímulos ao desenvolvimento regional e incentivos fiscais para a expansão da produção.

Nossa economia vive um momento de crise em setores capazes de empregar mão-de-obra de forma intensiva, como calçados, mobiliário, têxteis, vestuário, alimentos e áreas ligadas ao agronegócio. Eles não só deixaram de gerar empregos como estão sendo obrigados a promover demissões.

Dados da Sondagem Industrial do segundo trimestre, divulgados no final da semana passada pela Confederação Nacional da Indústria, mostram que

por seis trimestres seguidos o faturamento caiu, e somente cinco dos 26 setores analisados aumentaram a produção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante desse quadro, qual a estratégia adotada pelo governo? Ela acaba de ser anunciada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho: cerca de 77 mil trabalhadores demitidos de indústrias de calçados, móveis e máquinas agrícolas em dezembro de 2005, receberão duas parcelas adicionais de seguro-desemprego, medida que vai custar mais de 72 milhões de reais ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faltam poucos meses para as eleições presidenciais, e esses três setores concentram-se na Região Sul e Sudeste do País, justamente onde os índices de intenção de votos para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva são mais baixos do que os do candidato da Oposição, Geraldo Alckmin. Mas vamos desconsiderar o evidente caráter eleitoreiro da decisão.

O fato é que este governo tem dado provas seguidas de incapacidade para atacar a raiz dos problemas com que se defronta a geração de novos postos de trabalho no Brasil, preferindo recorrer a medidas assistencialistas, como é o caso das parcelas adicionais do seguro-desemprego.

O bônus que os operários demitidos receberão é um mero paliativo, que em nada contribuirá para sua recolocação no mercado de trabalho formal – cujo desempenho, por sinal, foi decepcionante no primeiro semestre do ano.

Segundo dados do IBGE, nas seis regiões metropolitanas do País o contingente total de desempregados atingiu em junho 2 milhões e 300 mil pessoas. A taxa de desemprego no mês, em comparação com junho do ano passado, subiu um ponto percentual. Isto representa um acréscimo de 289 mil pessoas entre os sem emprego.

Até quando o Governo federal vai continuar afirmando que o número de empregos está em crescimento constante, quando a realidade é outra? Está na hora de as autoridades serem mais honestas com a população e dizerem a verdade. Não é fazendo concessões assistencialistas e aumentando a dependência do auxílio governamental que resolveremos esse problema.

Precisamos de políticas sólidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, com recursos para investimentos em infra-estrutura econômica e social sem nunca esquecer da Redução de Imposto – em resumo,

com planejamento direcionado para o estímulo à produtividade e à geração de empregos, Algo que este governo até agora mostrou-se incapaz de fazer.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo muito ainda a tratar, mas sem mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167 do RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando).

Parecer sob nº 842, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 - CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

12
REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 2000

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

13
REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL-AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 38 minutos.)

(O.S.: 14663/2006)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR). Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um tema que devo postergar, possivelmente para o final, em razão do discurso da Senadora Heloísa Helena, que me inspira a também dizer algo. Vou abordar o anúncio do Governo a respeito do pacote de medidas cambiais, mas antes, inspirado pelo discurso da Senadora, gostaria de refletir um pouco sobre a responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o País, especialmente nos últimos dois anos.

O que fazer? Como aprender essa lição? Certamente, não podemos ficar omissos, paralisados diante de tantas denúncias de escândalos sem precedentes na nossa história, que atingem frontalmente o Poder Legislativo, essencial na consolidação do sistema democrático em nosso País, sobretudo em razão dessa já denominada relação promíscua entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o compromisso que devemos assumir no ano eleitoral é com a reforma política. Imagino que para edificarmos, a partir dos escombros deixados pelos escândalos de corrupção, uma nova imagem para o Poder Legislativo no Brasil – mais do que para o Poder Legislativo, para as instituições públicas brasileiras, já que há uma crise de identidade do Estado brasileiro, maculado por tanta corrupção –, não há compromisso mais importante do que este com a reforma política, e, sem dúvida, um dos itens essenciais para conferirmos ao País um modelo político compatível com as exigências nacionais é a fidelidade partidária.

Verificamos, na CPMI dos Correios, que o momento de maior fluxo de recursos sacados na boca do caixa no Banco Rural foi exatamente o do troca-troca entre os partidos, quando parlamentares de partidos opositoristas migraram para partidos da base aliada. Foi exatamente aquele o momento em que mais se sacaram na boca do caixa do Banco Rural recursos oriundos do “valerioduto”.

Portanto, a fidelidade partidária é essencial, na medida em que o parlamentar poderá mudar de partido sem levar o mandato, ou seja, o mandato pertencerá ao partido e não ao parlamentar. Imagino ser este o caminho para a moralização: impedir que os trânsfugas possam estabelecer esse espetáculo deplorável de corrupção quando das mudanças efetuadas.

É evidente que uma reforma política ampla, que discuta todas as questões essenciais, não poderá deixar de contemplar o financiamento das campanhas eleitorais, uma vez que, sem dúvida, a corrupção na Administração Pública quase sempre começa na campanha eleitoral, tendo origem naqueles compromissos que alguns, ou muitos, assumem com a obrigação de retribuir os recursos arrecadados para a sustentação financeira de seus projetos eleitorais.

Então, há que se discutir o financiamento público de campanha sim, mas obviamente depois de todas as mudanças que permitirão instituir no País um modelo político moderno e capaz de ressuscitar a crença de que as instituições públicas do País podem ser acreditadas.

Há outras providências mais pontuais, como por exemplo, o fim das emendas parlamentares individuais.

Sr. Presidente, os recursos públicos devem ser aplicados em função de projetos idealizados, elaborados com competência, que digam respeito a prioridades inteligentemente definidas por aqueles que governam.

Inevitavelmente, a definição de prioridades leva em conta a necessária relação custo/benefício dos recursos públicos aplicados. O modelo atual não leva em conta o estabelecimento de prioridades inteligentes.

Abre-se um espaço para essa corrupção aberta e desavergonhada a que estamos assistindo, envolvendo, desgraçadamente, parlamentares – alguns deles até importantes estão surpreendentemente envolvidos nesse esquema escuso de corrupção que envergonha o Congresso Nacional.

Sei que estou abordando questões polêmicas. Trata-se de cortar na própria carne. Falar em acabar com emendas parlamentares individuais contraria o interesse corporativo. Mas temos que ter coragem para adotar medidas para avançar.

O Orçamento não pode ser elaborado dessa forma.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já concederei o aparte a V. Ex^a, Senador José Jorge.

A CPI do Orçamento, que levou à cassação os anões do Orçamento, não esgotou a corrupção. Por essa razão, acho que devemos debater o fim da Comissão de Orçamento, para que o Orçamento seja elaborado pelo Executivo e discutido nas comissões temáticas da Casa, sendo oferecido à Nação de forma impositiva. Orçamento elaborado é Orçamento executado.

A execução orçamentária no Governo Lula é uma lástima, é lamentável, é pífia. Os recursos provisionados no Orçamento não são aplicados, acabam contingenciados e contribuem para que se alcance o superávit primário. Em razão dessa meta de superávit primário absurda ou em razão mesmo da incompetência do Governo, da incapacidade de gerenciamento, a execução orçamentária tem sido deplorável no Governo Lula. Nem mesmo em setores fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população há aplicação eficiente dos recursos consignados no Orçamento da União.

Se abordarmos a questão da infra-estrutura, como fizemos ontem, verificaremos que há uma incompetência consagrada de forma absoluta no atual Governo.

Essa questão orçamentária é essencial para conter o processo de corrupção.

Tenho defendido também, com projetos apresentados no Senado, desde o início deste mandato, a redução do número de parlamentares em todas as instâncias, do Congresso Nacional às Câmaras Municipais. Esse é outro tema polêmico. Por isso, os projetos encontram-se engavetados, não caminham, não são debatidos, e, evidentemente, não há deliberação sobre eles.

Por exemplo, a redução em 21% do número de Deputados Federais não somente proporcionaria economia, porque haveria também a redução do número de cadeiras nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Pergunto sempre de que valem milhares de parlamentares desrespeitados e desacreditados no País. Imagino que seja melhor a redução do número de parlamentares para que possamos tê-los respeitados e valorizados pela sociedade brasileira.

Não estamos buscando apenas economizar, embora a economia, no primeiro momento, conforme cálculo feito há quase oito anos, quando apresentamos esse projeto, seria de mais de R\$800 milhões por ano no Congresso Nacional. Não se trata apenas dessa questão, que é importante. Também priorizo a valorização do Parlamento: torná-lo mais ágil, mais eficiente, mais competente.

É claro que a competição eleitoral seria mais exacerbada. Com isso, estaríamos valorizando os eleitos, que seriam mais respeitados. O Congresso estaria recuperando a credibilidade, e o processo democrático certamente ofereceria respostas mais compatíveis com as exigências da nossa população. Essa certamente será uma tese difícil, complexa e polêmica. Aliás, foi a única oportunidade em que o saudoso Ulysses Guimarães deixou a Presidência da Constituinte para, na tribuna, defender o equilíbrio do sistema parlamentar, uma vez que há distorções gritantes, como alguns Estados ter mais parlamentares que outros. Nem mesmo Ulysses Guimarães, com toda a respeitabilidade que possuía, com a qualificação para defender qualquer tese, com a competência com que fazia, convenceu a Assembleia Nacional Constituinte a alterar os parâmetros estabelecidos no pacote de abril de 1977, durante o período ditatorial.

Voltamos a essa tese, e creio que não há momento mais adequado, diante da crise vivida pelo Parlamento brasileiro e pelas instituições públicas do País. É preciso buscar agir para restabelecer a credibilidade, sinalizar a possibilidade de mudanças que certamente estabelecerão uma relação mais estreita entre a sociedade e a instituição pública brasileira, uma vez que há um fosso enorme a nos separar, exatamente

em razão da descrença semeada, que se propaga a cada passo.

Concedo o aparte ao ilustre amigo Senador José Jorge, que já o havia solicitado há algum tempo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Alvaro Dias, na realidade, concordo com V. Ex^a sobre essa questão dos sanguessugas, mas também lembro que, hoje em dia, liberação de emenda depende 90% do Executivo. Essas emendas individuais são apresentadas ao Orçamento pelos Parlamentares – cada um tem um teto –, e somos obrigados a incluir 30% de emendas para a saúde. Até aí, tudo bem; daí em diante, a liberação fica dependendo muito mais do Executivo do que da ação do Parlamentar. De vez em quando, quando há votação importante, o Governo libera uma porção de emendas, o que a mídia também vê, porque normalmente são as emendas dos Parlamentares da Base do Governo que são liberadas. Estranho, nessa CPI e nessa investigação, o fato de se deixar o Executivo para ser investigado numa segunda etapa, depois da eleição. Os Deputados só conseguiram fazer isso porque tinham o Executivo para liberar e para não fiscalizar a questão da compra das ambulâncias. Se fosse um Executivo bem organizado e honesto, ele saberia que uma ambulância daquela custava menos, pela baixa qualidade que tinha, mesmo porque eram milhares. É muito importante que os Ministros da época e os assessores sejam também investigados, porque eles têm grande responsabilidade nesse processo, além dos Parlamentares. V. Ex^a tem razão em tudo o que diz com relação à execução orçamentária da forma como é feita, mas penso que a CPI deveria investigar os Parlamentares, de um lado, e o Executivo, de outro. Não se deve deixar para depois da eleição, porque, senão, o que a população vai pensar? Que estão querendo proteger o Presidente Lula e seus Ministros. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem absoluta razão, a execução orçamentária, sobretudo no que diz respeito às emendas parlamentares, é estapafúrdia. Veja, em 2003, eu obtive 30% das emendas liberadas; em 2004, 40%; em 2005, zero, nenhum centavo de emenda parlamentar individual de minha autoria obteve liberação no ano passado, o que coincide com o trabalho de investigação na CPMI dos Correios e na CPI dos Bingos.

Mas, evidentemente, eu não sou a exceção à regra. Na oposição, outros parlamentares também são tratados dessa forma. Não creio que esse seja o critério correto. O critério é aquele já mencionado anteriormente: a relação custo-benefício da aplicação do dinheiro oriundo do imposto pago com tanto sacrifício pelo povo brasileiro. Não é o interesse eleitoreiro,

o interesse partidário e muito menos o interesse da corrupção. Não. Não é por meio desses expedientes escusos que devemos aplicar os recursos públicos. Existem outras medidas que podem ser adotadas, ainda nesse processo de investigação instaurado no Congresso Nacional, como a renúncia de parlamentares antes de sua cassação.

Apresentei projeto que, se aprovado, tornará inelegível o parlamentar investigado que, ao renunciar, se disponha a disputar a eleição. É uma forma de puni-lo exemplarmente uma vez que o processo judicial caminha morosamente e o julgamento pode ocorrer só anos depois. A medida acautelatória seria a de tornar inelegível também o parlamentar que renuncia diante do risco de uma eventual cassação.

Esse projeto estava tramitando em regime de urgência, poderia ter sido votado e o Líder do Governo à época, Senador Aloizio Mercadante, retirou-o, alegando que se poderia cometer injustiça com alguém que, eventualmente, houvera renunciado, como, por exemplo, o Deputado Henrique Meirelles, que havia renunciado o mandato de Deputado Federal para assumir a Presidência do Banco Central. Enfim, o projeto não foi aprovado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que este é o momento crucial. Vamos definir o rumo das instituições públicas brasileiras a partir desta eleição. Por isso, esse debate é importante, não apenas o debate que traz a denúncia, que propõe transparência em relação aos fatos investigados, mas também o debate propositivo. O que fazer para mudar? Que providências devemos adotar no âmbito do Parlamento do País para fazer do Brasil um país melhor, para que o povo brasileiro possa viver melhor, para que as riquezas produzidas pelas mãos laboriosas dos brasileiros possam ser distribuídas equitativa e justamente, sem serem consumidas pelo apetite desmesurado daqueles que agem corruptamente na função pública?

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente que considere como lido o pronunciamento que trouxe hoje e que trata do pacote de medidas cambiais, que deveria ter sido lançado, há muito tempo, e que o Presidente da República deve anunciar hoje. E a principal medida do pacote é alterar as regras da cobertura cambial. Essa flexibilização da cobertura cambial é urgente e necessária. É preciso simplificar as operações dos exportadores brasileiros e reduzir os custos. A política cambial está esmagando o setor produtivo nacional, comprometendo o resultado das exportações brasileiras, e está levando a uma situação pré-falimentar, sobretudo, a agricultura do nosso País.

Portanto, esse anúncio vem tarde. O pacote de medidas cambiais chega atrasado, já deveria ter sido

lançado há muito tempo. O Governo errou. E, agora, em clima eleitoral, durante o exercício do processo eleitoral, anuncia um pacote que esperamos, apesar do momento inadequado, possa ainda trazer benefícios aos setores produtivos do País.

Peço a V. Ex^a que considere como lida essa parte do meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Hoje o governo deve anunciar um pacote de medidas cambiais. Deveria ter sido lançado há muito tempo.

A principal medida do pacote cambial é alterar as regras da cobertura cambial.

A flexibilização da cobertura cambial é necessária e urgente. É preciso simplificar as operações do exportador e reduzir custos.

É mais do que justo permitir que os exportadores mantenham seus dólares no exterior, para pagar despesas em moedas estrangeiras

Atualmente o exportador é obrigado a trazer os dólares para o Brasil por um prazo de 210 dias e só depois pode reenviá-los para pagar despesas lá fora.

O grande dilema da equipe econômica é quanto a cobrança da CPMF, ou seja, a arrecadação do governo (apetite desmesurado).

O dólar do exportador paga CPMF quando entra e quando sai do país.

O problema que os técnicos do governo enfrentam é como cobrar a CPMF sobre uma movimentação financeira que ocorreu no exterior, não no Brasil, e, portanto, não tem um fato gerador de tributação.

O governo não se entende quanto a possível perda de arrecadação. A secretaria de comércio exterior (SECEX) estima que a perda de arrecadação chegaria a R\$200 milhões. A receita federal avalia que este total ultrapassaria R\$1 bilhão.

O Ministro da Fazenda fala em perda em zero de arrecadação. O exportador já vem sendo muito penalizado pela atual política cambial. O governo precisa ceder!

Em que pese o câmbio ser o cerne do debate entre os exportadores – inegavelmente a nossa moeda está super valorizada para diversos setores produtivos – o câmbio não pode figurar como o protagonista do comércio exterior brasileiro.

Como destacam importantes lideranças do setor empresarial a nossa política industrial precisa estar calcada em tecnologia e custos competitivos.

O câmbio como argumenta Paulo Godoy, presidente da associação brasileira da infra-estrutura e indústrias de base (Abdib), “é, sobretudo, preço de venda, não de produção.”

A propósito, um debate que esperamos seja travado entre os candidatos a presidência da república: a necessidade da indústria brasileira ter uma plataforma de baixo custo e boa qualidade, com diferenciação tecnológica, para ganhar mercado internacional sem perder espaço internamente para importações.

Não podemos perder de vista que ter uma indústria forte significa ter manufaturas em posições de liderança em cadeias produtivas com alto valor agregado.

Concordamos com a posição defendida pelo presidente da Abdib: “a política industrial brasileira precisa estar sustentada por quatro pilares: desenvolvimento tecnológico ou inovação, baixa carga tributária, linhas de crédito baratas e acordos internacionais de comércio com os principais mercados consumidores mundiais.

Portanto, a questão cambial é apenas um dos entraves que precisam ser removidos para que a indústria nacional seja forte e competitiva mundialmente.

Não podemos perder de vista que o Brasil detém pouco mais de 1% de participação no comércio mundial.

Por fim, precisamos consolidar e buscar novos tratados internacionais, ampliando acordos comerciais com pragmatismo e competência.

Como destacou ontem o nosso candidato Geraldo Alckmin, a política externa do atual governo é carregada de ideologia.

Esse viés ideológico, sem dúvida, tem impedido o Brasil celebrar acordos e ampliar nossas exportações.

Agenda: uma nova política industrial e uma política externa que atenda os interesses do País.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes, um *pot-pourri* de informações que julgo devo dar à Casa, para, em seguida, tomar aqui uma definição.

Registro, com muito pesar – e requeiro voto nesse sentido – a morte por assassinato do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, que foi meu auxiliar na Prefeitura de Manaus, quando chefei aquele Poder. Figura competente, correta, cuja morte realmente é uma de-

monstração cabal de que a violência toma conta deste País e, portanto, também da minha cidade.

Lembro, com muito carinho, Sr. Presidente, o economista e amazonólogo Raimar da Silva Aguiar. Na semana passada, pude aqui referir-me ao seu falecimento. Na Catedral de Manaus, celebrou-se missa muito emotiva, que mostrou mesmo o conceito de que desfrutava Raimar Aguiar entre seus amigos: na hora em que o celebrante pediu que se dessem as mãos os que ali estavam, foi um mar de sentimentos. Encaminho, portanto, um pronunciamento nesse sentido, Sr. Presidente.

No mais, ainda requerendo voto de aplauso, registro o livro muito interessante da pesquisadora da Embrapa Noemi Vianna e do jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia, algo de enorme relevância, a meu ver.

Eu procuro acompanhar o cotidiano da minha gente, do meu povo, não sem antes registrar, Sr. Presidente, que o jornal do meu Estado **Correio Amazonense**, de 25 de julho, trata de um assunto que vai dar um enorme debate nesta Casa, que é a TV digital. Já fui avisado hoje, lealmente, pela Senadora Líder do PT, Ideli Salvatti, de que não será pacífico, do ponto de vista do Governo, o que imagino que é o justo: a TV digital ter exclusividade de incentivos para fabricação no meu Estado.

Afinal de contas, é TV, tanto faz ser digital ou não, e entendo isso como uma conquista do meu Estado. Foi muito leal, vamos discutir isso mais adiante, mas a posição já está tomada, a vigilância está absolutamente demonstrada, e não abriremos mão de que o Governo reconheça que TV digital ou não, TV que voe, que nade, que engatinhe, que ande de cócoras, tudo é do Amazonas. São Paulo fica com automóvel, não sei quem mais fica com a soja, mas TV, para mim, com clareza, é do Amazonas, e lutarei com unhas e dentes, com todas as unhas e todos os dentes de que possa dispor, para que essa verdade legal, legítima, consagrada no acordo que se fez em torno da Lei de Informática, seja acatada, obedecida.

Então, encaminho também esse pronunciamento que trata do *set-up box*, dispositivo que será conectado aos televisores para conversão do sinal analógico em digital. Há também a vontade de alguns setores de tirar do Amazonas a exclusividade de produzir o *set-up box*, mas não abriremos mão disso de jeito algum.

Essa matéria do jornal **Correio Amazonense** é muito oportuna. Ela lembra que, para a indústria de transmissão, o setor deve gerar 10% do total de R\$100 bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20

anos. Encaminho, então, à Mesa pronunciamento sobre o assunto.

Mas eu mencionava, ainda sobre o pólo industrial de Manaus, referindo-me ao mesmo jornal, **Correio Amazonense**, um dado, Senadora Heloísa, da maior significação: 20% dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus são já graduados em terceiro grau, e a maioria se dispõe a prosseguir nos estudos, ou na pós-graduação ou em cursos complementares, o que é um fato alvissareiro, porque o grande desafio para o Pólo de Manaus é dar um salto tecnológico que lhe permita enfrentar, por exemplo, a concorrência brutal que a China lhe faz.

Mas gostaria de dizer, repetindo, que acompanho o cotidiano, o dia-a-dia da nossa gente. Registro, por exemplo, o atleta amazonense Jander Cardoso, que, nas Olimpíadas Universitárias de 2006 conquistou medalha de ouro na prova de lançamento de dardo.

Sou esportista e entendo que as vitórias no esporte terminam sendo um termômetro da saúde do povo. Quanto mais massificado o esporte, mais massificada a idéia de que o acesso à saúde pode ser uma verdade universal.

E aqui uma notícia enternecedora: há um caractere em meu Estado chamado Lucivan Araújo, faixa preta, que se tornou bicampeão brasileiro junto com a seleção amazonense de Karatê Interestilos, sendo considerado o melhor atleta da competição.

Ainda no esporte, homenageio aqui o empresário João Bosco Brasil Bindá, que é responsável por um projeto muito interessante, intitulado Craques do Futuro. Ele pega talentos e procura prepará-los para o futebol. Pena que não haja iniciativa governamental para dar sustentação a isso, alguém faz aqui, um outro que é uma ilha de boa vontade faz acolá.

Ainda no esporte, uma coisa enternecedora, comovente. O atleta Fabrício Gutemberg, de apenas dez anos, atingiu a faixa preta de caratê. Mostrou maturidade, disciplina e tem tudo para ser um grande homem daqui para frente. Eu o homenageio.

O atleta Alex Taveira, jovem de vinte anos, que sofre de uma deficiência física – tem uma perna mais curta do que a outra –, é tricampeão amazonense de jiu-jitsu, e o jiu-jitsu do Amazonas é, simplesmente, a segunda força no Brasil e no mundo nessa modalidade. Ele é um dos melhores do Brasil; lutando com pessoas ditas normais, ele supera a deficiência física. É tricampeão amazonense enfrentando qualquer um nas circunstâncias de uma luta que é muito dura.

Tem ainda, Sr. Presidente, uma notícia triste. Recebi, Senadora Heloísa Helena, uma carta que peço que a Mesa encaminhe ao Ministro do Trabalho para que acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará,

porque aqui temos uma denúncia de escravidão na fazenda Régis, em Cumaru do Norte, no Estado do Pará.

Um cidadão, de maneira muito singela, me escreve e diz que ele se sente escravo.

Ele se refere aqui a mim, ao Senador José Agripino e ao Senador Antonio Carlos Magalhães. O cidadão se diz escravo. Engraçado, ele se referiu à Rádio Senado. Eu não sabia que a Rádio Senado alcançava tão longe. Não sei se foi a TV Senado, por meio de uma parabólica instalada na localidade onde vive, ou se é a Rádio Senado mesmo. O fato é que ele se diz escravo:

Olha Senador, moro nesta fazenda e trabalho de sol a sol, roçando e jogando veneno nas plantação sem proteção [estou sendo literal]. Bebo água do corgo [quis dizer córrego], junto com o gado. Eu nunca recebi salário, e o dono da fazenda não me dá nem férias e coloca a gente para assinar um recibo sem nunca pagar nada.

Diz uma outra coisa:

Eu já escrevi para o Ministro da Justiça, mas não tive nada de resposta e procurei meus direitos em Redenção, um pouco longe daqui, mas não adianta, porque quem manda lá é quem tem dinheiro.

Então minha última esperança é [são] vocês três. Todos os dias ouço os debates no Senado.

Referindo-se aos Senadores José Agripino e Antonio Carlos, pede que compareçamos fisicamente lá para ver como são tratados. Diz:

Todos os trabalhadores dessa fazenda nenhum recebe nada de dinheiro. Vocês três são minha esperança de fazer o Governo olhar o que estão fazendo com a gente.

Senador, eu quero, se possível, que não me identifique, pois eles podem me matar.

Vou repetir o nome da fazenda que mantém escravos segundo essa denúncia: é a fazenda Régis, em Cumaru do Norte no Pará.

Torno a solicitar ao Ministro do Trabalho que acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará para acabar com isso imediatamente e espero merecer do ministro a mais atenciosa resposta e a mais rápida providência, porque não dá para imaginar que o Poder Público possa ser cúmplice de uma situação abjeta e nojenta como essa.

Mais uma notícia que, como as outras, peço que seja inserida nos Anais da Casa. A revista **IstoÉ** desta semana traz uma matéria muito bonita sobre a Síndrome de Down, mostra exemplos de portadores da Síndrome de Down que estão se superando, estão vivendo vidas o mais próximas possível da realidade.

Dei um exemplo aqui uma vez, numa sessão especial em que se tratava da questão dos portadores de necessidades especiais, de um judoca, o Breno. Ele é imbatível lutando contra quem tem Síndrome de Down e enfrenta muita gente dita normal. Ele é uma figura descontraída. Certa vez, ele ganhou um campeonato modesto – não sei onde foi –, e só havia um pódio para ele, campeão. Ele exigiu o dele em cima, um outro mais embaixo para o segundo lugar e um outro mais embaixo para o terceiro lugar. Claro que havia um pouco de vaidade ali – quem não tem? –, mas ele disse assim: “Afim de contas, eles também merecem. Como é que vai ficar a auto-estima deles?” Disse isso se referindo aos tais normais que ele derrotou.

Entendo que se preocupar com isso, com esses cidadãos, faz parte de um projeto de Governo.

Ainda quero falar da Suene Silva de Moraes, de dezoito anos, do meu Estado, portadora de paralisia cerebral que conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção e se tornou uma aluna exemplar, sendo atualmente representante de sua turma em uma escola de Manaus. Ela foi vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais como aluna destaque. É algo terrível, mas bonito o que ela consegue fazer.

Não há um esquema sistêmico governamental para amparar essas pessoas que foram vítimas desses infortúnios.

Senadora Heloísa Helena, certa vez V. Ex^a me chamou a atenção para um fato que me sensibilizou e, depois, veio uma carta. Aqui me referia à corrupção e disse algo como: “Essa gente parece que é autista. O Presidente é autista: roubam, roubam, roubam, e ele nunca sabe de nada”. V. Ex^a me falou pessoalmente – não o fez da tribuna – que não dá para confundir corrupção com autismo.

Recebi uma carta de uma mãe, a Sr^a Telma Viga, dizendo que, de fato, não está certo misturar autismo com desvio de dinheiro público e me pediu para visitar uma entidade. Fui visitar a Associação Amazonense dos Amigos dos Autistas, que praticamente não recebe ajuda estatal alguma, apenas uma pequena ajuda da Prefeitura e do Estado, quase nada. Em Manaus, apesar de sua população de 1,7 milhão de pessoas, praticamente não há salas especiais, não há escola especial, não há pré-oficina e nem oficina pedagógica.

Então, aquele autista que poderia fabricar vassoura não tem oportunidade. Fui visitar a instituição. Encontrei um menino chamado Wladimir – eu sempre repito isso. Se eu disser que faço aniversário no dia 20 de agosto e perguntar o dia da semana em que comemorarei a data em 2010 por exemplo, ele diz, e você pode conferir que vai ser aquilo mesmo. Há um

outro – não há dentista nem médico lá a não ser os voluntários – que sai de ônibus para ir ao dentista ou ao médico. Ele decorou todas as linhas de ônibus de Manaus. Se perguntarem qual a linha para o bairro da Redenção ou para o Alvorada, ele fala 072, 095; ele vai dizendo todas as linhas de ônibus. O Edinho, filho da Telma Viga, é um grande desenhista, e o Natan é especializado em computador – especializado é modo de dizer, porque ele não estudou; ele é gênio, ele desenha coisas belíssimas e mexe com o computador como ninguém.

Eu me referi a quatro exemplos do que se chama em Medicina de autismo severo. Existe a Síndrome de Asperger, cujo portador pode levar uma vida normal desde que saiba de sua condição e cuide disso; há o portador de autismo leve, que leva uma vida quase normal; há o médio e o severo. Esses quatro são severos. Agora, o que acontece? Como lá não há escola especial, eles têm de ir para as chamadas escolas normais e depois dos treze anos eles não são aceitos em escola alguma. O autista então fica em casa e, com isso, ele fica agressivo, ele fica mais hiperativo do que nunca, ele fica marginalizado. Se a família não tem meios para cuidar dele, é uma coisa realmente muito complicada. Tomei uma lição de amor com aquela gente.

Em Manaus, há um menino de uma família da Paraíba que é, Senador Suplicy, cego, surdo, mudo, deficiente mental, epilético e autista – esse o destino sorteou com muito rigor. Ele está lá, junto com os outros.

Então, é uma coisa terrível. O mais triste é que, na AMA, eles não têm dinheiro para cuidar desses pacientes todos os dias, então eles ficam, em média, dois dias por semana; são turmas que se alternam dois dias por semana.

Portanto, registrei o cotidiano, registrei o esporte – sou apaixonado por esporte; esporte faz parte da minha vida –, registrei o fato da escravidão, registrei os avanços e as lutas do pólo industrial de Manaus, registrei a saudade de um amigo que acabei de perder, registrei outra perda muito importante para meu Estado.

Sr. Presidente, é muito essencial – vou tentar se muito genérico – cobrar isso do meu Estado. Há pessoas que nasceram para mandar – Napoleão Bonaparte era uma dessas pessoas. Eu fui treinado – digo treinado mesmo, porque meu pai me treinou – para desobedecer. Meu pai fazia questão que eu fosse desobediente. Pronto, ele conseguiu o êxito: sou uma pessoa desobediente. Estou apreciando muito a cobertura que está sendo dada aos candidatos a Presidente da República e que tem propiciado, por exemplo, o seu crescimento, Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a tem tido ocasião de explicitar o que pensa, e muito do que pensa não está de acordo com o que penso, embora eu a respeite muito e deseje a V. Ex^a uma votação à altura de sua dignidade. É isso que deve acontecer nos Estados.

Não aceitarei, por exemplo, em meu Estado, essa história de um jornal ser ligado ao Governador; outro jornal, ligado ao ex-Governador; e outro jornal... Aviso a esses navegantes todos que terão comigo uma surpresa do arramba se porventura eu perceber alguma coisa parecida com falta de liberdade de expressão em meu Estado: tipo levar os jornalistas mais ilustres do País ao meu Estado para ver o equilíbrio ou o desequilíbrio das notícias; tipo ir à Justiça, se necessário for, para obter direito igual.

Se Zezinho teve direito a um terço de página, então o Arthurzinho aqui quer um terço de página, com clareza e sem, evidentemente, qualquer compromisso financeiro com quem quer que seja, até porque não tenho. Não tenho por duas razões: não tenho porque não tenho e não tenho porque não quero – duas razões bem fortes. O que quero é ser noticiado em igualdade de condições.

Eu, por enquanto, serei genérico, muito genérico. Mas quem é genérico vira específico na hora em que precisa ser específico. Não há hipótese de alguém me atingir e achar que não vai haver reação. Não há hipótese. Só quem não me conhece. Um de meus caracteres uma das características fundamentais é precisamente a previsibilidade. Isso é bom? Talvez. Isso é ruim? Deixa-me muito vulnerável em política? Talvez. Já sabem como vou agir. Já sabem como vou agir. Os adversários têm em mim um livro aberto. Sabem que, se fizerem assim, vou agir assado. Não há o que discutir. Então, opta por ser meu adversário quem quiser e arca com as conseqüências disso. Tenho esta tribuna aqui – se não a tivesse, já não teria medo – e com esta tribuna, sinto-me muito forte para enfrentar tudo o que vier pela frente, tudo o que vier pela frente.

É engraçado que, falando desse jeito, pode parecer estranho ao Senador Eduardo Suplicy, à Senadora Heloísa Helena e a V. Ex^a, mas há pessoas que sabem, precisamente, por que estou falando isso, estão recebendo o recado e encaixando-o direitinho. A partir deste discurso, essas pessoas vão se portar de um jeito ou de outro em relação a mim, na minha terra. Topo os dois jeitos: tanto o jeito melhor, mais ameno, ar condicionado, temperatura de 22 graus, aquela dos bons tempos da Varig; como o caldeirão, 48 graus, de paletó e gravata, para torrar mesmo, para a água desaparecer, para desidratar. Também aceito isso.

Estou avisando com muita clareza: não vou aceitar manipulação de pesquisa. Não vou aceitar brincadeira de mau gosto com a democracia que ajudei a construir. E mais: estou pronto na luta, como sempre, para apenas duas coisas.

Há pessoas que se aprontam para mil coisas, eu só me aprontei para duas. Há pessoas que são terríveis, se aprontaram para a, b, c até z. Eu só me aprontei para duas coisas: a primeira, para o que der; a segunda, para o que vier. Só duas, com muita nitidez.

Estou falando com endereço muito certo. Volto para minha terra amanhã, recomeço meus trabalhos, seguro de que falei para quem devia o que devia, por ora, no limite que achei que devia. Posso amanhã não ter limites quaisquer.

Mas o fato é que essa eleição, queiram ou não queiram alguns aproveitadores, essa eleição no Amazonas será democrática. Estaremos fiscalizando. O povo deve se pronunciar livremente, legitimamente.

Portanto, seguro de que a primeira parte da minha fala todos entenderam e de que a segunda só entendeu quem eu queria que entendesse, está dado o recado. Eu, quem sabe, não precise mais voltar ao assunto. Basta normalizar, ou talvez eu precise voltar ao assunto. Aí, vai normalizar depois que eu voltar ao assunto. Tenho certeza. Conheço as pessoas a quem me refiro.

O que é mais confortador: eu me conheço. Então, como me conheço, nessas horas, não me resta alternativa. Alguém tem que se dobrar. Não serei eu a me dobrar; ou então ninguém se dobra. Cada um mantém a altivez. Só pode manter a altivez quem a tem. Eu a tenho de sobra. Não a vendo porque não sou de negociar esses valores, mas tenho altivez de sobra. Não posso dar, nem emprestar, nem alugar, nem fazer *rent* de altivez. Não há nada disso.

Apenas, estou pronto para as duas coisas: para o que der e para o que vier.

Por ora, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Espero que eu possa, depois, voltar aos assuntos nacionais. Se tiver que voltar, voltarei. E o tom será outro! O tom será bem outro. O discurso será bem mais rico de dados, muito mais rico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termo do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Requer Voto de Pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbod, mais uma vítima da violência no País.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela morte trágica, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, vítima da violência no País.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Jorge Bulbol.

Justificação

Sensibiliza-me a morte do engenheiro Jorge Bulbol, assassinado em seu apartamento, em Manaus. Ele foi mais uma vítima da violência, num cenário que se amplia no País, deixando as famílias sem segurança ate mesmo em suas residências. Conheci Bulbol, o Jorginho, como e conhecido na Capital do Amazonas. Engenheiro, ele foi servidor da Prefeitura de Manaus, durante meu mandato como Prefeito. Sempre foi uma pessoa trabalhadora, cheio de vida e desportista, amante do futebol. Na noite em que foi morto, havia regressado pouco antes de uma partida de futebol.

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Requer Voto de Aplauso para a pesquisadora Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que juntos realizaram um trabalho até então considerado didático e inédito no Brasil, reunindo em uma única obra, um olhar completo sobre cinquenta e cinco espécies de árvores da Amazônia.

Trata-se de uma pesquisa minuciosa que durou de 1997 a 2005, percorrendo nove Estados da Amazônia, acumulando um enorme acervo fotográfico sobre as diversas espécies de árvores desta região.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº , 2006**Requer voto de aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o atleta amazonense Jander Cardoso, que durante a realização das Olimpíadas Universitárias de 2006, em Brasília, conquistou a medalha de ouro na prova de lançamento de dardo. Ressalte-se ainda que o atleta já tivesse brilhado no ano anterior em Recife, conquistando a medalha de prata na mesma modalidade.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº , 2006**Requer voto de aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas da modalidade.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que se sagrou bicampeã brasileira da modalidade no campeonato realizado entre os dias 13 e 16 de julho na cidade de Recife. O lutador Lucivan Araújo foi considerado o melhor atleta da competição tendo recebido o certificado de “destaque” do campeonato.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº , 2006**Requer voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto piloto “Craques do Futuro” que visa fazer de Manaus um grande pólo formador de atletas. Seus atletas já estão treinando em grandes equipes mineiras como o Cruzeiro e o Atlético Mineiro e participarão do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil, que será realizado em Londrina onde estarão presentes os maiores clubes do Brasil.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº , 2006

Requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, de apenas 10 anos, faixa preta que desponta como nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Fabrício Gutemberg tem apenas 10 anos, mora em Manaus há um ano e já é vice-campeão amazonense de caratê (2005), na categoria mirim. É a mais nova e promissora revelação desse esporte, que pratica desde os quatro anos de idade. Nesses últimos seis meses, ele não participou de competições, para se dedicar aos estudos. Apenas treina, para progredir e chegar a ser o primeiro no Amazonas nessa modalidade. Vai chegar.

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº , 2006

Requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física.

Requeiro, nos termos do art.222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, voto de aplauso ao atleta Alex Taveira, jovem de 20 anos que teve perseverança e força de vontade para vencer pequena deficiência física, tornando-se tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu.

Justificação

Dedicação, perseverança, força de vontade. Esses três requisitos fazem parte da vida do atleta amazonense Alex Taveira, já tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas. Alex nasceu com a perna direita mais curta e, a despeito do grande desafio que representava a superação de preconceitos, foi em frente e venceu. Hoje é tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu. Ele não pára aí. Quer ir adiante para conquistar novos troféus. Vai chegar lá, sem dúvida!

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº , 2006

Requer voto de aplauso para a estudante Suene Moraes.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para a estudante Suene Moraes, que como portadora de necessidades especiais tem conseguido se destacar como aluna da 7ª série do ensino fundamental, em uma escola estadual destinada a alunos normais.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a estudante Suene Silva de Moraes, de 18 anos, que portadora de paralisia cerebral, conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção, se tomando uma aluna de exemplar na escola e hoje é representante de turma. Além disso, a estudante já venceu um concurso local de redação e foi indicado por uma professora da escola, vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais, como a aluna de destaque.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores

Particpei ontem, com profunda emoção, da Missa de 7º Dia de Raimar Aguiar. Perdi um amigo, mas o Estado do Amazonas perdeu ^{um} seu leal defensor, escritor, cronista, empresário e economista. Sempre dedicado à defesa ^{de} ~~todos os temas relacionados à Região Amazônica~~, Raimar, profissional brilhante e homem de visão, semeou idéias e lutou para efetivar melhorias para o nosso Estado. ~~Preocupado com a sua preservação, foi um intransigente defensor das questões do meio ambiente e do homem amazonense.~~ ^{de}

Desenvolveu vários projetos para o Pólo Industrial de Manaus. Foi Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM e Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas do Estado do Amazonas. Participou como Secretário de Estado do Amazonas e como membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda e do Conselho Temático de Integração da CNI - Confederação Nacional da Indústria, além de vários conselhos técnicos.

No entanto, o que me traz a esta Tribuna, Senhor Presidente, não é destacar as qualidades do homem público Raimar, mas a figura humana digna, simples, generosa, alegre, espontânea, humilde, firme e cheia de otimismo diante da vida. Raimar foi múltiplo em tudo!

Senti-me extremamente tocado com o mesmo sentimento de saudade que invadiu todos os presentes. Foi possível constatar o maior legado deixado por ele: o seu exemplo de vida. Raimar partiu da mesma forma que viveu: rodeado da solidariedade dos seus amigos e admiradores, e do carinho da família.

Era o que tinha a dizer.



Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

Já indispensável ao Brasil, o Pólo Industrial de Manaus reúne, sabemos, invejável parque fabril de alta tecnologia. Ou seja, as indústrias ali estabelecidas são todas de geração moderna, em condições de disputar os mercados internacionais, sempre exigentes.

Hoje, registro com a mesma ênfase com que sempre defendi o PIM, um outro dado, relevante e de que nos orgulhamos: dos que trabalham no Pólo 20% são graduados.

Obtive essa informação no Centro das Indústrias do Amazonas e também li no jornal *Correio Amazonense* uma reportagem a respeito, mostrando a alta qualificação dos trabalhadores dessas empresas.

O Pólo Industrial de Manaus, por ser detentor de alta tecnologia exige de seus trabalhadores qualificação à altura.

Destaco ainda a informação não menos significativa do empenho da maioria desses trabalhadores em continuar se especializando, em cursos mais avançados ou em ~~em cursos~~^{em cursos} complementares.

Fica, pois, o registro, com meus cumprimentos aos dirigentes da Suframa, ~~na pessoa de sua dirigente, a Dra. Flávia Grosso,~~ e a todos que, em diferentes áreas das indústrias do PIM, contribuem para que o Amazonas conquiste novos triunfos.

Era o que tinha a dizer.



Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Venho registrar matéria publicada no *Correio Amazonense* de 25 de julho, que trata do desenvolvimento do set top box, dispositivo que será conectado aos televisores para a conversão do sinal digital em analógico. “Assim que for concluído o detalhamento técnico da TV digital brasileira, o laboratório da Philips em Manaus começará a desenvolver seu set top box”. A expectativa da companhia é de que o mercado seja abastecido com o produto dentro de um ano.

O sistema analógico coexistirá com o digital por 10 anos. A partir de então, o uso do conversor será indispensável para assistir à televisão aberta. As empresas Philips, Semp Toshiba, Samsung e RF Telavo avaliam que o impacto positivo da TV digital para a indústria só seja sentido daqui a dois anos. Para a indústria de transmissão, o setor deve gerar 10% do total de R\$ 100 bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20 anos.

Portanto, trata-se de um mercado promissor não só para o Amazonas, mas para o Brasil. Ver nossos produtos se tornarem realidade é resultado de ampla pesquisa e capacitação científica, tecnológica e industrial.

Era o que tinha a dizer.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

É inacreditável, mas ainda há escravidão no Brasil! Ou ao menos algo parecido e praticado por empresários que afrontam a lei, supondo que tudo é possível e que podem tudo. E também, segundo relato que recebi esta manhã, porque de nada adianta recorrer ao Governo Lula, *pois ninguém faz nada*.

O tipo de escravidão humana de que falo ocorre no Estado do Pará, na zona rural de Cumaru do Norte, perto de Alto Paraná. E, acreditem, só tomei conhecimento porque existe a Rádio Senado, que chega a Cumaru e é ouvida por trabalhadores da Fazenda.

Um deles, é ouvinte também da rádio local, uma emissora comunitária, que provavelmente retransmite a Rádio Senado. Ele, em nome de outros, trabalham na Fazenda Régis e, segundo dizem, em regime de escravidão.

Esse ouvinte dirigiu-se ao apresentador de um programa de forte apelo popular. Ele, que pediu para manter o anonimato, escreveu-me uma carta e a encaminhou ao programa da emissora, que a fez chegar a minhas mãos. Uma carta igual foi por ele encaminhada também aos Senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães. Seu remetente pedindo socorro. Ele é escravo em pleno Governo Lula, que se diz protetor dos desfavorecidos.

Leio a carta desse cidadão de Mato Grosso, reproduzindo, até pela sua singeleza, os exatos termos por ele usados:

Caro Senador Arthur Virgílio,

Como vai você? Tudo bem? Espero que sim, porque comigo não está nem um pouco bem. Por isso, resolvi procurar sua ajuda e também a ajuda dos senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães.

Olha, Senador, há seis anos que eu moro nesta fazenda e trabalho de sol a sol, roçando e jogando veneno nas plantação sem proteção. Trabalho num barro de lona preto, bebo água do corgo (córrego), junto com o gado. Eu nunca re-

cebi salário, tenho problema de saúde mais o dono da fazenda não me dá nem férias e coloca a gente para assinar um recibo sem nunca pagar nada.

E mais, em outro trecho:

Eu já escrevi para o Ministro da Justiça, mas não tive nada de resposta e procurei meus direitos em Redenção, um pouco longe daqui, mas não adianta, porque quem manda lá é quem tem dinheiro.

Então minha última esperança é (são) vocês três, porque por aqui não adianta porque sou negro e pobre.

Eu não tenho televisão no barraco de lona mas tenho um radinho de pilha e todos os dias eu ouço os debates no Senado.

O Senhor e o mais o Sr. Agripino e Antonio Carlos Magalhães podem vir aqui vê minha situação, por favor, para

ver como nós somos tratados. Todos os trabalhadores desta fazenda nenhum recebe nada de dinheiro.

Eu não tenho nada, só a mulher e meu filho para sustentar. Vocês três senadores são minha esperança de fazer o governo olhar o que estão fazendo com a gente.

Senador eu quero, se possível, que não me identifique, pois eles podem me matar.

Aí está o lamento de mais um brasileiro que vive como escravo.

Peço à Mesa que encaminhe cópia deste pronunciamento ao Ministro do Trabalho, para que ele tome conhecimento do regime de escravidão na Fazenda Régis, em Cumaru do Norte no Pará.

Solicito ao Ministro que acione a Delegacia Regional do Trabalho no Pará, para a investigação que o caso exige. E peço notícias a respeito dessas providências.

É a que tinha a dizer



Antônio Carlos

Senhor Presidente,

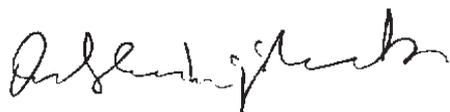
Senhoras e Senhores Senadores,

A revista *IstoÉ* desta semana traz interessante matéria sobre a síndrome de *Down*, mostrando os avanços da ciência para sua melhor compreensão e para que seus portadores se insiram cada vez mais na atividade normal da sociedade.

Diz a matéria, de autoria de Greice Rodrigues e Lena Castellón, que graças a essa evolução já há uma geração *Down* que usa sozinha o transporte público, pratica esporte, diverte-se, trabalha, tem Carteira assinada – enfim, coisas que há dez anos seriam impensáveis.

Por ser assunto de interesse geral, solicito que a matéria seja inserida nos Anais, na íntegra, como parte deste discurso.

Era o que tinha a dizer.



Alta tecnologia do PIM exige qualificação

Dados do Cieam apontam que apenas 20% do quadro funcional da indústria amazônica é graduado

Adriana Costa

Da equipe do Correio

Detentor de um parque fabril com alta tecnologia, o Pólo Industrial de Manaus (PIM) agrega, a cada ano, uma mão-de-obra mais especializada. Com base nos dados do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), atualmente, 20% do quadro funcional da indústria amazônica é de graduados.

As novas tecnologias exigem maior grau de qualificação e imediata aplicabilidade. Em função da competitividade, chegaremos antes do que imaginamos a um processo de exigência cada vez maior", explicou o presidente do Cieam, Maurício Loureiro. O executivo ressaltou que a China – forte concorrente do pólo local – forma mais de cinco mil engenheiros e analistas de sistemas por ano.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os trabalhadores na indústria estão se tornando cada vez mais qualificados. Pesquisa anterior do Instituto mostra que, em 1996, existiam aproximadamente sete trabalhadores com escolaridade inferior a cinco anos para cada trabalhador com mais de 11 anos de estudo. Em 2002, para cada trabalhador qualificado na indústria, existiam apenas quatro trabalhadores não qualificados. De acordo com

estudo, o desenvolvimento tecnológico é o fator fundamental para explicar esse crescimento na demanda por qualificação.

PIM atrai candidatos

Atraído pelos dados positivos da economia amazônica, o recém-formado em Administração – com ênfase em Agonegócios, Carlos Henrique Oliveira, 29, deixou, no início de julho, a cidade natal – Porto Velho (RO) para tentar a vida em Manaus. Munido de diploma e currículos, já percorreu

formação e experiência representa a chave perfeita para obtenção de um espaço no mercado competitivo atual.

Desafio

Quem já está no mercado de trabalho, aconselha aos universitários e recém-formados a enfrentarem desafios, a fim de obter uma vaga no pólo local.

A graduanda em Administração em Comércio Exterior, Diana Ferreira, 22, há quatro meses atua como estagiária em uma fábrica de eletrodomésticos do Distrito Industrial. "Quando surgiu a oportunidade, não sabia a função que iria exercer. Mas não hesitei em aceitar a proposta", explicou. Hoje, a universitária tem como atividade buscar melhorias para aumentar a produtividade da indústria onde trabalha.

Diana relatou que durante o pouco tempo de estágio já recebeu proposta para migrar para a área de engenharia da fábrica. Com o olhar no futuro, entre os objetivos da universitária está o conhecimento em sistema SAP, que é bastante utilizado pelas companhias do PIM. "O negócio é aproveitar as oportunidades que aparecem", concluiu a futura administradora.

Apesar das exigências, pólo fabril atrai profissionais de todas as partes do País

algumas empresas de recrutamento com o intuito de iniciar uma nova empreitada na cidade. Apesar do pouco tempo, o candidato já recebeu duas propostas. "Fiz alguns testes, e aguardo retorno", comentou. Na opinião de Oliveira, Manaus oferece mais oportunidades de trabalho em relação a Rondônia, tanto no comércio quanto na indústria. Em busca de constante qualificação, o administrador destacou que outro fator que contribuiu para a transferência de Estado foi a oferta de cursos oferecidos no Amazonas.

Oliveira frisou que o "casa-

mento" formação e experiência representa a chave perfeita para obtenção de um espaço no mercado competitivo atual.

TV DIGITAL

Fabricantes de eletroeletrônicos aguardam definição

Segundo a Philips, assim que for concluído o detalhamento do padrão, o laboratório da empresa em Manaus começará a desenvolver seu setup box

Para dar a partida aos negócios da TV digital, que prometem movimentar R\$ 100 bilhões nos próximos 20 anos, fabricantes de eletroeletrônicos dependem ainda da definição de parâmetros técnicos. Inovações como o acesso à Internet por meio dos aparelhos de tevê levarão seis meses para ser detalhadas. Empresas como Philips, Semp Toshiba, Samsung e a RF Telavo asseguram que os frutos da TV digital só virão para a indústria daqui a, pelo menos, dois anos.

Assim que for concluído o detalhamento técnico da TV digital brasileira, o laboratório da Philips em Manaus começará a desenvolver seu set top box, aparelho que será conectado aos televisores para a conversão do sinal digital. Por cerca de 10 anos, o sistema de televisão analógico coexistirá com o digital e, somente após este prazo, é que o uso do conversor será indispensável para assistir à televisão aberta.

De acordo com Walter

Duran, diretor de tecnologia da Philips, a expectativa da companhia é começar a abastecer o mercado de set top box dentro de um ano. A empresa fará a distribuição do produto nos mesmos locais em que os transmissores digitais forem instalados pelas emissoras de tevê.

Para a indústria de transmis-

Setor de transmissão deve gerar 10% do total de R\$100 bilhões

sores, os reflexos da implantação da TV digital no Brasil dependem dos mesmos parâmetros técnicos. De acordo com Jakson Sosa, presidente do grupo RF Telavo, só depois desta definição é que a indústria de transmissores saberá qual tipo de modulador usar em seus transmissores. Sosa conta que o modulador é peça estratégica na transmissão. O setor de transmissão deve gerar 10% do total de R\$100

bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20 anos.

“O impacto da TV Digital para a nossa indústria será sentido a partir de 2008. Até lá, as trocas de transmissores serão pontuais, concentradas nos centros”, esclarece.

Abinee

Antes de iniciada, a fabricação dos conversores (ou set top boxes) gera polêmica no

setor industrial. Isso porque o empresariado se divide entre aqueles que querem a inserção do item nos benefícios da Lei de Informática e os que defendem a inclusão do produto na categoria de áudio e vídeo, beneficiada se produzida em Manaus. Fabricantes de Manaus acham que o conversor faz parte da linha de áudio e vídeo e só poderá receber incentivos se fabricado em Manaus.

EDICINA & BEM-ESTAR
 Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

CADA VEZ MENOS DOWN

GREICE RODRIGUES
E LENA CASTELLÓN

Houve um tempo em que os pais de uma criança com síndrome de Down - o conjunto de alterações no organismo provocado por um distúrbio genético logo na geração - escondiam o filho da família e dos amigos. Algumas vezes por se sentirem mal, outras por desejarem pre-

A atual geração de pessoas com síndrome de Down vive mais, trabalha, pratica esporte e casa

servá-lo, já que ele seria um ser frágil e pouco capaz de conduzir sua própria vida. O que fazer para livrá-lo de perigos a não ser afastá-lo da sociedade? Quanto engano! Por causa da evolução da ciência no entendimento da síndrome e das ações para inserir essas pessoas normalmente na sociedade, hoje elas estão mais atuantes. To-

dos esses avanços criaram uma geração down que usa sozinha o transporte público, pratica esporte, se diverte, trabalha, tem carteira assinada, recebe salário, namora e até se casa, algo impensável há uma década. **Eles também estão vivendo mais tempo, mostrando com tudo isso que, ao contrário do que muitos acreditam, não são doentes. Os especialistas preferem classificar a síndrome de acidente genético e não de doença.**

Um sinal de que as pessoas com Down estão vivendo melhor e com mais autonomia é o entusiasmo com que se referem a seus cotidianos. "Quero ganhar mais. Meu sonho é comprar um *laptop*", comenta o caño-

ESPECIALISTAS DESCOBRIRAM QUE INTEGRAR ESSAS PESSOAS

À SOCIEDADE É MUITO MELHOR DO QUE

COMO SE FAZIA ANTES

ca Thiago Pompeu, 23 anos. Funcionário contratado de um restaurante da tradicional rede carioca La Mole na zona sul do Rio, Pompeu conta que recebe belas gorjetas. E revela sua pretensão profissional: virar gerente da casa. Outro desejo é se tornar campeão de natação do Rio de Janeiro dentro do circuito paraolímpico Loteria da Caixa, disputado em diversas etapas no Brasil. Ele já participou de duas fases e trouxe cinco medalhas.

Histórias como essas, que não têm nada de *down* (ou para baixo, na gíria criada a partir do inglês), tornam-se mais comuns. Pais, familiares, médicos e cientistas estão aprendendo melhor a respeito da síndrome e de como lidar com as conseqüências desse acidente genético. Em 95% das vezes, ele acontece ao acaso e uma pequena parte é por herança dos pais. Um dos avanços foi perceber que o isolamento prejudicava em vez de proteger. "Quanto mais inseridos na sociedade melhor. Há maiores chances de a pessoa se desenvolver", diz a médica geneticista Silvia Longhitano, coordenadora do ambulatório da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), em São Paulo. Para Glória Amato, presidente da Carpe Diem, uma instituição que trabalha com a inclusão social dessas pessoas, a independência é o objetivo. "A nossa luta é para que elas se tornem cidadãs autônomas integradas à comunidade", reforça. A decisão recente de abolir as escolas para as crianças especiais, colocando-as em colégios comuns, segue essa tendência.

O trabalho de inclusão começa nos primeiros meses de vida pela estimulação precoce, os exercícios que facilitam o desenvolvimento físico, motor, intelectual e social. A paulistana Janaína Godoy, 21 anos, comprovou o quanto isso ajuda. Mãe da serelepe Júlia, dois anos, ela foi interpelada na rua por uma mulher curiosa em saber a idade da pequena. "Ela mostrou logo dois dedinhos", orgulha-se. Desde os sete meses Júlia segue o programa de estimulação da Apae, que tem fisioterapia, fonoaudiologia, música e brincadeiras, entre outras atividades.

É importante ressaltar que os indivíduos com Down não apresentam diferenças na anatomia do cérebro. O que ocorre é uma lentidão no desenvolvimento mental, provavelmente gerada por problemas genéticos. Os cientistas estudam minúcias biológicas para compreender por que as funções cognitivas são afetadas. **Um dos últimos trabalhos nesse campo é o da Escola de Medicina da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. No início deste mês, os pesquisadores anunciaram ter descoberto uma possível causa da deficiência mental: um gene que, ao se manifestar em excesso no corpo, provocaria uma espécie de paralisia nos neurônios responsáveis pela atenção e memória.**

O excesso de material genético interfere em outros mecanismos, que também estão sendo pesquisados. Algumas conseqüências são notórias, caso da obesidade. "Mas os diagnósticos são feitos cada vez mais cedo e isso tem permitido que essas pessoas vivam mais e melhor", afirma a médica Elaine Rodini, coordenadora do laboratório de genética da Universidade Estadual Paulista, em Bauru. Ou seja, a criança Down de hoje completará mais aniversários do que as das gerações passadas. Segundo dados do Instituto Meta Social, outra entidade que batalha pela inclusão dos indivíduos com a síndrome, em 1947 eles viviam 15 anos na média mundial. Em 1989, a expectativa de vida passou para 50 anos e atualmente está em 70.

Apesar dessas vitórias, ainda há barreiras a superar. A atual novela global das oito retratará um pouco do pre-

conceito e do desconhecimento da sociedade. No ano que vem, a escola de samba Império Serrano levará à avenida um enredo que aborda campanha do Instituto Meta Social: diferente é normal. "A campanha provocou mudanças no comportamento. Os pais, por exemplo, afim que se sentem mais à vontade de com os filhos", diz a carioca Helene Werneck, coordenadora do instit

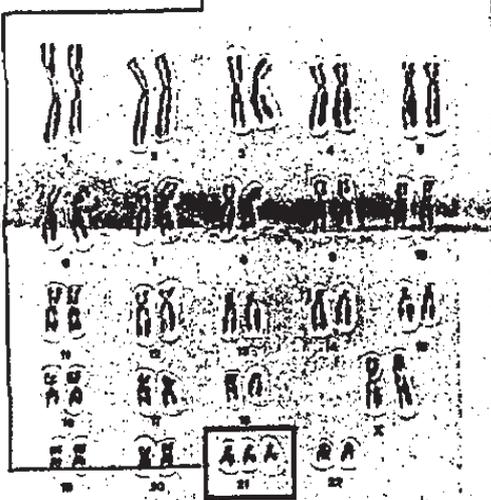
Muita gente se surpreende ao saber que esses homens e mulheres podem trabalhar, estudar e namorar. Tudo depende de como foram criados. Mariana Amato, 27 anos, filha de Glória, da Carpe Diem, conseguiu emprego num banco na capital paulista, continua estudando e gosta de se divertir com os amigos e o namorado. Há uma semana retornou de uma viagem de férias que fez, sozinha, pela Paraíba. "Sou tão capaz quanto qualquer pessoa da minha idade", crava. É bom esclarecer que não há graus na síndrome. Ninguém está com menos ou mais Down. Algumas pessoas têm mais capacidade para assumir responsabilidades, como administrar uma conta corrente, do que outras. Mas isso ocorre com todo mundo.

Constituir família é uma questão mais delicada. Não por que não possam ter bebês. O "detalhe" é que o filho de um casal com um dos parceiros Down tem 50% de chances de ter a alteração genética que causa a síndrome. Se os dois tiverem, a probabilidade sobe para 75%. Há dois anos e oito meses, Ariel Goldenberg e Rita de Cássia Pokk, ambos com 26 anos, se casaram. A paixão foi à primeira vista, mas o namoro só se fir-

O QUE É A SÍNDROME

Ela é provocada por uma alteração na quantidade de cromossomos, as estruturas que carregam as informações genéticas. Normalmente, o ser humano tem 46, agrupados em 23 duplas. Porém, uma em cada 600 crianças nasce com uma cópia a mais no par 21. Ou seja, tem três cromossomos em vez de dois. Esse excesso de material genético gera uma série de características:

- 1 Tendência à baixa estatura, face larga, pálpebras oblíquas, mãos pequenas e dedos curtos
- 2 O cromossomo a mais leva à formação típica do rosto, mas não há modificações na anatomia cerebral. O órgão não difere dos indivíduos sem a síndrome. A razão provável do atraso no desenvolvimento neuromotor está na alteração da expressão de genes do cromossomo 21



mou meses depois, numa festa. "Brindamos com refrigerante ao som da trilha do filme *Titanic*", lembra Rita. A vida de casado não é diferente das demais pessoas. A dupla trabalha – ele, numa corretora de seguros, ela em uma drogaria. E tem um grande objetivo: comprar uma casa. Quanto a ter filhos, não querem. "Fiz vasectomia. Tudo por amor a esta mulher", declara Ariel. Um romântico, definitivamente. ■

- 3 Por causa do aumento de material genético, diversos sistemas são afetados. É o que pode acontecer, por exemplo, com a tireóide, a glândula que produz hormônios relacionados ao aumento de peso, entre outros efeitos
- Todas essas complicações podem ser evitadas hoje com eficiência graças ao maior cuidado com a saúde da pessoa com síndrome de Down e a melhoria de sua qualidade de vida

- 4 Indivíduos com Down também estão sujeitos a apresentar precocemente mal de Alzheimer, uma degeneração neurológica ligada à idade. Em geral, ela se manifesta por volta dos 60 anos. No caso do portador do cromossomo triplicado, a média baixa para 40 ou 50 anos
- 5 Quem tem a síndrome tende à obesidade. E, por tabela, pode sofrer de problemas de colesterol, diabete e doenças cardiovasculares. Outros riscos possíveis são leucemias (câncer que afeta células sanguíneas) e distúrbios auditivos

Ata da 122ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Morais e João Alberto Souza

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 2/8/2006 07:37:46 até 2/8/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	FL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	PMDB	RR	RÔMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	FL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	TB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PFL	AL	HELOISA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X					

Compareceram: 67 Senadores

Luiz Sarney

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Srº 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2006**

(Nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 16 de março de 2006, que outorga permissão à HP Comunicação Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 327, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 80, de 16 de março de 2006, que outorga permissão à HP Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Brasília, 9 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 104 EM

Brasília, 31 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 038/2001-SSR/MC,

com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a HP Comunicação Ltda., (Processo nº 53670.001059/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 80, DE 16 DE MARÇO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001059/2001, Concorrência nº 038/2001-SSR/MC e do Parecer Conjur/MC/JSN nº 0436 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à HP Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

CONTRATO SOCIAL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.

HP COMUNICAÇÃO LTDA.

SAIMON MIRANDA DO PRADO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 3.121.531/2º, ~~VIA~~ SSP/GO e do CPF/MF nº 762.231.161-67, residente e domiciliado à Rua Campo Grande, s/nº, Qd. 44, Lt. 13, C-2, Jardim Esmeralda, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás; e JÚLIO CÉSAR BIANO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 3497048-7882670 - SSP/GO e do CPF/MF nº. 706.313.441-67, residente e domiciliado à Av. Rio Verde, s/nº, Qd. 113, Lt. 01, Apt. 404-G, Setor dos Afonsos, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, RESOLVEM, de comum acordo, constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade Ltda, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E DA SEDE DA EMPRESA

A sociedade girará sob o nome empresarial de HP COMUNICAÇÃO LTDA, com nome de fantasia de HP COMUNICAÇÃO e terá sua sede social à Rua: Pindorama, s/nº, Qd. 41-A, Lt. 03, Piso-01, Vila Brasília, na Cidade de. Aparecida de Goiânia/GO, podendo instalar e manter filiais em todo território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem em: a) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços de TV a CABO, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos; b) execução, em qualquer parte do território nacional, dos serviços de radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais e serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Único

A Sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28.02.67

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Poder Público lhe outorgar autorização, permissão ou concessão para executar seus objetivos sociais em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO-

Nenhuma alteração contratual poderá ser efetuada sem prévia autorização do Poder Público concedente.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social estabelecido neste ato, é de R\$. 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 50 (Cinquenta) quotas de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

1. Saimon Miranda do Prado	26 quotas	R\$ 26.000,00
2. Júlio César Bianco	24 quotas	R\$ 24.000,00
Total.....	50 quotas	R\$ 50.000,00

Parágrafo Primeiro:

A Sociedade integraliza neste ato o Capital Social de R\$. 30.000,00 (Trinta mil reais), assim distribuído entre os sócios:

1. Saimon Miranda do Prado	R\$. 15.600,00
2. Júlio César Bianco	R\$. 14.400,00
Total.....	R\$. 30.000,00

Parágrafo Segundo:

A Sociedade deverá integralizar o restante do Capital Social até 30.09.2001, na medida da necessidade de caixa da empresa ora constituída, a partir do efetivo início de suas atividades, assim distribuído entre os sócios:

1. Saimon Miranda do Prado	R\$ 10.400,00
2. Júlio César Bianco	R\$ 9.600,00
Total.....	R\$ 20.000,00

Parágrafo Terceiro

A integralização referida nos parágrafos primeiro e segundo, será efetuada, em moeda corrente, segundo as quotas devidas a cada um, de acordo com o que se especifica no "caput" dessa cláusula.

Parágrafo Quarto

De acordo com o artigo 2º, "in fine" do Decreto-Lei Federal nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Parágrafo Quinto

As quotas representativas do capital social pertencerão, na sua totalidade a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e são inalienáveis e incoercíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros.

Parágrafo Sexto

É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Compete o uso da denominação social, ao sócio Saimon Miranda do Prado o qual representará a Sociedade isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais e Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida pelo sócio mencionado na Cláusula Sexta, que dispensado de caução, fica desde já investido na função de sócio-gerente, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

O sócio-gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de "Pro-labore", estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo-se a capacidade financeira da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta "lucros acumulados" para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital de cada um.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE QUOTAS

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante. ✓

Parágrafo Primeiro

O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo-se a primeira delas 60 (sessenta) dias após a retirada do sócio.

Parágrafo Segundo

É vedado ao(s) sócio(s), dar(em) suas quotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá-las com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contrariar ou perturbar os interesses e fins sociais.

Parágrafo Terceiro

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da Sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

Parágrafo Quarto

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo primeiro desta Cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades previstas nos objetivos sociais referidos na cláusula primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Primeiro

A Sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 23 (dois terços) de empregados brasileiros natos.

Parágrafo Segundo

Os casos não previstos no presente contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº3.708, de 10 de janeiro de 1919, e subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para a solução de qualquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Aparecida de Goiânia-Go, 11 de maio de 2001.


Salomon Miranda do Prado


Julio Cesar Bianco

Testemunhas:


Lutz Antônio Miguel de Carvalho
RG. 1.411.142 SSP/GO.


Joscelina Gomes da Silva
RG. 1.817.062 SSP/GO.


Dr. Genzy Gonçalves
OAB-GO nº 14.043

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006, que acaba de ser lido, tramitará com o prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, o projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 205, de 2006 (nº 623/2006, na origem), de 26 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 246/CAE/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou a Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, que “dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências”, e que nos termos do art. 282, do RISF o referido Substitutivo será submetido à turno Suplementar de Discussão na próxima reunião desta Comissão.

Atenciosamente, – **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 27/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti, como Titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, que passa a ocupar a vaga de suplente.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 105/PLEN

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular a Deputada Iriny Lopes – PT/ES em substituição ao Deputado Nelson Pelegrino – PT/BA, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para saúde.

Atenciosamente, – **Henrique Fontana**, Líder do PT.

Ofício nº 287/PDT

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Sérgio Miranda e Luiz Piauhyllino para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 312/2006, de 19 de julho de 2006, que “prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, em substituição aos deputados anteriormente indicados.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

Of. GLPMDB Nº 291/2006

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges, como membro titular, em substituição ao Senador Gilvam Borges, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apurar as denúncias envolvendo a Operação Sanguessuga.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.004, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), que solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em até US\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Introdução

Por intermédio da Mensagem nº 177, de 2006, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para elevar, temporariamente, o limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em até US\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Essa ampliação faz-se necessária para que a referida empresa contrate operação de crédito com as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS. A Eletrobras deverá contratar operação de crédito externo no referido montante, sem garantia da União, com vistas a repassá-la à Cgtee. Tais recursos destinam-se ao financiamento da Fase C do Projeto Candiota.

Objetiva-se com esse projeto financiar a ampliação da Usina Termoelétrica Presidente Médici (Candiota II) e propiciar um incremento na capacidade de geração de energia elétrica em 350 mw.

Cumprir enfatizar que o custo total do projeto está estimado em até US\$427,9 milhões, devendo ser desembolsado e repassado à Cgtee nos anos de 2006 a 2009.

É importante frisar que o projeto em apreço constitui desdobramento do Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Comércio da República Popular da China, que visa a cooperação bilateral nos setores de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, eletricidade e mineração, assim como no desenvolvimento de projetos de geração e transmissão de energia elétrica.

Destaque-se que a Nota Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional (Nota Gerfi/Coref/STN nº 1264, de 23 de junho do corrente ano), anexa ao Processado em exame, firmou o entendimento de que não é necessária a ampliação dos limites de endividamento da Eletrobras, mas tão-somente da Cgtee, de maneira a operacionalizar a referida operação de crédito. De acordo com esse estudo, a Eletrobrás apresenta, no momento, margens nos limites de endividamento definidos nos incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

Por outro lado, por meio do Aviso nº 890, de 10 de agosto de 2006, da Casa Civil da Presidência da República, é anexado ao Processado em exame documento intitulado Contrato de Empréstimo, que descreve os termos e as condições referentes ao financiamento em exame, proposto pelo Banco de Desenvolvimento da China, a ser firmado pela Eletrobrás e repassado à Cgtee mediante assinatura de contrato de repasse, cujos recursos serão destinados à compra – de equipamentos, nacional e estrangeiro, instalações, realização de obras civis e o que for necessário para a conclusão do projeto.

Enfatize-se que as condições definidas nesse contrato do empréstimo constituem teto para o financiamento pretendido, passíveis, portanto, de reduções, sobretudo porque a ELETROBRÁS e a CGTEE já iniciaram negociações junto ao Banco de Desenvolvimento da China visando diminuir o custo da operação proposta.

II – Análise

O Senado Federal, no exercício de sua competência privativa, conforme art. 52 da Constituição Federal, regulamentou, mediante a Resolução nº 96, de 1989, as condições e os limites globais a serem observados pela União, suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal, para a contratação de operações de crédito.

A presente operação de crédito está disciplinada nos arts. 7º e 9º da citada Resolução nº 96, de 1989, que conceituam, para os efeitos das normas do Senado, as operações de crédito e estabelecem os limites de

endividamento a serem observados pelas empresas estatais, assim como as condições para, em caso excepcional, autorizar a sua elevação temporária.

Segundo as informações disponíveis no processado, a Cgtee não possui margens em seus limites de endividamento, tanto no que se refere ao limite atrelado ao montante de encargos e amortização de dívidas, quanto aos relativos a 10% do patrimônio líquido e a 10% do ativo permanente da Empresa, definidos nos incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989.

Todavia, como informado na referida Nota da Secretaria do Tesouro Nacional, a Cgtee possui condições de suportar o endividamento pleiteado, uma vez que apresenta situação financeira confortável, ratificada sobretudo pelo índice de liquidez corrente de 7,29 e de liquidez geral de 5,75. A empresa apresenta, ainda, uma estrutura de capital muito pouco dependente do capital de terceiros, mas o volume envolvido no financiamento para em questão apresenta-se elevado para as dimensões atuais da Ggtee. Como o prazo de carência vence após o início do funcionamento da Usina Candiota III, a qual irá proporcionar à Empresa receitas adicionais de R\$388,66 milhões ao ano, estas deverão ser suficientes para honrar as obrigações do empréstimo em tela. Ressaltamos que 99,94% das ações da Cgtee são de propriedade da Eletrobrás.

Assim sendo, a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da Nota Gerfi/Coref nº 1.264, de 23 de junho de 2006, concluiu que a Cgtee possui condições de suportar a operação de crédito pretendida.

Quanto às exigências de instrução do pleito, definidas no parágrafo único do art. 9º da Resolução nº 96, de 1989, não se aplica à operação em exame sua sujeição à prévia lei autorizativa. Isso porque, após a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1996, as empresas estatais submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, não se sujeitando, assim, a nenhuma lei autorizativa específica para realizar suas operações de crédito. Aliás, assim também entende a Secretaria do Tesouro Nacional, conforme consta na referida Nota STN/Gerfi/Coref.

Quanto às previsões orçamentárias exigidas, vale notar que o Projeto da Fase C da Usina de Candiota consta do Plano Plurianual de Investimentos e da Lei Orçamentária para o exercício de 2006. Há, como enfatizado pela STN, tão-somente que se proceder à revisão do PDG, programa de dispêndios globais da Eletrobrás. Com efeito, é informado também que a Eletrobras vem providenciando a reformulação de seu PDG do corrente exercício, de forma a contemplar este financiamento. Ressalte-se que, inicialmente, era pre-

visto que a contratação da referida operação de crédito externo seria realizada pela Cgtee, diretamente.

As demais exigências contidas no referido art. 9º da Resolução nº 96, de 1989, são atendidas.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação do pedido, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2006

Autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobras, mediante contrato de repasse de recursos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE autorizada a elevar, temporariamente e em caráter excepcional, o seu limite de endividamento, para a contratação de operação de crédito no valor de até US\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, mediante contrato de repasse de recursos.

Parágrafo único. Os recursos decorrentes da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento da Fase C do Projeto Candiota.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada com as seguintes características e condições:

I – *Valor pretendido*: até US\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), mediante repasse de recursos de operação de crédito externo a ser contratada pela Eletrobrás;

II – *Condições financeiras*: as constantes do Contrato de Empréstimo proposto pelo Banco de Desenvolvimento da China, como teto ao financiamento ora autorizado, conforme Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China;

III – *Organizadoras do empréstimo*: Banco de Desenvolvimento da China – CDB e BNP Paribas.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar da sua publicação.

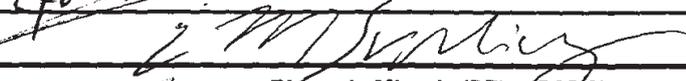
Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006..

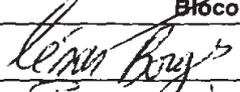
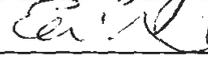
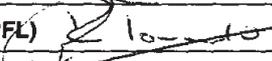
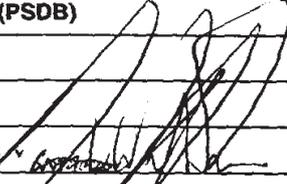
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 177, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

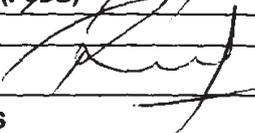
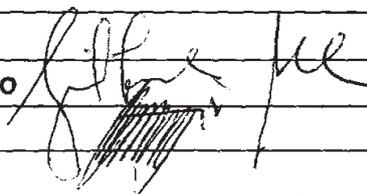
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

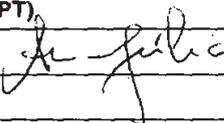
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO 	6- VAGO
WALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
ATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

SMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
-----------	--------------------

PARECER Nº 1.005, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), que solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, em até R\$5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), afim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Introdução

Por intermédio da Mensagem nº 204, de 2006, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para elevar, temporariamente, o limite de endividamento da Petrobras Transporte S. A. – (TRANSPETRO), em até R\$5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais).

Essa ampliação faz-se necessária para que a referida empresa contrate operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante, através de seus agentes financeiros.

Objetiva-se com esse financiamento a implementação do programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios, o que representa marco fundamental para a consecução do projeto de soerguimento da indústria naval brasileira.

Com efeito, o Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios da Transpetro (PROMEF) corresponde a um projeto que integra quatro elementos principais:

- a) demanda garantida pelas necessidades da Petrobras;
- b) capacitação da cadeia de fornecedores da indústria;
- c) absorção e desenvolvimento de tecnologia de projeto e produção naval no País; e
- d) linhas específicas de financiamento adequadas para as características específicas da indústria.

Prevê-se com o referido programa a revitalização da indústria de construção de navios de grande porte no País em bases competitivas com o mercado internacional.

Cumpra-se enfatizar que o Promef será implementado em duas fases, que se estendem até o ano de

2015. Na sua primeira etapa, está prevista a construção de 26 navios até o ano de 2010, com conteúdo nacional mínimo de 65%. O financiamento pretendido para a implementação do Programa, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, está estimado em R\$5.587.828.973,00.

Destaque-se que a Nota GERFI/COREF/STN nº 1.580, de 1º de agosto do corrente ano, com base na análise das informações encaminhadas pela Transpetro, firmou o entendimento de que é necessária a ampliação dos seus limites de endividamento de maneira a operacionalizar a referida operação de crédito. De acordo com esse estudo, a Transpetro não apresenta, no momento, margens nos limites de endividamento definidos nos incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Ressalte-se, todavia, que não se encontram disponibilizadas na referida Nota os cálculos relativos aos limites vigentes de endividamento para a Empresa.

Por outro lado, é de se frisar que o financiamento pretendido junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) representa importante mecanismo de apoio à construção de navios no Brasil e sua operação em bandeira brasileira, pois seus encargos financeiros são bastante atraentes, com juros que variam de 2,5 a 5% ao ano e prazos de pagamento de longo prazo, em até 20 anos, com carência de até quatro anos.

II – Análise

O Senado Federal, no exercício de sua competência privativa, conforme art. 52 da Constituição Federal, regulamentou, mediante a Resolução nº 96, de 1989, as condições e limites globais para as operações de crédito da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A presente operação de crédito está disciplinada nos arts. 7º e 9º da citada Resolução nº 96, de 1989, que conceituam, para os efeitos das normas do Senado, as operações de crédito e estabelecem os limites de endividamento a serem observados pelas empresas estatais, assim como as condições para, em caso excepcional, autorizar a elevação temporária dos referidos limites de endividamento.

Segundo as informações disponíveis no processado, a empresa não possui margens em seus limites de endividamento, tanto no que se refere ao limite atrelado ao montante de encargos e amortização de dívidas, quanto aos relativos a 10% do patrimônio líquido e a 10% do ativo permanente da empresa,

definidos nos incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989.

Todavia, como informado na referida Nota da Secretaria do Tesouro Nacional, a Transpetro apresenta boa estrutura financeira, ratificada pelos índices de liquidez corrente e geral e um baixo nível de alavancagem em sua estrutura de capital. Por fim, os saldos de caixa deverão ser crescentes após 2007 para fazer face aos serviços do financiamento.

Assim sendo, a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da Nota GERFI/COREF nº 1.580, de 1º de agosto de 2006, não se opõe à contratação do referido financiamento pela Transpetro. Exige, tão-somente, com manifesto na referida Nota, que o Grupo Petrobras proceda a compatibilização de seus investimentos com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela LDO para os próximos exercícios e que seja, oportunamente, concedida, pelo Ministério da Fazenda, excepcionalidade para permitir a Transpetro contratar o referido financiamento, haja vista os limites de contingenciamento de crédito estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Quanto às exigências de instrução do pleito, definidas no parágrafo único do art. 9º da Resolução nº 96, de 1989, não se aplica à operação em exame sua sujeição à prévia lei autorizativa. Isso porque, após a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1996, as empresas estatais submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, não se sujeitando, assim, a nenhuma lei autorizativa específica para realizar suas operações de crédito. Aliás, assim também entende a Secretaria do Tesouro Nacional, conforme consta na referida Nota STN/GERFI/COREF.

Quanto às previsões orçamentárias exigidas, vale notar que os investimentos previstos no Promef constam do Plano Plurianual de 2004/2007 e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e Orçamento de Investimentos do corrente exercício. Há, como enfatizado no Ofício nº 1.111/2006, da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, tão-somente que se proceder a revisão do PDG, programa de dispêndios globais da Transpetro e do Orçamento de Investimento. Com efeito, é informado também que a Petrobras vem providenciando a reformulação de seu PDG do corrente exercício, assim como a sua proposta de PDG/OI para 2007, de forma a contemplar este financiamento e os gastos correspondentes no Projeto Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais.

As demais exigências contidas no referido art. 9º da Resolução nº 96, de 1989, são atendidas.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação do pedido, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

Autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) autorizada a elevar, temporariamente e em caráter excepcional, o seu limite de endividamento, para a contratação de operação de crédito no valor de até R\$5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.

Parágrafo único. Os recursos decorrentes da operação de crédito referida no **caput** serão utilizados para financiar a implementação de programa estratégico da Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO), destinado à renovação e expansão de sua frota de navios.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º seta realizada com as seguintes características e condições:

I – *Valor pretendido*: até R\$5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais);

II – *Carência*: até 4 (quatro) anos;

III – *Amortização*: em até 20 (vinte) anos;

IV – *Taxa de Juros*: variável entre 2,5% ao ano e 6,0% ao ano.

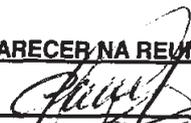
Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006.

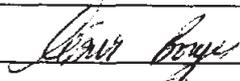
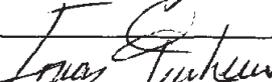
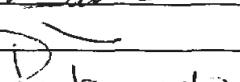
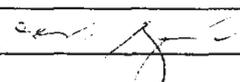
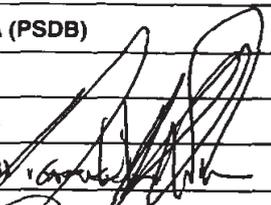
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 204, DE 2006
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

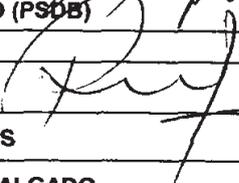
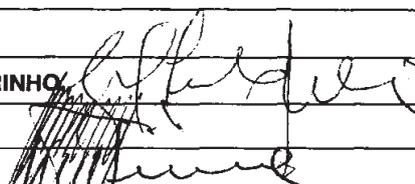
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

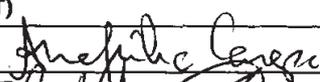
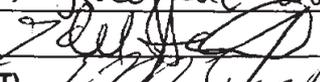
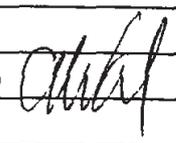
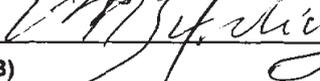
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
A HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
G. JERTO MESTRINHO 	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPPLY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.004 e 1.005, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 48, de 2006** (MSF 177/2006), que *autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos; e*
- **Projeto de Resolução nº 49, de 2006** (MSF 204/2006), que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou a republicação do **Parecer nº 932, de 2006**, da Comissão Diretora, que ofereceu a redação final do **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002** (nº 7.134, de 2002, na Câmara dos Deputados), para fazer constar do seu texto o inciso III do art. 40, aprovado na forma do texto original do Senado, bem como para excluir o parágrafo único do art. 65, rejeitado pelo Plenário da Casa, deliberações essas ocorridas no dia 12 de julho último.

Nesses termos, a Presidência determina a republicação do referido parecer, o envio de novos autógrafos à Presidência da República e a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto republicado:

PARECER Nº 932, DE 2006*

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002 (nº 7.134, de 2002, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002 (nº 7.134,

de 2002, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de julho de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Paulo Otávio**.

* Texto retificado para inclusão do inciso III do art. 40, aprovado pelo Plenário, e para exclusão do parágrafo único do art. 65, rejeitado pelo Plenário.

ANEXO AO PARECER Nº 932, DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no “caput” deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supra-mencionadas.

TÍTULO II

Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I – a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II – a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

CAPÍTULO I

Dos Princípios e dos Objetivos Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I – o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II – o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III – a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV – a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;

V – a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

VI – o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;

VII – a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;

VIII – a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;

IX – a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

X – a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e rein-

serção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;

XI – a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas – CONAD.

Art. 5º O Sisnad tem os seguintes objetivos:

I – contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

II – promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III – promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;

IV – assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta lei.

CAPÍTULO II

Da Composição e da Organização do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Art. 6º Integram o Sisnad o conjunto de órgãos e entidades do Poder Executivo da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios que exercem as atividades de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta lei.

Art. 7º A organização do Sisnad assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conad exercer a atribuição de órgão superior do Sisnad.

§ 1º O Conad é composto por órgãos da Administração Pública Federal, representações da sociedade civil e pela Secretaria Nacional Antidrogas – Senad, na qualidade de sua secretaria executiva, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A composição e o funcionamento do Conad são regulamentados pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III

Das Atribuições Específicas dos Órgãos que Compõem o SISNAD

Art. 9º No que se refere ao cumprimento desta lei são atribuições específicas do Ministério da Saúde

e de suas entidades vinculadas, na forma da legislação vigente:

I – publicar listas atualizadas periodicamente das substâncias ou produtos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei;

II – baixar instruções de caráter geral ou específico sobre limitação, fiscalização e controle da produção, do comércio e do uso das drogas referidas nesta lei;

III – adotar as providências estabelecidas no parágrafo único do art. 2º desta lei;

IV – assegurar a emissão de licença prévia prevista no art. 31 desta Lei pela autoridade sanitária competente;

V – regulamentar a política de atenção aos usuários e dependentes de drogas, bem como aos seus familiares, junto à rede do Sistema Único de Saúde – SUS;

VI – regulamentar as atividades que visem à redução de danos e riscos sociais e à saúde;

VII – regulamentar serviços públicos e privados que desenvolvam ações de atenção às pessoas que façam uso ou sejam dependentes de drogas e seus familiares;

VIII – gerir, em articulação com a Senad, o banco de dados das instituições de atenção à saúde e de assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas de que trata o parágrafo único do art. 15 desta lei.

Art. 10. No que se refere ao cumprimento desta lei, são atribuições específicas do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas, na forma da legislação vigente:

I – propor e implementar, em articulação com o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Senad, políticas de formação continuada para os profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino que abordem a prevenção ao uso indevido de drogas;

II – apoiar os dirigentes das instituições de ensino público e privado na elaboração de projetos pedagógicos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos princípios de prevenção do uso indevido de drogas, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes, bem como seus familiares, contidos nesta lei.

Art. 11. No que se refere ao cumprimento desta lei, são atribuições específicas do Ministério da Justiça e de suas entidades vinculadas, na forma da legislação vigente:

I – exercer a coordenação das atividades previstas no inciso II do art. 3º desta lei;

II – instituir e gerenciar o sistema nacional de dados estatísticos de repressão ao tráfico ilícito de drogas de que trata o art. 17 desta lei;

III – manter a Senad informada acerca dos dados relativos a bens móveis e imóveis, valores apreendidos e direitos constrictos em decorrência dos crimes capitulados nesta lei, visando à implementação do disposto nos arts. 60 a 64 desta lei.

Art. 12. No que se refere ao cumprimento desta lei, são atribuições específicas do Gabinete de Segurança Institucional e de suas entidades vinculadas, na forma da legislação vigente:

I – exercer a coordenação das atividades previstas no inciso I do art. 3º desta lei;

II – gerir o Fundo Nacional Antidrogas – Funad.

Art. 13. No que se refere ao cumprimento desta lei, são atribuições dos órgãos formuladores de políticas sociais e de suas entidades vinculadas, na forma da legislação vigente, identificar e regulamentar rede nacional das instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atendam usuários ou dependentes de drogas e respectivos familiares.

Art. 14. No âmbito de suas competências, os órgãos e entidades do Poder Executivo que integram o Sisnad, previstos no art. 6º desta lei, atentarão para:

I – o alinhamento das suas respectivas políticas públicas setoriais ao disposto nos arts. 4º e 5º desta lei;

II – as orientações e normas emanadas do Conad;

III – a colaboração nas atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, observado o disposto nesta lei.

CAPÍTULO IV

Da Coleta, Análise e Disseminação de Informações sobre Drogas

Art. 15. O Sisnad disporá de Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID gerido pela secretaria executiva de seu órgão superior, que reunirá e centralizará informações e conhecimentos atualizados sobre drogas, incluindo dados de estudos, pesquisas e levantamentos nacionais, produzindo e divulgando informações, fundamentadas cientificamente, que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados às atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas e para a criação de modelos de intervenção baseados nas necessidades específicas das diferentes populações-alvo, respeitando suas características socioculturais.

Parágrafo único. Respeitado o caráter sigiloso, fará parte do banco de dados central de que trata o **caput** deste artigo base de dados atualizada das ins-

tuições de atenção à saúde ou de assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas, bem como das de ensino e pesquisa.

Art. 16. As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas, conforme orientações emanadas da União.

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Executivo.

TÍTULO III

Das Atividades de Prevenção do uso Indevido, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas

CAPÍTULO I Da Prevenção

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II – a adoção de conceitos objetivos de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III – o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

IV – o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;

V – a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI – o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados

desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII – o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII – a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;

IX – o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;

X – o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI – a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;

XII – a observância das orientações e normas emanadas do Conad;

XIII – o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

CAPÍTULO II

Das Atividades de Atenção e de Reinserção Social de Usuários ou Dependentes de Drogas

Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

Art. 21. Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana,

os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II – a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III – definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV – atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V – observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI – o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

Art. 25. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 26. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

CAPÍTULO III Dos Crimes e das Penas

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o **caput**, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I – admoestação verbal;

II – multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Art. 29. Na imposição da medida educativa a que se refere o inciso II do § 6º do art. 28, o juiz, atendendo à reprovabilidade da conduta, fixará o número de dias-multa, em quantidade nunca inferior a 40 (quarenta) nem superior a 100 (cem), atribuindo depois a cada um, segundo a capacidade econômica do agente, o valor de um trinta avos até 3 (três) vezes o valor do maior salário mínimo.

Parágrafo único. Os valores decorrentes da imposição da multa a que se refere o § 6º do art. 28 serão creditados à conta do Fundo Nacional Antidrogas.

Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas, observado, no tocante à interrupção do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do Código Penal.

TÍTULO IV
**Da Repressão à Produção não Autorizada
e ao Tráfico Ilícito de Drogas**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 31. É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

Art. 32. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

§ 1º A destruição de drogas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.

§ 2º A incineração prevista no § 1º deste artigo será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e executada pela autoridade de polícia judiciária competente, na presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, mediante auto circunstanciado e após a perícia realizada no local da incineração.

§ 3º Em caso de ser utilizada a queimada para destruir a plantação, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no que couber, dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

§ 4º As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO II
Dos Crimes

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III – utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no **caput** e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do **caput** deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta lei:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no **caput** deste artigo for de transporte coletivo de passageiros.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:

I – a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II – o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III – a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV – o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V – caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI – sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;

VII – o agente financiar ou custear a prática do crime.

Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

Art. 43. Na fixação da multa a que se referem os arts. 33 a 39 desta lei, o juiz, atendendo ao que dispõe o art. 42 desta lei, determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um trinta avo nem superior a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo.

Parágrafo único. As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficaz, ainda que aplicadas no máximo.

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 a 37 desta lei são inafiançáveis e insuscetíveis de **sursis**, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Parágrafo único. Nos crimes previstos no **caput** deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no **caput** deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 47. Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda, observado o disposto no art. 26 desta lei.

CAPÍTULO III

Do Procedimento Penal

Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28 desta lei, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta lei, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente.

§ 4º Concluídos os procedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade

de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 5º Para os fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena prevista no art. 28 desta lei, a ser especificada na proposta.

Art. 49. Tratando-se de condutas tipificadas nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 a 37 desta lei, o juiz, sempre que as circunstâncias o recomendem, empregará os instrumentos protetivos de colaboradores e testemunhas previstos na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

SEÇÃO I

Da Investigação

Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Art. 51. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

Art. 52. Findos os prazos a que se refere o art. 51 desta lei, a autoridade de polícia judiciária, remetendo os autos do inquérito ao juízo:

I – relatará sumariamente as circunstâncias do fato, justificando as razões que a levaram à classificação do delito, indicando a quantidade e natureza da substância ou do produto apreendido, o local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente; ou

II – requererá sua devolução para a realização de diligências necessárias.

Parágrafo único. A remessa dos autos far-se-á sem prejuízo de diligências complementares:

I – necessárias ou úteis à plena elucidação do fato, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo

competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento;

II – necessárias ou úteis à indicação dos bens, direitos e valores de que seja titular o agente, ou que figurem em seu nome, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos nomes previstos nesta lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I – a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II – a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

SEÇÃO II Da Instrução Criminal

Art. 54. Recebidos em juízo os autos do inquérito policial, de Comissão Parlamentar de Inquérito ou peças de informação, dar-se-á vista ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar uma das seguintes providências:

I – requerer o arquivamento;

II – requisitar as diligências que entender necessárias;

III – oferecer denúncia, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as demais provas que entender pertinentes.

Art. 55. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas;

§ 2º As exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 113 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 3º Se a resposta não for apresentada no prazo, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.

§ 4º Apresentada a defesa, o juiz decidirá em 5 (cinco) dias.

§ 5º Se entender imprescindível, o juiz, no prazo máximo de 10 (dez) dias, determinará a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias.

Art. 56. Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenará a citação pessoal do acusado, a intimação do Ministério Público, do assistente, se for o caso, e requisitará os laudos periciais.

§ 1º Tratando-se de condutas tipificadas como infração do disposto nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 a 37 desta lei, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, comunicando ao órgão respectivo.

§ 2º A audiência a que se refere o **caput** deste artigo será realizada dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação para atestar dependência de drogas, quando se realizará em 90 (noventa) dias.

Art. 57. Na audiência de instrução e julgamento, após o interrogatório do acusado e a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para sustentação oral, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez), a critério do juiz.

Parágrafo único. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

Art. 58. Encerrados os debates, proferirá o juiz sentença de imediato, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos.

§ 1º Ao proferir sentença, o juiz, não tendo havido controvérsia, no curso do processo, sobre a natureza ou quantidade da substância ou do produto, ou sobre a regularidade do respectivo laudo, determinará que se proceda na forma do art. 32, § 1º, desta lei, preservando-se, para eventual contraprova, a fração que fixar.

§ 2º Igual procedimento poderá adotar o juiz, em decisão motivada e, ouvido o Ministério Público, quando a quantidade ou valor da substância ou do produto o indicar, precedendo a medida a elaboração e juntada aos autos do laudo toxicológico.

Art. 59. Nos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 a 37 desta lei, o réu não poderá apelar

sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória.

CAPÍTULO IV

Da Apreensão, Arrecadação e Destinação de Bens do Acusado

Art. 60. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos nesta lei, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 1º Decretadas quaisquer das medidas previstas neste artigo, o juiz facultará ao acusado que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente ou requeira a produção de provas acerca da origem lícita do produto, bem ou valor objeto da decisão.

§ 2º Provada a origem lícita do produto, bem ou valor, o juiz decidirá pela sua liberação.

§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 61. Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 desta Lei, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e cientificada a Senad, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades que atuam na prevenção do uso indevido, na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

Parágrafo único. Recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da instituição à qual tenha deferido o uso, ficando esta livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o **caput** deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numérico apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexos de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determi-

nará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 63. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível.

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º Compete à Senad a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 3º A Senad poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá à Senad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

Art. 64. A União, por intermédio da Senad, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção do uso indevido de drogas, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes e a atuação na repressão à

produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, com vistas na liberação de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas relacionados à questão das drogas.

TÍTULO V

Da Cooperação Internacional

Art. 65. De conformidade com os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observad o espírito das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais relacionados à questão das drogas, de que o Brasil é parte, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas de:

I – intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II – intercâmbio de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas e delitos conexos, em especial o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o desvio de precursores químicos;

III – intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtores e traficantes de drogas e seus precursores químicos.

TÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 66. Para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º desta lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam-se drogas substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Art. 67. A liberação dos recursos previstos na Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, em favor de Estados e do Distrito Federal, dependerá de sua adesão e respeito às diretrizes básicas contidas nos convênios firmados e do fornecimento de dados necessários à atualização do sistema previsto no art. 17 desta lei, pelas respectivas polícias judiciárias.

Art. 68. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Art. 69. No caso de falência ou liquidação extrajudicial de empresas ou estabelecimentos hospitalares, de pesquisa, de ensino, ou congêneres, assim como nos serviços de saúde que produzirem, venderem, adquirirem, consumirem, prescreverem ou fornecerem drogas ou de qualquer outro em que existam essas substâncias ou produtos, incumbe ao juízo perante o qual tramite o feito:

I – determinar, imediatamente à ciência da falência ou liquidação, sejam lacradas suas instalações;

II – ordenar à autoridade sanitária competente a urgente adoção das medidas necessárias ao recebimento e guarda, em depósito, das drogas arrecadadas;

III – dar ciência ao órgão do Ministério Público, para acompanhar o feito.

§ 1º Da licitação para alienação de substâncias ou produtos não proscritos referidos no inciso II do **caput** deste artigo, só podem participar pessoas jurídicas regularmente habilitadas na área de saúde ou de pesquisa científica que comprovem a destinação lícita a ser dada ao produto a ser arrematado.

§ 2º Ressalvada a hipótese de que trata o § 3º deste artigo, o produto não arrematado será, ato contínuo à hasta pública, destruído pela autoridade sanitária, na presença dos Conselhos Estaduais sobre Drogas e do Ministério Público.

§ 3º Figurando entre o praceado e não arrematadas especialidades farmacêuticas em condições de emprego terapêutico, ficarão elas depositadas sob a guarda do Ministério da Saúde, que as destinará à rede pública de saúde.

Art. 70. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal.

Parágrafo único. Os crimes praticados nos Municípios que não sejam sede de vara federal serão processados e julgados na vara federal da circunscrição respectiva.

Art. 71. Nas comarcas em que haja vara especializada para julgamento de crimes que envolvam drogas, esta acumulará as atribuições de juizado especial criminal sobre drogas, para efeitos desta lei.

Art. 72. Sempre que conveniente ou necessário, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará que se proceda, nos limites de sua jurisdição e na forma prevista no § 1º do art. 32 desta Lei, à destruição de drogas em processos já encerrados.

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 35, DE 2006

Acrescenta o § 5º ao art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

§ 5º Os servidores dos ex-territórios de Roraima e do Amapá, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àqueles ex-territórios durante o período de transição entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a promulgação das respectivas constituições estaduais, serão incorporados no quadro em extinção da administração federal, assegurando os direitos e vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como ressarcimento ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação desta Emenda.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos Servidores dos ex-territórios de Roraima e do Amapá, que se encontravam no exercício regular da função até a data da promulgação da Carta Magna o aproveitamento em quadro em extinção da administração Federal.

No entanto, alguns servidores que efetivamente trabalhavam nos ex-territórios no lapso temporal compreendido entre as promulgações das Constitui-

ções Federal e estaduais não foram alcançados pela benesse constitucional.

Assim, é medida isonômica, conceder àqueles servidores as mesmas garantias concedidas aos ser-

vidores dos ex-territórios à época da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

1- ~~_____~~
 2- ~~_____~~
 3- ~~_____~~
 4- ~~_____~~
 5- ~~_____~~
 6- ~~_____~~
 7- ~~_____~~
 8- ~~_____~~
 9- ~~_____~~
 10- ~~_____~~
 11- ~~_____~~
 12- ~~_____~~
 13- ~~_____~~
 14- ~~_____~~
 15- ~~_____~~
 16- ~~_____~~
 17- ~~_____~~
 18- ~~_____~~
 19- ~~_____~~
 20- ~~_____~~
 21- ~~_____~~
 22- ~~_____~~
 23- ~~_____~~
 24- ~~_____~~
 25- ~~_____~~
 26- ~~_____~~
 27- ~~_____~~
 28- ~~_____~~
 29- ~~_____~~
 30- ~~_____~~

MOZARILDO
 MAURO MATTA
 JONAS PINHEIRO
 VALDIR DAMPP
 PEDRO SIMON
 SIVUENIO SOUSA
 LEONEL PAVAN
 HERACLITO FORTES
 THE ARRIPINO
 ARTHUR JACILIO
 OSMAR DIAS
 ROMEO SUMA
 RAIMETELET
 AUGUSTO BOTELHO
 ALVARO BIAS
 RODRIGO TORRINHO
 GEOVANNI BOEBES
 LUIS BORGES
 JOAO ALBERTO SOUZA
 PAULO RIBEIRO
 ERNANI MORAIS
 GERALDO MESQUITA
 ANTONIO CARLOS VOLADINES
 JEFFERSON PERES
 ANTERO P. BARROS
 ALMEIDA LIMA
 EDSON LOBATO
 JOAO BAPTISTA MOTTA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

§ 3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos

governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos governadores eleitos.

§ 4º Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos arts. 159, I, a, da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2006

Dá nova redação ao inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para estender a aplicação da alíquota interestadual do ICMS às operações interestaduais de mercadorias destinadas a consumidor final.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços o consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;”

Art. 2º Fica revogado o inciso VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de emenda à Constituição Federal tem por objetivo modificar o regime de tributação nas operações interestaduais decorrentes de vendas para o consumidor não contribuinte do ICMS, inclusive por meio eletrônico, estabelecendo que nas operações e prestações que destinem bens e serviços o consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

Quando da promulgação da Constituição de 1988, foi desenhado um modelo de tributação adequado à sistemática econômica então vigente, atribuindo à

unidade federada remetente todo o imposto correspondente às operações de saídas interestaduais com destino ao consumidor final não contribuinte do ICMS. Entretanto, nas últimas décadas o mercado desenvolveu novas práticas de comercialização evoluindo para o comércio eletrônico tecnicamente denominado “e-commerce”, que se vale da rede web para efetivar suas transações comerciais e vem apresentando vertiginoso crescimento em detrimento das práticas de comércio convencionais.

O comércio eletrônico tem por foco o chamado cliente virtual e possibilita o faturamento direto entre o fornecedor e o consumidor final, independentemente da localização geográfica de ambos. Atualmente tem sido um nicho de mercado utilizado não somente por empresas virtuais, mas também por empresas, fisicamente estabelecidas nos mais diversos estados, que aderiram ao sistema como forma de proteger a sua permanência no mercado. O e-commerce alcança praticamente todos os segmentos econômicos, seja de comercialização ou serviços, especialmente produtos eletroeletrônicos, produtos de informática, vestuários, calçados e livros, para o que existem inúmeros sites especializados.

Quando a Constituição de 1988 definiu como sendo integralmente do estado de origem o ICMS nas operações interestaduais a consumidor final não contribuinte do imposto, esse tipo de comercialização praticamente não existia, e a internet era algo muito incipiente. Atualmente o cenário é muito diferente de duas décadas atrás e a tendência, para a venda a consumidor final, é a consolidação cada vez maior da sistemática do e-commerce, em substituição ao sistema tradicional de comércio.

Conforme matéria veiculada, em 9 de novembro de 2005, no jornal Folha de São Paulo “No Brasil, há 4 milhões de consumidores na web de um total de 30 milhões de internautas, segundo dados de junho de 2005 da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Isso representa cerca de 13% do total. Até metade de 2007, o quadro deverá mudar, segundo os consultores especializados. Serão 34 milhões de internautas, com 20% de compradores on-line, segundo a Câmara de Comércio Eletrônico.” Ainda segundo esses dados, o Brasil ocupa no ranking mundial de compras pela internet o 8º lugar na compra de livros e o 6º lugar na compra de vídeos, DVD e jogos.

A situação preocupa de forma unânime todas as unidades federadas, tendo em vista que as operações realizadas a título de faturamento direto nem sempre são alcançadas pela tributação de algum dos estados envolvidos – remetente e aquele no qual se encontra o consumidor – apresentado-se como mais uma forma

de sonegação de impostos, causando distorção na arrecadação do ICMS e ocasionando perda para ambos os estados. Tanto é assim, que a matéria já se encontra inserida na PEC 285/04 em tramitação no Congresso Nacional, que prevê uma nova estrutura para o funcionamento da sistemática de tributação do ICMS.

Dessa forma, com vistas a solucionar a questão de forma pontual, até que seja definitivamente resolvida a reforma tributária, é mister que se adote uma forma mais justa de repartição do ICMS entre o estado de origem e o de destino das mercadorias quando ocorrer venda a consumidor final, inclusive por meio eletrônico. A alternativa encontrada que apresentou maior segurança jurídica para a adoção de medidas a respeito da matéria foi a presente proposta de Emenda Constitucional, que segue a mesma linha constante da PEC 285/04, na versão já apreciada inclusive pelo

Senado Federal, segundo a qual nessas operações e prestações o imposto seria repartido entre as unidades federadas de origem e do destino.

No art. 2º da proposta, propõe-se a revogação do inciso VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, em razão da alteração a ser promovida no seu inciso VII, para fim de adequação do texto constitucional correspondente.

Finalmente, o art. 3º estabelece a data da publicação da emenda constitucional como data de início de sua vigência.

Certos do apoio decisivo dos nobres Pares, confiamos na aprovação da presente proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
<i>Antônio Carlos</i> <i>Luiz Borges</i>	<i>Antônio Carlos</i> <i>Luiz Borges</i>
FLEXA CIBEIHO	<i>Antônio Carlos</i>
CRISTOVAN BUARQUE	<i>Antônio Carlos</i>
OSMAR DIAS	<i>Antônio Carlos</i>
ANA JÚLIA CARRETA	<i>Ana Júlia Carreia</i>
JUIZ OTÁVIO	<i>Antônio Carlos</i>
A. C. VALADARES	<i>Antônio Carlos</i>
A. LIMA	<i>Antônio Carlos</i>
M. CARLOS ALVES	<i>Antônio Carlos</i>
J. BERTH.	<i>Antônio Carlos</i>
E. LOISAN	<i>Antônio Carlos</i>
P. PAIM	<i>Antônio Carlos</i>
Taís Baptista Motta	<i>Taís Baptista Motta</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
LEONAR QUINTANILHA	<i>Leonar Quintanilha</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
DE. SIVUCA AMARAL	<i>Antônio Carlos</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....
 “Art. 60.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

.....”
 VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea **a** do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2006

Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.

I – a carga horária mínima anual será de mil e quatrocentas horas, no ensino fundamental, e oitocentas horas, no ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

..... (NR)”

“Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, incluindo, pelo menos, cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula.

§ 1º

§ 2º O regime de tempo integral incluirá atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares. (NR)”

Art. 2º Os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União, terão prazo de cinco anos, a partir da publicação desta lei, para implantar a carga horária anual e a jornada de tempo integral de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 1996, quando foi promulgada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já sinalizava a necessidade de ministrar progressivamente o ensino fundamental em jornada integral. Nesse sentido, instava a conjugação de todos os esforços para a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para esse regime, durante a chamada Década da Educação (1997–2007).

Cinco anos após a publicação da LDB, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172, de 2001) incluiu, entre as metas destinadas ao ensino obrigatório, a ampliação progressiva da jornada escolar, visando expandir a escola de tempo integral, abrangendo um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

Passados outros quase cinco anos, pouco avançamos em direção a essa meta. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), a média de horas-aula diárias no ensino fundamental é de 4,3 horas, pouco mais do mínimo estipulado pela lei.

Dos cerca de 33,5 milhões de alunos do ensino fundamental matriculados em 2005, apenas 2,6 milhões – aproximadamente 8% do total – freqüentavam turnos escolares com duração maior do que cinco horas diárias.

As vantagens da jornada integral são muitas e bem conhecidas. Além de proporcionar benefícios pedagógicos inquestionáveis, ao propiciar atividades de reforço e acompanhamento escolar, ela funciona como um mecanismo capaz de contribuir para a inclusão social e o acesso das crianças mais carentes a atividades artísticas, culturais, esportivas e lúdicas. Não seria exagero afirmar que o regime integral poderia contribuir até mesmo para diminuir os índices de violência e envolvimento juvenil com atividades ilícitas, na medida em que canalizaria as energias das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos para atividades enriquecedoras, realizadas sob a supervisão da escola, aumentando sua auto-estima e seu envolvimento com o aprendizado.

Num contexto em que pais e mães são compelidos a participar intensamente do mercado de trabalho, para garantir o sustento de suas famílias, não se pode esperar que um turno escolar de quatro horas diárias seja adequado. No caso das crianças oriundas das famílias de alto poder aquisitivo, a jornada escolar já é complementada por inúmeras atividades adicionais, desenvolvidas no período em que a criança não está na escola, como aula de idiomas, cursos de informática e atividades esportivas. As crianças pobres, por sua vez, justamente as que mais precisam de assistência do Estado, são relegadas ao ócio improdutivo, passando boa parte do seu dia nas ruas, a mercê da violência, ou trancadas em casa, hipnotizadas em frente à televisão.

Não há dúvidas de que, para estender a jornada escolar de todo o ensino fundamental, garantindo a oferta de atividades extraclasse que transformem a escola em um espaço ampliado de convivência e aprendizagem, será preciso reforçar o financiamento da educação. Cada sistema de ensino terá que mapear suas condições de oferta, em termos de recursos humanos e estabelecimentos escolares, para planejar

a expansão gradativa da jornada. Não é por outra razão que prevemos a colaboração técnica e financeira da União nesse processo. Em seu papel supletivo e redistributivo, a União deverá apoiar os estados e municípios na implantação gradual do regime de tempo integral no ensino fundamental, a ser concluída no prazo de cinco anos a partir da transformação deste projeto em lei.

Com isso, passaremos de uma carga horária anual de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas, das quais pelo menos mil seriam destinadas ao efetivo trabalho em sala de aula. Uma vez implantado no ensino fundamental obrigatório, que já se encontra universalizado, o turno integral poderia ser estendido para as outras etapas da educação básica, principalmente a educação infantil, hoje em franco processo de expansão.

A importância de dar um salto de qualidade na educação brasileira vem sendo destacada por todos os que se importam com o desenvolvimento econômico e a justiça social. A escola de turno integral é parte central desse processo. Por isso, conclamamos a todos os ilustres Parlamentares que apóiem a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – **Marcos Guerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II – a classificação em qualquer série ou etapas exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI – o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII – cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

.....
Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo Integral, a critério dos sistemas de ensino.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2006

Requer informações ao Ministro da Justiça, acerca de denúncias veiculadas pelo Jornalista Cláudio Humberto, pelo jornal O Estado de S.Paulo e pela revista Veja, acerca de viagens efetuadas pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio ao exterior.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Justiça, informações sobre viagens efetuadas ao exterior pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Indaga-se:

1) Quantas vezes o Presidente da Funai foi a Genebra, na Suíça, e em que datas?

2) Quais os objetivos dessas viagens?

3) Quais os resultados práticos delas decorrentes?

4) Quantas viagens o Presidente da Funai fez ao Rio de Janeiro?

5) Quais os demais destinos de viagens efetuadas pelo Presidente da Funai desde que assumiu o cargo e quais os objetivos dessas viagens?

6) Quais os custos, em Reais, dessas viagens?

7) Em que classe o Presidente da Funai viajou: turística, executiva ou primeira classe?

Justificação

O jornalista Cláudio Humberto, o jornal **O Estado de S. Paulo** e a revista *Veja* denunciaram, em julho de 2006, o que consideram excesso de viagens ao exterior, efetuadas pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio. Estranham os dois conceituados órgãos da imprensa, a preferência do dirigente daquele órgão pela cidade de Genebra, na Suíça, no total de sete viagens, além de outras; três aos Estados Unidos, duas à Inglaterra, uma à Colômbia, uma ao Chile, uma ao México e uma ao Uruguai.

O dirigente da Funai, ademais, fez 118 viagens ao Rio de Janeiro, enquanto para as áreas e reservas indígenas no Brasil seus deslocamentos contabilizam apenas 49 viagens.

Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer os dados solicitados, pelo que formulo o presente requerimento de informações ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 883, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Flamengo Futebol Clube por ter-se sagrado Bicampeão da Copa do Brasil

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Flamengo Futebol Clube por ter-se sagrado, em memorável jogo realizado ontem à noite, dia 26 de julho de 2006, no Maracanã Bicampeão da Copa do Brasil.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria do Clube e, por seu intermédio, ao técnico Ney Franco, aos jogadores e a todos que contribuíram para a conquista do Bicampeonato.

Justificação

Em jogo muito disputado, ontem à noite, dia 26 de julho, diante de um Maracanã lotado, o Flamengo

Futebol Clube conquistou, pela segunda vez, a Copa do Brasil, tomando-se assim Bicampeão da competição. Foi conquista merecida e valorizada pela disposição de luta e bom futebol apresentado, nos dois jogos, pelo adversário Vasco da Gama, que lutou com garra até o apito final. Apesar de haver perdido o primeiro jogo por 2 a 0, e iniciar a partida de ontem, portanto, em nítida desvantagem, o Vasco da Gama não se intimidou, com o que os dois times puderam proporcionar às duas grandes torcidas espetáculo à altura do futebol brasileiros redimindo um pouco da frustração que tivemos na última Copa do Mundo. Com a conquista do campeonato, o Flamengo garantiu vaga também para disputar outra importante competição – a Taça Libertadores da América. Por tudo isso e, sobretudo, por haverem trazido de volta aos torcedores e aos apreciadores do futebol a alegria de ver uma partida disputada com disposição e garra, os dois times merecem os cumprimentos, e o Flamengo, por ter sido o vencedor, faz jus a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, de 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 884, DE 2006

Requer Voto Comemorativo pelo centenário de nascimento do poeta Mario Quintana

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto Comemorativo pelo centenário de nascimento do poeta Mario Quintana.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de seus familiares.

Justificação

Se vivo fosse, Mário Quintana teria completado 100 anos no dia 30 de julho. Foi nesse dia, em 1906, que ele nasceu, na cidade de Alegrete (RS), quarto filho de Celso de Oliveira Quintana, farmacêutico, e de D. Virgínia de Miranda Quintana. Com 13 anos de idade, foi matriculado no Colégio Militar, em Porto Alegre, e no jornal *Hyloea*, editado pelos alunos, publicou seus primeiros poemas. Em 1926 teve um conto, **A Sétima Personagem**, premiado em concurso promovido pelo jornal **Diário de Notícias**, de Porto Alegre. Em 1929, começa a trabalhar na redação do diário **O Estado do Rio Grande**, dirigida por Raul Pilla. No ano seguinte a **Revista do Correio** e o **Correio do Povo** publicam

seus poemas. Estava no início de longa carreira literária, que inclui vários livros de poesias, tradução de importantes autores estrangeiros, entre os quais, **Proust** (seu extenso **Em Busca do Tempo Perdido**), **Voltaire**, **Virginia Woolf**, **Papini** e **Maupassant**, dentre outros. Em 1943, começou a publicar o **Do Caderno H**, na **Revista Província de São Pedro** e, anos depois, no **Correio do Povo**. Nessa coluna diária divulgava pensamentos, com sua peculiar verve e ironia, sobre assuntos variados. Teve o reconhecimento – e a amizade – de alguns dos mais famosos nomes da literatura brasileira, como Monteiro Lobato, Augusto Meyer, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles e João Cabral de Melo Neto. Mas isso não lhe assegurou um lugar na Academia Brasileira de Letras, talvez porque seu humor por vezes funcionasse como metralhadora giratória. Talvez também por manter-se à margem da influente esquerda intelectual. “Quem quiser ajudar os pobres – disse certa vez – que vá ser vereador, deputado ou presidente da República. Escrever poemas sobre operários é uma forma de explorá-los literariamente. Tao terrível quanto a forma como são explorados financeiramente por seus patrões.” Perdida pela terceira vez a indicação para a Academia, reagiu com o sarcástico

“Poeminho do Contra
 Todos esses que aí estão
 Atravancando meu caminho,
 Eles passarão...
 Eu passarinho!”

Realmente, muitos passaram. Vários, quase sem deixar vestígio. Mas Quintana não passou. Faleceu há 12 anos, mas suas frases estão por aí, usadas até em agendas e calendários. São pensamentos universais. Está entre os poetas brasileiros mais citados e mais lembrados. Bem o disse Manoel Bandeira:

“Meu Quintana, os teus cantares
 Não são, Quintana, cantares:
 São, Quintana, quintanares.
 (...)
 São feitos esses cantares
 De um tudo-nada: ao falares,
 Luzem estrelas luares.

São para dizer em bares
 Como em mansões seculares
 Quintana, os teus quintanares.”

Por tudo que produziu, pelo muito que fez no mundo literário brasileiro, Mário Quintana merece ser lembrado e homenageado pelo centenário do nascimento, fazendo jus, portanto, ao Voto Comemorativo que ora proponho.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 885, DE 2006

Reque Voto de Enaltecimento à iniciativa humanitária e de solidariedade desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Comando da Aeronáutica, com a utilização de aeronave da FAB para o resgate de brasileiros moradores no Líbano, diante do conflito bélico ali em curso.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Enaltecimento ao Ministério das Relações Exteriores e ao Comando da Aeronáutica, pelo êxito no resgate, diante do conflito armado ali em curso, em sucessivas viagens com avião da FAB, dos brasileiros que se encontravam no Líbano.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do Ministro das Relações Exteriores e, por intermédio do Ministro da Defesa, ao Comandante Militar da Aeronáutica.

Justificação

O conflito militar em curso no Oriente Médio, com bombardeios diários a Beirute, capital do Líbano, comove o mundo e atemoriza os civis, entre eles numerosos brasileiros. Em conseqüência, tornaram-se imperiosas, ao lado de procedimentos diplomáticos, ações humanitárias para socorrer as populações atingidas, incluindo crianças. Nesse elenco, merecem reconhecimento público o Comando da Aeronáutica e o Ministério das Relações Exteriores, que, em conjunto, promovem vôos de resgate dos cidadãos brasileiros. Para esse fim, usam o antigo avião presidencial, afetivamente apelidado de Sucatão, que já trouxe ao País numerosas parcelas de cidadãos que, não fossem o desprendimento e a boa vontade dos nossos diplomatas e militares, dificilmente encontrariam meios para deixar o Líbano. O velho Sucatão, que tantos e relevantes serviços prestou ao País, inclusive como avião usado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos, mostra que continua prestando excelentes serviços ao País, como essa missão humanitária. Merecem, pois,

o Voto que proponho o Ministério das Relações Exteriores e o Comando da Aeronáutica.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 886, DE 2006

Requer Voto de Pesar, pelo falecimento de Marcel Tranquilini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de Judô.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 2006, em Brasília, do professor e campeão brasileiro universitário de Judô de 2001 e campeão brasileiro de Judô de 2003, Marcel Tranquilini Nery.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Marcel, em especial a seu irmão José Mário Tranquilini e à Confederação Brasileira de Judô.

Justificação

Professor de Judô. Campeão Brasileiro Universitário de Judô em 2001. Campeão Brasileiro de Judô em 2003. Essa a trajetória de vida de Marcel Tranquilini Nery, que morreu em Brasília no começo da noite de 31 de julho de 2006. Deixa, com saudade, uma vida em que, embora curta, deu ao Brasil conquistas significativas no Judô. Marcel era irmão de José Mário Tranquilini, outro desportista vitorioso, Ouro nos Jogos Pan-Americanos de Mar Del Plata em 1995. Com este requenimento, estou inserindo as palavras emotivas de José Mário, no sepultamento de Marcel, no Campo da Esperança em Brasília: “Pedi a meu pai um irmão. E ele foi gerado. Agora, peço para ele virar uma estela e ajudar nas coisas que a gente não entende aqui no mundo”. Com o preito de homenagem que o Senado da República tributa ao grande lutador, o Voto que ora proponho significa o reconhecimento do valor daquele grande e vitorioso desportista brasileiro.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 887, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Benedicto Cunha de Menezes, taquígrafo aposentado do Senado Federal.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido 15 de julho de 2006, de Carlos

Benedicto Cunha de Menezes, ex-taquígrafo do Senado da República, aposentado em 1992.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Carlos Benedicto, especialmente à viúva Annete e, por seu intermédio, aos filhos Carlos José, Lena Márcia, Liana Laura e Lilá Betânia.

Justificação

Carlos Benedicto foi taquígrafo do Senado Federal, aposentando-se em 1992 como Chefe de Revisão e Supervisão, Apoio Taquigráfico de Comissões. Dedicado à profissão, deixou quatro filhos: (Carlos Alberto, taquígrafo da Casa; Lena Maria, atual Diretora de Supervisão da Taquigrafia do Senado; Liana Laura, funcionária do Prodasen, e Lilá Betânia, também funcionária da Casa. Com o preito de homenagem que o Senado da República tributa ao grande funcionário, o Voto que ora proponho significa o reconhecimento do valor daquele dedicado servidor.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 888, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do an. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués, Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

Justificação

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, e a bela Terra do Guaraná, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior. Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do Guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 889, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 715/2006, de minha autoria.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª minha inscrição para uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito como Líder, para falar antes da Ordem do Dia, por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito em segundo lugar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero solicitar a minha inscrição pela Liderança do PT, não de imediato, mas próximo à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª falará na hora em que assim o desejar.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Enquanto o Senador Mozarildo se dirige à tribuna, apenas gostaria de fazer o registro de que esta semana é a Semana Mundial de Aleitamento Materno. A campanha do Ministério da Saúde diz: “*Amamentação. Garantir este direito é responsabilidade de todos*”, pois, embora biologicamente esse privilégio caiba às mulheres, é um dever de todos garantir o direito à amamentação. Gostaria de fazer o registro e solicitar que fosse considerado na íntegra o material que preparamos referente a esta semana de debates sobre o assunto amamentação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI

Gabinete Senadora IDELI

Semana Mundial de Aleitamento Materno

- Semana idealizada pela Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (Waba, na sigla em inglês) e tem sido comemorada desde 1992, em cerca de 120 países. A Waba também define anualmente o tema central da ação, que passa a ser discutido nos diversos países, unificando as comemorações em todo o mundo;
- No Brasil, o Ministério da Saúde promove em parceria com a SBP o slogan *"Amamentação. Garantir este direito é responsabilidade de todos"*. O evento de abertura da semana, marcada para o período de 1º a 7 de agosto, será no Memorial da Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), no Rio de Janeiro, parceira ;
- **OBJETIVO:** Discutir a importância da defesa da amamentação do marketing abusivo de alimentos que prejudicam o aleitamento materno;
- Em 2006, o país completa 25 anos de Política Nacional de Aleitamento Materno. Um dos avanços da política, no período, foi a aprovação da lei federal nº 11.265/06, que regulamenta a propaganda abusiva dos produtos que interferem na amamentação; A lei prevê autuação e punição para estabelecimentos de saúde e empresas que não se enquadrarem nos dispositivos da legislação;
- Neste ano na abertura da semana, serão homenageadas: à Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN); o Estado do Mato Grosso do Sul, pela publicação de material educativo em língua

indígena e na Linguagem Brasileira de Sinais (Libra) e à madrinha da semana, a atriz *Global Cássia Kiss*, conhecida defensora da amamentação; Avanços de conquistas que fortaleceram ações que resultaram da Política Nacional de Aleitamento Materno nos últimos 25 anos:

- Credenciamento e a habilitação de 336 estabelecimentos de saúde do SUS de todo o país como hospitais amigos da criança;
- a criação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, hoje com 187 bancos e 29 postos de coleta;
- as capacitações das vigilâncias sanitárias estaduais para monitoramento e de profissionais de saúde de todos os Estados para ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno;
- As leis trabalhistas que prevêm licenças maternidade, paternidade e de amamentação e;
- da Lei Federal nº 11.108/05 (Lei Ideli), que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto no SUS, também são outras das conquistas da política.

Conclusão:

Divulgação: O Ministério da Saúde está distribuindo 1 milhão de folhetos e 300 mil cartazes relativos à Semana Mundial de Aleitamento Materno às secretarias de saúde das capitais brasileiras e às secretarias estaduais e delegacias regionais de saúde dos Estados.

CRIANÇA ESPERANÇA

Desde 1986, são 4.840 projetos sociais apoiados

Reconhecido pela ONU como modelo internacional, o Criança Esperança incentiva o debate sobre políticas públicas e transforma vidas. Em 21 anos de campanha, mais de 161 milhões de reais em doações, foram integralmente investidos no Brasil em 5 mil projetos sociais e ONGs. Tais contribuições garantiram os direitos de mais de três milhões de crianças e adolescentes, ajudaram a reduzir a mortalidade e o trabalho infantil, a combater a exploração sexual de meninos e meninas e a preparar jovens de baixa renda para o mercado de trabalho.

A Campanha Criança Esperança, em parceria com a UNESCO, foi lançada por um programa especial dos Trapalhões em 1986, com 9 horas de duração, e chamou a atenção da opinião pública para a situação da infância no Brasil. A partir daí, o destino de milhões de meninos e meninas começou a mudar.

Ao longo de **20 anos de Criança Esperança** foram muitas as conquistas:

- Ao divulgar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a campanha contribuiu para a inclusão do artigo 277 na Constituição Federal de 1988, que garantia os direitos das crianças brasileiras. Dois anos depois, este artigo deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Mais de R\$ 161 milhões foram arrecadados;
- Mais de três milhões e setecentas mil crianças foram beneficiadas.

Esse ano, são 64 projetos apoiados

Mais de 100 mil crianças atendidas

Em 2006, a Unesco recebeu 608 projetos, um número quase 5 vezes maior que o do ano anterior. Sessenta e quatro foram selecionados, em quase todos os estados do Brasil. Isso representa um crescimento de 60% na quantidade de projetos apoiados.

Os projetos são voltados para crianças e adolescentes de até 24 anos e atuam em diversas áreas, como educação complementar, inclusão digital, acessibilidade, combate à exploração sexual e ao trabalho infantil. Para atingir esses objetivos, as instituições lançam mão de arte, música, gastronomia, atividades esportivas, educacionais e recreativas.

A seleção de projetos considera critérios como benefícios pretendidos, as prioridades do Brasil, a proposta pedagógica, a população beneficiada, o IDH regional e vários outros fatores. A UNESCO acompanha as ações desenvolvidas para garantir que as atividades tenham qualidade e que seus objetivos sejam sempre alcançados.

Projeto Apoiado pelo Criança Esperança em SANTA CATARINA

Associação Amigos do Hospital Universitário

Projeto: Intervenção Multidisciplinar em crianças com dificuldades na aprendizagem escolar

Área de atuação: Educação Especial

Local: Florianópolis

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Mozarildo Cavalcanti, que o Senador Jonas Pinheiro fale primeiro, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em primeira suplência, Senador. V. Ex^a é o quarto, e são somente três.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por cinco minutos, pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, desde que assumi o meu mandato como Senador, há cerca de 7 anos e 7 meses, apresentei mais de uma centena de projetos, muitos deles de âmbito nacional, de interesse, portanto, amplo do Brasil, mas a maioria deles voltados para os interesses da Amazônia, região que represento nesta Casa, e, notadamente, do meu Estado.

Desses projetos, três já foram transformados em lei e tornaram três rodovias estaduais do meu Estado, o Estado de Roraima, em rodovias federais: a BR-431, que liga a localidade de Jundiá a Santa Maria do Boiaçu, no sul do meu Estado; a BR-433, que liga o Município de Normandia a Pacaraima, no meu Estado; e o outro projeto cria a BR-432, que liga o Município do Cantá à localidade de Novo Paraíso, Município de Caracaraí. Para esta rodovia, já foram inclusive alocados recursos por emendas de minha autoria, o asfaltamento dela já está iniciado, e, para a BR-431, também há recursos, embora não liberados.

No entanto, o que mais me preocupa, Sr. Presidente, é que a grande maioria dos projetos que saem desta Casa demora anos na Câmara dos Deputados. Isso frustra a iniciativa do Parlamentar, que efetivamente quer ver o seu Estado, a sua região desenvolver-se e apresenta projetos de interesses não só regionais, mas também que refletem pelo Brasil todo.

Nesse particular, entre os projetos que estão na Câmara dos Deputados, quero destacar dois que foram aqui aprovados.

Um, o projeto que cria o Colégio Militar em Boa Vista. Na região Norte, temos apenas um Colégio Militar, que está localizado no Amazonas, na cidade de Manaus. Portanto toda a imensa região Norte, que é mais da metade do País, tem apenas um Colégio Militar. Esse projeto foi aprovado no Senado e está na Câ-

mara, na fila, para ser votado em plenário. Gostaria de apelar, portanto, ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, para que envide esforços no sentido de que esse projeto seja realmente colocado em votação e mereça a aprovação, como mereceu no Senado.

Outro projeto, na verdade, outra proposta de emenda à Constituição, também aprovada pelo Senado praticamente por unanimidade, com apenas um voto contrário, destina 0,5% da arrecadação com o Imposto de Renda e com o IPI a investimentos em instituições federais de ensino superior da Amazônia legal. Isso quer dizer que tanto as universidades federais quanto os centros federais de ensino tecnológico teriam recursos adicionais que, grosso modo, triplicariam os orçamentos dessas instituições, permitindo que não só sejam instituições capazes de graduar alunos, mas também de investir em pesquisas, em cursos de mestrado e de doutorado, dando, portanto, à grande região amazônica uma condição especial de pesquisa e de aprimoramento dos seus alunos e professores.

Todos dizem que a Amazônia é um laboratório a céu aberto. No entanto, não temos recursos para pesquisar sequer os recursos naturais da fauna e da flora. Essa proposta de emenda à Constituição aprovada pelo Senado Federal está há mais de dois anos na Câmara dos Deputados, o que realmente angustia o Parlamentar que é assíduo, que trabalha, que briga pelo seu Estado e que quer o desenvolvimento da sua região, mas que, ao mesmo tempo, não é correspondido.

Nós, que fomos Deputados, sabemos que o processo legislativo da Câmara é diferente do Senado. Lá são 513 parlamentares e há mais Comissões. Tudo o que é aprovado na Câmara também é aprovado no Senado, e aqui há mais rapidez.

É importante que haja, da parte da Presidência da Câmara, cuidado maior quanto aos projetos que têm origem no Senado, que já passaram, portanto, pelo crivo dos Senadores, para que eles tenham preferência na votação e para que não sejam prejudicadas iniciativas como as que citei, da criação do Colégio Militar e da destinação de recursos para instituições federais da Amazônia Legal.

É esse o apelo que deixo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que meu Estado e minha região sejam atendidos pelo menos no aspecto da educação, que é de fundamental importância não apenas para lá, mas para o País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, PMDB, Goiás, por dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra à Senadora Ideli Salvatti pela Liderança.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ainda não, Senadora?

Então, após a Senadora Iris de Araújo, concederei a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupa-me o crescimento das campanhas pelo voto nulo que se alastram pelo País, principalmente por meio da Internet: proliferam-se correntes de *e-mails*. No Orkut, o número de comunidades com este tema já passa de 300. O assunto deve nos levar à reflexão, até porque os integrantes desses movimentos são reconhecidos como formadores de opinião, ou seja, brasileiros que acompanham o noticiário e fazem questão de repercuti-lo.

Nas origens do comportamento, a meu ver, está a decepção com os rumos da política, segmento que, além de revelar desvios e irregularidades jamais vistos em nossa História, ainda maximizou a trilha do descontentamento ao não punir, de maneira exemplar, os envolvidos. Lamentável sob todos os aspectos, Sr. Presidente!

Um sinal evidente da gravidade desses fatos é a última pesquisa Ibope, divulgada na semana passada, com a seguinte constatação, muito eloqüente: o número de votos nulos ou brancos ocupa a terceira posição entre as preferências do eleitor, atingindo 9%. Se evoluir continuamente, essa tendência pode arranhar, de maneira dramática, o processo eleitoral, indicando uma nódoa na democracia – a mesma por que tanto lutamos.

As campanhas pelo voto nulo cumprem, portanto, terrível desserviço à Nação e estimulam o enfraquecimento das instituições. Com isso, fortalecem os que sonham com a volta dos regimes de força. Sobretudo, prejudicam os candidatos que dependem do voto consciente para se contrapor aos que se preocupam apenas em usar o poder para seus negócios ilícitos.

Na oposição ao voto nulo surgem campanhas – ainda bem que elas surgem –, originadas no mundo acadêmico, que exortam os descontentes a agir de maneira concreta para modificar a realidade. Neste sentido, o primeiro passo sempre será o voto responsável, arma insubstituível na busca de um País livre das injustiças e das desigualdades.

Resta-nos, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontrar mecanismos para intervir nos acontecimentos aqui relatados, num esforço firme que evite situação ainda mais

grave: aquela que poderá levar a sociedade, ao completo desrespeito às instituições e, especialmente, ao sentido e importância do Poder Legislativo.

Crescemos nas lutas contra a ditadura, ressaltando o papel do Parlamento enquanto fortaleza dos sagrados ideais democráticos, e permaneceremos sempre nesta premissa essencial. Mas as coisas vão ter que mudar, de maneira profunda, com a nova legislação que vem aí!

A gravidade é tanta que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, convergiram num mesmo tema: a preocupação com o desgaste avassalador do Congresso, como revelou a jornalista Eliane Cantanhêde, no *site da Folha de S.Paulo*.

De acordo com a jornalista:

Se há algo que FHC e Lula aprenderam a duras penas é que governar com essa estrutura político-partidária é de amargar. Significa comprar votos de partidos e de parlamentares, engolir ministros do arco-da-velha, retalhar politicamente os cargos públicos e fatiar o Orçamento sabe-se lá para quem e para onde.

E continua:

Mas se há algo pior do que governar com esse Congresso é governar sem Congresso. Ou com um Congresso totalmente desmoralizado. E esse é justamente o risco, depois da descoberta de mensalão e mensaleiros e da impunidade de mais de 100 parlamentares envolvidos com o escândalo dos sanguessugas.

Imprescindível entender: a agudez do momento pode se tornar ainda mais dramática por meio da ampliação do voto nulo, ou mesmo pelo avanço da desesperança e da descrença, o que faria a Nação caminhar na contramão de seus sonhos, forjando condições para o nascimento de movimentos radicais que desestabilizem a ordem ou preguem uma nova ordem, moldada no nazifascismo.

É lamentável que nem todos queiram enxergar a dimensão da tragédia que se abate sobre um País quando seus representantes não são merecedores da confiança de seus próprios eleitores. Fatos absolutamente desagradáveis se sucedem desde a primeira eleição pós-ditadura até atingir o ápice atual, quando o corporativismo se apressa em salvar os envolvidos, plantando a mais profunda decepção nacional. E aqui é preciso que se alerte: este descontentamento permanece represado, mas vai desaguar, e aí as consequências serão imprevisíveis.

Sim, no passado, o Congresso saiu fortalecido ao punir exemplarmente Fernando Collor de Mello. Só que essa coragem e determinação não se repetiram agora, quando o suposto era o corte na própria carne.

Creio que o brasileiro se guia, sobretudo, pelo sentido de justiça e de bom-senso. Se, mesmo diante dos graves fatos, a sociedade sentisse que a Instituição, a partir da vontade de sua maioria, estava disposta a fazer as necessárias correções, esta sociedade se redimiria, com o Congresso, e aí poderíamos até alcançar um salto de qualidade. Só que o que se viu foi exatamente o oposto. Restaram, então, as dúvidas e interrogações que, inclusive, atormentam Lula, FHC e também, é claro, a nós: o que nos espera? Para onde iremos? O que será do Brasil?

Quando se rompe o elo de confiança entre o cidadão e o dirigente político; quando os interesses econômicos dos financiadores das campanhas falam mais alto que a própria autoridade pública; quando o cenário eleitoral acaba desfigurado pela ação das microssiglas que surgem apenas para comercializar o seu tempo na TV; quando os líderes das localidades só emprestam apoio mediante cifras; quando o próprio eleitor foge à consciência e barganha o seu voto, então o sentido de Nação não se sustenta. É que sua coluna, seu esteio serão sempre os valores irrevogáveis da ética, o que significa amor e apego às coisas puras e verdadeiras que produzem o Bem.

Estamos diante, Sr. Presidente, de uma bola de neve negativa, uma crise de representação que gera a desordem partidária, que desmonta a vontade eleitoral, que destrói a cidadania e que gera o desencanto. Esse modelo que aí está é devastador! É imprescindível desmontá-lo, aposentá-lo, antes que redunde em estragos maiores.

Precisamos de um novo sistema de partidos, que previna manipulações e distorções, que dê um basta à compra de votos, que ponha um ponto final a essas perigosas relações entre os Poderes da República.

Uma mera reforma política não é mais suficiente; será apenas um remendo nos males da República. Propostas como financiamento público de campanha, votação por listas, fidelidade partidária demoraram tanto que caducaram – agora, sozinhas, são incapazes de dar conta do recado.

As estruturas estão tão fragilizadas que já não bastam reformas, decretos, ou novas leis. Com bons ou maus dirigentes, a democracia, graças a Deus, sobrevive, mas, se as instituições são atingidas, ela também, ao longo do tempo, agonizará.

É preciso enfrentar a essência da crise. O modelo constitucional de 1988 faliu, se tornou colcha de retalhos e não tem mais como se sustentar, em face das tremendas contradições e disparidades que levaram ao império das medidas provisórias e dos orçamentos fictícios, e à anarquia partidária.

Nossos avós já diziam que “remendo novo em pano velho só contribui para sua maior ruptura”. Não temos mais fôlego para suportar uma nova leva de reformas. Façamos, então, as mudanças de uma só vez, por meio da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, que trate, de maneira soberana e independente, a atual complexidade nacional.

Temos sede e fome de novos parâmetros!

Precisamos de uma nova estrutura tributária que acabe com essa montanha de impostos que penaliza os investimentos; de uma nova estrutura previdenciária que garanta aos nossos idosos a segurança para que possam viver em paz depois de tantos anos de serviços prestados à Nação; de uma nova estrutura trabalhista que valorize o empregado e garanta o crescimento das empresas que o acolhe; de uma nova estrutura política, alicerçada na valorização dos partidos como reunião de idéias e projetos e não como objeto de troca e barganhas econômicas.

O ano de 2007 está aí. É hora de reconstruir o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Iris de Araújo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois de amanhã, Brusque, uma cidade muito importante de Santa Catarina, a capital do tecido, governada já por três vezes pelo Prefeito Ciro Rosa, completará 146 anos de antecipação político-administrativa.

Registro a minha homenagem e, com certeza, a de V. Ex^a e de todos os Senadores a este importante Município de Santa Catarina e do Brasil, que é a cidade de Brusque, no meu Estado.

Registro minha homenagem aos Vereadores, ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e a toda a sociedade brusquense pelo seu aniversário, depois de amanhã, dia 4, de 146 anos de emancipação político-administrativa, de progresso, de sucesso e de orgulho para meu Estado e para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Minas de Energia, por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal, nesta tarde, para dirigir minha palavra especialmente ao povo da Bahia.

Entendo, Sr. Presidente, que estamos vivendo um momento importante da vida nacional. Estamos nos aproximando das eleições gerais de 1º de outubro, e tenho sentido de perto o interesse dos baianos em conhecer mais ainda o trabalho desenvolvido por um Senador da República.

Nos últimos três meses, visitei mais de 150 Municípios baianos, sempre junto com o Governador Paulo Souto e, algumas vezes, na companhia do Senador César Borges. Continuo nessa caminhada.

É crescente o entusiasmo dos eleitores e a adesão à candidatura do Governador Paulo Souto e à coligação. Estou ao lado do Governador Paulo Souto, como sempre estive nos últimos 15 anos. Em primeiro lugar, era seu companheiro quando fui Secretário de Fazenda e ele, Secretário da Indústria e Comércio, no terceiro Governo de Antonio Carlos. Depois, como Secretário da Fazenda do primeiro Governo Paulo Souto, fui companheiro também do Senador César Borges. Cheguei ao Senado como seu suplente quando ele foi eleito Governador do Estado da Bahia pela segunda vez.

Ao longo deste atual mandato de Senador, venho honrando os compromissos com os eleitores da Bahia, que, entendo, tinham sido os compromissos do Governador Paulo Souto também, fazendo parte de uma equipe muito unida, de uma unidade muito forte, que fortalece o nosso Estado perante as demais Unidades da Federação e internamente.

Quero dizer ao povo da Bahia que o crescimento do nosso Estado, neste período, tem sido muito maior do que o crescimento do País. Nos últimos três anos, a Bahia cresceu duas vezes mais que o País. Neste ano de 2006, tenho certeza de que, pelo quarto ano consecutivo, também terá um crescimento duas vezes maior que o País, porque, até metade do ano, o crescimento industrial está muito acima dessa correlação.

Respondendo ao entusiasmo dos baianos dos Municípios que tenho visitado e daqueles que ainda terei a oportunidade de visitar antes das eleições, diria que esse é o primeiro papel de um Senador da República, porque sinto que os eleitores questionam muito qual é o verdadeiro papel de um Senador. Penso que já está, de alguma forma, muito mais claro o papel do Deputado Federal, o papel do Deputado Estadual, a ponte que é feita entre os Governos estaduais e os Deputados, mas é preciso tornar mais claro o papel de Senador.

Eu diria aos baianos que ao Senador cabe defender o seu Estado e contribuir para o seu desenvolvimento, sobretudo nesse aspecto que considero fundamental. No Senado Federal, neste trabalho que tenho feito, repito, tenho sempre em mente o crescimento e o desenvolvimento do meu Estado.

Queremos continuar crescendo e atraindo para o Estado grandes empresas que cada vez estão gerando mais empregos e desenvolvimento, como foi especificamente o caso do complexo automobilístico da Ford, que foi para a Bahia levado pelo hoje Senador César Borges, então Governador, e que representou atração de investimentos com credibilidade, pois cumpriram sempre todos os compromissos o Estado e seus Governadores.

Precisamos ter uma clareza muito grande de que é necessário preservar essa unidade em nosso Estado.

Outro papel importante do Senador da República é estar atento aos anseios do povo do seu Estado e apresentar propostas que tragam soluções efetivas para o conjunto da população, não necessariamente para a população somente do seu Estado. Quando legislamos, nós o fazemos para todo o País, evidentemente temos sempre em vista a população do nosso Estado.

No Senado Federal, nestes últimos três anos e meio, apresentei projetos tanto nas áreas de infra-estrutura, financeira e tributária quanto na área social. Julgo de fundamental importância que os baianos tenham conhecimento exatamente desses projetos de alcance social, já que aqueles da área financeira, da área tributária e da área de infra-estrutura já tiveram efeito e foram claramente apresentados até por toda a mídia, por toda a imprensa.

Fui Relator da PEC Paralela, resgatando a questão da paridade para os aposentados e pensionistas do serviço público e inserindo no texto a aposentadoria das donas-de-casa e dos trabalhadores de baixa renda.

Defendi nesta Casa, também – e continuo defendendo – o aumento para os aposentados e pensionistas em 16,7%, por entender que o veto do Presidente da República a um projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal não deveria ter acontecido.

Fui Relator também de um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que defende – e já temos quase um milhão de assinaturas em apoio a esse projeto – o poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Na área da saúde, destaco também uma emenda à Constituição que criou o cargo de agente comunitário de saúde e dos agentes de combate às endemias, sem que tenham necessidade de prestar concurso público, bastando uma seleção pública. Isso se deve ao fato de

não haver outra forma de esses agentes atuarem, a não ser morando na comunidade. Isso precisaria ser feito de forma diferente.

Nessa área, também, apresentei projeto de lei regulamentando a profissão dos agentes comunitários de saúde, que acabou sendo inserido em uma medida provisória. Aliás, não é a primeira vez que o Governo Federal encampa projetos meus, mesmo sem dizer claramente o que está fazendo. Mas, enfim, eu queria apenas resolver a questão dos agentes comunitários de saúde.

Na defesa das mulheres, além da aposentadoria das donas-de-casa, que também está na Constituição – e eu quero apenas que a Constituição seja cumprida. Defendo também a inclusão previdenciária das diaristas, porque não são empregadas domésticas, e apresentei um projeto de lei que permite à mulher grávida receber pensão – ela só podia receber depois que tivesse a criança. Há também a questão do FGTS para as empregadas domésticas e, sobretudo, um capítulo muito especial, com a inclusão da mulher negra no Estatuto da Igualdade Racial.

Concedo um aparte ao Senador César Borges, com muito prazer.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, não poderia, neste momento, deixar de apartear-lo, para dizer da excelência do homem público que é Rodolpho Tourinho, dessa sua face de administrador competente, correto. Podemos dizer que, na Bahia, há um grande artífice, que é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem revelado homens públicos como V. Ex^a, e que o levou para a Secretaria da Fazenda. A Bahia tem que ser grata pelo trabalho excelente que V. Ex^a realizou, muito rapidamente, deixando o Estado, que estava em dificuldade financeira muito grande, no ano de 1991, em condições de ajuste fiscal e de voltar aos investimentos. V. Ex^a serviu muito bem à Bahia no Governo Antonio Carlos Magalhães. Depois, novamente, no primeiro Governo de Paulo Souto, como Secretário da Fazenda, em que V. Ex^a desempenhou um grande e inestimável trabalho: criou uma elite de homens públicos na Secretaria da Fazenda, que continua esse trabalho. Fui Governador logo depois de Paulo Souto, no período de 1998 a 2002, e encontrei uma excelente equipe, com um Secretário da Fazenda, o Dr. Albérico Mascarenhas, deixado lá pelo Senador Rodolpho Tourinho, um excelente homem público, assim como ele. V. Ex^a tem, portanto, serviços prestados à Bahia. V. Ex^a chega ao Senado Federal e hoje tem o respeito da Casa, o respeito dos Srs. Senadores, pelos projetos que acaba de dizer que já relatou ou de que foi autor. A Bahia quer que Rodolpho Tourinho permaneça no Senado Federal, porque é necessário que tenhamos a

Bahia muito bem representada. E não tenho dúvida de dizer que, em nosso Estado, temos o melhor candidato ao Senado, que é o Senador Rodolpho Tourinho, que tem a aprovação de nossos Pares nesta Casa, porque assistimos ao seu desempenho. Senador Rodolpho Tourinho, parabênz V. Ex^a pelo pronunciamento, mas não podia deixar de fazer uma ressalva. V. Ex^a citou a Ford. Foi em meu Governo. Eu me empenhei profundamente, sabe V. Ex^a. Até sacrifiquei parte do meu Governo, mas recebi o apoio inestimável da Bancada federal, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que muito me ajudou, e de V. Ex^a, que era Ministro à época e me ajudou também no Programa Luz no Campo, hoje modificado para Luz para Todos. Mas foi V. Ex^a quem ajudou a criar a Ford. A Ford é uma realização sua também na Bahia. Portanto, eu não poderia deixar de agradecer-lhe profundamente pelo homem público que é e pela contribuição à Bahia, de forma especial, e ao meu Governo também. Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado pela generosidade, Senador César Borges. A minha intenção aqui era de deixar claro para os telespectadores da Bahia.

Olhando para o lado social de que participei, cito um outro projeto, também na defesa da saúde das crianças, aliás, aprovado hoje, com a Relatoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que muito contribuiu para a sua aprovação. O projeto permite a inclusão de medicamentos pediátricos nas farmácias populares. Antes, só havia medicamentos para diabetes e para pressão alta; é preciso incluir também as crianças.

Na defesa dos estudantes, ampliamos o ProUni, que era do Governo Federal. Além disso, foi criado o Faz Universitário, programas locais de muita importância para que os menos favorecidos ingressem nas universidades.

Ainda no setor de segurança pública, que também nos preocupa muito – não temos os problemas de São Paulo, mas temos que ficar preocupados –, existe a tipificação do seqüestro-relâmpago, a obrigação de os bancos oferecerem segurança nos caixas eletrônicos, a possibilidade de interceptação de correspondências de presos, a obrigatoriedade de bloqueadores de celulares nos presídios pelas companhias e apoio social ao ex-presidiário.

Na defesa da classe média, há uma grande preocupação, sobretudo em relação aos altos tributos que paga, principalmente em relação a bens e serviços, que afetam não apenas a classe média, mas também os mais pobres. Esse é – e seguramente será – um dos itens fundamentais que nos motiva a restringir o crescimento da carga tributária na reforma tributária.

Abordaria outros assuntos, mas gostaria de citar mais um, muito claro também, dirigido às Prefeituras não apenas da Bahia, mas sobretudo desse Estado. O que vemos hoje é que todos os Municípios brasileiros, ao longo de menos de 20 anos, acabaram perdendo quase metade das receitas compartilhadas que possuíam. São receitas compartilhadas basicamente as advindas da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Renda, que eram 100% compartilhadas com Estados e Municípios.

Em 1988, eram compartilhados 77%; agora, 44%. Ou seja, caiu praticamente pela metade. E é isso, não tenho dúvida, que causa a maior crise que os Municípios brasileiros enfrentam.

E, a continuar, porque isso é uma tendência, qualquer benefício que o Governo concede hoje – não apenas este Governo; outros fizeram a mesma coisa – para reduzir carga tributária vai exatamente em cima do IPI e do Imposto de Renda, prejudicando os Municípios. Precisamos, na próxima legislatura, dispensar uma atenção muito grande na defesa dos Municípios. Caso contrário, vamos assistir, com certeza, a uma quebradeira geral, pois, ao longo de menos de 20 anos, os Municípios receberam muitos encargos e perderam receita. E a tendência, quando se analisa um gráfico, é decrescer, o que vai acontecer, certamente, não neste ano, mas possivelmente no próximo. Os Municípios ficarão totalmente insolventes, sobretudo aqueles que não têm condições de obter receitas próprias, como o IPTU. São Paulo, Rio de Janeiro e outras grandes cidades, mesmo Salvador, são diferentes, mas os médios e os pequenos Municípios, aqueles que não têm a menor condição de ter receita própria, quebrarão, se o Congresso Nacional não adotar uma medida efetiva, se nós não assumirmos a bandeira dos Municípios, a fim de que possam atravessar toda essa crise.

Agradeço muito, Sr. Presidente, e completo o meu discurso de hoje, deixando esta preocupação.

Antes, manifesto a satisfação e o reconhecimento do povo da Bahia com relação ao Governador Paulo Souto, e a minha satisfação por ser seu companheiro de chapa como candidato ao Senado Federal.

Manifesto, sobretudo, minha preocupação em relação ao momento crítico por que passam as Prefeituras. Não vejo nenhuma forma de melhorar isso se não houver profunda modificação na redistribuição das receitas neste País, o que implica uma revisão do pacto federativo. É o que nós teremos que fazer no ano que vem.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a disse que está falando para a Bahia. Eu não sou baiano, não te-

nho a hora de ser baiano, mas V. Ex^a foi Ministro de Minas e Energia, trabalhador; V. Ex^a é um Senador respeitado, tem a palavra fácil, convincente, tem a seriedade com a coisa pública. Eu quero dizer, do meu coração, que V. Ex^a honra esta Casa. Não só os baianos a quem V. Ex^a se dirige poderiam agradecer por tudo o que V. Ex^a tem feito, mas, sobretudo, o Brasil e esta Casa são muito honrados com sua presença no Senado Federal.

É o que eu queria dizer para V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua generosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com aquiescência do Senador César Borges, que cedeu, vou conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca por cinco minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Juvêncio da Fonseca.

Pela ordem, Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a inscrição para comunicações inadiáveis está completa?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O primeiro suplente é o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, eu gostaria de requerer para falar pela Liderança da Minoria, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Após a Ordem do Dia.

V. Ex^a está inscrito para falar após a Ordem do Dia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flávio Arns, do PT do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço também a minha inscrição pelo Bloco de Apoio do Governo, durante esta primeira parte do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nobre Senador Flávio Arns, V. Ex^a está inscrito.

Eu concederei a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca; em seguida, eu anunciarei o Senador César Borges e voltarei fazendo a intercalação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para entender o método que V. Ex^a está adotando: o Senador Juvêncio da Fonseca falará em substituição ao Senador César Borges?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, Excelência. Excepcionalmente, eu estou concedendo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, é em caráter excepcional?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu trago em mãos a cópia de uma carta importante. Eu gostaria muito que esta carta ficasse registrada nos Anais do Senado Federal. É uma Carta à Nação elaborada pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. São 27 grandes lojas, ou seja, 27 Estados, unanimemente, por meio das suas Grandes Lojas, fizeram uma carta à Nação.

Sabemos perfeitamente que a Maçonaria esteve presente em todos os momentos importantes da História universal, desde quando se reunia, secretamente, detentora do conhecimento,

Fugindo naturalmente da incompreensão dos dirigentes, a Maçonaria passou por todos os momentos importantes da História, seja na Revolução Francesa, seja na Independência dos Estados Unidos, seja na vinda da Família Real ao Brasil, participando de toda a preparação para a Independência, para a República, para a Inconfidência Mineira. Enfim, a Maçonaria faz parte decisiva da nossa História.

Eis por que julgo importantíssima esta carta, para conhecimento de todos os brasileiros, principalmente nós que estávamos aguardando esta manifestação, aguardando a presença do maçom na vida pública brasileira.

Diz a carta:

CARTA À NAÇÃO

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas no Brasil -, reunida no período de 7 a 12 de julho de 2006, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, por ocasião da realização da sua XXV Assembléia Geral, preocupada com o estado de perplexidade e confusão da sociedade brasileira diante de uma seqüência interminável de escândalos que envolvem a dilapidação do patrimônio público, onde sanguessugas, mensaleiros e os mais diversos tipos de assaltantes dos cofres públicos, muitos ainda livres e soltos, e que continuam a escarnecer daqueles que são honestos, enquanto os Poderes constituídos se quedam inertes, conflituosos entre si, porquanto o Executivo legisla abusivamente através de medidas provisórias, valendo-se delas o Legislativo para manter suas pautas obstruídas, com isso retardando a elaboração legislativa e a edição de leis que digam com os reais interesses do Povo e da Nação, ao tempo em que o Judiciário, alegando excesso de feitos que lhe são submetidos, retarda a prestação jurisdicional em verdadeira denegação de justiça,

PROCLAMA

a imediata necessidade que se retorne o eixo de equilíbrio entre as estruturas da República para que se restabeleça o bem-estar do povo brasileiro. Que as eleições gerais que se avizinham sejam momento propício para realizar-se uma expressiva limpeza no quadro político nacional, restaurando-se o respeito à coisa pública, através do voto depositado em nomes capazes de ouvir e atender ao clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visem exemplar punição dos responsáveis.

Registre-se que, por conta desse estado de coisas, faltam recursos para a educação, saúde e segurança pública, recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e tantos outros bens que a Nação reclama e almeja.

Finalmente, conclama o povo brasileiro para uma jornada cívica de saneamento da vida pública e a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, e aos mais altos interesses do Brasil.

Foz do Iguaçu – PR, 12 de julho de 2006.

Seguem-se, Sr. Presidente, 27 assinaturas de Presidentes das Grandes Lojas do Brasil.

Esse documento é precioso. Esse documento é um registro de que as coisas não vão bem em nossa Pátria e de que a Maçonaria está alerta, está dando o rumo que o povo brasileiro precisa para a retomada de uma limpeza pública que se faz necessária nos valores éticos e morais que norteiam o nosso País.

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARÁ
ESPÍRITO SANTO
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
MATO GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARÁ
PARAÍBA
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
RIO GRANDE DO NORTE
RIO GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASÍLIA

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARÁ
ESPÍRITO SANTO
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
MATO GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARÁ
PARAÍBA
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
RIO GRANDE DO NORTE
RIO GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASÍLIA

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que faça parte dos Anais desta Casa essa Carta à Nação da Maçonaria brasileira.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARTA À NAÇÃO

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas do Brasil – reunida no período de 07 a 12 de julho de 2006, na cidade de Foz do Iguaçu – no Estado do Paraná, por ocasião da realização de sua XXXV Assembléia Geral, preocupada com o estado de perplexidade e confusão da sociedade brasileira, diante de uma seqüência interminável de escândalos que envolvem a dilapidação do patrimônio público, onde sanguessugas, mensaleiros e os mais diversos tipos de assaltantes dos cofres públicos, muitos ainda livres e soltos, e que continuam a escarnecer daqueles que são honestos, enquanto os poderes constituídos se quedam inertes, conflituosos entre si, porquanto o Executivo legisla abusivamente através de medidas provisórias, valendo-se delas o Legislativo para manter suas pautas obstruídas, com isto retardando a elaboração legislativa e edição de leis que digam com os reais interesses do Povo e da Nação, ao tempo e que o Judiciário, alegando excesso de feitos que lhe são submetidos, retarda a prestação jurisdicional em verdadeira denegação de Justiça,

PROCLAMA

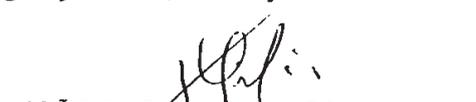
a imediata necessidade que se retorne ao eixo de equilíbrio entre as Estruturas da República, para que se restabeleça o bem estar do povo brasileiro. Que as eleições gerais que se avizinham sejam momento propício para realizar-se uma expressiva limpeza no quadro político nacional, restaurando-se o respeito à coisa pública, através do voto depositado em nomes capazes de ouvir e atender o clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visem, exemplar punição dos responsáveis.

Registre-se que, por conta deste estado de coisas, faltam recursos para a educação, saúde e segurança pública, recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e tantos outros bens que a Nação reclama e almeja.

Finalmente, conclama o povo brasileiro para uma jornada cívica de saneamento da vida pública e a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, e aos mais altos interesses do Brasil.

Foz do Iguaçu – PR, 12 de julho de 2006.


WILSON FILOMENO, PGM
Secretário Geral


JOÃO CARLOS SILVEIRA
Grão-Mestre da M.: R.: Grande Loja
do Estado Paraná e Presidente
da XXXV Assembléia Geral
Ordinária da C.M.S.B.

CONFEDERADAS

Estados:

- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPA
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARA
- ESPIRITO SANTO
- GOIAS
- MARANHAO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARA
- PARAIBA
- PARANA
- PERNAMBUCO
- PIAUI
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RORONIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SAO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

Distrito Federal

BRASILIA

Assinam

Luis Saraiva Correia
Acre

Bernardino Serra Ferreira Filho
Amapa

Itamar Assis Santos
Bahia

Nathaniel Carneiro Neto
Ceara

Joao Batista Fagundes
Goias

Jose Carlos de Musis
Mato Grosso

Antonio Jose dos Santos
Minas Gerais

Marcos Antonio de Araujo Leite
Paraba

Milton Gouveia da S. Filho
Pernambuco

Waldemar Zveiter
Rio de Janeiro

Ivanildo Marinho Guedes
Alagoas

René Levy Aguiar
Amazonas

Edelclides Lino de Melo
Brasilia

Sergio Muniz Gianordoli
Espirito Santo

Raimundo Nonato Santos Pereira
Maranhao

Juarez Vasconcelos
Mato Grosso do Sul

Iraci da Silva Borges
Parana

Ernani Napoleao Lima
Piaui

Luiz Guerra Fernandes
Rio Grande do Norte

CONFEDERADA:**Estados:**

ACRE
 ALAGOAS
 AMAPA
 AMAZONAS
 BAHIA
 CEARÁ
 ESPÍRITO SANTO
 GOIÁS
 MARANHÃO
 MATO GROSSO
 M. GROSSO DO SUL
 MINAS GERAIS
 PARÁ
 PARAÍBA
 PARANA
 PERNAMBUCO
 PIAUÍ
 RIO DE JANEIRO
 R. GRANDE DO NORTE
 R. GRANDE DO SUL
 RONDÔNIA
 RORAIMA
 SANTA CATARINA
 SÃO PAULO
 SERGIPE
 TOCANTINS

Distrito Federal

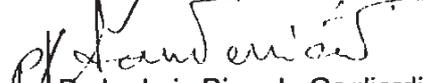
BRASÍLIA



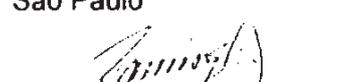
Rui Silvio Stragliotto
Rio Grande do Sul



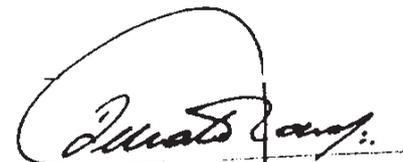
Ademir Pinheiro Viana
Roraima



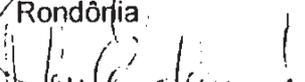
Pedro Luiz Ricardo Gagliardi
São Paulo



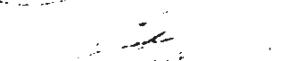
Jair de Alcântara Paniago
Tocantins



Renato Condell
Rondônia



Ailton Edmundo Alves
Santa Catarina



Antônio Fontes Freitas
Sergipe

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu havia anunciado a palavra do Senador César Borges e, depois do Senador César Borges, falará a Senadora Ideli Salvatti, que é Líder.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia, por dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos encaminhamos para os últimos cinco meses do Governo Lula, e um triste balanço mostra que tivemos nesses três anos e sete meses um Governo extravagante em seus resultados, porque não conseguiu representar nada de permanente para os brasileiros e, em particular, para os baianos.

Não há, Sr. Presidente, um legado para o meu Estado, a Bahia, e para a nossa Região, o Nordeste. Não há nada, absolutamente nada no Governo Lula de que se possa dizer “aqui, esse Governo fez história” – e sabe V. Ex^a que, quando falo da Bahia, estou falando do Maranhão também. “Com essa ação, nada será como antes”. Não poderemos dizer que “pelo menos em tal área”, seja qual for, “foi garantida uma

conquista irreversível” para a nossa região e para o nosso Governo.

Infelizmente, não há nada de permanente no Governo Lula. A grande obra deste Governo, para a Bahia e para a minha região, defendida pelos seus correligionários é o Bolsa-Família. É esse o legado de um Presidente que quer se comparar – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores – a Getúlio Vargas e a Juscelino Kubitschek – como ele gosta de fazer em seus discursos –, quando fez o Bolsa-Família, que, na verdade, é uma reedição do Bolsa-Escola e que é um programa emergencial? É esse o legado do Governo Lula para o Nordeste brasileiro?

Getúlio Vargas nos deu a Petrobras, com a qual a Bahia reorientou a economia local. A Petrobras trouxe a Refinaria Landulfo Alves, trouxe um crescimento histórico, um novo ciclo, do que, eu diria, até hoje, temos seus resultados positivos. Vejam que, graças a Petrobras, a Bahia começou com a produção de petróleo, depois a de derivados; e passamos pela segunda geração de petróleo, que são os petroquímicos, com o Pólo Petroquímico de Camaçari. E chegamos, finalmente, à terceira geração, nos tempos atuais, que foi coroada, pela primeira vez no Brasil, com a primeira fábrica automobilística do Norte e Nordeste, quebrando o padrão, o paradigma de que só poderia haver fábricas de automóveis no sudoeste, no eixo São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre. Isso acabou. Na Bahia, há uma fábrica que representa 10% da produção de automóveis de passeio no País.

Com Juscelino Kubitschek, Sr. Presidente, o Nordeste ganhou a Sudene, que o Presidente Lula prometeu, abraçou, dizendo que era hora de ele recuperar a Sudene. Sabe V. Ex^a que a Sudene – e V. Ex^a foi Governador do seu Estado – deu suporte ao desenvolvimento industrial da região. Com isso, foi possível deslocarmos um pouco a concentração econômica do Sudeste, em especial de São Paulo, para as regiões mais pobres do País, como a Nordeste.

Agora, este Presidente que está aí, que legado deixa para nossos filhos e para nossos netos? Vai deixar o Bolsa-Família? É esse o legado que ele deixa para o Nordeste brasileiro?

No futuro, quando se comparar o Governo Lula com outros, não haverá nada de consistente. O Governo Juscelino teve como marca a Sudene; Getú-

lio, a Petrobras; Ernesto Geisel, o pólo petroquímico; Fernando Henrique, o Plano Real; mas Lula não tem nada de permanente para apresentar ao Nordeste e ao Brasil.

Ele quer entrar para a história com um programa emergencial, o Bolsa-Família, que deveria desaguar em programas de qualificação de mão-de-obra e de geração de emprego para o nosso povo. Não deveria considerar o Bolsa-Família um programa para a vida inteira. Na verdade, ele deve ser um programa para manter a necessidade do povo de baixa renda, mas com vistas a qualificar a mão-de-obra e gerar empregos, para que não dependam, no futuro, do Bolsa-Família.

Não se fala, neste Governo, de melhoria dos índices de saúde; só há corrupção na compra de ambulâncias no Ministério da Saúde.

Não se destacou este Governo pela inauguração de estradas, mas pelo fracasso redundante da operação tapa-buracos. Não conheço bem a situação das rodovias, mas desafio o Governo a provar que pelo menos uma estrada, uma BR foi feita pelo Governo Federal e concluída no Maranhão. Na Bahia, efetivamente não há nem uma.

Não há nenhuma reengenharia da governança para melhorar a qualidade do serviço público; o País apenas viu o empreguismo dos filiados do PT e os tentáculos do valerioduto e dos mensalões tomando conta do Governo; nenhuma grande indústria para o Nordeste, muito menos para a Bahia, somente a aliança tosca e subserviente com Hugo Chávez para uma miragem, uma virtual refinaria que seria para Pernambuco, ampliando a interferência desse ditador venezuelano no nosso País. Hoje, no ocaso do Governo, Lula desata a inaugurar pedras fundamentais e a anunciar obras que nunca vai concretizar. Lança ferrovias, universidades, portos, tudo isso agora, no ocaso do Governo. Promete um segundo mandato. Ele, que nunca deixou de ser candidato todo o período do seu Governo, faz projeções para um segundo mandato – que seria, este, sim, grandioso, em lugar desse passado e deste presente de corrupção que temos que lamentar –, fazendo uma cena de que o futuro será diferente. Lança pedra fundamental em tudo quanto é lugar, reeditando as promessas que lamentavelmente iludiram o povo brasileiro em 2002. Costumo dizer, Sr. Presidente, que o povo não erra, mas o povo é enganado. E, efetivamente, Lula enga-

nou o País com as promessas que ele não cumpriu. Este Governo, como na música de Noel Rosa, morre hoje “sem foguete, sem retrato e sem bilhete, sem luar e sem violão”.

Ninguém, Sr. Presidente, chora por esse fim melancólico. Quem vai chorar por esse triste fim, talvez, são os petistas que têm milhares de empregos dentro da máquina pública graças ao Sr. Lula. Ninguém mais. No meu Estado, na minha querida Bahia, ninguém vai chorar por este Governo que se acaba.

O Governo Lula está terminando, nesses últimos cinco meses, sem deixar saudades. Não houve, como já disse, uma indústria nova para a Bahia que tivesse vindo com o apoio deste Governo. Pelo contrário, Lula teve a desfaçatez de tentar apadrinhar a vinda de uma fábrica de pneus, que é uma obra do Governador Paulo Souto, aproveitando-se do convite honesto feito pelo Governador Paulo Souto para que participasse do evento de inauguração.

As estradas da Bahia continuam um caos.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte na hora que julgar conveniente?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei, nobre Senador Rodolpho Tourinho.

Ontem, o jornal **A Tarde** percorreu as estradas baianas que receberam recursos para as obras de recuperação chamadas de tapa-buracos. O jornal fez uma checagem e mostrou que as estradas continuam imprestáveis. E só existem placas de propaganda da recuperação tapa-buracos e barro no lugar em que deveria haver asfalto. Segundo a manchete do jornal **A Tarde**, a operação tapa-buracos já precisa de reparos.

Senador Rodolpho Tourinho, o aparte é de V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges, V. Ex^a tocou aí num ponto importante, que é a questão de atração de investimentos. Eu queria aqui deixar claro outra vez que o que foi conseguido para o Estado da Bahia, com certeza o foi para outros Estados, igualmente. Mas isso foi pelo esforço próprio de cada Governador. O que o Governo da Bahia fez, vários Governos o fizeram em relação à credibilidade. Agora, não há nenhum plano nacional para atrair investimentos; não há nenhum plano nacional de industrialização. O plano que seria factível, viável, não existe, e, não existindo, favorecem-se os grandes Estados, favorece-se o Sudeste. Aquilo

que foi feito no nordeste da Bahia especificamente foi às custas do esforço do Estado desde o tempo em que V. Ex^a levou a Ford. Também houve investimentos em outros pólos, como no pólo calçadista e no pólo de pneus, por exemplo. A Bahia vai produzir metade dos pneus do País inteiro; a Bahia vai ser responsável por mais da metade da produção de papel e celulose; por 10% da produção de veículos, como V. Ex^a colocou; pela metade da produção de produtos petroquímicos. E isso é devido unicamente à determinação dos seus dirigentes, entre os quais V. Ex^a, que foi Governador. Eu só quero deixar claro que nós não temos nada, absolutamente nada, do Governo Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Senador Rodolpho Tourinho.

Essa é a realidade de um Governo que não consegue sequer manter as estradas funcionando, não consegue sequer executar as recuperações emergenciais, muito menos abrir novas estradas. Na Bahia, temos um problema, que é a duplicação da BR-324, uma estrada que precisa ser requalificada, ampliada. É uma duplicação com apenas duas faixas de tráfego que precisa ser ampliada para três. É a principal estrada de todo o Nordeste brasileiro em volume de tráfego. Também a BR-116, tão importante para interligar Sudeste e Nordeste, precisa de investimentos.

A PPP que era para requalificar estas duas estradas, a BR-324 e a BR-116, não saiu do papel. Aprovamos aqui, em dezembro de 2004, a PPP, e nenhuma obra foi licitada até hoje. As grandes obras que vieram do Governo Fernando Henrique ficaram paralisadas. O Metrô de Salvador ficou praticamente paralisado três anos e meio. Parado desde o início do Governo Lula, foi agora retomado de forma tímida e pela metade.

A situação chega a ser burlesca, Sr. Presidente, porque até o cineasta baiano que usaria o ambiente do Metrô de Salvador para seu filme desistiu de esperar pela obra e veio filmar aqui em Brasília. A agricultura do oeste baiano, voltada para a exportação, também foi derrubada pelo dólar barato de Lula e pela falta de um canal de escoamento para a exportação da soja.

Srs. Senadores, tenho até pena dos candidatos a Governador do PT. Acho que apenas em três Estados é que o PT apresenta alguma chance: Acre,

Piauí e... Não sei, acho que em Sergipe o meu cor-religionário João Alves vai ganhar com folga, espero. Eles não têm o que apresentar. Os candidatos a Governador do PT não têm o que apresentar em seus Estados. O de Pernambuco tem o escândalo dos sanguessugas, dos vampiros – o ex-Ministro Humberto Costa. O que ele tem para apresentar é absolutamente nada. Na Bahia o candidato do PT diz que Lula desenvolve a Bahia – imagine, Sr. Presidente! – com o tripé Bolsa-Família, vejam bem, construção de cisternas e luz no campo, um programa do Ministro Rodolpho Tourinho, hoje Senador, que foi rebatizado como “Luz para Todos” neste Governo. A Bahia e o Nordeste, diante de toda sua omissão, aguarda novos tempos. Esta semana, na sexta-feira, o candidato Geraldo Alckmin apresenta o programa Novo Nordeste, que será lançado no dia 4 de agosto, no Recife. O primeiro item desse programa será a recriação da Sudene. Agora, sim, vamos transformar em realidade uma nova Sudene e não essa promessa não cumprida do Governo Lula.

A Bahia vem crescendo, Sr. Presidente. O crescimento acumulado do PIB baiano elevou-se em 17%, entre 2003 e 2005, mais que o dobro do desempenho nacional, e também conquistou melhorias significativas dos indicadores sociais através de investimentos com recursos próprios do Estado. Melhoramos a educação com recursos do Banco Mundial, melhoramos a saúde com a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento e estamos abrindo novas estradas também com recursos externos. Deste Governo Federal de Lula não veio nada para a Bahia. Não veio verba. Não veio transferência voluntária.

A Bahia viveu de forma tão independente no Governo Lula que a geração de emprego formal no Estado cresceu 141% entre 2003 e 2005, enquanto no País cresceu apenas 94%, mas se tivéssemos um Governo de verdade, um Presidente com a compreensão do seu papel histórico que tivesse a consciência do seu tempo, estaríamos muito melhor. Infelizmente, não temos nem um Governo de verdade, nem um Presidente que faça jus ao cargo que recebeu dos cidadãos brasileiros. Lula hoje é, sem sombra de dúvida, um candidato que não merece o voto dos nordestinos, dos baianos, e dos brasileiros.

Quero registrar isso aqui, agradecendo a sua compreensão, Sr. Presidente, porque esses serviços

de infra-estrutura são os gargalos do desenvolvimento da Bahia e do Nordeste. É a questão do Gasene que não saiu, é a duplicação da BR-101 que não saiu, são obras como os projetos de irrigação que estão paralisados, criando problemas seriíssimos e desemprego na região de Xique-Xique, que é o Baixio do Irecê; na região de Juazeiro e Petrolina, que é o Projeto Salitre; também no Vale do Uíuiú. São projetos que não foram à frente, ou seja, é um Governo que não deixou nada de relevante para a Bahia ou para o Brasil.

Era isso que queríamos protestar neste momento, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges, ex-Governador da Bahia.

Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encaminho a V. Ex^a pronunciamento em que exalto o papel da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – Realgene, e da empresa AmBev, que estão fazendo um trabalho excelente em relação à economia do guaraná.

Ainda, Sr. Presidente, junto com requerimento de informações, encaminho pronunciamento em que critico essas vilegiaturas, talvez descobrindo tribos indígenas em Genebra, do Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai.

Finalmente, Sr. Presidente, encaminho voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 31 de julho último, do professor, Campeão Brasileiro Universitário de Judô de 2001 e Campeão Brasileiro de Judô de 2003, Marcel Tranquilini Nery, com apenas 31 anos de idade.

Peço que seja comunicado ao seu irmão, igualmente campeão, José Mário Tranquilini, e à Confederação Brasileira de Judô, o meu pesar e espero que do Senado por esse infausto acontecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O GUARANÁ DO AMAZONAS É FORTE
ITEM DA ECONOMIA DE MAUÉS E GANHA O MUNDO
NA FORMA DE REFRIGERANTE

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A divulgação do mapeamento genético do DNA do guaraná é o segundo fator mais relevante na história da cultura dessa fruta da Amazônia, iniciada empiricamente há mais de um século. Trata-se de pesquisa conduzida pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE.

Na cronologia, a primeira boa notícia sobre o guaraná remonta à época em que se iniciou o plantio organizado, com tecnologia avançada dessa planta que é hoje, sem dúvida, uma das mais expressivas riquezas ~~do meu Estado~~ do meu Estado, o Amazonas, e do Brasil.

Foi o começo de um empreendimento já então de forte valor agregado, de repercussão social e ambiental e que haveria de se tornar relevante na região amazônica, mais precisamente na área do Município de Maués, hoje considerada a *Capital do Guaraná*.

A iniciativa deveu-se a uma empresa centenária, a Antártica, conhecida pelo refrigerante que leva o nome da planta. Hoje, a empresa adota a moderna denominação de Ambev, após a fusão com outra empresa do gênero, a Brahma, e já agora com um braço internacional, em consórcio com grupo estrangeiro. O guaraná, produzido com extrato das plantações de Maués, começa a ganhar mercado em outros países.

O refrigerante é atualmente presença forte nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. No Japão, chega a ser quase tão conhecido ~~como~~^{quanto} no Brasil. Como representante do Amazonas no Senado, alegra-me a dimensão internacional do guaraná, produzido no meu Estado, por brasileiros radicados em Maués, município de 42 mil habitantes, criado em 1833.

Bem antes, já se falava sobre essa região. Com a elevação do Amazonas à categoria de Província, ali existiam quatro municípios, entre eles Luséa, de que resultaram, com desmembramentos, os municípios de Vila Bela da Imperatriz, hoje Parintins, e Maués.

Nessa época e em conseqüência da implantação de novos municípios, boa parte da população indígena local procurou outra área, para além dos rios Marau, Abacaxis, Apoduiutava e Andirá, onde, então, teve início o lugar chamado Maués. Ainda hoje é marcante a presença dos indígenas Saterê-Maués nessa área.

Esses indígenas mantêm viva sua língua, o *Saterê-Maué*, do tronco Tupi. O nome Maué significa *papagaio curioso e inteligente*, portanto também *falador*. Por isso, Maués é conhecida como a *Cidade dos Papagaios inteligentes*.

O interesse da hoje Ambev pelo plantio de guaraná em Maués data de 1971. Até então, a empresa, originária de S.Paulo, comprava o guaraná de produtores daquele município. O lançamento do refrigerante à base de guaraná da Amazônia ocorreu em 1921. Seus dirigentes inscrevem o lançamento como autêntico *gol de placa*. O refrigerante foi lançado com o nome de *Guaraná Champagne*, para lembrar a característica espumante dessa bebida.

(Menciono a trajetória dessa empresa para que se tenha uma idéia mais precisa dos reflexos de suas atividades no Amazonas. ~~E especialmente em Maués, município hoje conduzido pelo Prefeito Sidney Leite.~~

A verdade é que aquele refrigerante, criado a partir do extrato natural de guaraná, ganhou a preferência dos brasileiros e hoje está presente em 750 mil pontos de venda em todo o território nacional.

Não é só! Em parceria da AmBev com grupo estrangeiro igualmente dedicado à produção de refrigerantes, o guaraná da Amazônia, no começo um privilégio dos índios Maués, vai ganhando o mundo, levando a pontos distantes o sabor bem brasileiro. Por quê não dizer *o sabor da Amazônia?*

O guaraná é no momento o quarto refrigerante mais consumido no mundo, com o volume anual de 800 milhões de litros. Daqui a pouco, espera-se, chegará à expressiva marca de 1 bilhão de litros.

Com fábricas em diversos Estados, a empresa encorajou agricultores de Maués, que logo aderiram ao plantio racional do guaraná. No mesmo município, a empresa instalou, em 1963, sua unidade de produção de extrato da fruta.

Não ficou aí. Dez anos depois, em 1972, implantou, ainda em Maués, a Fazenda Santa Helena, ampliando as atividades que já integram, numa seqüência, a própria história do Guaraná.

O capítulo mais recente dessa história, repito com alegria, é o mapeamento do DNA do guaraná, também no Amazonas, por meio do Realgene, de que, pela sua magnitude, participaram e continuam pesquisando a fruta: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, a Faculdade Federal e a Estadual do Amazonas, os dois ramos da Embrapa presentes na região e 10 outras Universidades Federais ou estaduais, incluindo a UnB, de Brasília.

A relevância dessa pesquisa é indiscutível, a ponto de reunir tantas instituições no Amazonas, entre elas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA, que também atua como parceira da AmBev na Fazenda Santa Helena.

O nome da Fazenda, *Santa Helena*, lembra, além do traço de cunho religioso, o sentido que, universalmente, se confere às ilhas de igual denominação, situadas no meio do caminho entre a América do Sul e a África: a idéia de robustez, firmeza e perenidade.

Santa Helena é também região do Chile, é cidade em Goiás e, em íntima correlação entre a fazenda em Maués. Santa Helena é, ainda o nome de uma reserva florestal encravada à entrada de Londrina, que, na história da colonização do Norte do Paraná, repete nome tão singelo, hoje quase sinônimo de Maués. Ali, como em Maués, prevalece o sentido da preservação do meio ambiente, no caso amazonense o respeito à *Grande Floresta*.

Dos 1.070 hectares da *Santa Helena*, a fazenda da Am-Bev em *Maués*, apenas 430 são cultivados, preservando-se o restante da área para que a Fazenda se situe no meio da Floresta. Daí se constata  rigoroso zelo em favor da conservação da flora e da fauna locais.

Os guaranazeiros ali se desenvolvem, com o cuidado de manter quase absolutamente intocáveis as características da floresta natural, dessa forma preservada.

Do ponto de vista econômico local, nos últimos quatro anos dali saíram 200 mil mudas, cultivadas com tecnologia agrônômica de ponta. As mudas são oferecidas sem custo a pequenos produtores das cercanias. Essa prática disseminou,

na região e em áreas de seu entorno, centenas de pequenos cultivares de guaraná, conduzidos por gente da região. Na prática, a Fazenda da Ambev concentra seu trabalho na produção dessas mudas. E compra toda a safra dos pequenos produtores. Essa prática acabou se convertendo em bom modelo de economia local.

. A AmBev é atualmente a quinta maior pagadora de ICMS no Estado do Amazonas.

A presença da empresa na região é dirigida também para os aspectos sociais, devendo financiar, com kits pré-fabricados, 1.200 casas populares, todas na zona rural, onde moram e trabalham 40 por cento da população de Maués. São os plantadores de guaraná.

A AmBev promove, com esse projeto, a expansão da cultura do guaraná em Maués, possibilitando que novos cultivares sejam implantados, com culturas simples em multiculturas. Em ambos os casos, são rigorosamente observadas técnicas modernas, com alta tecnologia agronômica, mediante o fornecimento de mudas e meios para o cultivo mecânico. Os guaranazeiros, como são chamados, recebem as mudas, orientação e assistência sem qualquer custo.

Encerro, com uma palavra de aplauso à população de Maués e aos que criaram e dirigem a Fazenda Santa Helena, Era o que tinha a dizer.



Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Em três anos, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes, fez 185 viagens, gastando R\$ 225 mil reais.

Até aí, tudo aparentemente normal. E até seria muito natural o constante deslocamento do dirigente do órgão, para o exame da aplicação de providências em favor das tribos indígenas. Por exemplo, uma viagem semanal ao Xingu ou à Amazônia. Afinal, ali vive a maioria dos índios brasileiros.

Nada disso! O Sr. Mércio, torrou um dinheirão em viagens, mas quem ^{em nada} ~~menos delas~~ se beneficiou foram os índios brasileiros.

Dessas tantas viagens, com dinheiro público, 19 foram a Genebra, ~~na Suíça~~, três aos Estados Unidos, duas à Inglaterra, uma à Colômbia, uma ao México e uma ao Uruguai.

No Brasil, as viagens do presidente da FUNAI contemplaram muito pouco as terras indígenas: foram 49 viagens, contra 118 ao Rio de Janeiro, por sinal onde moram parentes seus.

Se esse roteiro turístico do Sr. Mércio for contado lá fora e mesmo aqui, difícil vai ser fazer que alguém acredite nisso.

As viagens do *glotroter* da FUNAI são muito estranhas e, no dizer da *Veja*, “a aldeia preferida por Mércio Gomes lá fora é Genebra.

Essa estranheza levou a revista a dizer:

Mércio adora conhecer outras culturas. Há três anos, foi nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Desde então, tem viajado muito para ampliar seus conhecimentos sobre povos e etnias distantes. Seu principal objeto de estudo, no entanto, não têm sido as tribos do Alto Xingu ou de outras reservas indígenas.

Além de estranho, o jeito de administrar do Presidente da FUNAI revela abuso no uso do dinheiro público. Por isso, estou encaminhando à Mesa requerimento de Informações pedindo ao Ministro da Justiça as explicações que a Nação exige.

Além disso, anexeï a este pronunciamento a denúncia da Revista *Veja*, para que passe a constar dos Anais do Senado e sirva de subsídios ao historiador do futuro. Vai dar para perceber como o atual Governo esbanja o dinheiro do povo.

Era o que tinha a dizer.

D:\Meus Documentos\DISC 02 AGO 06 FUNAI na Suíça.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br



ANEXO

VEJA, 02/08/2006

Brasil

Tem índio na Suíça?

O presidente da Funai torra dinheiro público em viagens

Internacionais. Sua aldeia preferida lá fora é Genebra

O antropólogo potiguar Mércio Pereira Gomes adora conhecer outras culturas. Há três anos, foi nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Desde então, tem viajado muito para ampliar seus conhecimentos sobre povos e etnias distantes. Seu principal objeto de estudo, no entanto, não têm sido as tribos do Alto Xingu ou de outras reservas indígenas. O que Gomes vem examinando com afinco são os hábitos dos moradores de Genebra, na Suíça. Para se aprofundar nessas análises, já visitou a cidade sete vezes desde que assumiu o órgão. Em média, dá uma passada por lá a cada cinco meses. No cargo, ele também esteve três vezes nos Estados Unidos, duas na Inglaterra e visitou cinco países da América Latina. No Brasil, seu destino preferido é o Rio de Janeiro, onde tem vários familiares. Gomes voou 118 vezes para lá. Tudo pago com dinheiro público.

O caso, revelado na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, levou o procurador Lucas Furtado, do Tribunal de Contas da União, a pedir a abertura imediata de uma investigação. Ele quer saber qual é a justificativa da fundação para ter torrado 252.000 reais na compra de 235 bilhetes aéreos emitidos em nome de Gomes nos últimos 35 meses. "A Funai terá de mostrar que todas as viagens foram feitas por razões profissionais. Já sabemos que a maioria delas, no entanto, ocorreu em fins de semana", diz o procurador Furtado. Depois que seus passeios foram revelados, Gomes decidiu se recolher. Por meio de sua assessoria, afirmou apenas que todas as vezes em que viajou à custa da Funai esteve trabalhando. Curioso é o fato de ele ter mais trabalho a fazer na Suíça que no Amazonas, estado brasileiro com a maior concentração de índios.

As viagens de Gomes são mais um exemplo do desperdício de dinheiro na Funai. No ano passado, o órgão dispôs de um orçamento de 118 milhões de reais. Apenas 30% desse valor foi gasto diretamente com pajés, caciques e curumins. O grosso do dinheiro ficou nas mãos do homem branco. Cerca de 80 milhões de reais foram usados para manter a estrutura administrativa da fundação. O quadro de funcionários mostra, ainda, uma série de deficiências. Há mais de uma década sem realizar concursos, a

Funai não conta com biólogos, ecólogos nem com lingüistas. Não raramente, precisa recorrer a missionários evangélicos, para que sirvam como intérpretes em contatos com tribos afastadas. O órgão não responde mais pela saúde nem pela educação nas aldeias e não consegue garantir a proteção das reservas. Em vez de cuidar dos índios, a Funai é o paraíso de antropólogos como Gomes.

Ele gosta de viajar

Em três anos no cargo, o presidente da Funai Mércio Gomes gastou 252.000 reais em viagens. O destino preferido por ele é Genebra, na Suíça.

VIAGENS INTERNACIONAIS	17
Suíça	7
Estados Unidos	2
Inglaterra	3
América Latina	5
Brasil	10
Rio de Janeiro	118
VIAGENS AO RIO DE JANEIRO	118
VIAGENS A TERRAS INDÍGENAS	49

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento
de Marcel Tranquilini Nery, professor e cam-
peão brasileiro universitário de Judô.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimen-
to Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo
falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 2006, em
Brasília, do professor e campeão brasileiro univer-
sitário de judô de 2001 e campeão brasileiro de judô de
2003, Marcel Tranquilini Nery.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Se-
nado seja comunicado aos familiares de Marcel, em
especial a seu irmão José Mário Tranquilini e à Con-
fedeiração Brasileira de Judô.

Justificação

Professor de judô. Campeão brasileiro univer-
sitário de judô em 2001. Campeão brasileiro de judô
em 2003. Essa a trajetória de vida de Marcel Tranqui-
lini Nery, que morreu em Brasília no começo da noite
de 31 de julho de 2006. Deixa, com saudade, uma
vida que, embora curta, deu ao Brasil conquistas sig-
nificativas no judô. Marcel era irmão de José Mário
Tranquilini, outro desportista vitorioso, ouro nos Jogos
Pan-Americanos de Mar del Plata em 1995. Com este
requerimento, estou inserindo as palavras emotivas de
José Mário, no sepultamento de Marcel, no Campo da
Esperança, em Brasília: “Pedi a meu pai um irmão. E
ele foi gerado. Agora, peço para ele virar uma estrela
e ajudar nas coisas que a gente não entende aqui no
mundo”. Com o preito de homenagem que o Senado
da República tributa ao grande lutador, o Voto que ora
proponho significa o reconhecimento do valor daquele
grande e vitorioso desportista brasileiro.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB
– MA) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela
Liderança do PT, por cinco minutos, para uma comu-
nicação urgente de interesse partidário.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como
Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da
oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu
não quero tecer comentários a respeito de pronuncia-
mentos que me antecederam, porque, com certeza, o

melhor é na urna; é isso que é importante. E tem alguma
coisa que não consigo às vezes entender: é tão ruim,
tão ruim, tão ruim, mas lidera com larga margem de
intenção de votos. Então vamos esperar a urna, vamos
ver lá na urna como as coisas vão acontecer.

Mas o que me traz à tribuna são as manchetes
dos jornais de hoje a respeito do recorde na balança
comercial. A **Gazeta Mercantil** traz que o saldo de
US\$5,6 bilhões, em julho, é recorde; que a balança
comercial registrou o maior superávit mensal da his-
tória deste País. O saldo positivo foi de 5,638 bilhões,
crescimento de 12,6% na comparação com julho do
ano passado, e de 38,1% sobre junho. Portanto, é um
recorde significativo, que, como traz a **Folha**, dá a di-
mensão exata desse superávit comercial, porque é
um superávit comercial que bate recorde com o cres-
cimento das exportações e das importações. Portanto,
o saldo é recorde tanto com a exportação como com
a importação crescendo. Não vai ser possível verificar
aqui, porque o gráfico está muito apagadinho, mas os
dois indicadores, tanto da exportação quanto da impor-
tação, são curvas bastante ascendentes aí no gráfico
do último período.

É claro que com esse superávit comercial e ba-
tendo esses recordes sucessivos, creio que são núme-
ros indiscutíveis, que muitos não querem ver, insistem
em não vê-los, em não creditar isso aos esforços e às
políticas adotadas pelo Governo Lula.

Além de registrar essa questão do superávit co-
mercial, desse saldo recorde na balança comercial
do nosso País, há dois outros registros, Senador Tião
Viana, que eu não poderia deixar de fazer. Um deles é
o de uma matéria de ontem da **Folha de S. Paulo**. Sob
o título “Remunerar o desempenho”, a matéria informa
que o Prefeito Gilberto Kassab, do PFL, em São Pau-
lo, deu um aumento de 9,8% a 54%, aos professores
de São Paulo. Eu, como professora, só posso elogiar
que alguém dê um reajuste da magnitude de 9,8% a
54,3% para os professores da rede municipal de São
Paulo, professores que estavam sem reajuste desde
2002. Portanto, desde o último período eleitoral.

Eu fico me perguntando se esse artigo elogioso,
de remunerar o desempenho dos professores, de con-
ceder-lhes um aumento tão substancial, tivesse sido
dado neste momento, Senador Renan Calheiros, pelo
Presidente Lula, como isso seria tratado aqui na tribu-
na. Ou seja, como seria tratado aqui o caso de uma
categoria que estivesse desde 2002, desde a última
eleição, sem reajuste, e agora, em pleno período elei-
toral ganhando reajuste de 9,8% até 55%.

Além disso, outra matéria, que não posso deixar
de registrar da tribuna, informa que o Supremo Tribu-
nal Federal liberou para que finalmente a Assembléia

Legislativa de São Paulo instale as dezenas e dezenas de CPIs que não puderam ser instaladas ao longo dos últimos anos. Nada mais nada menos do que trinta e sete dessas CPIs estão relacionadas à gestão do nosso adversário à Presidência da República, Geraldo Alckmin. O Supremo derrubou, por dez votos a um, a exigência de votar no plenário os requerimentos para instalação das CPIs. E são, como eu já disse, inúmeras. Vou aqui elencar apenas algumas: CPI da Eletropaulo, CPI da Energia Elétrica, CPI da Febem, CPI da TV Cultura, CPI da Fundação Padre Anchieta, CPI dos Grupos de Extermínio, CPI da Saúde, CPI do Rodoanel, CPI da Sabesp, CPI da Violência Policial, CPI dos Cursos Técnicos, CPI da Pirataria, CPI das Ciretrans, CPI do Leite, CPI do Metrô, CPI dos Leilões, CPI do Tietê, CPI do Ipesp, CPI do Transporte Ferroviário, CPI do Detran e Poupatempo, CPI da Nossa Caixa, CPI da Publicidade.

Portanto, já que o Supremo Tribunal Federal derrubou o impedimento regimental que servia de anteparo e não permitia que a Assembléia Legislativa de São Paulo, ao longo dos últimos anos, instalasse as CPIs – e nenhuma foi instalada –, acredito que é de bom tamanho fazer o registro deste assunto, porque temos assistido a discursos da tribuna exigindo apuração, investigação, punição. Que ela se dê em todos os cantos do País, inclusive na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio; ao Senador que está inscrito, Antonio Carlos Magalhães; ao Senador Alvaro Dias e ao Senador José Agripino. Em seguida, vamos começar imediatamente a Ordem do Dia.

Antes de vir à Presidência, conversei com alguns companheiros e senti em todos a preocupação inclusive com viagens, com horários de vôos. Se pudermos esgotar a nossa pauta hoje, será melhor para o Senado, para a instituição e para o País.

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Líder do PT elencou o que S. Ex^a chamou de CPIs contra ou

para investigar o Governo do candidato a Presidente, do meu Partido, Geraldo Alckmin.

Temos uma matéria em que o PT é imbatível: corrupção! É imbatível! Temos de reconhecer, dar valor a quem tem. Não adianta negar que a dupla maior de jogadores de futebol do mundo – o Presidente Lula gosta muito de falar em futebol – é Pelé e Maradona! O PT, em matéria de corrupção, está na frente de todo mundo, com larga vantagem, com larga desproporção, está muito na frente.

Sr. Presidente, o que vimos nesta Casa – e eu sou Senador e não mais Deputado Federal e, sobretudo, não sou Deputado Estadual de Assembléia nenhuma – foi o esforço que beirou o patético para não instalarem CPIs – e conseguiram não instalar muitas –, mas vendo algumas que se instalaram e que colocaram esse Governo no banco dos réus.

Agora, vejo uma coisa que beira o deprimente do ponto de vista moral.

Nesse episódio todo dos sanguessugas, uma conexão que vem do Executivo, deste Governo, com aqueles tais “restos a pagar”, mediante comissão que envolveu o Ministro da Saúde, vejo uma coisa sórdida. Até o tal Sr. Vedoin diz que não tem nada a ver com o candidato a Governador de São Paulo, José Serra. Até ele diz isso. Mas os governistas dizem que, se chamarem os dois Ministros efetivamente envolvidos, teriam que chamar o Serra também. Ou seja, algo terrível, algo que rompe com algum código de honra de quadrilhas. Aquele que não delata, ou aquele menino que está com droga no carro e diz que a droga é só dele não é do colega, ele assume de maneira máscula: “esta droga é minha”! Eles agem imputando culpa aos outros, imaginando que assim diluem culpas.

Sr. Presidente, vou dizer a V. Ex^a qual é o meu sentimento. Não me abalanco mais a responder essas coisas, não têm nenhum valor para mim, já não me abalanco a responder isso. O povo brasileiro vai julgar se quer continuar com isso ou não, se quer romper com isso ou não, se quer manter isso ou não. Mas uma coisa é fato: são imbatíveis nesta matéria. Não há mais desculpa. As desculpas são sempre as de dizer que os outros também são, que os outros também têm culpa, jamais explicaram nada do que foram acusados de maneira correta, concreta, corajosa, jamais. É o tempo inteiro dizendo: eles também, os outros também, no passado também, Pedro Álvares Cabral também. Jamais explicaram uma só das milhares de acusações deploráveis, deprimentes, que sofreram.

Para concluir, tenho impressão de que – e V. Ex^a é um homem de atitudes grandiosas – neste momento não só faço aqui uma fraterna provocação a V. Ex^a, porque recebo denúncias de que a *Voz do Brasil*

estaria boicotando a participação de Parlamentares da Oposição na sua programação. Isso é deprimente, isso é algo que não pode continuar, isso deve levar a demissões, a punições claras. Tenho certeza de que V. Ex^a vai se pronunciar sobre isso de maneira concreta e correta.

Quero lhe fazer uma proposta muito clara: ou se vota o orçamento impositivo e se aprova o orçamento impositivo agora, ou, vamos ser francos, a proposta que faço ao Congresso, que faço a V. Ex^a – e não se trata de obstruir ou não obstruir – é de não votarmos o Orçamento este ano, porque este Congresso está desmoralizado, este Congresso de mensaleiros absolvidos, este Congresso de sanguessugas de diversos partidos – e lamento que até do meu – este Congresso está desmoralizado. Ele não pode votar a LDO, ele não pode votar a Lei Orçamentária, ele tem que deixar para o outro Congresso, que espero seja mais limpo, pois será um desalento se ele for tão sujo ou mais sujo. O nosso Congresso está desmoralizado. Este é um fato. Desmoralizado, porque encontraram maus Parlamentares e encontraram eco num Governo que não só os tolerava, como os patrocinava, os Parlamentares que fizeram tudo isso que temos visto nesses escândalos todos que estão postos.

Então, a disposição que levo a minha Bancada – e que pode virar uma decisão do poder – é de não votarmos orçamento nenhum, reconhecendo que esta Legislatura está maculada. Se ela está maculada, então ela não pode apresentar peça orçamentária que é uma peça orçamentária que não me interessa se nela estão se cevando anões ou gigantes, mas corruptos do orçamento estão se cevando outra vez da peça orçamentária, que é a mais fundamental na nossa hierarquia de leis a ser aprovada aqui pelo Congresso.

Portanto, Sr. Presidente, deploro essa história de eles também, o fulano também, o beltrano também... Falta e falece moral a um Governo que se defende acusando, que não se defende se defendendo. Alguém pode acusar, sim; mas, se alguém sério é acusado de alguma coisa, deve, primeiramente, apresentar, com clareza, argumentos que fulminem aquela acusação que lhe é feita. Antes, fulmina aquilo que dizem contra ele e, em seguida, defende-se.

O PT gostava muito de falar da tal “*operação gambá*”, e falava de maneira leviana, mas estou vendo que implantaram como ninguém a *operação gambá* no País. Ou seja, espalham o mau cheiro e parece que todo mundo é malcheiroso.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, dois pronunciamentos: sobre essa coisa do Orçamento, porque não dá para se votar isso, e sobre mais uma manifestação odiosa

de intolerância deste Governo, sob o título de “Boicote a Parlamentares de Oposição na *Voz do Brasil*.”

É preciso demitir toda essa direção da *Voz do Brasil*. É preciso não haver mais nenhum censor. Isto aqui não é o Governo do Presidente Médici, isto aqui não é a ditadura, isto aqui não é o *Estado Novo* de Vargas, isto aqui não é outra coisa senão uma democracia, e uma democracia não admite que sejam cerceados direitos dos Parlamentares de Oposição, porque eles representam uma parcela expressiva da população que está com nojo da corrupção e que está, sem dúvida alguma, temerosa em relação aos rumos que este País haveria de ter pela frente se todo esse esquema de censura funcionasse.

Censura serve para alguém manter o poder. Quem quer manter o poder pela via da censura pensa em ser ditador. Se pensa em ser ditador, tem de ser combatido por nós em todos os momentos, em todas as instâncias, e uma delas é dizermos, aqui e agora, que este Congresso precisa, efetivamente, voltar renovado. Para isso, é fundamental que aqui se pratique democracia e que a *Voz do Brasil* crie vergonha na cara, porque está faltando vergonha na cara daquela gente, e já comece, hoje, a fazer com correção... Vou ficar com os ouvidos grudados na “*Voz do Brasil*” hoje.

Ao mesmo tempo, quero dizer que o que já fizeram já é suficiente para que aquela gente seja merecedora do “olho da rua”, porque não é possível censura numa democracia que teria de funcionar a pleno vapor como a democracia brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, a exemplo do que fez o Senador Arthur Virgílio, prestar minha total solidariedade ao Senador Jorge Bornhausen e ao Senador Tasso Jereissati.

Chamei o Secretário de Comunicação do Senado Federal e pedi para que ele levantasse o que houve com relação à não-edição das intervenções dos dois Senadores, ontem, na “*Voz do Brasil*”. Havendo responsabilidade do setor de Comunicação desta Casa, vou tomar a posição cabível. Vou providenciar a punição que o caso recomenda que se faça, porque isso é um atentado contra a democracia, contra a liberdade de expressão, e nós não podemos, de forma nenhuma, concordar com isso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com nenhum Senador, especialmente...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eu fui vítima. Estou sendo vítima, Sr. Presidente. Então, V. Ex^a me coloque junto com o Senador Arthur Virgílio e o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em condição de igualdade com os outros dois Senadores, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Já houve antes com o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso é um absurdo que não vai acontecer. Se aconteceu por falha, ou seja lá pelo que for, do setor de comunicação do Senado Federal, vou tomar as providências necessárias cabíveis que o que aconteceu recomenda que se tome.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso é um atentado contra a liberdade de expressão, contra a democracia, e – repito – não podemos permitir que isso continue acontecer seja com qualquer Senador, especialmente com os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati e Jorge Bornhausen, por quem tenho um respeito muito grande, um carinho especial.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, quero dizer que isso deve ter acontecido com dezenas de outros Senadores, mas o que aconteceu ontem foi muito gritante. Por exemplo: ontem, o Presidente do meu Partido, o Senador Tasso Jereissati, fez um pronunciamento muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu fiz questão não apenas de dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati como de ficar aqui durante todo o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é tão relevante que o Presidente da República resolveu responder a ele. Então, não é toda hora que um Presidente da República, mesmo falastro, abalança-se a responder a um Senador. Então, foi um pronunciamento relevante. Estou falando aqui para os jornalistas que cobrem a Casa. Eles sabem que o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati foi relevante do ponto de vista jornalístico. Eu quero ser lógico, gosto de ser lógico, Sr. Presidente. Então, se o pronunciamento foi relevante do ponto de vista jornalístico e mereceu todas as páginas que mereceu dos jornais brasileiros, de todo o País, então como é que alguém não coloca na “Voz do Brasil”, o principal e o mais primário e mais básico órgão de comunicação dos trabalhos do Congresso Nacional, esse pronunciamento?

Eu vejo duas hipóteses. Uma vez, eu me pronunciei aqui sobre o Presidente da República de maneira dura. Ou era uma coisa ou era outra. Aí, a revista **Veja** disse que eu tinha sido muito duro e me colocou no “desce”. Depois, a revista **Veja** disse a mesma coisa que eu disse, mas eu não tenho revista para colocar ninguém no “desce” nem no “sobe”. Mas o fato é que eu disse que alguém que vê tanta corrupção e não percebe ou está “lelé” ou está mentindo.

Então, alguém que não coloca um pronunciamento importante como aquele... Digamos que eu chegue aqui e diga que está havendo uma greve de dez professores no Município de Pauini, no Amazonas. Pode ser que esqueçam, pois não são obrigados a lembrar disso ou a dar a importância que eu dou ao meu Estado. Mas um pronunciamento como aquele, que gerou um bate-boca entre o Senador e o Presidente da República, tem duas hipóteses para os que trabalham aqui na “Voz do Brasil”: ou são absolutamente incompetentes e não merecem ficar no cargo, por incompetentes, ou agiram de má-fé e não merecem ficar no cargo, por agirem de má-fé. A terceira hipótese eu não sei qual seria, porque eu também não vi terceira hipótese naquele episódio em que me dirigi duramente ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a me perdoe, mas V. Ex^a também foi vítima. De uma fala que V. Ex^a fez cortaram grande parte e deixaram a parte que não era tão expressiva quanto V. Ex^a falou. Inclusive o Presidente do Congresso Nacional foi censurado na “Voz do Brasil”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fique certo de que tomaremos as medidas cabíveis para essa situação. Chamei o Dr. Armando Rollemberg e mandei levantar a situação. Não admito que isso aconteça. Isso não pode existir. É um precedente com o qual jamais poderemos concordar.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela Minoria, Sr. Presidente, eu quero subscrever, de forma integral, o protesto do Senador Arthur Virgílio e, da mesma forma, respaldar a decisão de V. Ex^a de tomar providências. Um fato como esse não pode ser ignorado pelo Presidente da Casa, não será, e certamente essa afronta à liberdade de expressão dos parlamentares não pode, de forma alguma, merecer a não ser a represália necessária a fim de que o exemplo possa prosperar.

De outro lado, Sr. Presidente, quero, mudando de assunto, fazer uma menção de agradecimento espe-

cial, um registro pelo trabalho responsável, incansável, desenvolvido pelo nosso Consulado-Geral em Beirute, no Líbano, na pessoa do Michael Gepp.

O Consulado do Brasil em Beirute vem realizando um trabalho humanitário sem precedentes removendo brasileiros das zonas de conflito. É importante ressaltar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o esforço dos diplomatas que integram a equipe do Cônsul-Geral Michael Gepp é digno de louvor, afinal atua numa zona conflagrada e em condições as mais adversas. Por isso, o nosso voto de louvor, neste momento, especialmente ao Cônsul-Geral Michael Gepp e a toda a sua equipe no Líbano, por esse extraordinário trabalho humanitário que vem desenvolvendo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, em reunião comandada por V. Ex^a, as Lideranças decidiram pela deliberação de assuntos da maior importância no dia de hoje, entre eles o segundo turno da proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães que transforma o Orçamento de hoje em orçamento impositivo, a fim de que essa peça de ficção deixe as prateleiras das bibliotecas para ser instrumento de execução de programas importantes de qualquer que seja o governo que venha a se instalar neste País.

É o primeiro passo para essa tentativa de moralização na aplicação dos recursos públicos, já que a desmoralização a que fomos submetidos, como Congresso Nacional, pelos escândalos que se sucedem no Brasil, com a utilização indevida de recursos públicos, está a exigir providências imediatas.

Quero também destacar a aprovação, hoje, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de emenda do Senador Sibá Machado, com substitutivo do Senador Tasso Jereissati, que propõe o fim da reeleição a partir de 2010. É mais uma providência, entre tantas providências, que o Congresso Nacional há de adotar para construir uma nova imagem para as instituições públicas brasileiras.

Sabemos que esse instituto da reeleição não deu certo, que ele tem sido, lamentavelmente, um instrumento para o abuso do poder econômico e de utilização indevida da máquina pública no processo eleitoral. Se não atingimos a maturidade política necessária para exercitarmos o processo eleitoral sob a égide desse instituto da reeleição, melhor que acabemos com ele até que possamos evoluir para um outro tempo, para um outro cenário, de maior maturidade e responsabilidade política.

Espero, Sr. Presidente, que medidas como essa sejam o início desse processo. É por essa razão que peço seja inserido nos Anais da Casa este artigo: “O Congresso pede socorro”, de Villas-Bôas Corrêa, repórter político do JB, do qual leio apenas uma pequena parte:

Compete aos partidos, aos estudantes, às entidades de classe, aos segmentos organizados da sociedade a liderança que esclareça a inutilidade do voto nulo, que só ajuda os corruptos, e iniciar o debate que imponha aos candidatos o compromisso claro com a proposta de reforma política abrangente.

Se deixar por conta do Congresso, o corporativismo passará a mão pela cabeça dos companheiros injustiçados. E não irá além dos remendos óbvios, como o financiamento público das campanhas, o controle e redução das emendas de parlamentares ao Orçamento e outras panacéias, úteis, mas insuficientes.

Portanto, Sr. Presidente, creio que há um clamor da sociedade por mudanças abrangentes que confirmem ao País um novo modelo político.

Sabemos que, antes das eleições, o Presidente da República anunciará um pacote de mudanças, talvez alterando o sistema de aprovação do Orçamento e, parece-me, impondo que os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sejam rotativos, para que não sejam sempre os mesmos. E que o Governo acabará com as emendas individuais.

Concordo com o fim das emendas individuais, embora isso possa contrariar os parlamentares. Trata-se de posição pessoal que tenho defendido, já que os recursos públicos devem ser repassados e aplicados levando em conta a relação necessária entre o custo e o benefício do investimento realizado e não levando em conta os interesses eventuais de parlamentares ou de partidos políticos.

Não basta estabelecer o sistema de rotatividade para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Prefiro uma alternativa mais radical, como a extinção dessa Comissão, para que o Orçamento possa ser debatido nas Comissões temáticas da Casa. Enfim, são alternativas que surgem, são idéias que começam a ser discutidas.

Se o Presidente permitir, concedo ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, o Senador Alvaro Dias solicitou a palavra pela ordem.

Eu gostaria que as intervenções fossem abreviadas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não pode haver aparte quando se pede a pa-

lavra pela ordem. Concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente. Imaginei que eu estava falando pela Liderança da Minoria e, por isso, concedi o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há problema. Rapidamente, já ouvirei o Senador Romero Jucá. Falo isso apenas para ordenarmos melhor os apertes.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade de expor, mais uma vez, essa posição, já que estamos, reitera-

damente, conclamando a Casa, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira para essa discussão.

Depois desses escândalos, da investigação da denúncia, da acusação e, eventualmente, das punições que vierem, precisamos, ao mesmo tempo em que as punições se estabeleçam, discutir e elaborar um novo projeto para o Brasil, organizando devidamente a Nação a partir de um modelo político compatível com as aspirações da nossa gente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

Inserido nos termos do art. 203, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

O Congresso pede socorro

ALONGA E INTERMINÁVEL TEMPORADA de escândalos da praga da corrupção esgotou a paciência, a capacidade de indignação da população. As novidades de cada dia escorrem pela alarmante indiferença, pelo conformismo que se resguarda na justificativa de que não há conserto para o que nasce torto ou que o exemplo vem do alto.

A safra de cada dia acrescenta novo estouro que poucos ouvem e prestam atenção. Muitas são notícias requeentadas ou ampliadas, como a repulsiva decisão da quase unanimidade dos partidos de garantir a legenda, para disputar a reeleição, aos investigados pela CPI dos Sanguessugas – a bandeira recordista do governo do presidente-candidato Lula e, não por acaso, o PT foi o primeiro a perdoar, entre lágrimas, até parlamentares denunciados pelas CPIs dos Correios e dos Bingos e pelo Conselho de Ética e assegurar-lhes vaga na chapa partidária.

As justificativas percorrem a escala do amparo aos companheiros caídos em desgraça à dependência dos votos dos faltosos para fortalecer o partido.

Cada dia parece que a patifaria passa da conta. Qual, a imaginação dos espertos é um saco sem fundo. As suspeitas de ligação dos ex-ministros da Saúde do governo Lula Humberto Costa (PT) e Sa-

raiva Felipe (PMDB) com a máfia das ambulâncias forçaram o relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), a criar uma sub-relatoria para investigar o Executivo. E na fila dos suspeitos perfilam-se também os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Ora, sem Congresso não há democracia. Convém lembrar o truismo enquanto é tempo de sa-

A raiva, bem utilizada, é um santo remédio. Cura até sem-vergonhice

cudir a campanha da pasmaceira do desempenho dos candidatos que lideram as pesquisas, convocando-os a assumir a limpeza do Legislativo.

Pode ser cômoda a desculpa eterna, que invoca a soberania dos poderes, para fugir dos riscos da inequívoca responsabilidade diante da ameaça de uma recaída na aventura da crise institucional.

Sozinho, sem ajuda, o Parlamento não sai da cisterna em que se emporcalhou. E o eleitor não fará sua parte sem a mobilização da sociedade, pela iniciativa das tradicionais lideranças.

O candidato-presidente disse todas as tolices do seu repertório e da autolouvação do maior governo de todos os tempos. Os sinais de alerta da fadiga do eleitorado rondam o seu favoritismo e alertam para a urgência de uma correção da rota da soberba para a aterragem na dura realidade.

Convém puxar a aba do paletó do candidato opositorista, o tucano Geraldo Alckmin, para temperar o discurso com as pitadas de sal da denúncia da falência do Congresso.

O horário eleitoral em rede de rádio e TV, que começa dia 15, é a esperança para massificação do protesto que necessita sair à rua. O voto nulo é a fuga, não é o grito de indignação. Se os partidos se acumpliciam com a manobra da absolvição dos envolvidos nos assaltos aos cofres da viúva – do valerioduto que abasteceu o caixa 2 para o financiamento das campanhas do presidente Lula, do PT e aliados; do mensalão para a compra e aluguel de parlamentares – e, agora se esquivam diante do lamaçal podre da compra de ambulâncias e ônibus escolares superfaturados, a insensatez covarde desguará na pregação golpista.

É duplamente calhorda e pulha a escusa dos candidatos e dirigentes partidários em apro-

fundar a análise do flagelo da corrupção com a desculpa de que as urnas não renovarão os mandatos dos ladrões. Só a extensão da lista dos citados nos relatórios das CPIs, da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público, da Polícia Federal e outros confirmam a dificuldade do eleitor para a triagem do joio misturado com o trigo.

E não é só. Compete aos partidos, aos estudantes, às entidades de classe, aos segmentos organizados da sociedade a liderança que esclareça a inutilidade do voto nulo, que só ajuda os corruptos, e iniciar o debate que imponha aos candidatos o compromisso claro com a proposta de reforma política abrangente.

Se deixar por conta do Congresso, o corporativismo passará a mão pela cabeça dos companheiros injustiçados. E não irá além dos remendos óbvios como o financiamento público das campanhas, o controle e redução das emendas de parlamentares ao Orçamento e outras panacéias, úteis, mas insuficientes.

Para cortar as pelancas das mordomias, dos privilégios, da semana de três dias é preciso que o povo proteste e use o voto como a arma da cidadania consciente e possessa.

A raiva, bem utilizada, é um santo remédio. Cura até sem-vergonhice.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora este assunto não esteja em foco neste instante, ele interessa a quase 180 mil produtores rurais que estão em situação caótica e deficitária do ponto de vista do seu endividamento perante o Tesouro Nacional e os bancos.

No Senado Federal, há pouco tempo, aprovamos medida provisória com alterações consubstanciadas pelo Relator Senador Fernando Bezerra. Inclusive, uma das emendas aceita pelo nobre Relator, nosso Líder do Governo, foi de minha autoria e aumenta o teto da renegociação para R\$100 mil.

A lei foi sancionada pelo Presidente da República, sob o nº 11.322, de 13 de julho deste ano, e já está em pleno vigor. Mas há necessidade imperiosa de uma regulamentação, que deverá ser feita por meio de resolução do Conselho Monetário Nacional, mas ainda não o foi. Isso implica a inclusão de milhares de produtores rurais no Cadin, porque fizeram a securitização ou porque não podem regularizar sua situação perante os bancos em face da falta de regulamentação. Cabe ao Conselho Monetário Nacional baixar essa resolução, o que não fez até agora. Sem dúvida alguma, isso reduz os efeitos da lei, aprovada com o apoio de V. Ex^a.

Sr. Presidente, o apoio de V. Ex^a foi muito importante, representou uma ajuda muito grande na aprovação desse projeto, pela celeridade com que conduziu a matéria. O Relator, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, conseguiu compor com as lideranças de todos os Partidos, inclusive com o Ministério da Fazenda, um acordo benéfico tanto para o Governo como para os produtores rurais, que são 168 mil, mais os 13.878 da área de securitização. Ou seja, quase 180 mil produtores rurais aguardam essa resolução do Conselho Monetário Nacional, que é da maior importância.

Peço a ajuda de V. Ex^a, Sr. Presidente, pois, além de ser Presidente do Congresso Nacional, é interessadíssimo nos problemas do Nordeste. Só em Sergipe, 40 mil produtores serão beneficiados com essas medidas que foram objeto de tanta discussão.

Na tramitação da Medida nº 285, que desembocou na Lei nº 11.322, tomei a iniciativa de pedir ao Conselho Monetário Nacional, ao Ministério da Fazenda e a V. Ex^a que envidassem todos os esforços necessários

no intuito de preservar as terras que estavam sendo tomadas pelos bancos.

Milhares de produtores rurais, Sr. Presidente, estão sendo acionados pelos bancos em ações judiciais. Suas terras estão indo a leilão. Enquanto não houver a regulamentação dessa lei, todos os produtores rurais que estão “pendurados” na Justiça poderão sofrer sanções, inclusive com a perda de suas terras. Se regulamentação houver, automaticamente, com a entrada do requerimento da renegociação, o produtor rural ficará livre de responder na Justiça e partirá para uma renegociação favorável aos seus interesses e aos interesses dos bancos e do Tesouro Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, a minha palavra neste instante é de solidariedade a V. Ex^a – porque é uma luta também de V. Ex^a –, para que, como Presidente do Congresso Nacional, V. Ex^a, perante o Conselho Monetário Nacional, juntamente com o Líder do Governo, Romero Jucá, com quem falei hoje, e com o Senador Fernando Bezerra, com quem também falei hoje, possa envidar esforços para a celeridade da aprovação dessa regulamentação, sem a qual milhares e milhares de agricultores estarão respondendo na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. Essa regulamentação é prioritária e precisa rapidamente ser feita.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou ouvir o Senador Jorge Bornhausen. Em seguida, ouvirei todos os senhores.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sei que eminentes Parlamentares já levantaram o assunto, mas devo dizer a V. Ex^a que fiquei surpreso com o que aconteceu ontem na transmissão do programa Voz do Brasil a respeito das matérias debatidas no Senado Federal. Assisti à sessão quase inteira. Tive a oportunidade de fazer um discurso com críticas contundentes ao Presidente Lula, que teve a ousadia, segundo ele, o que me parece um ato de desaforo à inteligência dos catarinenses, de dizer que deveria defender a ética, a honra e a dignidade.

Ontem mesmo, fui comunicado de que, na Voz do Brasil, na parte de responsabilidade do Senado Federal, meu discurso havia sido absolutamente ignorado. Coincidentemente, assisti ao discurso contundente, que foi matéria em toda a imprensa nacional, do Senador Tasso Jereissati, ignorado também na mesma ocasião pela Voz do Brasil. Da mesma forma, fez aqui um discurso contundente o Senador Antonio Carlos

Magalhães, cujo pronunciamento foi ignorado pela Voz do Brasil.

Sr. Presidente, trata-se, evidentemente, de uma censura. Não posso receber de outra maneira a atitude. Já é estranho que no **Jornal do Senado** as críticas mais fortes tenham sido esquecidas, que os espaços sejam menores a esses pronunciamentos que aos de outros líderes. Já é estranho. Mas a ausência no noticiário nacional é censura. E isso eu não posso aceitar como representante do Estado de Santa Catarina.

Respeito muito V. Ex^a, sei que é um homem criterioso, que tem conduzido muito bem esta Casa, mas a abertura de uma sindicância, a apuração das responsabilidades de quem quer que seja tem que existir, em nome do Senado Federal. Do contrário, vamos voltar ao tempo da ditadura Vargas, ao DIP. Porque isso só é comparável ao DIP. E, evidentemente, tenho a certeza de que a Mesa desta Casa, presidida por V. Ex^a, tomará as providências. Como representante do meu Estado, como Presidente do Partido da Frente Liberal, não posso deixar de lançar o meu protesto e pedir que haja respeito com os Presidentes de partidos, com os Líderes que falaram em nome dos partidos. O Senador Antonio Carlos Magalhães falou pela Liderança do PFL, o Senador Tasso Jereissati como Presidente do PSDB e eu como Presidente do PFL.

Peço, portanto, as providências, e agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero dizer o que já disse aqui, que concordo inteiramente com V. Ex^a. Isso é um atentado à liberdade de expressão e à própria democracia.

Ontem, fiz questão de conceder a palavra a V. Ex^a. Ouvi todo o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati e do Senador Antonio Carlos Magalhães. Critério nenhum, absolutamente nenhum, justificaria o que aconteceu. Nenhum critério justificaria o que aconteceu. Pedi ao Secretário de Comunicação que levantasse a responsabilidade e encaminhasse para as providências cabíveis, a fim de que isso não se torne um precedente com o qual tenhamos que conviver. Não tenha sobre isso nenhuma dúvida, as providências serão encaminhadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Senador Tião Viana pediu a palavra, mas já estava inscrito como...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou inscrito para falar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que também o Tribunal Superior Eleitoral deve tomar conhecimento dos noticiários de televisão. Por exemplo, no “Dia do Candidato”, diz: “Candidato Geraldo Alckmin fez isso, assim e assim; a candidata Heloísa Helena fez isso, assim e assim. Agora, na hora do Lula, diz: “O Presidente Lula...”. Ora, ele é candidato, não é Presidente. Isso vem ocorrendo na hora que o jornal chama de “Dia do Candidato”. Ele é candidato. É o candidato Lula, não é o Presidente Lula. De maneira que esta é uma outra reclamação que temos que fazer, porque fica uma coisa díspar. E não podemos aceitar essas discriminações.

Além disso, se continuar a fechar, a censurar o Congresso... E tenho medo de que até alguém do Senado, à revelia de V. Ex^a e do Secretário, esteja ajudando a ser feito isso no noticiário. Porque fui cortado do noticiário de ontem, enquanto várias coisas depois de minha fala foram colocadas no ar. De maneira que também responsabilizo a parte de comunicação do Senado, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do Governo, após a Ordem do Dia, devidamente autorizado pelo Líder Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está anotado. V. Ex^a falará após a Ordem do Dia.

Quero apenas comunicar à Casa que teremos sessão do Congresso Nacional, às 19 horas, e com uma pauta extensa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer dois registros. Um relativo às observações do Senador Alvaro Dias, para lembrar que hoje vamos votar a PEC que trata do Orçamento Impositivo. Uma emenda do Senador Aloizio Mercadante propõe a extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o que vai na direção do que mencionou o Senador Alvaro Dias.

Com relação à renegociação da dívida dos agricultores, já estamos cobrando do Conselho Monetário

Nacional que baixe a regulamentação para podermos operar as renegociações.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que estamos com duas orientações diferentes no Congresso Nacional – uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal –, com relação a entrevistas de Senadores e Deputados que são candidatos. Aqui não podemos dar nenhum tipo de entrevista, apenas podemos usar a tribuna. Agora tenho visto entrevistas, na TV Câmara, de Deputados que são candidatos à reeleição.

São dois pesos e duas medidas. Não se pode tolerar isso. Semana passada mesmo, vi uma longa entrevista, de mais de meia hora, de um Deputado, por acaso do Partido dos Trabalhadores. Não podemos ter esse tratamento diferente.

Era o que eu gostaria de colocar à consideração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aqui só haverá a restrição que a lei mandar que haja. Fora disso, V. Ex^a tem absoluta razão. Se puder realizar uma entrevista, não tenha nenhuma dúvida de que se realizará. Vou orientar a Secretária de Comunicação da Casa para que proceda exatamente dessa maneira.

A única dúvida que havia era com relação à reprodução das entrevistas nos horários da programação da Rádio e da TV Senado. Mas, em não havendo dúvida com relação a isso, vamos fazer o que a Câmara está fazendo nesse sentido. Não haverá problema nenhum.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A minha preocupação, Sr. Presidente, é ficar com dois tratamentos diferentes: um na Câmara e outro no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeito. Conversarei com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu me solidarizo com todos os Senadores aqui citados que tiveram a censura da “Voz do Brasil” em seus pronunciamentos. E parableno V. Ex^a pela medida enérgica tomada no sentido de corrigir e coibir fatos dessa natureza, mesmo porque o Governo do Presidente Lula tentou reimplantar a censura em âmbi-

to nacional, quando propôs a criação de um Conselho Nacional, que o Congresso não aceitou. E vem agora fazer censura nos pronunciamentos de Parlamentares de Oposição. V. Ex^a está de parabéns quando não admite que isso aconteça nos meios de divulgação do Senado Federal.

Quero também, Sr. Presidente Renan Calheiros, pedir a minha inscrição para falar após a Ordem do Dia pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suply, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com atenção as manifestações de diversos Senadores relativamente ao que é reproduzido e transmitido pela “Voz do Brasil”, especialmente no horário reservado ao Senado Federal. V. Ex^a muito bem colocou que está tomando as providências para que haja o devido equilíbrio e o relato o mais consistente e imparcial possível para todos. Essa responsabilidade, todos nós sabemos, Sr. Presidente, é do Congresso Nacional. “A Voz do Brasil” não é de responsabilidade da Radiobrás, do Governo do Presidente Lula. Então, como nas manifestações do Senador Arthur Virgílio, do Senador Antonio Carlos e agora do Senador Flexa Ribeiro, é preciso estar relacionada a responsabilidade do Congresso.

Quero, aqui, ressaltar, Sr. Presidente, que o Presidente da Radiobrás tem feito questão de informar a todos que o noticiário da Radiobrás está procurando, com respeito às eleições, ter uma postura a mais neutra possível, de tal maneira que, como não tinha visto anteriormente, inclusive durante o Governo passado, agora a “Voz do Brasil”, na parte relativa ao Executivo, reporta as palavras, o dia-a-dia dos candidatos, de todos os partidos, a Presidente da República. Portanto, a postura da Radiobrás no que diz respeito à parte do Poder Executivo é isenta nesse aspecto.

Assim, cumprimento V. Ex^a e quero chamar a atenção dos responsáveis pela “Voz do Brasil” para que também aqui, no Senado Federal, haja um procedimento de isenção. Quando se reportarem – e imagino que hoje o façam – ao discurso do eminente Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, também vão se reportar ao aparte que fiz ao discurso de S. Ex^a, no honroso debate que travamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Queria apenas lembrar à Casa que vamos ter sessão do Congresso às 19 horas e que temos uma

pauta extensa, inclusive o orçamento impositivo para ser votado.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero demonstrar aqui o meu desapontamento pelo desrespeito praticado, mais uma vez, pelo presidente do Citibank no Brasil, Sr. Gustavo Marin. S. S^a foi convidado para comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seu depoimento seria na data de ontem, mas, pela segunda vez, alega compromissos anteriormente assumidos. Esse acerto da vinda de S. S^a teve, inclusive, a participação desinteressada do Senador Eduardo Suplicy, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador Eduardo Suplicy assumiu a responsabilidade, perante a Comissão, de fazer com que o presidente viesse a esta Casa prestar esclarecimentos, mas ele está se negando. Montou uma estrutura de **lobby** na Casa para ver se demove a Comissão de Constituição e Justiça dessa idéia. É um absurdo e um desrespeito! É preciso que ele venha prestar o restante dos esclarecimentos. Nós tivemos o início do processo quando da oitiva envolvendo a outra parte da questão. Não é correto, Sr. Presidente, que o Partido dos Trabalhadores agora se omita nesta questão. Este é um assunto que tem que ter a verdade pura e cristalina.

Faço um apelo ao Senador Antonio Carlos para que um novo convite – e até já uma convocação – seja feito. Um cidadão que preside um banco estrangeiro não pode se negar a prestar esclarecimentos à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Faço este registro, Sr. Presidente, aguardando as providências que o caso requer.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra, usando o horário da Liderança do PSDB, que me é cedido pelo Senador Arthur Virgílio, antes do horário do Expediente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antero.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que parcialmente V. Ex^a já atendeu essa questão de ordem ao informar sobre os nossos horários. Mas eu queria pedir a confirmação de V. Ex^a sobre a reunião do Congresso Nacional hoje às 19 horas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Às 19 horas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) –... para a promulgação de um assunto importante relacionado ao Fundeb e para, também, a votação do veto do § 8º com relação à questão do **quorum** para a CTNBio deliberar.

Creio que esse assunto é muito importante para o País, para o Estado de Mato Grosso, para todo o setor produtivo, uma vez que estamos totalmente na contramão da história, proibindo a produção de algodão com o uso de transgênicos, ao mesmo tempo em que importamos algodão com transgenia para o nosso parque industrial.

E, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para prestar total solidariedade ao exercício do mandato parlamentar do Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que, com muita propriedade, tratou ontem da tribuna de um dos assuntos mais relevantes neste País, de que é possível e de que, mais do que possível, é necessário fazer política com ética.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Queria comunicar a V. Ex^a e à Casa que a Presidência convocou sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, quarta-feira, dia 2 do corrente, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, para, na primeira parte, promulgar parte da Emenda nº 53, de 2006, o Fundeb; e, na segunda parte, em sessão normal, apreciar o Veto nº 10, de 2005.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para colaborar com a Mesa, não vou pedir a palavra como Líder, para que possamos votar.

Mas eu gostaria que V. Ex^a, Sr. Presidente, considerasse a possibilidade de votarmos emenda constitucional de minha autoria, que já foi votada em primeiro turno e que está na pauta, mas parece que não houve consenso para votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vai ser votada hoje, se tivermos número suficiente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A matéria trata da agrometeorologia, e o País está vivendo um drama nesse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não quero falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra aos três últimos oradores inscritos: o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Tasso Jereissati e o Senador José Agripino.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia, lembrando que esta se estenderá até as 19 horas.

Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (Bloco/PFL – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser breve, porque vejo o interesse de V. Ex^a em votar matérias importantes ainda no dia de hoje, em respeito ao sentido democrático que V. Ex^a tem dado à sua atuação como Presidente da Casa.

Ontem eu disse nesta Casa e vou repetir agora, principalmente depois de um desafio que o Presidente da República fez ao discurso absolutamente correto do Senador Tasso Jereissati, que apontava com indignação a compra, pelo Governo, de prefeitos, políticos, repetindo o que já era de hábito nos mensalões e nos valeriodutos, que o Governo se acostumou a fazer, desmoralizando totalmente a política nacional. E até mesmo deputados, principalmente do seu partido, que embolsaram dinheiro de valeriodutos, mensalões e coisas que os valham e que são conhecidas, e sobre os sanguessugas.

Evidentemente todos nós temos o mesmo ponto de vista contrário aos sanguessugas. E, para isso, ninguém melhor do que o Presidente da República, que apóia o sanguessuga em Pernambuco, que é o Sr. Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde.

Mas compra digo que existe também no Brasil inteiro. E V. Ex^a tem um requerimento meu, pedindo que a execução orçamentária seja fiscalizada por uma CPI. Sei que não lhe agrada esse tipo de requerimento, mas sei que a inteligência de V. Ex^a vai encontrar a fórmula para que o requerimento não perca o valor, mas seja feito de outra maneira.

Por isso V. Ex^a é inteligente e capaz de encontrar essa fórmula e, nessa fórmula, vamos mostrar, mais uma vez, que o Presidente Lula mente, e mente cinicamente. Vou dizer as desonestidades, na Bahia, do DNIT. O DNIT entregou, a vários prefeitos, obras. Ainda há pouco, ao Prefeito de Vera Cruz deu milhões; a um prefeito de uma cidade para construir um viaduto sobre uma BR, a mais importante BR baiana, a que liga Salvador a Feira de Santana, nove milhões já foram entregues e falta entregar o resto que complete 32 milhões. Isso tudo para comprar consciências, como bem salientou o Senador Tasso Jereissati.

Trago aqui, Sr. Presidente, o insuspeito jornal **A Tarde**, que nem sequer tem relações tão amistosas como eu desejava ter com ele. Ao contrário. “Rodovias da Bahia à espera das obras do Governo Federal”; “Operação tapa-buraco já precisa de reparos”. É essa a ladroagem que se faz com licitação ou sem licitação pelo Governo do Presidente Lula, para comprar prefeitos, autoridades, deputados e muita gente que faz política. É assim que está agindo o Sr. Jaques Wagner, também conhecido por *Land Rover*, porque controla a *Land Rover*, ou melhor, deu-a ao Silvinho e ia receber uma. Como denunciei aqui, deixou de receber, mas a controla porque tem, inclusive, uma filha na GDK.

Quero dizer ao Sr. Lula que só ele não enxerga. E, por isso, ontem mesmo, eu disse aqui que o oftalmologista dele declarou que ele não enxerga de perto. Ele não enxerga nem de perto nem de longe, porque, se ele enxergasse de perto, Waldomiro Diniz não teria roubado lá e seus auxiliares mais próximos não eram os ladrões que aí nós estamos vendo.

Portanto, o Senador Tasso Jereissati falou com a indignação de um homem sério, de homem digno, de homem correto. E eu agora trago a indignação do Governo da Bahia, de todos os baianos pela compra cínica que vem sendo feita na Bahia. Daí por que peço a V. Ex^a que encontre uma fórmula, ainda hoje, não deixe para amanhã, para que possamos ver a execução desse Orçamento, entrar no DNIT e saber as roubalheiras que lá existem. No Ministério das Cidades, a roubalheira também é idêntica. Conseqüentemente, o Sr. Senador Tasso Jereissati, com a autoridade que lhe é própria, com o caráter que todos reconhecem que ele possui, com a autoridade de Presidente de um grande Partido, mas sobretudo com a sua autoridade adquirida como governante, pode fazer a denúncia que quiser, e o Sr. Lula tem que ouvir calado porque, infelizmente, ele é que propicia tudo isso.

O Senador Tasso Jereissati vai falar, mas eu não ficaria com a minha consciência tranqüila se não viesse dizer que na Bahia isso está acontecendo. Olha aqui os títulos e veja V. Ex^a que eu não estou mentindo e que esse jornal não tem qualquer ligação com nenhum de nós, do Governo da Bahia.

Por isso, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a, por favor, encontre o caminho. Vamos barrar a roubalheira.

Sr. Presidente, o Congresso está se desmoralizando. Esse Vedoin, que deve ser um ladrão – não sei se é ou não, mas posso dizer que é – está com a voz tomando conta dos noticiários, e hoje não teve a coragem de ir à Polícia Federal para prestar depoimento, e fica atacando inclusive pessoas desta Casa, como a Senadora Serys Slhessarenko, de maneira brutal, que não pode ser continuada.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem sido um homem de respeito. Ouvi o que V. Ex^a disse: que não queria participar do Conselho Político do Presidente porque era Presidente do Legislativo. Outras pessoas eu não sei se deveriam estar lá, mas estão porque fazem o gênero do Presidente. V. Ex^a não faz. V. Ex^a força, às vezes, porque é um político e é um homem que tem várias facções a atender nesta Casa, e não apenas a nossa. Mas sei o constrangimento que é para o Presidente José Sarney estar ao lado do Presidente Lula, sobretudo depois dos 75 anos, que ele tanto reclamou de Itamar Franco.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez estou nesta tribuna. Não vou me demorar como desejava, porque quero atender aos apelos de V. Ex^a. V. Ex^a quer que se vote muita coisa importante, e eu não quero impedir. A Casa confia em V. Ex^a para corrigir os absurdos que estão ocorrendo, inclusive com a censura dos seus parlamentares, não só na Radiobrás, como até mesmo – V. Ex^a me perdoe – no Serviço de Comunicação, que V. Ex^a deve olhar com mais cuidado, V. Ex^a que é tão atento aos serviços da Casa.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente: vamos moralizar a política brasileira. Só poderemos moralizar a política brasileira se o Congresso Nacional estiver moralizado. E ele só estará moralizado quando demonstrar que no Executivo realmente existe uma corja de ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Hoje mesmo conversarei com V. Ex^a para que possamos encaminhar as providências solicitadas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PFL, após a Ordem do Dia, já com a devida autorização do titular da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi ao ilustre Líder, Senador Arthur Virgílio, para fazer uso deste tempo, e a V. Ex^a também, porque gostaria de deixar claras algumas coisas.

Ontem fiz um pronunciamento nesta Casa em que denunciava a situação que existe no País em relação à atual eleição, principalmente no que se refere

à Câmara dos Deputados, e à enorme distorção que existe no processo eleitoral, em que se institucionalizou a venda de voto neste País a partir de um esquema pernicioso montado pela relação Executivo, Legislativo e Prefeituras e lideranças municipais, que vai fazer com que a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, de maneira geral, inclusive esta Casa, que já está com a sua credibilidade profundamente abalada por todos esses escândalos e pela falta de punições, venham a ser, no futuro, pelo quadro que aí se desenha, piores ainda.

Digo isso porque, infelizmente, os candidatos que têm mais chance de serem eleitos Deputados neste País, principalmente nos Estados do Norte e do Nordeste, são justamente aqueles Deputados que participaram dos “mensalões”, do “esquema das sanguessugas” e de outros escândalos patrocinados pelo Poder Executivo.

Inclusive, falei isso na expectativa de que, apesar da consciência que existe do que está sendo feito no dia-a-dia, não houvesse a consciência, inclusive no Executivo, de que essa situação de corrupção eleitoral tivesse tomado tamanha abrangência nacional, fazendo com que o voto proporcional hoje virasse uma mercadoria com valores monetários, com valores estipulados por unidades monetárias.

Depois, num debate respeitoso que tive com o meu amigo Senador Suplicy, disse que não estava ali falando de alguns partidos, mas de todos os partidos, inclusive o meu. Aliás, anuncio que expulsamos do nosso Partido Deputados envolvidos na situação. Quero deixar claro que existem duas pessoas do nosso Partido envolvidas, mas nós as expulsamos. As averiguações foram feitas com poucos dias. Temos 48 horas para levantarmos todos os outros que, potencialmente, estejam envolvidos nesse escândalo.

Infelizmente, não fui entendido pelo Presidente da República, que me respondeu, pelos jornais, dizendo que eu era irresponsável e que estava falando coisas sem pensar, inclusive dizendo que quem falava determinadas coisas tinha que provar.

Não queria levar o assunto, Srs. Senadores, dada a gravidade de que se reveste o caso, para a questão partidária e para a questão eleitoral do momento. No entanto, sou obrigado a fazê-lo, pelas declarações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em relação a esse fato.

Primeiro, quero dizer que não falei sem pensar. Pelo contrário, pensei muito antes de falar e de dar estas declarações nesta Casa, que prezo muito. Não falaria nada de tamanha responsabilidade desta tribuna se não fosse algo muito pensado, porque estou falando da minha Casa, da Casa do Congresso Nacional,

da Casa da democracia nacional. E só falei quando vi que ela estava em risco na sua integridade e em risco institucional, e que seria minha obrigação vir a público falar sobre esse assunto, sob pena de eu não ficar em paz com a minha consciência, omitindo-me diante do espetáculo que estou vendo.

Inclusive, tenho o testemunho de praticamente todos os colegas de outros Estados. Ouvimos agora o depoimento – e não pode haver testemunho mais experimentado e conhecedor do assunto – do ilustre Senador, pela Bahia, Antonio Carlos Magalhães, que disse que também nunca presenciou uma eleição com tais características.

Senador Eduardo Suplicy, eu não falaria nunca se não tivesse pensado muito. Volto a fazer um apelo para que não permitam que isso continue acontecendo, porque não estamos falando de eleição, mas de instituições.

Segundo, se o Presidente da República pede que, em nome da minha responsabilidade, eu apresente provas, vou apresentá-las. Evidentemente, essas coisas nunca são fáceis de serem provadas. Não existem documentos, a não ser que haja uma abertura. Assim, provarei em dois momentos diferentes.

Primeiro, Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, começarei provando que os “mensaleiros”, que os “sanguessungueiros” e que justamente os mais responsáveis e envolvidos são aqueles que têm mais condições de ganhar as eleições legislativas no meu Estado, começando, Senhor Presidente da República, pelo próprio Partido de Vossa Excelência e pelo meu Estado, que conheço tão bem.

Todos aqui - o Brasil inteiro conhece -, todos os jornais e todas as revistas falaram, demonstraram e apresentaram provas efusivas da participação do candidato do PT a Deputado e ex-candidato ao Governo do Estado do Ceará José Airton Cirilo entre os “sanguessugas”. O nome dele é o mais envolvido e é sobre ele que há mais provas, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Ambulâncias, de participação no esquema. Ele seria não apenas um dos receptores, mas um dos intermediários, perante o Governo Federal, de distribuição desses recursos a outras instâncias. Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todo o Brasil, o seu Ministério, seus Senadores, seus Deputados, seus assessores, quem lê jornal e quem vê televisão, conhece esse nome. Informo a Vossa Excelência, caso não saiba, que ele é um dos quatro candidatos a Deputado Federal pelo PT no Estado do Ceará, com o apoio enorme de prefeitos e lideranças por todo o Estado, e, com certeza, é cotado, dentro

do Partido, como um dos mais votados dentro da sua legenda. Essa é a primeira prova.

Não é possível, Senhor Presidente, que Vossa Excelência diga: primeiro, que não sabia do envolvimento do Sr. José Airton Cirilo e que não sabia que ele está sendo acusado disso; segundo, que o Sr. José Airton Cirilo é do seu Partido; terceiro, que o Sr. José Airton é candidato a Deputado Federal no Estado do Ceará.

Segunda prova. O outro candidato a Deputado Federal mais cotado a Deputado Federal no Estado do Ceará chama-se José Guimarães, irmão de José Genoíno, ex-Presidente do PT. É o candidato com maior facilidade de acesso às lideranças municipais e a recursos, detentor de uma das campanhas mais folgadas do Estado. Quem é o Sr. José Guimarães? É o ex-Presidente do PT do Ceará, envolvido num episódio nacionalmente conhecido como do dólar na cueca, conhecido por todos os brasileiros.

Senhor Presidente, não posso acreditar que Vossa Excelência diga que não sabia do episódio em que um assessor do Sr. José Guimarães, Presidente do PT do Ceará, foi preso, no aeroporto do Estado de São Paulo, com dólares na cueca e está sendo indiciado pelo Ministério Público. Ele é candidato a Deputado Federal pelo Ceará e, ao lado do Sr. José Airton, com certeza, formará a dupla de Deputados com o maior apoio, com o maior respaldo, com maiores recursos e com o maior acesso a lideranças e a prefeituras municipais. Isso é sabido em todo o Ceará.

Senhor Presidente, essas são as duas primeiras provas que apresento a Vossa Excelência. É apenas o início.

Entretanto, se Vossa Excelência ainda não está convencido – não acredito que ainda não esteja –, disponho-me a, junto com Vossa Excelência, fazer um levantamento no meu Estado, o Ceará. Estão aqui os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Sérgio Guerra, com quem tenho conversado muito sobre o assunto, que poderão fazer o mesmo em seus Estados. Podemos verificar, na sua base aliada, quais os Deputados com o maior número, com o maior apoio de Prefeitos. Quem são eles? Segundo: qual a relação deles nas emendas e na Comissão de Orçamento? Terceiro: qual a relação deles com o Ministério da Saúde, com a Funasa, com o Dnit e com outros órgãos? Posso passar essas informações no momento em que Vossa Excelência quiser ou por meio das Lideranças aqui presentes. Senador Suplicy, se quiser, eu lhe passo. Quarto: deve ser feita uma auditoria profunda entre os convênios feitos por esses Deputados da base aliada e os recursos e convênios feitos com essas prefeituras dos Municípios em que são votados. Pode ser uma auditoria indicada por Vossa Excelência mesmo, Senhor

Presidente, contanto que não seja a CGU, porque, depois da demonstração que fez recentemente, apesar da “admiração” do Senador Antonio Carlos Magalhães pela Controladoria, ela perdeu completamente a credibilidade nesse horizonte.

Então, disponho-me a ir junto com Vossa Excelência. Coloco essa lista à disposição. Se suas Lideranças autorizarem, amanhã estarei entregando essa lista. Com certeza, Vossa Excelência dará uma grande demonstração de que realmente tem boa vontade e que não acredita. Posso provar a Vossa Excelência – como já provei – que não sou irresponsável, que não falo sem pensar e que estou querendo ajudar as instituições.

Quando digo que estou querendo ajudar as instituições, faço isso cortando na carne, pois expulsamos dois Deputados hoje. Se aparecer qualquer um outro, vai ser expulso. Também estamos, em alguns momentos, infectados por essa corrupção, sendo que, pela direção do Partido, pela filosofia do Partido, não aceitamos nem vamos conviver com essa infecção, que pode matar ou enfraquecer fatalmente a democracia neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permita-me um aparte, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso de ontem e pela fala de hoje. V. Ex^a tem toda a autoridade moral. Agora, não ironize a minha amizade com a Controladoria-Geral da União, porque, às vezes, o sujeito não vê aspas nas suas palavras e pensa que eu acredito nessa Controladoria, que, na realidade, foi criada erradamente no Governo passado e, hoje, funciona política e criminosamente. Daí por que acho que a decisão hoje do meu Partido foi muita acertada, e o Presidente Jorge Bornhausen está de parabéns no momento em que decide que se acabe o relatório para tomarmos as decisões que cada um mereça. Essa é a decisão do nosso Partido. V. Ex^a foi mais rápido. Agora, acho que a nossa cautela foi melhor. Mas, seja como for, lugar de sanguessuga é fora do Congresso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Aproveitando mais um importante aparte de V. Ex^a, os nomes levantados pela CGU não levamos em consideração nas nossas questões; somente aqueles envolvidos com indícios, com depoimentos concretos feitos pela própria CPI.

Quanto aos nomes levantados com base em estatísticas passadas, sem indício concreto algum, não

quisemos chegar a essa impropriedade política e impropriedade jurídica.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ouvi com muita atenção as palavras de V. Ex^a, que disse que estaria apresentando provas e mencionou, sobretudo, o caso de José Airton, que é candidato a Deputado Federal, que foi candidato a Governador e que foi apontado em depoimento não ainda propriamente na CPI, mas perante as autoridades que estão sendo acompanhadas pelos membros da CPI, pelo Relator Amir Lando, pelo Presidente Deputado Antonio Carlos Biscaia. Temos tido o conhecimento de que José Airton Cirilo foi um nome apontado. Também mencionou V. Ex^a o caso do Deputado Estadual José Nobre Guimarães, cujo assessor foi detido no aeroporto de São Paulo com dólares na cueca, episódio nacionalmente conhecido. Em ambos os casos, ainda não se concretizou, completamente, prova contra os Deputados. V. Ex^a, que conhece muito melhor que eu a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sabe que esse episódio do Deputado José Guimarães foi objeto de averiguação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Foi outro episódio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe melhor do que eu. Bom, ambos os episódios precisam e devem ser, responsável e aprofundadamente, apurados. Nesse ponto, estou de pleno acordo com V. Ex^a. Acredito que é do interesse de ambos e de responsabilidade de meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, que isso seja apurado, inclusive antes da realização das eleições. V. Ex^a citou como provas aquilo que em verdade ainda são indícios. Mas concordo com V. Ex^a que, em ambos os casos, deve haver uma apuração completa o quanto antes. Era apenas um ponto que gostaria de registrar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu tinha prometido não me alongar, mas me permita apenas um minuto para responder à observação. Primeiro: vou apresentar a V. Ex^a o conjunto de provas documentais que já existem hoje na CPMI. Acho que V. Ex^a tem tanto acesso quanto eu a elas, ou até melhor, contra o Sr. José Airton Cirilo. É só ir à CPMI. Se não quiser, eu vou, faço questão, com todo o prazer, de pegar essas provas documentais e levá-las.

Segundo: antigamente se dizia que o sujeito estava liquidado em termos de prova quando – vou ser até um pouco mais picante em minha observação

– havia “batom na cueca”. Nesse caso, houve “dólar na cueca”, o que é pior.

É claro que não temos dúvidas sobre esse assunto. Isso está sendo investigado há dois anos pelo Ministério Público. Se dólar na cueca do assessor do Parlamentar não é prova, se flagrante não é mais prova, eu não sei mais o que seria prova.

Eu me disponho, Senador, porque conheço a sua integridade, a fazer esse levantamento dos outros junto com V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes De Barros (PSDB – MT) – V. Ex^a falou o que eu queria dizer: há um boletim de ocorrência sobre o dólar na cueca. Há prova.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador José Agripino.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar ser o mais sintético possível, mas quero externar, Senador Gilberto Mestrinho, a posição do meu Partido em relação a questão que acabou de ser abordada pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Tasso Jereissati, as conclusões da CPI dos Sanguessugas.

Não há nada pior que deixar um crime impune. Mas pior que isso é punir um inocente. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, mas também não podemos nem de longe deixar de ser inflexíveis na tomada de posição e na averiguação dos fatos. É preciso que fique muito claro que o problema dos sanguessugas não é apenas do Congresso. A origem está no Poder Executivo, na Sr^a Maria da Penha, no Sr. Humberto Costa. Lembrem-se do Humberto Costa, do caso dos vampiros? Agora é sanguessuga. De vampiro a sanguessuga – nas denúncias. Há menção ao Sr. Saraiwa Felipe, outro Ministro do Governo Lula. São figuras que foram citadas mais recentemente – repito: citadas – e são Ministros de Estado. Maria da Penha é funcionária de alto escalão, era a mulher que operava a intermediação entre Parlamentares e a Planam, fazia essa interface. Agora, a denúncia do Sr. Vedoin recai sobre os ombros de dois ex-Ministros, o Sr. Humberto Costa e o Sr. Saraiva Felipe.

É preciso que se investiguem as denúncias, mas sem fazer prejulgamento ou condenação antecipada, e isso vale para as figuras do Poder Executivo e também

para as figuras do Poder Legislativo, até porque estão associados aos parlamentares citados diversos tipos ou gradações de culpabilidade, Senador Ramez Tebet. Foram estabelecidas ligações entre pessoas – e o relatório que está perto de sair vai mostrar a veracidade do que foi alegado – e depósitos em conta própria do Parlamentar, de filho do Parlamentar, de assessor do Parlamentar, enfim, de gente do Parlamentar. Desculpem a expressão, mas é “batom na cueca”.

Em outros casos, há menções à entrega de propina em dinheiro; outras pessoas são meramente citadas, mas estão no pelourinho pelo fato de terem sido citadas pelo Sr. Vedoin, que é o homem que ensejou toda essa presepada, cujos envolvidos têm de ser punidos o mais rigorosamente possível.

O ato de ser citado joga a palavra do Sr. Vedoin contra a palavra da pessoa que é acusada, que tem o direito de se defender. Há pessoas que, por mais direito de defesa que tenham, não vão conseguir se defender de documentos escritos. Para eles, a pena da lei. Para os outros, em relação aos quais não há documentos, dê-se a eles o direito de defesa e que se dê a eles o direito, inclusive, de processar aqueles que os acusaram, se for o caso.

Foi com esse pensamento, Senadora Heloísa Helena, que a Executiva do meu Partido se reuniu hoje e tomou a decisão que entendo correta. Nem tanto ao céu nem tanto ao mar, Senador Mozarildo, vamos fazer a coisa como deve ser feita. As pessoas terão o direito de defesa. O Relator da CPI dos Sanguessugas deve apresentar o relatório no dia 8 ou 9, vai citar nomes, fatos e circunstâncias. Vamos aguardar o relatório. Se nele existirem nomes dos quadros do Partido da Frente Liberal, com acusações fundamentadas e circunstanciadas, evidentemente que o processo disciplinar será aberto imediatamente, no dia seguinte. O relatório será apresentado, e será apresentado em curtíssimo prazo. No dia seguinte, o Partido decidiu que o processo disciplinar estará aberto. Estará aberto e se dará a oportunidade, por oito dias, do direito de defesa aos acusados.

O Relator está designado: é o Sr. João Roma, que já está com a incumbência de preparar, em função das defesas que venha a receber, o relatório. O relatório vai, claro, condenar as pessoas que tiverem recibos em seus nomes, que tiverem recebido depósitos em conta ou que tiverem a prática do dolo claramente estabelecida no caso em que estiverem envolvidas.

Evidentemente, o relatório vai ser contundente no limite máximo a que a inflexibilidade de um caso como esse obriga.

O Dr. João Roma vai, durante oito dias, esperar as manifestações de defesa, em seguida vai preparar

o seu relatório e apresentá-lo à Executiva do Partido, que já marcou data para se reunir e apreciar o relatório: vai ser dia 28 de agosto, em plena campanha eleitoral. Os membros da Executiva sairão de suas campanhas, de seus Estados, e virão a Brasília para se reunir, e a Executiva vai deliberar, porque essa é uma questão fundamental para o Partido, que não vai abrir mão de defender o padrão ético dos seus.

E desde já anuncio que as penalidades previstas – e o Relator seguramente lançará mão da prerrogativa de aplicá-las – são o cancelamento da filiação partidária e a cassação do registro de candidatura se os acusados, com culpa provada, tiverem candidaturas registradas pelo Partido da Frente Liberal.

Se os fatos denunciados pelo relatório que vai ser apresentado pelo Relator dia 8 ou 9 incluírem nomes do Partido da Frente Liberal, o Partido já fez cronograma de sua ação: o Relator do processo disciplinar será o Sr. João Roma, que terá oito dias para receber a defesa dos acusados, e a conclusão, se for pela condenação, será o liminar cancelamento da filiação ao Partido e o cassação do registro da candidatura com a consequente cassação do mandato.

Sou porta-voz, Sr. Presidente, da posição oficial do meu Partido, que decidiu assim após reunião de sua Executiva, decisão que fará cumprir. E assim fez por uma razão muito simples: o PFL não convive com a improbidade, mas não comete a precipitação de fazer julgamentos. Vai dar a oportunidade e o direito que as pessoas têm de apresentarem suas defesas. Se forem culpadas, serão punidas, desfiladas e cassadas; se forem inocentes, terão o direito de processar aqueles que as acusaram injustamente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, que está inscrita como Líder.

V. Ex^a, Senadora, dispõe de cinco minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Efraim Moraes, antes de fazer uso da palavra, gostaria de solicitar ao Senador José Jorge um esclarecimento sobre o Fundeb, uma vez que S. Ex^a foi o Relator desse projeto.

Há uma polêmica muito grande aqui em relação à proposta de se desmembrar para promulgar o Fundeb, o que é um fato **sui generis**, pois se traria de

volta o Fundeb, que já foi à Câmara dos Deputados, para aqui desmembrar o projeto que se identifica com a educação básica, submetendo o Fundeb, assim, a uma nova tramitação.

Portanto, antes de fazer uso da palavra – iria falar sobre a CPI –, e como estou preocupada com essa questão do Fundeb, solicito ao Senador José Jorge que nos ajude a esclarecer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem a palavra para esclarecer a Senadora Heloísa Helena e as demais Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade eu fui surpreendido hoje, pois mesmo tendo sido Relator da matéria, ninguém conversou comigo sobre isso – talvez porque não tenham tido tempo ou algo parecido. Eu fui surpreendido por essa idéia de dividir a emenda constitucional do Fundeb em duas. A emenda constitucional já havia sido aprovada pela Câmara, vindo para o Senado, onde nós a aprovamos, e devolvida à Câmara. Agora, quando já estava tramitando na Câmara, foi solicitado que ela fosse devolvida ao Senado para aqui se dividir em duas. Uma seria aprovada hoje; a outra viraria uma nova emenda à Constituição, que voltaria para a Câmara e teria que tramitar do zero, uma vez que se tornaria uma nova emenda à Constituição, com outro número etc. E em que consiste essa parte que foi retirada? Na verdade, essa parte que foi retirada não diz respeito propriamente ao Fundeb. Trata-se algo que foi incluído na emenda e se refere ao salário-educação – o salário-educação é uma contribuição que as empresas pagam para que seja aplicada no ensino fundamental; é algo antigo, de trinta, quarenta anos.

A parte da emenda à Constituição que diz respeito propriamente ao Fundeb seria alterada para que fosse aplicada na educação básica, que inclui educação infantil, ensino fundamental e médio – e não se restringiria apenas ao ensino fundamental –, ou seja, amplia-se a aplicação.

Ninguém tem nada contra isso, está tudo bem. Precisamos, porém, entender a razão da pressão. Apesar de ninguém ter sabido me explicar até agora, parece que essa manobra se justifica pela existência de recursos adicionais no valor de R\$400 milhões, que, assim, poderiam ser aplicados nos Estados. Para poder aplicá-los, seria necessário que houvesse essa emenda.

Nesse ponto, penso que não está correto, porque podem ser aplicados os R\$400 milhões nos Estados, mas só podem ser aplicados proporcionalmente ao número de alunos do Ensino Fundamental. Então, os

R\$400 milhões poderiam ser aplicados de qualquer forma. Não é o dinheiro que essa emenda tornará adicional, apenas o critério de distribuição entre os Estados. Provavelmente alguns Estados ganharão mais no critério dessa emenda e outros ganharão menos, porque o total será o mesmo.

Então, é necessário que se olhe com mais vagar essa questão. Não sei quem é o relator e tem que haver um. Para se aprovar essa emenda constitucional, tem que haver um relator para não acontecer aquilo que aconteceu com a questão da imprensa: ela foi aprovada aqui, mas ninguém sabia direito e, posteriormente, o Presidente a vetou. Isso é uma emenda constitucional, não pode ser vetada. Portanto, tem que haver muita atenção.

Em segundo lugar, isso transforma a emenda do Fundeb – que está na Câmara para ser aprovada e é mais importante do que isso – em uma emenda nova, com novo número, com nova tramitação.

Estou preocupado com isso e gostaria de perguntar à Mesa quem é o relator dessa emenda constitucional.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, tenho a mesma preocupação do Senador José Jorge e da Senadora Heloísa Helena, em razão dessa atípica atitude legislativa, porque ela estava na Câmara, foi devidamente aprovada no seu conjunto e lá já se criou a Comissão Especial, ou seja, já está em análise, já está indo para a CCJ, pronta para ir ao plenário e ser votada em seu conjunto, quando alguém interferiu. Tem que se ver que interesses são esses. O § 6º fala: “as quotas estaduais e municipais de arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica.”

Aí já envolve os Estados que, não tendo hoje acesso aos recursos suplementares para o ensino médio, passam a ter. Será que é isso? Temos que entender essa matéria porque ela pode estar prejudicando o conjunto de um projeto de emenda constitucional que é da maior importância para o Brasil e para a qual o Senado deu a sua contribuição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, para esclarecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, ele tem razão e a diferença é esta: vão entrar os alunos do ensino básico e da educação pré-escolar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência quer comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esta matéria será discutida na sessão do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não. Isso é uma emenda constitucional!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A promulgação dela é que será, segundo informação da assessoria. É a parte comum que foi aprovada no Senado e na Câmara. Essa é a informação que a Presidência recebeu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer que já está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Segundo...

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Houve uma decisão de alguém... porque se retirou... O Senador Romero, como Líder do Governo... Não teria problema em se promulgar aquilo que poderia ter sido consenso, só que o que saiu daqui foi uma PEC e não um fatiamento, como a reforma tributária, que começa tudo de novo e nunca se aprova absolutamente nada.

Então, o que estamos solicitando é que o Governo disponibilize todos os esforços para garantir a aprovação do Fundeb lá. A aprovação da PEC do Fundeb não consolida o direito de fato para educação infantil, ensino fundamental, ensino de jovens e adultos, ensino profissionalizante, ensino médio; precisa de uma lei que regulamente o percentual de cada um deles. Então, realmente, a nossa preocupação passa a ser maior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, ainda para esclarecer V. Ex^a, informamos que foi para a Câmara dos Deputados um substitutivo e, segundo a assessoria, funciona como uma proposta nova, autônoma. E parte do que foi votado nesta Casa e na outra Casa – é isto que tem que ser esclarecido – é que será promulgado. Precisamos saber. V. Ex^a tem razão. Quem foi o relator? Qual foi o entendimento da outra Casa?

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agora não tem relator.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe-me. Enganei-me. Pensei que seria votado e, na realidade, será promulgado. Então, não tem relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não tem relator. Já foi votada a matéria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, eu faria um apelo a V. Ex^a para suspender a promulgação

dessa emenda até que possamos analisar melhor os efeitos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vai começar tudo de novo. Esse é o problema.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá e, quanto à decisão da promulgação, vamos aguardar o Presidente do Congresso, o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que a posição do Governo é muito clara: é de facilitar e votar rapidamente o Fundeb como um todo.

Surgiu hoje, na reunião de Líderes, uma proposta, que foi colocada na Mesa, de que a promulgação dessa parte beneficiaria os Estados com a liberação dos recursos da quota-parte do salário-educação. E se fez uma conversa e um entendimento para se promulgar. Mas agora estão surgindo dúvidas que colocam em risco o interesse maior do programa.

Então, quero dizer aqui, pela Liderança do Governo, que vamos solicitar ao Presidente Renan Calheiros que cancele a sessão do Congresso, que não promulgue esta matéria enquanto não houver nenhum tipo de informação e, ainda, que se devolva o processado à Câmara dos Deputados para que possa ser votada rapidamente esta matéria.

Portanto, aquele entendimento que foi feito, inclusive com a Liderança do Governo, estamos agora solicitando que seja suspensa a sessão do Congresso para que não haja prejuízo na votação do Fundeb.

A idéia não é prejudicar; a idéia de todos os Líderes foi a de beneficiar os Estados. Se há algum tipo de risco, voltamos à posição original, e eu solicito, pela Liderança do Governo, esse procedimento de V. Ex^a e do Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a Senador Romero Jucá, pois V. Ex^a, na condição de Líder do Governo, coloca a posição do Governo.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena. Depois, concederei a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL. Sem revisão do orador.) – Se o Senador Ramez Tebet quiser usar da palavra antes de mim tem toda a prerrogativa para fazê-lo, Sr. Presidente. (Pausa.)

De fato, Sr. Presidente, com a delicadeza do Senador Ramez Tebet e de V. Ex^a, vou acabar tendo que falar um pouquinho sobre a questão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu sei que existem problemas graves na Comissão Parlamentar de Inquérito que vão

desde do não-funcionamento regular, como o próprio Senador Wellington Salgado já levantou algumas vezes. É claro que o funcionamento não regular de uma Comissão Parlamentar de Inquérito acaba sendo o retrato da maioria que lá está consolidada e da Mesa que dirige os trabalhos, mas tenho feito um esforço muito grande para não fazer juízo de valor antecipado sobre determinadas pessoas, sejam ex-Ministros da Saúde, Senadores, Deputados ou Prefeitos. Mas é importante que se deixe claro para a opinião pública, pois tenho acompanhado até mais de perto a dor e o sofrimento da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Magno Malta, isso porque acabam conversando mais comigo, apresentando documentos, apresentando as provas com que contestam. Então, todos teremos de apurar, não podemos fazer juízo de valor antecipado, nem de um lado nem do outro. Mas eu tenho acompanhado isso... Mas é muito importante que se deixe claro de que não existe uma invencionice da imprensa ou de qualquer outro setor em relação ao que aconteceu. Não é uma coisa qualquer! Eu sei que isso passa, aqui discutimos várias vezes – conforme já foi conversado também com o Senador Gilberto Mestrinho e com o próprio Senador pela Bahia – sobre a questão do processo orçamentário.

Hoje teremos a oportunidade de aqui votar o Orçamento Impositivo, mecanismos para a execução orçamentária, o próprio debate da construção e o planejamento do Orçamento também interfere nisso. Mas é importante que se deixe claro que existem provas contundentes, com a mais exemplar exatidão, da participação de muitos parlamentares, ex-Ministros de Saúde, prefeitos e empresários nesse setor. Infelizmente, um dos empresários que forneceu muitos argumentos importantes para desvendar o caso, como já aqui tentou, várias vezes, o Senador Romeu Tuma, que amanhã estará no depoimento para que possamos acompanhar... É muito importante, portanto, fazer a apuração dos fatos o mais rapidamente e chamar, inclusive, os ex-Ministros da Saúde para prestarem esclarecimentos, além de Senadores, Deputados e empresários. É muito importante.

A única forma de dismantelar o esquema de corrupção é apresentar à sociedade os envolvidos e, depois, incriminar quem deve ser incriminado, estabelecendo os mecanismos para minimizar o risco de que volte a acontecer.

É fato que o esquema existia no Governo passado. Como operava, quem ganhava a propina, isso não pôde ser, ainda, desvendado. No atual Governo é fato como o esquema funcionou, com a participação de Ministros da Saúde, Senadores e Deputados, empresários e prefeitos.

É muito importante que possamos aprofundar as investigações para evitar que a suposta condenação de alguns poucos – poucos mesmo – inocentes não seja utilizada como mecanismo para acobertar aqueles que estavam realmente patrocinando os crimes contra a administração pública e que estão sendo investigados.

Não falo só do Ministério da Saúde, mas também do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Estão diretamente envolvidos nesse esquema sujo, que acabou sendo conhecido apenas como CPI dos Sanguessugas.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, para, em seguida, começarmos a Ordem do Dia.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

Um dos assuntos mais importantes que apreciamos este ano no Senado da República, entre tantas matérias relevantes, é o projeto de lei referente à educação denominado Fundeb. Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, positivamente não podemos praticar uma excrescência jurídica seja a que pretexto for.

Em verdade, o Senado apresentou um substitutivo à emenda do Fundeb, que foi para a Câmara dos Deputados. Estamos percebendo que os Srs. Senadores estão tomando conhecimento agora, e só agora, de alguma manobra – no bom sentido, evidentemente – que só pode ser aprovada seguindo o Regimento da Casa, sob pena de ser nossa responsabilidade. Ninguém aqui pode votar uma matéria que não conhece. A Câmara votou a emenda e, das duas uma, ou introduziu modificações ao Substitutivo do Senado, e aí estaria correto, mas não temos conhecimento e votaríamos sem conhecer a matéria, ou surgiria uma emenda paralela que também ninguém conhece.

De qualquer forma, o urubu é preto. O Senado não pode votar uma matéria que não conhece. Seria um absurdo votarmos uma matéria como essa a todo de caixa!

Por isso, Sr. Presidente, embora V. Ex^a tenha toda autoridade, embora confiemos nas lideranças dos partidos políticos e em todos aqueles que, por uma razão ou outra, estiveram presentes em uma reunião com V. Ex^a, isso é insuficiente para que a matéria possa ser discutida e votada rapidamente, num passe de mágica, apenas com a informação de que há um recurso

de R\$400 milhões que beneficiaria os Entes federativos. Positivamente, do alto da sua sabedoria, V. Ex^a haverá de encontrar uma solução, que será adequada. Se a emenda ou o que veio da Câmara é bom, V. Ex^a saberá encontrar a solução para que seja votado de acordo com o Regimento da Casa e com o Regimento Comum. V. Ex^a está imbuído de uma grande responsabilidade, porque preside – e o vem fazendo com muita competência – o Congresso Nacional, e quem promulga emenda constitucional é o Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência vai retirar da pauta os itens 1 a 3 e 11.

São os seguintes os itens retirados:

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do*

Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

11

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondendo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegi-

bilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5-CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 890, DE 2006

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, em virtude de versarem sobre o mesmo tema.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, em seu art. 1º, inciso I, alínea **g, in fine**, não vai ao encontro dos anseios de probidade e moralidade pública, visto que os candidatos ficariam nas mãos de um juiz, que poderia conceder ou não uma liminar, dependendo das circunstâncias.

Faz lembrar a antiga Lei das Inelegibilidades, em que bastava haver um processo para o candidato tornar-se inelegível, o que era um excesso.

Já o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de minha autoria, prevê que o provimento judicial contra o candidato já tenha transitado em julgado, o que traz maior segurança jurídica para todos e evita situação de insegurança para os candidatos, que não ficam dependendo de uma liminar.

Essas são as razões que me levam a solicitar a tramitação em conjunto, para que, uma vez sendo reexaminadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o dispositivo que visa alterar, contido no Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, seja inserido no contexto do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 891, DE 2006

Requero, nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, seja adiada a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – reexamine a matéria, haja vista a aprovação da Lei nº 11.300 de 10 de maio de 2006 (“mini-reforma eleito-

ral”), cujo objeto, tal como o PLS nº 390, de 2005, trata de regras eleitorais, em data posterior à discussão e aprovação do referido PLS na CCJ (22-2-2006).

A nova apreciação e possível adequação evitarão eventual desarmonia na legislação eleitoral brasileira.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na sessão da última segunda-feira, fiz um pronunciamento que teve por objetivo mostrar à sociedade brasileira que se ela, por intermédio dos seus segmentos mais organizados, como os

empresários, os trabalhadores, as igrejas, a imprensa, os intelectuais e os artistas, não estabelecer uma participação efetiva na discussão e na cobrança, o cancro da corrupção não será extirpado da vida pública deste País, sequer diminuído, nem mesmo contido.

O segundo objetivo foi mostrar a esta Casa e, especialmente à sociedade, que a maior fonte irrigadora de corrupção neste País tem sido o Orçamento da União, cujas artérias irrigadoras precisam ser terminantemente obstruídas. Disse mais, que as mudanças discutidas nesta Casa, no Congresso Nacional, inclusive as apresentadas pela imprensa, a exemplo do que a revista **Veja** publicou neste último fim de semana, não são eficazes e não contribuem para sequer estancar esta onda de corrupção.

Como penúltimo objetivo mostrei que a proposta ora em deliberação de advento do Orçamento Impositivo, embora seja necessária e importante para que o Orçamento deixe de representar uma peça de ficção e passe a ser um instrumento verdadeiro de execução de políticas públicas previamente discutidas e aprovadas, bem como possa ser eliminada, já no nascedouro, a barganha imoral do Poder Executivo Federal sobre parlamentares inescrupulosos que vendem a sua alma ao Governo para terem os recursos de suas emendas liberados a fim de poderem praticar toda espécie de corrupção como estamos a ver nos casos dos Sanguessugas. No entanto, afirmo que nada impede com o advento do Orçamento Impositivo que a corrupção se dê no escalão dos governos estaduais e no escalão dos governos municipais, bem assim das ONGs, organizações não governamentais, ou junto a empresários que prestarão serviços ou venderão produtos por conta dos valores liberados pelas emendas parlamentares.

Por último, como objetivo maior, rerepresentei a idéia do Orçamento Exclusivo que já havia sido por mim apresentada nesta Casa em duas ou três outras oportunidades e em anos anteriores, em momentos não de crises, como o que estamos vivendo hoje dos Sanguessugas, mas que não obteve nenhuma aceitação ou mesmo repercussão, talvez por não estarmos em momento de crise como estamos vivendo hoje, ou talvez mesmo por ferir os interesses daqueles que preferem que a situação continue como se encontra ou, no máximo, como na expressão de Tomasi di Lampedusa: “Que ela mude para continuar como está.”

Portanto, reapresento a proposta do Orçamento Exclusivo da União, por meio da qual fica terminantemente vedada a hipótese de alocação de recursos no Orçamento da União, contemplando Estados e Municípios e que tenham os mesmos como executores de suas finalidades e para qualquer fim. Ou seja, nem por

iniciativa do Executivo, nem do Legislativo, por suas Comissões e pelos seus parlamentares, por meio de emendas chamadas individuais ou coletivas, as de Bancada, seria possível a alocação ou a transferência de qualquer recurso, orçamentário ou não, para os entes federados, salvo dotação e transferência de recursos que objetivassem acudir Estado ou Município diante de calamidades que, comprovadamente, aquele ente atingido não pudesse materialmente socorrer as suas populações, mesmo assim **ad referendum** do Senado Federal, que é a Casa da Federação.

Aos Estados e Municípios, como compensação, se destinariam os mesmos recursos financeiros que hoje recebem do Governo Federal, sem sofrerem qualquer prejuízo. Mas como isso se daria? Por força constitucional, e não como um favor como hoje ocorre.

Bastaria que se levantasse o montante de todas as liberações feitas pela União aos Estados e aos Municípios desde 1989 (primeiro exercício financeiro após a promulgação da atual Constituição) até o último exercício financeiro – digamos, 2006. Apura-se a média anual em moeda estável e transforma-se esse valor em receita tributária para os entes federados, cujo aporte deve ser traduzido em aumento de percentual dos atuais FPE e FPM – Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

Essa é uma fórmula simples, clara, prática, objetiva, factível e justa, além de ser uma proposta séria que eliminaria uma enormidade de possibilidades de práticas de atos de corrupção, diminuiríamos inúmeras despesas, tornaríamos digno o Parlamento e voltado para os seus reais objetivos e as eleições mais legítimas.

Trata-se de uma proposta justa, porque, doravante, Estados e Municípios teriam um tratamento equânime, independentemente de possuírem força política ou não, de serem grandes ou pequenos, de serem do Sul, do Norte, do Sudeste ou Centro-Oeste ou do Nordeste.

De saída, evitaríamos mais de seis mil intermediários para “administrar” esses recursos, aí incluídos os Prefeitos, Governadores e Parlamentares.

O Orçamento da União é uma fonte que não pode secar, mas as artérias que se ligam a essa fonte e que irrigam a corrupção precisam ser obstruídas, e essa é uma de suas formas. Desapareceria o poder de barganha do Governo quando deseja formar Bancada de sustentação no Congresso Nacional por meio das emendas parlamentares, exatamente junto aos Parlamentares inescrupulosos. Parlamentares teriam de ter uma participação ativa, engajando-se do processo participativo das discussões e deliberações sempre com a afinidade necessária com as suas bases populares e não de forma subserviente ao Governo, que lhe enche os bolsos de mensalão, proporcionando-lhe os recursos para a compra de votos para a sua reeleição. Prefeitos, Governadores, Secretários e Assessores não precisariam estar se deslocando para Brasília

com passagens aéreas, diárias e hotéis para efetivar a liberação de emendas, nem precisariam distribuir propinas a parlamentares e a agentes públicos em Brasília para tal fim, muito menos vendendo também o seu apoio a Senador ou Deputado para ter emenda no Orçamento da União.

O Tribunal de Contas da União não teria necessidade de criar as suas unidades nos Estados para o processo de fiscalização na aplicação dos recursos além dos gastos de outros órgãos que só vem trabalhando nesse tipo de fiscalização, a exemplo da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Controladoria Geral da União.

Enfim, os benefícios são enormes. Basta que a sociedade se conscientize que deve exigir as mudanças que, de fato, venham transformar o nosso País e não mudanças para continuar como está.

Como eu disse, Sr. Presidente, sou favorável ao Orçamento Impositivo, mas é preciso que se diga que este precisa de medidas complementares, a exemplo desta proposta que faço de Orçamento Exclusivo da União para pôr fim em todas as instâncias, e não apenas na instância federal, à bandalheira que estamos presenciando hoje em nosso País.

Portanto, é preciso que propostas como esta venham ao plenário desta Casa e sejam objeto da atenção dos Srs. Parlamentares, da Imprensa, para que a população brasileira tenha conhecimento em profundidade delas e possa participar do processo efetivo de discussão da feitura do Orçamento da União. Assim, vamos acabar, de uma vez por todas, com a corrupção neste País, ou, pelo menos, estancar a força com que ela vive hoje, em plena democracia, de forma desregrada em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Comunico à Casa que vamos encerrar esta sessão de discussão, convocar uma nova sessão de discussão e, na terceira sessão de discussão, abriremos o painel para começarmos a votar essa e as outras matérias.

Convoco sessão extraordinária para as 17 horas e 10 minutos.

São os seguintes os itens sobrestrados:

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167 do RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que *altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando).

Parecer sob nº 842, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.078,*

de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

12

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

13

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão deliberativa extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas e 10 minutos, destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 8 minutos.)

Ata da 123ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 2 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

Às 17 horas e 10 minutos, acham-se presentes as Sras. e os Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 17:10 HORAS

Período : 2/8/2006 07:37:46 até 2/8/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PR	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PSL	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão. Em discussão a proposta, em segundo turno.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão extraordinária para as 17 horas e 11 minutos, destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

Ata da 124ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 2 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

Às 17 horas e 11 minutos, acham-se presentes as Sras. e os Srs. Senadores:

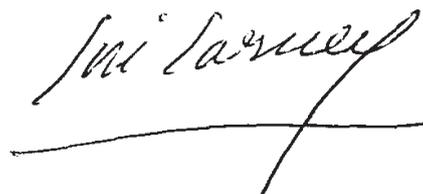
REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 17:11 HORAS

Período : 2/8/2006 07:37:46 até 2/8/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PSB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X					
PLT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					

Compareceram: 67 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a proposta.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes, se desejarem, poderão orientar suas Bancadas.

(Procede-se à votação.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB pede a presença dos Srs. Senadores em plenário e recomenda, enfaticamente, o voto “sim” à PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, que se propõe a moralizar a questão orçamentária neste País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha também o voto favorável à PEC e às emendas que foram aprovadas no primeiro turno e convoca todos os membros da base do Governo para virem ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do Governo recomenda também o voto “sim”.

Senador Jefferson Péres, Líder do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT recomenda o voto “sim”, consciente de que talvez seja uma das medidas mais importantes aprovadas por este Senado em muitos anos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT recomenda o voto “sim”.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu queria convocar os companheiros do PFL para virem votar. Esta matéria é importantíssima e só ela justifica o esforço concentrado que estamos fazendo agora. Trata-se, pois, de uma matéria que, aprovada, vai para a Câmara. É da lavra de um ilustre Senador do PFL, do Senador Antonio Carlos Magalhães, e sou um entusiasta da idéia.

O PFL vota “sim” e convida os seus Parlamentares para que venham votar e para que essa matéria tenha um resultado à altura da qualidade da proposta.

O voto do PFL é “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PSB, Senador Valadares?

O PFL recomenda o voto “sim”, pelo Líder José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O voto do PSB é no sentido de apoiar integralmente a proposta de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, que vem ao encontro do desejo da sociedade brasileira, do Congresso como um todo, mesmo porque o orçamento impositivo trará a verdade dos investimentos, trará a verdade da despesa nacional.

O Senador Antonio Carlos Magalhães está certo. Todos apoiamos esta medida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e estamos agora ratificando nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, debatemos essa matéria de maneira abrangente no ano passado. Só quero fazer um registro sobre as preocupações que o Senador Aloizio Mercadante levantou naquele momento: a necessidade de se expandir para todas as esferas do Governo e que se fizesse novamente um estudo e um aprimoramento da forma de elaboração aqui, no Congresso Nacional também, no que tange ao formato da Comissão de Orçamento, aos prazos, à forma das emendas parlamentares.

Trata-se de um conjunto de aspectos que tem de ser aperfeiçoado para que também essa matéria vá a contento em sua execução.

Na sua essência, parabenizo a iniciativa da criação e o Congresso Nacional, que está votando a matéria agora.

Portanto, o voto da nossa Bancada é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT recomenda o voto “sim”.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para referendar a posição do PSDB e do PFL, favoráveis à proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse é o primeiro passo, mas um passo essencial na busca de se reduzirem os equívocos que toda a elaboração orçamentária proporciona, sobretudo em razão da lastimável execução orçamentária que tem ocorrido, consagrando a tese de que Orçamento, no Brasil, é peça de ficção.

Creio que, a partir deste momento, a Câmara dos Deputados, na seqüência, agirá também com rapidez, para que, no próximo ano, no exercício do mandato do próximo Presidente da República, tenhamos um Orçamento respeitado e que realmente ele seja uma peça referencial para a administração pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa queiram comparecer ao Plenário. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... não falo como Líder, mas quero aqui manifestar o meu voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Creio que ela significará maior responsabilidade de todos nós do Congresso Nacional e também uma postura diferente do Poder Executivo ao saber que, agora, a mensagem orçamentária será impositiva.

Com todo respeito ao Senador Antonio Carlos Magalhães, eu o consultei a respeito da razão de não ter sido apreciada e votada hoje a proposta de emenda à Constituição de minha autoria, que é o Item 1, sobre a presença do Presidente da República na transmissão da mensagem ao Congresso Nacional, no início do ano legislativo. Informou-me o Senador Antonio Carlos que não quis constranger o Presidente nesta hora. Depois de ouvir o discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães na tarde de hoje, que nem sempre se tem pausado, nos últimos dias, por uma linguagem de respeito ao Presidente, que ele, agora, na reunião dos Líderes, tenha preferido não constranger o Presidente.

Com muito respeito a S. Ex^a, eu gostaria de ressaltar que, há três semanas, aproximadamente, o eminente Senador Marco Maciel fez um notável pronunciamento, com uma perspectiva que se estendeu desde o início da história do Brasil, sobretudo, ao tempo da fala do trono e, depois, desde o início da República. S. Ex^a contou toda a história das mensagens do Presidente e enalteceu a iniciativa contida nessa proposta de o próprio Presidente vir ao Congresso Nacional.

Pensei que a palavra do Senador Marco Maciel tivesse repercutido no PFL, mas tenho a impressão, Sr. Presidente, de que essa proposta, quando votada, será consensual.

Vou respeitar o fato de, hoje, a matéria não ter sido votada, mas peço que os Líderes a considerem, para que, em um próximo momento de votação, essa proposta do Item 1 continue sendo o primeiro item, mas para ser votada mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Senadores se todos já votaram. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Eu gostaria de fazer uma brevíssima consideração. Vários Senadores receberam uma análise global que foi apresentada pela Confederação Nacional dos Muni-

cípios, um trabalho muito importante sobre a questão da execução orçamentária.

Como sabe V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho, por quatro anos eu fui ora Líder do PT, ora Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique e, agora, nos últimos quatro anos do meu mandato, oposição ao Governo Lula.

A proposta do Senador Antonio Carlos é muito, muito importante e apresenta, inclusive, uma semelhança com a experiência do Orçamento impositivo dos Estados Unidos. Muitas vezes, quando as pessoas elevam o debate sobre a autonomia do Banco Central, esquecem-se de dizer que a autonomia do Banco Central dos Estados Unidos está vinculada a três eixos – pleno emprego, utilização plena da capacidade produtiva e estabilidade monetária – e que há um Orçamento impositivo. Inclusive, o próprio Banco Central é obrigado a disponibilizar recursos para o Tesouro caso falte dinheiro para ser investido em determinados setores, seja o setor de infra-estrutura ou qualquer outro, desde que aprovado no Orçamento.

Assim, essa é uma proposta muito importante, que minimiza o risco do apadrinhamento político e da utilização dos cofres públicos como se fossem uma caixinha de objetos pessoais.

Ao analisarmos esse trabalho e um outro feito por qualquer um de nós, observamos que a construção do Orçamento não é feita por meio dos dados precisos, exatos das planilhas eletrônicas, dos questionários, que estão disponibilizados quer seja no Programa Nacional de Amostragem Domiciliar, quer seja no censo ou no censo agropecuário. Há todo um instrumental técnico, com planilhas eletrônicas e questionários escaneados que disponibilizam o melhor diagnóstico para uma melhor apresentação orçamentária. Isso já não é feito e como se muito já não fosse para desestruturar a administração pública, ainda existe a execução orçamentária.

O Senador Jefferson Péres, com certeza, está entre aqueles que não recebem a liberação das suas emendas. Eu vivenciei isso durante os quatro anos do Governo Fernando Henrique e, agora, os quatro anos do Governo Lula, vendo, claramente, a promiscuidade e o balcão de negócios sujos da relação Executivo-Legislativo para a liberação de emendas.

O que é bom nesse trabalho dos prefeitos é que não foi apresentado por alguém do P-SOL, da Oposição ou da Situação. É um trabalho absolutamente concreto, exato, que mostra claramente: emendas

do PSOL – 0%; emendas da base bajulatória – 50%, 60%; e por aí vai.

Assim, minimiza-se o risco da utilização dos cofres públicos, da execução orçamentária, disso que é o coração da administração pública do Estado Brasileiro: o Orçamento. A construção, aprovação e execução do Orçamento é o momento mais importante da relação com o Congresso Nacional e isso, sem dúvida, minimiza o risco de que possamos continuar vendo essa vexatória promiscuidade, vergonhosa promiscuidade na relação do Poder Executivo com o Poder Legislativo. O prefeito, quando quer ver a sua obra realizada no município, deve bater à porta e se articular politicamente com alguém da base bajulatória, senão, já sabe, antecipadamente, que nunca verá a liberação da emenda. O empresário, para disponibilizar um serviço que o Estado brasileiro possa usar, também não o consegue se não instalar um “propinódromo” nas relações com o Executivo e o Legislativo.

Creio que se minimiza bastante o risco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senado Federal por votar, hoje, a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, que torna impositivo, em 80%, o Orçamento da União.

Eu mesmo tinha um projeto tramitando nesta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que tornava impositivas as emendas referentes às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, o seu projeto tem uma amplitude muito maior e resgata, com a sua aprovação no dia de hoje, a autoridade do Congresso Nacional, fazendo com que a execução do Orçamento de forma impositiva responda pelo que trabalham os parlamentares – os representantes dos Estados, no Senado, e os do povo, na Câmara – na composição da peça.

Como disse a nobre Senadora Heloísa Helena, e é de conhecimento de todos, esse é o papel mais importante do Congresso Nacional. Tenho absoluta certeza de que, com a aprovação do Orçamento impositivo, teremos o reconhecimento do trabalho do Congresso Nacional e o respeito da peça orçamentária pelo Executivo federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000 (2º TURNO)**

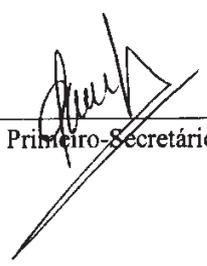
ALTERA DISPOSIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TORNANDO DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA A PROGRAMAÇÃO CONSTANTE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006Num.Votação: 1
Hora Sessão: 17:11:00Abertura: 2/8/2006 17:12:48
Encerramento: 2/8/2006 17:26:56

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM	PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	SIM				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 55
 Votos NÃO : 00 **Total : 55**
 Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 55 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenções.

Total: 55 votos.

Portanto, por unanimidade, está aprovada a proposta que tem como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a proposta aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

Altera os arts. 57, 165, 166, e acrescenta art. 165-A, todos da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 57, 165 e 166 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57.

§ 2º A sessão legislativa não será encerrada sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária anual.

..... ”(NR)

“Art. 165.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e III deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, ressalvadas as dotações para atender ao serviço da dívida pública, terão a programação dos gastos detalhada, no mínimo, por estado e Distrito Federal, com o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais.

.....

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

.....

§ 10. A lei orçamentária anual somente incluirá novas categorias de programação se tiverem sido adequadamente contempladas com dotações aquelas em andamento.”(NR)

“Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma dos respectivos regimentos.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

.....

§ 6º No âmbito da União, os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional nos seguintes prazos:

I – do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, até oito meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

II – das diretrizes orçamentárias, até 20 de fevereiro e devolvido para sanção até 30 de abril, aplicando-se as disposições do art. 64, § 2º **in fine**, na hipótese de não haver deliberação sobre a matéria na data indicada;

III – do orçamento anual, até sete meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

..... ”(NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 165-A:

“Art. 165-A. A programação constante da lei orçamentária anual é de execução obrigatória, salvo se aprovada, pelo Congresso Nacional, solicitação, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, para cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação.

§ 1º A solicitação de que trata o **caput** deste artigo somente poderá ser formulada até cento e vinte dias antes do encerramento da sessão legislativa e será acompanhada de por-

menorizada justificativa das razões de natureza técnica, econômico-financeira, operacional ou jurídica, que impossibilitem a execução.

§ 2º A solicitação poderá, ainda, ser formulada a qualquer tempo, nas situações que detêm negativamente a arrecadação da receita, de calamidade pública de grandes proporções, ou ainda nas previstas no art. 137, inciso II.

§ 3º Em qualquer das hipóteses, as solicitações tramitarão no Congresso Nacional em regime de urgência.

§ 4º Não havendo deliberação do Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, a solicitação será considerada aprovada.

§ 5º A não execução de programação orçamentária, nas condições previstas neste artigo, implica crime de responsabilidade.

§ 6º Do projeto de lei orçamentária anual, bem como do autógrafo encaminhado para sanção do Presidente da República, não constarão receitas cujas leis que as autorizem tenham o início de vigência posterior à data prevista no inciso III do § 6º do art. 166.”

Art. 3º As normas estabelecidas no § 2º do art. 57 e na Seção II do Capítulo II do Título VI aplicam-se aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Art. 4º O disposto no art. 165-A será cumprido nas condições fixadas em lei complementar a ser editada no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da promulgação desta Emenda.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no primeiro dia útil do segundo ano subsequente ao de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 166 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continuam as deliberações.

Item extrapauta:

PARECER Nº 922, DE 2006

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre a Mensagem nº 174, de 2006 (nº 482/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Antonio Hermen*

Vasconcellos e Benjamin para compor o Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é por se tratar de um paraibano, mas de um cidadão, de um candidato que veio com um currículo excepcionalmente bom e deu todas as informações de maneira translúcida e inteligente. Por onde tem passado, o nosso Antonio Hermen tem sido um sucesso profissional, por isso, com muita alegria, embora seja uma votação secreta, não somente vou votar, mas também pedirei aos companheiros que o façam, porque é realmente uma grande aquisição para o Superior Tribunal de Justiça.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Respeitarei a orientação de voto secreto, mas quero registrar que ouvi de inúmeros Procuradores do Brasil que o STJ, havendo o referendo do Senado Federal, passará a ter nos seus quadros alguém com profundo conhecimento da jurisprudência relacionada à questão ambiental.

Trata-se de um ganho para o Brasil um grande intelectual integrar o STJ. Seguramente, o País terá uma redefinição, um novo desenho da jurisprudência das questões ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com certeza, V. Ex^a fala em nome de toda a Casa.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também na condição de paraibano, mesmo considerando o voto secreto, quero dizer que o STJ recebe uma das maiores autoridades no campo jurídico. O Dr. Hermen Benjamin, paraibano de Catolé do Rocha*, muito honra os paraibanos e, tenho certeza, fará um trabalho extraordinário no STJ.

Por isso, devo agradecer e, mesmo sendo voto secreto, pedir aos Pares que possamos aprovar o nome desse grande jurista paraibano, Dr. Benjamin.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, cumpro o dever de dizer que, realmente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o indicado teve uma atuação brilhante. Por isso, houve unanimidade na votação por parte de todos os companheiros. Daí porque acredito que isso possa se repetir no plenário, para fazermos justiça a uma pessoa merecedora de passar a compor os quadros do Tribunal.

Nesse ponto, cabe dizer que o Presidente da República tem sido extremamente feliz nas indicações que tem feito para os Tribunais Superiores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa subscreve o que V. Ex^a acaba de dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também pela Liderança do Governo, para registrar o gabarito, o currículo, a vida pública do Ministro Antônio Herman Vasconcellos e Benjamin. Com certeza, na cota do Ministério Público, S. Ex^a vai dar uma colaboração importante ao Superior Tribunal de Justiça por tudo aquilo que demonstrou na sabatina realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, parabenizo não só o indicado, mas todo o Ministério Público pelo representante que indicaram para o Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

Todos já votaram? Vou encerrar a votação.

Estamos apreciando a indicação do nome do Dr. Antônio Herman Vasconcellos e Benjamin para o Superior Tribunal de Justiça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a todos os Senadores do PMDB que estejam em seus gabinetes ou em outras dependência da Casa e que estiverem nos ouvindo que venham ao plenário para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Ney Suassuna pede a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, para discutir.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer do prazer de poder votar favoravelmente à indicação do nome do Sr. Antônio Herman Vasconcellos e Benjamin. S. Ex^a é um Procurador que tem um grande serviço prestado à Nação, não apenas na área dos Direitos Humanos, como também na do Direito da Infância e da Adolescência – participou da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – e na área do meio ambiente enfim, alguém que se dedicou ao longo de toda a sua vida, como servidor público dentro da Justiça, defendendo os vulneráveis, aqueles cidadãos que precisam da proteção da Justiça e de uma presença forte do Poder Público.

Penso que a indicação veio com o apoio de toda a sociedade civil, inclusive por haver sido o Procurador mais votado por todos os Magistrados. Por tudo isso, além de uma vasta produção acadêmica e intelectual, tenho a certeza de que S. Ex^a contribuirá, decisivamente, para a nova função que, merecidamente, vai exercer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para justificar que, na primeira votação, não consegui fazer o meu nome constar do painel. Mas o voto foi “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETÃ

PARECER Nº 922, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ANTONIO HERMEN VASCONCELLOS E BENJAMIN, PARA COMPOR O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 17:11:00

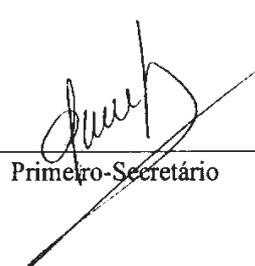
Abertura: 2/8/2006 17:27:53
Encerramento: 2/8/2006 17:33:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 51
Votos NÃO : 02 Total : 54
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 51 Srs. Senadores e NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

Total: 54 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Antônio Herman Vasconcellos e Benjamin para compor os quadros do Superior Tribunal de Justiça.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continuam as deliberações.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 12, DE 2006
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 12, de 2006 (nº 894/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Antonio José Rezende de Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Ruanda.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1006, DE 2006–CRE:

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Antonio José Rezende de Castro obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs Senadores que venham ao Plenário, pois ainda temos 16 votações nominais importantes hoje.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da Ordem do Dia, interpelei a Mesa sobre a PEC de minha autoria, que consta do item 2 da pauta de hoje, e V. Ex^a assegurou-me que ela seria votada. No entanto, votamos o item 1, pulamos o item 2, e prosseguimos com as votações das demais matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, estamos retomando as matérias da sessão ordinária, portanto, o primeiro item a ser votado referente à pauta da sessão ordinária é a proposta a que V. Ex^a se refere.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Preocupamo o tempo. Mais uma vez, vai se tornar impossível a votação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Vamos tentar votá-la agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que continuem em plenário, porque vamos ter, pelo menos, mais 16 votações nominais.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 12, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO QUÊNIA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE RUANDA

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 17:34:49
Encerramento: 2/8/2006 17:37:05

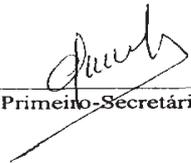
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S SHLESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPE	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SÁLGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 45

Votos NÃO : 05 Total : 50
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e NÃO, 5.

Não houve abstenção.

Total: 50 votos

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Antonio José Rezende de Castro para exercer o cargo de Embaixador.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Em votação, em segundo turno.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR.) – Sr. Presidente, o voto da Minoria é favorável à proposta do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR.) – Sr. Presidente, a PEC é de minha autoria. No entanto, foi apresentado um substitutivo que não altera a essência, que construída juntamente com cientistas e pesquisadores da área de meteorologia do País. Trata-se de uma emenda constitucional para tornar a agrometeorologia e a meteorologia serviços previstos na Constituição, tendo em vista serem muito importantes para a agricultura,

para a Defesa Civil, enfim, para toda a população. E para nós, que estamos vivendo problemas climáticos que estão levando principalmente os agricultores brasileiros ao prejuízo, é muito importante unificarmos e termos uma coordenação de todos os institutos de meteorologia do País e que o Governo faça essa coordenação para que as informações sejam democratizadas e cheguem mais rápido até os contribuintes.

Esta PEC é muito importante porque vai tornar esse serviço também um serviço constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito o registro da votação anterior para o Embaixador Antonio José Rezende de Castro, com o voto “sim”, pois eu estava ausente do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Exª.

Senador Jonas Pinheiro, ouço V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª está convocando uma reunião hoje, às 19 horas, do Congresso Nacional para a apreciação de vetos. Entre esses vetos, considero de máxima importância o que está posto na Lei de Biossegurança. O Presidente da República, por meio do veto, mudou o quórum para a deliberação na CTNBio.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, visto que o Governo está trabalhando no sentido de trazer ações estruturantes para a agricultura brasileira, nada mais as consolida do que o funcionamento da CTNBio, que hoje tem quase 600 propostas de novos genes para melhorar a produtividade na agricultura brasileira.

Daí a necessidade do comparecimento de todos hoje na sessão do Congresso Nacional, convocada para às 19 horas, exatamente para apreciar esse veto, que é importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tirar uma dúvida com V. Exª: se haverá a promulgação da Lei do Fundeb, se será transferida ou se, na pauta do Congresso, constará apenas o veto do Presidente

da República a respeito da CTNBio. Ou seja, indago a V. Ex^a se, na pauta do Congresso, ainda conterà a promulgação do Fundeb, tendo em vista a existência de alguns pontos elencados hoje à tarde por alguns Srs. Senadores, e a apreciação de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tínhamos combinado uma sessão do Congresso Nacional. Porém, alguns Líderes partidários opuseram-se à sua realização, já que há dúvidas com relação ao encaminhamento; além disso, não há quórum para que o veto seja derrubado na Câmara. De modo que os Líderes recomendaram a transferência da sessão do Congresso Nacional para um dia em que houver quórum, sugestão que foi acatada por esta Presidência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Diante disso, Sr. Presidente – ouvi dois Srs. Senadores preocupados aqui, como o Senador Jonas Pinheiro –, nós vamos tratar do Congresso no próximo esforço concentrado, em setembro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em outra oportunidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em outra oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em outra oportunidade. Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era isso. Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para reforçar essa posição, na condição de Líder do Governo no Congresso e na compreensão da impossibilidade da votação. Acho que V. Ex^a agiu, como sempre, com bom senso e equilíbrio, transferindo para uma outra oportunidade a sessão para a apreciação dos vetos, enquanto se faz uma negociação no âmbito do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aviso às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a matéria em votação – que tem como primeiro signatário o Senador Osmar Dias – é importantíssima e precisa de 49 votos “sim”.

De modo que, antes de encerrar a votação, quero combinar com os Srs. Líderes qual o melhor momento de a encerrarmos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes, para que venham votar esta Proposta de Emenda Constitucional, que tem como primeiro signatário o Senador Osmar Dias. É uma proposta muito importante para a produção no País, já que é uma Emenda Constitucional que trata da questão do clima.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto o Senador Osmar Dias e os Srs. Líderes partidários se podemos encerrar a votação.

Precisamos, repito, de 49 votos “sim”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não lembro o quórum da última votação, mas... (Pausa.) Informaram-me que o quórum foi 55. Então, creio que poderíamos aguardar mais cinco minutos, pois tem gente no Café.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aguardaremos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, eu gostaria de dizer ao Senador Osmar que ele foi muito feliz em apresentar a PEC, pois, observando melhor a participação do setor agropecuário brasileiro no PIB, vemos que, pelo quinto ano consecutivo, creio, este setor representa nada menos que 30% da formação do PIB brasileiro. Trata-se, portanto, de um País que disputa este mercado no mundo inteiro, Sr. Presidente.

Nesse sentido, considero que nada melhor do que aprimorar uma das informações basilares da concorrência do setor, que são as informações meteorológicas. Então, acho que a PEC vem ajudar bastante e nada melhor do que democratizá-las para todos os setores. O setor de que eu participo, com certeza, será bastante beneficiado.

Portanto, é com a maior alegria que a votamos favoravelmente à PEC nº 12, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes se podemos encerrar a votação.

Na votação anterior, houve a participação de 55 Sr^{as} e Srs. Senadores.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser abrir o painel, não há problema, porque sei que há mais matérias para votar, há a sessão do Congresso e os dois Senadores que votaram no item anterior

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 51 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Houve uma abstenção.

Total: 53 votos.

Está, portanto, aprovada a PEC nº 12, de 2003, que teve como primeiro signatário o Senador Osmar Dias.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a proposta aprovada:

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
XV – Organizar e manter os serviços oficiais meteorologia e climatologia, estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

.....
XXVI – instituir sistema nacional de meteorologia e climatologia (NR)”

Art. 2º O art. 22 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX:

“Art. 22.

.....
XXX – política e sistemas nacionais de meteorologia e climatologia.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 339, DE 2006
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 339, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Aelton Frei-

tas, sobre a Mensagem nº 108, de 2006 (nº 196/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Romeu Donizete Rufino para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declarou encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, da PEC que apresentei, considerei curioso um voto contrário. Acredito que o Senador que votou contrariamente deve ter-se enganado, porque é candidato a Vice-Presidente e, como tal, deve querer que a meteorologia funcione melhor no País.

O Senador José Jorge deve ter cometido um equívoco e talvez ainda esteja na Casa para corrigilo. Tenho certeza de que S. Ex^a, como candidato a Vice-Presidente, vai querer um serviço de meteorologia mais completo, eficiente e rápido, para atender melhor à população.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Isso é porque V. Ex^a sabe que o seu coração é meu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, não resta dúvida de que o voto do Senador José Jorge foi equivocados. Podemos compreender que, nessa tempestade em que estamos vivendo, qualquer um se confunde. Mas tenho certeza de que S. Ex^a é completamente favorável à proposição feita pelo nosso Senador, que é homem do ramo, da área.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a tentativa de justificativa do Senador Heráclito Fortes não ajuda o Senador José Jorge, mas, como todos aqui conhecem S. Ex^a, sabem da dedicação parlamentar e legislativa e dos afazeres que S. Ex^a

tem agora, na condição de candidato a Vice-Presidente da República – porque uma campanha nacional não é fácil nessa condição de Vice-Presidente –, imagino que foi essa pressão e essas responsabilidades que o levaram a essa situação.

De qualquer forma, penso que o Senador José Jorge deveria vir, e, seguramente, S. Ex^a vai retificar seu voto, porque tenho certeza de que S. Ex^a não votaria contra uma medida que ajuda a agricultura. Apesar de ser adversário – tenho certeza de que vou derrotá-lo na urna –, quero aqui defendê-lo, pois estou certo de que S. Ex^a não votaria contra uma matéria como essa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui um registro histórico: o novo Senador Aloizio Mercadante não só aprendeu muito nessa campanha, com seu marqueteiro, naquele teste que fez nos cumprimentos, como também quanto à solidariedade. O PFL fica emocionado e comovido por ter um companheiro seu defendido aqui pelo Senador Aloizio Mercadante. E o fato é tão inusitado, que gostaria que fosse feito um registro histórico.

De forma que, Sr. Presidente, V. Ex^a há de convir que disputa eleitoral e pesquisa adversa fazem com que as pessoas procurem aperfeiçoar-se.

E o Senador Mercadante voltou disposto, sorridente, queimado de sol e, acima de tudo, solidário. Quero fazer esse registro. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem fiz uma reclamação sobre como estava sendo conduzida a CPMI dos Sanguessugas. Mas hoje aconteceu o que considero pior de tudo: como titular dessa CPMI, não consegui ter acesso ao depoimento do Sr. Vedoin, para tirar uma cópia e estudá-lo. Hoje, esse depoimento está completo em um *blog*, na Internet. Não sei como isso aconteceu.

Então, tentarei meu último ato como homem público: protocolarei à Mesa uma questão de ordem. Cito no documento todos os argumentos, com base na Constituição Federal, no Regimento Interno do Senado Federal, no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Não obstante todas as exigências constitucionais, legais e regimentais, o Presidente e o Relator da CPMI têm conduzido os trabalhos sem atentar para a efetiva aplicação dos preceitos jurídicos cabíveis na espécie, que se transcrevem a seguir:

Em razão do exposto, manifestando-me de modo formal, questiono Vossa Excelência acerca dos procedimentos adotados naquela CPMI, em face dos dispositivos legais aventados, objetivando a interpelação procedimental adequada, no sentido de prevenir responsabilidades, e resguardar direitos na CPMI.

Encaminho essa questão de ordem à Mesa, para que a Presidência a envie ao Presidente da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros – PMDB/AL) – A Mesa encaminhará o pedido de V. Ex^a à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de corrigir meu voto. Na emenda anterior, por engano, ia votar “sim” e terminei votando “não”.

É o hábito, Sr. Presidente: nós, da Oposição, vivemos votando “não”. Há tanta coisa errada que mandam para cá, que me enganei. Mas agradeço aos companheiros que me defenderam: Senador Heráclito Fortes, Senador Mercadante, Senador Romero Jucá e outros Srs. Senadores. Espero que a Ata corrija meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa retificará o voto de V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu vou perder o hábito, rapidamente, Sr. Presidente, porque, quando eu for eleito, terei de começar a votar “sim”. É bom ir treinando.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ia reunir-se hoje à tarde. Diante das votações, a reunião que estava marcada ficou prejudicada. Mas ainda há seis Senadores lá. Seria bom pedir que viessem ao plenário, para as votações nominais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário: haverá importantes votações.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 8. Não houve abstenções.

Total: 49 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Romeu Donizete Rufino.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 18, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 18, de 2006 (nº 19/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Carlos Alberto Ferreira Guimarães*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.007, DE 2006 – CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, nenhum branco, nenhum nulo; portanto, pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos

termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na Ordem do Dia de um projeto que tem significado especial para os profissionais de Educação Física, porque cria o Dia Nacional do Profissional de Educação Física. O projeto já foi aprovado nas Comissões e está em condições de ser votado pelo Plenário da Casa. Trata-se de uma forma de homenagear esses profissionais já em setembro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi, se não houver objeção da Casa, incluiremos na Ordem do Dia o projeto sugerido por V. Exª, que cria o Dia do Nacional do Profissional de Educação Física.

O projeto será incluído em Ordem do Dia.

Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Estamos em processo de votação. Haverá, ainda, outras votações nominais importantes.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

É importante abreviarmos as votações, pois há ainda mais dez votações nominais. Aliás, são 15 votações nominais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peça ao Senador José Jorge que registre seu voto, que não está constando do painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 18, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA GABONESA, E, CUMULATIVAMENTE, O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CONGO, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOV. DESSE PAÍS

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 6
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 17:57:42
Encerramento: 2/8/2006 18:02:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HÉLOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 43
Votos NÃO : 04 Total : 47
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e NÃO, 04.

Não houve abstenção.

Total: 47 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 340, DE 2006

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 340, de 2006, pelo qual a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 109, de 2006 (nº 197/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *José Guilherme Silva Menezes Senna* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.

Sem revisão da oradora,) – Sr. Presidente, aproveito para solicitar aos Senadores do PSDB que venham votar. Trata-se de uma pessoa da mais alta categoria da Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Senadora Lúcia Vânia pede aos Senadores que venham ao plenário. Estamos procedendo, nesta sessão, a várias votações nominais.

Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas faço um esclarecimento. Na última sessão do Congresso Nacional, constava o nome do Dr. José Fantini para um cargo.

Não foi retirado, meu caro. (Pausa.)

A eficiência do Líder Romero Jucá, a sofreguidão de defesa ao Governo não permite nem que eu explique. Permita-me, meu caro amigo Senador Romero Jucá, dizer que, na semana passada, constava e foi dito que era um erro e que seria retirado. Estranhamente, o erro se repete, e vamos ser justos com os funcionários da Casa, que não são tão ineficientes assim.

Eu queria apenas fazer esse registro, Sr. Presidente, e estranhar que o nome conste novamente, por erro. É, portanto, a repetição de erro envolvendo o mesmo nome, a mesma pessoa. Acho isso estranho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 340, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. JOSÉ GUILHERME SILVA MENEZES SENNA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 7
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:02:22
Encerramento: 2/8/2006 18:05:19

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLICY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JÓÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JÓÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JÓÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JÓRGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MÁLTA	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

[Handwritten signature]
Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 08 Total : 48
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 08.

Não houve abstenções.

Total: 48 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Guilherme Silva Menezes Senna para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 111, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 111, de 2006 (nº 180/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Hélio Magalhães de Mendonça*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.008, DE 2006 – CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a

indicação do nome do Sr. Hélio Magalhães de Mendonça obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 11 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Há ainda votações nominais importantes. Em seguida, vamos votar as matérias que foram acordadas com os Líderes partidários e que não exigem votação nominal.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 03.

Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Está aprovado, portanto, o nome do Sr. Hélio Magalhães de Mendonça.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 421, DE 2006

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 421, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 121, de 2006 (nº 264/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Francisco José Rabelo do Amaral* para exercer o cargo de Diretor

da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

Discussão do parecer, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário, pois vamos ter outras votações nominais e depois teremos a votação das matérias que foram acordadas pelos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 421, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FRANCISCO JOSÉ RABELO DO AMARAL, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE

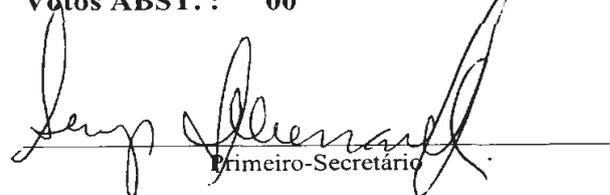
Num.Sessão: 2	Num.Votação: 9	Abertura: 2/8/2006 18:09:07
Data Sessão: 2/8/2006	Hora Sessão: 17:11:00	Encerramento: 2/8/2006 18:12:05

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 44
 Votos NÃO : 06
 Votos ABST. : 00
Total : 50


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, Adene.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 124, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 124, de 2006 (nº 282/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carmelito de Melo*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra à Sr. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para proceder à

leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1009, DE 2006 – CRE:

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carmelito de Melo obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 11 votos favoráveis, nenhum voto nulo, nenhum voto contrário e nenhum em branco. Não houve abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 124, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. CARMELITO DE MELO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO BENIN

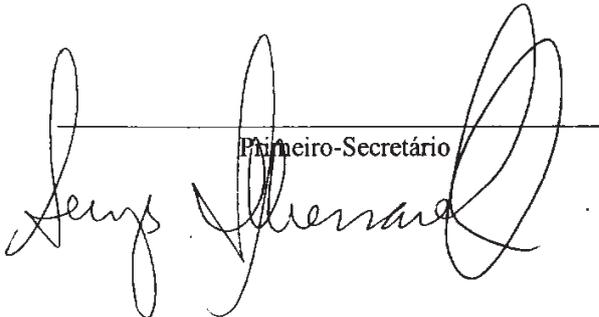
Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006Num.Votação: 10
Hora Sessão: 17:11:00Abertura: 2/8/2006 18:12:45
Encerramento: 2/8/2006 18:14:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 43
 Votos NÃO : 04 Total : 47
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 36 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Não houve abstenção.

Total de votos: 43.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior para a Adene.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 150, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 150, de 2006 (nº 370/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Haroldo Teixeira Valladão Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Concedo a palavra à Sr. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para proceder à leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.010, DE 2006 – CRE:

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Haroldo Teixeira Valladão Filho obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhum voto nulo, nenhum voto contrário e nenhum em branco. Não houve abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que o quórum está caindo, vou mais uma vez solicitar aos Senadores do PMDB que venham ao plenário.

Ainda temos quantas votações nominais, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda temos nove votações nominais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nove votações nominais?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nove votações nominais e a votação de alguns projetos consensuais que foram acordados pelos Líderes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PSDB, também quero encaminhar favoravelmente o nome do Embaixador Haroldo Valladão, pois é a primeira Embaixada do Brasil na Croácia. Ele será o primeiro Embaixador do Brasil nesse novo país, que já participa da Comunidade Européia.

Peço, então, aos companheiros do Partido que dêem seu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos já votaram? Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero pedir ao Senador Tasso Jereissati que registre o seu voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar e agradecer as centenas de *e-mails* de solidariedade que tenho recebido de todo o País, do meu Estado, a manifestação dos prefeitos do meu Estado, das lideranças religiosas, que me conhecem e conhecem a minha história. Assim, vou repudiar a cada dia a tentativa desse pústula de tocar na minha história, na minha vida e na minha honra.

Nunca comunguei com canalhas roubadores de dinheiro público. A minha história é a minha maior defesa. As pessoas que sabem... e quando me referi aos prefeitos do meu Estado, que nunca receberam uma emenda minha acompanhada de um empreiteiro e nenhuma emenda... não há demérito nenhum em colocar emenda para ambulância. Mas não coloquei nenhuma emenda para Planam dos infernos de lugar nenhum. Não conheço essa corja e repilo veementemente. Acho até que eles estão a serviço daqueles que foram por nós revelados na CPI do Narcotráfico, cujos processos ainda estão sob discussão. Os arcanjos da vida, de onde eles vêm, que foram investigados, denunciados pela CPI do Narcotráfico, por aqueles que tiveram seus interesses tocados e negados na CPI do Narcotráfico e que agora vêm uma maneira de desqualificar esta CPI, e, assim fazendo, desqualificam os processos a que estão respondendo.

Repilo todos esses pústulas indignos que tentam tocar em minha honra. Não devo absolutamente nada, não tenho qualquer tipo de ligação com essa gente indigna, podre. Não bebi da água suja da indignidade. As minhas mãos continuam limpas. E vou falar isso todo dia. Podem me matar, armar uma tocaia, tirar a minha vida, mas me calar ninguém vai, porque nunca participei de indignidade, e morrerei sem fazê-lo, em nome da minha própria história, da minha própria vida.

Nunca recebi nada de Planam, nunca recebi nada do Sr. Vedoin ou do seu filho, que me fazem ataques levianos. Afirmei na tribuna, ontem, que recebi do Deputado Lino Rossi um carro emprestado, que devolvi há um ano e meio, Sr. Presidente. Qualquer amigo faria a mesma coisa, ou até mesmo que não fosse. Quando você disputa uma eleição, as pessoas querem lhe ajudar e você não pergunta. É como alguém pegar uma carona com um outro, que depois é parado, tem um problema,

e você é envolvido no problema. Quero dizer que não recebi um carro de um bandido, de um marginal. Foi de alguém que estava na CPI do Narcotráfico, trabalhando duramente comigo e que era confiável.

Agradeço a manifestação do Brasil, a manifestação de todas as pessoas dos rincões deste País. E repilo veementemente esse desgraçado, esse pústula nojento, sujo, ladrão de dinheiro público, o Sr. Vedoin, que hoje não está mais nas manchetes; quem está nas manchetes sou eu; o pústula sou eu, assim estou posto, mas haverá de sair da tempestade do outro lado, como nela me colocaram, porque nada devo.

Estou aqui com coisas engraçadas, contraditórias, do depoimento desse cidadão. Ele fala a mesma coisa para todo mundo, Senadora Serys Slhessarenko. Estão aqui documentos que entreguei para o Corregedor, documentos de um carro no nome do Deputado Lino Rossi, da mulher do Lino Rossi. Nunca recebi nada do Sr. Vedoin.

Então, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade – e peço desculpas porque estamos em processo de votação – para agradecer, mas todos os dias estarei aqui revelando a minha indignação, até que esse processo cesse, porque até cassado eu já fui; já estou cassado, o meu mandato já foi tirado, já fui julgado antes de que o julgamento acontecesse. Mas não me acovardo, não sou filho de pai covarde, não tremo nas pernas, vou até o final, porque ainda irei aos tribunais para enfrentar esse pústula, e o resto do que lhe sobrar daquilo que vai ter pagar para advogado não vai redimir o que tocou na honra de gente de bem como a minha, da Senadora Serys Slhessarenko e outras por aí, que estão com os nomes envolvidos sem nada dever, tudo isso fruto da irresponsabilidade de algumas pessoas que colocaram o nome de outras no vento, abriram o saco de penas e não podem mais recolher, de famílias que agora estão chorando, filhos que não podem ir à escola porque os pais estão lá sem nada dever.

Então, Sr. Presidente, farei este protesto todos os dias, mas revelo a minha gratidão. E quero dizer a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, pois aqui não estava quando fez o pronunciamento, que acredito em V. Ex^a, que agora está pagando o preço de ter presidido a CPI do Narcotráfico no seu Estado. V. Ex^a incomoda, V. Ex^a é mulher, é destemida, é corajosa, é lutadora. É possível que essa gente esteja a serviço dos “Comendadores” da vida do seu Estado para poder lhe atingir.

Deus não nos dá uma carga maior do que a que podemos carregar: “Não vos deixarei provar além das vossas forças”. E confesso que, com toda essa fala, tenho a alma ferida. Minha alma está ferida e doída. Tenho sentimento, tenho família, tenho filhos, mas não vou afrouxar, não coloco o galho dentro nunca. Esse pústula ainda me enfrentará nos tribunais para pegar o resto do dinheiro que ele roubou e entregar aos orfanatos deste País, para deixar de ser tão pilantra e tão malandro.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 637, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 13
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:19:12
Encerramento: 2/8/2006 18:27:11

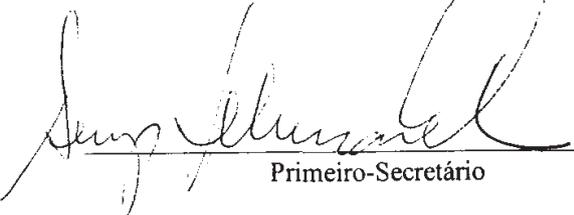
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	Votou				
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41

Votos NÃO : 10
Votos ABST. : 00

Total : 51



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 10. Não houve abstenção. Total:51.

Aprovado o nome do Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do CADE.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 151, DE 2006
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 151, de 2006 (nº 371/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Marília Sardenberg Zelter Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra à Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.011, DE 2006–CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para a leitura do parecer:–) – Sr. Presidente, a indicação do nome da Sr^a Marília Sardenberg Zelter Gonçalves obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhum voto nulo; portanto, pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que venham ao plenário, pois ainda temos sete votações nominais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 151, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA TUNÍSIA

Num. Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num. Votação: 14
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:28:20
Encerramento: 2/8/2006 18:31:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 01

Total : 47

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 28 Srs. Senadores; e NÃO, 13.

Houve uma abstenção.

Total: 42.

A Mesa registrará o voto do Senador Romeu Tuma.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 162, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 162, de 2006 (nº 430/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreirade Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.012, DE 2006-CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a

indicação do nome do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas peço a V. Exª que registre em ata o meu voto em relação aos itens anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Mesa registrará os votos de V. Exª.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 162, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA TOGOLESA

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 16
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:33:58
Encerramento: 2/8/2006 18:35:53

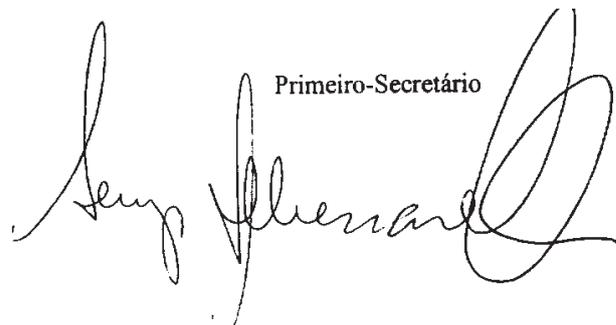
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BÁ	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 38
Votos NÃO : 06 Total : 45
Votos ABST. : 01

Primeiro-Secretário



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 38 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Houver uma abstenção.

Total: 45 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Arnaldo D'Oliveira.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

PARECER Nº 738, DE 2006
(Escolha de autoridade)

Parecer nº 738, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, sobre a Mensagem nº 154, de 2006 (nº 380/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se a votação que, de acordo como disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Temos mais quatro votações nominais apenas. Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 738, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 17
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:36:17
Encerramento: 2/8/2006 18:37:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou			Primeiro-Secretário	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 27
Votos NÃO : 16
Votos ABST. : 00
Total : 43

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 27 Srs. Senadores; e NÃO, 16.

Não houve abstenção.

Total: 43 votos.

Portanto, está aprovado o nome do Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**MENSAGEM Nº 164, DE 2006
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**

Mensagem nº 164, de 2006 (nº 435/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os agréments dos governos desses países.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Sr^a 1^a Secretária, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.013, DE.2006–CRE:

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A indicação é para exercer, cumulativamente, o cargo de Embaixador junto à Comunidade da Austrália também.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA™**MENSAGEM Nº 164, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA E, CUMULATIVAMENTE, NA REP. DE VANUATU E NO EST. INDEPENDENTE DE PAPUA NOVA GUINÉ, DESDE QUE OBTIDO OS AGRÊMENTS DOS GOV. DESSES PAÍSES

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 18
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:38:07
Encerramento: 2/8/2006 18:40:16

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

[Assinatura]
Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 37
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 00

Total : 44

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores e NÃO, 7.
Não houve abstenção.
Total: 44 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 663, DE 2006
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 663, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 160, de 2006 (nº 426/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Se-

nado a indicação do Senhor José Leônico de Andrade Feitosa para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Discussão do parecer. (Pausa)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 663, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

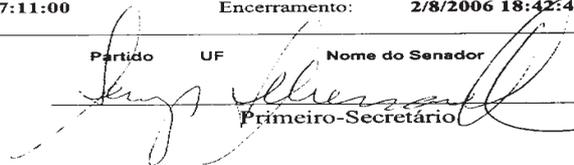
Sr. JOSÉ LEÔNICO DE ANDRADE FEITOSA, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 19
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:40:50
Encerramento: 2/8/2006 18:42:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARRÓS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BÖRNHAUSEN	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou


Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 28
Votos NÃO : 17 **Total : 45**
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 28 Srs Senadores e NÃO, 17.

Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Está aprovado o nome do Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 165, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 165, de 2006 (nº 434/2006, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Sr^a 1^a Secretária, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.014, DE 2006–CRE:

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, peço o voto favorável para o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho para o cargo de Embaixador em Israel, que, além de tudo, é mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se todos já votaram, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 165, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. PEDRO MOTTA PINTO COELHO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO ESTADO DE ISRAEL, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE CHIPRE

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 20
Hora Sessão: 17:11:00

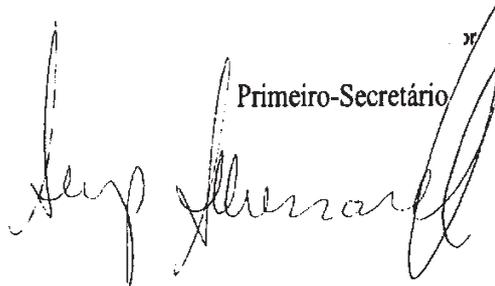
Abertura: 2/8/2006 18:42:59
Encerramento: 2/8/2006 18:44:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 37
Votos NÃO : 06 Total : 43
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 43 de votos.

Aprovado o nome do Sr. Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 173, DE 2006

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 173, de 2006 (nº 466/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra à Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.015, DE 2006–CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A seguir, vamos retomar a discussão das matérias que constam da Ordem do Dia e, em seguida, as urgências.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria sugerir se não poderíamos inverter a pauta – não sei se é necessário votação nominal – para votar a aprovação da regulamentação do TRT da Região de Campinas, São Paulo. Está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está na pauta. É uma das urgências acertadas pelos Líderes partidários.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É votação simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É votação simbólica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, está ótimo, Sr. Presidente. Vamos aprovar hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Senadores já votaram, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 173, DE 2006 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FERNANDO GOUVÊA DE ATHAYDE, PARA CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOMINICA

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 2/8/2006

Num.Votação: 21
Hora Sessão: 17:11:00

Abertura: 2/8/2006 18:44:44
Encerramento: 2/8/2006 18:46:17

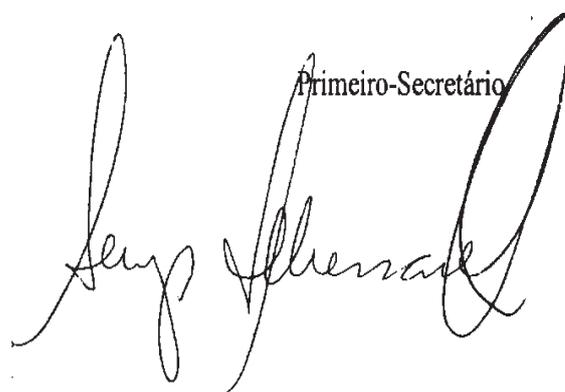
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 05 Total : 44
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO, 5. Não houve abstenção.

Total: 44 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Luiz Fernando Gouvêa de Athayde.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Se-

nador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167 do RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Shessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 892, DE 2006

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro o adiamento por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que “Altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências. (Altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal)”.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria sai da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 71 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que altera o art. 1.180, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973-Código de Processo Civil (Possibilita, nos casos de urgência, que um juiz nomeie curador provisório para representar o interditando).

Parecer nº 842, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão dos projetos e das emendas, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto sem prejuízo das emendas. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação, em globo, das Emendas de nºs 1 a 3 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005

(Nº 4.333/2004, na Casa de origem)

Altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.180 da Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.180.

§ 1º Nos casos da urgência, o juiz nomeará, desde logo, ouvido o Ministério Público, curador provisório, por prazo determinado, passível de prorrogação, para representar de imediato o interditando nos atos da vida civil, exceto para alienação de imóveis ou oneração de bens.

§ 2º O interessado em assumir a curatela provisória deverá apresentar, com a petição inicial, além das indigências legais, um estudo de assistente social sobre a sua aptidão e idoneidade para o exercício da curatela e o atestado médico da incapacidade mental do interditando.

§ 3º O nomeado prestará contas do exercício da curatela no prazo designador”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 71, de 2005, a seguinte redação:

Altera o art. 1.180 do Código de Processo Civil, para instituir a figura do curador provisório, nas ações de interdição que tenham por fundamento anomalia psíquica.

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 71, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º
 “.....

§ 3º O nomeado prestará contas do exercício da curatela em prazo a ser designado pelo juiz. (NR)”

EMENDA Nº 3-CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 71, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º
 “.....

§ 2º O interessado em assumir a curatela provisória deverá apresentar, com a petição inicial, além das exigências legais, o atestado médico de incapacidade mental do interditando e atestados de pessoas idôneas ou de assistente social sobre sua aptidão para o exercício da curatela. (NR)”

.....

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005, que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

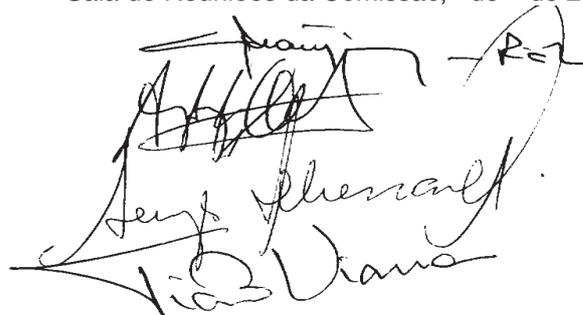
PARECER Nº 1.016, DE 2006
 (Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem),

que altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Sala de Reuniões da Comissão, de de 2006.



ANEXO AO PARECER Nº 1.016, DE 2006

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem).

Altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1–CCJ)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Altera o art. 1.180 do Código de Processo Civil, para instituir a figura do curador provisório, nas ações de interdição que tenham por fundamento anomalia psíquica.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 3-CCJ)

“Art. 1.180.

§ 2º O interessado em assumir a curatela provisória deverá apresentar, com a petição inicial, além das exigências legais, o atestado médico de incapacidade mental do interditando e atestados de pessoas idôneas ou de assistente social sobre sua aptidão para o exercício da curatela.

.....(NR)”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 2–CCJ)

Dê-se ao § 3º do art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, alterado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

Art. 1.180.

§ 3º o nomeado prestará contas do exercício da curatela em prazo a ser designado pelo juiz.(NR)”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 893, DE 2006

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do parecer, para imediata discussão e votação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que altera o art 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – **Serys Sihessarenko.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das emendas nºs 1 e 2.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005
(Nº 2.390/2003, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 25 e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

.....

§ 3º Entende-se como fornecedor, nos termos do art. 3º desta Lei, aquele que coloca no mercado produtos novos e usados, fazendo disso o seu negócio.” (NR)

“Art. 26.

I – 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;

II – 180 (cento e oitenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

.....

§ 4º A ocorrência de vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor obriga o reinício da contagem dos prazos sancionados nos incisos I e II do **caput** deste artigo a partir da data da solução do problema pelo fornecedor do produto ou serviço.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à ementa do PLC nº 134, de 2005, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar o prazo para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desse prazo após o atendimento da reclamação pelo fornecedor.”

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 134, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 3º e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, novos ou usados, ou prestação de serviços.

..... (NR)”

.....

“Art. 26.

I – sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis;

.....

§ 4º Devolvido ao consumidor o produto ou executado o serviço objeto da reclamação

limitado ao prazo da garantia legal, será reiniciada, a partir do atendimento da reclamação pelo fornecedor, a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do **caput** deste artigo, alcançando, no entanto, somente a parte do produto substituída ou a porção do serviço novamente executada.

§ 5º A renovação de prazo a que se refere o § 4º deste artigo será determinada por meio da nota fiscal emitida pelo serviço autorizado pelo fabricante.(NR)”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005, que será lido pela Sr. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.017, DE 2006

(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390, de 2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Sala de Reuniões da Comissão, 2 de agosto de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 1.017, DE 2006

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390 de 2003, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CMA)

Dê-se à emenda do Projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar o prazo para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desse prazo após o atendimento da reclamação pelo fornecedor.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CMA)

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 3º e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, novos ou usados, ou prestação de serviços.

.....’ (NR)

‘Art. 26.

I – sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

.....

§ 4º Devolvido ao consumidor o produto ou executado o serviço objeto da reclamação limitado ao prazo da garantia legal, será reiniciada, a partir do atendimento da reclamação pelo fornecedor, a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do **caput** deste artigo, alcançando, no entanto, somente a parte do produto substituída ou a porção do serviço novamente executada.

§ 5º A renovação de prazo a que se refere o § 4º deste artigo será determinada por meio

da nota fiscal emitida pelo serviço autorizado pelo fabricante’. (NR)”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 894, DE 2006**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requerio a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – **Serys Shhessarenko.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 7:**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias), do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição, que não envolvam o mérito, até o encerramento da discussão.

Discussão da redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão da redação final. O projeto já foi votado evidentemente.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea f do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.
.....
II –

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores, de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde de que haja prescrição médica;

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 8**

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes

vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Arthur Virgílio.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passemos, agora, aos itens extrapauta, a pedido dos Líderes partidários.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física*.

Parecer favorável, sob nº 929, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2006
(Nº 3.168/2000, na Casa de Origem)

Dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 1º de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 895, DE 2006

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 48, de 2006, advindo da Mensagem nº 177, de 2006, que “solicita autorização para a elevação

temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – GGTEE, para até U\$430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo”.

Em 2 de agosto de 2006.

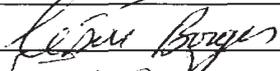
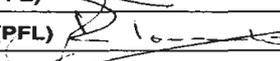
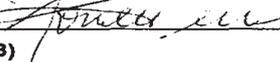
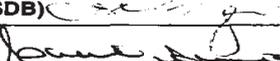
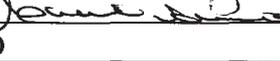
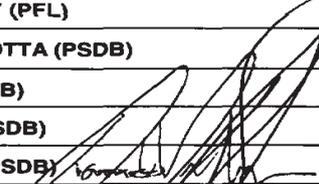
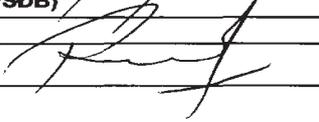
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 177, DE 2006
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 02/08/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

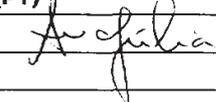
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB) 

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO 	6-VAÇO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passamos à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.004, de 2006, que teve como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que autoriza a Companhia Geração Térmica de Energia Elétrica CGTEE a elevar temporariamente o seu limite de endividamento em até quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para que a referida empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para discutir a matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas para dizer, Sr. Presidente, que hoje está custando, em transporte, ao Brasil dez...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Esse não é da energia, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse projeto é importante também. É do Rio Grande do Sul para a área de eletricidade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Há um requerimento que foi assinado pelos Líderes, solicitando urgência para o PLC nº 02, de 2006. Solicito que seja colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Será colocado em votação, como quer V. Ex^a.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 48, de 2006, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.108, DE 2006

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2006.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº , de 2006, que “autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) a elevar temporariamente o seu limite de endividamento, em até US\$430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.

Sala de Reuniões da Comissão, 2 de agosto de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 1.108, DE 2006

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2006.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2006

Autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) autorizada a elevar, temporariamente e em caráter excepcional, o seu limite de endividamento, para a contratação de operação de crédito no valor de até US\$430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), com as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, mediante contato de repasse de recursos.

Parágrafo único. Os recursos decorrentes da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento da Fase C do Projeto Candiota.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada com as seguintes características e condições:

I – *valor pretendido*: até US\$430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares norte-americanos), mediante repasse de recursos de operação de crédito externo a ser contratada pela Eletrobrás;

II – *condições financeiras*: as constantes do Contrato de Empréstimo proposto pelo Banco de Desenvolvimento da China, como teto ao financiamento autorizado, conforme Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China;

III – *Organizadoras do empréstimo*: Banco de Desenvolvimento da China – CDB e BNP Paribas.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 896, DE 2006

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 49, de 2006, advindo da Mensagem nº 204, de 2006, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição Federal, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, proposta para que seja autorizado o limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no valor de R\$5,6 bilhões, a fim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios”.

Em 2 de agosto de 2006.

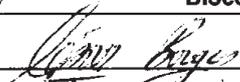
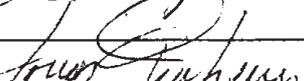
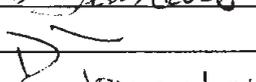
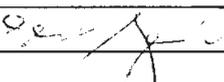
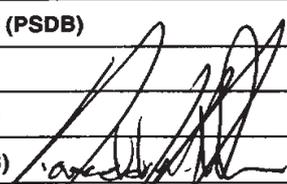
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 204, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 02/08/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

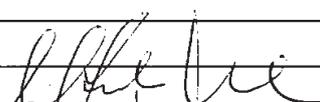
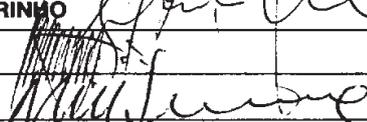
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

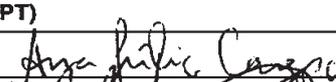
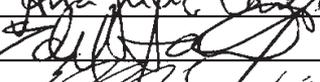
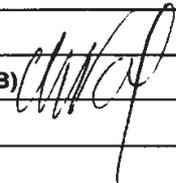
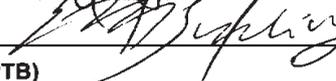
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO 	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPPLY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, que teve como Relator o nobre Senador Romeu Tuma, que autoriza a Petrobras Transportes S. A – Transpetro –, a elevar temporariamente o seu limite de endividamento em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) através de seus agentes financeiros.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há acordo para a votação desse projeto. Ele precisa ser estudado com mais profundidade. Recomendo aos Srs. Líderes a retirada de pauta dele, porque vamos pedir verificação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu poderia lhe fazer um apelo, Sr. Heráclito?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sou do Partido de V. Ex^a, mas eu estava falando com o Senador César Borges que não se deve levar em conta se é de Governo ou não, porque quem está aprovando somos nós. Então, qualquer crédito é do Congresso, com a luta do Senador César Borges e de outros que estiveram presentes e que discutiram o projeto. Ele tenta recuperar a indústria naval brasileira, que, infelizmente, foi sucateada durante alguns anos. É claro que ele veio no momento do período eleitoral, e é isso que tem afligido. Mas não podemos considerar nem Situação, nem Oposição um projeto de interesse nacional, que é a recuperação dos estaleiros brasileiros, cujo objetivo é buscar nova infra-estrutura na logística brasileira, no transporte de petróleo, de óleo etc., o que beneficiará os portos brasileiros. O Congresso é

que tem de faturar como o grande vitorioso pela aprovação desse projeto. Não apresenta nem um projeto de construção, mas é aumentar o endividamento para outras concorrências poderem se desenvolver. É claro que isso é um apelo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concorde com V. Ex^a em gênero, número e grau. É apenas para que estudemos com um pouco mais de profundidade esse projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PMDB – AL) – Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar sobre a aprovação desse projeto na CAE. Esse projeto foi encaminhado à CAE ontem; foi lido aqui na segunda-feira – inclusive eu estava na Presidência. Protestamos contra a rapidez com que se desejava aprová-lo. O Senador Romeu Tuma era o Relator, e houve uma solicitação para que fosse distribuído o seu relato ontem, a fim de que fosse apreciado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. Na Comissão de Assuntos Econômicos, como havíamos, para a reunião de hoje, solicitado a aprovação do projeto do gás, do Senador Rodolpho Tourinho, foi feito um acordo com a Liderança do Governo para aprovação no âmbito da CAE. Fizemos o acordo e aprovamos os dois projetos. O Líder do Governo pediu urgência e, por isso, ele está aqui hoje em apreciação.

A bem da verdade, tenho de dizer a V. Ex^a que nós nos colocamos lá inicialmente contra o açodamento, a rapidez. Era um projeto de seis bilhões, que abria crédito para a Transpetro. No entanto, diante das solicitações, inclusive de sindicatos, de que isso ia reativar a Marinha Mercante e o próprio relato do Senador Romeu Tuma de que era importante para a geração de emprego e renda, cedemos em fazer a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sempre o receio de que esse projeto pudesse vir a ter uma exploração político-eleitoreira por parte do Presidente da República, que está sendo contumaz com relação a essas questões.

Entretanto, é bom que se diga que o aprovamos na CAE – o acordo de aprovação foi na CAE. Entretanto, o Líder do PFL, Senador José Agripino, que se ausentou por motivos maiores desta sessão, solicitou-me que ficasse aqui como Vice-Líder representando-o, e S. Ex^a disse que havia um acordo para votação dessa matéria, feito por ele.

Então, essa é a minha posição, baseada na pura e simples realidade, na verdade dos fatos. A posição que o Líder do meu Partido me pediu para transmitir é de que tinha sido feito um acordo de liderança. Assim, quero pas-

sar essa posição para que os membros do PFL possam tomar conhecimento de que o Líder José Agripino me repassou essa informação. Entretanto, os Srs. Senadores têm liberdade para adotar a posição que desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, esse projeto entrou ontem na CAE, extrapauta, sem sequer o relatório do ilustre Senador Romeu Tuma chegar às mãos dos membros da Comissão. Em função de uma série de argumentações que foram levantadas na hora, da necessidade etc, ficou para ser votado hoje.

Eu tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o Presidente da Transpetro sobre a questão, coloquei-lhe minhas dúvidas e ele ficou de levantar os esclarecimentos sobre elas. As dúvidas não me foram esclarecidas – estou dizendo que chegaram há 24 horas – e não vi sequer os estudos de viabilidade sobre esse projeto, de como será feito. Acredito na boa intenção do Presidente da Transpetro ao fazer esse projeto, mas existem dúvidas técnicas fundamentais. Trata-se de um endividamento de R\$5 bilhões de uma empresa estatal. Eu, curioso, perguntei: “Qual é o tipo de fluxo de caixa que essa empresa tem?” O próprio Presidente me disse: “Entre 300 e 500 milhões”. Ora, uma empresa que tem fluxo de caixa de 300 a 500 milhões não tem capacidade de assumir um endividamento de R\$5 bilhões. Então, pedi-lhe que me esclarecesse como seria feito e todas essas questões adicionais, que não foram enviadas. Como essa questão fundamental não é esclarecida, qualquer indicador financeiro, ou qualquer analista financeiro vai dizer que, se essa empresa pegar esse recurso, vai quebrar dentro de dois a três anos. Ela vai, necessariamente, quebrar. É evidente que deve haver algumas outras explicações de que não tenho conhecimento.

Portanto, votarmos a toque de caixa um empréstimo que provocará um endividamento de R\$5 bilhões de uma estatal é, na minha opinião, especificamente, e na do meu Partido, uma grande irresponsabilidade.

O Líder do meu Partido está ausente e não nos comunicou sobre essa liderança. Está aqui o Presidente da Transpetro, que, ontem, ficou de me mandar os esclarecimentos, os quais não me chegaram. Trata-se, tecnicamente, de um número absolutamente inviável.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a me permite um aparte para que possamos chegar a um entendimento?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Há outras matérias, na pauta, para serem votadas. Talvez pudéssemos suspender esse item. Os quadros estão aqui e a situação da Transpetro é extremamente confortável no que diz respeito ao fluxo financeiro, que é a preocupação de V. Ex^a, apesar de estarmos discutindo a ampliação do nível de endividamento e não a contratação de empréstimos.

Toda essa questão pode ser discutida novamente quando se for tratar da contratação específica do empréstimo no BNDES.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vejo isso com o maior prazer e a maior satisfação. Acho difícil, em meia hora, levantarmos todos esses dados, mas, com todo o prazer, estou à disposição.

Cinco bilhões é muito dinheiro, Senadora Ideli, e não temos sequer a documentação sobre a questão. Sequer!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, não há autorização para o empréstimo, mas para o aumento do endividamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu não daria, se fosse diretor de uma empresa com fluxo de caixa de 300 milhões, autorização para endividamento.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não são 300 milhões.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nunca de R\$5 bilhões, Senador Tuma, desculpe-me. Nem V. Ex^a o faria se fosse sua empresa, porque isso significaria quebrá-la. Nenhum banco privado dá a uma empresa um empréstimo de R\$5 bilhões, ou seja, de mais de 15 vezes o seu fluxo de caixa. Isso é padrão no mercado financeiro nacional e internacional. Se uma empresa apresentar a um banco dados como esses, não vai receber financiamento. Pode ser, eu acredito, que ainda existam outras explicações, mas eu gostaria de ter o direito de estudar isso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Senador Sérgio Machado, que detém todos os dados, está à nossa disposição, há dois dias, para nos prestar todos os esclarecimentos. Acredito que a proposta do Senador Romero Jucá é absolutamente conveniente. Vamos suspender e retirar esse item. V. Ex^a pedirá todas as explicações necessárias e, se houver condições de votarmos, vamos fazê-lo. Enquanto isso, vamos avançando na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – S. Ex^a está propondo que passemos para o item seguinte da pauta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ficará muito mal. Estamos em uma sessão do

Senado. O País inteiro está nos assistindo. Não serão 10 ou 15 minutos suficientes para um esclarecimento dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Essa sugestão não nos impede de adiar a votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, creio que essa sugestão não tem sentido. Não me vou convencer nesse pequeno espaço de tempo.

Solicito a compreensão do Líder, Senador Romero Jucá, um homem que tem tido um comportamento companheiro, com relação à nossa situação. Em respeito, ao Senador Romeu Tuma, amanhã verificaremos isso. Hoje, 10 ou 15 minutos não serão suficientes para esclarecer o assunto, com toda a competência do Presidente da Transpetro e toda a papelada que tem ao lado. Sou meio burro para números e quero mais tempo para isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, se V. Ex^a está dizendo que não tem como absorver e compreender os números que estão sendo disponibilizados pelo Senador Sérgio Machado, creio que poderíamos trabalhar amanhã. No entanto, o que nos impede de dar continuidade à pauta? Se ao final das votações tivermos acordado, por que não o faríamos?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pedirei verificação da próxima matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Da próxima matéria?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual quer que seja ela.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a quer derrubar a sessão, então?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isso?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Derubarei a sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, é outra proposição, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o tipo de acordo que não funciona.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a concorda com que seja amanhã? Então, está bem. Tiramos a matéria da pauta hoje e a passamos para amanhã. Não vamos deixar cair a sessão por isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vamos discutir amanhã. Compromisso de votar, jamais. Os argumentos do Senador Tasso Jereissati, com toda a sua tradição não só de empresário, como de homem público, devem ser analisados por esta Casa com muita responsabilidade e com mais profundidade do que está sendo feito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Faça um apelo ao Governo para que aceite essa proposta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Heráclito, a documentação tem a viabilidade econômica também anexada. Eu não vou discutir porque, é claro, a decisão é da maioria. Se fosse necessário, eu votaria. Quem quer votar contra, que o faça, mas derrubar a sessão já é mais complicado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Até porque, Senador Romeu Tuma, foi feito o debate, o regime de urgência foi aprovado e o assunto foi tratado na reunião dos Líderes. Portanto, para nós estava claro que não haveria problema.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, a sessão de amanhã poderia ser pela manhã? Vou ser internado amanhã à tarde e não posso transferir esse compromisso, mas eu gostaria de estar presente à sessão. Desculpe-me fazer esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Há um problema concreto, a não ser que sejamos dispensados. Houve quase que uma guerra na CPI para viabilizar o depoimento do Sr. Vedoin. Conversamos, hoje, com o Juiz, que ameaçou prender o empresário se ele não vier para cá. Ele virá amanhã, para prestar depoimento na CPI, às nove horas. Aqui e na Polícia Federal. Quero deixar isso registrado.

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que irão para essa diligência não poderão estar aqui. Para mim, tanto faz ser pela manhã ou à tarde. Estou aqui para votar hoje, à meia-noite, se quiserem convocar uma sessão, amanhã ou depois de amanhã. Tudo bem. Eu, disciplinadamente, estarei aqui, mas devo deixar registrado que, depois de uma confusão grande com o Juiz e de conseguirmos que o empresário viesse, não estarmos presentes não fará sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que apresentei uma moção de pesar pelo falecimento de um catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Geraldo Milton da Silveira, um dos mais ilustres e tradicionais homens da sociedade baiana. Gostaria que fosse votada a matéria quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já foi encaminhado o pedido de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex^a que, amanhã, será complicado, porque deverá haver outro painel. Esse painel não pode prevalecer para amanhã. Deverá haver número diferente. Esse painel não vai valer amanhã. É outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Manutenção do painel não é algo de Renan Calheiros. É de outro Presidente qualquer, menos de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a não vai derrubar o próximo item?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, esse assunto fica retirado da pauta de hoje, porque não há acordo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito. Pode continuar com os outros itens.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Podemos discutir, mas não votar. Não estou assumindo nenhum compromisso. Acho que não temos tempo hábil para estudar esse assunto com mais profundidade, que é grave. A Petrobras é uma empresa que merece o cuidado de todos nós. Se abrirmos os jornais de hoje, veremos que o fundo de pensão recebe aporte de R\$5 milhões para compor déficit atuarial. Dessa forma, trata-se de questão que, sinceramente, quero estudá-la com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, apenas deixo registrado que votarei favoravelmente à matéria. O apelo que faço é no sentido de que a votação não seja amanhã, pela manhã. Amanhã, pela manhã, há um problema grave na Comissão Parlamentar de Inquérito para ser resolvido. É só isso. Pode ser o painel de votação de manhã; não sei como isso vai ser resolvido. Agora, de manhã, não pode ser feito. É o apelo que faço. Não será possível.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, discute-se amanhã à tarde. Afinal de contas, estamos num esforço concentrado. São só três dias. Não é possível que, amanhã, não haja, aqui, número suficiente. Não acredito que os Parlamentares, nossos colegas, deixem de participar desse esforço concentrado com matérias de tanta importância para serem votadas, com exceção do caso do Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É mais importante a minha presença, porque sou o responsá-

vel. Não vou faltar, Sr. Presidente, na hora em que V. Ex^a marcar. Fiz um apelo. Caso contrário, estarei aqui, amanhã, às 14 horas, sem dúvida nenhuma.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É evidente que só estou fazendo a ressalva. Imagine fazer isso com o Senador Romeu Tuma, que precisa ir ao médico! Deus me livre de fazer uma coisa dessa! Só quero deixar isso registrado. Não sei se vai haver verificação de quórum ou o que vai acontecer. Mas, havendo qualquer coisa nesse sentido, só quero deixar claro que os Parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito estarão lá. Inclusive, o Senador Romeu Tuma, ao propor isso, está se prejudicando também, porque não poderá acompanhar o depoimento do empresário e terá de pegar tudo de novo, depois, como Corregedor, porque S. Ex^a está, de forma diligente, acompanhando tudo. Quero só deixar registrado que, amanhã de manhã, nós, que somos da CPI, não nos comprometemos, porque estaremos na Polícia Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas registro que procuraremos o entendimento. Fizemos um acordo. Não trouxemos essa matéria para ser votada no momento em que havia quórum por que havia um entendimento pactuado com as Lideranças de quase todos os Partidos na reunião realizada na Presidência, juntamente com V. Ex^a. Portanto, entendíamos que se tratava de matéria pacífica, já que aprovada, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Espero que possamos, efetivamente, chegar a esse entendimento e esclarecer aos Senadores Tarso Jereissati e Heráclito Fortes, a fim de votarmos essa matéria, que é extremamente importante para o País, principalmente para os Estados de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Exatamente para preservar o interesse destes três Estados, Sr. Presidente, é que sugiro mais cautela na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 897, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei

da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Sala das sessões,

Sen. Ney Siqueira
Sen. Antônio Carlos Magalhães
Sen. Carlos Durand
Sen. Alexandre
Sen. José Aguiar

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Luiz Otávio, pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, antes de aprovar o requerimento, quero deixar registrado que, da mesma forma como o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Pará também tem projeto semelhante, que cria cargos na regional do Estado.

O assunto foi discutido, com muita propriedade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, e lá, foi aprovado. A matéria aguarda constar da pauta de sessão no plenário do Senado Federal.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região pediu-me que fizesse um apelo a V. Ex^a no sentido de que, da mesma forma como estamos dando prioridade às necessidades do Estado de São Paulo, pudéssemos também priorizar às do Estado do Pará, tendo em vista a necessidade existente. Realmente, a situação é de carência, já que há dificuldades na administração do Tribunal Regional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes partidários se há acordo para concretizarmos a sugestão do Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, infelizmente, não há acordo, porque há uma diferença: o Tribunal de Campinas já não tem aumento de despesas. Essa matéria já está sendo paga há alguns anos. No caso do Pará e do Rio de Janeiro...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço verificação de quórum para a matéria relativa ao Estado de São Paulo. O Líder do Governo que me perdoe!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não fez parte do acordo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Qual o problema que há com o Estado do Pará?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não há nenhum problema com o Estado do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O Senador Aloizio Mercadante vem aqui e faz a defesa de São Paulo, e vão aprovar a matéria para São Paulo.

Vou pedir verificação de quórum.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, peça!

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Acompanho o Senador Luiz Otávio na verificação de quórum.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – RR) – Sr. Presidente, esclareço que o Tribunal de Campinas não aumenta a despesa, regulamenta o que já existe. Apenas dá estabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 898, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia de 27 de julho do corrente ano, do Senhor Luís Ercílio do Carmo Faria. O Bacharel em Direito Luís Faria, foi Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Pará, marcando a sua gestão pela competência, transparência e eficiência, funcionário público aposentado como ex-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Doutor Luís Faria deixa viúva a Sra. Esmeralda Serra Sanches, quatros filhos e vários netos, deixa também, como legado, o seu exemplo de gestor, do elevado espírito público e de cidadania, sempre em defesa dos interesses do povo paraense.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar do Senado Federal seja encaminhado ao Tribunal de Justiça Estado do Pará e à sua família.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

REQUERIMENTO Nº 899, DE 2006

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Louvor ao ex-Deputado Federal Jorge Wilson Arbage por sua posse na

Academia Paraense de Letras, no próximo dia 25 de agosto, ocupando a cadeira de nº 25, patrocinada por Juvenal Tavares e, da qual, o último ocupante foi o saudoso acadêmico José Maria Barbosa.

Justificação

Jorge Arbage, nascido em Belém do Pará em 17 de fevereiro de 1924, começou sua vida pública em 1959 quando foi eleito prefeito do Município de Capanema, Estado do Pará. Em 1966, deu início a sua vida parlamentar, elegendo-se Deputado Estadual e na seqüência, Deputado Federal por quatro mandatos consecutivos, honrando o povo do Pará em seus mandatos, participando ativamente de diversas Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados. Destacou-se positivamente em todas as fases dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, onde teve papel de destaque e prestou inestimáveis serviços ao Brasil, exercendo os cargos de 2º Vice-Presidente e de Corregedor da Mesa Executiva.

Como jornalista e advogado foi autor de vários livros, entre os mais aclamados “Nos Bastidores da Política”, “O Pará no Cenário Nacional” e o “Pará na Assembléia Nacional Constituinte”.

O Dr. Jorge Wilson Arbage, ao longo de sua vida, ocupou com honradez vários cargos públicos, tornando-se uma referência para o povo paraense, sendo um defensor incansável do Estado do Pará e da Região Amazônica.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor do Senado Federal, além de ser encaminhado ao homenageado, seja encaminhado à Academia Paraense de Letras e ao jornal **O Liberal**, onde Jorge Arbage foi articulista.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

É evidente a falta de quórum. Se não houver acordo, vou encerrar a sessão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Valmir Amaral, Romero Jucá, Edison Lobão e Ney Suassuna e a Srª Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, a “Precarização” do emprego no Brasil.

Conjugada a queda no ritmo da criação de vagas formais – com carteira assinada – em 2006 – o mercado de trabalho vem revelando uma “Precarização” do emprego no Brasil.

A velocidade das demissões de pessoas com maior escolaridade é hoje superior às contratações. entre os menos escolarizados, ocorre o inverso.

O destaque dos últimos 12 meses – de maio de 2005 a maio de 2006 – é justamente a velocidade na criação de empregos para analfabetos e para pessoas que têm até a 4ª série do ensino fundamental completo.

Entre os trabalhadores mais educados – a partir do 2º grau incompleto até o superior completo -, destaca-se o oposto: o ritmo das demissões é maior que o das contratações.

Atualmente, é a região nordeste quem puxa para cima a média nacional de contratação de analfabetos. aumentou 36,4% a admissão de pessoas sem nenhum estudo na região nos últimos 12 meses.

Já a diminuição no ritmo de contratações de trabalhadores mais escolarizados se dá praticamente em todas as regiões.

Segundo estimativas do economista Marcio Pochmann, especialista em trabalho da Unicamp, de cada 10 empregos criados hoje no Brasil, 9 pagam só até dois salários mínimos.

Como destacam os especialistas na matéria : a despeito de não podermos reclamar da contratação de pessoas com baixo nível escolar, em vez de aumentarmos a média do emprego e da renda para todos, estamos nivelando por baixo.

Dado relevante: a grande totalidade dos países cresceu com trabalho qualificado e uma classe média relevante. O Brasil está no caminho oposto.

Em resumo: a despeito da criação de 4,3 milhões de empregos formais no governo Lula, o Brasil dos últimos 12 meses piorou a qualidade de sua mão-de-obra.

Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que o jornalista Villas-Bôas Corrêa retrata em artigo publicado nesta quarta-feira, com a sua habitual acuidade, o difícil momento vivido pelo Parlamento e pelas instituições nacionais.

Ao introduzir o tema do artigo jornalístico, o jornalista político do **Jornal do Brasil** enfatiza que a “longa e interminável temporada de escândalos da praga da corrupção esgotou a paciência, a capacidade de indignação da população”.

Os alertas emitidos pelos formadores de opinião, estampados nas pesquisas de opinião, nos editoriais e artigos dos articulistas, são muito claros e não deixam margem de dúvida: há um distanciamento e uma descrença profunda do povo brasileiro com relação ao

Congresso Nacional e os seus representantes. É um fosso que se amplia e que inspira reflexão de todos que estão investidos de mandato popular nesse País.

O jornalista Villas-Bôas Corrêa de forma corajosa e lúcida emite o seu diagnóstico: “Sozinho, sem ajuda, o Parlamento não sai da cisterna em que se emporcalhou.”

É contundente essa avaliação mas fiel ao sentimento predominante nas ruas, esquinas e praças públicas pelos quatro cantos da nação. Não é possível ignorar ou se abrigar sob a peneira para tentar impedir a realidade solar.

O jornalista conclui o seu artigo conclamando o povo a protestar e fazer uso do voto como instrumento das mudanças: “... que o povo proteste e use o voto como arma da cidadania consciente e possessa”. E

arremata Villas-Bôas Corrêa: “A raiva, bem utilizada, é um santo remédio. Cura até sem-vergonhice”.

Nesse contexto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais da Casa, do artigo “O Congresso pede Socorro”, publicado na edição do dia 02 de agosto de 2006, do Jornal do Brasil, de autoria do decano dos jornalistas políticos do Brasil, o respeitado e competente Villas-Bôas Corrêa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Congresso pede socorro

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ALONGA E INTERMINÁVEL TEMPORADA de escândalos da praga da corrupção esgotou a paciência, a capacidade de indignação da população. As novidades de cada dia escorrem pela alarmante indiferença, pelo conformismo que se resguarda na justificativa de que não há conserto para o que nasce torto ou que o exemplo vem do alto.

A safra de cada dia acrescenta novo estouro que poucos ouvem e prestam atenção. Muitas são notícias requentadas ou ampliadas, como a repulsiva decisão da quase unanimidade dos partidos de garantir a legenda, para disputar a reeleição, aos investigados pela CPI dos Sanguessugas - a bandeira recordista do governo do presidente-candidato Lula e, não por acaso, o PT foi o primeiro a perdoar, entre lágrimas, até parlamentares denunciados pelas CPIs dos Correios e dos Bingos e pelo Conselho de Ética e assegurar-lhes vaga na chapa partidária.

As justificativas percorrem a escala do amparo aos companheiros caídos em desgraça à da dependência dos votos dos faltosos para fortalecer o partido.

Cada dia parece que a patifaria passa da conta. Qual, a imaginação dos espertos é um saco sem fundo. As suspeitas de ligação dos ex-ministros da Saúde do governo Lula Humberto Costa (PT) e Sa-

raiva Felipe (PMDB) com a máfia das ambulâncias forçaram o relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), a criar uma sub-relatoria para investigar o Executivo. E na fila dos suspeitos perfilam-se também os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Ora, sem Congresso não há democracia. Convém lembrar o truismo enquanto é tempo de sa-

A raiva, bem utilizada, é um santo remédio. Cura até sem-vergonhice

culdir a campanha da pasmeira do desempenho dos candidatos que lideram as pesquisas, convocando-os a assumir a limpeza do Legislativo.

Pode ser cômoda a desculpa eterna, que invoca a soberania dos poderes, para fugir dos riscos da inequívoca responsabilidade diante da ameaça de uma recaída na aventura da crise institucional.

Sozinho, sem ajuda, o Parlamento não sai da cisterna em que se emporcalhou. E o eleitor não fará sua parte sem a mobilização da sociedade, pela iniciativa das tradicionais lideranças.

O candidato presidente disse todas as coisas em seu repertório e da autoloração do maior governo de todos os tempos. Os sinais de alerta da lista do Eleitorado rondam o seu favoritismo e alertam para a urgência de uma correção da rota da sociedade para a aterragem na dura realidade.

Convém puxar a aba do paletó do candidato oposicionista, o tucano Geraldo Alckmin, para temperar o discurso com as pitadas de sal da denúncia da falência do Congresso.

O horário eleitoral em rede de rádio e TV, que começa dia 15, é a esperança para massificação do protesto que necessita sair à rua. O voto nulo é a fuga, não é o grito de indignação. Se os partidos se acumpliciam com a manobra da absolvição dos envolvidos nos assaltos aos cofres da viúva - do valerioduto que abasteceu o caixa 2 para o financiamento das campanhas do presidente Lula, do PT e aliados; do mensalão para a compra e aluguel de parlamentares - e, agora se esquivam diante do lamaçal podre da compra de ambulâncias e ônibus escolares superfaturados, a insensatez covarde desagrará na pregação golpista.

É duplamente calhorda e purlha a escusa dos candidatos e dirigentes partidários em aprovar a análise do flagelo da

corrupção com a desculpa de que as urnas não renovarão os mandatos dos ladrões. Só a extensão da lista dos citados nos relatórios das CPIs, da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público, da Polícia Federal e outros confirmam a dificuldade do eleitor para a triagem do joio misturado com o trigo.

E não é só. Compete aos partidos; aos estudantes, às entidades de classe, aos segmentos organizados da sociedade a liderança que esclareça a inutilidade do voto nulo, que só ajuda os corruptos, e iniciar o debate que imponha aos candidatos o compromisso claro com a proposta de reforma política abrangente.

Se deixar por conta do Congresso, o corporativismo passará a mão pela cabeça dos companheiros injustiçados. E não irá além dos remendos óbvios como o financiamento público das campanhas, o controle e redução das emendas de parlamentares ao Orçamento e outras panacéias, úteis, mas insuficientes.

Para cortar as pelancas das mordomias, dos privilégios, da semana de três dias é preciso que o povo proteste e use o voto como a arma da cidadania consciente e possessa.

A raiva, bem utilizada, é um santo remédio. Cura até sem-vergonhice.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “Eu tenho um sonho! Eu tenho um sonho de que um dia este País irá se levantar e viverá o verdadeiro significado de seu credo (...). Agora é a hora de fazer com a que Justiça seja uma realidade para todos os filhos de Deus! Agora é a hora de tornar reais as promessas da democracia”.

Essas são palavras extraídas do histórico discurso proferido pelo Reverendo Martin Luther King, no dia 28 de agosto de 1963, durante a Marcha sobre Washington por Empregos e por Liberdade. Apesar de terem sido pronunciadas há mais de 40 anos, e num outro contexto político, elas ainda permanecem bastante atuais. Principalmente se considerarmos a realidade de nossas crianças, por esse Brasil afora.

Não raro, Sr. Presidente, quando me dirijo ao Senado, observo meninos e meninas perambulando pela rua, sem rumo, sem destino. São centenas de pedintes que ficam nos sinais de trânsito, cheirando cola, esmolando uns trocados e fazendo malabarismos para sobreviver. Infelizmente, essa dura e triste realidade não é um fenômeno apenas do Distrito Federal, mas de todo o País. Enquanto houver uma única criança sem pão e sem teto, não poderemos dizer que vivemos numa democracia; não poderemos dizer que o Brasil é o país do futuro, porque as crianças são as sementes do amanhã! Se, hoje, não assegurarmos a nossas crianças o mínimo de dignidade e de justiça, que futuro poderemos ter?

Quando me refiro à dignidade e à justiça, não estou me restringindo unicamente às crianças que vivem nas ruas. Refiro-me a toda sorte de desrespeito aos direitos da criança, a todas as barreiras que impedem que nossas crianças tenham uma infância saudável; que sejam, enfim, verdadeiramente crianças!

Nesse sentido, chamo a atenção dos nobres colegas Senadores e Senadoras para as mais diversas formas de violência que, diariamente, são cometidas contra nossas crianças. Em especial, o trabalho infantil merece nosso mais veemente repúdio. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, no Brasil, cerca de cinco milhões e quinhentas mil crianças e adolescentes, na faixa etária dos 5 aos 17 anos, estejam obrigadas a exercer alguma forma de trabalho. Na maioria das vezes, elas se dedicam a trabalhos domésticos, em casas de terceiros, afastadas de suas famílias e sem oportunidade de estudar ou de brincar. Mas, elas também se dedicam a trabalhos informais, compondo um exército invisível de mão-de-obra, que está sujeita a toda sorte de exploração.

Uma dessas formas de exploração que mais me revolta, e creio que a todos os homens e mulheres

de bem neste País, é o trabalho infantil nos lixões. É de cortar o coração, Senhor Presidente, ver aquelas crianças catando lixo para sobreviver! Será que elas não merecem uma sorte melhor do que essa? No Brasil, são poucos os dados oficiais sobre a situação real das crianças e dos adolescentes que, do lixo, tiram seu ganha-pão, e o de suas famílias, separando e vendendo material reciclável no mercado informal. Entretanto, de acordo com o UNICEF, em 46% dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes existem crianças nos lixões. Ainda segundo essa mesma fonte, há cerca de 45 mil crianças em nosso País que trabalham no lixo, realizando um serviço desumano. Ficam expostas a cacos de vidro, a ferros retorcidos, a alimentos contaminados por resíduos químicos e até mesmo a agulhas usadas em hospitais! Por isso, não são raros os casos de doenças causadas pela proximidade com o lixo.

O mais comovente de tudo isso é que, apesar de serem crianças que não têm infância, mesmo assim elas conseguem brincar. Entre garrafas e latinhas de alumínio, elas buscam e encontram no lixo os brinquedos que seus pais não podem comprar. No lixão de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, por exemplo, o material mais coletado são as bonecas e os carrinhos, que representam 16% de tudo o que se tira do lixo.

Mas há outras formas de violência, igualmente aviltantes, sendo perpetradas contra nossas crianças. Por exemplo, são inúmeros os casos de abuso sexual cometidos todos os dias, notadamente o chamado “turismo sexual” e a pedofilia. Sabemos que o problema é sério. Apenas a título de ilustração, dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostram que a exploração comercial de crianças e de adolescentes foi identificada em 932 municípios brasileiros; por sua vez, o Disque Denúncia Nacional, serviço coordenado por aquela Secretaria, recebeu quase 15 mil denúncias de abuso sexual contra crianças, no período de 15 de maio de 2003 a 15 de fevereiro de 2006. Só por esses números, já é possível perceber a gravidade da situação, porque a grande maioria dos casos de abuso sexual contra crianças certamente não entra nas estatísticas, de vez que não são denunciados às autoridades competentes.

Mas a tragédia não pára por aí! As profundas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira produzem outras formas igualmente perversas de roubar de nossas crianças o direito à infância. Cito, por exemplo, as que estão envolvidas com o tráfico e com o plantio de entorpecentes. Esta, sem dúvida, é uma das piores formas de violência contra nossas crianças, porque ao mesmo tempo em que lhes retira o tesouro da inocência, as insere no caminho sem volta do narco-

tráfico e do crime organizado. Há ainda uma agravante nefasta: estudos realizados por especialistas apontam para a diminuição progressiva da idade das crianças aliciadas pelo tráfico de drogas! Aliás, considero oportuno mencionar que essa questão do envolvimento de crianças com o comércio ilícito de entorpecentes foi retratada com a maior propriedade pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2002, num estudo intitulado “Crianças no Narcotráfico: um diagnóstico rápido”. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de um indispensável subsídio para a formulação de políticas públicas relacionadas ao tema.

É importante ressaltar, Senhor Presidente, que toda essa situação, digna de nossa maior repulsa, não ocorre por falta de leis que protejam nossas crianças. Ao contrário, leis existem, e muitas! Em termos jurídicos, o Brasil avançou significativamente nos últimos 20 anos, servindo até mesmo de referencial para o resto do mundo. A começar pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, que adota o princípio da proteção integral à criança e à adolescência, insculpido em seu artigo 227. Posteriormente, a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, reafirma e reforça a tese constitucional de máxima proteção, garantindo à criança todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que a infância possa ser vivenciada saudavelmente, em sua plenitude. No que diz respeito ao trabalho infantil e juvenil, registramos a existência da Lei n.º 10.097/00, conhecida como “Lei do Aprendiz”, a Lei n.º 10.748/03, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e a Lei n.º 10.940/04, que complementa o sistema de incentivos ao primeiro emprego. Todos esses diplomas legais, ao mesmo tempo em que vedam a participação do menor de 14 anos no mercado de trabalho, estimulam a obtenção de empregos formais pelos maiores de 16 anos.

Uma rápida leitura dessas normas é suficiente para desnudar a distância abissal que existe entre a lei e a dura realidade enfrentada pelas crianças brasileiras! Afinal, são 18 mil crianças espancadas diariamente no País; são 120 mil mortes anuais de crianças, antes de completarem o primeiro ano de vida, e de cada 100 que ingressam na escola, 41 não concluem o ensino fundamental¹. Com isso, não estou querendo dizer que a lei é inútil, ou uma letra morta. De forma nenhuma! A lei é o primeiro passo para implementar políticas públicas capazes de alterar de fato a trajetória dos acontecimentos, oferecendo novos horizontes de vida para essas crianças.

Então, se possuímos o arcabouço jurídico para eliminar de nossa sociedade essa chaga vergonhosa,

que é o desrespeito aos direitos da criança, por que não o fazemos? O que falta, Sr^{as} e Srs. Senadores?

Basicamente, eu diria que faltam políticas públicas que ofereçam melhores condições de vida às famílias de nossas crianças; falta um maior engajamento da sociedade civil e do empresariado na solução desses problemas; falta, sobretudo, uma política educacional consistente, que esteja voltada para a formação global do ser humano, de um verdadeiro cidadão, no sentido mais amplo do termo. Sem isso, não conseguiremos resgatar a imensa dívida social que possuímos com as crianças brasileiras.

Educar não é apenas transmitir conhecimentos; é, fundamentalmente, transmitir valores que serão o alicerce das condutas do homem de amanhã! Sabemos muito bem que não há como edificar uma casa sem os alicerces! Os valores morais e éticos são os alicerces da convivência social! Na nobre e sublime tarefa de educar, a família possui papel nuclear. É ela a célula *mater* da sociedade, onde tudo começa. É nela que devemos focar nossa atenção, para que a criança cresça num ambiente saudável, próspero e feliz. Por isso, não há como resolver os problemas da criança se não resolvermos os problemas do desemprego, da pobreza e da miséria, problemas estes que afetam diretamente uma enorme fatia das famílias brasileiras e constituem as raízes estruturais do desrespeito aos direitos das crianças.

A experiência internacional nos mostra que a educação é a chave para mudar essa triste realidade. Países que, no passado recente, estavam condenados à estagnação, como a Espanha, a Coreia do Sul e a Irlanda, deixaram para trás a periferia do planeta graças a investimentos pesados em educação e na produção de conhecimentos. A Coreia do Sul, por exemplo, até a década de 1960, possuía metade do PIB do Brasil; graças aos investimentos em educação, hoje possui o dobro do PIB **per capita** brasileiro. E esse é apenas um, dos muitos exemplos que poderiam ser citados.

Estudos do Ministério da Educação apontam para o fato de que precisaríamos investir cerca de 120 bilhões de reais por ano, nos próximos cinco anos, para dar um salto de qualidade em nosso sistema educacional; hoje, a União, os estados e os municípios, juntos, investem apenas 50 bilhões de reais/ano. Vou mais adiante: a questão principal não é somente investir mais recursos; o fundamental é investir mais e melhor!

Digo isso, Sr. Presidente, porque apesar de todo o dinheiro que aplicamos em educação, nosso sistema de ensino ainda é muito deficiente. O dado mais contundente da falência de nossas escolas é que 47 milhões de pessoas acima dos 15 anos de idade não conseguem ler e escrever satisfatoriamente. Vejam bem,

47 milhões de pessoas! É mais do que a população da Argentina! Outro número impressionante: apenas 59 de cada 100 alunos que entram na escola concluem seus estudos! Mais ainda: 45% dos alunos do ensino fundamental não têm acesso a uma biblioteca e 40% das escolas da rede pública não contam sequer com energia elétrica! Diante desses dados, só podemos concluir uma coisa: estamos gastando muito mal o dinheiro do contribuinte – R\$50 bilhões por ano!

Aqui, chegamos a outro ponto capital do meu pronunciamento: a eficiência e a eficácia dos gastos públicos. Sei, Sr. Presidente, que já estou avançando muito meu tempo, mas essa é uma questão que precisamos abordar aqui nesta Casa. Precisamos adotar uma atitude mais vigilante em relação aos gastos públicos, em especial no que se refere à aplicação de recursos em programas voltados à criança e ao adolescente. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU), em recente relatório, reconheceu essa necessidade ao detectar falhas na fiscalização do uso dos recursos públicos federais. Atendem para a gravidade do problema, Senhoras e Senhores Senadores: o TCU constatou que, em 69% do total de pendências de prestações de contas de convênios e contratos de repasse, os beneficiados das transferências entregaram a prestação de contas e ficaram habilitados a receber novos recursos da União, sem que fosse fiscalizada a regularidade da aplicação dos recursos já recebidos. Isso significa que quase 70% dos beneficiários de recursos da União podem estar aplicando o dinheiro do contribuinte de forma inadequada, ineficaz ou ineficiente! E o pior: continuam tendo acesso a novos recursos!

Relembro aos nobres colegas, que é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 49, inciso X, da Constituição Federal. Temos nas mãos os instrumentos para isso, instrumentos inerentes à própria atividade parlamentar, tais como requerimentos de informação, trabalhos das comissões permanentes e de inquérito e o exercício das atribuições constitucionais referentes ao orçamento e às contas do governo. Entretanto, é forçoso reconhecer que atividades esporádicas não substituem um trabalho bem estruturado e sistemático de acompanhamento e de avaliação!

Partindo dessa premissa, e considerando a realidade dramática de milhares de crianças brasileiras, é que resolvi apresentar Projeto de Resolução criando uma subcomissão permanente, destinada a fiscalizar a execução dos programas voltados à criança, como forma de garantir que os recursos públicos consignados no orçamento sejam efetivamente aplicados. É nosso dever zelar para que essa aplicação se faça, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas sobretudo

qualitativo: é preciso aumentar os gastos com nossas crianças, mas aumentar com qualidade, com eficiência e com efetividade. No ano passado, por exemplo, investimos mais de R\$12 bilhões nos programas do chamado “Orçamento Criança”. Mas, diante de constatações como as efetuadas pelo TCU, de falhas na fiscalização do uso do dinheiro público, eu pergunto: será que todos esses 12 bilhões foram bem empregados? Será que esses R\$12 bilhões chegaram de modo eficiente e efetivo ao seu destino? Precisamos dar respostas à sociedade brasileira, que paga nossos salários! Ainda mais: precisamos aumentar a dotação orçamentária dos programas governamentais voltados à infância. Não podemos mais tolerar que o Estado brasileiro destine quase 70% do Orçamento aos chamados “Encargos Especiais”, ou seja, à liquidação de dívidas, às transferências de recursos e ao refinanciamento da dívida pública federal. Enquanto isso, os gastos com Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social somam pífios 6,5% do bolo orçamentário! A julgar pelos números apresentados, somos obrigados a concluir, Senhor Presidente, que o Governo que aí está considera mais prioritário pagar os juros aos banqueiros do que colocar o pão e o leite na mesa do café da manhã das nossas crianças! Precisamos dar um basta a essa situação e inverter as prioridades.

No Projeto de Resolução que ora proponho, a Subcomissão Permanente da Criança seria criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que é a Comissão que possui as competências regimentais para exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Dessa forma, estaremos fazendo a nossa parte! É nosso dever, na condição de homens públicos, pensar as soluções para o Brasil, propor meios de implementá-las e fiscalizar seu efetivo cumprimento. Não podemos deixar apenas a critério do Executivo a tarefa de zelar pelas crianças brasileiras.

Mas, apenas essa medida será suficiente para melhorar a vida de nossas crianças?

Óbvio que não! Ela é um instrumento a mais, extremamente importante, e que irá nos auxiliar muito na tarefa de garantir que a aplicação dos recursos públicos seja efetiva e focada. Contudo, Senhoras e Senhores Senadores, precisamos ir além! Precisamos envolver toda a sociedade brasileira numa cruzada cívica em prol do fortalecimento da família, em prol de uma educação com qualidade para todos os brasileiros. Igualmente fundamental é a participação do empresariado, gerando empregos, produzindo riquezas e assumindo com as nossas crianças um compromisso decisivo de construir um Brasil melhor, livre da fome,

da marginalidade e da miséria. Como já disse o Presidente Tancredo Neves: “Enquanto houver neste país um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa”.

É por ter plena consciência disso, Sr. Presidente, e já concluindo, que reafirmo, neste momento, as palavras do Reverendo Martin Luther King, citadas no início de meu discurso:

“Agora é a hora de tornar reais as promessas da democracia”!

Crianças: vocês são a semente do nosso futuro, a semente de um novo Brasil, de uma nova humanidade! Como diz a bela música de Milton Nascimento e Wagner Tiso, “Coração de Estudante”:

“(...) há que se cuidar do broto Pra que a vida nos dê flor e fruto (...)
E há que se cuidar da vida
E há que se cuidar do mundo(...)
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes: planta e sentimento
Folhas, coração, juventude e fé.”

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está, devagarinho, conseguindo passar de ano em matéria educacional. Nos últimos anos, matriculamos no ensino fundamental praticamente todas as crianças entre 7 a 14 anos. São 30 milhões de jovens freqüentando a escola, e nos conforta saber que eles estão semeando o futuro do País. Mas isso só não basta. Precisamos continuar a fazer o dever de casa. A próxima tarefa é incrementar a própria escola, torná-la cada vez mais interessante e adequada aos novos tempos.

Na era da informação e do conhecimento, não temos tempo a perder na formação de nossas crianças e adolescentes. Por isso, felicito o Ministério da Educação, liderado pelo competente Ministro Fernando Haddad, pela publicação da edição de junho da revista Cadernos do MEC, que traz como tema principal a qualidade do ensino no Brasil. O aperfeiçoamento do sistema de educação é, sem dúvida, um dos temas mais caros à Nação para os próximos anos.

Essa é uma tarefa coletiva, que deve ser feita por toda a sociedade: Governo, Congresso, educadores, pedagogos, pais e crianças. O Governo Federal tem feito sua parte. A melhoria da qualidade do ensino foi eleita como prioridade da atual gestão e as ações tomadas até agora corroboram esta perspectiva. Um exemplo é a Lei que estendeu o ensino fundamental de oito para nove anos, sancionada pelo Presidente

Lula em fevereiro. A nova regra permitirá às crianças em fase pré-escolar ingressarem um ano mais cedo na escola, o que está de acordo a mais moderna teoria pedagógica. Dados e estudos indicam que crianças que freqüentam a pré-escola costumam ter melhores notas e níveis menores de repetência e de evasão escolar.

Esse processo já vinha ocorrendo em algumas escolas e, agora, será estendido a todas as crianças do Brasil. As escolas terão um prazo até 2010 para fazerem a transição para o novo currículo, sem perda da qualidade do ensino. Evidentemente, a inclusão desse ano adicional será acompanhada de uma reformulação do currículo pré-escolar e respeitará o nível de desenvolvimento da criança nessa faixa etária.

Outra área que merece total atenção é o ensino médio. Neste nível educacional, um dos maiores desafios é manter as crianças na escola, já que hoje, apenas um em cada três jovens brasileiros chega ao ensino médio. Consoante essa dificuldade, parablenho esta Casa mais uma vez pela aprovação da PEC que criou o Fundeb, relatada pelo nobre Senador José Jorge, e aquiescida por unanimidade entre nós. O ensino médio será um dos grandes beneficiados pelos recursos do fundo, bem como o ensino fundamental e o profissionalizante, que atenderá ao todo um universo de 48 milhões de estudantes.

O Fundeb não será apenas mais dinheiro para a Educação. Ele auxiliará no desenho das diretrizes para a política de gastos públicos na área. Se queremos qualidade na educação, por exemplo, devemos investir na formação de nossos professores. Por isso, um dos pilares do Fundeb é a valorização do magistério. Pelo menos 60% dos recursos do fundo serão destinados a ampliar a remuneração de professores do magistério; o restante será direcionado à melhoria na infra-estrutura das redes de ensino.

A distribuição de recursos será inteligente, privilegiando os municípios mais carentes e com piores índices educacionais. Os recursos do Fundeb chegarão a R\$ 50 bilhões por ano, contra apenas R\$32 bilhões do atual Fundef. Evidentemente, o Fundo de certo garantirá os recursos, mas não significará melhoria na qualidade do ensino por si só. O mais importante é utilizá-los da maneira correta, sem desperdícios, porque sabemos que cada centavo investido na educação tem um peso de ouro.

Enquanto isso, temos de trabalhar com o dinheiro que já está disponível. O Governo Federal tem se empenhado nessa tarefa. Todos os sete milhões de alunos que freqüentam o ensino médio público no País já contam com livros didáticos de Matemática e Português para prosseguirem adequadamente seus estudos. No próximo ano, será a vez de receberem o material de

Biologia até que seja possível, em um futuro próximo, distribuir todo o material didático, padronizado, aos alunos da rede pública.

Os professores são tão importantes quanto os alunos. O MEC segue organizando cursos de formação de professores por todo País. Em 2005, 45 mil professores participaram de cursos de qualificação, número que será ampliado para 300 mil neste ano. O objetivo é fazer cumprir o que determina a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que determina que todos os professores da educação básica tenham formação de nível superior até 2007. Cerca de 13,9% dos docentes no ensino fundamental ainda não reúnem os requisitos suficientes para o exercício da profissão, mas esse percentual está encolhendo cada vez mais. São diversos programas de qualificação, formatados de acordo com a necessidade e o perfil de trabalho de cada educador, como o ProInfantil, o Pró-Licenciatura, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, o ProFormação, entre outros.

Destaco também a inclusão do ensino de Espanhol no currículo escolar. É, definitivamente, um olhar para o futuro, que prepara nossos jovens para a integração com a América Latina, dada a proximidade territorial e cultural de nossos “hermanos” vizinhos. Fico particularmente feliz porque representa a realização de um sonho: a entrada do Espanhol como disciplina foi objeto de proposição legislativa minha há três anos e finalmente se tornou realidade. Em cinco anos, de acordo com a Lei aprovada no ano passado, todas as escolas de ensino médio deverão oferecer o Espanhol obrigatoriamente em seus currículos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos de fato pensar a escola, discuti-la, torná-la cada vez mais atraente e útil na formação de nossas crianças e adolescentes, como debate essa revista “**Cadernos do MEC**”. Hoje, pouco mais da metade dos estudantes do ensino fundamental termina esse nível. Faço menção especial à escola pública, que encontra dificuldades para acompanhar o nível da rede privada de ensino mas atende 86% das crianças brasileiras matriculadas no ensino básico. Somente investindo no ensino fundamental, médio e profissionalizante, sem discriminação, poderemos democratizar o acesso ao ensino superior.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal firmou nesta semana, em solenidade no Palácio do Planalto, novos contratos para a compra de biodiesel. Seis empresas de refinaria se comprometeram a fornecer à Petrobrás, até o final de junho de 2007, 170 milhões de litros de biodiesel. Este é o segundo lote adquirido pela Petrobrás em leilão

público. O biodiesel arrematado, segundo o Ministério de Minas e Energia, será revendido às distribuidoras de combustível para a mistura ao diesel convencional. O volume total negociado até agora alcança 840 milhões de litros.

Sempre que tomo conhecimento de informações sobre propostas ou execução de idéias criativas e de alto interesse para a economia brasileira – como agora vem acontecendo com o aproveitamento da nossa biomassa -, vêm à minha mente, Senhor Presidente, ao menos dois fatos: o primeiro, o da persistente luta do senador Alberto Silva que, nesta Casa, tem oferecido da tribuna formidáveis aulas sobre a necessidade de se explorar com inteligência os bens naturais com que a natureza privilegiou o Brasil. E Sua Excelência demonstra, com dados matemáticos, todas as suas teorias infelizmente não devidamente aproveitadas pelo Poder Executivo.

O segundo fato refere-se à minha própria luta, no mesmo sentido das pregações de Alberto Silva, para o aproveitamento das energias alternativas: o projeto 27 de 1996, que cria o “Programa de Incentivos a Energias Renováveis”, aprovado pelo Senado, e os repetidos discursos que já proferi nesta Casa sobre o assunto. A 2 de fevereiro de 1998, disse em discurso que chegara o momento para se estimular as energias alternativas. A 1º de setembro de 2000, enfatizei que “salta aos olhos que devíamos dar atenção prioritária às pesquisas sobre o aproveitamento econômico das energias alternativas, pois elas a nós se oferecem como dádivas não aproveitadas”. A 19 de abril de 2001, entre outros pronunciamentos, referi-me a críticas da imprensa em torno do irrisório investimento que se fazia na pesquisa das chamadas energias alternativas, inclusive a relativa à biomassa.

E enfim, no ano passado, tive a honra de ser o relator, aqui no Senado Federal, da Medida Provisória nº 227, de 2004, que dispunha sobre a questão do biodiesel. Proposição de grande importância social, que parece ter dado efetivo início ao reconhecimento do peso que o biodiesel já está significando para a economia do nosso País, sem agressões ao meio ambiente e como um gerador da inclusão social de populações de pequenos agricultores em diversas áreas do nosso território.

Os novos contratos para a compra de biodiesel nos proporcionam, portanto, grande júbilo, pois o País dá um passo importante na formação de condições que enriquecem a nossa infra-estrutura. Segundo o Ministério de Minas e Energia, o montante negociado é suficiente para atender à demanda a partir de janeiro de 2008, quando todo o óleo diesel comercializado no país deverá ter 2% de biodiesel, obrigatoriamente.

Cerca de mil postos já vendem biocombustível no Brasil. Até o final deste ano, esse número deve chegar a pelo menos três mil. Como disse o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, na oportunidade de assinatura dos contratos:

“O biodiesel é muito mais do que um combustível. É uma máquina de desenvolvimento e resgate do homem do campo, além de um grande influenciador do desenvolvimento de novas tecnologias.”

Nada obstante, nesses instantes de uma campanha eleitoral que se inicia, a edição da última segunda-feira da “Gazeta Mercantil” destaca a preocupação com o fato de que o setor de infra-estrutura ainda não recebeu, por parte dos candidatos à Presidência da República, propostas claras de programas de governo. Parece ter sido esquecido pelos presidenciáveis. A praticamente dois meses das eleições, representantes do setor dizem desconhecer propostas para os setores de transporte, energia e telecomunicações.

Muito tem se falado, nos acalorados debates políticos pré-eleitorais, de temas de intenso interesse para a população, tais como geração de empregos, distribuição de renda, inclusão social, etc. No entanto, precisamos ir mais além. Desenvolvimento social somente será alcançado com o fortalecimento da nossa economia como um todo, que, por sua vez, só crescerá a taxas significativas se o País superar os seus “gargalos” na área de infra-estrutura. As políticas sociais assistencialistas, necessárias em certos contextos, não podem ser perenizadas. A população almeja postos de trabalho que assegurem, inclusive para as futuras gerações, uma qualidade de vida digna.

Nesse passo, entidades de peso, tais como a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) preparam documentos, a serem encaminhados aos candidatos presidenciais, sobre os problemas de infra-estrutura. Entre as suas reivindicações, antecipadas pelo jornal paulista, estão a necessidade de estímulos aos investimentos privados, tornando mais ágeis as Parcerias Público Privadas (PPPs) e concessões; a criação de mecanismos que acelerem a resolução de impasses ambientais; a reestruturação e ampliação das malhas ferroviária e rodoviária; a defesa de um projeto para redefinir o papel das agências reguladoras, que está parado no Congresso há dois anos; e a instituição de um marco regulatório para o mercado de gás natural.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre a questão das licenças ambientais, cuja delonga dos processados tanto tem prejudicado o avanço de muitas iniciativas, vale o registro da dificuldade de ser liberada

pelo IBAMA a licença de instalação para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Este é um projeto – situado no rio Tocantins, entre o Maranhão e o Tocantins – pelo qual tenho lutado há mais de 15 anos! Irá gerar 1.109 megawatts, promovendo uma revolução econômica e social em toda a região tocantina, e propiciando a geração de três mil a cinco mil empregos diretos, com o conseqüente fortalecimento do comércio e dinamização da economia da região.

Infelizmente, problemas que considero menores estão comprometendo a execução desse grande empreendimento, congelando um investimento superior a US\$1 bilhão!

Este é um exemplo de como importantes obras de infra-estrutura podem ser paralisadas por atraso na conclusão de processos burocráticos.

Tenho esperanças de que o debate eleitoral inspire o surgimento de propostas que busquem alavancar e priorizar novos temas para a nossa agenda política, econômica e social.

1 – Fonte: UNICEF/1999.

O Brasil precisa retomar a rota de reformas necessárias ao desenvolvimento do País, para atrair novos investimentos, consolidar os projetos em andamento, e para possibilitar a geração de empregos e renda para todos.

Faz-se urgente maior estímulo à produção; é inadiável uma reforma fiscal que possibilite a redução da carga tributária; que surjam idéias para a maior desregulamentação de alguns setores da economia; e que haja mudanças em nossa ultrapassada legislação trabalhista e sindical, e que surjam não só investimentos, mas o melhor modo de aplicá-los na Educação e Saúde.

São esperanças de uma classe política que, no Congresso Nacional, jamais negará apoio a medidas que reflitam as aspirações do brasileiro por um desenvolvimento sustentável, correspondendo à importância do País e do nosso povo no concerto internacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

(Os boinas azuis foram ao SUEZ, conquistaram o Nobel da Paz e mereceram o esquecimento?)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num de seus cadernos “Cidades” publicado aos domingos, 29 de fevereiro, o **Correio Braziliense** publicou reportagem sobre dois ex-integrantes, residentes no Distrito Federal, da Força de Emergência da Organização das Nações Unidas (Unef), cujos soldados são chamados

“boinas azuis” e que, entre 1957 e 1967, estacionou ao longo da Linha de Demarcação do Armistício (ADL), estabelecida entre Egito e Israel, para evitar que forças de qualquer dos lados cruzassem a fronteira.

A Unef foi uma missão de paz criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em atendimento à solicitação do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, que teve a região da península do Sinai invadida por ingleses, franceses e israelenses contrariados pela nacionalização do canal de Suez.

Essa importante passagem de navegação era controlada, até então, por uma associação daqueles países europeus, que se sentiram contrariados pela decisão nacionalista de Nasser. Israel, alegando interesses de segurança nacional, resolveu também invadir a região hoje conhecida como Cisjordânia, bem como a faixa de Gaza.

Ora, o conflito árabe-israelense, que se arrasta desde 1948, quando foi decidida pela ONU a criação de um Estado nacional para os judeus e um para os palestinos, era então sangrento tanto quanto o é hoje.

Qualquer conciliação continua fora do horizonte, e naquele tempo os ânimos estavam ainda mais acirrados e dramatizados pelo confronto ideológico e estratégico então existente entre o Ocidente capitalista e a União Soviética.

Por isso a ONU decidiu enviar uma força de paz internacional para vigiar a linha demarcatória do armistício, de modo a manter separados os beligerantes.

O Brasil, juntamente com outros nove países, enviou destacamentos militares para a área, ficando o Brasil com um trecho situado na faixa de Gaza da linha demarcatória, com base na localidade palestina de Rafah.

Ao longo dos mais de dez anos, foram vinte contingentes brasileiros, cada um com cerca de 600 homens, enviados em missão de paz ao Oriente Médio, perfazendo um total de cerca de 6 mil soldados e oficiais.

Lá, nossos homens enfrentaram toda sorte de dificuldades, entre as quais se destacam o clima severo do deserto – com extremos de temperatura entre o dia calcinante e a noite gelada —, os problemas de comunicação com os habitantes locais, falantes de línguas muito diferentes da nossa, e de culturas também estranhas para os nossos, a má qualidade da água, a exposição ao contágio de inúmeras doenças e à picada de insetos peçonhentos, além dos riscos inerentes ao simples fato de se encontrar em meio à artilharia de dois inimigos irreconciliáveis, tendo de manter um afastado do outro.

Nessas condições, o soldado brasileiro revelou sua capacidade de adaptação e de improviso, surpreendendo os integrantes das forças dos outros países

componentes da ADL com soluções nada ortodoxas para manter em funcionamento, à falta de suprimentos de reposição, as viaturas e os equipamentos de comunicação.

Consta que a palavra “macete” teria entrado para os vocabulários até mesmo de suecos, iugoslavos, tchecos e dinamarqueses. O espírito alegre e confraternizador de nossos soldados também teria contribuído para conquistar a simpatia de todos, das forças em conflito e dos exércitos encarregados da paz.

A Unef foi retirada em 1967, quando o Egito, julgando-se capaz de enfrentar sozinho a ameaça israelense, solicitou à ONU a suspensão da missão. Foi o bastante para Israel atacar, em investida fulminante que entrou para a História com o nome de “Guerra dos Seis Dias”.

O contingente brasileiro foi o último a ser retirado, e chegou a receber “respingos” do conflito que recrudescia. Por tudo isso, os integrantes do Batalhão Suez, como ficou conhecido nosso destacamento, merecem o respeito e o reconhecimento da Nação.

Ou mereceriam, pois a verdade é que pouca gente tem conhecimento deste episódio heróico da história de nosso Exército, e o Estado brasileiro nada fez em benefício dos que seguiram como soldados conscritos e, no retorno, foram desligados da força e liberados para a vida civil, apesar dos traumas psicológicos e apesar da possível contaminação por doenças pouco conhecidas e sem tratamento.

Ao longo dos anos, em diversas ocasiões, parlamentares têm procurado sanar essa injustiça, sem lograr sucesso. Um Projeto de Lei chegou a ser apresentado em 1988, pelo Deputado Federal Alexandre Puzyna, mas foi rejeitado.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, à mesma época, membros das associações de ex-integrantes do Batalhão Suez estiveram aqui no Congresso Nacional, buscando persuadir os constituintes a incluir algum dispositivo que atendesse a seus pleitos, como os que existem em favor dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateram na Segunda Guerra Mundial, e dos chamados “soldados da borracha”, que participaram, na Amazônia, do esforço de guerra durante a mesma conflagração global.

Já na nova ordem constitucional posterior a outubro de 1988, houve pelo menos duas tentativas de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no sentido de conferir aos ex-integrantes da Unef os mesmos direitos que assistem aos *pracinhas* da FEB e aos seringueiros daquela época.

Em 1995, o Deputado Federal Sérgio Barcellos apresentou PEC que dava nova redação ao artigo 54 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), igualando os “boinas azuis” aos “soldados da borracha”.

Mais tarde, em 2001, foi a vez do Deputado Federal Simão Sessim propor alteração do artigo 53 do mesmo ADCT, que trata dos ex-combatentes da Guerra Mundial. Ambos os projetos estão hoje nos arquivos daquela Casa, rejeitados não entendo bem por quê.

Há mais: o valor dos nossos soldados da paz foi, sim, reconhecido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que assinou o Decreto de número 43.800, em 1958, no começo ainda das operações, documento que declarou a missão “Serviço Nacional Relevante”. O significado disso pode até nos parecer obscuro, mas não para o estamento militar, como mostrarei a meus ilustres Pares. Acontece que o Decreto-Lei de número 6.795, de 1944, criou, no Exército, a Medalha de Guerra, destinada a: premiar os oficiais da ativa, da reserva e reformados, e os civis que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referente ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo Governo dentro ou fora do País.

Ora, Srs. Senadores, quer-me parecer que esses soldados, sem sombra de dúvida, incluem-se na categoria dos que prestaram serviço relevante no desempenho de missão especial fora do País. Quer dizer, a soma dos dois dispositivos legais, o de Juscelino e o de Getúlio, fornece um resultado inequívoco: os “boinas azuis” devem ser agraciados com essa condecoração militar.

No entanto, muitas associações de ex-integrantes do Batalhão Suez informam que não receberam até hoje a Medalha de Guerra do Exército, apesar de se enquadrarem explicitamente no texto e no espírito da Lei que a criou.

Entre as Associações dos Ex-Combatentes do Batalhão Suez, gostaria de destacar a Associação dos Boinas Azuis da Paraíba (ABA-PB) presidida por Rosildo Faria Onofre e o trabalho incansável do ex-combatente Salim Dornelas Overney oficiando o pleito, inclusive, ao ex-Secretário_Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar.

Integrada, hoje, por mais de quarenta ex-soldados e algumas viúvas de combatentes, a ABA-PB, além das atividades de congraçamento entre seus membros, nas quais a tônica é a relembração daqueles tempos heróicos, faz-se presentes em inúmeras ocasiões de comemoração cívica, como nas marchas do Dia da Independência, Dia do Soldado ou Dia da Bandeira Nacional, e participa de iniciativas de promoção da cidadania, como cursos de segurança no trânsito ou campanhas anti-drogas.

Por tudo isso, os boinas azuis, mesmo após tantos anos, e apesar da facilidade que temos de esquecer os feitos de nossos heróis, continuam a merecer

o profundo respeito do povo paraibano, que apóia as justas reivindicações dos soldados pelo reconhecimento de seu valor.

Ainda não é tudo: em 1988, as Forças de Paz da ONU foram agraciadas com o prêmio Nobel da Paz. Os integrantes dos contingentes enviados aos diversos sítios em conflito, nesses anos de operações de paz, têm o direito a um certificado e uma medalha conferidos pelo comitê Nobel, desde que devidamente notificado pelos governos dos países participantes.

Todos os outros países enviaram a lista de seus soldados integrantes das forças de paz... o Brasil, porém, nunca o fez.

Alguns poucos de nossos boinas azuis já os têm, porque suas associações estaduais de ex-integrantes das forças de paz o fizeram. A maioria continua sem esse reconhecimento, e no desamparo.

É tempo, Senhoras e Senhores Senadores, de repararmos essa injustiça. É tempo, até porque já se passaram mais de três décadas e meia dos feitos dos últimos soldados que cumpriram essa missão de paz: muito em breve não haverá mais “boinas azuis” para honrar com o reconhecimento da Nação a seus feitos corajosos.

Não nos esqueçamos de que todos foram voluntários, abraçando a causa da pacificação do mundo, antes de tudo, por dedicação e por amor ao Brasil e a seu histórico compromisso de promoção da harmonia entre os povos.

Devemos retomar a questão com uma nova PEC que inclua os ex-integrantes da Unef, que se encontrem em situação de pobreza e carência, entre os heróis da Pátria com direito a pensão e assistência especiais. E que desta vez, o arquivo não seja seu destino.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por estes dias o presidente Lula assina decreto que ratifica termos do acordo celebrado entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, reduzindo para 50% a reserva legal de propriedades rurais, para fins de recomposição das áreas com deflorestamento superior ao previsto no Código Florestal.

Este ato, Sr^{as} e Srs. Senadores, põe fim a um longo e penoso processo marcado pelo descompasso jurídico verificado entre a lei estadual que instituiu o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia e as normais federais existentes, como a Medida Provisória 2166, que modificou o Código Florestal (de 1965) e o decreto 4297, de 2002, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

É preciso frisar que Rondônia, um dos Estados da Amazônia Legal, porção maior e mais rica do ter-

ritório brasileiro, foi o primeiro Estado a adotar o zoneamento.

Trata-se de valioso instrumento para ordenamento da ocupação territorial, planejamento das vocações econômicas e proteção dos sistemas naturais de biodiversidade frágil, necessários para uso da ciência e pesquisa.

Desde sua implantação, com custo superior a US\$20 milhões, o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia a praticamente nada serviu.

Porque os sucessivos governos, ao invés de nele se inspirarem para construir políticas de desenvolvimento compatibilizadas com as vocações detectadas em cada uma das zonas traçadas por este instrumento, preferiram ignorá-lo.

Ignoraram anos de trabalho, de estudos fantásticos envolvendo a fauna, a flora, a geografia, os recursos hídricos, recursos minerais, solo etc.

Muito pior foi feito: com apoio de parte da mídia e dos que apostam na riqueza e lucro fáceis, na falta de consciência sobre o que é e para que serve a floresta, incutiram a idéia de que o zoneamento é um grande empecilho ao desenvolvimento e crescimento econômico de Rondônia.

Nunca se respeitou o que pode e o que não se pode fazer nas diversas áreas traçadas. Atividades repressivas de fiscalização também nada resolveram. Apenas os pequenos produtores são demonizados, punidos, quando o que querem é apenas sobreviver.

Estudo recente do Imazon aponta Rondônia como o Estado da Amazônia que menos protege suas Áreas Protegidas, a maioria criada entre 1993 e 2002, durante a vigência do Planaflo, sustentado pelo Banco Mundial e governo brasileiro.

A criação destas áreas é uma estratégia efetiva de proteção da floresta, uma barreira para conter o desmatamento. Sem elas, possivelmente a situação de Rondônia, que apresenta 1/3 da cobertura florestal original desmatada, seria muito pior. Em muitas destas áreas ocorreram conflitos advindos da ação fundiária anterior, transformando Rondônia num caldeirão de ações judiciais demandadas por ongs e pelas próprias instancias do poder público que não se entendiam.

Vidas humanas foram sacrificadas, e muitos que migraram para Rondônia se desesperaram.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores. Criadas no momento de se produzir a segunda aproximação do zoneamento, instrumento financiado pelo Planaflo, estas áreas têm sofrido agressões sistemáticas.

São 84 as Áreas Protegidas decretadas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas; 15 são Unidades de Conservação à proteção integral e 49 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Até 2004, segundo o Imazon, o desmatamento havia atingido 6,3% das áreas protegidas em Rondônia, enquanto a média na Amazônia é de 1,7%.

Ora Sr^{as} e srs. Senadores! São 49 as Unidades de Conservação de Uso Sustentável! São unidades de uso direto!

Isso quer dizer que é possível a exploração e o aproveitamento econômico dos recursos naturais! Contudo, deve ser de forma planejada e regulamentada!

A verdade é que o Estado pouco ou quase nada se mexeu para tirar proveito do potencial destas áreas, para ensinar trabalhadores a investirem na natureza. Não fiscaliza a degeneração perpetrada contra nossas riquezas naturais, e muito menos elabora propostas e destina investimentos para uso racional das unidades de conservação.

Vale salientar que a maioria delas – 52 – é administrada pelo Estado. Apenas 12 são de competência do governo federal.

Falo aqui das Áreas de Proteção, Senhoras e Senhores, para ilustrar que não apenas a vocação agrícola está contemplada no zoneamento – zona 1, região central de Rondônia -, cerne principal da demorada negociação para compatibilizar a lei estadual com a federal, considerando que nosso Estado construiu pioneiro instrumento, tendo sofrido maciça migração anterior.

Nossos produtores rurais desmataram muito mais do que os 50% previstos no Código Florestal, e estão muito longe do que dita a MP 2166 – obrigatoriedade de preservação de 80% da reserva legal das propriedades situadas na Amazônia.

Feito o Acordo de Cooperação entre a União e o governo de Rondônia, em 2004, para o qual muito se empenhou nossa bancada federal, aprovou-se mudanças na lei estadual do zoneamento, inserindo-se dispositivos para a recomposição da reserva legal no Estado.

Após longa análise pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Agricultura chega-se à etapa em que o Presidente Lula reconhecerá, por meio de decreto, a reserva legal de 50% para fins de recomposição.

Vejo com otimismo este ato. Descortina-se a possibilidade dos nossos pequenos agricultores terem acesso a novos créditos, a novas atividades advindas da tarefa de recomposição, como a produção de espécies florestais de grande valor para indústria.

Está prevista no Acordo de Cooperação a criação, pela União, de novas modalidades de crédito para recomposição da reserva legal e Áreas de Proteção Permanente e implantação, em parceria com o Estado e municípios, de um Programa de Recuperação de Reserva Legal para os produtores com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Se cada instancia de poder realmente fizer a sua parte que lhe cabe no Acordo todos ganharão. Especialmente nossos produtores, cansados da falta de seriedade, da falta de política agrícola definida, da falta de assistência técnica, cansados do abandono, da omissão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 3, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, inciso II)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002,

na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

(OS Nº 14698/06)

Ata da 125ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de Agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, João Batista Motta e Sibá Machado

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/8/2006 07:33:41 até 3/8/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	AC	GÉRALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X						

Compareceram: 45 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

OF. GLPMDB nº 290/2006

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

Brasília, 02 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o **PMDB** cede ao **PRB** as seguintes vagas nas comissões abaixo relacionadas:

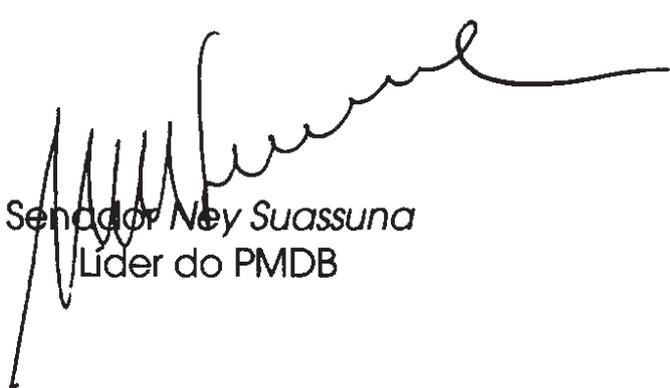
TITULAR

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	1 vaga
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	1 vaga
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	1 vaga
Comissão de Educação - CE	1 vaga

SUPLENTE

Comissão de Assuntos Sociais - CAS	1 vaga
------------------------------------	--------

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Ney Suassuna
Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 297/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges (PMDB/AP), como membro titular, em substituição ao Senador Gilvam Borges (PMDB/AP), na Comissão Misto de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. Nº 113/06

Brasília, 3 de agosto de 2006

Assunto: Indicação de membro de Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Conforme entendimento mantido com o Líder do PT, Deputado Henrique Fontana, indico, nos termos regimentais, a Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA, para integrar como membro titular a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 305 de 2006, que dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências, em substituição ao Deputado Henrique Fontana.

Respeitosamente, – Deputado **Jamil Murad**, Vice-Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 1/2006-GSMC

Brasília, 3 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência que, por cessação do PMDB, indico o Senador Roberto Cavalcanti para ocupar as seguintes vagas nas comissões abaixo relacionadas:

• Titular

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
- Comissão de Educação

• Suplente

- Comissão de Assuntos Sociais

Sendo o que há para o momento, despeço-me

Cordialmente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência designa o Sr. Senador Roberto Cavalcanti membro das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Educação e de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício nº 1/2006-GSMC, desta data, do Líder do PRB.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Com fundamento no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a partir de 1º de janeiro de 2007, a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às respectivas perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, estabelecidas pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

§ 1º O montante previsto neste artigo será calculado em função da carga tributária efetiva, resultante do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, verificada em 31 de julho de 1996, considerando como efetiva a carga tributária autorizada nessa data a cada Estado ou ao Distrito Federal, por convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput**, o montante a ser entregue mensalmente será o equivalente a um doze avos da perda de arrecadação efetiva apurada nos doze meses que antecederem ao mês de julho do ano anterior ao que corresponder a entrega.

§ 3º Do montante de recursos que cabe a cada Estado ou ao Distrito Federal, vinte e cinco por cento será entregue aos seus Municípios segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal.

§ 4º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, até o exercício subsequente ao que o imposto a que se refere o art. 155, II, da Constituição Federal, tenha tido o produto de sua arrecadação, em proporção superior a oitenta por cento, destinado ao Estado ou ao Distrito Federal onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços, por três períodos consecutivos considerados estes nos termos do § 2º.

§ 5º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos de instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

§ 6º Na hipótese de não ocorrer a entrega de recursos nos termos deste artigo até o dia 10 do mês subsequente ao que corresponder a respectiva parcela, calculada nos termos do § 2º, os Estados e o Distrito Federal poderão abater o valor desta, do pagamento mensal de suas dívidas para com a União, consolidadas nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, o ICM e o seu sucedâneo ICMS sofreram, em dois momentos, redução na sua base de cálculo original.

O primeiro momento ocorreu por ocasião da edição do Decreto-lei nº 406, em 1968, que desonerou as exportações de produtos industrializados. A perda de receita decorrente dessa medida pôde ser inicialmente compensada pelo crescimento econômico que

caracterizou o “milagre brasileiro”. Mas, devido à sua curta duração, os Estados, também prejudicados pela redução da alíquota interna do ICM, buscaram no endividamento os recursos necessários para cobrir os compromissos assumidos. O resultado dessa operação ainda hoje limita e engessa as administrações estaduais, cujas dívidas tiveram um impulso gigantesco com a edição do Plano Real que opera com taxas de juros extremamente elevadas para obter o equilíbrio na Balança de Pagamentos.

A desoneração das exportações de produtos industrializados foi constitucionalizada em 1988. Nessa oportunidade os Estados, finalmente, após duas décadas de reclamos, obtiveram uma compensação, tardia, por essas perdas. Trata-se do Fundo de Ressarcimento às exportações, constituído por 10% da receita do IPI. Os valores originalmente recebidos como compensação pela desoneração do ICMS na exportação de produtos industrializados estão hoje, em termos reais, reduzidos à metade.

A Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir – representou uma nova redução da base do ICMS, agora relativa às exportações de produtos semi-elaborados e primários. Os Estados aceitaram essa ação em prol do Plano Real com a condição de que houvesse a compensação, por parte da União, condutora da política econômica, da perda de receita decorrente dessa nova redução de base.

As dificuldades de obter um nível adequado de compensação se fizeram sentir desde o início. Mas se agravaram no tempo, sendo que, atualmente, os valores destinados à compensação alcançam apenas a metade do valor originalmente recebido pelos Estados.

A desoneração prevista na Lei Kandir igualmente foi constitucionalizada, fato que ocorreu com a Emenda Constitucional nº 42/2003. A compensação prevista pelo artigo 91 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição ainda carece de regulamentação. Mas o governo federal está dando sinais claros de se elidir desse compromisso. Por essa razão, os valores relativos à compensação dos efeitos na receita da “Lei Kandir” resultam de negociações anuais, sendo que a quantia prevista para os últimos anos para todo o país estacionou nos R\$ 5,2 bilhões, quando as perdas estimadas alcançam R\$ 18 bilhões anuais.

A Lei Kandir também é a Lei Complementar básica do ICMS, repetida em todas as legislações estaduais, retirando força à expressão da existência de “27 legislações do ICMS”. E ela trouxe a concepção de créditos, principalmente os relacionados às exportações, terem liquidez imediata, permitindo seu aproveitamento irrestrito e a transferência incondicional dos excedentes.

Essas duas situações, o direito de uso irrestrito dos créditos e a compensação insuficiente das perdas de receita, levaram ao agravamento das finanças estaduais, já envoltas no turbilhão do endividamento.

A tabela com as perdas e compensações abaixo, envolvendo todo o segmento externo, permite aferir o grau de comprometimento das finanças estaduais do RS nos últimos três anos:

Tabela: Potencial de receita, total de ressarcimentos e perda de receita de ICMS, relativos às exportações nas finanças do Estado do Rio Grande do Sul – 2003 a 2005.

Anos	Receita potencial de ICMS sobre exportações (aliquota de 13%)	Total ressarcimentos: FPEX, Lei Kandir e Auxílio financeiro às exportações	Perda de receita
2003	3.161.844.731,00	718.743.911,00	2.443.100.819,00
2004	3.763.969.071,00	719.361.190,00	3.044.607.880,00
2005	3.292.420.857,00	801.866.042,00	2.490.554.816,00

Fonte: Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual do RS.

A perda de receita nos fluxos de exportações representa o volume de recursos que está sendo drenado para os agentes do comércio exterior, seja ele em favor dos exportadores ou dos adquirentes externos. A distribuição desses recursos entre exportadores e adquirentes depende da elasticidade-preço da oferta e da demanda. Mas a perda, com certeza, desemboca nas finanças estaduais.

No que concerne ao valor dos créditos absorvidos pelo Estado do RS em relação às exportações cabe informar que, além do aproveitamento e da transferência de todos os créditos relativos a operações entre os estabelecimentos da mesma empresa, cuja mensuração não é possível pela não diferenciação dos créditos nos informes oficiais, são autorizadas transferências de créditos entre empresas em tomo de R\$ 900 milhões por ano.

Considerando que a arrecadação total do ICMS se situa em R\$10 bilhões anuais e contrapondo os valores relativos às perdas de receitas nos fluxos externos (em tomo de R\$2,5 bilhões) e de créditos transferidos (R\$900 milhões), obtêm-se uma idéia da magnitude que representa, em termos financeiros, a equação montada pelas desonerações das exportações e seu sistema de compensações insuficientes, num contexto de aproveitamento liberalizado de créditos definido pela lei básica do ICMS, a Lei Kandir, e sob a condição financeira de cumprir o acordo de amortização da dívida para com a União.

Por fim, ressalte-se que o ressarcimento das perdas pela desoneração do ICMS nas exportações

de produtos primários e semi-elaborados findará, de acordo com o § 4º do art. 1º do PLC, na hipótese de advir uma Reforma Tributária que direcione o ICMS para o princípio do destino.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o

produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87,
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 24,
DE 7 DE JANEIRO DE 1975

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

DECRETO-LEI Nº 406,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968

Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2006

Institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), foi criado após a aprovação da Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, que dispõe, entre outras coisas, do recolhimento e destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários, para gerir o sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos.

O trabalho do Inpev, que é uma entidade sem fins lucrativos, tem sido de suma importância no apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades legais. Alcançando, dessa forma, a disseminação de educação e consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana, bem como suporte ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de fitossanitários.

O cumprimento de sua função social e o apoio a princípios de desenvolvimento sustentável têm demonstrado a eficiência do Instituto no alcance de sua missão institucional, que tanto favorece a conservação do meio ambiente do País.

É nesse contexto que entendo que o Congresso Nacional pode contribuir de modo significativo com a causa tão nobre gerida pelo Inpev, ao, de modo representativo, criar um dia de consciência, debate e educação ambiental para desenvolver ações afirmativas para ampliar a conservação do meio ambiente.

Em face do exposto, espero contar o valioso apoio dos nobres parlamentares para instituição do “Dia Nacional do Campo Limpo”, a ser comemorado em 18 de agosto de cada ano, que já é tradicional data de atividades sócio-educacionais do Inpev.

Sala das Sessões, – Senador **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização a propaganda comercial a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006

Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 927 e 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 927.

V – o cumprimento da função social, nas hipóteses em que envolvam conflito coletivo pela posse da terra rural.” (NR)

“Art. 928.

§ 1º Nas hipóteses de conflito coletivo pela posse da terra rural e urbana a decisão liminar será precedida de manifestação do Ministério Público e oitiva dos órgãos fundiários federal e estadual correlatos.

§ 2º Na hipótese tratada no parágrafo anterior, a execução do mandado de reintegração de posse obedecerá ao disposto em regulamentação do Poder Executivo, a ser estabelecida no prazo de trinta dias, contados da vigência do presente dispositivo.

§ 3º Antes de conceder a liminar, o juiz deverá fazer-se presente na área do conflito coletivo pela posse da terra rural e urbana, nos termos do parágrafo único do art. 126 da Constituição Federal, acompanhado do representante do Ministério Público.

.....” (NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 928 passa a ser reordenado como 4º

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta objetiva adequar o procedimento possessório, previsto no artigo 920 e seguintes, do Código de Processo Civil, à garantia dada pela Constituição Federal de 1988 ao direito de propriedade imobiliária, direito este claramente condicionado ao atendimento de sua função social (art. 5º, XXII e XXIII). Com as alterações propostas, busca-se, em termos práticos, a vinculação da garantia possessória à demonstração do efetivo cumprimento da função social da propriedade rural e urbana.

O processamento das reintegrações de posse, inalterado desde a edição original do Código de Processo Civil, em 1973, não determinava ao juiz o comparecimento aos Locais dos conflitos fundiários, permitindo que muitas vezes as decisões se dessem por meio de mera análise documental, assim como não exigia a vista pelo Ministério Público.

Por outro lado, as repetidas denúncias de despejos noturnos e abusos das autoridades policiais, com agressões e até mortes, requerem medidas para regularizar a execução dos mandados de reintegração de posse, de modo a prevenir atos de violência contra os direitos humanos.

Com a aprovação deste Projeto de Lei, o Congresso Nacional estará dando a sua contribuição para agilizar a tão desejada paz no campo.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2006. – **Sibá Machado – Eduardo Suplicy – Ana Júlia Carepa.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 927. Incumbe ao autor provar:

I – a sua posse;

II – a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;

III – a data da turbação ou do esbulho;

IV – a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração.

Art. 928. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

Parágrafo único. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)
.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 78, DE 2006-CN

(nº 647/2006, na origem)

Inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, fica acrescido das programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Anexo VII referido no art. 1º fica automaticamente alterado em decorrência de abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. A alteração de que trata o **caput** não poderá implicar aumento do montante previsto no art. 3º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

PROGRAMAÇÃO DO PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS

LDO 2006, Art. 3º

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL, FUNCIONAL E ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Adequação

26.782.0230.12ER.0032	ADEQUAÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - NA BR-101 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
26.782.0236.1J59.0031	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - GUARANTÁ DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J87.0101	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTR. BR-230 (RURÓPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J88.0101	CONSTRUÇÃO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTARÉM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
26.782.0236.1J89.0101	CONSTRUÇÃO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - MIRITITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARÁ - NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

MENSAGEM Nº 647

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto do projeto de lei que “inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 144/2006 – MP

Brasília, 31 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor inclusão de programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, Lei Orçamentária Anual de 2006 – LOA-2006 – e dá outras providências, relativas ao Projeto-Piloto de Investimentos – PPI, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006 – classificadas como despesas primárias que não impactam o resultado primário.

2. Tal medida tem por objetivo incluir, na sistemática de tratamento diferenciado existente para o PPI, programações que visam à construção de trechos e pontes em precárias condições de uso nas BR’s 163, nos Estados de Mato Grosso e do Pará, e 230, no Estado do Pará, e adequação de contorno rodoviário no Município de Vitória na BR-101 no Estado do Espírito Santo, rodovias que representam importantes corredores de transportes para o fluxo de cargas e passageiros, interligando importantes centros urbanos do País e outros eixos rodoviários e ferroviários exportadores.

3. O tratamento diferenciado desses projetos deve-se à sua característica de constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo superiores ao aumento do endividamento deles decorrente.

4. Ressalta-se que as programações, para as quais se sugere a inclusão no Anexo VII, referem-se a iniciativas que possuem efeito multiplicador na economia e permitem taxas de retorno amplamente positivas para o País, sendo assim consideradas como adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do PPI.

5. É importante ressaltar, ainda, que a inclusão dessas programações não implicará aumento do montante passível de redução da meta de resultado primário, de que trata o art. 3º da LDO-2006, uma vez que parte das programações constantes do citado Anexo VII não será integralmente executada em 2006. Dessa forma, busca-se racionalizar a alocação desses investimentos, bem como evitar que fiquem ociosos recursos previstos para essa finalidade.

6. Adicionalmente, o presente Projeto prevê que o referido Anexo será automaticamente alterado em decorrência da abertura de créditos adicionais, condicionado à observância do montante previsto no art. 3º da Lei nº 11.178, de 2005.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que “inclui programações no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências”.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

.....
LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º será reduzido em até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para o atendimento da programação constante de anexo específico do projeto e da lei orçamentária de 2006, observado o disposto no art. 11, incisos VII, VIII e IX, desta Lei.

Parágrafo único. O valor de que trata o **caput** deste artigo será ampliado até o montante dos restos a pagar inscritos no exercício de 2005 relativos a despesas cujo identificador de resultado primário seja “3 – despesas primárias que não impactam o resultado primário”.

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 3/08/2006

Até 8/08 publicação e distribuição de avulsos;

Até 22/08 prazo para realização de audiências públicas;

Até 27/8 prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;

Até 30/08 prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 5/9 prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;

Até 20/9 prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 25/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 16/10 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;

Até 5/11 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

Até 10/11 prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 15/11 prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2006–CN

MENSAGEM Nº 79, DE 2006–CN

(nº 648/2006, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	V A L O R
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									
349.826.000									
OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	0909 0265	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991)							349.826.000
28 846	0909 0265 0001	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991) - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	349.826.000
TOTAL - FISCAL									
349.826.000									
TOTAL - SEGURIDADE									
0									
TOTAL - GERAL									
349.826.000									

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	V A L O R
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									
349.826.000									
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							349.826.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	349.826.000
TOTAL - FISCAL									
349.826.000									
TOTAL - SEGURIDADE									
0									
TOTAL - GERAL									
349.826.000									

MENSAGEM Nº 648

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$349.826.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM nº 137/2006-MP

Brasília 27 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor de R\$ 349.826.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União.

2. A suplementação visa atender despesas com indenizações no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, decorrentes das comunicações de perdas referentes à safra agrícola 2005/2006, tendo em vista que o aumento significativo das adesões ao programa, nessa safra, contribuiu para o acréscimo dessas despesas. Cabe observar que os recursos disponibilizados para esse programa poderão viabilizar o atendimento de até duzentos mil agricultores.

3. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO–2006), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil

ITEM (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2) (a)	AValiaÇÃO TERCEIRO BIMESTRE (b)	MARGEM PARA CRÉDITO (c) = (b) - (a)	MOVIMENTAÇÃO LIQUIDADADO CRÉDITO
Indenizações - PROAGRO	337.000	687.000	350.000	349.826

(1) Compatível com o item 4, Análise das Despesas Obrigatórias, da avaliação do terceiro bimestre.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

4. Ressalta-se que o crédito em questão decorre de solicitação do Ministério da Fazenda e será viabiliza-

do mediante projeto de lei, à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o disposto no ai. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 80, DE 2006-CN

(nº 649/2006, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), para atender às programações constantes do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									80.000.000
			ATIVIDADES						
04 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							80.000.000
04 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							80.000.000
			F	1	1	90	0	300	80.000.000
TOTAL - FISCAL									80.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.000.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL									130.000.000
			ATIVIDADES						
04 122	0776 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							130.000.000
04 122	0776 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							130.000.000
			F	1	1	90	0	300	130.000.000
TOTAL - FISCAL									130.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									50.000.000
ATIVIDADES									
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							50.000.000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	1	1	90	0	300	50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0088 INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO									100.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
09 274	0088 0536	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL							100.000.000
09 274	0088 0536 0001	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL - NACIONAL	S	1	1	90	0	353	100.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000.000
TOTAL - GERAL									100.000.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.815.244
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							2.815.244
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							2.815.244
			S	1	1	90	0	300	2.815.244
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									2.601.406
ATIVIDADES									
03 062	0581 4263	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR							2.601.406
03 062	0581 4263 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR - NACIONAL							2.601.406
			F	1	1	90	0	300	2.601.406
TOTAL - FISCAL									2.601.406
TOTAL - SEGURIDADE									2.815.244
TOTAL - GERAL									5.416.650

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.179.546
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.179.546
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.179.546
			S	1	1	90	0	300	1.179.546
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									4.145.770
ATIVIDADES									
03 062	0581 4261	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS							4.145.770
03 062	0581 4261 0101	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - EM BRASILLA - DF							4.145.770
			F	1	1	90	0	300	4.145.770
TOTAL - FISCAL									4.145.770
TOTAL - SEGURIDADE									1.179.546
TOTAL - GERAL									5.325.316

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R N P	M O D	I U T	F T E	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							106.083.964
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							106.083.964
10 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	S	1	1	90	0	351	106.083.964
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									106.083.964
TOTAL - GERAL									106.083.964

MENSAGEM Nº 649

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 140/2006-MP

Brasília, 28 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor global de R\$476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, de acordo com a seguinte distribuição:

Órgão	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	210.000.000	
Ministério da Justiça	50.000.000	
Ministério da Previdência Social	100.000.000	
Ministério Público da União	10.741.966	
Ministério da Saúde	106.083.964	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		476.825.930
Total	476.825.930	476.825.930

R\$ 1,00

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 66, inciso I, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO-2006.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005

(Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, conforme a seguir demonstrado:

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	R\$ 1,00
<hr/>	
Fonte 53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social do Servidor Público-COFINS	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.288.034.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	216.964.480
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.545.985.001
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	1.545.985.001
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	525.084.519

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.

ITEM (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2) (a)	AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE (3) (b)	MARGEM PARA CRÉDITO (4) (c) = (b) - (a)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
PESSOAL	105.355,0	107.602,1	2.247,1	476,8

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Foi encaminhado Projeto de Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.770,3 milhões.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro utilizada parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de recursos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2006.

6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

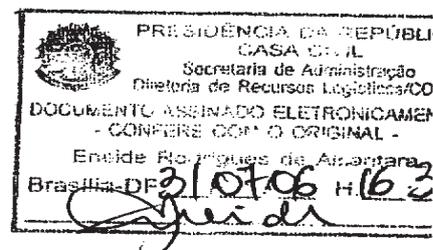
Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	R\$ 1,00
Fonte 00 Recursos Ordinários	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	40.121.260.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	311.916.706
Créditos Extraordinários abertos (C)	1.633.708.512
Créditos Suplementares e Especiais (D)	35.314.283.964
- Abertos	35.003.973.349
- Em tramitação (1)	310.310.615
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	401.839.821
Saldo F = (A-B-C-D-E)	2.459.510.997
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

	R\$ 1,00
Fonte 51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.212.915.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	28.100.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	106.083.964
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	2.078.731.036
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006 (1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da
União para o exercício financeiro de 2006.**

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização.)*

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 81, DE 2006-CN
(Nº 650, na origem)

**Abre ao Orçamento da Seguridade So-
cial da União, em favor dos Ministérios da**

**Previdência Social, do Trabalho e Emprego
e do Desenvolvimento Social e Combate à
Fome, crédito suplementar no valor glo-
bal de R\$6.561.055.555,00, para reforço de
dotações constantes da Lei Orçamentária
vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$6.561.055.555,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cinqüenta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$6.086.402.226,00 (seis bilhões, oitenta e seis milhões, quatrocentos e dois mil, duzentos e vinte e seis reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$474.653.329,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais), conforme demonstrado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									4.550.647.335
OPERACOES ESPECIAIS									
09 271	0083 001O	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL							1.448.646.577
09 271	0083 001O 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	353	1.448.646.577
			S	3	1	90	0	354	609.295.335
									839.351.242
09 271	0083 001P	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL							105.763.762
09 271	0083 001P 0001	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	105.763.762
09 271	0083 001Q	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL							655.275.954
09 271	0083 001Q 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	655.275.954
09 271	0083 001R	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL							347.105.147
09 271	0083 001R 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	347.105.147
09 271	0083 0132	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA							375.579.392
09 271	0083 0132 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	375.579.392
09 271	0083 0134	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA							905.215.500
09 271	0083 0134 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	905.215.500
09 271	0083 0136	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA							648.948.870
09 271	0083 0136 0001	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	648.948.870
09 271	0083 0141	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA							64.112.133
09 271	0083 0141 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA - NACIONAL	S	3	1	90	0	354	64.112.133
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.550.647.335
TOTAL - GERAL									4.550.647.335

ORGÃO : 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									1.102.087.487
OPERACOES ESPECIAIS									
11 331	0099 0217	BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO							1.898.580
11 331	0099 0217 0001	BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO - NACIONAL	S	3	1	90	0	340	1.898.580
11 331	0099 0581	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							200.336.193
11 331	0099 0581 0001	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	340	200.336.193
11 331	0099 0583	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO							899.437.864
11 331	0099 0583 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	899.437.864
			S	3	1	90	0	340	474.653.329
11 331	0099 0653	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO							414.850
11 331	0099 0653 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO - NACIONAL	S	3	1	90	0	340	414.850
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS									92.804.024
OPERACOES ESPECIAIS									
11 331	0104 0585	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL							92.804.024
11 331	0104 0585 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	340	92.804.024
		PESCADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 78516							92.804.024
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO									1.408.489
OPERACOES ESPECIAIS									
11 331	0107 0686	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANALOGA A DE ESCRAVO							1.408.489
11 331	0107 0686 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANALOGA A DE ESCRAVO - NACIONAL	S	3	1	90	0	340	1.408.489
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.196.300.000
TOTAL - GERAL									1.196.300.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									814.108.220
OPERACOES ESPECIAIS									
08 241	1384 0561	RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE							17.921.721
08 241	1384 0561 0001	RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 3566	S	3	1	90	0	353	17.921.721
08 241	1384 0573	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS							384.816.323
08 241	1384 0573 0001	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 77589	S	3	1	90	0	353	384.816.323
08 242	1384 0575	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA - LOAS							411.370.176
08 242	1384 0575 0001	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA - LOAS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 59558	S	3	1	90	0	353	411.370.176
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									814.108.220
TOTAL - GERAL									814.108.220

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									474.653.329
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							474.653.329
99 999	0999 0998 0213	RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA DE CONTINGENCIA PARA GARANTIR O REAJUSTE DOS BENEFICIOS DA SEGURIDADE SOCIAL DECORRENTE DO AUMENTO REA	S	3	1	90	0	140	474.653.329
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									474.653.329
TOTAL - GERAL									474.653.329

MENSAGEM Nº 650

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$6.561.055.555,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 141/2006–MP

Brasília, 28 julho de 2006

00001.007610/2006–28

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor global de R\$6.561.055.555,00 (seis bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cinqüenta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles Órgãos às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	4.550.647.335	
Ministério do Trabalho e Emprego	1.196.300.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	814.108.220	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		6.086.402.226
Anulação parcial da Reserva de Contingência para garantir o reajuste dos benefícios da Seguridade Social decorrente do aumento real do Salário Mínimo		474.653.329
Total	6.561.055.555	6.561.055.555

3. O crédito proposto para o Ministério da Previdência Social garantirá o pagamento de despesas com benefícios previdenciários, em razão do aumento do valor médio dos benefícios ter sido superior ao previsto na elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2006, principalmente em decorrência do reajuste do salário mínimo, a partir de abril de 2006.

4. A suplementação para o Ministério do Trabalho e Emprego permitirá a realização de despesas com o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades, e abono salarial, até o final do ano, em razão do aumento do salário mínimo e do número de beneficiários em relação ao previsto na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

5. Os recursos adicionais para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome possibilitarão o pagamento dos benefícios relativos à renda mensal vitalícia e à prestação continuada a idosos e a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com os arts. 20 e 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social; em decorrência do aumento do valor dos benefícios e do número de beneficiários acima do estimado quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

6. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 66, inciso I, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO–2006.

7. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 2005, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas obrigatórias consideradas no cálculo de referido resultado, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 586, de 20 de julho de 2006, de acordo com o detalhamento a seguir:

Itens (1)	R\$ Milhões			
	Dotação Atual (2)	Avaliação do 3º bimestre (3)	Margem para Crédito (c) = (b) - (a)	Movimentação Líquida do Crédito (d)
	(a)	(b)	(c)	(d)
Benefícios da Previdência (4)	159.791,4	164.364,6	4.573,2	4.550,6
LOAS	10.830,2	11.644,3	814,1	814,1
Abono e Seguro Desemprego (5)	11.927,0	14.554,5	2.627,5	1.196,3

(1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2006.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Da margem para crédito, foram utilizados R\$ 22,6 milhões em Decreto.

(5) Da margem para crédito, foram utilizados R\$ 1.431,2 milhões em Decreto.

8. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 2005, demonstra-se em quadros anexos o superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos, utilizado parcialmente no presente crédito.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

R\$ 1,00

Fonte 54: Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral da Previdência Social	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	3.941.352.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	3.941.352.000
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	3.941.352.000
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	0
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.	
(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	

R\$ 1,00

Fonte 53: COFINS	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	2.288.034.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	216.964.480
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.545.985.001
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	1.545.985.001
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	525.084.519
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.	
(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	

R\$ 1,00

Fonte 40: Contribuições para os Programas PIS/PASEP	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	1.433.445.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	721.646.671
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	721.646.671
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	711.798.329
(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.	
(1) Inclui o valor do presente crédito em 28.07.2006.	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os Projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 8, 9 e 10, de 2006-CN.

Leitura: 3/08/2006

Até 8/08 publicação e distribuição de avulsos;

Até 16/08 prazo final para apresentação de emendas;

Até 21/08 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 31/08 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.019, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan****I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 140, de 2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congres-

so Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela

aprovação do ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 140/05 NA REUNIÃO DE 11/07/06.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
<i>(Sen. Wellington Baragatti de Oliveira)</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Crísto. Buarque</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR:	10- JOÃO BATISTA MOTTA
(VAGO)	
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 340 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 05

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/08/2006



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64. § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

PARECER Nº 1.020, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator *ad hoc*: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 64, de 2006 (nº 138, de 2003, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 064/06 NA REUNIÃO DE 31/07/06.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES	
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE	
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL	
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA	
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA	
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA	
PMDB		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO	
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)	
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA	
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR:	6- MAGNO MALTA	
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO	
SÉRGIO ZAMBIASI		
PDT		
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 064 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 10 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 03.

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 07 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.021, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator *ad hoc*: Senador **Lonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 157, de 2006 (nº 1.751, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambas da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 157/06 NA REUNIÃO DE 11/07/06.
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

autor e rec

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Íris de Araújo</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
RELATOR:	
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

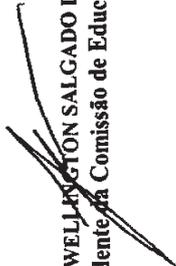
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 157 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGÊ BORINHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 39 SIM: 30 NÃO: 9 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01.

SALA DAS REUNIÕES, EM 31 / 08 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002.)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.022, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.
Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**
Relator ad hoc: Senador **Juvêncio da Fonseca.**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 333, de 2006 (nº 2.115, de 2006, na Câ-

mara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de

fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 333/06 NA REUNIÃO DE 31/07/06.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen Wellington Fagundes de Oliveira

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Christovam Buarque</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Iris de Araújo</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 303 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/07/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras do rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social.

Art. 223 Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Consolidação Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do

Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 1.023, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/ 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 334, de 2006 (nº 2.028, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 334/06 NA REUNIÃO DE 11/07/06.
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR:	10- JOÃO BATISTA MOTTA
(VAGO)	
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 334/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUÏP					VAGO				
ÍRIS DE ARAUJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 30 SIM: 19 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/07/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação ou concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo Único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compele ao Poder Conceder outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 1.024, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 476, de 2004 (nº 3.201, de 2003, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.566, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica, legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, a fim de instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do RISF.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 476, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação vigente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 476/04 NA REUNIÃO DE 01/08/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>Cesar Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
RELATOR:	
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALGANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 276/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 05.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.025, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.
Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 308, de 2006 (nº 2.089, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 308, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 308, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 308/06 NA REUNIÃO DE 01/08/06 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		(<i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i>)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES	<i> César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE	<i> Cristovam Buarque</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL	<i> Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA	<i> Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA	<i> Luciana Vânia</i>
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA	
PMDB		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO	
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)	
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA	<i> Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA	
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)	
RELATOR:		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	<i> Antão</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO	
PDT		
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 308 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÉ					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUÍZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 03.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V

Da Comunicação Social

Art. 223 Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional aprenderá o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quinto do Congresso Nacional, em violação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 96,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único, do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 1.026, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 335, de 2006 (nº 2.045, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação

Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art.49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 335, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 335 / 06 NA REUNIÃO DE 03/08/06.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(San. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Iris de Araújo</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR: <i>Paulo Paim</i>	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLÉIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

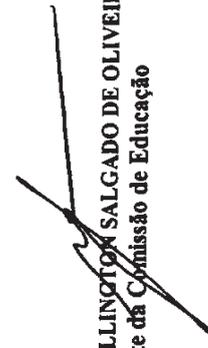
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 335 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOAO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01.

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

PARECER Nº 1.027, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Relator: Senador **César Borges**

Relator "Ad hoc": Senador **Agusto Botelho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo

(PDS) nº 339, de 2006 (nº 2.157, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos

critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução Nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

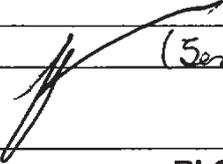
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

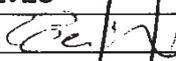
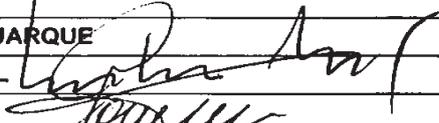
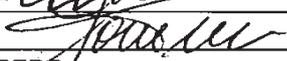
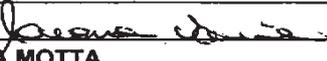
Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

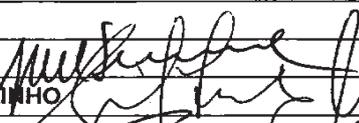
**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 339/06 NA REUNIÃO DE 01/08/06
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Sen Wellington Salgado de Oliveira)

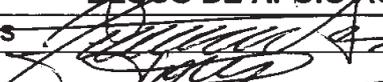
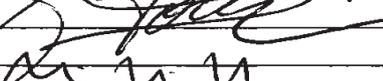
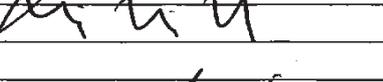
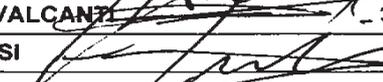
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	RELATOR:
EDISON LOBÃO 	4- CRISTOVAM BUARQUE 
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL 
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
(VAGO)	9- LÚCIA VÂNIA 
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP 	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA 
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA 	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS 	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES 
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- (VAGO)
---	-----------

RELATOR
AD HOC

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 339 / 06 .

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 30 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.028, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 343, de 2006 (nº 2.032, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 343 / 06 NA REUNIÃO DE 02/08/06.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>(César Borges)</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>(Cristovam Buarque)</i>
EDISON LOBÃO <i>(Edison Lobão)</i>	5- MARCO MACIEL <i>(Marco Maciel)</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>(Romeu Tuma)</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA <i>(Lucia Vânia)</i>
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP <i>(Valdir Raupp)</i>	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO <i>(Íris de Araújo)</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>(Geraldo Mesquita)</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>(Ney Suassuna)</i>	7- ROMÉRO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>(Gilberto Mestrinho)</i>	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR: <i>(Aelton Freitas)</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>(Paulo Paim)</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FÁTIMA CLEIDE <i>(Fátima Cleide)</i>	4- ANTONIO JOÃO
FLÁVIO ARNS <i>(Flávio Arns)</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>(Antônio Carlos Valadares)</i>
IDEL SALVATTI	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO <i>(Roberto Saturnino)</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI <i>(Mozarildo Cavalcanti)</i>	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI <i>(Sérgio Zambiasi)</i>	PDT
AUGUSTO BOTELHO <i>(Augusto Botelho)</i>	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 343 / 06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RALUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 93, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 140, de 2005; 64, 157, 333 e 334, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso,

por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº CE/093/2006

Brasília, 11 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 140 de 2005, 064, 157, 333 e 334 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 102, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 476, de 2004; 308, 335, 339 e 343, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº CE/102/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 476 de 2004, 308, 335, 339 e 343 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Flexa Ribeiro.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 900, DE 2006

Requeiro, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do

Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações quanto ao efetivo oferecimento de auxílio por parte do Governo Federal ao Estado de São Paulo, com vistas ao combate às ações criminosas empreendidas pelo chamado Primeiro Comando da Capital – PCC.

Devem ser esclarecidos, especificamente, os seguintes pontos:

a) se houve oferecimento de auxílio financeiro ao Governo do Estado de São Paulo;

b) se os recursos federais foram efetivamente disponibilizados, em que montante e quais as condições impostas pelo Governo Federal para o seu repasse;

c) se as autoridades estaduais recusaram o auxílio ofertado, e sob qual argumento;

d) se o Governo paulista pediu o auxílio material da Polícia Federal, na forma de empréstimo de equipamentos;

e) se houve pedido de liberação de recursos para projetos de inteligência desenvolvidos pelos órgãos policiais do Estado;

f) se houve pedido de envio de agentes da Força Nacional de Segurança Pública; e

g) se houve pedido de envio de tropas de infantaria para participar de operações em áreas dominadas pela organização criminosa.

Justificação

Em entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**, veiculada na edição do dia 30 de julho passado, nas páginas C1 e C3 a C5, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Saulo de Abreu, declarou ter solicitado a ajuda do Governo Federal de diversas formas, entre recursos financeiros, auxílio material e até a ação de forças do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado, na fase mais aguda do problema que recentemente assolou aquela unidade da federação.

Essas declarações contradizem as afirmações feitas pelo Ministro da Justiça ao mesmo jornal na semana anterior, no sentido de suposta resistência das autoridades estaduais em aceitar o auxílio oferecido pelo Governo Federal.

A segurança pública, direito do cidadão e dever do Estado, não pode servir de instrumento para fins eleitorais, de forma que há efetivo interesse

público em esclarecer o episódio da suposta oferta de auxílio para o combate às ações criminosas do PCC em São Paulo e a também suposta recusa de recebê-lo.

Pelo exposto, impõe-se que esta Casa Legislativa interpele o Ministro da Justiça para que esclareça os pontos levantados nesse requerimento.

Sala das Sessões, – **Romeu Tuma.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável. Eu falava com o Senador Marco Maciel sobre a possibilidade de V. Ex^a me conceder três minutos, porque, em seguida, vou presidir um debate sobre políticas afirmativas. Eu gostaria só de registrar aqui dois artigos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso eu não consiga fazer uma inversão com algum dos Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrita na prorrogação da Hora do Expediente, quando terá assegurada a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também soli-

cito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Já estou inscrito como orador, mas faço nova inscrição para uma comunicação, assim que houver oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar. Em primeiro lugar, temos o Senador Paulo Paim; em segundo, a Senadora Ideli Salvatti.

Com a permissão do Senador Marco Maciel, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço o compromisso de que vou falar menos de três minutos. Inclusive, vou falar daqui.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que agora, na Comissão de Educação, teremos um debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial do qual oito debatedores vão participar, cada um com uma posição diferente em relação às ações afirmativas. De manhã, tivemos o Ministro da Educação e a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro.

Por isso eu quero, neste momento, registrar um artigo da economista e jornalista, conhecida e reconhecida nacional e internacionalmente, Miriam Leitão, publicado no dia 11/07/06, no jornal **O Globo**, com o título “Teses e truques”, em que, com muita competência, defende a política de cotas como uma forma de inclusão de pobres, negros e índios.

Há um outro documento, Sr. Presidente, que encaminho – também não vou lê-lo –, e que se refere a uma decisão da 3^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que o Desembargador Paulo de Tarso toma a decisão, aprovada por ampla maioria, de que as políticas afirmativas de inclusão com cotas não são inconstitucionais.

Portanto, era só isso que eu desejava dizer, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, e pela exceção que abriu a este Parlamentar.

Muito obrigado ao Senador Marco Maciel, pela oportunidade.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Miriam Leitão 11/07/2006**Teses e truques****DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

Em vez de discutir cota, é melhor investir na educação. Não se deve adotar um sistema que separa por raça, pois isso criará racismo. Não se pode ferir o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. Nunca pode ser revogado o princípio do mérito acadêmico. Os argumentos se repetem e parecem ótimos. Escondem a mesma resistência ao tema racial que temos mantido desde a abolição e as conclusões estão truncadas.

Nunca, os que defendem cotas raciais na universidade propuseram a escolha entre cotas e qualidade da educação. Não há essa dicotomia. É uma falsidade para truncar o debate. É fundamental melhorar a educação em todos os níveis. As cotas raciais não revogam essa idéia.

O princípio da igualdade perante a lei é a pedra que sustenta as sociedades democráticas e modernas. As ações afirmativas não vão revogá-lo. A igualdade perante a lei sempre conviveu com o tratamento diferente aos desiguais. Na área tributária, a regressividade, por exemplo: a alíquota para os mais ricos é maior. As transferências de renda são para quem tem renda abaixo das linhas de pobreza e miséria. Mulheres estão sub-representadas na política e, para tentar vencer isso, há a cota de 30% nas candidaturas.

No comércio internacional, existe o princípio do tratamento diferenciado para os países mais pobres. Há muito tempo, o Direito convive com os dois princípios, como complemento um do outro. Um garante o outro. Tratar da mesma forma os desiguais acentua a desigualdade.

O princípio da igualdade perante a lei é apresentado na discussão como um truque. Não há conflito entre ele e o outro princípio civilizatório do tratamento diferenciado aos desiguais.

Quem quer defender o princípio da igualdade perante a lei deveria fazer um manifesto contra, por exemplo, a aberração de prisão especial para criminosos com curso superior.

O mérito acadêmico tem que ser preservado na formação universitária. Ele não está sob ameaça com medidas para aumentar o ingresso de negros na universidade. As avaliações de desempenho de diversas universidades mostram que não há esse risco. Os adversários das cotas rejeitam as avaliações dizendo que ainda não foi feito um estudo consistente. O mesmo argumento invalida seus próprios argumentos de que a qualidade da universidade estará em risco com as cotas. A universidade americana, que nunca abriu mão do mérito acadêmico, dá pontuação diferenciada por razões raciais, sociais e até aos esportistas no ingresso nas escolas.

Não podem ser adotadas políticas que incentivem o racismo. Quem discordaria disso? Esse argumento usado contra as cotas é um dos mais perversos truques. As políticas de ação afirmativa não vão criar o racismo. Não se cria o que já existe.

O Brasil tem um fosso enorme, resistente, entre brancos e negros e é esse fosso que se pretende vencer. Sem o incentivo à mobilidade, o Brasil carregará para sempre as marcas da escravidão. Ela tem se eternizado por falta de debate e de políticas dedicadas a superar o problema.

Empresas internacionais adotam há tempos metas para aumentar a diversidade de seus funcionários, executivos e gerentes. É um objetivo desejável no mundo multiétnico e que se quer menos racista e menos injusto. Órgãos públicos americanos usam nas suas contratações mecanismos para aumentar a representatividade das várias partes da sociedade. Governos diversos usam incentivos para determinadas políticas como parte dos seus critérios de seleção de fornecedores nas compras governamentais.

Nada há de errado e novo nessas políticas. O que há é que, pela primeira vez, fala-se em usar esses mecanismos para promover a ascensão dos negros no Brasil. O país tem um horror atávico a discutir o tema. Já se escondeu atrás de inúmeros sofismas. Acreditava estar numa bolha não racial, um país diferente, justo por natureza.

Não existe raça. É fato. Biológica e geneticamente não existe, como ficou provado em estudos recentes. Isso é mais um argumento a favor das políticas anti-racistas e não o contrário. Os avanços acadêmicos na área só servem para mostrar que os negros são mais pobres, têm piores empregos, ganham menos, não por qualquer incapacidade congênita, mas por falha da sociedade em construir oportunidades iguais. Isso se corrige com políticas públicas, iniciativas privadas, para desmontar as barreiras artificiais ao acesso dos negros à elite.

O debate é livre e benéfico. O problema não é o debate, mas alguns dos argumentos. E pior: os truques. Acusar de promover o racismo o primeiro esforço anti-racista após 118 anos do fim da escravidão é uma distorção inaceitável.

Quem gosta do Brasil assim deve ter a coragem de dizer isso. Quem não acha estranho, nem desconfortável, entrar nos restaurantes e só ver brancos, ver na direção das empresas apenas brancos, conviver com uma elite tão monocromática, tudo bem. Deve simplesmente dizer que prefere conservar o Brasil como ele é, com os brancos e negros mantidos assim: nesta imensa distância social.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho certeza de que a política de cotas não é uma unanimidade, existe muita polêmica em torno do tema. Aqueles que têm defendido posições democráticas e que possuem tradição na caminhada em favor dos direitos humanos e sociais sabem que a discriminação é uma realidade e tem de ser combatida.

O Estatuto da Igualdade Racial é um importante instrumento no combate à discriminação.

Sou um defensor das políticas afirmativas porque entendo que os afro-descendentes padeceram e continuam padecendo de uma opressão e uma discriminação histórica, inegável, que precisa ser reparada!

Uma decisão da 3^o Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS – reconhecendo a constitucionalidade das cotas para afro-descendentes veio corroborar com esse meu entendimento.

O relator do processo, desembargador Paulo de Tarso Sanseverino, assim se pronunciou no acórdão:

“A deflagração de políticas pró-ativas, de ações afirmativas frente à questão da segregação racial, de forma a apaziguar os prejuízos impingidos a determinados grupos, excluídos de certos segmentos sociais, econômicos e culturais e com o gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais mitigados, não revela violação ao princípio da igualdade”.

E, ainda:

“O princípio da isonomia deve ser analisado em perspectiva material, pois a aplicação pura e simples da igualdade formal permitiria a perpetuação de heranças discriminatórias históricas, que vêm desde a abolição da escravatura.”

Com esse entendimento, a decisão rejeitou a tese de inconstitucionalidade e garantiu a vaga reservada a afro-descendentes para a candidata ao cargo de Assistente de Serviços Escolares no concurso público da Prefeitura de Montenegro/RS.

Por outro lado, chegou em meu Gabinete o *e-mail* de uma eleitora gaúcha que relatou ter ingressado no serviço público municipal de Porto Alegre, no ano de 2005, mediante a reserva de vagas para afros, conforme edital do concurso e da Lei Complementar nº 494 de 2003, que “dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.”

Porém, para surpresa dela e de mais nove professores, a Prefeitura encaminhou comunicado informando que o Tribunal de Contas do Estado se manifestou pela inconstitucionalidade do feito, negando a executoriedade da Lei que dispõe sobre a reserva de vagas.

Conseqüentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul negou o registro das admissões decorrentes do concurso e recomendou a exoneração dos servidores.

Tais fatos confirmam uma única tese: é preciso um amplo e conclusivo debate sobre o assunto.

Este País de imensa pluralidade racial e maculado por tantas injustiças ao longo de sua história precisa encontrar caminhos que apontem para o equacionamento de um tema tão polêmico.

Entendo que as ações afirmativas baseadas na discriminação positiva de todos aqueles que foram lesados por processos históricos são importantes figuras jurídicas criadas pelas Nações Unidas e referendadas pelos órgãos internacionais em defesa dos Direitos Humanos e pelo movimento negro brasileiro.

Acreditem que me trará imensa alegria o dia em que eu entrar em um Tribunal, em uma agência bancária ou em um Ministério e constatar que pelo menos metade dos servidores são afro-descendentes. Pois nesse dia terei a certeza de que todas as diferenças foram sanadas!

Sr. Presidente, por tudo isso, acredito que precisamos prosseguir no debate democrático e respeitoso no sentido de preservar os direitos e garantias fundamentais a todas as etnias que fazem deste País um lugar único pela sua diversidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

A Mesa informa à Senadora Ideli Salvatti que está assegurada a sua inscrição, por cessão do Senador Augusto Botelho, em terceiro lugar.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, ainda ontem, da tribuna desta Casa, reportou-se à importância de uma reforma política para o País.

Eu até as denomino de reformas institucionais tal o seu alcance. É lógico que, quando se fala em reforma política, não se pode deixar de mencionar estritamente o sistema político, isto é, o sistema eleitoral e partidário, fundamental para melhorar a nossa governabilidade, mas também é importante rediscutir a questão federativa já que a Federação está em crise no Brasil.

Há cada vez mais uma maior concentração de poderes na União em detrimento dos Estados e Municípios, também considerados pela Constituição entes federativos. Não podemos deixar de reconhecer que, em uma verdadeira reforma constitucional, precisamos rediscutir o sistema de governo não somente melhorando o desempenho do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas removendo zonas de fricção entre os

Poderes da República. E quando se fala em zonas de fricção, em zonas cinzentas no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, logo ocorre à nossa mente a questão das medidas provisórias, que, como estamos constatando nesta Casa – e por que não dizer também na Câmara dos Deputados –, estão praticamente inviabilizando o funcionamento do Congresso Nacional.

Como V. Ex^{as} sabem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as medidas provisórias foram criadas na Carta de 1988, em substituição ao chamado decreto-lei, instituto usado durante o chamado regime militar, no período de 1964 até basicamente a Constituição de 1988.

É lógico que, se compararmos os decretos-leis do regime militar com as medidas provisórias, claramente, concluiremos que os decretos-leis tinham alcance muito menor que as medidas provisórias, inclusive, porque, de plano, não admitiam medida que gerasse aumento de despesa.

Aliás, é bom também dizer que a criação dos decretos-leis não foi obra dos regimes militares. Eles, de alguma forma, se valeram de um mecanismo que Getúlio Vargas adotara de 1937 a 1945, quando outorgou a chamada Polaca, a Constituição de 1937, que vigorou, como disse, até a redemocratização.

Se formos mais atrás, verificaremos que, a partir da Proclamação da República, em 1889, até a Constituição de 1891, o Poder Executivo baixou decretos-leis, inclusive, no tempo em que Deodoro presidia o País.

Mas volto às medidas provisórias, Sr. Presidente, para dizer que elas pretenderam, de alguma forma, substituir os decretos-leis. A emenda, neste caso, mais uma vez, foi pior que o soneto porque estão produzindo um nefasto efeito não somente na atividade da Câmara e do Senado, mas também no relacionamento entre Executivo e Legislativo.

É certo que a Constituição de 1988 recebeu a Emenda nº 32, que deu nova disciplina às medidas provisórias. Mas, tal como era de se esperar, essa nova disciplina, em lugar de melhorar o instituto, contribuiu para agravar ainda mais as dificuldades de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo nesse campo e também, sobretudo, para tornar mais difícil o andamento das atividades legislativas. Por que isso aconteceu? Porque a Emenda nº 32 estabeleceu um mecanismo de trancamento das pautas das duas Casas do Congresso. Havendo medida provisória na pauta da Câmara ou do Senado, ela terá preferência sobre toda e qualquer outra matéria, inclusive constitucional, o que não deixa de ser uma aberração. Tudo isso faz com que as atividades da Câmara e do Senado fiquem paralisadas por várias sessões, não poucas, por conta das medidas provisórias.

Não preciso dizer que o instituto da medida provisória é, antes de tudo, um instrumento político nas mãos do Executivo, por intermédio do qual seus agentes exercem domínio sobre o andamento das ativida-

des legislativas. As distorções constitucionais a que as medidas provisórias expuseram nossa democracia ao longo do tempo contribuíram para exacerbar os desequilíbrios políticos entre os Poderes. Formuladas, originalmente, como disse, como instrumento emergencial à disposição da Presidência da República, sua aplicação histórica tem revelado desvios e distorções para os fins menos adequados ao País e às suas instituições.

Como sabemos, o instituto da medida provisória é de origem parlamentarista, importado dos *provvedimenti provvisori*, como assim dispõe a Constituição Italiana de 1947, e foi introduzido, como lembrei há pouco, na Carta Constitucional brasileira através da Constituinte de 1987/88.

A inspiração do constituinte brasileiro nos modelos do Direito comparado encontra-se não apenas na Itália, como aponta a maioria dos estudiosos do assunto, mas também na Constituição Espanhola de 1978, que corresponde à abertura política ocorrida na Espanha com o fim do regime franquista, e na Constituição Portuguesa de 1976, que corresponde também a um instante semelhante ao que ocorrera na Espanha, com a queda da chamada ditadura salazarista. A única ressalva fica por conta de certas características dadas pelo legislador brasileiro, que não têm, aliás, precedentes em nenhum desses exemplos.

Na Itália, o Poder Executivo, segundo a Constituição de 1947, pode, em caso de extraordinária urgência e relevância, editar provimentos provisórios, com força de lei, que terão vigor por até 60 dias, devendo ser submetidos de imediato ao Parlamento. Deve-se frisar a responsabilidade política do Governo sobre o provimento provisório por ele adotado, pois a não-aprovação da medida pelo Parlamento, no prazo de vigência, implica o dever de renúncia do Gabinete. Ou seja, gera conseqüências extremamente graves sob o ponto de vista político.

Sr. Presidente, diante das experiências de outras nações, o caso brasileiro se configura claramente como algo inconveniente à Nação brasileira e ao funcionamento, de modo especial, das Casas legislativas nacionais. A busca pelo controle do poder tem levado o Executivo a expandir seus braços a áreas legislativas republicanamente proibidas. Disso resultam impasses e crises sucessivas, inviabilizando um amadurecimento de nossa democracia.

Reflexo significativo dessa situação, o Senado Federal atravessa, desde fevereiro de 2005, um dos mais conturbados períodos da história do Parlamento, convivendo com a pauta de deliberações do Plenário trancada por medidas provisórias com prazo vencido em 75% das sessões deliberativas.

Sem dúvida, as medidas provisórias reduzem a produtividade do Congresso Nacional, tumultuam os trabalhos legislativos e invertem os papéis dos Poderes Executivo e Legislativo ao conferir ao Executivo

o comando da função de legislar. Não sem esconder certo constrangimento e espanto, o Brasil e os brasileiros tomam conhecimento de que, somente no primeiro semestre deste ano, 90% das sessões destinadas a votações tiveram sua pauta bloqueada pelas famigeradas medidas provisórias.

Sr. Presidente, para se ter uma leve idéia dessa situação, cabe examinarmos mais detidamente os números que envolvem as MPs. Somente em 2005, das 225 sessões realizadas, 125, mais da metade, foram regimentalmente destinadas a deliberações em plenário. Destas, nada menos que 66 sessões foram sobrestadas por medidas provisórias. E para piorar o quadro, conforme relatório da Presidência do Senado, em 53 das sessões deliberativas, não houve sequer deliberação alguma sobre o que quer que fosse em matéria legislativa, pelo trancamento constitucional que as medidas provisórias provocam.

No ano legislativo de 2004, foram registradas 104 sessões deliberativas, 76 das quais sobrestadas por medidas provisórias, bloqueando sistematicamente as demais deliberações legislativas da Casa. Fenômeno muito semelhante já havia ocorrido em 2003, quando 42 das 117 sessões deliberativas haviam sido vexaminosamente paralisadas em razão da tramitação de MPs.

Falei até aqui com base em dados do Senado, mas posso fazer semelhante raciocínio com relação a nossa Casa irmã, a Câmara dos Deputados. Sobre este assunto, Sr. Presidente, cito agora matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de julho de 2006, que trata do tema sob o título: “Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo”:

“A Câmara passou quase todo este ano com a pauta do plenário trancada por medidas provisórias e com pouco tempo livre para votar projetos de lei e outras matérias elaboradas pelo próprio Congresso. Das 71 sessões deliberativas – nas quais são marcadas votações – realizadas de fevereiro até a semana passada, 60 foram obstruídas por MPs. Ou seja, 84,51% do total. Restaram apenas 11 sessões (15,49%) em que a pauta esteve livre”.

Sob outro aspecto contábil, Sr. Presidente, ao curso de seu mandato, o Presidente Lula editou, até o final de julho passado – e já surgiram novas medidas provisórias –, a nada desprezível quantidade de 211 medidas provisórias. Em outras palavras, em 43 meses, o atual Governo exibe um recorde de 4,9 medidas provisórias por mês. Das 211 editadas, 172 foram convertidas em lei, ao passo que apenas 7 foram rejeitadas.

Em suma, numa retrospectiva mais prolongada, aproximadamente mil medidas provisórias legislaram o País nos últimos dezoito anos, conforme dados publicados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap que se destina, com muita aplicação, ao exame dessas questões.

Sr. Presidente, estou encerrando, mas gostaria de recordar que, até 2001, as medidas provisórias que

não fossem apreciadas pelo Congresso em até 30 dias podiam ser reeditadas indefinidamente. Com a introdução das novas regras, pela Emenda nº 32 – a que já me reportei –, estabeleceu-se o fim das reedições. Em setembro de 2001, por meio de emenda constitucional definiu-se, além do fim das reedições, que o prazo de validade das medidas provisórias não se estenderia por mais de 120 dias.

Sr. Presidente, diante do exposto, não nos resta outra alternativa senão aprimorar o instituto da medida provisória com o propósito de evitar os recorrentes e inadmissíveis abusos. Por isso, merece destaque a recente declaração do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, ressaltando a importância da aprovação, no período de convocação extraordinário do início deste ano, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, cujo primeiro subscritor foi, se não estou equivocado, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em síntese, essa PEC modifica o trâmite das medidas provisórias no Congresso Nacional. Sua principal alteração consiste em prever que uma medida provisória só adquirirá força de lei após o reconhecimento do Congresso Nacional dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Aí está o núcleo da questão, porque muitas medidas provisórias são baixadas sem que estejam caracterizados os requisitos de relevância, de um lado, e de urgência, do outro. Pela regra atual, a MP tem eficácia tão logo é assinada pelo Presidente da República. Tal proposta ainda aguarda aprovação pela Câmara dos Deputados.

Sei que vivemos um período eleitoral, e a Câmara dos Deputados está com a sua atividade muito reduzida, pelo fato de grande número de Parlamentares concorrerem à reeleição, mas não posso deixar, todavia, de fazer um apelo no sentido de que apressemos a votação dessa emenda constitucional, para que possamos, enfim, dar ao Parlamento brasileiro aquilo que lhe pertence: o direito de legislar e não continue paralisado, infelizmente, pela pleora de medidas provisórias, muitas das quais, insisto mais uma vez, sem os pressupostos de urgência e relevância.

Com isso, a democracia brasileira não somente ganhará mais harmonia e equilíbrio na distribuição dos três Poderes, como também evitará os excessos a que ficam, tentadoramente, condicionados os chefes do Poder Executivo em nosso País.

Daí por que encerro, Sr. Presidente, minhas palavras, solicitando que seja publicada, na íntegra, a matéria do **O Estado de S. Paulo** a que fiz referência.

Agradeço a V. Ex^ª.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 203, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo

Problema começou com mudança de regra em 2001 e se agravou: neste ano, só 11 sessões tiveram pauta livre

Denise Madueño

BRASÍLIA

A Câmara passou quase todo este ano com a pauta do plenário travada por medidas provisórias e com pouco tempo livre para votar projetos de lei e outras matérias elaboradas pelo próprio Congresso. Das 71 sessões deliberativas – nas quais são marcadas votações – realizadas de fevereiro até a semana passada, 60 foram obstruídas por MPs. Ou seja, 84,51% do total. Restaram apenas 11 sessões (15,49%) em que a pauta esteve livre. Os números são de um levantamento feito por técnicos da liderança do PSDB com base em dados da Mesa Diretora.

Com as MPs, o governo impõe a sua pauta de interesse e

monopoliza os trabalhos do Congresso. Desde a mudança na regra das MPs, há quase 5 anos, o Congresso tem trabalhado em função de votá-las, mas em 2006 a situação se agravou.

A regra instituída em setembro de 2001 obriga a votação da medida provisória até 45 dias depois de editada pelo presidente da República. Em caso contrário, ela passa a ter prioridade na pauta do plenário, impedindo que outras matérias sejam votadas na Câmara ou Senado, dependendo da Casa onde estiver tramitando.

O governo tem aproveitado o poder de baixar essa norma com força de lei para tratar de diversos assuntos. Duas MPs que hoje travam a pauta da Câmara, por exemplo, estabele-

cem regras que estavam em discussão na reforma sindical. Como a proposta não foi votada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atendeu aos apelos das centrais sindicais e tentou apressar os principais pontos com a edição de duas medidas.

Há ainda MPs para compra de aviões, operação tapa-buraco nas estradas, concessão de reajuste salarial e muitas para a criação de cargos. No governo Lula foram abertas 2.930 vagas. Desse total, apenas 180 foram por meio de projeto de lei.

“Quem legisla é o Executivo, não tem conversa”, protesta o deputado Arnaldo Madeira (PS-DB-SP). “As medidas provisórias paralisam o Congresso.” Ele avalia que, com a regra das MPs, o governo cria um clima

de obstrução na Câmara quando é de seu interesse, controlando os trabalhos do Congresso.

ALERTA

Em 2001, quando a regra foi alterada, Madeira era líder do go-

Lula criou 2.930 cargos e apenas 180 foram por projeto de lei

verno Fernando Henrique Cardoso na Câmara e alertou para o perigo da mudança que estava sendo aprovada. No discurso feito à época, ressaltou “a possibilidade de impactos futuros na governabilidade e na relação

entre Executivo e Legislativo”.

Apenas nos primeiros três meses de vigência da regra, em 2001, a pauta não foi travada. Em 2002, 63,89% das sessões deliberativas da Câmara durante o ano legislativo, chamado no parlamento de sessão legislativa ordinária, estiveram travadas. Era ano de eleição presidencial e o governo aproveitou para legislar, enquanto os parlamentares faziam campanha.

No primeiro semestre de 2002, foram 54 sessões deliberativas, das quais 28 (51,85%) com a pauta travada. No segundo semestre, o caos se instalou na Câmara. Todas as 18 sessões deliberativas de 6 de agosto até 16 de dezembro começaram com a pauta travada. Quando os deputados voltaram das campa-

nhas, tiveram de votar MPs sistematicamente.

Em 2003, início do governo Lula, a Câmara esteve com a pauta travada em 44,59% das sessões deliberativas. Foi o único ano em que as sessões livres superaram as que estavam com a pauta travada, desconsiderando os períodos de convocação extraordinária. As convocações funcionam como sessões legislativas independentes.

Em 2004, das 125 sessões com votações do ano normal de trabalho, 97 (77,60%) tinham MPs no primeiro item da pauta. Porcentual semelhante foi verificado no terceiro ano do governo Lula. No ano normal de trabalho, das 149 sessões com votação ocorridas em 2005, 113 (75,84%) estavam travadas. ●

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no lugar da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a ocupa o lugar aberto pela Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a será o segundo a ter a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parabeno o Senado da República pela pré-estréia do filme “Zuzu Angel”. A partir de uma solicitação do Senador Saturnino Braga, a quem também parabeno, tivemos a oportunidade de assistir a esse filme, ontem à noite, nas dependências do Senado da República.

Parabeno também toda a equipe de comunicação do Senado pela publicação ontem, em tempo real, do evento. Quando terminou a exibição do filme, a equipe de comunicação do Senado já estava com a publicação do evento e com as fotos dessa importante pré-estréia.

Trata-se de filme emocionante, que retrata a história de uma mulher que teve o seu filho assassinado pela ditadura militar. Ela, inclusive, também foi morta – depois disso foi comprovado – pela ditadura militar. É um filme muito bonito, de Sérgio Rezende, com atuação fantástica de Patrícia Pilar. Todos que lá estiveram ficaram muito emocionados com a história, com o filme, com o significado de lembrarmos, até para a defesa da democracia, o que aconteceu de ruim, de negativo neste País em termos de violência, de morte, de tortura, de censura.

Sr. Presidente, por coincidência, ontem, como está registrado no *blog* do Noblat, o Senador Jorge Bornhausen fez uma acusação à equipe de rádio do Senado sobre ter havido censura no programa “Voz do Brasil”.

Em primeiro lugar, lamento pela equipe que temos aqui, que é uma equipe extremamente profissional, séria e responsável. Alguém que foi Governador biônico e Ministro da ditadura militar não tem moral para falar de censura, principalmente quando ela não existe, em hipótese alguma, pela equipe que temos, tão competente.

Portanto, presto a minha solidariedade à equipe da Rádio Senado e a parabeno pela cobertura ontem da pré-estréia do filme “Zuzu Angel”.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência concederá a V. Ex^a a palavra para uma explicação pessoal, conforme o art. 14.

Antes, relativamente à primeira parte da fala da Senadora Ideli, aplaudo também, em nome da Mesa, o evento de ontem.

Quanto à segunda parte, além do Senador Jorge Bornhausen, também o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Arthur Virgílio, especialmente, protestaram contra a prática de eventual censura no noticiário da “Voz do Brasil”.

O Presidente Renan Calheiros determinou imediatamente as providências necessárias para se apurar o fato e anunciou que tomará todas as providências que o fato exigir. O Presidente Renan Calheiros não se omitiu diante das denúncias ontem aqui apresentadas por vários Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento ter que usar a palavra na forma do art. 14, mas, evidentemente, não esperava a Senadora a minha presença, porque é seu costume falar nas ausências.

Na verdade e na realidade, fiz um discurso criticando a ousadia pretendida pelo Presidente Lula em defender dignidade, honra e ética no meu Estado. E o fiz muito consciente de que não era ousadia, era um abuso, já que ele não tem autoridade moral, porque permitiu o “valerioduto”, o “mensalão”, os vampiros e os sanguessugas. Na verdade, o meu pronunciamento, o pronunciamento de crítica do Senador Tasso Jereissati e o pronunciamento feito pelo Senador Antonio Carlos, em nome da Liderança, foram ignorados pelo programa “Voz do Brasil” no horário do Senado.

Publicamente, ontem, solicitei uma sindicância e considere o fato uma censura. Recebi do Presidente Renan Calheiros a solidariedade e o apoio àquilo que pedi, porque estava e estou com a razão. Tanto estava como estou com a razão que, ontem mesmo, na “Voz do Brasil”, os dois pronunciamentos foram reproduzidos e também foram reproduzidos o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati e o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. O **Jornal do Senado**, hoje, se justifica, ou procura se justificar. Nada a acrescentar.

Quanto a considerações de natureza pessoal feitas pela Senadora, deixo de responder, porque ela não merece resposta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, por ter sido citada, invoco o artigo 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está inscrita logo após o Senador Romeu Tuma. Se houver...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Sr. Presidente. V. Ex^a vai me desculpar...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a não tem o direito de se pronunciar agora, uma vez que V. Ex^a provocou, e é o fato da provocação de V. Ex^a que determinou a palavra do Senador Jorge Bornhausen. Regimentalmente, V. Ex^a não tem o direito de usar a palavra agora.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, regimentalmente, qualquer pessoa citada tem direito a solicitar o artigo 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Romeu Tuma.

Após o Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu solicito o direito...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa não lhe concede o tempo solicitado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu solicito o direito de tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito ao Senador Romeu Tuma que me conceda o tempo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não posso fazer isso, mas o Presidente. O Presidente, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a, regimentalmente, não tem direito à palavra neste momento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por que não tenho direito à palavra neste momento se fui citada? E, todas as vezes em que alguém aqui é citado...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a provocou a explicação pessoal, na forma do art. 14.

O assunto está encerrado, da parte da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, é um ato também autoritário o de V. Ex^a, ao não me conceder, regimentalmente, o direito que tenho de rebater a acusação e a provocação feita pelo Senador Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a não tem autoridade política e moral para definir a natureza do ato da Presidência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como não tenho autoridade política e moral? Nesta Casa, sempre se procede desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a não tem direito à palavra.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Peço licença, então, para fazer uso da palavra. Em seguida, V. Ex^a, sem dúvida, fará seu pronunciamento com tempo, e teremos mais tranquilidade.

Senador e Presidente Jorge Bornhausen, peço até licença a V. Ex^a. É engraçado, pois fiz algumas anotações aqui para me referir ao fato de que o Presidente Lula, com todo respeito a Sua Excelência, sem nenhuma crítica, propõe a convocação de uma constituinte para a reforma política.

Participei de um debate recente, e disse o mesmo que V. Ex^a: o caráter, a dignidade e a honra devem ser exigência, em primeiro lugar, dos partidos para conceder as legendas aos candidatos. E aqueles que ferem esse princípio não devem continuar a fazer parte do quadro dos partidos.

Vi também V. Ex^a dizer, ao dar uma entrevista, que vai esperar a apuração, e expulsará do Partido aqueles que se comprometeram com os “sanguessugas” ou com qualquer outro tipo de indignidade que possa mal representar o PFL neste Congresso.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Marco Maciel, eu gostaria de me referir ao problema da agressão criminal em São Paulo, por parte das quadrilhas organizadas, que provocaram fatos gravíssimos – já repetidos por outros Senadores nesta Casa –, que inclusive se espalharam por outros Estados.

Cumprimento o Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo Pinho, e os três promotores designados por ele para investigar as mortes ocorridas durante as ações do PCC. Eles deram início a um trabalho excelente, o de buscar os bens materiais dos marginais responsabilizados pela prática do crime.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem sido um defensor árduo no repasse de investimentos maciços para a área de segurança, não apenas para o Estado do Paraná,

mas para toda a Nação. Esses três promotores buscaram a fonte de um dos acusados, cento e sessenta e poucos mil reais, pediram ao juiz que bloqueasse esse dinheiro, a fim de que, depois de terminado o processo, fosse colocado à disposição da família do bombeiro covardemente morto na porta do quartel, sem arma, sem nada, ferindo também uma instituição que tem um valor inestimável, não apenas em São Paulo, mas no País inteiro, sempre prestando serviço de socorro e de assistência, realmente um serviço de utilidade pública.

Sr. Presidente Alvaro Dias, que é pessoa que admiro e respeito muito, recebi, ainda ontem, uma carta do Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adylson Motta, porque apresentei um projeto, até com a colaboração do Dr. Raimundo Carreiro, que possui uma experiência muito grande, a respeito da eficácia da decisão de o Tribunal de Contas da União mandar para o Tribunal Superior Eleitoral a relação dos administradores públicos que não tiveram suas contas aprovadas. Pedi alteração, Senador Flexa Ribeiro, no que diz respeito a um maior valor às decisões do Tribunal de Contas. S. Ex^a me enviou um ofício respeitoso, agradecendo muito, inclusive citando as declarações do Ministro Marco Aurélio, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no último dia 03 de julho, que disse que “dificilmente poderia ter sucesso com aquelas comunicações”, porque, realmente, se fosse à Justiça, poderiam conseguir as liminares para continuar como candidatos.

Peço, Sr. Presidente, que V. Ex^a autorize que isto seja juntado ao processo do meu projeto.

Apresentei, hoje também, com todo o respeito ao meu Governador Cláudio Lembo e ao Secretário de Segurança, com base em entrevista que deu ao jornal **O Estado de S. Paulo**, no último domingo, em que faz referências a algumas acusações graves, como a falta de financiamento do Governo Federal ao Estado de São Paulo e tantas outras que foram resultantes de discussão durante a ação do PCC, requerimento, por intermédio da Mesa, justificando o meu pedido para que o Ministro informe a respeito da correção ou não daquilo de que foi acusado pelo Secretário Saulo de Castro, em São Paulo. São vários os pontos que ele levanta. Tenho certeza de que o Ministro olhará com carinho e responderá os questionamentos que faço, inclusive no que se refere ao emprego das Forças Armadas, em que tenho o meu ponto de vista, e não caberia agora fazê-lo, em razão do tempo.

Aproveito a presença do Senador Pedro Simon para cumprimentá-lo pelo convite feito, ontem, ao Ministro das Relações Exteriores, que falou sobre as últimas ocorrências e a retirada de brasileiros do Líbano,

que, nos últimos dias, é violentamente atacado. Tenho aqui recortes de jornais com fotografias de crianças mortas, o que é muito triste, e talvez até aqueles que tenham parentes ou sofreram no local, Senador Marco Maciel, estejam como nós, chorando pela morte dessas crianças, com a mesma angústia e com o mesmo sofrimento, dentro do próprio Estado de Israel.

Assim como fez o Senador Pedro Simon, na convocação de ontem, com brilhantismo, o Ministro Celso Amorim, em sua exposição, e o Senador Ramez Tebet, que ocupou a tribuna para se referir a esses fatos, eu registro a nossa preocupação e o desejo de que a paz volte a reinar em um mundo tão conturbado como o de hoje.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Romeu Tuma, comungo do mesmo sentimento de V. Ex^a: que seja possível um entendimento no Oriente Médio, até porque a exacerbação do conflito está levando a uma situação em que muitos civis estão sendo atingidos, inclusive crianças. Já que estamos começando um novo século, mais do que um novo século, um novo milênio, está na hora de encontrarmos mecanismos, por meio da ONU, para que haja um entendimento no Oriente, sobretudo nesse mais que milenar conflito árabe-israelense. A Resolução nº 242 da ONU, à qual o Brasil aderiu também, estabelece procedimentos que levariam ao entendimento, isto é, asseguraria a Israel o direito de sua existência e de sua segurança e, de outra parte, asseguraria a organização do Estado palestino, disponibilizando meios econômicos para viabilizá-lo. Acho que esse seria o caminho, mas vejo cada vez mais distante a possibilidade de chegarmos a uma solução razoável do problema. No entanto, nunca é tarde insistir nesse campo. Em primeiro lugar, a paz, porque sem ela não é possível sequer discutir o assunto, encontrar caminhos. Feita a paz, sobretudo com o cessar-fogo – espero que venha ocorrer brevemente –, talvez possamos ter uma grande conferência internacional que ponha fim a essa questão, que tantas vítimas tem causado e que, de alguma forma, tem comprometido no mundo a busca de uma autêntica paz. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz e pelas preocupações que revela com relação ao conflito no Oriente Médio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e peço licença para incorporá-lo ao meu pronunciamento. Mais do que ninguém nesta Casa, V. Ex^a sabe o que aquela região representa para as várias religiões que lá nasceram. Se Deus está presente, não

pode estar fora daquela parte do Oriente, onde Jesus viveu por tanto tempo, foi perseguido e morto. Infelizmente, esses conflitos não se arrefecem.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon, se o Presidente me autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pode apartear, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento, muito feliz e muito oportuno. Como V. Ex^a, fiquei bastante satisfeito com a manifestação e os argumentos apresentados pelo nosso Chanceler. Aliás, tenho o maior respeito por S. Ex^a. A minha admiração vem de longe, pois S. Ex^a já foi chanceler do Governador Itamar Franco. E não me recordo de um período onde tenha tido tanta complicação: na Venezuela, no Paraguai, na Bolívia, no México há uma série de questões que exigem uma tomada de posição. E S. Ex^a vem agindo com grande categoria. Dizia-nos ontem que essa foi a maior operação da história do Itamaraty ao trazer brasileiros refugiados de qualquer região do mundo: mais de 2.200. O Itamaraty e a Aeronáutica estão dando uma demonstração muito grande de capacidade, de competência, auxiliando não só os nossos irmãos brasileiros, mas muitas pessoas de outras nações. A chance de eles saírem do conflito era a presença do resgate oferecido pelo Brasil. O Chanceler falou e nós insistimos que o Brasil tem de avançar um pouco mais no que tange à situação que lá se encontra. O Papa, em homenagem aos judeus quando lá esteve, disse que não sabia onde Deus estava quando aquelas coisas aconteceram na Gestapo contra os judeus. Foi uma figura que deixou uma afirmação muito emblemática. Eu mesmo perguntei a alguns irmãos religiosos a dureza dessa afirmação: onde estava Deus quando essas coisas aconteceram? É de se perguntar agora a mesma coisa. Ali, como diz bem V. Ex^a, na terra onde Cristo viveu, morreu, transmitiu a sua idéia, o seu pensamento, essas coisas estão acontecendo. E a humanidade, onde está que não faz nada? Recebi uma carta da sociedade israelita de Porto Alegre, com a qual concordo inteiramente, porque os israelitas no Brasil têm uma convivência fraterna e pacífica com os brasileiros e com os árabes. Reconheço que, para mim, aquele grupo armado no Líbano faz mais mal àquele país do que a qualquer outro, porque eles estão tomando uma iniciativa que não é boa, que prejudica o país, mas a reação tem sido até exagerada. A minha mágoa e o meu ressentimento são com o Presidente Bush. Esse homem é de uma maldade, é de uma falta de sensibilidade que não consigo entender. Reparem que desta vez nem o Primeiro-Ministro inglês, que nas outras vezes apoiou o Presidente americano...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Primeiro-Ministro Blair.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É, nem ele está com o Presidente americano. O Primeiro-Ministro francês, numa atitude heróica, está defendendo a tese de que, primeiro, deve-se mandar parar o que está acontecendo e, depois, discutir se é para mandar uma tropa e, se for o caso, enviá-la. Mas o Presidente Bush quer primeiro paralisar o que está acontecendo lá, bombardear tanto quanto for necessário para desmontar qualquer onda de terrorismo e, depois, mandar as tropas. Esse é um absurdo que não tem lógica! Por isso, o Primeiro-Ministro francês, até com certa revolta, está se manifestando, assim como o Primeiro-Ministro da Espanha, que foi lá manifestar a sua solidariedade. Mais uma vez, o americano se encontra em uma posição isolada perante o mundo. O Brasil, como disse nosso Ministro – e deve continuar fazendo –, está intercedendo nesse sentido. Esse terceiro milênio, cá entre nós, começou tão mal, com tantos problemas e com tantas dificuldades, que não é possível! Há o caso do Iraque, que está sendo destruído, há animosidades internas, ninguém mais se entende e sabe quem é de um lado ou de outro. Agora, no Oriente Médio, estão voltando para um caminho que pensávamos que já havia passado. Agradeço a V. Ex^a e também as manifestações feitas, como muito bem disse V. Ex^a, pelo nosso Ministro das Relações Exteriores, que foi muito claro ao manifestar o seu pensamento e o pensamento do Governo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a. Seu aparte ilustra muito este momento de amargura em que vivem todas as nações indiscriminadamente.

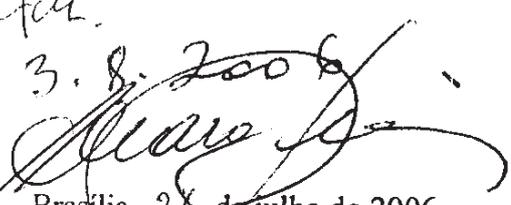
O sofrimento do povo libanês é muito grande. Contabilizam-se, Senador Pedro Simon, mais as mortes que as vitórias. Estão contando quem matou mais, o que é tão profundamente amargo que passa a ser inaceitável.

Aproveito a oportunidade para pedir ao Governo que apóie a Aeronáutica e o Itamaraty com meios para que essa ponte aérea humana tenha prosseguimento, cada dia mais rápido, para que se retirem realmente aqueles que precisam sair do país e retornar ao Brasil. O Senador Roberto Saturnino, aqui presente, tem apoiado todas as iniciativas nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Junta-se ao Processo
do PLS 231/2006-
nunta.
em 3.8.2006

Brasília, 28 de julho de 2006.

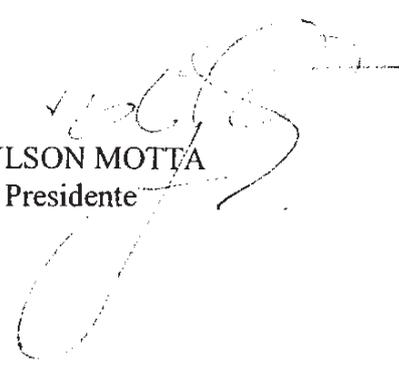
Com satisfação registro o recebimento do Ofício nº 127/2006, de 26/7/2006, por meio do qual Vossa Excelência encaminha o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006 - Complementar, de sua autoria, que trata dos casos de inelegibilidade.

Manifesto meu agradecimento, e de toda a Corte Federal de Contas, por sua preocupação e esforço pessoal junto a essa Casa Legislativa visando dar eficácia às decisões deste Tribunal.

Nesta oportunidade, encaminho-lhe cópia da Comunicação que proferi na Sessão Plenária deste Tribunal, nesta data.

Por sua especial atenção, renovo a Vossa Excelência meu distinto apreço e consideração.

Atenciosamente,


ADYLSO MOTT
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Senado Federal
Brasília - DF

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Comunico a Vossas Excelências que recebi hoje do Senador Romeu Tuma ofício em que aquela autoridade encaminha à Presidência desta Casa cópia do Projeto de Lei do Senado Federal nº 231, de sua autoria.

A proposta altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, que regula os casos de inelegibilidade.

Atualmente, o citado dispositivo caracteriza como inelegíveis, pelo prazo de cinco anos, aqueles que tiverem suas contas referentes ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por decisão definitiva dos tribunais de contas, salvo se a matéria houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário.

Essa ressalva do recurso ao Judiciário tem diminuído dramaticamente a efetividade das deliberações dos órgãos de controle e conspurcado os procedimentos eleitorais, pois basta àqueles interessados em burlar a restrição o simples ajuizamento de qualquer ação, em qualquer momento anterior ao pleito, para manterem sua elegibilidade.

O texto sugerido pelo Senador Romeu Tuma corrige essa grave falha. Ele torna inelegíveis “os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, salvo decisão judicial transitada em julgado, proferida antes da impugnação do registro da candidatura, em ação que objetive desconstituir a decisão que rejeitou as contas”.

A proposta de Sua Excelência, que visa a conferir maior efetividade às deliberações dos tribunais de contas e a aprimorar o processo político brasileiro, nasceu de declarações decorrentes da audiência desta Presidência com o Ministro Marco Aurélio, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no último dia 3 de julho, oportunidade em que foi entregue à Justiça Eleitoral a relação dos gestores públicos que tiveram suas contas julgadas irregulares pelo TCU nos últimos cinco anos e deu-se destaque à falha existente na legislação relativa à inelegibilidade.

Esta Presidência congratula o Senador Romeu Tuma pela iniciativa, que demonstra o notável espírito público Sua Excelência, e exorta os Membros desta Casa a contribuírem com o Senado Federal no exame da matéria, que poderá significar importante contribuição para resgate da moralidade no panorama institucional do País.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 26 de julho de 2006.



ADYLSON MOTTA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Senadora Ideli Salvati.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Art. 14, inciso VI, do Regimento desta Casa:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

(...)

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão; (...).

Portanto, invoco o art. 14, porque fui citada nominalmente pelo Senador Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente com base no artigo lido por V. Ex^a – nem seria necessário fazer a leitura – a Mesa não lhe concedeu o direito à tréplica. O Senador Jorge Bornhausen...

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Não pedi direito à tréplica. Pedi a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a se cale, pois a Presidência está respondendo.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o senhor é tão Senador quanto eu. O direito que o senhor tem de estar nessa cadeira é o mesmo que eu tenho de estar nesta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fez uma questão de ordem, e a Presidência está respondendo.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Então, por favor, se atenha ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouça a resposta à questão de ordem formulada por V. Ex^a. O Senador Jorge Bornhausen, com muita elegância e educação, respondeu às provocações, às agressões de V. Ex^a, citando-a, sem, no entanto, agredi-la em nenhum momento. Ele não fez nenhuma citação pejorativa...

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Disse que eu falo sem as pessoas estarem presentes e fez uma série de questões que tenho o direito de rebater.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – ... nem mesmo a incitou a qualquer resposta. Portanto, V. Ex^a não tinha o direito, e não o tem, de responder.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, invoco...

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a V. Ex^a a palavra pela ordem...

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Eu invoco o direito regimental e solicito a opinião do Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência lamenta...

O SR. HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como companheiro de Mesa de V. Ex^a, com o maior respeito que tenho pelo Dr. Carreiro, do ponto de vista do uso da palavra pelo art. 14, a Senadora está absolutamente correta.

Na ocasião, deve ser dada a palavra. Não tenho nenhum questionamento a fazer à autoridade que V. Ex^a exerce quando está presidindo a sessão. Agora, do ponto de vista regimental, ela está absolutamente correta. Lamento discordar do professor maior de Regimento que eu tenho nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Lamento discordar do amigo e grande Senador Tião Viana. Eu creio que, em matéria de Regimento, nós temos muito o que aprender com o Dr. Carreiro; nesta hora, como em todas as outras, pela larga experiência que adquiriu no exercício dessa função, a orientação dele foi absolutamente correta. É claro que nós respeitamos interpretações. Ocorre que a Presidência da Mesa decidiu e, obviamente, não há outra forma a não ser cumprir a deliberação da Mesa. O assunto está encerrado.

Eu concedo a palavra, intercalando os oradores, ao Senador Geovani Borges, que vai usar a palavra como orador.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu peço ao Senador Geovani Borges que aguarde a

Senadora Ideli Salvatti. Depois, nós iniciaremos o processo de intercalar o Senador inscrito com o Senador que solicita a palavra para uma comunicação na Hora do Expediente.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a me conceder a palavra, eu já estava inscrita como oradora. Tenho um assunto e um tema para tratar neste meu tempo de inscrição. Portanto, já que V. Ex^a me negou o direito regimental de utilizar o art. 14, quero solicitar cinco minutos pela Liderança do PT, a que também tenho o direito. Porque eu não vou usar o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra como Líder do PT. Veja V. Ex^a que ninguém aqui tem receio do que V. Ex^a possa dizer da tribuna. Ocorre que há um Regimento e há que se respeitá-lo, em que pese interpretações divergentes. A interpretação que prepondera sempre é a da Mesa, e a interpretação da Mesa foi aquela que oferecemos à questão de ordem de V. Ex^a. Portanto, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos como determina o Regimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para emprestar a minha opinião sobre os fatos. Eu também estava ouvindo pela TV Senado porque não consegui chegar até aqui e pude acompanhar apenas o trecho final da fala do Senador Jorge Bornhausen. Não quero me ater ao Regimento, nem contestar a decisão de V. Ex^a. Mas a praxe nesta Casa é que, em momentos polêmicos, seja sobre temas da política ou de entendimento da fala dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, a praxe é que pelo menos haja a réplica e a tréplica até porque, normalmente, diante desses debates, volta-se à calma e ao entendimento. Já assistimos a isso várias vezes, com diversos parlamentares, aqui no Senado Federal. Portanto, levando em conta o bom relacionamento neste Plenário, amigos de trabalho que somos, acho importante manter um pouco dessa performance para todos nós. Então fica apenas esse apelo à praxe que a Presidência tem adotado em momentos anteriores sobre eventos como este.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Embora não devesse responder a uma questão vencida, eu gostaria de dizer ao Senador Sibá Machado que qualquer interpretação merece o respeito de todos os Senadores. Eu não sou daqueles acostumados ao desrespeito a opiniões divergentes.

De qualquer forma, esta é a prática nesta Casa: a orientação regimental sempre é conferida pela Secretaria-Geral da Mesa, que, sem dúvida nenhuma, é quem tem mais condições de interpretar corretamente o Regimento. Enquanto eu estiver presidindo a sessão, eu me orientarei por aquilo que estabelece a prática do Senado Federal, que é sempre ouvir a Secretaria da Mesa sobre questões regimentais. Foi o que a Presidência fez e deliberou dessa forma.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti como Líder do PT, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, invoco aqui nada mais nada menos do que o testemunho da imprensa, que acompanha sistematicamente as sessões do Senado, para que ela, que assiste permanentemente a estas sessões, responda se não é usual, permanente: toda vez que alguém aqui é citado em qualquer pronunciamento, o art. 14 é concedido sempre. Às vezes, a citação se dá até para facilitar a utilização do art. 14. Não foi uma, nem duas, nem três vezes que isso aqui aconteceu. Portanto, quero deixar aqui registrado o repúdio pela questão regimental afrontada, sim, indiscutivelmente, porque isso é usual e é o que acontece permanentemente.

Em segundo lugar, não vou admitir, Senador Alvaro Dias, que qualquer Senador ou Senadora faça um pronunciamento como fez V. Ex^a, que se dirigiu a minha pessoa dizendo que não tenho autoridade política nem moral. Volto a dizer: quem me colocou nesta cadeira foi o povo do meu Estado, quem colocou V. Ex^a nessa cadeira foi o povo do seu Estado. E daqui só sairemos pelo voto do nosso Estado.

Quero dizer mais. Reafirmo, quem esteve comprometido, participou ativamente da ditadura militar, não tem moral para falar de censura! O filme da Zuzu Angel é uma prova inequívoca do sofrimento, da censura, da violência e da morte infligida a famílias brasileiras pela ditadura militar, o que é inadmissível. Portanto, quem esteve envolvido, quem foi parceiro, não tem direito de falar de censura, mesmo que tenha sofrido a censura, e não acredito que a rádio Senado tivesse feito qualquer tipo de censura.

Por último, quero mencionar os discursos contundentes a respeito de o Presidente Lula não ter moral. O Presidente Lula tem moral, e muita moral, e moral reconhecida pelo povo brasileiro, senão não teria a intenção de voto que tem, não teria o carinho do povo brasileiro. Falam de escândalos, escândalos, escândalos! No pronunciamento que farei no meu horário de inscrita, em seguida, falarei sobre escândalo!

Peço a atenção do Senador Pedro Simon: a Companhia Vale do Rio Doce – isso está em todos os jor-

nais de hoje – teve um lucro de, nada mais nada menos, R\$3,9 bilhões em três meses; esse foi o lucro da Vale do Rio Doce. Sabe por quanto ela foi vendida? Foi vendida por R\$3,13 bilhões – vejam os que nos acusam, que nos atacam dizendo que não temos moral –, portanto, por menos do lucro de um trimestre. E querem ter moral de dizer o que depois de um crime de lesa-pátria dessa magnitude, vendendo uma das maiores empresas do mundo, hoje, por menos do que o lucro de um trimestre? Então não têm moral, não têm moral.

O Presidente Lula tem todo o direito de dizer que tem de lavar a boca. Tem mesmo de lavar a boca por causa de tudo que fizeram neste País.

Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL– PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência não quer retornar ao assunto, considera-o vencido, mas reafirma os termos do seu pronunciamento anterior já que realmente não cabe autoridade moral e política para questionar decisões da Mesa, quando elas decisões são respaldadas pelo Regimento.

Nesses termos é que coloquei a questão da autoridade moral e política.

Está encerrado o assunto.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tratar exatamente de uma questão regimental. A Senadora Ideli Salvatti, com esse seu espírito democrático, do qual não se afasta nunca, pediu que a imprensa se manifestasse em plenário. Eu acho que o lugar de a imprensa se manifestar, e o faz com muita competência e isenção, é exatamente nos seus órgãos de comunicação. Querer fazer média com a imprensa e dizer que ela deveria ser ouvida aqui é uma maneira de enganar.

Quanto à censura, gostaria de dizer que ela existe na ditadura e na democracia. Censuram-se inclusive fatos que ocorrem na Justiça e de que as pessoas se negam a tratar aqui no Senado. A censura existiu lá como existe aqui.

De forma, Sr. Presidente, que esse assunto precisa ser abordado com seriedade.

A Vale do Rio Doce foi vendida barata, foi entregue. Felizes são o Brasil e a Vale do Rio Doce, que hoje está produzindo tudo isso. Imagine se ela estivesse na mão do PT e dos sanguessugas! Onde estaria a Vale do Rio Doce hoje, Sr. Presidente? Onde estariam a Vale do Rio Doce e o lucro dela? Felizmente, em um passado

recente, teve-se a coragem de diminuir o tamanho do Estado e de acabar com o vertedouro de corrupção, que seria um prato cheio para o atual Governo, que, dia após dia, responde muitas vezes o irresponsável e faz corrupção na alta e na baixa escala, da ambulância aos envolvimento milionários.

De forma que não aceito, Sr. Presidente, que esta Casa seja diminuída e que se use para isso o exemplo da figura de Zuzu Angel, que no seu túmulo deve revolver-se de ódio por estar sendo usada como mau exemplo, como exemplo indevido, num momento como este. O melhor que se deveria fazer seria respeitar a história dessa brasileira que penou, como tantos brasileiros penaram. O que não se pode fazer é tentar usá-la como subterfúgio ou como argumento dos seus pecados, que são injustificáveis.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

A Presidência pede apenas o cumprimento do Regimento, no que diz respeito ao tempo nas questões de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu cumprirei o Regimento fielmente.

Sr. Presidente, ouvi o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti e o do Senador Heráclito Fortes e quero dizer que concordo em parte com o que foi dito. Concordo com a Senadora Ideli Salvatti, quando ela se reporta ao período da ditadura, que cerceou, sim, o direito de liberdade de comunicação de tantas pessoas. Concordo também com a reclamação que os Senadores fizeram ontem sobre o cerceamento que sofreram na “Voz do Brasil”. As duas coisas estão erradas. Nós somos contra os dois métodos. Não pode haver cerceamento de ninguém. Com relação a esse ponto, o Senador está correto.

O que chama a minha atenção aqui é a transformação do debate sobre os encaminhamentos políticos, jurídicos e sociais, que é tão salutar, em questões pessoais. No meu entendimento, houve destrato, sim.

A minha reclamação é no sentido de que jamais entremos em questões pessoais. Se isso acontecer, o debate estará aniquilado, prejudicado.

Portanto, seja de quem forem as agressões, não poderemos aceitá-las.

Quero render um tributo à minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, porque, ao usar esse argumento, eu creio que ela está coberta de razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque também fui envolvido no debate. Evidentemente, não houve o objetivo de me ofender, mas fui um dos que foram considerados censurados no pronunciamento do Senador Jorge Bornhausen.

Eu queria dar o meu depoimento de que o próprio Diretor de Comunicações desta Casa reconheceu que isso aconteceu, pediu-me desculpas e disse que esse tipo de coisas não iria mais acontecer.

Esse era o primeiro depoimento que eu queria dar.

O segundo é relativo à censura. Quero dizer que qualquer tipo de censura ou qualquer tipo de discriminação é inaceitável, seja de quem for e de onde vier.

Assim como é odiosa a censura que o regime militar fez durante tantos anos neste País, também é odiosa a tentativa de rotular pessoas que participaram, ou não, daquele período e, a partir daí, impedidas de falar.

Eu quero lembrar que essas pessoas, assim como todos os brasileiros, são cidadãos brasileiros e foram eleitos com as mesmas condições que foram levantadas pelo seu povo e pelo seu Estado. Por isso, têm o mesmo direito, a mesma autoridade moral e a mesma legitimidade popular para dar a opinião que quiserem, e fazer a crítica que quiserem, no momento em que quiserem, não importando se eram da Arena, do PSDB, do PT, do PMDB, da Arena 1, da Arena 2 ou de qualquer partido, inclusive daqueles partidos de esquerda, que também praticaram seus crimes durante a ditadura, que também não são aceitáveis.

Hoje, vivemos outra situação neste País. Somos todos integrados na mesma democracia, e é absolutamente inaceitável esse novo tipo de censura que se quer fazer agora, tratando as pessoas de modo diferente em virtude de seu passado político. O importante do passado político de cada um é que se tenha integridade pessoal, independentemente de crenças ideológicas. A integridade pessoal, a meu ver, é o que o povo brasileiro procura hoje.

Quero dizer, porque faço parte daquele grupo que estive no Poder e fez o processo de privatização, que, graças a Deus, houve o processo de privatização há dez anos. Com certeza, alguns por má vontade, outros por desconhecerem qualquer tipo de aritmética ou matemática financeira, confundem números de dez, quinze anos atrás com números de hoje, que absolutamente não têm nada a ver.

Por isso mesmo, se as empresas estivessem em mãos de quem desconhece as técnicas de gerenciamento, os lucros nunca seriam os mesmos de hoje. O que realmente dá pena é ver estatais na mão de gente corrupta, que desperdiça o patrimônio público, que joga fora o patrimônio público, que desvaloriza o patrimônio público e que desvia recursos do patrimônio público para finalidades absolutamente inconfessáveis. Esse é o problema. Essa é a grande questão que se deve discutir hoje.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui me associar ao que disse o Senador Tasso Jereissati. Lamentavelmente, a Líder do PT desconhece os princípios primários de economia. Quando a Vale do Rio Doce foi privatizada, há dez anos, ela foi privatizada em função do valor do seu patrimônio líquido. Naquela altura, por falta de capacidade de investimento do Governo Federal, valia aquilo pelo qual ela foi arrematada. Os investimentos feitos, já com a Vale privatizada, ao longo destes 10 anos, propiciaram o aumento da sua capacidade de geração de negócios que a levam a ter hoje esse lucro que, como disse a Senadora, é da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

Grande parte desse lucro, a Vale do Rio Doce auferiu no Pará, que é o Estado que, com muita honra, represento aqui. Só que não disse ela que, no Governo Lula, esses lucros são auferidos, nessa ordem, pelo sistema financeiro, que não gera emprego e não gera produção. E quando ela diz que quem, supondo ela, participou do Governo da ditadura não pode falar em censura, quero dizer que quem participa do Governo corrupto não pode falar de ética, não pode vir aqui falar de ética.

E quem diz isso é o ex-assessor de imprensa do Presidente, o jornalista Ricardo Kotscho, que no seu livro **Do Golpe ao Planalto** reconhece que o Presidente Lula participou, sim, da negociação que ele presenciou, em 2002, no apartamento do ex-deputado Paulo Rocha, onde se plantou a semente do mensalão. A negociação juntou, de um lado, Lula e José Dirceu e, de outro lado, José Alencar e Valdemar Costa Neto, Presidente do PL.

Só três anos depois, Kotscho descobriu o móvel principal daquela feroz discussão: R\$ 10 milhões. E o pior: ele assegura que Lula estava lá debatendo “a fixação do preço”.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na forma do documento enviado pelo Senador José Agripino, Líder do meu Partido, peço a palavra na hora oportuna e regimental para falar em nome do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a será atendido, na forma regimental, em conformidade com a prática de intercalar oradores, entre os inscritos e os Líderes.

Concedo a palavra para uma breve comunicação ao Senador Geovani Borges.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do PMDB, já que a Liderança do Governo está cedida para o Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a fica inscrito pela Liderança do PMDB.

Concedo a palavra finalmente ao Senador Geovani Borges.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Saturnino Braga. Ainda não é a vez do Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trava-se todo um debate aqui em torno da censura e de acontecimentos passados, no qual se inclui a questão da privatização e do que nunca foi revelado, ou seja, o que se passou por detrás dessas operações em que o BNDES, o órgão desenvolvimentista brasileiro, financiou grupos privados para tomarem o patrimônio público a preços absolutamente aquém do valor real.

Sr. Presidente, lembro-me muito bem de que o preço da Vale do Rio Doce, na época, foi contestado. Foi de uma forma absolutamente flagrante a benesse que se estava dando para grupos privados tomarem conta de patrimônio que é do povo, que é da Nação brasileira. E agora vem-se dizer que a Vale prosperou porque foi privatizada. Isso é suposição! Claro, o grupo privado tomou empréstimos para adquirir as ações, operou no mercado financeiro com as vantagens que lhe foram oferecidas. Propiciou-se um bom negócio, evidentemente.

Agora, a Vale estatal conseguiu feitos, conseguiu êxito que foi exatamente o que levou a empresa à posição que tinha no momento em que foi privatizada. E jamais grupo privado nenhum teria levado a Vale do Rio Doce àquela situação. Jamais grupo privado nenhum teria feito o que fizeram as estatais brasileiras pelo desenvolvimento. A Petrobras passou a ser uma empresa para dar lucro, comprando navio no exterior, fabricando plataformas no exterior. A Petrobras teve 60% das suas ações vendidas na Bolsa de Nova Iorque.

Quer dizer, esses atentados ao patrimônio público, esses atentados ao projeto desenvolvimentista brasileiro é que acabaram neste País e agora querem retornar. E não vão retornar, porque a consciência nacional vai falar mais forte do que tudo. Acima de tudo, há o interesse da Nação brasileira, do seu patrimônio, do seu desenvolvimento, do seu projeto, do seu destino de Nação desenvolvida que depende exatamente dessa retomada da ação do Estado no desenvolvimento. Não depende do mercado. Mercado não produz desenvolvimento nenhum. A ação estatal, os planejamentos, os investimentos estatais e a escolha dos setores estratégicos é que produziram, no Brasil, o seu momento maior de desenvolvimento, que parou inteiramente no momento que começaram essas privatizações.

Não retornarão! Não retornarão, porque o povo vai dar a resposta a esses que pensam que entregar o Brasil ao mercado é fazer a felicidade do povo. Não vão retornar ao poder e esse é o debate maior que se deve travar nesta campanha eleitoral. Porque este é o ponto crucial: o destino do Brasil. Não é essa questão de ficar dizendo ética para cá e ética para lá. Nunca se apurou tanto no Brasil. Onde foram parar as CPIs pedidas nos Governos anteriores? A CPI dos Empreiteiros, a CPI da Privatização, a CPI da Compra de Votos nunca saíram do papel.

Aqui, neste Governo, pela primeira vez o Congresso instala três CPIs e apura tudo que está apurando.

Então, Sr. Presidente, não vamos falar em ética.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Isso é pela ordem, Sr. Presidente? É pela ordem que ele está falando?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– É pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Vamos falar em desenvolvimento do País. Vamos falar sobre o destino do País. Vamos falar do interesse do povo brasileiro que está acima de tudo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero parabenizar o Senador Saturnino Braga.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Quero apenas salientar que o Senador Roberto Sa-

turnino cumpriu o seu tempo regimental. S. Ex^a não o extrapolou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Eu quero apenas parabenizar o Senador Roberto Saturnino e digo aqui repetidamente – e tenho certeza de que estou certo: ele está no Partido errado. Ele não tem nada a ver com este PT. Nós não vemos S. Ex^a metido nesses escândalos. Nós vemos o Senador com esse seu discurso solitário, que é o mesmo de 20 anos atrás....

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – De 40 anos, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De 40 anos atrás – S. Ex^a me corrige aqui.

V. Ex^a foi brilhante, Senador Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – E foram os 40 anos de maior progresso neste País. Foram os 40 anos mais felizes da Nação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu só queria que V. Ex^a tivesse tranqüilidade...

O SR. PRESIDENTE (PSDB – PR) – O nobre Senador Heráclito Fortes está com a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu pediria tranqüilidade a V. Ex^a, Senador Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (PSDB – PR) – Em pronunciamento pela ordem, não há possibilidade de aparte nem mesmo pelo microfone, muito menos sem o microfone.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que, democraticamente, ouça o Senador Heráclito Fortes, como S. Ex^a o fez anteriormente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O brilhantismo do Senador Roberto Saturnino não se manifestou ontem aqui nesta Casa, quando o Governo mandou o Projeto da Marinha Mercante para esta Casa – e era o mesmo BNDES que financiava a juros privilegiados um projeto que, Deus sabe como, foi aprovado a toque-de-caixa. O vibrante Senador Roberto Saturnino não estava aqui ontem para protestar contra o Governo que aqui defende por ter mandado esse projeto.

Mas, pela seriedade e pela retidão de S. Ex^a, eu tenho certeza de que o Senador Roberto Saturnino ficará contra esse empréstimo e, acima de tudo, por coerência, não irá permitir a sua aprovação. São os mesmos critérios do BNDES, sacrificado inclusive se

aprovado for, porque extrapolam os limites possíveis para empréstimos daquela natureza.

Como eu sei, Senador Saturnino, que V. Ex^a é um homem de bem, não se levantou ontem contra esse projeto talvez porque não estivesse em plenário, mas se comprometeu com a Nação. E V. Ex^a é um homem que, quando assume compromisso, honra. V. Ex^a não votará a favor dessa solicitação do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, depois ao Senador Romero Jucá.

Solicito, a partir de agora, que não ocorra mais repetição da solicitação pela ordem. Evidentemente, a Mesa não tem condições de antever qual será a questão de ordem solicitada ou mesmo a solicitação da palavra pela ordem. Democraticamente, a Presidência concede a palavra, mas apelo aos Srs. Senadores que não solicitem, mais de uma vez, a palavra pela ordem, apenas uma vez. Mas vou conceder, já que concedi a outro, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, não estou pedindo pela ordem. Estou pedindo a palavra pela Liderança, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito como Líder do PSDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, pela citação do Senador Heráclito Fortes, quanto à questão do empréstimo de ontem que a Liderança do Governo apresentou e defendeu. Eu quero colocar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu não ouvi a citação, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não? Houve citação, sim!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Houve citação, sim. E sou o Líder do Governo nesta Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é caixa de banco? É fiscal de banco?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para colaborar com a Mesa: que V. Ex^a possa destinar cinco minutos para cada orador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o que estamos fazendo.

O Senador Romero Jucá tem a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias,

Senador Heráclito Fortes, tenho procurado pautar as minhas ações no sentido de construir o debate, de facilitar os entendimentos, de procurar esclarecer as questões.

Ontem, discutimos a questão não do empréstimo da Transpetro, mas sim do aumento da capacidade de endividamento da Transpetro, para que esta possa começar a discutir com o BNDES um empréstimo de financiamento que depois virá para esta Casa. Portanto, discutimos ontem limites de endividamento, colocamos as questões, procuramos apresentar todas as informações necessárias e, por solicitação do Senador Tasso Jereissati, de V. Ex^a e de outros Parlamentares, dissemos que iríamos prestar os esclarecimentos necessários.

Hoje, pela manhã, liguei para V. Ex^a, liguei para o Senador Tasso Jereissati, colocando-me à disposição, pela Liderança do Governo, para prestar quaisquer esclarecimentos necessários, porque entendo que esse limite de endividamento é importante para o prosseguimento do programa de reconstrução naval brasileira e atende principalmente a três Estados na geração de emprego: Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Então, em nenhum momento do debate – e o Senador Romeu Tuma foi Relator dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos – foi levantado qualquer indício de irregularidade, corrupção ou de qualquer questão de ação escusa; pelo contrário, o que foi levantado aqui foi a necessidade de informações complementares.

Registro aqui, hoje, que estaremos à disposição para prestar essas informações complementares. Se não vamos poder votar hoje essa matéria, espero que possamos votá-la no início de setembro, no próximo esforço concentrado, porque é uma matéria importante.

Tenho atuado pela Liderança do Governo, não para acirrar os ânimos nessa questão da disputa eleitoral.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romero, ninguém falou em corrupção aqui, não. É o subconsciente partidário. Não se falou em corrupção aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Subconsciente, não. V. Ex^a foi quem fez uma série de acusações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Diga-me uma, uma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito, sem apartes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Se V. Ex^a ou se qualquer Senador tiver alguma informação a prestar sobre essa questão, o Governo está aberto para qualquer esclarecimento necessário.

Queremos votar a matéria no início de setembro, pois é importante. E entendo que essa questão deve ser conduzida dentro do debate, dentro do esclarecimento e dentro da postura de construção e de respeito democrático que nós devemos ter.

Portanto, Sr. Presidente, fica feito o esclarecimento. Quero refutar aqui qualquer irregularidade e qualquer levantamento de questão contra esse relatório feito pelo Senador Romeu Tuma e defendido por mim aqui, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço desculpa a V. Ex^a, pois acho que o debate está esquentando o ambiente e eu não me estaria intrometendo, mas o relatório foi para aumentar o endividamento. Não se discute valores onde possa haver corrupção. O que pedi é que o Tribunal de Contas, quando vir os pedidos de empréstimo, faça a fiscalização como foi do tapa-buracos. Então, não posso admitir, nem por sombra, que passe na cabeça de ninguém que eu estaria comprometido com qualquer coisa que trouxesse indignidade à minha atividade de mais de 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Tasso Jereissati, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a uma explicação pessoal, porque o que foi dito aqui pelo Senador Romero dá até a entender que se colocou em dúvida o relatório do Senador Tuma. De maneira nenhuma. O que eu disse aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, pela mesma razão que não concedemos à Senadora Ideli, a Mesa também não concederá a V. Ex^a, porque não vê motivação para que o art. 14 seja invocado nesta hora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não usei o art. 14, não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peça a V. Ex^a compreensão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero dizer a V. Ex^a que não invoquei o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Na verdade, não sei o que V. Ex^a pretende estabelecer. Não sei se terei cinco minutos para falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a terá cinco minutos pela ordem, já que, para falar pela Liderança, V. Ex^a teria de esperar uma lista de inscrições.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

Na verdade, não estou entendendo direito este debate. De repente, o ilustre Senador Roberto Saturnino, de uma maneira muito vibrante – aliás, fico feliz de vê-lo tão vibrante porque, há dois anos, S. Ex^a andava tão apático nesta Casa, mas agora o tenho visto muito vibrante –, não sei por que, mas de maneira, em determinados pontos, até agressiva, olhou para trás, apontou o dedo e falou “eles não vão voltar! Eles não vão voltar!”. Eles quem, cara pálida? E ele olhava para cá. Eu não estava entendendo por que ele gritava e apontava o dedo dizendo “eles não vão voltar!” Parecia que estava perdendo o limite da sensatez. Não estou entendendo quem são “eles”.

Senador Sibá Machado, que está olhando para mim, V. Ex^a sabe quem são “eles”, quem o povo dirá que “não vai voltar”?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Os privatizadores, os mercadistas, os homens do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, não há aparte em pronunciamento pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ah! Eu gostaria de saber quem são eles que “não vão voltar”. Quem são os privatizadores? Quem são os privatizadores?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quem privatizou neste País?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Infelizmente, não há possibilidade deste debate.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a não sabe quem privatizou?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Srs. Senadores, o Regimento não permite este debate.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Roberto Saturnino, tenha um pouco de calma. V. Ex^a está nervoso.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Estou de bom humor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência solicita a compreensão do Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a usou seu tempo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A PPP foi um projeto de privatização? Por favor, Senador Roberto Saturnino, exalte-se. PPP é um projeto

de privatização? Meu querido, V. Ex^a, que é tão fiel a seus compromissos originais, diga-me: PPP é ou não é um projeto de privatização? O projeto de ontem é um projeto de privatização? Nem vi V. Ex^a por aqui. V. Ex^a não estava por aqui!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Mas tenho conhecimento do projeto porque estava na Comissão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então, explique-me o projeto V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É um projeto de...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – De privatização do lucro, meu querido Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – De privatização do lucro?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – De estatização do risco, meu querido Senador. E a PPP o que é, meu querido Senador?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não votei na PPP, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ah, não?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor não votou nela, não? Quem são “eles”, então?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pode conferir.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quem são “eles”, meu querido Senador?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência pede a compreensão do Senador Roberto Saturnino. Não haverá som enquanto não houver respeito ao Regimento. A Presidência solicita a colaboração do Senador Roberto Saturnino.

Está com a palavra o Senador Tasso Jereissati, pela ordem.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ele faz indagações a mim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu queria dizer que o meu saudoso pai, juntamente com o Senador Pedro Simon – gostaria de ver o brilho da palavra do Senador Pedro Simon, que pede a palavra por ter sido citado –, participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – ambos têm a mesma origem. Nos anos 30, esse Partido criou o maior projeto de desenvolvimento deste País, muito de acordo com o que acontecia no Brasil e no mundo nessa época.

Nos anos 30, o Brasil era um País agrícola que queria se industrializar. O Partido fez um projeto desenvolvimentista nacionalista chamado de substituição

de importação. Lembro a quem não sabe que, nessa época, não havia computador, televisão, comunicações pela Internet nem qualquer tipo de comunicação internacional. O Brasil não tinha uma indústria; vivia do café e do leite. Foi feito esse projeto do qual orgulhosamente minha família participou a vida inteira.

O Senador Pedro Simon é testemunha disso, porque também participou desse grande projeto, liderado pelo saudoso e inesquecível Getúlio Vargas, nos anos 30.

Nos anos 80, mudou o mundo, mudou tudo. E evidentemente ninguém defende mais agora, no ano 2000, nem pode defender, o mesmo projeto implantado nos anos 30. Tem que se lutar por uma reafirmação dos mesmos princípios dentro da realidade do País industrializado, do mundo globalizado, em que a eficiência, a liberdade, a ética – hoje existe democracia, porque nem a ditadura daqueles anos pode servir mais –, a honestidade, a inteireza de princípios, a honradez da palavra são fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Encerrarei a seguir, Sr. Presidente.

Porque, num clima de liberdade, de plenitude democrática, em que todos podem agir de acordo com o seu alvitre, se a ética e os valores morais não prevalecerem, absolutamente esta sociedade virará o caos.

É lamentável. É absolutamente lamentável que, no calor da discussão, líderes ilustres digam: “Que se dane a ética; que vá para fora a ética, os valores morais e a honestidade. O que interessa é a presença do Estado dos anos 30”. É lamentável que ainda tenhamos de ouvir nestes dias um discurso inflamado dizendo isso; é lamentável e profundamente triste.

Vou voltar a esta palavra, Sr. Presidente: ética, sim; roubo, não; desonestidade, não. O homem público não pode ser desonesto e usar do dinheiro público. O homem público, ao contrário, cada vez mais, tem que dar o exemplo com sua vida, e não o “desexemplo”, na sociedade em que vivemos. A própria violência é originária de pensamentos como esse, em que se consideram os valores morais irrisórios e sem nenhum valor diante de uma ideologia de Estado.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar isso aqui bem claro e lamentar profundamente que, no dia dos “sanguessugueiros”, no momento dos “mensaleiros”, tenhamos que ouvir aqui uma verdadeira exaltação aos “sanguessugueiros” e “mensaleiros” deste País. Lamento muito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência quer encerrar esse debate. Há ainda o Senador Tião Viana para falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ocorre que este debate é realmente importante e não está se dando em termos exaltados.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ah, mas porque vários falaram mais!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, para encerrar o debate, vou dar cinco minutos para cada um.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Perfeito, acho que é legítimo isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Tião Viana, se nosso nobre Senador permitir, peço a V. Ex^a compreensão, já que se estabeleceu esse debate e que sabemos da dificuldade em encerrá-lo. E democraticamente queremos dar vez a todos para se pronunciarem a respeito.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a esse gesto democrático que permite ao Senado a retomada de sua serenidade natural após a expressão das opiniões aqui, que são necessárias para um duro debate, iniciado, evidentemente, numa divergência entre a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Jorge Bornhausen, em razão do discurso que fez o Senador Jorge Bornhausen no dia de ontem. Mas o fato, Sr. Presidente, é que os ânimos aqui estão exaltados. Temos um Senado vivendo um clima de sensibilidade muito elevada, um Senado à flor da pele, como se pode dizer. Infelizmente, a intolerância tomou conta do debate na Casa. Eu, nesses quase oito anos de testemunho diário da vida do Senado, confesso que há uma constatação hoje de que vivemos uma fase de embrutecimento verbal dentro do plenário da Casa. Nunca se imaginou que se pudesse chegar a um nível de debate dessa natureza, em que as adjetivações tomam conta do ambiente político, tomam conta da responsabilidade dos mandatos. Não me refiro aqui, evidentemente, ao Senador Tasso Jereissati, pois vi o debate que S. Ex^a fez há dois dias, um debate elevado, à altura de sua responsabilidade de presidente de um Partido. Até tive oportunidade de fazer considerações positivas a seu debate, mas, no entorno disso tem havido uma onda de ataques verbais aqui insuportável. Veio até minha lembrança o que disse Ulysses Guimarães ao ser consultado sobre a tragédia que era a legislatura em que ele vivia. Ele disse: Você não imagina o que vai ser a próxima! Imagine V. Ex^a que nós estamos duas legislaturas após. É uma tragédia isso, a responsabilidade com o processo legislativo, com as grandes causas da Nação, com os grandes temas.

Quando vejo o Senador Marco Maciel, que cumpre à risca a sua função de grande legislador, do homem que debate os grandes temas nacionais, fico muito sentido que a Casa não esteja acompanhando esse tipo de debate como ela é merecedora. Há uma crise política instalada, que merece que os ânimos se acirrem em alguns momentos, mas penso que deveríamos estabelecer um pacto entre os partidos de diálogo elevado, de debate elevado e de responsabilidade política.

Acho profundamente injusto o ataque que vem sofrendo o Presidente da República, o Presidente Lula. Penso que a sua biografia, a sua história de homem público, a sua militância política, a sua caminhada de operário, um grande líder nacional, um grande líder da América Latina, não é merecedora desse tipo de adjetivação. Não vi, em ataques dirigidos por alguns Senadores aqui à figura do Presidente Lula, qualquer resposta dele, ao longo desses anos, e não sei por que razão isso. Fico triste quando às vésperas de um momento eleitoral esse ambiente tenta tomar conta.

Lembro-me de um discurso do Senador Tasso Jereissati em que S. Ex^a nos chamou a um debate suprapartidário, nos chamou à responsabilidade quanto à mancha moral em que está envolto hoje o Congresso Nacional. E nós todos ali concordamos que quadrilhas estão atuando dentro do Congresso Nacional, dentro do Poder Legislativo, que há ramificação pelo aparelho dos Estados, dos Municípios e da própria União, e que algo tem que ser feito.

Reporto-me aqui ao Governo do Presidente Lula. Nunca se combateu tanto a corrupção como neste Governo. Não estou dizendo que este Governo é melhor ou mais honesto do que o Governo Fernando Henrique. Não estou nesse debate. Estou dizendo que este é um Governo que tem agido exemplarmente no confronto com a corrupção. Estão aí as ações da Polícia Federal, que age com absoluta imparcialidade, independência, combatendo fraudes, prendendo corruptos, prendendo criminosos que transgridem, efetivamente, a ordem pública e a moralidade pública.

Entendo, Sr. Presidente, que deveríamos, nesta hora, pensar o País segundo seus desafios, desafios de um País que não cresce como gostaríamos, de um País que poderia estar crescendo mais, que alcançou a estabilidade da moeda, que alcançou o controle inflacionário, que garantiu inclusão social, que reduziu a taxa de desemprego, que avançou profundamente na luta pela reforma agrária.

Os dados estão aí para um grande debate, sobre a geração de emprego, sobre como está se dando o controle das exportações, com uma economia sustentada, com grandes perspectivas futuras, para que

um melhor projeto de Nação fosse apresentado ao eleitor brasileiro e pudesse ser levado adiante nesta hora. Acho que ninguém é dono da verdade, ninguém é proprietário da fórmula mágica de garantir tudo que a sociedade brasileira quer.

Agora, não me parece justo que um Presidente da República, com o índice de aprovação que tem, com a responsabilidade histórica que tem perante a Nação, com a autoridade moral que tem tido perante a Nação, com a sua vida para ser avaliada e, no mínimo, respeitada, mereça estar sendo enxovalhado como está sendo por alguns.

Respeito muito as críticas feitas ao meu Partido. São críticas que meu Partido merece em alguns pontos, pois errou. Todos os partidos erraram nesse debate ético. Temos falhas e temos que ter essas falhas apuradas, tem que haver a devida condenação. Agora, a desonra da figura do Presidente da República é um ato impensado, um ato que foge, efetivamente, às responsabilidades políticas que o momento requer de todos.

Longe de mim qualquer reflexão de que estamos vivendo crise de qualquer natureza. Estamos apenas passando por um momento de nervosismo político, de confronto eleitoral. Deveríamos, imediatamente, colocar as coisas no seu devido lugar, pelo bem do interesse da sociedade, pela responsabilidade que nos foi delegada pela sociedade brasileira quando viemos a esta Casa.

Não quero falar com superioridade a nenhum líder partidário de qualquer outro partido e não me coloco em condição de querer, aqui, pregar um discurso orientador, disciplinador de comportamento; quero apenas chamar para um pacto de procedimentos em relação política que esteja à altura da elevação e da grandeza que deve ter o Senado Federal no grande debate nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, só para que conste dos Anais que o Senador Geovani bateu o recorde de permanência na tribuna esperando sua vez de falar.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, que já entra marcando um fato histórico.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E será o primeiro discurso dele no Senado Federal.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon tem toda a razão. Estou há

dezesseis anos fora do Parlamento, retorno a esta tribuna e verifico que nada mudou: o calor do debate, esse espírito democrático, respeitoso e, muitas vezes, apaixonante.

Assumir uma das representações do Estado do Amapá no Senado da República é, para mim, a culminação de uma carreira política já longa e uma oportunidade pessoal de estabelecer novas frentes de luta em favor da minha terra e do meu povo. Isso porque, Sr. Presidente, a única e verdadeira prioridade de minha atuação parlamentar será a defesa do Amapá e de sua gente, desse valor decorrendo todos os demais posicionamentos que terei de tomar no decurso das atividades parlamentares que ora inauguro.

Para tão honrosa quanto difícil tarefa, conto com alguns elementos que, estou certo, virão a tornar esse esforço mais bem-sucedido e, com a graça de Deus, mais bem direcionado em vista de seus objetivos e finalidade.

O primeiro desses elementos é a grande unidade que entrevejo na atuação das bancadas da Região Norte, sempre atentas e vigilantes na defesa desta parcela tão desfavorecida do nosso País: a Amazônia. Contem comigo, meus Nobres Colegas, Governador Waldez Góes, na defesa intransigente dos interesses daqueles brasileiros que fazem, nas grandes cidades, nos pequenos povoados e no interior da floresta, parcela considerável da grandeza do Brasil.

Será também fundamental, no decorrer da jornada, contar com a extraordinária sensibilidade que já demonstrou possuir o meu Partido, o PMDB, para com o tema do desenvolvimento regional e para com a necessidade de superar, com esforço e dedicação cívica, o lamentável quadro de injustiças traçado pelo desequilíbrio na distribuição de riquezas e de oportunidades entre os Estados da nossa Federação.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Geovani Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, que, em outras épocas, na Câmara Federal, foi um dos grandes líderes que respeito e admiro. É uma honra para mim ter a oportunidade de ser aparteado por V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – A honra é toda minha, nobre Senador Geovani Borges. Quero, antes de mais nada, felicitá-lo pela sua investidura no Senado Federal e fazer votos de pleno êxito no exercício da sua missão e também dizer que V. Ex^a estréia colocando muito bem a questão regional brasileira. Sempre digo que não se pode pensar no desenvolvimento homogêneo, orgânico e integrado do Brasil sem se pensar no desenvolvimento adequado das cinco grandes regiões

em que se divide o nosso País: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. E V. Ex^a é um dos mais lídimos representantes da Região Norte na Casa, pois conhece os problemas da região e sabe como resolvê-los. Acompanho sua vida há muito tempo, inclusive como Deputado Federal, em sucessivos mandatos, e tenho certeza de que V. Ex^a vai ser aqui um valoroso defensor de um desenvolvimento mais eqüitativo e mais justo do País, o que implica a correção das disparidades regionais, que, infelizmente, ainda comprometem muito um projeto de desenvolvimento que seja sinônimo de crescimento econômico juntamente com progresso social. Portanto, felicito V. Ex^a pela posse no Senado Federal e faço votos de êxito no cumprimento da missão que V. Ex^a vai desempenhar nestes meses, aqui nesta Casa.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Com muito prazer, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Outro apoio que vejo sumamente importante é o da própria Bancada amapaense, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, especialmente no que toca à figura insigne do Senador José Sarney, nobre colega de Partido e figura das mais relevantes da política e da história do Parlamento brasileiro, personalidade que distingue e destaca, entre todas as outras nesta Casa, a representação do Estado do Amapá.

Abro um parêntese aqui, Senador Marco Maciel, para dizer que, quando Deputado Federal, fui autor de um projeto de lei, que se transformou em norma jurídica, criando a Universidade Federal do Amapá. V. Ex^a me ajudou muito, quando Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para a sanção da lei. Então, isso faz parte da minha história, da nossa história.

Muito obrigado pela participação decisiva naquele momento histórico da minha vida parlamentar.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr^{as} e Srs. Senadores, vou me valer, no desempenho de minhas novas responsabilidades, do conhecimento que tenho da dura realidade dos Municípios brasileiros, obtido à testa da administração do Município de Santana, segunda maior cidade do meu Estado, de que tive a honra de ser Prefeito, e de uma experiência parlamentar que já soma dezoito anos, primeiramente como vereador em Macapá e, posteriormente, no decurso de dois mandatos consecutivos na Câmara Federal, o segundo deles como Deputado Constituinte.

É dessa oportunidade, precisamente, que guardo as melhores recordações da vida pública, seja pela honrosa participação no processo da elaboração da nossa Constituição Cidadã, seja pela convivência com

um dos brasileiros mais destacados da nossa história, justamente aquele que deu à Carta Magna essa alcunha que a destaca e engrandece, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães.

É sob sua inspiração que me comprometo, no exercício do mandato senatorial – em caráter permanente e irrevogável –, a procurar o bem dos brasileiros e, em especial, dos meus conterrâneos, na discussão dos grandes temas nacionais, como economia, segurança, educação, saúde e emprego, de acordo com os valores e as crenças que incorporei na convivência familiar, no ambiente dos mais próximos, que até hoje me inspira e me ilumina.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu tive tanta paciência para estar na tribuna. Estou há três dias inscrito e não consegui estrear na tribuna do Senado. Ontem, quando pensei que iria fazer o meu primeiro pronunciamento, pediram verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pode prosseguir com o seu pronunciamento. Como é o seu primeiro pronunciamento, V. Ex^a deve saber que há aqui um mecanismo que dispara, independentemente da ação do Presidente. Vamos concedendo o tempo a V. Ex^a até que termine o seu discurso, com, é claro, a compreensão dos demais colegas.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agora já sei que existe esse mecanismo.

Sr. Presidente, não poderia deixar de agradecer carinhosamente a educação e o exemplo de comportamento cidadão que me proporcionaram meu pai, Miguel Pinheiro Borges, cuja memória aqui reverencio, e minha mãe, que está lá no gabinete, assistindo-nos neste momento, Cícera Pinheiro Borges, companheira fiel nas dificuldades, assim como mãe zelosa e presente, sustentáculo da unidade familiar e paradigma de vida cristã.

À minha querida esposa, Jucileide, e aos meus filhos, Rafael e Geovani Júnior, agradeço o amor, o apoio e a compreensão pelo tempo de convivência tantas vezes mitigado pelos desdobramentos da atividade pública, na certeza de que nunca me faltaram e de que sua presença foi para mim o maior estímulo e a maior fonte de energia nos momentos de dificuldade, quando tudo o mais faltava.

Aos meus queridos irmãos e aos meus amigos, renovo o compromisso de que não falharei com as expectativas e as esperanças que em mim depositam sempre que possa contar, como sempre contei, com seu incentivo e seu carinho.

Finalizando, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo minha atenção ao povo do Amapá, fonte e objetivo de toda minha ação política, para reiterar os compromissos e a lealdade de um homem público que, desde seu primeiro mandato, no Legislativo da Capital estadual, fez da construção de um futuro melhor para os amapaenses um projeto de vida político e pessoal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Heráclito Fortes, que foi meu colega quando Deputado Federal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente, Senador Geovani Borges. Desejo apenas parabenizá-lo por sua posse como Senador da República e louvá-lo pelo pronunciamento que faz, voltado para o Brasil, para o seu Estado, mas, de maneira muito especial, para a família, o que mostra um traço do seu caráter de bom filho, bom pai e, acima de tudo, de uma pessoa com arraigados laços de sentimentos familiares, o que só mostra ao Brasil a sua figura e serve para todos que estamos presentes enaltecê-lo. A convivência que tivemos, em momentos históricos na Câmara dos Deputados, foi relevante para mim e muito proveitosa. Espero que, nesta sua temporada nesta Casa, V. Ex^a honre e engrandeça os brasileiros e, de maneira muito especial, o povo do Amapá, Estado por que tenho um grande carinho, até mesmo porque acolhe, de maneira muito carinhosa, uma colônia imensa de piauienses que para lá se dirigiram em busca de oportunidade de trabalho. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Com muito prazer, peço que seu aparte conste do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, algumas pré-condições devem ser atingidas para que se realize o patamar do desenvolvimento socioeconômico que todos almejamos. Para isso, toda a minha atenção estará voltada, minha fé, minha disposição para o trabalho, minha vontade de realizar e de transformar, com a graça de Deus.

Estes últimos dias têm sido de singular alegria, porque quis Deus que eu tomasse posse no natalício do meu irmão Gilvam Borges e de seu filho, Miguel Gil, além de ontem ter sido o aniversário de meu pai e amigo, Miguel Borges, o responsável pela minha trajetória política, além de meus irmãos, Gilvam Borges, como Deputado Federal e Senador da República, e de Ronaldo Borges, que exerceu o cargo de Vice-Governador e Governador de Estado.

Agradeço ao Plenário do Senado Federal a acolhida gentil e amistosa que me faz, no aguardo dos debates e das deliberações que, tomadas nesta Casa, fazem dela o cenário privilegiado do desenvolvimento, da democracia e do futuro dos brasileiros.

Um abraço para a minha cidade, Santana.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a paciência e a generosidade pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Geovani Borges. Que V. Ex^a possa ter um mandato profícuo no Senado Federal.

Vamos conceder a palavra aos dois últimos oradores que a solicitaram pela ordem e, depois, ingressaremos no período da prorrogação da Hora do Expediente, ouvindo as lideranças inscritas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, os oradores inscritos ficarão para quando?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Serão chamados pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, mas V. Ex^a disse que vai ouvir agora não sei quem e, depois, não sei mais quem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Mas é o que estabelece o Regimento, Senador Pedro Simon, infelizmente. Se V. Ex^a pedir a palavra pela ordem também, eu terei de concedê-la a V. Ex^a, regimentalmente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se eu pedir a palavra pela ordem, V. Ex^a me concede?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Claro, regimentalmente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu estiver inscrito desde a madrugada?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será chamado pela ordem das inscrições, evidentemente, a menos que algum Senador faça a permuta com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Terça-feira eu falei às 20 horas e 30 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Estava no “horário nobre”, Senador. V. Ex^a concorreu com a novela.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente é importante não perder o humor, e V. Ex^a deu uma excelente contribui-

ção. Eu também quero fazê-lo. Em momento algum, eu me enraiveci. Eu posso ter usado a palavra com ênfase e com um tom de intensidade um pouco mais elevado, mas, em momento algum, em tom raivoso ou odioso.

Agora, escutei uma referência do Senador Tasso Jereissati de que alguém, aqui, teria dito “a ética vá às favas”, “a ética não interessa”. Eu não ouvi nenhum de nós dizer isso.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu ouvi.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Vamos conferir nas notas taquigráficas, porque eu não escutei. Até me referi à questão ética com muita importância, quando me referi ao fato de o BNDES, um órgão público que gira dinheiro público, financiar grupos privados para que esses grupos privados, com o dinheiro do BNDES, adquiram empresas estatais e a preço vil. Eu acho isso uma falta de ética muito profunda. É uma questão de apreciação de pontos de vista.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Houve uma proposta do Partido de V. Ex^a, ontem, nesse sentido.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Não vamos entrar nesta discussão, absolutamente. A Petrobras é uma empresa estatal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a falará depois, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– A subsidiária da Petrobras também é uma empresa estatal. Não se trata disso.

Os pontos de vista variam. A importância da ética é comum a todos nós, não me consta que nenhum Senador deprecie a ética. Nunca ouvi qualquer pronunciamento nesse sentido.

V. Ex^a procurou dar esse tom a alterações que ocorreram aqui. O que eu disse é que este Governo não escondeu nada. Quer dizer, tudo o que se quis apurar, foi apurado; funcionaram quatro CPIs. Não creio que na história política deste País tenha ocorrido isso. Por conseguinte, a importância que nós damos à ética é pelo menos tão grande quanto a que V. Ex^a dá, e em momento algum a depreciamos.

O que eu disse – e penso que é verdade – é que se na questão ética todos estamos de acordo, porque todos valorizamos a ética e a consideramos imprescindível, na questão do mercado, da presença do Estado, do planejamento, do projeto de desenvolvimento econômico ou da retração do Estado para entregar tudo ao mercado e à iniciativa privada, aí sim, é que se caracteriza a grande divergência.

A decisão eleitoral de outubro próximo deve refletir a grande divisão que há entre nós, e não é na questão da ética, que todos somos unânimes em condenar, em

considerar imprescindível, em querer apurar – e não estamos aqui dificultando nenhuma apuração –, mas na questão do projeto desenvolvimentista, da presença do Estado, do confronto com o mercado, que, enfim, não produz e nunca produziu desenvolvimento.

O projeto desenvolvimentista brasileiro, que não é de 30, é de 50, obteve o maior êxito que a política econômica do País já obteve. É claro que também nenhum de nós falou em reeditar o projeto de 50. O que queremos é um novo projeto desenvolvimentista, e não a entrega do País ao mercado, a entrega do País à Alca, a entrega do País aos grupos privados, indistintamente.

Esse é o grande problema, essa é a grande divergência entre nós. E é sobre isso que temos de debater, e não ficar explorando a questão da ética como se o Presidente não a prezasse tanto quanto qualquer um de nós. É por isso que temos que recolocar as coisas nos devidos termos. O verdadeiro fulcro do debate, a verdadeira divergência entre nós está na questão do desenvolvimentismo, do projeto nacional, do mercado e da privatização de todas as empresas do Estado.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, lamentando que os debates tenham adquirido uma tonalidade e uma intensidade de voz às vezes difícil de controlar, dada a emoção que envolve essas questões quando nos atinge o coração.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de elogiar o Senador Tião Viana, como sempre muito calmo e tranqüilo, porque trouxe a este debate algo que tem incomodado muita gente. Trata-se da deterioração do debate político e do rebaixamento da discussão. Infelizmente, com o clima exacerbado desta disputa eleitoral, quando muitas vezes as pessoas ultrapassam todo e qualquer limite e ofendem não somente a pessoa de Luiz Inácio Lula da Silva, mas inclusive a instituição Presidência da República, assistimos aqui a coisas que até produziram artigos e pronunciamentos de cientistas políticos e articulistas da imprensa registrando esse fato lamentável.

Portanto, o debate, o combate, o embate, quando perdem os limites, têm de ser registrados. Não foi a primeira, nem a segunda ou a terceira vez que assistimos a determinadas falas que ultrapassaram todo e qualquer bom-senso e regras de civilidade, as quais, inclusive, não foram ancoradas na realidade dos fatos.

Eu gostaria de contribuir, de forma muito clara e tranqüila, com o debate. Certa feita, eu trouxe dados referentes à Companhia Vale do Rio Doce, que depois foram contestados.

Quero aqui deixar registrado, em primeiro lugar, que a Companhia Vale do Rio Doce não foi vendida pelo patrimônio líquido, mas pelo preço de mercado, das ações – R\$26,00. Portanto, 41% das ações vendidas o foram de forma afrontosa aos interesses e à soberania nacional, em prejuízo escandaloso, volto a afirmar, de lesa-pátria.

Para que eu não diga qualquer bobagem, eu vou me ater às notas taquigráficas de um discurso, para uma comunicação inadiável, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na manhã de hoje, aprovou projeto que considero da maior importância para a preservação do patrimônio público brasileiro.

Esse projeto proíbe a venda de ações da Petrobras. Não se trata de uma decisão partidária. Não se trata, Sr. Presidente, de postura xenófoba. Trata-se, acima de tudo, da preservação dos interesses nacionais, porque o modelo de privatização vigente em nosso País já nos oferece exemplos suficientes de que caminhamos para uma depredação irreversível do patrimônio público brasileiro.

O Senador Pedro Simon tem dito – e eu repito – que, se instalássemos uma CPI para investigar as privatizações do Brasil, talvez chegássemos ao grande escândalo nacional, ao maior escândalo do século.

Isso foi dito no dia 15 de dezembro de 1999, nada mais, nada menos, pelo Senador que preside esta sessão, o Senador Alvaro Dias. Portanto. Não sou eu que estou falando que a privatização foi o maior escândalo. Quando se trata de questões de apuração, de investigação, de ética, de interesse público, de desvio de recursos, há acúmulo aqui.

Por último, como eu disse inúmeras vezes, é muito difícil participar de processos de investigação quando podem estar envolvidos companheiros do próprio partido. Sofri muito com isso e verbalizei isso, mas entendo que, se houve ilícito, se houve algum ato que não corresponde ao comportamento ético adequado a qualquer personalidade da vida pública, seja quem for, seja de que partido for, tem que ser punido.

Assim, Senador Alvaro Dias, peço que se registre nos Anais da Casa o que está no *blog* de Fernando Rodrigues, de hoje.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso concluir, Sr. Presidente? No *blog* de Fernando Rodrigues há fotos. Não são fotos quaisquer. São fotos em que, à época, o Ministro da Saúde, José Serra, assiste a discurso de Parlamentares envolvidos na investigação dos “sanguessugas”, como o Sr. Lino Rossi, Ricarte de Freitas, Pedro Henry. Há fotografias em que aparece, à época, o Ministro José Serra entregando chaves de ambulâncias.

Há fotos em que aparecem ambulâncias e sobre elas há uma faixa onde está escrito: “Os Municípios de Mato Grosso agradecem ao Ministro José Serra”.

Devemos fazer todas as investigações. Entendo que esse material que consta hoje do *blog* do Fernando Rodrigues obviamente também deve fazer parte das investigações. Que apurem tudo e punam todos, para que efetivamente o recurso público possa ser aplicado de forma adequada e lícita no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Fui citado pela Senadora Ideli Salvatti, mas não vou invocar a palavra pelo art. 14, até porque não fui citado pejorativamente.

Continuo o mesmo, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que a Senadora Ideli Salvatti gosta de citar do governo passado os maus exemplos, que o Governo dela acompanha, segue e aperfeiçoa, e não os bons exemplos. Isso faz parte da índole do comportamento e do temperamento de cada um.

Parabenizo a Senadora pelo gesto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na prorrogação da Hora do Expediente, concederei a palavra inicialmente aos Líderes partidários inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos, pela Liderança do PFL.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

Quero parabenizar o Senador Tião Viana pelo pronunciamento conciliador e apaziguador dos ânimos que estavam, como ele bem disse, à flor da pele nesta sessão.

Mas lembro o Senador Tião Viana que, quando do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati –, com o qual V. Ex^a concordou, pelo que entendi, em gênero, número e grau –, o Presidente Lula foi à imprensa no

dia seguinte e chamou o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, de irresponsável.

Então, seria bom que V. Ex^a pudesse, nos permanentes contatos com o Presidente, levar a Sua Excelência suas observações. O nervosismo que está atacando o Presidente, em face da queda nas pesquisas eleitorais, leva-o a não se conter e a falar, a cada dia, a cada momento, coisas que vão de encontro ao que V. Ex^a expôs tão bem há pouco.

Parabéns, Senador Tião Viana!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos, em nome da Liderança do PFL.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar o Presidente Alvaro Dias, pela maneira correta com que está dirigindo regimentalmente os trabalhos.

Devo ser rápido porque o assunto importante vem depois. Com 40 anos de vida pública, tenho muita honra de ter sido Governador do meu Estado e de ter renunciado ao mandato e, com a aprovação dos catarinenses, ter elegido-me Senador.

Para aqui vim com o respeito desta Casa e dos meus conterrâneos. E juntamente com Marco Maciel, Guilherme Palmeira, Aureliano Chaves e outros ilustres políticos brasileiros formamos a Frente Liberal para nos juntar a Ulysses Guimarães, a Tancredo Neves e a Pedro Simon.

Cumprimos a mais bela história recente da vida pública brasileira, e disso sinto orgulho. Por isso mesmo, Sr. Presidente, não serei eu que vou apegar esta Casa com assuntos provincianos e menores.

Quero falar como Presidente do PFL, para afirmar com muita clareza: Constituinte, não! Primeiro, a punição dos sanguessugas!

Em 2005, o Presidente absolveu os mensaleiros, mudando de assunto. Agora, não fará o mesmo com os sanguessugas. Constituinte não é o tema do momento. É invenção oportunista para desviar a atenção dos desvios, sim, dos recursos da Saúde para corromper Parlamentares. A Oposição e o PFL não cairão nessa esparrela.

É preciso lembrar a história da reforma política nesta Casa. É preciso que aqui se diga que aprovamos, em 2001, a fidelidade partidária por filiação, projeto de minha autoria, que, se tivesse sido aprovado na Câmara, para onde foi no mesmo ano, não estaríamos vivendo esse balcão de negócios que lá se instalou.

É preciso que se diga que aprovamos aqui a alteração dos prazos partidários, para nos prepararmos para o financiamento público de campanha, diminuindo

a longa campanha eleitoral que hoje ainda existe em nosso País – uma das maiores do mundo!

É preciso que se diga que esta Casa aprovou o sistema de listas do então Senador Roberto Requião para eleição proporcional, listas mistas.

É preciso dizer que, após aprovar a fidelidade, as listas, completou o Senado o processo com a aprovação do financiamento público de campanha.

É preciso que se diga que esta Casa votou a proibição da coligação nas eleições proporcionais, que hoje dificulta evidentemente a renovação pelos “chapões” que se formam, evitando que um eleitor possa escolher seu candidato correndo o risco de estar elegendo um candidato de outro partido.

É preciso que se diga que tudo isso está na Câmara dos Deputados há cinco anos, mas é preciso também que se estabeleçam aqui as responsabilidades.

Em fevereiro de 2003, recebi em meu gabinete o então Presidente do PT, Sr. José Genoíno. Estava ele acompanhado de um cidadão que eu não conhecia. Evidentemente, recebi-o com a maior educação. Conversou sobre as reformas e referiu-se à reforma política. Salientei que ela já havia sido votada no Senado e que poderia, ainda em março de 2003, ser aprovada na Câmara. E ele, em determinado momento, se dirigiu ao seu companheiro que me visitava e disse: “Delúbio, o que você acha?” E eu é que achei que não iria mais sair a reforma política. E achei com razão, porque em vez de votarmos os projetos no Senado, o Presidente João Paulo Cunha fez uma comissão especial para que não avançasse a reforma política.

Esse histórico é importante. Fui duas vezes prestar depoimento nessa Comissão. Por duas vezes, alertei sobre aquela manobra que se fazia. Eu não tinha idéia que aquela manobra era para política de cooptação, até que estourou o caso Waldomiro Diniz. Era ele que freqüentava o plenário da Câmara, era ele que, dirigindo do Palácio do Planalto, fazia cooptação. Pensávamos todos nós: Emendas? Cargos? Mas não imaginávamos que havia o mensalão. Por trás de tudo isso estava o mensalão, denunciado então pelo Deputado Roberto Jefferson.

E agora aparecem os sanguessugas, que são parte do mensalão.

O depoimento prestado pelo autor principal da operação sanguessuga o que diz?

“A liberação dos recursos era usada de forma a forçar Deputados, inclusive alguns da Oposição, a votarem conforme o mando do Palácio do Planalto”.

O Ministro da área tem uma cota, mas quem aprova e paga chama-se Casa Civil. Só paga para quem votar junto com ele.

Mensalão e sanguessuga são irmãos. E são irmãos da falta da reforma política, do programa de cooptação exercido por um Governo que vai à minha terra, onde o Presidente da República diz que temos que ter a ousadia de defender a dignidade, a nosso honra e a ética neste País.

Não tem autoridade moral! Quem permitiu o valerioduto, o sanguessuga, o mensalão não pode falar em dignidade, em honra e ética.

Na verdade, o nervosismo do candidato foi observado pelos seus conselheiros políticos. Havia necessidade de mudar o foco.

O assunto, quando respondido pelo candidato, provocava ainda mais o seu atoleiro na questão ética. E os conselheiros se reuniram no início da semana. Certamente não foi o Presidente Renan Calheiros nem o Presidente José Sarney, que, com larga experiência política, não iam aconselhar a constituinte para reforma política. Eles não cometeriam esse erro, esse deslize primário. Provavelmente isso partiu do ex-Ministro da Educação, Tarso Genro, autoritário, que, lembro a esta Casa, escreveu o artigo golpista “Fora FHC” na **Folha de S. Paulo**. Lembrou-se das lições de Chávez, de Morales, e passou ao seu aluno.

Quero dizer aqui, com muita clareza: Constituinte, não. Primeiro, a punição de sanguessugas. Repito: em 2005, o Presidente absolveu os mensaleiros, mudando de assunto na convocação extraordinária. Agora não fará o mesmo. Todos sabem o código de comportamento vigente no Palácio do Planalto. Todos conhecem a maneira de agir e de responder: acusado, negue; condenado, fuja; pilhado, surpreenda-se; incomodado, disfarce.

E, se não tiver outra saída, mude de assunto. Essa é a verdade dessa farsa de mudança de foco tentada pelo candidato a Presidente da República.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Jorge Bornhausen, o Brasil é o um País surrealista e se tornou muito mais surrealista neste Governo. É impressionante como o Presidente da República fala demais, é um boquirroto e passa por situações vexatórias por isso. Uma miniconstituinte apenas para uma reforma política? Tática diversionista dele – concordo com V. Ex^a – para tirar o foco da CPMI dos Sanguessugas. Senador Jorge Bornhausen, que fosse uma manobra diversionista, mas inteligente. Reforma política, V. Ex^a disse bem, a reforma política está praticamente completa no que tange ao Senado. A cláusula de barreira foi aprovada há dez anos, já é lei há dez anos, para entrar

em vigor agora, neste ano; e o que Senado aprovou e mandou para a Câmara há cinco anos. V. Ex^a listou aí, lista fechada, a fidelidade partidária, possível federação de partidos. Agora, com um projeto de sua autoria que reduz consideravelmente os gastos de campanha, fica faltando o quê? Talvez, se o Congresso ou a Constituinte entenderem como tal, que é necessário, que é útil ao País, o voto distrital.

Fora isso, o que falta mais para a reforma política? Nada. É só o Governo mobilizar sua base na Câmara que estaria aprovada. Se tivesse feito isso, estaria em pleno vigor a mais profunda reforma política que já se fez neste País, que o Senado já fez. E vem o Presidente da República pregar, como manobra diversionista, mas de forma incompetente, porque escolheu o pretexto muito mal, miniconstituinte para a reforma política. O Presidente da República dizer isso! Parabéns pelo seu pronunciamento equilibrado, correto e montado em dados! O Brasil precisa ficar sabendo disto: o Senado Federal já fez a reforma política, o básico. Falta complementar muito pouca coisa. A Câmara dos Deputados é que falhou, mas não por culpa daquela Casa; por culpa do Governo, que não se interessou. Era isso, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço o aparte muito inteligente, como sempre, de V. Ex^a.

O Senado votou todas as matérias infraconstitucionais. A discussão do voto distrital e mesmo a do sistema de governo, que considero válidas, devem ser feitas na próxima legislatura e dentro do contexto do Congresso Nacional. As matérias que estão aqui podem ser votadas e, ainda este ano, implementadas. A fidelidade partidária vai ter grande importância para podermos avançar neste País, modernizar este País. É por isso que o candidato Geraldo Alckmin está certo, assim como o Senador Marco Maciel diz: a primeira reforma é a política. E na reforma política, a primeira é a fidelidade partidária.

Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, vou repetir aqui o que eu já disse ontem e em outras oportunidades a respeito da proposta do Presidente Lula quanto à assembleia constituinte específica para a reforma política. Eu sei que o Senado Federal já cumpriu boa parte de suas obrigações votando essas matérias infraconstitucionais. Porém, é exatamente na Câmara que se tem outra dinâmica da eleição do parlamentar, tempo de mandato e outras diferenças que se transformam em dificuldades, em verdadeiras barreiras para se aprovar em tempo hábil as matérias que o Senado encaminhou, produzidas

aqui ou de iniciativas que surgiram na própria Câmara. Mas é lá, na Câmara, que há matérias dormitando nas gavetas da Casa há muitos anos. Eu entendo que a proposta do Presidente Lula entende que esta atual configuração de parlamentares da Câmara dos Deputados não estaria disposta a votar com maior precisão as matérias que o Senado encaminhou, e mesmo aquelas que nasceram em seu próprio seio. Eu quero entender que a assembleia constituinte específica se constituiria de parlamentares que tratariam determinado assunto, que não teriam aqui nenhum compromisso futuro em termos de sua carreira política. Assim, no meu entendimento, está coberto de razão o Presidente em fazer a proposta. Agora, é claro que o Congresso Nacional tem todo o direito de concordar ou não com tal medida.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, uma das Disposições Transitórias da Carta é a necessidade de uma reforma, uma revisão após o quinto ano de exercício, porque havia muitas novidades colocadas ali. Estamos vivendo, sim, uma série de dificuldades de aplicar essa reforma política. V. Ex^a foi muito lúcido quando propôs a minirreforma, que já está interferindo na atual eleição, que ajudou muito o Brasil, porque não se poderia, depois de todo o processo de investigação do ano passado, deixar de ter algum resultado; isso seria muito ruim para o Congresso Nacional. Então, neste ponto, estamos de acordo. Quanto à proposta do Presidente Lula, não posso aceitar que seja considerado como um ato falho de lucidez. O Presidente da República está muito lúcido de suas obrigações. E muito mais: está propondo que, no seu entender – e eu concordo com ele –, a Câmara não estaria disposta a levar a cabo aquilo que o próprio Senado já encomendou. Portanto, considero que há uma distorção da visão política do Presidente da República. Como discordo muito e veementemente de idéias surgidas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, discordo politicamente e veementemente de muitas idéias de V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Jorge Bornhausen, peço licença a V. Ex^a. Como já houve um questionamento do Senador Pedro Simon sobre o andamento dos trabalhos, vou pedir aos apartes que sejam sintéticos e objetivos para que possamos ouvir todos os oradores inscritos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Apenas para ajudar o encaminhamento de V. Ex^a. Como eu estava inscrito pela Liderança, troco o meu horário com o Senador Pedro Simon, dada a importância do orador e do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço o aparte do Senador Sibá Machado e devo dizer que mantenho integralmente o meu pronunciamento. Constituinte, não! E isso faço com muita convicção, com a certeza de que a reforma política não foi votada porque a base aliada do Governo, que tem maioria, não quis. Preferiu a cooptação, a ação de Waldomiro Diniz e do Ministro José Dirceu.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex^a tem em mim o mais elevado respeito pela posição parlamentar que ocupa na Casa. Acho que é um líder imprescindível à democracia hoje, no grande debate que faz no Congresso. Tem clareza ideológica, uma visão programática de partido, uma visão doutrinária de Estado e segue, com muita clareza, seu curso de vida política. Entendo que V. Ex^a pode estar tendo uma interpretação desse projeto foi apresentado ao Presidente da República por ex-dirigentes da OAB, pela OAB, com o Ministro Tarso Genro participando, sim, do debate, como uma contribuição à crise política que estamos vivendo. Eu entendo assim. E foi apresentada a tese de uma Constituinte exclusiva para esse processo. Eu, pessoalmente, tenho simpatia por essa matéria, porque acho que este Congresso e o futuro Congresso – se tiver o mesmo perfil – não terão forças para mudar muita coisa e muito menos para concluir a reforma política. É fato que muitas das matérias de uma reforma política já foram votadas no Senado e na Câmara, mas elas estão muito longe da sua aprovação e da sua promulgação. Cobrar do Governo que imponha isso à sua base aliada é o mesmo que dizer: Governo, preserve os seus erros ou preserve o erro de uma base cooptada por alguns, chamada a votar por alguns de maneira equivocada e grave, e em alguns casos até criminosos, para garantir aquilo que é um desejo da Nação. Creio que o Governo não deve manter erros. Se formos olhar esse debate sobre a Constituinte, agora, talvez possamos ver, desarmados, no campo eleitoral, com outros olhos. Quanto às duras acusações que V. Ex^a faz ao Presidente da República, sobre mensaleiros e sanguessugas, gostaria de dizer que, se olharmos com justiça, a CPI dos Anões é uma lembrança disso. Ela foi estancada nos seus vasos comunicantes, que ainda eram muitos. O Congresso funcionou no financiamento de emendas parlamentares aqui com vícios insuportáveis, do ponto de vista ético, também no Governo passado – V. Ex^a é sabedor disso – e neste Governo também, porque houve erros de cooptação e erros de cujo reconhecimento, V. Ex^a bem o sabe, não temos de tirar a justiça. Agora, a crise

não deve ser reportada a uma pessoa. O Presidente da República não tem responsabilidade, é um homem ético, limpo, transparente e à altura do seu tempo, uma das maiores autoridades da história do País no campo moral. É a minha divergência, respeitando toda a sua clareza ideológica e sua autoridade política.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) –

Agradeço a V. Ex^a, um Parlamentar sempre elegante, educado, que defende o seu Partido, o seu Governo. Muitas vezes, são obrigações difíceis, como esta, mas é evidente que em nada muda minha opinião, nem sobre o Presidente da República, nem sobre o factóide lançado pelo Presidente para desviar o assunto dos sanguessugas.

Cabe aos partidos políticos tomar providências sobre os acusados. Já decidimos isso no PFL. Quem vier a ser denunciado no relatório vai imediatamente responder a um processo administrativo, e, se considerado culpado, será expulso o filiado e se cancelará o registro de sua candidatura. Portanto, estou muito à vontade aqui para falar, para dizer por que temos tomado as providências indispensáveis e necessárias que o caso requer.

Não é estar no palanque ao lado de um acusado como esteve o Presidente da República em Recife recentemente. Isso é perigoso, isso contamina, isso infecciona. E isso eu lastimo como cidadão brasileiro.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, gostaria de, preliminarmente, dizer que desconheço os fundamentos pelos quais se valeu o Presidente para lançar essa idéia com relação a uma miniconstituinte exclusiva, mas não tenho dúvida em concordar com V. Ex^a que ela tem claramente, para mim, um viés diversionista, porque se há um momento em que não há clima para um debate de revisão constitucional, o momento é este. E a experiência mostra que, ao longo da história do País, toda vez que se buscou fazer Constituinte nesses períodos, isso sempre terminou em problemas muito mais graves, quando não na prática mais deslavada do casuismo. Daí por que quero, num breve aparte, dizer a V. Ex^a que continuo considerando importante que aperfeiçoemos o País sob o ponto de vista institucional. Além da chamada reforma política, basicamente do sistema eleitoral e partidário, precisamos avançar também na questão do aperfeiçoamento do sistema de governo, precisamos rediscutir a Federação em nosso País, precisamos republicanizar a República. Isso tudo precisa ser feito para dotar o País da solidez institucional de que necessita para que possa vencer os grandes problemas com que a Nação se defronta. Então, se acho que isso é necessário, não tenho dúvida, to-

davia, de que este não é o momento de colocar essas teses em debate. Acredito, subscrevendo o ponto de vista de V. Ex^a, que certamente o Presidente – e posso estar equivocado –, quando desse recurso se valeu, foi para desviar o foco do debate sucessório. Estamos próximos das eleições, dia 1^o de outubro, menos de sessenta dias, portanto, está na hora de discutirmos o País, discutirmos e analisarmos a conduta dos candidatos à Presidente da República; e a mesma coisa com relação aos governadores dos Estados, inclusive aqui no Distrito Federal, com relação às eleições para o Senado e Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. Isso, sim, é o que a Nação deseja. E é isso que se impõe fazer neste momento; jamais impor temas que não dizem respeito ao momento em que estamos vivendo e que deve ser justamente o momento de analisar as propostas dos candidatos, examinar também a atual administração e, mais do que isso, olhar o que o País entende que é fundamental para o próximo período administrativo. Então, o momento que estamos vivendo é para esse objetivo e não para outras idéias que certamente não encontram o solo adequado para que venham de fato a ter fundamento no momento em que o País se encontra. Daí por que encerro as minhas palavras dizendo a V. Ex^a que realmente não vejo razão para essa miniconstituinte nem é este o momento sequer para discutir o problema, mesmo ignorando a falta de pressupostos jurídicos e constitucionais que fundamentem esta matéria.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a que é, não só nesta Casa, mas no País, o defensor número 1 da reforma política. E esse testemunho quero prestar no momento em que agradeço a V. Ex^a o aparte e concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jorge Bornhausen, felicito V. Ex^a por ter vindo à tribuna trazer esse problema, porque acho que muitos não estão pinçando algumas coisas, como talvez o Senador Sibá Machado e o Senador Tião Viana, como o risco de uma Constituinte. É preciso lembrar que uma Constituinte decide por 50% os votos. E não vai ser difícil, por exemplo, colocar na pauta mais uma reeleição para Presidente. Não vai faltar quem proponha isso. Não vai faltar, por exemplo, quem proponha o regime parlamentarista, depois de termos feito um plebiscito pelo regime presidencialista anos atrás. Não faltará quem proponha o regime parlamentarista. Não vai faltar quem coloque na pauta o problema de Senadores vitalícios. Quem vai impedir de colocarem? O que vai impedir, se é uma Constituinte? Nada vai impedir de se colocar qualquer tema que se decida, inclusive o desprestígio aos partidos pequenos. Já existe a cláu-

sula de barreira, que pode aumentar a percentagem, inviabilizando a vida dos pequenos partidos. Podemos, sem dúvida alguma, ter o controle das CPIs, reduzindo seu papel. Nada vai impedir que a pauta seja ampla. É uma Constituinte. E com 50% mais um, pode-se colocar de cabeça para baixo a ordem institucional política neste País. E temo, sobretudo, que um dos primeiros itens seja mais uma reeleição para Presidente.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, que traz novas considerações a respeito da invalidade do tema, mas volto a afirmar que a intenção é uma só: mudar o foco da investigação da CPI dos Sanguessugas; mudar o foco da questão ética.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Jorge Bornhausen, primeiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento muito bem concatenado, muito sereno, muito tranqüilo, mas firme, duro. E apesar de concordar com 90% do que V. Ex^a disse, discordo de um ponto, pois tenho uma leitura um pouco diferente.

Mas como ela é um pouco diferente da leitura de V. Ex^a, do Senador Jefferson Péres e do Senador Marco Maciel, três Senadores pelos quais tenho a maior admiração, eu gostaria de expor minha idéia para ouvir a sua opinião. Parece-me que a Constituinte não é apenas uma manobra diversionista para mudança de assunto. Acho que as intenções dessa manobra se alongam um pouco mais ao mudar de assunto. Ela, colateralmente ou subliminarmente, leva a uma visão negativa do Congresso. Há um foco dos problemas no Congresso ao colocar o que foi dito aqui: esse Congresso que está aí não tem condições de fazer isso. O próximo Congresso não terá condições de fazer uma reforma de qualidade e uma reforma séria. Ou seja, subliminarmente, está-se colocando uma carga negativa enorme no Congresso. Paralelamente, devemos lembrar que, na mesma reunião, se não me engano – pelo menos, na mesma semana –, foi dada uma sugestão de controle das CPIs. E aqui concordo com o que foi exposto pelo Senador Cristovam. Então, a minha preocupação – e quero até me tranqüilizar ao ouvir a sua discordância e a do Senador Marco Maciel – é um pouco maior: a intenção não é apenas mudar o assunto, mas desmoralizar e pôr uma carga negativa no Congresso, lembrando, cada vez mais, uma aproximação do Lula de hoje aos Chávez, aos Morales, às figuras que deram passos semelhantes, recentemente, na América Latina.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a que, com sua palavra autorizada e abalizada, acrescenta mais um dado importante ao meu pronunciamento.

Peço desculpas ao Senador Pedro Simon que teve a paciência de nos ouvir e atender ao eminente Presidente, pedindo desculpas aos demais Pares, para dizer que, encerrando o meu pronunciamento, repito em nome do PFL: Constituinte, não! Não trataremos deste assunto!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o assunto é tão importante, que valeria a pena que todos pudéssemos apartear o Senador Jorge Bornhausen, tendo em vista que vários Senadores habilitaram-se para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Jorge Bornhausen encerrou seu pronunciamento. O aparte é concedido quando o orador deseja.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Jorge Bornhausen fez uma opção pelos apartes importantes. Deixou de lado os não importantes e os dos amigos. Eu, na segunda categoria, dou-me por satisfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É esse tipo de comentário, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela compreensão e pela inteligente observação.

Vou conceder a palavra, por permuta com o Senador Tasso Jereissati, ao Senador Pedro Simon, por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, esse tipo de comentário...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pediu a palavra pela ordem?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Não ouvi o Senador Heráclito Fortes pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, por favor, Senadora, V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Como V. Ex^a não se levantou, imaginei que não estivesse pedindo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou de pé.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está com a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Pela ordem. Sem revisão da oradora.*) – Sr. Presidente, é esse tipo de comentário desqualificante que expressa, de forma tão explícita, os preconceitos que existem neste plenário e que todo dia, não é de vez em quando, todo dia se verbaliza em determinados comentários e pronunciamentos, como terminamos de ouvir agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, peço a V. Ex^a... Eu até responderia por V. Ex^a, que apenas exercitou a sua capacidade de ser bem-humorado, de estar de bem com a vida e que não teve nenhuma maldade na sua intenção.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Nenhuma! Ele é um poço de bondade!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. *Pela ordem. Sem revisão do orador.*) – Pois é, Sr. Presidente. Na realidade, peço a palavra mais pela desordem provocada do que pela ordem. Mas, mesmo assim, tenho de me justificar, pois o Brasil todo nos assiste.

Veja bem, a minha intenção era elogiar o novo momento que o PT impôs aos seus filiados, obrigando-os a ficar no plenário. Hoje há quatro Senadores aqui e dois na reserva, no gabinete.

Nessa última reunião do Conselho Político do Presidente Lula, quando o desespero eleitoral mostrou que era preciso fazer certas mudanças, algumas foram postas em prática. Agora mesmo o Senador Sibá Machado me emocionou, quando disse que o Presidente está consciente e sabendo que quer fazer uma reforma.

Pela primeira vez, ele toma iniciativa e não terá o direito de dizer depois que nada sabia.

Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer que reforma política ou constituinte neste momento é a mesma coisa que o desejo da Líder de ouvir o jornalista sobre o que ocorreu no plenário. Além de não ser prerrogativa e ser demagogia, seria difícil ela escolher, a não ser que haja um para tirar do bolso do colete, por sua preferência, desprestigiando os demais.

É evidente que, se fosse possível e o Regimento assim permitisse, necessária seria uma eleição para que fosse democrático. Não podemos aceitar essa história de querer fazer gracinha no plenário do Senado, fazer média com o indefensável. Isso desvirtua, porque, na realidade, o Senado tem a prerrogativa de decidir sobre os seus destinos, como o Presidente da República pode propor uma Constituinte para o próximo Governo, que o pacto seja feito e que todos assumam o compromisso de assim proceder.

Aliás, se quisesse fazer reforma com a gordura popular que tinha e o conceito de um Partido sério e posto a prova de qualquer tipo de envolvimento em escândalos, o PT perdeu a oportunidade lá no início. Se, em vez de aumentar o número de Ministérios...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, já há um orador na tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, estou finalizando.

Ele perdeu a grande oportunidade histórica. Quer desviar assunto neste momento o Brasil não aceita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta sessão, vivemos um momento histórico em que o recorde de permanência de um orador na tribuna, esperando a chance de falar foi batido por um ilustre representante do Estado do Amapá. Não quero vencê-lo. Hoje o mérito é dele, a vitória é dele. Eu vou falar, Sr. Presidente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC. *Fora do microfone.*) – Vou respeitá-lo, Senador Pedro Simon, com todo o carinho que tenho por V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Seria uma maldade que eu faria com o Senador do Amapá, que bateu um recorde.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador, V. Ex^a vai-me conceder aparte, não é?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Essa indecência, V. Ex^a não cometerá comigo, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, veja quanto vale o respeito adquirido. Até a Senadora Ideli Salvatti se curva.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o nosso mal é quando achamos que somos dono da razão e que o outro lado está errado. Isso é uma questão muito delicada e que é, mais ou menos, um princípio na política brasileira.

Eu, por exemplo, sou um cara muito marcado no PMDB. O nobre Líder me tirou da vida do PMDB. Não participo de CPI e do que for; sou suplente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu, Senador há 24 anos, sou a pessoa que tem menos posição dentro da Bancada do PMDB. Por quê? Ele tem até razão; não o estou criticando. Porque venho a esta tribuna criticar meu Partido; venho criticar o Presidente do Congresso, o Líder da Bancada, o Presidente do Partido, naquilo que acho errado. Venho à tribuna confessar equívocos que pratiquei. Agora, quando queremos achar que só nós estamos certos, aí fica difícil.

Acho, por exemplo, que o PT tem razão em muita coisa que fala do Governo anterior. Gritei contra a venda, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Achei um absurdo vendê-la por R\$ 3 bilhões. Não foi vender; foi dar, porque foi o BNDES que deu o dinheiro.

E, agora, em um ano, ganham-se R\$ 30 bilhões, R\$ 40 bilhões – dez vezes o preço por que foi privatizada. Critiquei, como estou criticando agora o que o Governo está querendo: privatizar o Banco do Brasil aos poucos. Já está em 12%, querendo elevar-se para 25% a participação do capital estrangeiro no Banco do Brasil.

Não entendo o porquê; o Banco está ótimo, está bem, batendo recorde de lucratividade. Por que entregar ao capital estrangeiro o Banco do Brasil? Qual é o significado disso?

Então, sou sempre o mesmo. Bati no Governo do Sr. Fernando Henrique na escolha do Presidente do Banco Central. Trouxeram um ilustre aplicador, um megacampeão de aplicação de dinheiro no exterior para ser Presidente do Banco Central! O que é isso? De onde o Fernando Henrique tirou essa idéia? Bati o tempo todo e critiquei.

Quem mais criticava a escolha do Presidente do Banco Central era o PT. Fizemos um movimento enorme para tirá-lo. Mas, de repente, veio o PT e escolheu como Presidente do Banco Central o Presidente mundial do Bank Boston – pelo menos, o do Sr. Fernando Henrique era um empregado, o dono era o patrão dele. Ele era um aplicador, a sua especialidade era ganhar dinheiro. Dizem até que foi o orientador que provocou a crise na Rússia e não sei mais onde. Mas, como disse, o PT escolheu como Presidente do Banco Central o Presidente mundial do Bank Boston, que era Deputado eleito pelo PSDB, e que tem um acordo de aposentadoria em que ganha não sei se US\$ 200 milhões ou US\$ 300 milhões! Nesse acordo, há uma cláusula que diz que ele só pode exercer atividade se tiver a concordância do Bank Boston, para ele não ir trabalhar na concorrência, conhecendo os dados que tem. Claro que o Bank Boston pode pensar que, daqui a pouco, ele vai para o Citibank ou para outro. Não! Ele veio para o Banco Central!

Eu já pedi, umas dez vezes, para ele me mandar uma cópia desse documento, mas ele não me manda, porque não pode mandar. Aí é que está o problema.

No momento em que o PT devia colocar para fora as coisas erradas do Fernando Henrique, não colocou. Quando assumiu, era o momento de fazer e ele não o fez; ficou quieto, manso e tranqüilo.

No momento em que o PT iniciou a caminhada – eu não nego –, nunca apostei tanto em um Governo quanto no Governo do Lula. Achei que tinha chegado a nossa vez e a nossa hora. Aquele homem descomprometido, que tinha vindo lá do Nordeste, líder sindical, que começou do zero, que foi atirado naquela selva que é São Paulo, de quem nunca se ouviu falar nada e que se tornou Presidente da República, sem compromisso

com quem quer que seja, ia fazer um grande governo. Havia chegado a nossa vez! Infelizmente, começou na forma de organizar a Maioria dele. Eu até fui convidado; o Lula jantou na minha casa, e argumentou essa possibilidade. Mas eu disse a ele: Eu não vou. Mas, Lula, você tem de fazer um grande governo. O Brasil inteiro está do seu lado. Estão do seu lado os que votaram e os que não votaram em ti, torcendo para que tudo dê certo! É importante para o País que tudo dê certo! Faça um grande governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes. Escolhe na sua linha, na linha de esquerda – eu, bobalhão, até peço desculpas agora porque entendi que falei bobagem na oportunidade. Mas escolha um grande Ministério e comece com a reforma. A primeira deve ser a reforma política, para colocar o Brasil no seu devido lugar, no seu devido tempo. É uma reforma tão necessária! Nunca houve uma chance, uma oportunidade tão grande como agora de fazer isso. Tu tens condições de fazer.

E ele começa com a reforma da Previdência! Uma reforma que começou rachando o PT, e não aceitou, de forma nenhuma, a reforma política.

O acordo que eu imaginava seria fazer um grande entendimento. Eu disse para ele: Lula, eu fui Governador. Está certo que um “governadorzinho” de um “Estadozinho”, como o Rio Grande do Sul. Eu tinha 27 Deputados no PMDB. Eu governei só com o PMDB. A Oposição tinha 28. Cansaram de me oferecer Deputados que iriam entrar para o PMDB. Eu não aceitei. Governei só com o PMDB! Perdi mais três Deputados. Se eu fiz um bom ou um mau governo, eu não sei. O que eu sei é que não posso acusar a Oposição de nada que eu tenha feito ou não de errado. O meu entendimento com a Oposição foi de igualdade.

Eu chamava os Líderes da Oposição, conversava com eles, fazia proposta, respondia, debatia, mas nunca um Deputado me pediu um centavo, e eu nunca ofereci um centavo, e nos demos muito bem. Nós nos demos muito bem com o PT, que estava lá com quatro Deputados, e com todos os Partidos, na base do interesse pelo Rio Grande do Sul.

Disse a ele: Faça isso, Lula!

E até vou fazer justiça: o ex-Chefe da Casa Civil procurou o PMDB, pois queria fazer um entendimento de Partido a Partido, para o PMDB fazer parte do Governo. O Lula não concordou. O Lula preferiu o que era muito caro, e que o negócio era – vamos falar claramente – comprar apoio. Pegar os caras, inchar o PMDB com pessoas que foram levadas para lá; inchar o PTB e o PL, e não sei mais quem na base do dinheiro. E esta foi a moeda que existiu durante todo o início do Governo: a compra.

Será que o Lula, ingenuamente, pensou que comprou, está comprado; é meu para o resto da vida? Não. Comprou, está comprado e tem de comprar a cada eleição. A cada eleição, algo novo tem de ser feito. E, a partir daí, nasceram os mensalistas; a partir daí, nasceu tudo o que está acontecendo.

De repente, quando o PMDB queria mais cargos, o Líder fazia, batia na mesa e ficava bravo! Daqui a pouco, dizia: “Não, é porque o PMDB quer o Ministério da Saúde etc”. Pouco depois, davam o Ministério para ele; então, ele se acalmava. “Olha, estamos todos juntos”! Pelo amor de Deus, o Lula não podia fazer isso! Ele não tinha o direito de fazer isso!

Quando ocorreu o primeiro escândalo, o do Waldomiro Diniz, entramos com a CPI com tranqüilidade. Falei com as Lideranças do Governo e pensava que, com tranqüilidade, se constituiria a CPI. Não me passou pela cabeça que fosse diferente. Quando vi o que fizeram para impedir a CPI... Era o início do Governo. Se o Governo tivesse tomado uma posição enérgica no sentido de dizer: “Não se vai fazer. Corrupção não existe no meu Governo! Apure-se a verdade!” Mas o Governo impediu a criação da CPI. O Governo impediu, proibiu a criação da CPI. E nós a criamos um ano e seis meses depois, quando o Supremo Tribunal Federal, por dez votos a um, decidiu que o Congresso tinha a obrigação de criar a CPI. Se dependesse do Congresso, do Presidente do Senado, do Líder do PMDB, do Líder do PT, ela não existiria.

Essas coisas levaram ao ambiente que está aí. Não dá para culpar o Congresso Nacional, só o Congresso Nacional.

Pode haver corrupto no Congresso Nacional? Pode haver. Mas não existe corrupto sem a figura do corruptor. E, quando o corruptor é Governo, isso é muito grave! É muito grave quando o corruptor é o próprio Governo. E foi o que aconteceu.

De onde veio o dinheiro do mensalão? De onde é que veio? De onde é que veio esse dinheiro que circulou, que andou por todo o Brasil? De onde é que veio, senão do próprio Governo?

Então, chegamos a essa situação. O Congresso está realmente no nível mais baixo de que tenho conhecimento. Nem na época da ditadura era assim! Na época do regime militar cassavam, prendiam, faziam horrores, mas lá estava o velho MDB lutando e mantendo a dignidade do Congresso.

Hoje, os níveis de desconsideração do povo com o Congresso são absolutos, mas não dá para dizer que o mesmo não acontece com o Governo Federal.

É claro que o Governo Federal tem uma máquina de publicidade fantástica! É claro que o Governo Federal tem o Banco do Brasil, tem a Petrobras. Quem

vê a propaganda da Petrobras na televisão fica ex-tasiado. Que coisa fenomenal, o PT, em três anos e meio, criou esse monstro que é a Petrobras, que é uma empresa espetacular! Quem vê a propaganda do Banco do Brasil... Eu mesmo digo: “Eu não sabia que o Banco do Brasil fazia isso!”. Eles têm uma competência para fazer propaganda! Não é feita só a propaganda, mas é feita a propaganda somando para o Governo.

Mas, se analisarmos com profundidade o ressentimento, a mágoa, a tristeza que se vêem hoje, concluiremos que não são com o Congresso Nacional, mas com o PT e com o Lula.

Em Porto Alegre, há esquina da Usina do Gasômetro com o Guaíba, que é um lugar lindíssimo. Para uma capital que não tem praia, a beira do Guaíba é uma maravilha! É um mar de gente, aos sábados e domingos à tarde. São todos do PT. Ali se tornou um núcleo petista. Aos sábados e domingos, há bandeiras, distintivos, cantorias, é uma festa do PT! Ninguém tem coragem de ir lá senão para bater palma ou ficar quietinho.

Fui lá duas vezes este ano. Não há uma bandeira, um distintivo. Não há uma pessoa do PT abrindo a boca! Então, ali, no penúltimo sábado, no Rio Grande do Sul, julho, um frio desgraçado; de repente, um sol maravilhoso, um dia de janeiro, um mar de gente. As crianças rindo e brincando, os pais pareciam que estavam caminhando atrás de um caixão. Não se viam os dedos de ninguém, só mágoa, tristeza, amargura e ressentimento. Não se via pela rua uma bandeira do PT. Não se via pela rua aquela alegria, aquela algazarra, aquele sentimento de pujança que havia naqueles jovens universitários.

Recentemente, fui paraninfo em Caxias do Sul. Havia mais de 80 alunos, e não havia uma bandeirinha do PT, um distintivo do PT, não havia nada!

Há uma desilusão, uma mágoa profunda, com relação a nós, sim, mas, basicamente, não esperavam nada de nós. Eles esperavam do PT e do Lula.

Por isso, quando o Lula ou quando os queridos Parlamentares do PT vêm aqui mostrar que estão fazendo o que os governos anteriores fizeram, eles não calculam como isso machuca o eleitor do PT. Eles foram eleitos exatamente para não fazer isso, para mudar essa tática, para fazer o contrário do que está sendo feito. E não dizer: “É a mesma coisa. Vocês também fizeram. O Fernando Henrique também não deixou criar a CPI, o Fernando Henrique também botou dinheiro para fazer a emenda da reeleição!”. Mas não foi para isso que votaram no PT.

Eu até acho que devíamos fazer diferentemente: “Hoje, vamos discutir o Governo do Fernando Henri-

que”. E vamos discutir o Governo do Fernando Henrique. Agora, se hoje decidirmos discutir o Governo do PT, vamos ficar no PT!

Sinto – companheiros do PT me disseram isto – que o que mais marcou os petistas foram estas palavras dos homens do PT: “Isso já foi feito. O mensalão não é mensalão, é sobra de campanha. Sempre houve caixa dois em todas as campanhas”. Mas o PT foi eleito para não fazer o mesmo. Se houve, não sei, mas nunca veio escandalosamente a nu, como apareceu nessa campanha, denúncias desse tipo.

No meio desse ambiente, pesado, carregado, em que estamos indo para a campanha, creio que a atmosfera é respeitável. O candidato do PSDB é uma figura excepcional. Sou um admirador dele. Como vice do Covas, ele foi uma figura que ficou na história pelos seus gestos de grandeza. Ele tem uma ação elegante.

O Lula, nesse sentido, está debatendo, está discutindo. O candidato do PDT, o querido professor Cristovam, está desempenhando a sua missão. A Senadora Heloísa Helena, é claro, tem garra, tem força, mas, na minha opinião, ela não saiu da linha do debate.

Por que, no meio disso tudo, vamos falar em convocar miniconstituente? Será que este é o momento? Será que, a 57 dias de uma eleição, é hora de se fazer isso? Em primeiro lugar, não dá tempo, antes das eleições. Como vamos fazer? Vamos votar uma emenda convocando a miniconstituente? Eu até tenho emenda nesse sentido...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... mas a minha emenda, na época, era no sentido de se convocar um plebiscito para se decidir se haveria ou não uma constituinte. Agora estão falando: “O Lula vai conversar com a OAB e com os aliados, com a população”, dando a entender que com este Congresso não dá! “Não dá para esperar nada deste Congresso”, diz a notícia. Se não dá para esperar, então, vamos empatar: 1 x 1. Se não temos credibilidade para fazer a reforma, o Presidente também não tem credibilidade para fazer a reforma. Então, vamos deixar para o próximo ano. Vamos ver o que acontecerá no próximo ano.

Na verdade, uma coisa deve ser dita – falo com tranquilidade: desde que cheguei a este Congresso, venho lutando pelas reformas. Venho brigando, e são vários os projetos que tenho sobre fidelidade partidária. E a matéria referente à fidelidade partidária já foi aprovada pelo Senado, na emenda do ilustre Senador Presidente do PFL.

S. Ex^a conseguiu um fato inédito e muito significativo: todos os Partidos do Governo e da Oposição se reuniram e, com base na emenda do Senador Bor-

nhausen, fez-se um entendimento e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nesta Casa. Muitas das emendas que eu tinha foram englobadas à emenda aprovada, e esta Casa fez o seu papel. Fez o seu papel. Se nós e o Presidente Fernando Henrique tivéssemos cobrado da Câmara o seu papel, talvez ela tivesse sido aprovada. Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, voto distrital. A cláusula de barreira está aprovada, já é uma realidade e vamos aplicá-la nesta eleição. A imunidade parlamentar, em parte, já está aprovada. Até há dois anos, o Deputado ou Senador poderia matar, degolar, roubar, fazer o que quisesse e não acontecia nada, a não ser que o Senado ou a Câmara dessem autorização. A Câmara e o Senado não davam e nem deixavam de dar a autorização, ficava na gaveta. Não davam porque não davam e não rejeitavam porque ficava mal, então, não saía da gaveta.

A emenda nossa foi aprovada e, hoje, é lei. A Câmara também aprovou. Reparem que inverteu e está lá na gaveta do Supremo. O Senado e a Câmara não fizeram nada para mexer no caso do Jader Barbalho, no caso do Senador que hoje é Líder do Governo e os processos estão na gaveta do Supremo. Se quiserem julgar, eles que julguem, porque agora o Supremo não precisa pedir licença nem para a Câmara, nem para o Senado.

Reparem que a TV ao vivo, talvez uma das questões mais delicadas, não existe mais, para não falar de coisas que vão melhorar muito nessa campanha, como já estamos notando. Dizem que a campanha não sai do chão porque não tem showmício, nem mesmo de graça. No Rio Grande, existem muitos cantores e compositores gauchescos que gostam de fazer a campanha por paixão, por amor, por dedicação e que estão magoados porque não podem. “Mas não quero cobrar nada”, dizem. Não pode. Acho que está certo. Brinde também não pode. Acho que está certo.

Vejo que essa questão poderia ser levada adiante com grandeza recíproca e não da forma como está sendo feito por um grupo de juristas, não sei com qual sentido. Julgar a ida deles ao Presidente da República, na minha opinião, foi infeliz, porque o motivo, segundo dizem os jornais, são as CPIs. Eles querem modernizar as CPIs e tirar delas o direito de liberar o sigilo de contas bancárias e de telefones.

Sr. Presidente, durante muito tempo, desde o tempo da ditadura até agora, só a CPI funcionou para provar alguma coisa neste Brasil. Não me lembro de alguém que tenha sido condenado no Supremo ou na Justiça comum. Eu não me lembro de algo que tenha sido provado, a não ser aqui, neste Congresso, desde a cassação do Collor até a CPI dos Anões do Orçamento,

que cassou uma centena de parlamentares, e a CPI do Sistema Financeiro, que mostrou, a nu, a remessa de lucro e as contas fantasmas no exterior. Essa CPI teve belíssimo trabalho. Belíssimos trabalhos!

Concordo que estamos vivendo um momento muito polêmico, hoje, porque se invertem as posições. O PT ficou em uma posição muito confusa. Ele, que era o criador de CPIs – se dependesse dele, teríamos mil CPIs –, de repente figura na posição de boicotá-las. Aí, seus integrantes não têm a capacidade, não têm o gabarito que tinham. Para atirar pedras, para acusar, para denunciar, eles eram profissionais de primeira grandeza. Agora, para defender, eles já não têm essa capacidade. É a primeira vez que eles estão fazendo isso. Então, a CPI vive um momento complicado, mas daí o representante da OAB – mesmo que não seja o Presidente, seja o ex-Presidente –, em vez de falar conosco, ir ao Presidente da República pedir-lhe a modernização da CPI e que tire dela o direito de pedir a quebra do sigilo...

Um outro jurista, não sei qual é o seu nome, disse que viu, pela televisão, uma tortura na CPI – por amor de Deus! – em cima de um cidadão que estava prestando depoimento. Mas onde teve tortura? Em quem? O que vimos nessa CPI, o que é uma coisa absurda, foi um mar de mentiras. As pessoas agora, diante da oferta de ganhar uma vantagem na pena, estão confessando coisas na polícia que não contaram na CPI. A CPI no Brasil, na verdade, é uma vergonha pelas mentiras das pessoas que nela depõem. Mentem com a cara mais deslavada do mundo. No entanto, dizer um ilustre jurista que assistiu na televisão à tortura de uma testemunha!!! Não me lembro. Houve casos? Houve. Uma senhora veio depor e o PT resolveu ir para cima dela e foi duro. Até eu intervim. Intervim pedindo que parassem com aquilo. A testemunha estava lá contando fatos gravíssimos e, para ela, isso era muito importante. Era uma senhora, uma simples funcionária que, mesmo sabendo que já estava demitida, contou toda a história do valerioduto. Não aceitei que quisessem fazer investigação da vida dela ou contar casos e sei lá o quê. Exigi e protestei. Mas daí a dizerem que a CPI tortura testemunhas, por amor de Deus! Por amor de Deus!

Volto a dizer: a CPI é o setor mais sério que existe na vida brasileira. Vive uma hora anormal? Vive. Vive uma hora diferente? Vive. O PSDB e o PFL estão em um regime de maravilha, porque estavam apanhando o tempo todo e, de repente, estão batendo. O PT, que costumava bater, ainda não aprendeu a se defender. Essa é a grande verdade.

O Senador Jorge Bornhausen e o Senador Tasso Jereissati, quando perguntam o que atrasa o pedido de

convocação de CPI, fazem uma pergunta delicada. É uma pergunta delicada, porque essas coisas nós sabemos como começam e não como terminam.

O exemplo da Venezuela é verdadeiro. É o exemplo doloroso de um cidadão que chegou à Presidência da República e para quem todos os esquemas são válidos, a começar por desmoralizar o Congresso e governar diretamente com o povo. E, aí, com plebiscito aqui, não sei mais o que lá, ele está fazendo o quer. Ele está fazendo o quer e o Congresso e a imprensa são dele. Na verdade, é uma democracia com interrogações com relação a sua maneira de ser. Sob o pretexto de que o americano ameaça invadir e que ele está-se defendendo, está tomando posições de independência. Primeiro, era com o Brasil. Eu até achava que seu diálogo com o Lula era positivo, em termos de América Latina, mas agora ele foi à Cuba, à Rússia, já foi à China, ele quer ocupar uma posição. Parece que ele sabe que o Fidel Castro está com a sua saúde tremendamente abalada e que vai haver um vazio, que ele parece querer ocupar.

De repente, ficamos com esta pergunta: o que está atrás dessa miniconstituinte? O que se quer?

Uma ilustre jornalista, Rosane de Oliveira, publicou um artigo no **Zero Hora** que é, realmente, digno de ser analisado:

Só para fazer reforma política não é preciso convocar uma Assembléia Constituinte, exclusiva ou não. Basta o presidente eleito em outubro aproveitar a força conquistada nas urnas, apresentar a proposta de reforma política no primeiro mês de mandato e mobilizar sua base para aprová-la. Todos os candidatos não se dizem favoráveis à reforma política? Se o presidente Lula diz que está disposto a convocar uma Constituinte exclusiva até o final do ano, seja ou não reeleito, é legítimo deduzir que vem coisa bem mais profunda por aí. Há pouco tempo, o ministro Tarso Genro defendeu uma reforma que revise, inclusive, o conceito de direito adquirido. Que o atual sistema político está esgotado, ninguém duvida. O que deve se discutir é a conveniência de convocar uma Constituinte 18 anos depois da promulgação da Constituição, que já está cheia de remendos. Entre os juristas há controvérsias, inclusive, sobre se o presidente tem poderes para tanto.

Ontem o ministro Tarso Genro condicionou a convocação da Constituinte à existência de um forte movimento da sociedade, colaboração dos demais poderes da República e convicção de que seria positivo para o país.

Deu para sentir um certo tom de messianismo no ar, o que assustou os adversários de Lula. Com pequenas variações nos argumentos, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam Buarque repudiaram a idéia. Buarque insinuou que a inspiração do presidente seria o amigo Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Chávez conseguiu mudar a Constituição e ampliou seus poderes.

Diria que é uma jornalista brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a que, em razão de haver outros oradores inscritos, possa colaborar. V. Ex^a tem mais alguns minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na terça-feira, ouvi dizerem isso a vários oradores. No entanto, eu estava na fila esperando para falar. Quando começou o Jornal Nacional, concederam-me a palavra. Aliás, o Senador que me antecedeu na tribuna disse estarmos no “horário nobre”. É verdade. Só que para concorrer com o Jornal Nacional, a TV Senado ainda não tem condições. Mas vou terminar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem de se orgulhar, porque muitos preferiram ouvi-lo a ouvir o próprio Jornal Nacional. Acharam que V. Ex^a está mais atualizado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, havia muita interrogação quando o Lula tomou posse.

O interessante é que tudo o que se temia não aconteceu: “O Lula vai fazer isso na reforma agrária; o Lula vai fazer aquilo com o capital estrangeiro; o Lula vai fazer não sei o quê”. Não aconteceu nada! Aconteceu aquilo que ninguém imaginava no terreno da ética, da dignidade, da seriedade. E, cá entre nós, no terreno econômico, é a continuação do Fernando Henrique. Qual é a diferença entre os presidentes do Banco Central atual e o anterior? A diferença é que, quanto ao anterior, não encontramos nada; ao passo que o atual está sendo processado no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República por formação de quadrilha. No entanto, ele está lá na presidência do Banco Central, apesar de o Supremo estar processando S. Ex^a por formação de quadrilha, um processo iniciado pelo Procurador-Geral da República. E o Presidente Lula o que faz? Nomeia o Ministro. Ministro, o presidente do Banco Central! Onde, no mundo, existe uma situação como essa? E para quê? Para garantir que nenhum juiz entre com um pedido de prisão preventiva e o atinja, porque a figura do presidente do Banco Central não tem imunidade; a de Ministro tem. Então, deram um cargo de Ministro para ele.

Então, dentro desse contexto, volto a repetir, que o máximo que tínhamos de fazer é levar estes 58 dias que faltam até o dia das eleições. Vamos levar isso até o dia das eleições. Vamos concluir esta CPI, aconteça o que acontecer, mas vamos deixar esse tipo de debate – reforma, constituinte e tudo o que o valha – para depois das eleições, oportunidade em que teremos ambiente propício para debatermos, para analisarmos, para chegarmos a um entendimento.

Agora, o nosso amigo Lula dizer, lá no Rio Grande do Sul, que apenas o Getúlio fez um pouco mais do que ele pelos trabalhadores! Que ele foi a figura que mais fez pelo trabalhador. Dizer que ele e o Juscelino são os dois grandes nomes da política brasileira?! Em primeiro lugar, é uma vaidade pessoal. Isso ele deveria deixar o povo falar, e não ele se autorizar.

Viajar, como está viajando pelo Brasil... Por exemplo, ele foi a Porto Alegre fazer dois comícios. Antes dele, foram seis Ministros ao Rio Grande do Sul; cada um em uma região. Os calçadistas do Rio Grande do Sul estão praticamente quebrados. São milhares de desempregados. Não conseguem mais vender para o exterior. Então, foi lá a Ministra anunciar uma série de vantagens para os calçadistas. Os agricultores das pequenas propriedades estão vivendo um drama imenso. Então, foi lá o Ministro falar com os produtores, oferecendo outras facilidades. Uma série de pacotes foram oferecidos ao Rio Grande do Sul, para, depois, chegar o Presidente da República, reunir o povo e falar.

Mas tudo isso está bem. Vá, Sua Excelência! Penso que não precisava ter ido de avião oficial. Foram o avião oficial e o antigo, aquele que está no antiquário, aquele que o Fernando Henrique usava; aquele que era uma vergonha também foi. Foram o oficial – o novinho – e o suplementar.

Eu acho que essa eleição tem de chegar ao seu final. Eu acho que tentativas de escamotear não são possíveis. O PSDB, o PFL, o P-SOL e o PDT, com seus candidatos, estão cumprindo a sua parte. Ninguém está estimulando a radicalização, a violência. Estão cumprindo a sua parte! Não é como no tempo da antiga UDN, quando o Getúlio era candidato e a UDN ia bater na porta dos militares para não deixarem o Getúlio ser candidato, e, depois, para não deixarem o Getúlio ser eleito. Não é como no tempo do Juscelino Kubitschek, quando, eleito Juscelino, a UDN batia às portas dos quartéis para impedir que ele assumisse a Presidência. Não! Hoje, estão aí o PSDB, o PFL e, do outro lado, o P-SOL e o PDT batendo e debatendo as suas idéias. O clima é normal. Quem está querendo agitar é o Governo, é o Partido do Governo. Isso não tem lógica; não tem argumentação! O Partido do Governo é que quer agitar. E, em uma hora como essa,

vem pedir a Constituinte!!! Este é o momento de pedir a Constituinte? Cinquenta e oito dias antes da eleição? Essa é uma eleição aberta, tranqüila. O que está havendo? A imprensa está aberta, os partidos estão abertos, o debate é franco. O que há de perigo nesta eleição? “Tem de ser feita a reforma da política”, dizem. Sim, mas teriam de tê-la feito no primeiro ou no segundo ano do Governo, mas não a 60 dias da eleição! Essa é uma tese para depois da eleição, porque alimenta intranqüilidade, dúvida, incerteza sobre o que atrasa ou não atrasa. Portanto, não se pode fazer isso!

Sr. Presidente, volto a dizer que o importante seria... afinal, termina hoje, não é isso, Sr. Presidente? Só viremos para cá agora em setembro. E, em setembro, os programas políticos já estarão no ar e ninguém mais vai pensar em abrir esse tipo de debate; por isso, ele encerra-se hoje.

Eu só faria um apelo ao Governo: que encerrasse essa conversa sobre miniconstituinte. Falou, lançou no ar, a coisa está aí, mas que não seja durante o recesso, que vamos ter, que esse assunto venha a ser debatido, porque, senão, eu serei o primeiro a suspender a campanha para voltarmos aqui para debatermos, com rigidez, qualquer movimento que seja feito nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. A seguir, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^s e Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, respondendo à indagação de V. Ex^a, e tendo a ousadia de usar a tribuna depois da fala de V. Ex^a, o perigo que há nessa eleição, Senador Pedro Simon, é que o Governo já sabe que vai perdê-la. Esse é o grande perigo que eles estão já antevendo.

Senador Tião Viana, ocupo a tribuna para falar de um assunto que foi unanimidade na tarde de hoje: a proposta do Presidente Lula de criar uma Constituinte para a reforma política. O Presidente ocupou espaço na mídia na manhã de hoje para defender a inoportuna idéia que lhe levaram ontem: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para, paralelamente às demais atividades do Congresso, implantar uma reforma política.

Uma Assembléia Nacional Constituinte, como pretende convocar o Presidente Lula, é temerária. Primeiro, porque o Presidente já anunciara antes a encenação de alguns pretensos golpes, Senador Heráclito Fortes, durante os seus quase quatro anos à frente do Governo, que não lograram êxito. Os exemplos são evidentes: os projetos da Fenaj, da Ancinav, da mordança nos procuradores e tantos outros que poderíamos relacionar.

Todos esses ensaios autoritários, Senador João Batista Motta, apontam para o que a Nação sabe que pode ser o sonho maior do Presidente Lula: o de se torna ditador. Pior ainda: ditador a la Chávez.

A idéia lançada por Lula é autoritária e mostra a vontade do Presidente Lula de nela pegar carona e implantar o chavismo no Brasil. É importante que a Nação brasileira fique atenta a isto: implantar o chavismo no Brasil.

O Presidente Lula, que, no exterior, ficou admirado com os 37 anos de poder de um ditador, Senador Sibá Machado, é bem provável que tente implantar o mesmo no Brasil. Como ele mesmo costuma repetir a expressão “nunca se fez tanto neste País”, talvez queira implantar mais esse golpe no Brasil, a exemplo do que Chávez já fez na Venezuela.

Na verdade, Sr. Presidente, uma Constituinte só se justifica em país em que houve ruptura institucional. Não é o caso, graças a Deus, do Brasil, um País em total harmonia democrática, com o perfeito funcionamento das suas instituições, que, pelo visto, só não agrada aos espíritos despreparados de governantes improvisados.

Da forma como Lula se agarrou a essa idéia inoportuna, é bem provável que ele deseje a Constituinte para suprimir as liberdades, ou seja, para fazer uma ruptura do seu Governo e defini-lo como antes e depois de Lula. Antes, no caso da Constituinte proposta, houve uma avalanche de corrupção que assolou o País, algo sem precedente na história do Brasil. Depois, nem Deus sabe o que os incompetentes liderados de Lula podem trazer para o Brasil se ele for eleito, o que já começa a parecer pouco provável.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bom que o Presidente fique sabendo que, pelas manifestações de expressivos juristas brasileiros, essa idéia de Constituinte petista/chavista não vai vingar. Pode ser que esse arremedo de Constituinte represente a vontade do Presidente Lula, do Partido do Presidente Lula, mas, seguramente, não é a vontade da população brasileira.

Termino, Sr. Presidente, lendo tópico do boletim noticioso CHHR, veiculado pela Internet, sob a direção de quatro jornalistas competentes: Haroldo Holanda,

Tarcísio Holanda, Carlos Chagas e Sérgio Ross. Vou ler, na íntegra, o boletim desses jornalistas, que tem o título “A Constituinte do Crioulo Doido”:

Com todo o respeito e desculpas a quem, mesmo injustamente, rotular-nos de racistas, mas melhor imagem não há que a do saudoso Stanislau Ponte Preta, para a definição da semana política: é a semana do crioulo doido, responsável pelo samba-enredo carnavalesco onde a Princesa Isabel casava com Tiradentes, D. Pedro I confraternizava com Deodoro da Fonseca e a República havia sido proclamada por Pedro Álvares Cabral.

O engajamento do Presidente Lula na absurda teoria de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva faz tremer aqueles que, diante da hipótese do segundo mandato, começam a ficar com medo do terceiro e do quarto.

Um grupo de juristas sugeriu a idéia ao Presidente. Para começar, quem concedeu a esses advogados, em especial de São Paulo e de Brasília, mandato para falarem em nome de todos os cultores do Direito? Na verdade, foram ao Palácio do Planalto para defenderem seus direitos, ou seja, propuseram restrições ao funcionamento das CPIs, que chamaram de máquina de triturar inocentes. Apenas depois, um deles lembrou-se de falar sobre a Constituinte exclusiva, tese lembrada de vez em quando por alguns presidentes da OAB.

Dizem mais os articulistas:

O Lula aderiu logo, ávido por promover a reforma política. A absurda proposta prevê eleições no ano que vem para integrantes de uma câmara destinada a reformar ou até a elaborar uma outra Constituição para o país.

Paralela ao Congresso que tomará posse em fevereiro, essa Constituinte seria composta por cidadãos que não fossem Deputados nem Senadores.

Para começar, então, candidatar-se-iam muitos dos que tivessem sido derrotados agora em outubro. Se já vão para o novo Congresso montes de indivíduos desclassificados, imagine-se para a Constituinte exclusiva.

Ou, no reverso da medalha, seriam impostas regras elitistas para sua seleção?

Só poderiam ser constituintes os advogados ou os portadores de diploma de curso superior?

Ou caberia à Ordem dos Advogados do Brasil registrar os candidatos?

Mas tem mais. Quem convocaria a Assembléia Nacional Constituinte exclusiva?

O presidente da República não tem esse poder. Seria o novo Congresso?

No entanto, abririam mão, os futuros deputados e senadores, do poder constituinte derivado que todo Legislativo detém para emendar a Constituição?

Aceitariam diminuir-se?

Caso contrário, poderiam votar suas emendas constitucionais enquanto os colegas exclusivos promoveriam as suas?

E se fossem conflitantes, qual delas prevaleceria?

Nem se fala da confusão geográfica fatalmente prevista. A Constituinte exclusiva se reuniria em Brasília?

Na sede do Congresso não haveria lugar. Quem sabe no estádio Mané Garrincha?

Logo surgiria a proposta de se reunirem em São Paulo ou no Rio. Quantos seriam os exclusivos?

De que representação disporiam, caso eleitos pelo sufrágio universal?

Apresentar-se-iam pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pelas associações de classe, pelas ONGs, pelas igrejas ou pelo clubes de futebol?

Em suma, é preciso tomar cuidado. Se o Congresso é ruim, péssimo, lamentável, pior seria uma assembléia arriscada a tornar-se uma Segunda Divisão ou, mais grave ainda, um elenco sem compromisso com a vontade do eleitorado.

Por último, um alerta: ninguém garante que essa Constituinte exclusiva concluirá seus trabalhos no prazo de um ano. Muito menos que não incluirá no novo texto a possibilidade de os Presidentes da República reelegerem-se eternamente...

Esse é o texto do boletim publicado na Internet pelos brilhantes jornalistas a que fiz referência no início.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Augusto Botelho. Em seguida, falará o Senador Tião Viana.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar, é claro que bem atrasado, e gostaria de saber se está previsto meu pronunciamento ainda para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, estou averiguando a inscrição de V. Ex^a e a do Senador Heráclito Fortes, porque o que me passou o Senador Alvaro Dias foi até o meu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, para honra minha, logo abaixo do nome da nobre Senadora Líder do PT na Casa, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra. Eu falarei como Líder do Governo. Eu me inscrevi ontem, reiterei a inscrição no dia de hoje e ainda não pude falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a. É que tenho de pegar um avião.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá problema de vôo se não falar antes da Senadora Ideli Salvatti?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, falarei após S. Ex^a. Estou inscrito após S. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Tião Viana, acredito que eu seja o primeiro dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será inscrito, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a usará da palavra, Senador Sibá Machado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para que fique registrado, quero dizer que eu era a terceira inscrita na ordem dos oradores do dia e, dada a polêmica e o debate apurado aqui hoje, só agora fui chamada.

O assunto que queria tratar e tinha preparado é exatamente o que acabou dominando boa parte dos

debates no dia de hoje, que é a questão da Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, voltada para a reforma política.

Lamentei muito não ter conseguido fazer o aparte, quando o assunto foi tratado pelo Senador Jorge Bornhausen; vários Senadores tiveram o direito de apartear-lo.

Entendo que o tema merece uma série de ponderações. A primeira delas é a de que esse assunto veio a público e está sendo divulgado de forma totalmente contrária à realidade dos fatos. O Presidente da República recebeu uma comitiva de juristas, ex-Presidentes da OAB, para tratar de assuntos institucionais, e foi exatamente dessa conversa com juristas que apareceu a proposição de se debater a questão e, se for o caso, de se formar uma Assembléia Constituinte exclusiva para a reforma política.

Aliás, a coluna da jornalista Tereza Cruvinel – quero aqui usar alguns trechos – dá conta exatamente desse procedimento, ou seja, de que esse debate foi levado ao Presidente pelos juristas, pela Ordem dos Advogados do Brasil, e de que Sua Excelência admitiu que, se for o desejo da sociedade, ele poderá, sim, propor uma Assembléia Constituinte exclusiva com a finalidade da reforma política.

Já ouvi vários Senadores questionarem: “Como faremos isso agora? Já estamos a poucos dias das eleições”. Em nenhum momento, foi dito que isso se daria agora, mas, sim, como algo a ser amadurecido pela sociedade, se for esse o desejo da maioria dos brasileiros, e como fruto do debate, que, pelo meu entendimento, abre-se mais uma vez. Não é a primeira vez em que acontece o debate sobre uma Assembléia Constituinte exclusiva, não é a primeira vez em que isso aparece no cenário político nacional.

Portanto, é absolutamente importante resgatar a verdade dos fatos. Como querem impingir o propósito, a vontade de desviar o foco, o assunto – conforme vários se pronunciaram aqui –, é necessário deixar bem claro em que condições, em que circunstâncias o assunto apareceu, em que contexto poderá ou não ter viabilidade e implementação.

Tereza Cruvinel inicia sua coluna com uma pergunta que pode, efetivamente, motivar esse debate. Ela o inicia assim:

A reforma política nunca reuniu tanto consenso como hoje, mas como fazê-la, com um Congresso que será sempre filho deste sistema político falido e vencido? Como aprová-la, com congressistas que nunca tiveram e dificilmente terão interesse em mudar as regras do jogo que os elege?

O questionamento da colunista Tereza Cruvinel é muito pertinente. Ou não é? Como se explica – tenho

dado entrevista a respeito da votação, nesta Casa, do Orçamento impositivo – que o Senado vote o Orçamento impositivo em emenda constitucional, que precisa de **quorum** altamente qualificado, mas não consiga votar as mudanças regimentais para a tramitação do Orçamento, absolutamente necessárias e, há muito tempo, exigidas pela sociedade? A forma como o Orçamento é tratado, apreciado, emendado e votado no Congresso Nacional é regra regimental: não há interstício, nem **quorum** qualificado.

Vejam bem: conseguimos votar uma emenda constitucional para estabelecer que o Orçamento seja impositivo. Vai ser bastante interessante haver um Orçamento impositivo e não modificar seu processo de tramitação, com todos os vícios já constatados, confirmados, com brechas na maneira como são apresentadas, negociadas e aprovadas as emendas.

A pergunta é pertinente ou não é? Estamos falando de algo que não tem razão de ser? Como os Parlamentares vão ter disposição de modificar as regras para as quais foram eleitos? Vão dizer – e escutei aqui hoje: “Por que o Governo, que tem maioria na Câmara, não movimentou a base aliada, para aprovar a reforma política que o Senado já votou há um bom tempo?”. Boa parte da base política não é só deste Governo. Boa parte do que se denomina base aliada deste Governo foi base aliada de muitos governos. Portanto, creio que, em hipótese nenhuma, pode-se fazer um debate entre Oposição e Governo: a motivação de avançarem, ou não, determinadas votações, indiscutivelmente, está colocada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um rápido aparte? É só para eu entender...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a disse que a base aliada deste Governo foi a base aliada de muitos governos. V. Ex^a pode explicar por quê? Por que a base aliada do passado é a base aliada do Governo de hoje, do Governo de V. Ex^a? E por que, possivelmente, será do próximo? Fale para a Nação, de maneira clara.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, é muito simples explicar isso. Temos um regime presidencialista em que o Presidente é eleito por ampla maioria de votos, mas os partidos que compõem a aliança que o elege nem sempre conseguem ter maioria no Congresso Nacional. Esse processo para compor maioria vem ocorrendo há muito tempo. Dessa forma, partidos que não integraram a coligação que deu conta de eleger o Presidente... Isso aconteceu com Lula, com Fernando Henrique Cardoso e também com outros Presidentes da Re-

pública. Portanto, a reforma política é absolutamente imprescindível.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Só isso. Obrigado, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É absolutamente imprescindível que a reforma política seja feita. E, apesar de absolutamente imprescindível, ela não anda. Portanto, quando o assunto “Assembléia Constituinte exclusiva para fazer a reforma política” aparece no cenário político, ele tem de ser levado em consideração sim, não pode deixar de sê-lo.

Houve aqui algumas falas no sentido de que, se uma Assembléia Constituinte exclusiva vai deliberar por maioria, 50% mais 1, poderá aprovar de novo a reeleição ou os Senadores vitalícios ou não sei mais o quê. Vários exemplos foram citados. No entanto, a população saberá que os Parlamentares serão eleitos para essa assembléia exclusiva para fazer tais e tais mudanças. Eles vão apresentar, na campanha, quais as mudanças na estrutura político-partidária do nosso País. Portanto, a população vai lhes delegar poderes para fazer essas modificações. E mais: depois de feitas essas modificações, na questão da reforma política, eles não serão mais...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, respeite a inteligência do povo brasileiro! Não podemos modificar regra eleitoral em ano de eleição. Não podemos marcar uma Assembléia Nacional exclusiva agora, Senadora. O que é isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, se V. Ex^a me permitir usar do meu tempo e não me interromper, mesmo quando não lhe concedi o aparte, quero apenas dizer que ninguém está propondo isso. Apenas há pessoas dizendo que foi dito, quando não o foi, que haverá uma proposta de Assembléia Constituinte exclusiva neste momento. Não. Volto a afirmar. Se V. Ex^a tivesse prestado atenção quando comecei, foi exatamente assim: o Presidente recebeu...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não vou mais interromper V. Ex^a. Já entendi tudo. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...um grupo de juristas, ocasião em que o assunto reforma política foi abordado e em que se tratou como possibilidade constituir-se uma Assembléia Constituinte exclusiva para realizar a reforma política. Qual foi a posição do Presidente Lula? Volto a ler a coluna de Tereza Cruvinel, em que ele diz: “Vejo com bons olhos. Se for do desejo da sociedade, não terei problema em encaminhar”.

Portanto, esse é um debate que se está abrindo novamente. Volto a dizer: não é a primeira vez, Senador João Batista Motta. Esse debate já tem

emenda, teve emenda constitucional, em 1997, do Deputado Miro Teixeira. Já houve essa proposição, que não acabou tendo viabilidade, infelizmente, naquela época.

Eu gostaria, inclusive, de fazer o registro de um artigo que foi publicado na revista **Consultor Jurídico** do dia 11 de outubro de 2003, de nada mais nada menos do que de um jurista renomado e que tem posições, muitas vezes, que eu até, particularmente, tenho como mais conservadoras sobre determinados aspectos. Mas o jurista Ives Gandra da Silva Martins, nesse artigo, que é extremamente bem elaborado, diz: “Reforma no atacado. Por uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva”. E vou fazer a leitura do que ele afirma:

Nesse contexto, discute-se novamente se valeria a pena convocar uma constituinte. Sou favorável, desde que exclusiva, como defendi à época em que presidia o Instituto dos Advogados de São Paulo. Só assim, teríamos inúmeros professores, como ocorreu na Constituinte de 46, concorrendo às eleições e ofertando seu cabedal de estudos para o bem do Brasil.

E termina o artigo dizendo o seguinte:

Minha posição, portanto, nestes debates de sábado que a Folha provoca, é favorável a uma constituinte, mas exclusiva, só admitindo parlamentares candidatos a dela participarem, em eleições livres, se abandonassem os mandatos que exercem no Congresso.

Portanto, é uma posição absolutamente importante, relevante, que deve ser considerada, de um jurista renomado no nosso País.

E os juristas que também estiveram ontem com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trataram desse assunto com essa lógica, com a visão de abrir o debate, de estarmos abertos a isso como uma possibilidade de uma eleição para uma assembléia exclusiva para tratar da reforma política.

Terminada essa tarefa, os candidatos dos partidos apresentam suas propostas. A população, quando votar e eger esses constituintes, estará colocando o voto naquela proposta específica, apoiando determinadas teses e temas para a reforma política. E, terminada a alteração, aquele trabalho é concluído, e o Congresso é eleito para todas suas prerrogativas no exercício da sua atividade parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de trazer à tribuna essas ponderações, inclusive porque se repetem, à exaustão, falas, posições e situações que não ocorreram, que não são verídicas. Com isso, mata-se efetivamente um debate absolutamente, do meu ponto de vista, focado, centrado no assunto que

move a todos nós buscarmos uma solução, que é a grave crise política institucional vivida, de forma muito especial, no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que fará uso da palavra por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grande vantagem de se debater com o Governo atual é que não é preciso fazer qualquer esforço para jogar por terra os fracos argumentos aqui usados.

A Senadora Líder do Partido finalizou o seu pronunciamento respondendo o porquê da inoportunidade da discussão neste momento: Congresso em crise, crise moral; Presidente em crise, crise moral; falta de legitimidade.

Nada mais inoportuno e sem objetivo do que se discutir uma reforma mediante uma Constituinte exclusiva por quem não tem autoridade de presidi-la, que é o atual Presidente da República. E não tem por vários motivos: ao procurar discutir fundamentos para a tal reforma, começou procurando a sociedade civil, e não o Congresso Nacional, desrespeitando esta Casa, como vem fazendo ao longo dos anos. Desrespeitou uma instituição pela qual passou de maneira apagada e sem trazer nenhuma contribuição para este Parlamento. Ninguém mais do que o atual Presidente sabe o que é uma Assembléia Nacional Constituinte e quais são as suas limitações.

Quero apenas registrar que a Líder do PT ficou no Plenário até agora, mas na hora de ouvir a verdade, mais uma vez, fugiu do debate. É fujona! Quero fazer esse registro porque o Brasil todo está nos vendo e ouvindo. O assessor vai chamá-la; pode ser que volte – é bom que faça isso, ajude esta moça. Ela precisa desse tipo de ajuda. Sensibilidade é coisa que falta a alguns.

Mas, Sr. Presidente, Lula não tem autoridade para propor ao Congresso, presente, passado ou futuro, diálogo, pacto ou seja lá o que seja, porque que não teve, nesses seus quatro anos de Governo, nenhuma consideração e nenhum respeito para com esta Casa. Tomou atitudes, todas, de cunho, de fundo ditatorial, quando quis cercear o direito da imprensa, das artes por meio da censura prévia às peças teatrais, quando

apoiou ditaduras de países vizinhos! Nós não temos no ex-trabalhador brasileiro nenhuma vocação democrática como teve Teotônio Vilela, que é um dos criticados pela Líder do Governo por, no passado, ter participado do que chamou de uma ditadura militar.

Naturalmente – e eu sei – a intenção original da Líder foi ofender o Presidente Sarney; tão bom brasileiro, tão compreensivo com o seu atual Governo, tão solidário em momentos de crise. O período eleitoral se aproxima e está contrariando os interesses do Partido e da base do Governo em dois Estados da Federação: o Amapá e o Maranhão. Por isso, não merece o reconhecimento e a gratidão. Pelo contrário, é agredido da maneira que foi aqui.

O Sarney participou de um Governo em um período duro e difícil que esta Nação enfrentava. Mas em nenhum momento teve participação que desabonasse a sua conduta. Seria a mesma coisa, Senador Tião Viana, que nós aqui fôssemos criticar o chefe supremo do seu Partido, eventualmente da Nação, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, quando montou as bases fundamentais do Partido dos Trabalhadores, instalado no gabinete de Petrônio Portella e com a participação do Golbery do Couto e Silva.

Abram os jornais da época e vejam como o movimento trabalhista começou sob a inspiração revolucionária do mago, conhecido à época, Golbery do Couto e Silva. Era uma oposição consentida, tanto que os da época que sofreram prisões receberam tratamentos distintos, uns com tortura, outros com regalia de poder sair para compromissos sociais. A História está aí para contar. Para que agredir passado se vivemos uma anistia? Busquem!

O assessor do PT, por falta, está dando quero que a Nação toda assista a isso – uma orientação à Bancada. Suspendo aqui para assistir, Sr. Presidente. É um desrespeito à Casa, mas...

Quero saber se posso continuar.

Sr. Presidente, veja por que não temos condições de discutir procedimentos de assembléia. Os assessores da Casa não respeitam nem sequer esta Casa sagrada e interrompem o pronunciamento de Parlamentares, de Senadores da República, para dar conselhos, sugestões. Mas é isso mesmo. Esta bagunça não ocorre só aqui. essa inversão de valores não acontece só nesta Casa do Parlamento. Ela ocorre na administração pública e permite o que se vê hoje: os sanguessugas, os dilapidadores do patrimônio avançando pela administração pública.

O Partido dos Trabalhadores hoje só tem uma preocupação. Digo isso com muita tristeza, por ter dois companheiros aqui, do Partido dos Trabalhadores, que sei, pelas suas vidas e pelas suas origens, que estão

isentos. O PT sabe que está no banco dos réus e procura desesperadamente companhia; não quer ficar só. Daí por que essa busca incansável de exemplos no passado, esquecendo-se de que foi exatamente a sua linha de discurso, ao longo de 20 anos, a da pureza, a de acabar com tudo de errado que se havia praticado neste País, e se constituir uma Nação sem erro, sem pecado e sem mácula.

Não resistiu, Sr. Presidente, sequer à votação de um primeiro Orçamento. Nos primeiros dias do Congresso, um assessor que, em governos estaduais como o do Rio de Janeiro, tinha convivência direta e estreita com o jogo do bicho e outras traficâncias, já dava ordens nos corredores da Câmara, manobrando e manipulando votações no Senado.

O que foi o mensalão? O mensalão não teve sua origem em recursos de campanha, em caixa dois de campanha eleitoral, porque até então a Nação brasileira não se preocupava, ou fechava os olhos para isso, ou era difícil descobrir as origens e os fundamentos. O mensalão foi a tentativa efetiva, nesta Casa do Congresso Nacional, de se cooptarem Parlamentares e de se mudarem destinos de votações. Senão, vejamos, é só ver a quantidade de Parlamentares que mudaram de partido nesta Legislatura. A migração partidária avolumou-se como nunca visto. Alguns acusam que, à época da votação da emenda da reeleição do governo passado, teria havido casos dessa natureza. As mudanças foram mínimas. Agora, não, elas foram em borbotões, em quantidade que chamou a atenção de muitos. Tivemos casos de Parlamentares que trocaram de sigla quatro, cinco vezes. A questão ideológica, o compromisso com o passado foi todo jogado para fora.

O Senador Pedro Simon foi muito feliz quando disse que o PT combateu a vida inteira o capital, os banqueiros, e a primeira providência que tomou foi trair o povo brasileiro ao trazer para a Presidência do Banco Central um banqueiro que representa o sistema internacional, presidindo, até então, um dos bancos mais importantes do mundo, que era o Banco de Boston.

Tivemos CPIs nesta Casa. Em alguns momentos, Senador Tião Viana, infelizmente, vimos os membros do PT defenderem com mais afinco bancos estrangeiros do que a dignidade da ação dos Pares e dos companheiros de Governo. Não vimos, em momento algum, o PT, que, de maneira vigorosa, expulsou dos seus quadros a Senadora Heloísa Helena por questão ideológica, sentar-se a uma mesa para julgar os seus Parlamentares envolvidos nos episódios recentes. Pelo contrário, vimos cenas grotescas, como a da Senadora da *pizza* dançando na madrugada, na Câmara dos Deputados, a comemorar a absolvição de mais um companheiro seu, em um pacto firmado

entre os acusados e os que tinham responsabilidade naqueles crimes praticados no Congresso.

Que autoridade tem o Presidente da República agora, em nome de quem e de quê, para propor uma Constituinte que é exclusiva ou não? Quem convoca Constituinte, modificação de regras, é governo novo, é governo sem pecado, é governo que quer mudanças nas quais o povo acredite, não um Governo que está aí capengando o fim de um mandato com mais respostas a dar ao povo brasileiro do que esperanças a vender, como fez em passado recente.

Como era bonito há quatro, cinco ou dez anos ouvir um petista em praça pública ou em uma televisão, monopolistas da virtude, donos exclusivos da dignidade e vigilantes empedernidos do bem público. Não resistiram ao primeiro aceno, não resistiram à primeira oferta Estão na vala comum. E trabalharam muito bem o dia de hoje. Quero que a Nação brasileira não se engane e não caia nessa falácia.

Hoje, o que se viu aqui foi uma manobra diversionista, para que não se fale nos depoimentos que estão acontecendo pelo Brasil afora, envolvendo corrupção. Discutiu-se o abstrato da convocação de uma Assembléia, mas não se discutiu de maneira objetiva e concreta a necessidade que tem o próprio Lula de prestar contas e satisfações aos brasileiros. Já foi um avanço: recebeu a OAB, aquela OAB que o repreendeu em público no ano passado. Deveria ter tido naquela época a humildade que teve hoje, e não a sua Líder vir a esta tribuna esconjurar essa OAB a que hoje faz referência elogiosa por ter tido um encontro com o Presidente da República.

É uma virtude que se tem, de mudar os conceitos de acordo com a conveniência e de acordo com o momento. Se a Ordem vai para conversar, é uma Ordem republicana, mas quando chama o Presidente da República à responsabilidade, com o direito secular que tem, é condenada, esconjurada, como foi aqui e o Brasil todo assistiu a isso.

Sr. Presidente, Tancredo Neves teve autoridade para pedir a Assembléia Nacional Constituinte porque falava em nome da Nação brasileira, porque havia liderado um ato cívico que o Brasil todo apoiou, que foi a transição democrática, o reencontro do Brasil com as liberdades. Constituinte! Tem autoridade para pedi-la quem dialoga com o Congresso Nacional.

Aqui se vêem todos os dias comparações do atual Governo com o Governo passado. O atual, pelo visto, é o da marcha a ré, do espelho retrovisor, só tem olhos para o passado e não para o futuro.

Façamos uma pequena comparação entre o número de parlamentares que recebia Fernando Henrique no exercício de seu mandato no Palácio do

Planalto, em audiência oficial, e quantos recebeu o atual Presidente. Por que o Presidente da República, num passado bem recente, reunia-se na calada da noite no apartamento de envolvidos para discutir mensalão – quem diz isso é Ricardo Kotscho, seu porta-voz, seu companheiro e seu amigo – e se nega a discutir com as lideranças mais expressivas desta Casa não uma reforma constitucional, mas, sim, um ajuste nas reformas políticas que o Brasil está a esperar? Por que a sua primeira palavra, com o apoio popular que tinha àquele tempo, não foi para pedir a união nacional?

Por que não deu ao Brasil o que ele necessitava, sem barganha, sem fisiologismo, sem troca de cargos? Não. Optou pelo pior, optou exatamente por iniciar esse período de troca-troca.

Louvo a facilidade que temos para debater, porque as respostas vêm na traição que o subconsciente faz às pessoas que não têm convicção do que praticam.

Nós fizemos alianças, todos os governos fazem isso. Combatiam o fisiologismo, condenavam os parlamentares que, no passado, trocavam de partido – pediram até CPI. Agora, por coincidência, juntaram-se com os mesmos. Que coisa! É triste para o Brasil ver isso, Sr. Presidente.

O PT hoje distribuiu pelo Brasil afora, querendo atingir um dos homens públicos mais sérios deste País, que é o Governador de São Paulo José Serra – Presidente da República daqui a quatro anos –, cópias de uma fotografia em que ele aparece ao lado de uma ambulância no Mato Grosso.

Diz ditado popular de minha terra e da do Senador Sibá Machado que “pau que bate em Chico bate em Francisco”. Tenho aqui a reprodução de uma foto em que o Presidente aparece entregando ambulâncias ao lado de Humberto Costa. Mas vamos ser honestos: isso prova alguma coisa? Não prova nada!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – PA) – Lino Rossi e Pedro Henry...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeço de coração. V. Ex^a está falando das que o seu Partido distribuiu, da que o povo brasileiro está distribuindo pela Internet: aparecem Lula e Humberto Costa distribuindo as mesmas ambulâncias.

Mas eu quero ser honesto, quero ser justo: eu não acho que isso prove alguma coisa. A irresponsabilidade de se fazer distribuição e ilação dessa natureza dá o direito da réplica. Seria eu irresponsável – e não tenho essa vocação – de dizer que isso aqui é a prova do crime? Não! O Presidente Lula pode até, nesta fotografia, estar sendo enganado por um Ministro de

seu Governo; ou o Ministro por seu próprio assessor; ou o assessor por um Parlamentar. Por isso, eu não quero levantar suspeitas.

Senador Sibá, mostrar uma cena em que o ex-Ministro José Serra está ao lado de Parlamentares e querer fazer disso prova de que o Ministro Serra, hoje candidato a Governador de São Paulo, tinha algum envolvimento? Há uma diferença muito grande.

Não se faz este País com irresponsabilidade e com leviandade. Eu quero aqui, de público, dar um crédito de confiança ao Presidente Lula e concordar com ele. Vai ver ele não sabia de nada!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia de hoje não será realizada.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, inciso II)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispendo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana pela Liderança do Governo por vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do

orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usarei exatamente o tempo regimental de cinco minutos.

O assunto que me traz à tribuna diz respeito à saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Tião Viana, concedi-lhe vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Usarei no máximo cinco minutos, pois meu Colega Sibá Machado quer falar em seguida.

Em razão da consideração e do respeito que tenho pela inteligência política do Senador Heráclito Fortes, no seu justo direito e exercício parlamentar de fazer crítica ao Governo que defendo desta tribuna, com muita clareza e com muita tranqüilidade, gostaria de lembrar-lhe que, nessa mesma época do ano de 2002, o Presidente Lula estava com 33% de aprovação popular para ser indicado Presidente da República. Hoje está com 44%. Então, alguma coisa precisa ser revista nesse debate entre Governo e Oposição para que possamos tratar o debate eleitoral em um plano que envolva mais um personagem: o eleitor brasileiro, o povo brasileiro.

Com o meu pronunciamento de hoje, pretendo fazer uma homenagem ao Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia, que tem sede no Rio de Janeiro e é uma instituição federal pertencente ao Ministério da Saúde dirigida pelo Dr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Peço um aparte, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes, ouvirei V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero apenas ajudar-lhe. Os números da pesquisa do Presidente Lula, naquela época, eram bem maiores do que esses que V. Ex^a citou.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – São dados do jornalista Fernando Rodrigues, que passarei ao seu gabinete.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero saber de qual instituto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Passarei os dados a V. Ex^a, que vai concordar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Desse período em diante, o Presidente Lula, em momento algum, esteve abaixo dos 40%. De qualquer maneira, naquela época ele era o virtuoso, o sem-pecado, o homem da esperança.

Agora vai ser mais difícil, até pelas más companhias que ele vai ter no palanque. Já soube, no entanto, que V. Ex^a tomou providências enérgicas para que, no Acre, isso não aconteça. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pelo grande quadro político que é, conto com V. Ex^a no pacto de governabilidade que firmaremos para colaborar com o segundo governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, trago a homenagem ao Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia. O Dr. Sérgio Côrtes teve a oportunidade, dada ainda na gestão do Ministro Serra, de dirigir aquele Instituto. Fez uma forte administração, interveio em erros e desvios de finalidade que tinha aquela Instituição, que é responsável por 80% dos atendimentos traumato-ortopédicos no Estado do Rio de Janeiro e 5% dos atendimentos no Brasil e que cumpre um papel da dimensão que tem a Rede Sarah de Hospitais no Brasil – a Rede Sarah concentra sua atuação no campo da reabilitação do aparelho locomotor e o Into, muito mais no campo cirúrgico, mas também um pouco no campo da reabilitação.

Foi criado um projeto nacional, no qual tive o prazer de opinar, de sugerir, sensibilizar para a realidade da região Norte em relação às doenças traumato-ortopédicas. As milhares de vítimas de acidentes de trânsito neste País padecem muito e, no meu Estado, como em outros Estados, não temos especialistas suficientes – não tínhamos à época –, e o Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia resolveu estender a sua mão. Colocou um satélite e criou o chamado Projeto Suporte. Hoje já atua em vinte Estados brasileiros, levando especialistas do Rio de Janeiro em atividades visitantes, fazendo procedimentos cirúrgicos.

Amanhã estarão em meu Estado e lá ficarão até a próxima terça-feira, fazendo procedimentos como colocação de prótese de quadril, prótese de fêmur – um procedimento desses custa, no mínimo, R\$ 30 mil. Eles levam os equipamentos, a equipe, a especialidade, treinam a equipe local e deixam a continuidade desse serviço. É uma verdadeira revolução no País graças a uma decisão do Ministério da Saúde e a uma intervenção desse Instituto.

Agora, foi apresentado para o Brasil o Novo Into, projeto que fará uma mudança profunda no sistema de atendimento traumato-ortopédico brasileiro. A área de construção vai sair de 14 mil metros quadrados para 69 mil; leitos comuns: 256 e leitos CTI: 44, mais do que dobrando; salas cirurgia: 18; leitos hospital/dia: 18; salas de cirurgia hospital/dia: 3; consultórios: 64; cirurgias/ano: 19.700; consultas e procedimentos: 305 mil/ano. Hoje, a fila de espera é de 10 mil pessoas no Rio de Janeiro, graças à lamentável crise da saúde pública naquele Estado, que o Ministério da Saúde tem tentado ajudado e intervir. Reduziremos a fila de espera para 2 mil pessoas. A espera média de 36 meses – imagine V. Ex^a três anos de espera para se fazer uma cirurgia

ortopédica de alta complexidade no Rio de Janeiro – será reduzida para 12 meses, padrões comparáveis aos da Suíça, Finlândia e Noruega.

Esta é uma decisão do Governo do Presidente Lula: investir também numa área delicada da saúde pública brasileira, que é a média e a alta complexidade. Já temos essa cobertura de atendimento em 20 Estados brasileiros.

Esse trabalho do Into somado ao da Rede Sarah de hospitais, podemos dizer que o Brasil, nas doenças do aparelho locomotor, é um País que está avançando de maneira surpreendente, afirma-se como primeiro da América Latina – os serviços da Rede Sarah são equiparados aos melhores do mundo – e está fazendo esse tipo de intervenção e de correção de investimentos à altura de um novo tempo.

No Acre, tivemos crianças com o pezinho torto congênito, pessoas que estavam há anos deitadas nos leitos sem poder levantar-se, hoje fazendo movimentos; tivemos próteses colocadas, de quadril, de joelho. Estou falando em procedimentos de alta complexidade, R\$30 mil um procedimento desses, a que pobres não tinham direito a ter acesso e hoje têm, em 20 Estados brasileiros, graças a esse tipo de ação. Só na nossa região foram mais de 500 procedimentos de média e alta complexidade.

Agora, esse novo projeto vai compor Centro de Tratamento Ortopédico do Idoso, Centro do Traumatismo Raque-Medular, Centro de Trauma Ortopédico Referenciado, Centro de Trauma Infantil, Centro de Doenças Neuromusculares, Centro de Doenças Congênitas, Centro de Tratamento da Dor Crônica, Centro de Reconstrução Articular, Centro de Infecção Ósteo-Articular, Centro de Reconstrução Crânio-Maxilo-Facial.

É um trabalho admirável, e é uma das 60 unidades hospitalares do mundo, entre as quatro do Brasil, que estão com certificação de acreditação nas referências internacionais.

Então, Sr. Presidente, eu queria, nesta homenagem ao Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia (Into), ao Ministro da Saúde, Agenor Álvares, ao Diretor daquela Unidade, Dr. Sérgio Cortez, dizer que é do meu propósito uma luta para que possamos consolidar e implantar, no Estado do Acre, um projeto de suporte que signifique a presença de um modelo Into e Sarah Kubitschek para sermos uma referência de acolhimento, que já somos hoje de irmãos peruanos e bolivianos e também de irmãos dos Estados vizinhos nas áreas de fronteira, para dar cobertura àqueles que são vítimas graves e que perdem a qualidade de vida, perdem a capacidade laborativa quando têm um trauma, um acidente que os deixa imobilizados, paraplégicos, tetraplégicos, em decorrência dos acidentes do aparelho locomotor.

Então, faço esta homenagem num justo reconhecimento a uma unidade que só tem ajudado a Amazônia e as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Recebemos, agora, R\$3,800 milhões em equipamentos, que vieram de uma luta travada em parceria, para os hospitais de alta e média complexidade do Estado, a fim de que possamos atender à população vítima dos acidentes e dos traumas na nossa região.

Por isso, a minha gratidão e o meu reconhecimento ao Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer justiça aqui também a uma das instituições financeiras estatais do nosso País que, durante quase 15 anos da minha atividade pública, foi abordada em alguns debates, muitos deles veementes, para que se pudesse democratizar o crédito, especialmente para aquelas pessoas de baixo poder aquisitivo e de baixa representação política. Trata-se, Sr. Presidente, de um tributo que faço agora ao Banco da Amazônia.

Pedi ao Presidente Mâncio Lima Cordeiro e à direção daquele banco que nos pudesse passar as informações com o balanço das atividades desse período. E digo a V. Ex^a que fiquei bastante honrado de ver os números. Passo, neste momento, a comentá-los, Sr. Presidente.

O Banco da Amazônia conta hoje com 129 pontos de atendimento, representa 78,7% do crédito de fomento da Região Amazônica, tem 11% de todas as agências da região e atende a 94% dos Municípios.

O desempenho financeiro do Banco ficou da seguinte maneira: o patrimônio líquido foi de R\$1,221 bilhão de reais, em 2002; passa para R\$1,382 bilhão, em 2003; R\$1,426 bilhão, em 2004; e R\$1,630 bilhão, em 2005, o que mostra um crescimento de 34% do patrimônio líquido do Banco.

No seu projeto estratégico, um dos pontos é excelência, excelência por natureza. As linhas de crédito do projeto estratégico do Banco se assentam em três pilares: o primeiro, a excelência em tecnologia; o segundo, em seus processos administrativos; e o terceiro, a excelência humana.

Traz implícitos alguns conceitos como a ousadia, a inovação, a novidade, a eficiência, a efetividade, o norte de atuação e a sua participação no desenvolvimento local. As linhas do projeto estratégico transformarão o Banco da Amazônia em banco múltiplo, em harmonia com a sua função de desenvolvimento, e darão corpo à nova área internacional.

No redirecionamento do foco de atuação, os resultados da nova política, as linhas e programas de financiamento são definidos em função das necessidades de cada Estado da Amazônia. Como era antes, era um modelo tradicional: os negócios se adequavam às linhas e aos programas do Banco.

Como está hoje, o foco é a sustentabilidade; e as linhas de financiamento estão adequadas aos negócios, aos investimentos da região.

Houve uma brutal mudança, Sr. Presidente. Eu até faço um comentário aqui. Em 2003, uma cooperativa do Pará me liga pedindo para interceder para que o presidente do Banco pudesse receber a diretoria dessa cooperativa. Conversei com o Sr. Mâncio Lima. Ele não só recebe, como, pelo contrário, ele vai até a sede da cooperativa, leva todo o conjunto da diretoria do Banco, e acontece ali uma reunião em um dia de feriado, que era um 1º de maio, feriado nacional, e atende a cooperativa. Pela primeira vez aquela cooperativa recebe um atendimento daquela natureza.

Dos resultados dessa nova política. Dos R\$7,6 bilhões já injetados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia, via FNO, desde 1989, cerca de 44% foram aplicados no triênio 2003/2005. Considerado o índice de Basiléia, o Banco ainda tem condições de alavancar mais de R\$10 bilhões em seus ativos. Para o ano de 2006, a disponibilidade de recursos é da ordem de R\$6,2 bilhões, de diversas fontes: FNO, FDA, FAT, OGU, BNDES, FMM e outros recursos, como também os recursos próprios.

O redirecionamento ainda no seu foco de atuação levou aos resultados da nova política os seguintes indicadores: forte participação do crédito de fomento regional, com elevação do volume dos recursos: em 2002, R\$636 milhões; em 2003, R\$1,176 bilhão; em 2004, R\$1,508 bilhão; em 2005, R\$1,132 bilhão; e em 2006, até o mês de maio, R\$781 milhões. E pode chegar, até o final do ano, a R\$6,2 bilhões.

Ainda nos resultados da nova política, há uma elevação substancial do volume de crédito na região. A carteira de crédito do Banco tem o seguinte saldo: em 2002, R\$4,139 bilhões; em 2003, R\$5,240 bilhões; em 2004, R\$6,868 bilhões; em 2005, R\$7,926 bilhões.

As aplicações nos setores produtivos da região: em 2002, R\$392 milhões foram para o setor rural; R\$204 milhões para a indústria e R\$39 milhões para comércio e serviço; em 2005, o setor rural recebeu R\$797 milhões; o setor de indústrias, R\$266 milhões e o setor de comércio e serviços, R\$69 milhões.

Da performance na aplicação dos recursos, Sr. Presidente: de 1995 a 2002, R\$779 milhões; de 2003 a maio de 2006, R\$1,068 bilhão. Isso só na agricultura familiar, ligados ao programa do Plano Safra.

Com relação à responsabilidade social e ambiental do Banco, a atuação de responsabilidade social do Banco da Amazônia é vista tanto nas suas operações de crédito como, por exemplo, nos programas de incentivo ao projeto de manejo florestal comunitário como também ao projeto de manejo florestal empresarial, apoiando projetos nas áreas social, ambiental, cultural, recebendo inúmeras premiações por sua atuação. Alguns dos projetos premiados: arte Indígena no Amazonas e manipulação de plantas medicinais, em um programa ligado aos presidiários.

No Prêmio de Empreendedorismo Consciente, o Banco incentivou as soluções radicais e inovadoras para o desenvolvimento econômico e social na Amazônia, sem a destruição de seus ecossistemas naturais. Esse foi um prêmio que o Banco criou.

Então, Sr. Presidente, resta-me parabenizar nosso companheiro, militante de causas sociais, Mâncio Lima, e toda a diretoria do Banco pelo brilhante trabalho. Realmente, esse balanço é merecedor de nossos aplausos, de nossos agradecimentos. E espero, é claro, que, ao final dessa gestão, o Banco da Amazônia esteja colocado como um dos bancos de excelência, de referência no trato da coisa pública e como uma mola propulsora do desenvolvimento sustentado da nossa região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o nobre Senador João Batista Motta.

S. Ex^a dispõe do tempo regimental para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, permita-me, por obrigação do nosso Regimento, prorrogar a sessão, para que possamos ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

A sessão vai, então, até às 18 horas e 55 minutos.

Obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi o discurso de V. Ex^a, Sr. Presidente, com muita atenção, mostrando dados da produção e do sucesso do Basa, Banco da Amazônia, assim como o do Senador Tião

Viana, excelente pronunciamento, preocupado com a saúde do nosso povo, e gostaria apenas de fazer um reparo: Sr. Presidente, depois que o PT trocou Heloísa Helena por Henrique Meirelles, todos os bancos, indistintamente, só estão usufruindo de grandes lucros e fazendo grandes negócios.

O lucro dos bancos brasileiros, no ano passado, chegou a quase R\$26 bilhões. É uma quantia inaceitável para bancos que deveriam estar cuidando do nosso desenvolvimento, do desenvolvimento do povo, para o qual foram constituídos.

Só queria saber como estão aquelas pessoas que tomaram esse dinheiro, aquelas pessoas que foram ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Basa e que tomaram dinheiro para fazer investimentos, para produzir para o nosso povo se alimentar, se tiveram lucro ou se estão quebrados, falidos. E posso garantir a V. Ex^a: estão quebrados, estão falidos!

Sr. Presidente, o assunto que me trouxe aqui é outro.

Eu gostaria de contar com a atenção de V. Ex^a, assim como dos demais Senadores e daqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, porque é um problema muito sério o que estou trazendo hoje.

Uma missão européia, por meio da Food and Veterinary Office – que, daqui para frente, vou chamar de FVO –, esteve no Brasil no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro no tocante ao controle fitossanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, tendo constatado que:

A maioria das deficiências encontradas em 2003 não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente, o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes às oferecidas pela legislação da comunidade européia.

O relatório, Sr. Presidente, aponta ainda falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos, elaborado pelo Ministério da Agricultura e da incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

Alguns pontos destacados no relatório chamam atenção para as falhas no Plano Nacional de Controle de Resíduos, nos laboratórios credenciados pelo Governo Federal e nos produtos veterinários e rações medicadas, tais como:

1 – Plano Nacional de Controle de Resíduos:

– O Plano é incompleto e não considera o uso de drogas veterinárias no Brasil, mas sim a disponibilidade de métodos analíticos e a capacidade dos laboratórios responsáveis;

– Foi observado que, desde 2003, diversas substâncias relevantes não são objeto do Plano e, apesar do alerta e das garantias das autoridades brasileiras de que esses grupos seriam incluídos no futuro, a missão de 2005 não encontrou mudanças e concluiu que o Plano brasileiro não oferece garantias compatíveis às exigidas na legislação européia;

– A falta de testes no Brasil dos resíduos de substâncias expressamente banidas ou não autorizadas para animais destinados ao consumo humano na Europa, mas autorizadas no Brasil, demonstra que as autoridades brasileiras não garantem que os produtos atendem às exigências da Europa;

– A confiança da autoridade européia no PNCR fica ainda menor com o fato de que a edição de 2004 falhou no cumprimento das suas metas, o que se repetiu também em 2005, o que atesta que o Ministério da Agricultura falhou no seu papel de supervisão.

– O Programa brasileiro não inclui a amostragem nas unidades de produção aquícolas, como exige a Diretiva 96/23.

2 – Laboratórios

– Nenhum dos laboratórios estava acreditado na ISO-17.025, como prometido no Plano de 2003, ao contrário dos quatro laboratórios privados credenciados pelo Ministério. Embora os laboratórios possuam partes do sistema de qualidade implementados, aqueles visitados pela missão de 2005 apresentaram deficiências graves na avaliação dos métodos analíticos, e, outros, ausência de procedimentos padrão e falta de pessoal qualificado, o que abala a confiança nos laboratórios e nos resultados gerados pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos;

– A rede oficial de laboratórios não mostrou ser capaz de atender à qualidade e à amplitude dos serviços analíticos necessários para cumprir o estabelecido no PNCR atual;

– Os laboratórios não participaram de nenhum teste de proficiência internacional (PT) internacional até a missão da FVO em 2005; e mantêm poucos contatos científicos com a Europa e com os Estados Unidos;

– Apesar dos investimentos em equipamentos planejados para os laboratórios, a missão da FVO questiona o cumprimento do seu papel, uma vez que no momento da sua visita não havia um plano de ação específico disponível, além da falta de pessoal qualificado.

3 – Produtos veterinários e rações medicadas.

– Como em 2003, a missão da FVO apontou que o controle de produtos veterinários do Brasil é falho por não exigir a prescrição de veterinários para um grande número de produtos e não exigir registros que detalhem o uso nas fazendas.

Diante desse quadro caótico em que se encontra o controle sanitário oficial, Srs. Senadores, empresários do setor solicitaram, ontem, ao Ministro da Agricultura as seguintes providências, Sr. Presidente:

1 – Corrigir todas as pendências e falhas estruturais do PNCR para garantir que o mesmo cumpra com o seu objetivo.

2 – Garantir que todos os laboratórios envolvidos tenham certificação ISO-17.025;

3 – Equipar os laboratórios credenciados e aumentar a disponibilidade de técnicos qualificados para operar os equipamentos e implementar os métodos necessários;

4 – Aumentar o controle do uso de produtos veterinários desde a comercialização até a fiscalização do uso nas fazendas e manutenção dos registros, em equivalência com o sistema europeu.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela União Européia e a ausência de testes para essas substâncias expõem a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, por intermédio da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001 a balança comercial de pescado brasileira é positiva e, no ano passado, o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou US\$385 milhões em divisas com as exportações. As condições naturais do País para a aqüicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que, nos últimos cinco

anos, a criação de camarões e de tilápias, no Brasil, aumentasse 160% e 113%, respectivamente.

Os empresários do setor, representados pelo Dr. Itamar Rocha, abnegado defensor da aqüicultura nacional, têm feito grandes esforços para gerar emprego e renda para o País, mas este Governo nada tem feito. Não apóia o setor. Ao contrário, persegue os empresários, por intermédio do Ibama.

Quero aproveitar, inclusive, para parabenizar o engenheiro de pesca Dr. Itamar, ferrenho defensor dos empresários da aqüicultura e da pesca, em especial do Rio Grande do Norte, que geram emprego e renda para os Estados e divisas para o País, e lhe dizer que não desista da luta, porque o País precisa de pessoas que trabalhem assim, de pessoas com esse comportamento.

Mas, infelizmente, todo esse avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR), em virtude da incompetência e da responsabilidade do Governo Federal.

Já há notícias, inclusive, de que o mel brasileiro sofreu restrições e a carne e o frango também estão ameaçados.

Esse problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará conseqüências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a carcinicultura exporta 93% do cultivo para a Europa, principal cliente brasileiro, situação esta que está a exigir medidas urgentes, inclusive a convocação do Ministro da Agricultura, para explicar o que está acontecendo, com a finalidade de evitar que ocorra uma calamidade, como aconteceu com a febre aftosa que prejudicou vários Estados do País por falta de adoção de medidas preventivas eficientes.

Vários Estados que desenvolvem a pesca e a aqüicultura serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e da Paraíba, entre outros.

Por isso, Sr. Presidente, estamos preparando um requerimento para convocar o Ministro da Agricultura a prestar esclarecimentos a esta Casa, a fim de evitar, repito, o que aconteceu há poucos meses, com o problema da febre aftosa, que nos pegou de calças na mão e que trouxe prejuízo a centenas de produtores. Não nos podemos esquecer desse fato.

O Senador Sibá Machado, do PT, que preside a sessão de hoje, e o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que está aqui conosco, podem ajudar-nos, para que consigamos êxito, para que isso seja esclarecido, para que providências sejam tomadas e para que evitemos prejudicar os produtores brasileiros, já tão sacrificados com a cotação do dólar.

Até faço um apelo, já que o Governo Federal não se sensibiliza com a calamidade da indústria calçadista, que já foi atingida, assim como outras do setor primário: que aqueles grandes empresários aliados do Governo, com o dólar baixinho – deve ser um jogo –, que importem o mais rápido possível, que façam isso logo, para que o Governo possa olhar também para os pequenos! Chega de olhar para o grande, Presidente Lula!

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Motta, estou assistindo, naturalmente, ao seu pronunciamento, preocupado não somente com nosso agronegócio, mas com todo o nosso parque de exportação. A situação do dólar, de fato, preocupa. É uma realidade. Entendo que, dentro do Governo, diversas áreas já começam a sensibilizar-se devido a essa realidade. Espero, efetivamente, que haja algumas alterações, porque – V. Ex^a se lembra, e posso frisar – a situação do Rio Grande do Sul, na área do calçado, como V. Ex^a agora frisava, as máquinas agrícolas, o setor noveleiro, enfim, a maioria dos setores da área da exportação está em dificuldade. Mas quero também dizer que, ao mesmo tempo em que pensamos nos empresários, apresentei à Casa, há dois anos – e ele está em debate na Comissão de Assuntos Sociais –, um projeto de lei que amplia o seguro-desemprego em momentos de crise como este, porque, queiramos ou não, as crises acontecem. Então, no momento específico da crise, em que, não por boa vontade nem por má vontade dos empresários, eles tenham de afastar os trabalhadores, que o seguro-desemprego, em caso de emergência, dure até 12 meses! Hoje, está durando, em alguns casos, até seis meses, por entendimento do Ministério do Trabalho e do Codefat, que administra o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que sustenta o seguro-desemprego. Então, cumprimento V. Ex^a. Esse alerta tem de ser dado. Todos estamos preocupados. Sinto que, dentro do Governo, cresce a visão de que deve haver alguma alteração, para que não geremos menos divisas e mais desempregos. E que efetivamente o seguro-desemprego possa também alcançar aqueles trabalhadores em crise semelhante a esta por que estamos passando! Cumprimento V. Ex^a!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, com todo respeito que sempre

teve a V. Ex^a, pela sua luta em prol dos trabalhadores deste País, quero dizer que V. Ex^a vai sempre no foco do trabalhador, que, no final, é o único prejudicado. Mas quero sugerir a V. Ex^a, com a força que V. Ex^a tem dentro do PT, com a força que V. Ex^a tem dentro desta Casa, que possamos cerrar fileira, para que o Governo não permita que isso aconteça.

No começo do meu pronunciamento, citei as palavras do Senador Sibá Machado, que elogiava o desempenho do Basa. Eu disse a S. Ex^a que todos os Bancos estão indo maravilhosamente bem, estão ganhando fortunas. Desde que o PT trocou Heloísa Helena por Henrique Meirelles, os Bancos estão navegando em céu de brigadeiro! E, quando travamos aqui algumas pelejas, para, por exemplo, aprovar a MP nº 255, só para beneficiar grandes empresários que estavam precisando importar produtos da China, como vagões, locomotivas, máquinas pesadas, para retirar nossos minerais e mandá-los, de graça, para o estrangeiro, nós, aqui, concedemos-lhes isenção. Eles, que já não pagavam na exportação, passaram a não pagar também na importação.

O nome era MP do Bem. Inseriram, no meio, alguma “perfumaria” neste sentido: “Agora, os agricultores vão irrigar suas lavouras com energia mais barata!”. Isso foi uma coisa maravilhosa! Esta Casa aprovou a matéria, mas isso não está acontecendo. O segundo escalão do Governo não permite que o pequeno produtor use o benefício que o Congresso Nacional lhes concedeu. Estão dizendo que é só para a bomba que está jogando água na lavoura. Não pode ser incluída a luz do pobrezinho do proprietário ou a lâmpada acesa no galpão que guarda as mercadorias e os equipamentos.

O cidadão não tem como fazer outra rede de energia, dessa vez para ligar só nas bombas e para gozar do benefício. Isso chega a ser molecagem! Todos os produtores estão se debatendo quanto a isso. Mas os grandes já usaram a MP nº 255, já importaram sem pagar tributo, já importaram com o dólar a R\$2,00, já estão com os bolsos repletos, sem ter onde colocar mais dinheiro!

E nós continuamos, V. Ex^a, outros e eu, a lutar pelos pequenos, por aqueles que estão produzindo, por aqueles que geram emprego. E esse dólar não reage. E por que não reage?

Na China, há alguns meses, o Governo dos Estados Unidos fez um apelo para que aquele país valorizasse sua moeda, para que fizesse o que o Brasil fez. Mas a China respondeu aos homens da América do Norte: “Não! Nós, aqui, queremos é exportar e não importar”.

Dentro dessa política, os pátios importadores do meu Estado já estão lotados de automóveis fabricados no exterior; as nossas fábricas brasileiras estão sem poder produzir, estão sem poder exportar, porque o Governo, com sua insensibilidade, não permite que o emprego seja gerado no Brasil. Quando importamos, quando temos a facilidade de importar, estamos dando emprego lá fora; quando exportamos nossos produtos, aqui dentro estamos dando emprego à nossa gente.

Mas essa taxa de emprego não seria nada, Senador Paulo Paim, se vivêssemos no País com tranquilidade. Mas nós, hoje, vivemos uma guerra civil, uma violência sem precedência na história do mundo. Pais de família são assassinados a qualquer momento, a qualquer instante, seja dentro da sua casa, seja no meio da rua, seja nas estradas brasileiras. E o motivo maior é a falta de distribuição de renda, é a burocracia, que não deixa o cidadão registrar uma empresa com facilidade para poder produzir alguma coisa. Isso viria de uma reforma tributária.

Nada disso merece a preocupação dos nossos dirigentes, sejam os de hoje, sejam os de um passado recente.

O certo é que não nos preocupamos com a violência, com a tragédia que os nossos filhos estão passando nas ruas, em decorrência da irresponsabilidade daqueles que só querem ficar dentro de um palácio, recebendo a visita ora de empresários, ora de assessores – empresários que querem cuidar dos seus interesses e assessores preocupados apenas com o seu cargo político, o seu emprego e aquilo que entra no seu bolso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Sibá Machado, por incrível que pareça, quero usar a palavra para cumprimentá-lo. Não falarei por mais que um minuto.

Quero cumprimentá-lo por sua brilhante iniciativa. Tive a alegria, porque fui convocado por V. Ex^a, de estar ontem na CCJ para aprovar a sua emenda, mediante o relatório do Senador Tasso Jereissati, destinada a acabar com a reeleição. Eu sempre fui radicalmente contra o instituto da reeleição para Prefeito, Governador e Presidente da República.

Quando V. Ex^a aqui chegou, em um primeiro momento, era conhecido como o suplente da Ministra Marina Silva. Hoje, V. Ex^a é conhecido e reconhecido no País como o Senador Sibá Machado.

A sua emenda, ontem aprovada por unanimidade na CCJ – e estou convicto de que o Congresso vai aprová-la no plenário das duas Casas –, é muito importante para o nosso País, para a democracia, para a liberdade e para a Justiça, pois evitará que qualquer governante use indevidamente a máquina para a sua reeleição. V. Ex^a está de parabéns.

Eu poderia lembrar uma outra pessoa que, infelizmente, já faleceu. Dante de Oliveira, que faleceu recentemente, entrou para a História com a emenda das diretas. V. Ex^a, ontem, entrou para a História deste País por acabar com o instituto da reeleição em todos os níveis do Executivo.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concederei a palavra a V. Ex^a em seguida.

Senador Paulo Paim, fiquei até surpreso por V. Ex^a ter pedido a palavra por mais cinco minutos, pois estamos com o tempo muito reduzido.

Agradeço as suas palavras. Foi um dever de ofício e, realmente, há o reconhecimento, na Casa, de que o instituto da reeleição não foi uma excelente experiência para o Brasil, embora muitas pessoas ainda discordem disso. É claro que têm esse direito, mas comparar o Brasil com os Estados Unidos não me parece ser o caso, porque a relação democrática daquele país não pode ser comparada com a nossa, já que temos outros percalços, diferentes dos deles. No entanto, o importante é que a CCJ dá um sinal de que há amadurecimento.

Eu não quero julgar o mérito de como o instituto foi criado ou deixou de sê-lo. Os debates foram realizados em 1997, mas o importante é que, agora, há um crescimento do entendimento de que o instituto da reeleição não é bom.

Ouvi pela imprensa, dos diversos candidatos – o Presidente Lula, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Cristovam Buarque –, que há a disposição de, se eleitos forem, incentivarem a apreciação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Ex^a pela consideração à minha pessoa. Fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sibá Machado, eu gostaria de contribuir com as palavras do Senador Paulo Paim e parabenizá-lo também. Vejo em V. Ex^a um grande quadro, um grande cidadão brasileiro, um homem que deseja o melhor para este País. Eu gostaria de lhe dar os parabéns por isso tudo e dizer-lhe que o espero no Espírito Santo para uma visita, pois lhe quero mostrar o meu Estado.

Completando o que disse o Senador Paulo Paim com relação à reeleição, nunca vi uma coisa tão terrível e maléfica para o Brasil como esse instituto. Não quero nem me referir ao caso de Presidente e Governadores, mas, principalmente, à reeleição de Prefeitos pelo interior deste País, em Municípios de cinco, 10, 30 ou 50 mil eleitores, que viram feudos.

Imagine V. Ex^a que quando o Prefeito é eleito e senta-se na cadeira, não está preocupado com mais nada além de trazer para junto de si todos os Vereadores. A partir daí, somente se preocupa com a reeleição. Evidentemente, é reeleito porque está com a máquina na mão, gasta com isso tudo o que a Prefeitura tem no cofre e continua no cargo por mais quatro anos.

Como, no interior do Brasil, os políticos não são profissionais, mas comerciantes, fazendeiros, professores e engenheiros que têm as suas atividades, nesses oito anos termina a oposição de uma vez. O Prefeito traz tudo para o seu lado. Assim, pode pegar um poste e colocá-lo como candidato que garantirá a eleição desse poste. No entanto, ele não pega um poste, mas uma pessoa da sua algibeira, um secretário amigo que assine tudo o que mandar, e fica por mais quatro anos no cargo – 12, agora. A oposição desaparece no Município. Ele, então, fala: “Garoto, saia da cadeira agora que eu vou voltar.” E fica mais oito! Nunca mais vai haver alternâncias nessas prefeituras. Isso é uma indignidade, uma vergonha.

Quero aproveitar para parabenizar o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, pela força que fez para aprovar hoje, na CCJ, o fim dessa excrescência chamada reeleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, da mesma forma, quero agradecer a V. Ex^a e aos dois Senadores que

compareceram à CCJ para o debate e a votação, que, no meu entendimento, ainda é simbólica.

Acredito que o próximo passo seja pedirmos ao Senador Renan Calheiros que coloque a matéria na pauta durante o próximo esforço concentrado, para que a votássemos, no Senado, antes das eleições de outubro. Sei que é impossível fazê-lo nas duas Casas até outubro, mas o Senado pode fazer esse esforço se conversarmos com o Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Papaléo Paes, João Batista Motta, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui hoje registrar a entrevista concedida pela Sr^a Alicia Frohmann, diretora do Prochile à revista da Câmara Oficial Espanhola de Comércio, do Chile, edição de julho de 2006.

A matéria tem um título forte que diz muito, senão tudo: “O Tratado de Livre Comércio (TLC) com a Europa tem permitido quase duplicar o intercâmbio comercial entre Chile e Espanha”.

A Sr^a Alicia foi coordenadora técnica dos acordos com Estados Unidos Canadá e México e agora é a nova diretora do Prochile.

Segundo ela, “um bom acordo implica fazer bons negócios para a ambas as partes”. Por exemplo, “em 2003 o intercâmbio comercial com a União Européia era pouco mais de US\$8 bilhões; em 2005, chegamos a US\$14 bilhões. Em relação à Espanha houve um salto de US\$900 milhões para US\$1,6 bilhão”.

Atualmente as exportações para a Europa respondem por 25% do total exportado. Para os outros continentes, elas tem crescido também: para a América do Norte a parcela é de 25%, depois 33% para a Ásia e o restante para América Latina.

Ainda, “entre 2001 e 2005 as exportações não tradicionais cresceram 84%; para a Espanha o crescimento foi de 92%. Tivemos um aumento vultoso do cobre e da celulose no caso da Espanha, porem, uma grande porcentagem desse aumento se deve também aos produtos não tradicionais, estes promovidos pelo Prochile”.

Ressalta que “a função do organismo é apoiar as pequenas e médias empresas que exportam produtos não tradicionais favorecendo sua internacionalização”, objetivo que vem sendo atingido parcialmente.

Em 1990 o mercado consumidor para os produtos chilenos girava em torno de 13 milhões de habitantes e agora são 1,2 bilhão de consumidores e poderá chegar a 3,7 bilhões a partir dos acordos com China e Japão.

Para internacionalização das pequenas e médias empresas, o Prochile mantém dois Fundos de Promoção à Exportação: um Fundo de Promoção de Exportações Agropecuárias e outro que apóia projetos de manufatura, produtos marítimos e serviços. Para 2007 a expectativa é a criação de um Fundo de Promoção de Exportação de Serviços: engenharia, saúde, educação, cultura entre outras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para registrar a entrevista concedida à jornalista Marcela Alam, do diário chileno **La Tercera**, no último dia 27 de julho, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Afirmou ele que “o Brasil perdeu espaço ao privilegiar uma política de integração mais global, ao invés de estreitar os laços com seus vizinhos continentais”.

Sobre a influência do Presidente Hugo Chávez, que põe em cheque a liderança brasileira, o ex-presidente afirmou que “o Brasil não necessita buscar supremacia e, sim, buscar amigos convergentes, com interesses comuns; a Venezuela tem um líder que demonstra capacidade midiática e que é porta-voz de uma visão contra o capitalismo e a globalização”.

Segundo ele o Brasil, no entanto deve adotar uma oposição firme à essa política uma vez que seu desenvolvimento produtivo é muito maior que a Venezuela, que não pode ser considerada como a “grande liderança do Cone Sul, uma vez que não reflete a expressão de sentimentos de eco mundial, ao contrário do Brasil, cuja posição no contexto internacional é baseada em sua magnitude geográfica, sua economia e sua capacidade de negociação e não numa retórica anticapitalista”.

Comentou também que o Brasil perdeu pontos junto aos países vizinhos, ao buscar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, causando um desconforto regional: “se Lula tivesse cuidado da região, Chávez não teria ganho terreno”.

Para ele, as posições adotadas pelo Brasil, Chile, Colômbia e México, que se contrapõem à Venezuela, estabelecerão políticas domésticas entre os países.

Fernando Henrique Cardoso comenta também o grande desafio para a Venezuela, que é a oscilação do petróleo no mercado internacional.

Durante a entrevista, FHC ressaltou a importância das relações estabelecidas entre Brasil e Chile, que a longo prazo mostrarão resultados altamente positivos, pois a Presidenta Bachelet, adota uma política claramente democrática e não demagógica e teve a sorte de ser precedida “por uma série histórica de quatro presidentes de um nível acima da média”. Ainda sobre as questões que recentemente envolveram Chile e Argentina, o ex-presidente brasileiro defendeu a postura adotada por Bachelet. Para ele, “as palavras dos chefes de Estado tem de ser mantidas” e o equívoco foi da Argentina, quebrando a confiança entre os dois países, causando danos aos interesses comuns a médio prazo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, eu gostaria que a reportagem a que me refiro também se tornasse parte integrante deste pronunciamento.

O terceiro assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro do editorial intitulado “Agências asfixiadas”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 7 de julho do corrente.

O editorial trata da estratégia adotada pelo governo do Presidente Lula de reduzir cada vez mais a autonomia das agências reguladoras. Segundo o editorial, “a política deliberada de estrangulamento das agências assusta os investidores, retarda a expansão de serviços essenciais para o crescimento econômico e para o bem-estar da população e pode resultar, no médio prazo, na degradação dos serviços hoje existentes”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o editorial acima citado também passe a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

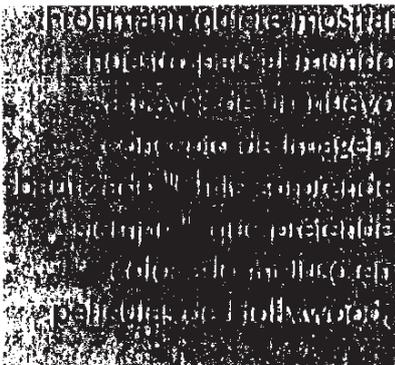
DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

ALICIA FROHMANN, DIRECTORA PROCHILE

TLC con Europa Ha Permitido Casi Duplicar Intercambio Comercial Chile-España



La sigla TLC acompaña hace años a Alicia Frohmann. Sabe que son tres letras que resumen un montón de oportunidades comerciales. Gracias a su trabajo como coordinadora técnica en los acuerdos con Estados Unidos, Canadá y México, maneja perfectamente los alcances de los tratados. Como nueva directora de ProChile, se ha fijado como prioridad incorporar las pymes a estas lides.

-Han pasado varios años de la entrada en vigor del TLC con Europa, ¿en cuánto ha beneficiado nuestras exportaciones y cuánto hemos crecido gracias a este tratado?

-En realidad, la entrada en vigencia del acuerdo con la Unión Europea ha sido muy beneficiosa. Un buen acuerdo implica hacer buenos negocios para ambas partes. En tér-

minos del intercambio comercial, vemos que, en el 2003, era poco más de US\$8.000 millones, mientras que, en el 2005, hemos llegado a US\$14.000 millones, es decir, realmente este comercio se ha potenciado de manera importante. En el caso concreto con España, vemos una tendencia más aguda: el intercambio comercial ha pasado de US\$900 millones a US\$1.600 millones de dólares. Realmente vemos un gran impacto. Por la apertura de los respectivos mercados, es un momento propicio de la economía internacional, también por el efecto por los precios de los commodities de las materias primas. Pero aún si consideramos las exportaciones no tradicionales, vemos que éstas han crecido de manera interesante entre el 2001 y 2005. Las exportaciones no tradicionales a Europa crecieron un 84% y, en el caso de España específicamente, tuvieron un crecimiento muy inte-

resante del 92%. Tenemos un efecto por los precios abultados del cobre y, en el caso de España, la celulosa, pero un buen porcentaje de este aumento se debe también a los productos no tradicionales, que son los que promueve ProChile. Nuestra función como organismo es apoyar a las pequeñas y medianas empresas que exportan productos no tradicionales, favoreciendo su internacionalización.

-¿Usted cree que las pymes han aprovechado realmente esta ventaja o aún no es suficiente?

-No, ciertamente aún no es suficiente. Los cambios que han habido en términos de acceso a mercados internacionales para las empresas chilenas son increíbles. En 1990, el mercado preferencial al que accedían los productos chilenos eran los 13 millones de habitantes con los que contaba Chile. Hoy tenemos un acceso

ALICIA FROHMANN

Alicia Frohmann es hija de inmigrantes alemanes que se asentaron en Argentina, donde nació. Hoy es chilena, casada hace 32 años con un chileno. Tiene dos hijos. Es historiadora, especialista en relaciones internacionales y en temas de integración comercial. Trabajó en la coordinadora técnica del TLC con EEUU y estuvo a cargo de la implementación de los TLC con Canadá, México y EEUU. Primero fue coordinadora, luego se enfocó a la implementación. Hoy su desafío es que las empresas utilicen estos tratados y se beneficien de ellos.

"Las exportaciones no tradicionales a Europa crecieron un 84% y, en el caso de España específicamente, tuvieron un crecimiento muy interesante del 92%. Tenemos un efecto por los precios abultados del cobre y, en el caso de España, la celulosa, pero un buen porcentaje de este aumento se debe también a los productos no tradicionales, que son los que promueve ProChile"

preferencial a 1.200 millones de consumidores y, una vez que entren en vigencia los acuerdos con China, India y Japón, serán 3.700 millones de consumidores. Comenzar a aprovechar este acceso implica un cambio de switch mental y económico, un cambio en todo sentido. Lo que hemos visto es que nuestras empresas y nuestra economía en general han iniciado esta transición. Si sumamos el intercambio de bienes y servicios, llegamos a una cifra equivalente al 70% del PIB, por lo tanto estamos ya muy orientados al mercado externo, pero por supuesto esto debe profundizarse aún muchísimo más. Son las pequeñas y medianas empresas las que agregan valor a nuestras exportaciones, las que más pueden beneficiarse de los TLC, porque son éstos los que permiten que desaparezca el escalonamiento arancelario que castiga especialmente a los productos de mayor valor agregado.

-¿Cómo piensa apoyar ProChile a la internacionalización de las pymes, en especial hacia España?

-Contamos con una oficina comercial muy activa en Madrid, dirigida por Patricia Braniff, ex directora jurídica de Direcon. Hacia allá se han canalizado muchos proyectos. Actualmente, tenemos dos fondos de promoción a la exportación: uno es el fondo de promoción de exportaciones agropecuarias, y el otro es el fondo tradicional de ProChile, que apoya proyectos de manufactura, productos marítimos y servicios. El próximo año queremos tener un fondo especial de promoción de exportación de servicios. Por otra parte, la tarea de nuestra oficina comercial en Madrid es ofrecer información de mercado a las empresas aquí en Chile y también hacer gestión de agendas de negocios. Cuando las empresas chilenas llegan a España, nos preocupamos de presentarles una agenda de reuniones bilaterales con

potenciales compradores, distribuidores, que atiendan los productos que a las empresas les interesa colocar.

-¿Cómo accede una empresa pyme a las ayudas de ProChile y qué requisitos debe cumplir para acceder a los beneficios?

-Tiene distintos canales. Las empresas en regiones pueden acudir a las oficinas regionales de ProChile, ubicadas en cada capital regional. En Santiago, funciona el ProChile Central donde se puede acceder directamente. En general, la información de mercado se la proveemos a cualquier empresa que la solicita, luego hay proyectos donde existe un requisito de asociatividad, y otro donde hay un requisito en términos de potencial exportable de la empresa. Toda esta información está en nuestra página web www.prochile.cl, donde también se puede acceder a la dirección de Internet de nuestras oficinas comerciales de la red de ProChile en el mundo.

Las pymes que atiende ProChile son, en general, empresas que ya exportan o están por exportar y cumplen con un test de potencial exportador, porque, en la fase anterior, cuando quieren aprender a exportar o explorar si pueden exportar, tienen otros organismos del Estado como Sercotec o Corfo.

- ¿Cuánto representa Europa en nuestras exportaciones?

-Representa un 25%. Antes representaba un poco más, pero el mercado a otros continentes ha crecido: tenemos un 25% en América del Norte, un 33% en Asia y el resto en América Latina. Si observamos las cifras de nuestras exportaciones a Asia, en todos los mercados hay predominio grande de materias primas, sobre todo el cobre. Nos interesa diversificar a otros sectores y en ese sentido van nuestros esfuerzos en Asia. Ojalá no tengamos un predominio tan gran-

de, porque, si en Europa tenemos un 50% de las exportaciones del sector minero, en Asia ese porcentaje es mucho mayor. En América del Norte y América Latina es mucho más equilibrado, ése es el beneficio que nos dan los TLC. El cobre se vende solo.

-¿Qué imagen proyecta Chile en el exterior?

-Chile es muy desconocido todavía en muchos países, no así en España, donde tenemos vínculos desde nuestros inicios. Creamos el año pasado una nueva imagen-país, que llamamos "Chile sorprende siempre", que, además del logo, tiene una serie de atributos y conceptos que se asocian a la imagen de sorpresa o diversidad. Una nueva marca de Chile. Hoy estamos en la etapa de promoción de esta nueva marca, elaborando una serie de eventos: pronto vamos a ver gigantografías en los aeropuertos, un video sobre imagen-país en los vuelos de Lan Chile, además de un proyecto de posicionamiento de mercado para colocar la imagen-país en películas de Hollywood de alto rating. Hemos introducido el concepto de imagen-país al trabajo de nuestras embajadas, oficinas comerciales y las giras de la Presidenta Bachelet. Imagen-país es una plataforma público-privada, en la cual hay una división de roles. El sector público está a cargo de una promoción genérica de la imagen de Chile y el sector privado de una difusión y promoción sectorial. El Estado ha avanzado en algunos proyectos interesantes. Contamos ahora con unos fondos adicionales proporcionados por el Ministerio de Hacienda, los cuales utilizaremos para aterrizar esta imagen en cinco mercados en el mundo, muy focalizados. Dos en Europa, Alemania y Francia; uno en América del Norte, EEUU; dos en Asia, Corea y China.

- ¿Qué parámetros utilizan para definir a que ferias asisten?

-El parámetro principal es dónde le interesa ir a las empresas. Todas las actividades de ProChile tienen un porcentaje de co-financiamiento muy alto, por lo tanto, informamos a las empresas de las ferias que se darán en el año y ahí detectamos el interés

que hay en cada una. Depende de la estrategia de las empresas, pues hay grandes ferias, como las del rubro agroalimentario, donde todas quieren estar.

- ¿Actualmente ProChile cuenta con una óptima infraestructura? ¿Cuánto más quieren seguir creciendo, cuál es su meta?

-Me interesa hacer un ajuste cualitativo, crecer en ofertas de servicios. Estamos abriendo una nueva oficina en Vietnam para abarcar ese país y otros del área, como Tailandia y Malasia. También estamos creando una nueva oficina en Dubai, Emiratos Árabes Unidos, donde la idea es tener una mayor presencia en el mundo árabe. También estamos pensando para nuestra red externa, no sólo una perspectiva bilateral, sino más regional. Pensamos que nuestra oficina comercial en Estocolmo pueda atender Noruega, Dinamarca, Finlandia, los Países Bálticos. ¿Cómo? Fortaleciendo a nuestra oficina, haciéndola trabajar con las embajadas, porque Chile tiene más recursos que las oficinas comerciales en el exterior y queremos incorporarlos a todos a las tareas de promoción de nuestro comercio. Hay lugares

donde ProChile tiene oficina aparte de las embajadas y otras donde se encuentra dentro de la Embajada. Si bien ProChile funciona como un organismo autónomo con su propio presupuesto, donde existe embajada el funcionario ProChile depende al mismo tiempo de Dirección ProChile y el embajador. Trabajamos unidos pero, debemos conseguir una mayor unión.

-¿Y cómo funciona la red interna?

También estamos trabajando para fortalecer la red interna, la red regional de ProChile. Mi sensación cuando llegué fue que parecían los hermanos pobres en ProChile, pero, en realidad, son fundamentales para conocer la oferta exportable de Chile y las demandas de las pequeñas y medianas empresas regionales. Por ello, estamos fortaleciendo esta red regional, que trabaja directamente con las pymes regionales, donde muchas de ellas no se sienten representadas por las grandes asociaciones gremiales de Santiago.

-¿Qué expectativas tiene para el 2007?

-Tenemos planeado crear a partir del

próximo año, si los dioses del presupuesto me ayudan, un fondo de promoción de exportación de servicios y nuevos negocios para tener una herramienta específica para apoyar a estos nuevos sectores atendiendo la realidad actual del desarrollo exportador. Estos servicios serían de ingeniería, salud, educacional, industrias culturales y muchos otros. Chile exportó US\$7.000 millones en servicios. Es un sector muy pujante, moderno, competitivo internacionalmente, compuesto principalmente por pymes. Nos parece fundamental apoyarlos para que puedan aprovechar los TLC.

-Es su meta primordial..

-Mi meta es apoyar empresas de distintos sectores productivos, con una mentalidad consistente con esta etapa del desarrollo exportador, donde estamos agregando valor a nuestras exportaciones, donde estamos pensando en una lógica de los negocios más que de las exportaciones. Me interesa también que nuestras oficinas comerciales avancen a tener un plus de inteligencia de mercado y de gestión de agendas de negocios. ©

ENTREVISTA

Fernando Henrique Cardoso, ex Presidente de Brasil:

“Si Lula hubiese cuidado la región, Chávez no habría ganado terreno”

► El ex Jefe de Estado brasileño afirma que Brasil actualmente no tiene margen para contrarrestar la influencia que Hugo Chávez ha conseguido en la izquierda “populista”

► Sobre los gobiernos de la Concertación, señala que “Chile tuvo la suerte de tener cuatro Presidentes de un nivel muy por arriba del promedio”.

MARCELA ALAM

Con la distancia que le han dado los más de tres años que lleva fuera del poder, el dos veces ex Presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, cree que Brasil perdió espacio en la región al privilegiar una integración más global que vecinal. No obstante, frente a la creciente influencia que en la última cumbre del Mercosur mostró tener el jefe de Estado venezolano, Hugo Chávez, el ex mandatario se apura en señalar que Lula no puede enfrascarse en una confrontación con su par bolivariano, y que a largo plazo se demostrará que la ruta seguida por Brasil y Chile es más provechosa “que las retóricas neopopulistas”.

Una de las lecturas que se hizo de la cumbre del Mercosur es que Venezuela está poniendo en jaque la hegemonía de Brasil. ¿Qué opinión le merece?

En primer lugar, Brasil no debe estar buscando supremacía, no necesita eso. Tiene que buscar ami-

gos convergentes que puedan ser de utilidad para todos. Creo que lo de Venezuela es otra cuestión, tiene en

vez ¿qué rol debe ejercer Brasil para evitar que Venezuela coopte las izquierdas de la región?

“Chávez va a ocupar el espacio de la izquierda populista y antiglobalismo. Brasil no tiene que entrar en competencia en ese terreno, porque pierde”.

estos momentos un líder con capacidad mediática y que es portavoz de una visión contra la globalización y el capitalismo. Y la posición de Lula no puede ser ésta, porque el desarrollo productivo de Brasil es mucho más amplio que el de Venezuela, entonces Lula no puede ir en contra de la globalización. Así, Chávez tiene una ventaja sobre Lula.”

¿No comparte que Venezuela está ganando liderazgo en el Cono Sur, histórico terreno de Brasil y Argentina?

Eso no significa un liderazgo, significa una expresión de los sentimientos que tienen eco mundial: estar contra del sistema capitalista. Eso no fue el ideal de Brasil, que se ha basado en su tamaño, en su economía, en su capacidad de negociación, y no en esta retórica anticapitalista. Sí creo que Brasil perdió algunos puntos, porque se ha enfocado más en el plano global, que en el regional. Por ejemplo, la búsqueda de una silla en el Consejo de Seguridad, no es que estuvo equivocada, pero creó conflictos regionales. El líder no compete, porque ahí nos metemos en un embudo.

Aunque usted considera más bien retórico el liderazgo de Chá-

vez va a copar el espacio de lo que se llama izquierda o populismo o antiglobalismo. Ahí Brasil no puede hacer nada, no tiene que entrar en competencia con Chávez en ese terreno, porque pierde. La visión de largo plazo es que el camino de Chile y de Brasil es más provechoso. No creo que Chile se haya equivocado, ni creo que Lula se haya equivocado. Eso tiene resultados positivos y a la larga va a contar más que las retóricas neopopulistas.

¿Brasil no hace una autocrítica de haber permitido que el liderazgo de Chávez se expandiera?

“Bachelet sufrió, sabe el valor de la democracia y no hace demagogia”.

No quiero criticar al gobierno de Brasil, pero esto no hubiera sido posible si el gobierno actual hubiera tenido realmente más cuidado con la parte regional, así habría sido posible evitar que Chávez ganara un terreno tan fuerte. Ahora, no creo necesario un juego de suma

cero entre Brasil y Venezuela y no pienso que Chávez tenga esa visión. Chávez esta preocupado de su visión bolivariana y en una forma de solidaridad con el petróleo.

Chile ha dicho que Brasil es su aliado ¿Tiene espacio junto a Brasil para jugar un rol moderador?

Yo no creo que se necesiten ejes específicos para contraponerse a Venezuela, pero creo que la acción ponderada de Brasil, de Chile, Colombia, México, tiene fuerza para mostrar los límites de un eje que se pensaba como antiglobalización. Eso sí, hay que ver los límites políticos domésticos de los países.

¿Ve a Chile con consenso interno para poner límites a Chávez?

Creo que sí, pero no quiero sobreevaluar a Chávez. Chávez se dio cuenta que había una separación entre el pueblo y el gobierno y trató de llenarla y tuvo la suerte de que el precio del petróleo le dio plata. Después comenzó a tener gravitación más allá de Venezuela, pero tiene un desafío: hasta qué punto va a cambiar el sistema productivo de Venezuela, porque el petróleo así

como va bien, después cae.

El Mercosur apoyó el ingreso de Venezuela al Consejo de Seguridad, ¿cómo ve esta posibilidad?

Vamos a ver cómo se comporta Venezuela, quién sabe si aprovecha ese puesto para darse cuenta de que el mundo es más complicado que negro y blanco. Ahora si Venezuela es candidato al Consejo, los países del Mercosur tienen que apoyarlo.

¿También los asociados, como Chile?

No tienen muchos grados de libertad. Creo que hubiese sido mejor no tener esa opción entre Guatemala y Venezuela, un sí o no frente a EEUU. Ahora es una cuestión que le corresponde a Chile decidir.

Desintegración

En Chile se ha cuestionado que Bachelet no tuvo la firmeza suficiente frente a Kirchner por la crisis del gas. ¿Cree que la Presidenta debió ser más enérgica?

Los contratos tienen que ser cumplidos, las palabras de los jefes de Estado tiene que ser mantenidas. El

error no es de la Presidenta, es de Argentina. Si Argentina dijo una cosa e hizo otra, la que se equivoca es Argentina. Es muy malo que otra vez estemos viviendo momentos de desintegración, porque quiebra la confianza y hace daño a los intereses de mediano plazo de la región que son de integración.

En este panorama, ¿cómo ve la llegada de Alan García a la presidencia de Perú?

Tuvo un desempeño ampliamente criticado, ojalá haya madurado. El riesgo grande que todos sintieron fue Humala y no Alan, ojalá Alan se dé cuenta de que esa es la cuestión, que no fue él quien ganó, fue Humala quien perdió, y que tenga la humildad para no seguir los impulsos populistas del pasado.

“Venezuela tiene un líder con capacidad mediática, un portavoz contra la globalización”.

“Me gustaría que Lagos fuera otra vez Presidente”

Usted conoció a todos los presidentes chilenos antes de que asumieran, no así a Bachelet. ¿Qué opina de ella?

Apenas conozco a la señora Bachelet. Hace tiempo, cuando era ministra, estuvo en Brasilia y almorzó donde yo estaba. Ella es Presidenta de un país como Chile -que no es feminista-, sufrió, sabe el valor de la democracia y no hace demagogia. Chile tuvo la suerte de tener una serie histórica de cuatro presidentes de un nivel muy por arriba del promedio.

El primer año fuera del poder es el más duro para un ex presidente, ¿cómo ha afrontado Lagos estos meses?

Lagos es una persona madura, sabe cómo comportarse. Tengo el honor de haberle pasado dos de las funciones que he ejerci-

do: las presidencias del Club de Madrid y del Interamerican Dialogue. En las dos lo propuse y le dije ‘cuidado, porque cuando uno sale del gobierno se aflige, porque piensa que no va a tener cómo ocupar su tiempo, y la verdad es lo opuesto’. Yo cometí ese error: tuve que viajar incesantemente, escribí tres libros, dos se han publicado y uno viene ahora. Hay que moderarse. Cuando se dice que después del gobierno viene un vacío, eso sólo ocurre cuando la persona es vacía. Lagos, en cambio, tiene mucho que hacer. En mi caso, desde que salí tomé la decisión que no volvería a tener posición electiva.

¿Y Lagos está en su misma posición?

No, porque él es mucho más joven que yo, tiene más tiempo. El puede elegir si va a seguir como figura pública, pero sin un rol partidario, o si va a tener un rol en la política electoral.

¿Le recomienda volver el 2009?

Depende cómo se sienta en ese momento y cómo esté el país. La primera pregunta es si hay alguien que pueda reemplazarlo. Si la hay, mejor que no vuelva. Yo fui Presidente dos veces, y al final estaba cansado.

Pero Lagos podría tener un período de cuatros años de descanso.

Además tuvo un período más corto que el mío y tiene uno entremedio, entonces, puede. A mí me gustaría que fuera otra vez Presidente.

Agências asfixiadas

O governo Lula vem acumulando êxitos na sua política de reduzir cada vez mais a autonomia das agências reguladoras. Corta verbas, usa critérios políticos para preencher cargos técnicos e se vale de recursos jurídicos para impedir que as agências cumpram suas funções institucionais. A cada vitória de Lula corresponde um prejuízo para a economia e a sociedade brasileira, pois as agências foram criadas não apenas para garantir a estabilidade das regras para os investimentos privados em áreas antes ocupadas pelo setor público, mas também, e sobretudo, para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, independentemente dos humores e conveniências do governo.

Há dias, ao aprovar parecer da Advocacia-Geral da União segundo o qual as decisões das agências reguladoras devem estar condicionadas às políticas definidas pelos ministérios aos quais estão vinculadas, o presidente da República limitou a autonomia que devem ter para executar essas mesmas políticas. Na prática, é como se essas agências, criadas como instrumento do Estado para assegurar a estabilidade das regras de funcionamento de empresas prestadoras de serviços públicos e fiscalizar sua atuação, se tornassem um órgão a mais do ministério.

O atual governo vem, há tempos, levando as agências à asfixia financeira, ao liberar-lhes apenas parcela ínfima dos recursos que, por lei, lhes deveriam ser transferidos. Reportagem publicada pelo **Estado** na

segunda-feira mostrou que, no ano passado, de R\$ 5,2 bilhões que cabem às seis principais agências do setor de infra-estrutura, nada menos do que R\$ 4,4 bilhões, ou 84%, foram contingenciados. De acordo com o Orçamento da União, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) poderia dispor de até R\$ 2,62 bilhões, mas, desse valor, R\$ 2,36 bilhões foram retidos como reserva de contingência. Ou seja, sobraram R\$ 263 milhões. Mas a ANP gastou efetivamente R\$ 218 milhões, ou pouco mais de 8% do valor previsto no orçamento. Situação

O resultado da sabotagem do governo tem sido desastroso

semelhante foi enfrentada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que, de um orçamento de R\$ 2,10 bilhões, utilizou apenas R\$ 204 milhões; e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que, de R\$ 184 milhões, gastou R\$ 98 milhões.

O governo Lula recorre à tramóia orçamentária para, condenando as agências à penúria financeira, gastar em áreas onde pode colher frutos eleitorais sem comprometer a meta do superávit primário. O contingenciamento dos recursos das agências, que por lei não podem ser aplicados em outras áreas, abre espaço para que, mantendo inalterado o superávit primário, o governo aumente outros gastos.

Outro mecanismo utilizado intensamente pelo governo pa-

ra cercear a autonomia das agências é a indicação de novos diretores de acordo com critérios meramente políticos. A politização de um órgão cujas decisões são de natureza essencialmente técnica é uma forma clara de controlá-lo. A presidência da ANP, por exemplo, é hoje ocupada pelo ex-deputado Haroldo Lima, indicado pelo PC do B, partido do presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo. Em outros casos, a disputa entre correntes políticas que apóiam o governo resulta na semiparalisação de algumas agências. É o que ocorre com a Anatel, que está sem presidente efetivo desde novembro, porque o cargo vem sendo reivindicado por alas do PT e do PMDB. O governo, ainda, retarda deliberadamente a indicação de nomes para substituir aqueles que, por exigência legal ou outro motivo, deixam as agências. Sem quórum, as agências adiam decisões.

O resultado dessa sabotagem sistemática é desastroso. Das 64 distribuidoras de energia elétrica, apenas 33 foram fiscalizadas, e ainda assim a fiscalização se limitou ao levantamento de dados utilizados na revisão tarifária, como admitiu a Aneel em documento datado de 2004. Avaliar a qualidade dos serviços prestados à população é praticamente impossível nesse quadro de penúria a que o governo levou as agências.

A política deliberada de estrangulamento das agências assusta os investidores, retarda a expansão de serviços essenciais para o crescimento econômico e para o bem-estar da população e pode resultar, no médio prazo, na degradação dos serviços hoje existentes.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial intitulado “Lamentação de fachada”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 30 de junho do corrente.

O editorial trata da declaração do Presidente Lula de que “o Brasil é o único país em que as eleições impedem que a gente governe”. Segundo o editorial, “na realidade, o que o tem impedido de governar, supondo que tivesse apetite e aptidão para tal, é a obsessão

reeleitoral, que o acompanha e guia os seus passos desde que colocou os pés no Planalto”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lamentação de fachada

Evidentemente sem se dar conta do sentido de suas palavras, o presidente Lula por pouco não disse na quarta-feira uma grande verdade. Falando numa side-rúrgica em Ouro Branco, Minas Gerais, afirmou que “o Brasil é o único país em que as eleições impedem que a gente governe”. Ele estava se queixando das restrições que a legislação eleitoral impõe aos detentores de mandatos executivos nos meses anteriores aos pleitos – algumas das quais, pelo visto, tratará de driblar, menos ou mais ostensivamente – como já vinha fazendo antes da oficialização da sua candidatura. Na realidade, o que o tem impedido de governar, supondo que tivesse apetite e aptidão para tal, é a obsessão reeleitoral, que o acompanha e guia os seus passos desde que colocou os pés no Planalto.

Se, nesses três anos e meio, o presidente tivesse dedicado à aprendizagem dos rigores do ofício uma fração do tempo que gastou fazendo turismo eleitoral pelo Brasil, não teria por que reclamar das limitações legais à ação dos governantes na reta final de seus mandatos. Quanto mais não fosse, 42 meses efetivamente dedicados à gestão da coisa pública, até para compensar a inexperiência do gestor, deixariam um saldo de realizações e iniciativas encaminhadas – não retóricas, mas reais – que o dispensariam de deplorar o que a lei em boa hora prosibe para ao menos moderar o uso espúrio dos recursos de poder dos dirigentes de turno.

Bem pensadas as coisas, porém, a lamentação é de fachada,

como, entre muitas outras, a notória inauguração de um pólo petrolífero no Estado do Rio, em um terreno que ainda não havia sido nem comprado, e que só começará a funcionar na próxima década. De mais a mais, a legislação não coíbe o escandaloso atrelamento do Bolsa-Família aos cálculos eleitorais de Lula. A inclusão de famílias carentes no programa – cerca de 1,8 milhão só este mês – segue o ritmo do calendário sucessório. Sem falar que o governo aumentou de R\$ 100 para R\$ 120 o patamar de renda mensal por pessoa que dá direito ao recebimento do benefi-

As queixas do presidente Lula às restrições da legislação eleitoral

cio. O fato de 11,1 milhões de famílias já receberem o auxílio que varia de R\$ 15 a R\$ 95 por mês (conforme a renda e o número de filhos) não modifica a sua posição social, mas contribui decisivamente para o sacolão de votos do presidente.

E o melhor de tudo, para ele – segundo as suas próprias palavras –, é que “os pobres não dão trabalho”. Lula fez essa extraordinária confissão no mesmo dia em que se queixou da lei eleitoral, desta vez ao festejar o cumprimento antecipado da meta do Bolsa-Família para 2006, na cidade mineira de Contagem. Depois de o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, pedir que votassem no chefe (“A história vai assegurar mais quatro anos para que possamos consolidar e ampliar a política so-

cial”, ~~declamou~~), ele se pôs a falar dos pobres em um tom que soou como uma estranha combinação de piedade, condescendência e desdém – embora a sua intenção fosse falar mal dos ricos e dos setores organizados da sociedade. Pobres não aborrecem, foi o que quis deixar consignado.

“Não têm dinheiro para protestar em Brasília, alugar ônibus. Só vão à igreja rezar e pedir ajuda a Deus”, declarou. “Muitas vezes o pobre quer apenas um pão, enquanto muitas vezes o rico, cada vez que encosta perto, quer um bilhão.” Daí o prazer que disse experimentar ao fazer política para os pobres. Poucos truques eleitorais há de ser mais óbvios do que fazer voto de devoção aos pobres, mesmo de forma arrevesada, como nesse caso. Mas que importa? A cada dia, o candidato se mostra mais esquecido de que é presidente de todos os brasileiros e que um mínimo de circunspeção deve temperar o desfrute do poder – e a expectativa de um novo mandato. Aplica-se a ele, em todo caso, o dito de Churchill sobre a impossibilidade de enganar a todos o tempo todo.

Alguns que o conhecem de perto e se mantiveram fiéis às suas convicções falam do presidente em termos sombrios. O cientista político César Benjamin, fundador do PT e companheiro de chapa da candidata do PSOL ao Planalto, Heloísa Helena, por exemplo, descreve um político que coloca instituições do Estado a serviço de seus interesses eleitorais e que “substitui os valores republicanos pela esperteza”. Isso, o País certamente se fartará de ver nos próximos três meses.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O PT patina”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 31 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, destaca o envolvimento de petistas no escândalo dos sanguessugas e conclui que “o PT ainda está longe de ser a agremiação capaz de oferecer alguma tranqüilidade institucional a Lula num eventual segundo mandato”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo do jornalista Fernando Rodrigues seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO RODRIGUES

O PT patina

BRASÍLIA - O PT só aparece com chances reais nas disputas para governador em Pernambuco, Acre, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe. Apenas cinco Estados.

As possibilidades maiores de vitória são nas localidades menores –Acre, Piauí e Sergipe–, que concentram meros 3% de todos os eleitores do país. Não é nada não é nada, não é nada mesmo.

Mesmo que o PT prospere nas eleições pelos governos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, o que é para lá de incerto, estará então comandando 13,8% do total dos eleitores brasileiros. É difícil esse cenário mudar até outubro.

Ontem os jornais trouxeram mais uma carga de detalhes sobre os congressistas sanguessugas. Muita discussão sobre quem será prejudicado ou favorecido eleitoralmente com esse caso. Embora já esteja claro que governo e oposição têm culpa no cartório, é difícil imaginar que o PT tire algum proveito da crise. Na melhor das hipóteses, o

dano pode ser minimizado, com algum tipo de blindagem para Lula. Vamos agora ouvir à náusea que ele não sabia de nada e outras inverossimilhanças do mesmo jaez.

Em Pernambuco, o candidato petista ao governo local é o notório Humberto Costa, ex-ministro da Saúde. Por óbvio, ele nega envolvimento com os sanguessugas. Mas nessas horas vale uma das regras de ouro da política: tudo o que tem de ser explicado não é bom.

Ainda não está claro em que medida o advento dos sanguessugas atrapalhará as eleições para o Congresso, para os governos estaduais e para o restante da campanha de Lula. De novo, certamente ajudar o PT é que esse escândalo não vai.

Tudo para concluir que o PT ainda está longe de ser a agremiação capaz de oferecer alguma tranqüilidade institucional a Lula num eventual segundo mandato.

frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os companheiros sanguessugas?”, publicado na revista **Época**, de 24 de julho de 2006.

O artigo destaca que a CPI das Ambulâncias divulgou uma lista com 56 Deputados e um Senador acusado de envolvimento com a máfia das sanguessugas, nome dado ao esquema de desvio de recursos do Orçamento Federal pela venda superfaturada de ambulâncias, ônibus escolares e equipamentos de informática. A lista foi preparada com base nas afirmações feitas em juízo pelo empresário, Luiz Antônio Vedoin, acusado de ser o chefe da quadrilha, e por meio de documentos entregues por ele à Justiça. Se-

gundo Vedoin, vários petistas estariam envolvidos no esquema, incluindo o ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa. Vedoin afirmou que “o ministro o teria recebido no gabinete do Ministério da Saúde e que ele só teria liberado verbas para a compra de ambulâncias depois do acerto de pagamento de propinas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os companheiros sanguessugas?

O empresário que confessou liderar o esquema acusa petistas e o ex-ministro Humberto Costa de envolvimento na máfia das ambulâncias

ANDREI MEIRELES

Na semana passada, a CPI das Ambulâncias divulgou uma lista com 56 deputados e um senador acusados de envolvimento com a máfia das sanguessugas, nome dado ao esquema de desvio de recursos do Orçamento federal pela venda superfaturada de ambulâncias, ônibus escolares e equipamentos de informática. A lista foi preparada com base nas afirmações feitas em juízo pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, acusado de ser chefe da quadrilha, e por meio de documentos entregues por ele à Justiça. Vedoin decidiu colaborar com a Justiça

em troca das vantagens oferecidas pela delação premiada. Na relação divulgada pela CPI, um fato chamou a atenção: não havia nenhum parlamentar do PT. Em seu depoimento, porém, Vedoin afirmou como operou com pelo menos um deputado e uma senadora petistas. E – mais importante – contou como teria conseguido, durante o governo Lula, liberar recursos no Ministério da Saúde para comprar as ambulâncias superfaturadas, em troca do suposto pagamento de propina a dirigentes do PT. **EPOCA** teve acesso a trechos das declarações de Vedoin. Com base neles, montou uma relação dos petistas colocados sob suspeita.

Segundo afirmou Vedoin, o esquema das sanguessugas, na gestão petista, começou a funcionar no Ministério da Saúde em março de 2003. Ele disse ter feito, na ocasião, um acerto com o então presidente do PT no Ceará, José Airton Cirilo. O entendimento envolvia, afirmou Vedoin, a liberação pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa, de R\$ 8 milhões para a Planam – empresa de Vedoin responsável pelas vendas superfaturadas. Vedoin disse que essa liberação seria o pagamento por cem ambulâncias compradas no final do governo Fernando Henrique. De acordo com o empresário, Cirilo cobrou e levou R\$ 400 mil pela intermediação.

Os petistas sob suspeita

De acordo com Luiz Antônio Vedoin, esses são os dirigentes do PT envolvidos com as sanguessugas

José Airton Cirilo dirigente nacional do PT

Vedoin disse em seu depoimento que Cirilo era um operador de caixa-chuva da Planam, empresa responsável pela compra de ambulâncias para o Ministério da Saúde.

Humberto Costa ex-ministro da Saúde

Segundo afirmou Vedoin, o ex-ministro o teria recebido no gabinete do Ministério da Saúde e ele teria liberado verbas para a compra de ambulâncias depois de acordo de pagamento de propina a Cirilo.

Serys Sibessarenko senadora por Mato Grosso

Vedoin disse à Justiça ter pago R\$ 30 mil para a senadora em decorrência de sua atuação na compra de ambulâncias no valor de R\$ 700 mil. O depósito, segundo Vedoin, teria sido feito na conta de um banco de senadora.

Antônio Alves de Souza ex-chefe de gabinete de Humberto Costa

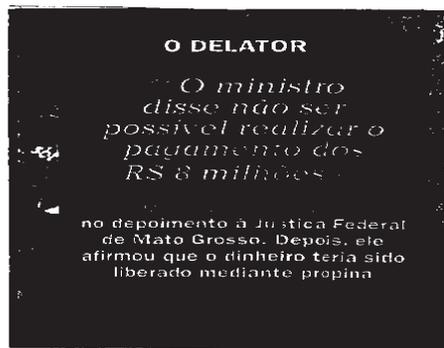
Vedoin disse em seu depoimento que Alves de Souza era responsável por liberar as verbas para a compra de ambulâncias.

João Grandão deputado federal por Mato Grosso do Sul

Segundo Vedoin, ele pagava ao deputado uma comissão de 10% sobre o valor das emergias apresentadas ao Orçamento para a compra de ambulâncias.

Wellington Dias governador do Piauí

Vedoin disse que o governador teria participado de reuniões nas quais teriam sido acertadas a venda de ambulâncias pelo esquema ao governo do Piauí.



Vedoin disse à Justiça ter entregado, entre agosto e setembro de 2002, as ambulâncias antes mesmo de receber o pagamento do Ministério da Saúde. afirmou ter confiado que não ficaria na mão. Mas, segundo Vedoin, o dinheiro não saiu. Em 13 de fevereiro de 2003, um decreto do presidente Lula cancelou o pagamento das despesas empenhadas no ano anterior pelo governo FHC.

Para tentar evitar o prejuízo, Vedoin afirmou ter conseguido uma audiência com Humberto Costa, marcada com a intermediação do ex-deputado Benedito Domingos, do PP de Brasília. O ministro teria, na reunião, reiterado a impossibilidade de liberar o pagamento por causa do decreto de Lula. Dias depois, prossegue o relato em juízo, Vedoin diz ter sido abordado, durante um evento de prefeitos em Brasília, por dois intermediários: José Caubi Diniz e Raimundo Lacerda Filho. Eles se diziam, segundo Vedoin, representantes de Cirilo, que acabara de perder a disputa pelo governo do Ceará em 2002 como candidato do PT. No relato de Vedoin, os dois afirmaram ter tomado conhecimento dos problemas do empresário com o Ministério da Saúde por meio de Antônio Alves, chefe do gabinete de Humberto Costa. E, ainda segundo o relato, teriam apresentado uma solução para a pendência: Cirilo, um dos fundadores do PT, usaria sua influência com Humberto Costa para liberar os recursos. Em troca, diz Vedoin, Cirilo e seus amigos queriam receber 8% das verbas liberadas. Após uma negociação, a propina teria sido reduzida a 5%.

Segundo afirmou Vedoin, a liberação do dinheiro pelo Ministério da Saúde foi precedida de uma reunião com Cirilo num hotel de Brasília. De lá, os dois teriam seguido para a ante-sala do gabinete de Humberto Costa no ministério, onde Vedoin teria aguardado o resultado de uma conversa entre Cirilo e o ministro. Depois da reunião, Vedoin afirma ter sido informado por Cirilo que o dinheiro para a compra das cem ambulâncias seria liberado em quatro parcelas. A partir daí, relatou Vedoin, a cada depósito feito pelo governo federal nas contas de suas empresas, uma parte era transferida para os intermediários José Diniz e Raimundo Lacerda, também sobrinho de Cirilo.

O sucesso da parceria com os petistas, segundo disse Vedoin, teria estimulado novos negócios. De acordo com a contabilidade entregue pelo empresário à Justiça, só no ano de 2003 teriam sido pagos R\$ 867.778,02 em propinas para a turma de Cirilo. As cifras, segundo os investigadores da CPI e do Ministério Público Federal, podem ter sido ainda maiores. Vedoin informou à Justiça que teria havido entendimentos entre Cirilo e Humberto Costa para liberar outros R\$ 30 milhões para a compra de ambulâncias superfaturadas, com uma comissão maior - 15%.

Segundo disse Vedoin, os encontros entre Cirilo e Humberto Costa eram frequentes. Um deles teria ocorrido em julho de 2003, num hotel de Fortaleza. O empresário afirmou que, na mesma época, reuniu-se com prefeitos levados por Cirilo. Nessas reuniões, ele teria acertado fraudes em licitações no valor de R\$ 2 milhões. "Eu me recordo bem da data da conversa por causa do recibo de um pagamento de R\$ 22.431,38 a uma agência de turismo, para bancar os gastos do chefe de gabinete do ministro e de mais seis pessoas ligadas a ele", afirmou Vedoin no depoimento à Justiça.

ÉPOCA ouviu os acusados. O ex-ministro Humberto Costa, atualmente candidato do PT ao governo de Pernambuco, diz não se lembrar ao certo, mas não descarta ter conversado com Luiz Antônio Vedoin no ministério. Refuta, porém, toda a história contada pelo empresário à Justiça. "É pura fantasia", disse Costa. "Nunca conversei com José Aírton sobre ambulâncias. Se alguém pagou propina foi burro, porque a liberação do dinheiro não contrariava o decreto do presidente Lula."

Hoje, secretário de gestão participativa do Ministério da Saúde, o ex-chefe de gabinete Antônio Alves diz que não foi ao Ceará em 2003 e nem conhece os empresários e os supostos intermediários dessa negociação. "Sou funcionário de carreira", disse ele. "Orgulho-me de ser um ferreiro defensor dos recursos públicos. Se isso for verdade, alguém usou meu nome."

José Aírton Cirilo afirma conhecer Vedoin. Mas nega ter discutido com o empresário assuntos relacionados a ambulâncias. "Só lembro que ele me pediu ajuda para construir uma fábrica de carcerias no Nordeste", diz Cirilo. Na versão de Cirilo, Vedoin estava interessado em receber um financiamento do Banco do Nordeste. Petistas do Ceará integram a direção do banco. "Sou procurado por muita gente para resolver problemas, mas não sou lobista e nunca fiz negócios ilícitos", afirma Cirilo. Ele diz também ser adversário político do sobrinho Raimundo Lacerda. "Se há depósitos na conta dele, cabe a ele explicar", diz Cirilo.

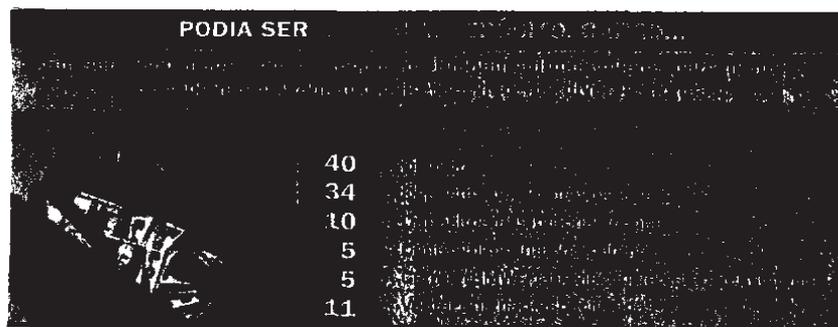
Até março, Cirilo era diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Saiu do cargo para se candidatar a deputado federal. Segundo Vedoin, ele também

teria atuado em outras negociações com petistas graúdos. Uma dessas oportunidades teria ocorrido em 2005, quando Cirilo, na versão de Vedoin, teria intermediado dois encontros com o governador petista do Piauí, Wellington Dias, para tratar da venda das ambulâncias. O negócio, segundo Vedoin, destinaria R\$ 14 milhões do Orçamento da União à compra de ambulâncias pelo governo piauiense. "Eu iria receber R\$ 7 milhões", afirmou Vedoin em seu depoimento. "Mas o negócio não se concretizou porque fui preso."

Procurado por ÉPOCA, o governador disse nunca ter se encontrado com Vedoin. Chamou a versão do empresário de "fantasiosa". Segundo ele, o governo federal liberou R\$ 12 milhões para o Piauí comprar ambulâncias neste ano por meio de pregão eletrônico. "Isso evita fraudes", diz Dias. "E nossas compras são feitas diretamente nas montadoras, porque elas oferecem preços menores." Segundo a secretária de Saúde do Piauí, Tatiana Vieira, apenas sete ambulâncias foram compradas da empresa de Vedoin, no valor de R\$ 761.600. Mas, diz Tatiana, o negócio foi desfeito por causa da prisão dos chefes das sanguessugas. "Wellington Dias é meu amigo", diz José Aírton Cirilo. "Mas essas reuniões com Vedoin nunca ocorreram."

Luiz Antônio Vedoin confessou ter chefiado um esquema milionário de fraudes com dinheiro público. Só resolveu dizer o que disse depois que a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, rejeitou pedidos de *habeas corpus* e resolveu mantê-lo na prisão. Vedoin fez então um acordo com a Justiça Federal em Mato Grosso: em troca de entregar todos os envolvidos com a quadrilha, obterá uma redução de pena. Suas afirmações são levadas a sério na Justiça e na CPI das Ambulâncias, porque vêm acompanhadas de uma extensa documentação. "Todo brasileiro tem direito a conhecer esse depoimento, um documento histórico", afirma o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da CPI.

Além da suposta existência de petistas atuando de forma desonesta no Ministério da Saúde, suas afirmações sugerem um braço importante e graúdo do esquema das sanguessugas infiltrado no Executivo federal. Nenhum esquema de corrupção é bem-sucedido sem a participação de



PODIA SER

40
34
10
5
5
11

quem cuida do cofre. Mas as investigações e as atenções da CPI têm se concentrado, até agora, apenas na identificação dos parlamentares.

Segundo afirmou Luiz Antônio Vedoin, há também parlamentares petistas implicados com o esquema. Ele entregou à Justiça um comprovante de depósito de R\$ 35 mil na conta de um genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Conforme disse Vedoin, essa quantia seria o pagamento da comissão pela obtenção do recurso relativo a emendas parlamentares de Serys no valor de R\$ 700 mil para comprar ambulâncias superfaturadas. "Isso é alucinação", afirma a senadora. "Não

tenho nada a ver com a empresa de meu genro." Vedoin disse também aos investigadores ter feito, em 2003, um acordo com o deputado João Grandão (PT-MS), para o pagamento de propina de 10% do valor das emendas obtidas para a aquisição de ambulâncias. Vedoin afirmou ter pago a João Grandão por meio de depósitos nas contas de assessores do deputado. "Isso não é verdade e não condiz com minha história política", afirma João Grandão.

Como os acusados negam peremptoriamente todas as afirmações feitas por Vedoin, elas devem ser encaradas com cautela até a conclusão das investigações. A CPI enfrentou um dilema quando deci-

diu publicar a lista de parlamentares supostamente envolvidos no esquema. Mas resolveu divulgar a relação em nome da transparência. Nos próximos dias, outros políticos também entrarão na relação de investigados. Só o aprofundamento da apuração do Congresso e dos investigadores da Polícia Federal e do Ministério Público Federal responderá se as declarações de Vedoin são verdadeiras. A CPI fará um primeiro relatório em agosto, em plena campanha eleitoral. Ele trará informações importantes para eleitores de todo o país. A grande maioria das supostas sanguessugas candidatou-se a um novo mandato, nas eleições de outubro. ■

Sem		O PT fez a Lula dez recomendações para evitar confusões na campanha da reeleição. Já tentaram controlar Lula antes. Nunca deu certo
1975/ 1976	sindicalista	Indicou Lula para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, mas queria mandar na entidade
1994	presidente do PT	Recusou acordo com o PSDB e ordenou oposição ao governo de Itamar Franco
2003/ 2005	ministro da Casa Civil	Mandar no governo
2005/ 2006	ministro da Fazenda	Mandar no governo

Pisca-pisca

A seca no Sul pode causar pane na distribuição de energia. Na quarta-feira, a luz oscilou em Brasília porque houve queda na transferência de eletricidade do Nordeste para o Sul.

Murilo Ramos

Demolição

Depois de ler pesquisas em que Alckmin aparece como bom administrador, o PT vai iniciar a "desconstrução" do ex-governador paulista.

Voto com malagueta

Quarto maior colégio eleitoral, com 7 milhões, a Bahia terá uma eleição polarizada. O governador Paulo Souto (PFL) representa 12 anos consecutivos de governos ligados a Antônio Carlos Magalhães. Jacques Wagner (PT) é a oposição.

EPOCA - Depois de tantos governos do PFL, como convencer o eleitor a continuar com vocês?

Paulo Souto - É justamente por essa experiência que podemos fazer mais

EPOCA - Mas desta vez a oposição se uniu contra o senhor.

Souto - Não mudou nada. Até ganhamos apoio de parte do PSDB.

EPOCA - O apoio de Lula

a Jacques Wagner não altera a eleição?

Souto - Para dizer que, com o outro no governo, ele trataria a Bahia melhor? Isso seria admitir uma discriminação política absurda.

EPOCA - O senhor tem chance?

Jacques Wagner - Logicamente. Em 2000, fui eleito por 300 mil votos com apenas dois minutos de TV. Agora, reunimos o maior arco de

alianças desde os anos 80 e teremos nove minutos.

EPOCA - Mas Alckmin é do outro lado.

Wagner - É o mesmo. O carisma está no lado da Bahia. Desta vez, quem ganhar não será mais o governador.

EPOCA - O apoio de Lula fará diferença?

Wagner - Ele virá à Bahia e dirá que sou seu candidato. Será importante para o segundo governo Lula ter apoio em Estados importantes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Livres com a ajuda do governo”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 18 de julho do corrente.

A matéria destaca que “o Ministério Público Federal denuncia interferência do governo federal na decisão judicial que libertou, no fim de semana, os 32 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que permaneciam presos na Papuda.” A interferência se deu de forma direta por intermédio da Ouvidoria Agrária Nacional e beneficiou os responsáveis pelo badernaço na Câmara dos Deputados que deixou 36 feridos e causou prejuízos da ordem de R\$106,5 mil aos cofres públicos.

Entre os “beneficiados” está o líder do Movimento, Bruno Maranhão, que já se colocou à disposição do Presidente Lula para atuar na sua campanha à reeleição.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VANDALISMO

Justiça liberta sem-terra presos na Papuda. Procuradores alegam que decisão baseou-se em documentos enviados pela Ouvidoria Agrária Nacional. Segundo eles, interferência da União contraria Código Penal

Livres com a ajuda do governo

MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público Federal denuncia interferência do governo federal na decisão judicial que libertou, no fim de semana, os 32 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que permaneciam presos na Papuda. Deixados desde 6 de junho, depois dos ataques à Câmara, os manifestantes deixaram a prisão no sábado, beneficiados por medida da Justiça Federal, e responderão a processo em liberdade. O grupo é acusado pelo MPF de crime contra a segurança nacional, formação de quadrilha, lesão corporal e dano ao patrimônio público.

Em nota divulgada ontem, a Procuradoria da República em Brasília afirmou causar “grande preocupação o fato de o governo federal haver interferido diretamente, por intermédio da Ouvidoria Agrária Nacional, órgão alheio à atuação processual penal da União”. De acordo com os representantes do MPF, a ouvidoria enviou documentos ao juiz do processo, providência não prevista no Código de Processo Penal. “A decisão, ademais, foi proferida com base também nesses documentos, aos quais o Ministério Público Federal não teve acesso”, acrescentou o comunicado. A nota do MPF, porém, não informou quais documentos foram providenciados pela Ouvi-

doria Agrária Nacional, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Badernaço

A Procuradoria da República em Brasília foi responsável pela denúncia contra os integrantes do MLST, responsáveis pelo badernaço que deixou 36 feridos e causou prejuízo de R\$ 106,5 mil aos cofres públicos. No dia do episódio, 582 pessoas chegaram a ser presas, das quais 32 permaneceram detidas até sexta-feira passada, entre elas o líder do movimento, Bruno Maranhão. Com base em investigações realizadas pela Polícia Federal, o MPF denunciou 116 pessoas, das quais 80 foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN), por ameaçar o funcionamento do Congresso Nacional.

A denúncia está nas mãos do juiz Ricardo Soares Augusto Leite, da 10ª Vara Federal em Brasília. Sem decisão sobre o recebimento ou não da peça de acusação, apresentada há uma semana, a Justiça resolveu libertar os 32 que continuavam presos. O que causou surpresa entre os procuradores da República Gustavo Pessanha Velloso, José Robalinho Cavalcanti, Vinícius Firmino, Lívia Tinóco e Valtan Furtado, que assinaram a nota oficial divulgada pela assessoria de imprensa do órgão.

O cinco manifestaram preocupação quanto ao futuro do

processo na Justiça: “O Ministério Público Federal, a respeito da decisão que concedeu liberdade provisória aos denunciados no caso da invasão do MLST à Câmara, informa, primeiramente, que passa a ter grande preocupação quanto à efetividade e à tramitação do processo, pois a maior parte dos denunciados não comprovou possuir residência fixa nem ocupação lícita, e

A reportagem também procurou o ouvidor agrário nacional, Gecino da Silva Filho, mas a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que ele estava em viagem a serviço, no interior do país. Ainda de acordo com o MDA, o ministério se manifestará sobre o assunto somente após o recebimento da nota

oficial da Procuradoria da República. Desde que deixou a prisão, no sábado, o coordenador do MLST, Bruno Maranhão, está hospedado num hotel de Brasília, onde pretende reunir hoje de manhã a imprensa para uma entrevista coletiva.

COLABORARAM LEONEL ROCHA E LUIZ CARLOS AZEDO

PREJUÍZO
R\$106,5 MIL
foi quanto custou a invasão aos cofres públicos

prevê grandes dificuldades para citá-los e intimá-los.”

Por essa razão, o MPF não descarta adotar providências contra a medida que libertou os 32 militantes do MLST da prisão no último sábado. Aguardará apenas o acesso ao inquérito e documentos apresentados pela Ouvidoria Agrária Nacional para se decidir. Procurada pelo Correio, ontem à noite por telefone, a assessoria de imprensa da Justiça Federal em Brasília não foi localizada. Também não foram encontrados servidores no gabinete da 10ª Vara Federal.

ENTENDA O CASO

115 indiciados

Os integrantes do MLST foram presos depois da invasão à Câmara dos Deputados, na tarde de 6 de junho. Eles foram levados para o Gênsio Nilson Nelson e, depois, no caso dos adultos, transferidos para o Complexo Penitenciário da Papuda. As autoridades policiais contabilizaram 582 detidos.

No dia seguinte, depois de iniciadas pela Polícia Legislativa, as investigações foram assumidas pela Polícia Federal. Foi mantida a prisão para 42 militantes, contra os quais foi possível individualizar a participa-

ção no episódio. No total, 115 manifestantes foram indiciados por crimes de lesão corporal simples e grave, formação de quadrilha e danos materiais e ao patrimônio público.

Depois de analisar a documentação reunida pela PF, a Procuradoria da República em Brasília decidiu denunciar 118 manifestantes, incriminando 80 deles também por crime contra a segurança nacional, por ameaçar o funcionamento do Congresso Nacional. As investigações ainda não estão encerradas.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Tem índio na Suíça?”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 2 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o procurador Lucas Furtado, do Tribunal de Contas da União, pediu a abertura de uma investigação para saber qual é a justificativa da Funai para o gasto de R\$252 mil na compra de 235 bilhetes aéreos emitidos em nome do presidente da Fundação, Mércio Pereira Gomes. A matéria mostra que o procurador Furtado afirmou que “A Funai terá

de mostrar que todas as viagens foram feitas por razões profissionais”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TEM ÍNDIO NA SUÍÇA?

O presidente da Funai torra dinheiro público em viagens internacionais.

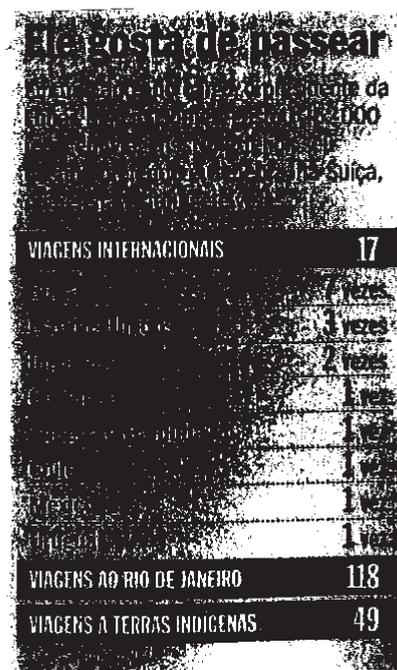
O antropólogo potiguar Mércio Pereira Gomes adora conhecer outras culturas. Há três anos, foi nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Desde então, tem viajado muito para ampliar seus conhecimentos sobre povos e etnias distantes. Seu principal objeto de estudo, no entanto, não têm sido as tribos do Alto Xingu ou de outras reservas indígenas. O que Gomes vem examinando com afinco são os hábitos dos moradores de Genebra, na Suíça. Para se aprofundar nessas análises, já visitou a cidade sete vezes desde que assumiu o órgão. Em média, dá uma passada por lá a cada cinco meses. No cargo, ele também esteve três vezes nos Estados Unidos, duas na Inglaterra e visitou cinco países da América Latina. No Brasil, seu destino preferido é o Rio de Janeiro, onde tem vários familiares. Gomes voou 118 vezes para lá. Tudo pago com dinheiro público.

O caso, revelado na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, levou o procurador Lucas Furtado, do

Tribunal de Contas da União, a pedir a abertura imediata de uma investigação. Ele quer saber qual é a justificativa da fundação para ter torrado 252 000 reais na compra de 235 bilhetes aéreos emitidos em nome de Gomes nos últimos 35 meses. “A Funai terá de mostrar que todas as viagens foram feitas por razões profissionais. Já sabemos que a maioria delas, no en-

tanto, ocorreu em fins de semana”, diz o procurador Furtado. Depois que seus passeios foram revelados, Gomes decidiu se recolher. Por meio de sua assessoria, afirmou apenas que todas as vezes em que viajou à custa da Funai esteve trabalhando. Curioso é o fato de ele ter mais trabalho a fazer na Suíça que no Amazonas, estado brasileiro com a maior concentração de índios.

As viagens de Gomes são mais um exemplo do desperdício de dinheiro na Funai. No ano passado, o órgão dispôs de um orçamento de 118 milhões de reais. Apenas 30% desse valor foi gasto diretamente com pajés, caciques e curumins. O grosso do dinheiro ficou nas mãos do homem branco. Cerca de 80 milhões de reais foram usados para manter a estrutura administrativa da fundação. O quadro de funcionários mostra, ainda, uma série de deficiências. Há mais de uma década sem realizar concursos, a Funai não conta com biólogos, ecólogos nem com linguistas. Não raramente, precisa recorrer a missionários evangélicos, para que sirvam como intérpretes em contatos com tribos afastadas. O órgão não responde mais pela saúde nem pela educação nas aldeias e não consegue garantir a proteção das reservas. Em vez de cuidar dos índios, a Funai é o paraíso de antropólogos como Gomes. ■



O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “O MLST luta pelo comunismo”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, em sua edição do último dia 12 de junho do corrente. A matéria traz uma entrevista com o Doutor em Geografia Humana, Professor Marco Antonio Mitidiero. Em sua tese de doutorado, O MLST e as contradições da luta pela terra no Brasil, o Professor narra que o movimento se caracterizava, já na data em que o trabalho foi publicado, em 2002, pela falta de transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

O Professor diz: “A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro do artigo intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 12 de junho do corrente ano.

No texto o jornal destaca a diferença entre o Brasil do Ipea, o real; e o Brasil imaginário, o do Presidente Lula. O Presidente fala de um Brasil que não precisa se preocupar com nada, graças, é claro, a seu Governo. Mas o Ipea não pode ignorar que o País cresceu menos do que devia, que perdeu muitas oportunidades e não fez o ajuste fiscal necessário. Por isso a advertência do Instituto é clara: “A agenda é pesada e urgente e o risco de ter que cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos dois anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado também seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista ■ MARCO ANTONIO MITIDIERO

‘O MLST luta pelo comunismo’

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), grupo que desfechou na semana passada o mais violento ataque ao Congresso, teve rachas internos pela falta de controle financeiro nas bases. É o que mostra a tese de doutorado *O MSLT e as contradições da luta pela terra no Brasil*, de Marco Antonio Mitidiero.

O trabalho do professor, de 2002, narra que ex-dirigentes nacionais do MLST no Triângulo Mineiro já se caracterizavam pela falta de

transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

Em entrevista ao **JB**, o pesquisador critica a precária situação dos assentamentos Brasil afora. Perguntado se o MLST receberia dinheiro de organismos internacionais ou de outros governos, o professor – que acompanhou o grupo durante três meses para preparar a tese – é taxativo:

– Nunca consegui obter essa informação.

Marco Antonio Mitidiero, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Geografia da Universidade Federal

da Paraíba. Fez mestrado também na USP, em 2002, com tese sobre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

– O ato violento do MLST na Câmara dos Deputados é uma prática comum?

– Não. Esse foi apenas o terceiro ato de manifestação mais radical do MLST durante os seus nove anos de existência. Se não me engano, em 1998, eles botaram fogo num carro de polícia durante uma reintegração de posse no Triângulo Mineiro. No ano passado eles ocuparam pacificamente o Ministério da Fazenda.

– Segundo a sua tese, os coordenadores do MLST são oriundos do chamado “PT de Aço”, ala mais radical do partido. O movimento precisa de ações como a invasão da Câmara para atrair a atenção da mídia?

– Por mais que eles tenham um discurso teórico de luta socialista-comunista, a sua prática assemelha-se muito às práticas dos outros movimentos. Ou seja, desenvolvem ações como passeatas, ocupações de latifúndios e de prédios públicos, marchas. Creio que o ato de terça-feira possui dois sentidos: o primeiro é o de chamar a atenção da sociedade civil e do governo para a existência desse movimento. Foi um grito de “existimos!”. O

segundo é na direção de sacudir a administração pública num ano eleitoral, no qual, muito freqüentemente, o governo pára. As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham, a liberação de recursos é extinta e, principalmente, os atos de desapropriações desaparecem da pauta de ações do governo.

– Quais são as principais diferenças entre o MLST e outros movimentos sociais

ligados à questão agrária?

– São pequenas. O MLST produz um discurso mais radical de luta pelo socialismo e pelo comunismo, coisa que o MST deixou de fazer. Já o MST é um movimento inteiramente descentralizado e de dimensão nacional, organizado em 23 Estados da federação, possui várias instâncias hierárquicas e vários coletivos de decisões.

– O MLST cobra “dízimo” de seus associados?

– Não há uma cobrança deliberada de taxas por esse movimento. Há, sim, a possibilidade de receber contribuições dos assentados que ainda militam no movimento.

– Qual é a relação do MLST com o atual governo petista?

– O MLST andava meio apagado, antes da invasão, mas creio que esse fato esteja aliado a problemas internos e não a uma possível aproximação com o governo atual. A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso.

– Qual é a verdadeira imagem que os trabalhadores rurais têm do MLST?

– As famílias que entrevistei, são de ex-trabalhadores rurais que estão vivendo na miséria e que encontraram no movimento uma forma de lutar por terra e pela transformação das suas condições de vida.

– A produção dos assentamentos do MLST é menor ou mais precária do que em outros assentamentos?

– A atividade econômica segue a mesma realidade da maioria dos assentamentos do Brasil. Passam por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos produzidos no lote, devido, principalmente, a dois fatores: as imperfeições das políticas públicas de apoio e créditos aos assentados e pelo desaparecimento da situação de movimento social depois da criação dos assentamentos.

A carne-seca não é tanta

O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, celebrando mais uma vez a solidez da economia brasileira, uma condição sem precedente, segundo ele, propiciada ao povo por seu governo. Ele deve ter-se esquecido de transmitir a boa nova aos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As primeiras sete páginas de seu novo boletim conjuntural, divulgado na quarta-feira, são dedicadas principalmente a um balanço das oportunidades perdidas na fase de bonança internacional e dos desafios não enfrentados, principalmente na área fiscal.

Essa introdução contrasta fortemente com o relativo otimismo exibido nos capítulos seguintes, dedicados à avaliação das perspectivas para 2006. As projeções de crescimento econômico são melhores que as divulgadas no primeiro trimestre, mas o estoque de boas previsões logo se esgota.

O Brasil está menos vulnerável do que noutros momentos de instabilidade externa, reconhecem os economistas do Ipea, mas nem por

isso eles deixam de mostrar preocupação diante da piora do cenário internacional.

O esforço interno pode ter sido relevante, mas o quadro externo, argumentam, muito contribuiu para a melhora da situação do País. O comércio mundial expandiu-se rapidamente e os preços de muitos produtos brasileiros subiram. Além disso, houve financiamento farto e barato, num ambiente de baixa aversão ao risco.

Mas o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança. Além disso, desperdiçou a oportunidade para resolver o mais grave problema de sua economia - o desequilíbrio das contas públicas. O governo terá de cumprir em condições menos favoráveis todas as tarefas não realizadas até agora. Será esse o primeiro e mais importante desafio para quem administrar o País a partir de 2007.

A política de crescimento já será mais complicada, se os prenúncios de piora do cenário externo se confirmarem. Com o risco país na faixa de 275 a 300 pontos, a margem de manobra para políticas expansionistas será bem menor do que até recentemente, quando aquele

indicador estava próximo de 200.

Será menor o espaço para redução dos juros internos - para mencionar apenas uma das conseqüências da mudança. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada um dia depois do boletim do Ipea, realçou esse ponto.

Mas o governo não se limitou a postergar a solução do desajuste fiscal. Esse desequilíbrio tem aumentado e vem-se convertendo, segundo os autores do boletim, no "maior obstáculo" a uma expansão mais vigorosa da produção brasileira nos próximos anos.

De janeiro a abril, os gastos primários do governo central, isto é, suas despesas não financeiras, foram 7,5% maiores, descontada a inflação, que no período correspondente de 2005. Excluídas as transferências a Estados e municípios, aquela diferença chega a 8,7%.

Se essa tendência for mantida ao longo do ano e se o superávit primário (resultado sem os juros) for o programado oficialmente, o gasto primário do governo central, excluídas as transferências a Estados e municípios, chega-

rá a 18,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se aquelas despesas primárias tivessem continuado no padrão de 2003, corresponderiam, neste ano, a 16,7% do PIB. Nesse caso, o setor público teria um déficit total, incluídos os gastos com juros, inferior a 1% do PIB. Mantida a tendência atual, dificilmente ficará abaixo de 2,5%. A piora do quadro fiscal vem de longe. Confirmadas as projeções, a despesa primária do governo central, incluídas as transferências a Estados e municípios, terá subido de menos de 14% para 23,2% do PIB. Os gastos previdenciários terão passado de 3,4% para 8,7% do PIB.

O País, portanto, continua a perder "uma oportunidade excepcional, propiciada por condições particularmente favoráveis ao crescimento", de resolver o problema fiscal. Ao longo desse período, a carga de impostos aumentou e a qualidade do gasto público deteriorou-se.

A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Uma política claramente ineficaz”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 7 de julho do corrente.

O artigo em tela faz referência à atual formulação e condução da política externa brasileira. Segundo o artigo, “a atual política externa fracassa porque não só está em desacordo com a realidade, como não tem vigor para mudá-la”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS & INFORMAÇÕES

Uma política claramente ineficaz

Aum jornalista que lhe pedia esclarecimentos sobre comentários feitos durante um debate sobre política externa, na terça-feira, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Itamaraty, desculpou-se: “Sou assim mesmo, obscuro.” Não é. A política é a que o embaixador Pinheiro Guimarães ajuda a planejar e a implementar é tudo, menos obscura. Seus pressupostos são de uma clareza meridiana. A globalização é um mal que ameaça a existência do Estado nacional, cuja função é orientar e conduzir – não como regulador, mas como agente principal – a vida política, econômica e social do país; e essa situação convém apenas aos ricos países industrializados do Norte, que agem como modernos colonizadores dos pobres países do Sul.

As ações da política externa, que decorrem cartesianamente daqueles pressupostos, são igualmente transparentes. Sendo os EUA os principais arautos e beneficiários da globalização, cabe ao Brasil organizar a resistência dos países do Sul contra a onda antinacional. Os meios para isso são as “alianças estratégicas” com países como a China, a Índia, a Rússia

e a África do Sul. As regiões prioritárias para a diplomacia são a África e a Ásia, além, é claro, a América do Sul. São esses os parceiros que os formuladores da atual política externa escolheram para alavancar a arrancada do Brasil rumo ao desenvolvimento econômico e à “emancipação” política.

Se essa política não funciona, não é por falta de clareza. É porque seus formuladores não conseguiram se libertar de preconceitos adquiridos nas décadas de 1950 e 1960 e continuam aplicando esquemas dogmáticos que já então estavam ultrapassados. Em resumo, a atual política externa fracassa porque não só está em desacordo com a realidade, como não tem vigor para mudá-la.

Por ter uma política externa ideologicamente enviesada, o Brasil não tem acordos de comércio com seus principais mercados. O Mercosul se esgarça. A união da América do Sul é um simples papel. A Alca foi torpedeada pelo presidente Lula, que se vangloria de ter levado as negociações a um impasse logo em seu primeiro ano de governo. O acordo Mercosul-União Européia está encruado. As

“parcerias estratégicas”, se resultaram em alguma vantagem, foi para os parceiros. E, para completar, vários vizinhos do Brasil estão fazendo acordos com os EUA, o que dificulta o nosso acesso aos mercados mais promissores.

O esquematismo dogmático impede que o embaixador Pinheiro Guimarães veja a realidade brasileira como ela é – e isso se reflete na política externa. No debate de terça-feira, por exemplo, ele fez duas afirmações dignas de um jejuno nas coisas do Brasil. “Se a indústria brasileira fosse competitiva, o Brasil seria um país desenvolvido”, foi a primeira. A segunda foi ainda mais surpreendente: “Se a população se alimentar bem, o Brasil não deve ser um grande exportador agrícola no futuro.” Basta acompanhar, mês a

mês, a balança comercial para se ter uma noção da competitividade da indústria brasileira. Apesar dos entraves estruturais – a começar pela taxa de juros e pela cotação cambial, passando pelas deficiências estruturais que formam o custo Brasil –, os superávits a favor do Brasil se sucedem. E não se pode dizer que a agricultura mais desenvolvida do mundo,

em termos de tecnologia de produção, não seja capaz de alimentar bem todos os brasileiros e ainda produzir resultados decisivos para a balança comercial. Note-se que o *boom* das exportações agrícolas coincidiu com os efeitos do Plano Real sobre o consumo interno de alimentos.

O problema não está na globalização ou na vocação imperialista dos EUA. Está no governo a que o embaixador Pinheiro Guimarães serve e na política externa que ele ajuda a implementar. Tornou-se artigo de fé, em Brasília, negar à indústria e à agricultura as condições necessárias para que os bons resultados até agora verificados se mantenham e ainda produzam mais divisas e empregos para o País. Em artigo publicado no *Estado* de quarta-feira, o economista Marcos Sawaya Jank mostra que o movimento de exportações mais dinâmico se dirige para o Hemisfério Ocidental, aí incluídos os EUA. De um déficit de US\$ 4,2 bilhões em 1996, passamos para um superávit de mais de US\$ 25 bilhões. É esse mercado, que consome produtos de alto valor agregado, que a política externa do embaixador Pinheiro Guimarães põe de lado por razões ideológicas, privilegiando os países mais pobres.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria mostra que produtores rurais exibiram faixas de protestos durante a visita do Presidente Lula a Passo Fundo para lançar a pedra fundamental de uma usina de biodiesel. O protesto reproduz toda a insatisfação do setor agrícola com o Governo do Pre-

sidente Lula, que nada fez pelo setor durante a crise que afetou a agricultura do País.

Sr. Presidente, requeiro, para concluir, que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento para que, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação

Produtores rurais exibiram faixas de protesto durante visita do presidente à cidade, atingida por crise e seca

• **Lisandra Paraguassú**
BRÁSILIA

Em Passo Fundo (RS), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sentiu na pele a insatisfação do setor agrícola com seu governo, no mês passado. Na chegada à cidade, onde lançou a pedra fundamental de uma usina de biodiesel, cerca de 500 donos de terras e funcionários de fazendas esperavam o presidente com faixas de protesto.

A comitiva presidencial passou correndo pelos agricultores, mas não deixou de notar dizeres como “Lula = Ali Babá” e “O nosso endividamento é o descaso do presidente Lula”.

Em uma cidade em que a economia gira basicamente em torno da produção agrícola, a conjunção de seca de dois

anos, quebra da safra e o alto endividamento dos agricultores praticamente parou a economia.

A maior queixa dos produtores é a de que, apesar dos anúncios de pacotes para a área, as dificuldades nos bancos impos-

Lula tratou da crise e tentou amenizar a irritação

sibilitam o acesso ao crédito.

Embora sem citar o protesto em seu discurso, Lula tratou da crise agrícola. E tentou amenizar a irritação dos produtores. Disse que levou um susto ao saber que tinha seca no Rio

Grande do Sul, mas confiava que a situação voltaria ao normal. “Mas, muitas vezes, as coisas não acontecem sempre do jeito que a gente gostaria que acontecessem”, disse o presidente.

“Essa crise também não pode durar a vida inteira, essa crise vai terminar. Ora, à medida que a gente tem a combinação de seca no nosso País, à medida que a gente tem uma combinação de superprodução de determinados grãos no mercado mundial, nós sofremos um problema de baixa de preço, e aí muita gente perde”, afirmou Lula aos produtores locais durante a visita. Passo Fundo serviu de alerta ao Planalto sobre os custos políticos da crise no campo. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Golpe final da agricultura”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 31 de julho do corrente.

A Senadora Lúcia Vânia, em seu artigo, faz uma crítica pertinente e oportuna à proposta do Governo que revisa os índices de produtividade das propriedades rurais, visando à ampliação do número de áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária no País. Segundo a Senadora, “além de não reconhecer as questões econômicas enfrentadas pelo setor primário, a proposta exige a adequação imediata aos índices a partir da aquiescência do presidente Lula.

As regras estão sendo determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, sem que sejam ouvidos o Ministério da Agricultura, a Embrapa e, especialmente, o Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão colegiado do Ministério da Agricultura”.

Sr. Presidente, solicito que o excelente artigo de autoria da Senadora Lúcia Vânia passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Golpe final na agricultura

LÚCIA VÂNIA

Senadora da República (PSDB/GO)

A cisão entre o governo federal e os produtores rurais parece estar recebendo o golpe final. Se os pacotes de bondades editados pelo Palácio do Planalto para diminuir a crise enfrentada pelo campo não conseguiram acalmar os ânimos dos agricultores, a instrução normativa que revisa os índices de produtividade das propriedades rurais, que está dependendo unicamente da decisão do presidente Lula, será o golpe mortal no já estremecido relacionamento entre os dois lados.

Divulgada pela imprensa, pela primeira vez, em abril do ano passado, a proposta exige mais produtividade das propriedades rurais visando a ampliar o número daquelas áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária no país. Segundo o próprio Incra, no entanto, existem hoje 58 mil grandes propriedades (acima de quinze módulos fiscais) detentoras de cerca de 134 milhões de hectares e classificadas,

quanto à produtividade, como “improdutivas” pelos índices que estão em vigor desde 1980.

A instrução normativa do governo foi recebida pelos produtores como inconseqüente, por não prever as condições climáticas nem outras variáveis que ocorrem ao longo dos anos na agricultura e na pecuária, como comercialização, armazenamento e transporte, crédito disponível, taxas de juros, tributos, preços, mercados interno e externo, renda dos produtores, meio ambiente e as altas tecnologias, entre tantas outras que influem no setor primário.

Além de não reconhecer as questões econômicas enfrentadas pelo setor primário, a proposta exige a adequação imediata aos índices a partir da aquiescência do presidente Lula. As regras estão sendo determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, sem que sejam ouvidos o Ministério da Agricultura, a Embrapa e, especialmente, o Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão colegiado do Ministério da Agricultura.

Para sanar as incoerências da proposta do Executivo, apresentei, em junho de 2005, projeto de lei que estabelece prazo de dois anos para adaptação das propriedades rurais, em caso de culturas temporárias, e de cinco anos, em caso de culturas perenes e de exploração pecuária. Também propus que os indicadores de produtividade sejam fixados pelos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, com a aprovação do CNPA, como determina a Lei 8.629/1993, em seu artigo 11. O projeto, em discussão na Comissão de Agricultura do Senado, também estabelece que o conceito de produtividade tenha por base estudos científicos e econômicos realizados pela Embrapa.

Sem interesse em ver minha proposta aprovada, a base do governo no Senado conseguiu retirá-la da pauta da Comissão de Agricultura. Desde novembro do ano passado o projeto está parado, apesar dos apelos do presidente da Comissão, senador Sérgio Guerra, para que seja devolvido e colocado em discussão.

A reforma agrária começou a ser implantada no Brasil muito antes do governo do presidente Lula, e deve continuar para garantir o benefício da terra para todos. Mas não pode prejudicar as propriedades rurais efetivamente produtivas, como o atual governo parece pretender com essa proposta.

Não pode haver divisão entre pequena, média e grande agricultura. Todos são elos de uma mesma cadeia produtiva. A agricultura familiar abastece o mercado interno, provocando, com a alta produtividade, a baixa do preço dos alimentos, especialmente os da cesta básica. O produtor que exporta, equilibra a balança comercial. Não é saudável, para a vida nacional, ou para a sociedade brasileira, que se coloquem em contraponto dois setores com atividades semelhantes e que trabalham de formas diferentes, naturalmente. Ambos contribuem para o desenvolvimento, gerando empregos, movimento no comércio, na indústria, na área social e na economia do Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, há algum tempo busco reservar espaço em meus pronunciamentos para a importância dos esportes. O meu interesse foi renovado pelos benefícios obtidos pela Alemanha por ter organizado a última Copa do Mundo.

Evidente que não se trata apenas dos aspectos estritamente esportivos. Os alemães, ao promoverem o último Campeonato Mundial de Futebol, conseguiram, ao fim e ao cabo, uma melhoria significativa em sua infra-estrutura esportiva – que será útil por décadas – e na infra-estrutura necessária para a promoção do evento, mas que será usufruída por toda a população alemã.

Assim, parece-me propício o momento para comentar o “Calendário Esportivo Brasileiro”, publicação do Ministério dos Esportes editada com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Essa edição representa um fantástico avanço para aqueles preocupados com os esportes no Brasil. Pela primeira vez, afirmo sem ousadias, há uma ferramenta disponível para todos aqueles envolvidos com o planejamento de eventos esportivos. De um lado, tornam-se possíveis os contratos duradouros com patrocinadores. De outro, evita-se a sobreposição de campeonatos ou torneios.

O Calendário mostra-se, pois, como importante para a preparação do Brasil para os Jogos Pan-americanos, de 2007, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro. É um esforço para que mostremos ao mundo que estamos determinados e prontos para realizar eventos esportivos de grande porte.

O Pan, é claro, é apenas um pequeno passo para a realização de Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos em terras brasileiras. Tenho o sonho de poder assistir a jogos da seleção brasileira em Copa do Mundo em nosso País. Isso, é claro, sem falar de ver centenas de brasileiros disputando, em sua própria Casa, as mais diversas modalidades esportivas em Jogos Olímpicos.

Os benefícios são muitos. Como lembrei inicialmente, para que possamos realizar a contento tais eventos precisamos investir, e muito, em infra-estrutura.

Não falo apenas em estádios ou ginásios. Falo de investimentos em segurança pública, transportes, saneamento básico, habitação, hotelaria e outros segmentos correlatos.

Os benefícios de tais investimentos, como se pode perceber claramente, não se restringiriam somente ao tempo de realização dos eventos. Seriam duradouros e benfazejos para todos os brasileiros.

Além disso, para a obtenção de bons resultados esportivos é necessário formar atletas. Tal processo, infelizmente, não é rápido nem barato. É longo, custoso e demanda o esforço de gerações.

Em primeiro lugar, é preciso estimular a prática esportiva entre crianças e adolescentes. Um bom exemplo é o programa batizado “Segundo Tempo”, que beneficiou, até o presente momento, 1,4 milhão de jovens. Esse programa permite que, em horários em que não estejam freqüentando a escola, os jovens recebam orientação esportiva, reforço alimentar e escolar.

Em 670 municípios brasileiros, havia, em março último, 3.100 núcleos do Programa. Essa a semente que levará muitos e muitos jovens a se tornarem atletas de destaque nas próximas décadas.

Além disso, pensando em termos mais imediatos, há o patrocínio direto de Confederações esportivas e de equipes de atletas. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, está bancando, neste ano, um patrocínio de 9 milhões para a Confederação Brasileira de Atletismo.

Além disso, ainda nessa modalidade desportiva, a Caixa apóia um grupo mais restrito, de 30 atletas, que é a elite do atletismo brasileiro. Paralelamente, há um programa de aperfeiçoamento de técnicos e a busca de técnicos consagrados no exterior, que possam oferecer expertise suficiente para qualificar as próximas gerações de treinadores brasileiros.

Por fim, não se poderia deixar de lado os efeitos sociais do esporte. Um exemplo é o programa “Pintando a Cidadania”. Desenvolvido pelo Ministério dos Esportes, incentiva a contratação, por fábricas de materiais esportivos, de jovens em busca do primeiro emprego, trabalhadores com mais de 40 anos e pessoas com deficiências físicas. É geração de renda e de emprego por meio do incentivo ao esporte.

Enfim, há belas e produtivas iniciativas sendo levadas a cabo pelo Ministério dos Esportes e por seus parceiros, como a Caixa Econômica Federal. Tenho a certeza de que estão no caminho certo não apenas para produzir gerações de vencedores no esporte, mas, sobretudo, formar gerações de brasileiros vencedores na vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por estes dias o Presidente Lula assina decreto que ratifica termos do acordo celebrado entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, reduzindo para 50% a reserva legal de propriedades rurais, para fins de recomposição das áreas com deflorestamento superior ao previsto no Código Florestal.

Esse ato, Sr^{as} e Srs. Senadores, põe fim a um longo e penoso processo marcado pelo descompasso jurídico verificado entre a lei estadual que instituiu o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia e as normais federais existentes, como a Medida Provisória nº 2.166, que modificou o Código Florestal (de 1965) e o Decreto nº 4.297, de 2002, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

É preciso frisar que Rondônia, um dos Estados da Amazônia Legal, porção maior e mais rica do território brasileiro, foi o primeiro Estado a adotar o zoneamento.

Trata-se de valioso instrumento para ordenamento da ocupação territorial, planejamento das vocações econômicas e proteção dos sistemas naturais de biodiversidade frágil, necessários para uso da ciência e pesquisa.

Desde sua implantação, com custo superior a US\$20 milhões, o zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia a praticamente nada serviu, porque os sucessivos governos, ao invés de nele se inspirarem para construir políticas de desenvolvimento compatibilizadas com as vocações detectadas em cada uma das zonas traçadas por este instrumento, preferiram ignorá-lo.

Ignoraram anos de trabalho, de estudos fantásticos envolvendo a fauna, a flora, a geografia, os recursos hídricos, recursos minerais, solo etc.

Muito pior foi feito: com apoio de parte da mídia e dos que apostam na riqueza e lucro fáceis, na falta de consciência sobre o que é e para que serve a floresta, incutiram a idéia de que o zoneamento é um grande empecilho ao desenvolvimento e crescimento econômico de Rondônia.

Nunca se respeitou o que pode e o que não se pode fazer nas diversas áreas traçadas. Atividades repressivas de fiscalização também nada resolveram.

Apenas os pequenos produtores são demonizados, punidos, quando o que querem é apenas sobreviver.

Estudo recente do Imazon aponta Rondônia como o Estado da Amazônia que menos protege suas Áreas Protegidas, a maioria criada entre 1993 e 2002, durante a vigência do Planaflo, sustentado pelo Banco Mundial e Governo brasileiro.

A criação dessas áreas é uma estratégia efetiva de proteção da floresta, uma barreira para conter o desmatamento. Sem elas, possivelmente a situação de Rondônia, que apresenta 1/3 da cobertura florestal original desmatada, seria muito pior.

Em muitas destas áreas ocorreram conflitos advindos da ação fundiária anterior, transformando Rondônia num caldeirão de ações judiciais demandadas por Ongs e pelas próprias instancias do poder público que não se entendiam.

Vidas humanas foram sacrificadas, e muitos que migraram para Rondônia se desesperaram.

Pois bem, Sr^{as} e Srs Senadores, criadas no momento de se produzir a segunda aproximação do zoneamento, instrumento financiado pelo Planaflo, estas áreas têm sofrido agressões sistemáticas.

São 84 as Áreas Protegidas decretadas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas; 15 são Unidades de Conservação à proteção integral e 49 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Até 2004, segundo o Imazon, o desmatamento havia atingido 6,3% das áreas protegidas em Rondônia, enquanto a média na Amazônia é de 1,7%.

Ora, Sr^{as} e Srs Senadores, são 49 as Unidades de Conservação de Uso Sustentável! São unidades de uso direto!

Isso quer dizer que é possível a exploração e o aproveitamento econômico dos recursos naturais. Contudo, deve ser de forma planejada e regulamentada.

A verdade é que o Estado pouco ou quase nada se mexeu para tirar proveito do potencial dessas áreas, para ensinar trabalhadores a investir na natureza. Não fiscaliza a degeneração perpetrada contra nossas riquezas naturais e muito menos elabora propostas e destina investimentos para uso racional das unidades de conservação.

Vale salientar que a maioria delas – 52 – é administrada pelo Estado. Apenas 12 são de competência do Governo federal.

Falo aqui das Áreas de Proteção, Sr^{as} e Srs Senadores, para ilustrar que não apenas a vocação

agrícola está contemplada no zoneamento – zona 1, região central de Rondônia –, cerne principal da demorada negociação para compatibilizar a lei estadual com a federal, considerando que nosso Estado construiu pioneiro instrumento, tendo sofrido maciça migração anterior.

Nossos produtores rurais desmataram muito mais do que os 50% previstos no Código Florestal e estão muito longe do que dita a MP nº 2.166 – obrigatoriedade de preservação de 80% da reserva legal das propriedades situadas na Amazônia.

Feito o Acordo de Cooperação entre a União e o governo de Rondônia, em 2004, para o qual muito se empenhou nossa bancada federal, aprovaram-se mudanças na lei estadual do zoneamento, inserindo-se dispositivos para a recomposição da reserva legal no Estado.

Após longa análise pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Agricultura chega-se à etapa em que o Presidente Lula reconhecerá, por meio de decreto, a reserva legal de 50% para fins de recomposição.

Vejo com otimismo este ato. Descortina-se a possibilidade de os nossos pequenos agricultores terem acesso a novos créditos, a novas atividades advindas da tarefa de recomposição, como a produção de espécies florestais de grande valor para indústria.

Está prevista no Acordo de Cooperação a criação, pela União, de novas modalidades de crédito para recomposição da reserva legal e Áreas de Proteção Permanente e implantação, em parceria com o Estado e municípios, de um Programa de Recuperação de Reserva Legal para os produtores com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Se cada instância de poder realmente fizer a sua parte que lhe cabe no Acordo todos ganharão, especialmente nossos produtores, cansados da falta de seriedade, da falta de política agrícola definida, da falta de assistência técnica, cansados do abandono, da omissão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação – mas também com preocupação – que trago a esta Casa informações sobre o desenvolvimento no meu Estado de uma atividade

da mais alta relevância para a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento do nosso País.

Ao longo dos últimos anos, vem se expandindo no coração do Rio Grande do Sul um complexo de instalações, laboratórios e recursos humanos voltados para as ciências espaciais.

Com o indispensável apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e desta Casa foram implantados o Observatório Espacial do Sul, na cidade de São Martinho, e o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, na cidade de Santa Maria. Eu e muitos dos Srs. Senadores aprovamos emendas de comissão e emendas de Bancada que permitiram o avanço dessas atividades.

O Observatório Espacial do Sul encontra-se hoje em plena operação, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria.

Dezenas de pesquisas, teses e dissertações se desenvolvem continuamente naquele local, privilegiado pela natureza para observação e estudo de diversos fenômenos.

Sua localização no núcleo da anomalia Magnética do Atlântico Sul permite que lá se realizem observações que só são possíveis em dois outros locais na face da terra: no Pólo Sul e no Pólo Norte.

Nessas instalações, que são as mais meridionais do nosso País dedicadas às Ciências Espaciais, também se realizam as medidas de monitoramento da Camada de Ozônio, atividade essencial para a proteção da vida na face da Terra.

Muitas outras observações importantes são realizadas ali.

Dezenas de missões científicas de vários países têm vindo instalar seus equipamentos naquele local privilegiado, somando seus esforços aos dos grupos de pesquisa locais. Já estiveram na região japoneses, ucranianos, canadenses e estadunidenses, entre outros.

O Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, com seus prédios construídos, em comodato, no **campus** da Universidade Federal de Santa Maria, reúne os recursos humanos que tornaram possível esses avanços. Com 90% de suas instalações concluídas, o Centro já abriga alguns grupos de pesquisa da Universidade, carecendo de muito poucos investimentos para sua conclusão.

Numa integração perfeita entre estudantes, professores e pesquisadores, projetos, teses e dissertações vão se concretizando.

Um dos resultados mais fantásticos atingidos com este trabalho diz respeito ao despertar dos novos talentos para as Ciências Espaciais. Mais de 25% dos estudantes que concluíram seu Mestrado ou Doutorado em Geofísica Espacial no INPE, em São José dos Campos, tiveram sua iniciação científica em Santa Maria.

Na condução destes esforços tem estado o Dr. Nelson Schuch, pesquisador do INPE e incansável lutador pelo desenvolvimento das Ciências Espaciais no Rio Grande do Sul.

Até 2001 o apoio da direção do INPE e de vários dos seus pesquisadores esteve sempre presente.

Ao longo do tempo, vem crescendo continuamente o apoio ao Centro por parte dos pesquisadores, mas é importante registrar que parcela dos que comandam a pesquisa espacial neste país tem feito um boicote sistemático ao desenvolvimento das instalações de Santa Maria.

Funcionários administrativos e pesquisadores têm sido aliciados e retirados do Rio Grande do Sul. Novos concursos públicos para admissão de funcionários contemplam vários setores do INPE, mas omitem sistematicamente o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais. As instalações para Rastreamento e Controle de Satélites na região – consideradas estratégicas para o País, pois permitiriam o acompanhamento de satélites até a Patagônia – passaram a ser consideradas supérfluas. Alegou-se que as instalações Argentinas de Córdoba poderiam prestar o serviço para o Brasil. Um verdadeiro absurdo. Depois foi dito que as instalações de Cuiabá seriam suficientes. O que se viu, como já abordou a coluna da jornalista Ana Amélia Lemos, no jornal **Zero Hora**, é que um incidente com o satélite CBERS-2 deixou o Brasil sem observação própria de todos os Estados do sul do País até 2007.

Isso não teria ocorrido se as instalações de Santa Maria não tivessem sido boicotadas.

Para completar o cerco àquela unidade, a direção atual do organismo oficial responsável pela área insiste em atacar o pesquisador que lidera o processo. Iniciou um arremedo de sucessão, incentivando e explorando vaidades, para encontrar um preposto dócil que concorde com essa desmobilização. Uma atitude lamentável. Simultaneamente, ao regular a execução

orçamentária deste ano, retirou qualquer iniciativa da subunidade de Santa Maria, concentrando as decisões mais elementares em São José dos Campos, com o claro objetivo de fazer terra arrasada de tudo que foi conseguido e dos projetos em desenvolvimento.

Por todas essas razões, assinei, junto com os Senadores do meu Estado, o Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa e Lideranças locais, manifestação à Casa Civil para pôr um fim a esta discriminação.

Afinal, a Região Sul do país é a única que não dispõe de Instituto de Pesquisa do MCT, contrariando a política do próprio Presidente da República, que tem defendido a descentralização da pesquisa no País.

A Agência Espacial Brasileira, e não o INPE, é que deve fixar a política na área espacial, não havendo nenhuma superposição de atribuições com o surgimento do novo Instituto na área.

Podemos, portanto, facilmente transformar as atuais instalações na região num novo Instituto do MCT e permitir que esta atividade tenha seu curso natural.

É necessário, urgentemente, que o Presidente da República declare a intenção de instalar a nova unidade de pesquisa do MCT e entremos no processo de transição, a exemplo do que já foi feito em outras áreas para o Nordeste Brasileiro.

Não faz nenhum sentido substituir o líder dessas ações antes que esteja definido o novo *status* e consolidar as instalações de pesquisas espaciais na região.

É essa a comunicação, a denúncia e apelo que deixo registradas e trago ao conhecimento desta Casa, juntamente com um chamamento à Casa Civil da Presidência da República para que dê uma resposta ao ofício dos três Senadores da República, do Governador do Estado, do Presidente da Assembléia Legislativa e dos Prefeitos da Região para que sejam estabelecidas as condições necessárias ao desenvolvimento dessas importantes atividades para o Estado e o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)

Ata da 126ª Sessão não Deliberativa, em 4 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloisa Helena e dos Srs. Paulo Paim, Magno Malta, Sérgio Zambiasi e Leomar Quintanilha.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 193/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 266, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 195/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 279, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO

DA SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Nº 77/2006, de 31 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 334, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nº 484/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 673, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do vitorioso jóquei Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 3 de agosto de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 3 de agosto de 2006, do vitorioso jóquei brasileiro Luiz Rigoni.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jóquei e aos Governos do Rio de Janeiro e do Paraná.

Justificação

Paranaense de nascimento, Luiz Rigoni tornou-se o melhor jóquei de todos os tempos no Brasil, desde sua primeira grande vitória, há 50 anos, no Rio de Janeiro, ao disputar e vencer o GP Brasil do **Jockey** Clube Brasileiro. Êxito assemelhado Rigoni conquistou em provas disputadas no hipódromo Cidade Jardim em São Paulo. Famoso como jóquei, Rigoni serviu também, em função de seu notável êxito, de tema para o tango composto para ele e cantado por Nulo Roland, Dá-lhe Rigoni!

O Voto de Pesar que ora requeiro justifique-se: Rigoni é um dos nomes de maior relevo do cenário turístico brasileiro e internacional.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar.

O requerimento lido vai ao arquivo.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento. Em seguida, falará S. Ex^ª o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^ª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^ª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de ouvirmos o Senador Paulo Paim, transmito a V. Ex^ª, para publicação como lido, pronunciamento em que faço menção à “Carta à Nação” da Maçonaria, conclamando o povo brasileiro a uma jornada cívica de saneamento da vida pública.

Essa Carta foi aprovada na XXXV Assembléia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada no final de julho, em Foz do Iguaçu. Nela se analisa a atual situação política do País, esta crise nojenta de corrupção que vem do Executivo e que, sem dúvida alguma, desmoralizou o Legislativo, a que todos pertencemos.

Peço, portanto, que o referido documento faça parte dos Anais da Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Secretaria Geral

(*Osiris Jinguêto*) DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CARTA À NAÇÃO

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas do Brasil – reunida no período de 07 a 12 de julho de 2006, na cidade de Foz do Iguaçu – no Estado do Paraná, por ocasião da realização de sua XXXV Assembléia Geral, preocupada com o estado de perplexidade e confusão da sociedade brasileira, diante de uma seqüência interminável de escândalos que envolvem a dilapidação do patrimônio público, onde sanguessugas, mensaleiros e os mais diversos tipos de assaltantes dos cofres públicos, muitos ainda livres e soltos, e que continuam a escarnecer daqueles que são honestos, enquanto os poderes constituídos se quedam inertes, conflituosos entre si, porquanto o Executivo legisla abusivamente através de medidas provisórias, valendo-se delas o Legislativo para manter suas pautas obstruídas, com isto retardando a elaboração legislativa e edição de leis que digam com os reais interesses do Povo e da Nação, ao tempo e que o Judiciário, alegando excesso de feitos que lhe são submetidos, retarda a prestação jurisdicional em verdadeira denegação de Justiça,

CONFEDERADAS

Estados:

- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPÁ
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- ESPÍRITO SANTO
- GOIÁS
- MARANHÃO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PARAÍBA
- PARANÁ
- PERNAMBUCO
- PIAUI
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RONDÔNIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

Distrito Federal

BRASÍLIA

PROCLAMA

a imediata necessidade que se retorne ao eixo de equilíbrio entre as Estruturas da República, para que se restabeleça o bem estar do povo brasileiro. Que as eleições gerais que se avizinham sejam momento propício para realizar-se uma expressiva limpeza no quadro político nacional, restaurando-se o respeito à coisa pública, através do voto depositado em nomes capazes de ouvir e atender o clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visem exemplar punição dos responsáveis.

Registre-se que, por conta deste estado de coisas, faltam recursos para a educação, saúde e segurança pública, recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e tantos outros bens que a Nação reclama e almeja.

Finalmente, conclama o povo brasileiro para uma jornada cívica de saneamento da vida pública e a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, e aos mais altos interesses do Brasil.

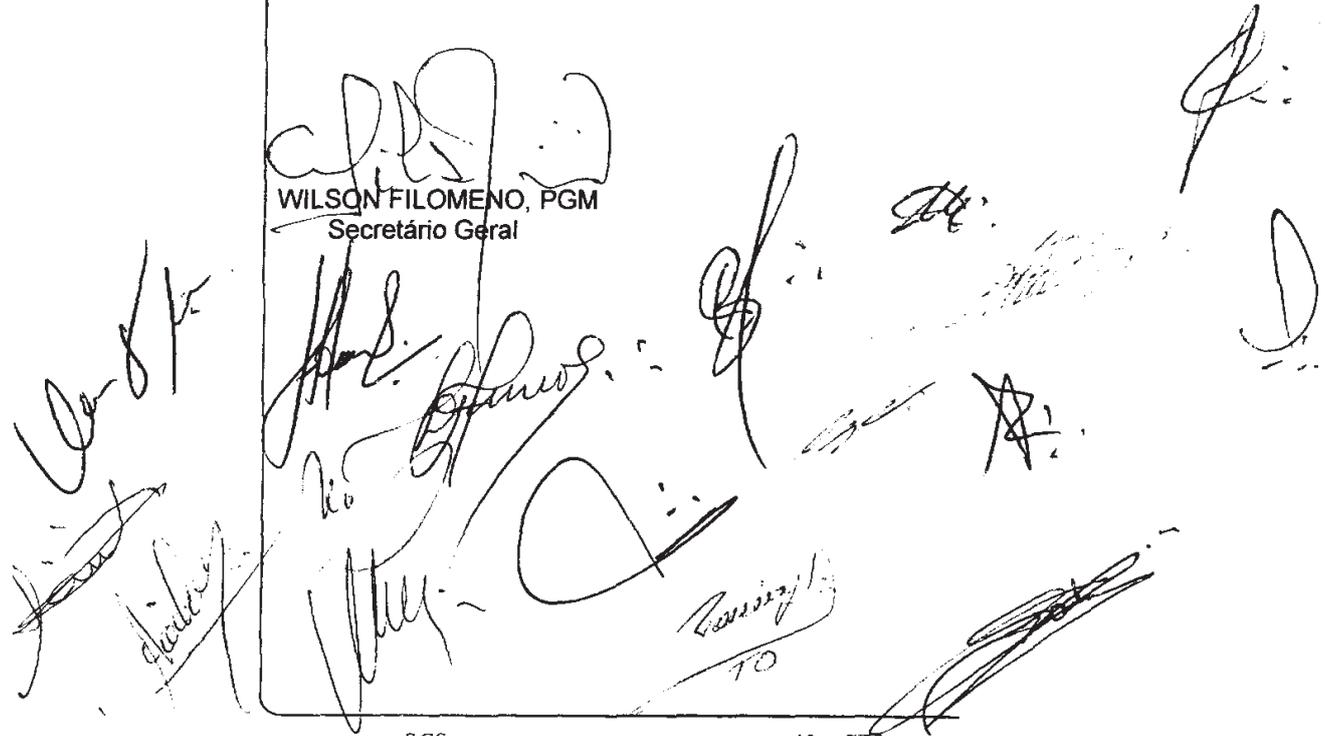
Foz do Iguaçu – PR, 12 de julho de 2006.



JOÃO CARLOS SILVEIRA
Grão-Mestre da M.:R.: Grande Loja
do Estado Paraná e Presidente
da XXXV Assembléia Geral
Ordinária da C.M.S.B.



WILSON FILOMENO, PGM
Secretário Geral



Assinam

Luis Saraiva Correia
Acre

Bernardino Serina Ferreira Filho
Amapá

Itamar Assis Santos
Bahia

Nathaniel Carneiro Neto
Ceará

João Batista Fagundes
Goiás

Jose Carlos de Muis
Mato Grosso

Antônio José dos Santos
Minas Gerais

Marcos Antônio de Araújo Leite
Paraíba

Milton Gouveia da S. Filho
Pernambuco

Waldemar Zveiter
Rio de Janeiro

Ivanildo Marinho Guedes
Alagoás

René Levy Aguiar
Amazonas

Edécides Lima de Melo
Brasília

Sergio Muniz Gianordoli
Espírito Santo

Raimundo Nonato Santos Pereira
Maranhão

Juarez Vasconcelos
Mato Grosso do Sul

Iraci da Silva Borges
Paraná

Ernani Napoleão Lima
Piauí

Luiz Guerra Fernandes
Rio Grande do Norte

Rui Silvio Stragliotto
Rio Grande do Sul

Ademir Pinheiro Viana
Roraima

Pedro Luiz Ricardo Gagliardi
São Paulo

Jair de Alcântara Paniago
Tocantins

Renato Condell
Rondônia

Ailton Edmundo Alves
Santa Catarina

Antônio Fontes Freitas
Sergipe

GOAS
PA

E

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Compartilho a importante preocupação de V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o nosso querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, sinto-me privilegiado, porque, no plenário do Senado da República, neste momento, ouvindo o meu pronunciamento, estão dois Parlamentares com os quais tenho tido aqui um convívio respeitoso, do mais alto nível, ambos candidatos: o Senador Arthur Virgílio, candidato a Governador pelo Estado do Amazonas, e a Senadora Heloísa Helena, candidata à Presidência da República. Sinto-me privilegiado por ambos estarem neste momento no plenário do Senado da República.

Sr^a Presidente, venho falar sobre um tema que envolveu muito a nossa participação. Talvez a de V. Ex^a tenha sido muito mais contundente. Primeiramente, farei da reforma da Previdência. V. Ex^a sabe o quanto dialogamos sobre esse tema, sobre as suas preocupações e as minhas. No fim, após todo aquele embate, conseguimos aprovar a PEC Paralela.

Venho à tribuna porque há uma cobrança muito grande dos policiais civis do Rio Grande do Sul em relação à não-implementação da aposentadoria especial, que, depois daquela peleia toda, foi consagrada, por unanimidade, na PEC Paralela e que, infelizmente, não está sendo cumprida no meu Estado. Por isso, Sr^a Presidente, farei este pronunciamento em razão do debate que tive com os policiais civis de todos os setores que trabalham na segurança pública no Rio Grande do Sul.

Sr^a Presidente, a maioria dos governos estaduais já implantou a aposentadoria especial para as Polícias Civis, garantindo, assim, o cumprimento da regra prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85, ou seja, com proventos integrais após trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos, vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

Infelizmente, o Estado do Rio Grande do Sul está em dívida com esse tão importante segmento da sociedade. Falamos muito em segurança. É claro que é importante investir em segurança, mas é importante também investir nos profissionais que atuam na área.

Os policiais civis estão em permanente vigília para garantir a conquista da aposentadoria especial, consagrada, reafirmo, na PEC Paralela. Já houve várias tentativas das entidades de classe para obter, junto ao governo gaúcho, o reconhecimento desse direito.

Não procede a argumentação de alguns de que faltaria a regulamentação de um artigo específico da PEC Paralela da Previdência e que, por isso, não estariam aplicando a aposentadoria especial à Polícia Civil do meu Estado.

Sr^a Presidente, estranho, inclusive, que a Procuradoria-Geral do Estado, que havia lavrado seu parecer com base em decisão do Tribunal de Contas, não queira mudar sua posição mesmo diante do reconhecimento do mesmo Tribunal de Contas de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 está plenamente em consonância com a PEC Paralela e que, conseqüentemente, como os outros Estados fizeram, estão garantindo a aposentadoria especial para os policiais civis.

Recentemente, estive, no Rio Grande do Sul, em uma reunião ampla com quase uma centena de policiais civis, liderança dos policiais, que disseram que existe uma resistência por parte do Governo do Estado. De acordo com esses policiais, parece que não há vontade política de reparar essa injustiça.

Do ponto de vista da legalidade, não há o que questionar, já que o órgão estatal que detém a competência para se posicionar, o Tribunal de Contas, se mostrou favorável ao pleito dos policiais civis. A própria Brigada Militar do Rio Grande do Sul – agradeço à Associação de Cabos e Soldados pela homenagem que me fez há duas semanas – já conquistou esse direito. No Rio Grande do Sul, a aposentadoria especial é assegurada, da mesma forma, à Brigada Militar, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Ferroviária Federal. Vale lembrar que ela também é assegurada aos policiais civis da maioria dos Estados brasileiros.

Como existe esse impasse, os servidores policiais civis gaúchos estão desesperados, porque todos sabem que a profissão é de alto risco e que não podem programar suas vidas, já que não fica definida a questão da aposentadoria. Muitos que estavam afastados tiveram de voltar, de forma muito confusa, para seus postos de trabalho, porque foram chamados por decisão do setor da segurança do Estado.

Sr^a Presidente, não quero fazer deste meu pronunciamento uma disputa eleitoral, porque tudo o que falamos hoje é entendido como se estivéssemos contra alguém. Não estou contra ninguém. Cada um tem seus candidatos, mas estou a favor da causa dos policiais civis. Sei que V. Ex^a concorda com essa tese, porque V. Ex^a, com sua firmeza, colaborou muito para surgir pelo menos a PEC paralela, porque V. Ex^a sabe dos prejuízos que aquela reforma trouxe ao conjunto dos trabalhadores do nosso País.

Pois bem, se os outros Estados todos ou se pelo menos a ampla maioria seguiu a recomendação,

a orientação dada pelo escopo legal da legislação, não há porque o Governo não o fazer. Nesse sentido, como entendo que há possibilidade de diálogo, daqui da tribuna do Senado estou informando à categoria – sei que estão assistindo este pronunciamento, pois disseram que iriam assisti-lo – que solicitei audiência com o Governador Germano Rigotto. Vamos lá com as lideranças, creio eu, da maioria dos partidos do Estado e com as lideranças do setor correspondente da Polícia Civil, para levar os argumentos necessários, já que participamos aqui ativamente da elaboração da PEC paralela. Solicitaremos que o Governador possa exigir que os setores correspondentes do Governo do Estado passem a aceitar a aposentadoria especial dos policiais civis do nosso Estado.

Como entendo que isso é fundamental, vou insistir muito, durante esse período que estarei no Estado, para que possamos estabelecer uma conversa com o Governador e com o Secretário de Segurança no sentido de que a aposentadoria especial seja efetivamente garantida aos policiais civis. Repito: todos os outros setores da segurança estão já podendo se aposentar pelo princípio da aposentadoria especial. Não há lógica que somente a Polícia Civil seja discriminada.

Eu que falo tanto aqui contra as discriminações – não só eu como também V. Ex^a, naturalmente – não admito nenhum tipo de discriminação contra homem, mulher, negro, homossexual, criança, idoso nem contra o nosso assalariado. No caso, todos nós sabemos, repito, que se trata de uma profissão de alto risco, em que se corre risco de morte quase diariamente. Não teria sentido somente esse setor da segurança pública não ter direito à aposentadoria especial.

Espero que esta nossa fala sensibilize o Governo do Estado. Mais uma vez, reafirmo que nossa disposição é dialogar para assegurar um direito e não para ser contra alguém.

Senadora Heloísa Helena, quero também dizer da minha alegria pelo debate que tivemos, ontem, no Senado Federal, e que começou às 10 horas da manhã e terminou às 18 horas e 30 minutos. Discutimos as políticas afirmativas, as terras dos quilombolas, as cotas, o Estatuto e o PL nº 73, de autoria da Deputada Nice Lobão, que está em debate na Câmara e que garante que 50% das vagas nas universidades federais devam ser destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas.

Estou tão aberto a esse debate – sei bem a sua posição – que digo o seguinte: já que existe o Estatuto e existe esse PL, por que não fundimos tudo numa única proposta?

Dessa forma, efetivamente, contemplaríamos todos, porque ninguém, em sã consciência, pode negar

que existe discriminação contra o negro ou contra o índio ou contra o pobre. Não há por que não caminharmos, e, diante dessa proposta que apresentei, nesse encontro em que uns eram contra, outros a favor, senti que há sintonia por parte de todos os setores de fazermos uma fusão entre aquilo que está no Estatuto e o que está no PL nº 73, para que, efetivamente, a universidade federal contemple, principalmente, eu diria, os alunos de escolas públicas, onde estudam os negros e brancos também pobres.

Pela sua posição, sobre a qual, naturalmente, já me falou há muito tempo, V. Ex^a entende que, efetivamente, os pobres devam estar contemplados. Como, naturalmente, entre os pobres, a maioria são negros, conseqüentemente temos de fazer essa diferença de forma muito equilibrada, para que se construa o consenso de que brancos e negros pobres, na devida proporção, possam, efetivamente, ocupar esses 50% de vagas na universidade federal.

Senadora Heloísa Helena, sempre digo que, no meu Estado, é comum as famílias praticamente trabalharem de dia para que um dos filhos seja escolhido para estar na escola particular à noite, porque não conseguem pagar para todos. Na minha própria família, vou dar um exemplo típico, mas simples, somos 10 irmãos, e o caçula – nós o escolhemos – é médico psiquiatra e, graças a Deus, está fazendo um bellissimo trabalho. Mas só ele. Tivemos de fazer todo o esforço, cada um dava um pouquinho por mês, e ele chegou lá. É claro que eu não queria que isso continuasse acontecendo no País.

Eu queria, efetivamente, que todos os alunos que viessem do ensino público tivessem acesso à universidade federal, princípio que V. Ex^a também defende.

Senadora Heloísa Helena, com sua tolerância, deixo registrada nos Anais da Casa uma cópia do primeiro pronunciamento que fiz quando cheguei ao Congresso Nacional, há 20 anos. Não vou lê-lo, apenas vou dizer o seguinte: há 20 anos, eu vinha de Canoas, Rio Grande do Sul, e o primeiro discurso que fiz – está nos Anais da Câmara dos Deputados – defendia o fim do voto secreto.

Essa coerência que norteia nossa vida – tomo a liberdade de dizer nossa vida – faz com que hoje, quando se fala tanto em acabar com o voto secreto, eu diga que muitos já defendiam isso há décadas.

Fiz esse pronunciamento no dia em que tomei posse como Deputado Federal, pela primeira vez, há vinte anos. É um pronunciamento firme, pois eu não entendia – eu que vinha das ruas, das fábricas, do movimento sindical – como é que alguém, nesta Casa, pode votar secretamente. Continuo com essa posição, como sou contra a reeleição – todos sabem.

Sou contra o instituto da reeleição, e acho que, felizmente, o Senado avançou quando votou a emenda do Senador Sibá Machado, com relatório do Senador Tasso Jereissati.

Sempre fui e continuo sendo contra o voto secreto em todas as votações. Vou dar um exemplo típico: o veto. Está-se levantando a possibilidade de apreciarmos o veto dos 16,7% para o aposentado e pensionista. Ora, se esse veto fosse votado de forma aberta, eu não teria dúvida alguma de que se repetiria a votação: unanimidade pela derrubada do veto, garantindo o benefício para os aposentados. Mas, como o voto é secreto, tenho as minhas dúvidas.

Em todos os momentos, cassação, não cassação, em todos as votações, Senador e Deputado, o voto deveria ser sempre aberto, inclusive para se escolher Embaixador. Qual é o problema? Sempre defendi que, no Parlamento, não deveria haver voto secreto. Encaminhei, inclusive, emenda constitucional nesse sentido à época, já que fui Deputado Federal Constituinte.

Senadora Heloísa Helena, tratando de um terceiro assunto, quero ser porta-voz, na tribuna do Senado, de um documento que me foi apresentado pela maioria da sociedade gaúcha. Diz o documento, Senadora:

“Diversas entidades da sociedade civil organizada criaram, no Rio Grande do Sul, o Movimento em Defesa da Saúde pela Destinação Integral da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira, CPMF, para a Saúde e pela Aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que define a aplicação orçamentária mínima”.

O argumento que se usou quando da criação da CPMF foi que sua verba seria destinada à saúde, mas, infelizmente, sabemos que isso não acontece hoje.

Integram esse movimento, exigindo que a CPMF seja efetivamente destinada à saúde, as seguintes entidades: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul; Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa; Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional RS; União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública e União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Conforme os organizadores do Movimento em Defesa da Saúde, atualmente apenas 42,04% de todo valor arrecadado com a CPMF vai para a Saúde. Ou seja, cerca de 60% não vai para a Saúde como deveria ir. Eles estimam que, em 2006, a utilização da contri-

buição em outras áreas causará uma perda de R\$ 3,4 bilhões, o que equivale a quase 10% de tudo aquilo que, efetivamente, deveria ser destinado à Saúde.

É crescente o número de demandas levadas ao Judiciário postulando atendimento médico e hospitalar (internamento, fornecimento de medicamentos etc).

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) encampou a causa, no início deste ano, motivada pela grande demanda de ações que chega diariamente ao Judiciário gaúcho. O pano de fundo é sempre o mesmo: o direito à saúde garantido pela Constituição Federal, mas que o cidadão não tem ao alcance de suas mãos, ou seja, não consegue usufruir desse direito.

Os números. De acordo com dados apresentados pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), se a CPMF fosse destinada integralmente para a Saúde, o orçamento de R\$ 32 bilhões, previsto para 2006, daria um salto para cerca de R\$ 66 bilhões, representando um incremento de 107%. Atualmente investem-se R\$263,00 por habitante ao ano, mas o valor poderia chegar a mais de R\$400,00.

Sr^a Presidente, todos nós sabemos da situação em que se encontra a saúde pública no Brasil. Basta abrir os jornais, escutarmos rádio, assistirmos a televisão para constatar que existem imensas filas de brasileiros à procura de um atendimento decente. Essa situação não é de agora. Infelizmente, vem acontecendo há décadas.

Portanto, quero dizer aqui desta tribuna que vejo com satisfação o Movimento em Defesa da Saúde. Ele está tendo um papel fundamental de esclarecimento, vem aumentando o número de pessoas conscientes de seu direito à saúde gratuita – inclusive porque os recursos existem, os provenientes da CPMF. Acredito e acho importante que os outros Estados da Federação sigam o exemplo do meu Estado e façam também a mesma reivindicação, juntando forças nessa verdadeira cruzada a nível nacional a favor de que a CPMF, que não foi aplicada no passado nem é no presente, passe no futuro a ser aplicada na íntegra.

Sr^a Presidente, peço respeitosamente que o manifesto “CPMF 100% Saúde e Regulamentação da Emenda 29 Já”, assinado pelo Movimento Em Defesa da Saúde e por todos aqueles que aqui já listei seja registrado nos Anais da Casa e divulgado por seu órgãos de imprensa.

Para finalizar, aproveito o assunto que me traz a esta tribuna para também dizer que é inadmissível que os planos de saúde sejam reajustados com percentual superior ao concedido a título de aumento dos vencimentos dos aposentados e pensionistas. Entendo que os idosos não podem ser mais sacrificados.

O Estatuto do Idoso é uma realidade que precisa ser respeitada. A propósito, é com alegria que ressalto que apresentei o projeto original que se transformou em lei após ser aprovado por unanimidade pela Câmara e pelo Senado. Ele está aí e tem de ser cumprido, e ele não admite esse tipo de reajuste absurdo. Não se pode permitir que um plano de saúde seja reajustado em até 16% – houve casos de aumento por percentuais maiores – e que o aposentado receba somente 5%.

Senadora Heloísa Helena que preside a sessão, como apenas comentei os assuntos que trataria detalhadamente nos três pronunciamentos que pretendia apresentar, solicito a V. Ex^a que eles sejam publicados na íntegra.

Agradeço a tolerância desta Presidência.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maioria dos governos estaduais já implantou a aposentadoria especial para os policiais civis, garantindo assim, o cumprimento da regra prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85, ou seja, com proventos integrais, após trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

Infelizmente o estado do Rio Grande do Sul está em dívida com este tão importante segmento da sociedade. Os policiais civis estão em permanente vigília para garantir a conquista da aposentadoria especial. Já foram várias tentativas das entidades de classe em obter junto ao governo gaúcho o reconhecimento deste direito.

Não procede a argumentação de alguns de que faltaria a regulamentação de artigo específico da PEC Paralela da Previdência, por isso não é aplicada a aposentadoria especial no estado.

Eu estranho que a Procuradoria-Geral do Estado que havia lavrado seu parecer com base em decisão do Tribunal de Contas, não queira mudar o seu posicionamento, mesmo diante do reconhecimento do Tribunal de Contas de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 está plenamente eficaz.

Recentemente eu estive no Rio Grande do Sul e os policiais civis me disseram que existe um endurecimento do governo do Estado e segundo esses próprios policiais não há vontade política do governo de reparar essa injustiça.

Pois do ponto de vista da legalidade não há o que questionar, já que o órgão estatal que detém a competência para se posicionar, se mostrou favorável ao pleito dos policiais civis. A própria Brigada Militar

do Rio Grande do Sul já conquistou esse direito, e da mesma forma a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, e Policiais Civis da maioria dos estados brasileiros.

Como existe um impasse, os servidores policiais civis gaúchos estão praticamente órfãos, sem qualquer perspectiva de poder programar suas vidas, eis que muitos, mesmo depois de já aposentados, ainda tiveram que retornar ao exercício da atividade policial.

Sr. Presidente, Eu faço aqui desta tribuna um apelo ao governador Germano Rigotto para que olhe com carinho os policiais civis do Estado. Com toda certeza é uma categoria que merece todo nosso respeito.

Todos os direitos da cidadania aos policiais civis gaúchos!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando o fato de que nos últimos dias tem se falado muito sobre voto secreto, gostaria de recordar aqui o meu primeiro pronunciamento como deputado federal Constituinte e que foi justamente sobre esse tema. No dia 22 de fevereiro de 1987 eu subi a tribuna da Câmara para pedir o fim do voto secreto.

Peço licença, Sr. Presidente, para ler alguns trechos da minha primeira intervenção no Parlamento brasileiro.

“Venho hoje, pela primeira vez, usar a tribuna desta Casa como Constituinte, como vice-presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores e como operário metalúrgico, na defesa de um ponto muito importante e que deve constar do Regimento Interno: que esta Casa, em nenhum momento, use o voto secreto.

Vi e ouvi, ao longo da semana em que aqui estive, Senadores e Deputados constituintes, que em palanques defendiam a não-participação, nesta Assembléia, dos Senadores eleitos em 1982, aqui votarem a favor, tão-somente porque o voto não fora secreto.

Tenho a leve sensação de que aqui estou participando de um grande espetáculo, em cuja peça escrita com muita antecipação, somos meros coadjuvantes, a representar modesto papel.

Faço um apelo a todos os Constituintes, para que em hipótese alguma seja aprovada a realização de votação secreta e de sessões secretas. Do contrário, estaríamos como a avestruz, que enfia a cabeça no buraco e deixa o corpo do lado de fora. Seria um absurdo não termos coragem de assumir publicamente nossas posições.

Na verdade, se isso acontecesse, estaríamos virando as costas para o povo e proibindo, de fato, a participação popular na Constituinte. Senhores, voto

secreto faz lembrar golpe militar, preparado nos porões; secreto lembra dívida externa; secreto lembra contas nos bancos suíços; secreto lembra os trabalhadores torturados e os companheiros trabalhadores do campo e da cidade assassinados ao longo da ditadura; secreto lembra as inúmeras formas que recebemos – e não só eu – de ameaças e de atentados”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diversas entidades da sociedade civil organizada criaram no Rio Grande do Sul o Movimento Em Defesa da Saúde pela destinação integral da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) para a Saúde e pela aprovação da Emenda Constitucional 29, que define a aplicação orçamentária mínima das três esferas de governo em saúde: União, 10%; Estados, 12%; e municípios, 15%.

Integram o movimento as seguintes entidades: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul; Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul; Conselho Estadual de Saúde; Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre; Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa; Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional RS; União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública e União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Conforme os organizadores do Movimento Em Defesa da Saúde, atualmente, apenas 42,04% de todo valor arrecadado com a CPMF vai para saúde. Eles estimam que em 2006, a utilização da contribuição em outras áreas causará uma perda de R\$3,4 bilhões, o que equivale a quase 10% de tudo que é destinado à saúde.

É crescente o número de demandas levadas ao Judiciário postulando atendimento médico e hospitalar (internamento, fornecimento de medicamentos etc).

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) encampou a causa no início deste ano motivada pela grande demanda de ações que chega diariamente ao Judiciário gaúcho. O pano de fundo é sempre o mesmo: o direito à saúde garantido pela Constituição Federal, mas que o cidadão muitas vezes só consegue usufruir via judicial.

Os números – de acordo com dados apresentados pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), se a CPMF fosse destinada integralmente para a Saúde, o orçamento de R\$32 bilhões previstos

para 2006 daria um salto para cerca de R\$66 bilhões, representando um incremento de 107%. Atualmente investe-se R\$263,00 por habitante ao ano, mas o valor poderia chegar a R\$400,12.

Sr. Presidente, todos nós sabemos da situação em que se encontra a saúde pública no Brasil. Basta abrirmos os jornais, escutarmos rádio, assistirmos televisão para constatar que existem imensas filas, que cidadãos não são atendidos e que pessoas morrem justamente por falta de atendimento. Essa situação não é de agora. Infelizmente, vem de muitos anos.

Portanto, quero dizer aqui desta tribuna que vejo com satisfação o Movimento Em Defesa da Saúde. Ele está tendo um papel fundamental de conscientização e de esclarecimento. Acredito e acho importante que os outros Estados da Federação sigam o exemplo do meu Estado e também façam a mesma reivindicação, que é legítima e justa.

Sr. Presidente, peço respeitosamente que o manifesto – CPMF 100% Saúde e Regulamentação da Emenda 29 Já – assinado pelo Movimento Em Defesa da Saúde e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, seja registrado aqui nesta casa.

Mas, Sr. Presidente, para finalizar e aproveitando o assunto que me trás a esta tribuna, gostaria de falar sobre planos de saúde. É inadmissível que os planos de saúde sejam reajustados com percentual superior ao aumento dos vencimentos dos aposentados e pensionistas. Entendo que os idosos não podem ser mais sacrificados. A lei do Estatuto do Idoso é uma realidade, mas que precisa ser respeitada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Já que V. Ex^a se referiu à sua cidade, Canoas, quero aproveitar a oportunidade para mandar um beijo muito especial para toda a comunidade de Mathias Velho, que me recebeu lá com muito carinho, aos meninos do *rap*, que cantaram “As lágrimas de sangue da periferia”, e abraçar também V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento – V. Ex^a que, ontem, vivenciou a crise da aviação brasileira na madrugada do aeroporto de São Paulo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exatamente, Senadora. Se foi um prazer viajar ao seu lado no retorno de São Paulo por uma coincidência muito feliz do destino, por outro lado, presenciamos e sentimos na pele o drama dos usuários de transporte aéreo no País, que vêm sofrendo com a crise da Varig

e por causa de uma certa desorganização e incompetência que se percebe na Infraero, que pensa que bastam obras, das quais, aliás, desconfio. Na verdade, vimos que a Infraero e a Anac têm muito mais a fazer para regular e disciplinarem o serviço de transporte aéreo. Para nós, foi uma tortura, estávamos num avião, depois fomos passados para outro.

A verdade é que a TAM e a Gol hoje em dia monopolizam o sistema e fazem o que querem, literalmente o que querem.

Ontem, a propósito, comentávamos como o povo brasileiro é doce e dócil. Fugindo à regra, conheço um cidadão amazonense que não perde tempo: entra com uma ação e ganha R\$5 mil, R\$8 mil, rapidamente, quando acontece um transtorno desse na vida dele e que, por ano, faz uma espécie de salário de R\$30 mil com esses episódios todos.

Sr^a Presidente, abordarei hoje alguns assuntos. Terminarei pela minha terra e iniciarei por algo que aconteceu na CPMI dos Sanguessugas e pelo que ocorreu na sessão de ontem do Senado.

Tenho grande respeito por esse grande quadro da política brasileira que é o Senador Paulo Paim, assim como tenho respeito por numerosas pessoas que figuram entre os militantes, entre os parlamentares e governantes, em nível estadual e municipal, do Partido dos Trabalhadores, mas não consigo mais ter o mesmo respeito pelo partido como instituição, em função do que vejo. Não consigo.

Por exemplo, uma acusação não é respondida pelo PT com uma resposta em si mesma, com o desbaratamento da peça acusatória. A acusação é sempre respondida com um *“eles também fizeram”* ou *“a culpa não é só nossa, eles também são culpados”*. Enfim, algo que corresponde a uma assunção de culpa, corresponde a uma leviandade extrema, e a casa termina caindo.

Ontem, por exemplo – apesar de não gostar dessa história de falar na ausência, farei o registro –, a Líder do PT, depois de criticar o Senador Bornhausen, que se defendeu muito bem aliás, fez menção a uma matéria do jornalista Fernando Rodrigues que mostra o ex-Ministro da Saúde José Serra entregando ambulâncias ao lado de parlamentares que eram da Base anterior e que, depois, se revelaram *sanguessugas* no Governo que aí está. Esse é o fato.

O jornalista Fernando Rodrigues é uma figura de minhas relações pessoais, que estimo, mas, sinceramente, não vi nada demais. Qual o problema de o Ministro da Saúde entregar ambulâncias? O problema seria o Ministro da Saúde fazer a viagem espacial com aquele Marcos Pontes. Não vejo nada demais em o Ministro Serra ter entregue ambulâncias, ter entregue

hospitais, ter entregues *kits* de combate à malária, à dengue ou o que mais seja, esse era o papel dele.

Muito bem. Chega a Líder – isto é pequeno, é mesquinho, é desonesto, ela, que já foi aqui acusada, que foi tratada com toda paciência por nós – e tenta comparar a figura honrada e digna que é José Serra com esses dois suspeitos sim, que são o Ministro Saraiva Felipe e o Ministro Humberto Costa. Por que suspeitos?

E por que suspeitos? Porque o tal Sr. Vedoin diz que eles são suspeitos. Ele é que diz que tinha intermediação e acusa frontalmente o Sr. Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde do PT.

Naquela ocasião, o Relator da CPI, Amir Lando – diz o jornalista Ugo Braga, do jornal **Correio Brasileiro** – referindo-se ao Governo passado, perguntou ao empresário se alguém do Ministério da Saúde já entrava no esquema das ambulâncias. E Darci Vedoin respondeu: “Não”. Ele diz que esse esquema prosperou neste Governo. Ele acusa um governador do PT, o Governador do Piauí. Ele acusa o candidato do PT ao Governo do Ceará, o Sr. José Aírton Cirilo. Ali já teve gente com dólar na cueca, prática que virou moda. Outro dia apareceu um cidadão, este um bandido comum e não bandido da política, com diamantes na cueca. E eu que sempre pensei que cueca era para esconder outras coisas.

Uma crise em que percebemos claramente que houve a cumplicidade do Executivo e teve, aí sim, pluripartidariamente, sem que praticamente tenha escapado nenhum partido, o espriamento disso no Congresso, a ponto de eu poder dizer que este é o governo mais desmoralizado da história da República e este é o Congresso mais desmoralizado da história parlamentar brasileira. Não tenho nenhuma dúvida em fazer essa afirmação, a ponto de estar propondo à minha Bancada que não votemos Orçamento algum, não votemos mais nada relacionado à peça orçamentária, porque este Congresso não tem moral para votar o Orçamento, uma vez que a crise está se dando, inclusive, no Orçamento. Votemos isso quando o novo Presidente estiver empossado, quando o novo Congresso estiver empossado. Se o povo quiser reeleger os tais sanguessugas, os vampiros, os mensaleiros, o que o povo quiser o povo elege. Isso não é problema meu, é problema do povo!

Mas eu não me disponho, antes de dar chance ao povo de decidir se elege ou não os seus mensaleiros, a permitir, a deixar aprovar Orçamento algum aqui, mas deixar tudo para o outro ano. E que um Congresso, de preferência limpo, com um Governo, de preferência limpo, elaborem e votem a peça orçamentária com isenção.

Sr. Presidente, não sou leviano de jeito algum, mas veja a que ponto é punida a leviandade do PT.

O *site* do cientista político Reinaldo Azevedo se refere ao *Painel* da **Folha de S. Paulo**, em que a jornalista Renata Lo Prete, que coordena a coluna, diz:

Virou comédia a ação da tropa de choque mobilizada pelo PT para acompanhar o depoimento de Luiz Antonio Vedoin. Os Deputados Eduardo Valverde, de Rondônia, e Fernando Ferro, de Pernambuco, pouco vistos na CPI dos Sanguessugas, juntaram-se ontem ao Senador Sibá Machado, do Acre, na tentativa de extrair do chefe da máfia acusações ao Governo anterior.

Interrompo, Sr. Presidente, até então estava lendo a matéria da Renata Lo Prete. Interrompo! Veja, foram lá para buscar a verdade? Não! Foram lá para buscar uma acusação ao Governo passado. Não foram buscar, Sr^{as} e Srs. Senadores, verdade alguma. Foram lá para tentar dizer: “Olha, se tem corrupção neste Governo, teve no outro também!” Algo mesquinho, pequeno, desonesto, indigno de uma vida pública que pretendemos diferente para o País.

Volto à jornalista Renata Lo Prete e ao *Painel* da **Folha de S. Paulo**:

Não deu certo. Valverde perguntou quatro vezes sobre eventual envolvimento de José Serra. [Quatro vezes!] O depoente negou e disse que o esquema prosperou no atual Governo.

Então, o Sr. Vedoin diz que não teve nada a ver com o Governo passado, muito menos com José Serra, que o esquema é deste Governo, prosperou neste Governo.

Diz assim: “Antes, ninguém vendia facilidades”, o que é uma declaração muito forte em favor da lisura com que se havia o Ministério da Saúde passado. Sibá Machado tentou isentar a minha querida amiga e colega Serys Silhessarenko. A nota diz: “Sibá tentou isentar a colega Serys Silhessarenko, de Mato Grosso, culpando seu genro”. E Vedoin responde, com ironia: “Então ela deveria trocar de genro, porque fazia as emendas e ele ficava com o dinheiro”.

Ou seja, aqui já dei todo o benefício da dúvida tanto à Senadora Ideli, quando foi acusada, quanto à Senadora Serys. Acho que as pessoas merecem o benefício da dúvida. Não posso conviver com a leviandade.

E aqui, muito bem, um tiro no pé, verdadeiro. Vedoin diz que José Airton Cirilo negociou com o Governo do Piauí por não ter acesso ao do Ceará. Vedoin disse que Cirilo conseguiu corrupção por intermédio do Governo do Piauí; por acaso, dirigido por quem? Por um petista. Não conseguiu acesso ao do Ceará; por acaso, dirigido por quem? Por um tucano.

Há acusações ao Senador Suassuna. Enfim... O Deputado Valverde tentou enaltecer o trabalho da CGU na descoberta do escândalo. Então, outro tiro n'água. Vedoin diz que foi descoberto porque um desafeto o denunciou à Receita. Então não teve nada com CGU, com aquela triste figura do Sr. Jorge Hage, aquela figura grotesca do Sr. Jorge Hage.

Mas há uma coisa terrível, Sr. Presidente, e aí quero encerrar a primeira etapa do meu pronunciamento. Nessa história de tentarem inventar danos e problemas para o Governo passado, numa jogada eleitoreira e de quinta categoria, numa jogada, como se dizia na gíria do meu tempo de jovem, *zurrapa*, baixo nível, baixo calão, terminaram ouvindo algo assim terrível. O Senador Eduardo Suplicy é isentado, o Senador Romeu Tuma é isentado por Vedoin, e fica uma insinuação contra o meu querido amigo Aloizio Mercadante, que é candidato contra o Serra. Ou seja, se o interesse era prejudicar o Serra eleitoralmente, terminaram ouvindo que o Mercadante liberava recursos para o tal esquema.

E quero dizer que não acredito nisso. Quero dizer que tenho o Mercadante na conta de um dos homens mais dignos deste País, do ponto de vista público, uma pessoa de espírito público! Convivo com Mercadante há 20 anos, mais intimamente há 10 anos. E convivo diariamente com ele no Senado, inclusive nos embates de Plenário, há três anos e meio. Nunca vi em Mercadante nada que não fosse espírito público, nunca vi! Agora, Sr. Presidente, eu consigo dizer isso, eu consigo dizer que, se Mercadante liberou recursos extra-orçamentários, foi pensando nas ambulâncias, foi pensando, realmente, em atender à saúde do povo brasileiro. Eu consigo dizer isso! E ele é candidato, ele pode até pegar isso aqui e colocar no horário eleitoral se ele quiser, se ele não for o homem decente que imagino que seja.

Agora, essas pessoas do PT não conseguem ter essa dignidade básica da qual não me afasto! Consigo dizer que não acredito no envolvimento de Mercadante para nada. Apesar de Vedoin ter dito que sim ou que talvez, eu consigo dizer isso. Os petistas não conseguem, pura e simplesmente, defender-se da acusação que sofrem. Indignamente tentam “enfiar” uma pessoa que nada tem a ver com a história, pura e simplesmente porque está dando uma “surra” eleitoral no PT no seu Estado. Meu Deus do céu! Esse Partido vai pedir falência moral! Tem de ter. Assim como há o inadimplente pessoa física, aquele cidadão que arranja vinte mulheres e que depois não pode pagar pensão quando se separa delas, e a Justiça civil diz que ele é inadimplente civil, assim como tem a empresa que vai

à falência, existe a falência moral! Um Partido assim acaba indo à falência moral.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, vou mudar de assunto e cuidar um pouco do meu Estado. Para lá já viajo, mas não poderia deixar de fazer essa observação.

Sr. Presidente, no sul do Amazonas, famílias dedicadas à agricultura familiar vivem momentos de inquietação, temendo o pior, que seria a obrigatoriedade de deixar as áreas que exploram há anos.

Naquela região, mais precisamente no entorno da BR – 319, serão criadas, pelo Ministério do Meio Ambiente, diversas unidades de conservação, e é isso que apavora esses pequenos agricultores do meu Estado.

Se eles tiverem de sair dali será uma lástima, uma tragédia, que, no entanto, pode ser evitada com a simples alteração dos limites propostos no projeto do Ministério do Meio Ambiente. Basta remarcar o início dessas unidades para uma distância de 30 quilômetros além da margem esquerda do rio Mucuí (ou Mucurim), desde a sua nascente até os limites do rio Inacorrã.

Acredito no bom senso da Ministra Marina Silva que será sensível, certamente, aos apelos dessas famílias de agricultores do Amazonas.

Ali, onde se estabeleceram, eles formam a Associação Agrosilvopastoril Vale do Mira-Flor, localizada na região sul de Canutama. Ocupam 81 lotes de 550 hectares cada. São 81 famílias formando um contingente de 420 pessoas. Todas se dedicam à agricultura familiar e à exploração de produtos naturais e ao replantio, sem causar qualquer tipo de devastação florestal.

O pedido formal dos pequenos agricultores do sul do Amazonas já está no Ministério do Meio Ambiente. Endosso a solicitação com o meu apelo pessoal à ilustre Ministra Marina Silva. Eles não pedem muito, apenas bom senso, o que, tradicionalmente, não falta à Ministra.

Estive outro dia numa audiência pública, Sr. Presidente, com os Deputados Estaduais do meu Estado: Lino Chixaro, do PPS, e Luiz Castro, também do PPS. Estivemos lá e vimos a angústia dos produtores rurais do sul do Amazonas, da região em torno de Canutama. É algo grave; há uma confusão que o Governo tende a fazer entre grileiro, que especula com a terra, que quer fazer dinheiro às custas da floresta, e poceiro, que quer o título que o Governo lhe deve, que estão lá há anos, que procuram e merecem os meios para sobreviver.

V. Ex^a acompanha e sabe como eu tenho ajudado a Ministra Marina Silva a tocar seus projetos aqui; por isso me sinto com bastante autoridade para pedir que

dê prazo, que não venha com projetos prontos, que ouça os seres humanos que moram na minha região para, ao final, chegar a uma conclusão que seja boa para a preservação necessária da floresta amazônica, sem deixar de levar em conta algo importante que, para mim, é esta ecologia humana: o emprego, o direito ao trabalho, o direito à vida, o direito à sobrevivência de tantas pessoas que são importantes agentes econômicos do sul do meu Estado.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, tenho aqui outra comunicação a fazer que chega a ser tragicômico, porque, na verdade, possui as duas facetas: a da tragédia e a da comédia. Em meados de maio, as águas do rio Amazonas haviam subido muito, causando séria inundação em Municípios localizados no seu curso baixo, entre os quais: Parintins, Itacoatiara, Borba, Barreirinha, Novo Aripuanã. Era uma das vinte maiores enchentes já registradas. Em Parintins, o nível das águas ultrapassava em 12 centímetros a cota de alerta, que é de 8,35 metros.

A verdade é que jacarés e cobras chegavam a áreas residenciais, numa situação dramática. Em Itacoatiara, mais de 500 pessoas haviam sido duramente atingidas. Segundo a Defesa Civil do Município, havia necessidade urgente de ajuda do Governo Federal. Depois de ler o noticiário e obter informações diretamente das áreas afetadas, preocupei-me bastante e, imediatamente, no dia 16 de maio, protocolei, junto à Mesa desta Casa, requerimento de informações endereçado ao Ministro da Integração Nacional: eu queria saber que providências o Governo Federal estaria por ventura tomando. Quase um mês depois, ainda sem resposta, protocolei outro requerimento a respeito de Municípios que não constavam da lista anterior.

Acabo de receber as respostas para os dois requerimentos – e peço a atenção de V. Ex^a porque chega a ser cômico –, ambas datadas de 21 de julho, quando o nível das águas já estava há muito tempo em seu leito normal, embora persistiam ainda resquícios do problema. A resposta não foi para dizer o que o Governo Federal fez, mas sim para dizer que nada fez. Não fez porque – pasmem, Srs. Senadores – os Municípios não teriam cumprido as exigências burocráticas. Estou falando de uma calamidade pública! Vejam como o Ministério da Integração Nacional trata a calamidade pública neste País.

O Ministério da Integração informa quais são essas providências, devidamente codificadas num manual. Este, aliás, é o Governo dos manuais: manual do politicamente correto, que acabou recolhido, manual da substituição, que está no **site** do Ministério do Trabalho, que tanto vale pela minuciosa descrição que o

Ministério do Trabalho fez da profissão. É de pasmar a que ponto chega a burocracia neste Governo.

Segundo o Decreto 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, a atuação do Governo Federal em caso de emergência ou calamidade pública será apenas complementar a dos governos municipal e estadual. Já começa aí a burocracia. Ou seja, se o governo estadual for inoperante o federal não faz nada.

Se o municipal for inoperante, ele também não faz nada.

Primeiro – dispõe o decreto –, cabe ao Município promover as ações de resposta, de reconstrução e de recuperação. Quando a sua capacidade de atendimento estiver comprovadamente empregada – vejam que coisa cretina: só depois de se comprovar que se esgotou a possibilidade de atuação do Governo municipal, aí é que o Governo estadual entraria em ação, para depois o Governo Federal entrar em ação.

Muito bem. Vou repetir aqui a estupidez: quando a sua capacidade de atendimento estiver comprovadamente empregada – a do Município –, compete, então – diz o manual do Governo –, ao Governo estadual ou Federal, confirmar o estado de calamidade pública ou situação de emergência, a atuação complementar”. Então, primeiro, deixa-se o Município se virar sozinho; depois passa-se ao Estado e só então passa a União a atuar. É uma preciosidade isso, Sr. Presidente. É uma pena que não seja imortal o Stanislaw Ponte Preta, aquele do “Festival de besteiras que assola o País”, que tanto açoitava os beaguins da ditadura com a ridicularia a que eles os submetia, enquanto a censura lhe permitiu fazer livremente ou o mais livremente possível as suas críticas ao regime militar, que se implantava no País a partir de 64. Mas é uma preciosidade.

Em meio a um problema agudo, com centenas de casas por vezes inundadas, com centenas de pessoas sem abrigo, o Prefeito tem de comprovar que esgotou a sua capacidade de dar resposta ao problema. O Prefeito vai comprovar, eu não sei como, mas tem que comprovar! Ou seja, Senador Magno Malta, em vez de Estado, Município e União se juntarem, não. Primeiro o Município tem que dar tudo o que tem; depois, o Estado tem que dar tudo o que tem; depois entra o Governo de sua majestade, o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O passo seguinte – estou seguindo o manual – consiste na solicitação do Município, para que a situação de emergência ou o Estado de calamidade pública seja reconhecido. Então o Município tem de solicitar. Pode estar morrendo gente, pode estar caindo casa, podem estar sendo tragados todos os carros do local. Não importa. É preciso fazer o papelzinho.

Pergunto: como fazer isso? Explico: o Prefeito dirige ofício ao coordenador estadual da Defesa Civil, acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos – atenção porque, quando houver calamidades, os Prefeitos têm de saber como agir diante deste Governo que está aí e que ainda temos que aturar mais cinco meses. Primeiro: decreto de declaração do Prefeito do Município. Então, Sr. Prefeito, se houver gente morrendo em seu Município em caso de calamidade, faça primeiro o decreto de declaração do prefeito municipal. Não deixe de declarar porque morrer gente não importa, o que importa é fazer esse papelzinho. Segundo, o decreto de homologação do Governador. Governador, não deixe de homologar, porque, se V. Ex^a não homologar, o Governo Federal não se mexe. Terceiro, cópia da publicação do decreto do Governador no **Diário Oficial** do Estado. Ah, se não publicar no **Diário Oficial** do Estado, não vale. Pode morrer criancinha à vontade, pode a água tomar conta das ruas, não há nenhum problema. Não pode faltar a prova da publicação do decreto no **Diário Oficial** do Estado. É interessante o quarto item, o Avadan – eu conhecia o avatar e agora sei do Avadan –, formulário de avaliação de danos. Então, é preciso preencher um formulário para avaliar os danos para, depois, o Governo Federal pensar em começar a se mexer. O quinto é o mapa ou croqui da área afetada pelo desastre. Tem que fazer o mapa, dizendo “Sr. Presidente, Sr. Ministro da Integração Nacional, é aqui que está morrendo ser humano. É aqui. A desgraça está aqui neste mapa ou neste croqui”. Sexto, parecer do órgão de coordenação do Sindec, em âmbito estadual, sobre a intensidade do desastre e sobre a coerência dos atos em relação aos critérios estabelecidos pelo Condec. Sindec, Condec, Avadan. Haja burocracia!

Haja burrice! Haja estultice! Haja estupidez! Haja falta de sensibilidade social num Governo que se dizia voltado para a defesa dos interesses dos mais pobres neste País! Sétimo, declaração estadual de atuação emergencial.

Após essas sete exigências, começa a tramitação burocrática do pedido dentro do Ministério. Se, depois de passar por esse calvário, o pedido for acolhido, o auxílio federal servirá, quem sabe, para a próxima enchente porque para essa não deu. As águas não ficam esperando o Avadan, o Condec, o Sindec, o “Pindec”, o “Lodec”, sei lá que diabo mais.

Em relação concretamente às providências relativas aos Municípios a que me referi, o Ministério da Integração Nacional informa que, até 30 de junho, o Município de Itacoatiara não havia encaminhado documentação pertinente à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Itacoatiara não fez seu pedido; então, dane-se

Itacoatiara. Essa é a cabeça do Governo Federal! Os Municípios de Parintins e Barreirinha, até o dia 17 de junho, também não. Os Municípios de Borba e Novo Aripuanã o fizeram. Digo assim: “Então, castigo para Itacoatiara, Parintins e Barreirinha”.

V. Ex^a, que é um homem inteligente e agudo, sabe que estamos aqui imaginando: se Borba e Novo Aripuanã entregaram a documentação, qual a suposição de V. Ex^a e minha? Que, então, eles foram premiados e receberam dinheiro. Não! Não! Não! Quando me mandaram a resposta aos meus requerimentos de informação, os documentos estavam em análise técnica no setor competente. Não sei se cabe um projeto de lei meu, pedindo que seja escrito “análise técnica no setor incompetente”. Talvez valha mais isso. É assim que o Ministério da Integração Nacional socorre as populações aflitas diante das calamidades.

Sr. Presidente, vou abordar ainda o último assunto, relativo ao pólo de Manaus. Estou procurando maximizar meu tempo, como V. Ex^a fez e com muita competência, como sempre. Na verdade, estou fazendo o que não gosto, que é misturar assuntos, mas procuro compartimentá-los.

Dias atrás, ocupei esta tribuna para denunciar manobras que se iniciam nos bastidores e alcançam até áreas do Governo Federal visando a retirar do Pólo Industrial de Manaus a exclusividade de incentivos para a produção de tudo que diga respeito a televisor. Durante a votação da nova Lei de Informática, ficou claro que a produção de aparelhos de televisão é em Manaus; automóveis, em São Paulo; soja, não sei onde, mas televisor é em Manaus.

Decidido que o sistema de TV digital estará funcionando no Brasil dentro de aproximadamente um ano, surge uma espúria interpretação para tentar diferenciar televisor de televisor, como se televisor digital não fosse televisor. Assim, Manaus ficaria com a exclusividade de incentivos para produzir o televisor analógico, que irá, aos poucos – suponho que em dez anos –, se extinguindo, e outras áreas do País ganhariam o direito de produzir o televisor digital. Ora, televisor analógico ou digital é, e sempre será, simplesmente televisor; não há que tergiversar, nem admitiremos que isso aconteça.

O mesmo querem fazer com o *set-up box*, conversor de sinais, que, acoplado ao televisor analógico, permite a captação das transmissões pelo sistema digital. Esse aparelho é produzido em Manaus para a captação de sinais via satélite ou via cabo, mas querem dar-lhe outra denominação para permitir sua produção sob o incentivo da Lei de Informática e não sob o incentivo da Zona Franca de Manaus, em outros locais do País, como se não fosse aparelho inerente ao

televisor, sem o qual não funciona, não tem utilidade. Pois bem, agora acabo de verificar que a produção de ar condicionado tipo split pelo Pólo Industrial de Manaus também está ameaçada, o que significa ameaça a empregos e prejuízo para o País.

A ameaça não vem, no entanto, de algum movimento velado; vem de uma “esperteza”. Tem que aspear a palavra esperteza, porque esta palavra está estigmatizada neste País de tanto político “esperto” e de tanta corrupção, de tanta nojeira que estamos vendo aí a nos enlamear a todos – os que têm culpa e os que não têm. A grande verdade é esta: este Congresso está vivendo uma crise moral terrível, cujas raízes foram postas pela forma leniente com que trata a corrupção, com que é capaz de trocar votos por emenda ou seja lá o que for o Governo que aí está. Esse é um fato; não dá para fugir disso. E quem concorda com isso é até o Sr. Vedoin, que respondeu à tal tropa de choque do PT com muita clareza, dizendo que foi neste Governo que prosperou, foi neste Governo que houve um Governador do PT envolvido, foi neste Governo que houve um candidato do PT envolvido, foi neste Governo que houve um Ministro do PT envolvido, foi neste Governo que houve um outro Ministro – esse do PMDB – supostamente envolvido.

Muito bem, a ameaça, no caso, vem dessa esperteza. Várias empresas descobriram que um dispositivo da TEC, Tarifa Externa Comum do Mercosul, permite interpretação dúbia e com isso deram um jeito de importar *splits* mediante alíquotas de IPI que vão de zero a 5%, em vez da alíquota de 20%, que, por sinal, é a alíquota aplicada aos aparelhos de ar condicionado convencionais, precursores do tipo *split*. Essas empresas importam separadamente as unidades internas das externas. Para efeito fiscal, classificam as unidades externas como “outros grupos de compressão”, escapando da classificação correta, que seria “máquinas de aparelhos de ar condicionado do tipo *split system* – sistema com elementos separados”. Assim como importam, vendem também separadamente os dois componentes como se fossem dois produtos e não um. Alegam que a unidade externa pode ser usada para refrigeração, como em câmaras frigoríficas, o que, segundo os produtores de Manaus, poderia ser facilmente desmontado por uma fiscalização da Receita Federal. Ficariam comprovadas vendas de unidades internas e externas no mesmo dia e hora para revendedores que não trabalham com refrigeração.

Sr. Presidente, os produtores do tipo *split*, em Manaus, estão enfrentando duplo problema: de um lado, a concorrência dessas importações que, na verdade, burlam o fisco; e de outro, a concorrência chinesa, que, como ocorre com tantos outros produtos, põem *split*,

no Brasil a preços de difícil competição. É de assinalar, ainda, que os produtores de Manaus enfrentam o custo do frete, pois os aparelhos do tipo *split* são volumosos, equivalendo cada um a três aparelhos de ar condicionado convencional, de parede.

O Governo Federal não pode permitir que a Receita Federal e a Secex continuem assistindo de braços cruzados a essa importação com tarifas preferenciais de um produto que se fabrica no País, proporcionando emprego diretamente a centenas de brasileiros e consumindo, em grande parte, matéria-prima nacional, sem falar na perda de arrecadação. O mínimo que o Governo teria a fazer seria fixar alíquota de 20% para importação, acabando com a dubiedade de interpretação notadamente em relação a NCM 84.18.69.99. Só assim poderia frear o crescimento das importações. Em 2005, elas chegaram US\$48 milhões. No primeiro semestre deste ano já haviam alcançado US\$30 milhões! Houve crescimento, portanto, de 20% em seis meses!

Manaus – e esse é mais um motivo de orgulho para nós, amazonenses – abriga todo o pólo de ar condicionado de janela/parede do País, tem tecnologia, equipamentos e mão-de-obra formada e especializada e é competitivo, atendendo plenamente à demanda nacional.

Os aparelhos tipo *split* representam evolução nessa área. Somente no ano passado esse mercado cresceu mais de 50%. E como assinalam os técnicos, em Manaus, o processo produtivo básico (PPB) é extremamente verticalizado: entra aço em chapa e cobre em uma ponta e sai o aparelho *split* na outra.

A matéria-prima importada representa menos de 20% nesse processo. É um setor, portanto, que deve merecer toda a atenção do Governo Federal.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância, pois, na verdade, eu ultrapassei o tempo regulamentar.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, com a vênua do Presidente e do outro gaúcho que está na mesa, para nossa alegria – Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, figuras que muito nos orgulham –, queria parabenizar V. Ex^a pela coragem que lhe é peculiar. Essa não é uma coisa nova; é da sua própria natureza e nos orgulha muito. Quando vinha para cá, ouvia no rádio do carro o seu pronunciamento. V. Ex^a defendeu o Senador Aloizio Mercadante, falou dos riscos que corria no processo eleitoral e salientou que não poderia deixar de afirmar que Aloizio Mercadante é um homem probo, de vida pública decente e não há por que se levantar o dedo contra ele. O indivíduo que é apanhado numa máfia como essas, tenta carimbar as outras pessoas e parece que o que vale é

esse carimbo. Numa ilação brutal, esse cidadão também tentou me atingir, mas não conseguirá, porque minha honra é algo extremamente importante para mim e é blindada para que possa ser carimbada de forma tão vil, tão pequena. Tenho dificuldade até de dizer que vou processá-los, porque nem os conheço. Eles nunca me propuseram corrupção porque nunca estiveram comigo, nunca estiveram em meu gabinete, nunca os recebi, não sei... Podem fazer qualquer tipo de ilação, mas é preciso provar, e não existe nenhum tipo de prova que possa atingir, com esse carimbo, meu caráter e minha honra. O gesto de V. Ex^a foi de muita grandeza. Eu não poderia esperar tal gesto de outra pessoa que não do Senador Arthur Virgílio ao defender o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Tenho acompanhado as acusações que V. Ex^a tem sofrido. E V. Ex^a tem me dito isso, da falta de consistência dessas acusações e da situação de estupefação em que se encontra por não estar diante de uma acusação concreta. A V. Ex^a desejo toda a sorte, afinal de contas um homem público vive de reputação, e lhe desejo mesmo toda sorte. O conselho que lhe dou, se posso dar algum, é o de processar mesmo, é o de ir à Justiça, conhecendo ou não conhecendo as pessoas, tomar as atitudes todas que a lei brasileira lhe faculta, para, além do vigoroso pronunciamento que fez outro dia, não deixar de cobrir esse outro episódio, porque para mim a frente política deve ser coberta e a frente jurídica também. Desejo a V. Ex^a toda a felicidade nessa sua cruzada, nessa sua caminhada. É o que posso dizer.

Em relação ao Senador Aloizio Mercadante, eu aqui mencionava – V. Ex^a ouviu o pronunciamento – que considero menor esse gesto de alguns petistas, ao, de maneira cretina, cretina mesmo, sabendo que não há nada contra José Serra, inclusive o tal Sr. Vedoin não sei das quantas dizendo que não tem nada contra Serra. E eles forçando: e o Serra? E o Serra? E o Serra? E o Serra?

Um jornal publica o Serra junto com os mensaleiros ou com os sanguessugas, sei lá – não eram os sanguessugas na época; pelo menos não se sabia que eram – entregando ambulâncias. Qual é o problema? O Serra está lá para entregar o quê? Para entregar nave espacial? Estava lá, e o papel de Ministro da Saúde é entregar ambulância. Entre outras coisas, é entregar barco na minha terra. É entregar vacina. Enfim...

E se isto fosse parâmetro para se condenar alguém, a presença numa fotografia, então teria que pedir o *impeachment* do Presidente Lula agora, já que cansamos de vê-lo em fotografias, até sem compostu-

ra, fotografias debochadas junto com essa gente, nos rega-bofes que essa gente do mensalismo oferecia a ele, em risos, tipo *nouveau riche* em risos e deboches. Falta a Lula aquela postura formal de Presidente, aquela figura que...Ele não tranca a cara. É o tempo inteiro com brincadeira para cá, brincadeira para acolá. Então, falta mesmo solidez nisso aí.

O próprio Vedoin diz que não tem nada a ver com o Serra. Agora, o Vedoin disse que tinha alguma coisa com Mercadante. Ele isenta Tuma – pelo que eu soube, li no *blog* –, isenta Suplicy. Sobrou Mercadante, então – ele falando do poderoso Senador do Governo, enfim.

E vim dar o testemunho que tinha que dar. Primeiro, porque considero nojento o que tentaram fazer com Serra. Por quê? Então, já que o tal do Humberto Costa está enfiado até a raiz dos cabelos, e está; já que o tal de Saraiva Felipe está acusado, então tem que enfiar o Serra, Ministro do Governo passado, ainda que saibam que o Serra não tem nada a ver com a história.

Aí o que levaram pela cara, como todo mal-intencionado? Os mal-intencionados levaram pela cara isto, levaram pela cara uma insinuação contra o Sr. Aloizio Mercadante. E eu tive de dizer da tribuna que, em três anos de convivência diária, às turras às vezes com Aloizio aqui, diariamente, com debates... Aliás, eu gostaria de receber R\$1,00, pois tenho problema de dinheiro para fazer minha luta eleitoral, por cada debate com ele; e eu estaria, não digo rico, mas com meus problemas financeiros equacionados. Conversei com ele no meu gabinete, no gabinete dele, troquei assuntos sobre tudo que interessa ao País, enfim. Nunca ouvi de Mercadante algo que não fosse interesse público. Muitas vezes, ele achando que eu estava errado, muitas vezes eu achando que ele estava errado, mas nunca ouvi dele nada que não fosse interesse público. Então, seria uma surpresa brutal para mim, se ele estivesse envolvido em alguma coisa que não se referisse ao interesse público.

Eu consigo proclamar isso. Eu consigo proclamar isso. Os *petistazinhos* não conseguem. Essa *petezada* não consegue, não consegue ter essa dignidade básica. Fica aquele bando de soldadinho tarefeiro fazendo papel ridículo de tentar acusar um homem de bem, sem culpa nenhuma. Consigo vir para cá como homem independente, porque não sou tarefeiro nem soldadinho de chumbo de ninguém, para dizer que não acredito que haja nada errado com o Mercadante. Então, estou dizendo aos soldadinhos para criarem vergonha, estou dizendo ao Governo para criarem vergonha também e parar de acionar os seus soldadinhos, passar a ter decência e parar de movimentar

soldadinho de chumbo. Isto é a pior coisa que se faz com a dignidade de um homem: transformar um Parlamentar num soldadinho de chumbo, num borra-bota que vai lá para dizer bobagem, e o Governo também descendo a esse nível.

Então, tenho dignidade de dizer isto: puxa vida, eu nunca vi, nunca vi. Vi em Mercadante o contrário: preocupação de estudar os problemas, de procurar ser um bom Líder do Governo. E eu disse mais: Puxa! Estou dando o depoimento sobre uma pessoa que é adversária precisamente do Serra, que os soldadinhos de chumbo, esse quinto escalão, tenta enlamear.

Então, estou pedindo ao quinto escalão que se manque. Estou pedindo ao Presidente Lula que passe a ter dignidade e mande dar um cobro nessa gente. Ministro Tarso Genro, um homem tão educado quando fala com a gente, tão bonzinho, aparentemente, Ministro, crie vergonha também e mande acabar com essa bobagem, mande acabar com essa bobagem, mande parar com essa bobagem. Quando tiver um ladrão no seu Governo, demita o ladrão, puna o ladrão, expulse o ladrão, mas não fique tentando criar ladrões falsos em governos passados, porque provar que alguém também foi não isenta o seu ladrão. Isenta é provar que o seu não o é ladrão. Isenta punir o seu ladrão. Mas não fique inventando ladrões outros, porque isso é típico deste Governo, Governo acovardado, Governo covarde, Governo bifronte, Governo com duas caras.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, concordo com V. Ex^a com relação ao Senador Aloizio Mercadante. Não é um Parlamentar com quem eu mantenha uma relação muito próxima, até por conta do próprio jeito de ser dele, que é o jeito dele, mas três anos e meio de convivência me levam a dizer que é um homem probo, decente, digno, honrado. Não conheço, na história de Aloizio Mercadante, qualquer coisa que possa denegri-lo, e não vai ser uma insinuação dessas que vai colar nele. A cada dia, há uma insinuação nova; a cada dia, os jornais publicam insinuações novas, como se as insinuações fossem verdade, e o sujeito condenado pela insinuação que recebeu. Foi o que aconteceu com as insinuações em cima do Serra, nas quais também não acredito. A história do Serra é que depõe a favor dele. Infelizmente, é como minha filha mais velha disse: “Pai, cuide do seu caráter, da sua honra, porque você é um homem público e está exposto. Qualquer um pode fazer ilações sobre você. Cuide do seu caráter. Se você cuidar do seu caráter, do resto Deus cuidará. Você tem a sua verdade; então, cuide do seu caráter”. Assim, eu acho que uma ilação como essa não chegaria a Aloizio Mercadante. Não chega. Esse testemunho eu tenho para dar. Ocorre o

mesmo com relação a José Serra. É a própria história do indivíduo que depõe a seu favor. São mil ilações todos os dias, Senador Arthur. Quando um sujeito faz uma ilação, ele precisa provar. O Sr. Vedoin e o filho dele não fizeram essa ilação com relação a mim? Eu estou hoje aqui com o documento, que já mandei entregar ao Corregedor e ao Senador Amir Lando. Trata-se de uma declaração, de um documento do Deputado Lino Rossi, que foi Deputado comigo, trabalhou na CPI do Narcotráfico comigo. Ele era um amigo, como os 503 que tivemos lá. Nunca tive nenhum tipo de relacionamento com o Sr. Vedoin. Hoje, há uma ilação da parte dele em que diz que falou com meu chefe de gabinete. Onde? Quando? Prove! Mostre provas! O que produziu isso? Ilação é ilação. O documento, Senador Arthur, que já enviei ao Senador Amir Lando e estou enviando a todos os Senadores, aos membros dessa CPI, diz o seguinte: “Eu, Lino Rossi, brasileiro, casado, Deputado Federal, venho, por meio do presente, declarar, para os fins legais, o que passo a narrar. Conheço o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, há vários anos. Tive com ele uma grande aproximação na época da CPI do Narcotráfico, no âmbito do Congresso Nacional. Sempre tive uma forte ligação fraterna, espiritual e religiosa com o mesmo”. Quanto a isso aqui, evangélico como sou, não fiz nada, todas as vezes em que estive com o cidadão Lino Rossi, senão orar com ele por conta dos problemas de uma filhinha doente. E ele diz aqui: “Disse então ao Senador Magno que dispunha de um automóvel Fiat Van Ducato, placa KAM 4467 - Várzea Grande, MT, [o Sr. Vedoin diz que eu havia trocado o meu caráter por um Fiat Ducato... Preste atenção], que tinha utilizado na minha campanha eleitoral, e que poderia ficar à sua disposição em virtude de o mesmo ter me informado que, à época, estava precisando de um automóvel para fazer viagens com sua banda *gospel* pelo Estado do Espírito Santo. Tais fatos se deram por volta de 2003, ocasião em que disponibilizei para o Senador Magno a documentação daquele veículo e a posse mansa e pacífica do mesmo. O referido veículo permaneceu com o Senador Magno Malta até 2005, ocasião em que retornou para mim. Por fim, declaro que sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu depoimento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006, sendo ali firmada a expressão da verdade dos fatos”. Declara e assina, Senador Arthur Virgílio. Se o Sr. Vedoin tratou alguma coisa com esse Deputado Lino Rossi, foram eles dois. Eu não o conheço. Nunca tive nada absolutamente com isso. E o cidadão de bem, que tem uma vida construída e honrada, fica à mercê das ilações. Por isso, V. Ex^a cada dia cresce no meu conceito pela coragem de fazer esse tipo de pro-

nunciamento que faz, de tomar o tipo de posição que toma. E eu corroboro o que V. Ex^a diz com respeito ao Senador Aloizio Mercadante e corroboro o que V. Ex^a diz com respeito à figura do ex-Ministro José Serra, que tem uma história que não pode ser maculada assim de maneira tão vil e tão fácil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta. V. Ex^a tem um documento extremamente relevante. Fico muito feliz em sabê-lo em suas mãos, e que, certamente, terá o seu uso devidamente feito na peça que V. Ex^a encaminhará a quem de direito. Trata-se de um documento que me parece jurídica e politicamente relevante.

Voltando ainda ao episódio anterior, devo dizer que, no caso Serra e Mercadante, ainda há uma ilação do Sr. Vedoin, dirigida ao Senador Mercadante. Em relação a Serra, nada, ele nega e diz: Não! Serra, não! Não! Há aqui um trecho, que li, em que, “naquela ocasião, o Relator da CPI, Senador Amir Lando, PMDB de Rondônia, perguntou ao empresário se alguém da Saúde também já entrava no esquema das ambulâncias, referindo-se ao Governo passado. Darci Vedoin respondeu: Não!”

Digamos que ele tenha cometido uma alevisia em relação a Mercadante, e eu já dei o meu depoimento sobre o que penso de Aloizio Mercadante aqui. Então, é alguém com quem Aloizio Mercadante saberá como lidar. Estou me referindo aos “soldadinhos de chumbo” que foram para lá mandados para tentar enlamear o Ministro Serra. Isso é uma atitude cretina, Sr. Presidente! Isso é uma atitude cretina! Isso é uma atitude desonesta! Uma pessoa que faz isso é capaz de qualquer coisa! Quem faz isso é capaz de qualquer coisa! É por isso que morreu tanta gente em Santo André. Morreram oito, porque tudo pode! Em nome do tal socialismo, em nome da sociedade melhor, em nome... Tudo pode! Então, por que não pode ir fazendo mais isso, mais isso e mais aquilo? Tudo pode!...

Sr. Presidente, veja bem: isso começou numa provocação, numa briga catarinense provinciana, aquilo que depois virou a CPI do Banestado. Falavam, na época, da tal conta tucano, e falavam, na época, de um tal José Serra. V. Ex^a se lembra disso. Eu vim a esta tribuna reafirmando a confiança no Serra e dizendo que eu queria saber quem era esse tucano que era ao mesmo tempo estúpido e corrupto para ter uma conta irregular no exterior com o nome de conta tucano. E aí eu dizia: vamos fazer essa CPI, vamos acabar com esta conversa fiada, porque não sou muito chegado a conversa fiada. Vamos acabar com esta conversa fiada.

O cidadão José Serra, de Campinas, era um nome traduzido. O nome era Giuseppe Serra, e a tradução era José Serra. Isso ficou registrado lá. E a conta tucano

era a conta de uma pessoa qualquer. Enfim, poderia ter sido conta arara, conta jacaré, conta cobra jibóia, qualquer coisa.

Qual foi a conseqüência, a rigor, para a Oposição? O que aconteceu com a Oposição? O Sr. Luiz Augusto Candiota, Diretor do Banco Central, caiu – homem do governo. E caíram mais alguns diretores do Banco Central. O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quase caiu. Não caiu porque ninguém aceitava, naquela altura, substituí-lo. Quase caiu, crivado de acusações fortes. O Presidente do Banco do Brasil, Casseb, caiu. O Relator da CPI, Deputado José Mentor, teve depois seu nome vinculado ao Sr. Marcos Valério, por um acordo, por um contrato de advocacia firmado na época em que ele era o relator e na época em que supostamente teria havido uma certa “livrada de face” do Sr. Marcos Valério, lá atrás, quando ninguém sabia quem era Marcos Valério, quando ele era um sujeito que atuava nas sombras. O Governo levou o maior prejuízo com isso, porque ficou provado que era ali que havia muito podre mesmo.

Vamos lá: CPMI dos Correios. O trabalho foi, o tempo todo, o de tentar hiperbolizar aquele fato isolado de Minas, aquela história da campanha do Senador Eduardo Azeredo, que é um homem de bem – todos sabemos que é um homem de bem – e já foi proclamado por todos aqui.

Eram quinhentos acusados pelo lado do Governo. E se dizia: Ah, mas tem o caso do Senador Eduardo Azeredo. E isso foi repetido mil vezes, fazendo mal à família dele, fazendo mal a ele. Uma atitude defensiva e sem que o governo tivesse dado nenhuma explicação cabal para as acusações que recebia.

V. Ex^a se lembra daquela coisa triste, aquela CPMI do Mensalão? O Deputado se escondeu num carro com Valério, depois, voltou com uma lista apócrifa, depois ficou um tempo caladinho. Já o vejo falando agora, pois no Brasil o sujeito se esconde um pouco e depois volta a falar.

A CPMI do Mensalão faliu porque ela foi montada para apurar o Mensalão, e o Governo colocou lá uma tropa de choque para não deixar apurar nada. Ela faliu. Nunca vi uma coisa tão desmoralizante e tão desmoralizada. A CPMI do Mensalão desapareceu, ninguém passou a respeitá-la mais, a imprensa não queria mais cobri-la, ninguém queria mais ver aquela patacoada que virou aquela balbúrdia causada pelo governo.

A CPI dos Bingos, em determinado momento, resolveu atingir a figura inatingível do Senador Antero Paes de Barros. Trouxeram para cá um juiz federal e o Senador Antero desmoralizou o juiz, literalmente desmoralizou o juiz. E ajudei um pouquinho. Dei a minha ajudada.

Mas, basicamente, foi a honradez de Antero Paes de Barros que desmoralizou aquele Juiz. Fora disto, o que vimos lá foram mais cargas envolvendo assassinatos, envolvendo roubalheiras, envolvendo dinheiro em mãos de Ministro, envolvendo mil confusões, enfim, mostrando o caráter, já podre, que parte do seu Partido – e essa parte V. Ex^a não integra – já assumia há tanto tempo.

Agora, a CPI dos Sanguessugas. Parecia, assim, uma coisa localizada ali – com um deputado safado aqui, um deputado safado acolá, e nós fomos ver que havia conexão no Executivo. Como ficou provada a conexão no Executivo, eles falaram: “Não. Agora tem que se dar um jeito de se conectar com o Executivo anterior. Tem que se conectar com o Executivo anterior”. Eu vou falar para V. Ex^a, com toda a sinceridade: eu sou muito amigo da D^a Ruth Cardoso e já avisei: “D^a Ruth, se eu fosse a senhora eu teria ciúme do Lula. O Lula tem fixação no Fernando Henrique. Isto é uma coisa séria. Cuidado, D^a Ruth. Ele tem fixação no Lula.” E tem que haver, de qualquer jeito, envolvimento, agora, do Governo passado, e logo o José Serra. Por que o José Serra? Porque ele está na frente, dando um “banho” na eleição. Ele está na frente.

E, aí, qual é a resposta aos paus-mandados – os paus-mandados vão lá: “Vão lá e sujam o Serra.” Aí, já vão um atrás do outro. Eu não sei eles entram juntos ou se é um atrás do outro. São todos com passinhos curtinhos, porque pau-mandado não anda com passo curto. Pau-mandado não anda a passos largos. Com passos largos anda o homem altaneiro. Pau-mandado anda curtinho ali... E sentam todos juntinhos. E, aí, comecem: “Pela ordem, Sr. Presidente”. Aí, diz a primeira imbecilidade. “Pela ordem, Sr. Presidente.” A segunda imbecilidade. Aí, são mil e duzentas imbecilidades ao longo de uma sessão. Ordem que receberam do Planalto: tentar enlamear o Serra. O tal de Vedoin diz: “Não. Nada de Serra”. E insistiram tanto que ele falou. Isentando Eduardo Suplicy e isentando Romeu Tuma, ele diz que quem liberou recursos foi o Líder do Governo. Sabem o que acho que deve ter havido? Pediram ao Líder do Governo que agisse junto ao Ministro da Saúde, e o Líder do Governo, Mercadante, deve ter agido dizendo: olha, libere para os Deputados tais e tais, Senadores tais e tais; enfim, deve ter cumprido o papel dele de Líder do Governo, porque liberar recursos para o Governo é meritório. Mas foi o que se ouviu lá. Não se ouviu o nome de Serra da boca de Vedoin. Ouviu-se o nome de Mercadante.

Venho, então, à tribuna para dizer que os paus-mandados levaram pela cara isso. É uma lição para aprenderem. Eles são pequeninhos. Eu não me preocupo com eles. Preocupo-me com os grandes. Os

paus-mandados levaram isso pela cara, e estou aqui mostrando uma outra educação política, dizendo que eu nem discuto Serra, nem coloco o mesmo pé, até porque Vedoin não falou em Serra. Disse, ao contrário, que Serra, não. Eu nem discuto isso.

Estou dizendo moto-próprio, contra a insinuação do Sr. Vedoin, que não creio nada parecido com o envolvimento do Senador Mercadante. Não estou fazendo, Senador Magno Malta, aquela coisa falsa, hipócrita – e V. Ex^a sabe que eu não sou nem falso nem hipócrita – do tipo: *puxa vida, vou fingir que eu o estou defendendo para, na verdade, trazer o nome dele. Não, não, o nome dele está nos jornais de hoje, na Folha de S. Paulo*. Eu estou aqui para dizer, para dar o meu testemunho de que, ao longo do tempo em que convivi com S. Ex^a – eu como Líder de Governo e Mercadante como Líder de Oposição, depois, eu como Líder de Oposição e ele como Líder do Governo aqui no Senado – nunca ouvi dele nada diferente de preocupação pública, nunca ouvi nada.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, peça a palavra para um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a já tomou conhecimento, mas é o mesmo que dizer que, como Líder, libera o Deputado tal, o Senador tal. Eu nunca coloquei emenda, como Senador, para negócio de ambulância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É outro ponto fortíssimo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nem como Deputado Federal. E o Sr. Vedoin, no depoimento dele, trata-me como traidor, diz que eu nunca coloquei uma emenda para ele. Isso está no depoimento. E fico me perguntando: não há emenda, não há carro, nunca tratei nada com ele, e, de repente, uma ilação faz de um cidadão que tem história um bandido. Então, V. Ex^a está correto quando faz essa análise sobre o Aloizio Mercadante. E é muito maior, porque V. Ex^a diz que não quer discutir a questão Serra. Quero dizer que a minha convivência com o Aloizio... E não é só a minha convivência com ele, não somos tolos, é a história dele. Não se pode pisar na história das pessoas dessa forma. Quer dizer, uma ilação como essa, entendo, vai sumir como uma nuvem, pela própria história dele, como a do Serra. As pessoas, quando têm uma história, se tornam como casas do interior cuja fachada é pintada com tinta a óleo. Quando vem a chuva, bate, escorre, vai embora, não pode colar. Então, comungo com V. Ex^a até de uma forma veemente com relação aos dois raciocínios, quanto ao Serra e ao Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, vou encerrar respondendo ao Senador Magno Malta que é mais ou menos isso. O fato em si, Senador Magno, não está em apresentar tal emenda, porque suponho que uma pessoa de boa-fé pode apresentar uma emenda solicitada por um prefeito de sua base. Não está dito em nenhum lugar que apresentar emenda para ambulância é crime e apresentar emenda para estrada vicinal também não é crime. Ou seja, ladrão é ladrão em qualquer lugar. O ladrão rouba na vicinal. O que o ladrão quer na vicinal? Não fazer a vicinal e colocar o dinheiro no bolso. O que o ladrão quer na ambulância? Não entregar a ambulância ou ainda receber pelo superfaturamento pelo superfaturamento e receber um percentual de 5%, de 10% ou o por cento que a falta de vergonha dele mereça.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Imagine que, em alguns casos – e alguns Deputados estão pagando por isso –, o canalha é o prefeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode ser.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Foi ele que se envolveu com a máfia e ele é que recebeu. Há nomes de prefeitos lá com listagem de que recebeu, e o Deputado que apresentou a emenda, que nada tem a ver, é quem está pagando por isso. As famílias sofrendo, chorando, e foi o prefeito, na ponta, que fez isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho dito, Senador Magno Malta, a esse excelente Deputado e meu querido companheiro Carlos Sampaio, que está atuando na linha de frente da CPI: Olha, Carlão, você é uma das maiores figuras que o Congresso tem e você sabe, certamente, que tudo o que o desonesto precisa para escapar é que envolva inocentes no meio. Depois fica tudo nivelado pelo inocente, quando este, acusado em falso, provar sua inocência.

Portanto, é fundamental ver os culpados reais. Ou seja, o crime não está na emenda, está na aplicação da emenda, na convivência com a emenda, nessa coisa de depósito em conta de parente. Depositou na conta do parente... O que tem o Vedoin que depositar dinheiro na conta do parente de fulano ou do Deputado beltrano? Isso não tem cabimento! Isso é realmente crime!

Sr. Presidente, quero dizer – eu que me apresso a pegar um avião – que vejam bem. Na CPMI do Banestado, fizeram o que fizeram e quase perderam o Presidente do Banco Central, tiveram diretores do Banco Central demitidos, tiveram o Relator em maus lençóis. A CPI dos Correios foi aquele corre-corre, aquela história, o tempo todo querendo negociar: se você não colocar o fulano, eu coloco o beltrano. Foi aquela

conversa nojenta de máfia de esquina, de “crackeiro”, aquela coisa horrorosa! Depois, vem o Mensalão. Naquelas reuniões dava vontade de vomitar mesmo. Havia uma tropa de choque do Governo disposta a não deixar apurar nada e a tumultuar a CPI, a ponto de a imprensa, a opinião pública e o bom senso dos Parlamentares terem decretado o fim daquela malfadada CPMI do Mensalão. Depois, na CPI dos Bingos, ouvimos denúncias terríveis, e trouxeram um juiz para tentar enlamear a figura séria do Senador Antero Paes de Barros, que desmoralizou o tal do juiz. Esse juiz era o ódio em pessoa. E, ao mesmo tempo, descobrimos que o juiz tinha uma ligação petista. Ao sair de uma festa, ele e um candidato do PT atropelaram uma pessoa – juiz não tinha nada de estar em carro de candidato, começa por aí – e, depois, ele deu o depoimento de que o atropelado se jogou no carro do amigo petista dele. Nossa Senhora! Pelo amor de Deus!

Veio a CPI dos Sanguessugas. De novo esta crise é do PT! O Governador acusado é do PT; a turma da cueca, o José Airton Cirilo, que foi candidato pelo Ceará, é do PT; o ex-Ministro Humberto Costa é do PT; o Ministro Saraiva Felipe era Ministro do Governo do PT. Ou seja, segundo o próprio Vedoin, o esquema prosperou neste Governo e não em outro, anterior. Ele foi claro ao dizer isso. Mas, não, é preciso haver a tropa de choque procurando a tergiversação, a dúvida, a confusão.

Sr. Presidente, digo isso a V. Ex^a para encerrar porque estou um pouco cansado. Procuo tomar atitudes sempre nobres em relação aos meus colegas e aos meus adversários. Não considero correto – lamento a ausência – que a Líder do PT aproveite cada ensejo desse para imaginar que está cumprindo com seu dever. Não está cumprindo com seu dever. Lamentei muito não estar presente na sessão de ontem. Ela teria ouvido poucas e boas. Ela, que foi tratada com tanta compreensão por nós aqui.

Fui acusado pelo jornalista Cláudio Humberto, junto com o Senador Leonel Pavan, que é adversário dela em Santa Catarina, de sermos os *pizzaíolos* a protegê-la naquela acusação que ela sofreu. Tive de ouvir essa do meu amigo jornalista Cláudio Humberto. Mande uma carta a ele, dizendo que dei a ela o benefício da dúvida, como fiz em relação à Senadora Serys Slhessarenko. Imagino que o benefício da dúvida deve caber a todo aquele que é acusado. Estamos numa democracia afinal.

Mas ela não perde o vezo, não perde a oportunidade, ou seja, não pode melhorar um pouquinho que, o tempo inteiro, faz uma maledicência contra alguém. Estou ficando cansado disso. Estou muito cansado! Estou cansado disso.

As atitudes que tomamos, de nobreza, de reconhecimento a quem tem mérito, não são respondidas

na medida da nossa preocupação com esse sentimento ético na nossa ligação com as pessoas. Não o são. A impressão que tenho hoje é de que o PT está se mostrando um partido baixo, reles, ao rés do chão, que vê no poder o fim último das coisas e não quer outra coisa a não ser o poder, o poder pelo poder, a qualquer preço.

Lembro que foi o poder a qualquer preço, com suas implicações envolvendo corrupção, que gerou aquela coisa escandalosa em Santo André, com oito assassinatos, oito mortos. Uma coisa impressionante!

Eu já disse desta tribuna que desmoralizaram o santo. Diz-se: *valei-me, meu Santo Inácio; valei-me, meu santo não sei o quê*. Quem tem a ousadia de dizer hoje: *valei-me, meu Santo André?* Desmoralizaram Santo André. *Valei-me, minha nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Lá em Parintins: *valei, minha nossa Senhora do Carmo*. Quem é que diz: *valei-me, meu Santo André?* Santo André passou a ser sinônimo de morte. Ligou-se a ele, morreu. Nós vimos que isso pode ser fruto dessa manobra, dessa cabeça torta que pensa que são os melhores e que vale tudo para ficar no poder; tudo. Já que são os melhores, já que querem o melhor para o País, vale tudo para ficar no poder.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a o debate que me foi propiciado. Aproveito para fazer uma advertência clara, agora que voltamos a ter sessões meramente discursivas – teremos esforço concentrado nos dias 4, 5 e 6 para votar matérias relevantes –: votamos matérias relevantes. Aprovamos todas as indicações de autoridades que o Governo queria com maioria que é nossa, que é da Oposição. Não paramos um minuto de trabalhar pelo País nesta Casa. Poderíamos ter negado, ter obstaculizado o funcionamento das agências reguladoras. No entanto, se elas não funcionam bem, é porque o Governo não as aprecia, não as considera nem as compreende. Mas todos os diretores foram nomeados pelo Presidente a partir da autorização que a maioria oposicionista desta Casa deu ao Presidente de República. Em troca, recebemos todos os dias essa demonstração pequena, baixa, de baixo nível.

Fica a lição, Sr. Presidente: com o Sr. Vedoin, foram buscar José Serra e colheram Aloizio Mercadante. Plantaram Serra e colheram Mercadante. Essa é a prova de que as pessoas devem ser íntegras, inclusive intelectualmente. Não devem

Não devem ser caluniadoras, não devem ser caluniosas, não devem ser baixas. Essa é a prova de que um Governo não deve ser de paus-mandados nem de paus-mandantes. Essa é a prova de que, toda vez que tentaram fazer mal a alguém, estribados na sua má-fé, e não na fé pública, literalmente quebraram a cara. Assim ocorreu no Banestado, quando foram para o banco dos réus, para não se falar no que vimos, no que fizeram nas

outras três CPIs que funcionaram aqui. Foi assim na CPI das Sanguessugas: foram lá para colher Serra, plantaram Serra, mas colheram Mercadante. Estou aqui para dizer que confio em Mercadante e nem discuto Serra, porque até o Sr. Vedoin reconhece que Serra é honesto. Não vou discutir Serra. Estou dizendo apenas que não deixo de colocar aqui minha defesa enfática da vida pública do Senador Mercadante. Serra não está em jogo, nem Vedoin diz que ele está. Então, vamos repetir: o PT dos paus-mandantes e dos paus-mandados, da baixaria, foi lá plantar Serra e colheu Mercadante. Bem feito.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dias atrás ocupei esta tribuna para denunciar manobras que se iniciam nos bastidores e alcançam até áreas do Governo Federal visando a retirar do Pólo Industrial de Manaus a exclusividade de incentivos para a produção de tudo que diga respeito a televisor.

Durante a votação, aqui, da nova Lei de Informática, ficou claro que aparelho de televisão é com Manaus. Automóvel é, por exemplo, com São Paulo, soja é não sei onde, mas televisor é com Manaus.

Decidido, porém, que o sistema de TV digital estará funcionando no Brasil dentro de aproximadamente um ano, surge uma espúria interpretação para tentar diferenciar televisor de televisor, como se televisor digital não fosse televisor. Então, Manaus ficaria com a exclusividade de incentivos para produzir o televisor analógico – que irá aos poucos se extinguindo – e outras áreas do País ganhariam o direito de produzir o televisor digital. Ora, televisor, analógico ou digital, é e sempre será simplesmente Televisor. Não há que tergiversar! Nem admitiremos que isso aconteça!

Mais ou menos a mesma coisa querem fazer com o *set-up box*, o conversor de sinais que, acoplado ao televisor analógico, permite a captação das transmissões pelo sistema digital. Esse aparelho é hoje produzido em Manaus – para captação de sinais via satélite ou via cabo – mas também querem dar-lhe outra denominação para permitir sua produção em outros locais do País – como se não fosse aparelho inerente ao televisor, sem o qual não funciona, não tem utilidade.

Pois bem, agora acabo de verificar que a produção de ar condicionado tipo *split* pelo Pólo Industrial de Manaus também está ameaçada, o que significa ameaça a empregos e prejuízos para o próprio País.

A ameaça, no caso, não vem, no entanto, de algum movimento velado. Vem de uma “esperteza”.

Várias empresas descobriram que um dispositivo da TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul) permite interpretação dúbia e, com isso, deram um jeito de importar *splits* mediante alíquotas de IPI que vão de zero a 5%, em vez de alíquota de 20%, que, por sinal, é a alíquota aplicada aos aparelhos de ar condicionado convencionais, precursores do tipo *split*.

Essas empresas importam separadamente as unidades internas das externas. Para efeito fiscal, classificam as unidades externas como “outros grupos de compressão”, escapando da classificação correta, que seria “máquinas e aparelhos de ar condicionado do tipo *split system* – sistema com elementos separados”.

Assim como importam, vendem também separadamente os dois componentes, como se fossem dois produtos e não um único produto. Alegam que a unidade externa pode ser usada para refrigeração, como em câmeras frigoríficas, o que, segundo os produtores de Manaus, poderia ser facilmente desmontado por uma fiscalização da Receita Federal. Ficariam comprovadas vendas de unidades internas e externas no mesmo dia e hora para revendedores que não trabalham com refrigeração.

Bem, então os produtores do tipo *split*, em Manaus, estão enfrentando duplo problema. De um lado, a concorrência dessas importações, que na verdade burlam o fisco e, de outro, a concorrência chinesa, que, como ocorre com tantos outros produtos, põe *split* no Brasil a preço de difícil competição. É de assinalar ainda que os produtores de Manaus enfrentam o custo do frete, pois os aparelhos tipo *split* são volumosos, equivalendo cada um a três aparelhos de ar condicionado convencional, de parede.

O Governo Federal não pode permitir que a Receita Federal e a Secex continuem assistindo de braços cruzados a essa importação, com tarifas preferenciais, de um produto que se fabrica no País, proporcionando emprego, diretamente, a centenas de brasileiros, e consumindo, em grande parte, matéria prima nacional. Sem falar na perda de arrecadação. O mínimo que o Governo Federal teria a fazer seria fixar alíquota de 20% para a importação, acabando com a dubiedade de interpretação, notadamente em relação à NCM 84.18.69.99. Só assim poderia frear o crescimento das importações. Em 2005, elas chegaram a US\$48 milhões. No primeiro semestre deste ano já haviam alcançado US\$30 milhões! Crescimento de 20% em seis meses!

Manaus – e esse é mais um motivo de orgulho para nós, amazonenses – abriga todo o pólo de ar condicionado de janela/parede do País, tem tecnologia, equipamentos e mão de obra formada e especializada, e é competitivo, atendendo plenamente a demanda nacional.

Os aparelhos tipo *split* representam evolução nessa área. Somente no ano passado esse mercado cresceu mais de 50%. E, como assinalam os técnicos, em Ma-

naus, o processo produtivo básico (PPB) é extremamente verticalizado: entra aço em chapa e cobre numa ponta e sai o aparelho *split* na outra. A matéria prima importada representa menos de 20% nesse processo.

É um setor, portanto, que deve merecer toda a atenção do Governo Federal.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados de maio, as águas dos rios Amazonas haviam subido muito, causando séria inundação em Municípios localizados no seu curso baixo, entre os quais Parintins, Itacoatiara, Borba, Barreirinha e Novo Aripuanã. Era uma das 20 maiores enchentes já registradas.

Em Parintins, o nível das águas ultrapassava em 12 cm a cota de alerta, que é de 8,35 metros. Jacarés e cobras chegavam a áreas residenciais. Uma situação dramática. Em Itacoatiara, mais de 500 pessoas haviam sido duramente atingidas. Segundo a Defesa Civil do Município, havia necessidade urgente de ajuda do Governo Federal.

Depois de ler o noticiário e obter informações diretamente das áreas afetadas, preocupei-me bastante e imediatamente, no dia 16 de maio, protocolei na Mesa desta Casa Requerimento de Informações endereçado ao Ministro da Integração Nacional. Queria saber que providências o Governo Federal estaria, porventura, tomando.

Quase um mês depois, ainda sem resposta, protocolei outro Requerimento a respeito de Municípios que não constavam do anterior.

Acabo de receber as respostas para os dois Requerimentos. Ambas datadas do dia 21 de julho, quando o nível das águas já estava, há muito tempo, em seu leito normal, embora persistam ainda resquícios do problema. E as respostas não são para dizer o que o Governo Federal fez, mas sim para dizer que nada fez. Não fez porque – pasmem, senhores Senadores! – os municípios não teriam cumprido as exigências burocráticas!

O Ministério da Integração Nacional informa quais são essas providências, devidamente codificadas num Manual. Esse, aliás, é o Governo dos *Manuais*: Manual do Politicamente Correto, que acabou recolhido; Manual da substituição, que a tanto vale a minuciosa descrição que o Ministério do Trabalho fez da profissão...

É de pasmar a que ponto chega a burocracia nesse Governo!

Segundo o Decreto 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, a atuação do Governo Federal, em caso de emergência ou calamidade pública, será apenas complementar à dos Governos Municipal e Estadual.

Primeiro, dispõe o Decreto, cabe ao próprio Município promover as ações de “resposta e de reconstrução e recuperação”. Quando sua capacidade de

atendimento estiver comprovadamente empregada, compete então ao Governo, estadual ou federal, que confirmar o estado de calamidade pública ou situação de emergência, a atuação complementar.

É uma preciosidade! Em meio a um problema agudo, com centenas de casas por vezes inundadas, com centenas de pessoas sem abrigo, o Prefeito tem de comprovar que esgotou sua capacidade de dar resposta ao problema.

O passo seguinte – estou seguindo o MANUAL – consiste na solicitação do Município para que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública seja reconhecido.

Como fazer isso? É assim: o Prefeito dirige ofício ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- 1 – Decreto de Declaração do Prefeito Municipal;
- 2 – Decreto de Homologação do Governador;
- 3 – Cópia da publicação do Decreto do Governador no *Diário Oficial* do Estado;
- 4 – Formulário de Avaliação de Danos – AVADAN;
- 5 – Mapa ou Croqui da área afetada pelo desastre;

6 – Parecer do órgão de Coordenação do SINDEC, em nível estadual, sobre a intensidade do desastre e sobre a coerência dos atos, em relação aos critérios estabelecidos pelo CONDEC; e

- 7 – Declaração Estadual de Atuação Emergencial.

Cumpridas essas etapas, começa a tramitação burocrática do pedido dentro do Ministério. Se depois de passar por esse calvário o pedido for acolhido, o auxílio federal servirá, quem sabe, para a próxima enchente...

Em relação, concretamente, às providências relativas aos Municípios a que me referi, o Ministério da Integração Nacional informa que até 30 de junho o Município de Itacoatiara não havia encaminhado a “documentação pertinente” à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Os Municípios de Parintins e Barreirinha, até o dia 17 de junho, também não. Os Municípios de Borba e Novo Aripuanã o fizeram – e a documentação estava “em análise técnica no setor competente”.

É assim que o Ministério da Integração Nacional socorre as populações aflitas diante das calamidades.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no Sul do Amazonas, famílias dedicadas à agricultura familiar vivem momentos de inquietação, temendo o pior, que seria a obrigatoriedade de deixar as áreas que exploram há anos.

Naquela região, mais precisamente no entorno da BR-319, serão criadas pelo Ministério do Meio Ambiente

diversas Unidades de Conservação e é isso que apavora esses pequenos agricultores do meu Estado.

Se eles tiverem que sair dali será uma lástima. Uma tragédia que, no entanto, pode ser evitada com a simples alteração dos limites propostos no projeto do Ministério do Meio Ambiente. Basta remarcar o início dessas unidades para uma distância de 30 quilômetros além da margem esquerda do Rio Mucuí (ou Mucurim), desde sua nascente até os limites do Rio Inacorã.

Acredito no bom senso da Ministra Marina Silva, que será sensível aos apelos dessas famílias de agricultores do Amazonas.

Ali, onde se estabeleceram, eles formam a Associação Agrosilvopastoril Vale do Mira-Flor, localizado na região sul de Canutama. Ocupam 81 lotes de 500 hec-

tares cada. São 81 famílias formando um contingente de 420 pessoas. Todas se dedicam à agricultura familiar e à exploração de produtos naturais e ao replantio, sem causar qualquer tipo de devastação florestal.

O pedido formal dos pequenos agricultores do Sul do Amazonas já está no Ministério do Meio Ambiente. Endosso a solicitação, com meu apelo pessoal à ilustre Ministra Marina Silva. Eles não pedem muito. Apenas bom senso, o que tradicionalmente não falta à Ministra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sanguessugas: o mistério de um senador de SP

Vocês lerão, duas notas abaixo, que Luiz Antônio Vedoin, o sócio da Planam, que pagou propina para quase um quinto do Congresso Nacional e, diz ele, para intermediários do Ministério da Saúde, sugeriu à CPI que se investigassem as verbas da Pasta que eram direcionadas, mas não por meio de emendas. E, nesse caso, ele citou o nome de um senador. Este blog apurou que o senador a que ele se refere é de São Paulo. Sim, disse Vedoin, o senador que merece ter rastreados os seus esforços é de São Paulo... Como todo mundo sabe, só há três: Romeu Tuma, do PFL, e os petistas Eduardo Suplicy, candidato à reeleição, e Aloizio Mercadante, candidato ao governo do Estado. Mais uma tarefa a que deve se dedicar o jornalismo investigativo... Huuummm. Sejam sutis nos comentários...

posted by Reinaldo Azevedo | [email](#) | [04:22](#) | [7 comments](#)

No Painel da Folha, o inútil esforço dos petistas para implicar Serra e livrar a cara do partido

No corpo da *Folha de S. Paulo*, o leitor não encontra a informação, mas o leitor do jornal tem o *Painel*, sob o comando de Renata Lo Prete. E ali se pode ler:

"Virou comédia a ação da tropa de choque mobilizada pelo PT para acompanhar o depoimento de Luiz Antonio Vedoin. Os deputados Eduardo Valverde (RO) e Fernando Ferro (PE), pouco vistos na CPI dos Sanguessugas, juntaram-se ontem ao senador Sibá Machado (AC) na tentativa de extrair do chefe da máfia acusações ao governo anterior. Não deu certo. Valverde perguntou quatro vezes sobre eventual envolvimento de José Serra. O depoente negou e disse que o esquema prosperou no atual governo. "Antes, ninguém vendia facilidades." Sibá tentou isentar a colega Serys Shlessarenko (MT) culpando seu genro. Vedoin: "Então ela devia trocar de genro, porque fazia as emendas, e ele ficava com o dinheiro".

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Em discurso da tribuna, a senadora Ideli Salvati (PT-SC) pediu ontem à mesa diretora do Senado para encaminhar à CPI dos Sanguesugas fotos em que o ex-ministro da Saúde José Serra (PSDB) aparece numa cerimônia para entrega de ambulâncias no Mato Grosso, em 2001. Segundo ela, trata-se de indício do nascedouro do esquema ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E motivo para a convocação de Serra, candidato favorito ao governo de São Paulo, para depor na CPI.

A existência das fotos e mesmo da cerimônia, porém, já eram de conhecimento da CPI desde o último dia 13, quando seis membros da comissão foram a Cuiabá (MT) ouvir secretamente o sócio da Planam, Darci Vedoin, que estava preso. A eles, Darci lembrou ter entregue 56 ambulâncias para municípios mato-grossenses, junto ao então governador, Dante de Oliveira — morto mês passado —, ao ministro Serra e aos deputados da bancada do Mato Grosso. “Foi em um local fechado, lá no Pantanal”, disse.

Emenda

A descrição das fotos e das fotos que vinham circulando na internet. “Cinquenta e seis unidades, todas fotografadas, com a presença do governador, com a presença do ministro, com a presença de todo mundo. Com a minha presença. Ah, nós começamos a pensar maior”, disse Darci Vedoin a membros da CPI.

Segundo o dono da Planam, o dinheiro para a compra das ambulâncias foi orçado numa emenda de bancada subscrita por todos os deputados do Mato Grosso. Alguns deles já cobraram propina da empresa, conforme o depoimento.

Naquela ocasião, o relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), perguntou ao empresário se alguém do Ministério da Saúde também “já entrava” no esquema das ambulâncias. Darci respondeu: “não”.

Em visita a Franca (SP), onde fez campanha, Serra disse que iria sem problemas à CPI, caso convocado. “Não tenho nada a esconder, não tenho nada a ver

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloisa Helena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Paulo Paim e Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a pediu para que constasse dos Anais a leitura do material que trouxe e será atendido na forma do Regimento.

Pelo mesmo tempo, concedo a palavra ao eminente Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Magno Malta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo que vamos utilizar aqui será em homenagem a uma pessoa muito especial que nasceu lá na fronteira do nosso Rio Grande, Senador Paulo Paim, e que tem este ano, todo ele, dedicado à passagem do seu centenário, que é o nosso querido e grande poeta Mário Quintana.

Foi numa noite muito fria, em 30 de julho de 1906, enquanto o vento minuano fustigava a paisagem congelada na vastidão do pampa gaúcho que nascia, em Alegrete, fronteira entre o Rio Grande e o Uruguai, um menino prematuro a quem deram o nome de Mário. Um guri que sobreviveria, apesar do pouco peso e dos rigores de inverno, para ser, no futuro, por talento e ousadia, príncipe entre os poetas, o grande Mário Quintana.

Falar sobre este gigante não é tarefa simples. Viemos à tribuna no dia de hoje para homenagear, com enorme respeito e admiração, o transcurso do centenário de seu nascimento.

Aliás, o nosso querido, o nosso grande companheiro Senador Pedro Simon, com o meu apoio e o do nosso querido amigo nosso grande Senador Paulo Paim, que presidiu esta sessão até há poucos minutos, agora substituído pelo Senador Magno Malta, já confirmou sessão solene em homenagem a Mário Quintana, prevista para o mês de novembro. Será para lembrarmos um pouco da sua trajetória, da sua vida, da sua obra, ambas indistintas, ou, como ele mesmo disse, vida e obra uma coisa só.

Em Porto Alegre, cidade que o acolheu, ou melhor, que foi acolhida por ele para ser sua morada, uma extensa programação de eventos culturais marca os cem anos de nascimento do poeta. A partir do decreto do nosso Governador Germano Rigotto, instituiu-se o Ano do Centenário de Quintana.

O menino Mário cresceu franzino, miúdo, mas muito ativo e atento às coisas que via no mundo. Seus

pais, o farmacêutico Celso de Oliveira Quintana e Virgínia de Oliveira Quintana...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Sérgio Zambiasi, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sou admirador de Mário Quintana e faço com que meus filhos leiam sua obra. Os mais velhos já a leram e os mais novos eu os induzo a também a lerem. A propósito do que falávamos, o poema “Da Observação”, de Mário Quintana, diz o seguinte:

Não te irrites, por mais que te fizerem...
Estuda, a frio, o coração alheio.
Farás, assim, do mal que eles te querem,
Teu mais amável e sutil recreio...

É uma lição do grande conterrâneo de V. Ex^a e do Senador Paulo Paim, homens públicos que honram esta Casa.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Arthur Virgílio, obrigado pela citação. Ela mostra que o nosso príncipe dos poetas não é gaúcho, mas brasileiro. Ele é continental, é universal. Que bom ouvir do Senador amazonense palavras de um dos seus grandes poemas, entre outros que serão lembrados e citados nesta manifestação. Senador Arthur Virgílio, o Rio Grande do Sul agradece por essa manifestação.

Exatamente com essa preocupação de formação do filho, com a importância da educação, ainda na infância seus pais despertaram-lhe o gosto pelo conhecimento, pelas línguas estrangeiras e pela boa leitura.

Através dos jornais, livros e toda a forma de escrita que importava, plantaram em seu coração o amor pelas letras. Semearam em seu espírito o que seria uma de suas maiores formas de expressão e a grande vocação de sua vida, a poesia.

Em 1915, com 13 anos de idade, após concluir o curso primário em Alegrete, os ventos mudaram de rumo e o menino partiu para Porto Alegre, indo estudar, em regime de internato, no Colégio Militar.

Foi um tempo de despertar, de assumir seu destino, quando começa a traçar suas primeiras linhas e publica alguns trabalhos na revista da escola.

Anos depois, passa a trabalhar na Livraria do Globo, contrariando seu pai, que queria o filho doutor. Aos 17 anos, publica um soneto com o pseudônimo JB, divertindo-se com o sucesso do texto e com o anonimato que o escondia.

Em 1925, retorna para Alegrete e vai trabalhar na farmácia da família. Mas nos dois anos seguintes a dor da perda marca a vida daquele jovem: primeiro, a morte da mãe, e um ano depois, a morte do pai.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, quero cumprimentar V. Ex^a por lembrar o centenário de Mário Quintana, que, como V. Ex^a disse, é um homem do mundo. Não há horizonte para sua poesia, pela forma bonita, alegre com que brincava com as palavras. O grande poeta é esse, o que brinca com as palavras e passa uma grande mensagem. Por isso fiz este aparte rápido. V. Ex^a e eu temos um compromisso, no Ministério dos Transportes, para discutir a questão dos portos do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma iniciativa dos Senadores gaúchos, e nós estaremos lá. Mas peço a V. Ex^a que, ao mesmo tempo em que faço uma homenagem a Mário Quintana, permita que eu preste, como fiz no caso de outros Senadores, minha total solidariedade ao Líder Aloizio Mercadante. S. Ex^a é um homem que tem uma história bonita, no campo da ética, da moral, dos bons costumes, que orgulha toda a nossa gente, não só ao povo de São Paulo.

Por isso, eu não poderia deixar de dar este depoimento. Entendo que foi uma insinuação indevida para quererem confundir a população, jogando-se, dessa forma confusa, lama para todo lado, atingindo a figura daquele que, no meu entendimento, continua sendo o nosso líder. Tenho convicção de que o Senador Aloizio Mercadante não tem nada a ver com a balbúrdia. Já tentaram outras vezes induzir a opinião pública a uma grande confusão citando também o nome do Mercadante. Por este motivo fiz um aparte a V. Ex^a. Sei que a posição de V. Ex^a é idêntica a minha, porque V. Ex^a, tanto quanto eu, conhece a história de Aloizio Mercadante. Desculpe-me pela forma como tive de fazer este aparte, pois tenho que me deslocar. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Paim, entendo perfeitamente sua preocupação com os compromissos desta manhã. Temos, daqui a pouco mais, realmente, no Ministério dos Transportes, esse compromisso de buscarmos soluções para os portos do Rio Grande do Sul, mas me somo a sua manifestação.

O Senador Aloizio Mercadante é uma unanimidade nesta Casa. Ouvi, atentamente, a manifestação do Senador Arthur Virgílio com relação ao Senador Aloizio Mercadante, como também o Senador Magno Malta fez também algumas intervenções na sua manifestação. Entendemos que este é um momento de muitas angústias e preocupações. Ouvi, quando da manifestação do Senador Arthur Virgílio, que, muitas vezes, quando são atingidos inocentes, acabam-se confundindo todas as questões. Por essa razão, somo-me à sua manifestação.

Eu falava na dor de Mário Quintana pela perda da mãe, do pai, e talvez por experimentar, Senador Magno Malta, tão sofrida realidade. Talvez por isso mesmo, por passar por esses sofrimentos – V. Ex^a está passando por um sofrimento neste momento –, ele tenha produzido muito e intensamente. Das lágrimas que – imaginamos – derramou brotaram inúmeras pérolas a compor verdadeiras jóias no papel.

Premiado em concurso de contos e poesias, aos 23 anos, Mário Quintana retorna a Porto Alegre para trabalhar na imprensa, traduzindo e redigindo textos. Em 1930, a **Revista do Globo** e o **Correio do Povo** publicam seus versos, ano em que eclode o movimento liderado por Getúlio Vargas.

Poucas pessoas sabem que o jovem Quintana, aos 24 anos de idade, foi voluntário na Revolução de 30, tendo pegado em armas no 7º Batalhão de Caçadores.

A contribuição de Mário Quintana à cultura sul-rio-grandense foi longa e fecunda, seja pela produção própria, seja pela tradução de grandes mestres da literatura universal, com os quais nos proporcionou contato e a cujos textos conferiu a marca de seu gênio na lida do nosso idioma.

A partir de 1934, passa a traduzir uma série de obras, até então inéditas no Brasil, de autores do quilate de Voltaire, Virginia Woolf, Charles Morgan, Marcel Proust e outros.

Em 1940, publica uma de suas tantas obras famosas, **A Rua dos Cataventos**, livro de sonetos que é adotado como referência escolar na rede de ensino. A partir daí, sua produção foi imensa e incessante até morrer.

Foram mais de 25 livros de poesias produzidos em prosa e verso. Trata-se de poesia da melhor qualidade, ainda que alguns críticos da época considerassem-no um poeta menor pela estranheza que causava a simplicidade genial do seu texto.

Dos inúmeros trabalhos, citamos obras como **Sapato Florido**, **Espelho Mágico**, **O Aprendiz de Feiticeiro** e **Antologia Poética**, livros que compõem sua vasta obra e que lhe renderam títulos e várias homenagens.

Quintana trabalha com Érico Veríssimo e Monteiro Lobato, este último prefaciando obra sua. Ao lado de Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e Henriqueta Lisboa, integra o sexto volume da coleção didática “Para gostar de ler”. Nesse período, publica, em Buenos Aires, **Objetos Perdidos Y Otros Poemas**, com o reconhecimento de público.

Mário Quintana recebe elogios dos maiores intelectuais da época. É homenageado por Manuel Ban-

deira, recebe indicação para a Academia Brasileira de Letras, o que, infelizmente, nunca se concretizou.

Vem daí o seu célebre “Poeminha do Contra”, marcado pela ironia fina que caracterizava o seu humor:

 Todos esses que estão aí,
 atravancando o meu caminho,
 eles passarão.
 Eu, passarinho.

Sr. Presidente Magno Malta, as obras de Mário Quintana foram publicadas em revistas internacionais, encenadas no teatro e gravadas, a exemplo da III Festa Nacional do Disco, em Canela, quando foi lançado o álbum duplo “Antologia Poética de Mário Quintana” pela Gravadora Polygram.

Pelo conjunto da obra, Quintana recebe a mais importante condecoração que o Rio Grande concede a pessoas de destaque: a medalha Negrinho do Pastoreio.

Mas a maior honraria, segundo ele mesmo, era a placa de bronze em sua terra natal e o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre, em reconhecimento ao amor que o poeta expressava e nutria pela cidade onde morou até morrer.

Foram tantos e tão preciosos os livros que nos legou: **Pé de Pilão, Esconderijos do Tempo, Lili Inventa o Mundo**. Impossível elencá-los todos, igualmente impossível deixar de citar alguns, mais difícil ainda escolher o mais belo.

Mário Quintana foi um poeta do cotidiano. Não era nem pretendia ser um grande intelectual ou um homem de palavrório, como ele mesmo se autodefinia. Falava de sentimentos e impressões, das pequenas criaturas, da luz, das tardes, da sua companheira, a lua. Falava, enfim, da magia imensa que há no mundo e que, por estar visível aos olhos de todos, todos os dias, acaba invisível aos olhos, na faina do dia-a-dia.

A década de 80 traz diversas honrarias ao poeta: primeiro, o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. Mais tarde, é homenageado com o título de Doutor **Honoris Causa** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Oito anos depois, a Unicamp e a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedem idêntico título, que viria ainda da Unisinos e da PUC, Universidades do Rio Grande do Sul.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez a mais importante homenagem tenha sido em 1983, quando o Hotel *Majestic* de Porto Alegre, onde morou de 1968 a 1980, foi tombado pelo patrimônio histórico do Estado e passou a chamar-se Casa de Cultura Mário Quintana, numa iniciativa aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa gaúcha.

A Casa de Cultura Mário Quintana, hoje, é um dos maiores complexos culturais do Brasil, com salas de teatro e de cinema, oficinas de arte e literatura, espaços para exposições temporárias e permanentes, cafés, bistrôs etc. Ponto de referência cultural e de lazer na Capital gaúcha, a Casa de Cultura Mário Quintana esteve à frente das recentes comemorações que marcaram o centenário de nascimento do poeta.

Porto Alegre mobilizou-se para homenagear tão ilustre cidadão honorário num misto de afeto, admiração e saudade de uma de suas figuras públicas mais queridas com uma série de projetos e iniciativas desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado e do Governo Germano Rigotto.

Mário, o homem, tinha uma personalidade complexa. Era alegre, nostálgico ou irônico. Moleque e sábio ao mesmo tempo, cumprindo a máxima de Machado de Assis “o menino é o pai do homem”. Foi sempre absolutamente reservado. Não lhe agradava falar sobre si mesmo. Dizia: “toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Querem saber de mim? Minha vida está nos meus poemas”.

Mesmo com sua timidez e sua contrariedade à badalação, as homenagens ao poeta não cessam até depois de sua morte, aos 88 anos, em maio de 1994, em Porto Alegre.

Mário Quintana! Um dos mais premiados e reconhecidos escritores, tradutores e poetas brasileiros. Fincou raízes em Porto Alegre. Na Capital gaúcha, estudou, trabalhou, fez amigos, carreira e fama, envelheceu e morreu. Caminhador das ruas da cidade, amante de suas particularidades, com o tempo tornou-se seu patrimônio, confundindo-se na paisagem. Porto Alegre o tinha como seu filho amado. E Mário tinha a cidade como o lugar de seu andar.

No poema “O Mapa”, traduz esse amor verdadeiro:

 Olho o mapa da cidade como quem examinasse a
 anatomia de um corpo. (É nem que fosse o meu corpo!)

 Sinto uma dor infinita das ruas de Porto Alegre,
 onde jamais passarei...

 Há tanta esquina esquisita, tanta nuance de paredes,
 há tanta moça bonita nas ruas que não andei. (E há
 uma rua encantada, que nem em sonhos sonhei...)

 Quando eu for, um dia desses, poeira ou folha
 levada no vento da madrugada, serei um pouco do
 nada, invisível, delicioso. Que faz com que o teu ar
 pareça mais um olhar, suave mistério amoroso, cidade
 de meu andar, desde já, tão longo andar. E talvez,
 de meu repouso...”

 E o foi.

Finalizando, Sr. Presidente Magno Malta, quero dizer da minha esperança nos meninos e meninas, filhas e filhas desta terra. Que tenham a ventura de aprender

a lição, ainda na infância, do amor pela leitura, porque o livro é um grande amigo, talvez o maior de todos.

Nos livros, encontramos perguntas iguais às nossas e, nesse sentido, nos irmanamos com ele. Nos livros, encontramos respostas às nossas perguntas e, nesse sentido, crescemos com sua grandeza.

Que a poesia salte das páginas para as ruas, para os cafés, para as praças e para as escolas com a energia necessária para alimentarmos, defendermos e preservamos nossa memória cultural.

Sonho com um futuro em que as pessoas, depois de um dia de trabalho, possam ler seus poemas preferidos, até o sono chegar. Depois, fecharão seus livros e todos, sem exceção, dormirão em paz, porque, nas palavras do imortal poeta, “a poesia purifica a alma, e um belo poema, ainda que de Deus se aparte, um belo poema sempre leva a Deus”.

Obrigado, Mário Quintana! Obrigado, Presidente! Obrigado a todos!

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Zambiasi, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Antes de V. Ex^a encerrar, gostaria de registrar o meu apreço pelo registro que V. Ex^a faz nesta Casa e nesta manhã. Todos deveríamos ter um apreço especial pelo poeta. O poeta é algo assim de inspiração divina. Veja que ele usa as mesmas palavras que usamos, só que as usa numa seqüência tal que arrebatava corações, provoca emoções, provoca uma quantidade de sentimentos extraordinários. Temos de reverenciar os nossos poetas. V. Ex^a presta uma justa homenagem a um dos nomes mais expressivos da literatura brasileira, que é Mário Quintana. Lamentavelmente não ouvi todo o seu pronunciamento. Gostaria que me deixasse depois uma cópia desse exemplar, porque a parte que ouvi gostei muito, a parte que ouvi me encheu de entusiasmo, a parte que ouvi me deixou entender que homens da estirpe de V. Ex^a, de espírito público elevado, têm sensibilidade para apreciar a arte, a cultura e a letra brasileira. É uma justa homenagem que V. Ex^a presta. Gostaria de me associar a essa extraordinária homenagem que presta ao nosso querido Mário Quintana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado por sua manifestação, Senador Leomar Quintanilha.

Tive o privilégio de conhecer pessoalmente Mário Quintana, sua forma de ser, seu jeito tímido, extremamente sensível e inteligente. E é bom reproduzir aqui muitas das emoções que ele transmitiu em seus poemas, muitas delas dedicadas à cidade que ele escolheu para viver e amou tanto, Porto Alegre.

Emocionou-me especialmente lembrar um dos poemas que ele dedica às ruas, inclusive àquelas que ele não conheceu. Realmente, com a singeleza de suas palavras, ele nos encheu de emoção.

Fico grato e asseguro-lhe que farei chegar a seu gabinete uma cópia deste pronunciamento, que traz algumas das lembranças evocadas nas comemorações que o Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre, promove no centenário de nascimento de Mário Quintana.

Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos.

O Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Zambiasi, o Senador Leomar, os telespectadores da TV Senado e todas as pessoas presentes.

Parabéns pelo pronunciamento, Senador Zambiasi, nosso radialista premiado, querido, campeão. V. Ex^a, quando falava do “Negrinho do Pastoreio”, fez-me voltar no tempo, à minha infância. O meu irmão mais velho, que deve estar nos assistindo, apanhou muitas vezes em sala de aula por causa da história do Negrinho do Pastoreio – naquela época, apanhava-se de palmatória por não saber a tabuada. Era preciso fazer uma leitura em sala de aula, ler um texto do Negrinho do Pastoreio, e ele, por não saber ler bem, apanhava. Em uma dessas leituras em que não se saiu muito bem, ele apanhou de uma professora chamada Neli, que puxou a orelha dele com tanta força porque ele não aprendia nada do livro Negrinho do Pastoreio que a orelha sangrou.

Fui lá, peguei o braço dele e o arrastei da sala de aula. Saímos chorando juntos e fomos embora. Chegamos em casa, ele com a orelha sangrando, e contamos para minha mãe aquela loucura da professora esperando o apoio dela. Minha mãe pegou no braço dos dois e nos levou de volta para a escola. Se tivesse nos apoiado, talvez nunca mais tivéssemos voltado à escola. O “Negrinho do Pastoreio”, sem dúvida alguma, é parte significativa da nossa história, como é da história de milhões de brasileiros.

Quero lhe parabenizar por tão bem articulado pronunciamento, tão bom de se ouvir. Acho até que V. Ex^a deve fazer um requerimento à Mesa para publicar uma separata. É muito importante que o povo do seu Estado a tenha e o povo do Brasil também. Portanto,

sugiro-lhe que faça uma separata e a faça publicar pela Gráfica do Senado, pois V. Ex^a estará fazendo um bem à cultura do Brasil, à memória cultural brasileira e, entre as muitas coisas que marcarão seu mandato nesta Casa, certamente essa separata será lembrada.

Senador Sérgio Zambiasi, volto a esta tribuna – e voltarei tantas vezes quantas forem necessárias – para me defender. Aparteei o Senador Arthur Virgílio para dizer que as pessoas são vitimadas por ilações e, quando não têm o veículo para se defender, são rotuladas definitivamente. Não me refiro a quem não quer se defender, porque, numa hora como esta, muitos querem, de fato, Sr. Presidente, é se esconder.

Muitos não têm coragem de aparecer; a outros não falta coragem, mas fatos contundentes e verdadeiros que possam trazer a verdade à tona e lhes garantir a inocência. Aqueles que têm, têm de levantar a cabeça. Essas coisas abatem, essas coisas, Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, ferem a alma de quem tem história, de quem constrói história e de quem tem família, de quem preza valores.

No meu caso, construí uma história com muita dificuldade, com muita luta, cheguei ao Senado da República com muita luta. A minha história e o meu histórico é de enfrentamento, nunca comunguei de atos indignos e muito menos de atos que pudessem trazer lesão ao Erário Público, ao Poder Público.

Então, reafirmo ao povo do Brasil – e não me alongarei – que nada há – e, por isso, nada posso temer – que me ligue à chamada Máfia dos Sanguesugas. Uma CPI precisa ter fato determinado, e o fato que determinou essa foram emendas no Orçamento direcionadas para a empresa Planam. Eu nunca apresentei emendas para favorecer essa empresa, não existe emenda de Magno Malta nesse sentido. Vejam como isso é hilário! Não existe! Não sei se feliz ou infelizmente, tenho até de fazer a defesa do Sr. Vedoin: ele nunca me propôs corrupção, e não o fez porque não podia ter feito, pois nunca esteve comigo, nunca esteve em meu gabinete, embora façam a ilação de que o meu Chefe de Gabinete sabia. Sabia onde? Sabia como? Onde é que está a ligação? Onde é que está o crime do meu Chefe de Gabinete? Onde é que ele esteve? Nós nunca o recebemos.

Então, por nunca o termos visto, por nunca o termos recebido, nunca me propuseram corrupção. Nunca me propuseram emenda alguma de Orçamento, e eu nunca apresentei nada nesse sentido. Esse é um ponto pacífico, verdadeiro e final.

Segundo ponto: não existe carro. Não existe carro, nunca recebi carro, nunca estive junto. Falei da tribuna que, quando Deputado Federal, construí grandes amigos à época em que presidi a CPI do Narcotráfico. Era uma

CPI tão perigosa, que ficamos muito juntos, agarrados uns aos outros como forma de nos proteger. A CPI do Narcotráfico era tão perigosa, que nos tornamos uma família. É muito grande o carinho que sinto por Moroni Torgan, hoje candidato a Senador pelo Ceará, pelo Deputado Fernando Ferro do PT, por Alcione Barbalho, Laura, pelo Deputado Lino Rossi e por tantos outros que trabalharam comigo naquela CPI. Éramos amigos, éramos Deputados juntos. Não se tratava de bandidos.

Quando Deputado Federal, o Deputado Lino Rossi me emprestou uma *van* sua, que já não mais estava usando. Senador Leomar, eu a usei e a devolvi há um ano e dois meses. Não tenho absolutamente nada a ver com isso. Se o Sr. Darci Vedoin, como ele diz no seu depoimento, tratou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, se ele combinou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, essa informação não chegou a mim. Ele pode ter tratado alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, mas não tratou comigo nem com a minha assessoria nem no meu gabinete, até porque o Deputado Lino Rossi sempre me respeitou. Ele sabe o homem que eu sou e nunca me propôs corrupção; nunca, Senador Leomar Quintanilha, ele me falou em emenda.

Até por que o Deputado Lino Rossi sempre me respeitou, sabe o homem que sou e nunca me propôs corrupção. Nunca, Senador Leomar Quintanilha, ele me falou em emenda para ambulância, em emenda para a Planan! Até por que tomei conhecimento do nome da Planan agora nos jornais, nunca soube da existência dessa empresa, graças a Deus!

Então, ele nunca esteve comigo. Se tratou com o Deputado Lino Rossi é um problema do Deputado Lino Rossi e um problema deles. Essa informação nunca chegou a mim e, por isso, ele diz – são palavras dele – que nunca coloquei emenda no Orçamento para eles.

Sr. Presidente, vim para a tribuna e fiz esse pronunciamento, que é a mais pura verdade. Não há como me desmentir, não se sustenta a ilação. Ele diz que nunca esteve comigo e nunca esteve com chefe de gabinete algum. Nunca o recebemos. Até por que, quando se fala uma coisa dessas, é preciso provar: onde foi, com quem foi, quem é testemunha, quem viu, onde estão as impressões digitais, e isso não existe.

Recebo um documento que é extremamente importante, que envio ao seu gabinete hoje, que já entreguei ao Relator, Senador Amir Lando, e ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, um homem honrado. E algumas declarações que estão nos jornais hoje reputo como equivocadas, porque o Senador Romeu Tuma é o Corregedor da Casa e como tal não pode emitir juízo de valor fora disso, senão qualquer um poderá requerer – foge-me o termo – a falta de capacidade. Não é capacidade, é a pessoa não estar apta por ter

emitido juízo de valor antes para poder julgar qualquer tipo de processo. Poderá requerer o impedimento, Senador Leomar Quintanilha. O Senador Romeu Tuma é um homem experiente, todos conhecem a sua honra, e há algumas coisas equivocadas.

Ontem à noite, ele me ligou, desmentindo algumas informações, que logo foram publicadas no **Globo Online**. Ele disse que são atabalhoados e desencontrados os depoimentos do Vedoin. Eles colocaram o meu nome e ele pediu para trocar. Isso foi trocado, porque o Senador Tuma é realmente um homem que se pauta por um comportamento de dignidade.

V. Ex^a imagine se eu estivesse mentindo mesmo com essa verdade que nunca coloquei e não existe carro nenhum. Estou mandando ao seu gabinete e aos 81 Senadores, aos membros da CPI e ao Corregedor este documento que passo a ler:

Eu, Lino Rossi, brasileiro, casado, Deputado Federal, venho, por meio do presente, declarar, para os fins legais, o que passo a narrar. Conheço o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, há vários anos; tive com ele uma aproximação quando da instalação da CPI do Narcotráfico no âmbito do Congresso Nacional; sempre tive uma forte ligação fraterna, espiritual e religiosa com ele. [Isso porque sou evangélico. Quem é que não sabe disso? E toda vez que esse cidadão entrou no meu gabinete, o meu gesto, a minha conversa com ele foi ler a Bíblia e orar por ele, que tem uma filhinha adoentada. Ele viveu grandes problemas, e eu estive presente, como estive na vida de todos que vivem as suas agruras nesta Casa. E V. Ex^a conhece os Senadores que vêm vivendo as suas agruras, alguns por enfermidade, outros por estar envolvidos, e eu, por professar a fé evangélica, aproximo-me, por acreditar na Bíblia e para oferecer conforto e orar com esses Senadores. Fiz isso a vida inteira na Câmara, com todos que viviam os seus problemas.

Tenho essa sensibilidade para me aproximar.] Disse então ao Senador Magno que dispunha de um automóvel Fiat Van Ducato [– esse carro que o Sr. Vedoin disse que deu a ele para mim, de forma que eu estaria trocando a minha honra por uma Van de carregar passageiro –], placa KAM 4467, de Várzea Grande, MT, que tinha utilizado na minha campanha eleitoral e que poderia ficar à sua disposição [– isso porque ele estava morando em São Paulo, onde foi comandar o programa Cidade Alerta, da Record –], em virtude de ele ter me informando que, à época, estava precisando de um automóvel para fazer viagens com sua banda *gospel* pelo Estado do Espírito Santo. Tais fatos se deram por volta de setembro de 2003, ocasião em que disponibilizei para o Senador Magno a documentação daquele veículo e a sua posse mansa e pacífica. O referido veículo permaneceu com o Senador Magno Malta até meados de

julho de 2005 [– eu o devolvi há um ano e dois meses ao seu verdadeiro dono, Lino Rossi, porque o carro não era meu e nunca recebi presente de ninguém, apenas recebi o carro emprestado de um amigo –], ocasião em que retornou para mim”. Por fim, declaro que sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006, sendo o que ali afirmado a expressão da verdade dos fatos. Era o que me incumbia declarar e esclarecer.

Por ser verdade, firmo o presente, em
São Paulo, 3 de agosto de 2006.
Lino Rossi.

V. Ex^a imagina que, se eu não estivesse com a verdade, viria fazer afirmações na tribuna do Senado, correndo o risco de ser desmentido?

Mas a verdade vos libertará. Por isso, venho e olho nos olhos do povo do Brasil por meio das câmeras da TV Senado sem qualquer medo. Não será uma ilação que destruirá minha história e que jogará minha biografia no lixo.

Nessa segunda-feira, quando vim para cá, minha filha mais velha me disse: “Pai, tenha paz. Cuide do seu caráter e tenha paz. O senhor é um homem público e da sua reputação o senhor não pode cuidar. O senhor é um homem público, e a sua reputação está nas mãos de qualquer um. Eles fazem o que querem. E fica por isso mesmo. Mas cuide de seu caráter, tenha a sua verdade e, mais, confie em Deus. É a única coisa que você pode fazer. Angustiar-se não evitará manchete no jornal e ilações”.

Então, digo ao Brasil, olhando meus irmãos, as pessoas deste País que têm acompanhado meu mandato e minha trajetória, as pessoas do Estado do Espírito Santo – um Estado em que, de 1.170 milhão de votos válidos, tive quase 900 mil votos –, que continuarei honrando a Deus, a minha família, a sociedade do Espírito Santo e ao Brasil que conhece a minha história.

Espero que o sentimento de justiça possa tomar conta do coração do Senador Amir Lando. O sentimento de justiça precisa tomar conta do coração de todos aqueles que precisam fazer justiça. Que justos não sejam tratados como injustos, que inocentes não sejam jogados no cadafalso e que aqueles que devem tenham a dignidade de pedir perdão à Nação, à família, às pessoas e confessem seu erro.

Senador Leomar Quintanilha, agradeço a oportunidade, o tempo dado a mim. Era isso que tinha de falar. Se precisar, falarei “n” vezes, até porque é necessário olhar nos olhos das pessoas e não se esconder quando nada se deve.

Esse documento que acabei de ler será enviado ao gabinete de V. Ex^a – se já não foi – e de todos os

Senadores, principalmente do nosso Corregedor, Senador Romeu Tuma, a quem encaminho toda a documentação. Essa é a verdade dos fatos. Ele diz: “Sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006”. Enviarei na íntegra o pronunciamento em que repudio as acusações e conto todas as verdades.

A despeito desse Deputado Federal, a mídia está noticiando que, nos depoimentos dados, fala-se do seu envolvimento e do seu relacionamento com a família Vedoin e com a Planam.

A despeito de tudo isso, quando convivi com o Deputado Federal, na Câmara Federal, não estava convivendo com bandido, nem com marginal, mas com uma pessoa igual ao Moroni, igual ao Fernando, igual a tantos quantos compuseram aquela comissão tão importante para o Brasil – a Comissão do Narcotráfico –, uma pessoa de quem me fiz amigo, como de tantos quantos me rodeiam.

Aqui no Senado não é diferente. Com V. Exª até travei o meu primeiro relacionamento ainda como Deputado Federal, numa “pelada” – V. Exª já Senador e muito bom de bola. Depois da minha lesão de medula não posso mais jogar futebol. Já agradeço a Deus o fato de estar em pé, de estar andando. Mas V. Exª ainda prossegue, do alto da sua juventude, jogando futebol e ainda disputando eleição de dois em dois anos, o que é característica de um homem de muita coragem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Sérgio Zambiasi deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES)
– Concedo a palavra ao eminente Senador Leonel Quintanilha. Perdão, Leomar Quintanilha.

Fiz a confusão porque o nome de V. Exª é parecido com o do goleador do Corinthians. V. Exª começou a jogar futebol bem antes que ele e do alto dessa juventude disputa eleição de Governador no seu Estado. É isso mesmo?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)
– É Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Que tenha boa sorte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)
– Obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Magno Malta, V. Exª acaba de fazer um depoimento sério em defesa da sua honra. E gostaria de dizer, eminente Senador, que o que nós temos observado é que a notícia é sempre pior do que o fato. Enxovalham o nome da pessoa sem nenhuma responsabilidade de se provar o que se falou. Isso tem acontecido ao largo neste País, lamentavelmente, envolvendo pessoas sérias e honradas, como é o caso de V. Exª. Eu acredito na sua verdade. A nossa convivência aqui, as suas afirmações, o seu trabalho dedicado a esta Casa e ao País têm feito crescer em mim a convicção da sua honradez, da sua seriedade, do seu compromisso com o seu mandato, com o seu povo e com o Brasil. Em muito boa hora, V. Exª traz o depoimento de quem lhe emprestou o carro que, definitivamente, esclarece essa ilação equivocada em relação ao nome de V. Exª. Parabéns! V. Exª teve a oportunidade de esclarecer publicamente a população do seu Estado e o povo brasileiro, que está indignado com as ações criminosas praticadas, inclusive, por membros do Congresso Nacional.

Nós não estamos aqui, Senador Magno Malta, querendo defender a ilicitude ou quem as pratica. Muito pelo contrário. Nós queremos a punição exemplar de quem efetivamente praticou ilícito. O povo brasileiro espera essa punição; nós queremos e temos feito um esforço muito grande para que isso ocorra. Não podemos aceitar que injustiças sejam praticadas à conta apenas de uma acusação muitas vezes apócrifa, muitas vezes inominada que vem enxovalhar o nome de tantas pessoas importantes neste País. Mas reitero que acredito na verdade de V. Exª e sou solidário à manifestação que V. Exª faz sobre a sua honradez e o seu caráter.

Senador Magno Malta, apesar das dificuldades em conduzir um processo de eleição no meu Estado e o cumprimento das minhas obrigações com o povo do meu Tocantins e do Brasil, aqui no Senado da República, quero comentar a grande lamentação em torno da grave crise que o setor primário enfrenta no setor agrícola e no setor pecuário; talvez a crise mais aguda, mais extensa que certamente deixará graves seqüelas. Em vez de ficar procurando as razões, os culpados dessa crise, temos procurado, no desempenho das nossas atribuições, buscar uma forma de diminuir o prejuízo, de atalhar o desastre que está se abatendo, sobretudo, na pecuária brasileira.

Ainda há pouco, conversava com uma produtora, uma criadora amiga minha, lá de nossa Araguaína, professora Wádia Carvalho, que dizia que, por necessidade de atendimento de compromissos anteriormente contraídos, viu-se na contingência de vender parte de seu rebanho bovino. Ela vendeu bezerras desmamadas a R\$130,00 a cabeça. É um absurdo, não paga nem o custo! Avalie-se a

extensão do prejuízo para o setor porque isso atinge, sobretudo, o criador, o recriador, o invernista e todos os elos da cadeia da carne. É lamentável essa crise, decorrente de fatores que se conjugaram, entre eles a flutuação do dólar, a apreciação do real diante do dólar e o foco de aftosa que se abateu sobre parte do rebanho em determinada região do Brasil. É lamentável que isso repercuta no País inteiro; um País com 8 milhões de km², e um foco de aftosa em determinada região prejudique todo o País, principalmente no que se refere a quem está lá fora e compra carne do Brasil: esse não quer saber se o foco foi num Estado ou numa região, mas diz que foi um foco da carne brasileira. E aí o prejuízo é grande e se estende para todos.

Nunca vi, na história da pecuária brasileira, os custos tão aviltados, tão baixos. Os produtores não sabem o que fazer – os criadores, os recriadores, os invernistas – para mitigar o prejuízo em sua atividade. É um problema muito grave e muito sério.

Justamente preocupado com essa situação é que nós, aqui no Senado, procuramos desenvolver uma ação que pudesse, pelo menos, se contrapor a esse viés de crise, a esse viés de prejuízo que a pecuária brasileira estava tomando. Procuramos, a par das conseqüências do foco da aftosa, saber que outros prejuízos estavam levando o preço da carne a sofrer essa depreciação tão grande. E procuramos reunir todos os elos que integram a cadeia da carne, desde os produtores de insumo, quem fabrica vacina, ração, os produtores, aqui representados pela ABCZ, os frigoríficos que operam no mercado nacional e no mercado externo, representados pela Abiec, Abrafrigo, as indústrias que fabricam os embutidos e o último elo dessa cadeia, as grandes redes de supermercado do País.

Além da representação de todos esses elos que integram a cadeia da carne no País, convidamos também para essa discussão a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, e o próprio Ministério da Agricultura. As diversas rodadas começaram em meu gabinete; depois entendemos que era necessária uma participação mais intensa do Governo. Recorremos ao então Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, que, compreendendo a gravidade do problema e a oportunidade dessa discussão, transferiu para o gabinete da Liderança do Governo essa discussão, que já vai para seis ou sete rodadas, procurando identificar outras dificuldades do setor.

O Senador Aloizio Mercadante entendeu que deveríamos chamar também a Receita. E o Secretário da Receita, muito diligente, participou de quase todas as reuniões que realizamos. Acabamos identificando certa dificuldade, certa distorção na tributação do PIS e Cofins. Acabavam assegurando certa vantagem a quem exportava e conferindo certa desvantagem na competição aos frigoríficos que operam no mercado interno. Naturalmente essas dificuldades vão passando para trás até chegar ao

produtor. Os preços são espremidos até chegar ao produtor, que hoje experimenta o menor preço que já foi praticado pelo setor. Hoje os preços são iguais aos de trinta 30 anos atrás, quando vimos que os insumos experimentaram aumento a cada ano.

Essas dificuldades levaram a diversas discussões e propostas de soluções que não foram consensuais. As consensuais não encontravam receptividade por parte da Receita Federal, que entendia não poder apenas o País arcar com o ônus desse acerto. E as discussões continuaram.

Finalmente a Receita entende que há uma proposta onde pode ser discutida, segundo a qual todos podem ceder um pouco e encontrar uma forma consensual de promover um ajuste em que essa situação da carne possa ter uma pequena reversão. Até que consigamos reabrir os mercados, a fim de que absorvam o produto brasileiro e possamos ampliar as exportações e estimular internamente o mercado de carne bovina no Brasil.

A proposta originou-se na Receita Federal. É preciso que diversos segmentos que integram a cadeia da carne a apreciem, examinem e se manifestem. Se houver consenso, é possível que encontremos o caminho para resolver, ainda que em parte, o problema que afeta os produtores de carne bovina no País. Seria estabelecer alíquota zero para ração e sal mineral, suprir, em toda a cadeia, o PIS e a Cofins. Os supermercados passariam para 9,25%, com 50% de crédito presumido, e haveria a redução para 10% do crédito presumido para o exportador, que pode abater, com esse crédito, qualquer imposto existente para com o Governo Federal, inclusive Previdência.

Imagino, Senador Magno Malta, que essa proposta venha resolver, ainda que em parte, um dos graves problemas que a pecuária brasileira vem enfrentando.

Espero que essa questão do foco da aftosa seja também uma página virada e que o boi brasileiro, de alta qualidade, da melhor qualidade, possa novamente ocupar os mercados de outros países, no ritmo de expansão que vinha alcançando a pecuária brasileira, exatamente pela qualidade do nosso produto, mas conferindo segurança e tranquilidade aos diversos elos que integram a cadeia da carne, principalmente do produtor rural, que hoje praticamente está pagando para ser criador, para ser recriador, para ser invernista.

Espero que essa proposta seja examinada e, de forma consensual, seja adotada pelo Brasil para o enfrentamento dessa grave crise que a pecuária brasileira vem enfrentando.

Era o que eu gostaria de registrar nesta manhã, eminente Senador Magno Malta, que preside esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pelo importante pronunciamento para a vida do País.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar as pessoas que nos visitam nesta manhã.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores João Batista Motta, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer

o registro do artigo intitulado “Na sombra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 7 de julho do corrente ano.

O artigo trata da viagem do ex-ministro José Dirceu à Bolívia e a falta de informações sobre o motivo de tal viagem. Segundo o autor, “O PT e o governo Lula especializaram-se na tarefa de tapar o sol desde que explodiu o caso do mensalão”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Na sombra

PARIS – Sempre que alguém impede que entre a luz do Sol nas suas atividades, pode apostar: há alguma coisa mal-cheirosa nelas.

O PT e o governo Lula especializaram-se na tarefa de tapar o sol desde que explodiu o caso do mensalão. Quando sua mulher vai ao banco para receber um dinheiro que não pode explicar, é melhor dizer que ela foi pagar a prestação da TV a cabo, certo? É o que fez inicialmente um deputado do PT, João Paulo Cunha, lembra-se?

Foi mais ou menos assim ao longo de todo o escândalo.

Agora, tem-se outro caso turvo, o da viagem do ex-ministro José Dirceu à Bolívia, revelada por esse excelente repórter chamado Fabiano Maisonave. Dirceu diz a Mônica Bergamo que não confirma nem desmente a viagem. Quem não tem o que esconder confirma ou desmente no ato.

Depois, enrolam-se os responsáveis pelo aluguel do avião privado em que viajou o ex-ministro. De no-

vo, a peneira tentando evitar que passe a luz.

Aí, de duas uma: ou Dirceu foi mesmo em missão oficial, extra-oficial ou algo parecido, o que é intolerável, porque tanto o Itamaraty como o assessor diplomático da Presidência, Marco Aurélio Garcia, são infinitamente mais competentes do que o ex-ministro na matéria. Além disso, quem foi punido por falta de decoro, no único tribunal a que podia, então, ser levado, não pode continuar trabalhando para o governo. É indecente.

Ou foi tratar de assuntos particulares de algum interessado, o que, aí sim, seria perfeitamente normal. Desde que não se tape o sol.

Qualquer que seja a verdade, se é que não há uma terceira hipótese (nas sombras, tudo é possível), fica claro que o “revolucionário” que Dirceu diz ser morreu na rua Maria Antônia faz uns 30 anos. Agora, é de “business” que se trata. Só.

crossi@uol.com.br

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula, o PT e heranças – 2002 e 2006”, de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, destaca que o presidente Lula assumiu a presidência da República, em 2003, em condições bastante favoráveis, fruto de avanços institucionais e mudanças estruturais que foram de enorme serventia ao novo governo, nos mais variados setores. Ainda segundo Malan, essas condições não pareciam

estar garantidas para os próximos anos, uma vez que o contexto internacional provavelmente não será tão favorável, além de que, nos últimos quatro anos, houve poucos avanços institucionais, andamento de processos de reforma e melhoria de contextos regulatórios.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula, o PT e heranças – 2002 e 2006

Pedro S. Malan

“A opinião que tens de tua importância te porá a perder”, dizia uma das inscrições nas vigas da biblioteca de Montaigne, cujos *Essaios* há séculos encantam seus leitores. O tema da vaidade dos homens lhe era caro. O belo ensaio a ele dedicado começa bem: “Talvez não haja vaidade maior do que sobre ela escrever de forma tão vã.” Afinal, sempre vale lembrar o *Eclesiastes*: vaidade das vaidades, tudo é vaidade.

Não sei bem por quê, estas lembranças por vezes me vêm à mente ao ler os pronunciamentos de nosso presidente, cada vez mais encantado consigo mesmo e com o que considera não só como seu superior entendimento das coisas deste mundo, como sua autoproclamada capacidade de transformá-lo. Em arroubo recente, informou-me que “só Deus conseguiria consertar em quatro anos o que não foi feito em 500 anos”. Ele (Lula), por exemplo, precisaria de oito anos para começar a corrigir erros e omissões seculares e pôr o País no rumo certo, deixando uma extraordinária herança a seu sucessor.

A não-maldita que recebeu teve enorme serventia para seu governo

Mas falemos antes sobre as heranças, já por eles construídas, com que Lula e o PT chegaram a 2002 – e chegaram às eleições de 2006.

Em 2002, Lula e o PT tinham uma história de mais de 20 anos e, portanto, uma herança que consigo carregavam. Fazia parte dessa herança a ferrenha oposição ao lançamento do Real em 1994, chamado de “pesadelo”, de “estelionato eleitoral” e com duração por eles prevista para poucos meses. Fazia parte dessa herança a oposição às mudanças constitucionais que permitiriam ampliar os investimentos privados em infraestrutura. Fazia parte dessa herança a oposição às privatizações, à redução do número de bancos estaduais e à abertura comercial. Fazia parte dessa herança o plebiscito pela suspensão dos pagamentos das dívidas externa e interna e pelo “rompimento” com o FMI. Fazia parte dessa herança a oposição do PT à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Congresso, a tentativa de derrubá-la no

STF e a aprovação, em dezembro de 2000, por seu Diretório Nacional, de texto em que o PT declarava sua posição: “A LRF precisa ser radicalmente modificada porque o preço da responsabilidade fiscal não pode ser a irresponsabilidade social.” Fazia parte da herança com que o PT e Lula chegaram a 2002 o programa de governo aprovado em dezembro de 2001 pelo seu congresso nacional, a mais alta instância decisória do partido, e que tinha como subtítulo *A ruptura necessária* com tudo aquilo que ali estava.

Essa herança, como é sabido, teve consequências já em 2002. A taxa de câmbio se desvalorizou em mais de 50% nos seis meses que antecederam a eleição de outubro (de R\$ 2,4 em março/abril para R\$ 3,7 por dólar em setembro/outubro), o risco País chegou a multiplicar-se por quatro no período, chegando a 2.400 pontos em outubro, e a inflação em 2002 alcançou 12,5%, tendo mais da metade deste aumento sido registrada nos últimos três meses do ano. Como bem notou Arnimino Fraga em longa e excelente entrevista ao jornal *Valor* (23/6), “a economia estava na UTI, mas isto era a consequência de expectativas em relação ao que o próximo governo faria”. E havia fundadas razões para essas expectativas.

A gradual desconstrução dessa herança foi um processo, timidamente iniciado em fins de junho de 2002 com carta-compromisso do candidato e ainda não concluído, porque há sérias divisões e ambigüidades não resolvidas no PT, no próprio governo e nas forças que o apóiam, como mostra a experiência pós-Palocci, em particular no que diz respeito à forte expansão recente do gasto público.

Passados quatro anos, é cada vez mais claro que a gradual desconstrução da herança construída pelo PT para si próprio em 2002 foi facilitada por três ordens de fatores: um contexto internacional extraordinariamente favorável no quadriênio 2003-2006 (só comparável ao quadriênio 1970-1973, afirma estudo recente do FMI); uma política macroeconômica não-petista (nenhuma das “estrelas econômicas” do PT ocupou qualquer posição relevante na área mais sensível da política ma-

croeconômica, graças ao médico Palocci e ao apoio que este recebeu de Lula até o final de 2005); e uma herança não-maldita de inúmeros avanços institucionais e mudanças estruturais que foram de enorme serventia ao novo governo, nos mais variados setores, inclusive os sociais, e aos quais o governo Lula soube dar continuidade, ainda que pretendendo ter inventado a roda – em alguns casos, com desfaçatez e hipocrisia.

Entretanto, o contexto internacional, que permitiu que o Brasil reduzisse extraordinariamente a sua vulnerabilidade externa, não será tão favorável nos próximos quatro anos. O ministro Palocci, assim como pessoas-chave de sua equipe, não mais emprestam seu concurso ao governo. E, nos últimos quatro anos, houve poucos avanços institucionais, andamento de processos de reforma e melhoria de contextos regulatórios – pelo contrário.

O discurso sobre “herança maldita”, que marcou o imaginário petista, era não só objetivamente equivocado, como trazia seu prazo de validade estampado no rótulo: afinal, em menos de quatro anos o governo Lula se apresentaria ao eleitorado com sua própria herança. E, em modernas democracias, o que se pode – e deve – esperar de um governo é que entregue a seu sucessor um país um pouco melhor do que recebeu de seu antecessor. Como fez FHC, sem achar que a “verdadeira” História do País começou com ele e sua gestão.

Qualquer governo, em qualquer país do mundo, não só tem seus próprios erros e acertos, como também constrói sobre avanços alcançados na vigência de administrações anteriores. O governo Lula não foi, não é e não será exceção a esta regra. Reconhecê-lo, difícil como possa parecer para a vaidade humana, é algo que só beneficiaria a governabilidade futura, qualquer que venha a ser o resultado das urnas de outubro.

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC
E-mail: malan@estadao.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar a última pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo e que constatou que o brasileiro considera que o governo Lula é o que teve mais casos de corrupção depois da gestão de Fernando Collor.

Ainda segundo a pesquisa, para 50% das pessoas ouvidas Lula sabia que o PT entregava recursos para deputados da base aliada, o conhecido esquema do “mensalão”.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as estatísticas acima citadas, e que se encontram em anexo, sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

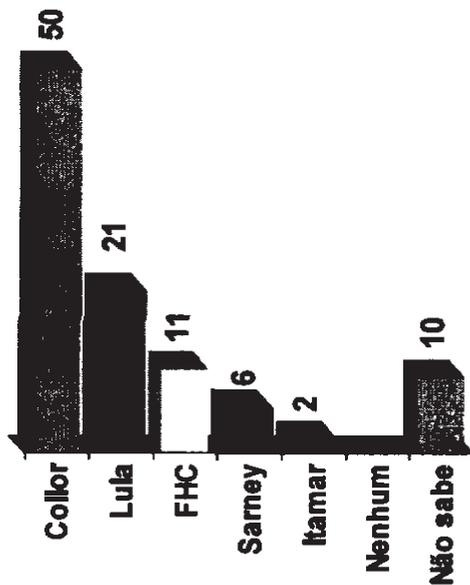
**DENÚNCIAS DE
CORRUPÇÃO CONTRA O
GOVERNO LULA E O PT**

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

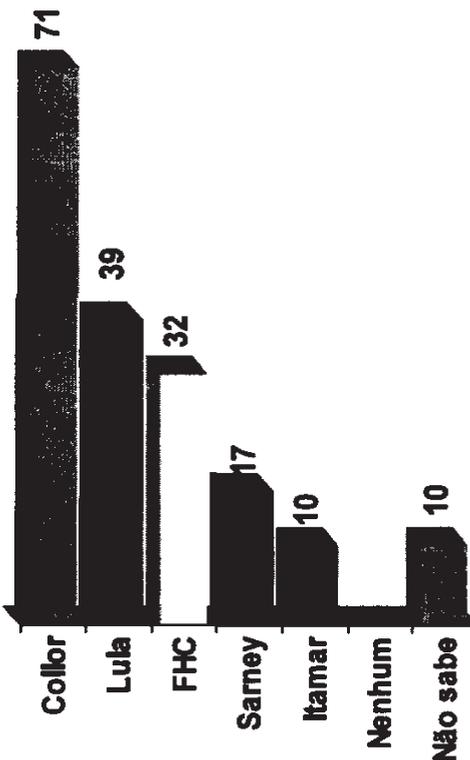


GOVERNO FEDERAL COM MAIS CASOS DE CORRUPÇÃO, em Março de 2006 - [estimulada e única, em %]

Em 1º lugar



Soma das menções



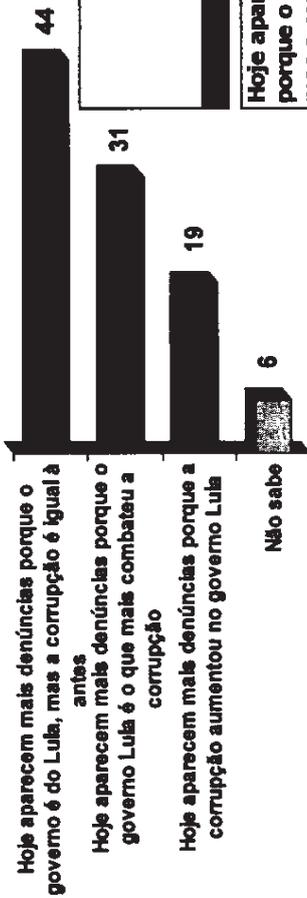
Base: Total da amostra

Partido	única		múltipla		TOTAL	Peso	100%	Total PT	23%	desde que surgiu	12%	passou a preferir depois	10%	PMDB	7%	PSDB	4%	TOTAL	53%
	50	21	11	6															
Collor	50	61	62	63	45	71	100% <td>79</td> <td>23% <td>79</td> <td>12% <td>82</td> <td>10% <td>80</td> <td>75</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>53%</td> </td></td></td>	79	23% <td>79</td> <td>12% <td>82</td> <td>10% <td>80</td> <td>75</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>53%</td> </td></td>	79	12% <td>82</td> <td>10% <td>80</td> <td>75</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>53%</td> </td>	82	10% <td>80</td> <td>75</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>66</td> <td>53%</td>	80	75	66	66	66	53%
Lula	21	8	6	9	23	39	100% <td>20</td> <td>7% <td>19</td> <td>12% <td>20</td> <td>10% <td>47</td> <td>66</td> <td>54</td> <td>42</td> <td>42</td> <td>10% </td></td></td></td>	20	7% <td>19</td> <td>12% <td>20</td> <td>10% <td>47</td> <td>66</td> <td>54</td> <td>42</td> <td>42</td> <td>10% </td></td></td>	19	12% <td>20</td> <td>10% <td>47</td> <td>66</td> <td>54</td> <td>42</td> <td>42</td> <td>10% </td></td>	20	10% <td>47</td> <td>66</td> <td>54</td> <td>42</td> <td>42</td> <td>10% </td>	47	66	54	42	42	10%
FHC	11	16	17	14	10	32	100% <td>48</td> <td>15% <td>49</td> <td>12% <td>49</td> <td>10% <td>24</td> <td>18</td> <td>20</td> <td>27</td> <td>27</td> <td>10% </td></td></td></td>	48	15% <td>49</td> <td>12% <td>49</td> <td>10% <td>24</td> <td>18</td> <td>20</td> <td>27</td> <td>27</td> <td>10% </td></td></td>	49	12% <td>49</td> <td>10% <td>24</td> <td>18</td> <td>20</td> <td>27</td> <td>27</td> <td>10% </td></td>	49	10% <td>24</td> <td>18</td> <td>20</td> <td>27</td> <td>27</td> <td>10% </td>	24	18	20	27	27	10%
Sarney	6	5	7	4	7	17	100% <td>18</td> <td>6% <td>18</td> <td>12% <td>17</td> <td>10% <td>18</td> <td>17</td> <td>13</td> <td>16</td> <td>16</td> <td>10% </td></td></td></td>	18	6% <td>18</td> <td>12% <td>17</td> <td>10% <td>18</td> <td>17</td> <td>13</td> <td>16</td> <td>16</td> <td>10% </td></td></td>	18	12% <td>17</td> <td>10% <td>18</td> <td>17</td> <td>13</td> <td>16</td> <td>16</td> <td>10% </td></td>	17	10% <td>18</td> <td>17</td> <td>13</td> <td>16</td> <td>16</td> <td>10% </td>	18	17	13	16	16	10%
Itamar	2	3	2	6	2	10	100% <td>15</td> <td>5% <td>14</td> <td>12% <td>15</td> <td>10% <td>10</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>10% </td></td></td></td>	15	5% <td>14</td> <td>12% <td>15</td> <td>10% <td>10</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>10% </td></td></td>	14	12% <td>15</td> <td>10% <td>10</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>10% </td></td>	15	10% <td>10</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>10% </td>	10	6	7	9	9	10%
Não sabe	10	6	6	3	14	10	100% <td>6</td> <td>6% <td>6</td> <td>12% <td>3</td> <td>10% <td>5</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>10% </td></td></td></td>	6	6% <td>6</td> <td>12% <td>3</td> <td>10% <td>5</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>10% </td></td></td>	6	12% <td>3</td> <td>10% <td>5</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>10% </td></td>	3	10% <td>5</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>14</td> <td>10% </td>	5	5	14	14	14	10%

PERCEPÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO E O GOVERNO LULA

[estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra

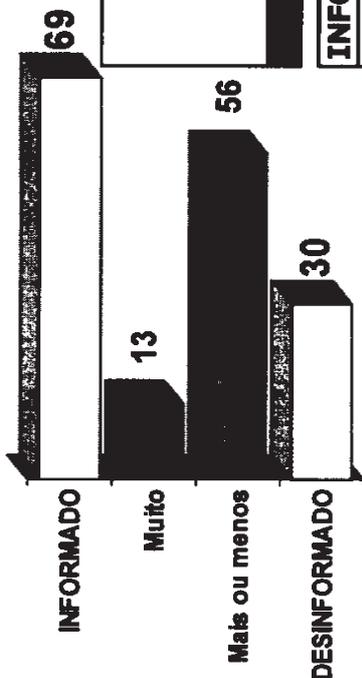


	TOTAL	passou a preferir depois						
		Tota P1	12%	10%	9%			
Hoje aparecem mais denúncias porque o governo é do Lula, mas a corrupção é igual à antes	44	40	42	36	42	41	43	46
Hoje aparecem mais denúncias porque o governo Lula é o que mais combateu a corrupção	31	50	46	54	26	19	20	25
Hoje aparecem mais denúncias porque a corrupção aumentou no governo Lula	19	7	8	7	26	37	31	20
Não sabe	6	4	4	3	5	2	6	8
	Peso	100%	23%	10%	9%	7%	4%	53%

	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR				REGIÕES						
	CAR. + RMS	Capit. tals	Outras RM'S	TOTAL	Peq.	Méd.	Grd.	TOTAL			
	Peso 100%	39%	25%	14%	61%	20%	20%	14%	26%	45%	15%
Hoje aparecem mais denúncias porque o governo é do Lula, mas a corrupção é igual à antes	44	41	40	43	46	44	49	43	38	36	52
Hoje aparecem mais denúncias porque o governo Lula é o que mais combateu a corrupção	31	33	33	32	29	29	30	29	40	42	19
Hoje aparecem mais denúncias porque a corrupção aumentou no governo Lula	19	19	20	18	18	20	16	19	16	13	24
Não sabe	6	6	6	6	6	6	4	7	6	8	5

GRAU DE INFORMAÇÃO SOBRE AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO CONTRA O PT E O GOVERNO LULA - [estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra



	TOTAL	passou a preferir depois					TOTAL
		Total PT	12%	10%	9%	7%	
INFORMADO	69	76	76	79	75	81	62
Muito	13	14	15	13	19	17	9
Mais ou menos	56	62	61	66	55	65	52
DESINFORMADO	30	23	22	21	25	19	37
Peso 100%		23%	12%	10%	9%	7%	53%

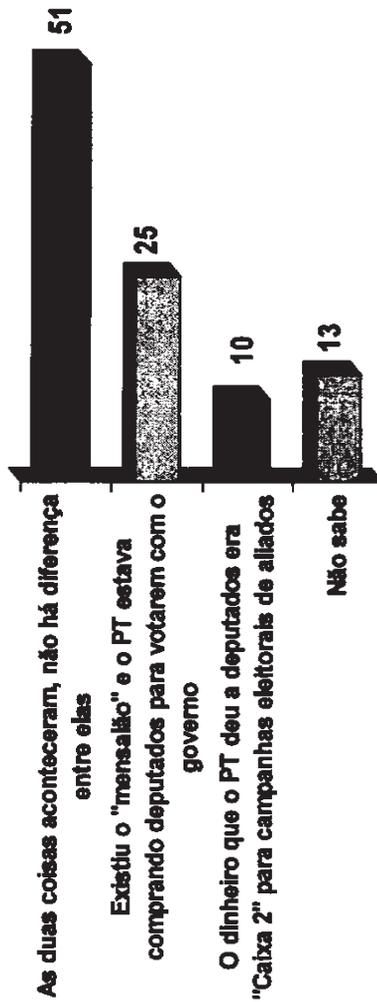
	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR						REGIÕES			
	INTERIOR		URBANO		TOTAL		REGIÕES			
TOTAL	CAPS. + RMS	Capl- tals	Outras RM'S	Peq.	Méd.	Gde.	N.º	REGIÃO	REGIÃO	REGIÃO
Peso 100%	39%	25%	14%	20%	20%	20%	14%	26%	45%	15%
INFORMADO	69	73	75	69	65	64	68	58	73	74
Muito	13	18	19	17	9	8	12	10	14	10
Mais ou menos	56	55	56	53	57	57	56	48	59	64
DESINFORMADO	30	26	24	31	32	35	31	42	25	24

PERCEPÇÃO SOBRE O 'MENSALÃO' E O 'CAIXA 2'

[estimulada e única, em %]

Basa: Amostra B

Pergunta: No ano passado o ex-deputado federal Roberto Jefferson acusou membros do governo Lula e do PT de darem dinheiro para deputados de outros partidos, no Congresso Nacional, em troca de apoio ao governo federal, o chamado "mensalão". O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, confirmou que deu dinheiro para outros partidos mas disse que não era para comprar apoio ao governo no Congresso e sim dinheiro de "caixa 2" para acertar compromissos de campanhas eleitorais com partidos aliados. Na sua opinião, qual é a verdade?



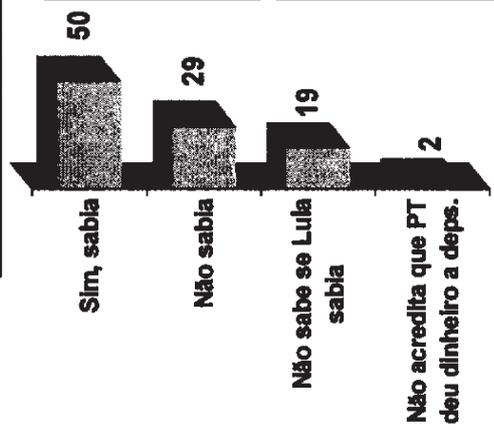
	Total PT							
	TOTAL	desde que surgiu	passou a preferir	depois	depois			
	Peso	100%	12%	10%	9%	7%	4%	53%
As duas coisas aconteceram, não há diferença entre elas	51	46	46	50	61	68	50	49
Existiu o "mensalão" e o PT estava comprando deputados para votarem com o governo	25	22	24	22	24	22	23	26
O dinheiro que o PT deu a deputados era "Caixa 2" para campanhas eleitorais de aliados	10	16	16	15	8	6	9	8
Não existiu nada disso/ isso não aconteceu	1	2	3	1	-	1	5	1
Não sabe	13	14	10	12	6	3	13	16

SOBRE O DINHEIRO QUE O PT DEU PARA DEPUTADOS DO CONGRESSO

NACIONAL - [estimulada e única, em %]

Base: Amostra B

Lula sabia ou não?



TOTAL	PESO				PREFERÊNCIA/PAIXADARIA			
	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%
Sim, sabia	50	23	23	24	51	80	61	54
Não sabia	29	48	48	51	28	9	17	25
Não sabe se Lula sabia	19	23	23	20	21	10	21	19
Não acredita que PT deu dinheiro a deputados	2	5	6	4	-	1	-	1

TOTAL	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR						REGIÕES					
	CAPS + RMS		Capl- Outras RM'S		INTERIOR		N/CO		SE		SUL	
	39%	25%	14%	14%	20%	20%	14%	26%	45%	15%		
50	55	56	52	46	40	45	53	50	34	59	48	
29	27	24	31	30	34	29	27	30	42	23	19	
19	17	18	16	21	22	22	17	19	21	16	27	
2	1	1	1	3	3	3	2	1	3	1	5	

PERCEÇÃO SOBRE ESTE TIPO DE CORRUPÇÃO

festimulada e única em %

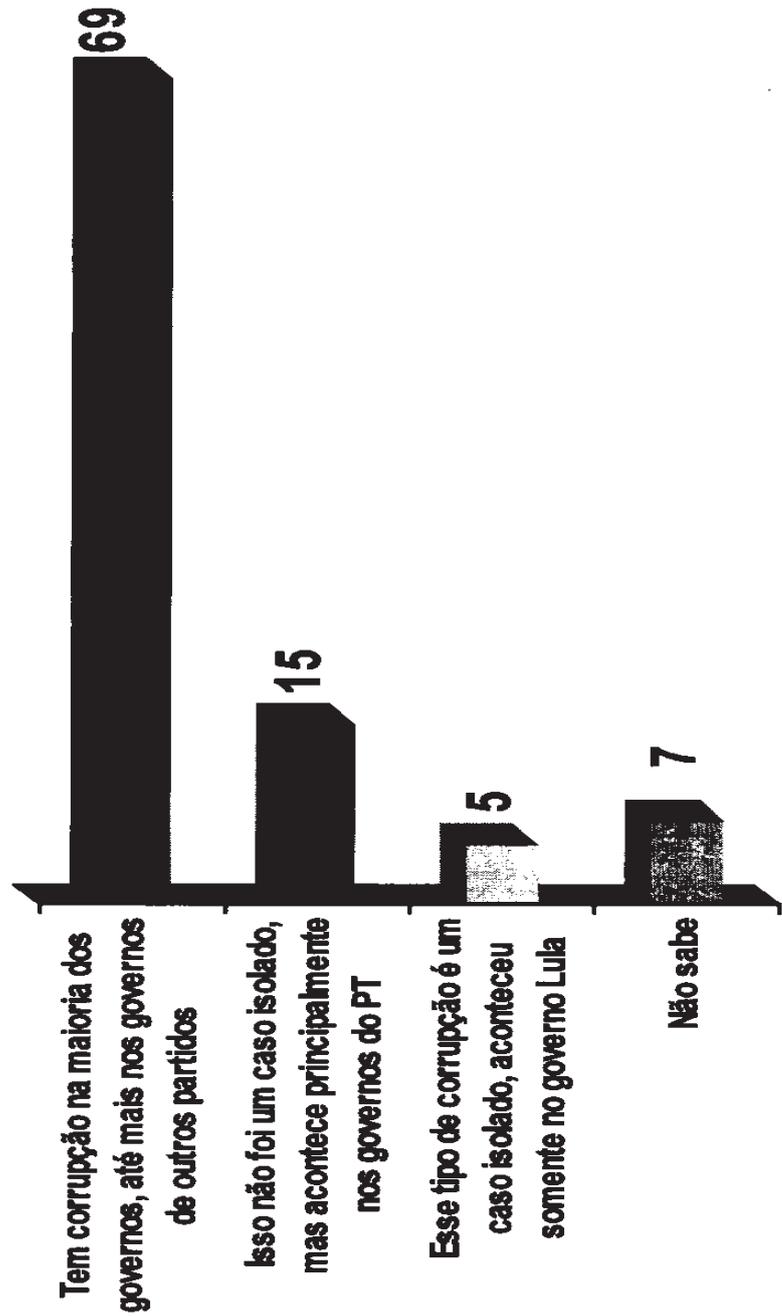
Base: Amostra B

	TEM CORRUPÇÃO								
	TOTAL	Total PT	desde que surgiu	passou a preferir depois	MDB	PSDB			
	Peso	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%
Tem corrupção na maioria dos governos, até mais nos governos de outros partidos	69	76	75	79	82	54	58	66	
Isso não foi um caso isolado, mas acontece principalmente nos governos do PT	15	8	9	6	9	26	19	18	
Esse tipo de corrupção é um caso isolado, aconteceu somente no governo Lula	5	5	7	3	5	11	8	4	
Tem corrupção em todos os partidos/ acontece em qualquer partido/ qualquer governo	1	*	-	1	-	2	4	1	
Não sabe	7	5	2	7	3	4	11	9	
NÃO ACREDITA QUE PT DEU DINHEIRO A DEPUTADOS	2	5	6	4	-	1	-	1	

PERCEÇÃO SOBRE ESTE TIPO DE CORRUPÇÃO

.....[estimulada e única, em.%]

Base: Amostra B



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesse final de mandato perdido, desespera-se e aceita qualquer idéia que o faça vislumbrar a continuidade no Governo. Uma delas é o que o jornal **O Estado de S. Paulo** chama de disparate, mais precisamente de factóide: a natimorta Mini-Constituinte da reforma política.

Por factóide entende-se o fato, verdadeiro ou não, divulgado com sensacionalismo, no intuito deliberado de gerar impacto diante da opinião pública e influenciá-la.

Os quase quatro anos desse mandato perdido permitiram à Nação conhecer melhor o Presidente Lula, inclusive o seu jeito ou trejeito com que insiste em engabelar o povo brasileiro, isto é, sua insistência nas tentativas de enganar os 180 milhões de brasileiros com falsas promessas.

Lula tenta colocar esses fogos de artifício jeitosamente, o que, bcm traduzido, significa enrolação. Diverte-se ou pratica momice, julgando-se o grande ilusionista, o prestidigitador. É a própria figura do *pas-se-pass*, e só aceitável em espetáculos de humor.

O Brasil não está para falsos passes de mágica e Lula não é nenhum Mandrake. Mas age assim, já agora como o timoneiro que perdeu o controle da nau, colocada à deriva pela incompetência desse Governo que aí está e que, daqui a pouco, já não estará, esperam os brasileiros.

Lula não tem um perfil. Tem dois. O Lula candidato e o Lula Presidente.

Entre um e outro, há um imenso abismo. A jornalista Karla Cordeiro, do **Jornal do Brasil**, mostra esse descompasso em matéria publicada na última semana de julho, com o título, que já diz tudo:

Presidente desmente o candidato.

Diz a repórter:

Setores como Educação, bandeira eleitoral de Lula, e segurança pública, tema inevitável na atual corrida presidencial, mostraram-se carentes de investimentos no governo petista.

A jornalista baseia-se em dados do SIAFI:

Dos R\$17,3 bilhões reservados para Educação, Lula destinou 55,3% para outros fins, como encargos sociais e despesas com pessoal. É o agigantamento da máquina burocrática na era petista.

Para Educação, mesmo – continua Karla Correia – só foram aplicados 8% dos recursos.

E mais: novas aspas para a repórter do JB:

No ano passado, a União investiu R\$484,3 mil em segurança, menos do que os R\$528,8 mi, gastos com diárias em hotéis.

Ainda com a palavra a jornalista do JB :

Os gastos de Lula com imóveis, jornais e revistas, material de áudio, vídeo e foto consumiram R\$127,4 milhões. Em saneamento básico, outra bandeira da campanha de Lula à reeleição, os gastos foram de apenas R\$ 28 milhões.

Como nada fez e, se valer a fama de bom falador e mau governante, Lula ainda deve, até o dia das eleições, inventar outros tantos disparates como esse da tal mini-Constituinte, que tem em tudo afinidades mil com o Chavismo da Venezuela.

Mas não é só o povo que Lula procura tapear, com seus desajeitados passes de ilusionismo.

Ele não tem apreço também para com o Congresso Nacional. Afinal, Legislativo não se afina com mentes muito mais afeitas para o autoritarismo.

Isso está bem colocado no editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**:

Lula tenta, com o interessado apoio do mesmo grupo de advogados mobilizado pelo PT (para a idéia da mini-Constituinte) tolher os poderes de investigação das CPIs, mediante mudanças na legislação que as regulamenta.

O quê Lula pretende?

Responde o jornal:

Nesse caso o disparate contém a ameaça de uma intromissão casuística e, portanto, abusiva do governo nos procedimentos do Congresso -, o que o presidente e o seu partido querem concretamente é emascular os inquéritos parlamentares, impedindo-os de ter acesso a dados fiscais, bancários e telefônicos de suspeitos de corrupção.

A Nação – e isso Lula finge que não sabe – já se vai cansando dessas Mandrakagens em que Lula se equilibra para a tentativa de continuar na Presidência.

O Brasil, Lula, não é nenhum país de Oz, aquele país além do arco-íris. O Brasil é este aqui, mesmo, com B maiúsculo, com verde e amarelo, que não aceita engodos.

Disparates em dose tripla

Não é todo dia - felizmente - que muitas más idéias dominam o noticiário político. Mas ontem os brasileiros foram contemplados com a leitura de três disparates, lado a lado nos jornais. O primeiro é um fato. O segundo, um factóide. O terceiro, um abuso. O fato é a aprovação, por acordo suprapartidário na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, do projeto que acaba com a reeleição para todos os cargos executivos a partir de 2010. O factóide é a possibilidade, sugerida ao presidente Lula por um grupo de advogados, de ele enviar ao Congresso, depois do pleito, uma emenda constitucional para a convocação de uma Constituinte.

te destinada unicamente a fazer a reforma política. O abuso, por fim, é a tentativa, também de Lula, com o interessado apoio do mesmo grupo de advogados mobilizado pelo PT, de tolher os poderes de investigação das CPIs, mediante mudanças na legislação que as regulamentam.

Começando pelo fim - porque nesse caso o disparate contém a ameaça de uma intromissão casuística e, portanto, abusiva do governo nos procedimentos do Congresso -, o que o presidente e o seu partido querem concretamente é emascarar os inquéritos parlamentares, impedindo-os de ter acesso a dados fiscais, bancários e telefônicos de suspeitos de corrupção. Outra venda nos olhos das comissões seria obrigá-las a tomar ao pé da letra o princípio do "fato determinado" que dá origem a cada uma delas, mesmo diante de indícios veementes de conexão entre delitos diversos. O exemplo citado é o da CPI dos Bingos, que acabou investigando o assassinio do então prefeito de Santo André Celso Daniel - um assunto tabu para Lula desde a campanha de 2002. Os advogados criticam em especial a politização das CPIs e o vazamento de informações reservadas a que os seus membros têm acesso.

Nisso estão na companhia de todos quantos se batem pela rigorosa apuração das denúncias investigadas e pelo respeito aos direitos individuais, entre eles à privacidade e à presunção de inocência. Mas nem por isso terão a seu lado os defensores desses direitos quando se prestam ao papel de porta-vozes das conveniências de um governo beneficiado pela sofisticada organização criminosa de que fala o procurador-geral da República - e quer amordaçar os inquéritos que poderão espocar no eventual segundo mandato de Lula. O Planalto compara as CPIs a "instrumentos de tortura". Um dos advogados, a "centros de tortura e desrespeito aos direitos humanos". Nenhuma referência, porém, à tortura da verdade, praticada - a conselho de seus patronos - pelos Delúbios chamados a depor sobre o

mensalão, cujo cinismo escarnecia do inquérito e da sociedade chocada com o que assistia.

Já a Constituinte para a reforma política - o que decerto dará em nada, por isso é um factóide - é um jogo de cena e um risco para a democracia. Lula deu de culpar o sistema político, que ele não fez nada para mudar, pela corrupção do esquema petista de poder. Agora, posa de paladino da alteração das regras que, se propiciam malfeitorias, não obrigam ninguém a ser malfeitor. É certo que os políticos evitam mexer no que os favorece, mas a única unanimidade a respeito da reforma, entre os especialistas isentos, é que ela nunca será uma panacéia. No mais, cada qual tem a sua - ou nenhuma. "A idéia poderia criar dúvidas sobre a validade da ordem jurídica", alerta o ex-ministro da Justiça Célio Borja, para quem essa Constituinte seria, de resto, "um engodo".

É o que também se poderá dizer se o Congresso ratificar o fim da reeleição aprovada por uma comissão senatorial. Pois o que está por trás disso é apaziguar os tucanos José Serra e Aécio Neves, certos de que, se eleito, Alckmin tentará um novo mandato, ao contrário do que sugeriu antes de sair candidato (depois, deu o dito pelo não dito). Na realidade, não há motivo para extinguir uma norma que só agora enfrenta o seu segundo teste no plano estadual e federal. A sua grande virtude é permitir que o eleitor consagre ou castigue o mandatário pelo que fez em quatro anos - e que, se foi coisa boa, merece prosseguimento. Se o presidente Lula, como é notório, se vale de sua condição para competir em vantagem com os adversários, o justo seria inibi-lo pelos meios legais disponíveis (ou aprender com isso, para endurecê-los no futuro). De toda forma, errado está ele e não a reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 24 minutos.)

Ata da 127ª Sessão não deliberativa, em 7 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio, Roberto Saturnino, Ney Suassuna,
Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 436/06/PS-GSE

Brasília, 1º de agosto de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.421/05, do Senado Federal (PLS nº 349/04, na origem), que acrescenta § 7º ao art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo que o fornecedor disponibilizará ao consumidor, enquanto não for sanado o vício, produto idêntico ou similar ao produto viciado”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 3 de agosto de 2006, e publicou em 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 315, de 2006**, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e

revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Alberto Silva
Luiz Otávio	2. Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3. vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
----------------------	--------------------

*PSOL

Heloísa Helena	1. vago
----------------	---------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PT	
Henrique Fontana	1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	2. Anselmo
PMDB	
Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia
Kátia Abreu

1. Luiz Carlos Santos
2. José Rocha

PSDB

Jutahy Junior

1. Bismarck Maia

PP

Mário Negromonte

1. Benedito de Lira

PTB

José Múcio Monteiro

1. Fleury

PL

Luciano Castro

1. José Carlos Araújo

PSB

Alexandre Cardoso

1. Dr. Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira

1. Álvaro Dias

***PRB**

José Divino

1. Vieira Reis

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **4-8-2006**
- Designação da Comissão: **7-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **8-8-2006**
- Emendas: **até 10-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **4-8-2006 a 17-8-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **17-8-2006**
- Prazo na CD: **de 18-8-2006 a 31-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **31-8-2006**

- Prazo no SF: **de 1º-9-2006 a 14-9-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **14-9-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **15-9-2006 a 17-9-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **18-9-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **2-10-2006** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 31, de 2006** (nº 308/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre as Operações de Administração de Passivos realizadas pela União no que diz respeito ao pré-pagamento do Clube de Paris.

O expediente, juntado ao processado da Resolução nº 20, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. P/53/2006

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia da documentação discutida e aprovada na Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Córdoba, na Argentina, nos dias 19 e 20 de julho próximo passado, bem como cópia do “Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados-Partes do Mercosul”, assinado em 21 de julho de 2006, na Reunião de Cúpula, também realizada naquela cidade Argentina, que confirma a inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Por último, informo que, nessa mesma Reunião Plenária, o Brasil assumiu a Presidência **Pro Tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cujo exercício ocorrerá por todo o segundo semestre de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente.

DOCUMENTOS FINAIS DA XXVII REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

CÓRDOBA – ARGENTINA

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR

Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006

1. Se realizó en la ciudad de Córdoba, los días 20 y 21 de julio de 2006, la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner; del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; del Paraguay, Nicanor Duarte Frutos; del Uruguay, Tabaré Vázquez Rosas y de Venezuela, Hugo Chávez Frías.
2. Los Presidentes saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Evo Morales; de Chile, Michelle Bachelet; del Vicepresidente del Ecuador, Alejandro Serrano Aguilar; del Canciller del Perú, Oscar Maurtua; y del representante del Presidente de Colombia, como muestra del interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en estrechar sus lazos de integración económica, comercial y política.
3. Expresaron también su satisfacción por la presencia del Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de Cuba, Fidel Castro Ruz; del Canciller de México, Luis Ernesto Derbez; y del Ministro de Comercio de Pakistán, Humayun Katar; en calidad de invitados especiales.
4. Saludaron la presencia del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Presidente Ejecutivo de la Corporación Andina de Fomento y de los representantes del Consejo Andino y del Banco Interamericano de Desarrollo.
5. Ratificaron su compromiso con los objetivos y principios del Tratado de Asunción y con la concreción de sus metas y fines.

6. Se congratularon por la suscripción, el 4 de julio de 2006, del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR. Destacaron que la incorporación de Venezuela como miembro pleno constituye un hito histórico en la consolidación del proceso de integración, reafirmando el carácter del bloque como instrumento para promover el desarrollo integral, enfrentar la pobreza y la exclusión social, basado en la complementación, la solidaridad y la cooperación, y como medio para fomentar la integración productiva y la inserción de sus economías en el contexto internacional.
7. Coincidieron en que la incorporación de Venezuela al MERCOSUR como miembro pleno contribuirá a dinamizar la agenda del bloque, constituyéndose en un catalizador de debates y acuerdos sobre importantes temas, que representan desafíos pendientes para la profundización del proceso de integración regional y el logro de mayor bienestar y progreso para nuestros pueblos.
8. Expresaron su respaldo a la candidatura de la República Bolivariana de Venezuela, como miembro no permanente del Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas, para el período 2007-2008, con la convicción de que promoverá el respeto irrestricto a los principios y normas del Derecho Internacional y contribuirá al equilibrio necesario en el tratamiento de los temas de su competencia.
9. En consonancia con las pautas del Programa de Trabajo 2004-2006, evaluaron los temas de atención prioritaria durante este semestre en lo relativo al perfeccionamiento del MERCOSUR, en los ámbitos económico-comercial, institucional, social, cultural, político y energético.
10. En tal sentido y en lo que respecta a la profundización de la Unión Aduanera, expresaron su satisfacción por la implementación de la primera etapa de la Decisión CMC N° 54/04, relativa a la eliminación del doble cobro del Arancel Externo Común. Teniendo en cuenta los objetivos fijados para la Segunda etapa de dicha norma, instruyeron a continuar los trabajos de cara a la definición del mecanismo de distribución de la renta aduanera, conforme al cronograma previsto y los términos de esa misma Decisión.
11. En ese mismo marco, se congratularon por los acuerdos arribados en torno a las definiciones y lineamientos del Código Aduanero del MERCOSUR, que constituyen un paso significativo para la redacción del texto del Código, a partir del segundo semestre de 2006.

12. Expresaron su satisfacción por los avances verificados en lo que atañe a los regímenes aduaneros especiales de importación, con la aprobación de dos Decisiones que, respectivamente, definen los regímenes nacionales que permanecerán vigentes en razón de su limitado impacto económico y finalidad no comercial e identifican sectores para el establecimiento de regímenes comunes.

13. Manifestaron la necesidad de avanzar hacia la definición de mecanismos de examen del impacto de las políticas públicas en el comercio intrazona y en la localización de inversiones.

14. Resaltaron los progresos de los trabajos previos a la implementación del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), que constituye un avance significativo en el tratamiento de las asimetrías, la promoción de la cohesión social y el fortalecimiento del proceso de integración. En este sentido, reconocieron los avances en la elaboración del anteproyecto de primer presupuesto, que contemplará recursos destinados a la ejecución de proyectos piloto con fuerte impacto en los ciudadanos del MERCOSUR. Se comprometieron, asimismo, a realizar los mayores esfuerzos para concretar la puesta en marcha del FOCEM durante 2006, e instaron a los Parlamentos a concluir el trámite de aprobación legislativa de la Decisión CMC Nº 18/05.

15. Expresaron su interés por la pronta implementación del "Programa de Acción MERCOSUR Libre de Fiebre Aftosa" (PAMA), que contribuirá a mejorar la situación de la salud animal y propiciará condiciones de comercialización más favorables para los productos agropecuarios del MERCOSUR. En este mismo marco, tomaron nota de los progresos registrados en la definición del Proyecto Piloto, a financiar a través del FOCEM.

16. Estimaron positivamente el progreso verificado en materia de contrataciones públicas en el MERCOSUR, a través de la adopción del Protocolo de Contrataciones Públicas, que permitirá que empresas de la región reciban un trato no discriminatorio en las licitaciones públicas.

17. Expresaron su beneplácito por la conclusión de la VI Ronda de Negociaciones para la Liberalización del Comercio de Servicios, que incrementa la transparencia y mejora las condiciones de acceso del comercio de servicios. En el mismo marco, valoraron los avances en la armonización de normas que

facilitan el intercambio en la materia, en particular en las que posibilitan la inscripción de empresas de un Estado Parte en otro y las que agilizan el movimiento de personas físicas.

18. Recibieron con agrado la propuesta argentina, presentada en la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales, de crear un Banco de Desarrollo del MERCOSUR para financiar proyectos de infraestructura y, a su vez, consolidar una estrategia financiera para la región. En tal sentido, alentaron a proseguir los trabajos en torno a esa iniciativa.

19. Asimismo, se congratularon por los avances alcanzados en el proyecto de interconexión gasífera Gran Gasoducto del Sur, propuesta de alianza entre las operadoras energéticas nacionales en el marco de la iniciativa Petrosur. En tal sentido manifestaron su beneplácito por la incorporación de Uruguay, Paraguay y Bolivia a este proyecto, así como por todas aquellas iniciativas que buscan consolidar la red de gasoductos Sur-Sur, y que servirán como plataforma para la integración energética, política y social de los pueblos de la región.

20. Tomaron nota de los trabajos realizados en el seno del Grupo de Alto Nivel sobre Reforma Institucional (GANRI) en el marco del proceso de reforma institucional del MERCOSUR y manifestaron su compromiso para continuar avanzando en esta tarea, con el objeto de dotar al MERCOSUR de una mayor institucionalidad, paralelo al progreso de la integración hacia los objetivos del Tratado de Asunción.

21. Remarcaron los esfuerzos realizados por los Estados Partes para acelerar el proceso de incorporación de las normas MERCOSUR a sus ordenamientos jurídicos nacionales. Reconocieron, asimismo, la prioritaria atención que merece continuar con esa tarea, esencial para la consolidación jurídica, política y económica del MERCOSUR.

22. Teniendo en cuenta los compromisos adoptados en el Protocolo de Ushuaia, manifestaron su beneplácito por el afianzamiento de los procesos democráticos en la región, marco propicio para mejor coordinar políticas y superar desafíos, cumpliendo con las expectativas de nuestros pueblos respecto al MERCOSUR.

23. Expresaron su satisfacción por la labor de la Comisión Parlamentaria Conjunta durante el primer semestre, en relación a la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR. En este sentido, coincidieron en que supuesta en

marcha constituirá un hito fundamental para consolidar la integración y la vigencia de los valores democráticos del MERCOSUR, contribuyendo a generar una amplia base de participación ciudadana y a reafirmar la legitimidad, la pluralidad y el equilibrio institucional del bloque. Alentaron, asimismo, a la Comisión Parlamentaria Conjunta a continuar trabajando para dar cumplimiento al objetivo de que el Parlamento del MERCOSUR sea instalado antes del 31 de diciembre de 2006 tal cual se ha establecido en su Protocolo Constitutivo. 24.

Celebraron la suscripción del Acta Declarativa entre la Comisión Parlamentaria Conjunta y la Comisión Europea sobre el "Proyecto de Apoyo a la Instalación del Parlamento del MERCOSUR", que constituye una iniciativa de cooperación técnica destinada a apoyar el establecimiento del Parlamento del MERCOSUR. Asimismo, evaluaron la relevancia que está tomando la cooperación de Japón para el MERCOSUR y formularon votos para que la misma continúe diversificándose y creciendo a favor de la integración regional. También expresaron su satisfacción por la aprobación, por parte del Banco Interamericano de Desarrollo, de los Proyectos de Cooperación solicitados por el MERCOSUR.

25. Expresaron su satisfacción por los avances obtenidos en el marco del MERCOSUR político, en áreas como cultura, desarrollo social, migraciones, seguridad pública, educación, salud, medio ambiente y promoción de los derechos humanos, para la generación de políticas dirigidas a favorecer el progreso y el bienestar de los pueblos del MERCOSUR.

26. Teniendo en cuenta los consensos expresados en ocasión de la V Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR, resaltaron la importancia de continuar coordinando y armonizando políticas que garanticen la protección del ambiente y los recursos naturales en la región.

27. Reafirmaron la prioridad de definir una Agenda Social Integral y Productiva, orientada a desarrollar iniciativas y políticas activas, para reducir el déficit social, promover el desarrollo humano integral y la integración productiva. En este sentido, reconocieron la importancia de elaborar un Plan Estratégico de Acción Social para identificar medidas destinadas a impulsar la inclusión social y asegurar condiciones de vida más dignas para nuestros pueblos. A esos efectos, instruyeron a los Ministros con competencia en la temática social a elaborar lineamientos estratégicos que dotarán de contenido a dicho Plan.

28. Asimismo, reafirmaron su voluntad de avanzar hacia la integración productiva regional con desarrollo social con énfasis en la promoción de emprendimientos productivos regionales que incluyan redes integradas, especialmente por PYMES y Cooperativas. A estos fines los Presidentes instruyeron a los Ministros de las áreas vinculadas con la producción a definir las pautas que conformarán el Plan de Desarrollo e Integración Productiva Regional. Reconocieron la urgencia de que el MERCOSUR adelante una acción articulada para promover el desarrollo social y productivo y, en ese sentido, instruyeron a sus Ministros a presentar sus aportes durante la próxima Cumbre del MERCOSUR.

29. Se congratularon por la adopción de la Estrategia para el Crecimiento del Empleo en la región, elaborado en el seno del Grupo de Alto nivel Estrategia MERCOSUR para el Crecimiento del Empleo (GANEMPLE), que está integrado por los Ministerios responsables de las políticas económicas, industriales, laborales y sociales de los Estados Partes y que contó con el aporte de las organizaciones económicas y sociales integrantes del Foro Consultivo Económico y Social y de la Comisión Sociolaboral del MERCOSUR. Dicha Estrategia permitirá colocar la cuestión del empleo en todas las instancias institucionales, cuyas decisiones tengan implicancia en esta materia.

30. Destacaron la adopción de acciones concretas para la incorporación del uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación para la construcción de un "MERCOSUR digital". En ese sentido, se felicitaron por la aprobación de las normas que consagran la voluntad del MERCOSUR de avanzar hacia la creación de un dominio de internet de primer nivel regional y el reconocimiento de la eficacia jurídica de la "firma electrónica avanzada", que constituyen importantes herramientas en la promoción y reafirmación de la identidad tecnológica del bloque y en la garantía de la autoría e integridad de los documentos digitales en el ámbito del MERCOSUR.

31. Celebraron los avances en las tareas de la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR (REPCCM), con el objetivo de incrementar la exportación de productos del MERCOSUR a los diversos mercados externos. En este sentido, manifestaron su pleno apoyo a la amplia agenda de trabajo prevista para el año en curso.

32. Reiteraron el empeño del MERCOSUR en expandir e intensificar sus lazos comerciales con diferentes países y grupos de países de otras regiones, como forma de obtener la apertura de nuevos mercados y mayor proyección del bloque como actor en el escenario internacional y de contribuir para sus respectivos proyectos de desarrollo. Dichas negociaciones deben implicar beneficios concretos en términos de creación de comercio, con especial atención para los intereses de las economías menores del MERCOSUR.
33. Consideraron la evaluación formulada a nivel Ministerial en Viena, en el mês de mayo de 2006, sobre el estado de las negociaciones para un Acuerdo de Asociación entre el MERCOSUR y la Unión Europea. En este sentido, reiteraron la necesidad de que la UE tome en consideración las demandas del bloque en materia de flexibilidad y trato más favorable, a fin de retomar a la brevedad el proceso negociador, con el objetivo de alcanzar un Acuerdo que resulte beneficioso para ambos bloques.
34. Celebraron la suscripción, el día de ayer en la ciudad de Córdoba, de un Acuerdo de Complementación Económica entre el MERCOSUR y Cuba, que establece un programa de liberalización comercial basado en la multilateralización de las preferencias arancelarias otorgadas en los acuerdos bilaterales que los países del bloque mantenían vigentes con Cuba y aspectos normativos referidos al acceso a los mercados, destinados a otorgar seguridad jurídica a los operadores comerciales.
35. Expresaron su beneplácito por la suscripción, también formalizada en oportunidad de esta Cumbre, del Acuerdo Marco de Comercio entre el MERCOSUR y la República Islámica de Pakistán, que fija las bases para iniciar negociaciones comerciales tendientes al incremento de los flujos bilaterales de comercio, a través de un acceso efectivo a los mercados, por medio de concesiones mutuas.
36. Tomaron nota de los progresos verificados, durante el semestre pasado, en las negociaciones para el acuerdo de libre comercio entre el MERCOSUR e Israel, que permitieron avanzar en la discusión y definición de los aspectos normativos del acuerdo y en el intercambio de listas de productos.
37. Señalaron el deseo de impulsar y concluir en el corto plazo las negociaciones para un Acuerdo de Libre Comercio con el Consejo de Cooperación de los Estados Árabes del Golfo (CCG). Igualmente, enfatizaron la importancia de los entendimientos para la expansión del acuerdo preferencial con India y la ampliación del acuerdo con la Unión Aduanera del África Austral (SACU), así como el interés de examinar, con ambas contrapartes, las modalidades de una futura área de libre comercio trilateral.

38. Destacaron la importancia del Sistema Multilateral de Comercio regulado por la OMC y de la conclusión exitosa de la actual Ronda del Desarrollo. Con tal fin reafirmaron que resulta necesario alcanzar un resultado ambicioso en agricultura que contemple una reducción sustancial de los subsidios domésticos, la eliminación de los subsidios a la exportación y la apertura del acceso al mercado de los países desarrollados. Expresaron que, al mismo tiempo, es necesario asegurar que los compromisos asumidos en las demás áreas sean equilibrados y faciliten la sustentabilidad de las políticas económicas e industriales de los países en desarrollo.

39. Señalaron su preocupación sobre la falta de coincidencias hasta el momento para alcanzar esos objetivos. Instaron a los países desarrollados a mostrar la necesaria voluntad política y flexibilidad a fin de superar las diferencias y concluir las negociaciones antes de finalizar el año 2006.

40. Remarcaron la conclusión exitosa del examen del MERCOSUR en el ámbito del Comité de Acuerdos Comerciales Regionales de la OMC, en el que la Presidencia Pro Tempore Argentina expuso, en representación del MERCOSUR, acerca de los avances en el proceso de integración desde 1997.

41. Destacaron la tarea desarrollada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR y tomaron nota de la aprobación de sendas Decisiones propuestas por la Presidencia CRPM, que contemplan la creación del Instituto Social del MERCOSUR y el establecimiento de un Grupo de Alto Nivel para el diseño del Instituto MERCOSUR para la capacitación de los Funcionarios de las Administraciones Públicas.

42. Reconocieron la relevancia de las cooperativas y demás empresas y organizaciones de la economía social, cuya promoción consagra la Recomendación 193 de la OIT, en el desarrollo de los países y la búsqueda de la cohesión social. En este sentido y a los efectos de coadyuvar al desarrollo cooperativo, manifestaron su compromiso de promover la internalización de la mencionada Recomendación en los respectivos ordenamientos jurídicos nacionales.

43. Celebraron la consolidación del Programa SOMOS MERCOSUR y enfatizaron que la participación social es central para profundizar el proceso de integración. Manifestaron, asimismo, su beneplácito por la realización del Iº Encuentro por un MERCOSUR Productivo y Social, desarrollado en el marco de esta Cumbre y señalaron la importancia de la necesaria continuidad de esta iniciativa de fomento a la participación social. A su vez, remarcaron la importancia de fortalecer las estrategias de difusión y capacitación sobre los aspectos positivos del proyecto regional.

DOCUMENTOS FINAIS DA XXVII REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006

XXVII REUNION PLENARIA DE LA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, los días 19 y 20 de julio de 2006, se reúne la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR en el marco de la XXVII Reunión Plenaria.

La lista de participantes figura como **Anexo I**.

El Orden del día aprobada figura como **Anexo II**.

Se aprobaron las siguientes recomendaciones, disposiciones y declaración, cuyos textos figuran en el **Anexo III**:

MERCOSUR/CPC/REC. N° 01/06 - INFORME DE ACTIVIDADES DEL PRIMER SEMESTRE DE 2006 DE LA AGENDA DE INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/REC. N° 02/06 - NORMAS Y ACUERDOS DEL MERCOSUR QUE REQUIEREN APROBACIÓN PARLAMENTARIA

MERCOSUR/CPC/REC. N° 03/06 - ERRADICACIÓN DEL TRABAJO INFANTIL

MERCOSUR/CPC/REC. N° 04/06 - CLUSTER EMBRIONARIO DEL MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 01/06 - CUENTAS BANCARIAS DEL PROYECTO UE – CPC: "APOYO A LA INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR"

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 02/06 - PROGRAMA DE INTRODUCCIÓN Y ENTRENAMIENTO EN MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 03/06 - MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO DE LA CPC

MERCOSUR/CPC/DECL. N° 02/06 - A 180 AÑOS DEL CONGRESO ANFICTIONICO DE PANAMA

De acuerdo al orden del día aprobado se trataron los siguientes temas:

1.- Parlamento del MERCOSUR

Los Presidentes de cada Sección Nacional presentaron un informe del estado del trámite de incorporación del **Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur** en los parlamentos nacionales y dieron su aprobación al informe presentado por la Presidencia Pro Tempore respecto a los avances de la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR del primer semestre de 2006, el cual figura como Anexo a la REC.01/2006.

2.- Cooperación con la Unión Europea

Los Parlamentarios aprobaron el Plan operativo Global del Convenio CPC – UE “Apoyo a la instalación del Parlamento del MERCOSUR” que figura como **Anexo IV**.

Firma del Acta de declaración UE – CPC

Los Parlamentarios se congratularon por la firma del acta declarativa UE-CPC, manifestando su satisfacción por la pronta puesta en marcha del convenio de cooperación. (**Anexo V**)

Apertura de las cuentas bancarias del Convenio

Se aprobó mediante Disposición 01/2006 la autorización de las firmas para la apertura y funcionamiento de las cuentas bancarias del proyecto y demás órdenes de pago emitidas en el marco del mismo.

3.- Agenda CPC del segundo semestre del año 2006

Se consideró y aprobó la propuesta de agenda de actividades de la CPC para el segundo semestre del año 2006 (**Anexo VI**)

4.- Incorporación de Venezuela

La Delegación venezolana, agradeció a la CPC su generosidad por la pronta modificación de su Reglamento Interno, donde se prevé la modalidad de incorporación de los representantes de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela.

A su vez agradecieron muy especialmente al Secretario Permanente, por el taller de trabajo realizado en Caracas en el marco de la firma del Protocolo de Adhesión de Venezuela al MERCOSUR.

El diputado Nicolás Maduro de Venezuela propuso incluir en los contenidos del segundo módulo del programa de entrenamiento, el debate sobre las bases del nuevo modelo de integración regional.

El diputado Héctor Lacognata de Paraguay, solicitó que el programa de entrenamiento pueda ser replicado en cualquier país miembro que lo solicite.

A su vez, los parlamentarios propusieron dejar abierto a nuevas sugerencias el referido programa.

5.- Tratamiento de los Proyectos Presentados

El diputado Roberto Conde de Uruguay sugirió tratar durante la próxima reunión semestral con el Foro Consultivo Económico-Social, los proyectos 03-Redes de Información y oportunidades de Negocios del MERCOSUR- y 09 Subcomisión de desarrollo rural.

Pasaron a estudio: proyecto 02 -Registro de control y acreditación de títulos y proyecto 06 Consejo asesor científico para el Parlamento del MERCOSUR.

Respecto a la Recomendación 03/06 sobre erradicación del trabajo infantil, los parlamentarios sugirieron conformar un grupo de trabajo para hacer el seguimiento de este tema en los Estados Partes.

Córdoba, 20 de julio de 2006

Senadora Graciela Bar
CPC de Argentina

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la CPC de Brasil

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la CPC de Paraguay

Diputado Roberto Conde
Presidente de la CPC de Uruguay

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006/ ANEXO I**Listado de participantes a la XXVII Reunión Plenaria de la CPC****ARGENTINA**

Diputado Alfredo Atanasof – Presidente Pro tempore
Diputado Jorge Giorgetti
Diputado Héctor Daza
Senadora Graciela Bar
Senadora Elda Elida Vigo
Diputado Jorge Argüello
Secretaria Sandra Rogato
Asesora Silvia Lospennato
Asesor José Luís Maurizio
Asesor Martín Boccaci
Asesor Alfredo Carazo
Asesor Leandro Etchichury
Asesora Gabriela Gutiérrez
Asesor Jaime Garreta
Asesor Martín Zilli
Asesor Ruth Diamint
Asesor Luís Seara
Asesor Antonio Colicigno
Secretario Ezequiel Salas
Cesar Mazzucco
Marcelo Canossa
Viviana Cardozo
Marité Arias

BRASIL

Senador Sergio Zambiasi – Presidente de la Sección Nacional
Senador Geraldo Mesquita
Diputado Mauro Passos
Secretario Antonio Ferreira Costa Filho
Asesora Maria Claudia Drummond
Técnico José Mauricio Lima De Souza
Técnico Elbio Fernando Rosa

PARAGUAY

Senador Alfonso González Núñez – Presidente de la Sección Nacional
Diputado Héctor Lacognata
Senadora Ada Solalinde
Diputado Carlos Paoli
Secretario Edgar Lugo

URUGUAY

Diputado Roberto Conde – Presidente de la Sección Nacional
Diputado Enrique Pintado
Diputado Juan José Domínguez
Senador Eduardo Ríos
Diputado Álvaro Lorenzo
Diputado Diego Cánepa
Diputado Doreen Ibarra
Diputado José Quintín Olano
Secretario Luís Berrutti

VENEZUELA

Diputado Nicolás Maduro Moros – Presidente de la Delegación
Diputado Ramón Darío Vivas
Diputado Carlos Escarra Malavé
Diputado José Ricardo Sanguino
Diputado Rodrigo Cabezas
Diputado Calixto Ortega
Diputado Alberto Castellar
Diputado Alfredo Murga
Diputado William Querales
Diputado Erasmo Marcano
Diputada Marelis Pérez
Asistente Gabriel Giménez
Asistente Lenis Contrera
Asistente Carmen Núñez
Asistente Ingrid Carmona

SAPP

Oscar Casal – Secretario Permanente
Mauricio Rinaldi
Valeria Barboza
Flores Segura

CHILE

Senador Roberto Muñoz
Diputado Eduardo Saffirio
Diputado Claudio Alvarado
Diputado Rene Alincos Bustos

MEXICO

Senadora Cecilia Romero
Diputado Luís Ramírez
Diputado Jesús Morales Flores
Diputada Adriana González Carrillo
Diputada Marisol Vargas
Diputado Luís Espinosa
Diputado Jorge Martínez Ramos
Diputado Jesús González Schmall

INVITADOS ESPECIALES

Embajador Gustavo Martín Prada – Jefe Delegación UE en Argentina
Sr. Jérôme Poussiélgue – Delegación de la UE ante Uruguay y Paraguay
Diputada Jhannett Madriz - Parlamento Andino
Diputada Juana Vallejos – Parlamento Andino
Diputado Filinto Durán – Parlatino Venezuela
Diputado Walter Gavidia – Parlatino Venezuela

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006/ANEXO II

XXVII REUNIÓN PLENARIA DE LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR

ORDEN DEL DÍA

1) Parlamento del Mercosur

- **Estado de incorporación del Protocolo de PM**
- **Informe a ser presentado al Consejo del Mercado Común.**

2) Cooperación UE – CPC

- **Varios**
- **Proyecto de Disposición sobre apertura de cuentas**
- **Acta declarativa Comisión Parlamentaria Conjunta con la Unión europea**

3) Agenda del segundo semestre

4) Incorporación de Venezuela al MERCOSUR

- **Proyecto de Disposición sobre Programa de capacitación y entrenamiento en Mercosur**
- **Proyecto de Disposición sobre Reforma del Reglamento CPC**

5) Tratamiento de los Proyectos presentados por las Secciones Nacionales de la CPC y la SAPP:

**Proyecto 01 A 180 AÑOS DEL CONGRESO
ANFICTIONICO DE PANAMA**

- Proyecto 02** **REGISTRO DE CONTROL Y ACREDITACIÓN DE TÍTULOS DE GRADO PARA EL EJERCICIO DE LA ACTIVIDAD ACADÉMICA EN EL MERCOSUR**
- Proyecto 03** **REDES DE INFORMACIÓN Y OPORTUNIDADES DE NEGOCIOS DEL MERCOSUR**
- Proyecto 04** **TRABAJO INFANTIL**
- Proyecto 05** **CLUSTER EMBRIONARIO DEL MERCOSUR**
- Proyecto 06** **CONSEJO ASESOR CIENTÍFICO PARA EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR**
- Proyecto 07** **SUBCOMISION PERMANENTE BIRREGIONAL DE INTEGRACIÓN CON CHINA**
- Proyecto 08** **INTERNALIZACIÓN DE NORMAS**
- Proyecto 09** **SUBCOMISIÓN DESARROLLO RURAL**

6) Varios

7) Transmisión de la Presidencia Pro Tempore

ANEXO III

MERCOSUR/CPC/REC.01/2006

INFORME DE ACTIVIDADES DEL PRIMER SEMESTRE DE 2006 DE LA AGENDA DE INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

VISTO:

El tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las decisiones 49/04 y 23/05 del Consejo del Mercado Común

CONSIDERANDO:

La labor que ha venido desarrollando la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur en relación a la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR,

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA RECOMIENDA:

Artículo 1 – Elevar al Consejo del Mercado Común el “Informe de actividades del primer semestre de 2006 de la Agenda de Instalación del Parlamento del Mercosur” de acuerdo a lo establecido en las Decisiones 49/04 y 23/05 del Consejo del Mercado Común.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.01/2006/ ANEXO I

Informe Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur Primer Semestre 2006 Presidencia Pro Tempore Argentina

La Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR desarrolló este semestre sus actividades especialmente orientadas a dar cumplimiento a las acciones necesarias para la instalación del Parlamento del MERCOSUR antes del 31 de diciembre de este año en los términos en que nos fuera encomendada esta función como comisión preparatoria por el Consejo del Mercado Común mediante Dec. CMC 49/04.

En el entendimiento de que el logro de los objetivos comunes que se han fijado los Estados Partes al acordar la creación de esta instancia de representación política directa de la ciudadana de los pueblos del MERCOSUR será de vital importancia para mejorar la calidad normativa de nuestro bloque, contribuyendo a crear normas que sean efectivas y que garanticen un clima de seguridad jurídica y previsibilidad en el desarrollo del proceso de integración, a promover la integración social, la transformación productiva, la equidad social, el desarrollo científico y tecnológico, las inversiones y la creación de empleo ampliando la participación de toda la sociedad esta construcción, en un marco paz, democracia y plena vigencia de los Derechos Humanos, que caracterizan a nuestra región.

Por estos motivos, en el convencimiento de la importancia de la participación de los Parlamentos de los Estados Partes en la profundización del proceso de integración, y de la responsabilidad que nos fuera oportunamente encomendada durante el primer semestre de 2006 la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, se fijó como objetivos:

- 1) Seguimiento del proceso de incorporación del Protocolo Constitutivo del Parlamento MERCOSUR a los ordenamientos jurídicos nacionales.
- 2) Continuación de las actividades para la instalación del Parlamento MERCOSUR en los términos de la DEC. CMC 49/04 antes del 31 de diciembre de 2006.
- 3) Proyecto de cooperación entre la Unión Europea y la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR para la instalación del Parlamento MERCOSUR.
- 4) Actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la constitución del Parlamento MERCOSUR.
- 5) Incorporación de los parlamentarios de la República Bolivariana de Venezuela a las reuniones y deliberaciones de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR.

A continuación se detallan las actividades desarrolladas en el cumplimiento de los mencionados objetivos.

1) Estado de incorporación del Protocolo PM en los 4 Parlamentos

		ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAY	URUGUAY
23/05	Protocolo constitutivo del Parlamento del MERCOSUR Firmado en Montevideo el 8 de diciembre de 2006)	Ingresó al H. Senado de la Nación el 12/07/06. Fuente: Presidencia Pro Tempore - - 19.07.2006	Fue aprobado en la Comisión de Mercosur del Congreso Nacional y en la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara. Se encuentra en la Comisión de Constitución y Justicia. Fuente: CPC Brasil 12 de junio de 2006	Aprobado en el Parlamento con fecha 25 de abril de 2006. Promulgada por el Poder Ejecutivo el 26 de mayo de 2006, número de ley 2925. Fuente: CPC Paraguay - 22.06.2006	Ingresó al Senado el 7/03/2006 y se destinó a la Comisión de Asuntos Internacionales. Carpeta 450/2006 Fuente: CPC Uruguay - 05.04.2006

2) Reuniones de Grupos Técnicos Parlamento Mercosur

Recogiendo la valiosa experiencia desarrollada durante el año 2005 por los académicos y técnicos que constituyeron el Grupo Técnico de Alto Nivel para la elaboración del Protocolo de Parlamento MERCOSUR, quienes junto a esta Comisión redactaron el proyecto de Protocolo que fuera elevado al Consejo del Mercado Común y probado mediante Dec. 23/05, durante este semestre se constituyeron equipos técnicos para la elaboración de las Propuestas de Reglamentación del mencionado Protocolo.

Se constituyeron dos equipos de técnicos uno vinculado a las cuestiones Político Institucionales (GT1) y otro a las acciones Logístico Operativas (GT2) involucradas en este proceso de instalación del Parlamento MERCOSUR.

El GT 1 se encuentra abocado a la redacción de un borrador de reglamento del Parlamento del Mercosur, y elaboró una propuesta de anteproyecto de Acuerdo Interinstitucional entre el Parlamento del MERCOSUR y el Foro Consultivo Económico y Social a ser elevado a la consideración del Parlamento del MERCOSUR para su aprobación definitiva.

Por su parte el GT 2 ha trabajado en el desarrollo de un proyecto de estructura orgánico – funcional del Parlamento MERCOSUR, contemplando las etapas de su puesta en marcha, la organización administrativa de su funcionamiento, y la elaboración de un plan de visibilidad, a ser desarrollado por la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR durante este año, con el objetivo de poner en conocimiento de la ciudadanía la creación de este nuevo órgano.

A su vez, cabe destacar que ambos grupos técnicos han participado de las misiones de la Unión Europea, en el marco del acuerdo sobre el que se informa por separado.

Calendario de reuniones de los GT realizadas:

- 1) Montevideo – 17 de Febrero de 2006
- 2) Asunción – 13 de Marzo de 2006
- 3) Buenos Aires – 18 de Abril de 2006
- 4) Buenos Aires – 14 al 16 de Junio de 2006

3) Convenio de cooperación con la Unión Europea – Breve reseña

Desde el año 2005 la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR se encuentra negociando con la Unión Europea un proyecto de cooperación técnica que sería la segunda fase de un proyecto ejecutado exitosamente con anterioridad por esta Comisión. En particular, en lo que hace a este Convenio (“Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur”), es la primera vez que, en el marco de la cooperación con la UE, hay una segunda fase de cooperación no prevista originalmente. Esto implicó la realización de diversas gestiones ante la misma, y el logró del apoyo en base a una re-asignación de rubros del programa de cooperación con el MERCOSUR (Memorando sobre cooperación UE – Mercosur 2000 – 2006).

Tal proyecto tiene entre sus metas coadyuvar en la implementación de acciones institucionales a nivel regional, necesarias para la instalación del Parlamento, contribuir a contar con soportes logísticos para su funcionamiento, lo que permitirá desarrollar un trabajo conjunto entre la UE y el MERCOSUR y nutrirse de la mutua experiencia en materia de integración parlamentaria.

En ese marco en el mes de Febrero de 2006 la CPC recibió la Misión de formulación a cargo de los consultores Felipe Tascón y Janis Sakellarios quienes elaboraron el Marco Lógico y el Plan Operativo Global del proyecto, los que presentaron a consideración de la reunión de Presidentes de la CPC en el mes de febrero de 2006.

Posteriormente este proyecto fue sometido a la consideración y aprobado por el Quality Support Group (QSG) que es la entidad encargada de evaluar la factibilidad de las propuestas (de los proyectos) que se presentan y que luego a su vez realiza la evaluación de esas propuestas.

Cumpliendo los procedimientos previstos por el Convenio en el mes de Junio se realizó la misión de elaboración del Plan Operativo Globo (POG), el cual fue presentado a consideración de las Secciones Nacionales de la CPC en la reunión del 15 de junio de 2006 en la ciudad de Buenos Aires y fue sometido a la aprobación de la XXVII Reunión Plenaria de la misma.

Gracias al interés manifestado por la UE y al apoyo recibido por el Comité de Cooperación Técnica del MERCOSUR se han aprobado en tiempo record las de las distintas fases de este Convenio.

En este momento las secciones nacionales están realizando sus consultas en relación al cumplimiento de los compromisos de la Propuesta Financiera de la contrapartida MERCOSUR al financiamiento proveniente de la UE.

De esto modo se están realizando todas las gestiones para proceder a la firma del Convenio de Financiación en el menor plazo posible.

4) Actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la constitución del Parlamento MERCOSUR.

Durante este semestre se han realizado además diversas actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la Constitución del Parlamento MERCOSUR.

Entre ellas cabe destacar la puesta en funcionamiento de un nuevo sitio de Internet de la Comisión Parlamentaria Conjunta en el que se encontrará disponible toda la información respecto de las actividades realizadas por este comisión durante el proceso de instalación, así como toda otra información de interés para los ciudadanos de los Estados Parte del MERCOSUR.

Además la sección argentina de la CPC junto con las comisiones de Relaciones Exteriores y MERCOSUR de la H. Cámara de Diputados de la Nación están desarrollando un ciclo de Audiencias denominado Parlamento del MERCOSUR: la voz de los ciudadanos en la integración.

El objetivo de este ciclo es abrir el seno de estas comisiones a las propuestas de los ciudadanos en torno a los diferentes caminos, herramientas, procedimientos, que el Parlamento MERCOSUR deberá adoptar, de modo de mejor representar los intereses de la sociedad y cumplir con los principios y objetivos para los que ha sido creado.

Hasta la fecha se han realizado tres reuniones dos en la Ciudad de Buenos Aires y una en la ciudad de Córdoba en el marco de la XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, y se prevé para el semestre próxima reuniones en otras provincias como Misiones, Jujuy, Santa Fe y Río Negro.

5) Incorporación de los parlamentarios de la República Bolivariana de Venezuela.

En virtud de la reciente firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR el pasado 4 de Julio en la Ciudad de Caracas, Venezuela, la Comisión Parlamentaria Conjunta ha integrado en su seno a los parlamentarios designados por la Asamblea Nacional de Venezuela para participar de todas las reuniones y actividades de nuestra comisión.

MERCOSUR/CPC/REC.02 /2006**NORMAS Y ACUERDOS DEL MERCOSUR QUE REQUIEREN
APROBACIÓN PARLAMENTARIA****VISTO:**

El Tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las Decisiones N° 20/02, 23/02 y 02/05 del Consejo del Mercado Común.

CONSIDERANDO:

La conveniencia de establecer un mecanismo de coordinación a efectos de dar cumplimiento a lo dispuesto por la Decisión N° 02/05 del Consejo del Mercado Común.

La importancia que para la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR tiene el mantener actualizada la información contenida en el documento "Estado de Incorporación de Normas MERCOSUR con trámite parlamentario y Acuerdos Internacionales del MERCOSUR".

La Recomendación 18/05 de la Comisión Parlamentaria Conjunta que presenta documento referido en el párrafo anterior actualizado al mes de diciembre de 2005.

Que se hace necesario cumplir con la actualización semestral del referido documento,

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
RECOMIENDA:**

Artículo 1 – Remitir al Consejo del Mercado Común, el documento "Estado de Incorporación de Normas MERCOSUR con trámite parlamentario y Acuerdos Internacionales del MERCOSUR" actualizado al 4 de julio de 2006 que figura como Anexo I de la presente recomendación y forma parte de la misma.

Córdoba , 19 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.03/2006**ERRADICACIÓN DEL TRABAJO INFANTIL****VISTO:**

El Tratado Asunción del 26 de marzo de 1991

El Protocolo de Ouro Preto del 17 de diciembre de 1995.

La Convención de los Derechos del Niño, de las Naciones Unidas

Los Convenio OIT 138 y 182 sobre edad mínima de admisión al empleo y la eliminación de las peores formas del trabajo infantil, la esclavitud infantil, el trabajo forzoso, el tráfico de niños, y diversas formas de trabajo peligroso y explotador.

CONSIDERANDO:

Que todo niño que trabaja asume obligaciones de los adultos, renunciando y resignando acciones propias de su edad tales como el juego, el deporte y la escuela.

Que desde el ámbito institucional del MERCOSUR se deben consolidar las bases para la implementación de una política regional en materia de prevención del trabajo infantil.

Que es necesario promover acciones para la asistencia técnica y el financiamiento de programas que combatan estas prácticas.

Que es fundamental favorecer la discusión y la sistematización de políticas preventivas de trabajo infantil a un nivel regional, que articulen los programas existentes en los Estados Partes, a fin de fortalecer esfuerzos y compartir experiencias en este sentido.

Por lo expuesto,

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
RECOMIENDA:**

Artículo 1 - Que los Estado Partes del MERCOSUR coordinen sus acciones y organismos para consolidar la prevención del trabajo infantil, mediante la armonización de medidas y la actualización informativa, con el objetivo de evitar el crecimiento este flagelo a la niñez.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.04/2006

CLUSTER EMBRIONARIO DEL MERCOSUR**VISTO:**

Los avances en acuerdos comerciales región-región imponen impulsar un Cluster Embrionario del MERCOSUR

CONSIDERANDO:

Que es imperioso aunar esfuerzos entre los países integrantes del MERCOSUR a la hora de un mejoramiento genético de nuestras razas bovinas, en la convicción de poder volvernos aún más competitivos e imponer la imagen de la Genética Bovina del MERCOSUR en el mundo.

Genética bovina que, partiendo de los animales en pie, los embriones y el semen, podamos trasladar su prestigio a los productos finales (carne y leche), ampliando de esta manera los mercados tan necesarios para nuestro MERCOSUR.

La apertura de nuevos mercados para la genética bovina del MERCOSUR es en sí mismo todo un desafío que demandará grandes esfuerzos y férreos compromisos de las partes involucradas, es decir: Estado, sector privado y sector académico; conformando una exitosa sociedad que con los logros alcanzados sea verdadero ejemplo de **coopetencia**, palabra necesaria para definir el sentido de cluster en donde **cooperación** y **competencia** resultan indispensables para el objetivo a alcanzar.

Nuestros países vienen avanzando en la integración a través de cadenas de valor, a través de integración biotecnológica, de asociativismos de los representantes de las razas bovinas; sólo nos falta transformar esta oportunidad en la concreción de la gran noticia: que este planteo de alto valor productivo asista a la demanda de alimentos de calidad a las poblaciones que la esperan. Es decir, leche y carne para mejorar el nivel de vida de los habitantes de los países que así lo requieran.

El mundo, cada vez más, necesita animales productores de leche y carne y una mejora genética de esos animales en producción.

El MERCOSUR tiene la posibilidad de acercarle embriones, semen, asistencia técnica y un acompañamiento en los procesos con mejora tecnológica sustancial en los posteriores procesos industriales.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA RECOMIENDA:

Artículo 1 - La conformación a través de organismos técnicos y/o grupos de trabajo de los Estados parte, de los estudios pertinentes para llevar a cabo la concreción de un Cluster Embrionario del MERCOSUR.

Córdoba, 19 de julio de 2006

MERCOSUR /CPC /DISP.01/2006

CUENTAS BANCARIAS DEL PROYECTO UE – CPC: “APOYO A LA INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR”

VISTO:

El proyecto de cooperación UE – CPC: “Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur”.

Las Disposiciones de la CPC 12/05, 13/2005 y 15/2005, así como las actas de la Reunión Plenaria Extraordinaria de la CPC (11 de octubre de 2005) y de la XXVI Reunión Plenaria de la CPC (Montevideo, 6 de diciembre de 2005).

CONSIDERANDO:

Las Disposiciones técnico administrativas de la Unión Europea para la ejecución de los convenios de cooperación así como el Convenio de Financiación del referido proyecto.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA DISPONE:

Artículo 1 – El Presidente de la Sección Uruguay de la CPC y el Director de la Unidad de Gestión serán quienes integrarán las cuentas que la Unidad de Gestión deberá abrir para la ejecución del referido Convenio, a nombre de la CPC, mediante firma conjunta de toda documentación y medio de pago.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DISP.02/2006**PROGRAMA DE INTRODUCCIÓN Y ENTRENAMIENTO EN MERCOSUR****VISTO:**

Que es de especial interés de la Comisión Parlamentaria Conjunta que una Delegación del Parlamento de la República Bolivariana de Venezuela se incorpore y participe de las reuniones de esta Comisión a efectos de irse familiarizando con el funcionamiento y dinámica de la misma, así como poder acompañar el proceso de modificación de la institucionalidad del Mercosur por el cual esta Comisión será sustituida por el Parlamento del Mercosur.

CONSIDERANDO:

Que los parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional Bolivariana de Venezuela han manifestado su interés en recibir información sobre la estructura institucional del Mercosur, su funcionamiento, sistema de solución de controversias y demás elementos que hacen al funcionamiento del sistema de integración.

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
DISPONE:**

Artículo 1 – Aprobar el Programa de introducción y entrenamiento en MERCOSUR dirigido a parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional Bolivariana de Venezuela que figura como Anexo I de la presente Disposición.

Artículo 2.- Designar responsables por la coordinación y ejecución del referido programa a: El Presidente Pro Tempore, el presidente de la Sección de Venezuela y al Secretario Permanente.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DISP. 02/2006/ANEXO I**Programa de introducción y entrenamiento en MERCOSUR**

Dirigido a Parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela

Módulo 1.- La incorporación de Venezuela al MERCOSUR: análisis jurídico y comercial del Protocolo de Adhesión.

- Aspectos jurídicos del Protocolo
- El período de transición hacia la entrada en vigencia del Protocolo
- La incorporación de las normas MERCOSUR al ordenamiento jurídico Venezolano
- El programa de liberación comercial
 - Actualidad y coyuntura
 - Cronograma
- El arancel externo común

Módulo 2.- Estructura institucional del MERCOSUR

- Introducción a las instituciones
- Aspectos jurídicos institucionales
- Aspectos político-institucionales
- El componente democrático en el MERCOSUR : El Protocolo de Usuahia
- La CPC
- El Parlamento del MERCOSUR
- La reforma institucional
- El mapa político del MERCOSUR
- La perspectiva de un MERCOSUR ampliado, que implica la incorporación de Venezuela?
- El MERCOSUR en el mundo: la identificación del rol regional en un mundo multipolar.

Módulo 3.- Sistema de Solución de Controversias del MERCOSUR

- Evolución del sistema de solución de controversias, el Protocolo de Brasilia, antecedentes
- El Protocolo de Olivos
 - El Tribunal Permanente de Revisión
 - Competencias y atribuciones
 - Estructura

Módulo 4.- Aspectos económico – comerciales del MERCOSUR

- La evolución del MERCOSUR en sus primeros 15 años
 - De la zona de libre comercio a la unión aduanera
 - Evolución comercial del MERCOSUR (intra zona y con terceros)
 - El nomenclador común del MERCOSUR
 - Hacia el código aduanero
- El arancel externo común
- Negociaciones con terceros estados y bloques regionales
 - La OMC
 - La Unión Europea
 - EL ALCA
- Principales desafíos para la conformación del Mercado Común

Módulo 5.- El MERCOSUR Social

- Las instituciones del MERCOSUR vinculadas a lo social
- La visión de los actores sociales (empresarios, trabajadores, sector académico, sector cooperativo, tercer sector.)
- Principales logros
- La Declaración socio laboral del MERCOSUR, hacia la carta social?
- La participación de la sociedad civil en el MERCOSUR
- El MERCOSUR cultural y educativo.
- La cuestión de los Derechos Humanos en el MERCOSUR: El informe anual del futuro parlamento.
- El Programa Somos MERCOSUR
- Hacia una política de transparencia y visibilidad
- La generación de una identidad regional

MERCOSUR/CPC/DISP.03/2006**MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO DE LA CPC****VISTO:**

El Tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las Decisiones 28/05 , 29/05 y 16/05 del Consejo del Mercado Común

La firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR el día 4 de julio de 2004

CONSIDERANDO:

Que es de especial interés de la Comisión Parlamentaria Conjunta que una Delegación del Parlamento de la República Bolivariana de Venezuela se incorpore y participe de las reuniones de esta Comisión a efectos de irse familiarizando con el funcionamiento y dinámica de la misma, así como poder acompañar el proceso de modificación de la institucionalidad del Mercosur por el cual esta Comisión será sustituida por el Parlamento del Mercosur.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA DISPONE:

Artículo 1 – Modificar el reglamento de la CPC, incorporando en las Disposiciones Transitorias, el artículo 36 con el siguiente texto:

Artículo 36**Participación de las delegaciones parlamentarias de los Estados en proceso de adhesión al MERCOSUR**

Los integrantes de las delegaciones de los Congresos /Asambleas Nacionales de los Estados en proceso de adhesión, participarán de las sesiones de la Comisión Parlamentaria Conjunta y de sus Subcomisiones con voz pero sin voto.

Los integrantes de las delegaciones parlamentarias de los Estados en proceso de adhesión, serán elegidos por sus respectivos Congresos / Asambleas Nacionales, de entre sus miembros en ejercicio de sus mandatos. El número de integrantes será de 16 titulares e igual número de suplentes.

Las delegaciones citadas tendrán una Mesa Ejecutiva compuesta por un Presidente, hasta dos Vicepresidentes, un Secretario General y un Secretario Adjunto y será elegida en la forma en que lo consideren más conveniente.

Artículo 2 - Elaborar durante el segundo semestre una propuesta con el objeto de ser entregada al grupo ad hoc creado por el artículo 11 del Protocolo de Adhesión de Venezuela al MERCOSUR, donde se establezca la modalidad de la participación de la delegación parlamentaria de Venezuela en el Parlamento del Mercosur hasta tanto entre en vigor el referido protocolo y posteriormente.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DECL.02/2006**A 180 AÑOS DEL CONGRESO ANFICTIONICO DE PANAMA****VISTO:**

Que en el presente mes de junio se conmemora en América latina el 180 aniversario del inicio de las deliberaciones del Congreso Anfictionico de Panamá, convocado por el Libertador Simón Bolívar, primer antecedente de una voluntad política integradora de la América recién liberada y que culminara el 15 de junio de 1826 con la firma del Tratado de la Unión de los Pueblos.

CONSIDERANDO:

Que, la Argentina junto con los países hermanos de Brasil, Uruguay, Paraguay y ahora Venezuela, han venido haciendo esfuerzos conjuntos para abrir espacios comunes que superen los estrechos marcos de los acuerdos comerciales y aduaneros, para avanzar decididamente hacia un MERCOSUR de los pueblos, que contemple prioritariamente la dimensión política, social y cultural, como contracara de doctrinas y modelos de desarrollo que privilegian intereses que conllevan pobreza y exclusión social

Que la reunión de las Repúblicas Hispanoamericanas de Panamá, según el Libertador, tuvo como objetivo conformar **“una sociedad de naciones hermanas, separadas por ahora y en el ejercicio de su soberanía por el curso de los acontecimientos humanos, pero unidas, fuertes y poderosas para sostenerse contra las agresiones del poder extranjero”**.

Que avizorando la historia a futuro, Simón Bolívar, señalaba entonces que **“el día que nuestros plenipotenciarios hagan el canje de sus poderes, se fijará en la historia diplomática de América una época inmortal. Cuando después de cien siglos, la posteridad busque el origen de nuestro derecho público y recuerden los pactos que consolidaron su destino, registrarán con respeto los protocolos del Istmo. En él encontrarán el plan de nuestras primeras alianzas, que trazará la marcha de nuestras relaciones con el universo. ¿Qué será entonces el Istmo de Corinto comparado con el de Panamá?”**.

Que la Argentina no fue ajena a los albores de la integración así planteada, porque el Libertador General San Martín apoyó las ideas de Bolívar, como también debe destacarse la voluntad política integradora de Juan Domingo Perón, con su idea del ABC entre la Argentina, Brasil y Chile, al señalar que **“nuestro continente, en especial Sudamérica, es la zona del mundo donde todavía, en razón de su falta de población y de su falta de explotación extractiva, está la mayor reserva de materia prima y alimentos del mundo. Esto nos indicaría que el porvenir es nuestro”**.

Que en este devenir histórico, conviene recordar a figuras latinoamericanistas como José Enrique Rodó, Manuel Ugarte, Rufino Blanco Fombona, Francisco García Calderón, que siguiendo esa orientación le dieron marco al rechazo del panamericanismo que luego se plasmaría en la Doctrina Monroe, aquella que determinó en adelante la teoría de **“América para los americanos”**.

Que, los países integrantes del MERCOSUR discuten hoy y están a punto de protocolizar la conformación del Parlamento del MERCOSUR, justo a 180 años de aquella histórica reunión de naciones.

Por todo lo expuesto,

**LA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA
DECLARA:**

Su interés por destacar la conmemoración del Congreso Anfictiónico de Panamá, convocado por el Libertador Simón Bolívar y realizado en Panamá, entre el 22 de junio y el 17 de junio de 1826, por considerarlo el primer antecedente histórico de la voluntad política de integración de los pueblos desde el río Bravo hasta la Patagonia argentina.

La necesidad de que dicho antecedente y las deliberaciones de los plenipotenciarios de entonces tengan la suficiente difusión, sobre todo a nivel de las distintas currículas escolares, como para que la idea de la integración se internalice en las nuevas generaciones para hacer realidad, más temprano que tarde, que **"Somos MERCOSUR"**.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR

**ACTA DECLARATIVA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR CON
LA UNION EUROPEA**

PROYECTO APOYO A LA INSTALACION DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, a los 20 días del mes de julio de 2006, en ocasión de la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, estando presentes los representantes legislativos de la Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC), por un lado, y el representante de la Comisión Europea en Argentina, Embajador Gustavo Martín Prada, por otro, convienen en celebrar la siguiente Acta Declarativa:

La CPC manifiesta que la instalación del Parlamento del MERCOSUR constituye un hito en el desarrollo institucional de la integración y consolida y fortalece la vigencia y calidad de la democracia en la región.

La UE, a través de su Representante, expresa disposición para apoyar dicho proceso parlamentario, que considera de vital importancia en la institucionalización del MERCOSUR.

Ambas partes coinciden en evaluar que el "Proyecto para la Instalación del Parlamento del MERCOSUR" presentado por el MERCOSUR a la UE, y hoy en proceso de aprobación por parte de los servicios de la CE, guarda relevancia toda vez que contribuye al objetivo de propiciar mecanismos e instrumentos que servirán para establecer el Parlamento del MERCOSUR.

Tal proyecto, que tiene entre sus metas coadyuvar en la implementación de acciones institucionales a nivel regional, necesarias para la instalación del Parlamento, contribuir a contar con soportes logísticos para su funcionamiento, lo que permitirá desarrollar un trabajo conjunto entre la UE y el MERCOSUR y nutrirse de la mutua experiencia en materia de integración parlamentaria.

Finalmente, las Partes que suscriben la presente Acta Declarativa expresan la mejor disposición para el desarrollo de una cooperación eficaz para el logro de los objetivos propuestos en el proyecto.

**Diputado Alfredo Atanasof
Presidente Pro Tempore**

**Senador Sergio Zambiasi
Presidente Sección Brasil de la CPC**

**Senador Alfonso González Nuñez
Presidente Sección Paraguay de la CPC**

**Diputado Roberto Conde
Presidente Sección Uruguay de la CPC**

**Emb. Gustavo Martín Prada
Jefe de Delegación de la Comisión Europea
en la República Argentina**

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006/ ANEXO VI**AGENDA DEL SEGUNDO SEMESTRE DE 2006****1. Agosto**

Porto Alegre

- Mesa ejecutiva de la CPC.
- Grupo Técnico.
- Seminario Integración fronteriza.
- 1er modulo Programa Entrenamiento de Venezuela.

2. Setiembre

- Reunión de Grupo Técnico en **Foz Iguazú**.
- Seminario sobre Asimetrías (**Montevideo**) auspiciado por el BID.
- Grupo Técnico (**Montevideo**).
- Mesa Ejecutiva de la CPC

3. Octubre

- Reuniones Grupo Técnico.
- Inicio del período de transición.
- 2do modulo de entrenamiento de Venezuela. (Caracas)

4. Noviembre

- Instalación del Parlamento del MERCOSUR (6 de noviembre – **Montevideo**)
- Seminario FESUR.
- Seminario con formadores de opinión.

5. Diciembre

- Cumbre de Jefes de Estado en **Brasil**

ATA DE TRANSMISSÃO DA PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE*

ACTA DE TRANSMISIÓN DE LA PRESIDENCIA *PRO TEMPORE*

En la ciudad de Córdoba, República Argentina el día 19 de julio de 2006, se reúnen en el marco de la **XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta**, las delegaciones de la República Argentina, presidida por el diputado Alfredo Atanasof, de la República Federativa del Brasil, presidida por el senador Sergio Zambiasi, de la República del Paraguay presidida por el senador Alfonso Gonzalez Nuñez y de la República Oriental del Uruguay presidida por el Diputado Roberto Conde. A su vez participa la delegación de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, presidida por el diputado Nicolás Maduro.

En este acto la Sección Nacional Argentina, en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore, representada en este acto por su Presidente el Diputado Alfredo Atanasof traspasa la Presidencia *Pro Tempore* a la Sección Nacional Brasileira representada en este acto por su Presidente el Senador Sergio Zambiasi.

Para constancia se labra la presente Acta que firman los señores Presidentes de las cuatro Representaciones nacionales de la Comisión Parlamentaria Conjunta.

Córdoba, 19 de julio de 2006

Diputado Alfredo Atanasof
Presidente de la CPC de Argentina

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la CPC de Brasil

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la CPC de Paraguay

Diputado Roberto Conde
Presidente de la CPC de Uruguay

ATA DA REUNIÃO ENTRE A CPCM E O FÓRUM CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL

ACTA DE REUNIÓN ENTRE LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA Y EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO SOCIAL

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, el 19 de julio de 2006 se reúnen en el marco de la XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta, representantes de la misma con representantes del Foro Consultivo Económico Social (FCES).

En dicha ocasión, y en vistas a la instalación del Parlamento del Mercosur que sustituirá a la Comisión Parlamentaria Conjunta en la estructura institucional del MERCOSUR, los representantes de ambos órganos resuelven aprobar como anteproyecto a presentar a la consideración del Parlamento del Mercosur en su momento, el borrador de Acuerdo Interinstitucional entre dicho organismo y el Foro Consultivo Económico Social que figura como Anexo I de la presente.

POR LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA

Diputado Alfredo Atanasof
Presidente *Pro Tempore*

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la Sección Brasil de la
CPC

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la Sección Paraguay de
la CPC

POR EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO Y SOCIAL

Diputado Roberto Conde
Presidente de la Sección Uruguay de
la CPC

Diputado Nicolás Maduro Moros
Presidente de la Delegación de
Venezuela

Jorge Zorreguieta
Coordinador *Pro Tempore*

Anexo I

ANTEPROYECTO DE ACUERDO INTERINSTITUCIONAL PARLAMENTO DEL MERCOSUR- FORO CONSULTIVO ECONÓMICO - SOCIAL

VISTO:

El Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991 y el Protocolo de Ouro Preto, del 17 de diciembre de 1994

El Protocolo de Parlamento del Mercosur aprobado por Decisión 23/05 del Consejo del Mercado Común el 8 de diciembre de 2005

CONSIDERANDO:

Que la instalación del Parlamento del MERCOSUR, con una adecuada representación de los intereses de los ciudadanos de los Estados Partes, significa un aporte a la calidad y equilibrio institucional del MERCOSUR

Que es de especial interés de los parlamentarios del MERCOSUR el crear un espacio común en el que se refleje el pluralismo y las diversidades de la región, y que contribuya a la democracia, la participación, la representatividad, la transparencia y la legitimidad social en el desarrollo del proceso de integración y de sus normas.

Que un mecanismo de consulta ha sido una inquietud histórica del Foro Consultivo Económico - Social en relación al Grupo Mercado Común y que los parlamentarios del MERCOSUR consideran de vital importancia conocer la opinión de las organizaciones sociales, económicas, sindicales y empresariales del Mercosur pues en ellos se encuentra el motor principal del desarrollo económico del bloque.

ATENTOS a la importancia de fortalecer el ámbito institucional del MERCOSUR en el diálogo, la participación y el intercambio con los distintos actores institucionales, para avanzar en los objetivos previstos de armonización de las legislaciones nacionales en las áreas pertinentes y agilizar la incorporación a los respectivos ordenamientos jurídicos internos de la normativa del MERCOSUR, que requiera aprobación legislativa.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Y

EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO - SOCIAL

ACUERDAN:

Sentar las bases para un fructífero diálogo en virtud del cual,

- 1) el Parlamento del MERCOSUR y el Foro Consultivo Económico - Social (FCES) asumen el compromiso de reunirse al menos una vez por semestre con el fin de intercambiar informaciones y opiniones sobre el desarrollo del Mercosur en general y de los asuntos en trámite en ambos organismos que se consideren, previa consulta, de interés mutuo.

Sin perjuicio de ello, cualquiera de las partes del acuerdo puede solicitar de la otra una reunión extraordinaria, previa propuesta de la agenda de temas de interés mutuo a ser tratados en la misma.

- 2) el Parlamento del MERCOSUR asume el compromiso de consultar la opinión del FCES en todos aquellos asuntos de la integración regional que estime oportuno.

El FCES podrá remitir, por propia iniciativa, opinión sobre temas en consideración en el Parlamento del MERCOSUR que representen intereses relevantes de las organizaciones que integran el FCES.

- 3) el Foro Consultivo Económico - Social asume el compromiso de responder a las consultas que le efectúe el Parlamento del Mercosur, y éste, a considerar las opiniones del FCES, en los términos que se establezcan en la Reglamentación de las consultas del presente acuerdo.

- 4) El Parlamento del MERCOSUR se comunicará con el FCES a través de la unidad orgánica pertinente. La coordinación *Pro tempore* del FCES se comunicará con el Parlamento del MERCOSUR a través de su Secretaría Técnica.

....., de de 200...

Por el Foro Consultivo Económico y Social

Por el Parlamento del MERCOSUR

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo hoje à tribuna para defender os pequenos agricultores nordestinos e, em especial, os pequenos agricultores do meu Estado da Paraíba.

Tenho percorrido o interior da Paraíba – como sempre faço quando os trabalhos desenvolvidos aqui no Senado me dão uma pequena folga – para tomar conhecimento, em contato pessoal com o povo que represento nesta Casa, dos problemas que o afligem, das demandas que são consideradas as mais importantes e urgentes.

E, nessas andanças, o que apurei é que nada é mais desesperador do que a situação precária e – eu diria – agonizante do pequeno agricultor de meu Estado, principalmente do pequeno agricultor que possui sua pequena gleba na região do Semi-Árido.

O problema da região seca do Nordeste é secular, todos nós sabemos disso. Como também é secular o descaso do Poder Público com o sertanejo nordestino. Esse descaso, por vezes, é descaso mesmo.

Mas, muito freqüentemente, o descaso nem é intencional, mas fruto da ignorância; é resultado do fato de que quem decide não conhecer a realidade dos fatos, de que quem decide apenas ouvir falar sobre a situação do sertanejo, ouvir falar pela boca dos outros, mas sem ir lá e ver. Ou, então, que pegou uma tabela, uma estatística, cheia de números e achou que entendeu. Mas não entendeu! Porque os números servem para ajudar a conhecer uma situação – não estou dizendo que não servem –, mas não substituem o contato direto com a realidade. Só sabe mesmo quem vai lá e conversa com as pessoas, olha nos olhos delas, ouve o que elas têm a dizer!

Então, o que ocorre, Sr. Presidente, é que há boa vontade do Governo Lula para resolver a situação do nordestino e do sertanejo nordestino.

Ora, nosso Presidente é um homem que veio de lá! Ele conhece a situação por ter estado lá; ele não ouviu falar de longe.

Mas os técnicos que escrevem os programas de governo, que dizem como vai ser a política agrícola, que decidem como vai se dar a renegociação das dívidas, esses não estiveram lá; apenas olharam para papéis e gráficos; não olharam no rosto das pessoas.

É mais ou menos isso que acontece com as regras que acabaram saindo para a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste. As regras ajudam a melhorar uma situação desesperadora, mas ainda não são suficientes. E nem vêm, Sr. Presidente, na velocidade que é preciso.

O Congresso Nacional havia aprovado um projeto de lei que tratava a questão da dívida agrícola dos produtores rurais do Nordeste de uma maneira mais abrangente, mais generosa, mais justa e mais satisfatória.

Era o Projeto de Lei nº 4.514, de 2004. Por essa proposta, os agricultores nordestinos teriam 25 anos para pagar suas dívidas, com 4 anos de carência e juros entre 1,5% e 5%. Mas esse projeto foi vetado pelo Poder Executivo.

No lugar dele, o Poder Executivo mandou para o Poder Legislativo a Medida Provisória nº 285, que acabou de ser aprovada pelo Congresso no último dia 13 de julho, sendo convertida na Lei nº 11.322.

Por isso, reconheço o esforço do Governo em achar uma solução para os problemas dos agricultores que atuam na área da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a antiga Sudene.

Mas quero dizer também que as condições para a renegociação das dívidas agrícolas, condições trazidas pela nova lei (Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006), não vão resolver definitivamente o problema.

Aprovamos aqui, e o Presidente sancionou, a formatação possível no presente momento conjuntural. Agora, urge a regulamentação de alguns dispositivos pelo Conselho Monetário Nacional. Entretanto, os produtores não podem continuar na dependência da Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agricultor nordestino já se dedica a uma atividade de alto risco em razão das incertezas climáticas que vão determinar se haverá ou não colheita em quantidade suficiente para compensar o esforço do plantio.

No semi-árido, essa incerteza dobra, triplica, quadruplica. Por razões óbvias. Não é necessário aqui destacar a importância que tem a agricultura para um imenso contingente populacional, para centenas de Municípios do interior do Nordeste.

E o que testemunham os que percorrem, como eu, essa região de carências e de gente forte e determinada?

Testemunham uma situação desesperadora, em que o pequeno agricultor corre não somente o risco do clima, mas o risco ainda maior e definitivo de perder suas terras para os bancos, porque a dívida com os bancos aumentou feito uma bola de neve, a colheita não

foi capaz de gerar os recursos necessários para pagar o que se deve e o banco ameaça tomar a terra.

Nós já tínhamos errado quando não incluímos as contas dos agricultores que estavam na dívida ativa. E o que aconteceu? Esses ficaram fora. Nós tratamos as mesmas pessoas de modo diferenciado – os que já tinham sido executados e os que ainda não tinham sido executados. Estamos tentando corrigir esse erro nosso, mas o que vemos é que está havendo uma grande dificuldade.

Recebi associações, recebi agricultores e sei que essa situação é realmente terrível! Enquanto o banco não toma a terra, o agricultor, que ainda está lutando para manter a sua pequena gleba, não consegue novos financiamentos. Ele não tem mais crédito. A época do plantio está chegando, e ele está de mãos atadas. Não pode fazer nada.

É por isso, Presidente, que eu, aqui no Senado, no meu papel de nordestino, representante deste povo sofrido, não estou contente. Penso que os instrumentos da nova lei não serão suficientes para resolver a situação, que é grave.

Isso sem contar, Sr. Presidente, com quem plantou. Ou seja, aquelas pessoas que estavam plantando sisal ou algaroba e que também tiveram um prejuízo gigantesco. No caso da algaroba, por exemplo, nem deu madeira nem deu alimento para o gado; ao contrário, ela é até venenosa para o sistema nervoso do gado. Além disso, hoje, a fibra de agave é utilizada apenas para fazer cordinha para amarrar o feno na Europa e nos Estados Unidos, a fim de que o gado não coma aquela cordinha plástica e venha a morrer.

Nós temos tido azar porque o algodão bicudo está arrasado; a oiticica praticamente deixou de existir; a carnaúba, que era difícil e da qual se tirava a cera de carnaúba, perdeu mercado. Com relação ao sisal, sobra ainda uma pequena cultura para a alimentação, para a subsistência.

E por isso não vou desanimar. Vou cobrar melhores benefícios para a renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos.

Vou pressionar o Governo. Vou continuar batendo à porta dos gabinetes. Vou solicitar audiências.

Vou articular apoios no Congresso para levar a essa gente, aos agricultores o alívio merecido para o infortúnio financeiro que é pior e mais fatal que o infortúnio da natureza.

O Nordeste merece ser tratado de modo melhor. O Nordeste, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, merece ser tratado com mais respeito.

Muito obrigado.

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs Senadores, há questões diversas que para mim são cruciais para o momento que o Brasil vive e que não estão sendo discutidas na campanha presidencial e tampouco aqui no Congresso Nacional. São temas que definem rumos para o destino desta Nação. Por exemplo, se as empresas estatais devem se aprofundar na sua ação desenvolvimentista ou se elas devem ser privatizadas. Isto é, se se deve retomar a política de privatização. Ou, então, se deve ou não ser criada uma empresa estatal para desenvolver o biocombustível, que se apresenta como a mais promissora perspectiva da economia brasileira de hoje, ou melhor, da própria integração social na medida em que, para a sua produção, certamente se gerarão muitos empregos, centenas de milhares de empregos; se o Estado deve cuidar do desenvolvimento por meio de políticas públicas e definir esse desenvolvimento em termos sociais ou se deve deixar esse cuidado ao mercado, como entidade orientadora de toda a economia do País. Enfim, se o Estado deve continuar, por meio de políticas públicas, a sua ação distributivista, com programas como o Bolsa-Família, crescimento real do salário família, microcrédito, microcrédito assistido, reforma agrária, crédito para agricultura familiar, ou se ele deve se retrair e conter os seus gastos e confiar no mercado, como fazia até antes do Governo Lula, antes do Governo atual.

Sr. Presidente, há um interessante estudo do BNDES, a que tive acesso na semana passada, que mostra objetivamente, com dados da realidade, que o crescimento do gasto público, que tem sido tão criticado na mídia e muitas vezes aqui no Senado e no Congresso, que o crescimento dos gastos governamentais se deve a esses programas sociais e não a um inchaço ou a um custeio exagerado da máquina pública. Ao contrário, o custeio da máquina pública tem se reduzido, em proporção, enquanto que os gastos públicos com esses programas distributivistas têm-se elevado. Essa é uma questão crucial que precisa ser discutida na campanha também para que a população decida.

É o momento de a população decidir se quer continuar com uma política de empresas estatais desenvolvimentistas e uma política de programas sociais com fins distributivistas. Aliás, não só continuar, mas

também aprofundar essas ações. O momento é esse. É isso que precisa ser bem definido nas propostas de campanha, ser decidido pela população, ser discutido aqui no Congresso em profundidade, com o cuidado que essas questões merecem, tendo em vista o seu caráter decisivo para os destinos do País.

Outra questão é a política externa, se ela deve continuar nos termos das prioridades do Governo atual, que se volta para o Mercosul, que aposta no Mercosul, na integração sul-americana e na parceria com outros países que compõem o chamado G-20, ou se ela deve voltar à política tradicional, buscar implementar a Alca e atender prioritariamente aos mercados tradicionais dos Estados Unidos e da Europa, reconhecendo, ou melhor, decretando a falência do Mercosul.

Essas questões é que são importantes. Eu listaria outras mais, Sr. Presidente, incluindo-se nesse rol, por exemplo, investimento maior para as Forças Armadas brasileiras com todas as razões que sustentam a necessidade desse aumento.

Mas, o que me parece é que o Congresso não quer discutir questões que não figuram na lista de preocupações que alimentam os discursos nesta tribuna. O Congresso reflete a mídia; hoje é inteiramente pautado por ela e focaliza quase que só a questão da corrupção. Não que a corrupção não tenha importância. Tem, mas é preciso tratar de outras questões. A corrupção está sendo tratada nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Tudo bem que vez por outra o tema seja abordado aqui no Senado porque se trata de uma questão muito importante, mas não lhe pode ser dado um enfoque tão importante, capaz de obstruir a discussão e o debate sobre essas outras matérias que vão definir o destino do Brasil, da população, do povo brasileiro.

Mas, claro, é mais fácil discutir a corrupção porque dá mídia e, dando mídia, dá votos. Também interessa à mídia discutir a corrupção porque o escândalo dá manchete e aumenta a venda de jornal, ao passo que a discussão dessas outras matérias relativas ao destino do Brasil não suscita o mesmo interesse pelos jornais na medida em que não diz respeito ao que o cidadão comum considera o seu interesse imediato. Que não haja desvio de recursos públicos, convenhamos, é muito importante, mas não a ponto de obliterar a discussão de outras matérias que também são decisivas ou mais decisivas porque são polêmicas, ao passo que a questão da corrupção não é polêmica. Todo mundo, em princípio, é contra a corrupção. Todo mundo, em princípio, é a favor da honestidade nos gastos públicos. O que divide as opiniões, que polemiza, enfim, que apresenta o contencioso político são as questões a que me refiro e que não têm merecido a devida atenção

no Congresso Nacional e nem mesmo no debate dos candidatos à Presidência da República, se bem que esses debates, na verdade, só vão ocorrer, com mais profundidade, a partir de 15 de agosto. O fato é que o Congresso Nacional se tornou menos político e mais eleitoral, isto é, busca mais as matérias que refletem na mídia e produzem resultados eleitorais.

A coluna de ontem, da jornalista Tereza Cruvinel, do jornal **O Globo**, levantou um ponto muito interessante. Ela aponta para esse fato, mostrando que há uma despolitização do Congresso em geral, que acaba ficando reduzida a uma instância de fiscalização e de levantamento de investigação de denúncias que nunca param de aparecer, enquanto esquece as questões essenciais sob o ponto de vista político porque, como eu disse, definem o destino do País.

Na verdade, o Congresso assim procede porque a sociedade também está se desligando progressivamente dos temas políticos devidos. Esse individualismo exacerbado, a necessidade de se tornar competitivo para ter uma posição no mercado e, tendo uma posição no mercado, elevar-se na escala social, está tomando conta dos cidadãos de modo geral. Esse fenômeno não ocorre só no Brasil; no mundo inteiro há essa exacerbação do individualismo e esse esquecimento das questões comuns, dos problemas da comunidade e da Nação, daquilo que define a vida de todos e não a vida de cada um isoladamente.

Isto também é uma questão ética: a preocupação com a coletividade e não apenas a preocupação exclusiva com o indivíduo. A justiça fundamenta todo o procedimento e o pensamento ético desde que o homem é homem, desde que o homem começou a viver em sociedade e começou a meditar sobre as questões filosóficas fundamentais da justiça, da ética.

Esse esquecimento e essa busca incessante só do individualismo e só da competitividade relega a um plano inferior esse outro debate, que acaba esmaecendo e acaba quase que desaparecendo do cenário político do País. E a justiça passa a não importar tanto; o que importa é a competitividade. Quem não tem competitividade que viva de esmola. Então, o comando da política e da ação pública, da ação do Poder Público se resumiria a isto: deixar que o mercado tome todas as decisões relativas à economia e promova quem tem competitividade. Para aqueles que não têm competitividade ou não podem tê-la por uma razão ou por outra, aí sim, o Estado cuidaria de políticas de assistencialismo para não deixar que eles morressem à míngua.

Então, a política se resumiria a deixar que o mercado aja e a atender os marginalizados, os não competitivos, com alguma esmola, com algum tipo

de benefício que signifique a sobrevivência de toda essa gente.

Nessas circunstâncias, realmente a política não é necessária, porque a política tem que tratar é dessas questões decisivas que marcam a Nação, que marcam o modelo de desenvolvimento, que marcam a preocupação do Poder Público com o desenvolvimento não só do mercado, que exige atenção para esses problemas, inclusive para esse problema da Justiça, que é fundamental porque é básico e diz respeito à ética.

Ética não é só o combate à corrupção, não; ética é a implementação da justiça, é a implementação de políticas que atendam às necessidades de todos os cidadãos, é claro que permitindo que uns subam na escala social em relação a outros, porque é da natureza humana certa diferenciação. Porém não se pode deixar que essa diferenciação atinja altos níveis. A diferenciação abismal que existe hoje no Brasil caracteriza a falta de ética, a grande falta de justiça.

Isso o Governo atual vem procurando enfrentar, com todas as dificuldades, porque ainda sujeito àquela mão-de-ferro do mercado, porque ainda sujeito a todas as ameaças que o mercado financeiro sempre faz à medida que o Governo não atenda às suas mínimas exigências. A ameaça é sempre a desestabilização. O Governo tem de considerar a possibilidade de desestabilização, porque ela existe, mas dentro dos limites, que são estreitos, mas que deixam alguma margem para agir.

O Governo Lula vem atuando no sentido de reduzir essas desigualdades, essas injustiças. Pela primeira vez na história política deste País, nós vamos observar redução das diferenças econômico-sociais, uma melhoria na distribuição de renda. Isso é um avanço mínimo, mas consistente, que deve continuar por décadas – vinte, trinta, quarenta anos –, até que o Brasil se apresente numa condição mínima em termos de justiça social.

Isso está acontecendo. É importante discutir na campanha se essa política deve continuar ou se devemos voltar ao passado, de modo que o mercado, na sua integridade, aja como entidade decisória absoluta nas questões econômicas, retirando-se o Poder Público dessas políticas de busca pela justiça.

O Congresso Nacional deve participar desse debate. Isso é evidente. É obrigação dele participar desse debate e não ficar apenas como instância fiscalizadora. O Congresso é o grande fórum de debates do País. O debate é uma de suas funções, senão a principal função, da qual derivam as outras, como, por exemplo, a atividade legiferante, a atividade de elaboração de leis. A principal função do Parlamento é debater todas essas questões e não ficar somente como agência fis-

calizadora constituindo CPIs infundáveis para, enfim, criar escândalos e manchetes e, transformar-se, por conseguinte, em campo exclusivamente eleitoral na busca de sucesso perante a opinião pública.

Várias vezes vim a esta tribuna, e hoje aqui venho, uma vez mais, para chamar a atenção sobre a importância de questões que não estão sendo relegadas a um plano como se fossem questões inferiores, como se não merecessem a atenção maior do Congresso, porque sobre elas é que se decide o destino da Nação brasileira, que hoje está vivendo um período histórico muito importante, porque tem um Governo que, pela primeira vez, tomou um rumo diferente do anterior, que era o do liberalismo puro, deixando que o mercado resolvesse todas as decisões econômicas do País.

Sr. Presidente, estou preocupado com isso. Por isso, estou voltando hoje à tribuna, voltarei amanhã, depois de amanhã, porque penso que essa é uma tarefa da qual não podemos abdicar, não podemos nos demitir dessa discussão fundamental sobre os destinos do País e as políticas que melhor servirão ao destino que a população majoritariamente quer. Então, é preciso trazer a população para esse debate e até forçar que a mídia também entre, a fim de que apareçam as posições diferentes. Hoje em dia temos uma mídia quase unânime, com raríssimas exceções, na linha do mercado, na linha, enfim, da ausência da redução do Estado ao mínimo para cuidar da polícia, da justiça e, no máximo, da educação, mas não executar políticas de desenvolvimento. Isso precisa ser seriamente, profundamente e detalhadamente discutido, e, para isso, venho mais uma vez a esta tribuna e voltarei outras vezes para bater nesse mesmo ponto.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a poderia assumir a Presidência?

O Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, nesta tarde, dizer que estive, na manhã de hoje, no Palácio do Planalto vivendo um dos momentos mais interessantes da história das políticas públicas de gênero neste País, que foi a sanção da lei que trata da violência praticada contra a mulher.

Nesta oportunidade, parabeno o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela corajosa ação, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, de ter encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei. E parabeno também a Ministra Nilcéia Freire e todas as mulheres do movimento social que contribuíram para que essa lei, a partir de hoje, seja uma realidade, vindo fortalecer a cultura da paz entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me trouxe a esta tribuna na tarde de hoje, inclusive suspendendo minhas atividades de campanha no Estado, é o fato de que, mais uma vez, o Brasil foi surpreendido por notícias estupefacentes no meu querido Estado de Rondônia. E a impressão que se tem do lado de fora de Rondônia é de que se trata de um Estado constituído por bandidos, o que não é verdade. O povo de Rondônia é ordeiro, trabalhador e não merece esse tipo de representação que vimos vir à tona neste final de semana.

A Operação Dominó, desencadeada pela Polícia Federal no dia 04 de agosto, com a autorização do Superior Tribunal de Justiça, expôs a intricada relação promíscua que grassa entre os Poderes constituídos do Estado de Rondônia.

Não é de hoje, Sr. Presidente, que denuncio aqui, nesta tribuna, a existência de um verdadeiro conciliábulo envolvendo algumas das mais altas e influentes autoridades dos três Poderes de Rondônia, além do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Estadual. Uma relação de “comprometimento e compadrio” entre os três Poderes, conforme afirmou o superintendente da Polícia Federal em Rondônia, Joaquim Mesquita, ao jornal **O Globo**, pessoa a quem parabeno pelo excelente trabalho que realiza de apuração e investigação no Estado de Rondônia.

Muito do que eu já vinha denunciando, Sr^{as} e Srs. Senadores, é agora confirmado e teve repercussão nos mais importantes jornais do País na edição de sábado e domingo. Eis as manchetes: “Um Estado atrás das grades”, de **O Globo**, com fotos dos Presidentes da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça presos com algemas; “Chefes de 2 Poderes presos por corrupção em Rondônia”, diz **O Estado de S. Paulo**, também com foto; e “PF prende cúpula do Poder em Rondônia”, destaca a **Folha de S. Paulo**.

O 4 de agosto será um dia marcante para o Estado de Rondônia. Esse dia, quando foi desencadeada, nas primeiras horas da manhã, a Operação Dominó, tornou-se um dos dias mais tristes para homens e mulheres honrados de meu Estado, minha querida Rondônia. Mas foi também um momento importante para a depuração das instituições, vilipendiadas por

pessoas sem moral alguma, rasas, que acreditam enganar a todos por muito tempo, que hostilizam as leis e confiam na impunidade.

A Assembléia Legislativa, instituição importantíssima na consolidação do Estado democrático, transformou-se, com o passar das legislaturas, num reduto irradiador do crime, de todos os tipos de crime, colocando em dúvida, para espanto de todos nós, a existência do próprio Poder Público.

Não obstante termos visto passar por aquela Casa políticos honestos, trabalhadores e comprometidos, a força desses heróicos cidadãos não foi suficiente para barrar a situação pela qual passamos, que se resume na instalação de uma verdadeira quadrilha dentro do Legislativo estadual.

Ainda na década de 90, a Assembléia de Rondônia foi notícia nacional com a eleição casuística de seu Presidente (para dois mandatos consecutivos), que patrocinou um verdadeiro assalto ao Erário Público em um escandaloso processo de compra de passagens aéreas envolvendo aquele Presidente (hoje candidato a Deputado Estadual) e uma agência de viagem de um político que veio a tomar posse neste Senado e hoje disputa uma vaga de Deputado Federal. Foram mais de R\$ 2 milhões desviados, sem que os verdadeiros culpados fossem incomodados pelo Judiciário local.

O Presidente que o sucedeu, membro de uma renomada família de políticos do sul do meu Estado, inovou na forma de enriquecer. De 1995 a 1998, esse Deputado promoveu um assalto voraz aos cofres do Legislativo. Foram R\$ 20 milhões desviados por meio de um esquema de folhas paralelas e pagamento de funcionários fantasmas.

Vários envolvidos foram condenados pela Justiça. Pena que eram peixes pequenos! Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o principal envolvido deverá conquistar novamente nas urnas mais um mandato de Deputado Estadual, sustentado por um assistencialismo financiado com dinheiro público a partir da manutenção de fundação assistencial – mais uma forma criativa que se difundiu em meu Estado para desviar recursos públicos da área da saúde.

Nos anos de 1999 a 2001, um novo Presidente consolidou e ampliou o esquema de desvio de recursos por meio de folhas salariais fictícias. Demonstrou com muita sagacidade que, a partir dele, não só era possível o desvio de milhões e milhões de reais, sob o manto da imunidade parlamentar, mas que também era possível controlar a ação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário e do Poder Executivo por azaques, ameaças de corte de verbas e boicote de votação de projetos de interesse dessas instâncias de poder na Assembléia Legislativa. Esse

Presidente, inclusive, desafiou a lei, humilhou a Justiça e o Ministério Público Federal ao mandar cortar a energia do prédio da Assembléia e provocar um incêndio em suas dependências para evitar a busca de provas contra ilícitos.

Chegamos à atual Legislatura, de 2003 até agora. Descobriu-se que, além do desvio de mais de R\$ 70 milhões (levantados até o momento), sob a crença da absoluta impunidade e do controle dos entes estatais, foi possível estabelecer uma associação criminosa entre membros desses Poderes em benefício de todos os membros da quadrilha e seus obedientes e subservientes comparsas.

A Operação Dominó, mais uma ação bem-sucedida do Governo Federal, prendeu até o momento 23 pessoas que agiam a partir do comando da central do crime, a própria sede da Assembléia Legislativa! Seus crimes? Fraude, lavagem de dinheiro, venda de sentença corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, peculato e exploração de prestígio.

É grave, gravíssimo, Sr. Presidente, o que nos foi revelado pela Polícia Federal. Os reajustes de vencimentos, benefícios e outras garantias salariais para aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público de Rondônia, acima do que permite a lei, foram obtidos em negociatas e troca de favores entre os Deputados Estaduais, Desembargadores e Procuradores de Justiça. Parentes do Presidente da Assembléia e Assessores de Deputados envolvidos, presos no ano passado, logo foram soltos por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça, uma das negociações feitas.

Enquanto em São Paulo o conflito que abala aquele Estado é entre o Poder Público e o crime comum, em Rondônia, Srs. Senadores, o crime organizado está mesmo nas entranhas dos mais altos escalões do Poder constituído. Nossos Marcolas têm curso superior, exercem mandatos e funções de relevância na vida pública, são chamados de doutores e decidem a vida de outras pessoas. Vivemos a desconstrução da República. E isso eu digo com muita tristeza, Sr. Presidente.

A relação promíscua entre esses Poderes tem um único objetivo: a pilhagem do patrimônio público para uso privado. Em Rondônia, é comum políticos ficarem ricos da noite para o dia após ocupar cargos de relevância. E o pior é que esses políticos não têm cerimônia em ostentar, pública e notoriamente, os símbolos dessa ascensão social delituosa, como veículos de alto luxo, mansões holywoodianas, escritórios suntuosos, inúmeros apartamentos espalhados pelo País afora e fazendas monumentais. Bens que, para serem obtidos, necessitariam do exercício de pelo menos

vinte mandatos de Deputados, sem gastar um único centavo ao mês.

Quando denunciei desta tribuna a existência de uma banda podre no Poder Judiciário de Rondônia, fui duramente atacada e criticada por parte da imprensa do meu Estado e por setores sociais ligados a algumas pessoas, que ora estão detidas na Polícia Federal, em Brasília. Diziam que eu estava enlameando o Estado de Rondônia. Não me abalo com esse tipo de comentário. O meu compromisso com a verdade e com os valores que trago de berço continuam inabalados, Sr. Presidente.

Quero dizer ao povo de Rondônia, aos meus familiares, aos meus amigos que aqui se encontram e a todo o Brasil que as investigações que desencadearam a Operação Dominó estão longe de acabar, porque creio firmemente no envolvimento de um terceiro Poder, o Poder Executivo. É de sua competência liberar o Orçamento.

Portanto, não seria possível destinar mais dinheiro, acima da Lei de Responsabilidade Fiscal, para saciar a ambição dos demais Poderes, sem a sua participação. É óbvio.

Há um ano, o Governador, hoje no PPS, promoveu a farsa da moralização ao promover a exibição para todo o País de fitas gravadas por ele próprio, dando conta de extorsão praticada por Deputados. É bom lembrar que, naquele momento, ele estava sob a ameaça de perder o cargo. As fitas foram gravadas em 2003, e ele somente as mostrou em 2005, totalmente editadas. Foi preciso a Polícia Federal, novamente com a autorização do Superior Tribunal de Justiça, apreender em sua residência as fitas originais. Em um dos diálogos com o Deputado João da Muleta, ele disse claramente que dava uma mesada de R\$ 20 mil ao mês aos Deputados de sua Base, que eram do PSDB.

Passado pouco tempo, a briga que reinava entre os Poderes deixou de existir. O Governador nomeou novo chefe da Casa Civil, com a missão de negociar com os Parlamentares. Esse assessor, agora candidato a Vice-Governador na chapa de reeleição do Governador, é um dos 23 presos.

Os jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, na edição de domingo, afirmam que o Governador também estaria envolvido no esquema e passa a ser investigado, nessa fase da operação, juntamente com mais de 100 pessoas, inclusive juízes e promotores, mas isso não sai na imprensa do meu Estado.

O candidato a Vice-Governador teve conversas grampeadas e aparece negociando vantagens pessoais e dinheiro com um assessor parlamentar. As fitas exibidas no "Fantástico" nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005 mostram o Governador em flagrante de

corrupção ativa e passiva. Repito: essas fitas só apareceram dois anos depois de gravadas, no momento em que a Assembléia de Rondônia se preparava para votar a sua cassação, por irregularidades cometidas em sua gestão na prefeitura do Município de Rolim de Moura. Por que essas fitas não foram entregues imediatamente à Polícia Federal para as providências necessárias? Essas e outras perguntas ficaram sem respostas, mesmo após o intenso trabalho da Comissão Externa realizada aqui neste Senado Federal.

A Polícia Federal e o Supremo Tribunal de Justiça ainda têm muito trabalho para fazer em nosso Estado. Faço aqui um forte apelo, um apelo para a celeridade das investigações, um apelo por justiça, um apelo de avanço na condução penal dos processos criminais, porque o jovem Estado de Rondônia merece caminhar para um tempo novo.

Chega de saques ao dinheiro público. Chega de quadrilhas que se sucedem nos Poderes comandados por representantes do povo em meu Estado.

Quero crer que essas instituições vão dar respostas ao povo de Rondônia, irão até o fim no cumprimento de seu papel. Elas funcionam muito bem, mas é preciso responsabilização penal do “banditismo político”, expressão utilizada pelo jurista Célio Borja, em entrevista ontem, ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Quero dizer também que a maioria dos membros do Poder Judiciário de Rondônia é digna de elogios. Sem medo de errar, é uma das melhores Justiças do Brasil, célere e independente, formada por juízes e juízas probos e honestos e por uma maioria de desembargadores sérios e honrados. De modo que a chamada “Banda Podre” do Judiciário rondoniense é formada por uma ínfima minoria, com grande poder de fogo sobre aquele Poder estadual.

Reproduzindo ainda Célio Borja, “a crise moral é das pessoas, não das instituições”.

Se me permitem, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento é oportuno para lembrar Abraham Lincoln: “Você pode enganar algumas pessoas todo o tempo. Você pode também enganar todas as pessoas algum tempo. Mas você não pode enganar todas as pessoas todo o tempo”.

O povo do meu Estado, graças à Polícia Federal do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pôde ver com mais clareza quem são os políticos que dirigem Rondônia.

Quero aqui agradecer e dar parabéns ao Ministro da Justiça, que agiu com determinação, que agiu de imediato para não atender aquilo que a Comissão Externa do Senado pediu, que era a intervenção federal. Mas o que eu queria como intervenção federal aconteceu,

que foi justamente a investigação por conta da Justiça Federal e, principalmente, pela Polícia Federal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Fátima Cleide?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, eu não ia fazer nenhuma intervenção, pois o discurso de V. Ex^a é perfeito, tomando por base quem vive o problema e conhece o que ocorre em seu Estado. Aliás, não é do meu feitio me intrometer nas questões localizadas. Apenas me assustei quando V. Ex^a disse “Polícia Federal do Governo do Presidente Lula”. Isso me assusta, porque penso que a Polícia Federal é republicana, é do Estado. Aliás, isso quem sempre diz é o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eu daria uma sugestão a V. Ex^a, que talvez, levada pela emoção, tenha cometido um exagero com relação à Polícia Federal. Isso mantido, põe por terra todo o trabalho feito, porque ela deixa de ser uma polícia republicana e isenta e passa a ser uma polícia de um governo. A partir daí, é dado o direito de se colocar em dúvida um trabalho exemplar feito em todo o Brasil. Tenho a impressão, inclusive, de que os próprios policiais federais não gostariam de ser tachados como da polícia do Presidente Lula, mas sim da Polícia Federal do Brasil.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, justamente porque a Polícia Federal deste Governo agiu com isenção e de forma republicana é que ela pôde chegar a essas conclusões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nos governos passados ela não agia com isenção?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu só gostaria de ressaltar, Senador Heráclito Fortes, que em 2002, último ano do governo anterior, em que a Polícia Federal deste País pôde realizar o maior número de operações durante oito anos de governo, esse número chegou a dez. A isenção e a forma republicana com que este Governo permite o trabalho e determina o trabalho da Polícia Federal neste País fez com que em 2005 fechássemos o ano com mais de 65 operações realizadas pela Polícia Federal. Creio que há uma diferença e acredito que a própria Polícia Federal gostaria de ver ressaltada essa importância de ter o seu trabalho feito de forma soberana e autônoma.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante, Senadora Fátima Cleide, o apelo que V. Ex^a faz para que os procedimentos de apuração e investigação relativos à Operação Dominó possam ser efetuados com a maior rapidez e eficiência possíveis. Mas é importante ressaltar o trabalho da Polícia Federal, que, obviamente, é de responsabilidade do Ministério da Justiça. Bem salienta V. Ex^a que o Ministro da Justiça e o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, como responsáveis por essas operações que vêm se realizando desde 2003, têm mostrado como esse organismo, composto no Brasil inteiro por 15 mil pessoas, tem sido capaz de efetuar um conjunto de operações de forma inédita pelo proceder, bem como a intensidade e a complexidade das inúmeras operações realizadas desde 2003, e de uma forma crescente. Sim, o Ministro da Justiça tem ressaltado que a Polícia Federal tem um sentido republicano, federal, inclusive com muita isenção. E o Senador Heráclito Fortes sabe bem que, em inúmeras ocasiões, a Polícia Federal, com a responsabilidade republicana, sob o comando do Ministro da Justiça, muitas vezes chegou a detectar ações de inadequação de procedimento de delitos ocorridos até mesmo dentro do Governo Federal ou de governos que porventura possam ser até do Partido dos Trabalhadores. Então, nesse sentido, o trabalho tem sido isento e exemplar na minha avaliação. Agora V. Ex^a ressalta que, no período do governo anterior, a Polícia Federal também trabalhou com um sentido republicano, eficaz e tudo. Mas é fato que, nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, houve operações dessa natureza num número bem mais modesto do que presentemente. Tanto é que, nesses últimos três anos e oito meses, o número de pessoas detidas por meio dessas operações passou, salvo engano, de 54 para mais de 2.500. Posso ser impreciso nesses números, mas...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Creio que já superou a barreira dos 2.500 há muito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois bem. Mas é um número muito significativo o ocorrido este ano. Agora é importante que venhamos a assegurar a defesa a cada uma das pessoas indiciadas nessas operações, que normalmente têm sido detidas com base numa sustentação muito bem feita, com evidências muito claras, por vezes decorrentes de conversas gravadas com autorização judicial, em que os componentes desses diversos grupos agiram contrariamente ao interesse público e para benefício pessoal, de maneira ilegal. Foi somente diante da comprovação documental, acrescida de gravações telefônicas feitas mediante autorização da Justiça, que a Polícia Federal, então, resolveu deflagrar a operação em que

até mesmo o Presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia e o Presidente do Tribunal de Justiça acabaram sendo detidos. Obviamente, uma operação dessa gravidade, com tal repercussão, só pode ser realizada – ou normalmente tem sido realizada – em razão de evidências muito fortes. É claro que o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça e todos os 23 detidos terão todo o direito de defesa assegurado para explicar os fatos e tudo o mais. Mas trata-se de uma operação importante que mostra a preocupação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal em não deixar passar fatos graves, e é importante que V. Ex^a esteja registrando isto aqui. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Nós entendemos também que nada disso poderia vir à tona se não houvesse esse trabalho sério e isento da Polícia Federal.

Creio também que este momento é oportuno para separarmos o joio do trigo e, lá em Rondônia, seguirmos em frente, virando a página da história negativa que se criou num Estado tão novo, que tem apenas 24 anos de criação, idade da minha filha mais velha.

Para nós, neste caso, a prisão não é tudo. É preciso que se devolvam aos cofres públicos os cerca de R\$70 milhões que foram desviados pela quadrilha desbaratada. Essa medida importante serviria para diminuir significativamente os aparatos eleitorais que ora estão montados em meu Estado. A população queria saber de onde vinha tanto dinheiro para tanta ostentação nesta campanha eleitoral; agora tem uma pista bem forte.

Não obstante tudo isso, seria importante também que o Supremo Tribunal Federal, uma vez provocado, suspendesse a efetividade da norma da Constituição do Estado de Rondônia que trata da imunidade parlamentar dos Deputados Estaduais, isto porque não se pode invocar a própria torpeza dos Deputados Estaduais para restringir o trabalho da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário na investigação de seus crimes.

Não tem a menor lógica o Deputado Estadual cometer crime contra o Estado e a Administração Pública em face do exercício de mandato popular e invocar a imunidade parlamentar para não responder judicialmente por tais crimes.

Evidente que as enormes quantias de dinheiro encontradas nas casas de alguns Deputados Estaduais, candidatos à reeleição, se destinam à compra de votos e têm origem ilegal e criminosa.

A imunidade parlamentar serve para garantir a livre manifestação de pensamento nas Casas Legislativas e está correta a norma que proclama ser o parla-

mentar inviolável em suas manifestações e atividades legislativas. Agora, invocar a norma constitucional do ente federativo para livrar-se de responder por crime comum, de pilhagem do dinheiro público, de lavagem de dinheiro e de peculato, é resguardar a atividade criminosa sob a letra da lei, que foi feita justamente para defender o Estado dos piratas da coisa pública.

Rondônia precisa desse corte profundo em sua carne. O povo rondoniense merece algo muito melhor e pode muito bem alterar esse dramático quadro de ser comandado e dirigido há muito tempo por organizações criminosas.

O juiz supremo desse enorme litígio penal não é o Tribunal de Justiça de Rondônia e sua banda limpa e decente, de que faz parte a maioria dos desembargadores, nem o Superior Tribunal de Justiça e tampouco o Supremo Tribunal Federal. O juiz supremo desse caso é o povo.

O povo de Rondônia já tem dia e hora para proclamar o veredicto desse caso: o próximo dia 1º de outubro, oportunidade única de renovar os quadros políticos do Estado. Como disse Tancredo Neves, só há dignidade para um povo quando é ele, e mais ninguém, quem decide o seu destino.

Quero, Sr. Presidente, para finalizar, citar uma frase do Hino do Estado de Rondônia, que recebeu gente deste País inteiro – quem, como eu, nasceu no Estado e hoje representa apenas 15% da população. Diz o Hino: “Somos pioneiros e nos orgulhamos de viver em Rondônia”.

Tenho certeza de que depois dessa ação da Polícia Federal, a “Operação Dominó”, os brasileiros que foram para o Estado de Rondônia terão orgulho de dizer que são rondonienses e rondonianos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino Braga; prezada Senadora Fátima Cleide, prezados Senadores Heráclito Fortes e Eurípedes Camargo, que honrosamente foi aqui suplente do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria hoje de fazer uma reflexão sobre tema a respeito do qual, volta e meia, Senadoras e Senadores somos indagados. Perguntam-nos: “Afim, o que faz um Senador?”

Em minhas viagens por todo o Estado de São Paulo, sempre alguém me pergunta sobre as atribuições de um Senador. Eu gostaria de responder a essa pergunta, inclusive com inúmeros exemplos.

A instituição política chamada Senado é muito antiga. Seu nome em latim, **Senatus**, equivale a “conselho de anciãos”; ou seja, uma casa política ocupada por pessoas mais velhas. A nossa Constituição exige que, para alguém ser eleito para o Senado, deve ter, pelo menos, 35 anos de idade.

O Senado, no Brasil, existe desde a outorga, por D. Pedro I, da Constituição de 1824. Naquela época, o Senador era vitalício e escolhido pelo Imperador, a partir de uma lista tríplice aprovada nas províncias. A idade mínima exigida para se tornar Senador era, então, de quarenta anos, em época, Senador Roberto Saturnino, em que a expectativa de vida média do brasileiro era bem mais baixa. E o candidato deveria ter uma renda anual de, pelo menos, oitocentos mil réis! Portanto, para ingressar no Senado a pessoa precisava ter patrimônio, precisava ter renda, o que já significava uma discriminação. Um detalhe: os príncipes da Casa Imperial eram membros natos do Senado, a partir dos 25 anos de idade. Ou seja, os príncipes poderiam ingressar no Senado – já eram membros automáticos – bem mais moços.

Nosso modelo atual de Senado republicano foi, basicamente, copiado da Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, e adotado, inicialmente, na Constituição de 1891, a primeira depois da proclamação da República.

Em que consiste esse modelo? Os participantes da Convenção de Filadélfia, que se reuniu entre maio e setembro de 1787 para elaborar a Constituição dos Estados Unidos da América, miraram-se nas experiências da Grécia e Roma da Antiguidade para construir o Senado moderno.

Da Grécia, os norte-americanos aproveitaram a partilha de funções no processo legislativo. Em Atenas, onde se praticava a chamada democracia direta, o que equivaleria ao Senado – a *boulé* – preparava as proposições que deveriam ser discutidas e adotadas pela assembleia do povo, a chamada *ágora*. Embora observassem a repartição de atribuições, os norte-americanos inverteram aquele procedimento, concebendo o Senado como uma casa de revisão, no processo legislativo, das proposições aprovadas pela “casa dos representantes” (*The House of Representatives*) do povo – a Câmara dos Deputados -, o que seria, na democracia representativa, uma nova *ágora*. Nisso, pareciam copiar a Casa dos Lordes, do Parlamento britânico, que faz a revisão das proposições aprovadas pela Câmara dos Comuns. Só que, como os Senadores também tinham a iniciativa do processo legislativo, a Câmara dos Deputados exercia, também, a função de revisão das proposições aprovadas pelo Senado. Isso passou a ser um dos elementos funda-

mentais do mecanismo de “freios e contrapesos” que caracteriza as instituições políticas norte-americanas que também repetimos no Brasil.

De Roma, os norte-americanos revigoraram a idéia de que o Senado deve controlar as atividades do Poder Executivo, a Justiça, as finanças públicas e a política externa. Na essência, o mote “controlar bem quem deve prestar contas” movia o Senado Romano, imprimindo-lhe a marca da **res publica**. Daí se falar, até hoje, em Senado da República, o Senado da coisa pública.

Vejamos onde, hoje, encontramos a projeção dessas preocupações no cotidiano dos Senadores brasileiros, de acordo com o que está na Constituição.

Os Senadores devem controlar as atividades do Poder Executivo? Sim. São os Senadores, por exemplo, que julgam o Presidente da República e seus Ministros nos crimes de responsabilidade ou *impeachment*. Em alguns casos, eles compartilham essa tarefa de controle com a Câmara dos Deputados. Podemos ilustrar isso com as comissões parlamentares de inquérito, os pedidos de informações, as convocações de autoridades para prestação de esclarecimentos, a invalidação de decretos que exorbitem o poder de regulamentação previsto em leis. Os Senadores apreciam ainda as indicações do Presidente da República para várias entidades de regulação de atividades econômicas ou os membros do Conselho da República, órgão consultivo da Presidência. Quando examinam, confirmando ou derrubando, os vetos apostos pelo Presidente da República aos projetos de lei, o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados controlam o Poder Executivo, o mesmo ocorrendo quando apreciam as medidas provisórias.

Os Senadores controlam a Justiça? Aqui a resposta também é afirmativa. Todos os cidadãos indicados pelo Presidente da República para compor o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais superiores, excetuado o Tribunal Superior Eleitoral, só podem ser nomeados depois de sabatinados e aprovados pelo Senado. Igualmente, o Chefe do Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, precisa passar pelo crivo de controle dos Senadores. Ademais, todas essas autoridades e o Advogado-Geral da União são processados e julgados, em casos de *impeachment*, pelo Senado Federal. Desde a reforma do Poder Judiciário, aprovada em 2004, o Senado é responsável pelo exame e aprovação dos nomes que compõem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Esses órgãos fiscalizam a eficácia do desempenho dos juízes e tribunais, zelando, ainda, pela observância de parâmetros éticos no exercício das funções jurisdicionais.

Os Senadores controlam as finanças públicas? Positivo. Aqui a competência dos Senadores é bem expressiva. Eles dão a palavra final em relação às operações externas de natureza financeira, notadamente de crédito externo e também de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as garantias para honrar os empréstimos, e definem os limites globais e as condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Exemplo de uma operação de empréstimo externo que o Senado Federal está a examinar e que causou polêmica ainda na semana passada é o empréstimo que a Transpetro está obtendo para a construção de navios. A Oposição avaliou que seria melhor examinar mais detalhadamente a matéria antes de aprová-la. Espero que, logo em setembro, quando iniciarmos as atividades de votação, tenham os Senadores da Oposição sobretudo colhido os elementos necessários para tomar a decisão a respeito.

Somos nós os Senadores que examinamos as indicações do Presidente da República para a Diretoria do Banco Central, aprovando-as ou rejeitando-as. Além disso, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Senado Federal dispõe sobre as leis orçamentárias, definindo a destinação dos gastos da União em função da arrecadação.

Vale lembrar que o Senado, pelo Orçamento, controla ações dos Poderes Executivo e Judiciário. Duas vezes ao ano, as autoridades monetárias prestam contas ao Congresso Nacional, aí incluído o Senado, sobre o estado das finanças públicas nacionais.

Cabe ao Senado Federal avaliar, periodicamente, a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Nesse particular, é bom assinalar que as alíquotas de certos tributos estaduais não podem ultrapassar os limites fixados por resoluções do Senado Federal.

É importante registrarmos o quanto temos, especialmente a Comissão de Assuntos Econômicos, periodicamente, chamando as principais autoridades econômicas do País, seja o Ministro da Fazenda, seja o Presidente do Banco Central. Em junho último, convidamos o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e todos os diretores do Conselho de Política Monetária para argüirmos sobre a forma como definem aumento ou diminuição da taxa de juros básica e da taxa Selic.

Os Senadores controlam a política externa? Sim. Os chefes de missões diplomáticas brasileiras precisam ser aprovados pelo Senado Federal antes que assumam seus postos no exterior, função hoje presidida pelo Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Também os tratados, acordos e convenções internacionais assinados pelo Poder Executivo precisam obter a aprovação definitiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Depois de examinados na Comissão de Relações Exteriores, poderão ser incorporados ao ordenamento jurídico da União.

Ao observar o papel do Senado nas questões de finanças públicas, podemos perceber o quão importante ele é no dia-a-dia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aqui emerge sua função federativa. Por isso mesmo, esta Casa parlamentar é chamada Senado Federal.

Quando os norte-americanos discutiam, na Filadélfia, em 1787, como seria a composição do Senado, o debate foi bastante acirrado. Por uma votação bem apertada, decidiram que todo e qualquer Estado da Federação, independentemente da sua população, território ou pujança econômica, teria a mesma representação: dois Senadores eleitos para um período de seis anos. Essa decisão foi muito importante para resguardar a integridade de um Estado nacional com dimensões continentais. Nos Estados Unidos, há Estados que possuem dois Senadores e apenas um Deputado. Nós também observamos o critério de paridade, mas com três Senadores, decisão que tem sido importante para preservar nossa unidade como País de enormes dimensões territoriais e diversidade cultural.

Por exemplo, o Estado do Piauí, do Senador Heráclito Fortes, tem três Senadores que representam uma população da ordem de quase quatro milhões de habitantes, enquanto o Estado de São Paulo, com 41 milhões aproximadamente, também tem três Senadores. O princípio do equilíbrio entre todos os Estados da Federação é assegurado no Senado Federal, enquanto, na Câmara dos Deputados, os Estados de menor população têm um mínimo de oito Deputados Federais, e aqueles de maior população, como São Paulo e Minas Gerais, têm 70, que é o número máximo de Deputados Federais.

Podemos dizer que o Senado é importante sob três aspectos: proporciona maior reflexão sobre o processo legislativo, amadurecendo o debate de idéias voltadas à conversão em normas, iniciado na Câmara dos Deputados; exerce função de controle republicano da atividade política; e, finalmente, funciona como órgão de estabilização política das diversas regiões, praticando ações que fortalecem a estrutura de nosso Estado Federativo, concatenado em três esferas de poder: uma delas soberana, a União, e outras duas autônomas, os Estados – Distrito Federal – e os Municípios.

Saliento que, muitas vezes, as pessoas pensam que o Senado Federal, por ser uma Casa constituída, em média, por pessoas de idade mais elevada, talvez

seja uma Casa mais conservadora. Mas gostaria de dar o meu depoimento, Senador Roberto Saturnino Braga, de que, ao longo dos meus 16 anos de experiência, avalio que o Senado não é uma Casa mais conservadora do que a Câmara dos Deputados. Em muitas ocasiões, o Senado Federal avançou mais do que a Câmara e, muitas vezes, deu passos, digamos, progressistas em relação ao que a Câmara havia realizado, inclusive em temas candentes e importantes do ponto de vista social, como, por exemplo, a legislação que trata da reforma agrária, e tantas outras. E isso decorre de diversos fatores, entre os quais o fato de os Senadores serem eleitos em votação majoritária, o que permite à população conhecer, de forma mais adequada e completa, seus representantes e elegê-los de maneira tal que possa haver nesta Casa uma representação bastante progressista no espectro político brasileiro. Eu percebo assim.

Concluindo, Sr. Presidente, sobre esse aspecto, com base nas informações aqui expostas, como Senador do Estado de São Paulo, é meu dever envidar todos os esforços, no âmbito das atribuições do Senado, para proporcionar as condições de desenvolvimento socioeconômico e cultural para o nosso Estado e para os cidadãos que vivem em seus 645 Municípios.

O Senado tem funções que dizem respeito à promoção do bem-estar de todos os brasileiros, sem exceção. E o Estado de São Paulo, por ser o mais desenvolvido e por ser o maior centro de convergência de brasileiros de todos os rincões, não pode fugir às suas responsabilidades de tomar a dianteira nas tarefas de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nessa perspectiva, tenho apresentado proposições visando o bem-estar dos paulistas e de todos os brasileiros, a exemplo do projeto que, aprovado pelo Congresso Nacional, transformou-se na Lei nº 10.835, que institui a Renda Básica de Cidadania, felizmente sancionada pelo Presidente da República, em 8 de janeiro de 2004.

As pessoas perguntam: “Mas, se aprovada e sancionada a lei, não é ainda uma realidade? Por quê?”. Porque está previsto na lei que ela será instituída gradualmente, começando pelos mais necessitados.

E a interpretação que temos, inclusive o próprio Governo Federal, é que o Programa Bolsa Família, que hoje atinge um quarto da população brasileira, é um passo na direção de um dia, em breve, espero, instituímos a renda básica de cidadania a todos. Qualquer pessoa lá do Piauí, do Acre, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de todos os

Estados, terá o direito inalienável de participar da riqueza da Nação por meio de uma modesta renda, na medida do possível suficiente para atender às necessidades vitais, como um direito à cidadania.

Também tive a oportunidade de apresentar aqui no Senado o Projeto de Lei nº 605, de 1999, que define as normas de funcionamento das sociedades cooperativas. Tanto o Senador José Fogaça como o Senador Osmar Dias e eu apresentamos projetos de lei referentes às sociedades cooperativas, que são objeto de debate na Comissão de Agricultura, presentemente, e esperamos que logo possamos avançar, pois todos nós queremos apoiar as cooperativas de produção. Há certas diferenças de opinião nos diversos projetos, mas espero que possamos logo aprimorá-los, com a contribuição de todos. O Senador Demóstenes Torres é o Relator da matéria, e espero que logo, em setembro ou outubro, S. Ex^a avance no sentido de chegar a um entendimento a esse respeito.

Não por acaso a bandeira de São Paulo estampa o mapa do Brasil. Afinal, nós, paulistas, temos por missão realizar aquilo que é o lema inscrito no brasão de nosso estado: “Pelo Brasil, façam-se grandes coisas”!

Gostaria, Sr. Presidente, como exemplo das funções que são nossas atribuições principais, de me estender um pouco mais para falar a respeito de diversas situações.

Nós, Senadores, prezado Senador Heráclito Fortes, se fôssemos sintetizar o que eu disse, temos as seguintes funções básicas: primeiro, representar o povo – o povo do Piauí, o povo de São Paulo, o povo do Rio de Janeiro, o povo de cada um de nossos Estados –; segundo, fiscalizar os atos do Executivo; terceiro, legislar.

Pois bem, como representantes do povo, temos a responsabilidade, a faculdade de expressar, a cada momento, o sentimento da população sobre os mais diversos temas. Quisera eu estar expressando o sentimento de alegria, caso tivesse o Brasil vencido a Copa do Mundo, na Alemanha. Infelizmente, o que podemos dizer é quão relevante será para nós aprender com a derrota. À medida que pudermos aprender quando não ganhamos, isso será importante.

Também expressamos o nosso sentimento de pesar quando falece um ente querido, digamos, um Senador que tanto honrou este Senado, como Teotônio Vilela ou Severo Gomes*, tantas personalidades do Brasil e, às vezes, até do mundo. Quando enfrentamos problemas sérios em nossos Estados, imediatamente nos sentimos na responsabilidade de aqui dizer das nossas preocupações.

Obviamente, hoje, ao acordar, toda a cidade de São Paulo e o Estado de São Paulo se viram preocu-

pados com mais um conjunto de ações. Há pouco, a Secretaria de Segurança Pública já registrava cerca de 24 atentados, sendo um contra um escritório do Poupatempo, a alguns organismos públicos federais e outros. Bombas detonadas por pessoas eventualmente ligadas às quadrilhas que estariam agindo desde dentro da prisão.

É muito importante que venhamos a cooperar com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, com o Governo do Estado, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com os órgãos da Guarda Metropolitana da Prefeitura Municipal de São Paulo, no sentido de sugerir meios, e que sejamos solidários também com respeito às pessoas que foram mortas, como os agentes penitenciários, os policiais militares e civis. Assim como, por vezes, jovens inocentes que acabaram sendo objeto de tiros, atentados e, às vezes, pela reação nem sempre equilibrada por parte de policiais. Quero aqui ressaltar que, há poucos dias, conversei com o escritor Ferréz, compositor de rap que mora no Capão Redondo. Quando houve as rebeliões e os atentados de maio, ele havia comentado pela Internet que em Capão Redondo diversos jovens haviam sido mortos sem ter qualquer passagem pela polícia e, portanto, seriam inocentes que estariam sendo objeto da reação de policiais. Por causa disso, precisou ficar até uma semana fora de São Paulo, uma vez que recebeu ameaças.

Faço um registro, pois, nesta semana, está em São Paulo Jorge Júnior do AfroReggae, que fará apresentação terça-feira, amanhã, no Sesc e, na quarta-feira, no Tom Brasil, com apresentação de trabalhos artísticos culturais. Justamente esse grupo AfroReggae tem realizado uma série de ações importantes no sentido de promover a desistência de jovens que, saindo do narcotráfico, acabaram dedicando sua energia e seu trabalho para ações culturais, esportivas e educacionais, as mais diversas. Cumprimento essas iniciativas e que os integrantes do AfroReggae(*) continuem colaborando para que pessoas saiam do narcotráfico.

Como exemplo do que é um Senador, um membro do Parlamento, é lícito chamar de parlamentar o representante de um Estado-membro da Federação junto aos Poderes da União. Senador da República é uma expressão da forma de governo republicano adotada pela Constituição. Assim, o Parlamentar tem a função de participar do processo legislativo, considerando-se mandatário dos interesses de toda a população, podendo usar da palavra da tribuna e fora dela para emitir opinião sobre todas as questões de interesse nacional. Assim, às vezes venho aqui para falar também de atividades culturais importantes, dentre as quais as relacionadas ao cinema.

Senador Roberto Saturnino, cumprimento V. Ex^a por ter sido um dos proponentes de uma iniciativa tão importante havida aqui na semana passada, quando tivemos a apresentação no Senado Federal do filme “Zuzu Angel”, de Sergio Rezende, um excepcional diretor, que mostrou no filme que conta a história de Zuzu Angel, tão brilhantemente representada pela atriz Patrícia Pillar, com participação de Luana Piovani e tantos outros, um elenco excepcional. Quero aqui dizer quão importante é esse filme. A Primeira-Dama Marisa, esposa do Presidente Lula, tanto gostou do filme que disse que iria recomendar ao Presidente para assisti-lo o quanto antes. Quero reforçar isso, recomendando a todos os Senadores e ao povo brasileiro para assistir à história tão bonita dessa mãe, uma desenhista e costureira de moda de tal qualificação que seus modelos participavam de desfiles especiais em Nova Iorque. Casada com um norte-americano, Zuzu Angel teve um filho, Stuart, que resolveu se engajar, naqueles anos 60, na luta pela democratização do País e pela liberdade, tendo, inclusive, no seu entusiasmo, agido em alguns momentos junto aos grupos políticos que ofereciam resistência armada ao regime militar. Stuart foi preso e, infelizmente, em vez de ter o devido direito de defesa, acabou...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Estou recebendo o apelo desesperado aqui de uma eleitora de V. Ex^a para que não conte o filme, porque ela não assistiu ainda. Senão estraga. Não custaria nada atendê-la. Ela está fazendo esse apelo desesperado e pede que V. Ex^a guarde o suspense para que ela possa, numa próxima oportunidade, assistir a esse filme que está comovendo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a recomendação de V. Ex^a.

Eu, então, respeitarei o apelo da pessoa que telefonou para V. Ex^a – ou V. Ex^a foi capaz de captá-lo, porque eu não ouvi o telefone tocar neste instante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em respeito a V. Ex^a, o telefone está no “silencioso”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, encontra-se no “silencioso”. Eu pensei que V. Ex^a havia captado por transmissão de pensamento, porque V. Ex^a tem uma ligação tão apurada com o povo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É evidente que, por transmissão de pensamento, não seria muito difícil ver que todos estão nos ouvindo e que não assistiram ao filme – eu vejo, ali, o próprio Senador Roberto Saturnino, nosso Presidente, impaciente por-

que pode querer, num pequeno horário que dispõe no final de semana, assistir a esse filme e S. Ex^a fica incomodado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu o recomendo e não vou contar toda a história – uma história verdadeira, real.

Então, toda a história se desenrola a partir do momento dramático da prisão do jovem Stuart e de toda a luta de sua mãe para desvendar o que havia ocorrido com aquele jovem brasileiro. Este filme, então, marca o momento da aspiração por liberdade, por democracia, por liberdade de expressão e de imprensa, porque a mãe ia a todos os lugares, pedindo aos artistas e aos jornalistas que pedindo aos artistas e aos jornalistas que perguntassem: “onde é que está o meu filho?”

Recomendo, sem contar a história inteira, o filme a V. Ex^as.

Também quero aqui falar de um outro filme: “Estamira”, de Marcos Prado. Trata-se de um dos principais documentaristas brasileiros, que, inclusive, já fez um filme sobre aquele ônibus que sofreu um atentado no Rio de Janeiro e diversos outros. Mas permita só...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O 147.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – 147. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Marcos Prado resolveu, em 1993, fazer um ensaio fotográfico no lixão do Jardim Gramacho, perto de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, pois era sua intenção estudar a questão da reciclagem do lixo. Ao fotografar pessoas ali, ele acabou se encontrando com a Sr^a Estamira, nascida em 1941 – portanto, tem a mesma idade que eu, 65 anos. Justamente esta senhora Estamira acabou comovendo Marcos Prado, que, nos 2000, 2001, 2002, por quatro anos, resolveu filmar, documentar e trazer a história de Estamira, que, certo dia, ao conversar com ele, foi tão receptiva e disse: A sua função será reportar, transmitir a minha missão para o mundo filmar, documentar e trazer a história de Estamira, que, certo dia, ao conversar com ele, foi muito receptiva e disse: “A sua missão será reportar, transmitir a minha missão para o mundo”.

Pois bem, a Sr^a Estamira, por anos e anos, viveu ali no lixão do Jardim Gramacho. E se em 1993, 1994, 1995, me contou Marcos Prado, havia ali cerca de 200 pessoas, já no ano 2000 havia quase 2 mil pessoas vivendo do lixão. E ele ficou impressionado ao conhecer o destino de Estamira, uma senhora que, por diversos motivos, foi abandonada por seus dois maridos. Mas ela teve duas filhas e um filho, que aparecem nesse documentário.

Em duas ocasiões, a família chegou a levá-la para um hospital psiquiátrico, mas ela ali não quis ficar de

maneira alguma. Os próprios familiares perceberam que ela estaria muito melhor em liberdade, vivendo no lixão e do lixão, do que vivendo em um hospital psiquiátrico.

Quero cumprimentar o Marcos Prado, que já recebeu 23 prêmios como: Festival do Rio – 2004; Mostra Internacional de Cinema em São Paulo – 2004; Festival Internacional Documentário de Marseille – 2005; Festival Internacional de Cinema de Karlovy Vary – 2005; Festival Internacional de Cinema de Viena – 2005; Festival Internacional de Havana – 2005; 4º Festival Internacional de Direitos Humanos de Nuremberg – 2005; Festival Internacional de Cinema de Londres – 2005; Festival Internacional de Cinema de Miami – 2005; 18º Reencontro de Cinema Latino-americano de Toulouse – 2006; 9º Festival Internacional Cine Las Américas, Texas – 2006; Festival Internacional de Cinema de e Vídeo – FICA – 2005; Festival de Cinema de Belém do Pará – 2005; Festival Internacional de Cinema de e Vídeo Ambiental, Serra de Estrela, Portugal – 2005; Festival Internacional de Cinema Ambiental, República Tcheca – 2005; 1º Festival de Cinema Brasileiro de Goiânia – 2005, sempre como prêmio de melhor documentário.

Ainda hoje conversei com a Dª Estamira e transmiti a ela o quão importante para nós foi assistir a esse filme. Eu próprio recomendei ao Presidente Lula que o assista.

Quero aqui registrar as palavras de Contardo Calligaris, psicanalista e colunista da **Folha de S.Paulo**, nessa reportagem de Ana Carolina Moura, em que ressalta que o discurso de Estamira não é paranóico, pelo contrário, é lúcido; ela tem a consciência do jogo de palavras, do seu próprio nome. Estamira, esta mira, repete muitas vezes.

Em um dos momentos de maior lucidez ela questiona o destino do lixo. Quem economiza tem, enfatiza a senhora. Ela usa de neologismo para falar sobre os problemas da humanidade, afirma que é preciso suor, trabalho, mas não sacrifício. E chora muito e canta e é feliz.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa de aconselhar o Presidente da República a assistir não só a esse filme, mas também a vários outros. Isso é fantástico. Só queria pedir a V. Exª que recomendasse ao Presidente o cuidado de não assistir novamente fita pirata, como naquele episódio num vôo internacional em que ele assistiu ao filme Dois Filhos de Francisco. Que a assessoria tenha um pouco de cautela para poupar o Presidente. Quanto à iniciativa de V. Exª, é

louvável. Acho que o Presidente da República deve assistir a bons filmes. Faz bem a ele.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a sua sugestão e concordo, Senador Heráclito Fortes, que a assessoria deve recomendar, ainda mais com respeito a um filme tão extraordinário quanto a história dos filhos de Francisco, que haja o devido respeito aos seus diretores. Assisti a esse filme e o recomendo também aos Senadores e a todos os brasileiros.

Finalmente, Senadores Heráclito Fortes e Roberto Saturnino, outra preocupação minha aqui mencionada hoje se refere à situação da segurança. Queria transmitir a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, do PFL, que estive em Araraquara no dia em que 1.443 detidos estavam lá, num pátio, numa situação tão terrível.

Estive lá com o Prefeito Edinho, a Procuradora Federal Heloísa Helena Santana, e conversei primeiro com o Diretor Roberto Medina, com os funcionários, agentes penitenciários, chefes de oficinas, expressei a minha preocupação e solidariedade diante das aflições de todos por causa dos atentados aos agentes penitenciários, mas também resolvi visitar os 1.443 presos, com os quais mantive um diálogo de cerca de duas horas. Já contei isso aqui. Mas, em especial, ao final do diálogo, quando perguntei a eles – embora o Diretor Roberto Medina tivesse me dito que não seria possível que eles participassem da construção/reforma do presídio que eles próprios tinham destruído, e reportei isso ao Governador Cláudio Lembo – se estariam dispostos a trabalhar na reforma do presídio se isso fosse proposto, sugerido, praticamente todos levantaram a mão. Pois bem, o Governador Cláudio Lembo, no meu diálogo com ele, disse que não era possível e até me sugeriu que apresentasse projeto de lei aqui para permitir que pudessem os presidiários colaborar na construção/reforma do presídio. Eu disse que iria fazê-lo. Encaminhei uma solicitação a nossa Assessoria Jurídica do Senado e recebi a resposta, Senador Heráclito, Sr. Presidente Roberto Saturnino, de que não é preciso novo projeto de lei porque a presente legislação de execução penal permite que eles trabalhem na reforma do presídio.

Assim, Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento com a leitura desta nota técnica em resposta à minha solicitação de elaborar proposição legislativa para alterar a Lei de Execução Penal, a fim de permitir que reeducandos possam trabalhar na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.

Diz a nota técnica – vou pedir para transcrever na íntegra, porque lerei apenas alguns trechos – que a Lei 7.210, de 1984, que institui a Lei de Execução Penal trata, no Capítulo III, do trabalho do preso, o

qual deverá ter finalidade educativa e produtiva (art. 28). Com efeito, o trabalho constitui importante instrumento para a ressocialização dos presos, devendo, em regra, ser remunerado.

Destaque-se que a Lei de Execução Penal determina a obrigatoriedade do trabalho interno, no caso de condenado à pena privativa de liberdade, atendidas suas aptidões e capacidades (art. 31, **caput**).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Mesa apela para V. Ex^a concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluindo: em observância das finalidades já mencionadas, determina ainda que sejam consideradas a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso, oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Ao preso provisório, o trabalho é facultativo, devendo ser cumprido tão-somente no interior do estabelecimento penal.

Verificamos, portanto, que a Lei de Execução Penal, desde que observadas essas linhas gerais, não traz qualquer óbice para que o preso trabalhe na reconstrução, ampliação ou reforma do presídio onde se encontra internado.

A lei chega até mesmo a permitir àqueles que se encontrem cumprindo pena em regime fechado o trabalho externo em serviços e obras públicas, realizados por órgãos de Administração Direta ou Indireta. Poderão, ainda, trabalhar em entidades privadas, desde que sob vigilância e mediante sua concordância.

“Diante dessas considerações, entendemos dispensável a inclusão de dispositivo que permita, explicitamente, o trabalho de presos na reconstrução ou reforma de presídios. E mais: somente se harmonizaria com as demais disposições da Lei de Execução Penal se contivesse caráter meramente exemplificativo. Além disso, não nos parece conveniente realçar apenas essa espécie de trabalho do preso, em detrimento de tantas outras possíveis”.

E, aqui, a nota técnica desenvolve as razões.

Sr. Presidente, estou encaminhando um ofício ao Governador Cláudio Lembo e ao Secretário de Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo esclarecendo esse ponto, que solicito sejam transcritos.

Este é o ofício encaminhado ao Governador:

“Tendo em vista nossa reunião acerca das causas e soluções para o problema da violência no Estado de São Paulo, incluindo os acontecimentos em Araraquara, quando sugeri que os reeducandos daquela Penitenciária pudessem

trabalhar na reconstrução de suas respectivas unidades prisionais, V. Ex^a instou-me a apresentar projeto de lei neste sentido”.

.....
 “Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^a sugestão do Dr. Hélio Bicudo, Presidente da Fundação Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de que V. Ex^a determine a realização de exames balísticos nos projéteis que me foram entregues em Araraquara, visando apurar quem são os responsáveis pelos ferimentos vislumbrados nos reeducandos”.

“Encaminho-lhe, ainda, cópia do pronunciamento que proferi no Plenário do Senado Federal acerca dos últimos fatos...” Sejam os fatos dos proferidos anteriormente, seja o do proferido hoje.

Muito obrigado pela atenção e tolerância, Senador Roberto Saturnino Braga.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores:

O QUE FAZ UM SENADOR?

Em minhas andanças pelos quatro cantos do Estado de São Paulo, sempre alguém me pergunta sobre as atribuições de um senador. Procurarei responder a essa indagação de uma forma muito resumida.

A instituição política chamada Senado é muito antiga. O seu nome, em latim, **Senatus**, equivale a “conselho de anciãos”; ou seja, seria uma casa política ocupada por pessoas mais velhas. A nossa Constituição exige que, para alguém ser eleito para o Senado, deve ter, pelo menos, 35 anos de idade.

O Senado, no Brasil, existe desde a outorga, por D. Pedro I, da Constituição de 1824. Naquela época, o senador era vitalício e escolhido pelo Imperador, a partir de uma lista tríplice aprovada nas províncias. A idade mínima exigida para se tornar senador era, então, de 40 anos e o candidato deveria ter uma renda anual de, pelo menos, oitocentos mil réis! Um detalhe: os príncipes da Casa Imperial eram membros natos do Senado, a partir dos 25 anos de idade.

Nosso modelo atual de senado republicano foi, basicamente, copiado da Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, e adotado, inicialmente, na Constituição de 1891, a primeira depois da proclamação da República.

Em que consiste esse modelo? Os participantes da Convenção de Filadélfia, que seu reuniu entre

maio e setembro de 1787 para elaborar a Constituição dos Estados Unidos da América, miraram-se nas experiências da Grécia e Roma, na Antiguidade, para construir o senado moderno.

Da Grécia os norte-americanos aproveitaram a partilha de funções no processo legislativo. Em Atenas, onde se praticava a chamada democracia direta, o que equivaleria ao senado — a *boulé* — preparava as proposições que deveriam ser discutidas e adotadas pela assembléia do povo, a chamada *ágora*. Embora observassem a repartição de atribuições, os norte-americanos inverteram aquele procedimento, concebendo o senado como uma casa de revisão, no processo legislativo, das proposições aprovadas pela “casa dos representantes” (*The House of Representatives*) do povo — a Câmara dos Deputados — o que seria, na democracia representativa, uma nova *ágora*. Nisso, pareciam copiar a Casa dos Lordes, do parlamento britânico, que faz a revisão das proposições aprovadas pela Câmara dos Comuns. Só que, como os senadores também tinham a iniciativa do processo legislativo, a Câmara dos Deputados exercia, também, a função de revisão das proposições aprovadas pelo Senado. Isso passou a ser um dos elementos fundamentais do mecanismo de “freios e contrapesos” que caracteriza as instituições políticas norte-americanas e que também repetimos no Brasil.

De Roma, os norte-americanos revigoraram a idéia de que o senado deve controlar as atividades do poder executivo, a justiça, as finanças públicas e a política externa. Na essência, o mote “controlar quem deve prestar contas” movia o Senado Romano, imprimindo-lhe a marca da **Res publica**, daí falar-se, até hoje, em Senado da República.

Vejamos, onde, hoje, encontramos a projeção dessas preocupações no cotidiano dos senadores brasileiros, de acordo com o que está na Constituição.

Os senadores devem controlar as atividades do poder executivo? Sim. São os senadores, por exemplo, que julgam o Presidente da República e seus Ministros nos crimes de responsabilidade, ou *impeachment*. Em alguns casos, eles compartilham essa tarefa de controle com a Câmara dos Deputados. Podemos ilustrar isso com as comissões parlamentares de inquérito, os pedidos de informações, as convocações de autoridades para prestação de esclarecimentos, a invalidação de decretos que exorbitem o poder de regulamentação previsto em leis. Os senadores apreciam, ainda, as indicações do Presidente da República, para várias entidades de regulação de atividades econômicas ou os membros do Conselho da República, órgão consultivo da Presidência. Quando examinam, confirmando ou derrubando, os vetos apostos pelo Presidente da

República aos projetos de lei, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados controlam o poder executivo, o mesmo ocorrendo quando apreciam as medidas provisórias.

Os senadores controlam a justiça? Aqui a resposta também é afirmativa. Todos os cidadãos que são indicados pelo Presidente da República para compor o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais superiores, excetuado o Tribunal Superior Eleitoral, só podem ser nomeados depois de sabatinados e aprovados pelo Senado. Igualmente, o chefe do Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, precisa passar pelo crivo de controle dos senadores. Ademais todas essas autoridades e o Advogado-Geral da União são processados e julgados, em casos de *impeachment*, pelo Senado Federal. Desde a Reforma do Poder Judiciário, aprovada em 2004, o Senado é responsável pelo exame e aprovação dos nomes que compõem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Esses órgãos fiscalizam a eficácia do desempenho dos juizes e tribunais, zelando, ainda, pela observância de parâmetros éticos, no exercício das funções jurisdicionais.

Os senadores controlam as finanças públicas? Positivo. Aqui a competência dos senadores é bem expressiva. Eles dão a palavra final em relação às operações externas de natureza financeira, notadamente de crédito externo e também as de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as garantias para honrar os empréstimos; definem os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São os senadores que examinam as indicações do Presidente da República para a diretoria do Banco Central, aprovando-as ou rejeitando-as. Além disso, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Senado Federal dispõe sobre as leis orçamentárias, definindo a destinação dos gastos da União, em função da arrecadação. Aqui, vale lembrar, que o Senado, pelo orçamento, controla ações do poder executivo e também do judiciário. Duas vezes ao ano, as autoridades monetárias prestam contas ao Congresso Nacional, aí incluído o Senado, sobre o estado das finanças públicas nacionais. De mais a mais, cabe ao Senado Federal avaliar, periodicamente, a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Nesse particular, é bom assinalar que as alíquotas de certos tributos estaduais não podem ultrapassar os limites fixados por resoluções do Senado Federal.

Os senadores controlam a política externa? Sim. Os chefes de missões diplomáticas brasileiras precisam ser aprovados pelo Senado Federal, antes de assumirem seus postos no exterior. Já os tratados,

acordos e convenções internacionais, assinados pelo poder executivo, precisam obter a aprovação definitiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para serem considerados incorporados ao ordenamento jurídico da União.

Ao observarmos o papel do Senado nas questões de finanças públicas, podemos perceber o quão importante ele é no dia-a-dia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aqui emerge a sua função federativa, e por isso mesmo essa casa parlamentar é chamada Senado Federal. Quando os norte-americanos discutiam, na Filadélfia, em 1787, como seria a composição do senado, o debate foi bastante acirrado e, por uma votação bem apertada, decidiram que todo e qualquer Estado da Federação, independentemente de sua população, território ou pujança econômica teria a mesma representação: dois senadores, eleitos para um período de seis anos. Essa decisão foi muito importante para resguardar a integridade de um Estado nacional com dimensões continentais. Nos EUA há Estados que possuem dois senadores e apenas um deputado! Nós também observamos o critério de paridade, mas com três senadores, e essa decisão tem sido importante para preservar nossa unidade como país de enormes dimensões territoriais e diversidade cultural.

Podemos dizer que o Senado é importante sob três aspectos: proporciona maior reflexão sobre o processo legislativo, amadurecendo o debate de idéias voltadas à conversão em normas, iniciado na Câmara dos Deputados; exerce uma função de controle republicano da atividade política; e, finalmente, funciona como órgão de estabilização política das diversas regiões, praticando ações que fortalecem a estrutura de nosso Estado federativo, concatenado em três esferas de poder: uma delas soberana, a União, e outras duas autônomas, os Estados – Distrito Federal – e os Municípios.

Concluindo, devo dizer, com base nas informações aqui sucintamente expostas que, como Senador do Estado de São Paulo, é meu dever envidar todos os esforços, no âmbito das atribuições do Senado, para proporcionar as condições de desenvolvimento sócio-econômico e cultural para o nosso Estado e para os cidadãos que vivem em seus 645 Municípios. Mas nossos afazeres não terminam por aí. Como vimos, o Senado tem funções que dizem respeito à promoção do bem de todos os brasileiros, sem exceção. E o Estado de São Paulo, por ser o mais desenvolvido e por ser o maior centro de convergência de brasileiros de todos os rincões, não pode fugir às suas responsabilidades de tomar a dianteira nas tarefas de construir uma socie-

dade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza, a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais e regionais. Nessa perspectiva, é que tenho apresentado proposições, visando o bem-estar dos paulistas e de todos os brasileiros, a exemplo do projeto que, aprovado pelo Congresso Nacional, se transformou na Lei nº 10.835, de 2004, que institui a renda básica de cidadania. Igualmente, o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 1999, que trata das sociedades cooperativas.

Em síntese, podemos dizer que um senador é, ao mesmo tempo, um membro do Parlamento, daí ser lícito chamá-lo de parlamentar; é um representante de um Estado-membro da Federação junto aos Poderes da União, daí falar-se em Senado Federal, e, por último, é uma expressão da forma de governo republicano adotada pela Constituição, daí ser denominado “Senador da República”.

Como parlamentar é sua função participar do processo legislativo, considerando, como mandatário, os interesses de toda a população, e usar da palavra, na tribuna e fora dela, para emitir sua opinião sobre todas as questões de interesse nacional.

Como membro do Senado Federal deve zelar pelo desenvolvimento sócio-econômico e cultural de seu Estado, dos Municípios que o integram, buscando compatibilizar essa defesa com as legítimas manifestações dos outros senadores em favor dos seus respectivos Estados.

Como Senador da República, impõe-se-lhe fiscalizar os atos dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público, das Forças Armadas e das Missões Diplomáticas, sem deixar de apontar os erros e desvios de conduta dos próprios parlamentares, no exercício dessa função.

Por tudo isso, é que, ao tomar posse, o senador promete, solenemente, guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo lhe conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Não por acaso nossa bandeira estampa o mapa do Brasil. Afinal, nós, paulistas, temos por missão realizar aquilo que é o lema inscrito no brasão de nosso Estado: “Pelo Brasil, façam-se grandes coisas”!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício n.º 01279/2006

Brasília, 07 de agosto de 2006.

Senhor Governador,

Tendo em vista nossa reunião acerca das causas e soluções para o problema da violência no Estado de São Paulo, incluindo os acontecimentos ocorridos no Presídio de Araraquara, quando sugeri que os reeducandos daquela Penitenciária pudessem trabalhar na reconstrução de suas respectivas unidades prisionais, Vossa Excelência instou-me a apresentar Projeto de Lei neste sentido. Solicitei então à Consultoria Legislativa do Senado Federal a elaboração de tal Norma Legal, sendo então informado que o nosso ordenamento jurídico já possibilita que isso ocorra, conforme Nota Técnica anexa.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência sugestão do Dr. Hélio Bicudo, Presidente da Fundação Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de que Vossa Excelência determine a realização de exames balísticos nos projéteis que me foram entregues em Araraquara, visando apurar quem são os responsáveis pelos ferimentos vislumbrados nos reeducandos.

Encaminho-lhe, ainda, cópia do pronunciamento que proferi no Plenário do Senado Federal acerca dos últimos fatos ocorridos em nosso amado estado.

Desde já grato pela atenção dispensada, renovo votos de elevada consideração.


Senador EDUARDO MATARAZZO SUP LICY

Excelentíssimo Senhor
CLÁUDIO LEMBO
Governador do Estado de São Paulo
Palácio dos Bandeirantes
05698-900 - São Paulo – SP

Autor Eduardo Suplicy (PT - Partido dos Trabalhadores /SP)

Data 12/07/2006 **Casa** Senado Federal **Tipo** Discurso

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) –Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, hoje, inúmeros Senadores fizeram comentários a respeito dos episódios de violência acontecidos em São Paulo, com a morte tanto de funcionários do sistema penitenciário como de civis. Ontem, inclusive, houve a morte de um jogador de futebol, que era filho de um agente penitenciário, possivelmente sendo confundido com outra pessoa – ainda se estão apurando os fatos. Avalio, diferentemente de alguns dos nossos colegas, que o importante é realizarmos um grande empenho, com muita responsabilidade por parte de nós, Senadores, dos Parlamentares, do Governo Federal, do Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Presidente Lula, do Governador Cláudio Lembo, dos Secretários de Segurança e de Assuntos Penitenciários e dos Prefeitos de cada uma das cidades onde estão essas instituições penitenciárias. Além disso, há a cooperação, de um lado, do Ministério Público e, do outro, dos juízes.

Os presos de Araraquara com os quais dialoguei salientaram que estavam muito preocupados e que uma das razões da rebelião teria sido a demora do juiz de Araraquara em tomar decisões que levassem em conta a legislação brasileira e decisões do Superior Tribunal de Justiça visando assegurar àqueles que fazem jus à progressão de suas penas a possibilidade de gozar do regime semi-aberto. Nem sempre isso tem sido considerado devidamente em muitas de suas solicitações.

Ressalte-se que precisamos atacar as raízes de tanta criminalidade. Isso explica o nosso empenho em cuidar daqueles projetos e iniciativas que possam fazer do Brasil uma nação mais justa, onde não haja tanta disparidade, nem a incidência de pobreza absoluta em meio à riqueza acumulada de forma tão acentuada. Precisamos também nos empenhar para que, cada vez mais, a Justiça decida a favor de penas alternativas que possibilitem aos que tenham cometido delitos e causado mal a terceiros na sociedade brasileira possam, quando possível, realizar ações reparatórias definidas pelos juízes de maneira adequada.

Em muitos países, as penas alternativas têm formas muito interessantes, didáticas e que permitem que a pessoa reflita a respeito do mal que causou a outrem. Por outro lado, é importante colaborarmos para que o sistema penitenciário, sobretudo em São Paulo, não continue superlotado.

Sr. Presidente, eu encaminhei à assessoria jurídica do Senado Federal uma solicitação no sentido de atender à sugestão do Governador Cláudio Lembo, feita em diálogo comigo, para que apresente, o quanto antes, no Senado Federal, projeto de lei que permita que aqueles reeducandos que tenham a vontade de trabalhar para a reconstrução do sistema penitenciário possam colaborar.

Registro, então, o diálogo muito construtivo e respeitoso que tive com o Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, na última segunda-feira.

NOTA TÉCNICA Nº 734, DE 2006

Referente à STC nº 200604466, do Senador EDUARDO SUPPLY, na qual requer a elaboração de proposição legislativa para alterar a Lei de Execução Penal, a fim de se *permitir que reeducandos possam trabalhar na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.*

O Senador EDUARDO SUPPLY solicita a elaboração de proposição legislativa, que altere a Lei de Execução Penal, para se permitir aos presos o trabalho na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.

A Lei n.º 7.210, de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, trata, no Capítulo III, do trabalho do preso, o qual deverá ter finalidade educativa e produtiva (art. 28). Com efeito, o trabalho constitui importante instrumento para a ressocialização dos presos, devendo, em regra, ser remunerado.

Destaque-se que a Lei de Execução Penal determina a obrigatoriedade do trabalho interno, no caso de condenado à pena privativa de liberdade, atendidas suas aptidões e capacidades (art. 31, *caput*). Em observância das finalidades já mencionadas, determina, ainda, que sejam consideradas a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Ao preso provisório, o trabalho é facultativo, devendo ser cumprido tão-somente no interior do estabelecimento penal (art. 31, parágrafo único).

Verificamos, portanto, que a Lei de Execução Penal, desde que observadas essas linhas gerais, não traz qualquer óbice para que o preso trabalhe na reconstrução, ampliação ou reforma do presídio onde se encontra internado.

Ressalte-se que a Lei de Execução Penal chega até mesmo a permitir àqueles que se encontrem cumprindo pena em regime fechado o trabalho externo em serviços e obras públicas, realizados por órgãos da Administração Direta ou Indireta. Poderão, ainda, trabalhar em entidades privadas, desde que sob vigilância (art. 36, *caput*) e mediante sua concordância (art. 36, § 3º).

Diante dessas considerações, entendemos dispensável a inclusão de dispositivo que permita, explicitamente, o trabalho de presos na reconstrução ou reforma de presídios. E mais: somente se harmonizaria com as demais disposições da Lei de Execução Penal se contivesse caráter meramente exemplificativo. Além disso, não nos parece conveniente realçar apenas essa espécie de trabalho do preso, em detrimento de tantas outras possíveis. Vejamos as razões desse entendimento.

Primeiramente, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal (CF), a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito penitenciário é concorrente. Assim, a União deverá limitar-se tão-somente a estabelecer normas gerais sobre a matéria (§ 1º do art. 24 da CF), cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre as normas específicas. A nosso aviso, a enumeração das formas de trabalho que poderão ser desempenhadas pelos presos não está em perfeita sintonia com a competência da União para legislar sobre normas gerais. Em verdade, a definição do trabalho a ser executado pelos presos encontra-se no âmbito da discricionariedade administrativa. Do contrário, tornar-se-ia impossível às autoridades responsáveis pelos estabelecimentos penais, bem como ao juiz de execução penal, no momento da atribuição do trabalho, levar em conta a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Vale destacar, novamente, que a redação atual da Lei de Execução Penal não impede que o preso trabalhe na reconstrução, reforma ou ampliação de presídios. Parece-nos que as poucas experiências – ou sua pouca divulgação –,

nesse sentido, se devem, na realidade, a problemas de ordem prática. Por exemplo, os presos podem não concordar, ou mesmo hostilizar aqueles que concordem em trabalhar na reconstrução (eventualmente com reforço da segurança contra fugas) de estabelecimento no qual eles mesmos terão de cumprir pena.

Por derradeiro, acreditamos que uma reflexão mais profunda poderá levar à seguinte questão: considerando que o trabalho do preso, em regra, deve ser remunerado – e não cremos que deveria ser diferente –, poderá o preso que concorreu para a destruição de edificações e instalações do estabelecimento penal, como ocorreu nas recentes rebeliões em São Paulo, trabalhar em sua reconstrução e reforma mediante remuneração paga pelo próprio Estado? Melhor explicando: **a introdução, na Lei de Execução Penal, de dispositivo específico para permitir que presos trabalhem na reconstrução e reforma de presídios, somada à inexistência de especificação para outras formas de trabalho, não poderia conduzir a interpretações equivocadas no sentido de que o Estado teria o dever de remunerar o preso para que ele trabalhe em obra a cuja destruição ele mesmo deu causa? E mais além: essa alteração legislativa não poderá até mesmo estimular a destruição dos presídios pelos detentos, a fim de que lhes seja garantida a obtenção de renda, considerando que a oferta de trabalho prisional, muitas vezes, não absorve a demanda existente?**

Feitas essas considerações, colocamo-nos à inteira disposição do Solicitante para qualquer outro esclarecimento ou providência que julgar necessária.

Seguem, em anexo, os dispositivos da Lei de Execução Penal concernentes ao trabalho do preso.

Consultoria Legislativa, 25 de junho de 2006.

Susane Guida de Souza
Consultora Legislativa

ANEXO

CAPÍTULO III **Do Trabalho**

SEÇÃO I **Disposições Gerais**

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

SEÇÃO II Do Trabalho Interno

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

§ 1º Nessa hipótese, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada. (Renumerado pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 2º Os governos federal, estadual e municipal poderão celebrar convênio com a iniciativa privada, para implantação de oficinas de trabalho referentes a setores de apoio dos presídios. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Art. 35. Os órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

Parágrafo único. Todas as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua falta, do estabelecimento penal.

SEÇÃO III Do Trabalho Externo

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, quanto à solicitação que faz de transcrição.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos aqui uma peça de oratória feita pelo Senador Eduardo Suplicy. Em sua imaginação caleidoscópica, S. Ex^a aborda os mais variados assuntos, todos eles oportunos e atualizadíssimos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Senador Eduardo Suplicy, que contou a seus inúmeros fãs espalhados pelo Brasil afora, de maneira sucinta, o que é o Senado da República e sua importância, que eu sintetizaria dizendo que esta Casa não seria completa se não tivesse tido a felicidade de vê-lo como um de seus membros. Acho que nada mais sintetizaria o valor e a importância desta Casa do que sua passagem por ela, pela maneira como se comporta e, acima de tudo, pela maneira como a defende.

Por final, ouvimos o Senador Eduardo Suplicy, que é um homem altamente interessado nas questões brasileiras e muitas vezes incompreendido pelo seu próprio Partido, que assume discussões suprapartidárias, republicanas, como a ocorrida em sua recente visita ao presídio de Araraquara.

S. Ex^a prestaria um serviço maior a São Paulo e ao Brasil se, em vez de tentar a recuperação do presídio de Araraquara por parte dos próprios presidiários, já que a lei o faculta, conseguisse, com o prestígio que possui, que o Governo descontingenciasse, que liberasse, os recursos previstos no Orçamento para São Paulo, pois estão presos, não são liberados. Aliás, quero ser justo: os recursos destinados à manutenção de presídios, pertencentes ao fundo penitenciário, deveriam ser liberados para todo o Brasil.

O Governo que o Senador Eduardo Suplicy defende com muita ênfase iniciou seu mandato prometendo verdadeira revolução prisional nesta República, afirmando que construiria presídios de segurança máxima Brasil afora, o que não se concretizou, pelo menos até agora.

O Governo deveria também assumir os presos federais. Grande parte dos problemas vividos nos presídios de São Paulo deve-se ao excesso de lotação. Há presos condenados pela prática de crimes, cuja punição é de competência federal. O Governo de V. Ex^a deveria assumi-los e deixar para o Estado de São Paulo apenas os presos estaduais.

Caro Senador Roberto Saturnino, no começo desta tarde, ao me dirigir ao Senado, eu ouvia o pronunciamento de V. Ex^a, em que convocava a todos nós para que deixássemos um pouco de lado esse tema recorrente de combate à corrupção, sempre a velha tese, sempre o mesmo assunto.

V. Ex^a dizia, e bem, que isso não significa que não seja importante esse combate, mas que o Brasil não pode viver apenas do discurso monocórdio desse tema; tem de derivar e caminhar para outras questões. E eu, admirador que sou de V. Ex^a faz muitos anos, nem sequer tinha assento em nenhuma das Casas do Congresso, vim de lá para cá com esse propósito, que vou tentar cumprir.

A oradora seguinte, Senadora Fátima Cleide, não ouviu o apelo sequer do correligionário e fez um discurso também combatendo a corrupção. Ela, de maneira muito brilhante, tratou de alguns problemas do seu Estado, Rondônia, que se repetem na esfera federal. Seria importante que as providências pedidas por ela pede e as acusações de omissão que fez valessem também para a esfera federal. A Senadora disse uma coisa fundamental, Senador Suplicy: que nada daquilo seria possível se não fosse a participação do Executivo, referindo-se ao Executivo do Estado de Rondônia. Pela mesma coisa estamos nos batendo aqui: não existiriam os sanguessugas se não houvesse o Executivo. A Casa, infelizmente, pela atuação de alguns pares, transformou-se numa filial, mas a matriz geradora é exatamente o Executivo nacional. Sem ele, sem a participação de ministros, de assessores, de funcionários, de servidores – que são os que liberam ou não liberam –, jamais passaríamos por esse vexame e essa provação que tanto incomodam a V. Ex^a e – imagine – ao povo brasileiro.

Parece-me que o Senador Eduardo Suplicy deseje um aparte, e eu, com o maior prazer, o concedo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, quero agradecer as palavras que V. Ex^a pronunciou a respeito do meu trabalho e da minha presença no Senado Federal. Quero, também, dizer que é importante a forma como V. Ex^a, Senador pelo Estado do Piauí, pelo PFL, procura exercer as funções importantes de um Senador, não apenas como o que expressa a vontade do povo: como o que legisla; mas, também, como o que fiscaliza. E nessa

função constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, V. Ex^a, legitimamente, aqui, sempre chama a atenção para aspectos importantes. Obviamente, tanto o Presidente da República como os seus ministros sabem que qualquer deslize que porventura aconteça no âmbito da administração federal... E V. Ex^a sabe quão grande é a administração e que nem sempre é fácil, em qualquer governo, evitar que ocorram problemas. Mas, numa democracia, é importante que tenhamos a possibilidade de, no Congresso, ter a representação dos que apóiam o Governo e dos que são opositores. Para nós, que apoiamos, que somos base de apoio do Governo do Presidente Lula, sempre que surge da parte de qualquer Senador ou Parlamentar da Oposição a chamada de atenção para algum aspecto que foi incorreto, que foi contrário à legislação, que se caracteriza por ser um delito, temos a responsabilidade de ajudar o Poder Executivo, o Ministro, o Presidente, onde estiver havendo o problema. Então, muitas vezes, a palavra de um Senador da Oposição, chamando a atenção para algum aspecto, pode ter um sentido muito construtivo. Tenho a convicção, a intuição, a percepção de que a palavra do Senador Roberto Saturnino Braga foi de como nós aqui possamos ter, sobretudo, sempre um espírito de construção para o que melhor possa acontecer em nosso País. Esse é o sentido que percebo da recomendação do Senador Roberto Saturnino.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concorro com V. Ex^a. O Senador Saturnino é uma pessoa muito transparente nas suas opiniões e, acima de tudo, no seu comportamento. Vê-se que o sentimento dele de incômodo é o sentimento de um brasileiro que prefere ver este Congresso produzindo uma agenda positiva a estar sempre tentando fechar a porta para crises que são recorrentes. Mas, Senador Saturnino, eu vinha, no carro, com a determinação de atender a V. Ex^a e não falar nesta tarde em corrupção. Não quero falar nesse tema a não ser que forçado seja no correr deste pronunciamento. Quero falar sobre um tema altamente momentâneo, oportuno e sério: a proposta feita semana passada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de uma Assembléia Nacional Constituinte. É evidente que me debrucei horas e horas meditando sobre quem estaria inspirando o Presidente do Brasil. O Presidente do Brasil que talvez tenha sido, em toda a história desta República, quem mais visitou o mundo, quem mais conversou com autoridades pelo mundo afora. Hospedou-se em palácios. Fiquei pensando: será que é sugestão do Tony Blair? Será que é sugestão da rainha Elizabeth, que o hospedou no palácio, que lhe emprestou a carruagem oficial para voltas pelos parques e jardins de Londres?

Será possível que foi o Primeiro-Ministro da França ou alguém da comunidade europeia? Fiquei, Senador Saturnino Braga, horas e horas pensando de onde vinha a inspiração presidencial. Trata-se de um homem que passou vinte anos pregando a democracia e seu amor a ela. Naturalmente a sua idéia de uma Assembléia Constituinte tinha um único e exclusivo objetivo: fortalecer os alicerces da liberdade que o País vive hoje. Passei inclusive a achar, para ser justo, que aquela tentativa de censurar a atividade de jornalista ou de querer expulsar do Brasil um jornalista americano que foi contra o seu pensamento era fruto de uma má interpretação. O cerceamento da liberdade cultural através da censura prévia às peças teatrais financiadas pelo Governo, que foi um assunto que discutimos tanto aqui – e V. Ex^a, Senador Suplicy, é um homem que defende, com muita ênfase e convicção, as artes –, achei que aquilo fosse também intriga da imprensa. Mas que exemplo, que modelo no Brasil neste momento inspirou o Senhor Presidente para propor à Ordem dos Advogados do Brasil a criação dessa Constituinte, exclusiva ou não – isso já no campo dos detalhes? A minha preocupação primeira é que a Assembléia Nacional Constituinte é feita em circunstâncias específicas, como as que o Brasil viveu ao longo da sua história: mudança de Império para República, de ditadura para democracia. Agora, iríamos mudar de quê para quê? Qual seria a grande mudança, Senador Saturnino Braga, que justificaria de S. Ex^a essa idéia?

Aliás, o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin disse, com muita propriedade, que para colocar ladrão na cadeia não se precisa de nova Constituinte, basta a apuração e o cumprimento das leis.

Esprei o fim-de-semana, a sua assessoria e os seus Senadores acusaram o golpe e colocaram a culpa nos membros da OAB. A OAB, por sua vez, desmente que a iniciativa tenha partido deles e diz que foi idéia do Presidente. Hoje há uma nota que condena, Senador José Jorge. Aí pergunto: o que estaria por trás disso tudo? Uma tentativa desesperada de desviar o foco das atenções para o assunto sobre o qual prometi a V. Ex^a não falar, ou seja, a corrupção? Por isso não vou me aprofundar nisso. Ou será para desviar o quê?

Aí cheguei a um fato grave, Senador José Jorge.

Temos dois exemplos de constituintes recentes. Uma, já realizada, foi promovida pelo vizinho Chávez, na Venezuela, transformando o país numa quase ditadura, cerceando a liberdade e limitando as ações democráticas do povo da Venezuela. A segunda foi instalada ontem pelo Sr. Evo Morales, que, se for por aí, é um lamentável exemplo para o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva seguir.

Senador Saturnino Braga, não me passa pela cabeça que um Presidente do Brasil se inspire no Sr. Evo Morales, não por presidir a Bolívia, que é um país pelo qual temos o maior respeito, mas pelo comportamento que o Sr. Evo Morales teve com o Brasil e com os brasileiros, com o desrespeito com os que lá moram e com o desrespeito à propriedade brasileira ali instalada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, com muito prazer escuto V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, comungo das mesmas preocupações de V. Ex^a. Estranhei muito quando o Presidente Lula veio com essa história de convocar uma assembléia constituinte. Todos sabemos que a nossa Constituição está em vigor, foi aprovada há poucos anos, inclusive com a nossa participação e a do próprio Presidente Lula. Foi uma Constituinte que gerou uma Constituição para o País que ninguém está querendo modificar. Não há nenhum movimento social no Brasil para que se faça uma nova Constituição. Dá para desconfiar do que há por trás dessa proposta feita na véspera da eleição. Sabemos que a Constituinte que houve na Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez, dizimou a Oposição. Hoje em dia, o Congresso Nacional da Venezuela só tem parlamentares governistas, é a base do governo completa, porque a oposição se recusou a disputar eleições nas condições que estavam estabelecidas.

Aqui, bem ou mal, nós temos uma Oposição que discute, como é próprio do regime democrático. Uma constituinte agora poderia levar ao fim o regime democrático. Estou aqui com a nota da OAB, que V. Ex^a citou: “com relação à proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte para implementar essa ou qualquer outra reforma, o Conselho Federal rejeita liminarmente e esclarece que já se manifestou anteriormente em termos cabais a respeito dessa questão e considera, nesses termos, matéria vencida. Constituinte plena ou parcial, exclusiva ou derivada, só se justifica quando há ruptura institucional. Não é o caso. Em que pesem as múltiplas denúncias envolvendo agentes públicos que abalaram o país nos últimos meses, as instituições funcionam e estão em condições de fornecer os remédios necessários à preservação da governabilidade, na plenitude do Estado Democrático de Direito”. É o que diz a nota assinada pelo presidente da OAB, o advogado Roberto Busato. Portanto, Senador Heráclito Fortes, essa questão de que a OAB é favorável a essa constituinte também é uma enganação. E só uma idéia de alterar as regras do regime democrático no Brasil poderia fazer com que o Presidente Lula, a

esta altura, quisesse fazer uma Constituinte, que, como V. Ex^a sabe, gera uma profunda instabilidade no País porque todas aquelas regras que estão na Constituição e que, de certa maneira, conduzem a vida pública e privada no País ficam **sub judice** no momento em que se abre a possibilidade de se elaborar uma nova Constituição. É um desserviço, mais uma vez, que o Presidente Lula presta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e digo, sem medo de errar, que falecem no Presidente Lula condições políticas e morais para pedir ao País uma Assembléia Nacional Constituinte. Políticas por quê? Teve uma vitória nesta Nação semelhante à de dois brasileiros, Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello, em termos de maioria, mas não teve a capacidade de transformar essa conquista em instrumento para promover as reformas de que o País necessitava no âmbito do Congresso Nacional. Ao invés de abolir o que tanto condenou, que era o troca-troca partidário, as negociatas de um passado que tanto condenou, botou a sua equipe de governo enveredando exatamente pelo mesmo caminho, fazendo com que esta quadra para a vida pública nacional fosse das mais tristes de que temos notícia. Surgiram o mensalão, o caso Waldomiro, o dos sanguessugas, o do dólar na cueca e por aí afora. Condição moral não tem porque não tem condição de presidir nem de participar aquele que preside um País e, a cada escândalo novo que acontece, diz à Nação que não sabia, que não tinha conhecimento. Então, não pode de maneira nenhuma, não tem autoridade para pedir Assembléia Nacional Constituinte quem não tem autoridade sequer de dela participar. Quem tinha autoridade para pedir Assembléia Nacional Constituinte era Ulysses Guimarães – que percorreu este Brasil todo pregando democracia – e Tancredo Neves. Nós tivemos a Constituinte cidadã e não tivemos nela nenhum envolvimento de parlamentares com troca-troca, compra de voto ou corrupção.

O que estamos vendo nesses últimos quatro anos nos obrigava a, no primeiro item, banir da vida pública, por profilática medida, todos aqueles que participaram de atos como este, que talvez tenha sido a motivação do próprio Presidente em pedir ao País ou demonstrar que está pedindo à Nação esta Assembléia, como se isso, Senador Eduardo Suplicy, fosse o suficiente para que o povo brasileiro esquecesse que o grande agente é o seu Governo e como comandante ele próprio e não este Congresso, que é mais vítima do que qualquer outra coisa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a indagou, de início, de quem teria surgido essa proposta, essa iniciativa. E quem, nesses últimos dias, acalentou a proposta, cumprimentando até e dizendo que desde 1992 vem propondo, é o eminente jurista, por quem eu tenho estima pessoal, Ives Gandra Martins, com o qual, entretanto, eu próprio não estou de acordo. Eu gostaria de...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é mais da linha do Dr. Dalmo Dallari. Eu concordo plenamente com V. Ex^a e o parabeno pelo escolha.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu, de fato, neste caso, avalio que o ensinamento do professor Dalmo Dallari, segundo o qual a Constituição de 1988 já prevê a forma adequada de modificações na Constituição por meio da apresentação, discussão e votação, com a exigência de três quintos de aprovação, com duas votações em cada uma das Casas, constitui a maneira adequada e correta. Eu concordo com o ponto de vista salientado pelo Senador José Jorge de que, na verdade, se justifica uma Constituinte quando há uma ruptura, um processo que não é propriamente o que está acontecendo no Brasil. Agora, é de se reconhecer e respeitar a opinião do Presidente, a sua insatisfação em relação à demora do Congresso Nacional em promover a reforma política. Quero até dizer que nós, aqui no Senado – e ainda há pouco V. Ex^a observou, quando eu mencionei que muitas vezes o Senado até avança mais do que a Câmara dos Deputados –, avançamos mais rapidamente na votação de itens da reforma política do que a Câmara. Nós votamos a favor da fidelidade partidária, um dos temas mais candentes; a Câmara ainda não o fez. Nós também tínhamos avançado mais na exigência da exposição, em tempo real, pela rede mundial de computadores, de todas as receitas e despesas. E a Câmara tornou essa exigência menos firme na medida em que exigiu que a transparência se dê em 6 de agosto e na primeira semana de setembro, mas com transparência total de receitas e despesas fornecida à Justiça Eleitoral e à opinião pública apenas após a realização das eleições. Então, penso que cabe razão ao Presidente quando expressa o quanto ele gostaria que a reforma política andasse muito mais depressa. E por ocasião de encontro que mantive com o Presidente Lula nesse fim de semana, percebi que ele tem inúmeras sugestões daquilo que avalia como adequada e correto, por exemplo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Inspiradas em Chávez ou em Morales?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Levando em consideração a nossa própria realidade. Eu, por exemplo, quando aqui ingressei pela primeira vez, em 1990, anunciei como parte daquilo que defenderia aqui no Senado que o mandato de senador também fosse de quatro anos. Naquela primeira legislatura, lembro-me de não ter conseguido as 27 assinaturas necessárias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza de que V. Ex^a não volta mais com um projeto desses. Gostou tanto deste Senado que é incapaz de retornar com esse projeto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Justamente estou providenciando...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nesses últimos quatro anos, V. Ex^a não o apresentou. Não repita o Lula, que não faz nada no mandato e, às vésperas das eleições, volta com idéias dessa natureza. Não faça isso!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Vou solicitar, primeiro, Senador Heráclito Fortes. Lembro-me perfeitamente de ter conseguido o número de assinaturas necessário. Mas o Senador Maguito Vilela apresentou proposta nesse sentido, com mais alguns itens. Essa eu subscrevi e acredito que ela ainda esteja tramitando. Continuo a defender o mandato de quatro anos. Eu não teria problema algum em ser eleito por quatro anos e, depois, se assim o povo avaliar, ser reeleito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É claro que, se eleito por oito anos, haverá legitimidade, porque a Constituição assim o permite. Outra proposição que vou reapresentar – eu o fiz na forma de projeto de lei, mas agora considero que será mais adequado fazê-lo na forma de proposta de emenda à Constituição – é que, na hora de eleger os senadores, o povo também escolha, entre dois, três ou até quatro nomes, quem deve ser o primeiro e o segundo suplentes, para que também todo e qualquer suplente que aqui chegue e assumo tenha sido eleito diretamente pelo povo. Então, essa é outra proposição que já apresentei, desde a primeira vez em que fui eleito Senador. A matéria tramitou, e o Senador Sérgio Machado, como relator da proposta de reforma política, preferiu outra sistemática, para encurtar o mandato do Senador, de tal maneira que o suplente ficaria no máximo dois anos, porque, logo em seguida, teria que haver uma eleição direta para aquela vaga. Isso foi para a Câmara dos Deputados e até hoje não foi votado. Mas vou apresentar essa idéia na forma de uma proposta de emenda à Constituição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pre-ocupo-me muito com V. Ex^a e com a sua biografia. V. Ex^a acabou de dizer que a preocupação do Presidente ao pedir a Constituinte é porque ele se preocupa com a demora do Congresso.

V. Ex^a é congressista e está falando para o Brasil. A culpa da demora em votarmos as reformas é desta Casa ou a culpa vem das medidas provisórias que o Presidente da República manda para cá?

Aliás, quais as reformas que o Presidente da República mandou para esta Casa nos últimos quatro anos? Gostaria de ouvir o que V. Ex^a tem a dizer sobre isso, e o Brasil todo deve estar querendo ouvi-lo também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já em 2003, apresentou a proposta de reforma da previdência e, em diálogo com todos os Governadores, a de reforma tributária. Foi aprovado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos falando de reforma política, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a perguntou no sentido global.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas vamos às reformas: quem trava essa pauta é o Congresso deliberadamente ou é o Presidente com as medidas provisórias?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bem, o que posso dizer é que nós aqui no Senado votamos mais rapidamente as propostas de reforma política do que a Câmara, que ainda falta completar o seu trabalho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estas Casas são siamesas. A questão não é essa. O que quero ouvir de V. Ex^a é: quem trava a pauta do Congresso? É má vontade nossa, dos Parlamentares, ou o Governo que manda de maneira exagerada medidas provisórias para esta Casa?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o resultado da interação do Poder Executivo com o Legislativo. Temos responsabilidade também, não apenas o Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas somos nós que editamos as medidas provisórias, Senador Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o Poder Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado, gostei de ouvir essa declaração de V. Ex^a. Finalmente alguém que tira do Legislativo a culpa e a assume e que pertence ao Governo.

Ouçõ o Senador José Jorge.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sem tirar do Legislativo a responsabilidade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Presidente, meu caro Heráclito, eu ia fazer um aparte, quando falou o Senador Suplicy, porque, na verdade, outra coisa que causa estranheza nessa proposta é que o Presidente Lula, como está governando há três anos e meio o País, tem poder de iniciativa de encaminhar para o Congresso uma reforma política, por meio de uma emenda constitucional ou de algum projeto lei, daqueles temas que considerasse prioritário mudar na legislação política ou na legislação eleitoral. Mas, ao menos pelo que me lembre, nesse período de três anos e meio, o Presidente Lula não encaminhou ao Congresso nenhum projeto de reforma política que não tenha sido aprovado ou, por acaso, rejeitado. Pelo contrário, aqueles projetos de iniciativa parlamentar, mesmo o projeto do Senador Bornhausen, que relatei aqui, foi para a Câmara, voltou e foi aprovado. Era uma minirreforma para diminuir os custos, o que está sendo, inclusive, aplicado nessa eleição. Na realidade é de se estranhar. Se o Presidente Lula quisesse efetivamente realizar uma reforma política e saber quais são as fontes – essa expressão reforma política é muito ampla; pode até haver reforma que piore e pode haver outras que melhorem –, deveria ter, durante o seu mandato, do qual já cumpriu três anos e meio, encaminhado ao Congresso um projeto de lei complementar, ou um projeto de lei, ou uma emenda constitucional. Se o Senado não o aprovou, tampouco a Câmara, e o projeto está engavetado, então até se justificava que ele quisesse, mesmo sendo pouco, de qualquer maneira, uma reforma constitucional, uma constituinte. Mas se ele não apresentou nada, não há nada que justifique isso. O Congresso não aprovou o projeto simplesmente porque ele não foi apresentado pelo Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, o estranho nisso tudo é que temos nesta Casa homens experientes como o Senador Suplicy e o Senador Saturnino. Estou falando só dos parlamentares do PT. Não quero falar dos parlamentares da base do Governo para não misturar aquele pessoal envolvido naquelas coisas. Prometi ao Senador Saturnino que não vou tocar nesse assunto hoje.

Imagine, Senador Roberto Saturnino, o desapontamento de V. Ex^a e do Senador Eduardo Suplicy, parlamentares por vocação, quando vêem, de repente, o Presidente da República puxar o assunto de reformar uma Carta que é oriunda deste Congresso sem ter tido consideração e respeito com esta Casa, sem ter ouvido de nenhum de V. Ex^{as} sequer uma opinião sobre o que deveria ser tocado e o que era necessário mudar. O Presidente fez uma viagem a um país vi-

zinho, na América do Sul, e voltou com esse espírito transformador.

Senador Roberto Saturnino, todo o Brasil e o mundo sabem que o Presidente da República não tem nenhum apreço por esta Casa. Todas as vezes que ele se manifesta é para depreciá-la. Quando foi constituinte, era um dos dez mais ausentes. Não ia. Numa oportunidade, disse que era uma Casa de 300 picaretas. Assumiu o Governo e resolveu testar. A maneira de testar foi mandar seus aliados verem... Não vou abordar o assunto porque hoje tenho o compromisso, que vou honrar, de não falar de corrupção. E deu no que deu.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a, o que acho que faço até em nome do Senado e em nome da opinião pública, porque V. Ex^a trouxe um tema realmente diferente e rico, um tema interessante, de relevância, sobre o qual cabe a nós nos pronunciarmos. Não se deve ficar repetindo e repetindo aqui tudo que se passa na CPI, o que, sob o ponto de vista eleitoral, não é ruim para o Presidente Lula, porque a opinião pública está observando que isso é tática eleitoral e incompetência da Oposição para tratar dos temas substanciais. V. Ex^a traz um tema de substância, que é a questão da constituinte. Quero dizer a V. Ex^a que não estou em desacordo, não. Confesso a V. Ex^a que a mim me custa formar uma opinião, até porque não sou do campo jurídico. Então, quanto a essas decisões e a formar opinião sobre esses temas, levo muito tempo para sedimentar e firmar minha posição. Mas cumprimento V. Ex^a pela forma elevada com que está trazendo o assunto e colocando-o em discussão. Eu só queria aproveitar e fazer uma observação sobre o que V. Ex^a disse ao invocar o exemplo de dois países da América do Sul que instalaram constituintes depois que ocorreram rupturas. Tanto na Venezuela quanto na Bolívia ocorreram rupturas graves, o sistema político foi abalado por repetidos golpes no caso da Bolívia e um golpe que depôs o Presidente por mais de 24 horas no caso da Venezuela.

Nestes dois casos, V. Ex^a há de convir que se justificava a assembléia constituinte, que foi eleita pelo voto popular e democrático. Nenhuma instituição internacional condenou ou apontou fraudes nas eleições da Bolívia ou da Venezuela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL–PI) – Não houve na Venezuela, Senador?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não. Que eu saiba, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Jimmy Carter esteve lá representando um organismo internacional...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pois é. Ele esteve lá e não me consta que tenha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que é isso? Acontece que as ações dessas entidades são limitadas. Pela primeira vez, em quarenta anos, vejo V. Ex^a mudar o pensamento para defender a constituinte do Chávez e do Morales. Fico...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, foram constituintes eleitas pelo voto popular, tanto a da Bolívia quanto a da Venezuela. Onde está a fraude? Quem apontou fraude?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não estamos falando de fraude, mas do espírito democrático. Qual foi o objetivo desses gestos?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a começa a abstrair, a falar em espírito democrático, mas sei aonde V. Ex^a vai chegar: são ambos presidentes, chefes políticos e líderes que pautam suas ações pela defesa do interesse popular, contra os interesses do capital, que, afinal de contas, é o que defende a nossa elite, da qual faz parte a maioria dos representantes da oposição ao Governo Lula. No meu juízo, na minha visão, trata-se disso. V. Ex^a está definindo as coisas muito bem. É esta definição que quero trazer ao Senado: quem defende uma linha de atuação que favoreça ao brasileiro mais carente, como ao venezuelano mais carente, como ao boliviano explorado secularmente, e quem defende os interesses do mercado, do capital. É isso que tem de ficar claro, para que as coisas sejam assumidas com franqueza, com direção certa. Então, acho que V. Ex^a, ao invocar esses dois exemplos, assumiu a sua posição, o que é muito importante, que penso ser o que deve acontecer nesta Casa Legislativa, como em qualquer fórum de debates do País. De modo que quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema, pela relevância do tema e pela clareza com que assumiu as suas posições, condenando dois presidentes que são socialistas, sim, e V. Ex^a não é um socialista, mas um capitalista assumido e defende o interesse do capital. Então, isso é muito importante, Senador Heráclito. Isso é o que há de mais importante, a meu juízo, no quadro político que estamos vivendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a confunde defesa de capital com defesa da livre iniciativa.

V. Ex^a entrou no PT em que ano? Não lembro mais. Em que ano V. Ex^a filiou-se ao PT?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – No início da campanha de 2002. Antes eu era do Partido Socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sempre fui de um partido de esquerda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi para a praça pública combater o FMI, foi para a praça pública combater a política de juro, deve ter entrado na igreja, ter sido abençoado naquela campanha em que o PT usou a Igreja para o combate à Alca. V. Ex^a não protestou quando o Presidente Lula, antes de tomar posse, rompeu com tudo que disse em praça pública e foi buscar no seio do Partido a que ele iria sucederia o Presidente do Banco Central. V. Ex^a não protestou quando ele fez acordos com o FMI e quando ele mandou representantes ao Equador para negociar a continuidade do acordo com a Alca. Aliás, quando eu vinha para cá – presto atenção a tudo o que V. Ex^a diz –, ouvi, no meu carro, V. Ex^a, em seu pronunciamento, fazer até uma apologia da Alca... Então, Senador Saturnino, a questão não é esta...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Apologia da Alca?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim. Hoje, V. Ex^a fez, sendo mais preciso, apologia das negociações do brasileiro...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Para negociações com o Mercosul, com a comunidade sul-americana, jogando a Alca para daqui a vinte anos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah... Mas traíram a Igreja, que acreditou muito em vocês. Traíram a Igreja... Não foi isso que vocês prometeram.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não foi isso.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Os que nos escutam...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a ficou satisfeito...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – ... sabem que V. Ex^a é um homem inteligente e está distorcendo as coisas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não! Não! Eu estou distorcendo a escolha do Dr. Meirelles para Presidente do Banco Central?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, não está. V. Ex^a está falando a verdade...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a não protestou...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Protestei. Aí é que V. Ex^a se engana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde está esse protesto? Eu quero ler esse protesto aqui.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Basta V. Ex^a pegar as notas taquigráficas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero ver isso!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – ... da sabatina do Sr. Meirelles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, sabatina é outra coisa. Sabatina é outra coisa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, não, é o momento de manifestar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, não vi ninguém protestar contra a escolha do Sr. Meirelles. Quem protestou foi o PSDB, que se viu traído: ajudou a eleger um Deputado em Goiás, e, de repente, o Deputado sai, deixa o mandato...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, não só protestei durante a sabatina como protestei, depois, não contra a pessoa do Sr. Meirelles, mas contra a política que ele estava fazendo, que é o que interessa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Senador Saturnino, eu sou capitalista...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele podia ser uma pessoa que tivesse mudado de idéias e assumido e feito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aceito que sou capitalista. Mas como é que V. Ex^a ouviu a imprensa noticiar hoje que o Bradesco teve o maior lucro de toda a sua história exatamente no governo socialista de V. Ex^a?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, o Governo Lula não é socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que o Governo Lula é?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É um Governo que tende, procura o caminho do socialismo, mas não é socialista. O Governo Lula respeitou as exigências do mercado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas antes o que ele era? O que era antes? O que era o PT antes de ser Governo?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O PT era socialista, sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que não é mais?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O PT é um partido socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que não é mais?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele é! O PT é, mas o Governo não pode ser, porque ele não tem condições de praticar uma política socialista. Não há condições reais, não há condições de afrontar o mercado e estar sujeito a uma desestabilização que haveria de prejudicar toda a população brasileira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas por que enganaram o povo brasileiro dizendo que ia fazer isso e que o social seria a sua prioridade? A prioridade social foi comprar o Aerolula por 168 milhões, pagos adiantados.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Agora, no momento que finda o mandato, é o momento exatamente do julgamento, pela população, dos compromissos do candidato Lula e seu cumprimento. Quem vai julgar não é V. Ex^a, nem eu, mas o povo, o eleitorado como um todo. Vamos ver o resultado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está chegando exatamente aonde eu quero. O Aerolula é tão vergonhoso para o Presidente da República que ele está viajando e deixando o Aerolula na garagem, no hangar. Ele está indo ou num avião da Embraer ou no velho Sucatinha, que, por medida de economia, devia ter sido vendido ou repassado para outras atividades. Veja, V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Acho que este é o debate. Senador Heráclito, assomei hoje à tribuna para exatamente dizer isto: que este era o debate que estava faltando. É muito importante que V. Ex^a tenha vindo hoje para possibilitá-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, fiquei muito triste porque V. Ex^a, como homem nacional, não estava em Minas ontem, com o Newton Cardoso e o Presidente Lula, para avaliar esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, permita-me informar que hoje todos os oradores tivemos bastante generosidade por parte da Presidência dos trabalhos. Mas, de todos, V. Ex^a é aquele que mais tempo está tendo.

Tive um tempo generoso, que foi da ordem de 45 minutos, mas V. Ex^a já está na tribuna há 49 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Sr. Presidente, V. Ex^a teria direito a 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, como o Senador José Jorge é o próximo orador e seu colega de Partido, do PFL, preciso aqui dizer o quão importante é que V. Ex^a dê oportunidade ao seu colega do Estado de Pernambuco de usar da palavra ainda nesta tarde. Depois, temos ainda inscrito o Senador Paulo Octávio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou abrir mão do meu tempo para que esse bri-

lhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes continue.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suplicy, estou sem voz. V. Ex^a não é ditador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Abro mão do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Espero que o Chávez não tenha baixado no espírito de V. Ex^a, que é um democrata.

Apenas gostaria de dizer que fui paciente: ouvi V. Ex^a contar o filme da Zuzu Angel todinho. Só o interrompi porque um ouvinte pediu que não contasse o resto.

Senador Saturnino, o grande momento é este, e V. Ex^a disse tudo. O Presidente Lula de agora não vai ser o mercador de esperança de quatro anos atrás. O Presidente Lula, que enganava todos, vai ter de prestar contas ao País no programa da televisão. Se ele não fizer isso, ele só terá duas saídas.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele vai fazer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ou sairá como cínico ou como autoritário, como arrogante. Não fica bem para um trabalhador nenhuma das duas circunstâncias. Ele vai ter que mostrar.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele fará isso. É o que ele vai fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Todos aqueles assuntos sobre os quais eu assumi o compromisso com V. Ex^a de não falar hoje ocorreram no Governo dele. Ele vai ter que contar ou, então, passará como cínico ou como arrogante, e nenhuma das duas circunstâncias ficará bem para esse trabalhador, que se mutilou, no começo da vida, ao sair do Nordeste e ir para São Paulo, procurando melhores dias. Naquele impacto de redemocratização, feito com Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella, criou o embrião do Partido dos Trabalhadores. É isso que nós vamos ver nesse período. Aquelas bandeiras que azucrinavam a vida da gente nas ruas das grandes cidades, onde sequer se tinha o direito de usar a calçada, estão recolhidas. Aquele vermelho, aquela multidão vermelha, mudou de cor: azul, amarelo, verde. Eu não sei a cor que meu amigo Suplicy está usando na campanha em São Paulo. Espero que seja fiel e continue com o vermelho e com a estrelinha.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge e, depois, finalizo o meu pronunciamento.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Concedo meu tempo a V. Ex^a, Senador Heráclito. Na realidade, o Governo do Presidente Lula não tem nada de socialista. É um Governo capitalista, é um Governo que, na verdade, manteve uma política econômica rígida. Aliás,

deu continuidade ao Governo anterior, mas com uma política econômica mais rígida ainda – Banco Central, grande lucro dos Bancos... Nunca os Bancos tiveram, no Governo Fernando Henrique ou em qualquer outro, os lucros que tiveram durante o Governo do Presidente Lula. Agora mesmo, na Internet, foi divulgado o lucro de um Banco, que só perde para o da Vale do Rio Doce e, possivelmente, para o da Petrobras, quando se divulgar. Na realidade, não se trata de um Governo socialista. Entretanto, o Governo Lula aprimorou-se em empregar sindicalistas. Foi publicada matéria, nesta semana, na revista **Época**, Senador Saturnino e Senador Heráclito Fortes, que mostrava que o Governo do Presidente Lula, no uso da máquina, na politização da máquina pública, empregou mais de 500 sindicalistas. Alguns sindicalistas importantes, que foram Deputados, têm salários de R\$ 20 mil ou R\$ 25 mil, dirigem Sebrae e coisas parecidas, como Paulo Okamoto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, não é socialista; é um Governo sindicalista.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – É um Governo sindicalista, um Governo que deu muitas oportunidades aos sindicalistas para que melhorassem as suas condições econômicas trabalhando no Governo. Alguns certamente eram preparados para isso, e outros, completamente despreparados. O critério não foi o preparo. Nesse ponto de vista, o Governo deu a lição ao Brasil de como empregar tanto sindicalista em prazo tão curto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Enquanto isso, quero, por dever de justiça, testemunhar. Acompanhei a luta do Senador Roberto Saturnino, não como carioca, mas como brasileiro, defendendo com unhas e dentes a Varig; não por ser a Varig, mas por ser empregadora de 12 mil funcionários de maneira direta e de mais de 40 mil de maneira indireta. Seria difícil explicar ao País o fato de aquela empresa ir à bancarrota exatamente no Governo dos trabalhadores. Vi a força e a luta de V. Ex^a – o seu semblante não nega –, a sua frustração e decepção pela insensibilidade deste Governo, porque, se há um culpado pelo fechamento da Varig, Senador Roberto Saturnino, chama-se Governo do Presidente Lula, que não atendeu aos apelos, aos sinais, não atendeu na hora precisa, inclusive quando V. Ex^a, quando as nossas Comissões se reuniram para tentar socorrer essa empresa.

Aliás, não vi até agora, durante estes quatro anos, este Governo ficar ao lado do trabalhador, a começar pela fila dos aposentados, imposta, por meio de novas normas, pelo Ministério da Previdência. Vi a desassistência aos que padeceram aqui e lá fora, como o que morreu na Inglaterra e aquele do Iraque, cuja família V. Ex^a tanto se esforçou para consolar. É um Partido insensível a esse tipo de causa a começar pela fila dos aposentados, imposta, por meio de novas normas, pelo Ministério da Previdência. Vi a desassistência aos que padeceram aqui e lá fora, como o que morreu na Inglaterra e aquele do Iraque, cuja família V. Ex^a tanto se esforçou para consolar. É um partido insensível a esse tipo de causa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Saturnino, com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Fui Prefeito do Rio de Janeiro e sempre fui socialista. Entretanto, na Prefeitura, não pude realizar um Governo socialista, porque temos um ideário e caminhamos em direção a ele, mas temos que respeitar a realidade das circunstâncias. É o que está acontecendo com o Governo Lula. Mas quem vai fazer esse julgamento é a população. E a classe trabalhadora está percebendo o esforço dele e as restrições do mercado. Então, vamos discutir. Eu acho que o Governo Lula podia avançar um pouco mais. Eu fui o primeiro relator do PPA. Eu queria uma mudança gradual, mas fui derrotado. Até compreendi e acho que, no cômputo geral, tendo em vista o que foi feito em programas sociais, como a redistribuição de renda, que, pela primeira vez na história do País, está sendo obtida, realmente compensa. O povo está reparando, observando, Senador Heráclito Fortes. É ele que vai julgar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente essa observação que V. Ex^a fez, que é preciosa, que vai levar o povo a não tentar, de maneira alguma, reeleger esse Presidente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Vamos ver.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se, em quatros anos, não teve capacidade – com toda a força, com todo o vigor, com todo o apoio – de cumprir nada do que prometeu, entregou-se de braços abertos ao capital, aos banqueiros, à corrupção... Como é que, em quatro anos...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É o povo que vai julgar isso, não é V. Ex^a. Vamos esperar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que metamorfose vai acontecer com Sua Excelência? Até porque perdeu o que havia de bom na equipe.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – A metamorfose já começou a acontecer. Vai se aprofundar, vai se ampliar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perdeu Dirceu, perdeu Palocci, perdeu Genoíno. O primeiro time do Presidente Lula foi caindo, um a um, está hoje sem nomes.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço a V. Ex^a que encerre, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Encerro, Sr. Presidente, agora, dizendo a V. Ex^a: se a intenção do Presidente da República fosse honesta, não seria jamais a de convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Fomos Constituintes e sabemos que ela é uma atividade paralisante. A paralisia do País nós vivemos há poucos anos. Senador Eduardo Suplicy, os dispositivos aqui invocados por V. Ex^a, de reformas, aconteceram inclusive na revisão já proposta por Dr. Ulysses Guimarães, em seu texto original. A questão não é esta, e sim a de se paralisar o País para uma nova Assembléia, que será apenas para arremedar os erros atuais. E aí o Sr. Alckmin tem razão: “Para botar ladrão na cadeia, não precisamos de uma nova Assembléia Nacional Constituinte”. Agora, se o Presidente for bem intencionado como V. Ex^a é,...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Propõe ao próximo Governo um pacto de reforma política para os 90 primeiros dias. Ao próximo Presidente da República. E que todos os candidatos assumam, então, este compromisso, mas com seriedade, não criando factóides, e depois colocando a responsabilidade na OAB, que vem aqui e desmente, desmoralizando a palavra do Chefe de Estado. Quem procede dessa maneira falece de autoridade para propor e principalmente para comandar qualquer reforma neste País, até porque não teve, em quatro anos, capacidade de fazer 10% do que prometeu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Com a palavra o Senador José Jorge. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Marcos Guerra e Paulo Otávio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “Contador diz ter discutido pagamento com ministro”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição do último dia 13 de junho do corrente.

A matéria trata de mais um dos escândalos e fatos mal explicados do governo do Partido dos Trabalhadores. Em relação ao dinheiro recebido e enviado ao exterior, o Ministro Márcio Thomaz Bastos nega. É quase uma tradição desse governo, o ministro nega e a Polícia não investiga como deveria. É importante que fique registrado.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A8 brasil TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2006

Contador diz ter discutido pagamento com ministro

Polícia não investigou declarações sobre envio do dinheiro a um paraíso fiscal

Ministro da Justiça volta a negar ter recebido recursos no exterior em 93 e afirma que somente fez remessas para a Suíça a partir de 1994

RUBENS VALENTI
DA REPORTAGEM LOCAL

O contador Carlos Roberto Alves, ex-diretor financeiro da agropecuária Ermovale, de Ibaté (SP), afirmou à Polícia Federal em 2003 que tratou com o então advogado dos donos da empresa, Márcio Thomaz Bastos, hoje ministro da Justiça, o pagamento de US\$ 4 milhões como honorários advocatícios.

A conversa teria ocorrido em meados de 1993 no escritório do advogado na avenida Liberdade, no centro de São Paulo. Dias depois do suposto encontro, a agropecuária tomou um empréstimo de US\$ 4 milhões no banco Excel, em São Paulo, e remeteu o dinheiro ao paraíso fiscal de Liechtenstein, na Europa, onde foram adquiridas ações da empresa offshore Piermont Corporation, cujos donos são desconhecidos.

O depoimento integra o inquérito aberto pela Polícia Federal em 2003 e arquivado no STF (Supremo Tribunal Federal) em 2004. Em cinco entrevistas à *Folha* na semana passada, o dono da agropecuária, Ivo Morganti Júnior, e sua mãe, Maria Dirce Morganti, revelaram que a remessa ao exterior destinou-se ao pagamento dos honorários de Bastos.

numa declaração assinada pelo contador. A PF não pediu ao Uruguai nenhuma busca oficial para localizar o documento.

O advogado defendeu ambos da acusação de terem participado do homicídio do pai de

Júnior, Ivo Morganti, em fevereiro de 1982. O filho foi absolvido, e a viúva, indultada.

Thomaz Bastos também atuou, segundo o contador, nos processos judiciais que buscaram reintegrar à família o patrimônio bloqueado à época pela Justiça, avaliado em US\$ 150 milhões, segundo ele.

Segundo Ivo Morganti Jr., a conta bancária que recebeu o dinheiro foi indicada por Bastos e a operação foi realizada pelo Excel. No inquérito, ele não havia declarado que o destino final do dinheiro era Bastos: dissera que a remessa ao exterior foi uma forma de investimento para proteção do patrimônio da empresa.

Segundo o delegado da PF que conduziu o inquérito, Moacir Moliterno, hoje chefe da Interpol, as declarações de Morganti são "um fato novo", que poderiam levar a Procuradoria da República a pedir um novo interrogatório de Morganti e uma reabertura das investigações. O ministro voltou a negar ontem, por meio de sua assessoria, ter recebido recursos no ano de 1993. Reconhece apenas remessas para a Suíça a partir de novembro de 1994.

No depoimento à PF, o contador Carlos Roberto Alves afirmou que "comentava-se" na empresa, à época da operação financeira, que o total dos honorários de Bastos correspondiam a 20% do total do patrimônio recuperado, ou aproximadamente US\$ 30 milhões.

Num primeiro momento, segundo Alves, o advogado recebeu como pagamento dos honorários parte da fazenda Tamandua, pertencente à agropecuária. Segundo o contador, a escritura da propriedade registrava US\$ 3 milhões, mas o preço real era de US\$ 12 milhões. Morganti Jr. apontou o mesmo valor ao depor à PF: "Essa fazenda valeia aproximadamente US\$ 12 milhões da época".

Segundo o contador, Morganti Jr. deu então recatrap a parte da fazenda entregue ao advogado. Segundo o contador, seu encontro no escritório de Bastos serviu para discutir os detalhes do pagamento. "O advogado Márcio aceitava esse pagamento em parcelas, com valor inicial de US\$ 4 milhões e o restante em parcelas", disse ele à PF.

Alves disse ter comentado detalhes da operação com seu amigo, o vendedor de imóveis Carlos Umberto Pereira. Em depoimento, o vendedor disse ter ouvido de Alves que o destino real do dinheiro foi registrado num cartório do Uruguai,

saiba mais

Família teve vitória graças ao ministro

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro Márcio Thomaz Bastos atuou por cerca de dez anos como advogado do engenheiro Ivo Morganti Jr. e de sua mãe, Maria Dirce Farani Morganti, herdeiros de usinas de álcool e açúcar em São Carlos e Ibaté (SP).

O usineiro Ivo Morganti foi morto com um tiro nas costas em 25 de fevereiro de 1982. Ele acabara de deixar a casa da professora primária Maria Célia Casati, com quem teria um relacionamento amoroso.

A investigação da Polícia Civil chegou a uma cartomante que acusou Maria Dirce. Bastos explorou supostas contradições nos depoimentos da cartomante. A usineira foi condenada em 1987 a três anos e dois meses, mas foi posta em liberdade porque já havia passado três anos presa. Bastos também absolveu Morganti Jr. das acusações em 1985. Na década de 80, Maria Dirce e seu filho discutiram a posse da herança, avaliada em US\$ 150 milhões. Bastos obteve um acordo em 1989 para divisão dos bens. (RV)

outro lado

Ministro nega reunião em 93 com contador

DA REPORTAGEM LOCAL
DAS CURSAL DE BRASÍLIA

A assessoria do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) negou, em nota, que ele tenha se reunido em 1993 com o contador Carlos Roberto Alves para discutir o pagamento de US\$ 4 milhões a título de honorários advocatícios. "A apuração da PGR [Procuradoria Geral da República] foi arquivada por solicitação do próprio [ex-]procurador [Carlos Fonteles], acolhido pedido pelo Supremo Tribunal Federal", diz.

O ministro preferiu não conceder entrevista à *Folha* sobre o assunto. O pedido é feito desde quarta-feira.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros que participam da reunião semanal de coordenação política do governo avaliaram que a revelação de um ex-cliente, de que Bastos recebeu US\$ 4 milhões no exte-

rior, é "requeitada".

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, afirmou que Thomaz Bastos tocou no assunto na reunião de ontem e suas explicações teriam sido satisfatórias para a cúpula do governo.

"Foi uma denúncia já feita em outra oportunidade, investigada pela Polícia Federal e arquivada pelo Supremo. Portanto é uma matéria requeitada", afirmou.

A *Folha* publicou ontem que um ex-cliente do ministro, Ivo Morganti Jr., revelou que fez remessa de US\$ 4 milhões a Thomaz Bastos em 1993, para pagamento de honorários de caso em que o hoje ministro da Justiça atuou como advogado.

Foi aberta investigação da Polícia Federal sobre o caso em 2003, que acabou arquivada no ano seguinte, sem a realização dos procedimentos básicos de investigações de crimes financeiros.

Por meio de sua assessoria, Bastos afirmou que sua primeira transação financeira no exterior ocorreu no final de 1994.

(RV, PDL e ES)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Reforço contra crises”, publicado no **Correio Braziliense** do dia 19 de junho do corrente.

O texto destaca “O Brasil continua mais vulnerável a tremores na economia mundial do que fazem crer alguns economistas e políticos”. É verdade, muitos economistas sérios alertam para o fato. Não se pode esconder a fragilidade do que foi alcançado, é preciso combater a corrupção e melhorar a qualidade dos gastos públicos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 19/06/2006

VISÃO DO CORREIO

Reforço contra crises

O Brasil continua mais vulnerável a tremores na economia mundial do que fazem crer alguns economistas e políticos. Verdade que — graças a contas públicas em melhor estado do que há uma década — já não frequenta o grupo dos que pegam uma pneumonia quando o gigante da América do Norte, responsável por um quarto de todo o comércio internacional, fica resfriado. Entretanto, as últimas semanas foram pródigas em demonstrar quão longe estamos de possuir uma armadura contra crises externas.

Os Estados Unidos, devido a fragilidades fiscais e nas contas correntes, assiste a um processo de desvalorização do dólar. É uma das formas de ajuste da economia interna e mundial. Some-se a isso os efeitos, no próprio mercado norte-americano, do elevado preço do barril de petróleo, próximo dos US\$ 70 — o dobro do que se previa na passagem para o atual século. Não é exagero dedicar atenção a um possível quadro de recessão. No mínimo, haverá desaceleração do crescimento mundial.

No Brasil, o real está mais forte por causa da fragilidade do dólar. O fato ajuda a controlar a inflação (menos de 5% ao ano), a pagar a dívida externa, mas afeta as exportações, pois nossos produtos ficam mais caros. O desemprego aumenta em alguns setores mais sensíveis a esse processo, como calçados, couros e têxteis. O saldo da balança comercial mantém-se forte, mas dá sinais de perda de fôlego. Na indústria, há pequena queda no emprego há oito meses seguidos.

Outra conta paga pelos Estados Unidos, devido a seus problemas econômicos, é o aumento da inflação (próxima de 4,5% ao ano), que leva o Federal Reserve (banco central, chamado popularmente de Fed) a aumentar os juros quase que mensalmente. Vai continuar assim até que existam sinais inequívocos de que a elevação do custo de vida está controlada. As taxas mais altas por lá atraem investimentos para os títulos públicos norte-americanos e, claro, esse dinheiro sai de lugares como a Bolsa de Valores de São Paulo. Nos últimos 30 dias, cerca de R\$ 1,2 bilhão deixaram o Brasil. Os ganhos que a bolsa havia conseguido este ano até maio estão, agora, quase zerados.

É bom observar que, apesar desse quadro, a taxa básica de juros brasileira mantém sua trajetória de queda. E deve continuar assim. Vivemos uma situação obtida pela melhora das contas públicas. É um ponto inegociável, mas que precisa ser aprofundado. Não podemos descansar diante do que foi conquistado, pois o preço será a perda desse avanço. A evolução depende de mais qualidade nos gastos públicos e combate ao ralo da corrupção. Dessa forma, a estrada para um longo período de queda nos juros será pavimentada para que o país possa crescer no nível necessário (pelo menos 4% ao ano) à redução drástica do desemprego, atualmente próximo de 10% da População Economicamente Ativa. Esse é um caminho certo para passarmos a figurar entre os países menos afetados por qualquer crise externa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Oposição diz que ‘Voz do Brasil’ boicota críticas a Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

A matéria destaca que “Senadores da oposição denunciaram ontem o que consideram censura às críticas que fazem ao governo Lula em dois órgãos de divulgação das atividades parlamentares: **A Voz do Brasil** e o **Jornal do Senado**”.

Ainda segundo a matéria, “Levantamento feito por assessores de Bornhausen, mostra que nas últi-

mas edições da *Voz do Brasil* não consta nenhum dos ataques feitos a Lula pelos seus mais contundentes críticos”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

12 | NACIONAL | QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

CONGRESSO

Oposição diz que ‘Voz do Brasil’ boicota críticas a Lula

Senadores do PFL e PSDB também reclamam de cortes em discursos contra o presidente no ‘Jornal do Senado’

Rosa Costa
BRASÍLIA

Senadores da oposição denunciaram ontem o que consideram censura às críticas que fazem ao governo Lula em dois órgãos de divulgação das atividades parlamentares: *A voz do Brasil* e o *Jornal do Senado*. A censura, segundo eles, ocorre quando têm os discursos boicotados no programa veiculado em todo o País, de segunda à sexta-feira, ou pela supressão nos discursos das frases mais agressivas contra o presidente da República e seus ministros. “Estamos de volta ao tempo do DIP de Getúlio Vargas”, protestou em plenário o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), referindo-se ao Departamento de Imprensa e Propaganda que controlava a mídia na ditadura de Vargas.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o uso eleitoral de meio de comunicação “serve para alguém manter o poder”. “Vou ficar com os ouvidos grudados na *Voz do Brasil*, é preciso não mais haver nenhum censor, isto aqui é uma

democracia e como tal não admite que sejam cerceados os direitos dos parlamentares da oposição, porque eles representam uma parcela eficiente da população que está com nojo da corrupção”, alegou.

Levantamento feito por assessores de Bornhausen, mostra que nas últimas edições da *Voz do Brasil* não consta nenhum dos ataques feitos a Lula pelos seus mais contundentes críticos. Ou seja, ficaram de fora, além de Bornhausen, os discursos de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio, Álva-

FRASES

**Jorge Bornhausen
Senador do PFL**

“Estamos de volta ao tempo do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas”

ro Dias (PSDB-PR) e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A pedido deles, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), prometeu

agir. “Isso é um absurdo, que não vai acontecer”, disse. “Se aconteceu por falha ou seja lá o que for, do setor de comunicação do Senado, vou tomar providências cabíveis”, prometeu.

EXPLICAÇÕES

O secretário de Comunicação do Senado, jornalista Armando Rollemberg, afirma que na Casa “não tem e nem haverá nenhuma espécie de censura”. Prova disso, disse, seria o fato de as sessões serem transmitidas ao vivo. Rollemberg defendeu que, quando muito, pode

ter havido falha no critério de edição. “A editoria preferiu priorizar a defesa dos parlamentares que estão sendo acusados”, alegou, referindo-se ao espaço dado à senadora Serys Slhessarenko (PT), à líder do PT, Ideli Salvatti (SC) e ao senador Magno Dias (PL-ES).

Ele disse ainda que as queixas mais constantes partem de governistas que se sentem preteridos. Para ele, a diferença se explica pelo fato de que “muitas vezes há cinco ou seis da oposição no plenário e só um ou dois do governo”. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Chirac critica Lula por falta de flexibilidade”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de julho do corrente ano.

A matéria destaca que o presidente francês, Jacques Chirac, criticou a falta de flexibilidade de Lula nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio. Para o líder francês, o presidente brasileiro pensa assim: “O que é meu é meu; o que é dos demais é negociável”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador João Batista Motta

TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 | ECONOMIA | B3
O ESTADO DE S. PAULO

REUNIÃO DE CÚPULA

Chirac critica Lula por falta de flexibilidade

Para o líder francês, presidente brasileiro pensa assim: ‘O que é meu é meu; o que é dos demais é negociável’

Jamil Chade
Denise Chrispim Marin
SÃO PETERSBURGO

O almoço de ontem entre os chefes de Estado das economias mais poderosas do mundo, em São Petersburgo, foi palco de uma batalha verbal. O presidente francês, Jacques Chirac, criticou a falta de flexibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Deixou claro que, apesar de sua “amizade” com o líder brasileiro, o comércio é um capítulo a parte.

Portanto, completou Chirac, não haveria nenhuma “confiança” entre França e Brasil ao tratarem do tema. Mais comedido, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, cravou a real dificuldade para alcançar os pré-acordos sobre agricultura e serviços até 17 de agosto: os avanços nas últimas duas semanas, afirmou ele, foram apenas “marginais”.

Lamy não entrou no debate de Chirac com Lula; o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, manteve uma distância defensiva; a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, preferiu uma posição híbrida, ao dizer que todos têm de flexibilizar suas posições. O primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, preservou seu otimismo, mesmo depois de ouvir todos eles. Lula expôs seus argumentos já expressos,

pouco antes, em seu discurso.

Quatro horas depois, quando se encontrou com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, Lula comentou o ataque do francês. “Eu continuo otimista que o presidente Chirac vai ceder um pouco”, disse o brasileiro, diante da imprensa, quase sem forças para uma defesa mais entusiástica. “Penso que, se nós não fizermos um acordo, estaremos contribuindo para o retrocesso no comércio exterior dos países mais pobres”, assinalou.

RESISTÊNCIA FRANCESA

Pouco antes de embarcar de volta ao Brasil, Lula comentou com assessores que ainda estava confiante na evolução positiva das negociações da Rodada

‘Continuo otimista que o presidente Chirac vai ceder um pouco’, diz Lula

Doha. Na sua avaliação, o único isolado, neste momento, é o presidente da França.

Não foi apenas em São Petersburgo que os franceses afrontaram a posição brasileira de tratar de comércio em uma reunião de cúpula. A resistência era observada desde que Lula propôs um encontro de líderes para destravar a Rodada Doha, em novembro de 2005. Desta vez, a França desta-

cou que não estava nem um pouco satisfeita com essa discussão na reunião do G-8. Um negociador que esteve na sala de almoço relatou ao Estado que Chirac foi duro em seus comentários sobre Lula e outros líderes presentes.

“O presidente Lula pensa da seguinte forma: o que é meu é meu; e o que é dos demais é negociável”, teria dito, numa clara acusação de que o Brasil pretende a abertura do mercado europeu de produtos agrícolas sem aceitar uma liberalização equivalente do setor industrial.

Segundo relato desse participante, Chirac reagiu ainda contra o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, alegando que o bloco não teria tanta flexibilidade para definir sua oferta como Bruxelas está anunciando. Barroso havia dito que a Europa estaria pronta para se mover nas negociações.

Na entrevista ao final do encontro de São Petersburgo, Jacques Chirac repetiu esses mesmos recados. Criticou o fato de os “países pobres” não estarem representados na reunião – apesar de o Congo falar pelos 53 países da União Africana. Reclamou que a reunião não era o lugar para tratar de comércio, tripudiou o mandato da União Europeia para negociar e declarou que o G-8 “não dirige o planeta”. e

Elogios de Bush ficaram só na aparência

— Houve pelo menos uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu pequeno calvário na reunião dos líderes do G-8 e dos outros cinco países em desenvolvimento convidados.

Lula saiu de São Petersburgo sem carregar o mérito de ter impedido o fracasso da Rodada Doha, nem conseguiu enxertar os combustíveis alternativos no Plano de Ação de Segurança Energética montado pelo G-8.

Mas deixou a antiga capital imperial russa com um sonoro elogio à sua silhueta. “Você está muito bem!”, afirmou Bush, ao observar a cintura do brasileiro. “É por causa das eleições”, rebateu Lula, provocando risos nas duas delegações.

A última vez que Lula se encontrou com Bush foi no início de novembro do ano passado, quando recebeu o presidente americano no na Granja do Torto, em Brasília. Desde então, os contatos tinham sido por telefone. Naquele ocasião, estava ainda no início de uma dieta rigorosa e de uma rotina de caminhadas. e p.c.e.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de junho do corrente ano.

A matéria destaca que aliados do Presidente Lula estão convidando pessoas favorecidas pelo programa Bolsa-Família para os eventos a que ele comparece. A matéria informa, ainda, que “A utilização desses nomes para formar a claqué de apoio ao Presidente

também ocorreu na convenção do PT que homologou a sua candidatura”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCOS GUERRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Senador Marcos Guerra
Estado S. Paulo 30/6/06*

Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família

Aliados têm convidado beneficiários do programa para eventos com Lula

Rosa Costa
BRASÍLIA

O PSDB e o PFL vão contestar na Justiça Eleitoral o uso do cadastro do Bolsa-Família na campanha do presidente Lula. A exemplo do que fez a prefeita de Contagem, Marília Campos, aliados de Lula estão convidando pessoas favorecidas pelo programa para os eventos a que ele comparece. A utilização desses nomes para formar a claqué de apoio ao presidente também ocorreu na convenção do PT que homologou a sua candidatura, no sábado.

Candidato a vice na chapa do tucano Geraldo Alckmin, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a lei proíbe o uso de cadastros em poder do Estado para fazer política. “O cadastro não é de Lula, é do governo. Está, portanto, incluído na mesma linha da proibição da máquina pública”, argumentou.

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a iniciativa se junta a outras adotadas pelo presidente em oposição ao que determina a legislação. “Não é possível ele continuar,

diariamente, cometendo crimes contra a Justiça”, acusou.

Antero acredita que não se trata de um procedimento de pessoa desavisada mas, sim, de uma tática para jogar a população contra o Judiciário e o Legislativo. Aponta como evidências o fato de Lula propagar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o aumento salarial para servidores públicos e quando culpa o Congresso pela não aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). “Na verdade, é jogo de cena. Lula mente porque ele mesmo não quer nenhuma dessas medidas”, atacou. “O que ele quer é jogar a população contra a Justiça e parecer bonzinho.”

Na avaliação de Antero e José Jorge, “Lula já ultrapassou todos os limites”.

Segundo o senador tucano, “cabe ao TSE agir para impedir que o uso de estratégias e medidas desvirtuadas terminem por comprometer a lisura das eleições”. ●

Lula corre risco de ser multado em R\$ 900 mil

... O presidente Lula corre risco de ser multado em R\$ 900 mil pelo TSE. Dois dos sete ministros do tribunal votaram ontem a favor de sua punição por suposta propaganda eleitoral antes da época, mas o julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro José Gerardo Grossi. Não há previsão de quando será retomado.

O julgamento se refere a uma representação do PSDB. O partido acusa Lula de distribuir mais de 1 milhão de tablóides com características de propaganda eleitoral, para obter o apoio dos eleitores.

O relator da representação contra Lula, José Delgado, votou pela cobrança da multa e pela suspensão da distribuição dos exemplares. Foi acompanhado pelo ministro Caputo Bastos. ● MARIANGELA GALLUCCI

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Todo o mundo acompanha, com apreensão, os conflitos que se desenrolam atualmente no Líbano, entre tropas israelenses e o grupo israelenses e o grupo Hezbollah. Em três semanas de confrontos, o número de vítimas, em sua maioria civis libaneses, já alcançou a marca do meio milhar. Sete brasileiros foram mortos, sendo que três eram crianças.

As imagens que nos chegam diariamente do teatro de guerra são chocantes, especialmente porque se trata de um país que, enfim, começava a se reerguer economicamente, a impulsionar seu turismo e a superar as cicatrizes de conflitos anteriores.

Quando nós, brasileiros, temos notícia de ações militares dessa espécie, sentimo-nos afortunados por nossa natureza não-belíca e por nossa história tão pobre em guerras contra nações estrangeiras.

Porém, Senhoras e Senhores Senadores, não estamos, definitivamente, livres de nossos próprios fantasmas, de nossas próprias guerras particulares. O trânsito, por exemplo, mata 34 mil pessoas e fere outras 400 mil, por ano, no Brasil. E a violência urbana, talvez o maior flagelo das grandes cidades brasileiras nos dias atuais, não fica a dever às guerras mais sangrentas em termos de número de vítimas.

As ondas de violência que tomaram de assalto o Estado de São Paulo, a partir da noite de 12 de maio deste ano, são mais uma grave e aguda manifestação de um crônico problema brasileiro. Embora os alvos primordiais tenham sido membros da polícia, guardas municipais, agentes penitenciários e outros profissionais da área de segurança, os ataques, atribuídos à quadrilha Primeiro Comando da Capital (PCC), provocaram pânico, medo e insegurança generalizados nos habitantes do Estado. O saldo: dezenas de mortos, prejuízo de milhares de reais pela depredação de patrimônio público e privado, e seqüelas insuperáveis na vida de centenas de parentes e amigos das vítimas.

O que impressiona nos ataques do PCC é a coordenação dos criminosos, a crueldade contra inocentes, a implacável sede de sangue dos bandidos. Mas é ainda mais impressionante a absoluta incapacidade do Poder Público para resolver a crise. As ações emergenciais das forças estatais foram inúteis, e o PCC continua atacando onde quer, como quer, quando quer.

Senhor Presidente, não devemos nos iludir e achar que, por estar, de certa forma, confinada aos limites do Estado de São Paulo, essa última série de ataques é fenômeno exclusivo daquela unidade da Federação. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Belém, Manaus, Curitiba, Salvador, Porto Alegre, Vitória e toda grande cidade brasileira está sujeita a manifestações explosivas de uma violência urbana que, caso nada seja feito, alcançará o **status** de uma verdadeira guerra civil.

Senhoras e Senhores, a violência urbana é apenas uma entre as diversas manifestações da própria moder-

nidade. Não há cidade de grande porte no mundo que não enfrente problemas dessa natureza. Brasília é um excelente exemplo de uma cidade planejada, moderna, outrora pacata e pacífica, que, nos últimos anos, vem sendo palco cada vez mais freqüente de seqüestros-relâmpagos, roubos, brigas de gangues, favelização, exploração da prostituição, tráfico de drogas, trânsito caótico e de outras muitas manifestações do que a modernidade tem de pior.

Minha maior preocupação, porém, é que a violência urbana só alcança a dimensão desses ataques do PCC quando algo de muito grave, de muito errado, está ocorrendo nas entranhas do Poder Público. A impunidade, a empáfia e o excesso de confiança dos criminosos, a escalada da questão carcerária e os ataques a policiais em São Paulo são evidências claríssimas da falência do poder estatal e da necessidade imediata de investimentos em segurança pública e, principalmente, em educação.

Senhor Presidente, o Brasil necessita, com urgência, de um projeto nacional de humanização. Por mais óbvio e ultrapassado que possa soar, eu gostaria de defender que disseminar a educação e a cultura em nossa sociedade é a providência que devemos tomar para humanizar o País no longo prazo.

No curto prazo, em caráter emergencial, é imperativo atacar com firmeza a questão da segurança pública. Devemos, no Congresso Nacional, cobrar mais ações efetivas do Poder Executivo. Devemos, sobretudo, prosseguir com as investigações em que temos trabalhado, como o tráfico de pessoas para fins de prostituição, a emigração ilegal, o abuso de crianças e adolescentes, a corrupção nas diversas instâncias do Poder Público, e mesmo na apuração das condutas dos próprios parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados, com a punição exemplar dos que foram julgados responsáveis.

O combate à violência deve, portanto, contemplar iniciativas desse tipo, mas sem perder de vista o que, a meu ver, é a chave para a solução definitiva do problema: educação e cultura são os principais elementos na guerra contra a violência urbana. Precisamos criar cidadãos, pessoas capazes de viver pacificamente em sociedade e de extrair da modernidade o que ela pode oferecer de melhor. É para esse objetivo, Senhoras e Senhores Senadores, que nós, brasileiros, devemos direcionar nossos melhores esforços. É para isso que luto e lutarei como cidadão, como empresário e como homem público!

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 13 minutos.)

Ata da 128ª Sessão não Deliberativa, em 8 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Álvaro Dias, Marcos Guerra e Roberto Saturnino

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do Estado de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Marcos Guerra, da representação do Espírito Santo no Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro hoje um evento de grande importância para o Nordeste, ocorrido sexta-feira da semana passada. Faço referência à visita ao Recife do candidato Geraldo Alckmin, da coligação PSDB/PFL, que tem como candidato a Vice-Presidente o nosso colega, Senador José Jorge.

A sua presença, entre outras finalidades, teve o objetivo de anunciar a sua plataforma de Governo com relação ao Nordeste. Escusado dizer, Sr. Presidente, que a região nordestina, dentre as cinco macro-regiões do País – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste – é a mais pobre infelizmente, embora densamente povoada.

O evento ocorreu no Centro de Convenções do Recife, com a presença de grandes lideranças de todo o Nordeste. Fernando Pessoa disse, em um dos seus trabalhos de crítica literária, que citar é excluir. Sei que, ao citar, vou excluir um ou outro, mas não posso deixar de mencionar a presença, entre muitos, do ex-Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos; do ex-Presidente da República, Itamar Franco; dos Governadores Mendonça Filho, de Pernambuco; Paulo Souto, da Bahia; Lúcio Alcântara, do Ceará; João Alves, de Sergipe; Cássio Cunha Lima, da Paraíba; e dos Senadores Tasso Jereissati, Presidente Nacional do PSDB; Sérgio Guerra, Coordenador da campanha do Presidente Geraldo Alckmin, bem assim do Líder

José Agripino, o meu líder no Senado Federal; do ex-Governador e Senador Antonio Carlos Magalhães; do Senador César Borges, Senador Efraim Morais, 1º Secretário da Casa, representante da Paraíba no Senado; Senador Heráclito Fortes, sem contar muitos e muitos outros Parlamentares federais e estaduais. Entre os federais, gostaria de destacar o ex-Governador de Pernambuco, Deputado Federal Roberto Magalhães; o ex-Governador de Pernambuco e ex-Prefeito da capital, Deputado Federal Joaquim Francisco; o Deputado André de Paula, que preside o PFL, em Pernambuco; o Líder da Minoria, na Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Aleluia; o Deputado Moroni Torgan; o Deputado Federal Sebastião Madeira, da representação do Estado do Maranhão, bem assim o Deputado Federal João Castelo, que foi Senador e Governador do Estado do Maranhão, o ex-Senador e ex-Governador Albano Franco.

Gostaria de assinalar também a presença do Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco, bem como do candidato a Vice-Governador na Chapa Mendonça Filho ao Governo de Pernambuco, Evandro Avelar.

A reunião foi aberta presentes mais de mil lideranças políticas da Região, e o candidato a Presidente Geraldo Alckmin foi saudado pelo Governador Jarbas Vasconcelos, que acaba de fazer um fecundo e reconhecido Governo à frente do Estado de Pernambuco. Isso explica o fato de estar liderando as pesquisas para o Senado Federal, com aproximadamente 70% de aprovação.

Jarbas Vasconcelos solicitou do candidato a Presidente Geraldo Alckmin atenção prioritária para o Nordeste, uma vez, em que pesem avanços ocorridos nos últimos anos, ainda é uma região muito carente da ação governamental e de maior articulação política entre as suas lideranças.

Quando me refiro à região, falo daquele Nordeste profundo, onde estão mais vincadas as grandes desigualdades econômicas e sociais, constituída nuclearmente de nove Estados.

Nessa área há grandes expressões políticas, grandes administradores, mas não podemos, todavia, deixar de reconhecer ser necessário maior entendimento no que diz respeito a uma programação conjunta que venha a alavancar a região nordestina e fazê-la parceira das demais regiões do País. .

Sr. Presidente, vou dizer algo conhecido de todos aqui; não custa repetir, até para que se gere uma consciência mais intensa da importância de dar ao Nordeste um tratamento diferenciado.

Lerei apenas alguns indicadores econômico-sociais para mostrar como o Nordeste se encontra defasado em termos de desenvolvimento no País.

O PIB **per capita** brasileiro está em R\$10.342; o do Nordeste é R\$5.123, isto é, praticamente metade do PIB nacional.

Com relação a emprego – vemos, ser uma questão aguda no País. Pois bem, pessoas que ganham mais de dois salários mínimos no Brasil correspondem a 56,4%; no Nordeste, apenas 36,1% ganham mais de dois salários mínimos.

Concentração de pobreza é outro critério muito bom para ser medido. No Brasil, a população abriga 33,6% de pessoas pobres, sendo que no Nordeste o nível de pobreza chega a 57,8%, quase o dobro também.

Se pegarmos um indicador na área da educação, enquanto no Brasil mais de 8,1% da população tem nível superior, no Nordeste há apenas 4,7%.

A mesma coisa se poderia dizer com relação à mortalidade infantil, um indicador muito observado pelo PNUD e por outros órgãos da ONU, que insistem na melhoria do referido índice. Felizmente, ele melhorou, mas enquanto a mortalidade infantil no Brasil está em torno de 25,7% por mil crianças nascidas, no Nordeste chega a 38,1%.

O IDR – Índice de Desenvolvimento Regional do Nordeste significa apenas 31% do índice de desenvolvimento do País.

Em síntese, o que tudo isso quer dizer? Para que o Nordeste cresça a taxas mais altas, é necessário que o Estado, sobretudo a União, recupere sua capacidade de investir, pois a região padece de falta de recursos privados e depende muito de investimentos públicos, não somente dos Estados, dos Municípios, sempre entes ederativos mais débeis, mas sobretudo da União.

O que estamos vendo é justamente um quadro que indica a necessidade de se investir mais na Região Nordeste, para melhorar esses índices que tanto comprometem um projeto homogêneo, orgânico de desenvolvimento do País.

S. Ex^a, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin, fez uma excelente exposição muito bem recebida por todos e pela mídia. Na ocasião, ele anunciou um programa de 14 pontos, que, em breves palavras, vou comentar agora.

O primeiro item foi concebido ao tempo em que Juscelino era Presidente da República: a criação da Sudene, sob a inspiração de Celso Furtado, um nome sempre reverenciado em nosso País – e, por que não dizer, no Nordeste.

Essa proposta do Presidente Alckmin é justamente a de recriar a Sudene, aquilo que chamou de Nova Sudene. Vou ler agora o que ele diz textualmente:

“Recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com a função precípua de planejamento e integração da representatividade política social e intelectual no âmbito da sua área de atuação. Caberá à instituição, basicamente, traçar grandes estratégias regionais e coordenar as políticas públicas no Nordeste [agora, um fato importante], sendo diretamente ligada ao Presidência da República”.

A Sudene terá, na administração Alckmin, o mesmo tratamento que recebeu ao tempo em que Juscelino era Presidente da República. Na ocasião, Celso Furtado tinha **status** de ministro e despachava diretamente com o Presidente da República. À época, eu era estudante universitário, líder estudantil. Muitas vezes estive com Celso Furtado, que me falava dos pleitos que estava levando ao conhecimento da Presidência da República e de como estavam ajudando a melhorar a circunstância regional.

Outra regra que consta também do programa do candidato a Presidente Geraldo Alckmin é algo que representa uma grande inovação. Ele pretende estabelecer a “garantia de que o Nordeste receberá, a partir de 2008, um adicional orçamentário vinculado à dimensão do desequilíbrio regional medido pelo IDR. Isso, portanto, vai criar condições para que o Nordeste tenha um tratamento diferenciado, o que permitirá, conseqüentemente, a realização de parcerias com a iniciativa privada, com os Estados e com instituições da sociedade, para que a região cresça a taxas mais altas.

O Item 3 da proposta diz respeito à Reestruturação e Implantação de fundos de financiamento, mantendo o FNE (o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), operado pelo BNB e com foco no setor privado. Ele também pretende efetivar o Fundo de De-

envolvimento do Nordeste (FNDE), que deverá ficar sob responsabilidade da Sudene e apoiar investimentos em infra-estrutura regional. Além disso, ele pretende criar um Fundo de Risco do Nordeste que permita ao BNB participar em projetos de capital de risco, direcionados às empresas inovadoras, isto é, estimular um clima de inovação e, para tal, o Banco Nordeste concorre, como faz o BNDES, com o seu indispensável estímulo. Pretende também criar um fundo garantidor de Parcerias Público-Privadas, as chamadas PPPs, para induzir investimentos privados no Nordeste.

Acredito que isso vai ajudar a reforçar a presença da iniciativa privada no Nordeste.

S.Ex^a ainda propôs uma idéia nova na reunião sobre o Nordeste: uma política de equalização de custos de investimentos privados, ou seja, “o desenvolvimento de mecanismos para compensar os maiores custos dos investimentos privados, decorrentes principalmente das deficiências de infra-estrutura, recursos humanos e da distância dos mercados consumidores nacionais”. Muitas vezes, há áreas em que somos competitivos, mas, como não temos uma infra-estrutura física e econômica adequada, não temos condições de concorrer com o Sul e com o Sudeste. Isso, conseqüentemente, faz com que muitos empreendimentos implantados na região, inclusive com estímulos da Sudene, não prosperem.

É lógico que S.Ex^a volta sua atenção também para o desenvolvimento de uma rede de cidades-pólo, para que possa melhor gerenciar os projetos de crescimento de suas respectivas áreas.

Desejo também lembrar que não esqueceu a questão ambiental, ou seja, mencionou especificamente programas de combate à desertificação e programas de estudo e divulgação do bom uso de recursos naturais para preservação do solo, da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Nesse caso, abro um parêntese para situar a questão da caatinga. Geralmente, confunde-se o semi-árido com a caatinga, mas é bom lembrar que, embora sejam biomas semelhantes, guardam sua especificidade. Eu recordaria, por oportuno, que a caatinga é o único bioma no mundo. Daí por que preservar a caatinga é preservar algo que mostra a extrema biodiversidade brasileira, sem igual no mundo. E o que estamos vendo é que a caatinga está sendo esquecida.

Ao tempo em que eu era Vice-Presidente da República, foi feito, em parceria com o Governo de Pernambuco, levantamento muito competente da caatinga. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deu apoio financeiro, por intermédio do Ministério do Meio

Ambiente. Agora, é necessário que se implementem medidas para a preservação da caatinga, inclusive do seu ecossistema.

Sr. Presidente, o programa do Presidente Alckmin cogita ainda da infra-estrutura e da logística para o desenvolvimento; busca implantar as Zonas Portuárias Industriais: desenvolvimento de zonas portuárias industriais, com regime institucional próprio, voltadas para a agregação de valor e para o mercado externo; e adota um programa de apoio à inovação e ao empreendedorismo, ou seja, maiores investimentos e articulação com as universidades e institutos de pesquisa no campo da ciência e da tecnologia, porque sem isso nada se consegue fazer.

S. Ex^a não esquece a questão do turismo e da preservação da nossa diversidade cultural como vetores do desenvolvimento.

Fala do agronegócio e da agricultura familiar, algo importantíssimo, sobretudo para o semi-árido, que se caracteriza principalmente pela agricultura de subsistência e, às vezes, por uma pecuária de pequeno ou de médio porte de caprinos, ovinos ou mesmo de avicultura. Além disso, estabelece políticas sociais diferenciadas:

“As políticas sociais de caráter nacional deverão refletir [disse o Presidente Alckmin], em suas prioridades, as atuais diferenças regionais nas condições de vida e no acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança”.

Por fim, pretende-se também, como o Presidente Alckmin tem insistido, a gestão por resultados, para que haja um acompanhamento das ações governamentais e para que se estabeleçam boas parcerias entre União, Estados e Municípios; e entre estes e a iniciativa privada.

Sr. Presidente, com isso, acredito que o Presidente Alckmin deu uma demonstração de sua preocupação para com o desenvolvimento da região Nordeste.

O programa é muito realista. Não há propostas que não sejam factíveis, não há idéias que não sejam realizáveis, pelo contrário, de alguma forma guardam compatibilidade com o querer do Nordeste e, acima de tudo, com a vontade que a região tem de superar as suas marcas no campo social, que se refletem, sobretudo, na pobreza e nas disparidades de seus índices em relação ao centro-sul do País.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de encaminhar à Mesa, cumpridas as exigências regimen-

tais, um voto de pesar pelo falecimento do professor João Alexandre Barbosa, ocorrido no dia 03 de agosto último, em São Paulo.

Peço a inserção em Ata de voto de profundo pesar e, também, a apresentação de condolências à viúva, a também escritora Ana Mae Barbosa, a seus filhos, Frederico Barbosa e Ana Amália Barbosa, à Universidade de São Paulo e à Editora da Universidade de São Paulo.

João Alexandre Barbosa, pernambucano de nascimento, foi um dos grandes críticos literários do País nesses últimos 40 anos. Aliás, a **Folha de S.Paulo**, que fez uma densa matéria sobre a sua morte, salientou, numa matéria assinada por Manuel da Costa Pinto, que ele poderia ser definido como um intelectual poliédrico, posto que foi crítico literário, ensaísta e muito contribuiu para o desenvolvimento da crítica literária no País.

Augusto de Campos, poeta, ensaísta e tradutor, disse que o seu desaparecimento foi uma dura perda para a literatura brasileira e acrescentou: “João Alexandre era um dos mais lúcidos estudiosos da poesia de João Cabral de Melo Neto e um dos nossos melhores críticos. Independente, sensível e aberto aos novos caminhos da literatura”.

Não foi outra a reação de Luiz Costa Lima. Este, também pernambucano, lembrou que começou a estudar literatura em companhia de João Alexandre Barbosa. No grupo que se formou no Recife, estavam outras pessoas além de João Alexandre Barbosa: Jorge Wanderley, José Laurêmio de Melo, Orlando da Costa Ferreira e Sebastião Uchoa Leite.

João Alexandre Barbosa, além de crítico literário, foi professor da USP e também diretor da Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e fez um trabalho reconhecido, pois que “transformou uma instituição que apenas participava de projetos de outras empresas numa editora de fato, com identidade visual própria e um catálogo de rara coerência intelectual – e que constituiu modelo para o hoje importantíssimo segmento de editoras universitárias”, conforme afirma a citada matéria da **Folha de S.Paulo**.

O falecimento de João Alexandre Barbosa deixou tristes todos que o admirávamos ou éramos seus amigos, não somente em Pernambuco, mas no País e, de modo especial, em São Paulo, onde ele militou os últimos anos de sua vida. É certo que, quando deixou Pernambuco, veio para a UnB e, posteriormente, migrou para São Paulo.

Ao apresentar este voto de pesar, lembro que João XXIII, certa feita, disse, com muita propriedade:

“Aqueles que morreram estão apenas invisíveis aos nossos olhos, mas não estão de modo algum ausentes de nossa vida”. Como admirador de João Alexandre Barbosa, posso aplicar essa frase à sua figura, por se tratar de uma pessoa que, realmente, de forma proba e competente, deu a sua contribuição ao saber literário brasileiro e, de modo especial, ao desenvolvimento da literatura em nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Marcos Guerra deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex^a, na forma regimental.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que recebi um *e-mail* de Cris Azevedo, datado de terça-feira, 8 de agosto de 2006, dizendo:

O PT não deu a mínima às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral nem às novas regras estabelecidas pelo Congresso: dos R\$3,6 milhões até agora arrecadados para a campanha de reeleição do Presidente Lula, quase tudo (R\$3.507.800,00) foram “depósitos em espécie”, que estão proibidos. Apenas R\$62,3 mil foram em cheques.

Ou seja, com a palavra, a Justiça Eleitoral, porque se trabalhou todo um projeto para se tentar começar a moralizar o processo eleitoral; aí, vem o Partido do Presidente da República e trabalha com dinheiro e não com cheque, o que me parece a consagração da possibilidade de novos caixas dois daí para a frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Para os Anais.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: Cris Azevedo [crisrochazevedo@hotmail.com]
Enviado em: terça-feira, 8 de agosto de 2006 07:15
Para: Sen. Arthur Virgilio Neto
Assunto: só faltava essa

E..?

Dinheiro vivo (e proibido)

O PT não deu a mínima às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral nem às novas regras estabelecidas pelo Congresso: dos R\$ 3,6 milhões até agora arrecadados para a campanha de reeleição do presidente Lula, quase tudo (R\$ 3.507.800,00) foram “depósitos em espécie”, que estão proibidos. Apenas R\$ 62,3 mil foram em cheques.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero dizer que me surpreendi, hoje, com notícias na imprensa que diziam que eu estava pressionando o Senador Amir Lando. Essa é a mais falsa e grosseira das mentiras. Tenho certeza de que Amir Lando, um homem de bem como julgo que seja, vai negar isso, porque a única vez em que tive contato com S. Ex^a, depois que foi nomeado Relator, foi para dizer-lhe que eu não queria favor nenhum; o que eu queria era investigação.

Aliás, Sr. Presidente, esta é uma frase que venho repetindo sempre: eu não quero absolutamente nada, a não ser investigação. Investiguem e a verdade aparecerá.

No entanto, as coisas são tão incríveis que, ainda outro dia, diziam que tinha sido depositado, na conta de um genro meu, algum dinheiro. Eu tenho apenas

filhos – três homens – e nenhuma filha, mas estava dito assim. Entendo que, na imprensa, há muita gente boa – conheço bons profissionais –, mas também há muitos que não merecem o título de jornalista.

Sr. Presidente, colocações feitas, quero dizer que, não obstante os muitos encantos da Paraíba, que de certo deixaram impressões indeléveis em tantos dos seus visitantes, o setor do turismo em nosso Estado se depara com uma série de problemas e de ineficiências, sobretudo se considerarmos toda a dimensão de seu potencial.

Nisso, aliás, Sr. Presidente, a Paraíba não se diferencia do restante do Nordeste brasileiro, nem do Brasil em seu conjunto. Sabemos todos da fantástica vocação turística do País – mas não ignoramos, tampouco, que essa vocação tem-se realizado apenas parcialmente, e de um modo, na verdade, bastante tímido.

O maior, o mais óbvio apelo oferecido pelo Brasil para o turista estrangeiro, e também para uma grande parte dos turistas nacionais, está em sua orla marítima.

Nesse quesito, sem dúvida, a Paraíba se sobressai por suas praias esplêndidas, sobre as quais brilha o sol o ano todo. De Mataraca, no extremo norte do litoral paraibano, a Pitimbu, no sul, temos uma sucessão de praias deslumbrantes. Sejam elas mais urbanas ou

mais desertas, apresentam quase sempre uma excelente balneabilidade e, na diversidade de seus ecossistemas, uma exuberante riqueza biológica.

Por mais que seja de fundamental importância para nosso Estado o chamado “turismo de praia e sol”, a diversificação dos interesses e das opções turísticas é um caminho seguro para aumentar o afluxo de visitantes: para levá-los a outras localidades de potencial turístico; para retê-los por mais tempo; para tornar mais atraente o retorno às terras paraibanas.

Em todas as cinco regiões que formam o Estado da Paraíba – o Litoral, o Agreste, o Brejo, o Cariri e o Sertão –, temos atrações consideráveis para os turistas de dentro e de fora do País.

Não é o nosso propósito, decerto, fazer um levantamento de todo o conjunto das atrações turísticas da Paraíba neste pronunciamento. Quero citar apenas algumas das mais consagradas, como as impressionantes pegadas do Vale dos Dinossauros ou as misteriosas inscrições arqueológicas das Pedras do Ingá; a pujança cultural de Campina Grande, onde ocorre, no festivo mês de junho, “o maior São João do mundo”; ou o magnífico “parque barroco” de João Pessoa, nossa encantadora capital, que é, conforme o levantamento da ONU, a segunda cidade mais arborizada do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito se tem falado sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento, gerando emprego e renda, beneficiando as comunidades locais, estimulando outras atividades econômicas.

Sabemos também que o turismo não pode ser tratado apenas com base na improvisação. É necessário planejamento e a conjugação coordenada de esforços das diferentes esferas e órgãos de governo, da iniciativa privada, do terceiro setor.

No segmento turismo – como, aliás, em qualquer outra atividade econômica –, a capacitação e o treinamento são essenciais para que seja bem explorada toda a sua potencialidade.

Uma das entidades que mais tem se dedicado à qualificação dos profissionais de turismo em nosso País é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Seus programas de capacitação, como previsível, concentram-se nas empresas de menor porte.

As micro e pequenas empresas correspondem a nada menos que 90% das empresas envolvidas com o segmento do turismo, consistindo, entre outras, em pousadas, hotéis, restaurantes, lanchonetes e lojas.

A concepção do Sebrae, muito acertadamente, é a de investir “na busca da cultura da excelência”, preparando profissionais aptos a desenvolver as

múltiplas tarefas relacionadas aos empreendimentos turísticos, desde o gerente-administrador até o operador, na ponta.

Não há dúvida, Sr^{as} e Srs Senadores, de que uma mão-de-obra capacitada é fator decisivo para garantir a qualidade dos serviços de turismo.

A capacidade de responder com eficiência e criatividade aos problemas e desafios, otimizando a oferta de serviços e seu resultado econômico, representa o nível gerencial das atividades vinculadas ao turismo.

Na ponta, no contato direto com os turistas, tão essencial para conquistar a sua plena adesão à localidade visitada, temos uma grande diversidade de ofícios. Um dos mais importantes, e sem dúvida o mais emblemático, é o de guia turístico.

O bom preparo dos guias turísticos é fundamental para explorar todo o leque de possíveis atrativos oferecidos por cada localidade.

Evidentemente, alguns desses aspectos serão mais valorizados pelos visitantes, enquanto outras possibilidades serão desprezadas.

Seja como for, o guia bem preparado deve ampliar as perspectivas de exploração dos roteiros turísticos, aliando o conhecimento ao lazer, o fator surpresa às atrações consagradas.

O litoral paraibano, por exemplo, traduzido em jargão turístico como o Pólo Costa das Piscinas, apresenta potencial não apenas para as modalidades mais comuns do turismo de sol e mar. É possível desenvolver atividades relacionadas ao lazer contemplativo, ao turismo de estudos científicos, ao turismo esportivo, ao turismo de aventura e ao ecoturismo.

Nele encontramos Tambaba, uma praia dedicada ao naturismo, assim como outras praias costeiras e fluviais com magníficas reservas naturais; ou, ainda, uma aldeia da tribo potiguara, onde convivem em harmonia a cultura indígena e a dos pescadores, também há muito lá instalados.

Os guias turísticos são necessários, Sr^{as} e Srs Senadores, não apenas para despertar o interesse em explorar esses fascinantes atrativos, mas também para garantir a segurança dos turistas e a preservação de nossos preciosos bens naturais e culturais.

Foi aprovada há pouco tempo uma lei municipal que exige que as excursões turísticas em João Pessoa sejam acompanhadas por um guia. Tal medida não apenas gera emprego, como aumenta a qualidade da exploração de diferentes aspectos turísticos de nossa capital, traduzindo-se em vivências culturalmente mais ricas.

Então, Sr. Presidente, para que possamos viabilizar cursos de qualidade para formação e aperfeiçoamento de guias turísticos e de outras atividades pro-

fissionais voltadas para o turismo, é importante unir os esforços dos vários agentes interessados. Municípios com potencial turístico, a iniciativa privada, entidades como o Sebrae, o Senac e outras entidades sem fins lucrativos podem e devem ser parceiros em um esforço sistemático para melhor qualificar a mão-de-obra do setor de turismo no Estado da Paraíba.

Ora, Sr. Presidente, as pessoas não viajam de um lugar para outro se não for para verem novidades, verem algo diferente. Por isso, é muito importante colocarmos nossa inteligência em funcionamento a fim de encontrarmos soluções e atrações. Estive visitando a Tailândia e, lá, vi coisas muito interessantes, como, por exemplo, um borboletário incrível e um orquidário maravilhoso, além de – e ainda outro dia repetia isto aqui – uma corrida de cobras. Havia uma arena circular e retiravam das cestas as cobras, que corriam, e nós apostávamos qual iria ganhar. Havia também encantadores de serpentes. No Havaí, um estado americano, vi como descascar cocos – coisa simples, que todos os dias se faz aqui, mas os turistas ficamos boquiabertos com a velocidade com que descascavam um coco com uma estaca pontiaguda enfiada no chão. Também a rapidez com que subiam nos coqueiros. Qual é a praia no Nordeste que não tem isso? Então, são coisas criadas para o americano que não vê isso no seu dia-a-dia. Quem conhece vários países sabe que cada um deles encontrou soluções diferenciadas.

Sr. Presidente, o Brasil, um País tão grande, ser visitado por apenas 5 milhões de turistas, enquanto que a Espanha recebe 60 milhões de turistas, e a França, 50 milhões de turistas! Creio que é chegada a hora de investirmos mais no turismo, colocando a nossa criatividade em ação. A Paraíba pode ter uma grande explosão na área do turismo se agirmos assim.

Temos, inclusive, dado esse conselho em fóruns para prefeitos, também em reuniões, para vermos se conseguimos criar, porque temos muito o que ver, como disse, desde a área dos dinossauros até as praias maravilhosas.

O que não podemos nem devemos fazer, Sr. Presidente, é deixar que a natureza se encarregue sozinha dos rumos do turismo na bela e ensolarada Paraíba.

As entidades públicas e privadas devem fazer sua parte, levando qualidade à infra-estrutura e a mão-de-obra relacionadas ao turismo, explorando, conscientemente, seu potencial de promoção econômica e social, preservando o meio ambiente e os nossos valores culturais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 902, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Professor João Alexandre Barbosa, ocorrido em 3 de agosto corrente, na cidade de São Paulo:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à viúva, Sr^a Ana Mãe Barbosa e aos filhos Frederico Barbosa e Ana Amália Barbosa;

c) apresentação de condolências à Universidade de São Paulo e a Editora da Universidade de São Paulo.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2006. – **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 903, DE 2006

Senhor Presidente,

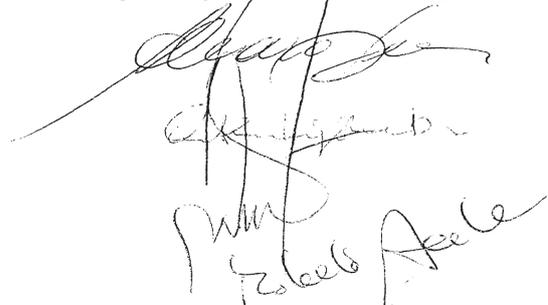
Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao Senador Heráclito Fortes, pela homenagem que lhe presta, hoje, a Assembléia Legislativa do seu Estado, agraciando-o com a Medalha “Petrônio Portella”, por ter se destacado por serviços prestados ao povo piauiense e em defesa da democracia.

Requeremos, ainda, seja dado conhecimento ao Senador agraciado e à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2006



Senador MARCO MACIEL



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, entre os outros, insira meu modesto nome, homenageando o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Também será inserido o modesto nome deste que preside a sessão nesta hora, homenageando o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que também acrescente meu nome, porque nada mais justo que a homenagem que o Senador Heráclito Fortes recebe hoje da Assembléia do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa encaminhará o requerimento a V. Ex^a para colher sua assinatura, Senador Roberto Saturnino.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me a essa homenagem ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa encaminhará o requerimento a V. Ex^a para colher sua assinatura, Senador Marcos Guerra.

Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada discutiu-se aqui – creio que pelo viés não exato – aquela tal proposta de Constituinte exclusiva para a realização de uma reforma política, de iniciativa do Presidente Lula.

Entendi como uma manobra autoritária; a idéia deveria partir do Congresso Nacional. Outros entenderam como diversionismo para tapar o buraco dos problemas que o Governo enfrenta. Mas quero lembrar que essa coisa de certa forma golpista vem de longe. O atual Ministro Tarso Genro, figura de trato ameno, inteligente, culta, no dia 25 de janeiro de 1999, propôs a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso na **Folha de S. Paulo**, instando que, mediante emenda constitucional, fossem convocadas novas eleições. O artigo se transformou no *tieser* da campanha “Fora FHC”, protagonizada pelo PT, que tentou até por essa atitude paralisar o País àquela altura.

Na oportunidade, o jornalista Elio Gaspari comentou em sua coluna para a **Folha** – aspas para Elio Gaspari:

A proposta de Tarso Genro é golpista, poderia ser chamada também de oportunista e primitiva, mas isso seria uma ofensa aos primitivos e aos oportunistas. Como todas as propostas golpistas, a de Tarso Genro é marota, apenas para efeito de demonstração. Cabe perguntar: com que voto seria aprovada essa emenda?

Aí fecho aspas para Elio Gaspari e volto às minhas próprias formulações. Tarso Genro está por trás de uma nova tentativa de golpe. A proposta de convocação de uma Constituinte para confiscar o voto que o povo brasileiro vai dar aos Congressistas nas próximas eleições, para que estes, após supostamente reelegerem o Lula, disso eu duvido muito, percam o mandato conquistado nas urnas.

Elio Gaspari, em sua coluna para a **Folha**, no domingo último, dia 6, novamente comenta e novamente abre aspas para ele:

A proposta de convocação de uma eleição para formar uma Assembléia Constituinte depois de outubro é golpista, dissimulada, velha e suicida. É golpista porque pretende obter de um Congresso desmoralizado uma emenda constitucional que eleja e instale uma Constituinte alavancada pelo resultado presidencial de outubro. A idéia foi endossada por Nosso Guia [Elio Gaspari se refere ao Presidente Lula sempre como Nosso Guia, uma espécie de Enver Hoxja brasileiro; aliás, desculpem, o guia genial dos povos era Stálin; Enver Hoxja era o guia, não sei se genial, da Albânia] e pelo comissário Tarso (“Fora FHC”) Genro.

A nova proposta é dissimulada porque irá além do pretexto da reforma política. Vai gerar uma situação parecida com a da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales e a Argentina das últimas reformas de Néstor Kirchner.

A história não mente.

Fecho aspas, antes, em Tarso Genro e agora volto às minhas formulações. A história não mente. Em 16 de maio de 1999, em artigo à **Folha**, Tarso Genro sustentava os motivos pelos quais pretendia interromper o mandato de FHC. Hoje acrescento que o Presidente está pessoalmente responsabilizado por amparar um grupo fora-da-lei que controla as finanças do Estado e subordina o trabalho e o capital do País ao enriquecimento ilegítimo de uns poucos. Alguns bancos lucraram, em janeiro, evidentemente por terem informações privilegiadas, segundo Tarso Genro, US\$1,3 bilhão, valor que não lucraram em todo o passado. Fecho aspas para Tarso Genro.

Se esses eram argumentos suficientes, àquela época, em vez de querer transformar Lula no mais novo ditador da América Latina, Tarso Genro deveria pedir a renúncia do Presidente, se o parâmetro é lucro de bancos. Nunca na história deste País houve um enriquecimento tão significativo do setor financeiro e nunca houve o enriquecimento de uns poucos, tão ilegítimo quanto o enriquecimento da corrupção institucionalizada, do mensalão, da sanguessugagem, da vampiragem, de tudo que tem envergonhado este Congresso a partir de iniciativas e de patrocínios que vieram, sim, do outro lado da rua, vieram do Palácio do Planalto, a ponto de termos tido dois Ministros da Saúde, do Governo do Presidente Lula, fortemente envolvidos, nas denúncias de corrupção.

Eu, que tive outro dia a oportunidade de defender, desta tribuna, a honra do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, não deixei de fazer uma ironia ao final, porque alguns espiroquetas do PT foram à Comissão Parlamentar de Inquérito para plantar o nome do Serra. Queriam o Serra de qualquer jeito, e queriam o Serra de qualquer maneira, e perguntaram quinhentas vezes para o tal Vedoin não sei das quantas: E o Serra? E o Serra não estava? Ele disse: Não. Quem estava era um Senador muito influente de São Paulo, que liberou recursos. Perguntaram: É o Tuma? Não. É o Suplicy? Não. Aí sobrou o meu amigo Mercadante, sobre cuja honorabilidade gostaria de dar o meu depoimento pessoal. Ou seja, parece-me mais uma

leviandade do tal Vedoin do que propriamente uma acusação consistente a alguém. Eu disse aos espiroquetas do PT, àquela altura, digo, os espiroquetas foram lá, naquele passinho curto que lhes é próprio, plantar Serra e colheram Mercadante. Prova de que a leviandade tem pernas curtas e que é bom essa gente começar a aprender a falar a verdade porque a mentira não ajuda ninguém, nem os mentirosos. O mentiroso ganha o primeiro **round**, mas a luta é da vida é de 15 **rounds**, e os mentirosos perdem ao final das contas, porque, senão, seria bom a Humanidade se construir à base de mentira e não da busca de verdades.

Nunca tantos candidatos suspeitos e indiciados foram legitimados quanto agora pelo PT. Nunca, mas nunca mesmo.

Então, é assim: ou o Ministro Tarso Genro, figura de tão fino trato, pede a renúncia de Lula pelas razões pelas quais ele havia pedido a renúncia de Fernando Henrique Cardoso antes, ou vou ter de acreditar em Elio Gaspari e concluir que o Ministro Tarso Genro, sempre tão elegante, tão educado, tão de fino trato, tão afável, tão disposto ao diálogo toda vez que o Governo precisa ou a atitudes como essa toda vez que acha que o Governo não precisa, que ele não passaria, segundo Elio Gaspari, vou ter de concordar com isso, de um golpista maroto e dissimulado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino e, logo após, os Senadores Heráclito Fortes e Marcos Guerra.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ).
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Petrobras resolveu investir US\$2 bilhões na Venezuela. Aliás, não sei ainda se essa já é uma decisão final, porque, junto com a notícia, veio outra de que esse investimento não está ainda inscrito no plano de investimentos dos próximos cinco anos da Petrobras. Enfim, pelo menos a Petrobras cogitou fortemente ou tomou uma pré-decisão, algo parecido com uma decisão; se não foi uma decisão, foi o bastante para causar sensação. Apareceu nas manchetes de todos os jornais.

Entretanto, a Petrobras vai investir mais do que isso, US\$2,7 bilhões, nos Estados Unidos e mais ainda na Argentina. Mas isso não causa nenhuma sensação. A sensação é a Petrobras investir na Venezuela.

A Venezuela é um país rico em petróleo, em gás. Sendo um país vizinho do Brasil, por conseguinte, haveria até certa lógica, certa explicação nesse investimento. Mas ainda não é isso que causa sensação. Isso tiraria a sensação, porque seria uma decisão normal de uma empresa. O que causa sensação é o fato de a Venezuela ser um país presidido por Hugo Chávez, que é o novo demônio do capitalismo internacional, porque é um presidente que tem uma retórica nacionalista muito forte. Enfim, é um presidente que procura desenvolver programas sociais para tentar tirar a Venezuela desse quadro de injustiça que caracteriza tanto a América do Sul.

A Venezuela é um país riquíssimo em petróleo – há muitos anos, exporta-o – e concentra a riqueza dessa atividade econômica numa elite endinheirada que nunca pensou na economia e na vida do povo. O Presidente Chávez, ao contrário, está pretendendo levar boa parte desses frutos da exploração de petróleo para a economia popular. Ele estabelece ligações com outros países da América do Sul e usa uma retórica fortemente nacionalista e antiamericana. É o bastante para ser o novo demônio. Já está passando, enfim, a fase de atividade vital mais intensa de Fidel Castro. Então, nada como escolher um novo alvo, que é o Presidente Hugo Chávez.

Sr. Presidente, preferiria que a Petrobras dedicasse toda a sua capacidade de investimento ao Brasil, mas é uma preferência de modo geral. Não ignoro que a Petrobras, como grande empresa internacional que é hoje, tenha uma estratégia que pode incluir investimentos fora do País, como tem feito. A Petrobras é uma empresa multinacional. Sendo a Venezuela uma das potências petrolíferas do mundo, com uma disponibilidade de gás muito grande, e tendo a Petrobras sofrido um revés nos seus investimentos na Bolívia, nada mais compreensível que esta procure diversificar com o investimento na Venezuela e com a cogitação de estudo do projeto do grande gasoduto sul-americano, que, aliás, foi objeto de apreciação por todos os países do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e da última reunião de Córdoba, que foi um êxito muito grande do Mercosul, pois resultou em uma declaração assinada por todos os Presidentes, e que se realizou concomitantemente a uma reunião também das representações da sociedade civil dos respectivos países. Trata-se de uma declaração enfática de que o Mercosul é o objetivo daqueles que lá estiveram e de outros que estão ainda como observadores, mas que se mostram interessados na associação plena.

Agora, é claro que o fato de ser um investimento na Venezuela e de seu Presidente ser Hugo Chávez gera todo esse sensacionalismo e essa preferência da nossa imprensa no noticiário para induzir, talvez, uma reação por parte da população: “Olha, a Petrobras, em vez de investir no Brasil, está investindo lá”. Mas, como eu disse, ela está investindo mais nos Estados Unidos e na Argentina. Como falei, gostaria que a Petrobras investisse mais no Brasil, mas compreendo sua estratégia.

Aliás, a própria capacidade de investimento da Petrobras poderia hoje ser maior, se não tivessem sido, em passado recente, vendidas 60% das suas ações na Bolsa de Nova Iorque. Com que finalidade não sei muito bem, não consegui entender, mas o fato é que lá ficam 60% dos dividendos que a Petrobras distribui a seus acionistas, que são muito grandes e que poderiam, se não houvesse essa distribuição na Bolsa de Nova Iorque, concentrar-se no Brasil e aumentar os investimentos da empresa, que são muito volumosos.

O fato, Sr. Presidente, é que esse tema da América do Sul está polarizado tanto no Brasil como em toda a América Latina, até no México, onde, na última eleição, o candidato do governo ganhou, mas por pouco mais de 50%. Quer dizer, a sociedade mexicana está dividida ao meio, mas não em torno de qualquer questão de corrupção. O tema da campanha não foi a corrupção, mas os benefícios para a classe trabalhadora, para as camadas mais modestas da população, que deveriam ter sido beneficiadas pelo ingresso do México no Nafta, mas que, na verdade, não o foram. Ao contrário, a situação de vida está deteriorada, por isso levanta-se a população contra esse esquema.

Atualmente seria muito mais difícil para o México romper os acordos com o Nafta, dada a profundidade da integração que se deu, mas, de fato, há indícios evidentes de um desgosto muito grande por parte de pelo menos metade da população mexicana.

O mesmo ocorre na Bolívia. O Equador terá eleições agora. O Peru teve eleições, e o candidato mais conservador ficou em terceiro lugar. Ganhou um candidato que era da antiga agremiação social democrata, partido de Haya de La Torre, que esteve praticamente expulso do país sob acusação de corrupção, mas voltou, o que significa que talvez o povo não tenha concordado muito, depois que os fatos apareceram, com aquelas acusações. O fato é que o concorrente dele foi o mais nacionalista, não foi o concorrente mais conservador e mais ligado ao consenso de Washington e às teses neoliberais.

Então, há esse movimento na América do Sul, sim, há esse movimento na América Latina toda. É importante observar isso e não se procurar qualificar de uma forma depreciativa...

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – ... de uma forma que caracteriza como atraso, porque, ao contrário, é o que está despontando como caminho novo para a América Latina depois das experiências feitas com o neoliberalismo que resultaram num aprofundamento enorme das diferenças de classe, das diferenças sociais e econômicas dos respectivos povos. Então, é preciso ver com mais respeito essas experiências novas e essas eleições que estão levando à presidência líderes com essas características.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pois não, ouço com atenção seu aparte.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Senador, também vejo com muita preocupação o fato de a Petrobras investir na Venezuela. No domingo, o Fantástico, numa reportagem, mostrou que, com menos de R\$2,00, pode-se completar um tanque com gasolina na Venezuela. A Petrobras, no ano passado, teve um lucro de US\$27 bilhões. Eu até a coloco, Senador Arthur Virgílio, entre as poucas empresas ricas do País, entre as poucas privilegiadas, por que é uma empresa que tem um produto cujo preço é imposto. Temos o petróleo mais caro da América Latina, proveniente de uma empresa que é auto-suficiente. Eu acredito que o investimento que o Governo faz na Venezuela é para trazer petróleo e baixar o preço do produto no Brasil, senão não há motivos para a Petrobras investir naquele país. Esse é o aparte que queria fazer ao discurso de V. EX^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Marcos Guerra, concordo com V. Ex^a. Imagino que esse seja o propósito; confesso que não conheço a natureza do investimento. Como disse, preferia até que a capacidade de investimento da Petrobras fosse toda aplicada no Brasil, por exemplo, na construção de navios, como está ocorrendo, ou de plataformas, que antes eram importadas e agora estão sendo feitas no País. Mas compreendo que é estratégia de uma empresa que é hoje multinacional, fato que a obriga a investimentos em outros países. De forma que imaginamos que sejam investimentos capazes de trazer para a empresa e, por conseguinte, para o Brasil uma

situação melhor, mais poderosa ainda, sob o ponto de vista econômico, uma vez que a Petrobras é, efetivamente, uma empresa muito poderosa.

Mas eu queria era chamar a atenção para o teor do noticiário, a forma com que se apresenta, como se fosse para induzir a opinião pública a se colocar contra esses investimentos, porque é na Venezuela e porque se dá isso e aquilo na Venezuela.

Agora, o que é preciso observar é o que está se dando em toda a América do Sul e por que se está dando isso, por que esses presidentes, com essas conotações políticas, com essas proposições políticas, estão vencendo as eleições?

Isso é algo que nos está chamando a todos nós a uma observação e a uma reflexão, para procurar as causas, enfim, procurar atender, minimamente, a reclamações da população que estão levando a essas escolhas; o que é saudável, democraticamente é saudável a renovação de poder, a substituição de grupos e de partidos no poder, porque isso abre novos caminhos, abre novas idéias e abre novas possibilidades de realização, que é a característica final do sistema democrático que todos nós prezamos e queremos manter e cultivar em nosso País.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, falarão os Senadores Arthur Virgílio e Marcos Guerra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero que minhas primeiras palavras sejam de congratulações com o Senador Marco Maciel pela precisão com que aqui relatou a passagem do nosso candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin, pelo Recife no final da semana passada. Há muitos anos não se vê nenhum candidato a Presidente da República neste País ter preocupações com a região nordestina como Geraldo Alckmin demonstrou no encontro em Recife, na presença de governadores e de candidatos a governador de toda aquela região e de cerca de 50 prefeitos do Estado de Pernambuco. Suas propostas, diferentemente do que costumam fazer candidatos em véspera de eleições, não são propostas mirabolantes; pelo contrário, são todas elas firmadas em cima de lógica e de uma realidade que faz com que o nordestino volte a ter fé em melhores dias.

O candidato a Presidente da República, por exemplo, quando fala da revitalização do rio São Francisco, o faz com a segurança de que é exatamente através desse projeto inicial que se podem dar novos passos com relação a esse Rio da Integração Nacional. E o paradoxo disso tudo, Senador Arthur Virgílio, é que o atual Governo, que prometeu durante quatro anos a transposição do rio São Francisco, não teve a capacidade sequer de dar continuidade a um projeto de irrigação, iniciado por governos passados, na região do São Francisco, o chamado Projeto Portal. Imaginem os senhores que quem propõe transpor o velho Chico, com obras que consumiriam bilhões de dólares, não tem condições sequer de dar continuidade a um projeto que é fundamental para a região nordestina.

Senador Marco Maciel, o que é de causar espécie é que, de trinta anos para cá, o atual Governo foi o primeiro que não investiu um tostão no projeto de irrigação do semi-árido nordestino. Sabemos todos nós a importância daquele projeto não só para a Bahia, para Pernambuco, para o Piauí, como também para toda a região nordestina.

Acreditar que, com promessas e inaugurações de placas, este Governo tivesse a capacidade de tocar uma obra com aquela complexidade é exatamente um erro. Isso porque o nordestino já está cansado de ver que, governo após governo, promessas dessa natureza são feitas com o único intuito de ganhar votos ou simpatia do povo sofrido daquela região.

Ouçó o Senador Marco Maciel, com o maior prazer.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Heráclito Fortes, quero inicialmente registrar a iniciativa de V. Ex^a em trazer luzes sobre o pronunciamento do presidente Geraldo Alckmin, na sexta-feira passada, no Recife. Ele, de fato, apresentou, como disse V. Ex^a, um plano factível, realizável. Nada de promessa mirabolante. V. Ex^a, de outra parte, recorda que o atual governo não está tendo a mesma preocupação para com o Nordeste. V. Ex^a frisa ponto que é essencial para todos nós: o problema de obras de irrigação, porque o Nordeste - isso é sabido – tem mais de 70% do seu território no semi-árido. Convive, portanto, ciclicamente com a seca. Eu diria que a seca é a regra e os períodos em que chove com regularidade são a exceção, são pequenos períodos que ocorrem entre uma seca e outra. Então, investir em irrigação é essencial para melhorar a condição de vida do sertanejo, a produção de alimentos e exportação dos mesmos. O governo atual, lamentavelmente, no dia 1º

de janeiro de 2003, determinou o contingenciamento de todos os recursos para a irrigação, e esse contingenciamento permaneceu nos anos subseqüentes. As obras de irrigação, não só em Pernambuco, mas em outros Estados do Nordeste, estão rigorosamente paralisadas. Não fora isso, poderíamos ter avançado muito mais. Outras obras foram também paralisadas no Nordeste, e não são poucas. Veja as obras de caráter urbano, por exemplo, na região metropolitana do Recife. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, no final do seu governo, deixou o Metrorec, o metrô do Recife, com sua ampliação quase pronta. Atualmente, o metrô tem uma capacidade de transportar 150, 160 mil passageiros/dia. Com a ampliação que estávamos fazendo, vamos transportar 400 mil passageiros/dia. Então, um salto bem significativo. O fato é que as verbas não saíram tempestivamente. Este ano, as verbas saíram porque apresentei uma emenda. A única emenda a que um Senador tem direito, aquela emenda individual. Eu a consagrei ao metrô do Recife. E, pasmem, não fora a minha emenda, o metrô não teria nenhum real para o exercício deste ano. O orçamento encaminhado pelo Poder Executivo não contemplava sequer abertura de uma rubrica. Então, a minha emenda não somente buscou alocar 60 milhões, o mínimo indispensável no início do ano, como também permitiu abrir uma rubrica no orçamento. Espero que esses recursos sejam liberados. O Presidente, depois da minha emenda, baixou uma medida provisória. De toda maneira, nós nordestinos agradecemos. Isso prova o desinteresse com obras fundamentais para a região nordestina. obras fundamentais para a região. Citei dois exemplos. Um foi em relação ao semi-árido, onde existe grande pobreza; e outro, na região metropolitana do Recife, onde ocorrem problemas graves, também com elevados níveis de pobreza. E metrô é um transporte de primeiro mundo para todo o mundo. No Recife, com essa ampliação, é possível que mais de um expressivo número de linhas de ônibus desapareça, posto que esse transporte será feito por meio do metrô, o que significa melhorar o tráfego na região metropolitana. Eu poderia citar muitos outros exemplos a fim de comprovar que o atual Governo não fixou seus olhos no Nordeste, e, lamentavelmente, muitas das obras iniciadas no Governo Fernando Henrique Cardoso não foram concluídas ou – o que é mais grave – estão paralisadas. Era o que tinha a dizer, e cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a, pela iniciativa de registrar o programa do Presidente Geraldo Alckmin para o Nordeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Marco Maciel, o Dr. Ulysses Guimarães já dizia que a elegância era uma grife em V. Ex^a. E V. Ex^a foi elegante ao abordar o tratamento que o atual Governo vem dispensando ao Nordeste. Na realidade, nós não temos obra nenhuma deste Governo sendo realizada no Nordeste. As que foram iniciadas no Governo passado, todas, sem exceção, estão paralisadas, como os metrô de Recife, de Salvador e de Fortaleza. Aí vêm as promessas: a Transnordestina, a transposição, o gasoduto, e por aí vai. Estradas transformadas em tapaburacos – com a tecnologia nova, que lá no Nordeste é chamada de Alka-Seltzer, porque se desmancha nas primeiras chuvas – e por aí fora.

Gostaríamos de aqui reconhecer que o atual Governo fez alguma coisa de positivo e de concreto, mas, infelizmente, não temos uma obra para festejar; ou pelo menos dizer que, nessa matéria, o Governo Federal merece o respeito e o apoio dos nordestinos. É lamentável, Senador Marcos Guerra, a quem em seguida concederei o aparte, mas é a pura verdade.

Nós imaginamos que, no Pará, está se fazendo alguma coisa, e quando vamos àquele Estado, dizem: “Não, é no Paraná”. Então, vamos ao Paraná... É um governo de obra andarilha: aonde vamos, está em outro lugar. É como a linha do horizonte: nós a vemos, mas nunca a alcançamos. Quanto mais tentamos nos aproximar, mais distante fica.

Com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, gostaria de me congratular com V. Ex^a. O maior erro de um governo é investir apenas em assistencialismo. É o que o Governo Lula tem feito com o Nordeste. As obras que têm começo e fim são aquelas do Bolsa-Família, criadas lá atrás, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas chamo a atenção, Senador, para o fato de que o Nordeste precisa de investimentos e de geração de empregos. E, de geração de emprego, Geraldo Alckmin conhece bem, porque praticamente reestruturou o interior do Estado de São Paulo, quando várias empresas estavam migrando daquele Estado para outras regiões do País. Ele defendeu o Estado de São Paulo com unhas e dentes. Agora, nós enfrentamos um problema muito mais grave: as empresas estão saindo do Brasil e indo para a China, principalmente aquelas que empregam mão-de-obra de forma intensiva, que têm um alto valor agregado de mão-de-obra a seus produtos. Por que não levar para o Nordeste – tenho

certeza de que o candidato Geraldo Alckmin tem isto em seus projetos – essas empresas e esses setores que enfrentam problemas de mão-de-obra intensiva? No Nordeste, há mão-de-obra boa e barata e pessoas com boa vontade para trabalhar. Não estou sugerindo que se acabe com o Bolsa-Família. Não. Tem que continuar. Mas temos que dar àquela população, principalmente do interior do Nordeste, condições de trabalho, e torná-la menos dependente do Governo Federal. Era essa a minha colocação. V. Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Arthur Virgílio, gostaria de fazer um registro e de me congratular com a Rede Globo, pela linha adotada, ontem, no Jornal Nacional, de entrevistas com os candidatos a Presidente da República, uma linha investigativa e, não, propositiva. Espero que essa linha seja mantida, a fim de que todos tenham a oportunidade de esclarecer ao País as dificuldades que viveram e que vivem em suas administrações. Essa linha adotada pela TV Globo, com certeza, por sua característica de isenção, será seguida nas próximas entrevistas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu adoraria ser a Fátima Bernardes. Eu faria uma pergunta: “Presidente Lula, quem viu aquele filme “Entreatos” sabe que o senhor, longe de ser a figura tola que alguns supõem, é um líder de verdade” – o “Entreatos” mostra o Presidente comandando, de cabo a rabo, a sua campanha, e com energia, com força, com inteligência, com criatividade –“, logo, o senhor tem coragem de dizer que não sabia de nada, Presidente Lula?” Se eu fosse a Fátima Bernardes, eu começaria por aí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a corre o risco de o William Bonner puxar suas orelhas, se fizer essa pergunta. Pois, ontem, ele comandou a entrevista de maneira soberana. A não ser que V. Ex^a quisesse ser a Fátima Bernardes para ter o William Bonner ao seu lado. Não discuto isso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu seria uma Fátima Bernardes solteira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, fica aqui o registro e a certeza de que vamos ter a oportunidade de assistir à fase inicial da campanha

com essa linha adotada pelo Jornal Nacional – uma linha investigativa –, trazendo boas novidades para esclarecer o eleitor brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço ao Senador Marco Maciel pelo registro que fez da homenagem que vou receber em meu Estado, o Piauí, que é a outorga da Medalha Petrônio Portella. Quero dizer da minha alegria e da minha satisfação. É uma medalha que foi criada pelo Poder Legislativo, e serei, portanto, o primeiro Parlamentar a recebê-la, uma vez que, em seu mais alto grau, essa entrega será feita apenas a duas personalidades, ano a ano.

A alegria de receber essa homenagem é, em primeiro lugar, por tudo o que a Assembléia Legislativa do Piauí tem prestado ao Estado ao longo da sua existência. Em segundo lugar, por se tratar de uma medalha que tem o nome de Petrônio Portella, que teve uma participação muito importante na história política do Estado do Piauí e também na história política nacional. Sem ser seu aliado, sem ser seu correligionário, quero dizer que tive a oportunidade de, com o seu exemplo, aprender muito, e o Piauí tem como orgulho ter sido o Estado natal do Senador Portella.

Esse Senador Portella, como disse ontem, meu caro Roberto Saturnino, teve a capacidade e a engenhosidade de projetar o então sindicalista Lula, colocando-o em contato com Golbery do Couto e Silva, para formar o primeiro núcleo de trabalhadores no Brasil. Foi exatamente por meio da interação de Lula com o governo revolucionário que se começou a dar os primeiros passos rumo à democracia neste País. Daí por que não vejo como justo o acesso de ira ou de ódio que alguns tiveram aqui, na semana passada, excomungando até a quinta geração todo e qualquer cidadão brasileiro que tenha participado, de uma maneira ou de outra, exercendo atividade política no período revolucionário.

Não podemos dizer que o Senhor Lula, naquela época, um jovem sindicalista, ao se compor com o Palácio do Planalto na pessoa do Sr. Golbery e do Sr. Petrônio, estivesse a serviço da ditadura, mas, sim, prestando um papel a serviço da democracia.

Ouçó V. Ex^a, com o maior prazer, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero secundar as palavras de V. Ex^a, porque realmente, naquele período, houve os que se aproveitaram da ditadura, que exerceram o poder, que se enriqueceram na ditadura, e houve os que lutaram pela democratização. Petrônio Portella foi um deles. Convivi com

ele aqui nesta Casa. Um homem da maior grandeza sob o ponto de vista democrático; um homem que tinha uma percepção do processo político muito aprofundada. Golbery do Couto e Silva foi outro, fez parte dos governos militares, vários deles, mas sempre foi um homem que trabalhou pela democracia, que lutou contra o aprofundamento da ditadura e as suas crueldades. Então, o que V. Ex^a está dizendo é absoluta verdade. E aproveito para dizer que admirei muito que V. Ex^a fosse agraciado com essa medalha que tem o nome de Petrônio Portella, que foi, efetivamente, uma grande figura deste País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu estava presente quando vi V. Ex^a e os Senadores Marcos Guerra, Arthur Virgílio e Alvaro Dias se associarem a Marco Maciel; fica aqui, então, o meu registro de gratidão a V. Ex^a, que, como os demais, tem me ensinado muito, no dia-a-dia, a aprender os meandros da convivência legislativa nesta Casa. É uma escola que só quem dela participa pode dizer o seu valor.

Agora mesmo, no seu aparte, tive conhecimento de que alguns enriqueceram no período revolucionário. Era muito novo, não participei, cheguei bem depois, mas gostaria que V. Ex^a tivesse oportunidade – não hoje, mas um dia – de mostrar esses nomes, para fazermos uma comparação com os que enriquecem agora, na democracia. Assim, vamos ter a certeza de que a corrupção não é fruto de regime, mas, sim, da índole e do caráter das pessoas. A democracia que fiscaliza a tudo e a todos, mas que dá também liberdade ao cidadão brasileiro, não encontrou ainda mecanismos para vigiar de maneira mais efetiva essa prática tão nociva à Administração Pública brasileira, que tantos prejuízos tem causado.

Portanto, agradeço o aparte de V. Ex^a, como também a solidariedade dos companheiros pelo recebimento dessa medalha, manifestada hoje. E, acima de tudo, a tolerância do grande Senador Alvaro Dias, que nos tem brindado, nesses dias, nesta Casa, como Presidente, sempre se comportando com extrema elegância, mas, acima de tudo, com infinita paciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Parabéns a V. Ex^a pela homenagem recebida. A homenagem prestada pelo Senador Marco Maciel e pelos seus Pares justifica-se plenamente, não só pela liderança que exerce no Piauí, mas pela importância da sua atuação no Congresso Nacional. Parabéns.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, inscrito, por permuta com o Senador Marcos Guerra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco abordei tema de corte nacional e, desta feita, trato de assuntos de interesse nacional, mas ligados a pontos essenciais da economia do meu Estado.

Volto, por exemplo, a um assunto da maior importância para o Amazonas, a fabricação de um componente de televisor chamado *set top box*, denominação técnica do conversor de sinais que, acoplado ao televisor analógico – esse televisor comum que quase todo brasileiro tem em casa –, permite-lhe captar a transmissão da TV digital.

Não há a menor dúvida de que se trata de um componente de televisor, sem o qual não funciona, não tem a menor utilidade, o menor sentido. Como componente de televisor, o *set top box* está abrangido pelos incentivos fiscais concedidos ao Pólo Industrial de Manaus para fabricação de aparelhos de televisão. Não havia, quanto a isso, a menor dúvida, o menor questionamento. Manaus já vinha produzindo, sem problema, esse conversor de sinais. No ano passado, fabricou 2 milhões e 600 mil *set top boxes* para captação de sinais de TV digital via satélite e 180 mil para sinais via cabo.

A partir do momento em que o Governo optou pelo padrão japonês de TV digital e fixou o prazo de 18 meses para o início das operações, abriu-se a expectativa de enorme mercado para o conversor de sinais.

Existem, no País, cerca de 115 milhões de televisores analógicos. Os brasileiros, é claro, não irão correndo às lojas para substituir esse aparelho pelos novos televisores digitais, até porque a produção destes também estará apenas começando. Irão, sim, atrás dos conversores de sinais que lhes permitirão, por uns R\$200 ou R\$300, assistir às transmissões digitais sem se desfazer dos atuais televisores. Estima-se que os dois sistemas de transmissão conviverão por uns dez anos.

A demanda prevista para o **set top box** andar, sim, pela casa das dezenas de milhões. Isso fez com que alguns setores começassem a se movimentar para, na prática, anular o incentivo fiscal e legítimo que Manaus tem para produzir tudo que diga respeito ao televisor. O **set top box** – repito – é dispositivo inerente ao televisor. Acoplado ao televisor analógico,

permite a captação de sinais digitais e será parte integrante dos futuros televisores digitais que o Brasil passará a produzir.

Não há o que discutir. Com o **set top box** a ele acoplado ou dele fazendo parte, analógico ou digital, televisor é televisor!

No início, como eu denunciara aqui, eram manobras um tanto sutis de bastidores, visando a mudar o nome do **set top box** para, sob outra denominação técnica, ser acolhido sob as asas da Lei de Informática e contar com incentivos para ser produzido em qualquer parte do País.

Comentava-se que a manobra contaria com a simpatia de setores do próprio Ministério das Comunicações e, há poucos dias, a Líder do PT nesta Casa, de certa forma, confirmou esses rumores, ao me dizer, lealmente, que o assunto não é pacífico na área do Governo. Em outras palavras, há mesmo gente do Governo envolvida nessa trama contra Manaus, contra o Amazonas, contra o trabalhador amazonense.

Agora, setores interessados começam a pôr as manguinhas de fora, passam a defender publicamente esse golpe. Essa é a razão pela qual estou, de novo, nesta tribuna.

O respeitável jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de domingo, dia 6, publica matéria de página inteira sobre a TV digital e o Pólo Industrial da cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. Nela lemos: “No caso dos conversores, o temor é que, sem incentivos fiscais, toda a produção fique concentrada na Zona Franca de Manaus”.

O Presidente da Phihong, uma das empresas de Santa Rita do Sapucaí, Sr. Luciano Lamoglia, diz o jornal, “reivindica a inclusão do conversor na Lei de Informática, o que permitiria a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e viabilizaria sua fabricação fora do parque industrial do Amazonas”.

Essa empresa, a Phihong, por sinal, segundo a reportagem, “já prepara a instalação de uma linha de montagem do *set top box*”.

“O produto – acrescenta – foi desenvolvido pela STB (...) empresa fundada há três anos na cidade, já com foco no mercado da TV de futuro”. Ou seja, tramam retirar a prerrogativa de fabricar televisores do meu Estado, o que é inadmissível, o que significará uma guerra termonuclear promovida por mim neste plenário, se isso de fato vier à baila, se tornar realidade.

Mas voltemos ao Presidente da Phihong, Sr. Lamoglia. Diz ele: “Solicitamos que pelo menos no *set top box* a indústria em todo o País consiga participar”.

E acrescenta com fingida inocência: “Incluir o produto na Lei de Informática não elimina a produção em Manaus”.

Corrijo-o de maneira firme: elimina, sim, Sr. Lagomiglia! Extingue! Está claro que, estendido o benefício fiscal para outras partes do País, a indústria de Manaus, pela distância que está dos grandes centros consumidores, perde a capacidade de competição.

O Sr. Adonias Costa da Silveira, coordenador do Instituto Nacional de Telecomunicações, entidade privada de ensino, também de Santa Rita do Sapucaí, faz coro com o empresário. Diz que a inclusão do **set top box** na Lei de Informática é “algo altamente desejável, é a saída para as empresas aqui do Sudeste”. E acrescenta argumento supostamente técnico: “O produto possui um grande conteúdo de **software**”, o que, no entender dele, justificaria a inclusão na Lei.

Volto à luta, então, em defesa dos interesses legítimos do Amazonas. Digo mais: interesse do Brasil, porque a Amazônia interessa ao Brasil e só quem não é lúcido pode não perceber isso.

A nova Lei de Informática excluiu expressamente de seus benefícios os produtos do segmento de áudio, vídeo e lazer e entretenimento, “ainda que incorporem tecnologia digital”.

O Congresso Nacional, portanto, assegurou ao Pólo Industrial de Manaus a fabricação de televisores e dos dispositivos a eles relacionados, digitais ou não. Não admitiremos, portanto, outra mudança na Lei! De minha parte, se necessário for, obstruirei a pauta de votações até o limite de minhas possibilidades e denunciarei à imprensa internacional o perigo que a Amazônia correrá com essa usurpação do direito de meu Estado continuar produzindo e gerando riquezas sem agredir o meio ambiente.

Sr. Presidente, abordarei outro tópico relevante ligado à economia do meu Estado. A biotecnologia pode fazer muito pela Amazônia, a grande Amazônia brasileira, detentora de fantástica variedade de árvores na nossa grande floresta.

Essa notável biodiversidade continua surpreendendo os cientistas e os pesquisadores. Há pouco, foi divulgado o resultado de trabalho levado a cabo por pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concluíram eles que um composto extraído da copaíba tem poder de cura duas vezes maior do que o dos remédios.

Até então, tinha ciência da aplicação rudimentar do óleo de copaíba pelas populações do Amazonas. O poder cicatrizante e anti-inflamatório dessa espécie vegetal, por exemplo, é largamente usado em minha região.

Agora, são os cientistas a proclamar a excelência dessa árvore. Os estudos confirmam cientificamente o que já se sabia na Amazônia e no Centro-Oeste, regiões em que a copaíba é muito comum.

Graças ao trabalho de doutorado da Farmacêutica Mônica Freiman de Souza Ramos, professora da UFRJ, o mundo científico ficou sabendo que a copaíba possui duas vezes mais atividade contra inflamações do que o dicoflenaco de sódio.

A pesquisadora desenvolveu sua tese na USP de Ribeirão Preto, sob a orientação do Professor Oswaldo de Freitas. O objetivo inicial era descobrir se havia fundamento científico no uso popular da copaíba como cicatrizante e anti-séptico. Há! É pelo efeito do beta-cariofileno existente nessa espécie vegetal.

Com a descoberta, vai ser possível encapsular a substância existente na copaíba, para venda em farmácias.

Sempre tive interesse pela riqueza presente na biodiversidade da floresta amazônica. E a cada trabalho científico, como esse da professora Mônica Ramos, mais me convenço do grande potencial da minha região. O que falta é criar condições para que ali mesmo, em conjunto com outras instituições, a partir dos governos e incluindo as universidades, possamos desenvolver pesquisas em caráter permanente.

Cumprimento a professora Mônica pelo seu trabalho.

E, mais ainda, Sr. Presidente, apresento Voto de Aplauso à professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da Universidade de São Paulo, núcleo de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico (tese de doutorado) em torno das propriedades medicinais da copaíba, espécie vegetal da Amazônia.

Requeiro, ademais, que esse voto seja levado ao conhecimento da pesquisadora e de seu orientador, professor Oswaldo de Freitas.

Ainda, Sr. Presidente, no campo social, duas abordagens. Em recente pronunciamento neste plenário, antecipei a necessidade de criação, no Amazonas, de uma Secretaria Especial para levar assistência aos portadores de autismo e outras síndromes. Tal medida, sem dúvida, levaria a quem precisa uma vida mais justa ou menos injusta.

Poucos dias após o discurso, recebi comovente texto de autoria de Washington Luiz Silva, de Araguari, Minas. Ele é pai de uma criança autista e lamenta que ainda hoje persistam idéias como a de enviar crianças com essa deficiência a manicômios ou instituições equivalentes.

Washington comoveu-me com uma frase: “O autista só precisa de mãos estendidas”. A todos eles, os do Amazonas e os de outros pontos, estendo minha mão. E com ela, o coração!

A seguir, transcrevo a íntegra do texto que me foi remetido por Washington, escrito por Sheila Abud Vieira:

Autistando

Quando me recuso a ter um autista em minha classe, em minha escola, alegando não estar preparado para isso, estou sendo resistente à mudanças de rotina.

Quando digo ao meu aluno que responda à minha pergunta como quero e no tempo em que determino, estou sendo agressivo.

Quando espero que outra pessoa de minha equipe de trabalho faça uma tarefa que pode ser feita por mim, estou usando o outro como ferramenta.

Quando, numa conversa, me desligo, “viajo”, olhando em foco desviante, estou tendo uma audição seletiva.

Quando preciso desenvolver qualquer atividade da qual não sei exatamente o que esperam ou como fazer, posso me mostrar inquieto, ansioso e até hiperativo.

Quando fico sacudindo o meu pé, enrolando o meu cabelo com o dedo, mordendo a caneta ou coisa parecida, estou tendo movimentos estereotipados.

Quando me recuso a participar de eventos, a dividir minhas experiências, a compartilhar conhecimentos, estou tendo atitudes isoladas e distantes.

Quando, nos momentos de raiva e frustração, soco o travesseiro, jogo objetos na parede ou quebro os meus bibelôs, estou sendo agressivo e destrutivo.

Quando atravesso a rua fora da faixa de pedestres, me excedo em comidas e bebidas, corro atrás de ladrões, estou demonstrando não ter medo de perigos reais.

Quando evito abraçar desconhecidos, apertar a mão de desconhecidos, acariciar pessoas queridas, estou evitando o contato físico.

Quando me deparo com situações que constrangem meu semelhante e não me incomodo, estou tendo comportamento indiferente.

Quando dirijo com os vidros fechados e canto alto, exibo meus tiques nervosos, rio ao ver alguém cair, estou tendo risos e movimentos não apropriados.

Somos todos autistas.

Uns mais, outros menos.

O que difere é que em uns (os não rotulados) sobram malícia, jogo de cintura, hipocrisia, e, em outros (os rotulados) sobram autenticidade, ingenuidade e vontade de permanecer assim.

Finalmente, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a um pouco mais de tempo, para falar em defesa dos portadores de deficiência do meu Estado e endereço apelo desses brasileiros que enfrentam problemas de locomoção.

A lei faculta aos deficientes a aquisição de carro adaptado com isenção de impostos. Para isso, é necessário laudo médico do Detran, no caso do Amazonas, que o remete à Secretaria de Fazenda do Estado e à Delegacia da Receita Federal do Amazonas. Os dois órgãos, em quinze dias, devem liberar a autorização para a compra do veículo sem impostos.

Em geral, a adaptação do carro é feita em São Paulo, que só entra em linha de montagem após a liberação pela Secretaria de Fazenda daquele Estado. Tem sido rotina dessa secretaria, infelizmente – sou aliado do governo Lembo –, tem sido rotina negar a isenção.

Repito, pois: esse é um apelo ao Secretário de Fazenda do Governo de São Paulo, para que olhem para os menos favorecidos, os portadores de deficiência, com dose infinitamente maior de solidariedade.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 e inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

TV digital dá vida nova ao pólo industrial de Santa Rita do Sapucaí

Cidade mineira de 35 mil habitantes tem 115 empresas do setor, que devem faturar US\$ 680 milhões este ano

Eduardo Kattah

ENVIADO ESPECIAL
SANTA RITA DO SAPUCAÍ

A corrida pelas fatias do bilionário mercado brasileiro de TV digital já é intensa na pequena Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas, sede do chamado Vale da Eletrônica, que reúne 115 empresas de base tecnológica. O negócio TV digital é realidade na cidade há cerca de dois anos, quando começaram os primeiros estudos para o desenvolvimento de produtos e componentes necessários para instalação do novo padrão de transmissão no País.

O município, com 35 mil habitantes, é talvez a localidade nacional onde a perspectiva de empregos e investimentos por trás do salto tecnológico é mais contundente.

O período de até dez anos estipulado para a convivência entre os sistemas analógico e digital tornou o sep top box - um receptor que converte o sinal digital para o televisor analógico convencional - o "grande filão" do primeiro momento da TV digital no Brasil. Outra grande oportunidade para as indústrias está na fabricação de transmissores digitais e links de microondas. Produtos que estão em fase de testes no Vale da Eletrônica.

"O pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí já está preparado para suportar a fabricação dos componentes para o Sistema Brasileiro de TV Digital", assegura Adonias Costa da Silveira, coordenador do projeto de TV digital do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), com sede no município.

Pesquisadores e líderes em-



**Cidade trocou
produção
de café por
tecnologia**

SANTA RITA DO SAPUCAÍ

A origem do Vale da Eletrônica está no ensino, combinado a uma cultura empreendedora. Casada com o diplomata Antônio Moreira de Abreu, Luiza Rennó Moreira, conhecida como Sinhá Moreira, viveu no Japão no período anterior à 2ª Guerra Mundial e voltou ao Brasil, no fim dos anos 50, com a disposição de iniciar um processo avançado de educação, baseado na crença de que o mundo giraria em torno da eletrônica. De tradicional família do sul de Minas e sobrinha do ex-presidente Delfim Moreira, ela fundou a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE), a primeira do gênero na América Latina.

Pouco depois, em 1965, foi criado o Inatel, que ofereceu o primeiro curso superior em te-

TV digital do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), com sede no município.

Pesquisadores e líderes empresariais salientam, contudo, que a participação da indústria nacional nesse gigantesco mercado ainda vai depender de como o modelo hipo-brasileiro será normatizado e da oferta de incentivos para os investimentos produtivos.

O governo optou pelo padrão japonês (ISDB), mas determinou a incorporação de inovações tecnológicas nacionais. O decreto presidencial assinado no fim do mês passado estipulou prazo de 18 meses para a operação. No caso dos conversores, o temor é que, sem incentivos fiscais, toda a produção fique concentrada na Zona Franca de Manaus.

A Phihong FIC, maior empresa de Santa Rita do Sapucaí, ganhou concorrência para a digitalização da planta TVA no Rio e já prepara a instalação de uma linha de montagem de sep top box. O produto foi desenvolvido pela STB – em parceria com o Inatel –, empresa fundada há três anos na cidade, já com foco no mercado da “TV do futuro”.

“Estamos praticamente empatando ou pagando para produzir. Mas o objetivo é ganhar a experiência industrial e logística para no ano que vem a gente estar pronto para o começo da demanda de transmissão digital em TV aberta”, disse o presidente da Phihong, Luciano Lamoglia.

LEI DE INFORMÁTICA

Ele reivindica a inclusão do conversor na Lei de Informática, o que permitiria a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e viabilizaria sua fabricação fora do parque industrial do Amazonas. “Solicitamos que, pelo menos no sep top box, a indústria em todo País consiga participar. Incluir o produto na Lei de Informática não elimina a produção em Manaus”, afirma Lamoglia.

Trata-se de “algo altamente desejável”, faz coro Silveira. “É a saída para as empresas aqui do Sudeste.” O coordenador do Inatel afirma que o sep top box possui “um grande conteúdo de software” o que justificaria sua inclusão na lei. “É como um computador embarcado.”

O carro-chefe da produção da Phihong atualmente são as baterias e os carregadores de celulares. Mas Lamoglia lembra que o mercado de telefonia móvel, que nos últimos anos apresentou grande expansão, já está atingindo a marca de 100

milhões de usuários e chegando à saturação. “Continua tendo um mercado de reposição, que é bastante interessante, mas você passa a não ter mais o mercado de novos usuários, que representava 20 milhões quase todo ano”, salienta.

A aposta na TV digital é tanta que ele vislumbra a possibili-

Setor emprega 7,2 mil pessoas e fábricas planejam triplicar o quadro

dade de triplicar o atual número de empregados – 2,5 mil – num prazo de quatro anos. “Hoje você tem cerca de 115 milhões de TVs analógicas no País. Em faturamento, isso representa um mercado três a quatro vezes maior do que o mercado de celular”, diz Lamoglia.

AMPLIAÇÃO

A empresa já reservou áreas no entorno de sua sede principal para ampliar a planta industrial. Com quatro unidades em Santa Rita, a Phihong faturou R\$ 210 milhões no ano passado. A realidade na região, porém, é de médias e pequenas empresas. As 115 indústrias de base tecnológica empregam cerca de 7,2 mil pessoas. A previsão de faturamento em 2006 é de R\$ 680 milhões, contra R\$ 465 milhões em 2004.

A produção do conversor e dos transmissores digitais deverá, de imediato, elevar em 20% o faturamento do pólo e gerar mais 2,5 mil postos de trabalho, acredita Roberto de Souza Pinto, presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (Sindvel).

Marcos Vinícius Borges, de 45 anos, já pode ser considerado um beneficiário da nova onda de desenvolvimento que se anuncia. Natural de São José dos Campos, no interior de São Paulo, e ex-bancário, ele trabalhava na prefeitura de Itajubá, também no sul de Minas, quando foi arregimentado para assumir a função de gerente de produção da STB. Já se considera inteirado com o mundo da alta tecnologia e cursa uma faculdade a distância. “Minha escola está sendo aqui. Santa Rita está dando muita oportunidade, até para quem já passou dos 40.” ●

Empresa fundada em 77 exporta para 40 países

SANTA RITA DO SAPUCAÍ

Os quatro sócios da Linear Equipamentos Eletrônicos, empresa pioneira do Vale da Eletrônica, já esfregam as mãos diante da oportunidade de negócios com a TV digital. Fundada em 1977 por cinco ex-alunos do Inatel – dando início à uma trajetória comum na constituição das indústrias de Santa Rita do Sapucaí –, a empresa é considerada a maior fabricante de transmissores de TV da América Latina, tendo produzido e instalado mais de 28 mil equipamentos em 40 países.

“Nós nos especializamos em transmissão de televisão desde o começo”, conta o diretor Comercial, Robinson Gaudino Caputo, de 54 anos. Ele conta que as pesquisas na área digital começaram há quatro anos.

Desde o início de 2005, a Linear exporta transmissores digitais com o padrão americano para Estados Unidos e México. Um escritório foi aberto em Chicago. Em abril deste ano, apresentou o primeiro produto no padrão japonês produzido no

Vale da Eletrônica. “Desenvolvemos um transmissor no padrão ISDB, que está pronto, mas não podemos colocar em fabricação porque a norma não foi definida”, disse a engenheira de Produtos da empresa, Vanessa Lima.

Quando começou a se falar da adoção da TV digital no Brasil existia em Santa Rita do Sapucaí a expectativa de que o governo ia optar por um padrão nacional. A primeira transmissão digital em TV aberta no País foi feita em janeiro de 2005, do laboratório da Linear até um aparelho de alta definição no Inatel. Na década estimada para a transição do sistema analógico para o digital, Gaudino estima um mercado de US\$ 500 milhões somente na área de transmissores.

A STB também já desenvolveu um transmissor, em parceria com a Universidade Mackenzie. “Estamos preparados para o padrão japonês, sem problema”, afirma o diretor Industrial, Flávio Ricardo Brito. ● E.K.

Pouco depois, em 1965, foi criado o Inatel, que ofereceu o primeiro curso superior em telecomunicações no Brasil. Em 1971, veio a Faculdade de Administração e Informática (FAI). Boa parte dos empresários que comandam as indústrias locais são ex-alunos das instituições.

Situada na região que é a maior produtora de café do Brasil, Santa Rita construiu a sua indústria a partir da base educacional. A maior parte do esforço para criar o pólo se deu a partir da década de 90. Havia 10 empresas de base tecnológica na cidade em 1980. No fim da década, eram 17 e, em 1999, 48 empresas. “Já temos 115 empresas”, diz o presidente do Sindvel, Roberto de Souza Pinto.

Emoldurada por morros tomados de pés de café, a cidade do sul de Minas conserva a arquitetura colonial, que convive com os novos empreendimentos comerciais. Os prédios são raros, mas há muitas construções em andamento.

Embora a cafeicultura continue sendo uma importante atividade, o município hoje é conhecido pelo sucesso do pólo de eletrônica. É comum encontrar nas linhas de produção trabalhadores que recentemente deixaram a lavoura.

A prefeitura está concluindo obras em uma área que receberá um condomínio que abrigará 20 indústrias de base tecnológica. Há ainda um projeto de construção de um parque tecnológico. A cidade possui também duas incubadoras, uma ligada à prefeitura e outra ao Inatel.

Segundo Pinto, a velocidade com que as empresas da região têm se adequeado à inovação tecnológica tem garantido espaço no mercado. Ele ressalta a “padronização da qualidade”. “Quase metade das empresas de Santa Rita tem ISO 9000.”

Engenheiro electricista com ênfase em telecomunicações, formado em 1975 no Inatel, tendo feito curso técnico no ETE, Robinson Gaudino Caputo, da Linear, se surpreende com o crescimento do Vale da Eletrônica. “Não imaginava que pudessemos exportar para tantos países. Lá fora acham que o Brasil não tem tecnologia.” ● E.K.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 904, DE 2006

Requer voto de pesar pela morte brutal do Desembargador Federal Dr. José Maria de Mello Porto, ocorrida no dia 3 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pela morte do Desembargador Federal Dr. José Maria de Mello Porto, brutalmente assassinado por bandidos, no dia 3 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja levado ao conhecimento dos familiares do Desembargador, especialmente aos seus primos, Ministro Marco Aurélio, do STF e Presidente do TSE, e Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República.

Justificação

O Dr. José Maria de Mello Porto, Desembargador Federal, foi mais uma vítima da violência que infelicita o País. Ele foi brutalmente assassinado por bandidos armados com metralhadoras e fuzis, no Rio de Janeiro. O Voto que ora proponho é justo, por significar também o repúdio desta Casa ao clima de intranqüilidade em que vive a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 905, DE 2006

Requer voto de aplauso à professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da USP de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico sobre as propriedades medicinais da Copaíba.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da Universidade de São Paulo, núcleo de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico (tese de Doutorado) em torno das propriedades medicinais da Copaíba, espécie vegetal da Amazônia.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento da pesquisadora e de seu orientador, professor Oswaldo de Freitas.

Justificação

Os trabalhos de pesquisa científica representam muito para o Amazonas, como ocorreu com a tese de Doutorado da professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da USP de Ribeirão Preto, que, com a colaboração de pesquisadores também da Universidade Federal do Rio de Janeiro, descobriu que a Copaíba, espécie vegetal muito comum na Amazônia e no Centro-Oeste, tem propriedades medicinais duas vezes maior do que as dos remédios. A professora e os pesquisadores das duas Universidades constaram que a Copaíba atua como eficiente anti-inflamatório e anti-séptico. Merecem, pois, o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 906, DE 2006

Requer voto de aplauso aos caratecas amazonenses vitoriosos no 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos, realizado no final de julho de 2006, em Recife.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos caratecas amazonenses vitoriosos no 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos: Juliano Pinto, Medalha de Ouro em Kumite (luta); Afonso Pinto, Ouro e Prata em Kumite (luta e senir), Davison Corrêa, Medalha de Prata em Kumite juvenil; e Raiany Marinho, Medalha de Bronze em Kumite juvenil.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento da Federação Amazonense de Caratê e, por seu intermédio, aos homenageados.

Justificação

O Amazonas brilhou no recente 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos, realizado em Recife, PE. Conquistaram duas Medalhas de Ouro, duas de Prata e uma de Bronze. Os atletas participaram das competições com o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, do Sesi e do Senai. Merecem, pois, o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra como Líder do PT. Se fosse possível, imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra, por cinco minutos, como Líder do PT.

Em seguida, falará o Senador Marcos Guerra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma pena que o Senador Heráclito tenha saído do plenário, porque eu gostaria de parabenizá-lo pela medalha que vai receber hoje, no Piauí, em decorrência da homenagem que lhe será prestada.

Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito que, talvez, ele tenha a oportunidade de iniciar uma convivência com alguém que, espero, a partir de janeiro do ano que vem, esteja aqui conosco. Hoje, a nossa querida Deputada Federal Luci Choinacki será homenageada também. S. Ex^a é uma Parlamentar de Santa Catarina e, atualmente, é nossa candidata ao Senado com grandes chances de vir para esta Casa no ano que vem.

Portanto, espero que, ao receber a homenagem, os dois comecem a conviver de forma mais fraternal do que a forma como, muitas vezes, o Senador Heráclito e eu convivemos neste plenário.

Senador Alvaro Dias, acabo de chegar de Santa Catarina, onde cumpri uma agenda em que acompanhei o Ministro Márcio Thomaz Bastos. S. Ex^a devia ter chegado ao nosso Estado no início da tarde de ontem, para participar de uma audiência pública na Assembléia Legislativa e debater o assunto Defensoria Pública.

Santa Catarina é o único Estado do Brasil que ainda não adotou aquilo que a Constituição brasileira determina, isto é, que a Justiça seja garantida e seja acessível a todos. Isso se dá no Texto Constitucional por meio do que determina a Defensoria Pública.

Em Santa Catarina, há um convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil que não alcança a Defensoria Pública. Estamos abrindo esse debate no Estado para estudar a possibilidade de alterar a Constituição e a legislação estadual, a fim de que todos os Estados da Federação estejam assegurados no que concerne ao acesso à Justiça aos seus cidadãos de forma gratuita, quando estes não tiverem condições financeiras de arcar com as despesas.

Mas, infelizmente, o Ministro Márcio Thomaz Bastos não pôde estar presente ontem, no início da

tarde, para participar da audiência, tendo em vista que foi chamado, urgentemente, ao Palácio, para participar de uma reunião, ainda na tarde de ontem, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de tratar de dois assuntos que todos nós estamos acompanhando com muita apreensão: a situação do Estado de São Paulo e a situação do Estado de Rondônia.

Ontem, sei que houve um bom debate a respeito, inclusive a Senadora Fátima Cleide trouxe dados detalhados a respeito da indiscutível operação da Polícia Federal. Praticamente todas as autoridades foram arroladas, presas ou houve fortes indícios de que foram envolvidas em todas aquelas situações muito graves, levantadas pelas apurações de crime ocorridas no Estado de Rondônia.

No início da noite, porém, o Ministro Márcio Thomaz Bastos conseguiu chegar a Santa Catarina, depois das providências emergenciais que tiveram de ser tomadas ainda no dia de ontem, e pudemos cumprir a agenda de hoje pela manhã. Era uma agenda que tem tudo a ver com um debate a que tive oportunidade de assistir hoje, pela manhã – não assisti ao debate ontem à noite –, que trata do repasse dos recursos para o sistema penitenciário de vários Estados brasileiros.

A medida provisória, assinada pelo Presidente Lula ainda no meio do mês de julho, estabelece um montante de R\$200 milhões do Fundo Penitenciário Nacional. A metade desses recursos, R\$100 milhões, está destinada, reservada, prevista, alocada para o Estado de São Paulo, dada a gravidade da situação de insegurança do povo paulista; e os outros R\$100 milhões, para os demais Estados.

No caso de Santa Catarina, hoje, pela manhã, tivemos oportunidade de assinar um convênio da ordem de R\$13.200.000,00 (treze milhões e duzentos mil reais), que vão ser utilizados para a construção da penitenciária regional de Itajaí. Portanto, são R\$13,2 milhões que, juntamente com R\$1,5 milhão do governo do Estado, serão suficientes para se construir mais esta penitenciária em Santa Catarina, que terá 556 vagas.

Foi muito interessante porque, pela manhã, preparando-me para acompanhar o Ministro nas atividades, assisti ao noticiário. O Secretário de Segurança de São Paulo falava na tevê de forma muito agressiva; eu diria que estava meio nervoso, muito bravo, porque “o recurso não vem, porque os R\$100 milhões não chegam”. Ele dava a entender que o Governo Federal comprometeu-se a enviar o dinheiro, mas não o mandou, não o disponibilizou.

E foi muito interessante porque, hoje, em Itajaí, na solenidade da assinatura do convênio, tive, inclusive, a oportunidade de registrar que os recursos, tanto os

R\$100 milhões de São Paulo quanto os R\$13,2 milhões de Santa Catarina, estão inseridos na mesma medida provisória. Então, como é que, em Santa Catarina, já está tudo o.k. – o convênio assinado, o dinheiro disponível e as obras da construção já podem começar de imediato –, enquanto que, no caso de São Paulo, com a situação gravíssima em que se encontra o Estado, não se concluíram os processos? Como é que não apresentaram os documentos? Como é que não apresentaram os projetos? Até porque não são projetos que foram feitos da noite para o dia. Por exemplo, o nosso, de Santa Catarina, já vinha sendo elaborado e teve a participação efetiva de três Prefeituras: a de Itajaí, a de Balneário Camboriú e a de Camboriú, que fizeram um consórcio entre si para comprar o terreno. Doaram o terreno para o Governo do Estado, e o Governo do Estado ...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... encaminhou o projeto. O projeto foi bem encaminhado, tanto é que, tão logo foi anunciada a medida provisória de que haveria uma parcela para os Estados – fomos conversar com membros do Ministério da Justiça –, o projeto da penitenciária de Santa Catarina já estava pronto.

Então, imagino que os projetos dos demais Estados também estavam prontos. Eu sei, por exemplo, que, no Paraná – parece-me que são R\$7 milhões –, o projeto já está encaminhado e, no Rio Grande do Sul, R\$10 milhões, também.

Portanto, não consigo entender! Com tanta gravidade, com uma situação caótica como essa, incontrolável, faz-se acusação, em vez de se apresentar o projeto, a documentação?

Tive a oportunidade, inclusive, no retorno, de acompanhar telefonemas do Ministro Márcio Thomaz Bastos com o responsável pelo setor penitenciário em São Paulo. Ele está preocupadíssimo, porque os projetos estão chegando – provavelmente dois chegarão ainda na tarde de hoje – e, talvez, seja possível assinar os dois convênios até sexta-feira.

Enquanto se passava a conversa pelo telefone, parecia que, do outro lado da linha, a pessoa estava preocupada, dada a agressividade do Secretário, com o fato de que, de repente, o Governo Federal pudesse recuar do compromisso, ou seja, de enviar recursos que já estavam disponibilizados para o Estado de São Paulo.

Eu gostaria aqui de registrar que a situação é muito grave. A população de qualquer Estado brasileiro não merece viver com insegurança, e não se pode criar cabo de guerra político-eleitoral em cima dessa situação.

Da mesma forma que Santa Catarina teve capacidade de fazer bem –refiro-me aos recursos para a penitenciária de Itajaí – a tarefa de casa, ou seja, em menos de 20 dias assinou o convênio, e o recurso já estava disponível para início das obras, é claro que qualquer outro Estado pode fazer o mesmo, principalmente o Estado de São Paulo. Este deveria ter feito a sua lição de casa direitinho para receber o recurso, até porque dinheiro de fundo constitucional não pode ser repassado, a não ser por meio daquilo que a legislação prevê, ou seja, por meio de convênio com documentação adequada.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, agradeço sua paciência com o tempo excedido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em matéria de política econômica, existe uma verdade elementar que se aplica a qualquer país: sem medidas consistentes de incentivo ao dinamismo dos investimentos públicos e privados, o crescimento sustentado é impossível.

Não há como crescer em bases sólidas se o governo é incapaz de planejar a longo prazo, se não há recursos para setores estratégicos, se faltam estímulos ao desenvolvimento regional e incentivos fiscais para a expansão da produção.

Nossa economia vive um momento de crise em setores capazes de empregar mão-de-obra de forma intensiva, como calçados, mobiliário, têxteis, vestuário, alimentos e áreas ligadas ao agronegócio. Eles não só deixaram de gerar empregos, como estão sendo obrigados a promover demissões.

Dados da Sondagem Industrial do segundo trimestre, divulgados no final da semana passada pela Confederação Nacional da Indústria, mostram que por seis trimestres seguidos o faturamento caiu e somente cinco dos 26 setores analisados aumentaram a produção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante desse quadro, qual a estratégia adotada pelo Governo? Ela acaba de ser anunciada pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que admitiu que as demissões foram superiores às admissões no exercício de 2005 e que cerca de 77 mil trabalhadores demitidos de indústrias de calçados, móveis e máquinas agrícolas em dezembro de 2005 receberão duas parcelas adicionais de seguro-desemprego, medida que vai custar mais de R\$72 milhões ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faltam poucos meses para as eleições presidenciais e esses três setores concentram-se nas Regiões Sul e Sudeste do País, justamente onde os índices de intenção de votos para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva são mais baixos que os do candidato da Oposição, Geraldo Alckmin.

Mas vamos desconsiderar o evidente caráter eleitoreiro da decisão. O fato é que esse Governo tem dado provas seguidas de incapacidade para atacar a raiz dos problemas com que se defronta a geração de novos postos de trabalho no Brasil, preferindo recorrer a medidas assistencialistas, como é o caso das parcelas adicionais do seguro-desemprego.

O bônus que os operários demitidos receberão é um mero paliativo, que em nada contribuirá para sua recolocação no mercado formal de trabalho – cujo desempenho, por sinal, foi decepcionante no primeiro semestre do ano.

Segundo dados do IBGE, nas seis regiões metropolitanas do País o contingente total de desempregados atingiu, em junho, 2,3 milhões de pessoas. A taxa de desemprego no mês, em comparação com junho do ano passado, subiu um ponto percentual. Isso representa um acréscimo de 289 mil pessoas entre os sem emprego.

Até quando, Sr. Presidente, o Governo Federal vai continuar afirmando que o número de empregos está em crescimento constante, quando a realidade é outra? Está na hora de as autoridades serem mais honestas com a população e dizerem a verdade. Não é fazendo concessões assistencialistas e aumentando a dependência do auxílio governamental que resolveremos esse problema.

Precisamos de políticas sólidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, com recursos para investimentos em infra-estrutura econômica e social, sem nunca esquecer da redução de impostos – em resumo, com planejamento direcionado para o estímulo à produtividade e à geração de empregos, algo que esse Governo, até agora, mostrou-se incapaz de fazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com certeza, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Recebi, da nossa assessoria, os dados do Caged, do Ministério do Trabalho, com relação aos saldos entre admitidos e demitidos ao longo dos últimos 10 anos. Pareceu-me bastante interessante que, entre o ano de 2003 e o mês de maio de 2006, o saldo entre admitidos e demitidos tenha sido positivo – 114.348 empregos no Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo. V. Ex^a tem conhecimento desses dados?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Tenho sim. O Estado do Espírito Santo, Senadora, realmente, apresenta o maior crescimento em nível nacional. O Governo estadual tem-se mostrado um grande empreendedor em prol do desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É interessante dizer que o saldo dos oito anos que antecederam o nosso Governo foi de 46.153. Portanto, veja V. Ex^a que, em três anos e meio, esse saldo cresceu quase três vezes.

Temos debatido o problema dos empregos e penso que os números têm mostrado que a situação é um pouco delicada. No entanto, no caso do Espírito Santo, eles chamam muito a atenção e, inclusive, são melhores que os do meu Estado, onde conseguimos apenas dobrá-los em três anos e meio, comparativamente com os oito anos dos dois mandatos do ex-Presidente Fernando Henrique. Considero importante esse registro e fiquei muito satisfeita por ter esses dados, porque eles podem ajudar bastante nas reflexões do Plenário.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Podem, sim.

Senadora, como eu lhe disse, no Espírito Santo, o Governo Paulo Hartung descentralizou os investimentos da grande Vitória, levando-os para o interior. Hoje, o Estado é, realmente, um canteiro de obras. Tenho muito orgulho de ser natural do Espírito Santo, cujo Governador, Paulo Hartung, tem feito um brilhante trabalho.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permita-me dizer que talvez a diferença possa estar nesse aspecto. Como houve um crescimento generalizado do número de empregos, com saldo positivo em praticamente todos os Estados, podemos pensar que isso ocorreu porque houve Governadores que tiveram a capacidade de aproveitar bem a onda, indo também na mesma linha, fazendo somatórios de esforços com o Governo nacional. Talvez isso justifique. Mas só posso lamentar porque, no meu Estado, talvez não tenha tido, da parte do Governo estadual, a mesma capacidade demonstrada pelo Governador Paulo Hartung em ir na mesma direção, aproveitando a linha e a regra, praticamente única, de crescimento de emprego em todo o País.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Complementando o que disse V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, citei, no meu discurso, três segmentos que empregam, de forma intensiva: o têxtil, o do vestuário e o moveleiro – todos eles voltados para o agronegócio. Tais segmentos, infelizmente, vêm enfrentando sérios problemas, em âmbito nacional, por empregarem mão-de-obra de forma intensiva. Hoje, temos segmentos, como o de calçados, que se compõem de grandes empresários

no País, que estão terceirizando sua mão-de-obra, como nos moldes da China. Realmente, tudo isso tem causado muito desemprego nesse setor, seguido pela indústria do vestuário.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Marcos Guerra, o Sr. Álvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, faço o registro de um protesto – é lamentável que ainda seja necessário protestar contra esse tipo de gesto de qualquer que seja o governo em qualquer lugar do mundo: dois jornalistas brasileiros foram expulsos de Cuba nos últimos dias – não conseguiram sequer entrar oficialmente naquele país –, Helena Celestino, do jornal **O Globo**, e Sérgio Rangel, da **Folha de S.Paulo**, conforme noticiou hoje a jornalista Miriam Leitão, de **O Globo**.

Aos dois jornalistas deportados foi dada uma única satisfação do Governo cubano: “Sua profissão está vetada aqui”. É difícil entender esse tipo de comportamento. A jornalista Helena Celestino, prevendo dificuldades, fez questão de se comunicar, antes de seu embarque, com o Embaixador do Brasil em Havana, Tilden Santiago. Ao chegar, diante da proibição de ingressar em território cubano, tentou, em vão, comunicar-se com o Embaixador Tilden Santiago, que se encontrava no banho. A Polícia cubana, sem paciência com o banho do Embaixador, deportou a jornalista. Agora, há a notícia de que um novo Embaixador já está indicado para Cuba, um diplomata competente: Bernardo Pericás Neto.

Faço o registro, manifesto solidariedade aos jornalistas e lamento, profundamente, que, ainda hoje, tenhamos de registrar um protesto relativo a esse tipo de comportamento autoritário, especialmente contra profissionais da imprensa.

Sr. Presidente, acabou logo a onda da Constituinte para a reforma política. Confesso que, num primeiro momento, fui apanhado em descuido e até achei a proposta interessante. Depois é que se viu – também tive a oportunidade de verificar – que se tratava de uma manobra diversionista do Presidente da República. De qualquer maneira, o Presidente assume, agora, de forma visível e enfática, a tese da

reforma política. Teve tempo para liderar o processo, para impulsionar o Congresso Nacional para a realização dessa reforma, e, ao contrário, o que se viu foi a contenção do processo na Câmara dos Deputados quando já se anunciava a possibilidade de deliberação, em plenário, para que o novo modelo político fosse oferecido ao País.

Agora, ao final do mandato, o Presidente chama para si a responsabilidade e propõe a reforma política. Espero que esse compromisso seja assumido não só por Sua Excelência, mas por todos os candidatos à Presidência da República, para que o próximo Congresso possa realmente priorizar a concretização da reforma política e a sua conclusão, uma vez que o Senado Federal iniciou os procedimentos, aprovou pontos importantes da reforma política. Resta à Câmara Federal a apreciação daquilo que foi aprovado pelo Senado Federal, para que possamos chegar próximo a um novo modelo político para o País.

Hoje, há uma exigência cada vez maior em razão desse estado de indignação latente do povo brasileiro, razão direta e conseqüente da crise de identidade do Estado, com essa marca indelével da corrupção.

Portanto, deve-se assumir compromisso com uma reforma política que o próximo Congresso seja capaz de realizar, ouvindo especialistas no assunto, juristas dedicados à questão política, partidária e eleitoral e representantes de entidades como a OAB, que fez manifestação de repúdio à tese da Constituinte, afirmando ser “um factóide político do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Outros juristas também rechaçaram a tese da Constituinte, como o ex-Presidente e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, que chegou a afirmar que se tratava de golpe ou que “cheirava a golpe”. Roberto Busato, Presidente da OAB, e outros juristas que também se manifestaram contrariamente à tese da Constituinte disseram estar desejosos de participar com idéias, debatendo a questão, propondo ao Congresso Nacional medidas que contribuam para a idealização de um novo modelo político para o País que ressuscite as esperanças do povo de que as instituições públicas brasileiras podem cumprir com exemplaridade seu papel.

Portanto, é necessário que, nessa campanha eleitoral, esse debate se estabeleça com nível e com competência e que, sobretudo, os compromissos sejam assumidos com absoluta sinceridade, para que não se frustre, mais uma vez, em mais uma oportunidade, a sociedade brasileira, negando a ela alterações de profundidade que os novos tempos estão a exigir, porque, sem dúvida, o modelo que praticamos há muito tempo

é retrógrado, superado, condenado reiteradamente não só nas urnas, mas a cada passo, sobretudo quando cresce a indignação do nosso povo.

Esse foi assunto desses dias e, certamente, será assunto para a campanha eleitoral. Assunto desses dias também e de tantos outros dias e já há tanto tempo – e quisera eu afirmar que não por muito tempo – é o referente ao medo que a violência tem provocado. Agora, esse medo chega ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. S. Ex^a admitiu que está “amedrontado” com a crise da segurança em São Paulo. Naturalmente, se está “amedrontado” com a crise da segurança em São Paulo, S. Ex^a deve estar assim também em relação à crise que assola outros Estados brasileiros.

Recentemente, em Curitiba, em plena capital paranaense, no centro da cidade, durante o dia, houve uma cena que caberia muito bem no cinema, de roubo explícito. Enfim, a violência está em toda parte e nos grandes centros urbanizados, em especial, mas está também nas cidades do interior, crescendo de forma avassaladora.

É óbvio que a sociedade brasileira é a principal vítima desse desorganizado aparelho do Estado. E, naturalmente, somos obrigados – todos nós – a ouvir declarações similares a essa do Ministro da Justiça, em que confessa estar amedrontado. Imaginem os senhores e as senhoras como devem estar amedrontados os paulistanos, os cariocas, os paranaenses, enfim, todos os brasileiros, diante da violência que cresce de forma assustadora com a ação de facções criminosas que atuam em todo o Brasil, não apenas em São Paulo!

Essas ações, típicas de guerrilha, intimidam o Estado, intimidam o Ministro da Justiça. É evidente que o Governo deve reavaliar sua ação, sua função, seu comportamento e, evidentemente, deve adotar medidas mais rigorosas, sobretudo restabelecendo a autoridade, porque ainda não me convenci do contrário. De nada adiantam alterações modernizadoras na legislação do País ou alocação de recursos que quase sempre não são aplicados integralmente. Precisamos mesmo é do restabelecimento da autoridade de quem governa. Quando há ausência de autoridade, a criminalidade cresce. É evidente que a criminalidade cresce, porque se sentem fortalecidos os marginais; eles se sentem mais fortes que os governantes e abusam exatamente da ausência da autoridade governamental para se instalarem, prevalecerem-se e, sobretudo, agirem como estão agindo em vários momentos, sobretudo em São Paulo.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade também para me referir a um relatório do Tribunal de Contas da União que conclui que a Vigilância Sanitária no País é falha e traz riscos ao País.

Há pouco tempo, ouvimos explicações as mais inusitadas possíveis, em função da aftosa, que atingiu o Mato Grosso e o Paraná e que acabou estabelecendo um bloqueio nas exportações de carne do nosso País, com um prejuízo extraordinário.

Segundo o Tribunal de Contas da União – e o Governo não se emendou, pois continua omissivo, ausente, em matéria de vigilância sanitária –, são sérias as falhas na vigilância do trânsito de produtos agropecuários no Brasil. Entre as principais constatações, o TCU aponta falta de pessoal para fiscalizar portos, aeroportos e postos de fronteira. A Vigilância simplesmente observa bagagens entrarem no País.

O Tribunal de Contas apontou, ainda, a precariedade na infra-estrutura de laboratórios e de salas de análise dedicados a impedir a entrada de pragas e de doenças. O mais inaceitável nesse quadro calamitoso é que o Governo Federal não consegue gastar os recursos que o Orçamento destina para o setor. Aliás, estamos constatando isso aqui também como rotina. O Governo não consegue gastar os recursos destinados em nenhuma das áreas da Administração Pública. Ao final do exercício, o Ministro passa o vexame de ter de devolver ao Tesouro da União recursos que sobraram do Orçamento. Portanto, não se trata de falta de recursos, pois o que falta mesmo é competência, capacidade de gerenciamento.

De uma previsão de investimentos de R\$5,1 milhões em 2005, referentes ao Programa de Vigilância Agropecuária Internacional, criado justamente para impedir a entrada de doenças no País, apenas R\$1,2 milhão foram efetivamente realizados. Portanto, em 2005, devolveu-se aos cofres do Tesouro a parte maior dos recursos destinados com esse objetivo.

As deficiências apontadas pelo Tribunal de Contas da União podem trazer sérias implicações para o comércio internacional do Brasil.

Como sabemos, problemas sanitários e fitossanitários têm sido cada vez mais utilizados para impor barreiras não tarifárias aos nossos produtos lá fora. Esse é um drama que vive o produtor nacional, que compete com desigualdade em função das barreiras alfandegárias ou não alfandegárias. Este tem sido um dos argumentos: a ausência de uma política sanitária competente em nosso País. Isso acaba obrigando nações avançadas a se protegerem e a colocarem dificuldades em relação ao ingresso de produtos exportados pelo nosso País. Obviamente, tudo isso gera prejuízo ao produtor nacional.

A pouca importância que o Governo Lula dispensa à vigilância agropecuária pode ser observada igualmente na execução do Orçamento de 2004. Em 2004, por exemplo, os desembolsos foram mínimos:

de um Orçamento de R\$1,3 milhão, somente R\$600 mil foram gastos. É por essa razão que aqui houve a febre aftosa. É por essa razão que nosso País sofreu enorme prejuízo, um retrocesso de cerca de dez anos no que diz respeito às exportações de carne.

Sr. Presidente, peço mais algum tempo para concluir e o farei rapidamente.

O Ministério da Agricultura confirma todas as deficiências apontadas no relatório do Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, mas atribui a responsabilidade ao Ministério do Planejamento. É um jogo de empurra, de transferência de responsabilidade. Mas o Governo é um só. O Presidente Lula deve atentar bem para essa realidade, como diria o Senador Mão Santa.

O Ministério do Planejamento não vem adotando o sistema da Agricultura de um orçamento correspondente à importância do serviço executado. É o que afirma o Ministério da Agricultura. No entanto, estamos verificando que os recursos estão alocados. Eles não são aplicados, eles não são utilizados. Não se justifica esse jogo de empurra.

Um País em que a agropecuária e o agronegócio têm uma importância estratégica como o nosso precisa investir em vigilância sanitária. Os recursos são poucos. Em 2006, de um Orçamento de R\$8 milhões, no melhor dos cenários, há previsão de R\$3 milhões, em razão dos contingenciamentos e de restrições orçamentárias impostas pela equipe econômica.

O prejuízo causado pela entrada de doenças e de pragas no País é gigantesco. Não há fiscalização sobre encomendas postais; não há incineradores de lixo orgânico nos portos e nos aeroportos; a burocracia é um entrave, e a população desconhece os riscos advindos dos produtos ilegais.

O orçamento do programa criado justamente para impedir a entrada de doenças no País é rigorosamente incompatível com as necessidades da vigilância sanitária no Brasil. A deficiência do quadro de pessoal é outro agravante. Não existem fiscais agrônomos e veterinários.

Sr. Presidente, este é um pronunciamento que fazemos em defesa não só da produção nacional, mas também dos consumidores, que não podem ficar sujeitos a produtos contaminados em razão da ausência de uma política de vigilância sanitária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de receber a pesquisa CNT/Sensus, que já está sendo divulgada pela imprensa ao longo do dia.

Como gosto sempre de fazer, tenho paciência de analisar as pesquisas muito mais pelas adjacências, digamos assim, do que por aquilo que se denomina sempre a fotografia do momento. Normalmente, as pesquisas têm relevância, são comentadas, noticiadas pelo percentual de votos dos candidatos, pela intenção de votos naquele momento. A pesquisa CNT/Sensus sempre nos ajuda bastante, porque, além do quantitativo, traz dados qualitativos. E sempre gosto de apreciar os dados qualitativos que ela apresenta.

Gostaria aqui de fazer alguns registros que considero importantes, para podermos entender os dados e fazer a análise deles. Por exemplo, a pesquisa CNT/Sensus tem um índice que se chama Índice de Satisfação do Cidadão, que demonstra como o cidadão está-se sentindo com relação à vida, se ele está satisfeito com o País, com o Estado, com a cidade, com a situação econômica e social. É bastante interessante que esse Índice de Satisfação do Cidadão da pesquisa que está sendo divulgada hoje traz praticamente o mesmo percentual de dezembro de 2004. Trata-se, portanto, de uma demonstração da percepção da população. Apesar de tudo o que estamos vivenciando, das operações sucessivas de descoberta das quadri-lhas, como a de Rondônia, é interessante notar que o Índice de Satisfação do Cidadão retoma índices.

Nós, aqui, já tivemos índices bem mais baixos do que o de 51,95%.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALTATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não. Antes de evoluir nos meus dados, ouço, com satisfação, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Será rápido, Senadora Ideli Salvatti. Sou um aficionado em pesquisas de opinião pública. Eu as considero um importante instrumento de avaliação e de orientação, especialmente quando a pesquisa é elaborada cientificamente e de forma incontestável. O que quero dizer a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, é que não podemos empolgarnos com pesquisas que têm esse número de pessoas ouvidas. Por exemplo, essa pesquisa ouviu apenas 2.000 pessoas em 195 municípios brasileiros: é uma amostragem muito limitada, que, sem dúvida nenhuma, proporciona a possibilidade de extorsões gritantes. Então, a pesquisa pode servir para animar alguns e desanimar outros, mas uma pesquisa desse tipo não pode servir como orientação. Meu Estado tem mais de sete milhões de eleitores, e uma pesquisa, para ter possibilidade de acerto, tem de ter, no meu Estado, uma amostragem de cerca de 2.500 entrevistas – ainda hoje, conversei com alguém que tem instituto de

pesquisa no meu Estado e é especialista nisso. Agora, uma pesquisa nacional, em um País de dimensões continentais como o nosso, com apenas 2.000 pessoas ouvidas é realmente um cenário muito limitado. É claro que não podemos desprezar os indicativos que servem como referência, mas uma pesquisa desse porte não pode ser tomada como verdade absoluta. Mais valem as pesquisas regionais, com amostragens mais substanciais, mais generosas, que possibilitam uma apreciação mais correta. De qualquer maneira, ouço V. Ex^a com o maior respeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Alvaro Dias, já vim algumas vezes à tribuna para comentar pesquisas e vou fazê-lo novamente. Se fôssemos levar ao pé da letra as pesquisas, eu não estaria usando a tribuna, porque, na véspera das eleições, no sábado à noite, a pesquisa de boca-de-urna, em Santa Catarina, apontava-me em quinto lugar. Quem estava em primeiro, depois de abertas as urnas, veio para quarto, e eu é que fui para primeiro. Portanto, pesquisa é sempre algo que temos de levar em consideração, mas para fazermos análises. Por isso, não iniciei minha fala pelo percentual de votos. Talvez outros iniciassem seu discurso, empolgados com o percentual de intenção de voto que a pesquisa está apresentando. Mas estou falando de outros indicadores, mais qualitativos, a respeito de como as pessoas vêem a atuação, o desempenho do Presidente e sobre a avaliação que fazem do País, da vida do brasileiro, do seu cotidiano.

Então, continuo a citar os dados qualitativos, que entendo relevantes, quanto ao Índice de Satisfação do Cidadão. A avaliação positiva do Presidente da República também passou de 41% para 43,6%; e a regular, de 38,5% para 39,5%. Houve, portanto, um crescimento da avaliação da atuação do Presidente, nesta linha: não da intenção de voto, mas de como as pessoas estão enxergando, vendo, percebendo, sentindo as ações.

Sobre o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a pesquisa apresenta uma avaliação positiva de 43,6% e negativa, no outro extremo, de apenas um terço, 15,6%. Na série histórica da avaliação, o indicador positivo de 43,6% também ultrapassa e praticamente se iguala ao de dezembro de 2004. Portanto, o Índice de Satisfação do Cidadão quanto à avaliação do Presidente e do seu Governo, a pesquisa demonstra, de forma muito clara, que há, digamos assim, uma recuperação de todo o período durante o qual tivemos um bombardeio quase cotidiano – de manhã, à tarde, à noite, de madrugada, um dia sim, outro também, Senador Roberto Saturnino – por parte da Oposição.

Por último, como não poderia deixar de ser, também gostaria de referir-me aos indicadores de voto. Os dados são... não diria animadores – está correto o Senador Alvaro dias, quando diz que eles são um retrato do momento de hoje, pois não começou ainda a propaganda oficial, a campanha ainda está bastante desaquecida. Quem está na rua, quem está tocando a campanha – como é o meu caso, pois coordeno a campanha do Presidente Lula, em Santa Catarina – sabe que os indicadores que citei anteriormente mostram tendência, dão avaliações mais qualitativas do que quantitativas. Mas eu não poderia deixar de registrar que, com relação aos votos válidos, o Presidente Lula seria reeleito, no primeiro turno, com 60,5%, enquanto que em julho o percentual era de 55,1%; que Alckmin, com 34% em julho, baixou para 24,9% dos votos válidos; e que a Senadora Heloísa Helena, de 6,7% ampliou para 11,7%. De qualquer forma, o Presidente Lula ganharia, em termos de votos válidos, no primeiro turno, com 60,5% dos votos.

Como digo sempre, a pesquisa acaba retratando o sentimento, a percepção das pessoas. E há determinados assuntos, determinadas questões que tomaram a cena, no último período, com muita crítica, com muita contundência. Lastimo que o Senador Alvaro Dias tenha deixado o plenário – não sei se S. Ex^a saiu de vez –, mas um assunto que reiteradas vezes foi tratado nesta Casa é o agronegócio. Diz-se que o agronegócio não teve apoio, que não recebeu aporte, que não foi contemplado com políticas, que é um grande prejuízo, como se ele não estivesse ligado a questões internacionais, como o câmbio. Houve, por exemplo, problemas gravíssimos de seguidas estiagens no País. Mas é interessante que, com toda a choradeira, Senador Alvaro Dias – aliás, Senador Roberto Saturnino. Tive o ato falho de falar “Senador Alvaro Dias”, porque S. Ex^a é um dos que choram bastante. O setor ruralista, vinculado ao agronegócio, é *expert* em fazer choradeira: quando está bem, quando dá lucro, não se vê um chio; basta haver algum problema de câmbio ou de estiagem, e a choradeira vem em grande volume.

Mas a **Gazeta Mercantil** de hoje publica uma notícia bastante interessante. Estamos tendo superávit histórico no agronegócio no mês de julho. Com todos os problemas, com toda a chiadeira, com toda a reclamação, açúcar, álcool, suco de laranja e carnes – carnes, com o embargo da Rússia, com o problema da aftosa, com o problema dos suínos, da gripe aviária e tal – estão proporcionando bons resultados aos produtores. Apesar da defasagem cambial, as exportações ofereceram bons resultados aos produtores brasileiros.

Nos primeiros sete meses deste ano, a balança comercial do agronegócio registrou um superávit inédito de US\$23 bilhões. A cifra superou em 7,71% o recorde registrado em igual período do ano passado. Portanto, com toda a chiadeira, com todo problema, com toda a crise, com toda a questão cambial, etc., a que não vou aqui me referir novamente, o superávit foi de 7,71% acima do registrado no ano passado – que já foi recorde.

Os dados são do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e foram divulgados ontem. O saldo é o maior desde 1989, quando o Ministério começou a contabilizar as exportações do setor. Durante todo o período em que o Ministério da Agricultura realizou as estatísticas, desde 1989, é o maior volume de saldo positivo, de superávit na balança comercial do agronegócio.

O superávit registrado no acumulado do ano é resultado das exportações recordes que somaram US\$26,595 bilhões, 9,6% acima do valor exportado no mesmo período do ano passado, e das importações que evoluíram de 23,3% para US\$3,562 bilhões.

Nos últimos doze meses, encerrados em julho, o saldo está positivo em US\$40 bilhões, 11% acima dos US\$36 bilhões registrados no período anterior. Portanto, sob toda e qualquer ótica, sob todo e qualquer ângulo, o resultado é extremamente positivo para o agronegócio brasileiro, principalmente desses quatro setores.

Como não poderia deixar de ser, ainda quero aqui dar mais uma ilustrada nesse resultado.

Mesmo no Paraná, de onde temos aqui Senadores que reclamam permanentemente, principalmente os Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias, aumenta a produção de grãos. É notícia do dia 3 de agosto:

Novo relatório de Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do Paraná mostra que a colheita estadual de grãos deverá somar 23,85 milhões de toneladas na safra 2005/06 (...) 6,2% acima do volume de 2004/05.

É um resultado extremamente positivo do agronegócio, e mesmo do Estado do Paraná.

Por último, Senador Roberto Saturnino, gostaria de fazer um registro. Tenho trazido à tribuna uma série de medidas adotadas pelo Governo Lula para o setor habitacional, que vão desde a ampliação significativa dos créditos, dos recursos disponibilizados para financiar a habitação, principalmente a habitação para as populações de menor poder aquisitivo, de zero a três salários mínimos.

Todo o trabalho que desenvolvemos se consolidou, inicialmente, em Santa Catarina. A idéia saiu de lá e tomou corpo nacional. Foi adotada pelo Governo Lula na desoneração dos produtos básicos da construção civil, que apelidamos, em nosso Estado, de “cesta básica da construção”. Toda uma série de medidas adota-

das indiscutivelmente fez com que o setor alcançasse o desenvolvimento, a retomada da empregabilidade, do volume de empregos gerados, do crédito oferecido, da oferta de financiamentos. Estou muito animada porque estão sendo gestadas novas medidas para o setor imobiliário e da construção civil.

E eu saúdo essas medidas porque entendo que vão se somar a todo o esforço que o Governo Lula vem dedicando ao setor. Elas serão capazes de proporcionar capilaridade, grande empregabilidade e melhora significativamente a qualidade de vida de parcelas imensas da população brasileira.

O Banco do Brasil está analisando uma modalidade de empréstimo para financiamento habitacional que possa ampliar a oferta de crédito e baratear o custo do financiamento para a casa própria. A entrada do Banco do Brasil no crédito imobiliário será feita inicialmente por meio de um projeto-piloto destinado apenas aos funcionários da instituição. E tão logo tenhamos o resultado desse projeto, um pacote de medidas poderá rapidamente se expandir para a população como um todo.

Esse pacote de medidas inclui também a possibilidade de estender para a classe média – quem ganha acima de dez salários mínimos, o equivalente a R\$3.500,00 – um tipo de financiamento que permite o arrendamento do imóvel.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa modalidade – altamente subsidiada – já vale para a faixa de renda, conhecida como Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que tem taxas de correção do empréstimo variando de 4% a 6% ao ano. Portanto, estender essa modalidade de subsídio e de financiamento para a classe média, com certeza, vai alavancar ainda mais todo o setor.

O crédito imobiliário no Sistema Financeiro da Habitação é corrigido pela variação da Taxa Referencial (TR) mais juros de 12% ao ano. Para o Governo, apesar de a inflação estar sob controle e em níveis reduzidos, o custo do crédito imobiliário ainda é elevado. Portanto, qualquer medida que possa diminuir o custo do empréstimo será muito bem-vinda e terá um resultado concreto, prático, como todas as medidas já adotadas produziram no setor da construção civil.

A idéia é ter taxas diferenciadas, dependendo da rotatividade do setor. Na prática, pode significar tratamento específico para cada tipo de vínculo empregatício e faixa de renda. Portanto, para cada situação específica deverá existir um tratamento diferenciado, a fim de atender o máximo possível de setores, de faixas da população, nessa importantíssima política habitacional.

Existe, ainda, a alternativa de extinção da TR como fator de correção dos financiamentos habitacionais para se trabalhar com taxas de juros fixas. Mas também essa hipótese está sendo analisada com cuidado, porque o Governo tem que evitar o que se chama de “descasamento das operações”.

Para terminar, Sr. Presidente, como temos mantido contato permanente com os setores da construção civil, que têm sido parceiros muito concretos no cotidiano de avanço das medidas adotadas pelo Governo, não poderia deixar de fazer o registro de que o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Sr. Paulo Safady Simão, avalizou as medidas e coloca, de forma inequívoca, que elas vão ampliar ainda mais o dinamismo do setor.

Portanto, gostaria de deixar o registro, tanto na questão do agronegócio quanto na questão habitacional, porque se a pesquisa CNT/Sensus aponta que o índice de satisfação do cidadão está crescente e coloca de forma muito clara que a população se sente melhor atendida pelas políticas adotadas pelo Governo atualmente, não poderia dar outra coisa: a intenção de voto é decorrência do trabalho realizado.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, hoje tivemos um dia muito calmo nesta Casa, em contrapartida com outros que foram mais aquecidos. Espero que nos mantenhamos assim, com bom nível, debatendo adequadamente, porque o resultado do que vem sendo priorizado e realizado pelo Governo Lula vai ter o momento certo de ser avaliado, que é nas urnas, muito mais do que no embate de microfone aqui no Senado da República.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 206, de 2006** (nº 667/2006, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao segundo trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 207, DE 2006

(Nº 653, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritânia.

Os méritos da Senhora Katia Godinho Gilaberte que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 265 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Senegal, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Mauritânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** da Senhora Katia Godinho Gilaberte que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

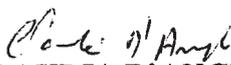
MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE KATIA GODINHO GILABERTE

CPF.: 14996421134

ID.: 6535 MRE

- 1954 Filha de Sylvio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte nasceu em 3 de Novembro em Rio de Janeiro/RJ
- 1976 CPCD-IRBr
- 1977 Terceira Secretária em 17 de outubro.
- 1977 Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos.
- 1979 Segunda Secretária, por merecimento em 12 de dezembro.
- 1979 II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, Montevidéu, Uruguai,(assessora).
- 1979 V e VI Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1979 (assessora).
- 1980 V e VI Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano do SELA, Caraballeda, Venezuela, (delegada).
- 1982 I Reunião do Grupo dos "77" sobre Recursos Alimentares, Manila, Filipinas,(delegada).
- 1982 Reunião do Grupo dos "77" de Coordenação e "follow up" do Programa de Caracas, Manila, Filipinas, (delegada).
- 1982 Representante alterna do Ministério das Relações Exteriores no Comitê de Coordenação do "Codex Alimentarius", Brasília.
- 1982 Bacharel em Direito, AEUDF/Brasília.
- 1983 Tóquio, Segunda Secretária.
- 1986 Primeira Secretária, por merecimento em 17 de dezembro.
- 1986 Tóquio, Primeira Secretária.
- 1987 Bonn, Primeira Secretária.
- 1989 XVI Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, Bonn.
- 1990 Assessora do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.
- 1990 IX Reunião do Grupo de Trabalho Brasileiro-Francês de Cooperação Científica e Técnica, (membro).
- 1990 II Reunião da Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-CEE,(chefe de delegação).

- 1991 Grupo Conjunto de Trabalho Ítalo-Brasileiro, Brasília, (membro).
- 1991 Chefe, substituta, da Divisão de Ciência e Tecnologia.
- 1991 I Comissão Mista Brasil-Coréia, Brasília, (delegada).
- 1991 II Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Israel de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Jerusalém.
- 1991 XX Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científico-Tecnológica.
- 1991 X Reunião do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica, Paris (membro).
- 1992 Chefe, substituta, da Divisão de Política Financeira.
- 1992 III Reunião da Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-CEE, Brasília, (membro).
- 1992 Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores à Tunísia, (membro).
- 1992 Reuniões Ordinárias da Comissão sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, Subgrupo 4 do MERCOSUL, Montevidéu, (chefe da delegação).
- 1992 Reuniões de Negociações com Delegação do Banco Central da Bolívia sobre Assuntos Relativos à Dívida Boliviana com o Brasil, La Paz, (subchefe da delegação).
- 1992 Conselheira, por merecimento em 18 de dezembro.
- 1993 Divisão de Política Financeira, Chefe
- 1995 CAE, IRBr - "Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos - Posição Brasileira: Evolução e Perspectivas".
- 1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Chefe de Gabinete
- 1996 La Paz, Conselheira, Missão Transitória
- 1997 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
- 1997 Ministra de Segunda Classe, merecimento.
- 1999 Ministério Extraordinário de Projetos Especiais da Presidência da República, Assessora Especial do Ministro
- 1999 Ministério da Ciência e Tecnologia, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
- 2001 Moscou, Ministra-Conselheira
- 2003 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial


CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



Nome oficial:	República Islâmica da Mauritânia
Capital:	Nouakchott
Principais cidades:	Nouadhibou, Kiffa, Zouïrat, Kaédi, Rosso
Área:	1.030.700 km ²
População:	2,7 milhões (BIRD, 2003); crescimento anual: 2,4% (BIRD, 2003)
Comp. Étnica:	Árabes berberes 75%, sapinques, pulares, tuculeres, peules e ulofes
Expectativa de vida:	51 anos (BIRD, 2003)
Mortalidade infantil:	120% (BIRD, 2003)
Idioma:	Árabe (oficial), francês, línguas regionais
Religião:	Islamismo 99,1%, outras 0,8%, sem religião 0,1%
Governo:	República, com forma mista de governo (ditadura militar desde 1984)
Chefe de Estado:	Sghair Ould M Barek (desde 2003)
Chanceler:	Mohamed Vali Quld Bellal
Moeda:	Ougulya
PIB:	US\$ 1,1 bilhão; crescimento 5,4% (BIRD, 2003)
Renda per capita:	US\$ 430,00 (BIRD, 2003)
Dívida externa:	US\$ 2,36 bilhões (BIRD, 2003)
Comércio global:	Exportações (fob): US 388 milhões (BIRD, 2003) Importações (cif): não disponível
Comércio c/ Brasil:	Exportações para o Brasil: US\$ 14 mil (MDIC, 2004) Importações do Brasil: US\$ 39,60 milhões (MIDC, 2004)
Rep. Dpl.brasileira:	Cumulativa c/ Embaixada em Dacar. Ministro Sérgio de Souza Fontes Arruda, Encarregado de Negócios.

Rep. dpl no Brasil:

Cumulativa c/ Embaixada em Washington D.C
Embaixador Bilal Ould Werzeg

MAURITÂNIA

Mohamed Vali Ould Bellal Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1949, na Mauritânia.

Fez seus estudos secundários em Nouakchott e estudos superiores na Universidade de Dacar. Fala árabe e francês.

Carreira

ti 1975: Administrador Civil Contratual

IJJ 1993-1995: Analista político e perito em técnicas de Comunicação, em Paris 9 1975-1976:

Diretor Central no Ministério da Soberania Interna

IB 1976-1977: Encarregado de Missão do Ministério da Orientação Nacional f] 1977 -1~78:

Secretário Geral do Ministério da Orientação Nacional

IJ 1979-1981: Prefeito e Governador adjunto

Gi 1996-2003: Deputado pela região de Maghtaa Lahjar

POLÍTICA INTERNA

As últimas eleições presidenciais na Mauritânia, a terceira desde que o país implantou o sistema democrático, em 1992, realizaram-se em novembro de 2003. Seis candidatos - incluindo a primeira candidata mulher e o primeiro candidato "Haratine" (de família de ex-escravos) - disputaram aquelas eleições, cuja campanha apresentou um amplo painel de objetivos e referenciais políticos. Maawya Ould Sid Ahmed Taya conseguiu reeleger-se Presidente para o terceiro mandato consecutivo, com 67,02% dos votos (de acordo com índices oficiais), apesar de denúncias feitas pela oposição sobre a ocorrência de fraudes e intimidações.

Taya, o primeiro civil eleito num intervalo de oito anos, subiu, pela primeira vez, ao poder, em 1984, como Chefe do Governo da Junta Militar, cargo que ocupou até 1992. Sua capacidade para se conservar todos esses anos no poder se deve em boa parte à sua habilidade para acomodar interesses tribais, étnicos e familiares. Afinal, o conflito entre mouros - brancos e negros - e as etnias não-mouras, que envolve questões de língua e posse da terra, persiste e continua a ser o principal desafio à unidade nacional na Mauritânia. Exemplo da forma como se reproduz esse conflito são reivindicações dos mouros pela arabização de diversos aspectos da vida no país - como o Direito e a língua - e a resistência das populações indígenas, não-árabes, educadas em francês, que constituem o grosso dos burocratas, funcionários públicos e soldados do país.

A burocracia estatal compõe-se de ministérios tradicionais, agências especiais e companhias para-estatais. O poder de decisão concentra-se no Executivo, que governa junto com o Senado e a Assembléia Nacional, esta última inteiramente controlada pelo PRDS (Partido Democrático e Social Republicano), liderado pelo Presidente Taya. O Ministério do Interior controla um sistema de Prefeituras e Governadorias nas diversas regiões do país, implantado com base no sistema francês de administração local. Desde 1992, uma sucessão de eleições locais vem produzindo uma ligeira descentralização do poder.

ECONOMIA

Localizada a noroeste da África, na área de transição entre o Magreb e a África Negra, a Mauritânia é um dos países mais pobres do mundo. O deserto do Saara ocupa quase dois terços do território. O país só recebe chuva suficiente para a agricultura numa estreita faixa de terra ao sul, ao longo do rio Senegal, onde as populações rurais praticam a agricultura de subsistência, cultivando tâmaras e cereais. A pesca marítima e a extração de minério de ferro são as principais fontes de receita, além do cobalto, cobre e ouro. O intenso processo de desertificação do solo tem

provocado o êxodo de nômades árabes em direção ao sul, onde os negros são majoritários, prenunciando conflitos étnicos.

O setor industrial é incipiente. Além de atividades ligadas ao processamento de pescados, inclui fábricas de alimentos, produtos químicos, plásticos, materiais de construção e embalagens de papel.

Em 2000, a Mauritânia foi o primeiro país a receber tratamento favorável do Clube de Paris para o pagamento de sua dívida, no âmbito do programa de redução de dívidas dos países altamente endividados (HIPC).

Em 2001 foram descobertas duas jazidas de petróleo na costa mauritana, a de Chinguetti e a de Tiof. A exploração comercial da primeira terá início em meados de 2006. Estima-se que em 2009 a exploração comercial das duas jazidas terá atingido o pico de 165 mil barris diários.

POLITICA EXTERNA

A Mauritânia mantém relacionamento privilegiado com a França, principal fonte de ajuda financeira e tradicional garante da integridade territorial do país. Em 1997, o Presidente Chirac efetuou visita oficial a Nouakchott, prometendo ajuda alimentar, na forma de doações de cereais e leite, e reafirmando o empenho de seu governo em obter recursos para a implementação de projeto de eletrificação no país.

No passado, o relacionamento com os países vizinhos foi bastante instável, marcado por períodos de tensões: com a Argélia, em razão da anexação de parte do Saara Ocidental (1976-78); com o Mali, por suposto apoio mauritano aos rebeldes tuaregues (anos 80); com o Senegal, conflito de fronteira e pela utilização comum do Rio Senegal, ainda pendente.

Durante a primeira Guerra do Golfo, a Mauritânia "alinhou-se com o Iraque, o que provocou seu isolamento na comunidade internacional. Atualmente, em virtude de sua dependência de ajuda financeira internacional, a política externa da Mauritânia

passou a adotar postura mais equilibrada, de cordialidade para com os países vizinhos e de busca de aproximação com os doadores de ajuda financeira, tradicionais e potenciais.

A Mauritânia faz parte da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental- CEDEAO -, da União Africana e da Liga Árabe.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Mauritânia foram estabelecidas em 1961, sendo a Embaixada em Nouakchott cumulativa com a Embaixada em Dacar. A representação mauritana no Brasil é cumulativa com sua Embaixada em Washington.

O relacionamento bilateral é incipiente, não obstante o Governo mauritano> tenha sempre manifestado interesse em aumentar o intercâmbio bilateral. Até 1986, a Construtora Mendes Júnior esteve presente naquele país, participando em projeto de construção de uma rodovia. Atualmente, não há registros de iniciativas nas áreas comercial ou de cooperação técnica, apesar da existência de um "Protocolo sobre Expansão Comercial e Cooperação Técnica" assinado pelos dois países em 1976, ainda vigente. O comércio bilateral é pouco expressivo e francamente favorável ao Brasil. .

ATUALIZAÇÃO DE DADOS - MAURITÂNIA

Presidente - Coronel Ely Ould Mohammed Vali

Primeiro-ministro - Sidy Mohamed Ould Boubacar

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação - Ahmed Ould Sid'Ahmed

Embaixador junto aos Estados Unidos da América (cumulativo com o Brasil): Tijani Ould Mohamed EI Kerim.

O PRDS vence as eleições legislativas de 2001.

O governo derrota tentativa de golpe em 2003, atribuída a militares insatisfeitos com a prisão de militantes islâmicos. Nas eleição presidencial, Taya é reeleito com 67% dos votos, sob a

iniciativa antiterror dos EUA no noroeste da África. Em julho e agosto, o governo denuncia mais duas tentativas de golpe.

Gafanhotos - Em setembro, O país é vítima de uma praga de gafanhotos que destrói plantações e pastagens. Os insetos se multiplicam e se deslocam com grande rapidez, fazendo do país o mais atingido pela praga na região. A seca nos meses seguintes provoca um desastre alimentar na Mauritânia, que atinge 600 mil pessoas em 2005, o que leva a ONU a pedir ajuda internacional ao país.

Golpe de Estado - Aproveitando-se de uma viagem ao exterior do presidente Taya em agosto, militares liderados pelo coronel Ely Ould Mohammed Vali tomam o poder e constituem um Conselho Militar por Justiça e Democracia para governar a nação por dois anos. Eles criticam a aproximação com os EUA e Israel e libertam 21 militantes islâmicos presos. A Constituição é suspensa e um novo projeto deve ser submetido a referendo em 2006.. O ex-prometeiro-ministro Sidy Mohamed Ould Boubacar (1992-1996), também do PRDS, é reconduzido ao cargo e forma o novo governo.

COMÉRCIO BRASIL - MAURITÂNIA (em US\$ milhões
FOB)

	Exportação	Importação	(Exp.+ Imp.)	(Exp.- Imp.)
1984	0,84	-	0,84	0,84
1985	0,21	-	0,21	0,21
1986	2,37	1,21	3,58	1,16
1987	2,87	3,06	5,93	-0
1988	8,01	-	8,01	8,01
1989	4,65	-	4,65	4,65
1990	3,90	-	3,90	3,90
1991	5,78	-	5,78	5,78
1992	1,88	-	1,88	1,88
1993	1,50	0,70	2,20	0,79
1994	2,11	0,43	2,53	1,68
1995	3,21	0,33	3,54	2,88
1996	4,01	0,34	4,34	3,67
1997	2,65	0,10	2,75	2,56
1998	0,66	0,73	1,39	-0,07
1999	6,54	3,56	10,11	2,98
2000	3,16	5,28	8,44	-2,12
2001	4,88	0,01	4,89	4,87
2002	24,23	0,00	24,24	24,23
2003	19,47	0,03	19,50	19,44
2004	39,60	0,01	39,61	39,59

BRASIL - MAURITÂNIA

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA COMERCIAL BILATERAL (% em valor)

Principais produtos exportados pelo Brasil:	2003	2004
outs.açúcares de cana,beterraba,sacarose quim.pura,sol.	82,38%	81,43%
leite integral,em pó,matéria gorda>1.5%,concentr.n/adoc	-	3,76%
eixos, rodas e suas partes de veículos p/vias férreas	4,57%	2,70%
polietileno linear,densidade<0.94,em forma primaria	1,30%	1,81%
outras preparações aliment.de farinhas,etc.cacau<40%	-	1,26%
outros "bulldozers" e "angledozersn,de lagartas	-	1,09%
carnes de galos/galinhas,n/cortadas em pedaços.congel.	1,95%	0,95%
Polipropileno sem carga,em forma primaria	0,35%	0,91%
outros pneus novos para ônibus ou caminhões	0,57%	0,65%
Outros ladrilhos,etc.de cerâmica, vidrados,esmaltados	1,20%	0,64%

Principais produtos importados da Mauritânia:	2003	2004
aparelhos medidores de ph	-	32,08%
outros instrumentos e apar.p/medida controle eletr.etc	-	13,97%
outros termômetros e pirômetros,de liquido,leitura dire	-	12,86%
outs. Instrumentos e apar.p/analise/ensaio/medida,etc.	-	12,63%
outras. Bijuterias de metais comuns	2,31%	10,86%
outs.condensadores fixos cldieletr.ceram.montag.superf.	-	7,31%
outros diodos de intensidade de corrente<=3ª	-	6,97%
outros termômetros e pirômetros	-	1,25%
quadrantes p/aparelhos de relojoaria	-	0,9;3%
partes e acess.p/contadores de eletricidade	-	0,53%

Fonte: MOIC,
2004

AVISO Nº 892 – C. CIVIL

Em 1º de agosto de 2006

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritània.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência a República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 208, de 2006** (nº 652/2006, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, encaminha os Relatórios Anuais de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referentes aos exercícios de 2004 e 2005.

O expediente vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2006-CN**MENSAGEM Nº 84, DE 2006-CN**

(Nº 487/2006, na origem)

Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os itens III.1, III. 2, III. 3 e III. 4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“III.
.....

1) Poder Legislativo

1.3. Tribunal de Contas da União

Limite de R\$ 140.291.316,00, sendo: a) R\$ 24.723.149,00 destinados à implantação da última etapa da reestruturação de carreira de que trata a Lei nº 10.930, de 2 de agosto de 2004, e R\$2.699.335,00 destinados aos efeitos na remuneração dos Ministros do Tribunal de Contas da União decorrentes da alteração do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005; e b) R\$112.868.832,00 destinados a alteração de remuneração de que trata o Projeto de Lei nº 6.467, de 2005.

2) Poder Judiciário

Limite global de R\$809.089.983,00, do qual R\$226.286.592,00 destinados à alteração do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como aos efeitos dessa alteração, e R\$582.803.391,00, destinados à alteração de carreiras e aumento de remuneração de que trata o Projeto de Lei nº 5.845, de 2005, sendo:

2.1. Supremo Tribunal Federal	R\$10.479.149,00
2.2. Conselho Nacional de Justiça	R\$ 542.588,00
2.3. Superior Tribunal de Justiça	R\$ 26.144.602,00
2.4. Justiça Federal	R\$ 208.853.263,00
2.5. Justiça Militar	R\$ 14.317.850,00
2.6. Justiça Eleitoral	R\$ 84.153.893,00
2.7. Justiça do Trabalho	R\$ 416.999.711,00
2.8. Justiça do DF e Territórios	R\$ 47.598.927,00

3) Ministério Público da União

Limite global de R\$180.196.455,00, do qual R\$92.497.651,00 destinados à alteração do subsídio do Procurador-Geral da República de que trata a Lei nº 11.144, de 26 de julho de 2005, bem como aos efeitos dessa alteração, e R\$87.698.804,00 destinados à alteração de carreiras e aumento de remuneração de que trata o Projeto de Lei nº 6.469, de 2005.

4) Poder Executivo

4.2. Limite de R\$4.982.747.161,00 destinado à reestruturação da remuneração dos cargos e carreiras do Poder Executivo, inclusive militares das Forças Armadas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

MENSAGEM Nº 487

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006”.

Brasília, 29 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 104 /2006-MP

Brasília, 28 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que “Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.”, com o objetivo de incluir limites financeiros e autorizações específicas relativas à alteração de estruturas de carreiras e aumento de remuneração, no âmbito do Tribunal de Contas da União, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, bem como ampliar o limite financeiro destinado à reestruturação da remuneração dos cargos e carreiras do Poder Executivo, da seguinte forma:

a) ampliação em R\$ 104.793.832,00 do limite financeiro constante do item III.1.3.**b.** que passará de R\$8.075.000,00 para R\$112.868.832,00, com vistas à alteração de remuneração de que trata o Projeto de Lei nº 6.467, de 2005;

b) ampliação em R\$ 582.803.391,00 do limite financeiro constante do item III.2 que passará de R\$ 226.286.592,00 para R\$ 809.089.983,00, e inclusão de autorização específica relativa à reestruturação de carreira de que trata o Projeto de Lei nº 5.845, de 2005;

c) ampliação em R\$ 87.698.804,00 do limite financeiro constante do item III.3 que passará de R\$ 92.497.651,00 para R\$ 180.196.455,00, e inclusão de autorização específica relativa à reestruturação de carreira de que trata o Projeto de Lei nº 6.469, de 2005; e

d) ampliação em R\$ 995.000.000,00 do limite financeiro constante do subitem III.4.2. que passará de R\$3.987.747.161,00 para R\$ 4.982.747.161,00.

2. As medidas em proposição visam dar cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, combinado com o art. 89, § 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), uma vez que esse determina que o referido Anexo conterá “a quantificação e o valor das admissões ou contratações, bem como o valor referente às demais alterações propostas.”

3. Cumpre destacar que está sendo encaminhada, concomitantemente, proposta de abertura de crédito suplementar para viabilizar os necessários acréscimos de dotações orçamentárias, de modo a adequá-las a essas ampliações de limites financeiros.

4. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.”

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

ANEXO V

Autorizações Específicas de Que Trata o Art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição e o Art. 89 da LDO/2006, Relativas A Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

I. Preenchimento do Quantitativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança Vagos em 31 de Agosto de 2005.

II. Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal, a Qualquer Título:

1) Poder Legislativo**1.1. Câmara dos Deputados**

Limite de R\$32.214.000,00, destinado ao provimento de até 199 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

1.2. Senado Federal

Limite de R\$25.470.893,00, destinado ao provimento de até 244 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

1.3. Tribunal de Contas da União

Limite de R\$12.886.956,00, destinado ao provimento de até 184 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2) Poder Judiciário**2.1. Supremo Tribunal Federal**

Limite de R\$3.207.940,00, destinado ao provimento de até 62 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.2. Conselho Nacional de Justiça

Limite de R\$3.851.028,00, destinado ao provimento de até 43 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.3. Superior Tribunal de Justiça

Limite de R\$728.832,00, destinado ao provimento de até 230 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.4. Justiça Federal

Limite de R\$94.629.677,00, destinado ao provimento de até 1.429 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.5. Superior Tribunal Militar

Limite de R\$918.461,00, destinado ao provimento de até 12 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.6. Justiça Eleitoral

Limite de R\$78.836.252,00, destinado ao provimento de até 2.532 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.7. Justiça do Trabalho

Limite de R\$44.535.975,00, destinado ao provimento de até 2.086 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

2.8. Justiça do Distrito Federal e Territórios

Limite de R\$2.020.401,00, destinado ao provimento de até 58 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

3) Ministério Público da União

Limite de R\$100.051.337,00, destinado ao provimento de até 2.597 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

4) Poder Executivo

Limite de R\$600.278.998,00, destinado ao provimento de cargos e funções vagos ou criados nas áreas de:

- a) Auditoria e Fiscalização, até 1.200 vagas;
- b) Gestão e Diplomacia, até 696 vagas;
- c) Jurídica, até 703 vagas;
- d) Defesa e Segurança Pública, até 2.962 vagas;
- e) Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, até 1.985 vagas;
- f) Seguridade Social, Educação e Esportes, até 10.402 vagas;
- g) Regulação do Mercado, dos Serviços Públicos e do Sistema Financeiro, até 887 vagas; e

h) Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária, até 1.388 vagas.

III. Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração:

1) Poder Legislativo

1.1. Câmara dos Deputados

Limite de R\$254.175.875,00, destinado à reestruturação de carreira de que trata o Projeto de Lei Nº 5.610, de 6 de julho de 2005.

1.2. Senado Federal

Limite de R\$85.000.000,00, destinado à complementação do Plano de Carreira instituído pela Resolução nº 7, de 4 de abril de 2002, e convalidado pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004, e à concessão do Adicional de Especialização, regulamentado pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 81, de 27 de outubro de 2004.

1.3. Tribunal de Contas da União

Limite de R\$35.497.484,00, sendo a) R\$24.723.149,00 destinados à implantação da última etapa da reestruturação de carreira de que trata a Lei nº 10.930, de 2 de agosto de 2004, e R\$2.699.335,00 destinados aos efeitos na remuneração dos Ministros do Tribunal de Contas da União decorrentes da alteração no subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005; b) R\$8.075.000,00 destinados a suprir os efeitos financeiros originados da aprovação do Projeto de Lei nº 6.467/2005.

2) Poder Judiciário

Limite global de R\$226.286.592,00, destinado à alteração no subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como aos efeitos dessa alteração, sendo:

2.1. Supremo Tribunal Federal	R\$1.760.459,00
2.2. Conselho Nacional de Justiça	R\$348.660,00
2.3. Superior Tribunal de Justiça	R\$3.887.286,00
2.4. Justiça Federal	R\$52.654.832,00
2.5. Justiça Militar	R\$6.396.879,00
2.6. Justiça Eleitoral	R\$4.989.439,00
2.7. Justiça do Trabalho	R\$143.767.392,00
2.8. Justiça do DF e Territórios	R\$12.481.645,00

3) Ministério Público da União

Limite de R\$92.497.651,00, destinado à alteração no subsídio do Procurador-Geral da República de que trata a Lei nº 11.144, de 26 de julho de 2005, bem como aos efeitos dessa alteração.

4) Poder Executivo

4.1. Limite de R\$93.886.317,00, destinado à continuidade da reestruturação da remuneração dos cargos integrantes das carreiras de que tratam as Leis nº 10.876, de 2 de junho de 2004, e nº 11.156, de 29 de julho de 2005.

4.2. Limite de R\$3.987.747.161,00, destinado à reestruturação da remuneração dos cargos e carreiras do Poder Executivo, inclusive militares das Forças Armadas.

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 89. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169. § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária.

§ 1º Vetado)

§ 2º O anexo previsto no **caput** deste artigo conterá a quantificação e o valor das admissões ou contratações, bem como o valor referente às demais alterações propostas.

§ 3º Para fins de elaboração do anexo específico previsto no **caput** deste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão, e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão, a relação das modificações pretendidas ao órgão central desse Sistema, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com a proposta e com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Os Poderes e o Ministério Público da União publicarão, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2006, demonstrativo dos saldos das autorizações para admissões ou contratações de pessoal a qualquer título mencionado no **caput** deste artigo, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2005, que poderão ser utilizadas no exercício de 2006, desde que condicionadas ao valor a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 5º Na utilização das autorizações previstas no **caput** deste artigo, bem como na apuração dos

saldos de que trata o § 4º deste artigo, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6º (Vetado)

LEI Nº 11.144, DE 26 DE JULHO DE 2005

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República de que tratam os arts. 39, § 4º, 127, § 2º, e 128, § 5º, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 8-8-2006

Até 13/08 publicação e distribuição de avulsos;

Até 27/08 prazo para realização de audiências públicas;

Até 1/9 prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;

Até 4/9 prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 10/9 prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;

Até 25/9 prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 30/9 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 21/10 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;

Até 10/11 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

Até 15/11 prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 20/11 prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do autógrafa.

O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2006-CN**MENSAGEM Nº 85, DE 2006-CN**

(Nº 488/2006, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00

(um bilhão, setecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, vinte e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os recursos de que trata esta Lei, inclusive entre Poderes e o Ministério Público da União, desde que para atender a despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR	
											F
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO											1.770.296.027
		OPERACOES ESPECIAIS									
04 846	1054 091Y	REAJUSTE DA REMUNERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS CIVIS E DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS								1.770.296.027	
04 846	1054 091Y 0001	REAJUSTE DA REMUNERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS CIVIS E DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS - NACIONAL	F	1	1	90	0	100		1.770.296.027	
TOTAL - FISCAL											1.770.296.027
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											1.770.296.027

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR	
											F
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA											1.770.296.027
		OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA								1.770.296.027	
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100		1.770.296.027	
TOTAL - FISCAL											1.770.296.027
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											1.770.296.027

MENSAGEM Nº 488

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 29 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 104-A/2006-MP

Brasília, 28 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), no valor de R\$ 1.770.296.027,00 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, vinte e sete reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotação orçamentária alocada na ação “09IY – Reajuste da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Militares das Forças Armadas”, centralizada na programação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a viabilizar alteração de estruturas de carreiras e aumento de remuneração no âmbito do Tribunal de Contas da União, dos Poderes Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União.

3. Nesse sentido, a presente proposta inclui, ainda, autorização para que o Poder Executivo possa promover posteriormente o remanejamento desses recursos, inclusive entre Poderes e o Ministério Público da União, com a finalidade de atender aos respectivos acréscimos de despesas com pessoal e encargos sociais.

4. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de anulação parcial da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006),

que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que a reserva financeira fixada no art. 12, inciso I, alínea **b**, do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, é suficiente para fazer face às respectivas despesas, as quais constarão do relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 92 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

.....
 Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e senten-

ças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

.....
DECRETO Nº 5.780, DE 19 DE MAIO DE 2006

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
.....

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 86, DE 2006-CN

(Nº 665/2006, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$209.908.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$209.908.000,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e oito mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$209.808.000,00 (duzentos e nove milhões, oitocentos e oito mil reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)									209.600.000
OPERACOES ESPECIAIS									
19 572	1388 0A29	SUBVENCAO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO (LEI N° 10.973, DE 2004)							209.600.000
19 572	1388 0A29 0001	SUBVENCAO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO (LEI N° 10.973, DE 2004) - NACIONAL							209.600.000
			F	3	2	50	0	134	6.000.000
			F	3	2	50	0	142	72.000.000
			F	3	2	50	0	172	85.150.000
			F	3	2	90	0	142	29.900.000
			F	3	2	90	0	172	16.550.000
TOTAL - FISCAL									209 600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									209.600.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									18.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							18.000
28 846	0901 0005 0033	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							18.000
			F	3	1	90	0	100	18.000
TOTAL - FISCAL									18.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										100.000
		ATIVIDADES								
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								100.000
12 301	0750 2004 0054	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								100.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 650	S	3	2	90	0	250		100.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										100.000
TOTAL - GERAL										100.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26309 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE BENTO GONCALVES - RS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										20.000
		ATIVIDADES								
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								20.000
12 301	0750 2004 0043	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								20.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 224	S	3	2	90	0	100		20.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										20.000
TOTAL - GERAL										20.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D			
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									40.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							40.000
12 301	0750 2004 0042	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							40.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 82	S	3	2	90	0	250	40.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.000
TOTAL - GERAL									40.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D			
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									50.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							50.000
12 301	0750 2004 0043	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							50.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 100	S	3	2	90	0	250	50.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									50.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO DO SUL - SC

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							80.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							80.000
12 301	0750 2004 0042	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							80.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 100	S	3	2	90	0	250	80.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000
TOTAL - GERAL									80.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901		OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS							18.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							18.000
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL							18.000
			F	3	1	90	0	100	18.000
TOTAL - FISCAL									18.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0461		PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO							72.000.000
		ATIVIDADES							
19 572	0461 2095	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA DAS INSTITUICOES PUBLICAS (CT-INFRA)							72.000.000
19 572	0461 2095 0001	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA DAS INSTITUICOES PUBLICAS (CT-INFRA) - NACIONAL	F	3	2	50	0	142	72.000.000
1122		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA NATUREZA E CLIMA							6.000.000
		ATIVIDADES							
19 572	1122 2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE RECURSOS HIDRICOS (CT-HIDRO)							6.000.000
19 572	1122 2223 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE RECURSOS HIDRICOS (CT-HIDRO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	134	6.000.000
1388		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)							131.600.000
		ATIVIDADES							
19 572	1388 2113	FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMARELO)							50.000.000
19 572	1388 2113 0001	FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	50.000.000
19 572	1388 2189	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE ENERGIA ELETRICA (CT-ENERG)							10.000.000
19 572	1388 2189 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE ENERGIA ELETRICA (CT-ENERG) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	10.000.000
19 128	1388 2995	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO)							7.000.000
19 128	1388 2995 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	142	7.000.000
19 572	1388 2997	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE SAUDE (CT-SAUDE)							14.550.000
19 572	1388 2997 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE SAUDE (CT-SAUDE) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	14.550.000
19 572	1388 4031	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE BIOTECNOLOGIA (CT-BIOTECNOLOGIA)							2.000.000
19 572	1388 4031 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE BIOTECNOLOGIA (CT-BIOTECNOLOGIA) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	2.000.000
19 572	1388 4043	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO AGRONEGOCIO (CT-AGRONEGOCIO)							17.150.000
19 572	1388 4043 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO AGRONEGOCIO (CT-AGRONEGOCIO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	17.150.000
19 572	1388 4053	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO)							8.000.000
19 572	1388 4053 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	172	8.000.000
19 572	1388 4156	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO)							22.900.000
19 572	1388 4156 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	142	22.900.000

TOTAL - FISCAL

209.600.000

TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	209.600.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									20.000
		ATIVIDADES							
12 364	1073 4002	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO							20.000
12 364	1073 4002 0043	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									40.000
		ATIVIDADES							
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							40.000
12 363	1062 2992 0042	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	90	0	250	40.000
TOTAL - FISCAL									40.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	F	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA										50.000
		ATIVIDADES								
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								50.000
12 363	1062 2992 0043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								50.000
			F	3	2	90	0	250		50.000
TOTAL - FISCAL										50.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										50.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO DO SUL - SC

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	F	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA										80.000
		ATIVIDADES								
12 363	1062 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								80.000
12 363	1062 2994 0042	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA								80.000
			F	3	2	90	0	250		80.000
TOTAL - FISCAL										80.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										80.000

ANEXO III

Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo Crédito - Ações Plurianuais

Valores em R\$ 1,00

Megaobjetivo *Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais*

Desafio *Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa*

Programa **1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior (PITCE)** Órgão Responsável **24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)**

Tipo *Finalístico*

Objetivo *Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional*

Público-alvo *Sectores industriais e de serviços (empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica*

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Regionalização	Valor Total				
						2004	2005	2006		
0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)	MCT	-(-)		Nacional	Estimado	2004	2005	2006	2007
									209.600.000	210.000.000

MENSAGEM Nº 665

EM nº 138/MP/2006

Brasília, 27 de julho de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$209.908.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Projeto de lei que abre crédito especial aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, no valor global de R\$209.908.000,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e oito mil reais), e dá outras providências, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Órgão/Unidade	Suplementação	Origem dos Recursos
Justiça Federal	0	18.000
- Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0	18.000
Ministério da Ciência e Tecnologia	209.600.000	209.600.000
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	209.600.000	209.600.000
Ministério da Educação	308.000	190.000
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis	18.000	0
- Fundação Universidade Federal de Pelotas	0	20.000
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	100.000	0
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - RS	20.000	0
- Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC	40.000	40.000
- Escola Agrotécnica Federal de Sertão - RS	50.000	50.000
- Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul - SC	80.000	80.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros	0	100.000
Total	209.908.000	209.908.000

2. A proposta de inclusão de ação para o Ministério da Ciência e Tecnologia possibilitará o apoio à denominada Nova Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior – PITCE, por meio de concessão de subvenções à execução de projetos por empresas e entidades nacionais de base tecnológica que contribuem para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica do País, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”.

3. No tocante ao Ministério da Educação, o crédito permitirá o pagamento do Precatório nº 774, de natureza não-alimentícia, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis, e a concessão de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e dependentes das seguintes unidades: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – RS, Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – SC, Escola Agrotécnica Federal de Sertão – RS e Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – SC, permitindo, assim, a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e seus dependentes. Destaca-se, em observância ao § 2º do art. 12 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, que a suplementação refere-se à inclusão de mil, cento e cinquenta e seis beneficiários.

4. Cabe ressaltar que o crédito decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

5. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, por se tratar de inclusão de categorias de programação não contempladas na Lei Orçamentária de 2006, à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17

de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Em atendimento ao disposto no § 10 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 2005, demonstra-se no quadro anexo à Exposição de Motivos o excesso de arrecadação da receita, utilizado parcialmente no presente crédito.

7. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da LDO-2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$100.000,00 (cem mil reais) tratam-se de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$209.808.000,00 (duzentos e nove milhões, oitocentos e oito mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e

c) o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

8. Integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre projeções plurianuais e os atributos da ação 0A29 – Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004), que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007).

9. Finalmente, cabe esclarecer que, no âmbito do Ministério da Educação, o presente crédito não implica alteração do PPA 2004-2007, uma vez que se trata de inclusão de subtítulos de ações constantes do referido Plano.

10. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO
(Art. 63, § 10, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

28283 – Fund. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Fonte 50: Recursos Próprios Não-financeiros

R\$ 1,00

NATUREZA	2006		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	
13110000 Aluguéis	40.887	48.803	7.916
14200000 Receita da Produção Animal e Derivados	5.655	0	-5.655
16000501 Serviços Hospitalares	5.839	364.775	358.936
16001300 Serviços Administrativos	1.334.851	3.692.298	2.357.447
16001600 Serviços Educacionais	2.000.000	1.600.000	-400.000
16001700 Serviços Agropecuários	36	8	-28
19189900 Outras Multas e Juros de Mora	12	167	155
19210600 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0	4.236	4.236
22190000 Alienação de Outros Bens Móveis	20.213	0	-20.213
Total	3.407.493	5.710.287	2.302.794
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			0
Créditos Suplementares e Especiais (F)			0
- Abertos			0
- Em tramitação (1)			100.000
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			2.202.794

(1) - Inclui o valor do presente crédito em 19.07.2006

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da
União para o exercício financeiro de 2006.**

LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004

**Dispõe sobre incentivos à inovação e à
pesquisa científica e tecnológica no ambien-
te produtivo e dá outras providências.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui normas gerais de direito finan-
ceiro para elaboração e controle dos orça-**

**mentos e balanços da União, dos Estados,
dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO. 5-5-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964).

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964).

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 12. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – às ações descentralizadas de saúde e assistência social para cada Estado e respectivos Municípios e para o Distrito Federal;

II – às ações de alimentação escolar para cada Estado e respectivos Municípios e para o Distrito Federal;

III – ao pagamento de benefícios do regime geral da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – ao pagamento de benefícios previdenciários ao trabalhador rural;

V – às despesas com previdência complementar;

VI – aos benefícios mensais às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em cumprimento ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição;

VII – às despesas com auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, inclusive das entidades da administração indireta que recebam recursos à conta dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VIII – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

IX – à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

X – ao atendimento das operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios, bem como daquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira, autorizadas até 5 de maio de 2000;

XI – ao pagamento de precatórios judiciais e de débitos judiciais periódicos vincendos, que constarão da programação das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

XII – ao cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor, incluídos os decorrentes dos Juizados Especiais Federais, que constarão da programação de trabalho dos respectivos tribunais, ou, no caso dos benefícios previdenciários, do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, aplicando-se, no caso de insuficiência orçamentária, o disposto no art. 17 da Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001;

XIII – às despesas com publicidade institucional e com publicidade de utilidade pública;

XIV – à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos da lei;

XV – à revisão geral dos servidores públicos civis; e

XVI – à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, à criação de cargos, empregos e funções ou à alteração de estrutura de carreiras.

§ 1º O disposto no inciso VII aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus militares e servidores públicos, e respectivos dependentes, por intermédio de serviços próprios.

§ 2º A inclusão de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata o inciso VII fica condicionada à informação do número de beneficiados nas respectivas metas.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dará prioridade à implantação e à descentralização dos Juizados Especiais.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de

forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 32 desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com

a classificação de que trata o art. 92, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

.....

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....
 Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 92, 10 e 11, (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 2º É vedada a execução de ação orçamentária constante do Plano, cuja alteração esteja sendo proposta, antes da aprovação do respectivo projeto de lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programa, conterá, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

III – estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício de sua apresentação e nos três exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 4º A estimativa de que trata o inciso III do § 3º, no caso de proposta que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, será considerada na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 6º Considera-se alteração de programa: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

I – alteração do megaobjetivo ou do desafio associados ao programa; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

II – adequação de denominação ou do objetivo do programa e modificação do seu público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

III – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

IV – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

V – alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 7º As alterações no Plano deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações orçamentárias do Plano serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 9º As alterações de que trata o inciso IV do § 6º poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 10. A inclusão de ação orçamentária, quando decorrente de fusão e desmembramento de atividades do mesmo programa, poderá ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, hipótese em que, a partir do exercício de 2006, deverão ser apresentados, em anexo à mensagem que encaminha o respectivo projeto de lei: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

I – o alinhamento da série histórica das alterações decorrentes da fusão ou do desmembramento das atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

II – os atributos dessas atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

III – as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

§ 12. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, no que se refere aos programas constantes do Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006).

I – o órgão responsável; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

II – os indicadores e os índices; e (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

III – os órgãos responsáveis pela execução das ações orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006).

.....

DECRETO Nº 5.780, DE 19 DE MAIO DE 2006

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”;
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, não-constantas do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos, assim identificadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos a partir da data de publicação deste Decreto, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 8-8-2006

Até 13/8 publicação e distribuição de avulsos;

Até 21/8 prazo final para apresentação de emendas;

Até 26/8 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 5/9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Os Projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 1.029 E 1.030, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.

PARECER Nº 1.029, DE 2006

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcante**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque, para exame, tão-somente de sua adequação jurídico-constitucional nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, já que o exame de seu mérito, a teor do art. 102, I, do mesmo diploma regimental, cabe à Comissão de Educação, responsável pela emissão de parecer de caráter terminativo, por sua maior afinidade temática com a matéria, na forma do despacho do Presidente do Senado, apostado neste processado e fundado no art. 49, I, do texto regimental desta Casa.

Trata-se de projeto autorizativo, delegando ao Poder Executivo a instituição do Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como limite mínimo a ser observado na fixação do salário mensal inicial das carreiras dos profissionais da educação, assim reconhecidos em legislação específica de cada sistema de ensino.

Tal piso, segundo o projeto, será estabelecido em conexão com o nível de formação dos profissionais de educação e requererá comprovação da habilitação do contratado em nível médio ou superior, obtida junto a instituição credenciada pelo órgão de educação competente.

No ano seguinte ao da sanção da lei em que redundar o projeto, os valores do referido piso salarial, para jornadas de 40 horas semanais, serão de R\$700,00 para os habilitados em nível médio e de R\$980,00 para os de nível superior.

Para os exercícios subseqüentes, o piso será fixado por lei de iniciativa do Executivo nunca em valor inferior a, no mínimo, 60% do investimento mínimo anual por aluno.

No art. 2º da proposição assegura-se aos educadores públicos em efetivo exercício o direito de opção pelo regime de trabalho e remuneração atuais, ou de se adaptarem à jornada exigida para percepção do piso salarial supramencionado, que nunca será inferior a 40 horas semanais e, no caso dos professores, deverá incluir, pelo menos, dois terços de atividades diretas de docência.

Finalmente, o 3º e último artigo da parte normativa do projeto prevê, para o custeio desse novo regime de remuneração, os recursos discriminados no art. 212 da Constituição Federal.

Justificando sua iniciativa, argumenta o autor que:

Esta medida vem resgatar a enorme e histórica dívida do poder público para com seus educadores hoje sendo obrigados a trabalhar em regime de múltiplas jornadas ou de múltiplos empregos, fazendo da nobre função de educador uma atividade secundária considerada como “bico” ou “quebra-galho”, ofuscada pelas inovações tecnológicas que, cada vez mais, impõem a todos os profissionais da educação uma necessária e permanente atualização de conhecimentos – inerente a própria função de educador, porém não oferecida pelo Poder Público – provocando a prática de vergonhosos salários, descontentamento e desestímulo profissionais.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

II – Análise

É indiscutível a competência concorrente da União, Estados e DF e, conseqüentemente, a do Congresso Nacional, para dispor sobre o assunto, como consta do art. 48, combinado com o art. 24, IX da Constituição da República.

Assim, é de fato lei federal a espécie normativa necessária a sua veiculação.

Ademais, a proposição obedece a boa técnica legislativa e a padrão de correção de linguagem compatível com um texto legal.

Além disso, não estando a matéria entre as gravadas com reserva temática de iniciativa privativa do

Presidente da República, pode qualquer Deputado ou Senador sobre ela inaugurar o processo legislativo.

A propósito, arrede-se, desde já, qualquer objeção ao seu trâmite, com base no caráter autorizativo da proposição, sob o argumento de a simples detenção dessa qualidade autorizativa implicar eiva de injuridicidade ou inconstitucionalidade, por falta de coercitividade ou por pretensa usurpação de iniciativa reservada ao Presidente da República de dispor sobre servidores públicos da União e Territórios, inclusive sobre o aumento de remuneração dos cargos, funções ou empregos públicos da administração direta e autárquica.

Tal argumentação não procede, tendo em vista o Parecer 527/1998, de autoria do saudoso Senador Josaphat Marinho, que afirma ser juridicamente possível a edição de leis autorizativas, considerando que “o efeito jurídico desse tipo de lei é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”.

E conclui seu parecer o eminente jurista e político, afirmando que “[o projeto autorizativo] apenas autoriza, sugere ou simplesmente menciona a faculdade da Administração de praticar ou não o ato segundo critérios de conveniência e oportunidade”.

Lembra ainda que “os Poderes são autônomos, porém harmônicos, o que permite procedimento conjugado”.

Ademais, haveria ainda poderosas razões de mérito a credenciar o presente projeto não só à aprovação desta CCJ, mas também à do Senado, já que se trata de iniciativa voltada a devolver um mínimo de dignidade salarial aos profissionais da educação, particularmente os das regiões menos desenvolvidas do País, seus principais beneficiários.

Com sua transformação em norma jurídica, a Nação estará dando, seguramente, um grande passo na superação desse gravíssimo problema de nossa agenda social: o da valorização do professor do ensino público.

No entanto, por imposição regimental expressa, cabe a esta Comissão de Justiça, no caso vertente, restringir sua análise da proposição à sua admissibilidade jurídico-constitucional e regimental, nos termos dos arts. 91, I, 49, I, e 101, I, do Regimento Interno do Senado, o que, de resto, damos por concluído.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004.

Sala da Comissão, 8 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 54 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i> Sen. Mozarildo Cavalcanti	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA <i>[Handwritten Signature]</i>
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN <i>[Handwritten Signature]</i>
JOSÉ JORGE <i>[Handwritten Signature]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Handwritten Signature]</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYC <i>[Handwritten Signature]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Handwritten Signature]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[Handwritten Signature]</i>	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI <i>[Handwritten Signature]</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI (Relator)
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO <i>[Handwritten Signature]</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON <i>[Handwritten Signature]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Handwritten Signature]</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

PARECER Nº 1.030, DE 2006

(Da Comissão de Educação)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia****I – Relatório**

Em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 59, de 2004. Trata-se de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, destinada a autorizar o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Pelo art. 1º do projeto, o piso constituirá o limite mínimo do salário inicial das carreiras dos profissionais da educação, assim considerados na legislação de cada sistema de ensino. Para sua aplicação, serão observadas a formação dos profissionais, a regularidade do vínculo contratual e jornada de trabalho mínima de quarenta horas semanais, dois terços desta dedicados à atividade docente, no caso de professores.

No ano seguinte ao de sanção da lei, o piso dos profissionais habilitados em nível médio será de R\$700,00 (setecentos reais), ao passo que o dos profissionais de nível superior será de R\$980,00 (novecentos e oitenta reais). Para os exercícios subseqüentes, o projeto prescreve a fixação do piso em lei de iniciativa do Poder Executivo, em patamar não inferior a 60% do investimento mínimo anual por aluno.

O art. 2º assegura aos educadores públicos em efetivo exercício o direito de opção pelo regime de trabalho e de remuneração atual.

O art. 3º indica como fonte de custeio das despesas decorrentes da implantação do piso os recursos vinculados à educação, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Finalmente, o art. 4º determina que a vigência da lei em que se transformar a proposição deve ter início com a sua publicação.

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa em 8-3-2006, o PLS nº 59, de 2004, foi encaminhado a esta Comissão, para apreciação terminativa, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

A instituição de piso salarial profissional nacional envolve reivindicação histórica do professorado brasileiro, fundada no entendimento de que a educação

é parte essencial de qualquer programa de Estado voltado ao desenvolvimento e à redução de diferenças sociais e regionais. Entretanto, como se encontra hoje, a oferta da educação nas diversas realidades do País parece tendente a reproduzir e acentuar desigualdades.

A disparidade de renda entre professores de regiões pobres e ricas constitui manifestação visível desse fenômeno, contribuindo, de forma decisiva, para a ocorrência de diferenças na qualidade da educação nos diversos sistemas de ensino e, via de consequência, para o recrudescimento de distorções socioeconômicas interregionais.

No âmbito das regiões mais ricas, os salários pagos aos profissionais da educação não têm correspondido à magnitude de sua função social. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgados em 2003, os profissionais da educação integram massa salarial situada entre as menos valorizadas do País.

Essas constatações geram resultados perversos para todo o sistema educacional e, em suma, para o País. De um lado, o aviltamento salarial reduz a atratividade da carreira docente a jovens profissionais bem preparados. De outro, obriga os que permanecem no magistério a assumir múltiplos empregos e a se aventurar em jornadas de trabalho extenuantes, em evidente e irreparável prejuízo da atualização e aperfeiçoamento permanentes, que são pré-requisitos para o desempenho esperado na carreira.

Por tudo isso, iniciativas de estabelecimento de piso salarial nos moldes propostos são necessárias para a inibição do ciclo de reprodução dessas mazelas sociais, e, por isso mesmo, meritórias.

É de se notar, no entanto, que um dos maiores óbices à implantação de uma política do Estado brasileiro nesse sentido tem sido a interpretação de que o piso previsto no inciso V do art. 206 da Constituição Federal deve ser definido no âmbito de cada sistema de ensino, tendo em conta a estrutura federativa brasileira, onde cada ente goza de autonomia para dispor acerca das questões alusivas aos respectivos servidores. Todavia, esse entrave tem perdido força.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9, de 2006, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), imprime, de forma explícita, caráter nacional e abrangente ao piso salarial em comento, beneficiando todos os profissionais da educação. Ademais, a mencionada PEC prevê a edição de lei federal para dispor sobre o piso salarial, o que, de algum modo, ratifica a oportunidade e a pró-atividade do PLS nº 59, de 2004.

Com o intuito de aperfeiçoar o projeto, sobretudo para assegurar a melhoria remuneratória dos profissionais de educação do setor público em todos os sistemas de ensino, seria conveniente inserir no PLS nº 59, de 2004, dispositivo que contemplasse a possibilidade de incremento salarial de acordo com as reais disponibilidades orçamentárias dos entes pagadores, sobretudo dos mais ricos, onde o custo de vida é mais elevado. No entanto, considerando que o piso nacional constitui parâmetro do valor mínimo a ser observado, nada há a obstar a ponderação de condições mais favoráveis, onde existirem, na política salarial para o magistério.

Na mesma linha, a despeito do caráter autorizativo, a proposição enseja aumento de despesa continuada com pessoal, o que pode suscitar arguição de afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) se não forem adotadas precauções ali prescritas. A par disso, sugerimos, por emenda, que a estimativa de gastos com a implementação da medida nos três primeiros anos de sua vigência seja feita pelo Poder Executivo, a exemplo de outros projetos apresentados no Congresso Nacional.

Por fim, parece-nos oportuno assegurar o valor real do piso estabelecido. A propósito, os pisos estimados pelo autor para aplicação a partir de 2005 já sofreram defasagem de aproximadamente 15% – de 7,6% e 5,7%, segundo os índices de inflação de 2004 e 2005 –, o que enseja a sua atualização.

No mais, a proposição não reclama reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, encontrando-se elaborada segundo as recomendações da boa técnica legislativa.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 59, de 2004, com emendas.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, a seguinte redação:

§ 2º No ano posterior ao da sanção da presente lei, os valores do piso salarial previsto no **caput** deste artigo, a serem observados para os profissionais com jornada de trabalho de quarenta horas semanais serão:

I – de R\$800,00 (oitocentos reais) para os habilitados em nível médio; e

II – de R\$1.100,00 (um mil e cem reais), para os habilitados em nível superior.

EMENDA Nº 2 – CE

Inclua-se o seguinte § 4º ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004:

§ 4º No caso em que os salários sejam superiores aos valores do piso salarial definidos no § 2º deste artigo, será aplicado o percentual integral correspondente ao investimento mínimo anual por aluno, calculado em relação ao ano imediatamente anterior à sanção da lei.

EMENDA Nº 3 – CE

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, o seguinte art. 4º, renumerando-se o que couber:

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, apresentará estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício posterior ao da sanção desta Lei e nos dois subseqüentes, a qual acompanhará o pertinente projeto de lei orçamentária apresentado após a publicação desta lei.

Parágrafo único. Os benefícios provenientes desta lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 059/04 NA REUNIÃO DE 01/08/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Sen. Wellington Salgado de Oliveira
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	RELATOR: 10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 059/2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES						CRISTOVAM BUARQUE					
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL	X				
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA	X				
MARCOS GUERRA	X					EDUARDO AZEREDO					
JUVÊNCIO DA FONSECA		X				SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN		X				LÚCIA VÂNIA					
VAGO						JOÃO BATISTA MOTTA	X				
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						AMIR LANDO					
GILVAM BORGES						GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X					VAGO					
ÍRIS DE ARAÚJO						GERALDO MESQUITA	X				
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA					
JOSE MARANHÃO		X				LUIZ OTÁVIO	X				
NEY SUASSUNA		X				ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO		X				VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						SIBÁ MACHADO					
PAULO PAIM	X					ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE						FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS	X					ANTONIO JOÃO					
IDELI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				
ROBERTO SATURNINO	X					MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI	X					PATRICIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIASI	X					JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X					VAGO					

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS AO PLS 059/2004
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: CL

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 08 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2004

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como limite mínimo a ser observado na fixação do salário mensal inicial das carreiras dos profissionais da educação, assim reconhecidos em legislação específica de cada sistema de ensino.

§ 1º O piso previsto neste artigo será estabelecido por nível de formação dos profissionais da educação, e sua aplicação requer regularidade do instrumento contratual firmado entre o contratante e o contratado e a comprovação da habilitação do contratado, em nível médio ou superior, obtida em instituição de ensino, credenciada junto ao órgão de educação competente, mediante apresentação do respectivo certificado de conclusão do curso requerido para o exercício do correspondente cargo ou função.

§ 2º No ano posterior ao da sanção da presente lei, os valores do piso salarial previsto no **caput** deste artigo, a serem observados para os profissionais com jornada de trabalho de quarenta horas semanais serão:

I – de R\$800,00 (oitocentos reais) para os habilitados em nível médio; e

II – de R\$1.100,00 (um mil e cem reais), para os habilitados em nível superior.

§ 3º Para os exercícios subsequentes ao previsto no § 2º, o piso previsto no **caput** deste artigo será fixado por lei de iniciativa do Poder Executivo, não podendo ser fixado em valores inferiores correspondentes a no mínimo 60% do investimento mínimo anual por aluno, podendo o Poder Executivo estabelecer percentuais diferentes para a habilitação em nível médio e nível superior.

§ 4º No caso em que os salários sejam superiores aos valores do piso salarial definidos no § 2º deste artigo, será aplicado o percentual integral correspondente ao investimento mínimo anual por aluno, calculado em relação ao ano imediatamente anterior à sanção da lei.

Art. 2º Em cada rede pública de ensino será assegurado aos educadores em efetivo exercício no âmbito da educação, o direito de optar pelo regime de trabalho e de remuneração atuais, ou de se adaptarem à jornada de trabalho exigida para garantia do piso salarial previsto na presente lei, a qual nunca será inferior a 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. A jornada de trabalho integral de quarenta horas, exigida para garantia do piso salarial previsto nesta lei, deverá incluir, no caso dos professores, pelo menos dois terços dedicados a atividades diretas de docência.

Art. 3º Os recursos necessários ao pagamento da remuneração dos Educadores Públicos no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurando-se o cumprimento do piso instituído por esta lei, serão oriundos dos recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, apresentará estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício posterior ao da sanção desta lei e nos dois subsequentes, a qual acompanhará o pertinente projeto de lei orçamentária apresentado após a publicação desta lei.

Parágrafo único. Os benefícios provenientes desta lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente – Senadora **Lúcia Vânia**, Relatora.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
IX – educação, cultura, ensino e desporto;
.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie.

OF. Nº CE/103/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 059, de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECERES Nºs 1.031 A 1.33, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.031, DE 2006

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

O ilustre Senador Eduardo Suplicy apresenta à deliberação desta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências”.

Após manifestação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, essa proposição será encaminhada à apreciação das Comissões de Assuntos

Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

O Fundo Brasil de Cidadania – Cidadania, que o Poder Executivo fica autorizado a instituir e cujos recursos integrarão o orçamento da seguridade social, deve ser vinculado ao Ministério da Fazenda e se destina a repassar recursos e oferecer financiamento ao Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM.

O projeto determina que o capital inicial do Cidadania será constituído com 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Identifica também como recursos desse fundo dotações consignadas no Orçamento Geral da União e metade das receitas oriundas das privatizações, das concessões e permissões de prestação de serviços públicos e das concessões de direitos de exploração do subsolo. Os repasses a serem feitos pelo Tesouro Nacional devem observar os mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As disponibilidades financeiras do Cidadania devem ser aplicadas seguindo as mesmas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para as entidades fechadas de previdência privada.

Para gerir o Cidadania, é instituído o Conselho Deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania – CD Cidadania, composto por cinco representantes da sociedade civil e pelos ministros da Fazenda, de Orçamento e Gestão, da Previdência e Assistência Social e da Educação, cabendo aos ministros indicar seus respectivos suplentes.

Ao Ministério da Fazenda competem as tarefas técnico-administrativas relativas à gestão do PGRM, cabendo-lhe também arcar com as despesas relativas à implantação do Cidadania. O Banco do Brasil, por seu turno, funcionará como agente financeiro desse fundo.

O Projeto de Lei do Senado nº 82/99 prevê ainda as condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do Cidadania: o compromisso de implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima na unidade da Federação receptora do investimento e a comprovação ao atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei de Organização e Assistência Social. Por fim, cabe ao CD Cidadania definir os projetos que terão preferência na liberação dos recursos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Voto

A dedicação do nobre Senador Eduardo Suplicy à criação e aperfeiçoamento de um programa de garantia de renda mínima é por todos conhecida. A causa é, sem dúvida, justa e de grande impacto social. Seu Projeto de Lei do Senado nº 82/99 é mais uma contribuição que busca criar as condições necessárias ao fortalecimento desse programa.

Essa proposição, como mencionado antes, autoriza a criação de um fundo com o objetivo específico de financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM. Sobre esse programa, no entanto, limita-se a esclarecer que a renda mínima é garantida aos brasileiros como um direito à cidadania. Com isso, há que se concluir que o Programa de Garantia de Renda Mínima mencionado na proposição é o criado com base na Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, a qual “Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

Assim sendo, por exigência da Lei Complementar nº 95/98 e de seu decreto regulamentador (Decreto nº 2.954, de 29/01/99), que propugnam que se deve evitar a edição de leis novas de caráter independente, optando-se pela inserção de comandos novos nas leis já existentes, é necessário inserir o teor do Projeto de Lei do Senado nº 82/99 no corpo da Lei nº 9.533/97. Esse é um dos motivos por que apresentamos, ao final deste parecer, um substitutivo a essa proposição.

Observe-se que, assim procedendo e tendo em vista que aquela lei já menciona recursos para custear o apoio financeiro da União aos programas de garantia de renda mínima, julgamos preferível não identificar quais recursos devem compor o capital inicial do Cidadania. O que fizemos foi determinar que as dotações orçamentárias citadas na Lei nº 9.533/97 devem se somar às demais fontes que estão sendo propostas para constituir o fundo.

Tivemos, ademais, que introduzir modificações com o objetivo específico de sanar inconstitucionalidades identificadas no projeto, relacionadas a vício de iniciativa.

Como é do amplo conhecimento de todos os membros desta Comissão, a Carta Magna, em seu art. 61, § 1º, II, e), determina que “são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública “. Da mesma forma,

estamos todos cientes de que, nos termos do Parecer nº 527/98, esta Comissão já se posicionou no sentido de que projeto de lei autorizativa não é passível de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Ocorre, no entanto, que o Projeto de Lei do Senado nº 82/99, de um lado, apenas autoriza a criação do Fundo Brasil de Cidadania, mas, de outro, institui diretamente o seu conselho deliberativo, estabelece competências para órgãos específicos do Poder Executivo e define atribuições para vários ministros de estado. Nesse momento, retira do Presidente da República sua prerrogativa de propor quais os órgãos e auxiliares que devem executar as determinações legais.

Para sanar a inconstitucionalidade daí decorrente, propomos que se suprima, do Projeto de Lei do Senado nº 82/99:

1. a vinculação do Cidadania ao Ministério da Fazenda;
2. a determinação ao Tesouro Nacional que repasse os recursos do fundo;
3. a atribuição para o Presidente da República indicar e nomear os representantes da sociedade civil no conselho deliberativo;
4. a identificação dos representantes governamentais nesse conselho, no caso os Ministros de Estado da Fazenda, de Orçamento e Gestão, da Previdência e Assistência Social e da Educação;
5. a definição de que compete ao Ministério da Fazenda as tarefas técnico-administrativas relativas à gestão do PGRM e as despesas relativas à implantação do Cidadania; e
6. a identificação do Banco do Brasil como o agente financeiro do Cidadania.

No caso do conselho deliberativo, ao invés de usar a expressão “é instituído o Conselho Deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania – Cidadania” e de identificar os representantes governamentais, optamos por estabelecer que “Para gerir o Cidadania, deve ser instituído um conselho deliberativo” e por definir que devem compô-lo quatro representantes dos órgãos governamentais que atuam no âmbito do Programa de Garantia de Renda Mínima. Também, em vez de especificar que a presidência do conselho cabe ao Ministro da Fazenda, estabelecer que essa presidência compete ao representante governamental do órgão ao qual ficar vinculado o fundo. Ainda com relação a esse conselho, deixamos claro que os prazos para os man-

dados só se aplicam aos representantes da sociedade civil e que compete ao Poder Executivo proporcionar a cidadania os meios necessários ao exercício de suas competências.

A par dessas alterações, introduzimos pequenas modificações para deixar o texto mais preciso e consentâneo com as normas de elaboração de instrumentos legais. Nesse sentido, além de alguns pequenos ajustes redacionais, simplificamos o art. 1º do projeto, definindo simplesmente que o Cidadania se destina ao financiamento do programa de renda mínima e retirando a explicação de que a renda mínima é garantida como um direito à cidadania.

O substitutivo que apresentamos a seguir, como se pode observar, sana os problemas de inconstitucionalidade por nós detectados no Projeto de Lei do Senado nº 82/99, estando pronto para ser analisado, quanto ao mérito, pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, nos termos do substitutivo que se segue.

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1999

Altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que trata do programa de garantia de renda mínima, com vistas a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo e dar outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socio-educativas”, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 9º-A Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Fundo Brasil de Cidadania – CIDADANIA –, fundo contábil, de natureza financeira, subordinado, no que couber, à legislação vigente e destinado ao financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM de que trata esta lei.

Art. 9º-B Constituem recursos do Cidadania, além das dotações consignadas no

Orçamento Geral da União a que se refere o art. 9º:

I – 10% (dez por cento) da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras;

II – 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos em moeda corrente, títulos e créditos, inclusive decorrentes de acordos específicos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização;

III – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação de serviço público;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades previstas no § 1º do art. 176 da Constituição Federal;

V – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da contratação, com empresas estatais ou privadas, da realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da Constituição Federal;

VI – 50% (cinquenta por cento) da renda oriunda dos imóveis pertencentes à União;

VII – outros bens, direitos e ativos da União, bem como créditos, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

VIII – rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio da Cidadania;

IX – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber.

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito da Cidadania no exercício seguinte.

Art. 9º-C Visando conferir segurança, rentabilidade, solvência e liquidez às disponibilidades financeiras da Cidadania, as aplicações dessas disponibilidades deverão ser efetuadas em conformidade com as mesmas diretrizes estabelecidas, pelo Conselho Monetário Nacional, para as entidades fechadas de previdência privada.

Art. 9º-D O repasse dos recursos ao Cidadania será feito nos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 9º-E Para gerir o cidadania, deve ser instituído um conselho deliberativo, composto de nove membros e respectivos suplentes, sendo:

I – cinco representantes da sociedade civil, dos quais um dos beneficiários ou de organizações de beneficiários do PGRM; um das entidades e organizações de assistência social; e três de notório saber nas áreas de assistência social, de educação e de economia;

II – quatro representantes dos órgãos do Governo Federal que atuam no âmbito do PGRM.

§ 1º O mandato dos representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º A presidência do conselho deliberativo compete ao representante governamental do órgão ao qual ficar vinculado o fundo.

§ 3º A atividade exercida pelos membros do conselho deliberativo é considerada como de relevante serviço prestado à Nação, não recebendo seus membros qualquer remuneração.

§ 4º As reuniões e decisões do conselho deliberativo terão ampla publicidade e divulgação.

Art. 9º-F Compete ao conselho deliberativo gerir o Cidadania e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – aprovar e acompanhar a execução dos Planos de Trabalho Anual e Quinquenal do PGRM e os respectivos orçamentos;

II – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do Cidadania;

III – elaborar e divulgar, anualmente, a proposta orçamentária do Cidadania e o quadro demonstrativo do planejamento plurianual das respectivas receitas e despesas, visando ao equilíbrio orçamentário e financeiro nos cinco exercícios subsequentes, bem como eventuais alterações;

IV – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao PGRM e regulamentar os dispositivos desta lei no âmbito de sua competência;

V – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VI – fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre quaisquer atos administrativos;

VII – divulgar, no **Diário Oficial da União**, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do Cidadania e os respectivos pareceres emitidos;

VIII – publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados;

IX – definir sobre a aplicação das disponibilidades transitórias de caixa do fundo;

X – deliberar sobre outros assuntos de interesse do PGRM e do cidadania.

Art. 9º-G Compete ao Poder Executivo proporcionar ao conselho deliberativo os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 9º-H São condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do Cidadania:

I – o compromisso de implementação do PGRM, por meio de legislação específica, na unidade da Federação receptora do investimento;

II – a comprovação de atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei de Organização e Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. A definição dos projetos que terão preferência na liberação dos recursos do fundo será feita pelo conselho deliberativo do Cidadania.

Art. 9º-I Os recursos do Cidadania integram o orçamento da seguridade social, na forma da legislação pertinente.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de fevereiro de 2000. –
José Agripino, Presidente **Álvaro Dias**, Relator – **Luzia Toledo** – **José Alencar** – **Eduardo Suplicy** – **Agnelo Alves** – **José Fogaça** – **Pedro Simon** – **Edison Lo-**

vão – Iris Rezende – Sérgio Machado – Francelino Pereira – Romeu Tuma – Lúcio Alcântara.

PARECER Nº 1.032, DE 2006

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Encontra-se sob a apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplícý, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse Fundo, e dá outras providências. A finalidade do Fundo é o financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, instituído pela Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

Nos seus 14 artigos, o Projeto estabelece:

a) o capital inicial do Fundo, constituído por 10% a participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras (art. 2º);

b) suas fontes de recursos, entre elas metade das receitas originadas das privatizações, das concessões e das permissões de serviços públicos e das concessões de direitos de exploração do subsolo (art. 3º);

c) as diretrizes de aplicação dos recursos e os prazos para seu repasse (arts. 4º e 5º);

d) a instituição do Conselho Deliberativo do Fundo, bem como sua composição, mandatos e competências (arts. 6º e 7º);

e) a competência do Ministério da Fazenda no que respeita à gestão técnico-administrativa do Fundo;

f) a designação do Banco do Brasil como seu agente financeiro.

Na justificação, o autor recorre ao princípio que estabelece o direito de todo cidadão ao usufruto de parte da riqueza nacional. Menciona o exemplo do estado norte-americano do Alasca, onde existe, desde 1976, um fundo similar que veio a conceder, em 1997, dividendos de US\$1.296 a cada habitante do estado. Lembra, ainda, que, no Brasil, o Programa de Garantia de Renda Mínima é o instrumento legal de efetivação

do mesmo princípio. O aprimoramento gradual desse programa, no entanto, encontra-se na dependência do provimento regular de recursos suficientes, provimento que seria garantido pelo Fundo objeto do projeto em apreço.

Encaminhado em primeiro lugar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo, que expurgou da redação original vícios de técnica legislativa e de inconstitucionalidade, particularmente no que diz respeito à iniciativa, vez que o projeto invadia a competência do Poder Executivo de definir quais os órgãos encarregados da execução das determinações legais nele previstas.

Após a manifestação desta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto será encaminhado ainda à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem caberá a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

No que respeita à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta, a maior parte das falhas existentes na redação original foram sanadas pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em síntese, a nova redação promove, de um lado, a inserção da proposta no corpo da Lei nº 9.533, de 1997, em obediência ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, e, de outro lado, retira toda referência aos órgãos do Poder Executivo encarregados de sua implementação.

Cabe assinalar, no entanto, que, posteriormente à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania. A inserção da proposta na legislação vigente deveria ter como objeto, em razão da afinidade maior da matéria, essa lei e não a Lei nº 9.533, de 1997, como proposto por aquela Comissão. Além disso, o Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mantém, em seu art. 4º, a cláusula revogatória genérica, procedimento vedado pela Lei Complementar nº 95, de 1998, em seu art. 9º. Nele é também preservado o art. 2º do projeto original, no qual figura o prazo de sessenta dias para a regulamentação da Lei, procedimento condenado hoje como interferência indevida na autonomia do Poder Executivo, com maior razão no caso de projetos de caráter autorizativo.

Sobre o mérito, é preciso assinalar a pertinência da proposta. É sobejamente conhecida de todos a situação de pobreza que atinge parte significativa de nossa população, assim como a desigualdade social extrema que entre nós vigora. Não podemos ser considerados, sob qualquer parâmetro, um País pobre. No entanto, a desigualdade produz uma minoria de cidadãos que gozam de elevada qualidade de vida e concentra a pobreza na maioria restante, privada de renda, propriedade, conhecimento e oportunidades de vida e de trabalho.

Sabemos também que esse estado de coisas lastimável tem-se mostrado resistente a inúmeras tentativas de superação. Resistiu a um longo período de crescimento econômico acelerado e, mais recentemente, ao incremento dos esforços do Estado com o conjunto de suas políticas sociais.

A garantia de um montante mínimo de renda a todo cidadão carente parece ser o meio mais eficiente para a superação dessa situação, uma vez que prescinde de um corpo burocrático oneroso, encarregado de dar provimento às necessidades da população beneficiada pela política. Substitui, portanto, com vantagem, programas baseados na distribuição de alimentos, remédios e outros bens indispensáveis à sobrevivência.

III – Voto

Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 2 – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1999

Altera a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que instituiu a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 4º-A. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Fundo Brasil de Cidadania – CIDADANIA -, fundo contábil, de natureza

financeira, subordinado, no que couber, à legislação vigente e destinado ao financiamento do Renda Básica de Cidadania – RBC de que trata esta lei.

Art. 4º-B. Constituem recursos do Cidadania, além das dotações consignadas no Orçamento Geral da União a que se refere o art. 9º:

I – 10% (dez por cento) da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras;

II – 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos em moeda corrente, títulos e créditos, inclusive decorrentes de acordos específicos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização;

III – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação de serviço público;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades previstas no § 1 do art. 176 da Constituição Federal;

V – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da contratação, com empresas estatais ou privadas, da realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da Constituição Federal;

VI – 50% (cinquenta por cento) da renda oriunda dos imóveis pertencentes à União;

VII – outros bens, direitos e ativos da União, bem como créditos, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

VIII – rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Cidadania;

IX – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber.

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito do Cidadania no exercício seguinte.

Art. 4º-C. Visando conferir segurança, rentabilidade, solvência e liquidez às disponibilidades financeiras do Cidadania, as apli-

cações dessas disponibilidades deverão ser efetuadas em conformidade com as mesmas diretrizes estabelecidas, pelo Conselho Monetário Nacional, para as entidades fechadas de previdência privada.

Art. 4º-D. O repasse dos recursos ao Cidadania será feito nos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 4º-E. Para gerir o Cidadania, deve ser instituído um conselho deliberativo, composto de nove membros e respectivos suplentes, sendo:

I – cinco representantes da sociedade civil, dos quais um dos beneficiários ou de organizações de beneficiários do RBC; um das entidades e organizações de assistência social; e três de notório saber nas áreas de assistência social, de educação e de economia;

II – quatro representantes dos órgãos do Governo Federal que atuam no âmbito do RBC.

§ 1º O mandato dos representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º A presidência do conselho deliberativo compete ao representante governamental do órgão ao qual ficar vinculado o fundo.

§ 3º A atividade exercida pelos membros do conselho deliberativo é considerada como de relevante serviço prestado à Nação, não recebendo seus membros qualquer remuneração.

§ 4º As reuniões e decisões do conselho deliberativo terão ampla publicidade e divulgação.

Art. 4º -F. Compete ao conselho deliberativo gerir o Cidadania e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – aprovar e acompanhar a execução dos Planos de Trabalho Anual e Quinquenal do RBC e os respectivos orçamentos;

II – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do Cidadania;

III – elaborar e divulgar, anualmente, a proposta orçamentária do Cidadania e o qua-

dro demonstrativo do planejamento plurianual das respectivas receitas e despesas, visando ao equilíbrio orçamentário e financeiro nos cinco exercícios subsequentes, bem como eventuais alterações;

IV – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao RBC e regulamentar os dispositivos desta lei no âmbito de sua competência;

V – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VI – fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre quaisquer atos administrativos;

VII – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do Cidadania e os respectivos pareceres emitidos;

VIII – publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados;

Art. 4º-G. Compete ao Poder Executivo proporcionar ao conselho deliberativo os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 4º-H. São condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do Cidadania:

I – o compromisso de implementação do RBC, por meio de legislação específica, na unidade da Federação receptora do investimento;

II – a comprovação de atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. A definição dos projetos que terão preferência na liberação dos recursos do fundo será feita pelo conselho deliberativo do Cidadania.

Art. 4º -I. Os recursos do Cidadania integrarão o orçamento da seguridade social, na forma da legislação pertinente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR RODOLPHO TOURINHO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
(VAGO)	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB.	6- PAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
VAGO	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
DELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

PARECER Nº 1.033, DE 2006

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Veio a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse Fundo, e dá outras providências. A finalidade do Fundo é o financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), instituído pela Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

Inicialmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Naquela Comissão, a mesma foi aprovada, na forma de substitutivo que expurgou vícios de técnica legislativa e de inconstitucionalidade, particularmente no que diz respeito à iniciativa, vez que o projeto invadia a competência do Poder Executivo de definir quais os órgãos encarregados da execução das determinações legais nele previstas.

Em seguida, foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi aprovada na forma de novo substitutivo apresentado pelo Senador Rodolfo Tourinho, que objetivou adaptar a proposição a alteração legislativa ocorrida após a apreciação da matéria pela CCJ. Assim, a autorização concedida ao Poder Executivo para a criação do Fundo Brasil de Cidadania passa a ser parte da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania.

Cabe, agora, a CAE manifestar-se terminativamente sobre a matéria, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O Substitutivo aprovado na CCJ corrigiu as falhas de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição original. Por sua vez, o Substitutivo aprovado na CAS incorporou as mudanças aprovadas na CCJ e aperfeiçoou ainda mais o projeto ao adaptá-lo à legislação superveniente, na forma do que determina a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O PLS nº 82, de 1999, é meritório e merece prosperar por ser mais um instrumento na luta contra a situação de pobreza e desigualdade social que atinge parte significativa da população brasileira. Temos observado que tal estado de coisas, não obstante o continuado esforço de diversos governos, não tem dado sinais significativos de melhoria.

A proposição em tela avança no sentido dessa almejada melhoria. Conforme destacado no Parecer aprovado na CAS, “a garantia de um montante mínimo de renda a todo cidadão carente parece ser o meio mais eficiente para a superação dessa situação, uma vez que prescinde de um corpo burocrático oneroso, encarregado de dar provimento às necessidades da população beneficiada pela política. Substitui, portanto, com vantagem, programas baseados na distribuição de alimentos, remédios e outros bens indispensáveis à sobrevivência”.

III – Voto

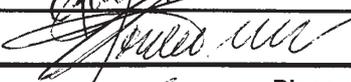
Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala da Comissão,

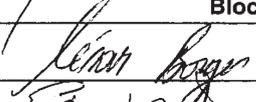
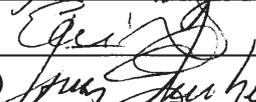
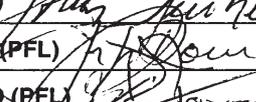
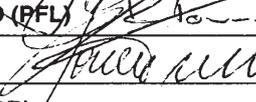
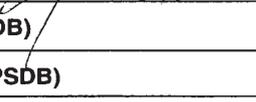
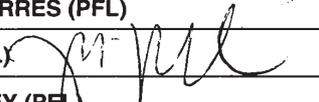
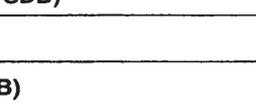
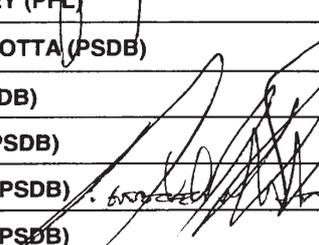
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 82, DE 1999
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 DE JULHO DE 2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

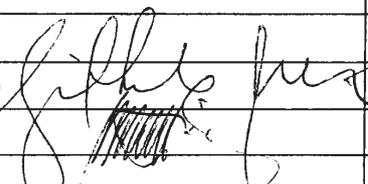
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

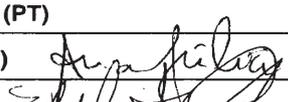
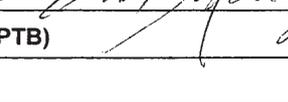
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL) 	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL) 
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
ASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

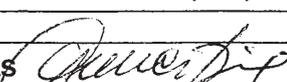
PMDB

RAMAZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
SARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
JOÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PIERRO MESTRINHO 	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
ATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS 	1- JEFFERSON PÉRES
--	--------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 03-CAS-CAE (Substitutivo) apresentada ao PLS nº 82, de 1999.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES (PFL)	X				JOSÉ AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBÃO (PFL)	X				ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERÁCLITO FORTES (PFL)	X			
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	X				DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSÉ JORGE (PFL)	X			
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)					JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)					ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)					JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO JUCA				
LUIZ OTÁVIO					GILVAM BORGES				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
VALDIR RAUJUP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA					LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					ANTONIO JOÃO (PTB)				
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	X				AEILTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLIICY (PT)			X		ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLÁVIO ARNS (PT)				
JOÃO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)					SERYS SLEHSSARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				JEFFERSON PERES				

TOTAL 16 SIM 14 NÃO — PREJ — AUTOR 1 ABS — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/07/06.

[Assinatura]
Senador Luiz Otávio
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132,8º, RISF)
* VAGA CEDIDA PELO PMDB

TEXTO FINAL
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
EMENDA Nº 3 – CAS–CAE (SUBSTITUTIVO)
OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1999

Altera a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo e dar outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 4º-A. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Fundo Brasil de Cidadania – CIDADANIA -, fundo contábil, de natureza financeira, subordinado, no que couber, à legislação vigente e destinado ao financiamento do Renda Básica de Cidadania – RBC de que trata esta lei.

Art. 4º-B. Constituem recursos do Cidadania, além das dotações consignadas no Orçamento Geral da União a que se refere o art. 9º.

I – 10% (dez por cento) da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras;

II – 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos em moeda corrente, títulos e créditos, inclusive decorrentes de acordos específicos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização;

III – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação de serviço público;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da autorização ou concessão das atividades previstas no § 1º do art. 176 da Constituição Federal;

V – 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos da contratação, com empresas estatais ou privadas, da realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 da Constituição Federal;

VI – 50% (cinquenta por cento) da renda oriunda dos imóveis pertencentes à União;

VII – outros bens, direitos e ativos da União, bem como créditos, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

VIII – rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Cidadania;

IX – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber.

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito do Cidadania no exercício seguinte.

Art. 4º-C. Visando conferir segurança, rentabilidade, solvência e liquidez às disponibilidades financeiras do Cidadania, as aplicações dessas disponibilidades deverão ser efetuadas em conformidade com as mesmas diretrizes estabelecidas, pelo Conselho Monetário Nacional, para as entidades fechadas de previdência privada.

Art. 4º-D. O repasse dos recursos ao Cidadania será feito nos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 4º-E. Para gerir o Cidadania, deve ser instituído um conselho deliberativo, composto de nove membros e respectivos suplentes, sendo:

I – cinco representantes da sociedade civil, dos quais um dos beneficiários ou de organizações de beneficiários do RBC; um das entidades e organizações de assistência social; e três de notório saber nas áreas de assistência social, de educação e de economia;

II – quatro representantes dos órgãos do Governo Federal que atuam no âmbito do RBC.

§ 1º O mandato dos representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º A presidência do conselho deliberativo compete ao representante governamental do órgão ao qual ficar vinculado o fundo.

§ 3º A atividade exercida pelos membros do conselho deliberativo é considerada como de relevante serviço prestado à Nação, não recebendo seus membros qualquer remuneração.

§ 4º As reuniões e decisões do conselho deliberativo terão ampla publicidade e divulgação.

Art. 4º-F. Compete ao conselho deliberativo gerir o Cidadania e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – aprovar e acompanhar a execução dos Planos de Trabalho Anual e Quinquenal do RBC e os respectivos orçamentos;

II – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do Cidadania;

III – elaborar e divulgar, anualmente, a proposta orçamentária do Cidadania e o quadro demonstrativo do planejamento plurianual das respectivas receitas e despesas, visando ao equilíbrio orçamentário e financeiro nos cinco exercícios subsequentes, bem como eventuais alterações;

IV – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao RBC e regulamentar os dispositivos desta lei no âmbito de sua competência;

V – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VI – fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre quaisquer atos administrativos;

VII – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do Cidadania e os respectivos pareceres emitidos;

VIII – publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados;

Art. 4º-G. Compete ao Poder Executivo proporcionar ao conselho deliberativo os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 4º- H. São condições para a obtenção de financiamento ou de repasse de recursos do Cidadania:

I – o compromisso de implementação do RBC, por meio de legislação específica, na unidade da Federação receptora do investimento;

II – a comprovação de atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. A definição dos projetos que terão preferência na liberação dos recursos do fundo será feita pelo conselho deliberativo do Cidadania.

Art. 4º -I. Os recursos do Cidadania integrarão o orçamento da seguridade social, na forma da legislação pertinente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006. – **Luiz Otávio**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.533, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

LEI Nº 10.835, DE 8 DE JANEIRO DE 2004

Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 4.176, DE 28 DE MARÇO DE 2002

Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.117, DE 13 DE JULHO DE 1999

Regulamenta a concessão de apoio financeiro aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO,
DO REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências”.

O projeto em análise foi apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy em março de 1999 com o objetivo de criar o Fundo Brasil de Cidadania para financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), instituído pela Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi relatado pelo Senador Álvaro Dias, que em seu parecer ofereceu substitutivo visando corrigir problemas de técnica legislativa e constitucionalidade; sem apresentar alterações de conteúdo e mérito.

O projeto foi, então, encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação de mérito em caráter terminativo, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Lei nº 9.533/97 autorizou o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de garantia de renda mínima instituídos por municípios. Tais programas deveriam atender a famílias que se enquadrassem nos seguintes critérios:

I – renda familiar **per capita** inferior a meio salário mínimo;

II – filhos ou dependentes menores de catorze anos;

III – comprovação, pelos responsáveis, da matrícula e frequência de todos os seus dependentes entre sete e catorze anos, em escola pública ou em programas de educação especial” (art. 5º)

Na regulamentação do referido programa, o Poder Executivo designou, através do Decreto nº 3.117/99, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, como gestor do programa.

O PLS nº 82/99, aqui em exame, visava criar uma fonte de recursos estável para financiar tal programa. Nesse sentido, o seu art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania (CIDADANIA) destinado a repassar recursos ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Os arts 2º a 5º definem fontes de recursos e regras de gestão do fundo. O art. 6º institui o Conselho Deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania (CIDADANIA); destinado a deliberar sobre a aplicação dos recursos, O art. 8º confere ao Ministério da Fazenda a tarefa de gestão administrativa do fundo. O art. 9º atribui ao Banco do Brasil a gestão financeira do Cidadania. O art. 10

lista as condições para obtenção de financiamento ou repasse de recursos pelo fundo. O art. 11 define que os recursos do Cidadania devem integrar o orçamento da seguridade social. O art. 12 determina o prazo de 60 (sessenta) dias após à publicação da lei para que o Poder Executivo regulamente a matéria.

Não foram apresentadas emendas no prazo regulamentar.

II – Análise

O PLS nº 82, de 1999, atende ao requisito constitucional de iniciativa da proposição, de que trata o art. 61 da Constituição Federal, por se tratar de projeto de lei autorizativa, matéria não passível de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, segundo dispõe o Parecer nº 527/98 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Todavia, seu mérito parece prejudicado em função da promulgação da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, que Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação — “Bolsa Escola”, e dá outras providências, ambas versando sobre matéria da mesma natureza daquela tratada no projeto de lei.

A Emenda Constitucional nº 31, de 2000, acrescenta os artigos 79 a 83 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O art. 79 institui, no âmbito do Poder Executivo Federal e para vigorar até o ano de 2010, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, devendo seus recursos serem aplicados em ações complementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Os arts. 80 e 81 dispõem sobre os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O art. 82 impõe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a obrigatoriedade de instituírem Fundos de Combate à Pobreza. O art. 83 prevê que lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza já criou as fontes de recursos necessárias ao financiamento de programas de renda mínima. Tal fundo conta com pelo menos R\$4 bilhões ao ano (art. 81, § 1º, ADCT). Assim sendo, não seria necessário criar uma nova fonte de recursos.

Ademais, parcela significativa dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza tem

sido aplicada no Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação — “Bolsa Escola” (R\$1,7 bilhão em 2001). Esse programa, ao ser criado, absorveu o antigo sistema de apoio da União aos programas municipais de garantia de renda mínima. O art. 14 da Lei nº 10.219/2001, que criou o Bolsa Escola, dispõe:

Art. 14. A participação da União em programas municipais de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas previstos na Lei nº 9.533, de 1997, passa a obedecer, exclusivamente, ao disposto nesta lei.

De fato, em consulta à direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela gerência do antigo programa de garantia de renda mínima, fomos informados de que tal programa foi inteiramente desativado e suas ações incorporadas ao programa Bolsa Escola.

Em suma, o PLS nº 82/99 está prejudicado por dois motivos:

a) já existe o fundo de financiamento de programas de renda mínima que o Projeto pretendia criar;

b) não mais existe o programa de renda mínima que o projeto pretendia financiar.

III – Voto

Manifesto-me, assim, pela prejudicialidade do PLS nº 82, de 1999, bem como do substitutivo a ele aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, face às disposições da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, e da Lei nº 10.219, de 2001.

Sala da Comissão,

RELATÓRIO

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências”.

O projeto em análise foi apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy em março de 1999 com o objetivo de criar o Fundo Brasil de Cidadania para financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), instituído pela Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

A Lei nº 9.533/97 autorizou o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de garantia de renda mínima instituídos por municípios. Tais programas deveriam atender a famílias que se enquadrassem nos seguintes critérios:

I — renda familiar **per capita** inferior a meio salário mínimo;

II – filhos ou dependentes menores de catorze anos;

III — comprovação, pelos responsáveis, da matrícula e frequência de todos os seus dependentes entre sete e catorze anos, em escola pública ou em programas de educação especial. (art. 5º)

Na regulamentação do referido programa, o Poder Executivo designou, pelo Decreto nº 3.117/99, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, como gestor do programa.

O PLS nº 82/99, aqui em exame, visa criar uma fonte de recursos estável para financiar tal programa. Nesse sentido, o seu art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania (CIDADANIA) destinado a repassar recursos ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Os arts. 2º a 5º definem fontes de recursos e regras de gestão do fundo. O art. 6º institui o Conselho Deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania (CIDADANIA); destinado a deliberar sobre a aplicação dos recursos. O art. 8º confere ao Ministério da Fazenda a tarefa de gestão administrativa do fundo. O art. 9º atribui ao Banco do Brasil a gestão financeira do Cidadania. O art. 10 lista as condições para obtenção de financiamento ou repasse de recursos pelo fundo. O art. 11 define que os recursos do Cidadania devem integrar o orçamento da seguridade social. O art. 12 determina o prazo de 60 (sessenta) dias após à publicação da lei para que o Poder Executivo regulamente a matéria.

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi relatado pelo Senador Álvaro Dias, que em seu parecer ofereceu substitutivo visando corrigir problemas de técnica legislativa e constitucionalidade; sem apresentar alterações de conteúdo e mérito. Para sanar os problemas encontrados no PLS original, o Substitutivo da CCJ propôs várias alterações:

A nova redação leva em conta a exigência da Lei Complementar nº 95, de 1998, e de seu decreto regulamentador (Decreto nº 2.954, de 29-1-99), que propugnam que se deve evitar a edição de leis novas de caráter independente, ao propor a inserção do teor do Projeto de Lei do Senado nº 82/99 no corpo da Lei nº 9.533, de 1997, que “autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas”.

Além disso, foram suprimidos do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, os seguintes elementos:

1. a vinculação do Cidadania ao Ministério da Fazenda;

2. a determinação ao Tesouro Nacional que repasse os recursos do fundo;

3. a atribuição para o Presidente da República indicar e nomear os representantes da sociedade civil no conselho deliberativo;

4. a identificação dos representantes governamentais nesse conselho, no caso os Ministros de Estado da Fazenda, de Orçamento e Gestão, da Previdência e Assistência Social e da Educação;

5. a definição de que compete ao Ministério da Fazenda as tarefas técnico-administrativas relativas à gestão do PGRM e as despesas relativas à implantação do Cidadania; e

6. a identificação do Banco do Brasil como o agente financeiro do Cidadania.

Além disso, foram feitas outras alterações de linguagem, que tornaram o texto mais preciso e com mais rigor técnico.

Após ser analisado pela CCJ, o projeto foi, então, encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação de mérito em caráter terminativo, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas no prazo regulamentar.

II – Análise

O objetivo do PLS nº 82, de 1999, é autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, destinado a financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima. Entendemos como justa e de grande impacto social a causa a ele associada.

Trata-se, além disso, de uma proposta legislativa muito oportuna. Sendo este um projeto de lei autorizativa, ele não seria factível se não estivesse alinhado com as idéias do Poder Executivo. Ocorre, no entanto, que o Brasil vive um momento político muito favorável a propostas desse tipo. Dentro de algumas semanas estará ocupando o Palácio do Planalto um Presidente da República de origem humilde, filho de pais indigentes, um ex-líder sindical que já se declarou comprometido com a distribuição de renda e com a eliminação da pobreza.

Acreditamos que a criação do Fundo Brasil de Cidadania, bem como a definição das regras para instituir seu conselho deliberativo, vem ao encontro das propostas do novo governo que assumirá em 1º de janeiro de 2003. Esse Projeto representa, sem dúvida, uma contribuição importante para o resgate da enorme dívida social deste País.

Finalmente, entendemos que as deficiências técnicas do projeto original foram plenamente sanadas pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

III – Voto

Em consideração aos méritos da proposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Encontra-se sob a apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse Fundo, e dá outras providências. A finalidade do Fundo é o financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), instituído pela Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999.

Nos seus 14 artigos, o Projeto estabelece:

a) o capital inicial do Fundo, constituído por 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras (art. 2º);

b) suas fontes de recursos, entre elas metade das receitas originadas das privatizações, das concessões e das permissões de serviços públicos e das concessões de direitos de exploração do subsolo (art. 3º);

c) as diretrizes de aplicação dos recursos e os prazos para seu repasse (arts. 4º e 5º);

d) a instituição do Conselho Deliberativo do Fundo, bem como sua composição, mandatos e competências (arts. 6º e 7º);

e) a competência do Ministério da Fazenda no que respeita à gestão técnico-administrativa do Fundo;

f) a designação do Banco do Brasil como seu agente financeiro.

Na justificação, o autor recorre ao princípio que estabelece o direito de todo cidadão ao usufruto de parte da riqueza nacional. Menciona o exemplo do estado norte-americano do Alaska, onde existe, desde 1976, um fundo similar que veio a conceder, em 1997, dividendos

de US\$1.296 a cada habitante do estado. Lembra, ainda, que, no Brasil, o Programa de Garantia de Renda Mínima é o instrumento legal de efetivação do mesmo princípio. O aprimoramento gradual desse programa, no entanto, encontra-se na dependência do provimento regular de recursos suficientes, provimento que seria garantido pelo Fundo objeto do projeto em apreço.

Encaminhado em primeiro lugar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo que expurgou da redação original vícios de técnica legislativa e de inconstitucionalidade, particularmente no que diz respeito à iniciativa, vez que o projeto invadia a competência do Poder Executivo de definir quais os órgãos encarregados da execução das determinações legais nele previstas.

Após a manifestação desta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto será encaminhado ainda à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem caberá a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

No que respeita à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta, a maior parte das falhas existentes na redação original foram sanadas pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em síntese, a nova redação promove, de um lado, a inserção da proposta no corpo da Lei nº 9.533, de 1997, em obediência ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998 e, de outro lado, retira toda referência aos órgãos do Poder Executivo encarregados de sua implementação.

Cabe assinalar, no entanto, que o Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mantém, em seu art. 4º a cláusula revogatória genérica, procedimento vedado pela Lei Complementar nº 95, de 1998, em seu art. 9º. É também preservado o art. 2º que estipula prazo de sessenta dias para o Poder executivo regulamentar a lei, procedimento considerado hoje interferência indevida na autonomia desse Poder, com maior razão no caso de projetos de caráter autorizativo, como é o presente caso.

Sobre o mérito, é preciso assinalar a pertinência da proposta. E sobejamente conhecida de todos a situação de pobreza que atinge parte significativa de nossa população, assim como a desigualdade social extrema que entre nós vigora. Não podemos ser considerados, sob qualquer parâmetro, um país pobre. No entanto, a desigualdade produz uma minoria de cidadãos que gozam de elevada qualidade de vida e concentra a pobreza na maioria restan-

te, privada de renda, propriedade, conhecimento e oportunidades de vida e de trabalho.

Sabemos também que esse estado de coisas lastimável tem-se mostrado resistente a inúmeras tentativas de superação. Resistiu a um longo período de crescimento econômico acelerado e, mais recentemente, ao incremento dos esforços do Estado com o conjunto de suas políticas sociais.

A garantia de um montante mínimo de renda a todo cidadão carente parece ser o meio mais eficiente para a superação dessa situação, uma vez que prescinde de um corpo burocrático oneroso, encarregado de dar provimento às necessidades da população beneficiada pela política. Substitui, portanto, com vantagem, programas baseados na distribuição de alimentos, remédios e outros bens indispensáveis à sobrevivência.

III – Voto

Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, na forma do Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a seguinte Emenda.

EMENDA Nº

(ao Substitutivo oferecido pela CCJ ao PLS nº 82, de 1999)

Suprimam-se os arts. 2º e 4º do Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 82, de 1999.

Sala da Comissão,

OF. 247/2006/CAE

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou definitivamente, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284, do R.I.S.F., a Emenda nº 3-CAS-CAE (Substitutivo), oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências”.

Respeitosamente, Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº CE/103/2006

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

OF. 247/2006/CAE

Brasília, 1º de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou definitivamente, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284, do RISF, a Emenda nº03-CAS-CAE (Substitutivo), oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências”.

Respeitosamente, – **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que consta do Diário do Senado Federal de 5 de julho último o **Parecer nº 820, de 2006**, da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que ofereceu a reda-

ção final do **Projeto de Resolução nº 27, de 2006**, com a observação de que o Anexo seria publicado oportunamente.

Nesse sentido, a Presidência determina a publicação, nesta oportunidade, do texto do mencionado Anexo.

É o seguinte o texto do Anexo do Parecer nº 820, de 2006, a ser publicado:

ANEXO AO PARECER Nº 820, DE 2006

Redação final do Projeto de Resolução nº 27, de 2006

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2006

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 7º, 14, 15, 48, 59, 78, 81, 98, 156, 158, 162, 210, 215, 255, 256, 258, 260 e 412 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Por ocasião da posse, o Senador ou Suplente convocado comunicará à Mesa, por escrito, o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa e a sua filiação partidária, observado o disposto no art. 78, parágrafo único, deste Regimento.

..... “(NR)

“Art. 14

I – nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e nas sessões não deliberativas, por vinte minutos;

II – se líder, uma vez por sessão:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, exceto durante a Ordem do Dia, para comunicação urgente de interesse partidário; ou

.....

III – A – na discussão da proposição em regime de urgência (art. 336), uma só vez, por

dez minutos, limitada a palavra a cinco Senadores a favor e cinco contra;

.....
 V-A – no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência (art. 336), uma só vez, por cinco minutos, o relator da Comissão de mérito e os líderes de partido ou bloco parlamentar ou Senadores por eles designados;

.....
 IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de vinte minutos, para as considerações que entender (art. 176);

X –
b)
 7 – a uso da palavra por cinco minutos;

.....
 XII – por delegação de sua liderança partidária, por cinco minutos, observado o disposto na alínea **a** do inciso II e do § 3º deste artigo.

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para a concessão da palavra.

.....
 § 3º O líder que acumular lideranças de partido e de bloco parlamentar poderá usar da palavra com base no inciso II uma única vez numa mesma sessão.

§ 4º Os vice-líderes, na ordem em que forem indicados, poderão usar da palavra com base no inciso II deste artigo se o líder lhes ceder a palavra, estiver ausente ou impedido nos termos do art. 13.

§ 5º O uso da palavra, por delegação de liderança, poderá ocorrer uma única vez em uma mesma sessão e não poderá ser exercido na mesma fase da sessão utilizada pelo líder para falar nos termos do inciso II deste artigo.

§ 6º O Senador que fizer uso da palavra por delegação de liderança ou para comunicação inadiável não poderá, na mesma sessão, solicitar a palavra como orador inscrito.

§ 7º Aplica-se o disposto no § 1º do art. 17 aos Senadores que fizerem uso da palavra com base no que dispõem os incisos I, VII, IX e XII.

§ 8º Aos membros de representação partidária com menos de um décimo da composição do Senado será permitido o uso da palavra, nos termos dos incisos I, II e XIII, uma única vez em cada sessão.” (NR)

“Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 só poderão ser prorrogados, pelo Presidente, por um ou dois minutos, para permitir o encerramento do pronunciamento, após o que o som do orador será cortado, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.” (NR)

“Art. 48.

§ 1º Após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação na Casa, hipótese em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica à proposição sobre a qual já exista parecer aprovado em comissão ou que conste da Ordem do Dia (art. 258).

§ 3º Da decisão do Presidente, prevista no § 1º, caberá recurso para a Mesa, no prazo de 3 (três) sessões, contado da sua publicação.” (NR)

“Art. 59.

§ 1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado (Const., art. 58, § 1º).

§ 2º Para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação.

§ 3º (atual § 1º)

§ 4º (atual § 2º) ” (NR)

“Art. 78.

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade, as representações partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação, salvo nos casos de posterior criação, fusão ou incorporação de partidos.” (NR)

“Art. 81.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence o lugar na comissão não alterará a proporcionalidade estabelecida nos termos do parágrafo único do art. 78 e do art. 79 deste Regimento.

..... “ (NR)

“Art. 98.

VI – apreciar requerimento de tramitação em conjunto de proposição regulando a mesma matéria e o recurso de que trata o art. 48, §

3º, exceto se a proposição constar da Ordem do Dia ou for objeto de parecer aprovado em comissão (art. 258).

..... “(NR)

“Art. 156. A primeira parte da sessão, que terá a duração de cento e vinte minutos, será destinada à leitura do expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

..... :”(NR)

“Art. 158. O tempo que se seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores do Período do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo máximo de dez minutos nas sessões deliberativas e por vinte minutos nas sessões não deliberativas, sendo cabível a intercalação com as comunicações inadiáveis, o uso da palavra pelas lideranças ou as delegações destas.

§ 1º O Período do Expediente poderá ser prorrogado pelo Presidente, uma só vez, para que o orador conclua o seu discurso caso não tenha esgotado o tempo de que disponha, após o que a Ordem do Dia terá início impreterivelmente.

§ 2º Se algum Senador, antes do término do Período do Expediente, solicitar à Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração, comunicação inadiável ou explicação pessoal, o Presidente lhe assegurará o uso da palavra durante o Período do Expediente, sendo cabível a intercalação com oradores inscritos e o uso da palavra por delegação de liderança.

§ 3º No caso do § 2º somente poderão usar da palavra três Senadores, por cinco minutos cada um, durante o Período do Expediente.

.....

§ 6º Ressalvado o disposto no § 1º e no art. 160, II, não haverá prorrogação do Período do Expediente” (NR)

“Art. 162. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, às dezesseis horas, salvo prorrogação nos termos do art. 158, § 6º (NR)

“Art. 210.

.....

II – quando aprovada pelo Presidente do Senado, a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º (Revogado).

..... “(NR)

“Art. 215.

1 –

.....

c) de tramitação em conjunto de proposição regulando a mesma matéria, exceto se a proposição constar da Ordem do Dia ou for objeto de parecer aprovado em Comissão;

II –

e) de retirada de proposição, desde que não tenha recebido parecer de comissão e não conste de Ordem do Dia (art. 256, §2º);

f) de publicação de documentos no **Diário do Senado Federal** para transcrição nos Anais (art. 210, II);

.....

IV – (Revogado)

“Art. 255.

.....

II –

c)

.....

2 – (revogado);

8 – tramitação em conjunto, de projetos regulando a mesma matéria, quando houver parecer aprovado em comissão (parágrafo único, **in fine**, do art. 258);

.....

10. retirada de Proposição com parecer de comissão;

.....

..... “(NR)

“Art. 256.

.....

§ 1º O requerimento de retirada de proposição que constar da Ordem do Dia só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar de proposição sem parecer de comissão ou que não conste da Ordem do Dia;

II – submetido à deliberação do Plenário, imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

III – incluído em Ordem do Dia, se a matéria já estiver instruída com parecer de comissão.” (NR)

“Art. 258. Havendo em curso no Senado duas ou mais proposições regulando a mesma

matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os requerimentos de tramitação conjunta de matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão serão submetidos à deliberação do Plenário.” (NR)

“Art. 260.

II –

b) o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa;

§ 1º O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensadas.

§ 2º Em todos os casos as proposições objeto deste artigo serão incluídas conjuntamente na Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 3º As proposições apensadas terão um único relatório, nos termos do disposto no art. 268.” (NR)

“Art. 288.

III –

k) (revogado);

..... “(NR)

“Art. 412. A legitimidade da elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou de decisão do Plenário exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o **quorum** mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

..... “ (NR)

Art. 2º A parte da sessão “Hora do Expediente” passa a ser denominada “Período do Expediente”.

Art. 3º São revogados o § 1º do art. 210; o inciso IV do art. 215; o item 2 da alínea **c** do inciso II do art. 255; e a alínea **k** do inciso III do art. 288 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão de amanhã será dedicada a homenagear o XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, a realizar-se em Brasília, no período de 9 a 12 de agosto do corrente ano, de acordo com o Requerimento nº 657, de 2006, do Senador Flávio Arns e outros senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Mensalão pode se repetir em eventual 2º mandato de Lula, avaliam analistas”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 22 de junho do corrente.

A matéria faz um alerta para a possibilidade de um segundo Mensalão. Apesar da repercussão e das apurações feitas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, cientistas políticos dizem acreditar que episódios iguais de corrupção possam se repetir caso o presidente lula seja eleito novamente.

É uma pena que o eleitorado popular não esteja atento às investigações. A frustração quanto à punição dos corruptos não pode levar à reeleição dos mesmos responsáveis. O desânimo não pode nos levar à mesma armadilha.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mensalão pode se repetir em eventual 2º mandato de Lula, avaliam analistas

DA REDAÇÃO

Apesar da repercussão de três CPIs (Bingos, Correios e Mensalão), cientistas políticos dizem acreditar que episódios de corrupção como o mensalão podem se repetir em um eventual segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fábio Wanderley Reis, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) diz esperar turbulências na governabilidade em um possível segundo mandato petista. “Teríamos uma oposição frustrada, que apostou suas fichas nas CPIs e que inclusive recuou do impeachment, julgando que ele não seria necessário”, afirma.

Com isso, estaria montado o cenário para um “replay” do mensalão. “Certamente vai haver mais temor e cuidado, mas não excluo que mecanismos do mesmo tipo [do mensalão] continuem a ser utilizados. Não vejo razão para excluir a continuidade das ilegalidades.”

Luciano Dias, pesquisador do Ibp (Instituto Brasileiro de

Pesquisas Políticas), é mais incisivo. “Não há identidade político-ideológica entre o PT e sua coalizão, vamos ter mais modalidades de mensalão, talvez de forma mais inteligente, menos vulnerável. Mas não tenho dúvida de que mecanismos semelhantes voltarão a ser usados.”

Já Renato Lessa, professor do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), é menos pessimista sobre as alianças. “As coalizões serão menos criminosas por estar sob olhar atento da Justiça e do Ministério Público”, aponta.

Resultados

Dias, que diz acreditar em punição dos mensaleiros pelas urnas, vê como positiva a conexão que as CPIs criaram com o Ministério Público. “Por muito tempo, as CPIs ficaram marcadas pela imagem de operações estritamente políticas, muitas vezes inconseqüentes, com pouco amparo legal.”

Para Lessa, no entanto, o Brasil não ficou mais transparente e não houve esclareci-

mento público suficiente. “As CPIs são excessivas, histriônicas e provocam saturação de informações. A idéia é produzir o máximo de efeitos políticos imediatos, o máximo de barulho e não de investigação.”

Para Rogério Schmitt, da consultoria Tendências, as CPIs tiveram resultado “frustrante” e isso permite que a história se repita. “Foi um final bastante melancólico. As CPIs apresentaram poucas propostas práticas para que fenômenos como esse [o mensalão] se repitam no futuro. Não me parece que as instituições brasileiras estejam mais imunes [do que antes] a esses episódios.”

Reis diz acreditar que “o grosso do eleitorado popular, que decide as eleições, é desatento às investigações. “As denúncias reforçam a idéia de que todos são iguais e de que práticas como o caixa dois atingem todo mundo. Já que é assim, o grosso da população pensa: ‘Vamos votar no que parece ser mais parecido conosco’.”

(BRUNO LIMA e MARCELA CAMPOS)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar editorial “Doença inesquecível”, publicado pela **Folha de S. Paulo**, de 26 de junho do corrente.

O editorial destaca a necessidade de sérios investimentos em novas ferramentas de combate a doenças. Moléstias comuns, que ainda matam, como a malária, são negligenciadas pela indústria farmacêutica. Não há incentivo a pesquisas nem interesse das indústrias, entretanto há sinais de que a situação mude. Segundo o texto, foi aprovada pela Organização Mundial de Saúde uma moção do Brasil e do Quênia, criando um grupo para trabalhar pela causa.

Há também uma louvável iniciativa do Ministério da Saúde e da Ciência e Tecnologia. Foi lançado um edital para que o CNPq faça uma seleção de propostas que estudem as doenças negligenciadas.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Doença inesquecível

O país precisa investir em novas ferramentas de combate a moléstias negligenciadas pela indústria farmacêutica

PENAS cerca de 10% dos gastos com pesquisa em saúde feitos no mundo têm por objeto os males que afetam 90% da população mundial, como a malária. Os médicos que combatem essas “doenças esquecidas”, ou “negligenciadas”, têm de se contentar com um arsenal de remédios e técnicas de diagnóstico em grande medida ultrapassado e ineficaz. As 35 mil pessoas que elas matam — por dia —, vivem e morrem em países pobres, invisíveis nos planos de negócios da indústria farmacêutica.

Há sinais, porém, de que esse estado de coisas deplorável começa a mudar. No final de maio, Brasil e Quênia viram aprovada na Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) sua moção para criar um grupo dedicado a impedir que tais enfermidades permaneçam no esquecimento. No dia 2, o Brasil anunciou um novo e promissor passo

nessa direção em seu território.

Os ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia lançaram um edital para a seleção de propostas para pesquisa de doenças negligenciadas: dengue, mal de Chagas, hanseníase, leishmanioses, malária e tuberculose. Recursos de até R\$ 20 milhões poderão ser carreados para os projetos eleitos na seleção por mérito a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tal iniciativa de orientar e induzir a pesquisa científica deve ser saudada não tanto pela cifra envolvida, insignificante em termos internacionais (empresas farmacêuticas alegam que cada medicamento inovador custa US\$ 800 milhões de investimento em pesquisa), mas pelo potencial de impacto social. Um potencial que não pode ser exagerado, ao contrário do que se fez com duas iniciativas dos mesmos ministérios voltadas para pesquisa com células-tronco, uma simples promessa agraciada com um total de R\$ 24 milhões.

Com exceção da dengue, que viu o número de casos dobrar de 124 mil para 242 mil de 2004 para 2005, as outras moléstias se encontram de certa maneira controladas. Todas, porém, castigam desproporcionalmente as regiões mais pobres do país.

O mal de Chagas teve o total anual de novos casos reduzido, em 30 anos, de 100 mil para estimados 20 mil, com insetos como o barbeiro erradicados de uma dezena de Estados. Agora, ressurge como ameaça na Amazônia (tópico destacado no edital).

A incidência de hanseníase caiu a um quarto (hoje é de 4,52 para 10 mil brasileiros) em menos de 20 anos, tão rápido quanto o abandono da designação pejorativa “lepra”, mas permanece como flagelo tipicamente amazônico, pois as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam taxas até dez vezes maiores que no Sul.

A leishmaniose visceral castiga muito o Nordeste (74% dos casos), enquanto a tegumentar divide parcela similar (73%) entre Norte e Nordeste — e ambas revelam alguma tendência para crescer. A ressurgência da malária (410 mil casos em 2004), outra doença predominantemente amazônica (99% das ocorrências), e a persistência de cerca de 85 mil casos novos de tuberculose a cada ano, principalmente em associação com Aids, também dão motivo para preocupação.

No Brasil ou no mundo, esses flagelos erradicáveis, ou pelo menos controláveis, não podem e não devem permanecer negligenciados — muito menos pela comunidade científica, único setor capaz de desenvolver novas armas para combatê-las.

Mais construção

EGUNDO a Pesquisa Anual da Indústria da Construção, divulgada pelo IBGE, após três anos consecutivos de recessão a construção civil se recuperou durante o ano de 2004.

O emprego no setor cresceu 6,3%, a massa salarial subiu 5% e o valor das obras e serviços aumentou 12,2% em termos reais ante 2003. Esse desempenho arrefeceu em 2005, prejudicado pela política de juros altos do BC, e deu sinais de recuperação no primeiro trimestre de 2006.

Diante do vaivém, o Ministério do Trabalho estuda utilizar R\$ 20 bilhões do FGTS em projetos de infra-estrutura, como ferrovias e rodovias. Um item fundamental da agenda dos próximos governos é recuperar a capacidade de investimento público nesse setor.

Desde 1998, o Estado brasileiro realiza superávits primários crescentes a fim de conter o crescimento da dívida pública. Aproveitou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que introduziu aperfeiçoamentos importantes na gestão das contas públicas.

Mas, a despeito de carga tributária ter escalado dez pontos percentuais de 1995 a 2005, atingindo 37% do PIB, os investimentos públicos caíram. No caso do governo federal, a taxa de investimento está praticamente zerada (apenas 0,5% do PIB em 2005). Isso exige, além de decisões inovadoras como a do FGTS, cortes de gastos de custeio para investir mais em estradas, ferrovias, portos, saneamento etc.

O autor conclui: “Alheio, seriamente ou não, a muito do que efetivamente se passa ao seu redor, ela (a Lua) é o seu mundo”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “O Brasil de Lula no mundo da Lua”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O artigo destaca a entrevista concedida pelo presidente Lula à rádio CBN no último dia 27 de agosto onde, segundo o autor, “Lula pintou um quadro cor-de-rosa do País”. Ainda segundo o autor, o presidente Lula “carregou tanto nas tintas que o resultado foi um enorme borrão, entremeadado de caroços, pois não teve o cuidado de lixar bem a superfície onde pintou”.

O Brasil de Lula no mundo da Lua

Roberto Macedo

“nós” pegávamos pneumonia, tamanha a dependência econômica daquele país. “Hoje, (eles) espirram e nós falamos: Saúde.”

Ora, ainda recentemente, mais precisamente em maio, em na esteira de simples coceira no nariz por parte de Ben esponder objetivamente ao entrevistador, o jornalista Heródoto Barbeiro, Lula pintou um quadro cor-de-rosa do País. Mesmo descontando excessos por conta da campanha eleitoral, carregou tanto nas tintas que o resultado foi um enorme borrão, entremeadado de carinhos, pois não teve o cuidado de limpar bem a superfície onde pintou.

O maior foi o de que o “o momento é o mais positivo na história econômica do Brasil”. Ora, por várias décadas no século passado o Brasil foi um campeão de crescimento, e houve períodos em que o nosso produto interno bruto (PIB) chegou a crescer perto de 10% ao ano, como a China de hoje. Como Lula não conseguiu mexer com os pauzinhos do crescimento, permanece-

O insucesso e a inação são alardeados como maravilhas

mos travados em torno de 3,5% ao ano, na rabeira dos chamados países emergentes.

Lula soltou essa avaliando que o Brasil pode crescer 6% ao ano, mas, segundo a matéria, se trata de estimativa que o Ministério da Fazenda prevê ser alcançada só em... 2010! E olhe lá, pois, se continuarmos na toada atual, nem isso. Em particular, é assustador esse diagnóstico lulista do

ponto em que estamos, e de sua atitude na entrevista, ao desprezar ou deixar de lado problemas que, sem solução ou alívio, farão o crescimento econômico nacional continuar medíocre. Não que essa mediocridade tenha surgido no seu governo, pois ela já caminha para sua terceira década. Mas, certamente, não chegaremos a lugar algum se sucessivos governos, como o atual – que nos ameaça com sua reeleição –, pouco ou nada fizerem para recuperar os caminhos de um crescimento realmente satisfatório.

No diagnóstico, além do tal “momento positivo”, Lula vê o Brasil em “total estabilidade econômica”. Sem querer, pois em contradição com o que afirmou sobre o momento, afingenciou a realidade, pois estabilidade não é sintoma de saúde. Muitos doentes, desnutridos e acidentados ficam estavelmente em más condições por muito tempo. Este é o diagnóstico da realidade econômica nacional, o de um paciente crônico e carente de cuidados para os seus males. Quanto aos inócuos cuidados que efetivamente recebe de seu principal governante, o que se pode dizer é: haja paciência! Ainda mais com esse trombetear em que o insucesso e a inação são alardeados como maravilhas.

Vários foram os problemas cuja gravidade o entrevistado minimizou. Assim, a dívida pública, que já alcança R\$1 trilhão, é vista como “tranquila”. Só se for para um mau devedor. Que tranquilidade é essa de uma dívida desse tamanho num país onde a taxa básica de juros é de 14,75% ao ano, a qual leva o Brasil à posição de campeão mundial de juros, em que vence disputa avaliada pelo mérito às avessas?

Para o presidente, a reforma tributária já foi feita, tampouco é preciso fazer a da Previdência, e a meta do superávit fiscal será mantida, pois seu governo promoveu “uma grande revolução macroeconômica”, colocada como um dos eixos de sua campanha eleitoral. Ora, sua política macroeconômica não foi nem revolução, nem evolução, nem solução. Na realidade, manteve a asfixiante expansão da carga tributária e gastou mal o que mais arrecadou, ao expandir fortemente as despesas de custeio e sacrificar investimentos que efetivamente poderiam contribuir para um maior crescimento econômico.

E mais: seu superávit primário não representa, como alardeia o governo, esforço e austeridade na área fiscal. Quem se esforça mesmo é o contribuinte, que arca com uma carga tributária cada vez maior e ainda vê o governo federal a torrar irresponsavelmente o dinheiro que arrecada.

“nós” pegávamos pneumonia, tamanha a dependência econômica daquele país. “Hoje, (eles) espirram e nós falamos: Saúde.”

Ora, ainda recentemente, mais precisamente em maio, na esteira de simples coceira no nariz por parte de Ben Bernanke, presidente do banco central americano, quando numa entrevista deu a entender que os juros no seu país poderiam crescer ainda mais, veio uma crise de volatilidade nos mercados financeiros mundiais. Aqui a Bolsa caiu e o dólar subiu. Investidores estrangeiros em “tranquilos” títulos da dívida brasileira ficaram receosos

de continuar com eles, pressionaram e o Tesouro Nacional realizou às pressas um leilão de recompra de papéis, para “fortalecer” o mercado desses títulos. Queira ou não o nosso presidente, é bom atentar para o que se passa na maior e mais influente economia de um mundo globalizado.

Só faltou, no espelho onde se mirou e auto-elogiou, parafrasear trecho de música da banda Biquíni Cavado: “Quando os astronautas foram à Lua/ Que coincidência, eu também estava lá.” Alheio, seriamente ou não, a muito do que efetivamente se passa ao seu redor, ela é o seu mundo.●

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Paradoxalmente, o governo federal atual insiste em fazer comparações com o anterior, de Fernando Henrique Cardoso, numa atitude que cabe no ditado “nada como o governo como a oposição no governo”. O que Lula de fato fez com sua “revolução macroeconômica” foi dar continuidade à política de FHC nessa área, em particular aos seus piores traços, como a expansão da carga tributária, os juros elevados e o câmbio valorizado.

No quadro róseo que borrou, mais uma de enrubescer quem percebesse a própria falseta: ao realçar uma declarada tranquilidade econômica, disse que, quando os EUA espirram, /

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Crise no sul ajuda Alckmin a ganhar terreno nas pesquisas”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 18 de julho do corrente ano.

A matéria destaca que peso do agronegócio e grande eleitorado de classe média explicam maior resistência da região à reeleição.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise no Sul ajuda Alckmin a ganhar terreno nas pesquisas

Peso do agronegócio e grande eleitorado de classe média explicam maior resistência da região à reeleição

Paulo Moreira Leite
BRASÍLIA

A Região Sul transformou-se na grande alavanca eleitoral do candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin. No segundo turno de 2002, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu 55% dos votos no Rio Grande do Sul, 60% no Paraná e 64% em Santa Catarina. Em 2006, o Sul transformou-se no principal pesadelo da campanha de Lula pela reeleição. Conforme o Datafolha, o candidato do PSDB vence Lula na região por 37% a 30%. Para o Instituto Sensus, a situação é de empate técnico: 34% a 32% para Lula. As pesquisas para o segundo turno mostram vantagem de Alckmin, de 52% a 34%, no Datafolha. Para o Sensus, 41% a 40%.

Essa mudança do eleitorado ajuda a explicar o desempenho do candidato do PSDB em escala nacional, em que ganha mais eleitores a cada nova rodada das pesquisas, mas não chega a ser uma surpresa completa.

O Sul já foi uma fortaleza do PT, que administrou várias cidades importantes na região, mas aos poucos essa força tem diminuído. Em 2002 o partido perdeu o governo do Rio Grande do Sul, que Olívio Dutra havia conquistado em 1998. Em 2004, após quatro mandatos consecutivos, o PT perdeu a prefeitura de Porto Alegre.

Alguns fatores explicam esse comportamento. A economia do Sul gira em torno do agronegócio, que vive uma crise na qual os desastres naturais – como a pior seca da história do Rio

Grande do Sul, em 2005 – se somam aos erros oficiais.

Há outros elementos. A população da região é formada por cidadãos de classe média, que estão fora dos programas sociais, a principal marca do governo Lula. Segundo o Sensus, 28,8% da população do Nordeste, onde o presidente lidera as pesquisas com folga, se diz diretamente beneficiada pela ajuda oficial – massa que atinge apenas 7,4% do eleitorado do Sul.

A população da Região Sul também tem nível de educação formal mais elevado, traço que a torna mais preocupada com as denúncias do mensalão, acreditam os pesquisadores. Isso explica o desempenho da senado-

População sulista também estaria mais preocupada com as denúncias

ra Heloísa Helena (AL), candidata do PSOL à Presidência e principal musa da CPI que investigou as denúncias contra o governo. Ela tem 15% de intenções de voto em Porto Alegre e 17% em Florianópolis, o triplo de sua média nacional.

“A classe média tem mais facilidade para enxergar as falhas do governo”, diz o senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, que está coligado ao PSDB. O senador compara a campanha de Alckmin e o plebiscito sobre o desarmamento. Lembra que as primeiras pesquisas sugeriram uma vitória

fácil do “sim”, até que nas últimas semanas ocorreu uma virada. “Estamos assistindo a uma situação parecida. No plebiscito, o ‘não’ começou pelo Sul e depois se consolidou nos outros pontos do País”, conta.

DECEPÇÃO

Neivor Canton, presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina, acredita que Lula vai perder 2 milhões de votos entre membros das entidades filiadas. “Ele soube vender uma esperança muito grande em 2002, mas a decepção foi maior ainda”, afirma.

O líder da bancada petista na Câmara, Henrique Fontana (RS), entretanto, está otimista. “Nós teremos uma eleição disputada. O Lula tem o que apresentar.” O deputado cita investimentos federais que podem ajudar o governo: a duplicação da Rodovia BR-101, a inauguração de uma universidade, a Unipampa, e a retomada do carvão como fonte de energia.

A campanha dará chance aos dois lados para mostrar seus argumentos. Observadores acham que, na hora decisiva, parte do eleitorado de Heloísa Helena pode mudar de lado e dar voto útil em Lula.

Pode ser. Mas a região vive um dos momentos mais difíceis de sua história – e crises econômicas são um fator que sempre trabalha contra quem está no governo. Se no mundo dos mais pobres a economia teve crescimento de estilo chinês, perto dos 10%, no Rio Grande do Sul a recessão bateu em 4 pontos negativos no ano passado. ●

Lá, política de Lula afasta votos

...A chave econômica que garante a popularidade de Lula nas regiões pobres do País é a mesma que cria milhões de eleitores descontentes no Sul – o câmbio baixo, que facilita importações de bens de primeira necessidade, inclusive alimentos, mas destrói a

contabilidade dos produtores rurais, grandes e pequenos, que precisam pagar suas contas com exportações que rendem cada vez menos dinheiro. A crise do agronegócio contamina o conjunto da economia, deixa a indústria sem encomendas e o comércio sem clientes. ● P.M.L.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Justiça determina soltura de 33 sem-terra”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 18 de julho do corrente.

A reportagem destaca que a Procuradoria afirma que o Governo Lula interferiu no processo que libertou manifestantes acusados de invadir a Câmara.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Justiça determina soltura de 33 sem-terra

Procuradoria diz que governo interferiu no processo que libertou manifestantes acusados de invadir Câmara

DA SUBCURSAL DE BRÁSILIA

A 10ª Vara da Justiça Federal determinou, na madrugada de sábado, a libertação dos últimos 33 integrantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), detidos após a invasão e depredação da Câmara, em 6 de junho. Em nota, o Ministério Público acusou o governo federal de ter “interferido diretamente” no processo de soltura dos militantes.

Segundo os procuradores

responsáveis pelo caso, a interferência teria se dado por meio da Ouvidoria Agrária Nacional.

O Ministério Público diz que a Ouvidoria enviou documentos para o juiz que analisa o processo, o que não seria legal. “A decisão (do juiz), ademais, foi proferida com base também nesses documentos, aos quais o Ministério Público Federal não teve acesso”, dizem os procuradores. A *Folha* contactou a assessoria de imprensa da Ouvidoria, mas não obteve resposta.

Na nota, a Procuradoria ressaltou ter “grande preocupação” quanto à tramitação do processo devido à concessão da liberdade provisória. Os procuradores argumentam que a maior parte dos militantes não comprovou ter residência fixa nem ocupação lícita.

A 10ª Vara não repassou o teor da decisão. Segundo a defesa dos sem-terra, o juiz argumentou que o fato de os membros não terem residência fixa não pode ser usado contra eles.

O juiz também teria argumentado que, embora o Ministério Público tenha imputado vários crimes aos integrantes, “a gravidade em abstrato dos delitos praticados não é motivo, por si só, para autorizar a prisão preventiva”. Em 10 de julho, a Procuradoria denunciou à Justiça 116 militantes do MLST por crime político, formação de quadrilha, lesão corporal, dano contra o patrimônio público e resistência a ato legal de servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 41 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALTON FREITAS		liberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.	206
Parecer nº 1.026, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.	315	Apelo para que se vote a aprovação da regulamentação do TRT da Região de Campinas, São Paulo.	239
Parecer nº 1.028, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.	323	ALVARO DIAS	
ALMEIDA LIMA		Necessidade de que todos os candidatos a cargos eletivos assumam o compromisso de construir uma nova imagem para as instituições públicas brasileiras.	92
Cobrança à divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades.	9	Considerações sobre a responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o País e a necessidade de uma reforma política imediata.	92
Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Ex ^a feito anteriormente.	21	Destaque a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de emenda do Senador Sibá Machado, com substitutivo do Senador Tasso Jereissati, que propõe o fim da reeleição a partir de 2010. Considerações acerca da inutilidade do voto nulo.	177
Discussão a respeito da necessidade de participação efetiva da sociedade brasileira no combate à corrupção, tão presente na vida pública do País.	194	Registro do artigo intitulado “O Congresso pede socorro”, de autoria de Villas-Bôas Corrêa, repórter político do <i>JB</i>	177
Comentários sobre o Orçamento da União, maior fonte irrigadora de corrupção no País, cujas artérias irrigadoras precisam ser terminantemente obstruídas. Importância da adoção do Orçamento Impositivo e reapresentação de proposta de S. Ex ^a sobre o “Orçamento Exclusivo da União”.	194	Incentivo à adoção do Orçamento Impositivo. ...	177
ALOIZIO MERCADANTE		Defesa do fim das emendas individuais para Parlamentares.	177
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à de-		Menção de agradecimento pelo trabalho responsável desenvolvido pelo Consulado Geral do Brasil em Beirute, através do Cônsul Michael Gepp.	177
		Manifestação em favor do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, a respeito da censura existente à Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”.	177
		Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.	201

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.009, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 124, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carmelito de Melo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.	222	de rodovias no Estado do Pará e melhoramento da BR-163.	61
Transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado “O Congresso pede Socorro”, da autoria do jornalista Villas-Boas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 2 de agosto de 2006.	257	Comentários sobre os recursos do Governo Federal investidos na reforma da BR-163 e na educação, com o ProUni. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	63
Considerações sobre a “precarização” do emprego no Brasil.	257	ANTERO PAES DE BARROS	
Protesto pela expulsão de dois jornalistas brasileiros de Cuba, em razão do veto à profissão que exercem.	550	Indignação com os atos de violência praticados contra o Líbano pelos israelenses, exigindo da ONU o imediato estabelecimento da paz. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	39
Registro de relatório do TCU apontando que a Vigilância Sanitária é falha e traz riscos ao País.	550	Considerações a respeito da adoção do Orçamento impositivo como medida de combate à corrupção. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ..	47
Considerações sobre a reforma política, somente desejada pelo Presidente Lula a alguns meses das eleições.	550	Solidariedade ao Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e seu pronunciamento por uma política com ética.	183
Considerações acerca da crise da segurança no País e da violência desenfreada que vem crescendo tanto nos grandes centros urbanos, quanto nas cidades do interior.	550	Importância da derrubada do veto referente ao quorum para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança deliberar.	183
Comentários sobre os dados divulgados pela CNT/Sensus, apontando a avaliação positiva do Presidente Lula e mostrando as limitações da pesquisa. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	552	Comentário acerca das provas apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati de Deputados petistas envolvidos em atos ilícitos. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	188
Parecer nº 1.031, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.	595	Registro do artigo intitulado “O PT patina”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 31 de julho de 2006.	392
ANA JÚLIA CAREPA		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima.	12	Requerimento nº 879, de 2006, que requer que seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador-BA, no dia 30 de julho de 2006.	17
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	33	Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	56
Satisfação com a edição da medida provisória que abre crédito extraordinário para construção		Considerações sobre o caso dos Sanguessugas.	59
		Críticas à proposta de doação de recursos pela empresa Dedini Indústria de Base, de Piracicaba/SP, beneficiada pelo Programa Nacional de Produção de uso do Biodiesel, à campanha pela reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	59

Pág.	Pág.
Análise do crescimento da candidatura do ex-Governador Geraldo Alckmin, tendo em vista as denúncias de corrupção no atual governo.	59
Necessidade da adoção do Orçamento impositivo como medida de combate à corrupção. ..	59
Considerações acerca da compra indiscriminada, por meio de dinheiro público, realizada pelo PT, envolvendo Prefeitos municipais e Parlamentares, além da urgente necessidade da criação de uma CPI sobre execução Orçamentária.	59
Críticas ao Presidente Lula, que foge da sua responsabilidade e finge não enxergar as inúmeras denúncias de corrupção em seu Governo.	59
Considerações a respeito de censura a Parlamentares da oposição na "Voz do Brasil".	177
Críticas ao programa "Dia do Candidato" que não se refere ao candidato Lula, mas sim ao presidente Lula.	181
Comentários a respeito de censura a Parlamentares da oposição na "Voz do Brasil".	181
Críticas a ações do DNIT na Bahia.	184
Considerações a respeito da desmoralização do Congresso Nacional.	184
Críticas ao Presidente Lula, à sua base bajulatória e ao seu Governo atolado na corrupção.	184
Defesa da justa punição dos envolvidos no escândalo dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	187
Críticas à Controladoria-Geral da União. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	187
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.	205
Apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo Milton da Silveira, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia.	254
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Solidariedade ao Senador Magno Malta lamentando o envolvimento do nome de S. Ex ^a com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	30
Considerações acerca da renegociação das dívidas dos produtores rurais.	180
Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.	200
ARTHUR VIRGÍLIO	
Considerações acerca da imprensa amazônica e da ligação entre os jornais locais e políticos.	95
Registro de matéria publicada no jornal <i>Correio Amazonense</i> , edição de 25 de julho de 2006, mostrando os avanços e as lutas do Pólo Industrial de Manaus. Transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada na revista <i>IstoÉ</i> sobre a Síndrome de Down.	95
Denúncia de escravidão na fazenda Régis, em Cumaru do Norte, no Estado do Pará, e pedido para que se acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará.	95
Comentários sobre o andamento das eleições 2006.	95
Homenagem ao atleta amazonense Jander Cardoso, medalha de ouro nas Olimpíadas Universitárias de 2006 na prova de lançamento de dardo. Voto de Aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas. Homenagem ao empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social "Craques do Futuro". Voto de Aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas. Homenagem ao atleta Alex Taveira, tricampeão amazonense de jiu-jitsu, jovem de 20 anos que supera sua deficiência física. Voto de Aplauso para a estudante amazonense Suene Moraes.	95
Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbod, mais uma vítima da violência no País. Homenagem de pesar pelo falecimento do economista e amazonólogo Raimar da Silva Aguiar.	95
Registro do livro da pesquisadora da Embrapa Noemi Vianna e do jornalista Silvestre Silva pela realização de trabalho inédito no País sobre as espécies de árvores da Amazônia.	95
Requerimento nº 882, de 2006, que requer informações ao Ministro da Justiça, acerca de denúncias veiculadas pelo jornalista Cláudio Humberto, pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e pela revista <i>Veja</i> , acerca de viagens efetuadas pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio ao exterior.	144
Requerimento nº 883, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Flamengo Futebol Clube por ter-se sagrado Bicampeão da Copa do Brasil.	145
Requerimento nº 884, de 2006, que requer Voto Comemorativo pelo centenário de nascimento do poeta Mario Quintana.	145

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 885, de 2006, que requer Voto de Enaltecimento à iniciativa humanitária e de solidariedade desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Comando da Aeronáutica, com a utilização de aeronave da FAB para o resgate de brasileiros moradores no Líbano, diante do conflito bélico ali em curso.	146	Transcrição da “Carta à Nação”, aprovada na trigésima quinta Assembléia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada em julho, em Foz do Iguaçu.	408
Requerimento nº 886, de 2006, que requer Voto de Pesar, pelo falecimento de Marcel Tranquilini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de Judô.	147	Considerações a respeito do Pólo Industrial de Manaus.	416
Requerimento nº 887, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Benedito Cunha de Menezes, taquígrafo aposentado do Senado Federal.	147	Considerações acerca do escândalo do “esquema das ambulâncias”.	416
Requerimento nº 888, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.	147	Críticas ao Governo Federal que nada fez para resolver a calamidade pública provocada pelas cheias do rio Amazonas, causando sérias inundações em municípios amazonenses, em maio de 2006.	416
Requerimento nº 889, de 2006, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 715/2006, de autoria de S. Ex ^a	148	Percepção de que o descrédito do Congresso Nacional e as denúncias de corrupção envolvendo parlamentares inviabilizam a apreciação do Orçamento de 2007.	416
Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o papel da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas (REALGENE) e da empresa AmBev, e o seu excelente trabalho em relação à economia do guaraná.	164	Comentários sobre a situação dos usuários dos transportes aéreos em decorrência da crise da Varig.	416
Encaminhamento de pronunciamento de S. Ex ^a em que critica a atuação do Senhor Márcio Pereira Gomes, Presidente da FUNAI.	164	Considerações a respeito da criação, pelo Ministério do Meio Ambiente, de diversas unidades de conservação no sul do Amazonas, prejudicando gravemente a agricultura familiar.	416
Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 2006, de Marcel Tranquilini Nery, professor e campeão brasileiro universitário de Judô.	164	Críticas ao método adotado pelo PT para defender-se de acusações de corrupção.	416
Questionamentos sobre a instalação de CPs.	175	Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	432
Apresentação de proposta no sentido de que o Orçamento não seja votado em 2006, em razão da desmoralização do Congresso Nacional.	175	Comentários sobre a incompetência do Governo Lula.	451
Críticas ao PT.	175	Comentários acerca do editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , publicado no dia 4 de agosto de 2006, que trata da proposta de realização de mini-Constituinte destinada à reforma política.	451
Considerações a respeito de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”.	175	Considerações favoráveis ao instituto da reeleição.	451
Questionamento à “Voz do Brasil” pela omissão do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati que critica o Presidente da República, no dia 1º de agosto de 2006.	177	Críticas ao governo Lula.	451
Registro do artigo intitulado “Os companheiros sanguessugas?”, publicado na revista <i>Época</i> , edição de 24 de julho de 2006.	393	Registro de <i>e-mail</i> recebido por S. Ex ^a , datado de 8 de agosto de 2006, de autoria de Cris Azevedo, intitulado “E...? Dinheiro vivo (e proibido)”, acerca do não cumprimento do PT às novas resoluções do TSE.	530
Requerimento nº 901, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do vitorioso jóquei Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 3 de agosto de 2006.	408	Considerações sobre a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para a realização de uma reforma política, sugerida pelo Presidente Lula.	534
		Comentários ao fato de o Presidente Lula insistir na farsa de não saber sobre os casos de corrupção praticados em seu Governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	539

Pág.	Pág.		
<p>Denúncias de manobras contra o Pólo Industrial de Manaus no sentido de que o governo inclua na Lei de Informática a concessão de incentivos fiscais à produção dos conversores que vão permitir aos atuais aparelhos de TV analógicos no País a recepção do sinal digital.</p> <p>Apelo ao Secretário de Fazenda do Governo de São Paulo para que olhe com maior solidariedade os deficientes físicos e pare de negar a isenção de impostos à aquisição de carros adaptados às suas deficiências, garantida por Lei.</p> <p>Justificação do requerimento de Voto de Aplauso à Professora Mônica Freiman de Souza Ramos pelo trabalho científico desenvolvido em torno das propriedades medicinais da Copaíba.</p> <p>Transcrição de texto intitulado “Autistando”, de autoria de Washington Luiz Silva, de Araguari-MG, pai de uma criança autista lamentando o tratamento dado às crianças com essa deficiência no País.</p> <p>Considerações sobre a necessidade de criação, no Amazonas, de uma Secretaria Especial para levar assistência aos portadores de autismo. Apelo ao Secretário de Fazenda do Governo de São Paulo para que olhe com maior solidariedade os deficientes físicos e pare de negar a isenção de impostos à aquisição de carros adaptados às suas deficiências, garantida por Lei.</p> <p>Requerimento nº 904, de 2006, que requer Voto de Pesar pela morte brutal do Desembargador Federal Dr. José Maria de Mello Porto, ocorrida no dia 3 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro.</p> <p>Requerimento nº 905, de 2006, que requer Voto de Aplauso à professora Mônica Freiman de Souza Ramos, da USP de Ribeirão Preto, pelo seu trabalho científico sobre as propriedades medicinais da Copaíba.</p> <p>Requerimento nº 906, de 2006, que requer Voto de Aplauso aos caratecas amazonenses vitoriosos no 13º Campeonato Brasileiro de Caratê Interestilos, realizado no final de julho de 2006, em Recife.</p> <p>AUGUSTO BOTELHO</p> <p>Requerimento nº 878, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, “Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.</p>	<p>541</p> <p>541</p> <p>541</p> <p>541</p> <p>541</p> <p>541</p> <p>546</p> <p>546</p> <p>546</p> <p>17</p>	<p>CÉSAR BORGES</p> <p>Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i>, assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.</p> <p>Felicitações ao Senador Rodolpho Tourinho pelo seu desempenho Parlamentar e, em especial, aos serviços prestados à Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.</p> <p>Considerações sobre o triste balanço do governo Lula.</p> <p>Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.</p> <p>Parecer nº 1.027, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.</p> <p>CRISTOVAM BUARQUE</p> <p>Alerta para os perigos da instalação da Assembleia Constituinte para reforma política, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.</p> <p>EDISON LOBÃO</p> <p>Comentários sobre matéria da <i>Gazeta Mercantil</i>, do dia 31 de julho de 2006, preocupada com o fato de que o setor de infra-estrutura ainda não recebeu a praticamente dois meses das eleições, por parte dos candidatos à Presidência da República, propostas claras de programas de governo.</p> <p>Considerações a respeito do aproveitamento de energias alternativas pelo Brasil e, em especial, do <i>biodiesel</i>.</p> <p>Registro da dificuldade de ser liberada pelo IBAMA a licença de instalação para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins.</p>	<p>57</p> <p>155</p> <p>161</p> <p>252</p> <p>319</p> <p>360</p> <p>263</p> <p>263</p> <p>263</p>

	Pág.		Pág.
EDUARDO AZEREDO			
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	28		
Registro da entrevista concedida pela Senhora Alicia Frohmann, Diretora do PROCHILE, à <i>Revista da Câmara Oficial Espanhola de Comércio</i> , do Chile, edição de julho de 2006. Registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, à jornalista Marcela Alam, do diário chileno <i>“La Tercera”</i> , edição de 27 de julho de 2006. Registro do editorial intitulado “Agências asfixiadas”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006.	383	de 2006 (nº 515/2006, na origem), que solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em até US\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo.	121
Transcrição do artigo intitulado “Lula, o PT e heranças - 2002 e 2006”, de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de julho de 2006.	441	Projeto de Resolução nº 48, de 2006, que autoriza a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até US\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para que a referida Empresa contrate operação de crédito com a Eletrobrás, mediante contrato de repasse de recursos.	122
EDUARDO SUPPLY			
Requerimento nº 874, de 2006, que requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (<i>Crown Prosecution Service</i>) de inocentar os oficiais da <i>Scotland Yard</i> envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, na forma da Moção anexada.	3	Comentários a respeito de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”.	182
Pedido ao Senado Federal para que seja enviado um Voto de Censura e Repúdio à decisão da Promotoria de Coroa Britânica de inocentar os oficiais da <i>Scotland Yard</i> envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes.	7	Considerações acerca das provas apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati de Deputados petistas envolvidos em atos ilícitos. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	187
Felicitação ao Senador Magno Malta pelo pronunciamento que fez em defesa própria, rebatendo as acusações de envolvimento com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	29	Pedido de esclarecimento a respeito da razão de não ter sido apreciada e votada a proposta de emenda à Constituição de autoria de S. Ex ^a , sobre a presença do Presidente da República na transmissão da mensagem ao Congresso Nacional no início do ano legislativo.	201
Considerações acerca das previsões feitas pelo Senador Tasso Jereissati sobre os candidatos que seriam ou não eleitos nas eleições 2006. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	47	Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.	201
Registro da reunião da Comissão de Relações Exteriores em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para tratar tanto das questões relativas às dificuldades para a Rodada de Doha, quanto do papel do Brasil e sua contribuição para a paz no Oriente Médio. Aparte ao Senador Pedro Simon.	73	Parecer nº 1.010, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 150, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.	225
Parecer nº 1.004, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 177,		Parecer nº 1.013, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 164, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os <i>agrément</i> s dos governos desses países.	234

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 895, de 2006, que requer urgência para o PRS nº 48, de 2006, advindo da Mensagem nº 177, de 2006, que “solicita autorização para a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – GGTEE, para até U\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo”.</p> <p>Felicitações à Polícia Federal pelas inúmeras operações eficazes realizadas desde 2003. Aparte à Senadora Fátima Cleide.</p> <p>Comentários sobre a prisão de integrantes do Legislativo de Rondônia, como resultado da “Operação Dominó”, da Polícia Federal. Aparte à Senadora Fátima Cleide.</p> <p>Felicitações à iniciativa de apresentação, no Senado Federal, do filme “Zuzu Angel”. Considerações sobre o filme “Estamira”, de Marcos Prado, narrando a história de uma senhora catadora de lixo do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro.</p> <p>Registro das iniciativas promovidas pelo conjunto “AfroReggae”, colaborando para que jovens se afastem do narcotráfico.</p> <p>Preocupação com a questão da segurança no Estado de São Paulo.</p> <p>Importância da existência, no Congresso Nacional, de representantes da base de apoio do Governo e da Oposição, especialmente no combate à corrupção Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ...</p> <p>EFRAIM MORAIS</p> <p>Felicitação ao Senador Magno Malta pelo pronunciamento que fez em defesa própria, rebatendo as acusações de envolvimento com a máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.</p> <p>Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.</p> <p>Parecer nº 1.016, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem).</p> <p>Parecer nº 1.017, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390, de 2003, na Casa de origem).</p>	<p>Parecer nº 1.018, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2006.</p> <p>FÁTIMA CLEIDE</p> <p>Considerações a respeito do zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia.</p> <p>Comentários à assinatura de decreto, pelo Presidente Lula, que ratifica termos do acordo entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, acerca do zoneamento sócio-econômico e ecológico do Estado.</p> <p>Registro de estudo do Imazon que aponta Rondônia como o Estado da Amazônia que menos protege suas Áreas Protegidas.</p> <p>Registro de comparecimento, no dia 7 de agosto de 2006, à solenidade de sanção, pelo Presidente da República, da lei que trata da Violência contra a Mulher.</p> <p>Considerações da prisão de integrantes do Legislativo de Rondônia, como resultado da “Operação Dominó”, da Polícia Federal.</p> <p>FLÁVIO ARNS</p> <p>Comentários sobre a importância da adoção da escola de período integral. Aparte ao Senador Osmar Dias.</p> <p>FLEXA RIBEIRO</p> <p>Esclarecimento sobre as acusações feitas pela CPI das sanguessugas ao Senador Magno Malta. Aparte ao Senador Magno Malta.</p> <p>Registro da entrevista concedida pelo Senador José Jorge, intitulada “Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 17 de julho de 2006.</p> <p>Comentários a respeito de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”.</p> <p>Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.</p> <p>Comentários ao livro “Do Golpe ao Planalto”, do ex-assessor de imprensa do Presidente, o jornalista Ricardo Kotscho, em que reconhece que o Presidente Lula participou ativamente da negociação do mensalão.</p> <p>Defesa da privatização do Vale do Rio Doce. ...</p>
248	249
494	266
494	405
495	405
495	490
495	490
495	55
511	28
205	85
243	182
245	202
245	345
	345

VIII

	Pág.		Pág.
Críticas ao nervosismo que está atacando o Presidente Lula, em face da queda nas pesquisas eleitorais.	356	Considerações sobre os trabalhos da CPMI dos Sanguessugas.	191
Felicitações ao Senador Tião Viana pelo seu pronunciamento apaziguador e conciliador.	356	Considerações acerca da promiscuidade das relações entre o Executivo-Legislativo para a liberação de emendas, especialmente emendas da base bajulatória do PT.	201
Considerações sobre a temerária proposta do presidente Lula de criar uma Assembléia Constituinte para, paralelamente às atividades do Congresso, implantar uma reforma política.	367	Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.	201
Registro da matéria intitulada “Livres com a ajuda do governo”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 18 de julho de 2006.	396	Registro da dificuldade para se viabilizar o depoimento do Senhor Vedoin na CPI dos Sanguessugas.	254
Registro da matéria intitulada “Oposição diz que ‘Voz do Brasil’ boicota críticas a Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006.	523	HERÁCLITO FORTES	
Registro do artigo intitulado “O Brasil de Lula no mundo da Lua”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de agosto de 2006.	617	Crítica ao Senhor Gustavo Marin, presidente do Citibank no Brasil, que, pela segunda vez, cancelou sua vinda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	183
GEOVANI BORGES		Registro ao ato de solidariedade do Senador Aloizio Mercadante para o Senador José Jorge.	213
Manifestação de satisfação ao assomar pela primeira vez à Tribuna do Senado Federal, como suplente convocado do Senador Gilvam Borges, pelo Estado do Amapá.	351	Registro dos erros envolvendo o nome do Doutor José Fantini, que vêm se repetindo constantemente nas sessões do Congresso.	217
GILBERTO MESTRINHO		Pedido de retirada de pauta do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, a fim de que possa ser estudado com mais profundidade.	252
Considerações a respeito da corrupção largamente praticada por alguns Parlamentares, apontando para irregularidades no Orçamento e acordos ilícitos entre o Executivo e o Legislativo. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	50	Comentário acerca da censura, também presente na democracia.	344
Parecer nº 1.025, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.	312	Considerações a respeito da privatização estratégica da Vale do Rio Doce, antes que caísse nas mãos corruptas do PT e dos sanguessugas.	344
HELOÍSA HELENA		Manifestação com relação ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.	344
Críticas ao andamento da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	32	Felicitações ao Senador Roberto Saturnino, que apesar de fazer parte do PT, não está envolvido em escândalos.	347
Solicitação de esclarecimentos sobre o Fundeb ao Senador José Jorge, relator do projeto.	189	Comentários ao discurso do Senador Roberto Saturnino acerca das privatizações.	347
Pedido ao Governo para que disponibilize todos os esforços necessários à aprovação do Fundeb.	190	Felicitações ao Senador Geovani Borges por sua posse como Senado Federal. Aparte ao Senador Geovani Borges.	353
		Críticas à desordem provocada no Plenário pelos pronunciamentos da Senadora Ideli Salvatti.	361
		Apontamentos da demagogia do Governo quanto à instalação de uma Assembléia Constituinte para a reforma política.	361
		Questionamento acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, sobre a base aliada do Governo Lula ser a mesma base aliada de governos anteriores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	370

	Pág.		Pág.
que possa ser estudado com mais profundidade. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	253	Críticas as autoridades de São Paulo, em particular o secretário de Segurança Pública do Estado, Saulo de Castro Abreu Filho, pela demora na apresentação da documentação necessária para o fechamento do convênio e para a liberação da verba do Fundo Penitenciário.	547
Parecer nº 1.020, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.	295	Reflexão acerca dos dados apresentados pelo Senador Marcos Guerra a respeito do número de demissões terem sido superior às admissões no Governo Lula. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	549
Parecer nº 1.021, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.	298	Comemoração sobre os resultados da pesquisa CNT/Sensus, divulgada dia 7 de agosto de 2006, destacando a avaliação positiva do Presidente Lula.	552
Felicitações à equipe do “Tempo Real”, pela eficiência na divulgação do lançamento no dia 2 de agosto de 2006, no Senado Federal, do filme “Zuzu Angel”.	336	Rebate as críticas de falta de políticas de incentivos do Governo Federal para o agronegócio no País. Registro de superávit histórico no agronegócio do País no mês de julho de 2006.	552
Referências ao pronunciamento do Senador Jorge Bornhausen sobre a possível censura havida no programa “Voz do Brasil”.	336	Registro das medidas adotadas pelo Governo Lula para o setor habitacional, apelidada de “cesta básica da construção”.	552
Manifestação com relação às palavras do Senador Jorge Bornhausen.	343		
Discussão acerca da moral do Presidente Lula.	343	ÍRIS DE ARAÚJO	
Citação sobre dados da Vale do Rio Doce.	343	Preocupação com as campanhas pelo voto nulo que se alastram pelo País, principalmente através da Internet.	153
Questionamentos à Mesa e repúdio com relação à postura sobre o uso da palavra.	343	Considerações acerca de matéria publicada no site da <i>Folha de S. Paulo</i> , de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, a respeito da preocupação do Presidente Lula com o desgaste avassalador do Congresso.	153
Considerações sobre a perda dos limites de civildade nos debates do Senado.	355	Alerta para a necessidade de uma urgente Reforma Constitucional.	153
Comentários das irregularidades nas privatizações realizadas pelo governo FHC.	355		
Divulgação do “ <i>blog</i> ” de Fernando Rodrigues, em que há materiais que devem ser apurados pela CPI dos Sanguessugas.	355	JEFFERSON PÉRES	
Críticas aos comentários desqualificantes à Casa, explícitos diariamente nos pronunciamentos do Senador Heráclito Fortes.	361	Críticas referentes ao “recesso branco”.	34
Resposta às críticas da oposição a respeito da intenção do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para fazer reforma política.	369	Posicionamento contrário à instalação de Assembléia Constituinte, proposta pelo Presidente Lula, vista como uma tática do Governo para se tirar de foco as investigações da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	357
Cumprimentos ao Senador Heráclito Fortes pela homenagem que lhe foi prestada pela Assembléia Legislativa do Piauí.	547		
Participação de S. Ex ^a no debate na Assembléia Legislativa para a criação de Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.	547	JOÃO BATISTA MOTTA	
		Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	30
		Registro dos altíssimos lucros obtidos pelos bancos brasileiros durante o Governo Lula.	378

	Pág.		Pág.
Alerta para relatório elaborado pela missão europeia veterinária que visitou o Brasil e não aprovou produtos brasileiros fitosanitários exportados para a Europa.	378	Comentários sobre a aliança entre PFL e PSDB no lançamento da candidatura de Geraldo Alckmin para Presidente da República nas eleições 2006.	45
Críticas à falta de apoio do Governo ao agrogonégio.	378	Comentários a respeito de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”.	180
Considerações sobre a grande violência vivida no País, e o descaso do Governo com o assunto.	378	Manifestação com relação ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.	336
Debate favorável à extinção do instituto da reeleição.	383	Afirmção sobre o posicionamento do PFL, contrário à instalação de uma Assembléia Constituinte. ..	356
Registro do artigo intitulado “Uma política claramente ineficaz”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006.	401	Comentários acerca do caso dos “Sanguessugas” e “Mensaleiros”.	356
Considerações a respeito do artigo intitulado “Na sombra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006.	440	Importância da fidelidade partidária na Reforma Política, aprovada pelo Senado.	356
Registro da matéria intitulada “Chirac critica Lula por falta de flexibilidade”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006.	524	Listamento dos projetos da reforma política aprovados pelo Senado Federal.	356
Registro da matéria intitulada “Crise no sul ajuda Alckmin a ganhar terreno nas pesquisas”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006.	618	Cumprimentos ao Senador Alvaro Dias pela maneira correta e regimental com que dirige os trabalhos nas sessões do Plenário.	356
JOÃO TENÓRIO		JOSÉ AGRIPINO	
Comentários sobre o editorial intitulado “Reforço contra crises”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 19 de junho de 2006.	522	Apresentação do posicionamento do PFL em relação às conclusões da CPMI dos Sanguessugas.	188
Comentários sobre o editorial intitulado “Doença inesquecível”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 26 de junho de 2006.	616	Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo.	200
JONAS PINHEIRO		JOSÉ JORGE	
Considerações a respeito da deliberação de vetos na CTNBio.	209	Considerações sobre as investigações da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Alvaro Dias. .	94
Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.	275	Resposta à Senadora Heloísa Helena e esclarecimentos sobre o andamento do Fundeb.	189
JORGE BORNHAUSEN		Considerações acerca da instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	513
Resposta aos supostos insultos dirigidos a S. Ex ^a , pelo Presidente Lula e pelo Ministro Tarso Genro em recente visita ao Estado de Santa Catarina.	45	JOSÉ SARNEY	
Considerações a respeito da incompetência e do descaso administrativo do Governo Lula com o Estado de Santa Catarina.	45	Pedido de posse ao Senhor Geovani Borges, suplente do Senador Gilvam Borges.	14
		JUVÊNCIO DA FONSECA	
		Transcrição nos Anais do Senado, de carta à Nação, elaborada pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil.	158
		Comentários sobre o editorial intitulado “Lamentação de fachada”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006.	391

	Pág.		Pág.
LEOMAR QUINTANILHA		prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.	588
Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	435	LUIZ OTÁVIO	
Apoio ao Senador Magno Malta, diante as acusações de envolvimento de S. Ex ^a com a “máfia dos Sanguessugas”.	438	Requerimento nº 876, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 20 de julho de 2006, do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho, Alcino, ou “Negão Motora”, como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva.	16
Considerações sobre a grave crise na agricultura brasileira.	438	Parecer nº 1.006, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 12, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), que indica o Senhor Antonio José Rezende de Castro, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Ruanda.	208
LEONEL PAVAN		Apelo para que a matéria do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Pará, sobre a criação de cargos na regional do Estado, conste na pauta de sessão no plenário do Senado Federal.	256
Felicitação ao Senador Osmar Dias pelo excelente trabalho que desenvolve pela educação no Estado do Paraná. Aparte ao Senador Osmar Dias.	54	Requerimento nº 898, de 2006, que requer a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 27 de julho de 2006, do Senhor Luís Ercílio do Carmo Faria, ex-Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado Pará, que seja levado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a sua família.	256
Registro do aniversário, no dia 4 de agosto, da emancipação político-administrativa da cidade de Brusque, Santa Catarina, que completa 146 anos.	154	Requerimento nº 899, de 2006, que requer Voto de Louvor ao ex-Deputado Federal Jorge Wilson Arbage por sua posse na Academia Paraense de Letras, no próximo dia 25 de agosto, ocupando a cadeira de nº 25, patrocinada por Juvenal Tavares e, da qual, o último ocupante foi o saudoso acadêmico José Maria Barbosa.	256
Parecer nº 1.019, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2005 (nº 1.360, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.	292	LUIZ PONTES	
Parecer nº 1.023, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.	305	Registro da matéria intitulada “Tem índio na Suíça?”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 2 de agosto de 2006.	397
Parecer nº 1.024, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.	308	MAGNO MALTA	
Registro do artigo intitulado “Golpe final da agricultura”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 31 de julho de 2006.	403	Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas.	22
LÚCIA VÂNIA		Agradecimento aos e-mails de solidariedade recebidos por S. Ex ^a diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas.	227

	Pág.		Pág.
Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	422	xandre Barbosa, ocorrido em 3 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo.	527
Apresentação de documento em sua defesa, tendo em vista as acusações de envolvimento com a “máfia dos Sanguessugas”.	435	Requerimento nº 902, de 2006, que requer na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, à Universidade de São Paulo e sua Editora, pelo falecimento do Professor João Alexandre Barbosa ocorrido no dia 3 de agosto de 2006.	533
MARCELO CRIVELLA		Requerimento nº 903, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Senador Heráclito Fortes, pela homenagem que lhe presta, em 8 de agosto de 2006, a Assembléia Legislativa do seu Estado, agraciando-o com a Medalha “Petrônio Portella”, por ter se destacado pelos serviços prestados ao povo piauiense e em defesa da democracia.	533
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	24	Registro da falta de preocupação do Governo Lula em investir no Nordeste, e do lamentável fato de que muitas das obras iniciadas no governo FHC estão paralisadas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	538
Comentários acerca do trabalho realizado pela CPI da Emigração Ilegal.	41	MARCOS GUERRA	
Apelo em favor de que a nova Varig permaneça na cidade do Rio de Janeiro.	41	Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	28
Solidariedade em razão dos conflitos no Oriente Médio.	41	Críticas ao desempenho da equipe econômica do Presidente Lula. Registro do crescente número de demissões na indústria dada a incapacidade econômico-administrativa do Governo, que prefere recorrer à medidas assistencialistas ao invés de adotar políticas sólidas direcionadas para o estímulo à produtividade e à geração de empregos.	89
MARCO MACIEL		Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.	142
Felicitações pela posse de S. Ex ^a , Senador Roberto Cavalcanti, no exercício de mandato Parlamentar. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.	65	Registro da matéria intitulada “Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006.	525
Registro do artigo intitulado “Edição de MPs trava mais de 80% das sessões da Câmara, revela estudo”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2006.	332	Preocupação com o fato de a Petrobras investir 2,7 bilhões de dólares na Venezuela. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	537
Apelo em favor da urgência na votação da proposta de emenda à Constituição que modifica a tramitação das Medidas Provisórias.	332	Considerações acerca da falta de investimentos do Governo Lula no Nordeste. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	539
Registro da preocupação e desejo de que seja possível um entendimento no Oriente Médio, e alerta para a necessidade de uma grande conferência internacional que ponha fim ao conflito. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	338	Cobranças ao Governo Federal de uma política de incentivos à geração de empregos nas micro,	
Felicitações ao Senador Geovani Borges pela sua investidura no Senado Federal, e votos de êxito no exercício de sua missão. Aparte ao Senador Geovani Borges.	352		
Posicionamento contrário à mini-constituente exclusiva para reforma política, proposta pelo Presidente Lula, num período pré-eleitoral marcado por escândalos de “sanguessugas” e “mensaleiros”. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	359		
Referências à visita do candidato Geraldo Alckmin, da coligação PSDB/PFL, ao Recife, que teve entre outros objetivos, o anúncio de sua plataforma de governo com relação ao Nordeste.	527		
Encaminhamento de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor João Ale-			

	Pág.		Pág.
pequenas e médias empresas, além de reivindicar investimentos na infra-estrutura econômica e social do País e a redução da carga tributária.	548	Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	57
Questionamentos sobre a estratégia a ser adotada pelo Governo, ao admitir que as demissões foram superiores às admissões em 2005.	548	Felicitações pela posse de S. Ex ^a , Senador Roberto Cavalcanti, no exercício de mandato Parlamentar. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.	66
Registro da matéria intitulada “Justiça determina soltura de 33 sem-terra”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006.	619	Considerações acerca do terror da violência que atinge o Estado de São Paulo. Preocupação com a onda de violência contra os agentes penitenciários paraibanos.	67
MOZARILDO CAVALCANTI		Alerta para o fenômeno do voto em branco em vários lugares do País nas eleições 2006. Aparte ao Senador Pedro Simon.	69
Críticas à falta de estímulo ao desenvolvimento do Estado de Roraima e apelo ao Governo Federal no sentido de editar medida provisória que autorize o Estado de Roraima a importar combustíveis da Venezuela.	8	Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.	205
Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2006, que acrescenta o § 5º ao art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	138	Parecer nº 1.012, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 162, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Arnaldo Caiche D’Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.	231
Preocupação pela demora na apreciação dos projetos encaminhados pelo Senado à Câmara. ...	152	Defesa da inclusão dos ex-integrantes da Força de Emergência da Organização das Nações Unidas (Unef), os “boinas azuis”, entre os heróis da Pátria com direito a pensão e assistência especiais.	264
Apelo no sentido da apreciação do projeto que cria o Colégio Militar em Boa Vista e da PEC que destina recursos para serem investidos no ensino, na Amazônia Legal, da autoria de S. Ex ^a	152	Defesa dos pequenos agricultores nordestinos, em especial, dos pequenos agricultores da Paraíba, e cobrança de melhores condições para o pagamento de suas dívidas.	487
Parecer nº 1.029, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no art. 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.	585	Esclarecimentos às notícias publicadas na imprensa dizendo que S. Ex ^a estaria pressionando o Senador Amir Lando, relator da CPI dos Sanguessugas.	531
NEY SUASSUNA		Proposta em defesa da união de esforços dos setores interessados em viabilizar cursos para a formação de guias turísticos e de outras atividades profissionais voltadas para o turismo na Paraíba.	531
Esclarecimentos sobre o suposto envolvimento de S. Ex ^a na máfia dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	26	OSMAR DIAS	
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	31	Reparo à notícia veiculada em jornais de que S. Ex ^a teria abandonado o Senado durante todo o mês de julho.	52
Solidariedade ao povo libanês, que vem sofrendo constantes ataques armados por parte dos israelenses. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	37	Propostas para o avanço da área de educação no Estado do Paraná.	52
Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da		Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera	

	Pág.		Pág.
os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia.	209	Registro do artigo intitulado “Teses e truques”, da economista e jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 11 de julho de 2006, em defesa da política de cotas como forma de inclusão social.	328
PAPALÉO PAES		Comentário sobre decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a respeito da constitucionalidade das políticas de cotas.	328
Críticas ao Programa Primeiro Emprego. ...	87	Comentários ao Projeto de Lei apresentado por S. Ex ^a , em debate na Comissão de Assuntos Sociais, que amplia o seguro-desemprego em momentos de crise. Aparte ao Senador João Batista Motta.	381
Comentários sobre a matéria intitulada “O MLST luta pelo comunismo”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 12 de junho de 2006. Registro do artigo intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de junho de 2006.	398	Considerações às dificuldades que se verificam nos setores de exportação do País. Aparte ao Senador João Batista Motta.	381
Registro da última pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, que constatou que o brasileiro considera que o governo Lula é o que teve mais casos de corrupção depois da gestão de Fernando Collor.	442	Apoio à brilhante iniciativa do Senador Sibá Machado de apresentar a PEC que extingue o instituto da reeleição em todos os níveis do Executivo.	382
Comentários sobre a matéria intitulada “Contador diz ter discutido pagamento com ministro”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 13 de junho de 2006.	520	Considerações sobre a reforma da Previdência e a aprovação da denominada “PEC paralela”.	412
Registro da matéria intitulada “Mensalão pode se repetir em eventual segundo mandato de Lula avaliam analistas”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de junho de 2006.	615	Debate sobre o PL n° 73, de autoria da Deputada Nice Lobão, que garante que 50% das vagas nas Universidades Federais sejam destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas.	412
PATRÍCIA SABOYA GOMES		Posicionamento contrário ao instituto da reeleição.	412
Parecer n° 1.022, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 333, de 2006 (n° 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – AS-COAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.	301	Defesa de aposentadoria especial para os policiais civis gaúchos.	412
PAULO OCTÁVIO		Revolta com o reajuste absurdo dos planos de saúde para aposentados e pensionistas, que fere o Estatuto do Idoso.	412
Considerações sobre o conflito armado no Líbano.	526	Defesa do fim do voto secreto na Casa.	412
Comentários acerca da violência urbana que atinge as grandes cidades brasileiras. Apontamentos a respeito da educação e da cultura como principais elementos na guerra contra a violência.	526	Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	433
PAULO PAIM		PEDRO SIMON	
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	25	Requerimento n° 877, de 2006, que requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado n° 568, de 1999.	16
		Alerta para a tendência do eleitorado gaúcho em anular o voto nas eleições 2006. Comentários a respeito da candidatura da Senadora Heloísa Helena à Presidência da República.	68
		Felicitações pelo aniversário do Senador Heráclito Fortes.	68
		Críticas à impunidade de parlamentares envolvidos em atos ilícitos.	68
		Considerações acerca do aparente desprestígio do PT diante todo o País.	68

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2006 – Complementar, que define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	272	ROBERTO CAVALCANTI	
Felicitações ao Itamaraty e à Aeronáutica pela grande demonstração de capacidade e competência no auxílio internacional. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	339	Pronunciamento de posse no Senado Federal.	65
Críticas ao Presidente Bush e a sua falta de sensibilidade diante os conflitos armados no Oriente Médio. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	339	ROBERTO SATURNINO	
Apelo ao Governo para que não prossiga com a proposta da instalação de Assembléia Constituinte para reforma política.	362	Análise das privatizações como atentados ao projeto desenvolvimentista brasileiro.	346
Críticas à entrega de ações do Banco do Brasil ao capital estrangeiro. Revolta com o PT pela escolha do Presidente mundial do <i>Bank Boston</i> para ocupar o cargo de Presidente do Banco Central.	362	Comentários ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati de que alguns Senadores estariam depreciando a ética.	354
Considerações sobre a importância do trabalho das CPIs para o País.	362	Comentários acerca da questão do desenvolvimentismo, do projeto nacional, do confronto com o mercado e das privatizações no País.	354
Comentários acerca dos candidatos à Presidência da República nas eleições 2006.	362	Tristeza pelo fato de que os debates da Casa tenham adquirido uma tonalidade por muitas vezes agressiva.	354
Considerações sobre a corrupção no atual governo e os níveis de desconsideração do povo com o Congresso Nacional.	362	Enumeração de questões cruciais para o momento vivido pelo país, que não estão sendo discutidas na campanha eleitoral, nem no Congresso Nacional.	488
Críticas ao autoritarismo do estadista venezuelano Hugo Chávez.	362	Comentários a respeito da instalação de Assembléia Nacional Constituinte, proposta pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	516
Alerta para a importância do projeto de fidelidade partidária, aprovado pelo Senado.	362	Críticas a forma dada pela imprensa a induzir a opinião pública a se colocar contrária ao investimento da Petrobras de 2,7 bilhões de dólares na Venezuela.	535
Observações quanto à vaidade do Presidente Lula, que insiste em se comparar com personalidades da política brasileira, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, em seus discursos populares.	362	Homenagem ao Senador Heráclito Fortes por ter sido agraciado com a Medalha “Petrônio Portella”. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	540
Comentários sobre a privatização da Vale do Rio Doce no governo FHC.	362	RODOLPHO TOURINHO	
Apelo ao Governo Federal para que estabeleça condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de pesquisas espaciais no Estado do Rio Grande do Sul.	406	Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores.	56
RAMEZ TEBET		Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2006, que dá nova redação ao inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para estender a aplicação da alíquota interestadual do ICSM às operações interestaduais de mercadorias destinadas ao consumidor final.	140
Observações sobre a postura equilibrada adotada pelo Senador Romeu Tuma, corregedor da Casa, diante das acusações feitas contra Parlamentares do Senado Federal.	36	Registro do crescimento econômico verificado no Estado da Bahia nos últimos três anos.	155
Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses.	36	Informações aos eleitores baianos sobre trabalho desenvolvido por S. Exª.	155
Comentários à Emenda Constitucional que trata do Fundeb.	192		

	Pág.		Pág.
Críticas à falta de um plano nacional de industrialização para atrair investimentos aos Estados do Nordeste. Aparte ao Senador César Borges.	163	Considerações acerca da votação do projeto de Resolução nº 49, de 2006, de grande importância para o País.	255
Acusação da existência de dois pesos e duas medidas no Congresso Nacional, uma vez que a TV Câmara mostra entrevistas com Deputados que são candidatos à reeleição, o que é proibido na TV Senado.	182	Parabenização ao Senado Federal pela aprovação da PEC responsável pela criação do Fundeb. Comentários à publicação Cadernos do MEC, que traz como tema principal a qualidade do ensino no Brasil. Considerações sobre o Fundeb e os avanços obtidos na educação no Governo Lula.	262
Parecer nº 1.032, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, que altera a Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.	599	Esclarecimentos sobre o Projeto da Marinha Mercante, com o necessário aumento da capacidade de endividamento da Transpetro.	347
ROMERO JUCÁ		Comentários sobre o “Calendário Esportivo Brasileiro”, publicação do Ministério dos Esportes, editado com o patrocínio da Caixa Econômica Federal. Considerações sobre o programa “Segundo Tempo”, que estimula a prática esportiva entre crianças e adolescentes.	404
Congratulações com a Rede Globo pelos projetos sociais colocados a favor da sociedade brasileira.	87	ROMEU TUMA	
Registro da votação da PEC que trata do Orçamento Impositivo.	181	Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima.	11
Considerações acerca da renegociação das dívidas dos produtores rurais.	181	Requerimento nº 875, de 2006, que requer a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), uma vez que se encontra em condições de nela figurar.	16
Considerações acerca da votação do Fundeb. .	191	Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	26
Requerimento nº 891, de 2006, que requer que seja adiada a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – reexamine a matéria, haja vista a aprovação da Lei nº 11.300 de 10 de maio de 2006 (“mini-reforma eleitoral”), cujo objeto, tal como o PLS nº 390, de 2005, trata de regras eleitorais, em data posterior à discussão e aprovação do referido PLS na CCJ (22-2-2006).	193	Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	38
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.	206	Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <i>Veja</i> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacauicultores. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	56
Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia.	210	Parecer nº 1.005, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), que solicita seja autorizada	
Requerimento nº 892, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. ...	242		
Sugestão para que se suspenda a votação do Projeto de Resolução nº 49, de 2006, a fim de que possa ser estudado com mais profundidade. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	253		

	Pág.		Pág.
a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), afim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios.	124	Requerimento nº 900, de 2006, que requer informações ao Ministro da Justiça, sobre o oferecimento de auxílio financeiro por parte do Governo Federal ao Estado de São Paulo, com vistas ao combate às ações criminosas empreendidas pelo chamado Primeiro Comando da Capital (PCC).	327
Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.	125	Elogios à apreensão de bens dos criminosos do PCC para indenizar familiares das vítimas em São Paulo.	337
Requerimento nº 890, de 2006, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, em virtude de versarem sobre o mesmo tema.	193	Comentários acerca da agressão criminal em São Paulo, por parte das quadrilhas organizadas.	337
Parecer nº 1.011, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 151, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Marília Sardenberg Zelner Golçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro especial do Ministério das relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.	229	Registro de projeto de S. Ex ^a a respeito da eficácia da decisão de o TCU enviar ao TSE a relação dos administradores públicos que não tiveram suas contas aprovadas, evitando, assim, que se consigam liminares para continuar como candidatos.	337
Requerimento nº 896, de 2006, que requer urgência para o PRS nº 49, de 2006, advindo da Mensagem nº 204, de 2006, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição Federal, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, proposta para que seja autorizado o limite de endividamento da Petrobras Transporte S. A. – TRANSPETRO, no valor de R\$5,6 bilhões, a fim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios”.	250	Considerações sobre o conflito entre Israel e Líbano. Solicitação de apoio do Governo Federal no processo de retirada de brasileiros do Líbano.	337
Comentários sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	252	Considerações à entrevista dada pelo Senador Jorge Bornhausen acerca da expulsão do PFL de qualquer parlamentar possivelmente comprometido no caso “Sanguessugas”.	337
Requerimento nº 897, de 2006, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.	255	Explicações sobre o relatório feito por S. Ex ^a acerca do aumento da capacidade de endividamento da Transpetro.	348
		Parecer nº 1.033, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.	603
		SÉRGIO GUERRA	
		Considerações a respeito da corrupção largamente praticada por alguns Parlamentares, apontando para irregularidades no Orçamento e acordos ilícitos entre o Executivo e o Legislativo. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	49
		Comentários sobre a matéria intitulada “Na ida a Passo Fundo, clima de insatisfação”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006.	402
		SÉRGIO ZAMBIASI	
		Solicitação de inclusão na Ordem do Dia de projeto de S. Ex ^a que cria o Dia Nacional do Profissional de Educação Física.	215
		Parecer nº 1.014, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 165, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Senhor Presidente da Re-	

Pág.	Pág.
pública submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.	237
Parecer nº 1.015, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 173, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor <i>Luiz Fernando Gouvêa de Athayde</i> , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.	239
Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento.	432
SERYS SLHESSARENKO	
Refutação das acusações de irregularidades atribuídas a S. Ex ^a	20
Parecer nº 1.008, de 2006-CRE (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.	219
Requerimento nº 893, de 2006, que solicita dispensa de publicação de redação final.	244
Requerimento nº 894, de 2006, que solicita dispensa de publicação de redação final.	246
SIBÁ MACHADO	
Solidariedade ao Senador Magno Malta diante das injustas acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	25
Voto de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a adoção do Orçamento Impositivo, mostrando a necessidade de um aprimoramento da Comissão de Orçamento.	201
Indagação a respeito da promulgação do Fundeb na pauta do Congresso.	209
Discussão do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para	
definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia.	210
Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2006, que altere e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.	276
Apelo à Presidência para a praxe da réplica e da tréplica necessários em momentos polêmicos na Casa.	343
Reclamação referente ao debate e agressões verbais que estão ocorrendo no Plenário da Casa.	344
Comentários favoráveis à proposta do Presidente Lula quanto à instalação de uma Assembléia Constituinte para a reforma política. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	358
Tributo à atuação do Banco da Amazônia.	377
TASSO JEREISSATI	
Requerimento nº 880, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Congratulações pelo transcurso no dia 31 de julho do cinquentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza.	17
Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	39
Advertências para o favoritismo de corruptos nas eleições 2006.	46
Resposta às declarações do Presidente Lula a respeito do discurso de S. Ex ^a do dia 1º de agosto de 2006.	185
Considerações acerca da enorme distorção no processo eleitoral do País com a venda de votos. Considerações sobre o andamento das eleições 2006 e tristeza com o fato de que os candidatos em potencial estão entre “mensaleiros” e “sanguessugas”.	185
Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 49, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. – (TRANSPETRO) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.	253
Considerações sobre a inaceitabilidade da censura.	345
Comentários acerca do processo de privatização ocorrido no País há dez anos, evitando que estatais caíssem nas mãos da corrupção.	345
Apontamento de censura a Parlamentares da oposição na “Voz do Brasil”, reconhecido pelo próprio Diretor de Comunicações da Casa.	345

	Pág.		Pág.
Exaltação do debate sobre a ética na política nacional.	349	Requerimento nº 881, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Junior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição.	17
Repúdio à acusação do Senador Roberto Saturnino de que a bancada da oposição se compõe de privatizadores.	349	Apelo às autoridades do Governo Estadual de Rondônia no sentido de adotar providências para evitar que mais pessoas sejam vítimas de acidentes de trânsito.	84
Riscos da instalação da Assembléia Constituinte para a reforma política, proposta pelo Presidente Lula, considerada uma manobra diversionista para o desvio de foco da CPI dos Sanguessugas e desmoralização do Congresso. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. ...	360		
TIÃO VIANA			
Considerações sobre o pedido do Senador Almeida Lima de divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre Senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Aparte ao Senador Almeida Lima.	10	Alerta para as diversas formas de violência e exploração infantil cometidas, diariamente, em nosso País.	259
Comentários a respeito da corrupção que assolou o País. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	51	Justificação de apresentação de Projeto de Resolução criando uma subcomissão permanente destinada a fiscalizar a execução dos programas voltados à criança.	259
Solicitação de esclarecimentos sobre o Fundeb.	190		
Discussão do Parecer nº 922, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin para compor o Supremo Tribunal de Justiça.	205	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Apontamento da presença de quadrilhas atuando dentro do Congresso Nacional, com ramificações pelo aparelho dos Estados, municípios e da própria União.	350	Requerimento nº 873, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, que "Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	3
Comentários à onda de ataques verbais e ao embrutecimento das relações dentro do plenário da Casa.	350	Questionamentos acerca do andamento da CPI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	26
Divergência das acusações feitas pelo Senador Jorge Bornhausen sobre a falta de autoridade moral do Presidente Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	359	Críticas à CPI dos Sanguessugas e a falta de organização e desrespeito ao Regimento Interno, impedindo o direito de voto de alguns Senadores membros da Comissão. Aparte ao Senador Pedro Simon.	76
Considerações a respeito da popularidade do Presidente Lula.	376	Críticas à maneira como vem sendo conduzida a CPMI dos Sanguessugas, e questionamentos acerca dos procedimentos adotados por ela.	213
Homenagem ao Instituto Nacional de Tráumato-Ortopedia, no Estado do Rio de Janeiro.	376	Parecer nº 1.007, de 2006-CRE, sobre a Mensagem nº 18, de 2006 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo desse país.	215
VALDIR RAUPP			
Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006, que acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.	2		